JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Consórcio Inter. de Des. Econômico, Social e Ambiental da Região Sul 4
Consorcio Público de Saúde Vale do Teles Pires 4
Prefeitura Municipal de Água Boa 5
Prefeitura Municipal de Alto Garças 5
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 6
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 7
Prefeitura Municipal de Apiacás 41
Prefeitura Municipal de Araguaiana 45
Prefeitura Municipal de Araguainha 46
Prefeitura Municipal de Araputanga 47
Prefeitura Municipal de Arenápolis 47
Prefeitura Municipal de Aripuanã 47
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 48
Prefeitura Municipal de Barra do Garças 48
Prefeitura Municipal de Cáceres 52
Prefeitura Municipal de Campinápolis 60
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 62
Prefeitura Municipal de Campo Verde 91
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 93
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 98
Prefeitura Municipal de Canarana 102
Prefeitura Municipal de Carlinda 102
Prefeitura Municipal de Castanheira 103
Prefeitura Municipal de Cláudia 104
Prefeitura Municipal de Cocalinho 114
Prefeitura Municipal de Colíder 115
Prefeitura Municipal de Colniza 116
Prefeitura Municipal de Comodoro 116
Prefeitura Municipal de Confresa 118
Prefeitura Municipal de Conquista D`Oeste 123
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 124
Prefeitura Municipal de Curvelândia 125
Prefeitura Municipal de Diamantino 125
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 127
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 128
Prefeitura Municipal de Glória d´Oeste 128
Prefeitura Municipal de Indiavaí 128
Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte 128
Prefeitura Municipal de Itanhangá 131
Prefeitura Municipal de Itiquira 135
Prefeitura Municipal de Jangada 137
Prefeitura Municipal de Jauru 162
Prefeitura Municipal de Juara 162
Prefeitura Municipal de Juruena 167
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 167
Prefeitura Municipal de Luciara 169
Prefeitura Municipal de Marcelândia 170
Prefeitura Municipal de Matupá 221
Prefeitura Municipal de Nobres 222
Prefeitura Municipal de Nortelândia 228
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 229
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 232

Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 335
Prefeitura Municipal de Nova Guarita 336
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 336
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 337
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 339
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 340
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré 341
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 353
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 353
Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã 354
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 359
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 359
Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio 363
Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim 364
Prefeitura Municipal de Paranatinga 364
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 369
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 369
Prefeitura Municipal de Planalto da Serra 370
Prefeitura Municipal de Poconé 370
Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia 370
Prefeitura Municipal de Ponte Branca 370
Prefeitura Municipal de Porto Estrela 371
Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos 377
Prefeitura Municipal de Poxoréu 380
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal 384
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira 385
Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho 386
Prefeitura Municipal de Rio Branco 386
Prefeitura Municipal de Rondolândia 386
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 387
Prefeitura Municipal de Salto do Céu 387
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu 390
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 392
Prefeitura Municipal de Santo Afonso 393
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 393
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 396
Prefeitura Municipal de São José do Povo 396
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 411
Prefeitura Municipal de São José do Xingu 411
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 414
Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada 415
Prefeitura Municipal de Sinop 418
Prefeitura Municipal de Tabaporã 423
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 442
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 445
Prefeitura Municipal de União do Sul 445
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos 445
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 445
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 463
Prefeitura Municipal de Vila Rica 467

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2017/2018

Presidente de Honra: Deputado Ondanir Bortolini, Nininho

Presidente: Neurilan Fraga - Prefeito de Nortelândia

Primeiro Vice-Presidente: Mauro Rosa da Silva - Água Boa

Segundo Vice-Presidente: Luciane Borba Azóia Bezerra - Juara

Terceiro Vice-Presidente: Thelma Pimentel Figueiredo - Chapada dos Guimarães

Quarto Vice-Presidente: Josair Geremias Lopes - Dom Aquino

Quinto Vice-Presidente: Arnóbio Vieira de Andrade - Marcelândia

Secretário Geral: Adalto José Zago - Apiacás

Primeiro Secretário: Altir Antônio Peruzzo - Juína

Segundo Secretário: Atail Marques do Amaral - Poconé

Tesoureiro Geral: Marcos de Sá Fernandes da Silva - Santa Cruz do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Silvio José de Morais Filho - Araguainha

Segundo Tesoureiro: Beatriz de Fátima S. Lemes - Nova Monte Verde

CONSELHO FISCAL

1. Juvenal Alexandre da Silva - Nova Marilândia
2. Mauriza Augusta de Oliveira - Nova Brasilândia
3. José Mauro Figueiredo - Arenápolis

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1. Jossimar José Fernandes - Nortelândia
2. Leocir Hanel - Nobres
3. Eugênio Pelachim - Porto Estrela

Gerência de Comunicação
Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo atendimento
Noides Cenio da Silva

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

CONSÓRCIO INTER. DE DES. ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DA REGIÃO SUL

PORTARIA 006.2017 DESIGNA JANAINA FISCAL DO CONTRATO WELLITON SISTEMA

PORTARIA Nº 006/2017 DE 31 DE MARÇO DE 2017.

DESIGNA SERVIDOR PARA SER RESPONSÁVEL PARA ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DE CONTRATOS/CONVÊNIOS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DA REGIÃO SUL.

ALEXANDRE RUSSI, Presidente da Diretoria Executiva do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental da Região sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Artigo 1º - Designa a Sra. **JANAINA FERNANDEZ,** para ser responsável pelo controle e acompanhamento dos contratos e convênio, para o exercício, conforme segue abaixo.

CONTRATO	CONTRATADO	OBJETO
Contrato 001/2017	WELLINTON RAIMUNDO DOS SANTOS – ME CNPJ: 71.358.766/0001-90	Fornecimento de sistemas Fiorilli Soc. Civil LTDA/softwares, através de locação e ou concessão de direito de uso de programas de computador, com suporte ao funcionamento e assistência permanente, durante a vigência do contrato, para o atendimento dos serviços e das atividades de gerência e gestão.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrária.

Campo Verde – MT, em 31 de Março de 2017.

Alexandre Russi

Presidente do Cidesasul

Registre-se, Publique-se.

CONSORCIO PÚBLICO DE SAÚDE VALE DO TELES PIRES

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2017

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2017 - A

CREDOR:GO.MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOSLTDA-ME

DATA:28/04/2017

OBJETO: Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, para futura Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de MEDICAMENTOS para atender as demandas dos municípios integrantes deste Consórcio.

VALOR: R$ 88.566,00

VIGÊNCIA: 28/04/2018

Pregão Eletrônico n° 002/2017

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2017 - B

CREDOR: CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

DATA:28/04/2017

OBJETO: Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, para futura Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de MEDICAMENTOS para atender as demandas dos municípios integrantes deste Consórcio.

VALOR: R$ R$ 316.089,00

VIGÊNCIA: 28/04/2018

Pregão Eletrônico n° 002/2017

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2017 - C

CREDOR: MEDICINALI PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI

DATA:28/04/2017

OBJETO: Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, para futura Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de MEDICAMENTOS para atender as demandas dos municípios integrantes deste Consórcio.

VALOR: R$ 24.236,00

VIGÊNCIA: 28/04/2018

Pregão Eletrônico n° 002/2017

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2017 - F

CREDOR:NUTRICENTER–DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS NUTRICIONAIS E HOSPITALARES LTDA - ME

DATA:28/04/2017

OBJETO: Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, para futura Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de MEDICAMENTOS para atender as demandas dos municípios integrantes deste Consórcio.

VALOR: R$ 2.336.189,00

VIGÊNCIA: 28/04/2018

Pregão Eletrônico n° 002/2017

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2017 - L

CREDOR: RINALDI & COGO LTDA

DATA:28/04/2017

OBJETO: Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, para futura Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de MEDICAMENTOS para atender as demandas dos municípios integrantes deste Consórcio.

VALOR: R$ 720.256,00

VIGÊNCIA: 28/04/2018

Pregão Eletrônico n° 002/2017

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2017 - N

CREDOR: DISTRIBUIDORA BRASIL COML DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA

DATA:28/04/2017

OBJETO: Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, para futura Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de MEDICAMENTOS para atender as demandas dos municípios integrantes deste Consórcio.

VALOR: R$ 1.929.604,60

VIGÊNCIA: 28/04/2018

Pregão Eletrônico n° 002/2017

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2017 - R

CREDOR:PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

DATA:28/04/2017

OBJETO: Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, para futura Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de MEDICAMENTOS para atender as demandas dos municípios integrantes deste Consórcio.

VALOR: R$ 1.593.531,40

VIGÊNCIA: 28/04/2018

Pregão Eletrônico n° 002/2017

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2017 - S

CREDOR:AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOSLTDA

DATA:28/04/2017

OBJETO: Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, para futura Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de MEDICAMENTOS para atender as demandas dos municípios integrantes deste Consórcio.

VALOR: R$ 1.206.939,60

VIGÊNCIA: 28/04/2018

Pregão Eletrônico n° 002/2017

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2017 - V

CREDOR:INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

DATA:28/04/2017

OBJETO: Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, para futura Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de MEDICAMENTOS para atender as demandas dos municípios integrantes deste Consórcio.

VALOR: R$ 2.332.181,51

VIGÊNCIA: 28/04/2018

Pregão Eletrônico n° 002/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA - MT
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO N.º **002/2017**

MODALIDADE: **PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017**

A Câmara Municipal de Água Boa/MT, através de sua Pregoeira e equipe de Apoio, nomeados pela Portaria nº 016/2017, torna público que fará realizar licitação nos termos do Processo nº 002/2017, regida pela Lei nº 10. 520/02, subsidiada pela Lei nº 8.666/93.

Data e Local: 12/05/2017, na Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Água Boa, situada na Rua 9, nº 485 Centro Água Boa/MT;

Credenciamento: 07h30min às 08h00min horário de Brasília/DF

Abertura das Propostas: 08h00min horário de Brasília/DF.

Objeto: Aquisição de Equipamentos de Informática para atender as necessidades da CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA/MT conforme termo de referência em anexo ao Edital de Pregão Presencial nº 002/2017.

Aquisição do Edital: Os interessados poderão obter informações sobre a licitação, na Câmara Municipal de Água Boa, de segunda à sexta-feira, no horário das 07h00min às 13h00min, pelo telefone (66) 3468 – 1113, pelo e-mail: compras@aguaboa.mt.leg.br ou através do site http://www.aguaboa.mt.leg.br

Água Boa – MT, 02 de maio de 2017.

Joziane Martins Bento

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2017 - ERRATA 02 – RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 011/2017

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO POR ANÁLISE DE CURRÍCULO PARA PROVIMENTO TEMPORÁRIO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO Nº 001/2017

ERRATA 02 – RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 011/2017

A **Prefeitura Municipal de Alto Garças, Estado de Mato Grosso**, no uso de suas atribuições legais, por meio da Comissão Preparatória do Processo Seletivo Simplificado, instituída através da Portaria nº 050/2017,

RESOLVE:

Retificar o Edital de Convocação nº 011/2017 - publicado no Diário Oficial dos Municípios – AMM de MT em 13/04/2017, Edição 2.709, página 74.

Onde se Lê:

Cargo: Professor II – Pedagogo

1º	Leidiane Rezende Oliveira

Leia-se:

Cargo: Professor II – Pedagogo

1º	Helena Maria de Souza Dariva

Alto Garças – MT, 02 de Maio de 2017.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 29/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 19/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA ACOMPANHAMENTO E EXECUÇÃO DE PROJETOS E SOLUÇÕES TÉCNICAS NA ÁREA DE ENGENHARIA CIVIL, conforme especificações e quantidades descritas no termo referencia.

FAVORECIDO: A. EDSON PEREIRA ENG EIRELI-ME

CNPJ: 18.953.241/0001-10

PRAZO DE EXECUÇÃO: IMEDIATA

VALOR: R$ 16.000,00 (Dezesseis Mil Reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24 inciso II da Lei n° 8.666/93

Ratifico a Dispensa de Licitação com fulcro na justificativa de Dispensa de Licitação n° 19/2017 e no Parecer Jurídico anexo ao processo, nos termos da Lei n° 8.666/93 e alterações posteriores.

Alto Garças – MT, em 02 de Maio de 2017.

Claudinei Singolano

Prefeito Municipal

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 18/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 09/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO DE CADEIRAS ODONTOLÓGICAS PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

FAVORECIDO: AMPLAMEDIC PRODUTOS SERVIÇOS PARA SAUDE EIRELI-ME

CNPJ: 26.391.476.0001-94

PRAZO DE EXECUÇÃO: IMEDIATA

VALOR: R$ 2.360,00 (Dois Mil Trezentos e Sessenta Reais)

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24 inciso II da Lei n° 8.666/93

Ratifico a Dispensa de Licitação com fulcro na justificativa de Dispensa de Licitação n° 09/2017 e no Parecer Jurídico anexos ao processo, nos termos da Lei n° 8.666/93 e alterações posteriores.

Alto Garças – MT, em 02 de Maio de 2017.

Claudinei Singolano

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS - SECRETATIRA DE ADMINISTRAÇÃO
REABERTURA DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS – MT

RUA DOM AQUINO, Nº 346 – CENTRO – CEP: 78.770-000

REABERTURA DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM TELEFONIA EM TODAS AS SECRETARIAS E ÓRGÃOS DESTA PREFEITURA.

Dia: 12/05/2017.

ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as **09:00** horas (Horário de Mato Grosso), do dia **12/05/2017**.

EDITAL COMPLEMENTAR COMPLETO: Afixado no endereço acima ou pelo e-mail licitacaoag2017-2020@hotmail.com e site: altogarças.mt.gov.br

ABERTURA DO ENVELOPE Nº 01: Às **09:00** horas, do dia **12 de Maio de 2017**, no Auditório Senador jonas Pinheiro, Secretaria Municipal de Saúde, Av. Coronel Cajango, s/n, Centro – Alto Garças/MT

FUNDAMENTO LEGAL: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, regulamentada pelo Decreto 3.555/2000 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98). Alto Garças - MT, 02 de Maio de 2017.

Alessandra da Silva Dias

Pregoeira

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RETIFICAÇÃO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA

A presidente da Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria Nº066/2017**,** retifica a Dispensa n.05/2017, circulado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Ano XII, Nº 2.644, Pág. 10 de 11/01/2017. Onde se lê: FAVORECIDO: EQUIMEDICA COMERCIAL DE SUPRIMENTOS LTDA-ME

CNPJ: 12.252.434/0001-68

PRAZO DE EXECUÇÃO: IMEDIATA

VALOR: R$ 6.700,00 (Seis Mil e Setecentos Reais), leia-se:

FAVORECIDO: AMPLAMEDIC PRODUTOS E SERVICOS PARA SAUDE EIRELI-ME

CNPJ:26.391.476/0001-94

PRAZO DE EXECUÇÃO: IMEDIATA

VALOR: R$ 5.590,00 (Cinco Mil Quinhentos e Noventa Reais)

GEISICA SILVA POLASIO – Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 264/2017

PORTARIA 264/2017

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT., **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES,** no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder 02 (dois) anos de **Afastamento Para Tratar de Assuntos de Interesse Particular, sem ônus para o Município**, a Servidora Publica municipal **EDILEUSA GOMES COSTA,** portadora do **RG N° 1766730-5 SSP/MT** e do **CPF N°014.678.121-02,** titular do cargo efetivo deAPOIO ADM EDUC- I PROFI 30HS- CONTINUO,**conforme preceitua o Art. 125 da Lei Municipal 11/90 de 19/11/1990.**

Art. 2º. – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia a partir de 01 de Abril de 2017, revogada a disposições em contrário**.**

Publica-se;

Registra-se;

Cumpra-se;

Gabinete da Prefeita Mun. de Alto Paraguai – MT, 26 de Abril de 2017.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 257/2017.

PORTARIA 257/2017.

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT, **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º - Transpor os Servidores Públicos Municipais, conforme lotação descrita no Anexo I dessa Portaria.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se;

Registra-se;

Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT, 25 de Abril de 2017.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

Prefeita Municipal

ANEXO I – Portaria nº. 257/2017

Ficam assim transpostos, e lotados os servidores públicos municipais abaixo relacionados, conforme segue:

Ø **DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – Depto do Centro Reabilitação Dr. MAZARVÃO DE SIQUEIRA.**

Ø ANA MARIA LEMES DO PRADO- SERVIÇO DE APOIO I- CONTINUO.

Ø **PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE- Depto de Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente.**

Ø ANA MARIA LEMES DO PRADO- SERVIÇO DE APOIO I- CONTINUO.

Ø **DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- Depto de Centro de Referência de Assistência Social - CRAS**

Ø JOÃO ALESSANDRO ALMEIDA DE SIQUEIRA- Assistente – Agente Administrativo

Ø **PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE- Depto de Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente.**

Ø JOÃO ALESSANDRO ALMEIDA DE SIQUEIRA- Assistente – Agente Administrativo

Ø **DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E SANEAMNETO – Depto de Viação e Obras Publicas.**

Ø JURANDIR FERRER DE FIGUEIREDO- Técnico de Nível Médio- Tec. em Contabilidade.

Ø **PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE RECEITA E CONTROLE- Depto Gabinete do Secretário.**

Ø JURANDIR FERRER DE FIGUEIREDO- Técnico de Nível Médio- Tec. em Contabilidade

Ø **DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E SANEAMNETO – Depto de Transportes Rodoviários.**

Ø SILVIO ARAUJO DE CARVALHO- Agente operacional- Motorista

Ø **PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – Depto do Pronto Atendimento Municipal Dr. MAZARVÃO DE SIQUEIRA.**

Ø SILVIO ARAUJO DE CARVALHO- Agente operacional- Motorista

Ø **DO GABINETE DA PREFEITA- Depto de Chefia do Gabinete.**

Ø HIOSIANE VANNI MASSAROLO- Controladora Interna.

Ø **PARA CONTROLADORIA GERAL- Depto de Controle Interno.**

Ø HIOSIANE VANNI MASSAROLO- Controladora Interna.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATOS DE CONTRATOS DO MÊS DE ABRIL/2017

Ata de Registro de Preços N° 016/2017, Parte: **J C CHAPADÃO TRANSPORTES EIRELI - ME** - Valor: **R$ 94.400,00**. Vigência: **12/04/2017** a **12/04/2018**; Pregão Presencial de Registro de Preços **nº 002/2017**; Objeto:contratação especializada em locação de veiculo tipo van, para atender a secretaria municipal de saúde e todas as secretarias da prefeitura municipal.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE TERMO DE LICITAÇÃO FRACASSADO – PREGÃO PRESENCIAL 003/2017

O Prefeito Municipal torna público para conhecimento dos licitantes e de quem mais interessar possa, que a licitação supramencionada, tendo por objeto a contratação de empresa para fornecimento parcelado de carga de oxigênio medicinal com fornecimento de cilindros em regime de comodato para atender secretaria de saúde do município de Alto Taquari - MT, foi FRACASSADA por razões de interesse público e questões administrativas, de acordo com o art. 49 da lei 8.666/93. Alto Taquari, 05 de maio de 2017. Ivan Marion de Borba – Prefeito Municipal.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 021/2017

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2017

O **Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº. 01.362.680/0001-56 neste ato representado pelo seu **Prefeito Municipal Sr. IVAN MARION DE BORBA**, solteiro, engenheiro Agronomo, residente na Rua Angelica Nº. 470 – Parque Taquari, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº1396283 SSP/MT devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº. 010.374.441-08 em face do **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2017**, RESOLVE Registrar o Preço da empresa JULIANO VEZENTIN EIRELI - ME, CNPJ Nº 08.694.780/0001-29, com sede à Avenida Oito, nº 782, Centro, na cidade de Chapadão do Sul - MS, neste ato representado pelo Srº Juliano Vezentin, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 001387781 e CPF nº 001.432.951-44, residente na Rua Sapiranga, nº 113, Parque União, na cidade de Chapadão do Sul - MS, doravante denominada simplesmente **FORNECEDORA**, para fornecimento de materiais de expediente, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, a Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE ALTO TAQUARI**, conforme discriminação disposta no anexo I do Edital, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 **–** Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRAZO

2.1 **–** A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura.

3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO DO FORNECEDOR

3.1 **-** O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

JULIANO VEZENTIN EIRELI - ME

CNPJ Nº 08.694.780/0001-29

ITEM	UNID.	QUANT.	DESCRIÇÃO	MARCA	VL. UNIT.	VL. TOTAL
21	75	UN	ESTILETE LARGO 14,5CM, COM TRAVA DE SEGURANCA, EM PLASTICO RESISTENTE - GRANDE.	MASTERPRINT	R$ 1,99	R$ 149,25

33	48	UN	GRAMPO PARA PAPEL Nº23/13 GALVANIZADO - CX 5000 UNIDADES (ATE 100 FL).	BRW	R$ 15,00	R$ 720,00
44	272	UN	PAPEL SULFITE A4 EXTRA BRANCO 210X297MM/75G/M² - CAIXA C/ 10 RESMAS.	MULTICOPY	R$ 178,00	R$ 48. 416,00
47	223	UN	PASTA AZ LOMBADA LARGA FERRAGEM NIQUELADA E OLHAL, PRENDEDOR PLASTICO, FORRACAO EM PAPEL MONOLUCIDO PLASTIFICADO, LOMBADA PLASTICA C/ PORTA ETIQUETA, 350X280X80MM	BRW	R$ 9,90	R$ 2. 207,70
63	60	UN	TESOURA DE METAL COM CABO PLASTICO - 17CM (MEDIA)	MASTERPRINT	R$ 5,90	R$ 354,00
95	87	UN	TESOURA DE METAL COM CABO PLASTICO - 21CM (GRANDE).	MASTERPRINT	R$ 5,90	R$ 513,30
113	62	UN	BOLSA LATERAL TIPO CARTEIRO, EM LONA DE ALGODAO IMPERMEABILIZADA, COM ALCA DE CADARCO DE ALGODAO LARGURA 50MM DA MESMA COR, REGULAVEL, COSTURA REFORCADA , FECHAMENTO COM DUAS TIRAS DE CADARCO 25MM, DUAS DIVISOES INTERNAS MAIS UM BOLSO SEM LAPELA POR BAIXO DA TAMPA, 31(C)X37(A)X20(L)CM.	SANITALL	R$ 98,00	R$ 6. 076,00
122	2	UN	PERFURADOR PARA 1 FURO, CORPO TODO METALICO (PARA 6 FOLHAS)	MASTERPRINT	R$ 6,90	R$ 13,80
TOTAL						R$ 58. 450,05

VALOR POR EXTENSO: CINQUENTA E OITO MIL QUATROCENTOS E CINQUENTA REAIS E CINCO CENTAVOS

4.0 – CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO

4.1 **- Os materiais serão solicitados de forma parcelada, onde o município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ser no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da requisição de compras, devidamente assinada, emitida pela secretaria solicitante e deverá ser entregue no almoxarifado central em dias de expediente nos seguintes horários: 07:30 ás 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, sito à Rua Teófilo Joaquim de Melo, 231 – Centro – Alto Taquari - MT.**

4.2 **–** A empresa Contratada deverá:

4.2.1 **-** Fornecer os produtos solicitados, de acordo com os quantitativos solicitados.

4.2.2 **-** Arcar com todas as despesas de transporte para fornecimento do objeto, sem ônus para a administração Municipal.

4.2.3 – Entregar o produto somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos.

4.3 **-** Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, será aplicada **a multa de 15% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

4.4 - Poderá ocorrer acréscimo ou decréscimo nos pedidos, de acordo com a necessidade e/ou conveniência do Contratante.

5.0 - CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) duas úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida.

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao produto e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 – Aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

5.1.5 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.1.6 – Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 **-** Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido.

5.1.8 **-** Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal.

5.1.9 **-** Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari.

5.1.10 **-** Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari.

5.1.11 **-** Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

5.2 **-** São obrigações do Contratante:

5.2.1 – Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos produtos.

5.2.2 **-** Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata.

5.2.3 **-** Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital.

5.2.4 **-** Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 – CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1 **–** O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, até 15 (quinze) dias após a entrega dos produtos e emissão da nota fiscal, devidamente atestada pelo Agente Público competente.

6.2 **–** A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;

6.3 **-** Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4 **-** Como condição para o pagamento, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5 **-** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 **-** Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 **-** O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 **-** Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

7.1.1 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.1.2 – O descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.1.3 – A subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.1.4 – O comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.1.5 – A decretação de falência ou insolvência civil;

7.1.6 - A dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.1.7 – Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.1.8 – Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.2 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.3 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

8.0 - CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ESTE CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS

8.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

9.0 - CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 **-** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 **-** O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2 **-** O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.3 **-** O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes da execução do objeto do contrato correrão a cargo das seguintes dotações orçamentárias:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

02.060.00.12.365.8020.2043.33.90.30.000001 – Material de Consumo

02.060.00.12.361.8010.2032.33.90.30.000001 – Material de Consumo

02.060.00.12.361.8040.2029.33.90.30.000001 – Material de Consumo

02.060.00.12.361.8010.2163.33.90.30.000001 – Material de Consumo

SECRETARIA DE MUNICIPAL DE SAÚDE

05.130.00.10.301.7010.2096.33.90.30.00000.102008 – Material de Consumo

05.130.00.10.302.7020.2097.33.90.30.00000.100000 – Material de Consumo

05.130.00.10.305.7040.2099.33.90.30.00000.100000 – Material de Consumo

05.130.00.10.301.7010.2187.33.90.30.00000.111401 – Material de Consumo

05.130.00.10.304.7040.2098.33.90.30.00000.102015 – Material de Consumo

05.130.00.10.122.7050.2108.33.90.30.00000.100000 – Material de Consumo

FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

03.110.00.08.243.6110.2177.33.90.30.00000.100000 – Material de Consumo

03.110.00.08.244.6130.2108.33.90.30.00000.100000 – Material de Consumo

03.110.00.08.241.6080.2169.33.90.30.00000.129003 – Material de Consumo

03.110.00.08.244.6120.2168.33.90.30.00000.129004 – Material de Consumo

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

02.140.00.04.122.6050.2188.33.90.30.00000.129000 – Material de Consumo

02.140.00.08.244.6050.2118.33.90.30.00000.100000 – Material de Consumo

SECRETARIA DE MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

02.020.00.04.122.3010.2008.33.90.30.00000.100000 – Material de Consumo

SECRETARIA DE MUNICIPAL DE FAZENDA

02.030.00.04.129.3030.2016.33.90.30.00000.100000 – Material de Consumo

SECRETARIA DE MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA URBANA

02.070.00.04.122.9230.2048.33.90.30.00000.100000 – Material de Consumo

SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

02.050.00.04.122.5020.2027.33.90.30.00000.10000 – Material de Consumo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

02.080.00.27.812.9110.2055.33.90.30.00000.10000 – Material de Consumo

SECRETARIA DE MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

02.090.00.04.122.9300.2058.33.90.30.00000.10000 – Material de Consumo

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO

12.1 **-** A fiscalização da execução do contrato será exercida pelo fiscal de contrato **ANA CECILIA VARGAS**, de acordo com a portaria municipal n.º 26/2017**.**

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 **-** Independentemente de outras sanções legais e das cabíveis cominações penais, pela inexecução total ou parcial desta contratação, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa contratada, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02, no Decreto Municipal nº 011/2011.

a) Aplicação de multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contratado, nas hipóteses de inexecução total da contratação, e de 10% (dez por cento) se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a empresa os direitos do Município de Alto Taquari, nos termos do art. 77 da Lei n. 8.666/93;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Alto Taquari, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei n. 8.666/93.

e) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Alto Taquari pelo prazo de até 05 (cinco) anos, à licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas neste edital.

13.2 **-** Expirados os prazos propostos para o início dos serviços sem que a contratada o faça, ou ocorrendo atraso na entrega do objeto contratado, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa de mora, correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado ou cuja justificativa não tenha sido acatada pela Administração do Município de Alto Taquari, incidente sobre o valor total desta contratação.

13.2.1 **-** A multa prevista será aplicada até o limite de 20 (vinte) dias, decorrido esse prazo, poderá, a administração, sob seu critério, não mais aceitar o objeto licitado, configurando-se a inexecução total do contratado, com as consequências previstas em lei, no ato convocatório e nesta Ata de Registro de Preços, a qual consta as obrigações contratuais para cada uma das partes.

13.3 **-** As sanções previstas nas alíneas "a", "c", “d” e “e” do item 11.1, poderão ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea "b", facultada a defesa prévia da adjudicatária no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ocorrido;

13.4 **-** O licitante vencedor terá o **prazo máximo de 01 (um) dia útil**, após regular notificação por escrito, para confirmar o recebimento da **Ordem de Fornecimento**.

13.4.1 **-** No caso de encaminhamento da Ordem de Fornecimento por meio de fac-símile, o licitante vencedor deverá encaminhar a comprovação de seu recebimento, o que poderá ser feito pela mesma via, por meio dos números: **Fone: (66) 3496-1471/ Fax: (066) 3496-1448.**

13.4.2 **-** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, dentro do mesmo prazo.

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 **-** O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

14.2 **-** A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 **-** Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari MT, 25 de abril de 2017.

IVAN MARION DE BORBA

Prefeito Municipal

JULIANO VEZENTIN EIRELI - ME

Contratada

Testemunhas:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

LEILIANE ABREU DIAS

Assessor Jurídico

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 019/2017

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2017

O **Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº. 01.362.680/0001-56 neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. **IVAN MARION DE BORBA**, solteiro, engenheiro Agronomo, residente na Rua Angelica Nº. 470 – Parque Taquari, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº1396283 SSP/MT devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº. 010.374.441-08em face do **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2017**, RESOLVE Registrar o Preço da empresa **ADARI BARBOSA DE QUEIROZ - ME**, CNPJ Nº 04.926.894/0001-04, com sede na Av. Macario Subtil de Oliveira, nº 950, Centro, na cidade de Alto Taquari - MT, neste ato representado pelo Srº Adari Barbosa de Queiroz, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 017.489 SEJUSP/MS e CPF nº 230.758.211-87, residente na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 950, na cidade de Alto Taquari – MT, doravante denominada simplesmente **FORNECEDORA**, para aquisição de cestas basicas, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, a Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1.0 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 **-** A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE CESTAS BÁSICAS PARA ATENDER A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI**, conforme discriminação disposta no anexo I do Edital, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 **–** Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objeto licitados, facultando portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 **–** A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura.

3.0 - CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO FORNECEDOR

3.1 **-** O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

ADARI BARBOSA DE QUEIROZ - ME

CNPJ Nº 04.926.894/0001-04

ITEM	UNID.	QUANT.	DESCRIÇÃO	MARCA	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1	UN	2.200,000	CESTA - CONTENDO: 5 KG ARROZ TIPO 1 - 1 KG FEIJÃO COMUM TIPO 1 - 1 KG MACARRÃO ESPAGUETE SEMOLA - 1 KG FUBA - 1 LT OLEO DE SOJA - 2 EXTRATO DE TOMATE 130 GR - 2 KG AÇUCAR CRISTAL - 1 PCT BOLACHA MAISENA 400 GR - 1 PCT LEITE EM PO INTEGRAL 200 GR	SINHA - QUERO - POIZE - VALE - AMANDA - ITALC	R$ 48,38	R$ 106.436,00
TOTAL						R$ 106.436,00

VALOR POR EXTENSO: CENTO E SEIS MIL QUATROCENTOS E TRINTA E SEIS REAIS

4.0 – CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO

4.1 - Os produtos serão solicitados de forma parcelada, onde o Município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ocorrer no prazo máximo de 48 horas a contar do recebimento da Requisição de compras devidamente assinada emitida pela Administração Pública Municipal e deverá ser entregue diretamente na secretaria solicitante.

4.2 **–** A empresa Contratada deverá:

4.2.1 **-** Fornecer os produtos solicitados, de acordo com os quantitativos solicitados.

4.2.2 **-** Arcar com todas as despesas de transporte para fornecimento do objeto, sem ônus para a administração Municipal.

4.2.3 – Entregar o produto somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos.

4.3 **-** Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, será aplicada **a multa de 15% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

4.4 - Poderá ocorrer acréscimo ou decréscimo nos pedidos, de acordo com a necessidade e/ou conveniência do Contratante.

5.0 - CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) duas úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida.

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao produto e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 – Aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

5.1.5 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.1.6 – Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 **-** Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido.

5.1.8 **-** Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal.

5.1.9 **-** Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari.

5.1.10 **-** Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari.

5.1.11 **-** Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

5.2 **-** São obrigações do Contratante:

5.2.1 – Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos produtos.

5.2.2 **-** Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata.

5.2.3 **-** Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital.

5.2.4 **-** Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 - CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 **–** O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, até 10 (dez) dias após a entrega dos produtos e emissão da nota fiscal, devidamente atestada pelo Agente Público competente.

6.2 **–** A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;

6.3 **-** Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4 **-** Como condição para o pagamento, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5 **-** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 **-** Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 **-** O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 **-** Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

7.1.1 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.1.2 – o descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.1.3 – a subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.1.4 – o comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.1.5 – a decretação de falência ou insolvência civil;

7.1.6 - a dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.1.7 – razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.1.8 – ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.2 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.3 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

8.0 – CLÁUSULA OITAVA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

8.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

9.0 - CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 **-** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.0 - CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 **-** O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2 **-** O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.3 **-** O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

11.0 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 – As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

02140000824460502118339032000000 – Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita.

12.0 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1 **-** A fiscalização da execução do contrato será exercida pelo fiscal de contrato ANA CECILIA VARGAS, SIDNEI JOSÉ WAGNER, SALMOM FELIPE DE FREITAS PEREIRA, de acordo com a portaria municipal n.º 26/2017**.**

13.0 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Independentemente de outras sanções legais e das cabíveis cominações penais, pela inexecução total ou parcial desta contratação, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa contratada, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02, no Decreto Municipal nº 011/2011.

a) Aplicação de multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contratado, nas hipóteses de inexecução total da contratação, e de 10% (dez por cento) se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a empresa os direitos do Município de Alto Taquari, nos termos do art. 77 da Lei n. 8.666/93;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Alto Taquari, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei n. 8.666/93.

e) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Alto Taquari pelo prazo de até 05 (cinco) anos, à licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas neste edital.

13.2 - Expirados os prazos propostos para o início dos serviços sem que a contratada o faça, ou ocorrendo atraso na entrega do objeto contratado, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa de mora, correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado ou cuja justificativa não tenha sido acatada pela Administração do Município de Alto Taquari, incidente sobre o valor total desta contratação.

13.2.1 - A multa prevista será aplicada até o limite de 20 (vinte) dias, decorrido esse prazo, poderá, a administração, sob seu critério, não mais aceitar o objeto licitado, configurando-se a inexecução total do contratado, com as consequências previstas em lei, no ato convocatório e nesta Ata de Registro de Preços, a qual consta as obrigações contratuais para cada uma das partes.

13.3 - As sanções previstas nas alíneas "a", "c", “d” e “e” do item 11.1, poderão ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea "b", facultada a defesa prévia da adjudicatária no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ocorrido;

13.4 - O licitante vencedor terá o **prazo máximo de 01 (um) dia útil**, após regular notificação por escrito, para confirmar o recebimento da **Ordem de Fornecimento**.

13.4.1 - No caso de encaminhamento da Ordem de Fornecimento por meio de fac-símile, o licitante vencedor deverá encaminhar a comprovação de seu recebimento, o que poderá ser feito pela mesma via, por meio dos números: **Fone: (66) 3496-1471/ Fax: (066) 3496-1448.**

13.4.2 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, dentro do mesmo prazo.

14.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

14.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

15.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 19 de abril de 2017.

IVAN MARION DE BORBA

PREFEITO MUNICIPAL

ADARI BARBOSA DE QUEIROZ - ME

CNPJ 04.926.894/0001-04

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

LEILIANE ABREU DIAS

ASSESSOR JURIDICO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2017 PREGÃO

PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2017

O **Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº. 01.362.680/0001-56 neste ato representado pelo seu **Prefeito Municipal Sr. IVAN MARION DE BORBA**, solteiro, engenheiro Agronomo, residente na Rua Angelica Nº. 470 – Parque Taquari, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº1396283 SSP/MT devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº. 010.374.441-08 em face do **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2017**, RESOLVE Registrar o Preço da empresa MASSON FERNANDES & VITORINO LTDA, CNPJ Nº 11.261.116/0001-09, com sede à Avenida Macário Subtil de Oleira, nº 905, Centro, na cidade de Alto Taquari - MS, neste ato representado pelo Sr. João Paulo Masson Fernandes, brasileiro, casado, portador do RG nº 7408357-9 e CPF nº 043.948.829-07, residente na Rua João Mendes de Souza, nº 411, Centro, na cidade de Alto Taquari - MT, doravante denominada simplesmente **FORNECEDORA**, para fornecimento de materiais de expediente, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, a Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE ALTO TAQUARI**, conforme discriminação disposta no anexo I do Edital, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 **–** Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados.

2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRAZO

2.1 **–** A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura.

3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO DO FORNECEDOR

3.1 **-** O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

MASSON FERNANDES & VITORINO LTDA - ME

CNPJ Nº 11.261.116/0001-09

ITEM	UNID.	QUANT.	DESCRIÇÃO	MARCA	VL. UNIT.	VL. TOTAL
2	37	UN	ALMOFADA PARA CARIMBO Nº4 AZUL - ESTOJO PLASTICO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 10X17CM, COM TECIDO DE LONGA DURACAO, EMBALAGEM INDIVIDUAL, ACONDICIONADAS EM CAIXA.	RADEX	R$ 7,00	R$ 259,00
3	7	UN	ALMOFADA PARA CARIMBO Nº3 PRETO - ESTOJO PLASTICO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 9X11,5CM, COM TECIDO DE LONGA DURACAO, EMBALAGEM INDIVIDUAL, ACONDICIONADAS EM CAIXA.	RADEX	R$ 4,90	R$ 34,30
8	148	UN	BLOCO DE RECADO AUTO-ADESIVO 76MMX102MM COM 100 FOLHAS - COR AMARELO, GRANDE (ANOTE E COLE).	KZ	R$ 4,00	R$ 592,00
12	935	UN	CARTOLINA COMUM EM CORES DIVERSAS, GRAMATURA 120G/M², COM DIMENSOES 600X400MM.	JANDAIA	R$ 0,45	R$ 420,75
16	176	UN	CORRETIVO LIQUIDO 18ML (1º LINHA), BASE DAGUA, SECAGEM RAPIDA, COBERTURA UNIFORME, ATOXICO, INODORO, NAO INFLAMAVEL, COMPOSICAO: RESINA, AGUA ADITIVOS, PIGMENTO, CARGA E CONSERVANTE - APROVADO PELO INMETRO.	KZ	R$ 1,75	R$ 308,00
18	115	UN	ELASTICO PARA DINHEIRO FINO E MACIO - PCT 100GR (BORRACHA) - EM LATEX, EMBALAGEM COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO EM LINGUA PORTUGUESA, 1º LINHA.	MAMUTH	R$ 2,95	R$ 339,25
24	75,78	UN	EXTRATOR DE GRAMPO ALAVANCA INOXIDAVEL/GALVONIZADO (GRAMPO 23/10 A 23/23).	CARBRINK	R$ 1,90	R$ 143,98
27	93	UN	FITA DUPLA FACE DE PAPEL 12MMX30MT.	HSF	R$ 5,25	R$ 488,25
31	7	UN	GRAMPEADOR PARA SUPERFICIE DE MADEIRA, CORPO TODO EM METAL, RESISTENTE.	KZ	R$ 48,00	R$ 336,00
38	65	UN	MOUSE PED 20X19CM (TAPETE PARA MOUSE) PARA DIGITADOR - COR LISO/PRETO	HARDLINE	R$ 4,50	R$ 292,50
41	10	UN	ORGANIZADOR DE CARIMBOS 6 LUGARES EM ACRILICO - COR FUME	WALEU	R$ 14,95	R$ 149,50
50	690	UN	PASTA PLASTICA C/ ABA E ELASTICO, FINA, TAMANHO OFICIO (235X350MM) - TRANSPARENTE	DELLO	R$ 1,64	R$ 1.131,60
52	32	UN	PERFURADOR PARA 30 FOLHAS, CORPO TODO METALICO, BASE PLASTICA, DIAMETRO DO FURO 6MM - PEQUENO	KZ	R$ 27,90	R$ 892,80
55	170	UN	PINCEL ATOMICO / MARCADOR PERMANENTE, COM TINTA PERMANENTE A BASE DE ALCOOL, COM PONTA RETANGULAR QUE PERMITE TRACO FINO E GROSSO - COR PRETO.	MASTERPRINT	R$ 1,89	R$ 321,30
56	173	UN	PINCEL ATOMICO / MARCADOR PERMANENTE, COM TINTA PERMANENTE A BASE DE ALCOOL, COM PONTA RETANGULAR QUE PERMITE TRACO FINO E GROSSO - COR AZUL.	MASTERPRINT	R$ 1,89	R$ 326,97
57	132	UN	PINCEL ATOMICO / MARCADOR PERMANENTE, COM TINTA PERMANENTE A BASE DE ALCOOL, COM PONTA RETANGULAR QUE PERMITE TRACO FINO E GROSSO - COR VERMELHO.	MASTERPRINT	R$ 1,89	R$ 249,48
64	1.000	UN	ENVELOPE CARTA 17X25 CM - COR BRANCO (CONVITE)	IPECOL	R$ 0,32	R$ 320,00
78	650	UN	ENVELOPE SACO 26X36 CM (CORES DIVERSAS) - MEDIDA PAPEL OFICIO.	IPECOL	R$ 0,39	R$ 253,50
83	5.145	UN	PAPEL ALMACO COM PAUTA - UNIDADE	JANDAIA	R$ 0,20	R$ 1.029,00
90	1.500	UN	ENVELOPE PARA CD, 12,5X12,5CM, EM PAPEL, COM JANELA EM ACETATO E ABA PARA FECHAMENTO.	IPECOL	R$ 0,30	R$ 450,00
91	490	UN	ENVELOPE SACO 17X25 CM (COR A ESCOLHER).	ROMITEC	R$ 0,35	R$ 171,50
97	308	UN	CAIXA ARQUIVO PEMANENTE (MORTO) PAPELAO KRAFT Nº 1 - DUAS CAPAS, ESPACO PARA ANOTACOES, MEDINDO APROXIMADAMENTE (CXLXA) 370X140X250MM.	SÃO CARLOS	R$ 1,80	R$ 554,40
98	49	UN	CALCULADORA ELETRONICA MESA, 12 DIGITOS, BATERIA, DESLIGAMENTO AUTOMATICO, CORRETOR DE DIGITO, FUNCOES: GT, INVERSAO DE SINAIS, MEMORIA, PORCEN-	KENKO	R$ 22,30	R$ 1.092,70

			TAGEM, QUATRO OPERACOES, 127X23MM, COM BATERIA MEDIA (PROCEDENCIA NACIONAL)			
99	11	UN	COLCHETE Nº 10 GALVONIZADO - CAIXA 72 UNIDADES (BAILARINA), O PRODUTO DEVERA OBEDECER AS NORMAS TECNICAS PERTINENTES COMO NBR 9001.	BACCHI	R$ 10,00	R$ 110,00
100	525	UN	ENVELOPE SACO 20X28 CM (COR A ESCOLHER) MEDIDA METADE.	IPECOL	R$ 0,35	R$ 183,75
103	17	UN	GRAMPO TRILHO PLASTICO 50MM (PARA ATE 300 FOLHAS) PCT 50 JOGOS, EM POLIPROPILENO, COR TRANSPARENTE	KZ	R$ 9,25	R$ 157,25
106	9	UN	INDICE PARA FICHARIO A/Z 4X6 (10,2X15,3CM), EM CARTAO MARMORIZADO, 26 LETRAS.	DELUCAS	R$ 9,50	R$ 85,50
112	25	UN	BORRACHA BRANCA DE LATEX NATURAL Nº40 (UNIDADE), MOLE, PARA APAGAR ESCRITA A LAPIS E GRAFITE, NO FORMATO RETANGULAR, NA COR BRANCA, NAO TOXICA.	KIT	R$ 0,35	R$ 8,75
117	2	UN	GRAMPEADOR P/ 240 FOLHAS, 75G/M², P/ GRAMPO 23/6 A 26/13 EM METAL, CAPACIDADE PENTE INTEIRO, BASE MACIA, CABO ERGOMETRICO PRETO.	BRW	R$ 127,70	R$ 255,40
123	3	UN	ALMOFADA PARA CARIMBO Nº3 VERMELHO - ESTOJO PLASTICO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 9X11,5CM, COM TECIDO DE LONGA DURACAO, EMBALAGEM INDIVIDUAL, ACONDICIONADAS EM CAIXA.	RADEX	R$ 4,98	R$ 14,94
127	3	UN	FITA DUPLO CARRETEL OLIVETTI- MAQUINA ESCREVER PRETA/VERMELHO NYLON 9MX13MM.	HTCOMPANY	R$ 21,80	R$ 65,40
128	6	UN	GRAFITE LAPISEIRA 0.5 - 12 UNIDADES	CLASSE	R$ 1,40	R$ 8,40
TOTAL						R$ 11. 046,17

VALOR POR EXTENSO: ONZE MIL E QURENTA E SEIS REAIS E DEZESSETE CENTAVOS

4.0 – CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO

4.1 **- Os materiais serão solicitados de forma parcelada, onde o município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ser no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da requisição de compras, devidamente assinada, emitida pela secretaria solicitante e deverá ser entregue no almoxarifado central em dias de expediente nos seguintes horários: 07:30 ás 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, sito à Rua Teófilo Joaquim de Melo, 231 – Centro – Alto Taquari - MT.**

4.2 **–** A empresa Contratada deverá:

4.2.1 **-** Fornecer os produtos solicitados, de acordo com os quantitativos solicitados.

4.2.2 **-** Arcar com todas as despesas de transporte para fornecimento do objeto, sem ônus para a administração Municipal.

4.2.3 – Entregar o produto somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos.

4.3 **-** Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, será aplicada **a multa de 15% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

4.4 - Poderá ocorrer acréscimo ou decréscimo nos pedidos, de acordo com a necessidade e/ou conveniência do Contratante.

5.0 - CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) duas úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida.

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao produto e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 – Aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

5.1.5 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.1.6 – Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 **-** Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido.

5.1.8 **-** Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal.

5.1.9 **-** Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari.

5.1.10 **-** Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari.

5.1.11 **-** Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

5.2 **-** São obrigações do Contratante:

5.2.1 – Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos produtos.

5.2.2 **-** Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata.

5.2.3 **-** Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital.

5.2.4 **-** Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 – CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1 **–** O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, até 15 (quinze) dias após a entrega dos produtos e emissão da nota fiscal, devidamente atestada pelo Agente Público competente.

6.2 **–** A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;

6.3 **-** Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4 **-** Como condição para o pagamento, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5 **-** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 **-** Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 **-** O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 **-** Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

7.1.1 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.1.2 – O descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.1.3 – A subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.1.4 – O comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.1.5 – A decretação de falência ou insolvência civil;

7.1.6 - A dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.1.7 – Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.1.8 – Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.2 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.3 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

8.0 - CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ESTE CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS

8.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

9.0 - CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 **-** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 **-** O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2 **-** O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.3 **-** O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes da execução do objeto do contrato correrão a cargo das seguintes dotações orçamentárias:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

02.060.00.12.365.8020.2043.33.90.30.000001 – Material de Consumo

02.060.00.12.361.8010.2032.33.90.30.000001 – Material de Consumo

02.060.00.12.361.8040.2029.33.90.30.000001 – Material de Consumo

02.060.00.12.361.8010.2163.33.90.30.000001 – Material de Consumo

SECRETARIA DE MUNICIPAL DE SAÚDE

05.130.00.10.301.7010.2096.33.90.30.00000.102008 – Material de Consumo

05.130.00.10.302.7020.2097.33.90.30.00000.100000 – Material de Consumo

05.130.00.10.305.7040.2099.33.90.30.00000.100000 – Material de Consumo

05.130.00.10.301.7010.2187.33.90.30.00000.111401 – Material de Consumo

05.130.00.10.304.7040.2098.33.90.30.00000.102015 – Material de Consumo

05.130.00.10.122.7050.2108.33.90.30.00000.100000 – Material de Consumo

FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

03.110.00.08.243.6110.2177.33.90.30.00000.100000 – Material de Consumo

03.110.00.08.244.6130.2108.33.90.30.00000.100000 – Material de Consumo

03.110.00.08.241.6080.2169.33.90.30.00000.129003 – Material de Consumo

03.110.00.08.244.6120.2168.33.90.30.00000.129004 – Material de Consumo

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

02.140.00.04.122.6050.2188.33.90.30.00000.129000 – Material de Consumo

02.140.00.08.244.6050.2118.33.90.30.00000.100000 – Material de Consumo

SECRETARIA DE MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

02.020.00.04.122.3010.2008.33.90.30.00000.100000 – Material de Consumo

SECRETARIA DE MUNICIPAL DE FAZENDA

02.030.00.04.129.3030.2016.33.90.30.00000.100000 – Material de Consumo

SECRETARIA DE MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA URBANA

02.070.00.04.122.9230.2048.33.90.30.00000.100000 – Material de Consumo

SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

02.050.00.04.122.5020.2027.33.90.30.00000.10000 – Material de Consumo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

02.080.00.27.812.9110.2055.33.90.30.00000.10000 – Material de Consumo

SECRETARIA DE MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

02.090.00.04.122.9300.2058.33.90.30.00000.10000 – Material de Consumo

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO

12.1 **-** A fiscalização da execução do contrato será exercida pelo fiscal de contrato **ANA CECILIA VARGAS**, de acordo com a portaria municipal n.º 26/2017**.**

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 **-** Independentemente de outras sanções legais e das cabíveis cominações penais, pela inexecução total ou parcial desta contratação, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa contratada, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02, no Decreto Municipal nº 011/2011.

a) Aplicação de multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contratado, nas hipóteses de inexecução total da contratação, e de 10% (dez por cento) se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a empresa os direitos do Município de Alto Taquari, nos termos do art. 77 da Lei n. 8.666/93;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Alto Taquari, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei n. 8.666/93.

e) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Alto Taquari pelo prazo de até 05 (cinco) anos, à licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas neste edital.

13.2 **-** Expirados os prazos propostos para o início dos serviços sem que a contratada o faça, ou ocorrendo atraso na entrega do objeto contratado, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa de mora, correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado ou cuja justificativa não tenha sido acatada pela Administração do Município de Alto Taquari, incidente sobre o valor total desta contratação.

13.2.1 **-** A multa prevista será aplicada até o limite de 20 (vinte) dias, decorrido esse prazo, poderá, a administração, sob seu critério, não mais aceitar o objeto licitado, configurando-se a inexecução total do contratado, com as consequências previstas em lei, no ato convocatório e nesta Ata de Registro de Preços, a qual consta as obrigações contratuais para cada uma das partes.

13.3 **-** As sanções previstas nas alíneas "a", "c", “d” e “e” do item 11.1, poderão ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea "b", facultada a defesa prévia da adjudicatária no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ocorrido;

13.4 **-** O licitante vencedor terá o **prazo máximo de 01 (um) dia útil**, após regular notificação por escrito, para confirmar o recebimento da **Ordem de Fornecimento**.

13.4.1 **-** No caso de encaminhamento da Ordem de Fornecimento por meio de fac-símile, o licitante vencedor deverá encaminhar a comprovação de seu recebimento, o que poderá ser feito pela mesma via, por meio dos números: **Fone: (66) 3496-1471/ Fax: (066) 3496-1448.**

13.4.2 **-** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, dentro do mesmo prazo.

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 **-** O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

14.2 **-** A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 **-** Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari MT, 26 de abril de 2017.

IVAN MARION DE BORBA MASSON FERNANDES & VITORINO LTDA

Prefeito Municipal Contratada

Testemunhas:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

LEILIANE ABREU DIAS

Assessor Jurídico

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2017

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2017

O **Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº. 01.362.680/0001-56 neste ato representado pelo seu **Prefeito Municipal Sr. IVAN MARION DE BORBA**, solteiro, engenheiro Agronomo, residente na Rua Angelica Nº. 470 – Parque Taquari, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº1396283 SSP/MT devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº. 010.374.441-08 em face do **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2017**, RESOLVE Registrar o Preço da empresa ADARI BARBOSA DE QUEIROZ - ME, CNPJ Nº 04.926.894/0001-04, com sede à Avenida Macário Subtil de Oleira, nº 950, Centro, na cidade de Alto Taquari - MS, neste ato representado pelo Sr. Adari Barbosa de Queiroz, brasileiro, casado, portador do RG nº 017489 e CPF nº 230.758.211-87, residente na Avenida Macário Subtil de Oleira, nº 950, Centro, na cidade de Alto Taquari - MT, doravante denominada simplesmente **FORNECEDORA**, para fornecimento de materiais de expediente, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, a Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE ALTO TAQUARI**, conforme discriminação disposta no anexo I do Edital, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 **–** Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRAZO

2.1 **–** A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura.

3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO DO FORNECEDOR

3.1 **-** O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

ADARI BARBOSA DE QUEIROZ - ME

CNPJ Nº 04.926.894/0001-04

ITEM	UNID.	QUANT.	DESCRIÇÃO	MARCA	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1	47	UN	ALFINETE COM CABECA DE VIDRO (COLORIDO) - CAIXA C/ 50 UNIDADES, TAMANO 31MM (COMPOSICAO: ACO, NIQUELADO).	KIT	R$ 3,20	R$ 150,40
17	160	UN	DVD-R (GRAVAVEL), VELOCIDADE DE GRAVACAO: 4X, CAPACIDADE DE ARMAGENAMENTO: 4,7GB P/ DADOS, 120 MIN. P/ VIDEO, SUPERFICIE: COM LOGO DO FABRICANTE, EMBALAGEM: ENVELOPE INDIVIDUAL.	MULTILASER	R$ 1,05	R$ 168,00
45	2	UN	PAPEL SULFITE A3 EXTRA BRANCO 297MMX420MM/75G/M² - CAIXA 5X500=2.500 FOLHAS.	CHAMEX	R$ 210,00	R$ 420,00
49	282	UN	PASTA PLASTICA C/ ABA E ELASTICO 55MM (5 CM) 250X55X340MM - TRANSPARENTE	POLBRAS	R$ 3,28	R$ 924,96
54	78	UN	PINCEL (MARCADOR PARA RETRO PROJETOR) PONTA MEDIA 2.0 MM TINTA PERMANENTE - COR A ESCOLHER.	KIT	R$ 2,38	R$ 185,64
67	307	UN	CADERNO ASPIRAL CAPA DURA 1/4, 140X202MM, 96 FOLHAS - PEQUENO.	PANEMERICANO	R$ 3,90	R$ 1.197,30
82	3	UN	ORGANIZADOR DE CARIMBOS 12 LUGARES EM ACRILICO - COR FUME	WALEU	R$ 15,85	R$ 47,55
84	166	UN	PASTA POLIONDA LARGA ABA C/ ELASTICO 5CM (55MM) - CORES DIVERSAS.	POLIBRAS	R$ 4,49	R$ 745,34
88	305	UN	CAPA EM PLASTICO PARA ENCADERNACAO - TAMANHO A4 - COR A ESCOLHER	POLIBRAS	R$ 0,59	R$ 179,95
92	67	UN	LIVRO ATA 50 FLS, 205MMX300MM, CAPA DURA, COSTURADO, FOLHA NUMERADA, SEM MARGEM - GRANDE.	TILIBRA	R$ 6,45	R$ 432,15
94	38	UN	PRANCHETA EM DURATEX - PRENDEDOR DE METAL - TAM. OFICIO.	SOUZA	R$ 4,85	R$ 184,30
107	6	UN	LIVRO ATA 200 FLS, 205MMX300MM, CAPA DURA, COSTURADO, FOLHA NUMERADA, SEM MARGEM - GRANDE.	TILIBRA	R$ 14,78	R$ 88,68
110	110	UN	LAPIS PRETO DE GRAFITO HB Nº 02 HEXAGONAL - UNIDADE (GRAFITE ESCRITA MACIO/COR VERDE/ULTRA RESISTENTE, NAO LASCA) - COMPOSICAO: RESINAS TERMOPLASTICAS, INDUSTRIA BRASILEIRA, SELO DO INMETRO, 1º LINHA.	BIC EVOLUTION	R$ 0,70	R$ 77,00
111	9	UN	FICHARIO DE MESA 6X9 (260 X 300 X 182CM), BASE METALICA E TAMPA POLIESTIRENO FIXADA COM REBITE EM ACO.	WALEU	R$ 60,00	R$ 540,00
116	220	UN	ENVELOPE CARTA 24X34 CM - COR VERMELHO E AZUL (P/ CONVITE)	ALOFORM	R$ 0,60	R$ 132,00
126	6	UN	PAPEL HOLERIT 240MMX140MM, 2 VIAS COM CARBONO, COR VERDE, PAPEL 50GR, SERRILHAS: HORIZONTAIS E MARGINAIS - CAIXA COM 2000 JOGOS - 1º LINHA.	ALOFORM	R$ 180,50	R$ 1.083,00
132	12	UN	PAPEL TERMICO PARA FAX (BOBINA 30MX215MM).	JANDAIA	R$ 9,15	R$ 109,80
TOTAL						R$ 6.666,07

VALOR POR EXTENSO: SEIS MIL SEISSENTOS E SESSENTA E SEIS REAIS E SETE REAIS

4.0 – CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO

4.1 **- Os materiais serão solicitados de forma parcelada, onde o município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ser no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da requisição de compras, devidamente assinada, emitida pela secretaria solicitante e deverá ser entregue no almoxarifado central em dias de expediente nos seguintes horários: 07:30 ás 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, sito à Rua Teófilo Joaquim de Melo, 231 – Centro – Alto Taquari - MT.**

4.2 **–** A empresa Contratada deverá:

4.2.1 **-** Fornecer os produtos solicitados, de acordo com os quantitativos solicitados.

4.2.2 **-** Arcar com todas as despesas de transporte para fornecimento do objeto, sem ônus para a administração Municipal.

4.2.3 – Entregar o produto somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos.

4.3 **-** Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, será aplicada **a multa de 15% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

4.4 - Poderá ocorrer acréscimo ou decréscimo nos pedidos, de acordo com a necessidade e/ou conveniência do Contratante.

5.0 - CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) duas úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida.

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao produto e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 – Aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

5.1.5 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.1.6 – Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 **-** Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido.

5.1.8 **-** Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal.

5.1.9 **-** Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari.

5.1.10 **-** Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari.

5.1.11 **-** Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

5.2 **-** São obrigações do Contratante:

5.2.1 – Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos produtos.

5.2.2 **-** Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata.

5.2.3 **-** Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital.

5.2.4 **-** Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 – CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1 **–** O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, até 15 (quinze) dias após a entrega dos produtos e emissão da nota fiscal, devidamente atestada pelo Agente Público competente.

6.2 **–** A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;

6.3 **-** Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4 **-** Como condição para o pagamento, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5 **-** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 **-** Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 **-** O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 **-** Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

7.1.1 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.1.2 – O descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.1.3 – A subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.1.4 – O comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.1.5 – A decretação de falência ou insolvência civil;

7.1.6 - A dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.1.7 – Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.1.8 – Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.2 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.3 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

8.0 - CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ESTE CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS

8.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

9.0 - CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 **-** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 **-** O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2 **-** O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.3 **-** O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes da execução do objeto do contrato correrão a cargo das seguintes dotações orçamentárias:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

02.060.00.12.365.8020.2043.33.90.30.000001 – Material de Consumo

02.060.00.12.361.8010.2032.33.90.30.000001 – Material de Consumo

02.060.00.12.361.8040.2029.33.90.30.000001 – Material de Consumo

02.060.00.12.361.8010.2163.33.90.30.000001 – Material de Consumo

SECRETARIA DE MUNICIPAL DE SAÚDE

05.130.00.10.301.7010.2096.33.90.30.00000.102008 – Material de Consumo

05.130.00.10.302.7020.2097.33.90.30.00000.100000 – Material de Consumo

05.130.00.10.305.7040.2099.33.90.30.00000.100000 – Material de Consumo

05.130.00.10.301.7010.2187.33.90.30.00000.111401 – Material de Consumo

05.130.00.10.304.7040.2098.33.90.30.00000.102015 – Material de Consumo

05.130.00.10.122.7050.2108.33.90.30.00000.100000 – Material de Consumo

FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

03.110.00.08.243.6110.2177.33.90.30.00000.100000 – Material de Consumo

03.110.00.08.244.6130.2108.33.90.30.00000.100000 – Material de Consumo

03.110.00.08.241.6080.2169.33.90.30.00000.129003 – Material de Consumo

03.110.00.08.244.6120.2168.33.90.30.00000.129004 – Material de Consumo

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

02.140.00.04.122.6050.2188.33.90.30.00000.129000 – Material de Consumo

02.140.00.08.244.6050.2118.33.90.30.00000.100000 – Material de Consumo

SECRETARIA DE MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

02.020.00.04.122.3010.2008.33.90.30.00000.100000 – Material de Consumo

SECRETARIA DE MUNICIPAL DE FAZENDA

02.030.00.04.129.3030.2016.33.90.30.00000.100000 – Material de Consumo

SECRETARIA DE MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA URBANA

02.070.00.04.122.9230.2048.33.90.30.00000.100000 – Material de Consumo

SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

02.050.00.04.122.5020.2027.33.90.30.00000.10000 – Material de Consumo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

02.080.00.27.812.9110.2055.33.90.30.00000.10000 – Material de Consumo

SECRETARIA DE MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

02.090.00.04.122.9300.2058.33.90.30.00000.10000 – Material de Consumo

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO

12.1 **-** A fiscalização da execução do contrato será exercida pelo fiscal de contrato **ANA CECILIA VARGAS**, de acordo com a portaria municipal n.º 26/2017**.**

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 **-** Independentemente de outras sanções legais e das cabíveis cominações penais, pela inexecução total ou parcial desta contratação, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa contratada, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02, no Decreto Municipal nº 011/2011.

a) Aplicação de multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contratado, nas hipóteses de inexecução total da contratação, e de 10% (dez por cento) se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a empresa os direitos do Município de Alto Taquari, nos termos do art. 77 da Lei n. 8.666/93;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Alto Taquari, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei n. 8.666/93.

e) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Alto Taquari pelo prazo de até 05 (cinco) anos, à licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas neste edital.

13.2 **-** Expirados os prazos propostos para o início dos serviços sem que a contratada o faça, ou ocorrendo atraso na entrega do objeto contratado, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa de mora, correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado ou cuja justificativa não tenha sido acatada pela Administração do Município de Alto Taquari, incidente sobre o valor total desta contratação.

13.2.1 **-** A multa prevista será aplicada até o limite de 20 (vinte) dias, decorrido esse prazo, poderá, a administração, sob seu critério, não mais aceitar o objeto licitado, configurando-se a inexecução total do contratado, com as consequências previstas em lei, no ato convocatório e nesta Ata de Registro de Preços, a qual consta as obrigações contratuais para cada uma das partes.

13.3 **-** As sanções previstas nas alíneas "a", "c", “d” e “e” do item 11.1, poderão ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea "b", facultada a defesa prévia da adjudicatária no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ocorrido;

13.4 **-** O licitante vencedor terá o **prazo máximo de 01 (um) dia útil**, após regular notificação por escrito, para confirmar o recebimento da **Ordem de Fornecimento**.

13.4.1 **-** No caso de encaminhamento da Ordem de Fornecimento por meio de fac-símile, o licitante vencedor deverá encaminhar a comprovação de seu recebimento, o que poderá ser feito pela mesma via, por meio dos números: **Fone: (66) 3496-1471/ Fax: (066) 3496-1448.**

13.4.2 **-** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, dentro do mesmo prazo.

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 **-** O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

14.2 **-** A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 **-** Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari MT, 26 de abril de 2017.

IVAN MARION DE BORBA ADARI BARBOSA DE QUEIROZ - ME

Prefeito Municipal Contratada

Testemunhas:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

LEILIANE ABREU DIAS

Assessor Jurídico

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE CANCELAMENTO – PREGÃO PRESENCIAL Nº007/2017

O Prefeito Municipal torna público para conhecimento dos licitantes e de quem mais interessar possa, que a licitação supramencionada, tendo por objeto a contratação de empresa para aquisição de material de construção, para atender as secretarias do município de Alto Taquari - MT, foi CANCELADA por razões de interesse público e questões administrativas, de acordo com o art. 49 da lei 8.666/93. Alto Taquari, 02 de maio de 2017. Ivan Marion de Borba – Prefeito Municipal.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATOS DE CONTRATOS DO MÊS DE ABRIL/2017

Ata de Registro de Preços N° 022/2017, Parte: **M N DE OLIVEIRA FILHO EIRELE - ME** - Valor: **R$ 46.239,55**. Vigência: **25/04/2017** a **25/04/2018**; Pregão Presencial de Registro de Preços **nº 011/2017**; Objeto:registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de materiais de expediente para atender as diversas secretarias do município de alto taquari.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2017

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2017

O **Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº. 01.362.680/0001-56 neste ato representado pelo seu **Prefeito Municipal Sr. IVAN MARION DE BORBA**, solteiro, engenheiro Agronomo, residente na Rua Angelica Nº. 470 – Parque Taquari, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº1396283 SSP/MT devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº. 010.374.441-08 em face do **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2017**, RESOLVE Registrar o Preço da empresa LUCELENE BARBOSA NUNES ASSIS - ME, CNPJ Nº 12.772.384/0001-40, com sede à Rua Guilherme Machado de Souza, nº s/n, Qd03, Lt05, Casa 02, Pous. Das Nascentes na cidade de Lagoa Santa - GO, neste ato representado pelo Srª Lucelene Barbosa Nunes Assis, brasileira, casada, portador do RG nº 000608219 e CPF nº 519.217.231-49, residente na Rua Sebastião Leal, nº 1221, Vila Pernambuco, na cidade de Lagoa Santa - GO, doravante denominada simplesmente **FORNECEDORA**, para fornecimento de materiais de expediente, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, a Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE ALTO TAQUARI**, conforme discriminação disposta no anexo I do Edital, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 **–** Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRAZO

2.1 **–** A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura.

3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO DO FORNECEDOR

3.1 **-** O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

LUCELENE BARBOSA NUNES ASSIS - ME

CNPJ Nº 12.772.384/0001-40

ITEM	UNID.	QUANT.	DESCRIÇÃO	MARCA	VL. UNIT.	VL. TOTAL
6	129	UN	BORRACHA BRANCA DE LATEX NATURAL Nº40, MOLE, PARA APAGAR ESCRITA A LAPIS E GRAFITE, NO FORMATO RETANGULAR, NA COR BRANCA, NAO TOXICA - CAIXA C/ 40 UNIDADES.	RED BOR	R$ 7,50	R$ 967,50
7	175	UN	BLOCO DE RECADO AUTO-ADESIVO 38MMX51MM COM 50 FOLHAS - PEQUENO COR AMARELO (ANOTE E COLE).	KAZ	R$ 0,97	R$ 169,75
9	986	UN	CAIXA ARQUIVO PERMANENTE (MORTO) PLASTICO POLIONDA Nº 1 - MEDINDO APROXIMADAMENTE 250X130X350MM - COR A ESCOLHER.	POLYCART	R$ 3,50	R$ 3.451,00
11	78	UN	CANETA ESFEROGRAFICA AZUL, PONTA MEDIA (1,0MM), CRISTAL, SEXTAVADO, CARGA E TAMPA CONECTADO AO CORPO POR ENCAIXE, APROVADA PELO INMETRO - CAIXA C/ 50 UNIDADES (COMPOSICAO: RESINAS TERMOPLASTICAS, TINTA A BASE DE CORANTES ORGANICOS E SOLVENTES, PONTA DE LATAO E ESFERA DE TUGSTENIO).	INJEXPEN	R$ 23,99	R$ 1.871,22
13	17	UN	CD-RW (REGRAVAVEL), VELOCIDADE DE GRAVACAO: 12X, CAPACIDADE DE ARMAGENAMENTO: 700MB P/ DADOS, 80 MIN. P/ AUDIO, SUPERFICIE: COM LOGO DO FABRICANTE, EMBALAGEM: ENVELOPE INDIVIDUAL.	MAXELL	R$ 1,00	R$ 17,00
14	779	UN	COLA BRANCA LAVAVEL 40GR - COMPOSTA COM ACETATO DE POLIVINILA (PVA), NAO INFLAMAVEL, ATOXICA, BICO APLICADOR FINO, TAMPA COM PINO INTERNO OU SISTEMA QUE EVITE A OBSTRUCAO DO FLUXO DA COLA, COM CONFORMIDADE COM A NORMA NBR 15236.	LEONORA	R$ 0,79	R$ 615,41
15	55	UN	COLA BRANCA LIQUIDA 1LT - COMPOSTA DE POLIVINIL ACETATO, TIPO PASTOSA, COM CONFORMIDADE COM A NORMA NBR 15236.	PIRATININGA	R$ 8,74	R$ 480,70
23	6	UN	ETIQUETA 25,4X99,0MM, FORMATO A4, CAIXA COM 25 FOLHAS, TOTAL DE 550 ETIQUETAS, COR BRANCO, COMPOSICAO: PAPEL COM ADESIVO ACRILICO AQUOSO (PARA IMPRESSORA JATO TINTA, INKJET+LASER).	INFORMES	R$ 15,84	R$ 95,04
26	385	UN	FITA ADESIVA LARGA, TRANSPARENTE MEDINDO APROXIMADAMENTE 45MMX45M.	EMBALANDO	R$ 2,75	R$ 1.058,75
29	22	UN	GRAMPEADOR P/ 50 FOLHAS, P/ GRAMPO 26/6, CORPO TODO EM METAL, COM BASE MACIA, COM CAPACIDADE PARA 1/2 BARRA GRAMPO, CABO ERGONOMETRO, COR PRETO.	KAZ	R$ 27,58	R$ 606,76
30	17	UN	GRAMPEADOR P/ 100 FOLHAS, 75G/M², P/ GRAMPO 23/6 A 26/13 CORPO TODO EM METAL, CAPACIDADE 1 PENTE INTEIRO, BASE MACIA, CABO ERGOMETRO, COR PRETO.	KAZ	R$ 64,44	R$ 1.095,48
32	179	UN	GRAMPO PARA PAPEL Nº26/6 GALVANIZADO - CX 5000 UNIDADES (ATE 20 FLS)	BRW	R$ 3,97	R$ 710,63
34	32	UN	GRAMPO PARA MADEIRA Nº 106/6 (0,61X0,94MM) CAIXA COM 1000 UNIDADES.	CHAPARRAU	R$ 6,20	R$ 198,40

36	398	UN	MARCA TEXTO FLUORESCENT HIGHLIGHTER PONTA 4MM CHANFRADA, PODE FICAR DESTAMPADO ALGUMAS HORAS E CONTINUAR USANDO, 1º LINHA (COR A ESCOLHER) COMPOSICAO: TINTA: VEICULO AQUOSO, UMECTANTES, CORANTES E ADITIVOS; PAVIO E PONTA: FIBRA.	MASTERPRINT	R$ 1,11	R$ 441,78
39	106	UN	LAPIS PRETO DE GRAFITO HB Nº 02 HEXAGONAL - CAIXA COM 144 UNIDADES (GRAFITE ESCRITA MACIO/COR VERDE/ULTRA RESISTENTE, NAO LASCA) - COMPOSICAO: RESINAS TERMOPLASTICAS, INDUSTRIA BRASILEIRA, SELO DO INMETRO, 1º LINHA.	MAKE+	R$ 76,00	R$ 8. 056,00
40	107	UN	LIVRO ATA 100 FLS, 205MMX300MM, CAPA DURA, COSTURADO, FOLHA NUMERADA, SEM MARGEM - GRANDE	SÃO DOMINGO	R$ 9,73	R$ 1. 041,11
46	81	UN	PAPEL VERGE A4 210MMX297MM 180G/M² - PACOTE 100 UNIDADES (CORES DIVERSAS)	FILIPAPER	R$ 15,00	R$ 1. 215,00
48	318	UN	PASTA PLASTICA C/ ABA E ELASTICO 18MM (2CM) 245X18X335MM - TRANSPARENTE	ACP	R$ 1,80	R$ 572,40
58	52	UN	PORTA CLIPS, EM ACRILICO, REDONDO COM IMA - COR FUME	ACRIMET	R$ 7,10	R$ 369,20
60	6	UN	QUADRO BRANCO 0,90 X1,20CM - TELA CHAPA FIBRA DE MADEIRA, PINTURA UV ALTA DURABILIDADE, MOLDURA ALUMINIO NATURAL (12X6MM), PORTA MARCADOR E APAGADOR.	CORTIARTE	R$ 116,35	R$ 698,10
62	265	UN	REGUA - DE ACRILICO CRISTAL INCOLOR, COM ESCALAS EM MILIMETROS, ESPESSURA 3MM APROXIMADAMENTE, MEDINDO 30CM - LARGA	ACRINIL	R$ 1,19	R$ 315,35
65	23	UN	PAPEL FOTOGRAFICO COM BRILHO 210X297MM 180G/M² INKJET PHOTO/80 PROFISSIONAL, A PROVA D'AGUA, SECAGEM INSTANTENEA, COR BRANCO - PCT 30 UNIDADES	FILIPERSON	R$ 22,77	R$ 523,71
66	52	UN	AGENDA PERMANENTE - PAGINA PARA DADOS PESSOAIS, 1 DIA POR PAGINA.	KAZ	R$ 17,30	R$ 899,60
68	36	UN	CANETA ESFEROGRAFICA VERMELHO, PONTA MEDIA (1,0MM), CRISTAL, SEXTAVADO, CARGA E TAMPA CONECTADO AO CORPO POR ENCAIXE, APROVADA PELO INMETRO - CAIXA C/ 50 UNIDADES (COMPOSICAO: RESINAS TERMOPLASTICAS, TINTA A BASE DE CORANTES ORGANICOS E SOLVENTES, PONTA DE LATAO E ESFERA DE TUGSTENIO).	INJEX PEN	R$ 23,00	R$ 828,00
76	9	UN	COLCHETE Nº 12 GALVONIZADO - CAIXA 72 UNIDADES (BAILARINA), O PRODUTO DEVERA OBEDECER AS NORMAS TECNICAS PERTINENTES COMO NBR 9001.	CHAPARRAU	R$ 10,76	R$ 96,84
77	2. 010	UN	ENVELOPE CARTA 20X28 CM - COR VERMELHO E AZUL (P/ CONVITE).	FORONI	R$ 0,59	R$ 1. 185,90
80	31	UN	GRAMPO TRILHO GALVONIZADO 80MM - CAIXA 50 JOGOS	CHAPARRAU	R$ 9,54	R$ 295,74
85	43	UN	PORTA LAPIS, CANETA, CLIPS E BLOCO DE RECADOS (ORGANIZADOR DE MESA) COM 6 REPARTICOES/COMPARTIMENTOS, EM ACRILICO - COR FUME OU TRANSPARENTE.	DELLO	R$ 17,10	R$ 735,30
87	37	UN	CANETA ESFEROGRAFICA PRETO, PONTA MEDIA (1,0MM), CRISTAL, SEXTAVADO, CARGA E TAMPA CONECTADO AO CORPO POR ENCAIXE, APROVADA PELO INMETRO - CAIXA C/ 50 UNIDADES (COMPOSICAO: RESINAS TERMOPLASTICAS, TINTA A BASE DE CORANTES ORGANICOS E SOLVENTES, PONTA DE LATAO E ESFERA DE TUGSTENIO).	INJEX PEN	R$ 23,00	R$ 851,00
101	2. 850	UN	ENVELOPE SACO 31X41 CM (COR A ESCOLHER) MEDIDA RAIO X.	FORONI	R$ 0,60	R$ 1. 710,00
102	21	UN	FICHA PARA FICHARIO PAUTADO 6X9 (152,4,0X228,6MM), COR BRANCA , PAPEL TIPO CARTOLINA ,GRAMATURA 180G/M², EMBALAGEM EM PLÁTICO TRANSPARENTE PACOTE COM 100 UNIDADES.	SÃO DOMINGO	R$ 9,85	R$ 206,85
109	42	UN	LIVRO PROTOCOLO DE CORRESPONDENCIA 104 FOLHAS - CAPA E CONTRACAPA DE PAPELAO 697G/M² REVESTIDO COM PAPEL OFF-SET 120G/M², FOLHAS INTERNAS PAPEL OFF-SET 63G/M², FORMATO 153X216MM, CONTENDO NO MINIMO 4 LINHAS NA DISCRIMINACAO, COR AZUL MARINHO.	SÃO DOMINGO	R$ 10,73	R$ 450,66
114	25	UN	CLIPS PARA PAPEL EM ACO NIQUELADO/GALVANIZADO, Nº 6/0, FABRICADO EM ACO ANTIFERRUGEM - CAIXA COM 220 UNIDADES	CHAPARRAU	R$ 8,98	R$ 224,50
124	29	UN	PAPEL PARA MAQUINA DE CALCULAR 57MMX50MT 1VIA - COR BRANCO (BOBINA)	ALOFORM	R$ 2,19	R$ 63,51
130	20	UN	FICHA PARA FICHARIO PAUTADO 4X6 (101,6X152,4MM) COR BRANCA , PAPEL TIPO CARTOLINA , GRAMATURA 180G/M², EMBALAGEM EM PLÁTICO TRANSPARENTE PACOTE COM 100 UNIDADES.	SÃO DOMINGO	R$ 9,03	R$ 180,60
TOTAL						R$ 32. 298,79

VALOR POR EXTENSO: TRINTA E DOIS MIL DUZENTOS E NOVENTA E OITO REAIS E SETENTA E NOVE CENTAVOS

4.0 – CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO

4.1 **- Os materiais serão solicitados de forma parcelada, onde o município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ser no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da requisição de compras, devidamente assinada, emitida pela secretaria solicitante e deverá ser entregue no almoxarifado central em dias de expediente nos seguintes horários: 07:30 ás 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, sito à Rua Teófilo Joaquim de Melo, 231 – Centro – Alto Taquari - MT.**

4.2 **–** A empresa Contratada deverá:

4.2.1 **-** Fornecer os produtos solicitados, de acordo com os quantitativos solicitados.

4.2.2 **-** Arcar com todas as despesas de transporte para fornecimento do objeto, sem ônus para a administração Municipal.

4.2.3 – Entregar o produto somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos.

4.3 **-** Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, será aplicada **a multa de 15% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

4.4 - Poderá ocorrer acréscimo ou decréscimo nos pedidos, de acordo com a necessidade e/ou conveniência do Contratante.

5.0 - CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) duas úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida.

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao produto e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 – Aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

5.1.5 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.1.6 – Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 **-** Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido.

5.1.8 **-** Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal.

5.1.9 **-** Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari.

5.1.10 **-** Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari.

5.1.11 **-** Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

5.2 **-** São obrigações do Contratante:

5.2.1 – Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos produtos.

5.2.2 **-** Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata.

5.2.3 **-** Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital.

5.2.4 **-** Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 – CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1 **–** O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, até 15 (quinze) dias após a entrega dos produtos e emissão da nota fiscal, devidamente atestada pelo Agente Público competente.

6.2 **–** A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;

6.3 **-** Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4 **-** Como condição para o pagamento, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5 **-** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 **-** Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 **-** O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 **-** Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

7.1.1 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.1.2 – O descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.1.3 – A subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.1.4 – O comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.1.5 – A decretação de falência ou insolvência civil;

7.1.6 - A dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.1.7 – Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.1.8 – Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.2 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.3 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

8.0 - CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ESTE CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS

8.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

9.0 - CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 **-** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 **-** O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2 **-** O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.3 **-** O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes da execução do objeto do contrato correrão a cargo das seguintes dotações orçamentárias:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

02.060.00.12.365.8020.2043.33.90.30.000001 – Material de Consumo

02.060.00.12.361.8010.2032.33.90.30.000001 – Material de Consumo

02.060.00.12.361.8040.2029.33.90.30.000001 – Material de Consumo

02.060.00.12.361.8010.2163.33.90.30.000001 – Material de Consumo

SECRETARIA DE MUNICIPAL DE SAÚDE

05.130.00.10.301.7010.2096.33.90.30.00000.102008 – Material de Consumo

05.130.00.10.302.7020.2097.33.90.30.00000.100000 – Material de Consumo

05.130.00.10.305.7040.2099.33.90.30.00000.100000 – Material de Consumo

05.130.00.10.301.7010.2187.33.90.30.00000.111401 – Material de Consumo

05.130.00.10.304.7040.2098.33.90.30.00000.102015 – Material de Consumo

05.130.00.10.122.7050.2108.33.90.30.00000.100000 – Material de Consumo

FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

03.110.00.08.243.6110.2177.33.90.30.00000.100000 – Material de Consumo

03.110.00.08.244.6130.2108.33.90.30.00000.100000 – Material de Consumo

03.110.00.08.241.6080.2169.33.90.30.00000.129003 – Material de Consumo

03.110.00.08.244.6120.2168.33.90.30.00000.129004 – Material de Consumo

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

02.140.00.04.122.6050.2188.33.90.30.00000.129000 – Material de Consumo

02.140.00.08.244.6050.2118.33.90.30.00000.100000 – Material de Consumo

SECRETARIA DE MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

02.020.00.04.122.3010.2008.33.90.30.00000.100000 – Material de Consumo

SECRETARIA DE MUNICIPAL DE FAZENDA

02.030.00.04.129.3030.2016.33.90.30.00000.100000 – Material de Consumo

SECRETARIA DE MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA URBANA

02.070.00.04.122.9230.2048.33.90.30.00000.100000 – Material de Consumo

SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

02.050.00.04.122.5020.2027.33.90.30.00000.10000 – Material de Consumo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

02.080.00.27.812.9110.2055.33.90.30.00000.10000 – Material de Consumo

SECRETARIA DE MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

02.090.00.04.122.9300.2058.33.90.30.00000.10000 – Material de Consumo

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO

12.1 **-** A fiscalização da execução do contrato será exercida pelo fiscal de contrato **ANA CECILIA VARGAS**, de acordo com a portaria municipal n.º 26/ 2017**.**

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 **-** Independentemente de outras sanções legais e das cabíveis cominações penais, pela inexecução total ou parcial desta contratação, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa contratada, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02, no Decreto Municipal nº 011/2011.

a) Aplicação de multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contratado, nas hipóteses de inexecução total da contratação, e de 10% (dez por cento) se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a empresa os direitos do Município de Alto Taquari, nos termos do art. 77 da Lei n. 8.666/93;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Alto Taquari, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei n. 8.666/93.

e) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Alto Taquari pelo prazo de até 05 (cinco) anos, à licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas neste edital.

13.2 **-** Expirados os prazos propostos para o início dos serviços sem que a contratada o faça, ou ocorrendo atraso na entrega do objeto contratado, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa de mora, correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado ou cuja justificativa não tenha sido acatada pela Administração do Município de Alto Taquari, incidente sobre o valor total desta contratação.

13.2.1 **-** A multa prevista será aplicada até o limite de 20 (vinte) dias, decorrido esse prazo, poderá, a administração, sob seu critério, não mais aceitar o objeto licitado, configurando-se a inexecução total do contratado, com as consequências previstas em lei, no ato convocatório e nesta Ata de Registro de Preços, a qual consta as obrigações contratuais para cada uma das partes.

13.3 **-** As sanções previstas nas alíneas "a", "c", “d” e “e” do item 11.1, poderão ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea "b", facultada a defesa prévia da adjudicatária no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ocorrido;

13.4 **-** O licitante vencedor terá o **prazo máximo de 01 (um) dia útil**, após regular notificação por escrito, para confirmar o recebimento da **Ordem de Fornecimento**.

13.4.1 **-** No caso de encaminhamento da Ordem de Fornecimento por meio de fac-símile, o licitante vencedor deverá encaminhar a comprovação de seu recebimento, o que poderá ser feito pela mesma via, por meio dos números: **Fone: (66) 3496-1471/ Fax: (066) 3496-1448.**

13.4.2 **-** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, dentro do mesmo prazo.

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 **-** O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

14.2 **-** A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 **-** Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari MT, 26 de abril de 2017.

IVAN MARION DE BORBA LUCELENE BARBOSA NUNES ASSIS - ME

Prefeito Municipal Contratada

Testemunhas:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

LEILIANE ABREU DIAS

Assessor Jurídico

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATOS DE CONTRATOS DO MÊS DE ABRIL/2017

Contrato N° 010/2017, Parte: **NILTON ANTÔNIO DO AMARAL** - Valor: **R$ 20.000,00**. Vigência: **03/04/2017** a **03/02/2018**; Dispensa **nº 009/2017**; Objeto: locação de um imóvel para atender a Secretária Municipal de Infraestrutura Urbana para armazenar materiais, equipamentos e outros pertinentes a Secretária, localizado com frente para a Rua Ondino Rodrigues de Lima, lado direito com o lote nº 14, lado esquerdo com o lote nº 16; sendo então, o lote nº 15 da Quadra 11, no Bairro Parque Taquari, na cidade de Alto Taquari - MT.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATOS DE CONTRATOS DO MÊS DE ABRIL/2017

Contrato N° 011/2017, Parte: **VITOR FERREIRA DE MORAES** - Valor: **R$ 19.930,00**. Vigência: **07/04/2017** a **07/02/2018**; Dispensa **nº 008/2017**; Objeto: Locação de um imóvel para Instalação do Centro de Reabilitação e o Núcleo de Apoio a Saúde da família, localizado na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 959, centro, CEP: 78.785-000, na cidade de Alto Taquari - MT.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATOS DE CONTRATOS DO MÊS DE ABRIL/2017

Ata de Registro de Preços N° 023/2017, Parte: **LUCELENE BARBOSA NUNES ASSIS - ME** - Valor: **R$ 32.298,79**. Vigência: **26/04/2017** a **26/04/2018**; Pregão Presencial de Registro de Preços **nº 011/2017**; Objeto:registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de materiais de expediente para atender as diversas secretarias do município de alto taquari.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATOS DE CONTRATOS DO MÊS DE ABRIL/2017

Ata de Registro de Preços N° 024/2017, Parte: **MASSON FERNANDES & VITORINO LTDA** - Valor: **R$ 11.046.17**. Vigência: **26/04/2017** a **26/04/2018**; Pregão Presencial de Registro de Preços **nº 011/2017**; Objeto:registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de materiais de expediente para atender as diversas secretarias do município de alto taquari.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATOS DE CONTRATOS DO MÊS DE ABRIL/2017

Ata de Registro de Preços N° 025/2017, Parte: **ADARI BARBOSA DE QUEIROZ - ME** - Valor: **R$ 6.666,07**. Vigência: **26/04/2017** a **26/04/2018**; Pregão Presencial de Registro de Preços **nº 011/2017**; Objeto:registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de materiais de expediente para atender as diversas secretarias do município de alto taquari.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 022/2017

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2017

O **Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº. 01.362.680/0001-56 neste ato representado pelo seu **Prefeito Municipal Sr. IVAN MARION DE BORBA**, solteiro, engenheiro Agronomo, residente na Rua Angelica Nº. 470 – Parque Taquari, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº1396283 SSP/MT devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº. 010.374.441-08 em face do **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2017**, RESOLVE Registrar o Preço da empresa M N DE OLIVEIRA FILHO EIRELE ME, CNPJ Nº 15.156.053/0001-73, com sede à Avenida Amazonas, nº 1.171, Centro, na cidade de Rondonópolis - MT, neste ato representado pelo Srº Mathias Neves de Oliveira Filho, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 14552701 e CPF nº 036.236.301-36, residente na Rua Poxoreo, nº 1036, Bairro Centro, na cidade de Rondonópolis - MT, doravante denominada simplesmente **FORNECEDORA**, para fornecimento de materiais de expediente, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, a Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE ALTO TAQUARI**, conforme discriminação disposta no anexo I do Edital, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 **–** Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRAZO

2.1 **–** A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura.

3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO DO FORNECEDOR

3.1 **-** O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

M N DE OLIVEIRA FILHO EIRELI

CNPJ Nº 15.156.053/0001-73

ITEM	UNID.	QUANT.	DESCRIÇÃO	MARCA	VL. UNIT.	VL. TOTAL
4	606	UN	APONTADOR DE LAPIS - DE MATERIAL METALICO TAMANHO MEDIO - 1º LINHA.	MASTERPRINT	R$ 0,70	R$ 424,20
5	45	UN	BANDEJA ACRILICO 3 ANDARES (CAIXA CORRESPONDENCIA) 180X253X515MM - TRANSPARENTE, EM POLIESTIRENO, COR FUME - MATERIAL EXPEDIENTE.	CARBRINK	R$ 33,99	R$ 1.709,55
10	34	UN	CANETA FIXA, TIPO BOLINHA C/ SUPORTE, FIXADOR E CORRENTE- METAL	CANETA FIXA	R$ 10,08	R$ 342,72

19	3.335	UN	ENVELOPE SACO 24X34 CM (CORES DIVERSAS) - MEDIDA PAPEL A4.	SCRITY	R$ 0,40	R$ 1.334,00
20	284	UN	ENVELOPE PLASTICO COM ZIPER TRANSPARENTE - TAM. A4	ROMITEC	R$ 0,99	R$ 281,16
22	237	UN	ETIQUETA 25,4X63,5MM, FORMATO A4, CAIXA COM 25 FOLHAS, TOTAL DE 825 ETIQUETAS, COR BRANCO, COMPOSICAO: PAPEL COM ADESIVO ACRILICO AQUOSO (PARA IMPRESSORA JATO TINTA, INKJET+LASER).	SCRITY	R$ 1,14	R$ 270,18
25	207	UN	FITA ADESIVA (CREPE) 24MMX50MT.	ADERE	R$ 4,24	R$ 877,68
28	74	UN	GRAMPEADOR P/ 30 FOLHAS PARA GRAMPO 26/6, COM BASE METÁLICA, COM ALAVANCA PINTADA NA COR PRETA, BASE MACIA, CABO ERGOMETRICO, COM DEPOSITO DE GRAMPO EM INOX E CAPACIDADE PARA 1(UMA) BARRA COM APROXIMADAMENTE 105 GRAMP.	GNEMES	R$ 23,40	R$ 1.731,60
35	9	UN	GUILHOTINA PARA CORTAR PAPEL (DE FACAO) 420X370MM, PARA 8 FOLHAS, EM CHAPA DE ACO, EXTENSSAO DO CORTE 300MM.	GNEMES	R$ 114,90	R$ 1.034,10
37	116	UN	MOLHA DEDO 12GR (UMIDIFICADOR DE DEDOS) - ANTI BACTERIANO, FORMULA ANTISEPTICA E ANTI-ALERGICA, INODORO, NAO TOXICO, COMPOSICAO: ACIDO GRAXO E GLICOIS.	CARBRINK	R$ 2,71	R$ 314,36
42	21	UN	PAPEL CONTACT TRANSPARENTE - ROLO 45CMX10MTS (COMPOSICAO: FILME POLIOLEFINICO, ADESIVO A BASE D'AGUA NOR TOXICO E PAPEL SILICONADO).	PLAVITEC	R$ 25,33	R$ 531,93
43	150	UN	PAPEL CONTINUO COM 2 VIAS, PAPEL EM BRANCO 56GR, 80 COLUNAS, 240MMX11" ALTURA - CAIXA 1350 UNIDADES.	PAPEL BRASIL	R$ 140,00	21.000,00
51	2.020	UN	PASTA SUSPENSA MARMORIZADA 36X24CM, 170GR, COM VISOR, ETIQUETA, GRAMPO TRILHO PLASTICO, HASTES PLASTICAS, COR CASTANHO.	FRAMA	R$ 2,53	R$ 5.110,60
53	14	UN	PERFURADOR PARA 100 FOLHAS, CORPO TODO METALICO, BASE PLASTICA, DIAMETRO DO FURO 6MM - GRANDE	GNEMES	R$ 84,00	R$ 1.176,00
59	82	UN	PRANCHETA EM ACRILICO - PRENDEDOR DE PLASTICO - TAM. OFICIO	CARBRINK	R$ 9,69	R$ 794,58
61	10	UN	QUADRO PARA RECADO 1,20X1,50MT - FELTRO, CHAPA FIBRA PO TRIPLEX, CHAPA FIBRA MADEIRA REFLORESTADA 3MM, MOLDURA ALUMINIO ANODIZADO NATURAL, CANTOS PVC, FIXACAO INVISIVEL.	STALO	R$ 112,20	R$ 1.122,00
69	22	UN	CLIPS PARA PAPEL EM ACO NIQUELADO/GALVANIZADO, Nº 1/0, FABRICADO EM ACO ANTIFERRUGEM - CAIXA COM 940 UNIDADES	CHAPARRAU	R$ 8,94	R$ 196,68
70	43	UN	CLIPS PARA PAPEL EM ACO NIQUELADO/GALVANIZADO, Nº 3/0, FABRICADO EM ACO ANTIFERRUGEM - CAIXA COM 500 UNIDADES	CHAPARRAU	R$ 8,94	R$ 384,42
71	16	UN	CLIPS PARA PAPEL EM ACO NIQUELADO/GALVANIZADO, Nº 2/0, FABRICADO EM ACO ANTIFERRUGEM - CAIXA COM 1060 UNIDADES	CHAPARRAU	R$ 8,94	R$ 143,04
72	32	UN	CLIPS PARA PAPEL EM ACO NIQUELADO/GALVANIZADO Nº 4/0, FABRICADO EM ACO ANTIFERRUGEM - CAIXA COM 390 UNIDADES.	CHAPARRAU	R$ 8,94	R$ 286,08
73	52	UN	CLIPS PARA PAPEL, EM ACO NIQUELADO/GALVANIZADO Nº 8/0, FABRICADO EM ACO ANTIFERRUGEM - CAIXA COM 180 UNIDADES.	CHAPARRAU	R$ 8,94	R$ 464,88
74	7	UN	CD-R - CAIXA COM 50 UNIDADES (GRAVAVEL), VELOCIDADE DE GRAVACAO: 48X A 52X, CAPACIDADE DE ARMAGENAMENTO: 700MB P/ DADOS, 80 MIN. P/ AUDIO, SUPERFICIE: COM LOGO DO FABRICANTE, EMBALAGEM: SHRINK PLASTICO LACRADO DE FABRICA.	MAXPRINT	R$ 37,20	R$ 260,40
75	10	UN	COLCHETE Nº 8 GALVONIZADO - CAIXA 72 UNIDADES (BAILARINA), O PRODUTO DEVERA OBEDECER AS NORMAS TECNICAS PERTINENTES COMO NBR 9001.	CHAPARRAU	R$ 7,14	R$ 71,40
79	267	UN	FITA ADESIVA (CREPE) 16MMX50MT	ADERE	R$ 3,51	R$ 937,17
81	52	UN	LIVRO PONTO 100FL - FORMATO 218X319MM, 4 ASSINATURAS, CAPA DURA - GRANDE.	TAMOIO	R$ 13,69	R$ 711,88
86	40	UN	TINTA PARA CARIMBO, NA COR AZUL, EMBALAGEM DE PLASTICO, COM TAMPA ROSQUEADA - FRASCO COM 42 ML	RADEX	R$ 3,78	R$ 151,20
89	300	UN	CONTRA CAPA EM PLASTICO PARA ENCADERNACAO - TAMANHO A4 - COR A ESCOLHER	LASSANE	R$ 0,64	R$ 192,00
93	18	UN	PAPEL CARBONO FOLHA A4 21,0X29,7CM, 1º LINHA - CAIXA 100 UNIDADES (COR A ESCOLHER).	CIS	R$ 39,90	R$ 718,20
96	44	UN	MOUSE PED COM APOIO DE PULSO/PUNHO (DIGITADOR) 280X210MM (TAPETE PARA MOUSE) - COR LISO/PRETO, COMPOSICAO: ESPUMA DUBLADA EM TECIDO COM DENSIDADE E DUREZA DE 45, LEGISLACAO: EM CONFORMIDADE COM A NR17.	HARDLINE	R$ 5,16	R$ 227,04
104	15	UN	GRAMPO TRILHO PLASTICO ESTENDIDO 100MM (PARA ATE 400 FOLHAS) PCT 50 JOGOS, EM POLIPROPILENO, COR TRANSPARENTE	DELO	R$ 18,45	R$ 276,75
105	12	UN	INDICE PARA FICHARIO A/Z 6X9 (15,3X22,8CM), EM CARTAO MARMORIZADO, 26 LETRAS.	ACRINIL	R$ 12,12	R$ 145,44
108	7	UN	LIVRO CAIXA 100 FLS 160X220MM, CAPA DURA (PAPELAO) - GRANDE.	TAMOIO	R$ 10,92	R$ 76,44
115	8	UN	COLCHETE Nº20 GALVONIZADO - CAIXA COM 72 UNIDADES (BAILARINA), O PRODUTO DEVERA OBEDECER AS NORMAS TECNICAS PERTINENTES COMO NBR 9001.	CHAPARRAU	R$ 12,79	R$ 102,32
118	41	UN	PASTA PLASTICA S/ ELASTICO/ABA, C/ GRAMPO TRILHO GALVONIZADO, FINA (TAM. 230X335MM) - TRANSPARENTE	POLIBRAS	R$ 3,72	R$ 152,52
119	14	UN	TINTA PARA CARIMBO, NA COR PRETA, EMBALAGEM DE PLASTICO, COM TAMPA RESOQUEADA - FRASCO COM 42 ML	RADEX	R$ 3,78	R$ 52,92
120	35	UN	APOIO ERGONOMICO PARA OS PES - POSSUI BASE EM ABS, ESTRUTURA TUBOLAR EM ACO CARBONO ZINCADO, REGULAGEM DE INCLINACAO E SAPATAS ANTI-DESLIZANTE, SUPORTA ATE:15,0KGS, DIMENSOES (A/L/P).:19.00/48.50/40.50CM, CORES: PRETO E CROMADO, ATENDE A NR17.	STALO	R$ 57,00	R$ 1.995,00
121	8	UN	FICHARIO DE MESA 4X6 (182 X 240 X 124), BASE METALICA E TAMPA POLIESTIRENO FIXADA COM REBITE EM ACO.	ACRINIL	R$ 39,30	R$ 314,40
125	5	UN	APOIO ERGONOMICO DE PULSO/PUNHO COM BASE PARA TECLADO (DIGITADOR) - DIMENSOES:ALMOFADA 495X85X25MM, MANTA 495X40X4MM; PESO 0220GR; COR PRETO; COMPOSICAO: EM POLIURETANO INJETADO MACIO COM 85KGS/M³, COM CAPA EM TECIDO SINTETICO, MANTA EM EVA (ETIL VINILICO DE ACETATO), LEGISLACAO: EM CONFORMIDADE COM A NR17.	MAXPRINT	R$ 40,99	R$ 204,95
129	2	UN	TINTA PARA CARIMBO, NA COR VERMELHA, EMBALAGEM DE PLASTICO, COM TAMPA ROSQUEADA - FRASCO COM 42 ML.	RADEX	R$ 3,78	R$ 7,56
131	1	UN	QUADRO PARA RECADO DE FELTRO E MADEIRA, 1,20X1,50 MT.	STALO	R$ 112,20	R$ 112,20
TOTAL						R$ 46.239,55

VALOR POR EXTENSO: QUARENTA E SEIS MIL DUZENTOS E TRINTA E NOVE REAIS E CINQUENTA E CINCO CENTAVOS

4.0 – CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO

4.1 **- Os materiais serão solicitados de forma parcelada, onde o município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ser no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da requisição de compras, devidamente assinada, emitida pela secretaria solicitante e deverá ser entregue no almoxarifado central em dias de expediente nos seguintes horários: 07:30 ás 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, sito à Rua Teófilo Joaquim de Melo, 231 – Centro – Alto Taquari - MT.**

4.2 **–** A empresa Contratada deverá:

4.2.1 **-** Fornecer os produtos solicitados, de acordo com os quantitativos solicitados.

4.2.2 **-** Arcar com todas as despesas de transporte para fornecimento do objeto, sem ônus para a administração Municipal.

4.2.3 – Entregar o produto somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos.

4.3 **-** Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, será aplicada **a multa de 15% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

4.4 - Poderá ocorrer acréscimo ou decréscimo nos pedidos, de acordo com a necessidade e/ou conveniência do Contratante.

5.0 - CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) duas úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida.

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao produto e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 – Aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

5.1.5 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.1.6 – Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 **-** Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido.

5.1.8 **-** Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal.

5.1.9 **-** Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari.

5.1.10 **-** Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari.

5.1.11 **-** Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

5.2 **-** São obrigações do Contratante:

5.2.1 – Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos produtos.

5.2.2 **-** Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata.

5.2.3 **-** Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital.

5.2.4 **-** Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 – CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1 **–** O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, até 15 (quinze) dias após a entrega dos produtos e emissão da nota fiscal, devidamente atestada pelo Agente Público competente.

6.2 **–** A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;

6.3 **-** Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4 **-** Como condição para o pagamento, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5 **-** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 **-** Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 - O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

7.1.1 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.1.2 – O descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.1.3 – A subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.1.4 – O comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.1.5 – A decretação de falência ou insolvência civil;

7.1.6 - A dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.1.7 – Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.1.8 – Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.2 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.3 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

8.0 - CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ESTE CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS

8.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

9.0 - CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes da execução do objeto do contrato correrão a cargo das seguintes dotações orçamentárias:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

02.060.00.12.365.8020.2043.33.90.30.000001 – Material de Consumo

02.060.00.12.361.8010.2032.33.90.30.000001 – Material de Consumo

02.060.00.12.361.8040.2029.33.90.30.000001 – Material de Consumo

02.060.00.12.361.8010.2163.33.90.30.000001 – Material de Consumo

SECRETARIA DE MUNICIPAL DE SAÚDE

05.130.00.10.301.7010.2096.33.90.30.00000.102008 – Material de Consumo

05.130.00.10.302.7020.2097.33.90.30.00000.100000 – Material de Consumo

05.130.00.10.305.7040.2099.33.90.30.00000.100000 – Material de Consumo

05.130.00.10.301.7010.2187.33.90.30.00000.111401 – Material de Consumo

05.130.00.10.304.7040.2098.33.90.30.00000.102015 – Material de Consumo

05.130.00.10.122.7050.2108.33.90.30.00000.100000 – Material de Consumo

FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

03.110.00.08.243.6110.2177.33.90.30.00000.100000 – Material de Consumo

03.110.00.08.244.6130.2108.33.90.30.00000.100000 – Material de Consumo

03.110.00.08.241.6080.2169.33.90.30.00000.129003 – Material de Consumo

03.110.00.08.244.6120.2168.33.90.30.00000.129004 – Material de Consumo

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

02.140.00.04.122.6050.2188.33.90.30.00000.129000 – Material de Consumo

02.140.00.08.244.6050.2118.33.90.30.00000.100000 – Material de Consumo

SECRETARIA DE MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

02.020.00.04.122.3010.2008.33.90.30.00000.100000 – Material de Consumo

SECRETARIA DE MUNICIPAL DE FAZENDA

02.030.00.04.129.3030.2016.33.90.30.00000.100000 – Material de Consumo

SECRETARIA DE MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA URBANA

02.070.00.04.122.9230.2048.33.90.30.00000.100000 – Material de Consumo

SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

02.050.00.04.122.5020.2027.33.90.30.00000.10000 – Material de Consumo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

02.080.00.27.812.9110.2055.33.90.30.00000.10000 – Material de Consumo

SECRETARIA DE MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

02.090.00.04.122.9300.2058.33.90.30.00000.10000 – Material de Consumo

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO

12.1 **-** A fiscalização da execução do contrato será exercida pelo fiscal de contrato **ANA CECILIA VARGAS**, de acordo com a portaria municipal n.º 26/2017**.**

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 **-** Independentemente de outras sanções legais e das cabíveis cominações penais, pela inexecução total ou parcial desta contratação, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa contratada, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02, no Decreto Municipal nº 011/2011.

a) Aplicação de multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contratado, nas hipóteses de inexecução total da contratação, e de 10% (dez por cento) se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a empresa os direitos do Município de Alto Taquari, nos termos do art. 77 da Lei n. 8.666/93;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Alto Taquari, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei n. 8.666/93.

e) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Alto Taquari pelo prazo de até 05 (cinco) anos, à licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas neste edital.

13.2 **-** Expirados os prazos propostos para o início dos serviços sem que a contratada o faça, ou ocorrendo atraso na entrega do objeto contratado, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa de mora, correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado ou cuja justificativa não tenha sido acatada pela Administração do Município de Alto Taquari, incidente sobre o valor total desta contratação.

13.2.1 **-** A multa prevista será aplicada até o limite de 20 (vinte) dias, decorrido esse prazo, poderá, a administração, sob seu critério, não mais aceitar o objeto licitado, configurando-se a inexecução total do contratado, com as consequências previstas em lei, no ato convocatório e nesta Ata de Registro de Preços, a qual consta as obrigações contratuais para cada uma das partes.

13.3 **-** As sanções previstas nas alíneas "a", "c", “d” e “e” do item 11.1, poderão ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea "b", facultada a defesa prévia da adjudicatária no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ocorrido;

13.4 **-** O licitante vencedor terá o **prazo máximo de 01 (um) dia útil**, após regular notificação por escrito, para confirmar o recebimento da **Ordem de Fornecimento**.

13.4.1 **-** No caso de encaminhamento da Ordem de Fornecimento por meio de fac-símile, o licitante vencedor deverá encaminhar a comprovação de seu recebimento, o que poderá ser feito pela mesma via, por meio dos números: **Fone: (66) 3496-1471/ Fax: (066) 3496-1448.**

13.4.2 **-** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, dentro do mesmo prazo.

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 **-** O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

14.2 **-** A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 **-** Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari MT, 25 de abril de 2017.

IVAN MARION DE BORBA M N DE OLIVEIRA FILHO EIRELE ME

Prefeito Municipal Contratada

Testemunhas:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

LEILIANE ABREU DIAS

Assessor Jurídico

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATOS DE CONTRATOS DO MÊS DE ABRIL/2017

Contrato N° 017/2017, Parte: **SAL ALUGUEL DE CARROS LTDA - EPP** - Valor: **R$ 264.600,00**. Vigência: **12/04/2017** a **12/04/2018**; Pregão Presencial **nº 02/2017**; Objeto: contratação especializada em locação de veiculo tipo mini van, tipo micro ônibus, tipo passeio, para atender a secretaria municipal de saúde e todas as secretarias da prefeitura municipal.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATOS DE CONTRATOS DO MÊS DE ABRIL/2017

Contrato N° 018/2017, Parte: **J C CHAPADÃO TRANSPORTES EIRELI - ME** - Valor: **R$ 94.400,00**. Vigência: **12/04/2017** a **12/04/2018**; Pregão Presencial **nº 02/2017**; Objeto: contratação especializada em locação de veiculo tipo mini van, tipo micro ônibus, tipo passeio, para atender a secretaria municipal de saúde e todas as secretarias da prefeitura municipal.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATOS DE CONTRATOS DO MÊS DE ABRIL/2017

Contrato N° 020/2017, Parte: **IMPACTO INDÚSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA - ME** - Valor: **R$ 39.355,00**. Vigência: **19/04/2017** a **19/10/2017**; Pregão Presencial **nº 02/2017**; Objeto: contratação de micro empresa e/ou empresa de pequeno porte para aquisição de uniformes escolares.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATOS DE CONTRATOS DO MÊS DE ABRIL/2017

Ata de Registro de Preços N° 015/2017, Parte: **SAL ALUGUEL DE CARROS LTDA - EPP** - Valor: **R$ 264.600,00**. Vigência: **10/04/2017** a **10/04/2018**; Pregão Presencial de Registro de Preços **nº 002/2017**; Objeto: registro de preços para futura e eventualcontratação especializadaem locação de veiculo tipo mini van, tipo micro ônibus, tipopasseio, para atender a secretaria municipal de saúdee todas as secretarias daprefeitura municipal.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATOS DE CONTRATOS DO MÊS DE ABRIL/2017

Ata de Registro de Preços N° 019/2017, Parte: **ADARI BARBOSA DE QUEIROZ - ME** - Valor: **R$ 106.436,00**. Vigência: **19/04/2017** a **19/04/2018**; Pregão Presencial de Registro de Preços **nº 004/2017**; Objeto:registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de cestas básicas para atender a secretaria de assistência social do município de alto taquari.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 016/2017

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2017

O **Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº. 01.362.680/0001-56 neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. **IVAN MARION DE BORBA**, solteiro, engenheiro Agronomo, residente na Rua Angelica Nº. 470 – Parque Taquari, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº1396283 SSP/MT devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº. 010.374.441-08 em face do **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2017**, RESOLVE Registrar o Preço da empresa J C CHAPADÃO TRANSPORTES EIRELI - ME, CNPJ Nº 64.816.812/0001-92, com sede à Rua P18, nº 61, Bairro Planalto, na cidade de Chapadão do Sul - MS, neste ato representado pelo Srº Jorge Aparecido Cattalano, brasileiro, casado, portador do RG nº 16216837 SSP/SP e CPF nº 042.637.358-89, residente na Rua P20, nº 424, Bairro Planalto, na cidade de Chapadão do Sul - MS, doravante denominada simplesmente **FORNECEDORA**, para locação de veiculos, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, a Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 **-** A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE VEICULO TIPO VAN, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E TODAS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL**, conforme discriminação disposta no anexo I do Edital, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 **–** Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objeto licitados, facultando portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 **–** A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO FORNECEDOR

3.1 **-** O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

J C CHAPADAO TRANSPORTES EIRELI - ME

CNPJ Nº 64.816.812/0001-92

ITEM	UNID.	QUANT.	DESCRIÇÃO	VL. UNIT.	VL. TOTAL
2	UN	12	LOCAÇÃO DE VEICULO TIPO VAN, CAPACIDADE PARA 15 PASSAGEIROS, 4 CILINDROS, MOTOR DIESEL, BANCO RECLINÁVEL, AR CONDICIONADO, MÍNIMO DE 3 ANOS DE FABRICAÇÃO, SEGURO TOTAL, KM LIVRE, MENSAL.	7.867,00	94.400,00
TOTAL					R$ 94.400,00

VALOR POR EXTENSO: NOVENTA E QUATRO MIL E QUATROCENTOS REAIS.

4 – CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO

4.1 **- Os produtos serão solicitados de forma parcelada e semanal, onde o Município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ocorrer no prazo máximo de 48 horas a contar do recebimento da Requisição de compras devidamente assinada emitida pela Administração Pública Municipal e deverá ser entregues diretamente na secretaria solicitante.**

4.2 **–** A empresa Contratada deverá:

4.2.1 **-** Fornecer os produtos solicitados, de acordo com os quantitativos solicitados.

4.2.2 **- A**rcar com todas as despesas de transporte para fornecimento do objeto, sem ônus para a administração Municipal.

4.2.3 – Entregar o produto somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos.

4.3 **-** Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, será aplicada **a multa de 15% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

4.4 - Poderá ocorrer acréscimo ou decréscimo nos pedidos, de acordo com a necessidade e/ou conveniência do Contratante.

5 - CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) duas úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida.

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao produto e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 – Aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

5.1.5 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.1.6 – Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 **-** Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido.

5.1.8 **-** Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal.

5.1.9 **-** Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari.

5.1.10 **-** Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari.

5.1.11 **-** Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

5.2 **-** São obrigações do Contratante:

5.2.1 – Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos produtos.

5.2.2 **-** Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata.

5.2.3 **-** Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital.

5.2.4 **-** Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6 - CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 **–** O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, até 10 (dez) dias após a entrega dos produtos e emissão da nota fiscal, devidamente atestada pelo Agente Público competente.

6.2 **–** A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;

6.3 **-** Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4 **-** Como condição para o pagamento, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5 **-** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 **-** Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 **-** O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 **-** Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7 – CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

7.1.1 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.1.2 – O descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.1.3 – A subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.1.4 – O comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.1.5 – A decretação de falência ou insolvência civil;

7.1.6 - A dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.1.7 – Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.1.8 – Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.2 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.3 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

8 – CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

8.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

9 - CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 **-** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 **-** O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2 **-** O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.3 **-** O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 **-** – As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.130.0.0.10.302.7020.2097.33.90.30.00-Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídico

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1 -A fiscalização da execução do contrato será exercida pelo fiscal de contrato, ANA CECILIA VARGAS, SIDNEI JOSÉ WAGNER E SALMOM FELIPE DE FREITAS PEREIRA de acordo com a portaria municipal n.º26 /2017**.**

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Independentemente de outras sanções legais e das cabíveis cominações penais, pela inexecução total ou parcial desta contratação, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa contratada, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02, no Decreto Municipal nº 011/2011.

a) Aplicação de multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contratado, nas hipóteses de inexecução total da contratação, e de 10% (dez por cento) se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a empresa os direitos do Município de Alto Taquari, nos termos do art. 77 da Lei n. 8.666/93;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Alto Taquari, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei n. 8.666/93.

e) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Alto Taquari pelo prazo de até 05 (cinco) anos, à licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas neste edital.

13.2 - Expirados os prazos propostos para o início dos serviços sem que a contratada o faça, ou ocorrendo atraso na entrega do objeto contratado, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa de mora, correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado ou cuja justificativa não tenha sido acatada pela Administração do Município de Alto Taquari, incidente sobre o valor total desta contratação.

13.2.1 - A multa prevista será aplicada até o limite de 20 (vinte) dias, decorrido esse prazo, poderá, a administração, sob seu critério, não mais aceitar o objeto licitado, configurando-se a inexecução total do contratado, com as consequências previstas em lei, no ato convocatório e nesta Ata de Registro de Preços, a qual consta as obrigações contratuais para cada uma das partes.

13.3 - As sanções previstas nas alíneas "a", "c", “d” e “e” do item 11.1, poderão ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea "b", facultada a defesa prévia da adjudicatária no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ocorrido;

13.4 - O licitante vencedor terá o **prazo máximo de 01 (um) dia útil**, após regular notificação por escrito, para confirmar o recebimento da **Ordem de Fornecimento**.

13.4.1 - No caso de encaminhamento da Ordem de Fornecimento por meio de fac-símile, o licitante vencedor deverá encaminhar a comprovação de seu recebimento, o que poderá ser feito pela mesma via, por meio dos números: **Fone: (66) 3496-1471/ Fax: (066) 3496-1448.**

13.4.2 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, dentro do mesmo prazo.

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

14.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 12 de abril de 2017.

IVAN MARION DE BORBA

PREFEITO MUNICIPAL

J C CHAPADÃO TRANSPORTES EIRELI - ME

CNPJ 64.816.812/0001-92

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

CHARLES LUIS ABREU DIAS

ASSESSOR JURIDICO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATOS DE CONTRATOS DO MÊS DE ABRIL/2017

Ata de Registro de Preços N° 021/2017, Parte: **JULIANO VEZENTIN EIRELI - ME** - Valor: **R$ 58.450,05**. Vigência: **25/04/2017** a **25/04/2018**; Pregão Presencial de Registro de Preços **nº 011/2017**; Objeto:registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de materiais de expediente para atender as diversas secretarias do município de alto taquari.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE CANCELAMENTO – PREGÃO PRESENCIAL Nº006/2017

O Prefeito Municipal torna público para conhecimento dos licitantes e de quem mais interessar possa, que a licitação supramencionada, tendo por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço de assessoria e consultoria de receitas tributárias com monitoramento da fiscalização urbana, quando da incidência do ISSQN, prestação de serviço de assessoria e consultoria no cômputo e apuração de índices do FPM, ICMS, processamento de dados e informações referente ao GIPM/SUAC/SARP/SEFAZ, para atender a secretaria de fazenda do município de Alto Taquari - MT, foi CANCELADA por razões de interesse público e questões administrativas, de acordo com o art. 49 da lei 8.666/93. Alto Taquari, 02 de maio de 2017. Ivan Marion de Borba – Prefeito Municipal.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 015/2017

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2017

O **Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº. 01.362.680/0001-56 neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. IVAN MARION DE BORBA, solteiro, engenheiro Agronomo, residente na Rua Angelica Nº. 470 – Parque Taquari, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº1396283 SSP/MT devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº. 010.374.441-08 em face do **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2017**, RESOLVE Registrar o Preço da empresa **SAL ALUGUEL DE CARROS LTDA - EPP**, CNPJ Nº 19.226.325/0001-15, com sede à Rua Alberto Folloni, nº 1658, Bairro AHÚ, na Cidade de Curitiba - PR, neste ato representado pelo Srº ALEXSSANDRO NEVES BOTELHO, Brasileiro, solteiro, empresário, portador do RG nº 1485221-7 SSP/MT e CPF nº 724.587.121-34, residente na Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, nº 421, Apto 101, Edificio Villaggio Toscana, Bairro Duque de Caxias I, na cidade de Cuiabá - MT, doravante denominada simplesmente **FORNECEDORA**, para locação de veiculos, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, a Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1 - DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE VEICULO TIPO MINI VAN, TIPO MICRO ÔNIBUS, TIPO PASSEIO, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E TODAS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL**, conforme discriminação disposta no anexo I do Edital, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 – Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2 – CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 – A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura.

3 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO FORNECEDOR

3.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

SAL ALUGUEL DE CARROS LTDA EPP

CNPJ Nº 19.226.325/0001-15

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	VL UNITÁRIO.	VALOR TOTAL.
1	12,000	UN	LOCAÇÃO DE VEICULO TIPO MINI VAN, CAPACIDADE 10 PASSAGEIROS, BANCOS RECLINÁVEIS, AR CONDICIONADO, MÍNIMO 3 ANOS DE FABRICAÇÃO, COM SEGURO TOTAL, KM LIVRE, MENSAL	9.167,00	110.000,00
3	12,000	UN	LOCAÇÃO DE VEICULO TIPO MICRO ÔNIBUS, CAPACIDADE PARA 32 PASSAGEIROS, BANCO RECLINÁVEL, AR CONDICIONADO, MÍNIMO DE 03 ANOS DE FABRICAÇÃO, SEGURO TOTAL, KM LIVRE, MENSAL.	10.832,00	130.000,00
4	120,000	UN	LOCAÇÃO DE VEICULO DE PASSEIO, MOTOR 1.0, AR CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICA, 04 PORTAS, PELÍCULA DE PROTEÇÃO NOS VIDROS, KM LIVRE, CAPACIDADE DE 05 PASSAGEIROS, COMBUSTÍVEL GASOLINA OU BIOCOMBUSTÍVEL, MÍNIMO DE 2 ANOS DE FABRICAÇÃO.	2.050,00	246.000,00
			TOTAL		**486.000,00**

VALOR POR EXTENSO: QUATROCENTOS E OITENTA E SEIS MIL E REAIS.

4 – CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO

4.1 - Os produtos serão solicitados de forma parcelada e semanal, onde o Município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ocorrer no prazo máximo de 48 horas a contar do recebimento da Requisição de compras devidamente assinada emitida pela Administração Pública Municipal e deverá ser entregues diretamente na secretaria solicitante.

4.2 – A empresa Contratada deverá:

4.2.1 - Fornecer os produtos solicitados, de acordo com os quantitativos solicitados.

4.2.2 - Arcar com todas as despesas de transporte para fornecimento do objeto, sem ônus para a administração Municipal.

4.2.3 – Entregar o produto somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos.

4.3 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, será aplicada **a multa de 15% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

4.4 - Poderá ocorrer acréscimo ou decréscimo nos pedidos, de acordo com a necessidade e/ou conveniência do Contratante.

5 - CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) duas úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida.

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao produto e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 – Aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

5.1.5 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.1.6 – Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 - Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido.

5.1.8 - Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal.

5.1.9 - Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari.

5.1.10 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari.

5.1.11 - Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

5.2 - São obrigações do Contratante:

5.2.1 – Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos produtos.

5.2.2 - Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata.

5.2.3 - Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital.

5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6 - CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 – O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, até 10 (dez) dias após a entrega dos produtos e emissão da nota fiscal, devidamente atestada pelo Agente Público competente.

6.2 – A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;

6.3 - Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4 - Como condição para o pagamento, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 - O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7 – CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

7.1.1 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.1.2 – O descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.1.3 – A subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.1.4 – O comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.1.5 – A decretação de falência ou insolvência civil;

7.1.6 - A dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.1.7 – Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.1.8 – Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.2 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.3 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

8 – CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

8.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

9 - CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - – As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.130.0.0.10.302.7020.2097.33.90.30.00- Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1 - A fiscalização da execução do contrato será exercida pelo fiscal de contrato, ANA CECILIA VARGAS, SIDNEI JOSÉ WAGNER E SALMOM FELIPE DE FREITAS PEREIRA de acordo com a portaria municipal n.º26 /2017**.**

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Independentemente de outras sanções legais e das cabíveis cominações penais, pela inexecução total ou parcial desta contratação, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa contratada, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02, no Decreto Municipal nº 011/2011.

a) Aplicação de multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contratado, nas hipóteses de inexecução total da contratação, e de 10% (dez por cento) se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a empresa os direitos do Município de Alto Taquari, nos termos do art. 77 da Lei n. 8.666/93;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Alto Taquari, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei n. 8.666/93.

e) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Alto Taquari pelo prazo de até 05 (cinco) anos, à licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas neste edital.

13.2 - Expirados os prazos propostos para o início dos serviços sem que a contratada o faça, ou ocorrendo atraso na entrega do objeto contratado, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa de mora, correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado ou cuja justificativa não tenha sido acatada pela Administração do Município de Alto Taquari, incidente sobre o valor total desta contratação.

13.2.1 - A multa prevista será aplicada até o limite de 20 (vinte) dias, decorrido esse prazo, poderá, a administração, sob seu critério, não mais aceitar o objeto licitado, configurando-se a inexecução total do contratado, com as consequências previstas em lei, no ato convocatório e nesta Ata de Registro de Preços, a qual consta as obrigações contratuais para cada uma das partes.

13.3 - As sanções previstas nas alíneas "a", "c", "d" e "e" do item 11.1, poderão ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea "b", facultada a defesa prévia da adjudicatária no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ocorrido;

13.4 - O licitante vencedor terá o **prazo máximo de 01 (um) dia útil**, após regular notificação por escrito, para confirmar o recebimento da **Ordem de Fornecimento**.

13.4.1 - No caso de encaminhamento da Ordem de Fornecimento por meio de fac-símile, o licitante vencedor deverá encaminhar a comprovação de seu recebimento, o que poderá ser feito pela mesma via, por meio dos números: **Fone: (66) 3496-1471/ Fax: (066) 3496-1448.**

13.4.2 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, dentro do mesmo prazo.

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

14.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 10 de abril de 2017.

IVAN MARION DE BORBA

PREFEITO MUNICIPAL

SAL ALUGUEL DE CARROS LTDA - EPP

CNPJ 19.226.325/0001-15

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

CHARLES LUIS ABREU DIAS

ASSESSOR JURIDICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

CAMARA MUNICIPAL / CONTABILIDADE
EXTRATO DE CONTRATO 001/2017

CONTRATANTE: ***Câmara Municipal de Vereadores de Apiacás***

*CONTRATADA:***ÁGILI SOFTWARES PARA ÁREA PÚBLICA LTDA.**

1. - CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. CONTRATO DE LICENCIAMENTO, FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE USO, MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO EM SOFTWARES.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS DE FORNECIMENTO

3.1. O objeto desta licitação será acompanhado levando-se em conta o disposto no art. 73, II, Lei Federal nº. 8.666/93, no que couber.

3.2O presente contrato vigerá no período de 02/01/2017 até 28/02/2017, desde que seja de interesse da Contratante, em cujo prazo, tentará a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, conforme faculta o inciso II, do artigo 57 da Lei nº. 8.666/93.

4 - CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO.

4.1. O valor global do presente contrato é de R$ 7.000,00 (sete mil reais).

4.2. Os pagamentos serão efetuados após a verificação da qualidade dos serviços e consequente aceitação, mediante emissão da nota fiscal, divididos em 02 (duas) parcelas mensais de R$ 3.500,00 (Três mil e quinhentos reais).

5 - CLÁUSULA QUINTA – DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA

5.1. As despesas decorrentes deste instrumento, correrão por conta da classificação e dotações orçamentárias abaixo especificadas, e consignadas no Orçamento Programa previsto para o corrente exercício, na seguinte rubrica: 01.001.01.031.0001.2.001.3390-39 (010)

8.2 – A CONTRATANTE exercerá a Fiscalização do referido contrato através do servidor Assessor Jurídico Dr. Dionir Adriano Contreira, conforme Portaria nº 004 de 02 de janeiro de 2017.

Apiacás – MT, 02 de janeiro de 2017.

Câmara Municipal de Apiacás

Regina Pizoli da Silva

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 013/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2017

A Prefeitura Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, torna público a realização do Pregão Presencial 012/2017, para **ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 002/2017, ORIGINADA do** PREGÃO PRESENCIAL n° 001/2017/PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO - ESTADO DE MATO GROSSO.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEICULO NOVO TIPO CAMINHONETE.

EMPRESA CONTRATADA:

EMPRESA	DISVECO LTDA
CNPJ	02.971.360/0001-66

CONFORME ITENS ABAIXO: ***VEICULO AUTOMOTOR NOVO TIPO CAMINHONETE SW4:***

Item	Especificação	Marca	Quant.	Vlr unit.	Vlr Total
01	Veiculo zero km, suv, 4x4, diesel	Toyota SW4	01	240.000,00	240.000,00

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 114/2017

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE FÉRIAS REGULAMENTARES NO MÊS DE ABRIL/2017 À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Férias Regulamentares à Servidora:

Nome: (1279) MARDONISIA DO NASCIMENTO CARNEIRO

Cargo Efetivo: (221) Trabalhador Braçal

Lotação: Secretaria Municipal Administração

Período Aquisitivo: 17/11/2014 à 16/11/2015.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogadas as disposições em contrário.

Apiacás-MT. 01 de Abril 2017.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-Prefeito Municipal-

CAMARA MUNICIPAL / CONTABILIDADE
EXTRATO DE CONTRATO 002/2017

CONTRATANTE: ***Câmara Municipal de Vereadores de Apiacás***

CONTRATADA: ***E.C.T. PERECO & CIA LTDA - ME***

1.0 - CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – Prestação de serviços de Assessoramento de abertura do orçamento/2017, orientações contábeis, e alinhamento das execuções internas aos departamentos de Compras, Almoxarifado e Recursos Humanos, visando o cumprimento da legislação atinente à Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Lei de Responsabilidade Fiscal e recomendações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, durante o mês de janeiro de 2.017

2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA – FINALIDADE

2.1 – A finalidade é a Contratação de profissional qualificado para prestar Serviços Técnicos Especializados de Consultoria e Assessoria.

3.0 - CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1 - A Vigência do presente contrato será de 01 (hum) mês a partir do dia 02 de Janeiro de 2017 até o dia 31 de janeiro de 2017, prorrogável no interesse das partes até o máximo previsto em Lei.

4.0 - CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

4.1 – O valor do presente contrato é de **R$ 5.500,00** (cinco mil e quinhentos reais), valor bruto, devidamente conferido, mediante a apresentação de Nota Fiscal adequadamente preenchida.

5.0 - CLÁUSULA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

5.1 – O acompanhamento e fiscalização da execução do presente contrato serão de responsabilidade de fiscalização a contadora: **Thalita Raquel de Brito**.

10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

10.1 - Os recursos para o pagamento deste Contrato serão oriundos dos recursos próprios da **CONTRATANTE**, e serão empenhados nas seguintes dotações orçamentárias: 01.001.01.031.0001.2.001.3390-39 (010)

Apiacás - MT, 02 de janeiro de 2017.

Câmara Municipal de Apiacás

Regina Pizoli da Silva

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°. 119/2017

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE À SERVIDOR PÚBLICO DO RESPECTIVO CARGO DO CONCURSO PÚBLICO".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Licença Prêmio por Assiduidade aos Servidores:

Nome: (164) EUCIONE FERNANDES BACKES

Cargo Efetivo: (83) Técnico Administrativo Educacional

Lotação: Secretaria Municipal de Educação

Período Aquisitivo: 03/09/2006 à 02/09/2011

Período de Concessão: 01/04/2017 à 29/06/2017.

Nome: (196) MARINES ANDRETTA WOTRICH

Cargo Efetivo: (204) Professora

Lotação: Secretaria Municipal de Educação

Período Aquisitivo: 01/08/2007 à 31/07/2012

Período de Concessão: 01/04/2017 à 29/06/2017.

Nome: (218) WILSON BORGES DA SILVA

Cargo Efetivo: (204) Professor

Lotação: Secretaria Municipal de Educação

Período Aquisitivo: 03/09/2001 à 02/09/2006

Período de Concessão: 01/04/2017 à 29/06/2017.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogadas as disposições em contrário.

Apiacás-MT, 01 de Abril de 2017.

ADALTO JOSE ZAGO

-Prefeito Municipal-

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°. 118/2017

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE À SERVIDOR PÚBLICO DO RESPECTIVO CARGO DO CONCURSO PÚBLICO".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Licença Prêmio por Assiduidade ao Servidor:

Nome: (1186) ROMERITO COSTA SILVA

Cargo Efetivo: (223) Vigia

Lotação: Secretaria Municipal de Infraestrutura

Período Aquisitivo: 05/08/2010 à 04/08/2015

Período de Concessão: 01/04/2017 à 29/06/2017.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogadas as disposições em contrário.

Apiacás-MT, 01 de Abril de 2017.

ADALTO JOSE ZAGO

-Prefeito Municipal-

CAMARA MUNICIPAL / CONTABILIDADE
EXTRATO DE CONTRATO 004/2017

CONTRATANTE: **CÂMARA MUNICIPAL DE APIACAS/MT**

CONTRATADA: **D. F. DE MELO - ME.**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO CONTRATADO

1.1. O presente instrumento tem por objeto a publicação de matérias relevantes das sessões plenárias da Câmara de Vereadores, conforme quadro abaixo:

Descrição do Objeto	Preço Mensal	Valor Global
Veiculação de matéria em televisão local com abrangência no município de Apiacás, em horário nobre "**Jornal Local**", veiculando assuntos relevantes das sessões ordinárias da Câmara de Vereadores, com menção dos fatos em sessão ordinária e resumo de fala de 2 minutos à cada vereador, bem como, veiculação de campanhas direcionadas à população.	R$ 1.100,00	**R$ 2.200,00**

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL E PRORROGAÇÃO

4.1. O prazo de vigência do contrato será da assinatura do presente instrumento até 28/02/2017, desde que se cumpra os ditames pré-estabelecidos neste contrato, podendo ter seu término antecipado por interesse da administração pública conforme determina a Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

5.1. O valor global do objeto deste contrato é de **R$ 2.200,00** (dois mil e duzentos reais) divididos em 02 (duas) parcelas de **R$ 1.100,00** (hum mil e cem reais), mensais, cada parcela.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento classificado e codificado sinteticamente sob o número: 01.001.01.031. 0001.2.001.3.3.90.39 (010) – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO

15.1. A fiscalização da execução dos serviços será exercida pelo Sr. **Dionir Adriano Contreira** Assessor de Comunicação, nomeado pela Portaria nº 004/2017, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento dos serviços que venha a ser determinada pelo **CONTRATANTE**, a seu exclusivo juízo

Apiacás MT, 03 de janeiro de 2017.

Câmara Municipal de Apiacás

Regina Pizoli da Silva

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°. 121/2017

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE À SERVIDOR PÚBLICO DO RESPECTIVO CARGO DO CONCURSO PÚBLICO".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Licença Prêmio por Assiduidade ao Servidor:

Nome: (1132) EDVALDO GRECCO CARDOSO

Cargo Efetivo: (368) Técnico em Desenvolvimento Social

Lotação: Secretaria Municipal de Assistência Social

Período Aquisitivo: 01/07/2010 à 30/06/2015

Período de Concessão: 10/04/2017 à 09/05/2017.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogadas as disposições em contrário.

Apiacás-MT, 03 de Abril de 2017.

ADALTO JOSE ZAGO

-Prefeito Municipal-

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 117/2017

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE FÉRIAS REGULAMENTARES NO MÊS DE ABRIL/2017 À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Férias Regulamentares aos Servidores:

Nome: (068) DORALICE SOUZA

Cargo Efetivo: (222) Zeladora

Lotação: Secretaria Municipal de Saúde

Período Aquisitivo: 01/08/2014 à 31/07/2015.

Nome: (070) JOÃO TORRES DE MACENA

Cargo Efetivo: (225) Motorista

Lotação: Secretaria Municipal de Saúde

Período Aquisitivo: 01/08/2014 à 31/07/2015.

Nome: (1187) MARCIA DE SOUZA GONÇALVES

Cargo Efetivo: (222) Zeladora

Lotação: Secretaria Municipal de Saúde

Período Aquisitivo: 10/08/2014 à 09/08/2015.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogadas as disposições em contrário.

Apiacás-MT. 01 de Abril 2017.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-Prefeito Municipal-

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 113/2017

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE FÉRIAS REGULAMENTARES NO MÊS DE ABRIL/2017 À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Férias Regulamentares ao Servidor:

Nome: (281) ROMILDO FERNANDES BALIERO

Cargo Efetivo: (238) Operador de Máquinas Rodoviárias

Lotação: Secretaria Municipal de Infraestrutura

Período Aquisitivo: 03/01/2016 à 02/01/2017.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogadas as disposições em contrário.

Apiacás-MT. 01 de Abril 2017.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-Prefeito Municipal-

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 116/2017

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE FÉRIAS REGULAMENTARES NO MÊS DE ABRIL/2017 À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Férias Regulamentares aos Servidores:

Nome: (1482) ANDREIA ALVES DE LIMA

Cargo Comissionado: (316) Assistente Geral

Lotação: Secretaria Municipal de Saúde

Período Aquisitivo: 18/03/2016 à 17/03/2017.

Nome: (1265) CAROLINE ALVARES COSTA TORRES

Cargo Efetivo: (256) Enfermeira

Lotação: Secretaria Municipal de Saúde

Período Aquisitivo: 14/06/2015 à 13/06/2016.

Nome: (1371) CHARLENE MACHADO

Cargo Efetivo: (222) Zeladora

Lotação: Secretaria Municipal de Saúde

Período Aquisitivo: 06/09/2015 à 05/09/2016.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogadas as disposições em contrário.

Apiacás-MT. 01 de Abril 2017.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-Prefeito Municipal-

CAMARA MUNICIPAL / CONTABILIDADE
EXTRATO DE CONTRATO 003/2017

CONTRATANTE: **CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE APIACÁS.**

CONTRATADA: **M. P. DE OLIVEIRA SILVA SOLUÇÕES WEB EIRELI ME**

***CLAUSULA SEGUNDA* - DO OBJETO**:

2.1. Prestação de serviços de hospedagem, suporte técnico e manutenção do site oficial e portal transparência da Câmara Municipal de Vereadores de Apiacás: *www.camaraapiacas.mt.gov.br/Transparencia* e *www.camaraapiacas.mt.gov.br* senha de administrador, back-up, administração de contas de email, suporte técnico, manutenção de toda estrutura do site, alterações de visual e de dados, com todas as sub-páginas e conteúdos que a CONTRATANTE solicitar, bem como a estrutura e disponibilização do Site Oficial da Câmara, atendendo aos preceitos da Lei 12.527/2012.

CLAUSULA DECIMA SETIMA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO 7.11. Fiscalizar através do servidor da Câmara Sr. **Dionir Adriano Contreira**, todas as cláusulas dispostas neste Contrato, o qual emitirá relatório mensal acerca do desenvolvimento dos trabalhos realizado.

***CLAUSULA DECIMA SEGUNDA* - DO VALOR DO INVESTIMENTO HOSPEDAGENS, SUPORTE TÉCNICO E LOCAÇÃO DO SISTEMA ADMINISTRADOR:**

12.1. O preço correspondente ao serviço ora contratado será pago pela CONTRATANTE À CONTRATADA:

12.1.1. O preço a ser pago mensalmente pela utilização do Site Oficial da Câmara Municipal e pelo Portal Transparência, bem como, pela manutenção do sistema informatizado será de R$ 600,00 (seiscentos reais) mensais, a partir de janeiro até dezembro de 2017, perfazendo um total anual de R$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais), sem previsão de ajustes durante o exercício de 2017.

***CLAUSULA DECIMA TERCEIRA* - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

13.1. As despesas decorrentes deste instrumento, correrão por conta da classificação e dotações orçamentárias abaixo especificadas, e consignadas no Orçamento Programa previsto para o corrente exercício, na seguinte rubrica: 01.001.01.031.0001.2.001.3390-39 (010)

***CLAUSULA DECIMA QUARTA* - DA VIGÊNCIA E RENOVAÇÃO**:

14.1. Este contrato terá o período de vigência até 31 de dezembro de 2017 a contar da data de sua assinatura e poderá ser renovado, mediante interesse a ajuste prévio entre as partes, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do término da vigência deste, sendo certo que, em não havendo interesse de ambas as partes para a continuidade e renovação do mesmo, fica desde já AUTORIZADA pela CONTRATANTE a retirada e suspensão do site da internet, mantendo os dados e a fonte da página e o aplicativo usado para desenvolver a página (site) que deverá ser entregue para a CONTRATANTE através de meio magnético (CD/DVD ou pendrive), pela CONTRATADA, e sem ônus para ambos.

Apiacás – MT, 02 de janeiro de 2017.

Câmara Municipal de Apiacás

Regina Pizoli da Silva

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 115/2017

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE FÉRIAS REGULAMENTARES NO MÊS DE ABRIL/2017 À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Férias Regulamentares aos Servidores:

Nome: (1305) CARLITO PEREIRA DA SILVA

Cargo Efetivo: (223) Vigia

Lotação: Secretaria Municipal de Assistência Social

Período Aquisitivo: 01/03/2016 à 28/02/2017.

Nome: (1603) MARIA DE LOURDES PICOLI

Cargo Eletivo: (363) Conselheira Tutelar

Lotação: Secretaria Municipal de Assistência Social

Período Aquisitivo: 10/01/2016 à 09/01/2017.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogadas as disposições em contrário.

Apiacás-MT. 01 de Abril 2017.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-Prefeito Municipal-

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DESPACHO DECISÓRIO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

DESPACHO DECISÓRIO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

Assunto: Pregão 01/2017 – Anulação/Súmulas nº 346 e 473 STF – Contratação de empresa para fornecimento de peças e serviços para veículos e máquinas pesadas do Município de Araguaiana-MT.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAIANA-MT, no uso das suas atribuições legais, bem como disposto na Lei Orgânica Municipal, dispõe:

CONSIDERANDO que a Administração pode, a qualquer momento e de ofício, rever seus próprios atos, a fim de evitar possível gravame ao interesse público, consubstanciado na realização de procedimento ilegal;

CONSIDERANDO que por razões de ilegalidade, poderá ocorrer a anulação que se trata do desfazimento do ato administrativo por razões de ilegalidade. Como a desconformidade com a lei atinge o ato em suas origens, a anulação produz efeitos retroativos à data em que foi emitido (efeitos *ex tunc*, ou seja, a partir de então, nunca para trás). A anulação pode ser feita pela Administração Pública, com base no seu poder de autotutela sobre os próprios atos, conforme entendimento já consagrado pelo STF por meio das Súmulas nº 346 e 473;

CONSIDERANDO que a Lei da Ação Popular (Lei nº4.717/65), em seu art. 2º, estabelece os elementos do ato administrativo, quais sejam, a competência, a forma, o objeto, o motivo e a finalidade. Ademais, estabelece o mesmo artigo, em seu parágrafo único, alínea "c", in verbis: "A ilegalidade do objeto ocorre quando o resultado do ato importa em violação da lei, regulamento ou outro ato normativo;

CONSIDERANDO que o poder-dever de autotutela pode ser exercido de ofício pela Administração, independentemente de provocação de quaisquer interessados, mesmo porque, constatado os vícios, tem a Administração o dever de anular seus próprios atos como guardiã que é do interesse público. Dispondo a administração do poder de autotutela, não pode ficar dependendo de provocação do interessado para decretar a nulidade, seja absoluta seja relativa. Isto porque não pode o interesse individual do administrado prevalecer sobre o interesse público na preservação da legalidade administrativa. Pela autotutela o controle se exerce sobre os próprios atos, com a possibilidade de anular os ilegais e revogar os inconvenientes e os inoportunos, independentemente de recurso ao Poder Judiciário;

CONSIDERANDO todas essas informações, bem como o Parecer Jurídico s/nº acostado ao procedimento licitatório com as devidas notas técnicas;

DECIDE

I - ANULAR o certame licitatório modalidade pregão nº 01/2017, tendo em vista os vícios no desvio da forma procedimental, bem como atentado contra o princípio da estrita observância ao instrumento convocatório, no procedimento de escolha e contratação de empresa para fornecimento de peças e serviços para os veículos e máquinas pesadas do município de Araguaiana-MT;

II – DETERMINAR, abertura de prazo para recurso administrativo das licitantes interessadas, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da publicação deste ato, conforme Art. 109, inciso I, alínea "c" da Lei 8.666/93;

III – DETERMINAR, a baixa da licitação nos sistemas integrados de órgãos de controle, bem como nos demais setores da Prefeitura Municipal;

IV – JULGAR prejudicados os recursos e contra-razões interpostos pelas empresas licitantes, no curso do certame licitatório no sentido de coibir os vícios e ilegalidades já apontados neste despacho;

V – DETERMINAR, a remessa deste despacho de anulação para a Secretaria de Administração para a devida publicidade.

Araguaiana-MT, 02 de Maio de 2017

GETÚLIO DUTRA VIEIRA NETO

PREFEITO MUNICIPAL

SETOR DE LICITAÇÃO
ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 011/16 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA – MT

ADESÃO A ATA

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA,** pela sua Pregoeira de Licitação, torna Público, AUTORIZAÇÃO DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 011/2016/ REFERENTE AO PROCESSO Nº 010/2016, NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2016 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA-MT Assunto: Solicitação de adesão á Ata de Registro de Preços n° 011/2016/Prefeitura Municipal de Nova Marilândia – MT Interessado: Prefeitura Municipal de Araguaiana – MT DESPACHO com amparo no art. 22°, do Decreto Federal nº 3931/2011 nº 10.520/02 e subsidiariamente, a Lei 8.666/93, consulto a Vossa Senhoria sobre a possibilidade de AUTORIZAR a adesão á Ata de Registro de Preços n° 011/2016/Prefeitura Municipal de Nova Marilândia – MT em favor da Prefeitura Municipal de Araguaiana – MT. À Diretoria de Licitações para as providências de praxe. Nova Marilândia/MT, 24 de abril de 2017. Assinado pelo Prefeito Municipal de Nova Marilândia– MT Sr. Juvenal Alexandre da Silva.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

PORTARIA Nº.147, DE 24 DE ABRIL DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, **SRº. SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

CONSIDERANDO, Lei Municipal nº. 812 de 18 de Abril de 2017;

Artigo 1º - Fica neste ato nomeado ao cargo de VIGILANTE, o Srº. ALENCAR ALVES NETO, portador do RG: 773305 SSP/MT e CPF: 513.713.081-87, para desempenhar suas funções junto a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

_____

SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 150, DE 28 DE ABRIL DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, **SRº. SILVIO JOSE DE MORAIS FILHO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

CONSIDERANDO Inciso I, § 13, artigo 15 da Lei 7.263/2000;

CONSIDERANDO Nova redação dada ao § 13 pela Lei 10.480/2016;

CONSIDERANDO Lei Municipal 813/2017;

CONSIDERANDO Audiência realizada com a sociedade civil organizada;

Artigo 1º - Nomear composição dos membros do Conselho Municipal do FETHAB:

MEMBROS DO GOVERNO

VALDEMAR ALMEIDA CARVALHO, portador do RG: 3993003 DGPC/GO e CPF: 869.019.151- 87.

ANTONIO CARLOS ALVES DE SOUZA, portador do RG: 1674411-0 SSP/MT e CPF: 729.466.871-04.

JESUS JOSÉ DE SOUZA SOBRINHO, portador do RG: 0597655-3 SSP/MT e CPF: 352.964.101-49.

VALDEVINO RODRIGUES DE SOUZA FILHO, portador do RG: 277036 SSP/MT e CPF: 201.799.601-72.

WASHINGTON CESAR NAVES DE SOUZA, portador do RG: 862267 SSP/MT e CPF: 513.770.041-04.

MEMBROS DA SOCIEDADE CIVIL

NOIME FRANCISCO DA SILVA FILHO, portador do RG: 556774 SSP/MT e CPF: 387.913.581-91.

JOSÉ NIVALDO DE RESENDE, portador do RG: 297999 SSP/MT e CPF: 283.874.141-15.

WILSON GILBERTO DE SOUZA, portador do RG: 21371651 SSP/SP e CPF: 070.610.608-03.

ENEIAS BARBOSA DE MOURA, portador do RG: 426486-0 SSP/MT e CPF: 340.463.211-72.

EDSON DE OLIVEIRA FILHO, portador do RG: 556769 SSP/MT e CPF: 387.913.401-44.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT

_____

SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº.146, DE 24 DE ABRIL DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, **SRº. SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Elevar o nível dos servidores:

Divina Pereira de Almeida – CPF: 005.795.781-94

Sebastiana Onofra Mendes Naves – CPF: 907.873.231-84

Eliane Pereira de Souza Rodrigues – CPF: 592.765.841-53

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

_____

Silvio Jose de Morais Filho

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº.148, DE 24 DE ABRIL DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, **SRº. SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

CONSIDERANDO, Lei Municipal nº. 812 de 18 de Abril de 2017;

Artigo 1º - Fica neste ato nomeado ao cargo de VIGILANTE, o Srº. ALIOMAR DE SOUZA, portador do RG: 12021520 SSP/MT e CPF: 926.387.241-49, para desempenhar suas funções junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

_____

SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 149, DE 24 DE ABRIL 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.º.SILVIO JOSE DE MORAIS FILHO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias Indenizadas ao servidor **DOMINIGOS MENDES DE MATOS FILHO**, **AGENTE ADMINISTRATIVO,** referente ao período **01/01/2015 a 01/01/2016**, sendo **30 (trinta)** dias afastado a partir de **02/05/2017**, devendo seu retorno acontecer em **01/06/2017**.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

Silvio Jose de Morais Filho

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA INTERNA DRH 08/2017, LIBERAÇÃO DE FERIAS PARA O MÊS 05/2017.

DISPÕE SOBRE CONCESSÕES DE AFASTAMENTO DE FERIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, DO MUNICIPIO DE ARAPUTANGA/MT NO MÊS DE MAIO DE 2017.

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA/MT, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1.º - Efetuar afastamentos de Fériasaos servidores públicos municipais da Prefeitura Municipal de Araputanga Estado de Mato Grosso.

Art. 3.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Araputanga, 27 de maio do ano de 2017.

OVÍDIO DE FREITAS GODOY

Diretor de Recursos Humanos

Portaria 07/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA - PREGÃO PRESENCIAL 021/2017

OBJETO: CONTRATACAO DE EMPRESA PARA AQUISICAO DE RAIO-X DIGITAL ONDONTOLOGICO PARA AS UNIDADES DE SAUDE DO MUNICIPIO DE ARENAPOLIS-MT.

O MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS-MT, através de sua Pregoeira e equipe de apoio, torna público a todos os interessados que o **PREGÃO PRESENCIAL 021/2017**, cujo objeto acima identificado, foi declarado **DESERTO** por falta de participantes.

Arenápolis- MT, 27 de abril de 2017.

REGINA LUCIA DE SOUZA

Pregoeira

AVISO DE PREGAO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS 024/2017

O MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS, Estado de Mato Grosso, através da Pregoeira Oficial, torna público aos interessados que fará realizar, no dia 16 de maio de 2017, às 08h00min (Horário Oficial de Mato Grosso), na sala de Licitações da Prefeitura Municipal, situada à Avenida Prefeito Caio nº. 642, Vila Nova, neste Município de Arenápolis-MT, O PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS 024/2017, Menor Preço por Item, com a finalidade de REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLOGICOS PARA ATENDIMENTO NAS UNIDADES BASICA DE SAÚDE(UBS) DO MUNICIPIO DE ARENAPOLIS/MT. O edital completo esta disponível no site www.arenapolis.mt.gov.br. Maiores informações na sede da Prefeitura Municipal durante o horário normal de expediente das 07h00min às 13h00min, ou através do telefone: (65) 3343-1105.

Arenápolis-MT, 02 de maio de 2017**.**

REGINA LÚCIA DE SOUZA

PREGOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 001/2017

A Prefeitura Municipal de Aripuanã - MT torna público para conhecimento dos interessados a **aquisição de peças destinadas a manutenção da motoniveladora volvo G930 ano 2010 pertencente a Secretaria Municipal de Infraestrutura deste Município de Aripuanã, com base no art. 25, inciso I da Lei nº 8.666/93 e alterações, com amparo no art. 37, inciso XXI da Constituição Federal.**

Aripuanã/MT, 02 de Maio de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 3.111/2017.

SÚMULA:

PRORROGA A VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO 001/2015 DO MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ E DÁ PROVIDÊNCIAS.

JONAS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei, e conforme preceitua o Edital do Concurso Público nº 001/2015, homologado conforme Decreto nº. **2.606/2015**, de 11 de maio de 2015, publicado na mesma data.

CONSIDERANDO, que ainda existem concursados que poderão ser aproveitados no quadro de servidores efetivos do Município de Aripuanã - MT, em diversas secretarias;

CONSIDERANDO, o princípio da economicidade e a razoabilidade, não se fazendo necessário, novo concurso para os mesmos cargos;

RESOLVE:

Art. 1º – Prorrogar pelo período de 02 (dois) anos a contar da data de 11/05/2017, o Concurso Público nº 001/2015, homologado pelo Decreto nº. 2.606/2015.

Art. 2°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias do mês de maio de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

JOSÉ AUGUSTO MARTINS

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
ATO Nº 017/2017

CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA Nº 001/2017, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 396/99, DE ACORDO COM AS LEIS COMPLEMENTARES Nº 001/99 E 002/99 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

JONAS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Municipal nº 396/1999;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam convocados os candidatos abaixo relacionado aprovada no Processo Seletivo Simplificado para Professores da Educação Básica nº 001/2017, para comparecer na Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEMEC, no dia 03/05/2017, às 8:00 horas para atribuição de classes e/ou aulas e posterior contratação.

Art. 2º No ato da convocação os candidatos deverão apresentar fotocópia e os originais dos documentos exigidos no Edital, e demais REQUISITOS constante no quadro de nº de vagas, do Edital de Seleção nº 001/2017 do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017.

Art. 3º As despesas decorrentes do presente ato correrão por conta das dotações próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 de maio de 2017.

Registre-se e Publique-se

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

SEDE DO MUNICÍPIO – LÍNGUA PORTUGUESA

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
287/2017	NAIR SILVA TEIXEIRA	857.207.801-06	1242917-1 SSP/MT	LETRAS
246/2017	SIRLEI VICENTE DE JESUS	935.653.641-49	1405904-5 SSP/MT	LETRAS

SEDE DO MUNICÍPIO – HISTÓRIA

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
193/2017	APOLIENE APARECIDA PEREIRA SILVA	010.849.191-92	2644493-3 SEJSP/MT	HISTÓRIA

SEDE DO MUNICÍPIO – GEOGRAFIA

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
059/2017	PEDRO HUGO SOUZA SANTOS	015.360.372-06	1225596 SSP/RO	GEOGRAFIA

CONSELVAN – PEDAGOGIA OU NORMAL SUPERIOR

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
0150/2017	KARINE BARBOSA DE OLIVEIRA	941.468.372-00	000973881 SESDC/RO	PEDAGOGIA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.446/2017

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais lhe são conferidas pela Lei Complementar nº.001/99, Art. 33, Inciso I;

RESOLVE:

ART 1º - READAPTAR o servidor o Sr **DONIZETI JUNKES DE SOUZA,** portador da Cédula de Identidade RG nº 22.496.380-6 SSP/SP e do CPF nº 177.934.608-55, ocupante do cargo de Carreira de **PROFESSOR** Classe **"B",** Nível **1**, para prestar serviços na Biblioteca da Escola Municipal Prof. Jari Edgar Zambiasi, em conformidade com o que determina o laudo Médico Pericial emitido pelo medico perito do FAPEMA, Dr. Alcimar B. Soares CRM/MT nº.6368, no período de 25/04/2017 à 24/07/2017**.**

Artigo 2º A readaptação não acarretará aumento ou redução de vencimento ou remuneração do servidor de acordo com o que dispõe o Art.35 da Lei Complementar nº.001/99.

Artigo 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 18 dias de abril de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

JOSÉ AUGUSTO MARTINS

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº: 01/2017 – SRP

O município de Barra do Bugres - MT, torna público O RESULTADO do processo Licitatório modalidade pregão presencial 01/2017 – SISTEMA REGISTRO DE PREÇO – que trata da CONTRATAÇÃO DE ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AO CONSUMIDOR, OPERAÇAO DE POÇOS ARTESIANOS RURAIS E DISTRITAIS E ETA COM MAO DE OBRA, COLETA, ANALISES, MATERIAL, E MANUTENÇAO DE REDE, PARA ATENDIMENTO AO DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOSTO. Licitante vencedor: SAN LEX GESTAO EM SANEAMENTO EIRELLI –ME inscrita no CNPJ sob o nº 22.580.606/0001-86 com o valor global de R$ 327.084,00 (Trezentos e vinte e sete mil e oitenta e quatro reais).

Barra do Bugres – MT, 02 de maio de 2017.

EDIRLEI SOARES DA COSTA

Pregoeiro oficial

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 03/2017

O município de Barra do Bugres-MT, torna público à dispensa de licitação de nº03/2017 de acordo com o Artigo 24, de acordo com a Lei Federal 8.666 de 21-06-93 e alterações leis 8.883 de 08.06.94 e 9648 de 27.05.98, para "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NO RAMO DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS PARA ATENDIMENTO AO TRANSPORTE ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA", conforme justificativa presente nos autos, a favor da empresa: FRANCISCO NARCISO DE CAMPOS – ME inscrita no CNPJ sob n.º03.374.150/0001-53 com valor de R$4,63 (Quatro reais e sessenta e três centavos) por km.

Barra do Bugres-MT, 12 de abril de 2017.

EDIRLEI SOARES DA COSTA

Comissão permanente de licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

AVISO DE LICITAÇÃO PP N° 017/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL (SRP) **–** Nº 017/2017/PMBG-MT

O Município de Barra do Garças/MT torna público que será realizado Pregão Presencial Nº 017/2017. Objeto:**AQUISIÇÃO DE KIT DE GASOMETRIA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL E PRONTO SOCORRO MILTON PESSOA MORBECK.**Data da sessão pública: **16/05/2017** às **14 horas 00 minutos** (horário local). Edital e demais informações no Setor de Licitação, bloco I, Rua: Carajás, n° 522,

Centro, Barra do Garças – MT. Fone: 0XX.66.3402.2000 – Ramal – 2045. Danilson Pereira Brito (Pregoeiro) e equipe de apoio, 02/05/2017.

PORTARIA Nº 12.669 DE 27 DE ABRIL DE 2.017.

PORTARIA Nº 12.669 DE 27 DE ABRIL DE 2.017.

"Dispõe sobre reintegração ao Quadro de Provimento Efetivo de Servidores desta Municipalidade, no cargo de médico, em razão de Mandado de Segurança, à pessoa que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de atribuições legais,

Considerando a decisão proferida no Agravo de Instrumento e no Mandado de Segurança, Proc. Nº 6482-13.2016.811.0004, código 225980, em trâmite perante a 2ª Vara Cível, determinando a reintegração ao cargo, do ex-servidor demitido através da Portaria nº 11.655, de 03.05.2016, por força de Processo Administrativo Disciplinar,

R e s o l v e:

Art. 1º – Reintegrar, a partir de 20 de abril de 2017, para o Quadro de Provimento Efetivo de Servidores desta Municipalidade, no cargo de Médico, o Sr. **PRIMO DELIBERALLI**,com lotação na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 20 de abril de 2017.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 27 de abril de 2.017.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 12.664 DE 20 DE ABRIL DE 2.017.

PORTARIA Nº 12.664 DE 20 DE ABRIL DE 2.017.

" Dispõe sobre designação de

engenheiro para fiscalização

que menciona."

Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, **ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS**, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o disposto nas Resoluções Normativas nº 06/2011 e 020/2015, expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE,

R E S O L V E:

I – Designar a engenheira civil Amanda Rocha Alves, CREA/MT 038723, servidora pública municipal, para proceder à fiscalização da "Conclusão da cobertura da quadra de esportes da escola municipal Elizabeth Sanchez Lacerda", em substituição a engenheira civil Silvia Teresa Pinno, CREA/MT 030864, referente ao contrato 657/2016.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III – Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças-MT, 20 de abril de 2017.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 12.673 DE 27 DE ABRIL DE 2.017.

PORTARIA Nº 12.673 DE 27 DE ABRIL DE 2.017.

"Dispõe sobre concessão de Licença sem remuneração à servidora que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais e; Considerando o disposto no Art. 99, da Lei Complementar nº 03, de 04 de dezembro de 1991 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

R e s o l v e:

Art. 1º – Conceder, a pedido, a partir de 01 de março de 2017, licença sem remuneração à servidora **AVA MAYARA COSTA SANTOS**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, no cargo de Professora, pelo período de 02 (dois) anos, para tratar de interesses particulares, nos termos da legislação em vigor.

Parágrafo Único – A licença poderá ser interrompida a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse de serviços inadiáveis.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de março de 2017.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 27 de abril de 2.017.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PP N° 016/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL (SRP) **–** Nº 016/2017/PMBG-MT

O Município de Barra do Garças/MT torna público que será realizado Pregão Presencial Nº 016/2017. Objeto:**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE CAMINHÃO BAÚ, COM O OBJETIVO DE TRANSPORTAR PRODUTOS ALIMENTICIOS, EQUIPAMENTOS, MOBILIÁRIOS, MATERIAIS DE LIMPEZA E PEDAGÓGICO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS INDIGENAS NA RESERVA SÃO MARCOS.**Data da sessão pública: **16/05/2017** às **08 horas 30 minutos** (horário local). Edital e demais informações no Setor de Licitação, bloco I, Rua: Carajás, n° 522, Centro, Barra do Garças – MT. Fone: 0XX.66.3402.2000 – Ramal – 2045. Danilson Pereira Brito (Pregoeiro) e equipe de apoio, 02/05/2017.

PORTARIA Nº 12.670 DE 27 DE ABRIL DE 2.017.

PORTARIA Nº 12.670 DE 27 DE ABRIL DE 2.017.

"Dispõe sobre concessão de licença para acompanhamento de pessoa da família por motivo de doença à servidora que menciona".

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. **ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS**, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o disposto nos Artigos 81 e 96 da Lei Complementar nº 03/1991,

R E S O L V E:

Art. 1º – Conceder, a pedido, licença com remuneração, à servidora **ANA LÚCIA ALVES,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, pelo período de 10 (dez) dias, compreendido entre os dias 26/01/2017 à 04/02/2017, para acompanhamento da mãe por motivo de doença, nos termos da legislação em vigor.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 26 de janeiro de 2017.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 27 de abril de 2.017.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 12.671 DE 27 DE ABRIL DE 2.017.

PORTARIA Nº 12.671 DE 27 DE ABRIL DE 2.017.

"Dispõe sobre elevação de Nível e Classe ao servidor que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais e; Considerando a necessidade em dar cumprimento à Decisão emanada do Egrégio Tribunal de Justiça de Mato Grosso, através do Acórdão exarado pelo Exmo. Desembargador José Zuquim Nogueira, da Quarta Câmara Cível, acostado aos autos da remessa necessária nº 60000/2016 – Classe CNJ – 199, julgada na data de 11/10/2016, protocolo sob nº 60000/2016;

Considerando, ainda, o que dispõe a Lei Complementar nº 096/2006;

R e s o l v e:

Art. 1º – Conceder, a partir de outubro de 2009, elevação de Nível e Classe ao servidor abaixo, em virtude de determinação do Exmo. Sr. Desembargador, conforme segue:

SERVIDOR(A)	NÍVEL	CLASSE	CARGO	LOTAÇÃO
CELSO MARTINS SPHOR	2	B	Advogado	Procuradoria Geral do Município

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de outubro de 2009.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 27 de abril de 2.017.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PP N° 015/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL (SRP) **–** Nº 015/2017/PMBG-MT

O Município de Barra do Garças/MT torna público que será realizado Pregão Presencial Nº 015/2017. Objeto:**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTINUADO DE SEGURANÇA PARA ATUAR NO ATERRO SANITÁRIO DO MUNICIPIO.** Data da sessão pública: **15/05/2017** às **08 horas 30 minutos** (horário local). Edital e demais informações no Setor de Licitação, bloco I, Rua: Carajás, n° 522, Centro, Barra do Garças – MT. Fone: 0XX.66.3402.2000 – Ramal – 2045. Danilson Pereira Brito (Pregoeiro) e equipe de apoio, 02/05/2017.

PORTARIA Nº 12.677 DE 28 DE ABRIL DE 2.017.

PORTARIA Nº 12.677 DE 28 DE ABRIL DE 2.017.

"Dispõe sobre concessão de 03 (três) meses de licença-prêmio à servidora que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de atribuições legais,

Considerando os termos do Art. 102 da Lei Complementar 03/1991, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Art. 93, § 1º, alínea "b", da Lei Orgânica Municipal;

R e s o l v e:

Art. 1º – Conceder, a pedido, 03 (três) meses de licença-prêmio, **a ser gozada de acordo com o cronograma estabelecido pela Secretaria Municipal de Saúde**, referente ao quinquênio 2008/2013, à servidora **DIVINA GLEICY VIEIRA**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de Agente Comunitário de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Barra do Garças/MT, aos 28 dias do mês de abril de 2.017.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 12.675 DE 27 DE ABRIL DE 2.017.

PORTARIA Nº 12.675 DE 27 DE ABRIL DE 2.017.

"Dispõe sobre concessão de licença sem remuneração ao servidor que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais e; Considerando o disposto no Art. 99, da Lei Complementar nº 03/1991 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

R e s o l v e:

Art. 1º – Conceder, a pedido, a partir de 13 de março de 2017, licença sem remuneração ao servidor **CLAUDIR LUIZ PEREIRA,** lotado na Secretaria Municipal de Educação, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, pelo período compreendido entre 13 de março de 2017 a 13 de março de 2018, para tratar de interesses particulares, nos termos da legislação em vigor.

Parágrafo Único – A licença poderá ser interrompida a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse de serviços inadiáveis.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 13 de março de 2017.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 27 de abril de 2.017.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 12.665 DE 20 DE ABRIL DE 2.017.

PORTARIA Nº 12.665 DE 20 DE ABRIL DE 2.017.

"Dispõe sobre nomeação para o cargo comissionado que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais,

R e s o l v e:

Art. 1º – Nomear, a partir de 10 de abril de 2017, para exercer em comissão, o cargo de Coordenadora de Gestão Social (DAS-2), junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, a Sra. NATHÁLIA VIEIRA LUZ.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 10 de abril do corrente ano.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 20 de abril de 2.017.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 12.672 DE 27 DE ABRIL DE 2.017.

PORTARIA Nº 12.672 DE 27 DE ABRIL DE 2.017.

"Dispõe sobre concessão de Licença sem remuneração à servidora que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais e; Considerando o disposto no Art. 99, da Lei Complementar nº 03, de 04 de dezembro de 1991 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

R e s o l v e:

Art. 1º – Conceder, a pedido, a partir de 02 de janeiro de 2017, licença sem remuneração à servidora **MARLI MONTEIRO DOS SANTOS**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, no cargo de Professora, pelo período de 02 (dois) anos, para tratar de interesses particulares, nos termos da legislação em vigor.

Parágrafo Único – A licença poderá ser interrompida a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse de serviços inadiáveis.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de janeiro de 2017.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 27 de abril de 2.017.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 12.667 DE 20 DE ABRIL DE 2.017.

PORTARIA Nº 12.667 DE 20 DE ABRIL DE 2.017.

"Dispõe sobre nomeação para o cargo comissionado que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais,

R e s o l v e:

Art. 1º – Nomear, a partir de 17 de abril de 2017, para exercer em comissão, o cargo de Diretora de Divisão de Trânsito e Tráfego Urbano (DAS-1), junto à Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Obras, a Sra. LAURA LÚCIA CAETANO.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 17 de abril do corrente ano.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 20 de abril de 2.017.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 12.678 DE 28 DE ABRIL DE 2.017.

PORTARIA Nº 12.678 DE 28 DE ABRIL DE 2.017.

"Dispõe sobre abertura de Processo Administrativo Disciplinar para a apuração dos fatos que menciona".

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de atribuições legais e, Considerando que os servidores ALBA MARIA DE OLIVEIRA SILVA, DIANE KELLY LACERDA, FLÁVIA ROCHA DE AQUINO, RANGEL SOUSA BARBOSA e KAISON LEONARDO LELES, estiveram em Licença para Tratar de Interesse Particular, cujo vencimento de todas as licenças ocorreu no dia 31 de dezembro de 2016, e que até a presente data não retornaram ao trabalho; Considerando o Memorando nº 123/RH-SMS/2017, expedido pela Secretaria Municipal de Saúde, bem como o Memo. nº 193/2017, expedido pela Procuradoria Geral, a qual solicita abertura de Procedimento Administrativo Disciplinar pelo abandono de emprego dos supracitados servidores; Considerando que foi publicado o Comunicado de Abandono de Emprego no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso e, no Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas de Mato Grosso, ambos em 17 de março do corrente ano, dando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para comparecimento dos servidores junto à Prefeitura Municipal de Barra do Garças, Secretaria Municipal de Administração, o prazo não foi cumprido pelos mesmos, caracterizando assim abandono de emprego; Considerando, ainda, que tal postura é prejudicial aos demais servidores que poderão utilizá-la como exemplo, agindo assim, com desídia e descumprindo suas obrigações; Considerando, finalmente, que os servidores infringiram ao disposto nos arts. 323, CP; arts. 149, I, II e III da Lei Complementar nº 03, de 04 de dezembro de 1991, agindo com inassiduidade habitual e desídia e configurando abandono de cargo,

R e s o l v e:

Art. 1º – Designar os servidores municipais Adv. **THAIS ASSUNÇÃO NUNES, LILIANE CARVALHO DE MEDEIROS e NELSON ALVES DOS SANTOS,** para, em Comissão, e sob a presidência do primeiro, abrir processo administrativo disciplinar, para apurar os fatos supra noticiados.

Art. 2º – A Comissão, dentro do prazo legal de 60 (sessenta) dias, a partir da data de instalação da mesma, apresentará Relatório Final sobre o apurado, indicando as providências cabíveis ao caso.

Art. 3º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 28 de abril de 2.017.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 12.674 DE 27 DE ABRIL DE 2.017.

PORTARIA Nº 12.674 DE 27 DE ABRIL DE 2.017.

"Dispõe sobre concessão de Licença sem remuneração ao servidor que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais e; Considerando o disposto no Art. 99, da Lei Complementar nº 03, de 04 de dezembro de 1991 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

R e s o l v e:

Art. 1º – Conceder, a pedido, a partir de 30 de janeiro de 2017, licença sem remuneração ao servidor **ISAIAS MESSIAS NOGUEIRA NETO**, lota-

do na Secretaria Municipal de Educação, no cargo de Professor, pelo período de 02 (dois) anos, para tratar de interesses particulares, nos termos da legislação em vigor.

Parágrafo Único – A licença poderá ser interrompida a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse de serviços inadiáveis.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 30 de janeiro de 2017.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 27 de abril de 2.017.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PP N° 018/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL (SRP) **–** Nº 018/2017/PMBG-MT

O Município de Barra do Garças/MT torna público que será realizado Pregão Presencial Nº 018/2017. Objeto:**AQUISIÇÃO DE TONERS E CARTUCHOS, PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS.**Data da sessão pública: **17/05/2017** às **08 horas 30 minutos** (horário local). Edital e demais informações no Setor de Licitação, bloco I, Rua: Carajás, n° 522, Centro, Barra do Garças – MT. Fone: 0XX.66.3402.2000 – Ramal – 2045. Danilson Pereira Brito (Pregoeiro) e equipe de apoio, 02/05/2017.

PORTARIA Nº 12.666 DE 20 DE ABRIL DE 2.017.

PORTARIA Nº 12.666 DE 20 DE ABRIL DE 2.017.

“Dispõe sobre nomeação para o cargo comissionado que menciona.”

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais,

R e s o l v e:

Art. 1º – Nomear, a partir de 10 de abril de 2017, para exercer em comissão, o cargo de Coordenadora Geral (DAS-3), junto à Secretaria Municipal de Urbanização e Paisagismo, a Sra. ELIANA RODRIGUES MATOS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 10 de abril do corrente ano.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 20 de abril de 2.017.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 12.679 DE 28 DE ABRIL DE 2.017

PORTARIA Nº 12.679 DE 28 DE ABRIL DE 2.017

“Dispõe sobre nomeação, sem ônus, para exercer o cargo de Secretário Municipal que menciona.”

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais,

R e s o l v e:

Art. 1º – Nomear, sem ônus, a partir de 28 de abril de 2017, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Esportes e Lazer, cumulativamente com o cargo de Secretário Municipal de Educação, o Sr. **ALBÉRICO ROCHA LIMA**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças-MT, 28 de abril de 2.017.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 12.676 DE 27 DE ABRIL DE 2.017.

PORTARIA Nº 12.676 DE 27 DE ABRIL DE 2.017.

“Dispõe sobre concessão de Licença sem remuneração ao servidor que menciona.”

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais e; Considerando o disposto no Art. 99, da Lei Complementar nº 03, de 04 de dezembro de 1991 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

R e s o l v e:

Art. 1º – Conceder, a pedido, a partir de 01 de janeiro de 2017, licença sem remuneração ao servidor **ISMAEL DONIZETE CARDOSO DE MORAES**, lotado na Secretaria Municipal de Educação, no cargo de Professor, pelo período de 02 (dois) anos, para tratar de interesses particulares, nos termos da legislação em vigor.

Parágrafo Único – A licença poderá ser interrompida a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse de serviços inadiáveis.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 27 de abril de 2.017.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 220 DE 26 DE ABRIL DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE EDUCAÇÃO**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº. 17639 de 24 de abril de 2017,

RESOLVEM:

Art. 1º Acrescentar a carga horária do contrato por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS e Regime Jurídico Estatutário – Lei Complementar nº. 25, de 27.11.97, das senhoras abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

NOME	CARGO	C. H	PERÍODO	LOCAL	JUSTIFICATIVA
Eliane Soares do Prado	Professora Licenciada em Pedagogia	20	02.05.17 a 31.07.17	Escola Municipal Erenice Simão Alvarenga	Em substituição a Virginia dos Anjos Silva, que usufruirá Licença Prêmio.
Marcia Helena Ribeiro Toledo	Professora Licenciada em Pedagogia	20	02.05.17 a 31.07.17	Escola Municipal Buscando o Saber.	Em substituição a Leila Duarte de Freitas, que usufruirá Licença Prêmio.
Maria Madalena de Oliveira.	Professora Licenciada em Pedagogia	20	02.05.17 a 30.10.17	Escola Municipal Tancredo Neves.	Em substituição a Marileide Vieira Pires e Lucinalda Carneiro Lima, que usufruirão licença Prêmio.
Simone Pereira da Silva Baleeiro.	Professora Licenciada em Pedagogia	20	02.05.17 a 30.10.17	Escola Municipal Santo Antônio do Caramujo.	Em substituição a Maurineide Dantas da Silva e Claudia Aparecida Solto e Silva, que usufruirão Licença Prêmio.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 26 de abril de 2017.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA

Secretária Municipal Interina de Educação.

Afixado em: 26.04.17

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 225 DE 28 DE ABRIL DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE EDUCAÇÃO**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº. 17896 de 26 de abril de 2017,

RESOLVEM:

Art. 1º Acrescentar a carga horária do contrato por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS e Regime Jurídico Estatutário – Lei Complementar nº. 25, de 27.11.97, das senhoras abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

NOME	CARGO	C. H	PERÍODO	LOCAL	JUSTIFICATIVA
Lucilene Ribeiro de Carvalho	Professora Licenciada em Pedagogia	20	25.04.17 a 02.06.17	Escola Municipal Gotinhas do Saber	Em substituição a Laura Alexsandra Neves Monteiro que está de atestado médico.
Osmair Aparecido Marangueli da Silva	Professora Licenciada em Pedagogia	12	02.05.17 a 22.12.17	Escola Municipal Santo Antônio do Caramujo	Para coordenar o programa Novo Mais Educação.
Ana Paula Inácio de Oliveira	Professora Licenciada em Pedagogia	08	02.05.17 a 22.05.17	Escola Municipal Santo Antônio do Caramujo.	Para coordenar o programa Novo Mais Educação.
Tereza Cristina de Oliveira Costa Franco	Professora Licenciada em Pedagogia	18	24.04.17 a 22.12.17	Escola Municipal Santo Antônio do Caramujo.	Em substituição a Jane Katia Bocalan Ricaldes que solicitou rescisão de contrato.
Vanilza Carvalho de Melo	Professora Licenciada em Pedagogia	02	24.04.17 a 22.12.17	Escola Municipal Santo Antônio do Caramujo.	Em substituição a Jane Katia Bocalan Ricaldes que solicitou rescisão de contrato.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 28 de abril de 2017.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA

Secretária Municipal Interina de Educação.

Afixado em: 28.04.17

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
ATO DE REVOGAÇÃO – DISPENSA Nº 01/2017

Protocolo Nº 5403 de 02 de março de 2017.

Interessado: Secretaria Municipal de Saúde.

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO, visando a aquisição de um servidor Rack Dell Power Edge R730 para atender as Unidades pertencentes da Secretaria Municipal de Cáceres, **no município de Cáceres – MT.**

Observação: O ordenador de despesas da Secretaria de Saúde, no uso de suas atribuições legais, para fins de interesse público, resolve revogar a Dispensa 01/2017.

Prefeitura de Cáceres / MT, 02 de maio de 2017.

ROGER ALESSANDRO RODRIGUES PEREIRA

Secretário Municipal de Saúde

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 215 DE 28 DE ABRIL DE 2017.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o artigo 105, da Lei Complementar nº. 25, de 27 de novembro de 1997;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 13630, de 23 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Afastar, a pedido, a servidora **ANA MIRLEI CEBALHO DA SILVA**, do cargo de Professora, lotada na Secretaria de Educação, sem ônus, para esta administração Pública Municipal, para tratar de assuntos de interesse particular, pelo período de 02 anos, a partir de 01 de junho de 2017 a 01 de junho de 2019.

Art. 2º Durante o período de afastamento não se contará o tempo de serviço para nenhum efeito.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 28 de abril de 2017.

CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA

Secretária Municipal Interina de Educação

Afixado em: 28.04.17.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 195 DE 17 DE ABRIL DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE EDUCAÇÃO**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº. 16570 de 12 de abril de 2017,

RESOLVEM:

Art. 1º Acrescentar a carga horária do contrato por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS e Regime Jurídico Estatutário – Lei Complementar nº. 25, de 27.11.97, das senhoras abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

NOME	CARGO	C. H	PERÍODO	LOCAL	JUSTIFICATIVA
Jesuina Miranda da Silva	Professora Licenciada em Pedagogia	10	12.04.17 a 08.06.17	Escola Municipal Santa Catarina	Para que a referida professora desenvolva atividades de apoio Pedagógico visto que a escola não dispõe de Coordenadora.
Sinesia Aparecida Tavares Silva Cruz	Professora Licenciada em Pedagogia	20	12.04.17 a 24.04.17	Escola Municipal Brincando e Aprendendo	Em substituição a Maria Fatima Alves que está de atestado médico.
Josiane da Silva Dantas Ferraz	Professora Licenciada em Educação Fisica	10	17.04.17 a 14.08.17	Escola Municipal Laranjeira	Para assumir o programa Novo Mais Educação
Nilson Balbino Leite Ribeiro	Professora Licenciada em Geografia	05	17.04.17 a 14.08.17	Escola Municipal Laranjeira	Para assumir o programa Novo Mais Educação.
Katia Ribeiro Costa	Professora Licenciada em Pedagogia	20	12.04.14 a 11.06.17	Escola Municipal Pequeno Sábio	Em substituição a Joeli Auxiliadora França Ramos que está de atestado médico.
Angela Maria Ramos Pereira	Professora Licenciada em Pedagogia	10	12.04.17 a 11.06.17	Escola Municipal Pequeno Sábio	Em substituição a Joeli Auxiliadora França Ramos que está de atestado médico.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 17 de abril de 2017.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA

Secretária Municipal Interina de Educação

Afixado em: 17.04.17

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 227 DE 28 DE ABRIL DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 18148 de 27 de abril de 2017.

RESOLVEM:

Art. 1º Prorrogar os contratos por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS e Regime Jurídico Estatutário – Lei Complementar nº. 25, de 27.11.97, dos senhores abaixo relacionada, para exercer suas funções na Secretaria Municipal de Educação.

N°	NOME	CARGO	LOCAL	PERÍODO	SUBSTITUIÇÃO
172/17	Vania Ramos da Silva	Professora Licenciada em Educação Física	Escola Municipal Santa Catarina	27.04.17 a 23.10.17	Em substituição a Henrique Ribeiro dos Reis que está de atestado médico.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 28 de abril de 2017.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA

Secretária Municipal Interina de Educação

Afixado em: 28.04.17

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 216 DE 28 DE ABRIL DE 2017.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo Submetido ao Protocolo Geral sob nº 17261, de 19 de abril de 2017,

RESOLVE:

Art.1º Designar a servidora **SILVANA FERREIRA DE MORAIS** – Professora, para responderem pela Direção da Escola Municipal Laranjeira da Rede Pública Municipal de Ensino de Cáceres, em substituição a titular que encontra de licença maternidade, pelo período de 17 de abril de 2017 a 14 de outubro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 28 de abril de 2017.

CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA

Secretária Municipal Interina de Educação

Afixado em: 28.04.2017.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
RATIFICAÇÃO AO TERMO DE ADESÃO Nº 37/2017 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, Estado de Mato Grosso através da Secretaria Municipal de Saúde, comunica a **ADESÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 18/2016, ORIUNDA DO PREGÃO ELETRONICO Nº 02/2016 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ –MT**

Objeto: Registro de Preço para eventual aquisição de material hospitalar para atender às necessidades das Unidades de Saúde.

Contratada: **INJEX INDUSTRIAS CIRÚRGICAS LTDA, CNPJ: 59.309.302/0001-99**

VALOR: R$ 82.000,00 (oitenta e dois mil reais)

Local e data: Prefeitura de Cáceres-MT, 02 de maio de 2017.

EVANILDA COSTA DO NASCIMENTO FELIX

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 222 DE 26 DE ABRIL DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE EDUCAÇÃO**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 17636, 24 de abril de 2017,

RESOLVEM:

Art. 1º Acrescentar a carga horária por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS e Regime Jurídico Estatutário – Lei Complementar nº. 25, de 27.11.97, da senhora abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

NOME	CARGO	C.H	PERÍODO	LOCAL	JUSTIFICATIVA
Eliséia Lopes Borges	Professora Licenciada em Pedagogia	**acréscimo** 10	08.02.17 a 20.12.17	Escola Municipal Vila Real e Garcês	A servidora encontra –se na Coordenação Pedagógica Escolar

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 26 de abril de 2017.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA

Secretária Municipal Interina de Educação

Afixado em: 26.04.17

SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 03/2016 EDITAL COMPLEMENTAR Nº 005/2017, DE 02 DE MAIO DE 2017.

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 03/2016 EDITAL COMPLEMENTAR Nº 005/2017, DE 02 DE MAIO DE 2017.

Considerando o Edital nº 03/2016 de Abertura de Processo Seletivo Simplificado para atender à necessidade de Temporária de Excepcional Interesse Público, da Prefeitura Municipal de Cáceres/MT**;**

A Prefeitura de Cáceres – MT, através da Secretaria Municipal de Ação Social e a Comissão do Processo Seletivo Simplificado 03/2016, designada através da Portaria nº 163/2016 para atender à necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público - conforme o Edital nº 03/2016. Informa a convocação dos (as) candidatos (as) classificados (as) no Processo Seletivo Simplificado 03/2016, para suprir as vagas dos servidores que tiveram contrato rescindido em 30/03/2017.

Convocação do (s) candidato (s) classificado (s) do Processo Seletivo Simplificado 03/2016 abaixo citado. Considerando que o (s) candidato (s) classificado (s) deverá comparecer a esta secretaria para entrega de documentação para compor o quadro de vagas apresentadas por esta secretaria, na data de 03/05/2017 à 05/05/2017.

Candidatos convocados:

Cargo: Educador Orientador Social 40 horas – Código 05		
Ordem	Nome	RG
44	Maria de Fátima Beltran Redez	10797025
45	Magalei Cristina Testoni	6688515-1
46	Paulo César de Souza França	2113187-2
47	Wildson Alves Anunciação	21439176

Cargo: Advogado 40 horas – Código 08		
Ordem	Nome	RG
02	Maria Jose Dantas Souza	2762756

Isso é o que nos cabe informar.

Cáceres-MT, 02 de maio de 2017.

Comissão do Processo Seletivo Simplificado 03/2016 (Decreto nº 163/2016)

Higor Fauber Lemes de Oliveira

Inailza Pedraça Silva

Simone Danciguer Barbosa

Eliane Batista

Secretária Mun. De Ação Social.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO N° 33-2017 COM REGISTRO DE PREÇO MENOR PREÇO POR ITEM

Interessada: Prefeitura Municipal de Cáceres-MT

Objeto Registro de Preço para futura e eventual aquisição de material permanente para atender à demanda do Município de Cáceres, de acordo com as descrições relacionadas no Anexo I:

.

Realização: 18 de maio de 2017 às 09:00 horário de Brasília.

Observação: A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Getúlio Vargas nº 1895, CEP: 78200.000, ou baixadas no portal http://www.caceres.mt.gov/licitacao/.

Local e Data: Prefeitura de Cáceres-MT, 02 de maio 2017.

Cristiane Cebalho de Oliveira

PREGOEIRA OFICIAL

Portaria nº 559 2016

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 224 DE 28 DE ABRIL DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE EDUCAÇÃO**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº. 12898 de 20 de março de 2017,

RESOLVEM:

Art. 1º Acrescentar a carga horária do contrato por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS e Regime Jurídico Estatutário – Lei Complementar nº. 25, de 27.11.97, das senhoras abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

NOME	**CARGO**	**C.H**	**PERÍODO**	**LOCAL**	**JUSTIFICATIVA**
Rosely Margarete Costa	Professora Licenciada em Historia	12	03.04.17 a 01.08.17	Escola Municipal Dom Máximo de Biennés	Em substituição a Valdeci Laurentino Silva que usufruirá de licença prêmio.
Rosely Margarete Costa	Professora Licenciada em Historia	20	02.08.17 a 30.10.17	Escola Municipal Dom Máximo de Biennés	Em substituição a Sirlei Alencar de Freitas que usufruirá de licença prêmio.
Roselene de Jesus Motta	Professora Licenciada em Pedagogia	15	02.05.17 a 31.07.17	Escola Municipal Vitória Régia	Em substituição a Aline Ortega dos Santos que usufruirá de licença prêmio.
Isaura do Prado almeida	Professora Licenciada em Pedagogia	05	02.05.17 a 31.07.17	Escola Municipal Vitória Régia	Em substituição a Aline Ortega dos Santos que usufruirá de licença prêmio.
Rosilene Simões Miranda	Professora Licenciada em Pedagogia	20	06.04.17 a 22.12.17	Escola Municipal Erenice Simão Alvarenga.	Em substituição a Darci Martins que Solicitou rescisão de Contrato.
Luiz Claudio almeida Martins	Professor Licenciado em Pedagogia	**Reduzir** 02	**Desde** 21.03.17	Escola Municipal Clarinópolis	Considerando que o mesmo desistiu das aulas atribuídas.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 28 de abril de 2017.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA

Secretária Municipal Interina de Educação

Afixado em: 28.04.17

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 223 DE 27 DE ABRIL DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE EDUCAÇÃO**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo sob nº 17906, de 26 de abril de 2017,

R E S O L V E M:

Art.1º Conceder à senhora **CLEUDINEIDE PEREIRA LEITE**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, 180 (cento e oitenta) dias de Licença Maternidade, sob o Regime estatutário Lei Complementar 25 de 27 de novembro de 1997 e previdenciário/INSS, com efeitos desde 21 de abril de 2017.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 28 de abril de 2017.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA

Secretária Municipal Interina de Educação

Afixado em: 28.04.17

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°60 /2017 PREGÃO ELETRONICO N°27/2017 - COM REGISTRO DE PREÇO - TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

Interessada: Secretarias Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Para atendimento do disposto no § 2º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, a Prefeitura de Cáceres, através da Secretaria Municipal de Administração torna públicos os preços registrados na ata abaixo discriminada, bem como, as respectivas empresas detentoras, conforme segue:

Objeto: Registro de Preço para futura e eventual Aquisição de Óleos Lubrificantes para as Secretarias: Educação, Saúde, SOSU e Ação Social, conforme no Anexo I do Edital.

RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS DAS EMPRESAS ABAIXO:

R.T DE RAMOS AUTO CENTER EIRELLI – ME inscrita no CNPJ/MF nº. 23.304.952/0001-02

Valor total R$ 195.643,88 (cento e noventa e cinco mil seiscentos e quarenta e três e oitenta e oito centavos)

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	ARLA 32 AGENTE REDUTOR LIQUIDO AUTOMOTIVO (BALDE DE 20 LITROS)	UNID	300	IPIRANGA	R$55,19	R$16.557,00
03	Graxa lubrificante à base de sabão de lítio, contendo aditivação de extrema pressão, para múltiplas aplicações industriais de grau NLGI 2 e uso em peças sujeitas a altas pressões e mancais de rolamento e deslizamento em serviços pesados, sendo aprovada pela GM, VOLKSWAGEN, BREVET, VILLARES, FALK, VOEST-APLINE e KRUPP POLYSIUS. Deve ainda suportar o uso continuado sob temperaturas de até 125 ºC, tolerando picos de até 150 ºC. Aditivos: antioxidante e agente de extrema pressão. Propriedades: Temperatura mínima de trabalho: no máximo 0 ºC; Temperatura máxima de trabalho: pelo menos 125 ºC; Penetração de trabalho 60x (0,01 mm): de 270 a 310 mm/10; Ponto de Gota: maior que 165 ºC. Padrão de equivalência Lubrax Industrial GMA-2EP. Embalagem: Balde de 20 kg.	UNID	102	IPIRANGA	R$293,50	R$29.937,00
04	ÓLEO LUBRIFICANTE AUTOMOTIVO, COMPOSIÇÃO MINERAL, TIPO SAE 15W/40, NÍVEL DESEMPENHO API CI-4, APLICAÇÃO MOTOR DIESEL	Galão 20 litros	455	IPIRANGA	R$194,25	R$88.383,75
06	ÓLEO LUBRIFICANTE AUTOMOTIVO, TIPO SAE 90, TIPO USO CAIXA DE TRANSMISSÃO, APLICAÇÃO TRATOR.	UNID	264	IPIRANGA	R$208,99	R$55.173,36
09	FLUIDO DE SISTEMA DE FREIO, Fluido de freios DOT 4, frasco 500ml.	Frasco 500 ml	323	IPIRANGA	R$12,99	R$4.195,77
10	Óleo lubrificante náutico, composição base sintética, tipo NMMA TCW3, aplicação motor gasolina 2 tempos. 500ml	frasco 500 ml	100	IPIRANGA	R$13,97	R$1.397,00

Prefeitura de Cáceres, 02 de MAIO de 2017.

CRISTIANE CEBALHO DE OLIVEIRA

PREGOEIRA OFICIAL

Portaria nº 559-2016

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
ATO DE ADJUDICAÇÃO DO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 05/ 2017

Protocolo nº. 18 de abril de 2017

Processo Licitatório n° 007/2017.

Interessado: Câmara Municipal de Cáceres/MT

Especificação: Inexigibilidade nº 05/2017, desta Câmara Municipal de Cáceres-MT, visando a *contratação de empresa especializada para palestra com tema Atendimento e Resultado – oferecido pelo Sr. Gilcler Regina.*

Fundamento: Art. 25, II c/c IV do ar Art. 13 da Lei nº 8.666/93.

Despesas:

Órgão/unidade:	Natureza da despesa:	Fonte de recursos:
010101	3.3.90.39.48.00	01.031.1001.2004.0000 23

Contratada:

ITEM	PRODUTO	QUANTIDADE
1	CEAG DESENVOLVIMENTO DE TALENTOS E EDITORA LTDA-ME	R$ 4.500,00

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 27 de Abril de 2017.

A Comissão Permanente de Licitação:

KATIA FARIA DA SILVA

Presidente

FERNANDA MIRAGE MANARA

Membro

JOEL XAVIER DO NASCIMENTO

Membro

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°58 E 59/2017 PREGÃO ELETRONICO N°25/2017 - COM REGISTRO DE PREÇO - TIPO MENOR PREÇO POR ITEM.

Interessada: Todas as Secretarias

Para atendimento do disposto no § 2º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, a Prefeitura de Cáceres, através da Secretaria Municipal de Administração torna públicos os preços registrados na ata abaixo discriminada, bem como, as respectivas empresas detentoras, conforme segue:

Objeto:Registro de Preço para futura e eventual Aquisição de materiais elétricos e hidráulicos para pequenos reparos e manutenção dos prédios da Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, conforme descrição e quantitativos relacionados no Anexo I.

RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS DAS EMPRESAS ABAIXO: C.E.MACEDO COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS - EIRELI, CNPJ nº 07. 965.552/0001-83

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	MARCA	VALOR TOTAL
09	CHUVEIRO ELÉTRICO, EM TERMOPLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA, COR BRANCA, COM 3 TEMPERATURAS,127V OU 220V, COM POTÊNCIA MÁXIMA DE 3200W, QUE NÃO EXCEDA O CONDUMO MENSAL DE 14,5KWH/MES, EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE COM SELO DO INMETRO.	123 UN	R$31,45	SINTEX	R$3. 868,35
10	JOELHO EM PVC RÍGIDO 90º PARA ESGOTO 40MM	178 UN	R$0,52	PLASTILIT Modelo: PLASTILIT	R$92,56
12	JOELHO HIDRÁULICO EM PVC SOLDÁVEL 90º, DIÂMETRO 25,0 MM.	180 UN	R$0,25	Marca: PLASTILIT Modelo: PLASTILIT	R$45,00
15	REGISTRO ESFERA CONFECCIONADO EM MATERIAL PVC RÍGIDO, TIPO SOLDÁVEL PARA ÁGUA, BITOLA 50, ACOMPANHA ANEL DE VEDAÇÃO EM BORRACHA.	110 UN	R$9,85	Marca: VIQUA Modelo: VIQUA	R$1. 083,50

Perfazendo o valor total de R$5.089,41 (CINCO MIL OITENTA E NOVE REAIS E QUARENTA E UM CENTAVOS)

RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS DAS EMPRESAS ABAIXO: 3M COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA- ME, CNPJ nº 04.347.124/0001-07

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT	VALOR UNITARIO	MARCA	VLR. TOTAL
1	BARRA DE CANO DE ESGOTO DE 40MM, 6 M, OBEDECENDO A NORMA NBR 5688	130 UN	R$16,15	DALPLAST	R$2. 099,50
2	BARRA DE CANO DE ESGOTO 50MM, OBEDECENDO A NORMA NBRO 5688.	172 UN	R$29,80	DALPLAST	R$5. 125,60
3	BARRA DE CANO DE ESGOTO 150MM, OBEDECENDO A NORMA NBRO 7362-2.	108 UN	R$122,00	DALPLAST	R$13. 176,00
4	BARRA DE CANO DE ESGOTO 200MM, OBEDECENDO A NORMA NBRO 7362-2.	121 UN	R$230,00	COORPLATIK	R$27. 830,00
5	BARRA DE CANO DE ESGOTO 100MM, OBEDECENDO A NORMA NBRO 7362-2.	283 UN	R$44,95	TRAVESSONI	R$12. 720,85
6	CAIXA DE DESCARGA COMPLETA ACOPLADA AO VASO, EM PORCELANA	81 UN	R$209,00	DECA	R$16. 929,00
7	CAIXA SINFONADA 150X150MM	102 UN	R$14,25	KRONA	R$1. 453,50
8	CANO DE PVC SOLDÁVEL 25MM, EM BARRA DE 06 MM OBEDECENDO A NORMA NBR 5626.	223 UN	R$12,00	TRAVESSONI	R$2. 676,00
11	JOELHO EM PVC RÍGIDO 90º PARA ESGOTO 50MM	188 UN	R$0,76	KRONA	R$142,88
13	LAVATÓRIO DE LOUÇA COM COLUNA FORMATO: REDONDO	248 UN	R$54,85	DECA	R$13. 602,80
14	REGISTRO DE GAVETA DE 3 POLEGADAS - BITOLA 3 POLEGADAS, MATERIAL BRONZE FUNDIDO E ACABAMENTO SUPERFICIAL PINTADO. REGISTRO DE GAVETA FOFO, COM BOLSAS PARA TUBO DE PVC, CUNHA BORRACHA, CABEÇOTE, PN 10, TIPO EURO 24, D75MM. OBEDECENDO A NORMA TÉCNICA NBR 15. 705:2009	107 UN	R$390,00	METROX	R$41. 730,00

16	REGISTRO PRESSÃO, MATERIAL BRONZE FUNDIDO, DIÂMETRO 3/4 POLEGADAS, TIPO MANUAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:CASTELO COM ROSCA PARA FIXAÇÃO DE ACABAMENTO. COM CANOPLA ACABAMENTO CROMADO SIMPLES, REF. 1416. OBEDECENDO A NORMA TÉCNICA NBR 15.704-1:2009.	155 UN	R$26,90	METROX	R$4. 169,50
17	REPARO PARA TORNEIRA ½	225 UN	R$0,25	ZAPETA	R$56,25
18	REPARAO PARA TORNEIRA ¾	225 UN	R$0,38	ZAPETA	R$85,50
19	TORNEIRA DE 1/2" (POLEGADA), EM METAL PARA LAVATÓRIO, BICO MÓVEL E COM AREJADOR (GIRATÓRIO).	240 UN	R$36,00	METROX	R$8. 640,00
20	TORNEIRA PARA BEBEDOURO, COM ALAVANCA REDONDA NA PARTE SUPERIOR, NA COR PADRÃO DO ÓRGÃO/ENTIDADE SOLICITANTE.	321 UN	R$4,29	HERC	R$1. 377,09
21	VASO SANITÁRIO EM LOUÇA BRANCA, MEDIDA PADRÃO, ACOMPANHA ASSENTO.	297 UN	R$117,00	DECA	R$34. 749,00
22	TORNEIRA DE METAL PARA BEBEDOURO 1/2	353 UN	R$25,00	IVAI	R$8. 825,00
23	CAL PARA PINTURA, EMBALAGEM COM 08 KG,COM DADO DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUDO MARCA DO FABRICANTE E PRAZO DE VALIDADE	500 UN	R$11,23	ESMALTEX	R$5. 615,00
24	FIXADOR DE CAL EMBALAGEM CONTENDO 150 ML COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE E DATA DE VALIDADE NO PRODUTO.	350 UN	r$0,59	JUNTAFIX	R$206,50
25	MASSA CORRIDA, BASE LATEX PVA, PARA ACABAMENTO DE INTERIOR, EMBALAGEM LATA COM 18 LITROS, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE E PRAZO DE VALIDADE	434 LA	R$56,80	NEOVINIL	R$24. 651,20
26	PINCEL PARA PINTURA DE PAREDE Nº 3, EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE	200 UN	R$6,40	COMPEL	R$1. 280,00
27	PINCEL CERDA DE NYLON, 4'' (POLEGADAS), DADOS E IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE.	190 UN	R$6,89	COMPEL	R$1. 309,10
28	ROLO PARA PINTURA EM ESPUMA, TAMANHO 15 CM, COM CABO.	312 UN	R$2,48	COMPEL	R$773,76
29	TELHA EM FIBROCIMENTO ONDULADA, NAS MEDIDAS 2,44 X 1,10 X 5 MM.	646 UN	R$53,60	INFRIBRA	R$34. 625,60
30	TINNER, SEM BENZENO, PARA DILUIÇÃO DE ESMALTE SINTÉTICO INDUSTRIAL, VERNIZ E LIMPEZA EM GERAL EMBALAGEM COM MÍNIMO DE 900ML, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	214 UN	R$12,07	GOOL	R$2. 582,98
31	TINTA ACRILICA 18 LITROS A BASE DE ÁGUA PARA PAREDE, ACABAMENTO LISO, FOSCO, RENDIMENTO OU SUPERIOR A 200 MTS², COR BRANCO/AMARELO.	686 LA	R$219,99	SHERWIN-WILLIAMS	R$150. 913,14
32	TINTA ACRILICA 18 LITROS A BASE DE ÁGUA PARA PAREDE, ACABAMENTO LISO, FOSCO, RENDIMENTO OU SUPERIOR A 200 MTS², COR BRANCO/AMARELO.	540 UN	R$208,17	SHERWIN-WILLIAMS	R$112. 411,80
33	TINTA ACRILICA 18 LITROS A BASE DE D' ÁGUA FOSCO. ACABAMENTO LISO, RENDIMENTO IGUAL OU SUPERIOR A 200MTS² POR DEMÃO. LATA COM 18 LITROS. NA COR BRANCA.	904 LA	R$193,00	SHERWIN-WILLIAMS	R$174. 472,00
34	TINTA ESMALTE 3,6 LITRO, RENDIMENTO IGUAL OU SUPERIOR A 50 M², COR AZUL ESCURO.	567 UN	R$60,00	MAZA	R$34. 020,00
35	ARAME DE AÇO RECOZIDO Nº 18 KILOGRAMA (KG)	101 KG	R$9,00	BELGO	R$909,00
36	AREIA, TIPO LAVADA, GRANULOMETRIA FINA	10.675 M3	R$77,98	INATURA	R$832. 436,50
38	BRITA, MATERIAL ROCHA TRITURADA, TAMANHO BRITA 1	1.850 M3	R$87,97	INATURA	R$162. 744,50
39	CAIXA D'ÁGUA EM FIBRA DE VIDRO, COM CAPACIDADE PARA 1.000 LITROS, COM TAMPA.	115 UN	R$383,29	FORTELEV	R$44. 078,35
42	CUMIEIRA PARA TELHA ONDULADA DIMENSÕES: LARGURA 1,10M ESPESSURA 6MM PESO APROXIMADO DE 8,20KG INCLINAÇÃO 15 GRAUS, FABRICADO EM CRFS (CIMENTO REFORÇADO COM FIO SINTÉTICO.	900 UN	R$34,90	INFIBRA	R$31. 410,00
44	FERRO CA-50,10 MM, 3/8, BARRA DE 12 METROS, EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE.	470 UN	R$32,80	BELGO	R$15. 416,00
45	FERRO CA-60, 42 MM, BARRA DE 12 METROS, EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE	542 UN	R$7,78	BELGO	R$4. 216,76
46	FORRO EM PVC BRANCO, DIMENSÕES DE 200 MM (LARGURA) 12 MM (ESPESSURA) X 6M DE (COMPRIMENTO).	5410 M2	R$18,69	GOIAS	R$101. 112,90
47	JANELA DE METAL 1 X 1.1/2	77 UN	R$292,77	GEROTTO	R$22. 543,29
48	JANELA DE METAL 1 X 2.	77UN	R$411,68	GEROTTO	R$31. 699,36
49	PARAFUSO DE PHILPS CABEÇA CHATA COM BUCHAS 8 MM. INCLUSO BUCHA 8MM	3.050 uN	R$0,10	NEWFIX	R$305,00
50	PARAFUSO CABEÇA TIPO DE PHILPS, COM BUXA PLÁSTICA 10MM. INCLUSO BUCHA 10MM	3070UN	R$0,26	NEWFIX	R$798,20
51	PISO CERÂMICO ESMALTADO TIPO A, PEI 5 DE 40 X 40 CM, CORES DIVERSAS À ESCOLHER	7.225 M2	R$20,00	CECAFI	R$144. 500,00
52	PORTA DE MADEIRA MACIÇA, PARA EXTERIOR, NAS DIMENSÕES MÍNIMAS: 2,10 X 0,80M. UNIDADE.	390 uN	R$158,14	NORTÃO	R$61.674,60
53	PORTA VENEZIANA CHAPA 19" COM PORTAL E FECHADURA.	243UN	R$208,47	MP	R$50.658,21
54	PORTAL PARA PORTA DE MADEIRA COM DIMENSÕES DE 80 CM X 2,10 M.	390UN	R$89,85	NORTÃO	R$35.041,50
55	PREGO COM CABEÇA FERRO GALVANIZADO, MEDINDO 17X27 (POLEGADAS)	222 KG	R$8,00	BELGO	R$1.776,00
56	PREGO COM CABEÇA FERRO GALVANIZADO, MEDINDO 19 X 36 (POLEGADAS)	222 KG	R$8,00	BELGO	R$1.776,00
57	PREGO TELHEIRO PARA FIXAR TELHAS DE ALUMINIO, FIBROCIMENTO E FIBRA DE VIDRO SOBRE MADEIRA, PACOTE COM 1/2 KG	205 PC	R$7,90	BELGO	R$1.619,50
58	ROLO DE ISOLAMENTO 19 MM X 20 M, ESPESSURA 0,19.	210 uN	R$3,12	COMPEL	R$655,20
59	TELHA DE CERÂMICA TIPO ROMANA	6.530 UN	R$1,68	STO ANDRE	R$10. 970,40
60	TELHA DE FIBROCIMENTO TIPO ONDULADA NAS DIMENSÕES DE 3.66 X 1.10M X 6MM DE ESPESSURA. UNIDADE.	1.010 uN	R$84,33	INFIBRA	R$85. 173,30
62	TIJOLO, MATERIAL BARRO COZIDO, TIPO MACIÇO, COMPRIMENTO 20 CM, LARGURA 10 CM, ESPESSURA 5 CM, PESO 2.000 G, COR VERMELHA, APLICAÇÃO CONSTRUÇÃO CIVIL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PRIMEIRA QUALIDADE	79 MI	R$350,00	STO ANDRE	R$27. 650,00
63	ADAPTADOR 25" PARA ¾"	285 uN	R$0,44	KRONA	R$125,40
64	BROCA DE VIDEA Nº 08	136 uN	R$6,21	ROCASTE	R$844,56
65	PLAFONIER BRANCA DE PLÁSTICO, E.27, COM BOCAL	705 UN	R$3,45	BETEL	R$2. 432,25
66	BRAÇADEIRA MEIA LUA ¾	360 uN	R$0,27	NEWFIX	R$97,20

67	BUCHA Nº08 COM PARAFUSO	2670 uN	R$0,10	FIXTIL	R$267,00
68	CANALETA 20MM COM 2 DIVISÕES, BARRA COM 2M	530 uN	R$1,97	PLASBHON	R$1.044,10
69	DISJUNTOR BIFÁSICO 60 A	175 uN	R$28,95	SOPRANO	R$5.066,25
70	ENGATE LONGO (FLEXÍVEL)	389 uN	R$2,09	KRONA	R$813,01
71	CONDUTOR DE COBRE UNIPOLAR, ISOLAÇÃO EM PVC/70º, CAMADA DE PROTEÇÃO EM PVC, NÃO PROPAGADOR DE CHAMAS, CLASSE DE TENSÃO 750 V, ENCORDOAMENTO CLASSE 5, FLEXÍVEL, SEÇÃO NOMINAL 2,5 MM, ROLO DE 100 M (CORES VARIADAS).	160 RL	R$0,98	NEXTRON	R$156,80
72	CONDUTOR DE COBRE UNIPOLAR, ISOLAÇÃO EM PVC/70º, CAMADA DE PROTEÇÃO EM PVC, NÃO PROPAGADOR DE CHAMAS, CLASSE DE TENSÃO 750 V, ENCORDOAMENTO CLASSE 5, FLEXÍVEL, SEÇÃO NOMINAL 4,00 MM, ROLO DE 100 M (CORES VARIADAS).	165 RL	R$125,99	NEXTRON	R$20.788,35
73	CONDUTOR DE COBRE UNIPOLAR, ISOLAÇÃO EM PVC/70º, CAMADA DE PROTEÇÃO EM PVC, NÃO PROPAGADOR DE CHAMAS, CLASSE DE TENSÃO 750 V, ENCORDOAMENTO CLASSE 5, FLEXÍVEL, SEÇÃO NOMINAL 6,00 MM, ROLO DE 100 M (CORES VARIADAS).	165 RL	R$232,50	NEXTRON	R$38.362,50
74	CONDUTOR DE COBRE UNIPOLAR, ISOLAÇÃO EM PVC/70º, CAMADA DE PROTEÇÃO EM PVC, NÃO PROPAGADOR DE CHAMAS, CLASSE DE TENSÃO 750 V, ENCORDOAMENTO CLASSE 5, FLEXÍVEL, SEÇÃO NOMINAL10 MM, ROLO DE 100 M (CORES VARIADAS).	240 RL	R$433,50	NEXTRON	R$104.040,00
77	CAIBRO DE MADEIRA LARGURA 5X6 ALTURA – COMP. 5 M	470 uN	R$6,00	NORTAO	R$2.820,00
78	RIPA DE MADEIRA 1X5 COMP.4,5 M, FEIXE COM DOZE UNIDADES.	710 uN	r$2,67	NORTAO	R$1.895,70
81	DISCO DE CORTE PARA MADEIRA	53 uN	R$25,65	HAMMER	R$1.359,45
82	DISCO DE CORTE DIAMANTADO	98 uN	R$11,40	HAMMER	R$1.117,20
83	FIO DE NYLON QUADRADO PARA ROÇADEIRA ROLO DE 50 METROS 3 MM AMARELO	186 RL	R$57,98	WK	R$10.784,28
84	ESPAÇADOR DE PISO, 5 MM	247 CX	R$2,33	WK	R$575,51
85	VASO SANITÁRIO EM LOUÇA BRANCA INFANTIL, ACOMPANHA ASSENTO.	20 uN	R$289,99	ZECA	R$5.799,80
86	LAVATÓRIO DE LOUÇA COM COLUNA INFANTIL	20 UN	R$189,99	DECA	R$3.799,80
87	Brita, nome pedra britada para concreto (Pedra Britada nº 0), Ref. A NBR 7211; obs. não poderá conter impurezas vegetais, orgânica e argila. APRESENTAÇÃO: M³	15.000 M3	R$100,50	INAUTRA	R$1.507.500,00
89	ROLO PARA PINTURA EM ESPUMA, TAMANHO 30CM, COM CABO	15 uN	R$11,85	COMPEL	R$177,75
90	TINTA ESMALTE 3,6 LITRO, RENDIMENTO IGUAL OUSUPERIOR A 50M², COR BRANCO/GELO	5 UN	R$64,00	MAZA	R$320,00
91	LAMPADA TIPO LED 12W	60UN	R$18,99	DEMAPE	R$1.139,40
92	SPUD PARA VASO SANITÁRIO	3 uN	R$1,75	VALEPLAST	R$5,25
93	PARAFUSO TELHA FIBROCIMENTO 5/16X110MM	120 uN	R$0,52	CISER	R$62,40
94	LIXA PARA PAREDE N° 200	100UN	R$0,69	3M	R$69,00
95	LIXA PARA MADEIRA N° 240	60 uN	R$0,54	3M	R$32,40

Perfazendo o valor total R$4.118.909,48 (QUATRO MILHÕES CENTO E DEZOITO MIL NOVECENTOS E NOVE REAIS E QUARENTA E OITO CENTAVOS)

Prefeitura de Cáceres, 02 de Maio 2017.

CRISTIANE CEBALHO DE OLIVEIRA

PREGOEIRA OFICIAL

Portaria nº 559-2016

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
ATO DE ADJUDICAÇÃO DO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 05/2017

Protocolo nº. 18 de abril de 2017

Processo Licitatório n° 007/2017.

Interessado: Câmara Municipal de Cáceres/MT

Especificação: Inexigibilidade nº 05/2017, desta Câmara Municipal de Cáceres-MT, visando a *contratação de empresa especializada para palestra com tema Atendimento e Resultado – oferecido pelo Sr. Gilcler Regina.*

Fundamento: Art. 25, II c/c IV do ar Art. 13 da Lei nº 8.666/93.

Despesas:

Órgão/unidade:	Natureza da despesa:	Fonte de recursos:
010101	3.3.90.39.48.00	01.031.1001.2004.0000 23

Publique-se. Cumpra-se.

ITEM	PRODUTO	QUANTIDADE
	CEAG DESENVOLVIMENTO DE TALENTOS E EDITORA LTDA-ME	R$ 4.500,00

HOMOLOGO a decisão ao vencedor, e **autorizo o empenho** das despesas respectivas.

Câmara Municipal de Cáceres – MT, 27 de Abril de 2017.

DOMINGOS DE OLIVEIRA DOS SANTOS

Presidente

E, tendo sido cumpridas todas as formalidades legais, conforme determina a Lei Federal: nº. 8666/93, a Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o parecer é pela HOMOLOGAÇÃO.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 27 de Abril de 2017.

Emerson Pinheiro Leite

Advogado da Câmara Municipal de Cáceres

OAB-MT n° 19.744/O

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

SETOR DE LICITACAO
AVISO DE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº. 024/2017.

O Município de Campinápolis - MT, por meio de seu Pregoeiro, torna público aos interessados que às **13h 00min do dia 12 de maio de 2017** re-

alizará Licitação na modalidade Pregão Presencial, tipo Menor Preço Por Item, para a Contratação de empresas do ramo de Promoção de Eventos Esportivos para a realização do primeiro Agita Campniver Eventos Esportivos. Na forma da Lei Federal nº 10.520/02. Edital completo no site **www.campinapolis.mt.gov.br**. Fone: (66) 3437-1992. Prefeitura de Campinápolis - MT, 28/04/2017

Gilberto Francisco Ribeiro de Paula

Pregoeiro Oficial

SETOR DE LICITACAO
AVISO DE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº. 018/2017.

O Município de Campinápolis - MT, por meio de seu Pregoeiro, torna público aos interessados que às **13h 00min do dia 22 de maio de 2017** realizará licitação, tipo Menor Preço Por Item, para o registro de preços cujo objeto é a FUTURA E EVENTUAL contratação de empresa do ramo de **Comercialização de Madeiras**. Na forma da Lei Federal nº 10.520/02. Edital completo no site **www.campinapolis.mt.gov.br**. Fone: (66) 3437-1992. Prefeitura de Campinápolis - MT, 02/05/2017.

Gilberto Francisco Ribeiro de Paula

Pregoeiro Oficial

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº 7184 17 DE ABRIL DE 2017.

*"DISPÕE SOBRE A PROGRESSÃO HORIZONTAL DA SERVIDORA **FABIOLA DE CARVALHO REZENDE** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Município e;

CONSIDERANDO o teor do requerimento do próprio servidor e Parecer Técnico nº 05/2017 datado de 17 de Abril de 2017,

RESOLVE:

I – Efetuar Progressão Horizontal da servidora **Fabiola de Carvalho Rezende** da **Classe "B" Nível "03"** paraa **Classe "C" Nível"03"**.

II - Esta portaria entra em vigor na data de 17 de Abril de 2017, revogadas as disposições em contrário.

.

Publique – se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 17 de Abril de 2017.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal.

SETOR DE LICITACAO
AVISO DE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº. 021/2017.

O Município de Campinápolis - MT, por meio de seu Pregoeiro, torna público aos interessados que às **13h 00min do dia 24 de maio de 2017** realizará licitação, tipo Menor Preço Por Item, para o registro de preços cujo objeto é a FUTURA E EVENTUAL contratação de empresas de prestação de serviços de hotelaria e outros. Na forma da Lei Federal nº 10. 520/02. Edital completo no site **www.campinapolis.mt.gov.br**. Fone: (66) 3437-1992. Prefeitura de Campinápolis - MT, 02/05/2017.

Gilberto Francisco Ribeiro de Paula

Pregoeiro

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 7187 DE 26 DE ABRIL DE 2017.

"DISPÕE SOBRE A CONVERSÃO EM PECUNIA DE LICENÇA PREMIO POR ASSIDUIDADE DOS SERVIDORES ABAIXO RELAcIONADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município

CONSIDERANDO o teor dos requerimentos dos servidores;

RESOLVE: I –Converter em abono pecuniário.

Servidor	Cargo	Período aquisitivo
Andrea Pinto Pontes	Enfermeira	01.03.05 28.02.10
Devaner Jesus Ferreira	Professor	11.03.12 a 11.03.17
Edina Lucas Machado	Tecnico Administrativo Educacional	03.01.09 a 02.01.14
Elaine Alves dos Santos	Agente de limpeza	06.03.12 a 05.03.17
Eliene Dias Padilha	Professor	01.02.08 a 01.02.14
Eva Maria Afonso	Técnico em enfermagem	02.02.09 a 01.02.14
Gilmar Marques de Araújo	Operador de máquinas	03.01.09 a 02.02.14
Irone Martins da Silva Araújo	Datilografa	03.01.09 a 02.02.14
João Batista da Cunha	AAE/ Vigilante	13.02.12 a 12.02.17
Jorge Moura da Silva	Agente de limpeza	03.01.09 a 02.01.14
Luciene Vieira da Silva Oliveira	AAE/ limpeza	01.06.11 a 01.06.15
Marcosuel Gonçalves da Cunha	Motorista	06.03.07 a 05.03.12
Maria Roberta da Costa	Professor	01.03.10 a 28.02.15
Maria Sonia Araújo Moura	AAE/limpeza	01.02.10 a 01.08.15
Marilia Cristina Silva	Técnico em enfermagem	08.06.10 a 08.01.15
Narciso Raimundo de Paula	Professor	07.03.12 a 07.03.17
Neide Piaba Bento	Digitador	07.03.12 a 06.03.17
Patrícia Rodrigues Ferreira	AAE/limpeza	01.06.11 a 01.06.15
Sonia Jacinto Campos	Professor	25.03.12 a 25.03.17

II - Delegar aos mesmos todos os poderes, competências e atribuições inerentes ao cargo acima citado.

III - Esta portaria entra em vigor na data de 26 de abril de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 26 de Abril de 2017.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: CARTA CONVITE Nº 001/2017

TIPO: MENOR PREÇO

A Câmara Municipal de Campinápolis-MT, através da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela portaria nº 169/2017, torna público para os interessados o resultado da licitação na modalidade Carta Convite nº 001/2017 cujo objeto éa contratação de empresa especializada para realização de serviços de ASSESSORIA NA ÁREA DE CONTABILIDADE,

COM RESPONSABILIDADE TÉCNICA, ABRANGENDO AS ÁREAS DE CONTABILIDADE PÚBLICA, FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA E PATRIMONIAL, cujo certame teve como vencedora a empresas: **L.R. DA SILVA BERNARDI – ME,** valor de **R$ 54.000,00** (Cinquenta e quatro mil reais).

Campinápolis-MT, 28 de Abril de 2017.

Gasparina Aparecida dos Reis Freitas

Presidente da CPL

SETOR DE LICITACAO
AVISO DE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº. 015/2017.

O Município de Campinápolis - MT, por meio de seu Pregoeiro, torna público aos interessados que às **13h 00min do dia 18 de maio de 2017** realizará Licitação na modalidade Pregão Presencial, tipo Menor Preço Por Item, registro de preços para aFUTURA E EVENTUAL**contratação de empresa do ramo de prestação de serviços de hotelaria para o fornecimento de refeições e pernoites**. Na forma da Lei Federal nº 10.520/02. Edital completo no site **www.campinapolis.mt.gov.br**. Fone: (66) 3437-1992. Prefeitura de Campinápolis - MT, 02/05/2017.

Gilberto Francisco Ribeiro de Paula

Pregoeiro Oficial

SETOR DE LICITACAO
AVISO DE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº. 023/2017

O Município de Campinápolis - MT, por meio de seu Pregoeiro, torna público aos interessados que às **13h 00min do dia 16 de maio de 2017** realizará Licitação na modalidade Pregão Presencial, tipo Menor Preço Por Item, cujo objeto é a Contratação de empresas do ramo de comercialização de **Material Betuminoso (Emulsão Asfáltica RL 1C)**. Na forma da Lei Federal nº 10.520/02. Edital completo no site **www.campinapolis.mt.gov.br**. Fone: (66) 3437-1992. Prefeitura de Campinápolis - MT, 02/05/2017.

Gilberto Francisco Ribeiro de Paula

Pregoeiro Oficial

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 027/2017

Dispõe sobre a convocação do servidor mencionado e da outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr. Jeovan Faria, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 77, VIII, da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO o imperativo da efetiva prestação e continuidade de serviços públicos com qualidade e eficiência;

CONSIDERANDO a Portaria Nº. 6156 de 04 de Maio de 2015, a qual concede "Licença para Tratamento de Assuntos Particulares sem Remuneração" ao servidor **Fernando de Azevedo Lino no período de 01 de Maio de 2015 a 30 de Abril de 2017;**

CONSIDERANDO, por derradeiro, as disposições do Art. 96 da Lei Complementar Nº. 001 de 13 de dezembro de 1993.

RESOLVE:

CONVOCAR o servidor abaixo relacionado para retornar imediatamente às suas atividades, junto a sua secretaria de lotação.

Ø ***Fernando de Azevedo Lino*** lotado junto a Secretaria Municipal de Saúde, efetivo no cargo de **Odontólogo classe "A" Nível "02",**

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, 02 de Maio de 2017.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE EDITAL PP 050-2017

AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO RP 050/2017

ABERTURA: 25 de maio de 2017.

CREDENCIAMENTO: a partir das **08:00h.**

INÍCIO DA SESSÃO: 25 de maio de 2017 às 08:00 horas.

OBJETO: **Registro de Preços para futura e eventual Contratação de empresa especializada na execução de serviços de operação e manutenção das atividades de coleta, transporte, transbordo, armazenamento, tratamento e destinação final de resíduos das Unidades de Saúde Pública no município**.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: Sala de Licitações do Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, ou pelo telefone 65 3382 5147 / 5157, o edital na integra poderá ser retirado pelo site: www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 02 de maio de 2017**.**

Leandro Nery Varaschin Pregoeiro

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 056_2017 - A.S. AMARAL HOTEL- ME - HOSPEDAGEM

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 056/2017

PREGÃO: N° 023/2017– REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

FORNECEDOR: A.S. AMARAL HOTEL- ME

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa do ramo de hotelaria para hospedagem no município de Campo Novo do Parecis.

Os preços, as quantidades e a especificação do item registrado nesta Ata encontram-se indicados na tabela abaixo:

Item	Cód. Item	Unid.	Quant.	Descrição	Valor Unit.	Valor Total
1	21990	UNID.	200	HOSPEDAGEM EM APARTAMENTO SOLTEIRO COM AR CONDICIONADO, TV COLORIDA, FRIGOBAR, BANHEIRO PRIVATIVO, TELEFONE, INCLUSO CAFÉ DA MANHÃ..CAMPO NOVO DO PARECIS/MT.DIÁRIA.	98,00	19.600,00

3	37426	UNID.	200	HOSPEDAGEM EM APARTAMENTO SOLTEIRO COM AR CONDICIONADO, TV COLORIDA, BANHEIRO PRIVATIVO, INCLUSO CAFÉ DA MANHÃ..CAMPO NOVO DO PARECIS/MT.DIARIA.	71,00	14.200,00
5	37428	UNID.	200	HOSPEDAGEM EM APARTAMENTO TRIPLO COM AR CONDICIONADO, TV COLORIDA, BANHEIRO PRIVATIVO, INCLUSO CAFÉ DA MANHÃ. CAMPO NOVO DO PARECIS/MT. DIARIA.	150,00	30.000,00

Totalizando o valor de R$ 63.800,00 (sessenta e três mil e oitocentos reais)

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT
BALANCETE FEVEREIRO DE 2017

ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDO DE PREV DOS SERVIDORES MUN DE PARECIS
CNPJ: 24.734.238/0001.09
AV MATO GROSSO - 0000000 - Centro
Telefone (065)3382-1168

Balancete De Verificação Do Sistema Patrimonial
Plano PCASP-MT
Atributo: Todos
Fevereiro / 2017

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
1	ATIVO	134.656.167,65		6.041.627,98	10.661.850,04	3.775.403,04	7.140.836,16	138.177.181,53	
1.1	ATIVO CIRCULANTE	133.279.447,87		6.041.627,98	10.661.850,04	3.773.641,70	7.137.281,08	136.804.016,83	
1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	133.279.447,87		6.041.627,98	10.661.850,04	3.773.641,70	7.137.281,08	136.804.016,83	
1.1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	133.279.447,87		6.041.627,98	10.661.850,04	3.773.641,70	7.137.281,08	136.804.016,83	
1.1.1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSC	133.279.447,87		6.041.627,98	10.661.850,04	3.773.641,70	7.137.281,08	136.804.016,83	
1.1.1.1.1.01	CAIXA (F)			64.541,45	73.355,48	64.541,45	73.355,48		
1.1.1.1.1.06	CONTA UNICA RPPS	797.799,66		2.766.683,79	4.016.346,22	1.503.955,92	3.472.781,27	1.341.364,61	
1.1.1.1.1.06.01	BANCOS CONTA MOVIMENTO - RPPS (F)	797.799,66		2.766.683,79	4.016.346,22	1.503.955,92	3.472.781,27	1.341.364,61	
1.1.1.1.1.50	APLICACOES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	132.481.648,21		3.210.402,74	6.572.148,34	2.205.144,33	3.591.144,33	135.462.652,22	
1.1.1.1.1.50.01	TITULOS PUBLICOS (F)	132.481.648,21		3.210.402,74	6.572.148,34	2.205.144,33	3.591.144,33	135.462.652,22	
	Total de Grupo:	**133.279.447,87**		**6.041.627,98**	**10.661.850,04**	**3.773.641,70**	**7.137.281,08**	**136.804.016,83**	

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
1.2	ATIVO NAO CIRCULANTE	1.376.719,78				1.761,34	3.555,08	1.373.164,70	
1.2.3	IMOBILIZADO	1.376.719,78				1.761,34	3.555,08	1.373.164,70	
1.2.3.1	BENS MOVEIS	71.978,00						71.978,00	
1.2.3.1.1	BENS MOVEIS - CONSOLIDACAO	71.978,00						71.978,00	
1.2.3.1.1.02	BENS DE INFORMATICA	21.355,00						21.355,00	
1.2.3.1.1.02.01	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS (P)	21.355,00						21.355,00	
1.2.3.1.1.03	MOVEIS E UTENSILIOS	43.570,00						43.570,00	
1.2.3.1.1.03.03	MOBILIARIO EM GERAL (P)	36.443,00						36.443,00	
1.2.3.1.1.03.04	UTENSILIOS EM GERAL (P)	7.127,00						7.127,00	
1.2.3.1.1.99	DEMAIS BENS MOVEIS	7.053,00						7.053,00	
1.2.3.1.1.99.99	OUTROS BENS MOVEIS (P)	7.053,00						7.053,00	
	Total de Grupo:	**71.978,00**						**71.978,00**	

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
1.2.3.2	BENS IMOVEIS	1.348.249,25						1.348.249,25	
1.2.3.2.1	BENS IMOVEIS - CONSOLIDACAO	1.348.249,25						1.348.249,25	
1.2.3.2.1.01	BENS DE USO ESPECIAL	179.872,25						179.872,25	
1.2.3.2.1.01.03	EDIFICIOS (P)	179.872,25						179.872,25	
1.2.3.2.1.04	BENS DOMINICAIS	1.168.377,00						1.168.377,00	
1.2.3.2.1.04.13	TERRENOS (P)	1.168.377,00						1.168.377,00	
	Total de Grupo:	**1.348.249,25**						**1.348.249,25**	

Emissão: 02/05/2017 11:54:20 Página 1

Homologado



ESTADO DE MATO GROSSO

FUNDO DE PREV DOS SERVIDORES MUN DE PARECIS

CNPJ: 24.734.238/0001.09

AV MATO GROSSO - 0000000 - Centro

Telefone (065)3382-1168

Balancete De Verificação Do Sistema Patrimonial

Plano PCASP-MT

Atributo: Todos

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
1.2.3.8	(-) DEPRECIACAO, EXAUSTAO E AMORTIZACAO ACUMULADAS		43.507,47			1.761,34	3.555,08		47.062,55
1.2.3.8.1	(-) DEPRECIACAO, EXAUSTAO E AMORTIZACAO ACUMULADAS - CO		43.507,47			1.761,34	3.555,08		47.062,55
1.2.3.8.1.01	(-) DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS MOVEIS		16.300,11			627,70	1.287,80		17.587,91
1.2.3.8.1.01.02	(-) DEPRECIACAO ACUMULADA DE BENS DE INFORMATICA (P)		6.548,23			272,31	544,62		7.092,85
1.2.3.8.1.01.03	(-) DEPRECIACAO ACUMULADA DE MOVEIS E UTENSILIOS (P)		8.359,47			299,06	598,12		8.957,59
1.2.3.8.1.01.99	(-) DEPRECIACAO ACUMULADA DE DEMAIS BENS MOVEIS (P)		1.392,41			56,33	145,06		1.537,47
1.2.3.8.1.02	(-) DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS IMOVEIS		27.207,36			1.133,64	2.267,28		29.474,64
1.2.3.8.1.02.99	(-) DEPRECIACAO ACUMULADA DE DEMAIS BENS IMOVEIS (P)		27.207,36			1.133,64	2.267,28		29.474,64
	Total de Grupo:		**43.507,47**			**1.761,34**	**3.555,08**		**47.062,55**

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
2	PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO		134.656.167,65	1.010.264,05	1.862.080,72	3.276.488,99	5.383.094,60		138.177.181,53
2.1	PASSIVO CIRCULANTE		58.963,82	552.592,72	1.029.992,24	553.036,25	1.025.082,23		54.053,81
2.1.1	OBRIGACOES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E ASSISTENCIAIS			425.541,12	796.701,74	425.541,12	796.701,74		
2.1.1.1	PESSOAL A PAGAR			43.281,00	91.890,28	43.281,00	91.890,28		
2.1.1.1.1	PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDACAO			43.281,00	91.890,28	43.281,00	91.890,28		
2.1.1.1.1.01	PESSOAL A PAGAR			43.281,00	91.890,28	43.281,00	91.890,28		
2.1.1.1.1.01.01	SALARIOS, REMUNERACOES E BENEFICIOS			43.281,00	91.890,28	43.281,00	91.890,28		
2.1.1.1.1.01.01.01	SALARIOS, REMUNERACOES E BENEFICIOS (F)			43.281,00	91.890,28	43.281,00	91.890,28		
	Total de Grupo:			**43.281,00**	**91.890,28**	**43.281,00**	**91.890,28**		

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
2.1.1.2	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR			382.260,12	704.811,46	382.260,12	704.811,46		
2.1.1.2.1	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR - CONSOLIDACAO			382.260,12	704.811,46	382.260,12	704.811,46		
2.1.1.2.1.01	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR			382.260,12	704.811,46	382.260,12	704.811,46		
2.1.1.2.1.01.01	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR (F)			382.260,12	704.811,46	382.260,12	704.811,46		
	Total de Grupo:			**382.260,12**	**704.811,46**	**382.260,12**	**704.811,46**		

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
2.1.3	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO			14.023,27	15.486,06	14.023,27	15.486,06		
2.1.3.1	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO			14.023,27	15.486,06	14.023,27	15.486,06		
2.1.3.1.1	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO			14.023,27	15.486,06	14.023,27	15.486,06		
2.1.3.1.1.01	FORNECEDORES NACIONAIS			14.023,27	15.486,06	14.023,27	15.486,06		
2.1.3.1.1.01.01	FORNECEDORES NAO FINANCIADOS A PAGAR			14.023,27	15.486,06	14.023,27	15.486,06		
2.1.3.1.1.01.01.01	FORNECEDORES NAO FINANCIADOS A PAGAR (F)			14.023,27	15.486,06	14.023,27	15.486,06		

Emissão: 02/05/2017 11:54:20 Página 2

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDO DE PREV DOS SERVIDORES MUN DE PARECIS
CNPJ: 24.734.238/0001.09
AV MATO GROSSO - 0000000 - Centro
Telefone (065)3382-1168

Balancete De Verificação Do Sistema Patrimonial
Plano PCASP-MT
Atributo: Todos

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
	Total de Grupo:			**14.023,27**	**15.486,06**	**14.023,27**	**15.486,06**		
Código	**Contas**	**Saldos Exercício Anterior**		**Movimento à Débito**		**Movimento à Crédito**		**Saldos Atuais**	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
2.1.4	OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO		36.186,92	16.345,60	52.532,52	16.345,60	16.345,60		
2.1.4.1	OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIAO		36.186,92	16.345,60	52.532,52	16.345,60	16.345,60		
2.1.4.1.1	OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIAO - CONSOLID		36.186,92	16.345,60	52.532,52	16.345,60	16.345,60		
2.1.4.1.1.11	PIS/PASEP A RECOLHER		36.186,92	16.345,60	52.532,52	16.345,60	16.345,60		
2.1.4.1.1.11.01	PIS/PASEP A RECOLHER (F)		36.186,92	16.345,60	52.532,52	16.345,60	16.345,60		
	Total de Grupo:		**36.186,92**	**16.345,60**	**52.532,52**	**16.345,60**	**16.345,60**		
Código	**Contas**	**Saldos Exercício Anterior**		**Movimento à Débito**		**Movimento à Crédito**		**Saldos Atuais**	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
2.1.8	DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO		22.776,90	96.682,73	165.271,92	97.126,26	196.548,83		54.053,81
2.1.8.8	VALORES RESTITUIVEIS		22.776,90	96.682,73	165.271,92	97.126,26	196.548,83		54.053,81
2.1.8.8.2	VALORES RESTITUIVEIS - INTRA OFSS		22.776,90	96.682,73	165.271,92	97.126,26	196.548,83		54.053,81
2.1.8.8.2.01	CONSIGNACOES - INTRA OFSS		22.776,90	96.682,73	165.271,92	97.126,26	196.548,83		54.053,81
2.1.8.8.2.01.01	RPPS - RETENCOES - INTRA OFSS (F)			3.905,46	8.904,78	3.905,46	8.904,78		
2.1.8.8.2.01.03	ENCARGOS SOCIAIS - OUTRAS ENTIDADES - INTRA OFSS (F)			1.306,96	1.306,96	1.001,41	2.308,37		1.001,41
2.1.8.8.2.01.04	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - INTRA OFSS		156,97	30.107,39	30.254,61	30.016,42	59.985,12		29.887,48
2.1.8.8.2.01.99	OUTROS CONSIGNATARIOS - INTRA OFSS (F)		22.619,93	61.362,92	124.805,57	62.202,97	125.350,56		23.164,92
	Total de Grupo:		**22.776,90**	**96.682,73**	**165.271,92**	**97.126,26**	**196.548,83**		**54.053,81**
Código	**Contas**	**Saldos Exercício Anterior**		**Movimento à Débito**		**Movimento à Crédito**		**Saldos Atuais**	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
2.2	PASSIVO NAO-CIRCULANTE		111.056.386,73						111.056.386,73
2.2.7	PROVISOES A LONGO PRAZO		111.056.386,73						111.056.386,73
2.2.7.2	PROVISOES MATEMATICAS PREVIDENCIARIAS A LONGO PRAZO		111.056.386,73						111.056.386,73
2.2.7.2.1	PROVISOES MATEMATICAS PREVIDENCIARIAS A LONGO PRAZO -		111.056.386,73						111.056.386,73
2.2.7.2.1.03	PLANO PREVIDENCIARIO - PROVISOES DE BENEFICIOS CONCEDID		33.971.733,71						33.971.733,71
2.2.7.2.1.03.01	APOSENTADORIAS/PENSOES/OUTROS BENEFICIOS CONCEDIDOS		33.971.733,71						33.971.733,71
2.2.7.2.1.04	PLANO PREVIDENCIARIO - PROVISOES DE BENEFICIOS A CONCED		104.416.238,72						104.416.238,72
2.2.7.2.1.04.01	APOSENTADORIAS/PENSOES/OUTROS BENEFICIOS A CONCEDER		104.416.238,72						104.416.238,72
2.2.7.2.1.05	PLANO PREVIDENCIARIO - PLANO DE AMORTIZACAO	27.331.585,70						27.331.585,70	
2.2.7.2.1.05.98	(-) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZACAO (P)	27.331.585,70						27.331.585,70	
	Total de Grupo:	**27.331.585,70**	**138.387.972,43**					**27.331.585,70**	**138.387.972,43**

Emissão: 02/05/2017 11:54:20 Página 3

Homologado



ESTADO DE MATO GROSSO

FUNDO DE PREV DOS SERVIDORES MUN DE PARECIS

CNPJ: 24.734.238/0001.09

AV MATO GROSSO - 0000000 - Centro

Telefone (065)3382-1168

Balancete De Verificação Do Sistema Patrimonial

Plano PCASP-MT

Atributo: Todos

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
2.3	PATRIMONIO LIQUIDO		23.540.817,10	457.671,33	832.088,48	2.723.452,74	4.358.012,37		27.066.740,99
2.3.7	RESULTADOS ACUMULADOS		23.540.817,10	457.671,33	832.088,48	2.723.452,74	4.358.012,37		27.066.740,99
2.3.7.1	SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS		23.540.817,10	457.671,33	832.088,48	2.723.452,74	4.358.012,37		27.066.740,99
2.3.7.1.1	SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDACAO		23.167.412,63	457.671,33	832.088,48	2.723.452,74	4.358.012,37		26.693.336,52
2.3.7.1.1.01	SUPERAVITS OU DEFICITS DO EXERCICIO			457.671,33	832.088,48	2.723.452,74	4.358.012,37		3.525.923,89
2.3.7.1.1.02	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES		23.167.412,63						23.167.412,63
	Total de Grupo:		**23.167.412,63**	**457.671,33**	**832.088,48**	**2.723.452,74**	**4.358.012,37**		**26.693.336,52**

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
2.3.7.1.2	SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS - INTRA OFSS		607.391,71						607.391,71
2.3.7.1.2.02	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES		607.391,71						607.391,71
	Total de Grupo:		**607.391,71**						**607.391,71**

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
2.3.7.1.3	SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - UNIAO	233.987,24						233.987,24	
2.3.7.1.3.02	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES	233.987,24						233.987,24	
	Total de Grupo:	**233.987,24**						**233.987,24**	

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
3	VARIACAO PATRIMONIAL DIMINUTIVA			457.671,33	832.088,48	457.671,33	832.088,48		
3.1	PESSOAL E ENCARGOS			46.168,50	94.777,78	46.168,50	94.777,78		
3.1.1	REMUNERACAO A PESSOAL			43.281,00	91.890,28	43.281,00	91.890,28		
3.1.1.1	REMUNERACAO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPF			33.809,07	68.668,32	33.809,07	68.668,32		
3.1.1.1.1	REMUNERACAO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPF			33.809,07	68.668,32	33.809,07	68.668,32		
3.1.1.1.1.01	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RPPS			33.809,07	68.668,32	33.809,07	68.668,32		
3.1.1.1.1.01.01	VENCIMENTOS E SALARIOS			17.204,87	37.668,55	17.204,87	37.668,55		
3.1.1.1.1.01.21	FERIAS VENCIDAS E PROPORCIONAIS			13.283,36	24.799,82	13.283,36	24.799,82		
3.1.1.1.1.01.23	FERIAS - ABONO PECUNIARIO			3.320,84	6.199,95	3.320,84	6.199,95		
	Total de Grupo:			**33.809,07**	**68.668,32**	**33.809,07**	**68.668,32**		

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
3.1.1.2	REMUNERACAO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RGF			9.471,93	23.221,96	9.471,93	23.221,96		
3.1.1.2.1	REMUNERACAO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RGI			9.471,93	23.221,96	9.471,93	23.221,96		
3.1.1.2.1.01	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RGPS			9.471,93	23.221,96	9.471,93	23.221,96		

Emissão: 02/05/2017 11:54:20 Página 4

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDO DE PREV DOS SERVIDORES MUN DE PARECIS
CNPJ: 24.734.238/0001.09
AV MATO GROSSO - 0000000 - Centro
Telefone (065)3382-1168

Balancete De Verificação Do Sistema Patrimonial
Plano PCASP-MT
Atributo: Todos

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
3.1.1.2.1.01.01	VENCIMENTOS E SALARIOS			9.471,93	18.032,05	9.471,93	18.032,05		
3.1.1.2.1.01.21	FERIAS VENCIDAS E PROPORCIONAIS				4.151,93		4.151,93		
3.1.1.2.1.01.23	FERIAS - ABONO PECUNIARIO				1.037,98		1.037,98		
	Total de Grupo:			**9.471,93**	**23.221,96**	**9.471,93**	**23.221,96**		

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
3.1.2	ENCARGOS PATRONAIS			2.887,50	2.887,50	2.887,50	2.887,50		
3.1.2.2	ENCARGOS PATRONAIS - RGPS			2.887,50	2.887,50	2.887,50	2.887,50		
3.1.2.2.1	ENCARGOS PATRONAIS - RGPS - CONSOLIDACAO			2.887,50	2.887,50	2.887,50	2.887,50		
3.1.2.2.1.01	CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - INSS			2.887,50	2.887,50	2.887,50	2.887,50		
	Total de Grupo:			**2.887,50**	**2.887,50**	**2.887,50**	**2.887,50**		

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
3.2	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS			379.372,62	701.923,96	379.372,62	701.923,96		
3.2.1	APOSENTADORIAS E REFORMAS			236.933,60	473.867,20	236.933,60	473.867,20		
3.2.1.1	APOSENTADORIAS - RPPS			236.933,60	473.867,20	236.933,60	473.867,20		
3.2.1.1.1	APOSENTADORIAS - RPPS - CONSOLIDACAO			236.933,60	473.867,20	236.933,60	473.867,20		
3.2.1.1.1.01	PROVENTOS - PESSOAL CIVIL			236.933,60	473.867,20	236.933,60	473.867,20		
3.2.1.1.1.01.01	APOSENTADORIAS POR TEMPO DE CONTRIBUICAO			236.933,60	473.867,20	236.933,60	473.867,20		
	Total de Grupo:			**236.933,60**	**473.867,20**	**236.933,60**	**473.867,20**		

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
3.2.2	PENSOES			81.803,03	163.606,06	81.803,03	163.606,06		
3.2.2.1	PENSOES - RPPS			81.803,03	163.606,06	81.803,03	163.606,06		
3.2.2.1.1	PENSOES - RPPS - CONSOLIDACAO			81.803,03	163.606,06	81.803,03	163.606,06		
3.2.2.1.1.01	PROVENTOS DE PENSOES			81.803,03	163.606,06	81.803,03	163.606,06		
	Total de Grupo:			**81.803,03**	**163.606,06**	**81.803,03**	**163.606,06**		

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
3.2.9	OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS			60.635,99	64.450,70	60.635,99	64.450,70		
3.2.9.1	OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS - RPPS			59.185,02	59.185,02	59.185,02	59.185,02		
3.2.9.1.1	OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS - RPPS - CONSOLIDACAO			59.185,02	59.185,02	59.185,02	59.185,02		
3.2.9.1.1.10	AUXILIO-DOENCA			53.483,18	53.483,18	53.483,18	53.483,18		
3.2.9.1.1.11	SALARIO MATERNIDADE			5.701,84	5.701,84	5.701,84	5.701,84		

Emissão: 02/05/2017 11:54:20 Página 5

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDO DE PREV DOS SERVIDORES MUN DE PARECIS
CNPJ: 24.734.238/0001.09
AV MATO GROSSO - 0000000 - Centro
Telefone (065)3382-1168

Balancete De Verificação Do Sistema Patrimonial
Plano PCASP-MT
Atributo: Todos

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
	Total de Grupo:			**59.185,02**	**59.185,02**	**59.185,02**	**59.185,02**		
Código	**Contas**	**Saldos Exercício Anterior**		**Movimento à Débito**		**Movimento à Crédito**		**Saldos Atuais**	
		Débito	**Crédito**	**No Mês**	**Até o Mês**	**No Mês**	**Até o Mês**	**Débitos**	**Créditos**
3.2.9.9	OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS			1.450,97	5.265,68	1.450,97	5.265,68		
3.2.9.9.1	OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS - CONS			1.450,97	5.265,68	1.450,97	5.265,68		
	Total de Grupo:			**1.450,97**	**5.265,68**	**1.450,97**	**5.265,68**		
Código	**Contas**	**Saldos Exercício Anterior**		**Movimento à Débito**		**Movimento à Crédito**		**Saldos Atuais**	
		Débito	**Crédito**	**No Mês**	**Até o Mês**	**No Mês**	**Até o Mês**	**Débitos**	**Créditos**
3.3	USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO			15.784,61	19.041,14	15.784,61	19.041,14		
3.3.2	SERVICOS			14.023,27	15.486,06	14.023,27	15.486,06		
3.3.2.2	SERVICOS TERCEIROS - PF			721,85	721,85	721,85	721,85		
3.3.2.2.1	SERVICOS TERCEIROS - PF - CONSOLIDACAO			721,85	721,85	721,85	721,85		
3.3.2.2.1.08	LIMPEZA E CONSERVACAO			721,85	721,85	721,85	721,85		
	Total de Grupo:			**721,85**	**721,85**	**721,85**	**721,85**		
Código	**Contas**	**Saldos Exercício Anterior**		**Movimento à Débito**		**Movimento à Crédito**		**Saldos Atuais**	
		Débito	**Crédito**	**No Mês**	**Até o Mês**	**No Mês**	**Até o Mês**	**Débitos**	**Créditos**
3.3.2.3	SERVICOS TERCEIROS - PJ			13.301,42	14.764,21	13.301,42	14.764,21		
3.3.2.3.1	SERVICOS TERCEIROS - PJ - CONSOLIDACAO			13.301,42	14.764,21	13.301,42	14.764,21		
3.3.2.3.1.01	CONSULTORIA E ASSESSORIA			2.394,00	2.394,00	2.394,00	2.394,00		
3.3.2.3.1.02	PERICIAS			1.650,00	1.650,00	1.650,00	1.650,00		
3.3.2.3.1.08	SERVICOS DE AGUA E ESGOTO, ENERGIA ELETRICA, GAS E OUTR			642,52	1.456,93	642,52	1.456,93		
3.3.2.3.1.10	LOCACOES			7.927,13	7.927,13	7.927,13	7.927,13		
3.3.2.3.1.99	OUTROS SERVICOS TERCEIROS - PJ			687,77	1.336,15	687,77	1.336,15		
	Total de Grupo:			**13.301,42**	**14.764,21**	**13.301,42**	**14.764,21**		
Código	**Contas**	**Saldos Exercício Anterior**		**Movimento à Débito**		**Movimento à Crédito**		**Saldos Atuais**	
		Débito	**Crédito**	**No Mês**	**Até o Mês**	**No Mês**	**Até o Mês**	**Débitos**	**Créditos**
3.3.3	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO			1.761,34	3.555,08	1.761,34	3.555,08		
3.3.3.1	DEPRECIACAO			1.761,34	3.555,08	1.761,34	3.555,08		
3.3.3.1.1	DEPRECIACAO - CONSOLIDACAO			1.761,34	3.555,08	1.761,34	3.555,08		
3.3.3.1.1.01	DEPRECIACAO DE IMOBILIZADO			1.761,34	3.555,08	1.761,34	3.555,08		
3.3.3.1.1.01.01	DEPRECIACAO DE BENS MOVEIS			627,70	1.287,80	627,70	1.287,80		
3.3.3.1.1.01.02	DEPRECIACAO DE BENS IMOVEIS			1.133,64	2.267,28	1.133,64	2.267,28		
	Total de Grupo:			**1.761,34**	**3.555,08**	**1.761,34**	**3.555,08**		

ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDO DE PREV DOS SERVIDORES MUN DE PARECIS
CNPJ: 24.734.238/0001.09
AV MATO GROSSO - 0000000 - Centro
Telefone (065)3382-1168

Balancete De Verificação Do Sistema Patrimonial
Plano PCASP-MT
Atributo: Todos

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
3.7	TRIBUTARIAS			16.345,60	16.345,60	16.345,60	16.345,60		
3.7.2	CONTRIBUICOES			16.345,60	16.345,60	16.345,60	16.345,60		
3.7.2.1	CONTRIBUICOES SOCIAIS			16.345,60	16.345,60	16.345,60	16.345,60		
3.7.2.1.1	CONTRIBUICOES SOCIAIS - CONSOLIDACAO			16.345,60	16.345,60	16.345,60	16.345,60		
3.7.2.1.1.02	PIS/PASEP			16.345,60	16.345,60	16.345,60	16.345,60		
	Total de Grupo:			**16.345,60**	**16.345,60**	**16.345,60**	**16.345,60**		

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
4	VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA			2.723.452,74	4.358.012,37	2.723.452,74	4.358.012,37		
4.2	CONTRIBUICOES			983.020,00	991.834,03	983.020,00	991.834,03		
4.2.1	CONTRIBUICOES SOCIAIS			983.020,00	991.834,03	983.020,00	991.834,03		
4.2.1.1	CONTRIBUICOES SOCIAIS - RPPS			983.020,00	991.834,03	983.020,00	991.834,03		
4.2.1.1.1	CONTRIBUICOES SOCIAIS - RPPS - CONSOLIDACAO			983.020,00	991.834,03	983.020,00	991.834,03		
4.2.1.1.1.01	CONTRIBUICOES PATRONAIS AO RPPS			584.022,99	587.327,36	584.022,99	587.327,36		
4.2.1.1.1.01.01	CONTRIBUICAO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO - RPPS			584.022,99	587.327,36	584.022,99	587.327,36		
4.2.1.1.1.02	CONTRIBUICAO DO SEGURADO AO RPPS			308.798,23	313.797,55	308.798,23	313.797,55		
4.2.1.1.1.02.01	CONTRIBUICAO DO SERVIDOR - RPPS			305.564,22	307.329,53	305.564,22	307.329,53		
4.2.1.1.1.02.02	CONTRIBUICAO DO APOSENTADO - RPPS			3.100,21	6.200,42	3.100,21	6.200,42		
4.2.1.1.1.02.03	CONTRIBUICAO DE PENSIONISTA - RPPS			133,80	267,60	133,80	267,60		
4.2.1.1.1.03	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA PARA AMORTIZACAO DO DEFICI			90.198,78	90.709,12	90.198,78	90.709,12		
	Total de Grupo:			**983.020,00**	**991.834,03**	**983.020,00**	**991.834,03**		

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
4.4	VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS			1.740.402,74	3.366.148,34	1.740.402,74	3.366.148,34		
4.4.5	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS E APLICACOES FINAI			1.740.402,74	3.366.148,34	1.740.402,74	3.366.148,34		
4.4.5.1	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS			1.740.402,74	3.366.148,34	1.740.402,74	3.366.148,34		
4.4.5.1.1	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS - CONSOLIDACAO			1.740.402,74	3.366.148,34	1.740.402,74	3.366.148,34		
	Total de Grupo:			**1.740.402,74**	**3.366.148,34**	**1.740.402,74**	**3.366.148,34**		

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
4.5	TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS			30,00	30,00	30,00	30,00		
4.5.7	EXECUCAO ORCAMENTARIA DELEGADA			30,00	30,00	30,00	30,00		
4.5.7.2	EXECUCAO ORCAMENTARIA DELEGADA DE CONSORCIOS			30,00	30,00	30,00	30,00		
4.5.7.2.1	EXECUCAO ORCAMENTARIA DELEGADA DE CONSORCIOS - CONS			30,00	30,00	30,00	30,00		
4.5.7.2.1.06	INDENIZACOES E RESTITUICOES			30,00	30,00	30,00	30,00		

Emissão: 02/05/2017 11:54:20 Página 7

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDO DE PREV DOS SERVIDORES MUN DE PARECIS
CNPJ: 24.734.238/0001.09
AV MATO GROSSO - 0000000 - Centro
Telefone (065)3382-1168

Balancete De Verificação Do Sistema Patrimonial
Plano PCASP-MT
Atributo: Todos

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
	Total de Grupo:			30,00	30,00	30,00	30,00		
	Total Geral:	162.265.248,06	162.265.248,06	10.233.016,10	17.714.031,61	10.233.016,10	17.714.031,61	165.789.817,02	165.789.817,02

Emissão: 02/05/2017 11:54:20 Página 8

Homologado

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº. 003/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecida a Avenida Mato Grosso, 66-NE, na Cidade de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob n° 24.772.287/0001-36, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor **RAFAEL MACHADO**, brasileiro, casado, portador do RG nº 50604257773 SSP/RS e CPF Nº 929.162.010-68, residente e domiciliado na cidade de Campo Novo do Parecis/MT, atendendo o disposto na Constituição Federal, no art. 48 da Lei Complementar nº. 101 de 04.05.2000 e cumprindo o disposto na Lei Municipal nº. 883 de 08 de maio de 2002 torna público e faz saber a quem interessar possa, que fará realizar ***AUDIÊNCIAS PÚBLICAS***, para o processo de tomada de decisões no âmbito do Poder Executivo Municipal, bem como proporcionar aos cidadãos a oportunidade de encaminhar seus pleitos, sugestões e opiniões acerca das ações que integrarão o Plano Plurianual 2018 a 2021, que serão realizadas regionalmente em todo o nosso Município no mês de maio de 2017, nos seguintes locais, datas e horários:

Região: DISTRITO MARECHAL RONDON

Local: Centro Comunitário do Distrito Marechal Rondon

Data: 15/05/2017, segunda-feira

Horário: 18h30minutos

Região: BAIRRO JARDIM DAS PALMEIRAS

Local: Ginásio de Esportes Delmir Gonçalves Rosa

Data: 16/05/2017, terça-feira

Horário: 18 horas

Região: BAIRRO OLENKA

Local: Ginásio de Esportes Delmir Gonçalves Rosa

Data: 17/05/2017, quarta-feira

Horário: 18 horas

Região: ASSENTAMENTO GUAPIRAMA

Local: Salão Comunitário Guapirama

Data: 22/05/2017, segunda-feira

Horário: 18 horas

Região: BAIRROS: PRIMAVERA, BOA ESPERANÇA E DILCEU MACIEL

Local: Salão Comunitário do Bairro Boa Esperança

Data: 23/05/2017, terça-feira

Horário: 18 horas

Região: BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA

Local: Centro Comunitário - REVIVER

Data: 24/05/2017, quarta-feira

Horário: 18 horas

Região: BAIRRO ALVORADA

Local: Plenário da Câmara Municipal

Data: 29/05/2017, segunda-feira

Horário: 18 horas

Região: BAIRRO CENTRO

Local: Centro Comunitário - REVIVER

Data: 30/05/2017, terça-feira

Horário: 18 horas

Região: PÓLO EMPRESARIAL, POLO INDUSTRIAL E PINDORAMA

Local: Plenário da Câmara Municipal

Data: 31/05/2017, quarta-feira

Horário: 18 horas

Campo Novo do Parecis, 26 de abril de 2017.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT
BALANCETE JANEIRO 2017

FUNSEM

ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDO DE PREV DOS SERVIDORES MUN DE PARECIS
CNPJ: 24.734.238/0001.09
AV MATO GROSSO - 0000000 - Centro
Telefone (065)3382-1168

Balancete De Verificação
Plano PCASP-MT
Sistema: Patrimonial, Orçamentário e Controle
Janeiro / 2017

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
1	ATIVO								
1.1	ATIVO CIRCULANTE								
1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA								
1.1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL								
1.1.1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSC								
1.1.1.1.1.01	CAIXA (F)			8.814,03	8.814,03	8.814,03	8.814,03		
1.1.1.1.1.06	CONTA UNICA RPPS								
1.1.1.1.1.06.01	BANCOS CONTA MOVIMENTO - RPPS (F)	797.799,66		1.249.662,43	1.249.662,43	1.968.825,35	1.968.825,35	78.636,74	
1.1.1.1.1.50	APLICACOES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA								
1.1.1.1.1.50.01	TITULOS PUBLICOS (F)	132.481.648,21		3.361.745,60	3.361.745,60	1.386.000,00	1.386.000,00	134.457.393,81	
	Total de Grupo:	**133.279.447,87**		**4.620.222,06**	**4.620.222,06**	**3.363.639,38**	**3.363.639,38**	**134.536.030,55**	

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
1.2	ATIVO NAO CIRCULANTE								
1.2.3	IMOBILIZADO								
1.2.3.1	BENS MOVEIS								
1.2.3.1.1	BENS MOVEIS - CONSOLIDACAO								
1.2.3.1.1.02	BENS DE INFORMATICA								
1.2.3.1.1.02.01	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS (P)	21.355,00						21.355,00	
1.2.3.1.1.03	MOVEIS E UTENSILIOS								
1.2.3.1.1.03.03	MOBILIARIO EM GERAL (P)	36.443,00						36.443,00	
1.2.3.1.1.03.04	UTENSILIOS EM GERAL (P)	7.127,00						7.127,00	
1.2.3.1.1.99	DEMAIS BENS MOVEIS								
1.2.3.1.1.99.99	OUTROS BENS MOVEIS (P)	7.053,00						7.053,00	
	Total de Grupo:	**71.978,00**						**71.978,00**	

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
1.2.3.2	BENS IMOVEIS								
1.2.3.2.1	BENS IMOVEIS - CONSOLIDACAO								
1.2.3.2.1.01	BENS DE USO ESPECIAL								
1.2.3.2.1.01.03	EDIFICIOS (P)	179.872,25						179.872,25	
1.2.3.2.1.04	BENS DOMINICAIS								
1.2.3.2.1.04.13	TERRENOS (P)	1.168.377,00						1.168.377,00	
	Total de Grupo:	**1.348.249,25**						**1.348.249,25**	

Emissão: 02/05/2017 11:23:36 Página 1

Homologado



ESTADO DE MATO GROSSO

FUNDO DE PREV DOS SERVIDORES MUN DE PARECIS

CNPJ: 24.734.238/0001.09

AV MATO GROSSO - 0000000 - Centro

Telefone (065)3382-1168

Balancete De Verificação

Plano PCASP-MT

Sistema: Patrimonial, Orçamentário e Controle

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
1.2.3.8	(-) DEPRECIACAO, EXAUSTAO E AMORTIZACAO ACUMULADAS								
1.2.3.8.1	(-) DEPRECIACAO, EXAUSTAO E AMORTIZACAO ACUMULADAS - CO								
1.2.3.8.1.01	(-) DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS MOVEIS								
1.2.3.8.1.01.02	(-) DEPRECIACAO ACUMULADA DE BENS DE INFORMATICA (P)		6.548,23			272,31	272,31		6.820,54
1.2.3.8.1.01.03	(-) DEPRECIACAO ACUMULADA DE MOVEIS E UTENSILIOS (P)		8.359,47			299,06	299,06		8.658,53
1.2.3.8.1.01.99	(-) DEPRECIACAO ACUMULADA DE DEMAIS BENS MOVEIS (P)		1.392,41			88,73	88,73		1.481,14
1.2.3.8.1.02	(-) DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS IMOVEIS								
1.2.3.8.1.02.99	(-) DEPRECIACAO ACUMULADA DE DEMAIS BENS IMOVEIS (P)		27.207,36			1.133,64	1.133,64		28.341,00
	Total de Grupo:		**43.507,47**			**1.793,74**	**1.793,74**		**45.301,21**

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
2	PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO								
2.1	PASSIVO CIRCULANTE								
2.1.1	OBRIGACOES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E ASSISTENCIAIS								
2.1.1.1	PESSOAL A PAGAR								
2.1.1.1.1	PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDACAO								
2.1.1.1.1.01	PESSOAL A PAGAR								
2.1.1.1.1.01.01	SALARIOS, REMUNERACOES E BENEFICIOS								
2.1.1.1.1.01.01.01	SALARIOS, REMUNERACOES E BENEFICIOS (F)			48.609,28	48.609,28	48.609,28	48.609,28		
	Total de Grupo:			**48.609,28**	**48.609,28**	**48.609,28**	**48.609,28**		

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
2.1.1.2	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR								
2.1.1.2.1	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR - CONSOLIDACAO								
2.1.1.2.1.01	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR								
2.1.1.2.1.01.01	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR (F)			322.551,34	322.551,34	322.551,34	322.551,34		
	Total de Grupo:			**322.551,34**	**322.551,34**	**322.551,34**	**322.551,34**		

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
2.1.3	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO								
2.1.3.1	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO								
2.1.3.1.1	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO								
2.1.3.1.1.01	FORNECEDORES NACIONAIS								
2.1.3.1.1.01.01	FORNECEDORES NAO FINANCIADOS A PAGAR								
2.1.3.1.1.01.01.01	FORNECEDORES NAO FINANCIADOS A PAGAR (F)			1.462,79	1.462,79	1.462,79	1.462,79		

Emissão: 02/05/2017 11:23:36

Página 2

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO

FUNDO DE PREV DOS SERVIDORES MUN DE PARECIS

CNPJ: 24.734.238/0001.09

AV MATO GROSSO - 0000000 - Centro

Telefone (065)3382-1168

Balancete De Verificação

Plano PCASP-MT

Sistema: Patrimonial, Orçamentário e Controle

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
	Total de Grupo:			1.462,79	1.462,79	1.462,79	1.462,79		

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
2.1.4	OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO								
2.1.4.1	OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIAO								
2.1.4.1.1	OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIAO - CONSOLID								
2.1.4.1.1.11	PIS/PASEP A RECOLHER								
2.1.4.1.1.11.01	PIS/PASEP A RECOLHER (F)		36.186,92	36.186,92	36.186,92				
	Total de Grupo:		**36.186,92**	**36.186,92**	**36.186,92**				

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
2.1.8	DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO								
2.1.8.8	VALORES RESTITUIVEIS								
2.1.8.8.2	VALORES RESTITUIVEIS - INTRA OFSS								
2.1.8.8.2.01	CONSIGNACOES - INTRA OFSS								
2.1.8.8.2.01.01	RPPS - RETENCOES - INTRA OFSS (F)			4.999,32	4.999,32	4.999,32	4.999,32		
2.1.8.8.2.01.03	ENCARGOS SOCIAIS - OUTRAS ENTIDADES - INTRA OFSS (F)					1.306,96	1.306,96		1.306,96
2.1.8.8.2.01.04	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - INTRA OFSS		156,97	147,22	147,22	29.968,70	29.968,70		29.978,45
2.1.8.8.2.01.99	OUTROS CONSIGNATARIOS - INTRA OFSS (F)		22.619,93	63.442,65	63.442,65	63.147,59	63.147,59		22.324,87
	Total de Grupo:		**22.776,90**	**68.589,19**	**68.589,19**	**99.422,57**	**99.422,57**		**53.610,28**

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
2.2	PASSIVO NAO-CIRCULANTE								
2.2.7	PROVISOES A LONGO PRAZO								
2.2.7.2	PROVISOES MATEMATICAS PREVIDENCIARIAS A LONGO PRAZO								
2.2.7.2.1	PROVISOES MATEMATICAS PREVIDENCIARIAS A LONGO PRAZO -								
2.2.7.2.1.03	PLANO PREVIDENCIARIO - PROVISOES DE BENEFICIOS CONCEDID								
2.2.7.2.1.03.01	APOSENTADORIAS/PENSOES/OUTROS BENEFICIOS CONCEDIDOS		33.971.733,71						33.971.733,71
2.2.7.2.1.04	PLANO PREVIDENCIARIO - PROVISOES DE BENEFICIOS A CONCED								
2.2.7.2.1.04.01	APOSENTADORIAS/PENSOES/OUTROS BENEFICIOS A CONCEDER		104.416.238,72						104.416.238,72
2.2.7.2.1.05	PLANO PREVIDENCIARIO - PLANO DE AMORTIZACAO								
2.2.7.2.1.05.98	(-) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZACAO (P)	27.331.585,70						27.331.585,70	
	Total de Grupo:	**27.331.585,70**	**138.387.972,43**					**27.331.585,70**	**138.387.972,43**

Emissão: 02/05/2017 11:23:36 Página 3

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDO DE PREV DOS SERVIDORES MUN DE PARECIS
CNPJ: 24.734.238/0001.09
AV MATO GROSSO - 0000000 - Centro
Telefone (065)3382-1168

Balancete De Verificação
Plano PCASP-MT
Sistema: Patrimonial, Orçamentário e Controle

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
2.3	PATRIMONIO LIQUIDO								
2.3.7	RESULTADOS ACUMULADOS								
2.3.7.1	SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS								
2.3.7.1.1	SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDACAO								
2.3.7.1.1.01	SUPERAVITS OU DEFICITS DO EXERCICIO			374.417,15	374.417,15	1.634.559,63	1.634.559,63		1.260.142,48
2.3.7.1.1.02	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES		23.167.412,63						23.167.412,63
	Total de Grupo:		**23.167.412,63**	**374.417,15**	**374.417,15**	**1.634.559,63**	**1.634.559,63**		**24.427.555,11**

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
2.3.7.1.2	SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS - INTRA OFSS								
2.3.7.1.2.02	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES		607.391,71						607.391,71
	Total de Grupo:		**607.391,71**						**607.391,71**

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
2.3.7.1.3	SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - UNIAO								
2.3.7.1.3.02	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES	233.987,24						233.987,24	
	Total de Grupo:	**233.987,24**						**233.987,24**	

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
3	VARIACAO PATRIMONIAL DIMINUTIVA								
3.1	PESSOAL E ENCARGOS								
3.1.1	REMUNERACAO A PESSOAL								
3.1.1.1	REMUNERACAO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPF								
3.1.1.1.1	REMUNERACAO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPI								
3.1.1.1.1.01	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RPPS								
3.1.1.1.1.01.01	VENCIMENTOS E SALARIOS			20.463,68	20.463,68	20.463,68	20.463,68		
3.1.1.1.1.01.21	FERIAS VENCIDAS E PROPORCIONAIS			11.516,46	11.516,46	11.516,46	11.516,46		
3.1.1.1.1.01.23	FERIAS - ABONO PECUNIARIO			2.879,11	2.879,11	2.879,11	2.879,11		
	Total de Grupo:			**34.859,25**	**34.859,25**	**34.859,25**	**34.859,25**		

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
3.1.1.2	REMUNERACAO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RGF								
3.1.1.2.1	REMUNERACAO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RGI								
3.1.1.2.1.01	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RGPS								

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDO DE PREV DOS SERVIDORES MUN DE PARECIS
CNPJ: 24.734.238/0001.09
AV MATO GROSSO - 0000000 - Centro
Telefone (065)3382-1168

Balancete De Verificação
Plano PCASP-MT
Sistema: Patrimonial, Orçamentário e Controle

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
3.1.1.2.1.01.01	VENCIMENTOS E SALARIOS			8.560,12	8.560,12	8.560,12	8.560,12		
3.1.1.2.1.01.21	FERIAS VENCIDAS E PROPORCIONAIS			4.151,93	4.151,93	4.151,93	4.151,93		
3.1.1.2.1.01.23	FERIAS - ABONO PECUNIARIO			1.037,98	1.037,98	1.037,98	1.037,98		
	Total de Grupo:			**13.750,03**	**13.750,03**	**13.750,03**	**13.750,03**		

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
3.2	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS								
3.2.1	APOSENTADORIAS E REFORMAS								
3.2.1.1	APOSENTADORIAS - RPPS								
3.2.1.1.1	APOSENTADORIAS - RPPS - CONSOLIDACAO								
3.2.1.1.1.01	PROVENTOS - PESSOAL CIVIL								
3.2.1.1.1.01.01	APOSENTADORIAS POR TEMPO DE CONTRIBUICAO			236.933,60	236.933,60	236.933,60	236.933,60		
	Total de Grupo:			**236.933,60**	**236.933,60**	**236.933,60**	**236.933,60**		

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
3.2.2	PENSOES								
3.2.2.1	PENSOES - RPPS								
3.2.2.1.1	PENSOES - RPPS - CONSOLIDACAO								
3.2.2.1.1.01	PROVENTOS DE PENSOES			81.803,03	81.803,03	81.803,03	81.803,03		
	Total de Grupo:			**81.803,03**	**81.803,03**	**81.803,03**	**81.803,03**		

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
3.2.9	OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS								
3.2.9.9	OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS								
3.2.9.9.1	OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS - CONS			3.814,71	3.814,71	3.814,71	3.814,71		
	Total de Grupo:			**3.814,71**	**3.814,71**	**3.814,71**	**3.814,71**		

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
3.3	USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO								
3.3.2	SERVICOS								
3.3.2.3	SERVICOS TERCEIROS - PJ								
3.3.2.3.1	SERVICOS TERCEIROS - PJ - CONSOLIDACAO								
3.3.2.3.1.08	SERVICOS DE AGUA E ESGOTO, ENERGIA ELETRICA, GAS E OUTR			814,41	814,41	814,41	814,41		
3.3.2.3.1.99	OUTROS SERVICOS TERCEIROS - PJ			648,38	648,38	648,38	648,38		

Emissão: 02/05/2017 11:23:36 Página 5

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO

FUNDO DE PREV DOS SERVIDORES MUN DE PARECIS

CNPJ: 24.734.238/0001.09

AV MATO GROSSO - 0000000 - Centro

Telefone (065)3382-1168

Balancete De Verificação

Plano PCASP-MT

Sistema: Patrimonial, Orçamentário e Controle

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
	Total de Grupo:			**1.462,79**	**1.462,79**	**1.462,79**	**1.462,79**		

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
3.3.3	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO								
3.3.3.1	DEPRECIACAO								
3.3.3.1.1	DEPRECIACAO - CONSOLIDACAO								
3.3.3.1.1.01	DEPRECIACAO DE IMOBILIZADO								
3.3.3.1.1.01.01	DEPRECIACAO DE BENS MOVEIS			660,10	660,10	660,10	660,10		
3.3.3.1.1.01.02	DEPRECIACAO DE BENS IMOVEIS			1.133,64	1.133,64	1.133,64	1.133,64		
	Total de Grupo:			**1.793,74**	**1.793,74**	**1.793,74**	**1.793,74**		

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
4	VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA								
4.2	CONTRIBUICOES								
4.2.1	CONTRIBUICOES SOCIAIS								
4.2.1.1	CONTRIBUICOES SOCIAIS - RPPS								
4.2.1.1.1	CONTRIBUICOES SOCIAIS - RPPS - CONSOLIDACAO								
4.2.1.1.1.01	CONTRIBUICOES PATRONAIS AO RPPS								
4.2.1.1.1.01.01	CONTRIBUICAO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO - RPPS			3.304,37	3.304,37	3.304,37	3.304,37		
4.2.1.1.1.02	CONTRIBUICAO DO SEGURADO AO RPPS								
4.2.1.1.1.02.01	CONTRIBUICAO DO SERVIDOR - RPPS			1.765,31	1.765,31	1.765,31	1.765,31		
4.2.1.1.1.02.02	CONTRIBUICAO DO APOSENTADO - RPPS			3.100,21	3.100,21	3.100,21	3.100,21		
4.2.1.1.1.02.03	CONTRIBUICAO DE PENSIONISTA - RPPS			133,80	133,80	133,80	133,80		
4.2.1.1.1.03	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA PARA AMORTIZACAO DO DEFICI			510,34	510,34	510,34	510,34		
	Total de Grupo:			**8.814,03**	**8.814,03**	**8.814,03**	**8.814,03**		

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
4.4	VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS								
4.4.5	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS E APLICACOES FINAI								
4.4.5.1	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS								
4.4.5.1.1	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS - CONSOLIDACAO			1.625.745,60	1.625.745,60	1.625.745,60	1.625.745,60		
	Total de Grupo:			**1.625.745,60**	**1.625.745,60**	**1.625.745,60**	**1.625.745,60**		

Emissão: 02/05/2017 11:23:36

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO

FUNDO DE PREV DOS SERVIDORES MUN DE PARECIS

CNPJ: 24.734.238/0001.09

AV MATO GROSSO - 0000000 - Centro

Telefone (065)3382-1168

Balancete De Verificação

Plano PCASP-MT

Sistema: Patrimonial, Orçamentário e Controle

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
5	CONTROLES DA APROVACAO DO PLANEJAMENTO E ORCAMENTO								
5.1	PLANEJAMENTO APROVADO								
5.1.1	PPA - APROVADO								
5.1.1.1	APROVACAO INICIAL DO PPA	63.407.900,00						63.407.900,00	
	Total de Grupo:	**63.407.900,00**						**63.407.900,00**	

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
5.2	ORCAMENTO APROVADO								
5.2.1	PREVISAO DA RECEITA								
5.2.1.1	PREVISAO INICIAL DA RECEITA								
5.2.1.1.1	PREVISAO INICIAL DA RECEITA BRUTA			21.405.000,00	21.405.000,00			21.405.000,00	
	Total de Grupo:			**21.405.000,00**	**21.405.000,00**			**21.405.000,00**	

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
5.2.2	FIXACAO DA DESPESA								
5.2.2.1	DOTACAO ORCAMENTARIA								
5.2.2.1.1	DOTACAO INICIAL								
5.2.2.1.1.01	CREDITO INICIAL			21.405.000,00	21.405.000,00			21.405.000,00	
	Total de Grupo:			**21.405.000,00**	**21.405.000,00**			**21.405.000,00**	

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
5.3	INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR								
5.3.1	INSCRICAO DE RP NAO PROCESSADOS								
5.3.1.1	RP NAO PROCESSADOS INSCRITOS			65.620,93	65.620,93			65.620,93	
5.3.1.7	RP NAO PROCESSADOS - INSCRICAO NO EXERCICIO	65.620,93				65.620,93	65.620,93		
5.3.2	INSCRICAO DE RP PROCESSADOS								
5.3.2.1	RP PROCESSADOS - INSCRITOS			36.186,92	36.186,92			36.186,92	
5.3.2.7	RP PROCESSADOS - INSCRICAO NO EXERCICIO	36.186,92				36.186,92	36.186,92		
	Total de Grupo:	**101.807,85**		**101.807,85**	**101.807,85**	**101.807,85**	**101.807,85**	**101.807,85**	

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
6	CONTROLES DA EXECUCAO DO PLANEJAMENTO E ORCAMENTO								
6.1	EXECUCAO DO PLANEJAMENTO								
6.1.1	EXECUCAO DO PPA								

Emissão: 02/05/2017 11:23:36 Página 7

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDO DE PREV DOS SERVIDORES MUN DE PARECIS
CNPJ: 24.734.238/0001.09
AV MATO GROSSO - 0000000 - Centro
Telefone (065)3382-1168

Balancete De Verificação
Plano PCASP-MT
Sistema: Patrimonial, Orçamentário e Controle

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
6.1.1.1	PPA A ALOCAR EM LEIS ORCAMENTARIAS ANUAIS		63.407.900,00						63.407.900,00
	Total de Grupo:		**63.407.900,00**						**63.407.900,00**
Código	**Contas**	**Saldos Exercício Anterior**		**Movimento à Débito**		**Movimento à Crédito**		**Saldos Atuais**	
		Débito	**Crédito**	**No Mês**	**Até o Mês**	**No Mês**	**Até o Mês**	**Débitos**	**Créditos**
6.2	EXECUCAO DO ORCAMENTO								
6.2.1	EXECUCAO DA RECEITA								
6.2.1.1	RECEITA A REALIZAR			1.634.559,63	1.634.559,63	21.405.000,00	21.405.000,00		19.770.440,37
6.2.1.2	RECEITA REALIZADA					1.634.559,63	1.634.559,63		1.634.559,63
6.2.2	EXECUCAO DA DESPESA								
6.2.2.1	DISPONIBILIDADES DE CREDITO								
6.2.2.1.1	CREDITO DISPONIVEL			2.467.895,91	2.467.895,91	21.405.000,00	21.405.000,00		18.937.104,09
	Total de Grupo:			**4.102.455,54**	**4.102.455,54**	**44.444.559,63**	**44.444.559,63**		**40.342.104,09**
Código	**Contas**	**Saldos Exercício Anterior**		**Movimento à Débito**		**Movimento à Crédito**		**Saldos Atuais**	
		Débito	**Crédito**	**No Mês**	**Até o Mês**	**No Mês**	**Até o Mês**	**Débitos**	**Créditos**
6.2.2.1.3	CREDITO UTILIZADO								
6.2.2.1.3.01	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR			372.623,41	372.623,41	2.467.895,91	2.467.895,91		2.095.272,50
6.2.2.1.3.02	CREDITO EMPENHADO EM LIQUIDACAO			1.462,79	1.462,79	1.462,79	1.462,79		
6.2.2.1.3.03	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR			372.623,41	372.623,41	372.623,41	372.623,41		
6.2.2.1.3.04	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO PAGO					372.623,41	372.623,41		372.623,41
	Total de Grupo:			**746.709,61**	**746.709,61**	**3.214.605,52**	**3.214.605,52**		**2.467.895,91**
Código	**Contas**	**Saldos Exercício Anterior**		**Movimento à Débito**		**Movimento à Crédito**		**Saldos Atuais**	
		Débito	**Crédito**	**No Mês**	**Até o Mês**	**No Mês**	**Até o Mês**	**Débitos**	**Créditos**
6.3	EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR								
6.3.1	EXECUCAO DE RP NAO PROCESSADOS								
6.3.1.1	RP NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR					65.620,93	65.620,93		65.620,93
6.3.1.7	RP NAO PROCESSADOS - INSCRICAO NO EXERCICIO								
6.3.1.7.1	RP NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR - INSCRICAO NO EXERCICIO		65.620,93	65.620,93	65.620,93				
	Total de Grupo:		**65.620,93**	**65.620,93**	**65.620,93**	**65.620,93**	**65.620,93**		**65.620,93**
Código	**Contas**	**Saldos Exercício Anterior**		**Movimento à Débito**		**Movimento à Crédito**		**Saldos Atuais**	
		Débito	**Crédito**	**No Mês**	**Até o Mês**	**No Mês**	**Até o Mês**	**Débitos**	**Créditos**
6.3.2	EXECUCAO DE RP PROCESSADOS								
6.3.2.1	RP PROCESSADOS A PAGAR			36.186,92	36.186,92	36.186,92	36.186,92		
6.3.2.2	RP PROCESSADOS PAGOS					36.186,92	36.186,92		36.186,92
6.3.2.7	RP PROCESSADOS - INSCRICAO NO EXERCICIO		36.186,92	36.186,92	36.186,92				

Emissão: 02/05/2017 11:23:36 Página 8

Homologado



ESTADO DE MATO GROSSO

FUNDO DE PREV DOS SERVIDORES MUN DE PARECIS

CNPJ: 24.734.238/0001.09

AV MATO GROSSO - 0000000 - Centro

Telefone (065)3382-1168

Balancete De Verificação

Plano PCASP-MT

Sistema: Patrimonial, Orçamentário e Controle

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
	Total de Grupo:		36.186,92	72.373,84	72.373,84	72.373,84	72.373,84		36.186,92
Código	**Contas**	**Saldos Exercício Anterior**		**Movimento à Débito**		**Movimento à Crédito**		**Saldos Atuais**	
		Débito	**Crédito**	**No Mês**	**Até o Mês**	**No Mês**	**Até o Mês**	**Débitos**	**Créditos**
7	CONTROLES DEVEDORES								
7.1	ATOS POTENCIAIS								
7.1.2	ATOS POTENCIAIS PASSIVOS								
7.1.2.3	OBRIGACOES CONTRATUAIS								
7.1.2.3.1	OBRIGACOES CONTRATUAIS - CONSOLIDACAO								
7.1.2.3.1.02	CONTRATOS DE SERVICOS	59.639,24		32.204,40	32.204,40			91.843,64	
	Total de Grupo:	**59.639,24**		**32.204,40**	**32.204,40**			**91.843,64**	
Código	**Contas**	**Saldos Exercício Anterior**		**Movimento à Débito**		**Movimento à Crédito**		**Saldos Atuais**	
		Débito	**Crédito**	**No Mês**	**Até o Mês**	**No Mês**	**Até o Mês**	**Débitos**	**Créditos**
7.2	ADMINISTRACAO FINANCEIRA								
7.2.1	DISPONIBILIDADES POR DESTINACAO								
7.2.1.1	CONTROLE DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS								
7.2.1.1.1	RECURSOS ORDINARIOS	121.397.048,98				616.000,00	616.000,00	120.781.048,98	
	Total de Grupo:	**121.397.048,98**				**616.000,00**	**616.000,00**	**120.781.048,98**	
Código	**Contas**	**Saldos Exercício Anterior**		**Movimento à Débito**		**Movimento à Crédito**		**Saldos Atuais**	
		Débito	**Crédito**	**No Mês**	**Até o Mês**	**No Mês**	**Até o Mês**	**Débitos**	**Créditos**
7.2.1.1.2	RECURSOS VINCULADOS	11.882.398,89		4.620.222,06	4.620.222,06	2.369.662,43	2.369.662,43	14.132.958,52	
	Total de Grupo:	**11.882.398,89**		**4.620.222,06**	**4.620.222,06**	**2.369.662,43**	**2.369.662,43**	**14.132.958,52**	
Código	**Contas**	**Saldos Exercício Anterior**		**Movimento à Débito**		**Movimento à Crédito**		**Saldos Atuais**	
		Débito	**Crédito**	**No Mês**	**Até o Mês**	**No Mês**	**Até o Mês**	**Débitos**	**Créditos**
7.9	OUTROS CONTROLES								
7.9.1	RESPONSABILIDADE POR VALORES, TITULOS E BENS								
7.9.1.2	RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS POR VALORES, TITULOS E BE								
7.9.1.2.1	CONTROLE DE ADIANTAMENTOS/SUPRIMENTOS DE FUNDOS CON			150,00	150,00			150,00	
	Total de Grupo:			**150,00**	**150,00**			**150,00**	
Código	**Contas**	**Saldos Exercício Anterior**		**Movimento à Débito**		**Movimento à Crédito**		**Saldos Atuais**	
		Débito	**Crédito**	**No Mês**	**Até o Mês**	**No Mês**	**Até o Mês**	**Débitos**	**Créditos**
8	CONTROLES CREDORES								
8.1	EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS								
8.1.2	EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS								

Emissão: 02/05/2017 11:23:36

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO

FUNDO DE PREV DOS SERVIDORES MUN DE PARECIS

CNPJ: 24.734.238/0001.09

AV MATO GROSSO - 0000000 - Centro

Telefone (065)3382-1168

Balancete De Verificação

Plano PCASP-MT

Sistema: Patrimonial, Orçamentário e Controle

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
8.1.2.3	EXECUCAO DE OBRIGACOES CONTRATUAIS								
8.1.2.3.1	EXECUCAO DE OBRIGACOES - CONSOLIDACAO								
8.1.2.3.1.02	CONTRATOS DE SERVICOS								
8.1.2.3.1.02.01	A EXECUTAR		59.639,24			32.204,40	32.204,40		91.843,64
	Total de Grupo:		**59.639,24**			**32.204,40**	**32.204,40**		**91.843,64**

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
8.2	EXECUCAO DA ADMINISTRACAO FINANCEIRA								
8.2.1	EXECUCAO DAS DISPONIBILIDADES POR DESTINACAO								
8.2.1.1	EXECUCAO DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS								
8.2.1.1.1	DISPONIBILIDADE POR DESTINACAO DE RECURSOS								
8.2.1.1.1.01	RECURSOS DISPONIVEIS PARA O EXERCICIO		133.154.863,12	5.453.558,34	5.453.558,34	4.620.222,06	4.620.222,06		132.321.526,84
	Total de Grupo:		**133.154.863,12**	**5.453.558,34**	**5.453.558,34**	**4.620.222,06**	**4.620.222,06**		**132.321.526,84**

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
8.2.1.1.2	DISPONIBILIDADE POR DESTINACAO DE RECURSOS COMPROMET								
8.2.1.1.2.01	DISPONIBILIDADE POR DESTINACAO DE RECURSOS COMPROMET		65.620,93	372.623,41	372.623,41	2.467.895,91	2.467.895,91		2.160.893,43
	Total de Grupo:		**65.620,93**	**372.623,41**	**372.623,41**	**2.467.895,91**	**2.467.895,91**		**2.160.893,43**

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
8.2.1.1.3	DISPONIBILIDADE POR DESTINACAO DE RECURSOS COMPROMET								
8.2.1.1.3.01	COMPROMETIDA POR LIQUIDACAO		36.186,92	408.810,33	408.810,33	372.623,41	372.623,41		
8.2.1.1.3.02	COMPROMETIDA POR CONSIGNACOES/RETENCOES		22.776,90	68.589,19	68.589,19	99.422,57	99.422,57		53.610,28
	Total de Grupo:		**58.963,82**	**477.399,52**	**477.399,52**	**472.045,98**	**472.045,98**		**53.610,28**

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
8.2.1.1.4	DISPONIBILIDADE POR DESTINACAO DE RECURSOS UTILIZADA					377.976,95	377.976,95		377.976,95
	Total de Grupo:					**377.976,95**	**377.976,95**		**377.976,95**

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
8.9	OUTROS CONTROLES								
8.9.1	EXECUCAO DE RESPONSABILIDADE POR VALORES, TITULOS E BE								
8.9.1.2	EXECUCAO DE RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS POR VALORES								

Emissão: 02/05/2017 11:23:36 Página 10

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDO DE PREV DOS SERVIDORES MUN DE PARECIS
CNPJ: 24.734.238/0001.09
AV MATO GROSSO - 0000000 - Centro
Telefone (065)3382-1168

Balancete De Verificação
Plano PCASP-MT
Sistema: Patrimonial, Orçamentário e Controle

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
8.9.1.2.1	EXECUCAO DE ADIANTAMENTOS/SUPRIMENTOS DE FUNDOS CON								
8.9.1.2.1.01	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A COMPROVAR					150,00	150,00		150,00
	Total de Grupo:					**150,00**	**150,00**		**150,00**
	Total Geral:	**359.114.043,02**	**359.114.043,02**	**66.336.141,01**	**66.336.141,01**	**66.336.141,01**	**66.336.141,01**	**404.847.539,73**	**404.847.539,73**

Emissão: 02/05/2017 11:23:36 Página 11

Homologado

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 469, DE 28 DE ABRIL DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59 da Lei Orgânica do Município e;

Considerando o Memorando nº 502/2017, proveniente da Secretaria Municipal de Saúde, datado de 24 de abril de 2017,

RESOLVE

1. **DESIGNAR** a servidora,**ELISANGELA ZANETTI, Diretora Departamento de Administração e Finanças**,portadora do RG nº 4.164.858 SESP/SC e CPF nº 008.682.169-50, matrícula funcional nº 3382, para acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato de Fornecimento nº 020/2017, proveniente da Adesão de Ata de Registro de Preço nº 343/2016, de Sinop/MT, constante abaixo:

CONTRATO	***OBJETO***	***CONTRATADA***
Nº 020/ 2017	Aquisição de insumos (leites, dietas líquidas, suplementos e sondas) para atendimento de Liminares Judiciais, para atender a Secretaria Municipal de Saúde do município de Campo Novo do Parecis, estado de Mato Grosso.	NUTRICENTER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS NUTRICIONAIS E HOSPITALARES LTDA – ME, inscrita no CNPJ nº 06.372.763/0001-40

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 28 dias do mês de abril de 2017.

RAFAEL MACHADO **Prefeito Municipal**

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSE BARBOSA

Secretário Municipal de Administração

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT
BALANCETE MARÇO DE 2017

ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDO DE PREV DOS SERVIDORES MUN DE PARECIS
CNPJ: 24.734.238/0001.09
AV MATO GROSSO - 0000000 - Centro
Telefone (065)3382-1168

Balancete De Verificação Do Sistema Patrimonial
Plano PCASP-MT
Atributo: Todos
Março / 2017

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
1	ATIVO	134.656.167,65		5.237.039,31	15.898.889,35	3.126.403,52	10.267.239,68	140.287.817,32	
1.1	ATIVO CIRCULANTE	133.279.447,87		5.237.039,31	15.898.889,35	3.124.643,05	10.261.924,13	138.916.413,09	
1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	133.279.447,87		5.235.304,20	15.897.154,24	3.122.907,94	10.260.189,02	138.916.413,09	
1.1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	133.279.447,87		5.235.304,20	15.897.154,24	3.122.907,94	10.260.189,02	138.916.413,09	
1.1.1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSC	133.279.447,87		5.235.304,20	15.897.154,24	3.122.907,94	10.260.189,02	138.916.413,09	
1.1.1.1.1.01	CAIXA (F)			80.854,54	154.210,02	80.854,54	154.210,02		
1.1.1.1.1.06	CONTA UNICA RPPS	797.799,66		1.454.056,98	5.470.403,20	2.642.053,40	6.114.834,67	153.368,19	
1.1.1.1.1.06.01	BANCOS CONTA MOVIMENTO - RPPS (F)	797.799,66		1.454.056,98	5.470.403,20	2.642.053,40	6.114.834,67	153.368,19	
1.1.1.1.1.50	APLICACOES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	132.481.648,21		3.700.392,68	10.272.541,02	400.000,00	3.991.144,33	138.763.044,90	
1.1.1.1.1.50.01	TITULOS PUBLICOS (F)	132.481.648,21		3.700.392,68	10.272.541,02	400.000,00	3.991.144,33	138.763.044,90	
	Total de Grupo:	**133.279.447,87**		**5.235.304,20**	**15.897.154,24**	**3.122.907,94**	**10.260.189,02**	**138.916.413,09**	

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
1.1.5	ESTOQUES			1.735,11	1.735,11	1.735,11	1.735,11		
1.1.5.6	ALMOXARIFADO			1.735,11	1.735,11	1.735,11	1.735,11		
1.1.5.6.1	ALMOXARIFADO - CONSOLIDACAO			1.735,11	1.735,11	1.735,11	1.735,11		
1.1.5.6.1.01	MATERIAL DE CONSUMO (P)			1.735,11	1.735,11	1.735,11	1.735,11		
	Total de Grupo:			**1.735,11**	**1.735,11**	**1.735,11**	**1.735,11**		

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
1.2	ATIVO NAO CIRCULANTE	1.376.719,78				1.760,47	5.315,55	1.371.404,23	
1.2.3	IMOBILIZADO	1.376.719,78				1.760,47	5.315,55	1.371.404,23	
1.2.3.1	BENS MOVEIS	71.978,00						71.978,00	
1.2.3.1.1	BENS MOVEIS - CONSOLIDACAO	71.978,00						71.978,00	
1.2.3.1.1.02	BENS DE INFORMATICA	21.355,00						21.355,00	
1.2.3.1.1.02.01	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS (P)	21.355,00						21.355,00	
1.2.3.1.1.03	MOVEIS E UTENSILIOS	43.570,00						43.570,00	
1.2.3.1.1.03.03	MOBILIARIO EM GERAL (P)	36.443,00						36.443,00	
1.2.3.1.1.03.04	UTENSILIOS EM GERAL (P)	7.127,00						7.127,00	
1.2.3.1.1.99	DEMAIS BENS MOVEIS	7.053,00						7.053,00	
1.2.3.1.1.99.99	OUTROS BENS MOVEIS (P)	7.053,00						7.053,00	
	Total de Grupo:	**71.978,00**						**71.978,00**	

Emissão: 02/05/2017 11:44:37 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDO DE PREV DOS SERVIDORES MUN DE PARECIS
CNPJ: 24.734.238/0001.09
AV MATO GROSSO - 0000000 - Centro
Telefone (065)3382-1168

Balancete De Verificação Do Sistema Patrimonial
Plano PCASP-MT
Atributo: Todos

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
1.2.3.2	BENS IMOVEIS	1.348.249,25						1.348.249,25	
1.2.3.2.1	BENS IMOVEIS - CONSOLIDACAO	1.348.249,25						1.348.249,25	
1.2.3.2.1.01	BENS DE USO ESPECIAL	179.872,25						179.872,25	
1.2.3.2.1.01.03	EDIFICIOS (P)	179.872,25						179.872,25	
1.2.3.2.1.04	BENS DOMINICAIS	1.168.377,00						1.168.377,00	
1.2.3.2.1.04.13	TERRENOS (P)	1.168.377,00						1.168.377,00	
	Total de Grupo:	**1.348.249,25**						**1.348.249,25**	

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
1.2.3.8	(-) DEPRECIACAO, EXAUSTAO E AMORTIZACAO ACUMULADAS		43.507,47			1.760,47	5.315,55		48.823,02
1.2.3.8.1	(-) DEPRECIACAO, EXAUSTAO E AMORTIZACAO ACUMULADAS - CO		43.507,47			1.760,47	5.315,55		48.823,02
1.2.3.8.1.01	(-) DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS MOVEIS		16.300,11			626,83	1.914,63		18.214,74
1.2.3.8.1.01.02	(-) DEPRECIACAO ACUMULADA DE BENS DE INFORMATICA (P)		6.548,23			272,31	816,93		7.365,16
1.2.3.8.1.01.03	(-) DEPRECIACAO ACUMULADA DE MOVEIS E UTENSILIOS (P)		8.359,47			299,06	897,18		9.256,65
1.2.3.8.1.01.99	(-) DEPRECIACAO ACUMULADA DE DEMAIS BENS MOVEIS (P)		1.392,41			55,46	200,52		1.592,93
1.2.3.8.1.02	(-) DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS IMOVEIS		27.207,36			1.133,64	3.400,92		30.608,28
1.2.3.8.1.02.99	(-) DEPRECIACAO ACUMULADA DE DEMAIS BENS IMOVEIS (P)		27.207,36			1.133,64	3.400,92		30.608,28
	Total de Grupo:		**43.507,47**			**1.760,47**	**5.315,55**		**48.823,02**

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
2	PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO		134.656.167,65	1.092.787,04	2.954.867,76	3.203.422,83	8.586.517,43		140.287.817,32
2.1	PASSIVO CIRCULANTE		58.963,82	608.672,61	1.638.664,85	583.471,40	1.608.553,63		28.852,60
2.1.1	OBRIGACOES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E ASSISTENCIAIS			436.836,38	1.233.538,12	439.196,04	1.235.897,78		2.359,66
2.1.1.1	PESSOAL A PAGAR			36.184,53	128.074,81	36.184,53	128.074,81		
2.1.1.1.1	PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDACAO			36.184,53	128.074,81	36.184,53	128.074,81		
2.1.1.1.1.01	PESSOAL A PAGAR			36.184,53	128.074,81	36.184,53	128.074,81		
2.1.1.1.1.01.01	SALARIOS, REMUNERACOES E BENEFICIOS			36.184,53	128.074,81	36.184,53	128.074,81		
2.1.1.1.1.01.01.01	SALARIOS, REMUNERACOES E BENEFICIOS (F)			36.184,53	128.074,81	36.184,53	128.074,81		
	Total de Grupo:			**36.184,53**	**128.074,81**	**36.184,53**	**128.074,81**		

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
2.1.1.2	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR			400.651,85	1.105.463,31	403.011,51	1.107.822,97		2.359,66
2.1.1.2.1	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR - CONSOLIDACAO			400.651,85	1.105.463,31	403.011,51	1.107.822,97		2.359,66
2.1.1.2.1.01	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR			400.651,85	1.105.463,31	403.011,51	1.107.822,97		2.359,66
2.1.1.2.1.01.01	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR (F)			400.651,85	1.105.463,31	403.011,51	1.107.822,97		2.359,66

Emissão: 02/05/2017 11:44:37 Página 2

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDO DE PREV DOS SERVIDORES MUN DE PARECIS
CNPJ: 24.734.238/0001.09
AV MATO GROSSO - 0000000 - Centro
Telefone (065)3382-1168

Balancete De Verificação Do Sistema Patrimonial
Plano PCASP-MT
Atributo: Todos

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
	Total de Grupo:			**400.651,85**	**1.105.463,31**	**403.011,51**	**1.107.822,97**		**2.359,66**
Código	**Contas**	**Saldos Exercício Anterior**		**Movimento à Débito**		**Movimento à Crédito**		**Saldos Atuais**	
		Débito	**Crédito**	**No Mês**	**Até o Mês**	**No Mês**	**Até o Mês**	**Débitos**	**Créditos**
2.1.3	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO			15.391,50	30.877,56	15.923,39	31.409,45		531,89
2.1.3.1	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO			15.391,50	30.877,56	15.923,39	31.409,45		531,89
2.1.3.1.1	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO			15.391,50	30.877,56	15.923,39	31.409,45		531,89
2.1.3.1.1.01	FORNECEDORES NACIONAIS			15.391,50	30.877,56	15.923,39	31.409,45		531,89
2.1.3.1.1.01.01	FORNECEDORES NAO FINANCIADOS A PAGAR			15.391,50	30.877,56	15.923,39	31.409,45		531,89
2.1.3.1.1.01.01.01	FORNECEDORES NAO FINANCIADOS A PAGAR (F)			15.391,50	30.877,56	15.923,39	31.409,45		531,89
	Total de Grupo:			**15.391,50**	**30.877,56**	**15.923,39**	**31.409,45**		**531,89**
Código	**Contas**	**Saldos Exercício Anterior**		**Movimento à Débito**		**Movimento à Crédito**		**Saldos Atuais**	
		Débito	**Crédito**	**No Mês**	**Até o Mês**	**No Mês**	**Até o Mês**	**Débitos**	**Créditos**
2.1.4	OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO		36.186,92	27.234,53	79.767,05	27.234,53	43.580,13		
2.1.4.1	OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIAO		36.186,92	27.234,53	79.767,05	27.234,53	43.580,13		
2.1.4.1.1	OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIAO - CONSOLID		36.186,92	27.234,53	79.767,05	27.234,53	43.580,13		
2.1.4.1.1.11	PIS/PASEP A RECOLHER		36.186,92	27.234,53	79.767,05	27.234,53	43.580,13		
2.1.4.1.1.11.01	PIS/PASEP A RECOLHER (F)		36.186,92	27.234,53	79.767,05	27.234,53	43.580,13		
	Total de Grupo:		**36.186,92**	**27.234,53**	**79.767,05**	**27.234,53**	**43.580,13**		
Código	**Contas**	**Saldos Exercício Anterior**		**Movimento à Débito**		**Movimento à Crédito**		**Saldos Atuais**	
		Débito	**Crédito**	**No Mês**	**Até o Mês**	**No Mês**	**Até o Mês**	**Débitos**	**Créditos**
2.1.8	DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO		22.776,90	129.210,20	294.482,12	101.117,44	297.666,27		25.961,05
2.1.8.8	VALORES RESTITUIVEIS		22.776,90	129.210,20	294.482,12	101.117,44	297.666,27		25.961,05
2.1.8.8.2	VALORES RESTITUIVEIS - INTRA OFSS		22.776,90	129.210,20	294.482,12	101.117,44	297.666,27		25.961,05
2.1.8.8.2.01	CONSIGNACOES - INTRA OFSS		22.776,90	129.210,20	294.482,12	101.117,44	297.666,27		25.961,05
2.1.8.8.2.01.01	RPPS - RETENCOES - INTRA OFSS (F)			5.864,09	14.768,87	5.864,09	14.768,87		
2.1.8.8.2.01.03	ENCARGOS SOCIAIS - OUTRAS ENTIDADES - INTRA OFSS (F)			1.001,41	2.308,37	1.236,00	3.544,37		1.236,00
2.1.8.8.2.01.04	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - INTRA OFSS		156,97	57.852,01	88.106,62	27.974,28	87.959,40		9,75
2.1.8.8.2.01.99	OUTROS CONSIGNATARIOS - INTRA OFSS (F)		22.619,93	64.492,69	189.298,26	66.043,07	191.393,63		24.715,30
	Total de Grupo:		**22.776,90**	**129.210,20**	**294.482,12**	**101.117,44**	**297.666,27**		**25.961,05**
Código	**Contas**	**Saldos Exercício Anterior**		**Movimento à Débito**		**Movimento à Crédito**		**Saldos Atuais**	
		Débito	**Crédito**	**No Mês**	**Até o Mês**	**No Mês**	**Até o Mês**	**Débitos**	**Créditos**
2.2	PASSIVO NAO-CIRCULANTE		111.056.386,73						111.056.386,73
2.2.7	PROVISOES A LONGO PRAZO		111.056.386,73						111.056.386,73
2.2.7.2	PROVISOES MATEMATICAS PREVIDENCIARIAS A LONGO PRAZO		111.056.386,73						111.056.386,73

Emissão: 02/05/2017 11:44:37 Página 3

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDO DE PREV DOS SERVIDORES MUN DE PARECIS
CNPJ: 24.734.238/0001.09
AV MATO GROSSO - 0000000 - Centro
Telefone (065)3382-1168

Balancete De Verificação Do Sistema Patrimonial
Plano PCASP-MT
Atributo: Todos

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
2.2.7.2.1	PROVISOES MATEMATICAS PREVIDENCIARIAS A LONGO PRAZO -		111.056.386,73						111.056.386,73
2.2.7.2.1.03	PLANO PREVIDENCIARIO - PROVISOES DE BENEFICIOS CONCEDID		33.971.733,71						33.971.733,71
2.2.7.2.1.03.01	APOSENTADORIAS/PENSOES/OUTROS BENEFICIOS CONCEDIDOS		33.971.733,71						33.971.733,71
2.2.7.2.1.04	PLANO PREVIDENCIARIO - PROVISOES DE BENEFICIOS A CONCED		104.416.238,72						104.416.238,72
2.2.7.2.1.04.01	APOSENTADORIAS/PENSOES/OUTROS BENEFICIOS A CONCEDER		104.416.238,72						104.416.238,72
2.2.7.2.1.05	PLANO PREVIDENCIARIO - PLANO DE AMORTIZACAO	27.331.585,70						27.331.585,70	
2.2.7.2.1.05.98	(-) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZACAO (P)	27.331.585,70						27.331.585,70	
	Total de Grupo:	**27.331.585,70**	**138.387.972,43**					**27.331.585,70**	**138.387.972,43**

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
2.3	PATRIMONIO LIQUIDO		23.540.817,10	484.114,43	1.316.202,91	2.619.951,43	6.977.963,80		29.202.577,99
2.3.7	RESULTADOS ACUMULADOS		23.540.817,10	484.114,43	1.316.202,91	2.619.951,43	6.977.963,80		29.202.577,99
2.3.7.1	SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS		23.540.817,10	484.114,43	1.316.202,91	2.619.951,43	6.977.963,80		29.202.577,99
2.3.7.1.1	SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDACAO		23.167.412,63	484.114,43	1.316.202,91	2.619.951,43	6.977.963,80		28.829.173,52
2.3.7.1.1.01	SUPERAVITS OU DEFICITS DO EXERCICIO			484.114,43	1.316.202,91	2.619.951,43	6.977.963,80		5.661.760,89
2.3.7.1.1.02	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES		23.167.412,63						23.167.412,63
	Total de Grupo:		**23.167.412,63**	**484.114,43**	**1.316.202,91**	**2.619.951,43**	**6.977.963,80**		**28.829.173,52**

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
2.3.7.1.2	SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS - INTRA OFSS		607.391,71						607.391,71
2.3.7.1.2.02	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES		607.391,71						607.391,71
	Total de Grupo:		**607.391,71**						**607.391,71**

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
2.3.7.1.3	SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - UNIAO	233.987,24						233.987,24	
2.3.7.1.3.02	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES	233.987,24						233.987,24	
	Total de Grupo:	**233.987,24**						**233.987,24**	

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
3	VARIACAO PATRIMONIAL DIMINUTIVA			484.114,43	1.316.202,91	484.114,43	1.316.202,91		
3.1	PESSOAL E ENCARGOS			40.533,28	135.311,06	40.533,28	135.311,06		
3.1.1	REMUNERACAO A PESSOAL			36.184,53	128.074,81	36.184,53	128.074,81		
3.1.1.1	REMUNERACAO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPF			24.948,02	93.616,34	24.948,02	93.616,34		
3.1.1.1.1	REMUNERACAO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPF			24.948,02	93.616,34	24.948,02	93.616,34		

Emissão: 02/05/2017 11:44:37 Página 4

Homologado



ESTADO DE MATO GROSSO

FUNDO DE PREV DOS SERVIDORES MUN DE PARECIS

CNPJ: 24.734.238/0001.09

AV MATO GROSSO - 0000000 - Centro

Telefone (065)3382-1168

Balancete De Verificação Do Sistema Patrimonial

Plano PCASP-MT

Atributo: Todos

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
3.1.1.1.1.01	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RPPS			24.948,02	93.616,34	24.948,02	93.616,34		
3.1.1.1.1.01.01	VENCIMENTOS E SALARIOS			21.615,10	59.283,65	21.615,10	59.283,65		
3.1.1.1.1.01.21	FERIAS VENCIDAS E PROPORCIONAIS			2.666,34	27.466,16	2.666,34	27.466,16		
3.1.1.1.1.01.23	FERIAS - ABONO PECUNIARIO			666,58	6.866,53	666,58	6.866,53		
	Total de Grupo:			**24.948,02**	**93.616,34**	**24.948,02**	**93.616,34**		
Código	**Contas**	**Saldos Exercício Anterior**		**Movimento à Débito**		**Movimento à Crédito**		**Saldos Atuais**	
		Débito	**Crédito**	**No Mês**	**Até o Mês**	**No Mês**	**Até o Mês**	**Débitos**	**Créditos**
3.1.1.2	REMUNERACAO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RGF			11.236,51	34.458,47	11.236,51	34.458,47		
3.1.1.2.1	REMUNERACAO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RGI			11.236,51	34.458,47	11.236,51	34.458,47		
3.1.1.2.1.01	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RGPS			11.236,51	34.458,47	11.236,51	34.458,47		
3.1.1.2.1.01.01	VENCIMENTOS E SALARIOS			11.236,51	29.268,56	11.236,51	29.268,56		
3.1.1.2.1.01.21	FERIAS VENCIDAS E PROPORCIONAIS				4.151,93		4.151,93		
3.1.1.2.1.01.23	FERIAS - ABONO PECUNIARIO				1.037,98		1.037,98		
	Total de Grupo:			**11.236,51**	**34.458,47**	**11.236,51**	**34.458,47**		
Código	**Contas**	**Saldos Exercício Anterior**		**Movimento à Débito**		**Movimento à Crédito**		**Saldos Atuais**	
		Débito	**Crédito**	**No Mês**	**Até o Mês**	**No Mês**	**Até o Mês**	**Débitos**	**Créditos**
3.1.2	ENCARGOS PATRONAIS			4.348,75	7.236,25	4.348,75	7.236,25		
3.1.2.2	ENCARGOS PATRONAIS - RGPS			4.348,75	7.236,25	4.348,75	7.236,25		
3.1.2.2.1	ENCARGOS PATRONAIS - RGPS - CONSOLIDACAO			4.348,75	7.236,25	4.348,75	7.236,25		
3.1.2.2.1.01	CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - INSS			4.348,75	7.236,25	4.348,75	7.236,25		
	Total de Grupo:			**4.348,75**	**7.236,25**	**4.348,75**	**7.236,25**		
Código	**Contas**	**Saldos Exercício Anterior**		**Movimento à Débito**		**Movimento à Crédito**		**Saldos Atuais**	
		Débito	**Crédito**	**No Mês**	**Até o Mês**	**No Mês**	**Até o Mês**	**Débitos**	**Créditos**
3.2	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS			398.662,76	1.100.586,72	398.662,76	1.100.586,72		
3.2.1	APOSENTADORIAS E REFORMAS			241.869,28	715.736,48	241.869,28	715.736,48		
3.2.1.1	APOSENTADORIAS - RPPS			241.869,28	715.736,48	241.869,28	715.736,48		
3.2.1.1.1	APOSENTADORIAS - RPPS - CONSOLIDACAO			241.869,28	715.736,48	241.869,28	715.736,48		
3.2.1.1.1.01	PROVENTOS - PESSOAL CIVIL			241.869,28	715.736,48	241.869,28	715.736,48		
3.2.1.1.1.01.01	APOSENTADORIAS POR TEMPO DE CONTRIBUICAO			241.869,28	715.736,48	241.869,28	715.736,48		
	Total de Grupo:			**241.869,28**	**715.736,48**	**241.869,28**	**715.736,48**		
Código	**Contas**	**Saldos Exercício Anterior**		**Movimento à Débito**		**Movimento à Crédito**		**Saldos Atuais**	
		Débito	**Crédito**	**No Mês**	**Até o Mês**	**No Mês**	**Até o Mês**	**Débitos**	**Créditos**
3.2.2	PENSOES			81.803,03	245.409,09	81.803,03	245.409,09		
3.2.2.1	PENSOES - RPPS			81.803,03	245.409,09	81.803,03	245.409,09		

Emissão: 02/05/2017 11:44:37 Página 5

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDO DE PREV DOS SERVIDORES MUN DE PARECIS
CNPJ: 24.734.238/0001.09
AV MATO GROSSO - 0000000 - Centro
Telefone (065)3382-1168

Balancete De Verificação Do Sistema Patrimonial
Plano PCASP-MT
Atributo: Todos

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
3.2.2.1.1	PENSOES - RPPS - CONSOLIDACAO			81.803,03	245.409,09	81.803,03	245.409,09		
3.2.2.1.1.01	PROVENTOS DE PENSOES			81.803,03	245.409,09	81.803,03	245.409,09		
	Total de Grupo:			**81.803,03**	**245.409,09**	**81.803,03**	**245.409,09**		
Código	**Contas**	**Saldos Exercício Anterior**		**Movimento à Débito**		**Movimento à Crédito**		**Saldos Atuais**	
		Débito	**Crédito**	**No Mês**	**Até o Mês**	**No Mês**	**Até o Mês**	**Débitos**	**Créditos**
3.2.9	OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS			74.990,45	139.441,15	74.990,45	139.441,15		
3.2.9.1	OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS - RPPS			69.307,08	128.492,10	69.307,08	128.492,10		
3.2.9.1.1	OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS - RPPS - CONSOLIDACAO			69.307,08	128.492,10	69.307,08	128.492,10		
3.2.9.1.1.10	AUXILIO-DOENCA			62.134,15	115.617,33	62.134,15	115.617,33		
3.2.9.1.1.11	SALARIO MATERNIDADE			7.172,93	12.874,77	7.172,93	12.874,77		
	Total de Grupo:			**69.307,08**	**128.492,10**	**69.307,08**	**128.492,10**		
Código	**Contas**	**Saldos Exercício Anterior**		**Movimento à Débito**		**Movimento à Crédito**		**Saldos Atuais**	
		Débito	**Crédito**	**No Mês**	**Até o Mês**	**No Mês**	**Até o Mês**	**Débitos**	**Créditos**
3.2.9.9	OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS			5.683,37	10.949,05	5.683,37	10.949,05		
3.2.9.9.1	OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS - CONS			5.683,37	10.949,05	5.683,37	10.949,05		
	Total de Grupo:			**5.683,37**	**10.949,05**	**5.683,37**	**10.949,05**		
Código	**Contas**	**Saldos Exercício Anterior**		**Movimento à Débito**		**Movimento à Crédito**		**Saldos Atuais**	
		Débito	**Crédito**	**No Mês**	**Até o Mês**	**No Mês**	**Até o Mês**	**Débitos**	**Créditos**
3.3	USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO			17.683,86	36.725,00	17.683,86	36.725,00		
3.3.1	USO DE MATERIAL DE CONSUMO			1.735,11	1.735,11	1.735,11	1.735,11		
3.3.1.1	CONSUMO DE MATERIAL			1.735,11	1.735,11	1.735,11	1.735,11		
3.3.1.1.1	CONSUMO DE MATERIAL - CONSOLIDACAO			1.735,11	1.735,11	1.735,11	1.735,11		
3.3.1.1.1.21	MATERIAL DE COPA E COZINHA			903,11	903,11	903,11	903,11		
3.3.1.1.1.26	MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO			680,00	680,00	680,00	680,00		
3.3.1.1.1.99	OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO			152,00	152,00	152,00	152,00		
	Total de Grupo:			**1.735,11**	**1.735,11**	**1.735,11**	**1.735,11**		
Código	**Contas**	**Saldos Exercício Anterior**		**Movimento à Débito**		**Movimento à Crédito**		**Saldos Atuais**	
		Débito	**Crédito**	**No Mês**	**Até o Mês**	**No Mês**	**Até o Mês**	**Débitos**	**Créditos**
3.3.2	SERVICOS			14.188,28	29.674,34	14.188,28	29.674,34		
3.3.2.2	SERVICOS TERCEIROS - PF			718,01	1.439,86	718,01	1.439,86		
3.3.2.2.1	SERVICOS TERCEIROS - PF - CONSOLIDACAO			718,01	1.439,86	718,01	1.439,86		
3.3.2.2.1.08	LIMPEZA E CONSERVACAO			718,01	1.439,86	718,01	1.439,86		
	Total de Grupo:			**718,01**	**1.439,86**	**718,01**	**1.439,86**		

ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDO DE PREV DOS SERVIDORES MUN DE PARECIS
CNPJ: 24.734.238/0001.09
AV MATO GROSSO - 0000000 - Centro
Telefone (065)3382-1168

Balancete De Verificação Do Sistema Patrimonial
Plano PCASP-MT
Atributo: Todos

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
3.3.2.3	SERVICOS TERCEIROS - PJ			13.470,27	28.234,48	13.470,27	28.234,48		
3.3.2.3.1	SERVICOS TERCEIROS - PJ - CONSOLIDACAO			13.470,27	28.234,48	13.470,27	28.234,48		
3.3.2.3.1.01	CONSULTORIA E ASSESSORIA			2.394,00	4.788,00	2.394,00	4.788,00		
3.3.2.3.1.02	PERICIAS			1.950,00	3.600,00	1.950,00	3.600,00		
3.3.2.3.1.05	PUBLICIDADE			400,00	400,00	400,00	400,00		
3.3.2.3.1.05.99	OUTROS SERVICOS DE PUBLICIDADE			400,00	400,00	400,00	400,00		
3.3.2.3.1.08	SERVICOS DE AGUA E ESGOTO, ENERGIA ELETRICA, GAS E OUTR			863,17	2.320,10	863,17	2.320,10		
3.3.2.3.1.10	LOCACOES			5.433,80	13.360,93	5.433,80	13.360,93		
3.3.2.3.1.46	SERVICOS GRAFICOS E EDITORIAIS			1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00		
3.3.2.3.1.99	OUTROS SERVICOS TERCEIROS - PJ			1.229,30	2.565,45	1.229,30	2.565,45		
	Total de Grupo:			**13.470,27**	**28.234,48**	**13.470,27**	**28.234,48**		

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
3.3.3	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO			1.760,47	5.315,55	1.760,47	5.315,55		
3.3.3.1	DEPRECIACAO			1.760,47	5.315,55	1.760,47	5.315,55		
3.3.3.1.1	DEPRECIACAO - CONSOLIDACAO			1.760,47	5.315,55	1.760,47	5.315,55		
3.3.3.1.1.01	DEPRECIACAO DE IMOBILIZADO			1.760,47	5.315,55	1.760,47	5.315,55		
3.3.3.1.1.01.01	DEPRECIACAO DE BENS MOVEIS			626,83	1.914,63	626,83	1.914,63		
3.3.3.1.1.01.02	DEPRECIACAO DE BENS IMOVEIS			1.133,64	3.400,92	1.133,64	3.400,92		
	Total de Grupo:			**1.760,47**	**5.315,55**	**1.760,47**	**5.315,55**		

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
3.7	TRIBUTARIAS			27.234,53	43.580,13	27.234,53	43.580,13		
3.7.2	CONTRIBUICOES			27.234,53	43.580,13	27.234,53	43.580,13		
3.7.2.1	CONTRIBUICOES SOCIAIS			27.234,53	43.580,13	27.234,53	43.580,13		
3.7.2.1.1	CONTRIBUICOES SOCIAIS - CONSOLIDACAO			27.234,53	43.580,13	27.234,53	43.580,13		
3.7.2.1.1.02	PIS/PASEP			27.234,53	43.580,13	27.234,53	43.580,13		
	Total de Grupo:			**27.234,53**	**43.580,13**	**27.234,53**	**43.580,13**		

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
4	VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA			2.619.951,43	6.977.963,80	2.619.951,43	6.977.963,80		
4.2	CONTRIBUICOES			1.003.043,16	1.994.877,19	1.003.043,16	1.994.877,19		
4.2.1	CONTRIBUICOES SOCIAIS			1.003.043,16	1.994.877,19	1.003.043,16	1.994.877,19		
4.2.1.1	CONTRIBUICOES SOCIAIS - RPPS			1.003.043,16	1.994.877,19	1.003.043,16	1.994.877,19		
4.2.1.1.1	CONTRIBUICOES SOCIAIS - RPPS - CONSOLIDACAO			1.003.043,16	1.994.877,19	1.003.043,16	1.994.877,19		

Emissão: 02/05/2017 11:44:37 Página 7

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDO DE PREV DOS SERVIDORES MUN DE PARECIS
CNPJ: 24.734.238/0001.09
AV MATO GROSSO - 0000000 - Centro
Telefone (065)3382-1168

Balancete De Verificação Do Sistema Patrimonial
Plano PCASP-MT
Atributo: Todos

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
4.2.1.1.1.01	CONTRIBUICOES PATRONAIS AO RPPS			592.068,97	1.179.396,33	592.068,97	1.179.396,33		
4.2.1.1.1.01.01	CONTRIBUICAO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO - RPPS			592.068,97	1.179.396,33	592.068,97	1.179.396,33		
4.2.1.1.1.02	CONTRIBUICAO DO SEGURADO AO RPPS			319.532,75	633.330,30	319.532,75	633.330,30		
4.2.1.1.1.02.01	CONTRIBUICAO DO SERVIDOR - RPPS			316.298,74	623.628,27	316.298,74	623.628,27		
4.2.1.1.1.02.02	CONTRIBUICAO DO APOSENTADO - RPPS			3.100,21	9.300,63	3.100,21	9.300,63		
4.2.1.1.1.02.03	CONTRIBUICAO DE PENSIONISTA - RPPS			133,80	401,40	133,80	401,40		
4.2.1.1.1.03	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA PARA AMORTIZACAO DO DEFICI			91.441,44	182.150,56	91.441,44	182.150,56		
	Total de Grupo:			**1.003.043,16**	**1.994.877,19**	**1.003.043,16**	**1.994.877,19**		

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
4.4	VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS			1.616.908,27	4.983.056,61	1.616.908,27	4.983.056,61		
4.4.5	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS E APLICACOES FINAI			1.616.908,27	4.983.056,61	1.616.908,27	4.983.056,61		
4.4.5.1	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS			1.616.908,27	4.983.056,61	1.616.908,27	4.983.056,61		
4.4.5.1.1	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS - CONSOLIDACAO			1.616.908,27	4.983.056,61	1.616.908,27	4.983.056,61		
	Total de Grupo:			**1.616.908,27**	**4.983.056,61**	**1.616.908,27**	**4.983.056,61**		

Código	Contas	Saldos Exercício Anterior		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
4.5	TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS				30,00		30,00		
4.5.7	EXECUCAO ORCAMENTARIA DELEGADA				30,00		30,00		
4.5.7.2	EXECUCAO ORCAMENTARIA DELEGADA DE CONSORCIOS				30,00		30,00		
4.5.7.2.1	EXECUCAO ORCAMENTARIA DELEGADA DE CONSORCIOS - CONS				30,00		30,00		
4.5.7.2.1.06	INDENIZACOES E RESTITUICOES				30,00		30,00		
	Total de Grupo:				**30,00**		**30,00**		
	Total Geral:	**162.265.248,06**	**162.265.248,06**	**9.433.892,21**	**27.147.923,82**	**9.433.892,21**	**27.147.923,82**	**167.902.213,28**	**167.902.213,28**

Emissão: 02/05/2017 11:44:37 Página 8

Homologado

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 466, DE 28 DE ABRIL DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59 da Lei Orgânica do Município;

Considerando o Memorando nº 064/2017, datado de 21 de março de 2017, proveniente da Secretaria Municipal de Administração;

RESOLVE

1. NOMEAR, o Senhor **JOÃO RICARDO DA COSTA BISPO,** CPF nº 000. 130.851-31, Matrícula Funcional nº 3080, para ocupar Interinamente o cargo de **Secretário Municipal de Cultura e Turismo,** em caráter interino, pelo período de 90 dias a partir de 02 de maio de 2017, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 28 dias do mês de março de 2017.

***RAFAEL MACHADO* Prefeito Municipal**

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSE BARBOSA

Secretário Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 057_2017 - PAULO ROBERTO HERIBERTH CAMARGO BUSTO ME - HOSPEDAGEM

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 057/2017

PREGÃO: N° 023/2017– REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

FORNECEDOR: PAULO ROBERTO HERIBERTH CAMARGO BUSTO ME

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa do ramo de hotelaria para hospedagem no Distrito Marechal Rondon.

Os preços, as quantidades e a especificação do item registrado nesta Ata encontram-se indicados na tabela abaixo:

Item	Cód. Item	Unid.	Quant.	Descrição	Valor Unit.	Valor Total
7	38556	UNID.	120	HOSPEDAGEM EM APARTAMENTO SOLTEIRO COM AR CONDICIONADO, TV COLORIDA, FRIGOBAR, BANHEIRO PRIVATIVO, INCLUSO CAFÉ DA MANHÃ. DISTRITO MARECHAL RONDON/MT.DIÁRIA	65,00	7.800,00

Totalizando o valor de R$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais)

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
PUBLICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, CNPJ nº24.772.287/0001-36**,** torna público que requereu junto a SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente, a Licença Previa e Licença de Instalação (LP) e(LI), referente a Conservação de Pavimento com Lama Asfáltica em diversas Ruas do município de Campo Novo do Parecis/MT.

Patricia Thiemann

Chefe de divisão do Meio Ambiente

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
PUBLICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, CNPJ nº24.772.287/0001-36**,** torna público que requereu junto a SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente, a Licença Previa e Licença de Instalação (LP) e (LI), para Secretaria de Obras com Lava Jato, Oficina e Ponto de Abastecimento, localizado na Avenida Mato Grosso – Quadra 21 A – Lote 01 Centro de Campo Novo do Parecis/MT.

Patricia Thiemann

Chefe de divisão do Meio Ambiente

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 020/2017

Partes: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis X NUTRICENTER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS NUTRICIONAIS E HOSPITALARES LTDA – ME ***Objeto:*** A aquisição de insumos (leites, dietas líquidas, suplementos e sondas) para atendimento de Liminares Judiciais, para atender a Secretaria Municipal de Saúde do município de Campo Novo do Parecis, estado de Mato Grosso.

Dotação Orçamentária:

Órgão: 10 Secretaria Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 10.002 Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 Saúde

Sub Função: 301 Atenção Básica

Programa: 0006 Campo Novo Mais Saúde

Projeto/Atividade: 2098 Atendimentos de Saúde à Criança e ao Adolescente

Natureza da Despesa: 3.3.90.32 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita

Desdobramento: 03 Material Destinado a Assistência Social

Fonte de Recurso: 10200 Receitas de Impostos e Transferência de Impostos Saúde

Reduzido: 667

Valor: R$ 106.780,00

Prazo: 12 (doze) meses

Data: 28/04/2017

Procedimento Licitatório: adesão ao Pregão Eletrônico nº 051/2016, Registro de Preço Eletrônico nº 127/2016, Ata de Registro de Preços nº 343/2016 de Sinop/MT

Secretaria: Saúde

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE EDITAL PP 051-2017

AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO RP 051/2017

ABERTURA: 29 de maio de 2017.

CREDENCIAMENTO: a partir das **08:00h.**

INÍCIO DA SESSÃO: 29 de maio de 2017 às 08:00 horas.

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção corretiva e/ou preventiva, a serem realizadas em refrigerador, freezer e bebedouro, instalados nas Unidades Administrativas do município, com fornecimento e reposição de componentes e/ou peças originais**.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: Sala de Licitações do Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, ou pelo telefone 65 3382 5147 / 5157, o edital na integra poderá ser retirado pelo site: www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 02 de maio de 2017**.**

Leandro Nery Varaschin Pregoeiro

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
REQUERIMENTO SEMA

PUBLICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, CNPJ nº24.772.287/0001-36**,** torna público que requereu junto a SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente, a Licença Previa e Licença de Instalação (LP) e (LI), para Secretaria de Obras com Lava Jato, Oficina e Ponto de Abastecimento, localizado na Avenida Mato Grosso – Quadra 21 A – Lote 01 Centro de Campo Novo do Parecis/MT.

Patricia Thiemann

Chefe de divisão do Meio Ambiente

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
REQUERIMENTO SEMA

PUBLICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, CNPJ nº24.772.287/0001-36**,** torna público que requereu junto a SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente, a Licença Previa e Licença de Instalação (LP) e(LI), referente a Conservação de Pavimento com Lama Asfáltica em diversas Ruas do município de Campo Novo do Parecis/MT.

Patricia Thiemann

Chefe de divisão do Meio Ambiente

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

DEPARTAMENTO JURÍDICO
LEI Nº. 2.269, DE 02 DE MAIO DE 2017.

DISPÕE SOBRE O FORNECIMENTO AOS PACIENTES, FAMILIARES E RESPONSÁVEIS LEGAIS DOS PRONTUÁRIOS MÉDICOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE – MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - O fornecimento aos pacientes dos prontuários médicos é um direito garantido na forma desta legislação.

Art. 2º - Para efeito desta Lei, considera-se prontuário médico o conjunto de documentos padronizados e ordenados, que registram procedimentos, exames, condições físicas, medicamentos ministrados e demais informações do paciente em ordem cronológica com data, hora, assinatura e número de registro do médico no Conselho Regional de Medicina.

Art.3º - Ficam obrigadas as instituições de atendimento à saúde, públicas ou privadas, sediadas no âmbito do município de Campo Verde – MT, a fornecerem, quando requerido pelo paciente, familiar ou representante devidamente constituído, o acesso aos prontuários médicos.

§ 1º – O requerimento das cópias dos prontuários médicos deverá ser feito por escrito, mediante recibo.

§ 2º- Fica expressamente proibida a cobrança de qualquer valor para a emissão de cópias dos prontuários de atendimento médico.

Art. 4º- Quando da impossibilidade física ou mental do paciente, ou ainda no caso de falecimento, os familiares ou responsáveis legais poderão requerer cópias dos prontuários médicos, nos termos do § 1º do artigo anterior.

Art. 5º- As instituições de atendimento à saúde ou profissional que não observados preceitos desta lei, negando ou dificultando o acesso aos prontuários médicos serão sancionados por ato do executivo a ser regulamentado, além das penalidades prevista no art. 72 da **Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.**

Parágrafo único – O ***prazo*** para a entrega das cópias do *prontuário médico* será de ***05*** (cinco) ***dias*** úteis contados a partir da data do protocolo do pedido.

Art. 6º- Está Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 02 de Maio de 2017.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: Sanciono a presente Lei, sem emenda e ressalvas.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume. Data Supra.

GILMAR ZITO PRATI

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO JURÍDICO
LEI Nº. 2.268, DE 02 DE MAIO DE 2017.

"DISPÕE SOBRE A DESTINAÇÃO DE NO MÍNIMO 10% (DEZ POR CENTO) PARA IDOSOS E 05% (CINCO POR CENTO) PARA DEFICIENTES DAS CASAS POPULARES PROMOVIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo obrigado a destinar, no mínimo, 10% (dez por cento) das casas populares promovidas pela Administração Pública para idosos e 05% (cinco por cento) para pessoas deficientes que sejam comprovadamente carentes.

§ 1º - Considera-se pessoa idosa aquela que tenha idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

§ 2º - Considera-se pessoa com deficiência aquela especificada no rol do art. 04º do Decreto Federal 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

§ 3º - A comprovação da deficiência se dará por meio de laudo médico, elaborado por profissional devidamente registrado no respectivo Conselho, o qual deverá conter a descrição da deficiência e o Código Internacional de Doenças (CID) correspondente à condição que caracteriza a deficiência.

§ 4º - Caso não haja os 10% (dez por cento) de pessoas idosas ou os 05% (cinco por cento) de pessoas deficientes que se enquadram nos requisitos básicos desta Lei, o saldo remanescente deverá ser destinado ao Programa de casas populares promovido pela Administração Pública Municipal.

Art. 2º - A pessoa idosa, deficiente ou os seus responsáveis deverão preencher um cadastro na Secretaria de Ação de Promoção Social do Município, devendo comprovar sua residência neste município, há no mínimo 01 (um) ano.

Art. 3º- As pessoas mencionadas no artigo anterior passarão por uma criteriosa avaliação pela Secretaria de Ação de Promoção Social do Município, onde se levará em consideração a renda familiar, o número de familiares que vivam sobre o mesmo teto, o tempo de residência neste município, sendo que os classificados pela Secretaria de Ação de Promoção Social do Município, estarão habilitados para serem contemplados pela presente Lei.

Parágrafo único – No caso de empate da avaliação mencionada, será o desempate feito segundo os critérios preestabelecidos pela Secretaria de Ação de Promoção Social do Município.

Art. 4º- A casa popular deverá ser documentada em nome da pessoa idosa ou portadora de deficiência, e não poderá ser transferida, locada, cedida, ou alienada pelo prazo de 10 (dez) anos, a contar da assinatura do contrato.

§ 1º - No caso da existência de mais de um idoso ou deficiente pela presente Lei na mesma família, será o imóvel documentado em nome do idoso ou pessoa portadora de deficiência com maior idade.

§ 2º - O descumprimento do caput deste artigo acarretará de pleno direito à rescisão do contrato, perdendo desde logo o beneficiário desta Lei, a posse do imóvel prometido.

Art. 5º- Em caso de morte do beneficiário, serão assegurados os direitos dos herdeiros e/ou sucessores, constante no Código Civil Brasileiro.

Art. 6º- O Executivo Municipal deverá editar normas complementares para o cumprimento da presente Lei, no prazo máximo de 15 dias contados da publicação da presente Lei, ou, obedecer às normas já existentes na Secretaria de Ação de Promoção Social do Municipal.

Art. 7º- Ficam assegurados os contratos firmados anteriores a esta Lei.

Art. 8º- Está Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 1.417/2008.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 02 de Maio de 2017.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: Sanciono a presente Lei, sem emenda e ressalvas.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume. Data Supra.

GILMAR ZITO PRATI

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 062/2017

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS HIDRÁULICOS DA LINHA PESADA – PREGÃO Nº 029/2017.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: A.S. MATIAS & CIA LTDA – ME, CNPJ 20.065.401/0001-37

DATA: 02/05/2017 - VIGÊNCIA: 12 MESES

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. /UND	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	MÃO DE OBRA DE SERVIÇO HIDRÁULICO PARA LINHA PESADA.	1.000 HORAS	R$ 200,00	R$ 200.000,00

Valor total da ata de registro de preço: R$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

Campo Verde, 02 de maio de 2017.

Gislene J. Lopes – CPL.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESULTADO DO PREGÃO 029/2017

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público o resultado do PREGÃO Nº 029/2017 - *Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada em mão de obra de serviços hidráulicos da linha pesada,* no qual a empresa A.S. MATIAS & CIA LTDA – ME, CNPJ 20.065.401/0001-37, sagrou-se vencedora com o valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais). Campo Verde, 02 de maio de 2017. Ana Carolina S. B. Blume – Pregoeira.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
ERRATA CONCORRÊNCIA 002/2017

ERRATA CONCORRÊNCIA 002/2017

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE CRECHE/PRÉ-ESCOLA NO BAIRRO JARDIM AMÉRICA.

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão Permanente de Licitação, vem através desta Esclarecer que:

Onde se lê**: na página 9 do edital**

6.4 O Envelope nº 2 – PROPOSTA DE PREÇOS deverá conter, obrigatoriamente, os itens abaixo:

2. O prazo de execução dos serviços, não superior a 300 (trezentos) dias, contados da expedição da Ordem de Início dos Serviços;

Leia sê:

6.4 O Envelope nº 2 – PROPOSTA DE PREÇOS deverá conter, obrigatoriamente, os itens abaixo:

2. O prazo de execução dos serviços, não superior a 360 (trezentos e sessenta) dias, contados da expedição da Ordem de Início dos Serviços;

Onde se lê**: na página 25 do edital**

6. PERÍODO DE EXECUÇÃO

O período para a execução da obra será pelo prazo de 300 dias.

Leia sê:

6. PERÍODO DE EXECUÇÃO

O período para a execução da obra será pelo prazo de 360 dias.

Onde se lê**: na página 16 do edital**

11.5 JULGAMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL

11.5.1 O Julgamento das propostas será realizado em conformidade com o disposto no inciso I, parágrafo 1º, do artigo 45 c/c artigo 48 da Lei n. 8. 666/93, sendo desclassificada a proposta que:

a) Apresentar valor global superior a R$ 2.013.173,69 (dois milhões treze mil cento e setenta e três reais e sessenta e nove centavos);

Leia sê:

11.5 JULGAMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL

11.5.1 O Julgamento das propostas será realizado em conformidade com o disposto no inciso I, parágrafo 1º, do artigo 45 c/c artigo 48 da Lei n. 8. 666/93, sendo desclassificada a proposta que:

a) Apresentar valor global superior a R$ 2.143.014,44 (dois milhões cento e quarenta e três mil quatorze reais e quarenta e quatro centavos);

Campo Verde, 02 de maio de 2017.

Ana Carolina S. Braga Blume

Presidente da CPL

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DAS PORTARIAS Nº 368 A 370 DE 2017.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 368/2017

PORTARIA Nº 368, DE 19 DE ABRIL DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES MUNICIPAIS.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 369/2017

PORTARIA Nº 369, DE 19 DE ABRIL DE 2017.

EXONERA A SENHORA VALDEVINA RAINHA DA SILVA DO CARGO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 370/2017

PORTARIA Nº 370, DE 19 DE ABRIL DE 2017.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA MUNICIPAL JEISSY KALLI PRATI DA SILVA PELO PERÍODO DE CENTO E VINTE DIAS.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RATIFICAÇÃO DA DISPENSA 007/2017

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna pública a adjudicação à instituição SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQ. EMPRESAS DO ESTADO DE MATO GROSSO – SEBRAE MT, CNPJ 03.534.450/0001-52, modalidade DISPENSA nº 007/2017 – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA ATENDER A SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO, NA EXECUÇÃO DA SEMANA NACIONAL DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI, processo nº 315/2017, com o valor R$ 8.000,00 (oito mil reais). Demais informações: E-mail: com-

pras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação em vigor. Campo Verde – MT, 02 de maio de 2017. Ana Carolina S. Braga Blume - Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 026, DE 27 DE ABRIL DE 2017.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 58, inciso XI, da Lei Orgânica Municipal (LOM*) e;*

***CONSIDERANDO** a classificação do (s) candidato (s) mencionado(s) no artigo primeiro desse edital no concurso público para preenchimento de vagas do quadro efetivo da administração pública municipal; regido pelo edital nº 001, de 01 de dezembro de 2016, homologado através do Decreto nº.*022, de 13 de março de 2017;

***CONSIDERANDO** a estrita observância à regra prevista no artigo 37, II da Constituição Federal;*

RESOLVE:

Art. 1º. Fica(m) convocado(s) o(s) candidato(s) aprovado/classificado(s) no Concurso Público 001/2016, de 01/12/2016, abaixo nominado(s), para comparecer (em) ao Departamento de Recursos Humanos dessa municipalidade, a fim de apresentar os documentos exigidos conforme o item 7. 4 do Edital nº 001/2016 para a efetiva nomeação.

CARGO	CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO
PREGOEIRO	MARCELO JOSÉ BATISTA DOS SANTOS LINO	1º

Art. 2º. Para tomar posse, o (a) candidato(a) deverá apresentar documentação no original e fotocópia autenticada em cartório, que comprove os requisitos exigidos no item 7.4 do edital 001/2016, a seguir elencados:

I- Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

II- Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts. 12 e 37, I da CF/88);

III- Certidão de Casamento ou Nascimento;

IV- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

V-Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

VI- Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

VII-Cartão do PIS/PASEP;

VIII-Comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem à posse;

IX- Título de Eleitor;

X-Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações criminais (com trânsito em julgado);

XI-Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse;

XII-Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional) expedido pela Junta Médica Oficial do Município;

XIII-. duas fotos 3x4, coloridas e recentes;

XIV-Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

XV- Certidão de Reservista, se do sexo masculino;

XVI- Comprovante de Escolaridade, através de histórico escolar, diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorre, devidamente registrado pelo MEC;

XVII- Declaração contendo endereço residencial;

XVIII-Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

XIX- Declaração de Bens;

XX-. Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função.

Parágrafo único. O(s) candidato(s) ora convocado (s) deverá(ão) submeter-se a exame médico admissional que será realizado por uma junta médica do município,na forma prevista no item 7.5 e seguintes do edital nº.001/2016.

Art. 3º. A inexatidão das afirmativas e/ou irregularidades na apresentação dos documentos exigidos no edital do certame, verificadas a qualquer tempo, acarretará na nulidade de pleno direito do ato de nomeação do(s) candidato(s) ora convocado (s).

Art. 4º Será considerado desistente e, portanto, eliminado do concurso público o(s) candidato(s) que não se apresentar a administração para a posse no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação desse edital.

Art. 5º A publicação do presente edital de convocação será tornada pública por meio da Imprensa Oficial do Município, considerada essa o Jornal da Associação dos Municípios Mato-grossenses (www.amm.org.br), sendo de responsabilidade do(s) candidato(s) o acompanhamento de tais publicações, na forma do item 9.10.1 do edital nº 001/2062.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 27 de abril de 2017.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

TERMO DE POSSE Nº. 028/2017

TERMO DE POSSE Nº. 028/2017

Na sede da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio, Estado do Mato Grosso, situada na Avenida Valdir Masutti, n°. 776W – Bom Jardim, apresentou-se o(a) Sr.(a) **MARIA APARECIDA EDUARDO** brasileiro(a), candidato(a) aprovado(a) no Concurso Público 001/2016 desta Prefeitura, portador(a) do RG nº. 000785154 SSP/RO e CPF sob nº. 676.734.902-00, residente e domiciliado(a) neste município, nomeado(a) pela Portaria nº. 233/2017 de 25/04/2017, no Departamento de Recursos Humanos, para tomar posse no cargo de **VIGIA,** sob Regime Estatutário de Trabalho, conforme Lei Municipal nº. 148/2001 de 19/04/2001, e suas alterações, aprovado pelo Legislativo, e sancionando pelo Executivo Municipal, assim comprometendo-se a desempenhar todos os seus deveres funcionais.

Termo que assina e declara no presente, pelo qual se compromete a bem desempenhar todas as funções inerentes ao cargo e, nos termos do Edital de nº. 001/2016 de 01/12/2016 do Concurso Público, homologado pelo Decreto nº. 022/2017 de 13/03/2017 e convocado pelo Edital de nº 016/2017 de 07/04/2017, declara e se compromete ainda a entregar os documentos abaixo relacionados, bem como a comprovar os seguintes requisitos:

a) Apresentar cópia da cédula de identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

b) Comprovar ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts. 12 e 37, I da CF/88);

c) Apresentar cópia da certidão de casamento ou nascimento;

d) Apresentar cópia da certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

e) Apresentar cópia da carteira de vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

f) Apresentar cópia do cartão de identificação do contribuinte (CPF);

g) Apresentar cópia do cartão do PIS/PASEP;

h) Apresentar cópia do comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem à posse;

i) Apresentar cópia do título de eleitor;

j) Apresentar certidão negativa fornecida pelo cartório distribuidor da comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações criminais (com trânsito em julgado);

k) Apresentar certidão negativa de débitos para com o município de posse;

l) Apresentar atestado de saúde física e mental (Pré-Admissional) expedido pela junta médica oficial do município;

m) Apresentar duas fotos 3x4, coloridas e recentes;

n) Apresentar cópia do registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

o) Apresentar cópia da certidão de reservista, se do sexo masculino;

p) Apresentar cópia do comprovante de escolaridade, através de histórico escolar, diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorreu, devidamente registrado pelo MEC;

q) Apresentar declaração contendo endereço residencial;

r) Apresentar declaração negativa de acúmulo de cargo público;

s) Apresentar declaração de bens;

t) Apresentar declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função.

A investidura no cargo/função fica consignada no presente Termo e, nada mais havendo o que contar, assino-o em duas vias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campos de Júlio, Estado do Mato Grosso, aos dois dias do mês de Maio de dois mil e dezessete.

JOSE ODIL DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

MARIA APARECIDA EDUARDO

EMPOSSADO (A)

PORTARIA Nº.236, DE 27 DE ABRIL DE 2017.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO *as disposições preconizadas no artigo 8º e do § 2º do artigo 17 do Estatuto dos Servidores Públicos, instituído pela Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008,*

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 2º e artigo 4º do edital de convocação nº. 025, de 27 de abril de 2017 e do edital do certame nº 001/2016;*

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a quinta candidata na ordem de classificação do certame regido pelo edital nº 001/2016, **CLAUDIANE RAMALHO ALBARRACIN** ao cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, para tomar posse no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da publicação da presente portaria.

Art. 2º A servidora deverá preencher todos os requisitos necessários a posse no prazo previsto no artigo primeiro, sob pena de ser tornado sem efeito o presente ato de nomeação, na forma do § 6º do artigo 27 do Estatuto dos Servidores Públicos de Campos de Júlio, instituído pela Lei Complementar nº 001, de 15 de julho de 2008.

Art. 3º. A inexatidão das afirmativas e/ou irregularidades na apresentação dos documentos exigidos no edital do certame, verificadas a qualquer tempo, acarretará na nulidade de pleno direito do ato de nomeação da candidata ora convocada.

Art. 4º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 27 de abril de 2017.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

PORTARIA Nº.235, DE 25 DE ABRIL DE 2017.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE VIGIA.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO *as disposições preconizadas no artigo 8º e do § 2º do artigo 17 do Estatuto dos Servidores Públicos, instituído pela Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008,*

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 2º e artigo 4º do edital de convocação nº. 016, de 7 de abril de 2017 e do edital do certame nº 001/2016;*

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o terceiro candidato na ordem de classificação do certame regido pelo edital nº 001/2016, **ADMILSON ALVES BRITO** ao cargo de provimento efetivo de Vigia, para tomar posse no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da publicação da presente portaria.

Art. 2º O servidor deverá preencher todos os requisitos necessários a posse no prazo previsto no artigo primeiro, sob pena de ser tornado sem efeito o presente ato de nomeação, na forma do § 6º do artigo 27 do Estatuto dos Servidores Públicos de Campos de Júlio, instituído pela Lei Complementar nº 001, de 15 de julho de 2008.

Art. 3º. A inexatidão das afirmativas e/ou irregularidades na apresentação dos documentos exigidos no edital do certame, verificadas a qualquer tempo, acarretará na nulidade de pleno direito do ato de nomeação do candidato ora convocado.

Art. 4º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos ao dia 7 de abril de 2017.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 25 de abril de 2017.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

TERMO DE POSSE Nº. 029/2017

TERMO DE POSSE Nº. 029/2017

Na sede da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio, Estado do Mato Grosso, situada na Avenida Valdir Masutti, n°. 776W – Bom Jardim, apresentou-se o(a) Sr.(a) **REGIANE DA SILVA VIEIRA** brasileiro(a), candidato(a) aprovado(a) no Concurso Público 001/2016 desta Prefeitura, portador(a) do RG nº. 1334051 SSP/RO e CPF sob nº. 025.044.162-45, residente e domiciliado(a) neste município, nomeado(a) pela Portaria nº. 216/2017 de 20/04/2017, no Departamento de Recursos Humanos, para tomar posse no cargo de **MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR,** sob Regime Estatutário de Trabalho, conforme Lei Municipal nº. 148/2001 de 19/04/2001, e suas alterações, aprovado pelo Legislativo, e sancionando pelo Executivo Municipal, assim comprometendo-se a desempenhar todos os seus deveres funcionais.

Termo que assina e declara no presente, pelo qual se compromete a bem desempenhar todas as funções inerentes ao cargo e, nos termos do Edital

de nº. 001/2016 de 01/12/2016 do Concurso Público, homologado pelo Decreto nº. 022/2017 de 13/03/2017 e convocado pelo Edital de nº 020/2017 de 20/04/2017, declara e se compromete ainda a entregar os documentos abaixo relacionados, bem como a comprovar os seguintes requisitos:

a) Apresentar cópia da cédula de identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

b) Comprovar ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts. 12 e 37, I da CF/88);

c) Apresentar cópia da certidão de casamento ou nascimento;

d) Apresentar cópia da certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

e) Apresentar cópia da carteira de vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

f) Apresentar cópia do cartão de identificação do contribuinte (CPF);

g) Apresentar cópia do cartão do PIS/PASEP;

h) Apresentar cópia do comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem à posse;

i) Apresentar cópia do título de eleitor;

j) Apresentar certidão negativa fornecida pelo cartório distribuidor da comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações criminais (com trânsito em julgado);

k) Apresentar certidão negativa de débitos para com o município de posse;

l) Apresentar atestado de saúde física e mental (Pré-Admissional) expedido pela junta médica oficial do município;

m) Apresentar duas fotos 3x4, coloridas e recentes;

n) Apresentar cópia do registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

o) Apresentar cópia da certidão de reservista, se do sexo masculino;

p) Apresentar cópia do comprovante de escolaridade, através de histórico escolar, diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorreu, devidamente registrado pelo MEC;

q) Apresentar declaração contendo endereço residencial;

r) Apresentar declaração negativa de acúmulo de cargo público;

s) Apresentar declaração de bens;

t) Apresentar declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função.

A investidura no cargo/função fica consignada no presente Termo e, nada mais havendo o que contar, assino-o em duas vias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campos de Júlio, Estado do Mato Grosso, aos dois dias do mês de Maio de dois mil e dezessete.

JOSE ODIL DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

REGIANE DA SILVA VIEIRA

EMPOSSADO (A)

PORTARIA Nº.234, DE 25 DE ABRIL DE 2017.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE VIGIA.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO *as disposições preconizadas no artigo 8º e do § 2º do artigo 17 do Estatuto dos Servidores Públicos, instituído pela Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008,*

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 2º e artigo 4º do edital de convocação nº. 016, de 7 de abril de 2017 e do edital do certame nº 001/2016;*

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o segundo candidato na ordem de classificação do certame regido pelo edital nº 001/2016, **LUCAS FELIX KATHARENHUKA** ao cargo de provimento efetivo de Vigia, para tomar posse no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da publicação da presente portaria.

Art. 2º O servidor deverá preencher todos os requisitos necessários a posse no prazo previsto no artigo primeiro, sob pena de ser tornado sem efeito o presente ato de nomeação, na forma do § 6º do artigo 27 do Estatuto dos Servidores Públicos de Campos de Júlio, instituído pela Lei Complementar nº 001, de 15 de julho de 2008.

Art. 3º. A inexatidão das afirmativas e/ou irregularidades na apresentação dos documentos exigidos no edital do certame, verificadas a qualquer tempo, acarretará na nulidade de pleno direito do ato de nomeação do candidato ora convocado.

Art. 4º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos ao dia 7 de abril de 2017.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 25 de abril de 2017.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 025, DE 27 DE ABRIL DE 2017.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 58, inciso XI, da Lei Orgânica Municipal (LOM*) e;*

CONSIDERANDO *a classificação do (s) candidato (s) mencionado(s) no artigo primeiro desse edital no concurso público para preenchimento de vagas do quadro efetivo da administração pública municipal; regido pelo edital nº 001, de 01 de dezembro de 2016, homologado através do Decreto nº.*022, de 13 de março de 2017;

CONSIDERANDO *a estrita observância à regra prevista no artigo 37, II da Constituição Federal;*

RESOLVE:

Art. 1º. Fica(m) convocado(s) o(s) candidato(s) aprovado/classificado(s) no Concurso Público 001/2016, de 01/12/2016, abaixo nominado(s), para comparecer (em) ao Departamento de Recursos Humanos dessa municipalidade, a fim de apresentar os documentos exigidos conforme o item 7. 4 do Edital nº 001/2016 para a efetiva nomeação.

CARGO	CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	CLAUDIANE RAMALHO ALBARRACIN	5º

Art. 2º. Para tomar posse, o (a) candidato(a) deverá apresentar documentação no original e fotocópia autenticada em cartório, que comprove os requisitos exigidos no item 7.4 do edital 001/2016, a seguir elencados:

I- Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

II- Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts. 12 e 37, I da CF/88);

III- Certidão de Casamento ou Nascimento;

IV- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

V-Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

VI- Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

VII-Cartão do PIS/PASEP;

VIII-Comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem à posse;

IX- Título de Eleitor;

X-Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações criminais (com trânsito em julgado);

XI-Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse;

XII-Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional) expedido pela Junta Médica Oficial do Município;

XIII-. duas fotos 3x4, coloridas e recentes;

XIV-Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

XV- Certidão de Reservista, se do sexo masculino;

XVI- Comprovante de Escolaridade, através de histórico escolar, diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorre, devidamente registrado pelo MEC;

XVII- Declaração contendo endereço residencial;

XVIII-Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

XIX- Declaração de Bens;

XX-. Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função.

Parágrafo único. O(s) candidato(s) ora convocado (s) deverá(ão) submeter-se a exame médico admissional que será realizado por uma junta médica do município,na forma prevista no item 7.5 e seguintes do edital nº.001/2016.

Art. 3º. A inexatidão das afirmativas e/ou irregularidades na apresentação dos documentos exigidos no edital do certame, verificadas a qualquer tempo, acarretará na nulidade de pleno direito do ato de nomeação do(s) candidato(s) ora convocado (s).

Art. 4º Será considerado desistente e, portanto, eliminado do concurso público o(s) candidato(s) que não se apresentar a administração para a posse no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação desse edital.

Art. 5º A publicação do presente edital de convocação será tornada pública por meio da Imprensa Oficial do Município, considerada essa o Jornal da Associação dos Municípios Mato-grossenses (www.amm.org.br), sendo de responsabilidade do(s) candidato(s) o acompanhamento de tais publicações, na forma do item 9.10.1 do edital nº 001/2062.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 27 de abril de 2017.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

PORTARIA Nº.233, DE 25 DE ABRIL DE 2017.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE VIGIA.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO *as disposições preconizadas no artigo 8º e do § 2º do artigo 17 do Estatuto dos Servidores Públicos, instituído pela Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008,*

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 2º e artigo 4º do edital de convocação nº. 016, de 7 de abril de 2017 e do edital do certame nº 001/2016;*

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a primeira candidata na ordem de classificação do certame regido pelo edital nº 001/2016, **MARIA APARECIDA EDUARDO** ao cargo de provimento efetivo de Vigia, para tomar posse no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da publicação da presente portaria.

Art. 2º A servidora deverá preencher todos os requisitos necessários a posse no prazo previsto no artigo primeiro, sob pena de ser tornado sem efeito o presente ato de nomeação, na forma do § 6º do artigo 27 do Estatuto dos Servidores Públicos de Campos de Júlio, instituído pela Lei Complementar nº 001, de 15 de julho de 2008.

Art. 3º. A inexatidão das afirmativas e/ou irregularidades na apresentação dos documentos exigidos no edital do certame, verificadas a qualquer tempo, acarretará na nulidade de pleno direito do ato de nomeação da candidata ora convocada.

Art. 4º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos ao dia 7 de abril de 2017.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 25 de abril de 2017.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

PORTARIA Nº.237, DE 27 DE ABRIL DE 2017.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE PREGOEIRO.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO *as disposições preconizadas no artigo 8º e do § 2º do artigo 17 do Estatuto dos Servidores Públicos, instituído pela Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008,*

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 2º e artigo 4º do edital de convocação nº. 026, de 27 de abril de 2017 e do edital do certame nº 001/2016;*

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o primeiro candidato na ordem de classificação do certame regido pelo edital nº 001/2016, **MARCELO JOSÉ BATISTA DOS SANTOS LINO** ao cargo de provimento efetivo de Pregoeiro, para tomar posse no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da publicação da presente portaria.

Art. 2º O servidor deverá preencher todos os requisitos necessários a posse no prazo previsto no artigo primeiro, sob pena de ser tornado sem efeito o presente ato de nomeação, na forma do § 6º do artigo 27 do Estatuto dos Servidores Públicos de Campos de Júlio, instituído pela Lei Complementar nº 001, de 15 de julho de 2008.

Art. 3º. A inexatidão das afirmativas e/ou irregularidades na apresentação dos documentos exigidos no edital do certame, verificadas a qualquer tempo, acarretará na nulidade de pleno direito do ato de nomeação do candidato ora convocado.

Art. 4º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 27 de abril de 2017.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

TERMO DE POSSE Nº. 027/2017

TERMO DE POSSE Nº. 027/2017

Na sede da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio, Estado do Mato Grosso, situada na Avenida Valdir Masutti, n°. 776W – Bom Jardim, apresentou-se o(a) Sr.(a) **MAILO SEGAL DE MOURA** brasileiro(a), candidato(a) aprovado(a) no Concurso Público 001/2016 desta Prefeitura, portador(a) do RG nº. 2414341-3 SSP/MT e CPF sob nº. 043.454.031-54, residente e domiciliado(a) neste município, nomeado(a) pela Portaria nº. 213/2017 de 20/04/2017, no Departamento de Recursos Humanos, para tomar posse no cargo de **VIGIA,** sob Regime Estatutário de Trabalho, conforme Lei Municipal nº. 148/2001 de 19/04/2001, e suas alterações, aprovado pelo Legislativo, e sancionando pelo Executivo Municipal, assim comprometendo-se a desempenhar todos os seus deveres funcionais.

Termo que assina e declara no presente, pelo qual se compromete a bem desempenhar todas as funções inerentes ao cargo e, nos termos do Edital de nº. 001/2016 de 01/12/2016 do Concurso Público, homologado pelo Decreto nº. 022/2017 de 13/03/2017 e convocado pelo Edital de nº 020/2017 de 20/04/2017, declara e se compromete ainda a entregar os documentos abaixo relacionados, bem como a comprovar os seguintes requisitos:

a) Apresentar cópia da cédula de identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

b) Comprovar ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts. 12 e 37, I da CF/88);

c) Apresentar cópia da certidão de casamento ou nascimento;

d) Apresentar cópia da certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

e) Apresentar cópia da carteira de vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

f) Apresentar cópia do cartão de identificação do contribuinte (CPF);

g) Apresentar cópia do cartão do PIS/PASEP;

h) Apresentar cópia do comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem à posse;

i) Apresentar cópia do título de eleitor;

j) Apresentar certidão negativa fornecida pelo cartório distribuidor da comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações criminais (com trânsito em julgado);

k) Apresentar certidão negativa de débitos para com o município de posse;

l) Apresentar atestado de saúde física e mental (Pré-Admissional) expedido pela junta médica oficial do município;

m) Apresentar duas fotos 3x4, coloridas e recentes;

n) Apresentar cópia do registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

o) Apresentar cópia da certidão de reservista, se do sexo masculino;

p) Apresentar cópia do comprovante de escolaridade, através de histórico escolar, diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorreu, devidamente registrado pelo MEC;

q) Apresentar declaração contendo endereço residencial;

r) Apresentar declaração negativa de acúmulo de cargo público;

s) Apresentar declaração de bens;

t) Apresentar declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função.

A investidura no cargo/função fica consignada no presente Termo e, nada mais havendo o que contar, assino-o em duas vias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campos de Júlio, Estado do Mato Grosso, aos dois dias do mês de Maio de dois mil e dezessete.

JOSE ODIL DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

MAILO SEGAL DE MOURA

EMPOSSADO (A)

DECRETO N°. 039, DE 27 DE ABRIL DE 2017.

DESIGNA REPRESENTANTES PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DO FUNDO ESTADUAL DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO-FETHAB DE CAMPOS DE JÚLIO–MT, PREVISTO NA LEI MUNICIPAL Nº…805, DE 27 DE ABRIL DE 2017.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe confere o artigo 148, I, ”c” da Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO*a instituição do Conselho Municipal do FETHAB através da Lei Municipal nº.805, de 27 de abril de 2017;*

CONSIDERANDO*a necessidade de composição do respectivo conselho;*

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal do Fundo Estadual de Transporte e Habitação- Fethab os seguintes representantes:

I –PODER EXECUTIVO MUNICIPAL:

a) Secretaria Municipal de Viação, Obras Públicas e Serviços Urbanos:

Titular: CELITO RAMPANELLI

Suplente: VALMIR JUSTEN BORGES

b) Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente:

Titular:ABDO EL KADRI

Suplente: ADEVALDO ALVES VIANA

c) Secretaria Municipal de Finanças:

Titular:JOEL DOS SANTOS

Suplente: ELAINE TERESINHA MOURA

d) Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Institucional:

Titular:WÉLITON MONTEIRO CECHINEL

Suplente: LUIZ CARLOS CORREIA DE OLIVEIRA

e) Secretaria Municipal de Indústria e Comércio:

Titular:ADEMIR ROSTIROLLA

Suplente: MOZARA CRISTYNA LOCH

II-SOCIEDADE CIVIL:

a) Sindicato Rural:

Titular:LUIZ OTÁVIO GARCIA TATIN

Suplente: STEFANO PASSINATO

b) Associação dos Beneficiários da Rodovia MT-388:

Titular:ALFREDO FELIPE TOMÉ

Suplente: ELTON ZANELLA

c) Associação Comercial e Industrial de Campos de Júlio – ACICA:

Titular: MARCIO QUINTEIRO FIGUEIREDO

Suplente: VERONI A. BARRICHELO CARGNIN

d) Associação dos Produtores Rurais Nova Esperança:

Titular: VALDIR GOMES GRAVA;

Suplente: EDIMILSON JUNIOR OLIVEIRA

e) Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Alto Juruena- AP-PAJ IV:

Titular: ANTÔNIO SEVERIANO COELHO;

Suplente: VALMIR DE FRANÇA VIANA.

Parágrafo único. A presidência do conselho será exercida pelo representante da Secretaria Municipal de Viação, Obras Públicas e Serviços Urbanos, Celito Rampanelli, conforme previsto no artigo primeiro da Lei Municipal nº. 805, de 27 de abril de 2017.

Art. 2º O período de mandato será de dois anos, podendo haver recondução de seus membros, consoante o disposto no artigo 1º, § 2º da Lei Municipal nº805, de 27 de abril de 2017.

Art. 3º O exercício da função de conselheiro prevista nesse decreto não será remunerado, sendo considerada serviço público relevante.

Art. 4º Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições contidas no Decreto nº. 038, de 20 de abril de 2017.

Campos de Júlio, 27 de abril de 2017.

Registre-se e publique-se.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

TERMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 080/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2017

A **Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte-MT**, através da Comissão de Licitações/Pregão, torna público que aderiu à Ata de Registro de Preços decorrente do Pregão Presencial nº 047/2017, da Prefeitura Municipal de Confresa - MT, em que foram registrados os preços da Empresa **CHURRASCARIA BOI NA BRASA LTDA - ME.**, CNPJ nº 26.768.747/0001-88, cujo objeto é o Registro de Preços para possível e eventual contratação de empresa para o fornecimento de refeições prontas e marmitex para atender a demanda de servidores a serviço na cidade de Confresa-MT, atendendo-se as necessidades das Secretarias Municipais de: Gabinete do Prefeito, Administração, Finanças, Educação, Saúde, Obras e Ação Social.

Item	Quant.	Discriminação	VR. Unit.	VR. Total
01	1.860	Refeições	39,90	74.214,00
02	1.260	Marmitex	16,45	20.727,00
Total				**94.941,00**

Canabrava do Norte-MT, 28 de Abril de 2017.

João Cleiton Araújo de Medeiros

Prefeito Municipal

TERMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2017

A **Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte-MT**, através da Comissão de Licitações/Pregão, torna público que aderiu à Ata de Registro de Preços decorrente do Pregão Presencial nº 018/2017, da Prefeitura Municipal de Confresa - MT, em que foram registrados os preços da Empresa **POSTO TIGRÃO LTDA.**, CNPJ nº 03.623.054/0002-82, cujo objeto é o Registro de Preços para possível e eventual aquisição de lubrificantes, filtros e graxas para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Obras, referente aos itens abaixo relacionados, que ora aderimos.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Unitário	Total
26317	ADITIVO	LITRO	70	29,00	2.030,00
26321	ADITIVO PARA RADIADOR 1LT	LITRO	550	14,50	7.975,00
27124	ARLA 32 GALÃO C/ 20 LITROS	UNIDADE	300	59,50	17.850,00
27582	PROLONGA 500ML 1ª LINHA	UNIDADE	150	25,00	3.750,00
32178	ESTOPA TIPO PANO PASTELAO FARDO COM 25 KG	FARDO	50	95,00	4.750,00
32596	FILTRO COMBUSTIVEL CAT. REF. 1R0751	UNIDADE	20	32,00	640,00
32597	FILTRO COMBUSTIVEL CAT. REF. 1R0753	UNIDADE	20	57,00	1.140,00
32601	FILTRO COMBUSTIVEL FC 161	UNIDADE	400	6,00	2.400,00
32602	FILTRO COMBUSTIVEL FC 165	UNIDADE	30	13,00	390,00
32609	FILTRO COMBUSTIVEL PC 2/155	UNIDADE	50	7,00	350,00
32610	FILTRO COMBUSTIVEL PC 2/255	UNIDADE	50	11,50	575,00
32611	FILTRO COMBUSTIVEL PC 949 1ª LINHA	UNIDADE	60	28,00	1.680,00
32620	FILTRO COMBUSTIVEL PSC 498/1	UNIDADE	20	57,50	1.150,00
32624	FILTRO COMBUSTIVEL PSC 72/2	UNIDADE	20	9,00	180,00
32625	FILTRO COMBUSTIVEL PSC 744	UNIDADE	20	20,00	400,00
32627	FILTRO COMBUSTIVEL PSC 75	UNIDADE	40	31,50	1.260,00
32631	FILTRO COMBUSTIVEL PSD 450/1	UNIDADE	10	35,00	350,00
32632	FILTRO COMBUSTIVEL PSD 460/1	UNIDADE	10	42,00	420,00
32635	FILTRO COMBUSTIVEL PSD 480/1	UNIDADE	10	46,00	460,00
32636	FILTRO COMBUSTIVEL PSD 960/1	UNIDADE	10	47,00	470,00
32637	FILTRO COMBUSTIVEL PSD 970/1	UNIDADE	30	47,00	1.410,00
32641	FILTRO COMBUSTIVEL PSL 339	UNIDADE	15	30,00	450,00
32646	FILTRO COMBUSTIVEL RC-353-HP	UNIDADE	40	58,00	2.320,00
32702	FILTRO DE AR EXTERNO AP 2710	UNIDADE	20	46,50	930,00
32703	FILTRO DE AR EXTERNO AP 4440	UNIDADE	20	94,00	1.880,00
32705	FILTRO DE AR EXTERNO AP 7108	UNIDADE	20	40,00	800,00
32706	FILTRO DE AR EXTERNO AP 7996	UNIDADE	30	64,50	1.935,00
32707	FILTRO DE AR EXTERNO AP 7998	UNIDADE	60	50,00	3.000,00
32708	FILTRO DE AR EXTERNO AP 9834	UNIDADE	60	45,00	2.700,00
32709	FILTRO DE AR EXTERNO AP 9836	UNIDADE	60	80,00	4.800,00
32713	FILTRO DE AR EXTERNO ARS 2868	UNIDADE	30	24,00	720,00
32715	FILTRO DE AR EXTERNO ARS 7109	UNIDADE	34	35,00	1.190,00
32716	FILTRO DE AR EXTERNO ARS 9837	UNIDADE	40	88,50	3.540,00
32717	FILTRO DE AR EXTERNO ARS 9839	UNIDADE	150	77,00	11.550,00
32739	FILTRO DE AR INTERNO ARS806	UNIDADE	30	35,00	1.050,00

32740	FILTRO DE AR INTERNO AS 805	UNIDADE	30	23,00	690,00
32741	FILTRO DE AR INTERNO AS 810	UNIDADE	40	25,00	1.000,00
32742	FILTRO DE AR INTERNO AS 820	UNIDADE	40	31,00	1.240,00
32743	FILTRO DE AR INTERNO AS 830	UNIDADE	40	47,00	1.880,00
32745	FILTRO DE AR INTERNO ASR 203	UNIDADE	20	43,00	860,00
32747	FILTRO DE AR INTERNO ASR 837	UNIDADE	40	89,00	3.560,00
32748	FILTRO DE AR INTERNO ASR 839	UNIDADE	150	39,00	5.850,00
32878	FILTRO DO HIDRAULICO PSH 306	UNIDADE	20	32,00	640,00
32879	FILTRO DO HIDRAULICO PSH 486	UNIDADE	20	24,00	480,00
32940	FILTRO LUBRIFICANTE PEL 2002	UNIDADE	20	27,00	540,00
32941	FILTRO LUBRIFICANTE PEL 2003	UNIDADE	50	23,50	1.175,00
32943	FILTRO LUBRIFICANTE PH 346	UNIDADE	100	8,00	800,00
32944	FILTRO LUBRIFICANTE PL 364	UNIDADE	60	12,00	720,00
32945	FILTRO LUBRIFICANTE PL 366	UNIDADE	90	13,00	1.170,00
32946	FILTRO LUBRIFICANTE PL 442	UNIDADE	20	19,50	390,00
32947	FILTRO LUBRIFICANTE PL 447	UNIDADE	20	37,00	740,00
32948	FILTRO LUBRIFICANTE PL 519	UNIDADE	90	18,00	1.620,00
32955	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 280	UNIDADE	10	34,00	340,00
32957	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 300	UNIDADE	30	82,00	2.460,00
32958	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 301	UNIDADE	28	30,00	840,00
32964	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 55	UNIDADE	74	12,00	888,00
32965	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 619	UNIDADE	20	8,50	170,00
32970	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 900	UNIDADE	30	18,00	540,00
32971	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 962	UNIDADE	110	20,00	2.200,00
32972	FILTRO LUBRIFICANTE PSL-158 1ª LINHA	UNIDADE	40	53,00	2.120,00
32979	FILTRO LUBRIFICANTE W950/26	UNIDADE	10	65,00	650,00
33036	FILTRO SEPARADOR D AGUA PSA 299	UNIDADE	30	41,50	1.245,00
33037	FILTRO SEPARADOR D AGUA PSA331	UNIDADE	30	33,00	990,00
33038	FILTRO SEPARADOR D AGUA PSD 530/1	UNIDADE	20	31,00	620,00
33431	FLUIDO DE FREIO DOT 4	LITRO	604	17,30	10.449,20
33432	FLUIDO DE FREIO DOT3	LITRO	350	13,00	4.550,00
34022	GRAXA MARFAK BALDE C/ 20 KG	BALDE	90	364,00	32.760,00
36813	OLEO LUBRIFICANTE 80W90 1ª LINHA	LITRO	140	17,40	2.436,00
36815	OLEO LUBRIFICANTE 15W E40 SUPER TD 1ª LINHA 20 LITROS	GALÃO	350	258,00	90.300,00
36816	OLEO LUBRIFICANTE 15W40 C/ 20 LITROS	GALÃO	252	202,00	50.904,00
36817	OLEO LUBRIFICANTE 15W40 EXTRA TURBO 1ª LINHA GALAO 20 LT	GALÃO	390	202,00	78.780,00
36819	OLEO LUBRIFICANTE 2 TEMPOS NAUTICO 500 ML	LITRO	50	12,00	600,00
36822	OLEO LUBRIFICANTE 1ª LINHA 40 C/ 20 LITROS	GALÃO	300	238,00	71.400,00
36829	OLEO LUBRIFICANTE ATF TA GALAO 20 LITROS	GALÃO	70	290,00	20.300,00
36830	OLEO LUBRIFICANTE ATF TA 1L	LITRO	150	13,00	1.950,00
36844	OLEO LUBRIFICANTE HD68 C/ 20 LITROS	GALÃO	260	161,00	41.860,00
36845	OLEO LUBRIFICANTE1ª LINHA HX3 SJ 20W50	LITRO	180	15,00	2.700,00
36847	OLEO LUBRIFICANTE HX6 15W40 FLEX 1ª LINHA	LITRO	220	19,00	4.180,00
36850	OLEO LUBRIFICANTE MAGNATEC 10W30 OU SIMILAR	LITRO	166	35,50	5.893,00
36853	OLEO LUBRIFICANTE DE 1ª LINHA 20W50	LITRO	150	14,00	2.100,00
36854	OLEO LUBRIFICANTE 1ª LINHA HD 85W140 GALÃO C/ 20 LITROS	GALÃO	40	216,00	8.640,00
36856	OLEO LUBRIFICANTE 1ª LINHA GX 80W90 GALÃO C/ 20 LITROS	GALÃO	40	488,00	19.520,00
36860	OLEO LUBRIFICANTE1ª LINHA RX3 15W40 20 LITROS	GALÃO	70	237,00	16.590,00
36864	OLEO LUBRIFICANTE SAE 50 20 LT	GALÃO	90	328,00	29.520,00
36865	OLEO LUBRIFICANTE SAE 90 20 LT	GALÃO	150	242,33	36.349,50
36871	OLEO LUBRIFICANTE TDH OIL 20 LT	GALÃO	50	263,00	13.150,00
36876	OLEO LUBRIFICANTE THF GRANS 20W30 C/ 20 LITROS	GALÃO	40	233,00	9.320,00
36877	OLEO LUBRIFICANTE 1ª LINHA 140 C/ 20 LITROS	GALÃO	40	216,00	8.640,00
36881	OLEO LUBRIFICANTE URSA 50 20 LT	GALÃO	100	285,00	28.500,00
36882	OLEO LUBRIFICANTE WBF100 20 LT	GALÃO	50	247,00	12.350,00
38869	QUEROSENE	LITRO	70	17,00	1.190,00
40453	SOLUCAO DE BATERIA	LITRO	160	10,00	1.600,00
6E+05	FILTRO DO AR CONDICIONADO DO PALIO ACP - 103	UNIDADE	20	10,50	210,00
6E+05	FILTRO COMBUSTIVEL WK 950/14	UNIDADE	20	40,00	800,00
					730.454,70

Canabrava do Norte-MT, 28 de Abril de 2017.

João Cleiton Araújo de Medeiros

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.551/2017, DE 02 DE MAIO DE 2017.

DECRETO N.551/2017, DE 02 DE MAIO DE 2017.

"Dispõe sobre Homologação do Resultado do Processo Seletivo simplificado do Município de Canabrava do Norte – MT, Edital nº 001/2017 e, dá outras providências".

O Prefeito JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e;

CONSIDERANDO a realização das provas objetivas de múltipla escolha com base nas exigências estabelecidas no Edital de Processo Seletivo público nº 001/2017-08; visando a contratação temporária de servidores públicos municipal para atender o excepcional interesse público.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica Homologado o Resultado Final do Processo Seletivo público, Edital nº 001/2017 - conforme resultado final publicado no diário oficial dos municípios, editado pela AMM em 02/05/2017, como parte integrante deste decreto e encontra-se afixado no Mural de Publicações da Prefeitura Municipal.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Canabrava do Norte – MT, 02 de maio de 2017.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. 134/2017, DE 27 DE ABRIL DE 2017.

PORTARIA N. 134/2017, de 27 de abril de 2017.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS PARA AQUISIÇÃO E VENDA PELO MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE – MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas pelo art. 83º, inciso V, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei n.º 8.666/93, com alteração introduzida pela Lei n.º 8. 883/94 e,

CONSIDERANDO a necessidade de auferir o preço de mercado de imóveis para aquisições e vendas;

CONSIDERANDO a necessidade de que os imóveis venham a ser concretizadas com valores dentro dos patamares praticados no município;

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam designados para constituir a presente Comissão Especial de Avaliação de Imóveis para aquisição e venda os seguintes membros: Sr. **SILSON PORTO AGUIAR**, brasileiro, servidor público municipal, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 2241733-8, emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. 042.012.061-06 que a *presidirá*, Sr. **WESLEY FERREIRA MARTINS**, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 1682165-8, emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. 004.764.571-73, que exercerá a função de *secretário* e pelo Sr. **ANTONIO DA FONSECA CABRAL**, brasileiro, solteiro servidor público municipal, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 001065734, emitido por SSP/MS, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. 125.616.491-72, que exercerá a função de *membro*.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 27 de abril de 2017.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2017 – APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO AUSENTE EM SESSÃO ANTERIOR

A Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte-MT, através da Equipe de Pregão, torna público que no dia 27/04/2017 foi realizado sessão para o recebimento dos documentos para Habilitação dos licitantes inabilitados em sessão realizada no dia treze de abril de 2017, para prestação de serviços médicos, seguindo os ditames da Lei nº 8.666/93, Art. 48, (...) § 3º Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar aos licitantes o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas neste artigo. A empresa **I.X. DE LIMA – EPP**, inscrita no CNP sob o nº 18.396.397/0001-48, apresentou a Certidão Negativa Conjunta da Receita Federal regularizada, sendo portanto declarado HABILITADA e vencedora no certame no valor global de R$ 485.520,00; A empresa **LAGO SERVIÇOS MÉDICOS EIRELI – ME,** inscrita no CNPJ sob o nº 27.150.482/0001-12, apresentou o título profissional e a Certidão Negativa de Falência e Concordata, sendo portanto declarado habilitado e vencedora no certame com o valor global de R$ 357. 000,00;

Canabrava do Norte-MT, 27 de abril de 2017.

Domingos Dias Pinto

Pregoeiro

TERMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0116/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2017

A **Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte-MT**, através da Comissão de Licitações/Pregão, torna público que aderiu à Ata de Registro de Preços decorrente do Pregão Presencial nº 086/2016, da Prefeitura Municipal de Confresa - MT, em que foram registrados os preços da Empresa **ARIOVALDO LUIZ PERONDI EIRELI - ME**, CNPJ nº 01.353.488/0001-01, cujo objeto é o Registro de Preços para possível e eventual contratação de empresa para especializada na prestação de serviços de comunicação visual, painel, cavaletes, letreiro e placas de identificação, tendo em vista a necessidade prevista para atender as necessidades das Secretarias Municipais de: Administração, Assistência Social, Saúde e Obras.

Item	Quant.	Discriminação	VR. Unit.	VR. Total
01	40	Cavalete estrutura em metalon 18, e chapa de ferro 20, pintura preta com aplicação em adesivo refletivo tamanho 1,00x0,80m	280,00	11,200,00
02	80	Adesivo impressão digital tamanho, 1,00x1,00m	80,00	6.400,00
03	50	Placa de sinalização de rua adesivada em adesivo refletivo, estrutura em chapa de ferro 20, e tubo 2,18 tamanho 0,60x0,6m	210,00	10,500,00
04	50	Adesivo impressão digital para envelopamento 1,00x1,00m	120,00	6.000,00
05	200	Painel de lona, estrutura em metalon 18”, e lona 440g tamanho 1,00x1,00	130,00	26.000,00
06	150	Faixa em lona impressão digital	85,00	12.750,00
07	150	Banner em lona impressão digital	56,25	8.437,50
Total				**81.287,50**

Canabrava do Norte-MT, 28 de Abril de 2017.

João Cleiton Araújo de Medeiros

Prefeito Municipal

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2017

A Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte-MT, através da Equipe de Pregão, torna público que na realização do Pregão Presencial nº 019/ 2017, que teve como objeto a **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL LOCAÇÃO DIÁRIAS DE CAMINHÃO BASCULANTE TRUCK (CAÇAMBA) E LOCAÇÃO DE HORAS DE MÁQUINA TIPO PC**

PÁ CARREGADEIRA, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS NA MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS, PELO PERÍODO DE 12 MESES, foram vencedora as empresas: Transportadora e Auto Socorro Tigrão Ltda. Com o valor de R$ 819.000,00; Locadora e Incorporadora RB Araguaia Ltda. - ME. No valor global de R$ 333.975,00;

Canabrava do Norte-MT, 02 de Maio de 2017.

Domingos Dias Pinto

Pregoeiro

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. 131/2017, DE 27 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA N. 131/2017, de 27 de abril de 2017.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DO FUNDO DE TRANSPORTES E HABITAÇÃO - FETHAB, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III e XXX, da Lei Orgânica Municipal, e conforme entabulado na Lei Municipal n. 692/2017, de 01 de março de 2017, e no uso de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 692/2017, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal do Fundo de Transportes e Habitação - FETHAB;

CONSIDERANDO a solicitação da Secretaria Municipal de Administração Conselho FETHAB, através do Memorando nº 03/2017, de 20 de abril de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, os membros que comporão o Conselho Municipal do FETHAB - Fundo de Transporte e Habitação, sendo os mesmos relacionados abaixo:

I – 0**5 (cinco) representantes do Poder Executivo Municipal:**

a) 01 (um) representante do Gabinete do Governo Municipal:

Evanderly Geraldo Gonçalves, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 1481165, emitido por SSP/TO, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. 350.936.252-72.

b) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração:

Antonio da Fonseca Cabral, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 001.065.734, emitido por SSP/MS, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 125.616.491-72;

c) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Serviços Públicos e Urbanismo - SINSPU:

Luiz José de Barros, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 387.053, 2ª via, emitido por SSP/GO, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 117.951.661-34.

d) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Finanças:

Clever Alex Araújo de Medeiros, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 3180893, emitido por DGPC/GO, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 555.258.731-68;

e) 01 (um) representante da Gerência de Obras e Manutenção:

José Benedito de Santana, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 4102864, emitido por SSP/PE, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 774.120.444-00.

II – 01 (um) representante da Câmara Municipal de Canabrava do Norte – MT:

Titular: Jocelino Dias Gloria, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 06343414, emitido por SEJ/SP, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 555.145.701-00;

Suplente: Wanderley Venancio Gonçalves, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n.275.281.192, emitido por SSP/GO, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 499.094.361-9.

III – 05 (cinco) representantes das seguintes entidades:

a) 01 (um) representante dos Produtores de soja de Canabrava do Norte – MT:

Titular: Moisés Zorzeto Neto, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 459.558.584, emitido porSSP/SP,inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 342.321.428-78;

Suplente: Jefferson Yure Barboza, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 151.9433-7, emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 003.498.411-95.

b) 01 (um) representante das Igrejas Evangélicas:

Titular: Lourival Martins de Araujo, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 818.835, emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 495.702.341-72;

Suplente: Nelson Ferreira de Souza, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 123.2422.21, emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 964.719.051-49;

c) 01 (um) representante da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do P. A. Manah: Titular: Acrisio Luiz dos Reis, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 6040.75-7, emitido por SSP/SP, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 019.801.398-42; **Suplente:Domingos Lemes dos Santos**, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 897.470, emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 442.125.341-34; **d) 01 (um) representante da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do P. A. Canabrava: Titular: Elder de Medeiros Rodrigues,** portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 1482064, emitido por SSP/GO, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 319.793.351-68; **Suplente: Luiza Martins Borges,** portadora da Carteira de Identidade – CI/RG n. 745035, emitido por SSP/MT, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 555.125.691-04. **e) 01 (um) representante da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do P. A. Tabajara: Titular: Gerson Geraldo Amadeu de Freitas,** portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 899.333, emitido por SSP/DF, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 500.287.406-10; **Suplente: Wilmar Ferreira da Silva,** portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 4367891, emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 860.612.161-49.

Art. 2º. Conforme Art. 1º, da Lei Municipal n. 692/2017, de 01 de março de 2017, ficou definido a presidência do Conselho Municipal do FETHAB, tendo como presidente o Secretário Municipal de Infraestrutura, Serviços Públicos e Urbanismo – SINSPU, Sr. Luiz José de Barros;

Art. 3º. O Conselho terá atribuição de acompanhamento, fiscalização e assessoramento na aplicação dos recursos do FETHAB repassados ao Município, podendo apresentar ao Prefeito sugestões de projetos observados os limites estabelecidos no art. 15 da Lei Estadual nº 7.263, de 27 de março de 2000, com a redação dada pela Lei nº 10.480, de 22 de dezembro de 2016.

Art. 4º. Fica assegurado ao Conselho, por requisição de seu Presidente, o irrestrito acesso a todos os documentos e informações sobre os repasses ao Município feitos pelo Estado por conta do FETHAB e sua aplicação.

Art. 5º. O Conselho emitirá relatório trimestral de suas atividades, divulgando-o por via eletrônica no sítio do Município, na Internet, bem no dia seguinte a deliberação do relatório da prestação de contas, enviar ao Chefe do Poder Executivo Municipal, para que o mesmo a cada 4 (quatro) meses possa enviar a Secretaria Estadual de Infraestrutura e Logística SINFRA e Comissão de Infraestrutura Urbana de Transporte da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Art. 6º. O exercício da função de Conselheiro do Conselho Municipal do **FETHAB** não é remunerado, sendo considerado serviço público relevante.

Art. 7º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se toda e qualquer disposição em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Canabrava do Norte-MT, em 27 de abril de 2017.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2017

A Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte-MT, por meio da **COMISSÃO PREGOEIRA** - CP, torna público para conhecimento de todos os interessados, que se encontra-se instaurada a Licitação na Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, tipo será o **MENOR PREÇO**.

DO OBJETO: Registro de Preços para possível e eventual Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte escolar, para o período letivo de 2017, correspondente a 185 dias letivos, de acordo com o calendário escolar da Secretaria Municipal de Educação.

DA SESSÃO DE ABERTURA: A entrega e abertura dos envelopes será realizada no dia 15 de maio de 2017, às 08h00min, na sede da Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte, Sala de Licitações e Contratos, no endereço: Avenida Áurea Tavares Amorim – S/Nº, Setor Vila São João, nesta cidade.

DA RETIRADA DO EDITAL: O Edital poderá ser adquirido na sede da Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte, Sala de Licitações e Contratos, no endereço: Avenida Áurea Tavares Amorim – S/Nº, Setor Vila São João, nesta cidade.

DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Para esclarecimento de dúvidas ou informações complementares deverá ser utilizado o endereço eletrônico licitação.cbn@gmail.com e/ou pelo telefone (66) 3577-1152 citando o nº do edital em questão.

Canabrava do Norte-MT, 28 de Abril de 2017.

Domingos Dias Pinto

Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

GABINETE
RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 324/2017

RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 324/2017, PUBLICADA NO TRIBUNAL DE CONTAS. NUMERO DO DIARIO OFICIAL DO ESTADUAL, 1101 DO DIA 27/04/2017 E NO SITE DA AMM, 2.710 DO DIA 17/04/2017.

Onde se lê:

Art. 1° - Nomear Carla Pereira Machado Kerhoven, em estágio probatório para o cargo de provimento efetivo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, Anexo I – Grupo Ocupacional apoio a prevenção de doenças, da Lei Complementar nº 123/2014,aprovado em concurso público, homologado pelo decreto n° 2734/2016 de 01 de dezembro de 2016.

Art. 1° - Nomear Carla Pereira Machado Kerhoven, em estágio probatório para o cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL, Anexo I – Grupo Ocupacional III assistente do SUS, da Lei Complementar nº 123/2014, aprovado em concurso público, homologado pelo decreto n° 2734/2016 de 01 de dezembro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 267/2017.

SÚMULA: "CONSTITUI A COMISSÃO ESPECIAL DE JULGAMENTO, ENCARREGA DE JULGAR OS DOCUMENTOS REFERENTES AO CONCURSO DE PROJETOS N°002/2017 DO MUNICIPIO DE CARLINDA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Artigo 1º- Constitui a Comissão Especial de Julgamento, encarregada de julgar os documentos referentes ao Concurso de Projetos nº 002/2017, ficando designados:

DEISE DIONE MUTSCHALL - **Presidente**

Representante da Secretaria Municipal de Saúde;

SALUA SAMYRA CIACON SILVA– **Secretaria**

Representante da Secretaria Municipal de Cidades;

JOSÉ APARECIDO DE MORAES

Representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;

OSVALDO SOARES BISPO

Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;

TATIANE ROCHA CERQUEIRA DA SILVA

Representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças;

ALINE CAROLINA DA SILVA

Representante da Secretaria Municipal Educação;

Jose Roberto Teixeira

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 02 de maio de 2017.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

AVISO DE PUBLICAÇÃO – EXTRATOS PUBLICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

ESTADO DE MATO GROSSO

AVISO DE PUBLICAÇÃO - EXTRATOS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Pelo presente certifico que o extrato abaixo foi afixado no mural da Prefeitura Municipal de Carlinda/MT, para devidas publicações, pelo período de um mês.

PROCESSO Nº. 972/2017

De conformidade com o disposto no Artigo 24, inciso X, da lei federal 8. 666/93, atualizada pela lei federal 8.883/94, justifica-se e ratifica-se a dispensa de licitação para LOCAÇÃO de um imóvel, localizado na Avenida Tancredo de Almeida Neves, s/nº, centro nesta cidade de Carlinda/MT,

destinado para instalação imediata do **CRAS (Centro de Referência de Assistência Social),** para atender a necessidade dos munícipes de Carlinda – MT, sendo que o Município não dispõe de um prédio próprio para a instalação do CRAS.

LOCADOR: LUZIA MARRE

PRAZO DE LOCAÇÃO: 8 Meses

PREÇO MENSAL: R$ 2.100,00 (Dois Mil e Cem Reais).

VALOR TOTAL: R$ 16.800,00 (Dezesseis Mil e Oitocentos Reais).

Daniele Paula Maltezo

Presidente CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

DECRETO N.º 014, DE 28 DE ABRIL DE 2017

DECRETO N.º 14, DE 28 DE ABRIL DE 2017.

Declara Situação de Emergência nas áreas do Município de Castanheira, Estado de Mato Grosso, por CHUVAS INTENSAS (COBRADE 1.3.2.1.4), **e dá outras providências.**

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 68, inciso III, da Lei Orgânica Municipal; e,

Considerando que as chuvas intensas que atingem o Município de Castanheira-/MT, nos meses de janeiro e fevereiro de 2017;

Considerando que contrariando a normalidade dos anos anteriores, neste ano de 2017 as fortes chuvas intensificaram-se e já ampliou muito a quantidade esperada;

Considerando que devido à intensificação e aumento considerável das chuvas e ainda devido ao fato de o solo encontrar-se totalmente encharcado muitas pontes e bueiros acabaram rodando, precarizando drasticamente e interrompendo a trafegabilidade nas estradas que cortam o Município;

Considerando competir inicialmente ao Município a preservação do bem-estar da população, bem como das atividades socioeconômicas nas regiões atingidas por eventos adversos, causadores de desastres;

Considerando que o Município em sua totalidade é composto pelo Centro Urbano, Assentamentos, Comunidades, Fazendas, Sítios e Chácaras que por sua vez são interligados entre si por longas estradas vicinais;

Considerando que foram despendidos todos os esforços e ações até a presente data pela Administração Municipal, no sentido de corrigir a situação, e mesmo assim os problemas e as dificuldades persistiram, exaurindo toda a capacidade operativa, financeira e resolutiva do Município;

Considerando concorrerem como critérios agravantes da situação de anormalidade o grau de vulnerabilidade do cenário e da população afetada, assim como a limitação da estrutura da defesa civil local;

Considerando ainda que essas situações de anormalidade nas diversas áreas do município continuam a exigir do Poder Público a adoção de medidas urgentes para restabelecer a normalidade, sob pena de causar ainda maiores prejuízos a população e aos transeuntes;

Considerando que ainda resta, no mínimo, mais 60 (sessenta), dias de chuvas, ou seja, os meses de março e abril com chuvas intensas.

Considerando que o parecer da COMDEC – Comissão Municipal de Defesa Civil, relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de Situação de Emergência,

DECRETA

Art. 1.º Fica declarada a existência de situação anormal no Município de Castanheira-MT, provocada por CHUVAS INTENSAS (COBRADE - 13214), a qual é caracterizada como Situação de Emergência.

Parágrafo único. A situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município comprovadamente afetadas pela situação de anormalidade, conforme prova documental estabelecida em Formulário de Informações do Desastre – FIDE.

Art. 2.º Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil – COMDEC.

Art. 3.º Autoriza-se a convocação da população e de voluntários, para reforçar as ações da resposta às situações tidas como emergenciais.

Art. 4.º De acordo com o estabelecido no inciso IV do art. 24 da lei 8. 666/93, e considerando a urgência da situação vigente, ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens e materiais necessários às atividades de respostas a essa situação emergencial, de prestação de serviços de obras relacionadas com a reabilitação de estradas, bueiros e pontes desde que possam ser concluídas no período de 90 (noventa) dias prorrogáveis por igual período consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização desta situação emergencial, vedada a prorrogação de contratos.

Art. 5.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo viger pelo prazo de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado por mais 90 dias.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Castanheira-MT, 28 de Abril de 2017.

MABEL DE FÁTIMA MILANEZI ALMICI

Prefeita Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação nesta data no local de costume.

DECRETO N.º 14, DE 28 DE ABRIL DE 2017

DECRETO N° 14, DE 28 DE ABRIL DE 2017.

SÚMULA: DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO AFETADAS POR UMA FORTE PRECIPITAÇAO DE CHUVA, CODIFICADO PELO COBRADE- TEMPESTADE LOCAL/CONVECTIVA – CHUVAS INTENSAS - 1.3.2.1.4, CONFORME IN/MI n°02/2016.

A Senhor MABEL DE FÁTIMA MILANEZI ALMICI, Prefeita do Município de Castanheira, localizado no estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012,

CONSIDERANDO:

I. Que as chuvas intensas que atingiram o Município de Castanheira, nos últimos 90 (noventa) dias que devido à intensificação e aumento considerável das chuvas e ainda devido ao fato de o solo encontrar-se totalmente encharcado várias pontes e bueiros acabaram sendo destruídos, tornando precária e interrompida a trafegabilidade nas estradas que cortam o Município;

II. Com essas chuvas os níveis aumentaram drasticamente os rios e córregos da zona rural atingindo Comunidade Santa Emília, Comunidade Boa Esperança, Comunidade Nossa Senhora da Alegria, Comunidade Santa Luzia, Comunidade Santa Rita, Linha São Roque, Comunidade São Sebastião, Comunidade Santa Terezinha, P.A Vale do Seringal Setor I, II III E IV, Comunidade Nova Conquista, Comunidade São Jorge, Linha João Paulo. III. Que o parecer COMDEC, relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de **situação de emergência** como razão dos eventos do tipo **CODIFICADO PELO COBRADE- TEMPESTADE LOCAL/ CONVECTIVA – CHUVAS INTENSAS - 1.3.2.1.4, CONFORME IN/MI02/ 2016**.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada **situação de emergência** nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como razão dos eventos do tipo tempestade local/convectiva – chuvas intensas, tipificado pelo COBRADE 1.3.2.1.4. **CONFORME IN/MI n°02/2016.**

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação Municipal de Proteção e Defesa Civil, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06. 1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo viger pelo prazo de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado por mais 90 dias.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, Castanheira, 28 de Abril de 2017

MABEL DE FÁTIMA MILANEZI ALMICI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 360/2017

PORTARIA N° 360/2017

DATA: 03 de Abril de 2017.

SÚMULA: Revoga FG-10 de Fiscal de Contrato a Sra. **Valdenice Galelli e** dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Revoga FG-10 de Fiscal de Contrato a Sra. Valdenice Galelli**,** portadora do RG n° 3052228875 SSP/RS e CPF n° 720.408.740.20 do cargo de Auxiliar Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 03 de Abril de 2017.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE - SE

PUBLIQUE - SE

CUMPRE - SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 361/2017

PORTARIA N° 361/2017

DATA: 03 de Abril de 2017.

SÚMULA: Designa o servidor **VALDIR ARAÚJO COSTA,** como Fiscal de Contrato e dá outras providencias.

ALTAMIR KÜRTEN, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa o servidor **Valdir Araújo Costa,** portador do RG n° 20. 397.665 SSP/SP e CPF n° 098.212.318.37, como Fiscal de Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO:

Número/ Ano	Contratado	Objeto
01/2016	REGIONAL TRANSPORTES.	Contratação de empresa para prestação de transporte de pacientes para o Hospital Regional de Sorriso e centro de Especialidades em Sinop - MT

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 03 DE ABRIL DE 2017.

ALTAMIR KÜRTEN

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 362/2017

PORTARIA N° 362/2017

DATA: 03 de Abril de 2017.

SÚMULA: Concede FG-10 de Fiscal de Contrato ao Sr. **Valdir Araújo Costa e** dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Concede FG-10 de Fiscal de Contrato ao Sr. Valdir Araújo Costa**,** portador do RG n° 20.397.665 SSP/SP e CPF n° 098.212.318.37 do cargo de Secretário Adjunto, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 03 de Abril de 2017.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE - SE

PUBLIQUE - SE

CUMPRE - SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 342/2017

PORTARIA N° 342/2017

DATA: 03 de Abril de 2017.

SÚMULA: Concede Elevação de Classe ao Sr. **João Carlos Moraes e** dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Concede Elevação de Classe ao Sr. **João Carlos Moraes,** portador do RG n° 1238376-7 SSP/MT e CPF n° 947.032.481.15 do cargo de Motorista, da Classe A Nível 02 para a Classe B nível 02, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Rural.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 03 de Abril de 2017.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE - SE

PUBLIQUE - SE

CUMPRE - SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 343/2017

PORTARIA N° 343/2017

DATA: 03 de Abril de 2017.

SÚMULA: Concede Elevação de Classe ao Sr. **José Marcos dos Santos Vale e** dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Concede Elevação de Classe ao Sr. **José Marcos dos Santos Vale,** portador do RG n° 1529003-4 SSP/MT e CPF n° 014.035.741.62 do cargo de Vigia, da Classe A Nível 02 para a Classe B nível 02, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 03 de Abril de 2017.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE - SE

PUBLIQUE - SE

CUMPRE - SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 349/2017

PORTARIA N° 349/2017

DATA: 03 de Abril de 2017.

SÚMULA: Exonera a pedido em Cargo Comissionado a Sra. **CLAUDINÉIA SEVERINO DE ARAÚJO RIBEIRO** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, **ALTAMIR KÜRTEN**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° - Exonerar a pedido a Sra. **Claudinéia Severino de Araújo Ribeiro,** portadora do RG n° 1.022.060-7 SEJSP/MT e CPF n° 761.793.621-49, no cargo de Assistente Adjunto, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 03 de Abril de 2017.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 344/2017

PORTARIA N° 344/2017

DATA: 03 de Abril de 2017.

SÚMULA: Concede Elevação de Classe ao Sr. **Regiran Costa Martins e** dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Concede Elevação de Classe ao Sr. Regiran Costa Martins**,** portador do RG n° 927.497 SSP/MT e CPF n° 817.785.201.97 do cargo de Motorista, da Classe A Nível 02 para a Classe B nível 02, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 03 de Abril de 2017.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE - SE

PUBLIQUE - SE

CUMPRE - SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 350/2017

PORTARIA N° 350/2017

DATA: 03 de Abril de 2.017

DESIGNA FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAMIR KÜRTEN, PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa a servidor Everson Ceser Konzen, RE: 2642 portador do RG n°: 1377774-15 SSP/MT e CPF n°: 945.010.251-15, como Fiscal do Contrato abaixo relacionado:

Número/ Ano	Contratado	Objeto
009-2017	FONTE ASSESSORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA-ME.	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de apoio técnico, assessoria e consultoria voltada a gestão pública, envolvendo área contábil, financeira, planejamento e prestações de contas.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 03 DE ABRIL DE 2017.

ALTAMIR KÜRTEN

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 348/2017

PORTARIA N° 348/2017

DATA: 03 de Abril de 2017.

SÚMULA: Nomeia em Cargo Comissionado a Sra. **CÉLIA ELY SCHNEIDER** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, **ALTAMIR KÜRTEN**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° - Nomeia em cargo comissionado a Sra. **Célia Ely Schneider,** portadora do RG n° 2.200.458-0 SESP/MT e inscrita no CPF n° 027.534.261-12, no cargo de Assistente Adjunto, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 03 de Abril de 2017.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 347/2017

PORTARIA N° 347/2017

DATA: 03 de Abril de 2017.

SÚMULA: Revoga FG-02 de R$ 400,00 a Sra. **Sirlei Andrighi de Lima e** dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Revoga FG-02 de R$ 400,00 a Sra. **Sirlei Andrighi de Lima,** portadora do RG n° 2590849-9 SSP/MT e CPF n° 000.259.300.95 no cargo de Vigia, lotada na Secretaria Municipal de Transporte e Urbanismo.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 03 de Abril de 2017.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE - SE

PUBLIQUE - SE

CUMPRE - SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 368/2017

PORTARIA N° 368/2017

DATA: 10 de Abril de 2.017

DESIGNA FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAMIR KÜRTEN, PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa o servidor **FABRICIO PROFETA DA CRUZ**,RE: 2342, portador do RG nº: 1.710.783-0 SESP/MT e CPF nº: 030.420.591.54, como Fiscal do Contrato abaixo relacionado:

Número/ Ano	Contratado	Objeto
013/ 2017	SÓ AGUAS CONSTRUÇÕES SANEAMENTO E PAVIMENTAÇÕES LTDA EPP	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de elaboração de projeto arquitetônico, projeto hidráulico, projeto sanitário, projeto elétrico e projeto estrutural, para construção do prédio da secretaria Municipal de Saúde e Saneamento do Município de Cláudia-MT.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 10 DE ABRIL DE 2017.

ALTAMIR KÜRTEN

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 351/2017

PORTARIA N° 351/2017

DATA: 03 de Abril de 2017.

SÚMULA: Revoga a servidora **MARECI SALETE COSTA RAMOS,** como Fiscal de Contratos e dá outras providencias.

ALTAMIR KÜRTEN, PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

Art. 1º - Revoga a servidora a Sra. **Mareci Salete Costa Ramos,** portadora do RG n° 1046514749 SSP/RS e CPF n° 514.718.920.34, como Fiscal do Contrato abaixo relacionado:

Contrato:

Número/ Ano	Contratado	Objeto
01/2016	REGIONAL TRANSPORTES.	Contratação de empresa para prestação de transporte de pacientes para o Hospital Regional de Sorriso e centro de Especialidades em Sinop - MT
17/2016	PETRUCCI E PETRUCCI LTDA	Serviços médicos hospitalares.
18/2016	CLAUDETE DIESEL	Locação de imóvel com finalidade de instalação da unidade de saúde PSF I.
22/2016	A J ALVES COMERCIO DE OXIGENIO LTDA ME	Aquisição de cargas de oxigênio medicinal.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 03 DE ABRIL DE 2.017.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 358/2017

PORTARIA N° 358/2017

DATA: 03 de Abril de 2017.

SÚMULA: Revoga a servidora **VALDENICE GALELLI,** como Fiscal de Ata de Registo de Preços e dá outras providencias.

ALTAIR KÜRTEN, PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

Art. 1º - Revoga a servidora **VALDENICE GALELLI**, RE: 2164, portadora do RG n°: 305.222.887-5 SSP/RS e CPF n°:720.408.740-20, como Fiscal da Ata de Registro de Preços abaixo relacionado:

ATA DE REGISTROS:

Número/ Ano	Contratado	Objeto
032/ 2016	LP COM. REP. ASSE. E PREST. DE SERVIÇOS LTDA EPP.	Registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamentos hospitalares para uso nas Unidades de Saúde do Município de Cláudia/MT.
033/ 2016	SINOMÉDICA COM. E PROD. MÉDICOS HOSPITALARES LTDA.	Registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamentos hospitalares para uso nas Unidades de Saúde do Município de Cláudia/MT.
034/ 2016	HIPERDENTAL COM. DE PROD. ODONT. E MÉDICO HOSPITALAR LTDA EPP.	Registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamentos hospitalares para uso nas Unidades de Saúde do Município de Cláudia/MT.
035/ 2016	CIRURGICA GONÇALVES LTDA EPP.	Registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamentos hospitalares para uso nas Unidades de Saúde do Município de Cláudia/MT.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 03 DE ABRIL DE 2017.

ALTAMIR KÜRTEN

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 363/2017

PORTARIA N° 363/2017

DATA: 03 de Abril de 2017.

SÚMULA: Revoga FG-01 de R$ 200,00 ao Sr. **Pedro Olegário dos Santos e** dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Revoga FG-01 de R$ 200,00 ao Sr. **Pedro Olegário dos Santos,** portador do RG n° 703700 SSP/MT e CPF n° 581.788.301.59 no cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 03 de Abril de 2017.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE - SE

PUBLIQUE - SE

CUMPRE - SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 357/2017

PORTARIA N° 357/2017

DATA: 03 de Abril de 2017.

SÚMULA: Designa a servidora **MARIA APARECIDA BUENO** como fiscal de contratos do Processo Seletivo 001/2017 da Secretária Municipal de Educação e dá outras providências.

ALTAMIR KÜRTEN, PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa a servidora **Maria Aparecida Bueno**, RE: 2160, portador do RG n°: 1.694.423-2 SSP/MT e CPF n°: 011.842.501-38, como Fiscal de Contratos referente ao Processo Seletivo 001/2017 da Secretaria Municipal de Educação, abaixo relacionados:

CONTRATOS:

PROCESSO SELETIVO 01/2017 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Número/ Ano	Contratado	Objeto
32/2017	MARIA DE FÁTIMA FATTORE	O objetivo da presente contratação temporária é com base na Lei Complementar N.º 256/2009, para a prestação de serviços na função de Técnico em Desenvolvimento Infantil e Especial; Zona Urbana, a ser desempenhada junto a Secretaria Municipal de Educação.
33/2017	ANA PAULA RODRIGUES	O objetivo da presente contratação temporária é com base na Lei Complementar N.º 256/2009, para a prestação de serviços na função de Professora 30horas; Zona Urbano, a ser desempenhada junto a Secretaria Municipal de Educação.
34/2017	ISMAEL CARNEIRO RIBEIRO	O objetivo da presente contratação temporária é com base na Lei Complementar N.º 256/2009, para a prestação de serviços na função de Professor 30horas; Zona Rural, Assentamento Zumbi dos Palmares, a ser desempenhada junto a Secretaria Municipal de Educação.
35/2017	MARIA NUNES DE SOUZA	O objetivo da presente contratação temporária é com base na Lei Complementar N.º 256/2009, para a prestação de serviços na função de Professora 30horas; Zona Rural, Assentamento Zumbi dos Palmares, a ser desempenhada junto a Secretaria Municipal de Educação.
36/2017	DAIANE APARECIDA LEMOS	O objetivo da presente contratação temporária é com base na Lei Complementar N.º 256/2009, para a prestação de serviços na função de Professor 30horas; Zona Rural, Assentamento Keno, a ser desempenhada junto a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 03 DE ABRIL DE 2017.

ALTAMIR KÜRTEN

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 366/2017

PORTARIA N° 366/2017

DATA: 07 de Abril de 2017.

SÚMULA: Revogar FG - 04 R$ 800,00 a Sra. **MARIA APARECIDA BUENO** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, **ALTAMIR KÜRTEN**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° - **Revogar** FG-04 de R$ 800,00 a Sra. **Maria Aparecida Bueno,** RE: 2160, portadora do RG n°: 1.694.423-2 SSP/MT e inscrita no CPF n°: 011.842.501-38, no cargo de Assistente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 07 de Abril de 2017.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 345/2017

PORTARIA N° 345/2017

DATA: 03 de Abril de 2017.

SÚMULA: Atribui função a Sra. **LUCIMARA PAGLIARI** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, **ALTAMIR KÜRTEN**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° - Atribui a função de ASSISTENTE SOCIAL a servidora **LUCIMARA PAGLIARI,** Re: 2490, portadora do RG n° 2.569.680-7 SEJSP/MT e inscrita no CPF n° 024.849.701-45, no cargo de Diretora de Departamento, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 03 de Abril de 2017.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 356/2017

PORTARIA N° 356/2017

DATA: 03 de Abril de 2017.

SÚMULA: Revoga a servidora **VALDENICE GALELLI,** como Fiscal de Ata de Registo de Preços e dá outras providencias.

ALTAMIR KÜRTEN, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

Art. 1º - Revoga a servidora **VALDENICE GALELLI**, RE: 2164, portadora do RG n°: 305.222.887-5 SSP/RS e CPF n°:720.408.740-20, como Fiscal da Ata de Registro de Preços abaixo relacionado:

ATA DE REGISTROS:

Número/ Ano	Contratado	Objeto
029/ 2016	BIO DONNA LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS LTDA ME	Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para realização de exames laboratoriais em entendimento a atenção básica da população deste município de Cláudia-MT

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 03 DE ABRIL DE 2017.

ALTAMIR KÜRTEN

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 346/2017

PORTARIA N° 346/2017

DATA: 03 de Abril de 2017.

SÚMULA: Concede Elevação de Nível a Sra. **Roseli Ferreira e** dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Concede Elevação de Nível a Sra. **Roseli Ferreira,** portadora do RG n° 862.947 SSP/MT e CPF n° 534.893.731.20 do cargo de Zeladora, da Classe A Nível 07 para a Classe A nível 08, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 03 de Abril de 2017.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE - SE

PUBLIQUE - SE

CUMPRE - SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 354/2017

PORTARIA N° 354/2017

DATA: 03 de Abril de 2017.

SÚMULA: Revoga FG-10 de Fiscal de Contrato a Sra. Ma**reci Salete Costa Ramos e** dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Revoga FG-10 de Fiscal de Contrato a Sra. Ma**reci Salete Costa Ramos,** portadora do RG n° 1046514749 SSP/RS e CPF n° 514.718.920.34 do cargo de Técnico Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 03 de Abril de 2017.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE - SE

PUBLIQUE - SE

CUMPRE - SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 352/2017

PORTARIA N° 352/2017

DATA: 03 de Abril de 2017.

SÚMULA: Revoga a servidora **MARECI SALETE COSTA RAMOS,** como Fiscal de Ata de Registo de Preços e dá outras providencias.

ALTAMIR KÜRTEN, PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

Art. 1º - Revoga a servidora **Mareci Salete Costa Ramos**, RE: 2005, portadora do RG n°: 104.651.474-9 SSP/RS e CPF n°: 514.718.920.34, como Fiscal de Ata de Registros abaixo relacionados:

ATA DE REGISTROS:

Número/ Ano	Contratado	Objeto
021/ 2016	HIPERDENTAL COM. DE PROD. ODONT. E MÉDICO HOSPITALAR LTDA EPP.	Registro de preços para futura eventual aquisição de materiais odontológicos e ambulatoriais diversos para a Secretaria Municipal de Saúde e PSF'S.
022/ 2016	IBF INDUSTRIA BRASILEIRA DE FILMES S/A.	Registro de preços para futura eventual aquisição de materiais odontológicos e ambulatoriais diversos para a Secretaria Municipal de Saúde e PSF'S.
023/ 2016	LP COM. REP. ASSE. E PREST. DE SERVIÇOS LTDA EPP.	Registro de preços para futura eventual aquisição de materiais odontológicos e ambulatoriais diversos para a Secretaria Municipal de Saúde e PSF'S.
024/ 2016	DELTA MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.	Registro de preços para futura eventual aquisição de materiais odontológicos e ambulatoriais diversos para a Secretaria Municipal de Saúde e PSF'S.
025/ 2016	RECMED COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES EIRELI.	Registro de preços para futura eventual aquisição de materiais odontológicos e ambulatoriais diversos para a Secretaria Municipal de Saúde e PSF'S.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 03 DE ABRIL DE 2017.

ALTAMIR KÜRTEN

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 353/2017

PORTARIA N° 353/2017

DATA: 03 de Abril de 2017.

SÚMULA: Revoga a servidora MARECI SALETE COSTA RAMOS, como Fiscal de Ata de Registo de Preços e dá outras providencias.

ALTAMIR KÜRTEN, PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

Art. 1º - Revoga a servidora **MARECI SALETE COSTA RAMOS**, RE: 2005, portadora do RG n°: 104.651.474-9 SSP/RS e CPF n°: 514.718.920. 34, como Fiscal de Ata de Registros abaixo relacionados:

ATA DE REGISTROS:

Número/ Ano	Contratado	Objeto
027/ 2016	VALDELICIO MOREIRA TOBIAS ME.	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de hospedagem, alimentação (café da manhã, almoço, lanche da tarde e janta) e transporte dos pacientes do local da hospedagem da contratada até os hospitais, clínicas e locais de atendimento.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 03 DE ABRIL DE 2017.

ALTAMIR KÜRTEN

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 355/2017

PORTARIA N° 355/2017

DATA: 03 de Abril de 2017.

SÚMULA: Designa o servidor **VALDIR ARAÚJO COSTA,** como Fiscal de Ata de Registo de Preços e dá outras providencias.

ALTAMIR KÜRTEN, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa o servidor **Valdir Araújo Costa,** portador do RG n° 20. 397.665 SSP/SP e CPF n° 098.212.318.37, como Fiscal da Ata de Registro de Preços abaixo relacionado:

ATA DE REGISTROS:

Número/ Ano	Contratado	Objeto
027/ 2016	VALDELICIO MOREIRA TOBIAS ME.	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de hospedagem, alimentação (café da manhã, almoço, lanche da tarde e janta) e transporte dos pacientes do local da hospedagem da contratada até os hospitais, clínicas e locais de atendimento.
029/ 2016	BIO DONNA LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS LTDA ME	Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para realização de exames laboratoriais em entendimento a atenção básica da população deste município de Cláudia-MT
032/ 2016	LP COM. REP. ASSE. E PREST. DE SERVIÇOS LTDA EPP.	Registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamentos hospitalares para uso nas Unidades de Saúde do Município de Cláudia/MT.
033/ 2016	SINOMÉDICA COM. E PROD. MÉDICOS HOSPITALARES LTDA.	Registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamentos hospitalares para uso nas Unidades de Saúde do Município de Cláudia/MT.
034/ 2016	HIPERDENTAL COM. DE PROD. ODONT. E MÉDICO HOSPITALAR LTDA EPP.	Registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamentos hospitalares para uso nas Unidades de Saúde do Município de Cláudia/MT.
035/ 2016	CIRURGICA GONÇALVES LTDA EPP.	Registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamentos hospitalares para uso nas Unidades de Saúde do Município de Cláudia/MT.
047/ 2016	TWI Empreendimentos Tecnológicos e Turismo Ltda ME.	Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa de assessoria e consultoria com instrumentos de gestão em saúde para controle das unidades integradas com o Ministério da Saúde na modalidade para agente de saúde com computação em nuvem integrado com Ministério da Saúde; manutenção legal e corretiva durante o período contratual, suporte técnico, configuração, parametrização e customização para adaptar o sistema ás necessidades do Município de Cláudia – MT, com capacitação das diretorias e unidades assistências de saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 03 DE ABRIL DE 2017.

ALTAMIR KÜRTEN

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 364/2017

PORTARIA N° 364/2017

DATA: 04 de Abril de 2017.

SÚMULA: Designa o servidor **VALDIR ARAÚJO COSTA,** como Fiscal de Contrato e dá outras providencias.

ALTAMIR KÜRTEN, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa o servidor **Valdir Araújo Costa,** Re: 122, portador do RG n° 20.397.665 SSP/SP e CPF n° 098.212.318.37, como Fiscal de Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO:

Número/ Ano	Contratado	Objeto
010/ 2017	ELIANDRA CRISTINA SABO	Locação de um imóvel para instalações da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, situado na avenida Presidente Eurico Gaspar Dutra, nº 1.065, Bairro Centro, Cláudia/MT, conforme dispensa de licitação nº 007/2017.
011/ 2017	RUDINEY BERGAMIN	Locação de um imóvel, situado na Rua José de Mesquita, nº 1.915, Bairro Campo Verde, Cláudia/MT, com finalidade de instalação da Unidade de Saúde PSF I, conforme dispensa de licitação nº 008/2017.
012/ 2017	CLAUDINEI FERREIRA DA SILVA	Locação de um imóvel, situado na Rua Hermes da Fonseca, nº 323, Bairro Centro, Cláudia/MT, com finalidade de instalação da Unidade de Saúde PSF II, conforme dispensa de licitação nº 009/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 04 DE ABRIL DE 2017.

ALTAMIR KÜRTEN

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 367/2017

PORTARIA N° 367/2017

DATA: 10 de Abril de 2017.

SÚMULA: Nomeia em Cargo Comissionado o (a) Sr. (a) **CRISTIANE DE MARCHI** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, **ALTAMIR KÜRTEN**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° - Nomear em cargo comissionado o a Sr. (a) **Cristiane de Marchi,** portador (a) do RG n° 1.832.932-2 SSP/MT e inscrito (a) no CPF n° 823. 734.001-97, no cargo de Chefe de Departamento, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias, em especial a Portaria Nº 271/2017 de 20 de fevereiro de 2.017.

Cláudia-MT, 10 de Abril de 2017.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 027/2017.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 027/2017.

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Cláudia, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de Cláudia, de um lado o **MUNICÍPIO DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.310.499/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, oSrº. ALTAMIR KURTEN, brasileiro, agente político, portador da Cédula de Identidade Nº 1815705 SSP/MT e inscrito no CPF: Nº 403.786.169-00, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa **LOURDES GASSEN-ME**, inscrita no CNPJ sob o n.º 11.906. 099/0001-01 e Inscrição Estadual n.º13.593.210-6 estabelecida a Avenida Juscelino Kubitschek, CHACARA, n.º 044 bairro, ZONA RURAL, cidade de CLÁUDIA-MT, neste ato representada pela Srª LOURDES GASSEN, portadora do CIRG n.º 13/R-1.417.415 SSP/SC e CIC n.º 440.815.960-34, doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10. 520/2002, e alterações posteriores, que regulamenta o Pregão Presencial e Registro de Preços no Município de CLÁUDIA e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL nº 025/2017**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

1 - DO OBJETO:

1.1 REGISTRODE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MARMITEX PARA FUNCIONÁRIOS A SERVIÇOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE CLÁUDIA/MT, sendo na oportunidade registrados o seguinte item e valores:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR GLOBAL
01	MARMITEX	3.055	12,80	39.104,00
	VALOR TOTAL			39.104,00

TOTAL: R$ 39.104,00 (Trinta e nove mil e cento e quatro reais).

2 - DOS PRAZOS:

2.1 As produtos deverão ser fornecidos de forma parcelada, conforme necessidade das Secretarias Municipais.

2.2 Quando solicitado, o licitante vencedor deverá entregar os produtos licitados no prazo máximo de 03 (três) horas, contados do momento da solicitação do Departamento competente.

2.2.1 Eventualmente, os produtos poderão ser retirados diretamente no estabelecimento da licitante vencedora.

2.3 Os produtos deverão ser entregues sem nenhum ônus adicional para a Prefeitura, no local indicado pela Secretaria solicitante, no prazo acima detalhado, conforme quantidade determinadana solicitação.

2.4 A entrega deverá estar em conformidade com o requerido pela Secretaria interessada, sendo somente aceito após a verificação do cumprimento das especificações contidas neste edital.

2.5 A ata de registro de preços terá validade 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

2.5.1 As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57 da Lei 8. 666/1993.

2.6 O objeto licitado somente será adquirido se houver a eventual necessidade de aquisição da Prefeitura Municipal de Cláudia - MT.

3 – DA FORMA DE PAGAMENTO:

3.1 Os pagamentos serão efetuados após a comprovação da entrega das mesmas licitadas, em até 30 (trinta) dias.

3.2O Detentor da Ata deverá encaminhar as Notas Fiscais ao Departamento Competente que as receberá provisoriamente, para posterior comprovação de conformidade dos produtos de acordo com a especificação constante do edital e da proposta apresentada, bem como da comprovação da quantidade e qualidade dos produtos mediante recibo.

3.3 Nenhuma fatura que contrarie as especificações contidas nas propostas será liberada antes de executadas a devida correção e antes que seja apresentada a comprovação do cumprimento das obrigações tributárias e sociais legalmente exigidas.

3.4 Em hipótese alguma será feito o pagamento antecipado.

4 -DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DAS MARMITEX:

4.1 Os produtos serão entregues de forma parcelada no decorrer dos 12 (doze) meses, devendo sempre obedecer o prazo previsto no item 2.2.

4.2 Os produtos deverão ser entregues sem nenhum ônus adicional para a Prefeitura, após cada solicitação da Secretaria interessada.

5 – DO REAJUSTAMENTO:

5.1 Os preços serão fixos e irreajustáveis, salvo mudanças nas medidas econômicas do Governo Federal.

5.1.1 Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do futuro contrato, em face dos aumentos de custo que não possam, por vedação legal, ser refletidos através de reajuste ou revisão de preços básicos, as partes de comum acordo, com base no artigo 65, II "d", da Lei de Licitações (Lei Federal n° 8.666/ 93) buscarão uma solução para a questão. Durante as negociações, a empresa contratada em hipótese alguma poderá paralisar o fornecimento de produtos.

6 - DAS OBRIGAÇÕES/RESPONSABILIDADES DA DETENTORA DA ATA:

6.1 Entregar os produtos licitados parceladamente no decorrer dos 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura da Ata de Registro de Preços, nas condições e prazos exigidos;

6.2 Responsabilizar-se pelos encargos decorrentes do cumprimento das obrigações supramencionadas, bem como pelo recolhimento de todos os

impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, que incidam ou venham incidir sobre o objeto desta licitação, bem como apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pelo Município de Cláudia – MT;

6.3 Responsabilizar pelos prejuízos causados ao Município de Cláudia - MT ou a terceiros, por atos de seus empregados ou prepostos.

7 - DAS RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO:

7.1 Utilizar-se dos produtos e realizar sua análise quanto à quantidade e qualidade;

7.2 Efetuar o pagamento no prazo estabelecido neste edital;

7.3 Informar à Detentora da Ata o nome do funcionário responsável pela assinatura das Ordens de Fornecimento.

8 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

8.1 As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias consignados no Orçamento desta Prefeitura, e serão empenhadas no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Cláudia.

9 – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

9.1O presente instrumento é regido pela Lei nº 10.520/02 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93, e legislação complementar, bem como pelas cláusulas e condições constantes do **PREGÃO Nº 025/2017– REGISTRO DE PREÇOS.**

10 – DO FORO:

10.1 Para dirimir quaisquer questões porventura decorrentes desta ata, elegem as partes o foro da Comarca de Cláudia - MT, renunciando desde já a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, segue assinada pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que assinam na presença das testemunhas abaixo.

CLÁUDIA-MT 02 de Maio de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - MT

ALTAMIR KURTEN

Prefeito Municipal

LOURDES GASSEN-ME

EMPRESA DETENTORA DA ATA

LOURDES GASSEN

CNPJ: 11.906.099/0001-01

Testemunhas:

1. _____	2. _____
Nome: Ademilson Custodio	Nome: Celir Coan
CPF: 968.570.051-68	CPF: 738.436.959-20
RG: 14464764 SSP/MT	RG: 42669245 SSP/PR

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 375/2017

PORTARIA N° 375/2017

DATA: 17 de Abril de 2017.

SÚMULA: Designa o servidor **VALDIR ARAÚJO COSTA,** como Fiscal de Ata de Registo de Preços e dá outras providencias.

ALTAMIR KÜRTEN, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa o servidor **Valdir Araújo Costa,** Re: 0122, portador do RG n° 20.397.665 SSP/SP e CPF n° 098.212.318.37, como Fiscal da Ata de Registro de Preços abaixo relacionado:

ATA DE REGISTROS:

Número/ Ano	Contratado	Objeto
026/ 2017	BIO DONNA LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS LTDA ME	Futura e eventual contratação de empresa para realização de exames laboratoriais em entendimento a atenção básica da população deste município de Cláudia-MT

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 17 DE ABRIL DE 2017.

ALTAMIR KÜRTEN

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 374/2017

PORTARIA N° 374/2017

DATA: 17 de Abril de 2017.

SÚMULA: Designa a servidora **MARIA APARECIDA BUENO** como fiscal de contratos do Processo Seletivo 001/2017 da Secretária Municipal de Educação e dá outras providências.

ALTAMIR KÜRTEN, PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa a servidora **Maria Aparecida Bueno**, RE: 2160, portador do RG n°: 1.694.423-2 SSP/MT e CPF n°: 011.842.501-38, como Fiscal de Contratos referente ao Processo Seletivo 001/2017 da Secretaria Municipal de Educação, abaixo relacionados:

CONTRATOS:

PROCESSO SELETIVO 01/2017 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Número/ Ano	Contratado	Objeto
38/2017	GÉSSICA DANGLEI RODRIGUES BARBOSA	O objetivo da presente contratação temporária é com base na Lei Complementar N.º 256/2009, para a prestação de serviços na função de Professora 30horas; Zona Urbana, a ser desempenhada junto a Secretaria Municipal de Educação.
39/2017	SILVIA STREGE	O objetivo da presente contratação temporária é com base na Lei Complementar N.º 256/2009, para a prestação de serviços na função de Técnico em Desenvolvimento Infantil e Espécial; Zona Urbana, a ser desempenhada junto a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 17 DE ABRIL DE 2017.

ALTAMIR KÜRTEN

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 365/2017

PORTARIA N° 365/2017

DATA: 07 de Abril de 2017.

SÚMULA: Exonerar em Cargo Comissionado o Sr. **LEANDRO ALUÍSIO GRAEBNER** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, **ALTAMIR KÜRTEN**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° - Exonerar o Sr. **Leandro Aluísio Graebner,** portador do RG n° 1. 643.266-5 SJSP/MT e CPF n° 022.045.831-62 no cargo de Assessor de Impressa e Comunicação, lotado no Gabinete do Prefeito.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 07 de Abril de 2017.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 369/2017

PORTARIA N° 369/2017

DATA: 10 de Abril de 2017.

SÚMULA: Designa a servidora **MARIA APARECIDA BUENO** como fiscal de contratos do Processo Seletivo 001/2017 da Secretária Municipal de Educação e dá outras providências.

ALTAMIR KÜRTEN, PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa a servidora **Maria Aparecida Bueno**, RE: 2160, portador do RG n°: 1.694.423-2 SSP/MT e CPF n°: 011.842.501-38, como Fiscal de Contratos referente ao Processo Seletivo 001/2017 da Secretaria Municipal de Educação, abaixo relacionados:

CONTRATOS:

PROCESSO SELETIVO 01/2017 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Número/ Ano	Contratado	Objeto
37/2017	RAQUEL DA SILVA MARINS	O objetivo da presente contratação temporária é com base na Lei Complementar N.º 256/2009, para a prestação de serviços na função de Professora 30horas (Magistério); Zona Urbana, a ser desempenhada junto a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 10 DE ABRIL DE 2017.

ALTAMIR KÜRTEN

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 371/2017

PORTARIA N° 371/2017

DATA: 13 de Abril de 2017.

SÚMULA: Nomeia em Cargo Comissionado a Sra. **JHENIFFER NAYARA DOS SANTOS SILVESTRE** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, **ALTAMIR KÜRTEN**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° - Nomeia em cargo comissionado a Sra. **Jheniffer Nayara Dos Santos Silvestre,** portadora do RG n° 4.391.062 SESP/SC e inscrita no CPF n° 075.630.339-71, no cargo de Monitora de Programa, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 13 de Abril de 2017.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 373/2017

PORTARIA N° 373/2017

DATA: 17 de Abril de 2.017

DESIGNA FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAMIR KÜRTEN, PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa a servidor **Everson Ceser Konzen**, RE: 2642 portador do RG n°: 1377774-15 SSP/MT e CPF n°: 945.010.251-15, como Fiscal do Contrato abaixo relacionado:

Número/ Ano	Contratado	Objeto
024/ 2017	ALINE MESSIAS ME	Futura e eventual aquisição de toners novos, recargas de toners, unidade de cilindro, para suprir as necessidades das Secretarias Municipais de Cláudia/ MT.
025/ 2017	AMAURI ROBERTO DE ARAUJO ME	Futura e eventual aquisição de toners novos, recargas de toners, unidade de cilindro, para suprir as necessidades das Secretarias Municipais de Cláudia/ MT.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 17 DE ABRIL DE 2017.

ALTAMIR KÜRTEN

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 372/2017

PORTARIA N° 372/2017

DATA: 14 de Abril de 2017.

SÚMULA: Concede Retorno de Licença Maternidade a Sra. **Valdete Aparecida Porfiro** e dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° - Conceder retorno de Licença Maternidade a Sra. **Valdete Aparecida Porfiro,** portadora do RG n° 0960320-4 SEJSP/MT e CPF n° 028.170. 221.73, no cargo de Zeladora, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 14 de Abril de 2017.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 359/2017

PORTARIA N° 359/2017

DATA: 03 de Abril de 2017.

SÚMULA: Revoga a servidora **VALDENICE GALELLI,** como Fiscal de Ata de Registo de Preços e dá outras providencias.

ALTAMIR KÜRTEN, PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

Art. 1º - Revoga a servidora **VALDENICE GALELLI**, RE: 2164, portadora do RG n°: 305.222.887-5 SSP/RS e CPF n°:720.408.740-20, como Fiscal da Ata de Registro de Preços abaixo relacionado:

ATA DE REGISTROS:

Número/ Ano	Contratado	Objeto
047/ 2016	TWI Empreendimentos Tecnológicos e Turismo Ltda ME.	Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa de assessoria e consultoria com instrumentos de gestão em saúde para controle das unidades integradas com o Ministério da Saúde na modalidade para agente de saúde com computação em nuvem integrado com Ministério da Saúde; manutenção legal e corretiva durante o período contratual, suporte técnico, configuração, parametrização e customização para adaptar o sistema ás necessidades do Município de Cláudia – MT, com capacitação das diretorias e unidades assistências de saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 03 DE ABRIL DE 2017.

ALTAMIR KÜRTEN

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 370/2017

PORTARIA N° 370/2017

DATA: 13 de Abril de 2017.

SÚMULA: Conceder Licença Saúde ao Sr. **CLÉLIO SCHMENGER** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, **ALTAMIR KÜRTEN**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° - Conceder Licença Saúde ao Sr. **CLÉLIO SCHMENGLER,** portador do RG n° 37903353 SSP/PR e inscrito no CPF n° 453.613.639.87, no cargo de motorista, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 13 de Abril de 2017.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

DECRETO MUNICIPAL Nº. 1423/2016, DE 31 DE JANEIRO DE 2017.

DECRETO MUNICIPAL Nº. 1423/2016, DE 31 DE JANEIRO DE 2017.

"Nomeia Servidores efetivo como fiscal de contratos do Município de Cocalinho e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e ao disposto no inciso III do art. 58 combinado com art. 67 da Lei 8.666/93 e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam designadas as servidoras efetivas.

a) Ana Paula Nogueira Matias, brasileira, casada,portadora da CI-RG **n.º 1639465-8 SSP/MT** e inscrita no **CPF** sob o nº 018**.506.231-80,** lotada no cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, fiscal de contratos na(**Prefeitura Municipal**). **b) Helenita Pereira da Silva,** brasileira, casada,portadora da CI-RG **n.º 4034269 DGPC/GO** e inscrita no **CPF** sob o nº **898.933.281-87,** lotada no cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, fiscal de contratos na(**Secretaria Municipal de Saúde**). **c) Cristina Santos Rodrigues,** brasileira, portadora da CI-RG **n.º 4349052 SSP/MT** e inscrita no **CPF** sob o nº 931**.781.071-34,** lotada no cargo efetivo de Auxiliar de Assistência Social, fiscal de contratos na(**Secretária Municipal de Assistência e Promo-**

ção Social). **d) Maria do Desterro Evaristo Soares,** brasileira, divorciada,portadora da CI-RG **n.º 1.291.027-9 SSP/MT** e inscrita no **CPF** sob o nº 883**.963.041-49,** lotada no cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, fiscal de contratos na(**Secretária Municipal de Educação e Cultura**).

Art. 2º. Quando necessário, as Fiscais, ora nomeadas, solicitaram auxílio de outros servidores, ou ainda, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la na sua atribuição.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a dois de janeiro de 2017, revogando-se as disposições em contrario.

Gabinete da Prefeita de Cocalinho, Estado de Mato Groso, aos trinta e um dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e dezessete.

Dalva Maria de Lima Peres

Prefeita Municipal

Paulo Sergio Felipe dos Santos

Secretário de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 002/2016

CONTRATO Nº. **245/2017**

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: **CRISTIANE RODRIGUES REIS**

OBJETO: O contratado prestará serviços na função de Professor (a), junto a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

VALOR: R$: 2.587,22 (Dois mil e quinhentos e oitenta e sete reais e vinte e dois centavos) mensais.

VIGÊNCIA: **18/04/2017 a 21/12/2017**

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 002/2016

CONTRATO Nº. **246/2017**

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: **JULIANA MACHADO**

OBJETO: O contratado prestará serviços na função de Professor (a), junto a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

VALOR: R$: 2.587,22 (Dois mil e quinhentos e oitenta e sete reais e vinte e dois centavos) mensais.

VIGÊNCIA: **18/04/2017 a 21/12/2017**

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 002/2016

CONTRATO Nº. **242/2017**

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: **KAUANE APARECIDA RIBEIRO**

OBJETO: O contratado prestará serviços na função de Técnico em Desenvolvimento Infantil, junto a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

VALOR: R$: 1.286,22 (Hum mil e duzentos e oitenta e seis reais e vinte e dois centavos) mensais.

VIGÊNCIA: **18/04/2017 a 21/12/2017**

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
TERMO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO Nº. 001/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE COLIDER, ESTADO DE MATO GROSSO E MITRA DIOCESANA DE SINOP-PARÓQUIA PAPA JOÃO XXIII

OBJETO: Concessão de direito real de uso de um terreno público, objeto da Matrícula nº. 9.996 do Livro 2 do 1º Serviço Registral da Comarca de Colíder com área total de 1.976 m2 com os seguintes limites e confrontações: tem seu marco 0pp cravado na interseção do alinhamento predial das ruas Ulisses Guimarães com a Rua Piauçu, daí segue pelo alimento predial, com distancia de 95,00 metros até o marco 1, daí deflete para a esquerda, com uma distancia de 6,00 metros, confrontando com a Travessa Piau, até o marco 2, daí deflete para a esquerda, e segue pelo alinhamento predial da Rua Lambari, com uma distancia de 61,00 metros, até o marco 3, daí segue pelo mesmo alinhamento predial, com uma distancia de 39,00 metros, até o marco 4, cravado no alinhamento predial da Rua Piauçu, daí deflete para a esquerda, com uma distancia de 27,00 metros, até o marco 0pp, nesta cidade de Colíder/MT, conforme Lei nº. 2925 de 28 de março de 2017.

DATA DE ASSINATURA: 25/04/2017

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 002/2016

CONTRATO Nº. **247/2017**

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: **LORILENE FALCHETTI**

OBJETO: O contratado prestará serviços na função de Professor (a), junto a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

VALOR: R$: 1.552,33 (Hum mil e quinhentos e cinquenta e dois reais e trinta e três centavos) mensais.

VIGÊNCIA: **18/04/2017 a 07/07/2017**

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
DECRETO Nº. 042/2017

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÕES NO DECRETO Nº. 065/2016 QUE DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS CONSELHEIROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ACORDO COM A LEI Nº. 599/1.997 E LEI Nº. 2703/2013.

O Prefeito Municipal de Colider-MT, Excelentíssimo Senhor **NOBORU TOMIYOSHI**, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - Promover substituições e inclusões de novos membros do Conselho Municipal de Educação, conforme segue:

II – Um representante da Prefeitura

Titular: Marcelo Vacaro de Aquino

Suplente: Lázaro dos Santos Nunes

IX – Um representante dos vereadores que componha a Comissão Permanente de educação

Titular: Edina Martins de Oliveira

Suplente: Ricardo Caldeira Rezende

Art. 2° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colider- MT, em 25 de abril de 2017.

NOBORU TOMIYOSHI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 002/2016

CONTRATO Nº. **248/2017**

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: **ALCIONE PINTO DA SILVA**

OBJETO: O contratado prestará serviços na função de Professor (a), junto a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

VALOR: R$: 2.587,22 (Dois mil e quinhentos e oitenta e sete reais e vinte e dois centavos) mensais.

VIGÊNCIA: **18/04/2017 a 07/07/2017**

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 002/2016

CONTRATO Nº. **243/2017**

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: **NATALLY RIVADAVIA VITAL**

OBJETO: O contratado prestará serviços na função de Técnico em Desenvolvimento Infantil, junto a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

VALOR: R$: 1.286,22 (Hum mil e duzentos e oitenta e seis reais e vinte e dois centavos) mensais.

VIGÊNCIA: **18/04/2017 a 21/12/2017**

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 002/2016

CONTRATO Nº. **249/2017**

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: **JAKELINE PEREIRA LIMA**

OBJETO: O contratado prestará serviços na função de Professor (a), junto a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

VALOR: R$: 2.587,22 (Dois mil e quinhentos e oitenta e sete reais e vinte e dois centavos) mensais.

VIGÊNCIA: **18/04/2017 a 21/12/2017**

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 002/2016

CONTRATO Nº. **244/2017**

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: **ELIZANGELA GONÇALVES MACHADO**

OBJETO: O contratado prestará serviços na função de Técnico em Desenvolvimento Infantil, junto a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

VALOR: R$: 1.286,22 (Hum mil e duzentos e oitenta e seis reais e vinte e dois centavos) mensais.

VIGÊNCIA: **18/04/2017 a 07/07/2017**

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
TERMO DE REINÍCIO DE OBRA

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER-MT**, inscrita no CNPJ/MF nº 15.023.930/0001-38, sito a Travessa dos Parecis nº. 85, Setor Leste, neste ato representada pelo Sr. **NOBORU TOMIYOSHI**, Prefeito Municipal, portador da RG nº. 15.462.376 SSP/SP e inscrito no CNPF/MF sob o nº 074. 079.168-02, nos termos do que estabelecem as cláusulas do Contrato nº. 055/2016, realizado entre o MUNICÍPIO DE COLÍDER – MT e a empresa **CEREZOLI & SANTOS LTDA - ME**, objetivando a Execução da Obra de **PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO VIÁRIA NOS TREVOS DE ACESSO À CIDADE DE COLÍDER, ENTORNO DA RODOVIA MT-320,** consoante Planilhas Orçamentárias, Memorial Descritivo e Projeto Planta do Edital de Tomada de Preços nº. 006/2016 vem informar o reinício da obra a partir de 02 de maio de 2017.

Dê-se ciência ao contratado.

Colider-MT, 02 de maio de 2017.

NOBORU TOMIYOSHI

Prefeito Municipal de Colider-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

PORTARIA N° 036/2017

PORTARIA N° 036/2017

EMENTA: "CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR DA CAMARA MUNICIPAL DE COLNIZA/MT "

O Presidente da **CÂMARA MUNICIPAL DE COLNIZA**, **Estado de Mato Grosso**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedido o gozo de férias a Servidora **GEISEANE GONÇALVES DOS SANTOS,** servidora comissionada da Câmara Municipal de Colniza, Estado de Mato Grosso, ocupante do cargo de Assessora da Presidência, **DAS 05**, **no período de 01.05.2017 a 31.05.2017**, referente o período aquisitivo de Setembro de 2015 a Setembro de 2016.

Art. 2º - As despesas decorrentes da presente portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se. Publica-se. Cumpra-se

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Colniza/MT, 02 de maio de 2017.

Rodolfo Cesar Andrade Gonçalves

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

ERRATA N.º 001/2017 DE: 28.04.2017 - ERRATA DO EDITAL N.º 006, DE 30.03.2017

ERRATA do Edital n.º 006, de 30.03.2017

Errata n.º 001/2017

De: 28.04.2017

ONDE SE LÊ:

Será realizada **AUDIÊNCIA PÚBLICA** no local, data e horário abaixo indicado, para a apresentação, discussão e validação da Proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, para o exercício de 2018.

LEIA-SE:

Será realizada **AUDIÊNCIA PÚBLICA** no local, data e horário abaixo indicado, para a apresentação, discussão e validação da Proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, para o exercício de 2018, em conjunto com o COMODORO-PREVI e Câmara Municipal de Comodoro.

Gabinete da Prefeita Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 28 dias do mês de abril de 2017.

Jeferson Ferreira Gomes

Prefeito Municipal

Registre e Publique-se

TERMO DE ERRATA DE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 040/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO/MT

TERMO DE ERRATA

Foi publicado no dia 28 de abril de 2017, na página 195 do Diário Oficial Eletrônico dos Municípios-AMM, e no dia 02 de Maio de 2017, na página 32 do Jornal oficial do estado - TCE/MT, o extrato do Aviso de Edital de Abertura do Pregão Presencial nº 040/2017,

Onde se lê:

O Município de Comodoro, Estado de Mato Grosso, através da Pregoeira Aryadne Guilherme da Silva, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS - EDITAL n° 040/2017, tendo como objeto**: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE DIVISÓRIAS DE EUCATEX, VIDROS, PERSIANAS E ACESSÓRIOS PARA PORTAS E JANELAS, PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS**, cuja abertura ocorrerá às 09:00 horas do dia 15/05/2017, na sede da Prefeitura Municipal, situada à Rua Espírito Santo nº 199 E – Centro – CEP: 78.310-000 - Comodoro – MT. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sala de Licitações e no site: www.comodoro.mt.gov.br/portal transparência. Qualquer informação poderá ser obtida pelo telefone (0xx65) 3283-2404 com a Pregoeira/Equipe de Apoio das 8:00 às 11:00 horas.

Comodoro – MT, 27 de abril de 2017

Aryadne Guilherme da Silva

Pregoeira

Leia-se:

O Município de Comodoro, Estado de Mato Grosso, através da Pregoeira Aryadne Guilherme da Silva, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS - EDITAL n° 040/2017, tendo como objeto**: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE DIVISÓRIAS, VIDROS, PERSIANAS E ACESSÓRIOS PARA PORTAS E JANELAS, PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS**, cuja abertura ocorrerá às 09:00 horas do dia 15/05/2017, na sede da Prefeitura Municipal, situada à Rua Espírito Santo nº 199 E – Centro – CEP: 78.310-000 - Comodoro – MT. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sala de Licitações e no site: www.comodoro.mt.gov.br/portal transparência. Qualquer informação poderá ser obtida pelo telefone (0xx65) 3283-2404 com a Pregoeira/Equipe de Apoio das 8:00 às 11:00 horas.

Comodoro – MT, 27 de abril de 2017

Aryadne Guilherme da Silva

Pregoeira

DECRETO N.º 025/2017 DE: 02.05.2017

DECRETO N.º 025/2017

DE: 02.05.2017

"Declara Situação de Emergência descritas no art. 1º, deste Decreto afetadas pelo evento Tempestade Local/Convectiva – Chuvas Intensas COBRADE 13214, conforme IN/MI nº 02/2016, e dá outras providências."

JEFERSON FERREIRA GOMES, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, contidas na Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a quantidade enorme de chuvas que assolam as comunidade e áreas, como Ponte do Rio Piolho Macuco, Granja, Zamban, Colônia dos Mineiros, Padronal, Gleba Mazutti, Miranda Estancia, Alvorada, Macuquinho XII de Outubro, Sperafico, Santa Paula, Barra Mansa, Boi Bom, Santo Reis, Bom Jesus, Bacuri, Caprioli e Pontes de acesso à Noroagro (Comunidade Noroagro);

CONSIDERANDO que em decorrência dos danos as comunidades não terão acesso/deslocamento à saúde e escola (transporte escolar), e

CONSIDERANDO que em decorrência dos danos o transporte de soja, leite e outros produtos agrícolas, ficam prejudicados, inclusive com perdas,

DECRETA

Art. 1º. Fica declarada Situação de Emergêncianas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como **Tempestade Local/Convectiva – Chuvas Intensas COBRADE 13214, conforme IN/MI nº 02/2016,** nas áreas do município como Ponte do Rio Piolho Macuco, Granja, Zamban, Colônia dos Mineiros, Padronal, Gleba Mazutti, Miranda Estancia, Alvorada, Macuquinho XII de Outubro, Sperafico, Santa Paula, Barra Mansa, Boi Bom, Santo Reis, Bom Jesus, Bacuri, Caprioli e Pontes de acesso à Noroagro (Comunidade Noroagro).

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I- penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II- usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único. Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666, de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 02 dias do mês de maio de 2017.

Jeferson Ferreira Gomes

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 210/2017 DE 28 DE ABRIL DE 2017 - DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E/OU DESIGNAÇÃO DE PREGOEIRO E/OU MEMBROS DA EQUIPE DE APOIO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS - REINALDO HEVERTON FERRAZ DE OLIVEIRA

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

Portaria 210/2017 de 28 de Abril de 2017.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E/OU DESIGNAÇÃO DE PREGOEIRO E/OU MEMBROS DA EQUIPE DE APOIO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º. - Designar para exercer as funções de Pregoeiro dos Processos Licitatórios na Modalidade Pregão o Servidor REINALDO HEVERTON FERRAZ DE OLIVEIRA, ocupante do cargo comissionado de Coordenador, matricula 012844.

Art. 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 28 de Abril de 2017.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 086, DE 27 DE ABRIL DE 2017

"REGULAMENTA o CONSELHO DO FETHAB DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa/MT, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei e;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Estadual nº 7.263/2000, de 27 de março de 2000, e a alteração trazida pela Lei Estadual nº 10.480/2016 que destina aos Municípios do Estado parte dos recursos arrecadados para o Fundo de Transportes e Habitação-FETHAB;

CONSIDERANDO que, a teor do art. 8º da referida Lei nº 10.480/2016, os repasses aos Municípios começaram a ocorrer a partir de janeiro de 2017;

CONSIDERANDO o interesse público, onde os atos administrativos devem ser planejados, zelando pela transparência e eficiência na aplicação dos recursos públicos;

CONSIDERANDO a necessidade da fiscalização na correta aplicação dos recursos do FETHAB cujo objetivo é a prevenção de desvios de finalidade dando cumprimento as metas e resultados dispostos da lei 10.480/2016, garantindo a exatidão na sua prestação de contas.

D E C R E T A

Art. 1º - Fica recriado o conselho municipal do **FETHAB**, que será constituído por 5 (cinco) representantes do Poder Executivo Municipal a serem indicados pelo Prefeito, sendo um deles o Secretário Municipal de Infra Estrutura, que presidirá o Conselho e 5 (cinco) representantes da Sociedade Civil.

Parágrafo único. Os representantes das entidades da sociedade civil serão nomeados por ato do Prefeito mediante indicação da respectiva entidade.

Art. 2º O Conselho terá atribuição de acompanhamento, fiscalização e assessoramento na aplicação dos recursos do FETHAB repassados ao Município, podendo apresentar ao Prefeito sugestões de projetos observados os limites estabelecidos no art. 15 da Lei Estadual nº 7.263, de 27 de março de 2000, com a redação dada pela Lei nº 10.480, de 22 de dezembro de 2016.

Art. 3º Fica assegurado ao Conselho, por requisição de seu Presidente, o irrestrito acesso a todos os documentos e informações sobre os repasse ao Município feitos pelo Estado por conta do FETHAB e sua aplicação.

Art. 4º O Conselho emitirá relatório trimestral de suas atividades, divulgando-o por via eletrônica no sítio do Município na Internet, bem no dia seguinte a deliberação do relatório da prestação de contas, enviar ao Chefe do Poder Executivo

Municipal, para que o mesmo a cada 4 meses possa enviar a Secretaria Estadual de Infraestrutura e Logística (Sinfra) e Comissão de Infraestrutura Urbana de Transporte da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Art. 5º Dica ratificado o regimento interno criado pelo Decreto 027/2016, facultando aos Conselheiros a prerrogativa de promover as adequações que julgarem pertinentes.

Art. 6º O exercício da função de Conselheiro do Conselho Municipal do **FETHAB** não é remunerado, sendo considerado serviço público relevante.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando expressamente o Decreto nº 032/2015 de 09 de setembro de 2015.

Confresa/MT, aos 27 dias do mês de Abril do ano de 2017.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 087, DE 28 DE ABRIL DE 2017

"REGULAMENTA A VERBA INDENIZATORIA NO AMBITO DO PODER EXECUTIVO, NOS TERMOS DO PARAGRAFOS SEGUNDO E TERCEIRO DO ARTIGO PRIMEIRO DA LEI Nº 749/ 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa/MT, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei e;

CONSIDERANDO os princípios da legalidade, responsabilidade e finalidade administrativa que impõe ao gestor as providências necessárias para uma gestão eficiente, respeitado os direitos que contemple os servidores, bem como os interesses da administração municipal, notadamente nas demandas dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO que a implementação das medidas deste Decreto permitirá uma maior eficiência no serviço público, pilar do "caput" do Art. 37 da Carta Cidadã, visando fornecer meios para agilidade nas ações dos agentes públicos;

CONSIDERANDO por fim a necessidade administrativa combinada com o interesse público;

D E C R E T A

Art. 1º - Fica regulamentada no âmbito do Poder Executivo Municipal de Confresa a verba indenizatória para Secretários e Chefe de Gabinete, conforme regularmente previsto nos §§2º e 3º do Art. 1º da Lei 794/2016.

§ 2º – A verba indenizatória no âmbito do Poder Executivo Municipal será concedida pelo exercício de atividades fins de Secretário Municipal e Chefe de Gabinete, nos termos do Inciso XI do Art. 37 da Constituição Federal, até o limite de R$ 3.500,00 (Três mil e quinhentos reais.

Art. 2º - A verba será paga mensalmente aos Secretários Municipais e ao Chefe de Gabinete, para custeio de atividade externa, de forma compensatória ao não recebimento de diárias, exceto Cuiabá e fora do Estado, passagens e ajuda de transporte, dentre outras despesas inerentes ao exercício do cargo e relativos a:

I – Locomoção dos Secretários Municipais e Chefe de Gabinete, e viagens, compreendendo passagens, hospedagem e locação de meios de transporte;

II – Combustíveis e lubrificantes;

III – Peças e acessórios tais como: baterias, pneus, câmaras de ar e válvulas, entre outras;

IV – Aquisição de material de expediente não fornecido pela Prefeitura;

V – Despesas com telefone móvel;

VI – Alimentação em viagens aos municípios circunvizinhos;

§1º - A prestação de contas do benefício regulamentado neste Decreto se dará com apresentação de relatório, justificando as despesas, até o último dia útil de cada mês.

§ 2º- Para as viagens para Cuiabá e fora do Estado, custear-se-á as despesas de transporte e hospedagem por meio de verbas não previstas no presente Decreto.

Art. 3º - Não será concedido verba indenizatória aos Secretários Municipais ou Chefe de Gabinete, que deixar de apresentar o relatório de atividades institucionais realizadas ou que estiver afastado para tratar de interesse particular, ou por qualquer outro motivo que se afaste de suas atribuições.

Art. 4º - A verba indenizatória não incide qualquer imposto, bem como não será computada para efeitos dos limites remuneratório do cargo, nem servirá como base de cálculo para pessoal, sendo denominado recebimento pelos parcelamentos de receitas não tributária para efeito do imposto de renda.

Art. 5º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Confresa, aos 28 de Abril de 2017.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PLANO DE TRABALHO DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
EXERCÍCIO 2017

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

PLANO DE TRABALHO DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO EXERCÍCIO 2017

Objetivos:
a) Apresentar às unidades administrativas a planilha de atividades da unidade de controle interno;
b) Solicitar das unidades administrativas, especial atenção aos controles internos atinentes às suas áreas;
c) Ampliar a integração entre as unidades administrativas do município;
d) Esclarecer que a administração pública funciona de forma integrada, onde todos são responsáveis e guardiões do patrimônio público municipal.
e) Assegurar que todas as transações sejam válidas, registradas, autorizadas, valorizadas, classificadas, lançadas e totalizadas corretamente.

Justificativas
A unidade de controle interno tem a missão de orientar a administração em suas tomadas de decisões que venham salvaguardar os interesses econômicos, patrimoniais e sociais da municipalidade; que possa prevenir e detectar erros ou situações de desperdícios, práticas administrativas abusivas, antieconômicas ou corruptas e outros atos de caráter ilícito, buscando sempre a eficácia, eficiência e efetividade em todos os atos administrativos para garantir a supremacia do interesse público.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DA UNIDADE CONTROLE INTERNO

Nº	ATIVIDADES	DEPARTAMENTO RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO	PERIODICIDADE	Responsável
01	Acompanhar a Execução Orçamentária: Alcance das metas físicas e financeiras	Contabilidade	Bimestral	Controlador Interno / Responsável pelos sistemas administrativos
02	Acompanhar os envios de informesao TCE: APLIC, LRF, GEO-OBRAS	Responsável pelo Aplic, Lrf eGeo Obras	Mensal	Controlador Interno / Responsável pelos sistemas administrativos
03	Analisar os processos de despesas e demonstrativos contábeis	Contabilidade	Mensal	Controlador Interno / Responsável pelos sistemas administrativos
04	Analisar as Prestações de Contas de Convênios, Adiantamentos, Diárias e aos conselhos: Saúde, fundeb, ação social	Contabilidade e Tesouraria	Mensal	Controlador Interno / Responsável pelos sistemas administrativos
05	Acompanhar a Execução dos planos municipais (Saúde, educação e ação social)	Secretarias de Saúde, Educação e Ação Social	Bimestral	Controlador Interno / Responsável pelos sistemas administrativos
06	Analisar os processos Licitatórios	Departamento de Licitações e Contratos	Mensal	Controlador Interno / Responsável pelos sistemas administrativos
07	Analise da Elaboração dos Contratos	Departamento de Licitações e Contratos	Mensal	Controlador Interno / Responsável pelos sistemas administrativos
08	Analisar a execução e cumprimento dos objetos dos contratos administrativos	Fiscal de Contratos	Mensal	Controlador Interno / Responsável pelos sistemas administrativos
09	Acompanhar a movimentação de bens permanentes e material de consumo em estoque e sua distribuição para as unidades administrativas	Departamento de patrimônio e compras /almoxarifado	Mensal	Controlador Interno / Responsável pelos sistemas administrativos
10	Verificação das atividades do setor de tributos	Departamento de Tributos	Mensal	Controlador Interno / Responsável pelos sistemas administrativos
11	Analise da Folha de pagamento	Departamento de Recursos Humanos	Quadrimestral	Controlador Interno / Responsável pelos sistemas administrativos
12	Emissão de relatórios de alertas ao gestor	Controladoria Interna	Quadrimestral	Controlador Interno / Responsável pelos sistemas administrativos
13	Atualizações das instruções Normativas	Controladoria Interna	Anual	Controlador Interno / Responsável pelos sistemas administrativos
14	Analisar os controles de consumo de combustíveis e manutenção de veículos	Departamento de Obras	Mensal	Controlador Interno / Responsável pelos sistemas administrativos
15	Acompanhar a evolução dos trabalhos das secretarias de	Secretarias de Saude, Educa-	Semestral	Controlador Interno / Responsável pe-

	Educação, Saúde e Ação Social referente ao alcance das metas pactuadas com os órgãos Estadual e Federal.	ção e Ação Social		los sistemas administrativos
16	Apuração mensal das contribuições e quotas patronais de INSS	Departamento de Recursos Humanos	Mensal	Controlador Interno / Responsável pelos sistemas administrativos
18	Apuração mensal das contribuições e quotas patronais do PREVICON	Departamento de Recursos Humanos / Departamento de Previdência	Mensal	Controlador Interno / Responsável pelos sistemas administrativos
19	Analisar os processos de despesas do fundo municipal de previdência	Departamento de Previdência	Mensal	Controlador Interno / Responsável pelos sistemas administrativos
20	Analisar as concessões de benefícios previdenciários	Departamento de Previdência	Mensal	Controlador Interno / Responsável pelos sistemas administrativos
21	Analisar os processos de pagamentos do consórcio intermunicipal de saúde do Araguaia e Xingu	Consórcio – Cisax	Mensal	Controlador Interno / Secretário executivo do Cisax

Confresa – MT, 02 de Janeiro de 2017.

Etevaldo Vasco Soares

Controlador Interno

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2017

A Prefeitura Municipal de Confresa-MT, por meio da **COMISSÃO PREGOEIRA**, torna público para conhecimento de todos os interessados, que se encontra-se instaurada a Licitação na Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, tipo será o **MENOR PREÇO**.

DO OBJETO: Registro de preços para eventual e futura contratação de empresa para fornecimento de materiais para construção para atender as necessidades das secretarias do poder executivo municipal.

DA SESSÃO DE ABERTURA: A entrega e abertura dos envelopes será realizada no dia 15 de maio de 2017, às 08h30min, na sede da Prefeitura Municipal de Confresa, Sala de Licitações e Contratos, no endereço: Rua Mato Grosso nº 93, Centro, nesta cidade.

DA CONSULTA: O Edital e seus anexos estarão disponíveis para consulta na sala da Comissão Pregoeira na Sala de Licitações e Contratos, no endereço: Rua Mato Grosso nº 93, Centro, nesta cidade de Confresa-MT.

DA RETIRADA DO EDITAL: O Edital estará disponível para retirar no site www.confresa.mt.gov.br no link do Portal da Transparência, de segunda à sexta-feira, tel. Contato (66) 3564-1818 ramal 33.

DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Para esclarecimento de dúvidas ou informações complementares deverá ser utilizado o endereço eletrônico licitaconfresa@hotmail.com e/ou pelo telefone (66) 3564-1818 citando o nº do edital em questão.

Confresa-MT, 02 de Maio de 2017.

Reginaldo da Silva Faria

Pregoeiro.

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2017

DO OBJETO Registro de preços para possível e eventual aquisição de Materiais Elétricos para atender a demanda das Secretarias do poder Executivo Municipal.

VIGÊNCIA: 12 meses;

DO VALOR: Elétrica Radiante Materiais Elétricos LTDA – EPP - R$ 132.152,40

Coxipó Materiais Elétricos LTDA – EPP - R$ 71.890,00

DATA: Confresa, 26 de Abril de 2017;

Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal de Confresa – Reginaldo Faria - Pregoeiro – **Fornecedores:** Elétrica Radiante Materiais ElétricosLTDA – EPP e Coxipó Materiais Elétricos LTDA – EPP

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 03/2017

Contratado: **Coplan – Consultoria e Planejamento EIRELI - EPP**

OBJETIVO: O presente termo aditivo tem o objetivo de alterar a vigência do contrato Vigorando de 14 de Abril de 2017 à 13 de julho de 2017.

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2017

DO OBJETO Registro de preços para possível e eventual aquisição de prestação de serviços médicos para atender a demanda das Secretarias do poder Executivo Municipal.

VIGÊNCIA: 12 meses;

DO VALOR: MED ARAGUAIA CNPJ:26.834.680/0001-32 no valor de:R$ 156.000,00 ; Géssica Marciano de Sousa CPF: 042.918.071-39 no valor de:R$ 156.000,00; Clovis Kapeny CPF: 378.388.497-72 no valor de: R$ 516.000,00; Cacineli Pires CPF: 005.021.841-75 no valor de: R$ 36.000,00

DATA: Confresa, 28 de Abril de 2017;

Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal de Confresa – Reginaldo Faria - Pregoeiro – **Fornecedores:** MED ARAGUAIA CNPJ:26.834.680/0001-32; Géssica Marciano de Sousa CPF: 042.918.071-39; Clovis Kapeny CPF: 378.388.497-72; Cacineli Pires CPF: 005.021.841-75.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 210/2017 DE 02 DE MAIO DE 2017 - DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGOS EFETIVO

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

Portaria 210/2017 de 02 de Maio de 2017.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGOS EFETIVO E/OU COMISSIONADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO;

Ofício 038/2017 - PREVICON DE 27/04/2017.

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar do cargo efetivo de PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM LETRAS a Sra. DIVINA DINIZ DA SILVA FERNANDES, matricula 000186, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPORTE LAZER/ESCOLA MUNICIPAL PAU BRASIL.

Art. 2º. Deverá o Departamento de Recursos Humanos proceder aos registros e providências necessários referentes a presente exoneração.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 02 de Maio de 2017.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 212/2017 DE 02 DE MAIO DE 2017 - SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGOS EFETIVO - VALMIR RODRIGUES DA MATA

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

Portaria 212/2017 de 02 de Maio de 2017.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGOS EFETIVO E/OU COMISSIONADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO;

Ofício 038/2017 - PREVICON DE 27/04/2017.

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar do cargo efetivo de AGENTE DE SAUDE - ACS o Sr. VALMIR RODRIGUES DA MATA, matricula 000992, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE/PSF FONTOURA.

Art. 2º. Deverá o Departamento de Recursos Humanos proceder aos registros e providências necessários referentes a presente exoneração.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 02 de Maio de 2017.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 209/2017 DE 28 DE ABRIL DE 2017 - NOMEAÇÃO E/OU DESIGNAÇÃO DE PREGOEIRO E/OU MEMBROS DA EQUIPE DE APOIO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

Portaria 209/2017 de 28 de Abril de 2017.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E/OU DESIGNAÇÃO DE PREGOEIRO E/OU MEMBROS DA EQUIPE DE APOIO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º. - Designar para exercer as funções de Pregoeiro dos Processos Licitatórios na Modalidade Pregão o Servidor IRANIZO MATOS RODRIGUES, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, matricula 000270.

Art. 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 28 de Abril de 2017.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 211/2017 DE 02 DE MAIO DE 2017 - DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGOS EFETIVO - LINO VIRGULINO DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

Portaria 211/2017 de 02 de Maio de 2017.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGOS EFETIVO E/OU COMISSIONADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO;

Ofício 038/2017 - PREVICON DE 27/04/2017.

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar do cargo efetivo de AGENTE DE SAUDE - ACS o Sr. LINO VIRGULINO DOS SANTOS, matricula 001077, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE/PSF NOVO PLANALTO.

Art. 2º. Deverá o Departamento de Recursos Humanos proceder aos registros e providências necessários referentes a presente exoneração.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 02 de Maio de 2017.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 208/2017 DE 28 DE ABRIL DE 2017 - DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE COMISSÃO DE PROCESSOS LICITATORIOS E NOMEIA SEUS MEMBROS -

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

PORTARIA 208/2017 DE 28 DE ABRIL DE 2017.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE COMISSÃO DE PROCESSOS LICITATORIOS E NOMEIA SEUS MEMBROS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º. Criar a Comissão de Processos Licitatórios na Modalidade Pregão e nomear os membros para conduzirem e julgarem os processos licitatórios, os servidores abaixo relacionados:

FUNCAO	SERVIDOR
PREGOEIRO	IRANIZO MATOS RODRIGUES
	REINALDO HEVERTON FERRAZ DE OLIVEIRA
MEMBRO	ADAIAS SANTOS DA SILVA
	ALCIMONE CARVALHO DA COSTA
	CEZAR QUEIROZ DA SILVA

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 28 de Abril de 2017.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 088/2017 DE 02 DE MAIO DE 2017 - DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL - SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2017

DECRETO Nº 088/2017 DE 02 DE MAIO DE 2017

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL COM A RESPECTIVA CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL N° 001/2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e após a necessária vista e conferência de todos os atos havidos antes, durante e após a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017 realizado em 02 de abril de 2017 (prova teórica), para provimento dos cargos do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

CONSIDERANDO: Que a atuação da Administração Pública Municipal está pautada nos princípios da moralidade, legalidade, publicidade e eficiência;

CONSIDERANDO: A regularidade formal dos procedimentos adotados na formalização do Processo Seletivo Simplificado Edital nº 001/2017 e transcorrido o prazo para interposição de recursos em face dos resultados;

CONSIDERANDO: O Relatório Final das atividades desenvolvidas pela Empresa NET NEWS ASSESSORIA E INFORMATICA LTDA – ME, quanto à organização, elaboração, coordenação e execução do Processo Seletivo Simplificado Edital nº 001/2017;

CONSIDERANDO: O Relatório Final da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017, elaborado pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado Edital nº 001/2017, nomeada pela Portaria nº 114/2017, de 24 de fevereiro de 2017, sugerindo pela homologação do certame;

CONSIDERANDO: Que todas as exigências do Regulamento e do Edital do Processo Seletivo Simplificado Edital nº 001/2017 foram cumpridas;

CONSIDERANDO: Finalmente que foram respeitados e praticados todos os atos que garantiram a legalidade e o bom andamento do Processo Seletivo Simplificado Edital nº 001/2017.

DECRETA:

Art. 1º - A HOMOLOGAÇÃO do resultado final do Processo Seletivo Simplificado, concernente ao Edital n° 001/2017, para provimento de cargos da Prefeitura Municipal de Confresa-MT, consagrando-se como exatos e definitivos os resultados das listagens da ordem de classificação dos candidatos, conforme em anexo.

Art. 2º - O Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017 terá validade pelo prazo de um ano, contados da data de publicação do presente Decreto de Homologação, podendo ser prorrogado por igual período, para atender o interesse público da administração, conforme possibilita o inciso III, do artigo 37, da Constituição Federal.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas às disposições em contrárias.

Confresa-MT, 02 de Maio de 2017.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 204/2017 DE 26 DE ABRIL DE 2017 - NOMEAÇÃO - RODRIGO BARROS MILHOMEM

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

Portaria 204/2017 de 26 de Abril de 2017.

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO E/OU NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO COMISSIONADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear para exercer o cargo em comissão de COORDENADOR o Sr. RODRIGO BARROS MILHOMEM portador do CPF nº. 899.254. 201-88.

Art. 2º. Deverá o Departamento de Recursos Humanos proceder aos registros necessários referentes a presente nomeação.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos desde 11/04/2017.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 26 de Abril de 2017.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2017

DO OBJETO Registro de preços para possível e eventual aquisição de Gêneros Alimenticios para atender a demanda das Secretarias do poder Executivo Municipal.

VIGÊNCIA: 12 meses;

DO VALOR: R$ 874.349,83

DATA: Confresa, 20 de Abril de 2017;

Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal de Confresa – Reginaldo Faria - Pregoeiro – **Fornecedor:** Maria do Amparo Borges da Silva.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2017

A Prefeitura Municipal de Confresa-MT, por meio da **COMISSÃO PREGOEIRA**, torna público para conhecimento de todos os interessados, que se

encontra-se instaurada a Licitação na Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, tipo será o **MENOR PREÇO**.

DO OBJETO: Registro de preços para eventual e futura contratação de horas de vôos para uso pela as Secretarias do poder executivo Municipal, junto ao Município de Confresa - MT.

DA SESSÃO DE ABERTURA: A entrega e abertura dos envelopes será realizada no dia 16 de maio de 2017, às 09h00min, na sede da Prefeitura Municipal de Confresa, Sala de Licitações e Contratos, no endereço: Rua Mato Grosso nº 93, Centro, nesta cidade.

DA CONSULTA: O Edital e seus anexos estarão disponíveis para consulta na sala da Comissão Pregoeira na Sala de Licitações e Contratos, no endereço: Rua Mato Grosso nº 93, Centro, nesta cidade de Confresa-MT.

DA RETIRADA DO EDITAL: O Edital estará disponível para retirar no site www.confresa.mt.gov.br no link do Portal da Transparência, de segunda à sexta-feira, tel. Contato (66) 3564-1818 ramal 33.

DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Para esclarecimento de dúvidas ou informações complementares deverá ser utilizado o endereço eletrônico licitaconfresa@hotmail.com e/ou pelo telefone (66) 3564-1818 citando o nº do edital em questão.

Confresa-MT, 02 de Maio de 2017.

Reginaldo da Silva Faria

Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

CONTRATO
5º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 058/2016

QUINTO TERMO ADITIVO DE CONTRATO QUE, ENTRE SI, CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE E A EMPRESA *V.L. MORETTO & CIA LTDA*.

O **MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE,** com sede na Avenida dos Oitis, nº 1200, Centro, Conquista D'Oeste/MT, inscrito no CNPJ n.º 04.219.688/0001-56, neste ato representado pelo Prefeito Interino, ODAIR JOSÉ VARGAS, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 17/R-2.873.142 SSP/SC e do CPF nº 551.215.351-04, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e empresa ***V.L. MORETTO & CIA LTDA***, com sede na Rua 16 de Julho, nº 473, Bairro Centro, na cidade de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob nº 04.746.603/0001-98, doravante denominada **CONTRATADA,** neste ato representada pelos. Gustavo Vieira do Nascimento de Lima, portador(a) da Carteira de Identidade nº 2011695-0, expedida pelo(a) SSP/MT, e CPF nº 026.743.101-54, signatários do contrato 058/2016 firmado em 09 de maio de 2016, com vencimento em 09 de novembro de 2016, 1º aditivo com vencimento para 27 de dezembro de 2016, que tem por objeto **EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO EM VIAS URBANAS NO MUNICÍPIO DE CONQUISTA D' OESTE**, condições estabelecidas no Projeto Básico e demais documentos técnicos que se encontram anexos ao Instrumento Convocatório (Tomada de PreçosNº 001/2016) do certame que deu origem a este instrumento contratual, têm entre si justo e avençado e celebram por força do presente instrumento em conformidade com a Lei n. 8666/93 e respectivas alterações, o presente termo aditivo, mediante as disposições expressas nas seguintes cláusulas

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Em conformidade com o inciso II, letra "b", do artigo 65, da Lei 8666/93 que possibilita o aditamento contratual quando necessário a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários, e nos termos permissivos da clausula 3.3 do contrato inaugural resolvem as partes alterar o prazo de vigência do instrumento inaugural..

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ADITIVO

2.1 o prazo de vigência do contrato, previsto na clausula 3.1 do termo inaugural e 2.1 do 2º termo aditivo passe a ser 30 de junho de 2017, ficando adstrito à existência dos respectivos créditos orçamentários..

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.1 Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato primitivo, com ratificação de todas elas.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, o presente Termo foi lavrado em 3 (três) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes, na presença das testemunhas abaixo.

Conquista D'Oeste, 15 de março de 2017.

.

Odair José Vargas Prefeito Interino Representante Legal CONTRATANTE	V.L.MORETTO & CIA LTDA Representante Legal CONTRATADA
TESTEMUNHAS:	
Maria Conceição de Freitas RG: 1092791-3 SJ/MT	**Mayla Clicia da Silva Farias** RG: 2534352-1 SSP-MT

CONTRATO
4º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 058/2016

QUARTO TERMO ADITIVO DE CONTRATO QUE, ENTRE SI, CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE E A EMPRESA *V.L. MORETTO & CIA LTDA*.

O **MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE,** com sede na Avenida dos Oitis, nº 1200, Centro, Conquista D'Oeste/MT, inscrito no CNPJ n.º 04.219.688/0001-56, neste ato representado pelo Prefeito Interino, ODAIR JOSÉ VARGAS, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 17/R-2.873.142 SSP/SC e do CPF nº 551.215.351-04, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e empresa ***V.L. MORETTO & CIA LTDA***, com sede na Rua 16 de Julho, nº 473, Bairro Centro, na cidade de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob nº 04.746.603/0001-98, doravante denominada **CONTRATADA,** neste ato representada pelos. Gustavo Vieira do Nascimento de Lima, portador(a) da Carteira de Identidade nº 2011695-0, expedida pelo(a) SSP/MT, e CPF nº 026.743.101-54, signatários do contrato 058/2016 firmado em 09 de maio de 2016, com vencimento em 09 de novembro de 2016, 1º aditivo com vencimento para 27 de dezembro de 2016, que tem por objeto **EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO EM VIAS URBANAS NO MUNICÍPIO DE CONQUISTA D' OESTE**, condições estabelecidas no Projeto Básico e demais documentos técnicos que se encontram anexos ao Instrumento Convocatório (Tomada de PreçosNº 001/2016) do certame que deu origem a este instrumento contratual, têm entre si justo e avençado e celebram por força do presente instrumento em conformidade com a Lei n. 8666/93 e respectivas alterações, o presente termo aditivo, mediante as disposições expressas nas seguintes cláusulas

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Em conformidade com o inciso II, letra "b", do artigo 65, da Lei 8666/93 que possibilita o aditamento contratual quando necessário a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários, e nos termos permissivos da clausula 2.4 do contrato inaugural resolvem as partes alterar o valor contratado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ADITIVO

2.1 O presente Termo Aditivo tem como objeto a SUPRESSÃO de R$4454,10 (quatro mil quatrocentos e cinquenta e quatro reais e dez centavos) o que representa uma redução de 0,77% do valor inicial do contrato firmado entre as partes.

2.1.2 Tem, ainda, como objeto, um acréscimo no valor de R$ 10.788,19 (dez mil setecentos e oitenta e oito reais e dezenove centavos).

3 ***ÓRGÃO:*** *09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS*

4 ***UNIDADE:*** *001 – COORDENADORIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS*

5 ***FUNÇÃO:*** *15 – URBANISMO*

6 ***SUBFUNÇÃO:*** *451 – INFRA-ESTRUTURA URBANA*

7 ***PROGRAMA:*** *0039 – PLANEJAMENTO URBANO*

8 ***PROJETO/ATIVIDADE:*** *1030 – EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA*

9 ***ELEMENTO:*** *4490.51.00.00.00 (464) – OBRAS E INSTALAÇÕES*

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.1 Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato primitivo, com ratificação de todas elas.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, o presente Termo foi lavrado em 3 (três) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes, na presença das testemunhas abaixo.

Conquista D'Oeste, 09 de março de 2017.

.

Odair José Vargas Prefeito Interino Representante Legal CONTRATANTE	V.L.MORETTO & CIA LTDA Representante Legal CONTRATADA
TESTEMUNHAS:	
Maria Conceição de Freitas RG: 1092791-3 SJ/MT	**Mayla Clicia da Silva Farias** RG: 2534352-1 SSP-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

CÂMARA MUNICIPAL
PRORROGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N° 04/2017

A Câmara Municipal de Cotriguaçu/MT, torna público que realizará nos termos da Lei Federal n° 8.666/93, Licitação na Modalidade Pregão Presencial n° 04/2017, tendo como Objeto: **"CONTRATAÇÃODE PESSOA JURÍDICAPARAEMISSÃO, RESERVA,MARCAÇÃO,EREMARCAÇÃO DE PASSAGENSTERRESTRES INTERMUNICIPAIS(COTRIGUAÇU/JUINA,JUINA/COTRIGUAÇU,JUINA/CUIABÁ, CUIABÁ/JUINA,JURUENA/JUINA, JUINA/JURUENA, COLNIZA/JUÍNA, JUÍNA/COLNIZA, COTRIGUAÇU/JURUENA, JURUENA/COTRIGUAÇU) PARA SERVIDORESE-VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU"**,com abertura no dia 05 de maio de 2017, às 08h30min, **sendo prorrogado para o dia 09 de maio de 2017, às 08h30min**, em sua sede na Av. 07 de setembro, n°151, JD Primavera, na cidade de Cotriguaçu-MT, na sala de Licitações, podendo os interessados solicitarem o Edital e anexos pelo e-mail **camaracotri@gmail.com**, no horário de expediente das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min ou pelo site **www.cotriguacu.mt.leg.br**.

Cotriguaçu/MT, 03 de maio de 2017.

LEANI FRIEDRICH RICHTER

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

AVISO DE PRORROGAÇÃO

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2017

PROCESSO 029/2017

Chamada Pública n.º02/2017 para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural conforme §1º do art.14 da Lei n.º 11.947/2009, Resolução CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013 e Resolução CD/FNDE nº 4, de 2 de abril de 2015.

O MUNICÍPIO DE Cotriguaçu, estado do Mato Grosso, através do Departamento de Compras e Licitações, localizada na Av. 20 de Dezembro, nº 725, município de Cotriguaçu/MT, atendendo a Lei nº. 11.947/2009, Resolução/FNDE/CD nº. 038/2009 e art. 19 e seus incisos da Lei nº 12.188/2010, realiza chamada pública, no dia 22 (vinte e dois) de Maio de 2017, às 08:00 horas**, na sala do Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal para** "**AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ORIUNDOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS MATRICULADOS NA ESCOLA MUNICIPAL SETE DE SETEMBRO**." **Os interessados (grupos formais, grupos informais e fornecedores individuais) deverão apresentar suas propostas de venda no período de 03 (três) de Maio de 2017 a 22 (vinte e dois) de maio de 2017, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Cotriguaçu.**

Cotriguaçu-MT, 03 de Maio de 2017

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE PRORROGAÇÃO

EDITAL DE PRORROGAÇÃO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 004/2017

PROCESSO 031/2017

Chamada Pública n.º04/2017 para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural conforme §1º do art.14 da Lei n.º 11.947/2009, Resolução CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013 e Resolução CD/FNDE nº 4, de 2 de abril de 2015.

O MUNICÍPIO DE Cotriguaçu, estado do Mato Grosso, através do Departamento de Compras e Licitações, localizada na Av. 20 de Dezembro, nº 725, município de Cotriguaçu/MT, atendendo a Lei nº. 11.947/2009, Resolução/FNDE/CD nº. 038/2009 e art. 19 e seus incisos da Lei nº 12.188/2010, realiza chamada pública, no dia 23 (Vinte e três) de Maio de 2017, às 14:00 horas as 17:00 horas**, na sala do Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal para** "AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ORIUNDOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS MATRICULADOS NA ESCOLA MUNICIPAL APARECIDO NERI (DISTRITO DE NOVA UNIÃO). **Os interessados (grupos formais, grupos informais e fornecedores individuais) deverão apresentar suas propostas de venda no período de 03 (três) de maio de 2017 a 22 (vinte e três) de maio de 2017, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Cotriguaçu.**

AVISO DE PRORROGAÇÃO

EDITAL DE PRORROGAÇÃO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2017

PROCESSO 30/2017

Chamada Pública n.º03/2017 para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural conforme §1º do art.14 da Lei n.º 11.947/2009, Resolução CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013 e Resolução CD/FNDE nº 4, de 2 de abril de 2015.

O MUNICÍPIO DE Cotriguaçu, estado do Mato Grosso, através do Departamento de Compras e Licitações, localizada na Av. 20 de Dezembro, nº 725, município de Cotriguaçu/MT, atendendo a Lei nº. 11.947/2009, Resolução/FNDE/CD nº. 038/2009 e art. 19 e seus incisos da Lei nº 12.188/2010, realiza chamada pública, no dia 23 (vinte e três) de Maio de 2017, às 08:00 horas as 11:00 horas**, na sala do Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal para "AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ORIUNDOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS MATRICULADOS NA ESCOLA MUNICIPAL ALDOVANDRO DA ROCHA (DISTRITO DE NOVA ESPERANÇA). Os interessados**

(grupos formais, grupos informais e fornecedores individuais) deverão apresentar suas propostas de venda no período de 03 (três) de maio de 2017 a 23 (vinte e três) de maio de 2017, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Cotriguaçu.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO CONTRATO DE PESSOAL Nº. 022/2017

Referente à Prestação de Serviços no Cargo de **GARI** Contratado: **NILTON APARECIDO FERREIRA DA SILVA**; Salário Mensal: R$ 880,00; Vigência: 02/05/2017 a 02/08/2017; Lotação: Secretaria Municipal de Obras e serviços Públicos.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO CONTRATO DE PESSOAL Nº. 023/2017

Referente à Prestação de Serviços no Cargo de**: AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS** Contratado: J**ULIO CEZAR DA SILVA**; Salário Mensal: R$ 1014.00; Vigência: 02/05/2017 a 02/08/2017; Lotação: Secretaria Municipal de Saúde.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO CONTRATO DE PESSOAL Nº. 021/2017

Referente à Prestação de Serviços no Cargo de**: FISIOTERAPEUTA** Contratado: **WELLITON XENON OSCAR**; Salário Mensal: R$ 2965,62; Vigência: 02/05/2017 a 17/06/2017; Lotação: Secretaria Municipal de Saúde.

RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2016 EDITAL CONVOCAÇÃO Nº 014/2017

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA – Prefeito Municipal de Curvelândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o art. 37, item IX da Constituição Federal, e o disposto na Lei Municipal nº 401/2016, Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público e Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016.

CONVOCA

O candidato abaixo relacionado, aprovados no Processo Seletivo, para comparecem no prazo de 15 (quinze) dias, a contar desta data, no Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura, no horário de 07 h às 11 h ou das 12:00 ás 16:00 h segunda a sexta-feira, para assumirem suas funções, na conformidade da Lei, munidos dos documentos constantes no item 9 do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016.

O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo previsto e não apresentação da documentação prevista acima implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA e RENÚNCIA** quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

CARGO: FISIOTERAPEUTA

3º - Alan Camilo Dantas

Curvelândia, 02 de maio de 2017.

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 148/2017

*NOMEIA **COORDENADOR DE SAÚDE,** E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE,

Art. 1º - Nomear **JULIANA DA SILVA FERREIRA**, portador do RG 2330874-5 SSP/MT, CPF 045.414.501-27, para exercer o cargo de **COORDENADOR DE SAÚDE,** com lotação na Secretaria de Saúde a partir desta data, conforme Lei Complementar 047 de 25 de novembro de 2010.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 02 de maio de 2017.

_____

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 067 /2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR RURAL, COM FORNECIMENTO DE VEÍCULOS TIPO ÔNIBUS, VANS, KOMBI E MICROÔNIBUS, COMBUSTÍVEL, MÃO DE OBRA E MANUTENÇÃO COMPLETA, DE FORMA CONTÍNUA, DESTINADO AO ATENDIMENTO DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DA ZONA RURAL.

VALOR: R$ TRANSRODEX TRANPORTES LTDA-ME

PRAZO: 12 (DOZE) MESES

CONTRATADO: 2.271.537,70 (DOIS MILHÕES, DUZENTOS E SETENTA E UM MIL, QUINHENTOS E TRINTA E SETE REAIS E SETENTA CENTAVOS).

CONTRATANTE: EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 20 DE ABRIL DE 2017.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR RECURSOS HUMANOS
PORTARIA/DRH Nº 029/2017

O Secretário Municipal de Administração de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso das funções legais que são conferidas pelo art. 67, VI da Lei Orgânica do Município e,

Concede Férias Regulamentar aos Servidores e da outras providências.

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder férias aos servidores abaixo relacionados, com seus períodos aquisitivos, períodos de férias e lotação, devendo a mesma ser usufruída **integralmente** no período abaixo descrito.

MAT.	NOME	PERIODO AQUISITIVO	PERIODO DE FÉRIAS	SECRETARIA
1387	Nilton Mamedes da Silva	26/03/2016 a 25/05/2017	03/04/2017 a 02/05/2017	SMSVS
2825	Viviane Vanni Carvalho	02/03/2015 a 01/03/2016	05/04/2017 a 04/05/2017	SMSVS
4152	Daniele Regina Miranda Marinho Hirotani	16/03/2016 a 15/03/2017	15/04/2017 a 14/05/2017	SMSVS
3074	Eliane da Silva Santos	14/03/2016 a 13/03/2017	17/04/2017 a 16/05/2017	SMSVS
1492	Cynthia Helena Aquino de Souza	11/06/2015 a 10/06/2016	24/04/2017 a 23/05/2017	SMSVS
3171	Mara Velasquo Lima Alencar	02/04/2016 a 01/04/2017	24/04/2017 a 23/05/2017	SMSVS
4276	Anatalia Luzia Viegas Almeida	10/01/2016 a 09/01/2017	03/04/2017 a 02/05/2017	SMAS

208	Maria Laura Sampaio	02/03/2015 a 01/03/2016	03/04/2017 a 02/05/2017	SMAS
159	José Moreira da Silva	01/06/2014 a 31/05/2015	07/04/2017 a 06/05/2017	
3173	Luiz Carlos de Almeida Xavier	03/04/2016 a 02/04/2017	18/04/2017 a 18/05/2017	SMF
230	Nilton Cezar dos Santos	02/03/2015 a 01/03/2016	04/04/2017 a 03/05/2017	SMOVSP
251	Quintino Pereira de Almeida	01/08/2015 a 31/07/2016	04/04/2017 a 03/05/2017	SMOVSP
3095	Valdeir Gomes Ferreira	01/03/2016 a 28/02/2017	05/04/2017 a 04/05/2017	SMOVSP
152	Joel Davino da Silva	01/07/2013 a 30/06/2014	10/04/2017 a 09/05/2017	SMOVSP
1367	Benedita Terezinha da Silva	21/11/2015 a 21/11/2016	04/04/2017 a 03/05/2017	SMELT

ART. 2º - Esta Portaria entrara em vigor na data de sua assinatura, revogada as deposições em contrário.

Diamantino/MT, 27 de Abril de 2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRE-SE

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA

Secretário Municipal de Administração

SETOR JURÍDICO
TERMO DE CONVÊNIO Nº 02/2017

Termo de Convênio entre o MUNICÍPIO DE DIAMANTINO/MT e a ASSOCIAÇÃO DOS MINI E PEQUENOS PRODUTORES DO CÓRREGO GRANDE de acordo com a Lei nº 1.151/2017, na forma abaixo:

O **MUNICÍPIO DE DIAMANTINO ESTADO DE MATO GROSSO,** Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MT sob o nº 03.648. 540/0001-74, com sede administrativa nesta cidade de Diamantino sito à Av. Desembargador Joaquim Pereira Ferreira Mendes, nº 2.341, através do Prefeito Municipal, Excelentíssimo Srº **EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade civil nº 1158486-6 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 937.368.431-00, residente na Avenida Diamantino, nº 570, bairro Centro, nesta cidade, doravante denominado simplesmente de **CONVENENTE** e a **ASSOCIAÇÃO DOS MINI E PEQUENOS PRODUTORES DO CÓRREGO GRANDE**, entidade civil sem fins lucrativos, com sede e foro na Comunidade Rural de Córrego Grande, Município de Diamantino, inscrita no CNPJ sob o nº 02. 462.412/0001-79, neste ato representada por seu Presidente Sr. **MANOEL GUIMARÃES DE MATOS**, inscrito no CPF/MF sob o nº 106.199.411-20, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominada **CONVENIADA**, têm justo e acordado entre si o presente convênio mediante cláusulas e condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O presente Termo tem por objeto a participação financeira do **MUNICÍPIO** no custeio, específico, do transporte de mercadorias do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA da CONAB, conforme autoriza a Lei nº 1.151/ 2017.

CLAUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO:

O Convênio decorre das disposições da Lei nº 1.151/2017.

CLAUSULA TERCEIRA - DA FINALIDADE DO CONVÊNIO:

O Convênio tem por finalidade o repasse mensal de numerários no valor de R$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) mensais, pelo Município para o custeio do transporte de mercadorias do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA da CONAB, que é de responsabilidade da associação CONVENIADA.

CLAUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA:

O presente Termo de Convênio vigerá até o dia 31 de dezembro de 2017, RETROATIVO A MARÇO/2017, decorrido o qual poderá ser renovável quantas vezes necessárias, considerando o acordo entre as partes, conveniência, interesse recíproco e comprovação do atingimento das metas estipuladas.

CLÁUSULA QUINTA – DO VENCIMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Durante o prazo constante da Cláusula Quarta, a **CONVENIADA** receberá o valor de R$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) mensais e a despesa correrá por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Agricultura

Projeto/Atividade: 2.003

Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.00.00.00.00

CLAUSULA SEXTA- DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

6.1 – Constituem obrigações da CONVENIADA:

a) Exercer todos os direitos que lhes são conferidos por esse Termo, consoante a Lei nº 1.151/2017;

b) Apresentar ao **MUNICÍPIO** ao final de cada semestre, relatórios das atividades;

c) Fornecer ao **MUNICÍPIO**, quando solicitados, elementos, informações e esclarecimentos sobre o presente Convênio a fim de satisfazer as exigências do Tribunal de Contas do Estado;

d) Observar as normas e condições da Legislação Trabalhista vigente, bem como os encargos sociais decorrentes da contratação de pessoal;

e) Registrar em sua contabilidade analítica os atos e fatos administrativos de gestão de recursos financeiros repassados pelo **MUNICÍPIO**;

f) Atender regularmente, devendo ser estabelecidos os horários e dias de funcionamento;

g) Prestar contas mensalmente dos recursos utilizados, devendo ser fornecido relatório pormenorizado dos gastos efetivados;

h) Comprovar os recolhimentos fiscais;

i) Manter individualizado toda a documentação comprobatória das despesas com o transporte de mercadorias do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA da CONAB, pagos com recursos financeiros repassados pelo **MUNICÍPIO**.

j) Quando houver sobra, devolvê-la ao **MUNICÍPIO**.

6.2 – São obrigações do Convenente:

a) Efetuar o repasse mensal do valor estipulado, depositando diretamente em conta corrente da **ASSOCIAÇÃO DOS MINI E PEQUENOS PRODUTORES DO CÓRREGO GRANDE** ou através de recibo, todo dia 10 (dez) de cada mês, iniciando-se no presente mês.

b) Avaliar qualitativamente os serviços prestados, mediante fiscalização.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO:

Fica eleito o foro da Comarca de Diamantino, com exclusão a qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir as questões que derivem deste Contrato e que não puderem ser decididas pela via administrativa.

E por estarem entre si justos e contratados, de pleno acordo, assinam o presente Termo de Convênio em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas a tudo presente, para todos os efeitos legais.

Diamantino-MT, 30 de março de 2017.

CONVENENTE: MUNICÍPIO DE DIAMANTINO ESTADO DE MATO GROSSO

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito M**unicipal**

CONVENIADA: ASSOCIAÇÃO DOS MINI E PEQUENOS PRODUTORES DO CÓRREGO GRANDE

MANOEL GUIMARÃES DE MATOS

Presidente

TESTEMUNHAS:

Nome: TÂNIA MARA MARUCHI

RG: 1153985-2 SSP/MT

CPF: 771.399.689-34

Nome: THAIS REGINA DE MATTOS CUNHA

RG: 2017985-5 SSP/MT

CPF: 035.313.061-38

SETOR JURÍDICO
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA O PROJETO JUDÔ KIDS

OBJETO: TERMO DE FOMENTO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO E ONG – TRANSFORMAÇÃO (CNPJ/MF 21.611.004/0001-86) PARA OFERTA DE RECURSOS PARA CUSTEIO DE DESPESAS COM EXECUÇÃO DO PROJETO JUDO KIDS.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 31 da Lei n.º 13.019/2014.

EMPRESA ADJUDICADA: ONG – TRANSFORMAÇÃO (CNPJ/MF 21.611.004/0001-86

O caput do art. 31 da Lei 13.019 de 31/07/2014, alterado pela Lei 13.205/2015, regulamenta a questão da inexigibilidade do Chamamento Público, senão vejamos:

Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, (...)

Neste sentido, é importante destacar que a ONG-Transformação é uma organização não governamental, sem fins lucrativos que tem como finalidade apoiar, difundir as atividades esportivos e de lazer no Município de Diamantino, no âmbito escolar, comunitário, e de performance, voltadas para o Judô, bem como, promover a assistência social, esportiva e de lazer, amparada pela Constituição Federal (art. 217), além de promover a cultura, ensino, bem como, a saúde, sendo constituída desde 2014.

Importante destacar que a Organização Social propõe a execução do Projeto Judô Kids, possibilitar a comunidade escolar da Rede Pública de ensino e comunidade em geral o acesso ao conhecimento e aprendizado da modalidade desportiva – Judô, buscando ocupação para nossas crianças e jovens, bem como, buscar a melhoria da qualidade de vida de nossas crianças, além de que em conjunto com as atividades desportivas estaremos promovendo palestras sobre droga, álcool, prostituição, fumo, narguilé, higiene bucal e corporal.

Assim, considerando toda estrutura apresentada no Projeto Judô Kids, bem como, o fato de a ONG Transformação ser a única organização social no município com estrutura suficiente para executar o projeto e voltada a atividade desportiva de Judô, estando as atividades ora propostas de acordo com o art. 30 inciso VI, da Lei 13.019/2014, torno público a inexigibilidade de chamamento público para a formalização de termo de fomento com a ONG – TRANSFORMAÇÃO (CNPJ/MF 21.611.004/0001-86, no valor de R$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais).

Diante do exposto, antes de ratificar a presente justificativa, determino a sua publicação no site da Prefeitura Municipal de Diamantino, pelo período de 05 (cinco) dias, para que havendo outra instituição com expertise manifeste seu interesse, não havendo manifestação, desde já, ratifico a justificativa e determino a sua publicação no Diário Oficial dos Municípios Mato-grossenses, para que se produza a eficácia do ato.

Publique-se para dar conhecimento.

Atenciosamente

Diamantino/MT, 20 de abril de 2017.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

PREVIDÊNCIA MUNICIPAL
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE FELIZ NATAL - MT

PORTARIA N.º 074/2017

"Dispõe sobre a Retificação da Portaria n.º 016/2017 que Dispõe sobre a Concessão do Benefício de Aposentadoria por Idade em favor da Servidora Sr.ª MARIA DE JESUS ALVES TEIXEIRA".

A Diretora Executiva do FELIZ PREVI, Fundo Municipal de Previdência Social dos servidores do Município de Feliz Natal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Retificar a Portaria n.º 016/2017 que concede o Beneficio de Aposentadoria por Idade em favor da Servidora Sr.ª MARIA DE JESUS ALVES TEIXEIRA.

ONDE – SE LÊ:

A Diretora Executiva do FELIZ PREVI, Fundo Municipal de Previdência Social dos servidores do Município de Feliz Natal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, e ainda combinado com Artigo 12, inciso III, "b", da Lei Municipal nº. 558/2016, de 01 de Setembro de 2016, que rege a Previdência Municipal e Lei Complementar nº 019/2012, que Dispõe sobre o Plano de Carreiras e Remunerações dos Profissionais da Educação do Município de Feliz Natal.

LEIA – SE:

A Diretora Executiva do FELIZ PREVI, Fundo Municipal de Previdência Social dos servidores do Município de Feliz Natal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 40, § 1º, inciso III, alínea "b" da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, e ainda combinado com Artigo 12, inciso III, "b", da Lei Municipal nº. 558/2016, de 01 de Setembro de 2016, que rege a Previdência Municipal e Lei

Complementar nº 019/2012, que Dispõe sobre o Plano de Carreiras e Remunerações dos Profissionais da Educação do Município de Feliz Natal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Feliz Natal – MT, 02 de Maio de 2017.

DANIELA DICÉLIA SCARIOT Diretora Executiva HOMOLOGO: RAFAEL PAVEI Prefeito Municipal

AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 014/2017
REGISTRO DE PREÇOS Nº. 009/2017

A Prefeitura Municipal de Feliz Natal - MT, através de sua Pregoeira, torna público para conhecimento dos interessados que REALIZOU às 08:00 horas do dia 28 de Abril de 2017, em sua Sede, na Av. Maravilha, Praça da Bíblia, PREGÃO PRESENCIAL N.º 014/2017, REGISTRO DE PREÇOS Nº. 009/2017, objetivando a **FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE FUNELARIA, PINTURA E TAPECARIA PARA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS VEICULOS DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL.**

Tendo em vista o cumprimento dos termos da Lei nº. 8.666, de 21/06/93 e Lei 123/2006 e a Lei 10.520/2002 e alterações posteriores, para que produza os desejados efeitos legais, onde a empresa ANGELO MARCIO ALVES RAMIRES ME, vencedora dos itens: 01, 05, 08, 11, 15, 18, 19, 23, 26, 31, 33, 37, 40, 43,45, 49, 53,56,59,60,62,66,59,73, no valor total final de R$ 188.932,75 (cento e oitenta e oito mil, novecentos e trinta e dois reais e setenta e cinco centavos). A Empresa IVAIR CELERI 58035753134, vencedora dos itens 03, 004, 09, 012, 013, 017, 020, 022, 025, 028, 035, 039, 042, 044, 047, 051, 052, 055, 058, 064, 067, 070, e 071, no valor total final de R$ 187.538,00 (cento e oitenta e sete mil, quinhentos e trinta e oito reais). E a Empresa VANDERLEI MULLER 02006338994, sagrou-se vencedora dos itens: 002, 006, 007, 010, 014, 016, 021, 024, 027, 029, 030, 032, 034, 036, 038, 041, 046, 048, 050, 054, 057, 061, 063, 065, 068, 072, no valor total de R$ 189.577,00 (cento e oitenta e nove mil, quinhentos e setenta e sete reais). E a empresa: ESMAEL THEMOTEO DA SILVA 88082377100, vencedora dos itens: 074, 075, 076 ,077, 078, 079, 080, 081, 082, 083, 084, 085, 086, 087, 088, 089, 090, 091, 092, 093, 094, 095, 096, 0 97, 098, 099, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123 no valor total de R$ 179,107,00 (centos e setenta e nove mil, cento e sete reais)

NEUZA MARIA DA ROSA

PREGOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL/SRP Nº 0013/2017

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº0022/2017

‘’ PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME – EPP “

LEI FEDERAL COMPLEMENTAR Nº 147/2014 -

RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 17/2015 – TCE/MT

A Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte/MT, através de sua Pregoeira Oficial, torna público **o Sistema de Registro de preços para futura e eventual aquisição de Material de Papelaria, Expediente e Pedagógico para as Escolas municipais, creches e Secretárias Municipais de Gaúcha do Norte-MT, conforme especificações do edital,** na modalidade **Pregão Presencial/SRP** no dia **15/05/2017 às 07h30min** (**Horário de Cuiabá/MT**) na sala de licitações. Este pregão será regido pela Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis. A retirada do edital será disponibilizada na sede do paço municipal das 07h00min as 11h00min e 13h00min as 17h00min, ou no site www.gauchadonorte.mt.gov.br e no e-mail licitacaogauchadonorte@gmail.com.

Gaúcha do Norte, 02 de maio de 2017.

MÁRCIA RÚBIA DA SILVA

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE

SELETIVO SIMPLIFICADO N. º 01/2017 - EDITAL COMPLEMENTAR N. 04/2017

O Prefeito Municipal de Glória D’Oeste, Estado de Mato Grosso, e o Presidente da Comissão Organizadora do Seletivo Simplificado n. 01/2017, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO, a necessidade de retificação de determinadas informações no Edital do Seletivo Simplificado n. 01/2017, da Prefeitura Municipal de Glória D’Oeste - MT, amparado conforme disposto no item 18.9, objetivando maior clareza nas informações.

RESOLVEM:

1º - RETIFICAR parcialmente o Anexo I - QUADRO DE CARGOS, do Edital de Seletivo Simplificado n. 01/2017, da Prefeitura Municipal de Glória D’Oeste- MT, especificamente no Cargo 1 – Professor de Educação Física, em atendimento a solicitação do **CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA 17º REGIÃO – CREF17/MT**, que passa a vigorar com a seguinte redação:

01	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	NÍVEL SUPERIOR COMPLETO.	NIVEL SUPERIOR COMPLETO E REGISTRO NO RESPECTIVO CONSELHO DE CLASSE – CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FISICA DE ACORDO COM A LEI Nº 9.696/98.	01	30 HORAS	- PROVA OBJETIVA	R$2.327,55	**R$70,00**	SEDE

2º - Os demais itens do Edital do Seletivo Simplificado n. 01/2017, da Prefeitura Municipal de Glória D’Oeste - MT permanecem inalterados.

3º - Este Edital Complementar encontra-se a disposição dos interessados no Quadro Mural da Prefeitura Municipal de Glória D’Oeste - MT e no endereço eletrônico: www.gloriadoeste.mt.gov.br, a partir desta data.

Prefeitura Municipal de Glória D’Oeste 28 de Abril de 2017.

PAULO REMÉDIO **PREFEITO MUNICIPAL**	**JOSENILDA ALVES DAS NEVES** **PRESIDENTE DA COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL SRP 005/2017

A Prefeitura Municipal de Indiavaí-MT, através do Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que realizará a licitação na modalidade P**regão Presencial SRP por ITEM nº 005/2017**, cujo Objeto é: **Aquisição de Implementos.** Dia: 16/05/2017. Entrega dos Envelopes: Até as 08:00 horas (horário de Mato Grosso), do dia 16/05/2017. Edital Completo: Afixado no endereço Rua Getúlio Vargas nº 650, Centro, Indiavaí/MT. CEP 78.295-000, no site www.indiavai.mt.gov.br e no e-mail pmindiavailicitacao@gmail.com, **(quando o edital for baixado pelo site as empresas deverão encaminhar seus dados empresariais para o e-mail (**pmindiaivailicitacao@gmail.com**);** Abertura do envelope Nº 01: Às 08:30 horas, do dia 16 maio de 2017, no endereço acima. Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, regulamentada pelo Decreto 3. 555/2000 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98).

Indiavaí – MT. 02 de maio de 2017.

CLEBER PEREIRA DOS SANTOS

Pregoeiro Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL / RECURSOS HUMANOS
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 022/2017

MÉDICO

Contrato Administrativo Prestação de Serviço Temporário que entre si celebram o MUNICÍPIO DE IPIRANGA DO NORTE/MT e a Sra. THASSIA DE OLIVEIRA ALVES, com base no Art. 37, Inc. IX da Constituição Federal e a teor do disposto na Lei Municipal Nº 234/2009.

Contrato Administrativo de Prestação de Serviço Temporário de Excepcional Interesse Público que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE IPIRANGA DO NORTE/MT,** Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Rua dos Girassóis, nº. 387, centro, na cidade de Ipiranga do Norte/MT, CNPJ Nº. 07.209.245/0001-72, representada neste ato por seu Prefeito Municipal **Sr. PEDRO FERRONATTO,** brasileiro, casado, Agricultor, portador do CPF Nº. 345.727.169-00, residente e domiciliado nesta cidade de Ipirangado Norte/MT, de ora em diante simplesmentedenominado de**MUNICÍPIO,** e, de outro lado, a Sra. **THASSIA DE OLIVEIRA ALVES,** brasileira, solteira, maior, médica, Carteira de Identidade Civil RG. 2240244-6 SSP/MT, e CPF Nº. 040.629.861-08, residente e domiciliada na Av. dos Tarumãs, 2655, Jardim Maringá, na cidade de Sinop, Estado de Mato Grosso, de ora em diante designado de **CONTRATADA,** os quais têm justos e contratados entre si, os serviços pessoais de Médica, que ocorrerá de acordo com as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

De conformidade com o que estabelece a Lei Municipal Nº. 234/2009, em concordância com o disposto no Art. 37, Inc. IX da Constituição Federal, a **CONTRATADA** trabalhará para o **MUNICÍPIO** no cargo de Médico, para o qual foi aprovado no Processo Seletivo Simplificado Nº. 001/2017 da Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte, executando todas as atividades atinentes e de responsabilidade do seu cargo, em especial as descritas no respectivo Anexo a Lei Municipal Nº. 054/2005 correspondente ao cargo de Médico, ficando subordinado a Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA

O **CONTRATADO** desempenhará os serviços ora contratados durante 40 (Quarenta) horas semanais, conforme estabelecido na Lei Municipal Nº. 054/2005 e nos termos do Processo Seletivo Simplificado - Edital Nº. 001/2017 e demais Legislações correlatas em vigor.

CLÁUSULA TERCEIRA

Pelos serviços acima mencionados, ora contratados e efetivamente prestados, o **CONTRATADO** perceberá a quantia Global de R$ 108.399,18 (Cento e oito mil, trezentos e noventa e nove reais e dezoito centavos), sendo o valor mensal de R$ 18.066,53 (Dezoito mil, sessenta e seis reais e cinqüenta e três centavos), bem como dos demais adicionais previstos na legislação vigente.

CLÁUSULA QUARTA

O presente Contrato vigorará pelo prazo de 06 (seis), meses, a partir da presente data, podendo ser prorrogado por igual período, havendo necessidade e interesse público conforme disposto na Lei Municipal Nº. 234/2009,**podendo ser rescindido antecipadamente** caso se encerre a situação ensejadora.

CLÁUSULA QUINTA

O presente contrato será sumariamente rescindido pelo **MUNICÍPIO**, sem que a **CONTRATADA** caiba qualquer reparação pecuniária, exceto dias trabalhados até então, se esta incidir em qualquer das faltas arroladas no Estatuto dos Servidores Públicos do Município ou no seu Regime Jurídico como puníveis com pena de demissão.

CLÁUSULA SEXTA

O Contrato será rescindido no término do prazo previsto.

CLÁUSULA SÉTIMA

Os direitos e os deveres da **CONTRATADA**, inclusive as parcelas rescisórias, são os definidos pela Lei do Regime Jurídico e pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município, Lei Complementar nº 32/2015.

Sub-cláusula única - As situações e casos não expressamente contidos neste Contrato regem-se pelo disposto na Legislação Municipal vigente.

CLÁUSULA OITAVA

O presente Contrato é de natureza Administrativa, ficando assegurado a **CONTRATADA** os direitos e deveres previstos na Legislação Municipal, e o sistema previdenciário será o do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS.

CLÁUSULA NONA

As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária, no exercício de 2017. **08.002.10.301.0023.2067. 319004000000.0.1.02.000000 - contratação por Tempo Determinado.**

CLÁUSULA DÉCIMA

As partes elegem o Foro da Comarca de Sorriso/MT, para dirimir possíveis dúvidas ou questões que porventura resultarem deste Contrato.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente Instrumento Contratual em 3 (três) vias de igual forma e teor na presente das testemunhas, para o único fim nele exposto.

Ipiranga do Norte/MT, 01 de maio de 2017.

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal

THASSIA DE OLIVEIRA ALVES

Contratada

TESTEMUNHAS

1ª_____

2ª_____

C.P.F C.P.F

R.G R.G

PREFEITURA MUNICIPAL / RECURSOS HUMANOS
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 023/2017

AGENTE DE FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

Contrato Administrativo Prestação de Serviço Temporário que entre si celebram o MUNICÍPIO DE IPIRANGA DO NORTE/MT e a Sra. DILVA MARIA ZINI com base no Art. 37, Inc. IX da Constituição Federal e a teor do disposto na Lei Municipal Nº 234/2009.

Contrato Administrativo de Prestação de Serviço Temporário de Excepcional Interesse Público que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE IPIRANGA DO NORTE/MT,** Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Rua dos Girassóis, nº.387, centro, na cidade de Ipiranga do Norte/MT, CNPJ Nº. 07.209.245/0001-72, representada neste ato por seu Prefeito Municipal **Sr. PEDRO FERRONATTO,** brasileiro, casado, Agricultor, portador do CPF Nº. 345.727.169-00, residente e domiciliado nesta cidade de Ipirangado Norte/MT, de ora em diante simplesmentedenominado de**MUNICÍPIO,** e, de outro lado, a Sra. **DILVA MARIA ZINI,** brasileira, casada, maior, Carteira de Identidade Civil RG. 1403430-1 SSP/MT, e CPF Nº 012.187. 421-43, residente e domiciliado na Rua das Hortências, nº 845, Centro, na cidade de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, de ora em diante designado de **CONTRATADA,** os quais têm justos e contratados entre si, os serviços pessoais de Agente de Fiscalização Sanitária, que ocorrerá de acordo com as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

De conformidade com o que estabelece a Lei Municipal Nº. 234/2009, em concordância com o disposto no Art. 37, Inc. IX da Constituição Federal, a **CONTRATADA** trabalhará para o **MUNICÍPIO** no cargo de Agente de Fiscalização Sanitária, para o qual foi aprovado no Processo Seletivo Simplificado Nº. 001/2017 da Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte, exe-

cutando todas as atividades atinentes e de responsabilidade do seu cargo, em especial as descritas no respectivo Anexo a Lei Municipal Nº. 054/2005 correspondente ao Cargo de Agente de Fiscalização Sanitária, ficando subordinado a Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA

A **CONTRATADA** desempenhará os serviços ora contratados durante 40 (Quarenta) horas semanais, conforme estabelecido na Lei Municipal Nº. 054/2005 e nos termos do Processo Seletivo Simplificado - Edital Nº. 001/2017 e demais Legislações correlatas em vigor.

CLÁUSULA TERCEIRA

Pelos serviços acima mencionados, ora contratados e efetivamente prestados, a **CONTRATADA** perceberá a quantia Global de R$ 6.616,02 (Seis mil, seiscentos e dezesseis reais e dois centavos), sendo o valor mensal de R$ 1.102,67 (Um mil, cento e dois reais e sessenta e sete centavos), bem como dos demais adicionais previstos na legislação vigente.

CLÁUSULA QUARTA

O presente Contrato vigorará pelo prazo de 06 (seis) meses, a partir da presente data, podendo ser prorrogado por igual período, havendo necessidade e interesse público, conforme disposto na Lei Municipal Nº. 234/2009.

CLÁUSULA QUINTA

O presente contrato será sumariamente rescindido pelo **MUNICÍPIO**, sem que a **CONTRATADA** caiba qualquer reparação pecuniária, exceto dias trabalhados até então, se esta incidir em qualquer das faltas arroladas no Estatuto dos Servidores Públicos do Município ou no seu Regime Jurídico como puníveis com pena de demissão.

CLÁUSULA SEXTA

O Contrato será rescindido no término do prazo previsto.

CLÁUSULA SÉTIMA

Os direitos e os deveres da **CONTRATADA**, inclusive as parcelas rescisórias, são os definidos pela Lei Complementar n° 032/2015 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município.

Sub-cláusula única - As situações e casos não expressamente contidos neste Contrato regem-se pelo disposto na Legislação Municipal vigente.

CLÁUSULA OITAVA

O presente Contrato é de natureza Administrativa, ficando assegurado a **CONTRATADA** os direitos e deveres previstos na Legislação Municipal, e o sistema previdenciário será o do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS.

CLÁUSULA NONA

As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária, no exercício de 2017. **08.002.10.301.0023.2067. 319004000000.0.1.02.000000 - contratação por Tempo Determinado.**

CLÁUSULA DÉCIMA

As partes elegem o Foro da Comarca de Sorriso/MT, para dirimir possíveis dúvidas ou questões que porventura resultarem deste Contrato.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente Instrumento Contratual em 3 (três) vias de igual forma e teor na presente das testemunhas, para o único fim nele exposto.

Ipiranga do Norte/MT, 02 de maio de 2017.

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal

DILVA MARIA ZINI

Contratada

TESTEMUNHAS

1ª_____

2ª_____

C.P.F C.P.F

R.G R.G

PREFEITURA MUNICIPAL / RECURSOS HUMANOS
TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 019/2016.

Pelo presente TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO POR MÚTUO TERMINO DE CONTRATO, o MUNICÍPIO DE IPIRANGA DO NORTE, ESTADO DO MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ n° 07.209.245/0001-72, com domicílio na Rua dos Girassóis, 387, Centro, Ipiranga do Norte, Mato Grosso, fone (66) 3588-1566/1538, CEP 78578-000, representado por seu prefeito constitucional, o Sr. **PEDRO FERRONATTO,** brasileiro, casado, Agricultor, portador do CPF Nº. 345.727.169-00, residente e domiciliado nesta cidade de Ipiranga do Norte, Mato Grosso, neste ato denominado CONTRATANTE, e do outro lado a Sra. **DRIELI REGINA CASANOVA** brasileira, casada, maior, Técnica em Enfermagem, Carteira de Identidade Civil RG. 2663861-4 SEJSP/MT, e CPF Nº 057957581-08, residente e domiciliado na rua das Jabuticabas, n 49, Centro, na cidade de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, de ora em diante designado de **CONTRATADA,** resolvem rescindir, a partir desta data, o CONTRATO Nº. 019/2016 (contratação temporária por excepcional interesse público, firmado nos termos do art. 37, inciso IX da Constituição e da Lei nº. 234/2009, para exercer a função de **Técnico em Enfermagem**, passando esta rescisão a fazer parte integrante do contrato inicial supracitado com todas as verbas previstas na Lei Municipal nº. 032/2015 – Estatuto dos funcionários públicos do Município de Ipiranga do Norte/MT, exceto os direitos que são exclusivos dos servidores efetivos.

A partir de 27 de abril de 2017, ambas as partes ficam liberadas de quaisquer compromissos firmados entre si;

E por estarem às partes ajustadas e de comum acordo, assinam o presente Termo em 03 (três) vias de igual teor, para um só efeito.

Ipiranga do Norte/MT, 27 de abril 2017.

_____

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal - contratante

_____

DRIELI REGINA CASANOVA

Contratada

T E S T E M U N H A S:

1ª) _____ 2ª) _____

CAMARA MUNICIPAL / RECEPÇÃO
PORTARIA Nº 025/2017

Portaria nº 025/2017

"Concede Férias a Agente de Finanças e Controle da Câmara Municipal de Ipiranga de Norte e dá outras providências".

O Senhor **Pedro Alessandro Alves do Nascimento,** Presidente da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas férias à Servidora **Rosangela Grisa Grabovski**, nomeada pela Portaria nº 011/2013 ao cargo efetivo de Agente de Finanças e Controle da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte/MT.

Art. 2º - As Férias ora concedidas, referem-se ao período aquisitivo do Exercício de 2016/2017, sendo que 20 (vinte) dias serão gozados, de 02 de maio de 2017 a 21 de maio de 2017, e 10 (dez) dias serão convertidos em Abono Pecuniário, conforme Legislação.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de Ipiranga do Norte/MT, aos 02 de maio de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DLC 024 A 029-2017 FISCAL DE CONTRATO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PORTARIA DE DESIGNAÇÃO DO FISCAL DE CONTRATO

PORTARIA N° 024 de 05 de abril de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ, Estado de Mato Grosso, Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93, **RESOLVE:**

Art. 1º - Designar o (a) servidor (a) **SANDRA KLASSEN GRZECHOTA,** portador (a) do CPF n° **018.183.381.65**, para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução do contrato n° 024/2017, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a a empresa **TIM – TRANSPORTES INTERMUNICIPAIS MATOGROSSENSES LTDA-EPP,** inscrita no CNPJ sob o nº. 14.421.118/0001-06, que tem por objeto: **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PASSAGENS RODOVIÁRIAS INTERMUNICIPAIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ-MT".** Fica estabelecida a forma de execução indireta, nos termos da legislação em vigor.

Art. 2° - O servidor acima designado será responsável por fiscalizar e acompanhar o andamento e a execução do fornecimento do objeto.

Art. 3º - Coordenar acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade elaborar relatório quadrimestral para envio ao TCE/MT através do sistema aplic.

Art. 4° - Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário.

Art. 5° - Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade.

Art. 6º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

Art. 7º - Ficam revogadas as disposições em contrario;

Itanhangá-MT, 05 de abril de 2017.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

RENATE LANGHORST

Secretária Municipal de Saúde e Saneamento

Registre-se, Publique-se e Afixe-se

Ciente em:_____/_____/____

Nome por extenso:_____

CPF do Fiscal Titular:_____

Assinatura:_____

PORTARIA DLC N° 025/2017 de 13 de abril de 2017.

***SÚMULA: "Designar a servidora, Sr.ª Ana Cláudia Germano Alves**, para exercer a função de fiscal de contratos e da outras providências."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93, **RESOLVE:**

Art. 1º - Designar o (a) servidor (a) **ANA CLAUDIA GERMANO ALVES,** portador (a) do CPF n° **047.152.811.04**, para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução do contrato n° 025/2017, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a empresa **REGINALDO DUARTE 03747238181**, inscrita no CNPJ sob o n°18.698.685/0001-57, que tem por objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, SERVIDORES DE ARQUIVO E INTERNET, SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DE SOFTWARE, CONFIGURAÇÃO DE REDE E IMPRESSORAS, DESENVOLVIMENTO E SUPORTE TÉCNICO AS ROTINAS DIÁRIAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ-MT**, Fica estabelecida a forma de execução indireta, nos termos da legislação em vigor.

Art. 2° - O servidor acima designado será responsável por fiscalizar e acompanhar o andamento e a execução do fornecimento do objeto.

Art. 3º - Coordenar acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade elaborar relatório quadrimestral para envio ao TCE/MT através do sistema aplic.

Art. 4° - Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário.

Art. 5° - Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade.

Art. 6º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

Art. 7º - Ficam revogadas as disposições em contrario;

Itanhangá-MT, 06 de abril de 2017.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, publique-se e Afixe-se

EMERSON SABATINE

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Ciente em: _____/_____/____

Nome por extenso: _____

CPF do Fiscal Titular: _____

Assinatura: _____

PORTARIA DLC N° 026/2017 de 13 de abril de 2017.

***SÚMULA: "Designar a servidora, Sr.ª Maria Isabel Dobre**, para exercer a função de fiscal de contratos e da outras providências."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93, **RESOLVE:**

Art. 1º - Designar a servidora, Srª. **MARIA ISABEL DOBRE,** portadora do CPF n° **326.373.491-15**, como fiscal do ***contrato n° 026/2017***, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a empresa **COOPERITA – COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DOS TRABALHADORES RURAIS DE ITANHANGÁ**, inscrita no CNPJ sob o n° 12.254.367/0001-10, que tem por objeto a "**AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE PARA O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ-MT"**. Fica estabelecida a forma de execução indireta, nos termos da legislação em vigor.

Art. 2° - O servidor acima designado será responsável por fiscalizar e acompanhar o andamento e a execução do fornecimento do objeto.

Art. 3º - Coordenar acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade elaborar relatório quadrimestral para envio ao TCE/MT através do sistema aplic.

Art. 4° - Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário.

Art. 5° - Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade.

Art. 6º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

Art. 7º - Ficam revogadas as disposições em contrario;

Itanhangá-MT, 13 de abril de 2017.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, publique-se e Afixe-se

SUZANA BESS

Secretária Municipal de Educação e Cultura

Ciente em: _____/_____/____

Nome por extenso: _____

CPF do Fiscal Titular: _____

Assinatura: _____

PORTARIA DLC N° 027/2017 de 18 de abril de 2017.

SÚMULA: "*Designar o servidor, Sr.* ***João dos Santos Ferreira****, para exercer a função de fiscal de contratos e dá outras providências. "*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93, **RESOLVE:**

Art. 1º - Designar o (a) servidor (a) **JOÃO DOS SANTOS FERREIRA,** portador do CPF n° **023.363.359-64**, para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução do contrato n° 027/2017, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a empresa **LOGICA CONSULTORIA LTDA-ME**, inscrita no CNPJ sob o n° 07.547.564/0001-98, que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS E ESTUDOS TÉCNICOS PARA OUTORGA DO DIREITO DE USO DE AGUA SUBTERRÂNEA PERANTE AOS ÓRGÃOS COMPETENTES, PARA O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT**. Fica estabelecida a forma de execução indireta, nos termos da legislação em vigor.

Art. 2° - O servidor acima designado será responsável por fiscalizar e acompanhar o andamento e a execução do fornecimento do objeto.

Art. 3º - Coordenar acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade elaborar relatório quadrimestral para envio ao TCE/MT através do sistema aplic.

Art. 4° - Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário.

Art. 5° - Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade.

Art. 6º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

Art. 7º - Ficam revogadas as disposições em contrario;

Itanhangá-MT, 18 de abril de 2017.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

EMERSON SABATINE

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registre-se, publique-se e Afixe-se

Ciente em: _____/_____/____

Nome por extenso: _____

CPF do Fiscal Titular: _____

Assinatura: _____

PORTARIA DCL N° 028/2017 de 19 de abril de 2017.

SÚMULA: **"Revoga portaria 024/2016 e dá outras providencias. "**

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI**, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,**

Considerando a exoneração do servidor nomeado pela 024/2016.

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a portaria 024/2016 a qualatribui o Sr. **Fábio Junior Barella**, portador do CPF nº 828.713.531-15 e RG 12297577 SEJSP/MT, a Função de Fiscal do contrato n° 013/2016.

Art. 2° **- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir da data de 07 de abril de 2017.**

Art. 3° - **Revogam-se as disposições em contrário.**

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, publique-se e Afixe-se

DANIEL ORZECHOVSKI

Secretário Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos

PORTARIA DLC N° 029/2017 de 19 de abril de 2017.

SÚMULA: "*Designar o servidor, Sr.* ***Edinei Caminski****, para exercer a função de fiscal de contratos e dá outras providências. "*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93, **RESOLVE:**

Art. 1º - Designar o (a) servidor (a) **EDINEI CAMINSKI,** portador do CPF n° **007.181.511.27**, para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução do contrato n° 013/2016, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a empresa **CONSTRUTORA LMG EIRELI-ME**, inscrita no CNPJ sob o n° 18.696.130/0001-76, que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, NA AVENIDA RIO GRANDE DO SUL NO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E SERVIÇO, CONFORME PROJETOS, PLANILHAS E COMPLEMENTARES**. Fica estabelecida a forma de execução indireta, nos termos da legislação em vigor.

Art. 2° - O servidor acima designado será responsável por fiscalizar e acompanhar o andamento e a execução do fornecimento do objeto.

Art. 3º - Coordenar acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade elaborar relatório quadrimestral para envio ao TCE/MT através do sistema aplic.

Art. 4° - Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário.

Art. 5° - Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade.

Art. 6º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir da data de 07 de abril de 2017 e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

Art. 7º - Ficam revogadas as disposições em contrario, em especial da PORTARIA DLC nº. 024/2016.

Itanhangá-MT, 19 de abril de 2017.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

DANIEL ORZECHOVSKI

Secretário Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos

Registre-se, publique-se e Afixe-se

Ciente em: _____/_____/____

Nome por extenso: _____

CPF do Fiscal Titular: _____

Assinatura: _____

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS
ABRIL - 2017

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N°. 024/2017

Espécie: Contrato n° 024/2017 firmado entre o **MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ** e a empresa **TIM – TRANSPORTES INTERMUNICIPAIS MATOGROSSENSES LTDA-EPP,** inscrita no CNPJ sob o nº. **14.421.118/0001-06**. **Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PASSAGENS RODOVIÁRIAS INTERMUNICIPAIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ-MT**. Valor Global: R$ 104.971,33**(cento e quatro mil novecentos e setenta e um reais e trinta e três centavos).

Assinatura: 05 de Abril de 2017.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N°. 025/2017

Espécie: Contrato n° 025/2017 firmado entre o **MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ** e a empresa **REGINALDO DUARTE 03747238181,** inscrita no CNPJ sob o nº. **18.698.685/0001-57**. **Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, SERVIDORES DE ARQUIVO E INTERNET, SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DE SOFTWARE, CONFIGURAÇÃO DE REDE E IMPRESSORAS, DESENVOLVIMENTO E SUPORTE TÉCNICO AS ROTINAS DIÁRIAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ-MT. **Valor Global: R$ 45.600,00**(quarenta e cinco mil e seiscentos reais).

Assinatura: 06 de Abril de 2017.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N°. 026/2017

Espécie: Contrato n° 026/2017 firmado entre o **MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ** e a contratada **COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DOS TRABALHADORES RURAIS DE ITANHANGÁ,** inscrita no CNPJ sob o nº. **12.254.367/0001-10**. **Objeto:** AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE PARA O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ-MT. **Valor Global: R$ 76.895,00** (setenta e seis mil oitocentos e noventa e cinco reais).

Assinatura: 13 de Abril de 2017.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N°. 027/2017

Espécie: Contrato n° 027/2017 firmado entre o **MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ** e a empresa **LOGICA CONSULTORIA LTDA-ME,** inscrita no CNPJ sob o nº. **07.547.564/0001-98**. **Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS E ESTUDOS TÉCNICOS PARA OUTORGA DO DIREITO DE USO DE AGUA SUBTERRÂNEA PERANTE AOS ÓRGÃOS COMPETENTES, PARA O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT. **Valor Global: R$ 21.250,00** (vinte e um mil duzentos e cinqüenta reais).

Assinatura: 18 de Abril de 2017.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N°. 005/2017

Espécie: ARP n° 005/2017 firmado entre o **MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ** e a empresa **CHAVES E MORESCO LTDA - EPP - CNPJ: 01.144.850/0001-26. Objeto:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS, APARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ-MT. **Valor Global: R$ 140.001,00** (cento e quarenta mil e um real).

Assinatura: 03 de Abril de 2017.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N°. 006/2017

Espécie: ARP n° 006/2017 firmado entre o **MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ** e a empresa **CLEBER LUIS MOURA E SILVA 33332320149- CNPJ: 16.602.247/0001-18. Objeto:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS, APARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ-MT. **Valor Global: R$ 140.001,00** (cento e quarenta mil e um real).

Assinatura: 03 de Abril de 2017.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N°. 007/2017

Espécie: ARP n° 007/2017 firmado entre o **MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ** e a empresa **CHAVES E MORESCO LTDA - EPP - CNPJ: 01.144.850/0001-26. Objeto:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS, APARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ-MT. **Valor Global: R$ 140.001,00** (cento e quarenta mil e um real).

Assinatura: 03 de Abril de 2017.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N°. 008/2017

Espécie: ARP n° 008/2017 firmado entre o **MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ** e a empresa **ELIZEU DE OLIVEIRA-EPP - CNPJ: 10.545.178/0001-71. Objeto:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS PARA USO NA MERENDA ESCOLAR DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ-MT. **Valor Global: R$ 259.239,05** (duzentos e cinqüenta e nove mil duzentos e trinta e nove reais e cinco centavos).

Assinatura: 03 de Abril de 2017.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N°. 009/2017

Espécie: ARP n° 009/2017 firmado entre o **MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ** e a empresa **APARECIDA CESAR GUTIERRES 65140184168 CNPJ: °. 27.100.854/0001-04. Objeto:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTA-

ÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTRUTOR DE DANÇAS, INSTRUTOR INSTRUMENTISTA DE VIOLÃO, INSTRUTOR DE ARTESANATO, INSTRUTOR DE CORTE E COSTURA E INSTRUTOR INSTRUMENTISTA DE BATERIA E PERCUSSÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ-MT. **Valor Global: R$ 14.400,00** (quatorze mil e quatrocentos reais).

Assinatura: 18 de Abril de 2017.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N°. 010/2017

Espécie: ARP n° 010/2017 firmado entre o **MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ** e a empresa **BRUNO FELIPE DA SILVA SANTOS ANDRADE 04990450175 - CNPJ: 27.376.187/0001-89. Objeto:** "REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTRUTOR DE DANÇAS, INSTRUTOR INSTRUMENTISTA DE VIOLÃO, INSTRUTOR DE ARTESANATO, INSTRUTOR DE CORTE E COSTURA E INSTRUTOR INSTRUMENTISTA DE BATERIA E PERCUSSÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ-MT." **Valor Global: R$ 14.400,00** (quatorze mil e quatrocentos reais).

Assinatura: 18 de Abril de 2017.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N°. 011/2017

Espécie: ARP n° 011/2017 firmado entre o **MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ** e a empresa **ELIS REGINA PERIN DE SOUZA 95619739953 - CNPJ: °. 27.433.026/0001-80. Objeto:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTRUTOR DE DANÇAS, INSTRUTOR INSTRUMENTISTA DE VIOLÃO, INSTRUTOR DE ARTESANATO, INSTRUTOR DE CORTE E COSTURA E INSTRUTOR INSTRUMENTISTA DE BATERIA E PERCUSSÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ-MT. **Valor Global: R$ 14.400,00** (quatorze mil e quatrocentos reais).

Assinatura: 18 de Abril de 2017.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N°. 012/2017

Espécie: ARP n° 012/2017 firmado entre o **MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ** e a empresa **GIULIANO CESAR SILVEIRO 07614846982 - CNPJ: 17. 152.552/0001-18. Objeto:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTRUTOR DE DANÇAS, INSTRUTOR INSTRUMENTISTA DE VIOLÃO, INSTRUTOR DE ARTESANATO, INSTRUTOR DE CORTE E COSTURA E INSTRUTOR INSTRUMENTISTA DE BATERIA E PERCUSSÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ-MT. **Valor Global: R$ 19.800,00** (dezenove mil e oitocentos reais).

Assinatura: 18 de Abril de 2017.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N°. 013/2017

Espécie: ARP n° 013/2017 firmado entre o **MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ** e a empresa **MARIA DE LOURDES PEREIRA 02043753126 - CNPJ: 27. 397.724/0001-77. Objeto:** "REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTRUTOR DE DANÇAS, INSTRUTOR INSTRUMENTISTA DE VIOLÃO, INSTRUTOR DE ARTESANATO, INSTRUTOR DE CORTE E COSTURA E INSTRUTOR INSTRUMENTISTA DE BATERIA E PERCUSSÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ-MT." **Valor Global: R$ 34.800,00** (trinta e quatro mil e oitocentos reais).

Assinatura: 18 de Abril de 2017.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N°. 014/2017

Espécie: ARP n° 014/2017 firmado entre o **MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ** e a empresa **ELIZEU DE OLIVEIRA-EPP - CNPJ: °. 10.545.178/0001-71. Objeto:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS PARA USO NA MERENDA ESCOLAR DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ-MT. **Valor Global: R$ 58.017,20** (cinqüenta e oito mil e dezessete reais e vinte centavos).

Assinatura: 18 de Abril de 2017.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N°. 015/2017

Espécie: ARP n° 015/2017 firmado entre o **MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ** e a empresa **MAURO ALVES TRANSPORTES-ME - CNPJ: 08.580.753/ 0001-25. Objeto:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ-MT. **Valor Global: R$ 112. 800,00** (cento e doze mil e oitocentos reais).

Assinatura: 24 de Abril de 2017.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N°. 016/2017

Espécie: ARP n° 016/2017 firmado entre o **MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ** e a empresa **BIAZI MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA – EPP - CNPJ: 06.930.323/0001-60. Objeto:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ-MT. **Valor Global: R$ 2.965.00 (**dois mil novecentos e sessenta e cinco reais)

Assinatura: 28 de Abril de 2017.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N°. 017/2017

Espécie: ARP n° 017/2017 firmado entre o **MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ** e a empresa **ELETRO MENDONÇA COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA - EPP - CNPJ: 03.806.018/0001-73. Objeto:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ-MT. **Valor Global: R$ 186.005,00 (**cento e oitenta e seis mil e cinco reais**)**

Assinatura: 28 de Abril de 2017.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N°. 018/2017

Espécie: ARP n° 018/2017 firmado entre o **MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ** e a empresa **ELETRICA RADIANTE MATERIAIS ELETRICOS LTDA - EPP - CNPJ: 15.984.883/0001-99. Objeto:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ-MT. **Valor Global: R$ 177.282,00 (**cento e setenta e sete mil duzentos e oitenta e dois reais**)**

Assinatura: 28 de Abril de 2017.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N°. 019/2017

Espécie: ARP n° 019/2017 firmado entre o **MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ** e a empresa **3M COMERCIO DE MATERIAS ELETRICO, CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA - ME - CNPJ: 04.347.124/0001-07. Objeto:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ-MT. **Valor Global: R$ 203.188,30 (duzentos e três mil cento e oitenta e oito reais e trinta centavos)**

Assinatura: 28 de Abril de 2017.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N°. 020/2017

Espécie: ARP n° 020/2017 firmado entre o **MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ** e a empresa **M. D. PEREIRA COMERCIO - EPP - CNPJ: 05.020.986/0001-85. Objeto:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ-MT. **Valor Global: R$ 125.405,40 (**cento e vinte e cinco mil quatrocentos e cinco reais e quarenta centavos**)**

Assinatura: 28 de Abril de 2017.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 095, DE 11 DE ABRIL DE 2017.

"Exonerar a pedido o Servidor que menciona de exercer cargo em comissão de livre nomeação e exoneração, e dá outras providencias. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação funcional na estrutura administrativa do Poder Executivo/Prefeitura, para cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor,

R E S O L V E:

Art. 1° - Exonerar a pedido o servidor abaixo relacionado, do exercício do cargo em comissão, de livre nomeação e exoneração**, a partir do dia 01 de maio de 2017,** conforme segue:

1. RONALDO DE CARVALHO

CPF/MF: 390.938.081-68

Procurador Municipal - PM

Art. 2° - Caberá aos órgãos competentes do Poder Executivo, as providências pertinentes, de acordo com a legislação em vigor, inclusive quantos aos procedimentos orçamentários e financeiros.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT., 11 de abril de 2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO Nº 001.1004/2017-SAA

CONTRIBUINTE: WELLINGTON RIBEIRO CAMPOS

CERTIDÃO DE ENCERRAMENTO

O Município de Itiquira, neste ato representado pelo Secretário Adjunto de Arrecadação o Srº Alberto Rezende Mendonça, nos termos da legislação tributária vigente, CERTIFICA que na data do dia 02 de maio de 2. 017, deu por encerrado o Processo Administrativo Tributário nº 001.1004/2017-SAA.

Itiquira, 02 de maio de 2017.

Alberto Rezende Mendonça

Secretário Adjunto de Arrecadação

PROCURADORIA JURIDICA
PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO Nº 002.1104/2017-SAA

CONTRIBUINTE: ANTONIO ASSEF MASLEM

CERTIDÃO DE ENCERRAMENTO

O Município de Itiquira, neste ato representado pelo Secretário Adjunto de Arrecadação o Srº Alberto Rezende Mendonça, nos termos da legislação tributária vigente, CERTIFICA que na data do dia 02 de maio de 2. 017, deu por encerrado o Processo Administrativo Tributário nº 002.1104/2017-SAA.

Itiquira, 02 de maio de 2017.

Alberto Rezende Mendonça

Secretário Adjunto de Arrecadação

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 030/2014

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT E **FLAVIA MEZA 01047867109,** CNPJ nº 19.364.787/0001-07

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato nº 030/2014 assinado em 14/07/2014, equivalente a 23,91% importando no acréscimo de R$ 4.554,00 (quatro mil quinhentos e cinquenta e quatro reais) ao valor original contratado,

Data de Assinatura: 24/04/2017.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 012/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA, através de sua pregoeira, torna público que realizará **ÀS 08h00 DO DIA 15 DE MAIO DE 2017**, na Prefeitura Municipal de Itiquira, situada na Avenida Lúcio Mendonça Primo, 621, Conjunto Habitacional Arco Íris II– ITIQUIRA – MT, licitação na

modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2017**, do tipo **MENOR PREÇO**, sob forma de julgamento de **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR ITEM** tendo por objeto a **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS A FIM DE ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS,** conforme itens constantes no Termo de Referência, Anexo I do edital. Os envelopes contendo a proposta de preços e os documentos de habilitação serão recebidos até às **08h00 DO DIA 15 DE MAIO DE 2017.** O credenciamento será feito no início da sessão. Os interessados poderão ler ou obter a integra do edital e seus anexos na Prefeitura Municipal de Itiquira/MT, sito AVENIDA LÚCIO MENDONÇA PRIMO, 621, CONJUNTO HABITACIONAL ARCO ÍRIS II– ITIQUIRA – MT, no horário das 07h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, nos dias úteis ou pelo e-mail: licitacao@itiquira.mt.gov.br, sendo que o mesmo encontra-se disponível ainda no site: www.itiquira.mt.gov.br.

Itiquira/MT, 02 de maio de 2017.

Juliane Presotto

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

RREO ANEXO_14 01_BIM

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2017 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

LRF, Art. 48 – Anexo 14 — R$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o Bimestre
RECEITAS	
Previsão Inicial	17.130.950,00
Previsão Atualizada	17.130.950,00
Receitas Realizadas	2.321.540,83
Déficit Orçamentário	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	
DESPESAS	
Dotação Inicial	17.130.950,00
Créditos Adicionais	49.493,29
Dotação Atualizada	17.180.443,29
Despesas Empenhadas	2.163.542,57
Despesas Liquidadas	1.977.337,86
Despesas Pagas	1.042.909,23
Superávit Orçamentário	344.202,97

DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	2.163.542,57
Despesas Liquidadas	1.977.337,86

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	16.969.607,33

RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Até o Bimestre
Regime Geral de Previdência Social	
Receitas Previdenciárias Realizadas(I)	
Despesas Previdenciárias Liquidadas(II)	
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)	
Despesas Previdenciárias Liquidadas(V)	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)	

RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação a Meta (b/a)
Resultado Nominal		-1.132.741,66	-166%
Resultado Primário		134.444,21	0%

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo à Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Poder Executivo	21.403,09		400,00	21.003,09
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				
Ministério Público				
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS				
Poder Executivo	32.029,31			32.029,31
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				
Ministério Público				
TOTAL	53.432,40		400,00	53.032,40

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo à Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Desenvolvimento do Ensino		0,00 %	0,00 %
Fundamental e Médio		0,00 %	0,00 %
Educação Infantil e Ensino Fundamental		0,00 %	0,00 %
Complementação da União ao FUNDEB		0,00 %	0,00 %

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado até o Bimestre	Saldo à Realizar
Receita de Operação de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	24.762,80	2.312.715,20

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício[1]	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias(I)				
Despesas Previdenciárias(II)				
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)				
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias(IV)				
Despesas Previdenciárias(V)				
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)				

RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado até o Bimestre	Saldo à Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo à Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Desp. com Ações e Serviços Públicos de Saúde Exec. com Rec. de Impostos		0,00 %	0,00 %

DESPESAS DE CARATER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	VALOR APURADO NO EXERCÍCIO CORRENTE
Total das Despesas / RCL (%)	

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

[1] Serão demonstradas as projeções do exercício anterior ao de referência.

EDERZIO DE JESUS MENDES
PREFEITO

PAULO NERIS DE ASSUNCAO
CONTADOR

Secretario(a)

Emissão: 02/05/2017 11:11:27 — Page 1 de 1

DECRETO NO 009/2017, DE 25 DE ABRIL DE 2017.

REVOGA O DECRETO Nº 027/2015 E DESIGNA COMITÊS DE COORDENAÇÃO E EXECUTIVO PARA DISCUSSÃO, AVALIAÇÃO E EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES NECESSÁRIAS À ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, CONFORME TERMO ADITIVO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA Nº 04/2014 CELEBRADO ENTRE A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE E A UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSDO, ASSINADO E PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO.

EDERZIO DE JESUS MENDES, Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso**,** no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber:

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 11.445/2007 e a necessidade de se instituir comitê específico para as atividades relacionadas à elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico;

CONSIDERANDO que já havia sido instituído o comitê específico por meio do Decreto Municipal nº 027/2015 mas que, entretanto, alguns integrantes não mais pertencem ao quadro de servidores do município de Jangada;

CONSIDERANDO que o respectivo Comitê necessita ser alterado para exclusão dos membros anteriores e a nomeação de novos membros;

CONSIDERANDO o Termo de Referência 2012/FUMASA celebrado entre a Fundação Nacional de Saúde e Prefeitura Municipal para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico.

DECRETA

ART. 1º - Nomeação dos novos grupos de trabalho para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, tendo em vista o Termo de Referência 2012/FUNASA.

ART. 2º - Fica instituído o **Comitê de Coordenação** responsável pela condução, composto pelos seguintes membros:

1**º)** Representante do Núcleo Intersetorial de Cooperação Técnica – FUNASA;

2º) Representante do Governo do Estado de Mato Grosso – Secretaria de Estado das Cidades – SECID;

Comitê de Coordenação local:

José Nivaldo de Sá Gomes – (Professor do município)

Silvana Campos Lacerda – (Secretária de Administração)

Victor Roger Deonizio da Silva – (Secretário de Saúde)

Parágrafo Único: São atribuições do Comitê de Coordenação a que se refere o *caput* deste artigo:

I – Coordenar, discutir, avaliar e aprovar o trabalho produzido pelo Comitê Executivo;

II - Analisar e sugerir alternativas buscando promover a integração das ações de saneamento sob os aspectos de viabilidade técnica, operacional, financeira e ambiental;

ART. 3º - Fica instituído o **Comitê Executivo** para execução do Plano de Mobilização Social, composto pelos seguintes membros:

Helton Carlos de Silva Ponce - (Vigilância Sanitária)

Nilton Damião Silva Barros - (Técnico Agrícola);

Suelen Martins - (Engenheira Civil);

Parágrafo Único: São atribuições específicas do Comitê Executivo a que se refere o *caput* deste artigo:

I – Executar em conjunto com a equipe executora, as atividades previstas no Termo de Referência, apreciando cada fase da elaboração do PMSB, e de cada produto a ser entregue à Funasa, submetendo-a à avaliação do Comitê de Coordenação;

II – Observar os prazos indicados no cronograma de execução do PMSB;

ART. 4º - A designação dos membros dos comitês previstos neste Decreto não importará em qualquer vantagem pecuniária ou acréscimo remuneratório a qualquer título;

ART. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 6º - Fica revogado o Decreto n 27/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, aos 25 de abril de 2017.

EDERZIO DE JESUS MENDES

Prefeito Municipal

RREO ANEXO_01 01_BIM

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2017 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b / a)	Até o Bimestre (c)	% (c / a)	
RECEITAS (Exceto Intra-Orçamentárias) (I)	17.130.950,00	17.130.950,00	2.321.540,83	13,55	2.321.540,83	13,55	14.809.409,17
RECEITAS CORRENTES	16.575.950,00	16.575.950,00	2.321.540,83	14,00	2.321.540,83	14,00	14.254.409,17
RECEITA TRIBUTARIA	1.465.400,00	1.465.400,00	192.603,03	13,14	192.603,03	13,14	1.272.796,97
Impostos	1.425.900,00	1.425.900,00	186.188,03	13,05	186.188,03	13,05	1.239.711,97
Taxas	39.500,00	39.500,00	6.415,00	16,24	6.415,00	16,24	33.085,00
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	108.000,00	108.000,00					108.000,00
Contribuições Sociais							
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico							
Contribuição de Iluminação Pública	108.000,00	108.000,00					108.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	183.800,00	183.800,00	23.554,05	12,81	23.554,05	12,81	160.245,95
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários	168.800,00	168.800,00	23.554,05	13,95	23.554,05	13,95	145.245,95
Receitas de Concessões e Permissões							
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens							
Receita de Cessão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais	15.000,00	15.000,00					15.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	14.791.550,00	14.791.550,00	2.104.315,57	14,22	2.104.315,57	14,22	12.687.234,43
Transferências Intergovernamentais	14.521.600,00	14.521.600,00	2.103.769,71	14,48	2.103.769,71	14,48	12.417.830,29
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios	269.950,00	269.950,00	545,86	0,20	545,86	0,20	269.404,14
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	27.200,00	27.200,00	1.068,18	3,92	1.068,18	3,92	26.131,82
Multa de Juros de Mora	4.200,00	4.200,00	1.041,95	24,80	1.041,95	24,80	3.158,05
Indenizações e Restituições	6.000,00	6.000,00	26,23	0,43	26,23	0,43	5.973,77
Receita da Dívida Ativa	17.000,00	17.000,00					17.000,00
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para							
Receitas Correntes Diversas							
RECEITAS DE CAPITAL	555.000,00	555.000,00					555.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS	15.000,00	15.000,00					15.000,00
Alienação de Bens Móveis	15.000,00	15.000,00					15.000,00
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	540.000,00	540.000,00					540.000,00
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios	540.000,00	540.000,00					540.000,00
Transferências para o Combate a Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Restituições							
Receita de Capital Diversas							
RECEITAS (Intra-Orçamentárias) (II)							
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I + II)	17.130.950,00	17.130.950,00	2.321.540,83	13,55	2.321.540,83	13,55	14.809.409,17
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - Refinanciamento (IV)							
Operações de Crédito Internas							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito Externas							
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	17.130.950,00	17.130.950,00	2.321.540,83	13,55	2.321.540,83	13,55	14.809.409,17
DÉFICIT (VI)							
TOTAL(VII) = (V + VI)	17.130.950,00	17.130.950,00	2.321.540,83	13,55	2.321.540,83	13,55	14.809.409,17

Emissão: 02/05/2017 10:28:45

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2017 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

SALDOS DE EXERC. ANTERIORES (Utiliz. para		1.591.099,23					
Superávit Financeiro		1.591.099,23					
Reabertura de Créditos Adicionais							
TOTAL DAS RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS							

RREO ANEXO 01 01_BIM

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2017 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas			Despesas Liquidadas			Despesas Pagas Até o Bimestre (j)	Inscritas em Restos a Pagar Não Processadas (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)	Saldo (g) = (e - f)	No Bimestre	Até o Bimestre (h)	Saldo (i) = (e - h)		
DESPESAS (Exceto Intra-Orçamentárias) (VIII)	17.130.950,00	17.177.698,97	2.163.542,57	2.163.542,57	15.014.156,40	1.977.337,86	1.977.337,86	15.200.361,11	1.042.909,23	
DESPESAS CORRENTES	14.689.950,00	14.772.720,97	2.138.779,77	2.138.779,77	12.633.941,20	1.952.575,06	1.952.575,06	12.820.145,91	1.034.903,43	
Pessoal e Encargos Sociais	7.769.600,00	7.799.866,52	1.407.838,90	1.407.838,90	6.392.027,62	1.407.838,90	1.407.838,90	6.392.027,62	703.142,02	
Juros e Encargos da Dívida										
Outras Despesas Correntes	6.920.350,00	6.972.854,45	730.940,87	730.940,87	6.241.913,58	544.736,16	544.736,16	6.428.118,29	331.761,41	
DESPESAS DE CAPITAL	2.373.500,00	2.337.478,00	24.762,80	24.762,80	2.312.715,20	24.762,80	24.762,80	2.312.715,20	8.005,80	
Investimentos	2.370.500,00	2.334.478,00	24.762,80	24.762,80	2.309.715,20	24.762,80	24.762,80	2.309.715,20	8.005,80	
Inversões Financeiras										
Amortização da Dívida	3.000,00	3.000,00			3.000,00			3.000,00		
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	67.500,00	67.500,00			67.500,00			67.500,00		
RESERVA DO RPPS										
DESPESAS(Intra-Orçamentárias)(IX)										
SUBTOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII + IX)	17.130.950,00	17.177.698,97	2.163.542,57	2.163.542,57	15.014.156,40	1.977.337,86	1.977.337,86	15.200.361,11	1.042.909,23	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - Refinanciamento (XI)										
Amortização da Dívida Interna										
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
Amortização da Dívida Externa										
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
SUBTOTAL C/REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	17.130.950,00	17.177.698,97	2.163.542,57	2.163.542,57	15.014.156,40	1.977.337,86	1.977.337,86	15.200.361,11	1.042.909,23	
SUPERÁVIT (XIII)				157.998,26			344.202,97		1.278.631,60	
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	17.130.950,00	17.177.698,97	2.163.542,57	2.321.540,83	14.856.158,14	1.977.337,86	2.321.540,83	14.856.158,14	2.321.540,83	
TOTAL DA DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS										

Emissão: 02/05/2017 10:28:45

Page 1 de 1

Homologado

RREO ANEXO_02 01_BIM

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2017 - BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1,00

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			SALDO (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e) = (a-d)	INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	16.315.950,00	16.362.698,97	2.163.542,57	2.163.542,57	100,00	14.199.156,40	1.977.337,86	1.977.337,86	100,00	14.385.361,11	
LEGISLATIVA											
JUDICIÁRIA											
ESSENCIAL A JUSTIÇA											
ADMINISTRAÇÃO	4.853.950,00	4.900.902,25	803.076,51	803.076,51	37,11	4.097.825,74	645.730,62	645.730,62	32,65	4.255.171,63	
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	803.000,00	814.585,00	153.856,00	153.856,00	7,11	660.729,00	122.527,00	122.527,00	6,19	692.058,00	
ADMINISTRACAO GERAL	3.990.000,00	4.025.367,25	649.220,51	649.220,51	30,00	3.376.146,74	523.203,62	523.203,62	26,46	3.502.163,63	
TURISMO	60.950,00	60.950,00				60.950,00				60.950,00	
DEFESA NACIONAL											
SEGURANÇA PÚBLICA											
RELAÇÕES EXTERIORES											
ASSISTÊNCIA SOCIAL	544.500,00	507.044,51	76.138,08	76.138,08	3,51	430.906,43	76.138,08	76.138,08	3,85	430.906,43	
ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	40.000,00	40.000,00	300,00	300,00	0,01	39.700,00	300,00	300,00	0,01	39.700,00	
ASSISTENCIA AO IDOSO	4.000,00	4.000,00				4.000,00				4.000,00	
ASSISTENCIA AO PORTADOR DE DEFICIENCIA	6.000,00	6.000,00				6.000,00				6.000,00	
ASSISTENCIA COMUNITARIA	486.500,00	449.044,51	75.838,08	75.838,08	3,50	373.206,43	75.838,08	75.838,08	3,83	373.206,43	
FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	8.000,00	8.000,00				8.000,00				8.000,00	
PREVIDÊNCIA SOCIAL											
SAÚDE	3.466.000,00	3.727.358,61	626.438,19	626.438,19	28,95	3.100.920,42	605.052,61	605.052,61	30,59	3.122.306,00	
ADMINISTRACAO GERAL	465.000,00	469.914,86	124.777,05	124.777,05	5,76	345.137,81	103.391,47	103.391,47	5,22	366.523,39	
ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	302.000,00	302.000,00				302.000,00				302.000,00	
ATENCAO BASICA	2.345.000,00	2.579.544,78	500.132,14	500.132,14	23,11	2.079.412,64	500.132,14	500.132,14	25,29	2.079.412,64	
FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	5.000,00	5.000,00				5.000,00				5.000,00	
SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO	227.500,00	249.398,97	1.529,00	1.529,00	0,07	247.869,97	1.529,00	1.529,00	0,07	247.869,97	
VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	72.000,00	72.000,00				72.000,00				72.000,00	
VIGILANCIA SANITARIA	49.500,00	49.500,00				49.500,00				49.500,00	
TRABALHO											
EDUCAÇÃO	3.634.000,00	3.675.086,18	584.096,08	584.096,08	26,99	3.090.990,10	582.561,30	582.561,30	29,46	3.092.524,88	
ADMINISTRACAO GERAL	180.000,00	196.814,66	30.884,95	30.884,95	1,42	165.929,71	30.400,17	30.400,17	1,53	166.414,49	
ALIMENTACAO E NUTRICAO	100.000,00	100.000,00	7.071,91	7.071,91	0,32	92.928,09	7.071,91	7.071,91	0,35	92.928,09	
EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS	10.000,00	10.000,00				10.000,00				10.000,00	
EDUCACAO INFANTIL	788.000,00	789.013,59	143.059,76	143.059,76	6,61	645.953,83	143.059,76	143.059,76	7,23	645.953,83	
ENSINO FUNDAMENTAL	2.550.000,00	2.573.257,93	403.079,46	403.079,46	18,63	2.170.178,47	402.029,46	402.029,46	20,33	2.171.228,47	
ENSINO MEDIO	6.000,00	6.000,00				6.000,00				6.000,00	
CULTURA	285.000,00	285.000,00	6.222,00	6.222,00	0,28	278.778,00	6.222,00	6.222,00	0,31	278.778,00	
DIFUSAO CULTURAL	285.000,00	285.000,00	6.222,00	6.222,00	0,28	278.778,00	6.222,00	6.222,00	0,31	278.778,00	
DIREITOS DA CIDADANIA											
URBANISMO	1.745.000,00	1.618.915,21	8.637,60	8.637,60	0,39	1.610.277,61	8.637,60	8.637,60	0,43	1.610.277,61	
INFRA-ESTRUTURA URBANA	1.675.000,00	1.558.915,21	8.637,60	8.637,60	0,39	1.550.277,61	8.637,60	8.637,60	0,43	1.550.277,61	
SERVICOS URBANOS	70.000,00	60.000,00				60.000,00				60.000,00	
HABITAÇÃO	50.000,00	50.000,00				50.000,00				50.000,00	

Emissão: 02/05/2017 10:31:36 Page 1 de 2

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2017 - BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1,00

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			SALDO (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e) = (a-d)	INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
HABITACAO URBANA	50.000,00	50.000,00				50.000,00				50.000,00	
SANEAMENTO	120.000,00	30.000,00				30.000,00				30.000,00	
SANEAMENTO BASICO RURAL	120.000,00	30.000,00				30.000,00				30.000,00	
GESTÃO AMBIENTAL	145.000,00	85.000,00	10.955,60	10.955,60	0,50	74.044,40	10.955,60	10.955,60	0,55	74.044,40	
PRESERVACAO E CONSERVACAO AMBIENTAL	145.000,00	85.000,00	10.955,60	10.955,60	0,50	74.044,40	10.955,60	10.955,60	0,55	74.044,40	
CIÊNCIA E TECNOLOGIA											
AGRICULTURA	617.000,00	617.000,00	17.844,84	17.844,84	0,82	599.155,16	11.906,38	11.906,38	0,60	605.093,62	
ADMINISTRACAO GERAL	345.000,00	345.000,00	17.844,84	17.844,84	0,82	327.155,16	11.906,38	11.906,38	0,60	333.093,62	
EXTENSAO RURAL	120.000,00	120.000,00				120.000,00				120.000,00	
PROMOCAO DA PRODUCAO VEGETAL	152.000,00	152.000,00				152.000,00				152.000,00	
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA											
INDÚSTRIA											
COMÉRCIO E SERVIÇOS											
COMUNICAÇÕES											
ENERGIA	110.000,00	126.050,00	3.592,20	3.592,20	0,16	122.457,80	3.592,20	3.592,20	0,18	122.457,80	
ENERGIA ELETRICA	110.000,00	126.050,00	3.592,20	3.592,20	0,16	122.457,80	3.592,20	3.592,20	0,18	122.457,80	
TRANSPORTE	225.000,00	225.000,00	20.476,92	20.476,92	0,94	204.523,08	20.476,92	20.476,92	1,03	204.523,08	
TRANSPORTE RODOVIARIO	225.000,00	225.000,00	20.476,92	20.476,92	0,94	204.523,08	20.476,92	20.476,92	1,03	204.523,08	
DESPORTO E LAZER	453.000,00	447.842,21	6.064,55	6.064,55	0,28	441.777,66	6.064,55	6.064,55	0,30	441.777,66	
DESPORTO COMUNITARIO	387.000,00	381.842,21	6.064,55	6.064,55	0,28	375.777,66	6.064,55	6.064,55	0,30	375.777,66	
LAZER	66.000,00	66.000,00				66.000,00				66.000,00	
ENCARGOS ESPECIAIS											
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	67.500,00	67.500,00				67.500,00				67.500,00	
RESERVA DO R.P.P.S.											
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)											
TOTAL (III) = (I + II)	16.315.950,00	16.362.698,97	2.163.542,57	2.163.542,57	100,00	14.199.156,40	1.977.337,86	1.977.337,86	100,00	14.385.361,11	

Emissão: 02/05/2017 10:31:36 Page 2 de 2

Homologado

RREO ANEXO_03 01_BIM

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2016 A FEVEREIRO/2017

RREO – ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I) — R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2017
	MAR/16	ABR/16	MAI/16	JUN/16	JUL/16	AGO/16	SET/16	OUT/16	NOV/16	DEZ/16	JAN/17	FEV/17		
RECEITAS CORRENTES (I)	1.620.081,36	1.612.924,72	1.480.555,81	1.544.710,36	1.454.254,75	1.362.044,85	1.171.882,21	1.466.996,37	1.963.467,04	2.747.845,73	1.229.166,42	1.442.042,37	19.095.971,99	18.691.150,00
Receita Tributária	282.650,04	215.558,27	77.234,72	110.241,93	87.184,35	125.897,42	84.019,16	124.780,13	80.311,60	307.747,89	70.943,95	121.659,08	1.688.228,54	1.465.400,00
IPTU	2.308,03	1.705,29	2.009,68	1.188,31	115,50	173,97	23,04	96,00	81,00	40,50			7.741,32	22.000,00
ISS	179.637,92	170.819,52	73.309,28	84.839,24	85.891,85	72.474,41	82.588,93	93.841,59	79.859,60	216.640,76	66.682,95	119.505,08	1.326.091,13	1.079.900,00
ITBI	94.800,00	7.407,00	448,00	7.220,00	600,00	600,00				2.355,50			113.430,50	180.000,00
IRRF	2.265,09	34.134,96				52.100,04	514,02	30.123,54		62.137,13			181.274,78	144.000,00
Outras Rec. Tributarias	3.639,00	1.491,50	1.467,76	16.994,38	577,00	549,00	893,17	719,00	371,00	26.574,00	4.261,00	2.154,00	59.690,81	39.500,00
Receita Contribuições	2.560,05	11.406,63											13.966,68	108.000,00
Receita Patrimonial	16.296,57	18.309,43	18.604,91	19.295,35	18.923,67	19.893,30	18.100,69	11.801,23	13.133,17	11.060,72	11.974,33	11.579,72	188.973,09	183.800,00
Receita Agropecuária														
Receita Industrial														
Receita Serviços														
Transferências Correntes	1.312.555,11	1.365.410,82	1.383.712,26	1.415.156,02	1.347.144,27	1.215.972,43	1.069.762,36	1.330.407,61	1.870.013,27	2.427.283,34	1.146.248,14	1.307.735,39	17.191.401,02	16.906.750,00
Cota Parte do FPM	376.557,30	447.645,78	595.260,83	491.781,88	545.320,79	442.168,49	359.571,32	436.481,83	796.354,94	1.244.896,13	530.773,08	680.134,06	6.946.946,43	6.300.000,00
Cota Parte do ICMS	286.260,28	308.952,76	299.053,37	352.531,58	322.864,62	251.906,69	296.319,25	260.876,60	479.620,54	343.860,72	308.150,42	173.962,90	3.684.359,73	3.900.000,00
Cota Parte do IPVA	25.129,13	32.675,20	34.113,76	29.585,73	31.347,32	22.893,56	12.347,65	9.018,20	12.253,95	11.912,27	25.770,80	24.964,34	272.011,91	340.000,00
Cota Parte do ITR	1.965,60	47,20	1.939,92	1.886,65	256,27	307,93	4.966,92	162.215,55	3.507,59	3.547,62	1.980,84	154,08	182.776,17	18.000,00
Transf. LC 87/1966	1.414,16	1.414,16	1.414,16	1.414,16	1.414,16	1.414,16	1.414,16	1.414,16	1.414,16	1.414,16	1.225,07	1.225,07	16.591,74	18.000,00
Transf. LC 61/1989				1.374,24	1.686,23	1.891,41	1.521,79	1.984,71	2.685,61	2.338,35	1.603,00	727,90	15.813,24	22.800,00
Transferências FUNDEB	138.813,04	152.911,99	175.813,86	127.573,96	157.766,04	148.440,89	135.237,58	117.400,71	234.657,72	218.431,82	156.775,79	162.953,91	1.926.777,31	1.800.000,00
Outras Transf. Correntes	482.415,60	421.763,73	276.116,36	409.007,82	286.488,84	346.949,30	258.383,69	341.015,85	339.518,76	600.882,27	119.969,14	263.613,13	4.146.124,49	4.507.950,00
Outras Receitas Correntes	6.019,59	2.239,57	1.003,92	17,06	1.002,46	281,70		7,40	9,00	1.753,78		1.068,18	13.402,66	27.200,00
DEDUÇÕES (I)	138.265,18	158.146,94	186.356,31	175.439,92	142.485,85	143.738,08	134.923,77	174.001,17	258.630,15	264.709,33	173.579,95	176.088,01	2.126.364,66	2.115.200,00
Cont. Pla. Seg. Soc. Serv.														
Comp. Financ. Reg. Prev.														
Ded. Rec. p/ Form. FUNDEB	138.265,18	158.146,94	186.356,31	175.439,92	142.485,85	143.738,08	134.923,77	174.001,17	258.630,15	264.709,33	173.579,95	176.088,01	2.126.364,66	2.115.200,00
RECEITA CORRENTE LIQUIDA(III) = (I - II)	1.481.816,18	1.454.777,78	1.294.199,50	1.369.270,44	1.311.768,90	1.218.306,77	1.036.958,44	1.292.995,20	1.704.836,89	2.483.136,40	1.055.586,47	1.265.954,36	16.969.607,33	16.575.950,00

EDERZIO DE JESUS MENDES
PREFEITO

PAULO NERIS DE ASSUNCAO
CONTADOR

Secretario(a)

Emissão: 02/05/2017 11:02:33 — Page 1 de 1

Homologado

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE LICITAÇÃO PREGAO PRESENCIAL 9/2017

Ata da Sessão Pública de Licitação Pregao Presencial 9/2017

Reuniram-se no dia Vinte e Oito de Abril de Dois Mil Dezessete às 07:00, na PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA, o PREGOEIRO e sua equipe de apoio, desgnados pela Portaria 010/2017, com o objetivo de realizar a(o) Pregão Presencial Nº 009/2017 para AQUISIÇAO DE MEDICAMENTOS, MATERIAL ODONTOLOGICO,LABORATORIAL E COMPLEMENTARES PARA ATENDIMENTO DA SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICIPIO DE JANGADA/MT.

Abaixo Segue os licitantes que comparecerem a Licitação:

ADILVAN COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA - ME, Representada Por: ADILSON DA SILVA GUIMARAES Portador do RG:901.807 SSP-MT e CPF:3251924800

CENTERMEDI -COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, Representada Por: REGINALDO ARAUJO COSTA Portador do RG:08400237 SSP-MT e CPF:58105271168

CIRURGICA GONCALVES LTDA-EPP, Representada Por: WILLIANS CARRIEL VIANA NOVELI FILHO Portador do RG:820098 SSP-MT e CPF:2867934150

DELTA MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, Representada Por: MARCELO SANTANA COSTA Portador do RG:11218274 SSP-MT e CPF:89910052172

DENTAL PRIME - PROD. ODONT. MED. HOSPIT. EIRELI-ME, Representada Por: REGINALDO ARAUJO COSTA Portador do RG:0840023-7 SSP-MT e CPF:58105271168

DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, Representada Por: ALDECIR MACIAK Portador do RG:2058839735 SSP-RS e CPF:68749899015

FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI - ME, Representada Por: JOSE NETO BRITO DOS SANTOS Portador do RG:449114 SSP-MT e CPF:45342237149

HIPERDENTAL COM E REP DE PROD ODONT E MED HOSPI. L, Representada Por: ANDERSON LUIZ CRESPAN Portador do RG:3106517 SSP- SC e CPF:75040093004

LP COMERCIO E PRESTACAO DE SERVICO LTDA - EPP, Representada Por: CELSO DA SILVA FERNANDES Portador do RG:330.529 SSP-MT e CPF:32915195153

M.S. DIAGNOSTICA LTDA, Representada Por: RODRIGO TREMBULAK DO NASCIMENTO Portador do RG:80825749 - SESP-PR e CPF:4098574918

NEO STOCK BRASIL PRODUTOS PARA SAUDE LTDA, Representada Por: FRANCIELY TEREZINHA ROLIM PASSARINI Portador do RG:18275540 SSP-MT e CPF:1489962131

POLYPHARMA DISTRIBUIDORA MEDICO HOSPITALAR LTDA-ME, Representada Por: ADALBERTO CAVALCANTE DA NOBREGA JUNIOR Portador do RG:189.448 SSP-MS e CPF:30568056191

RINALDI E COGO LTDA, Representada Por: DEMOSTENES ROCHA MATOS Portador do RG:448516 SSP-DF e CPF:12473499187

Pregoeiro juntamente com a equipe de apoio Credenciou as empresas acima relacionadas dando inicio a abertura das propostas e consequentemente aos lances ofertados pelas licitantes onde encontram-se registrados na presente ata. Os itens 434231, 432436, 434338, 434339, 434340 nenhuma empresa apresentou proposta para estes itens. Efetuada a negociação e alcançado os valores de referência o valor proposto atendeu os requisitos da lei Federal 10.520/2002, isto é ficou dentro do valor referência, ato contínuo passou- se a fase de habilitação a documentação que após análise verificou que as empresas atenderam todas as regras editalícias, perguntado ao senhores participante se há intenção de interposição de recurso estes declararam que não, ato continuo o pregoeiro passou para a adjudicação dos itens abaixo relacionados em nome das respectiva empresas.

5411 ADILVAN COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA - ME 02.192.932/0001-09

Seq. Código Descrição

Unidade

Valor Unit.

Qtde

Total

1	432387	ACIDO FOLICO 5MG	COMPRIMID	0,070	20.000,000	1.400,000
2	432360	ALBENDAZOL SUSP. 4% 10ML	FRASCO	1,450	2.000,000	2.900,000
3	432401	ALENDRONATO DE SODIO 10 MG	COMPRIMID	4,120	2.000,000	8.240,000
4	434139	ALONDIPINO 10MG	COMPRIMID	0,070	30.000,000	2.100,000
5	432366	AMBROXOL XAROPE INFANTIL 3MG /ML 100ML	FRASCO	2,090	2.000,000	4.180,000
6	432371	AMOXACILINA 250 MG + CLAVU. POTASSIO 62,5 MG 75 ML	FRASCO	14,390	1.000,000	14.390,000
7	432368	AMOXILINA COMPRIMIDO 500 MG	COMPRIMID	0,240	50.000,000	12.000,000
8	434141	AMOXILINA SUSPENSAO 250 MG 60 ML	FRASCO	4,600	2.000,000	9.200,000
9	434145	ANTI COAGULANTES UNIVERSAL	KIT	35,800	15,000	537,000
10	432470	ATENOLOL + CLORTALIDONA 50 + 12,5 MG	COMPRIMID	0,370	10.000,000	3.700,000
11	434155	AZITROMICINA 200MG/5ML	FRASCO	5,270	100,000	527,000
12	432372	AZITROMICINA 50O MG	COMPRIMID	0,730	4.500,000	3.285,000
13	432484	BAMIFIX 600	COMPRIMID	2,120	6.000,000	12.720,000
14	434170	BROMETRO DE IPRATROPIO AEROSOL 0,02 MG/DOSE	FRASCO	25,220	50,000	1.261,000
15	434172	BROMOPRIDA GOTAS	FRASCO	1,550	500,000	775,000
16	432379	BUSCOPAN COMPOSTO GOTAS 10ML	FRASCO	10,230	1.500,000	15.345,000
17	434176	CANETA PILOTO PONTA MEDIA COR AZUL	UNIDADE	8,520	4,000	34,080
18	434177	CANETA PILOTO PONTA MEDIA COR PRETO	UNIDADE	8,520	4,000	34,080
19	434178	CANETA PILOTO PONTA MEDIA COR VERMELHO	UNIDADE	8,520	4,000	34,080
20	432374	CEFALEXINA - COMPRIMIDO 500 MG	COMPRIMID	0,620	60.000,000	37.200,000
21	434191	CICLO 21 MG	COMPRIMID	0,060	2.000,000	120,000
22	434192	CICLOBENZAPRINA	COMPRIMID	1,310	1.500,000	1.965,000
23	434201	CILOSTAZOL 100MG	COMPRIMID	0,730	1.000,000	730,000
24	432380	CIMETIDINA COMPRIMIDO 200 MG	COMPRIMID	0,140	1.000,000	140,000
25	433376	CINARIZINA 75MG	COMPRIMID	0,230	25.000,000	5.750,000
26	433385	CLOBAZAN 10 MG	COMPRIMID	0,510	3.000,000	1.530,000
27	434210	COMPLEXO B SUSPENSAO	FRASCO	6,360	1.000,000	6.360,000
28	434214	CUNHA DE MADEIRA SORTIDAS TDV	CAIXA	11,550	20,000	231,000
29	432400	DEXAMETASONA POMADA 1.0 MG 10GR	TUBOS	1,040	1.000,000	1.040,000
30	434218	DEXCLORFENIRAMINA XAROPE	FRASCO	1,460	3.500,000	5.110,000
31	432398	DICLOFENACO DE POTASSIO 50MG	COMPRIMID	0,080	20.000,000	1.600,000
32	432392	DIPIRONA 500MG	COMPRIMID	0,090	60.000,000	5.400,000
33	434224	DIPIRONA 500MG/ML GTS	FRASCO	0,760	40.000,000	30.400,000
34	434225	DOXICLINA 100 MG	COMPRIMID	0,170	1.000,000	170,000
35	434226	DRAMIN	FRASCO	4,180	500,000	2.090,000
36	434227	EBIX 20MG	COMPRIMID	7,350	500,000	3.675,000
37	434230	ENALAPRIL 5 MG	COMPRIMID	0,090	25.000,000	2.250,000
38	434240	ESPIROLACTONA 25 MG	COMPRIMID	0,280	15.000,000	4.200,000
39	434246	FENOTEROL AEROSOL	FRASCO	16,660	50,000	833,000
40	434247	FENTANIL 100 MG/ML	FRASCO	0,840	500,000	420,000
41	432420	FUROSEMIDA 40 MG	COMPRIMID	0,050	35.000,000	1.750,000
42	432448	HALOPERIDOL 2MG GOTAS 30ML	FRASCO	2,200	300,000	660,000
43	432383	HIDROXIDO DE ALUMINIO + MAGNESIO 100ML	FRASCO	3,100	1.000,000	3.100,000
44	432425	INDAPAMIDA 1,5 MG	COMPRIMID	0,900	15.000,000	13.500,000
45	434280	ISOSSORBIDA 20 MG	COMPRIMID	0,330	1.000,000	330,000

46	432458	ISOSSORBIDA 40 MG	COMPRIMID	0,620	1.000,000	620,000
47	434287	LEVOMEPROMAZINA 100MG	COMPRIMID	0,540	5.000,000	2.700,000
48	432471	LOSARTANA POTASICA 100 MG	COMPRIMID	0,320	15.000,000	4.800,000
49	434295	LUVA TAM. G	UNIDADE	0,140	10.000,000	1.400,000
50	434296	LUVA TAM. M	UNIDADE	0,140	10.000,000	1.400,000
51	434297	LUVA TAM. P	UNIDADE	0,140	10.000,000	1.400,000
52	434298	LUVA TAM. PP	UNIDADE	0,140	5.000,000	700,000
53	432418	METFORMINA 850 MG	COMPRIMID	0,080	60.000,000	4.800,000
54	432421	METILDOPA 500 MG	COMPRIMID	0,460	5.000,000	2.300,000
55	434310	NIFEDIPINO 20 MG	COMPRIMID	0,070	65.000,000	4.550,000
56	434311	NISTATINA CREME VAGINAL 25.000UI	TUBOS	5,350	600,000	3.210,000
57	432381	OMEPRAZOL 20 MG	COMPRIMID	0,060	50.000,000	3.000,000
58	432393	PARACETAMOL 500 MG	COMPRIMID	0,060	60.000,000	3.600,000
59	432394	PARACETAMOL GOTAS 20 ML	FRASCO	0,700	5.000,000	3.500,000
60	434328	PREDNISONA 20 MG	COMPRIMID	0,240	1.000,000	240,000
61	434329	PREDNISONA 5 MG	COMPRIMID	0,160	1.000,000	160,000
62	432412	PROPRANOLOL 40 MG	COMPRIMID	0,040	45.000,000	1.800,000
63	432426	SINVASTATINA 20 MG	COMPRIMID	0,100	50.000,000	5.000,000
64	432427	SINVASTATINA 40 MG	COMPRIMID	0,190	50.000,000	9.500,000
65	434373	SULFAMETOXAZOL+TRIMETROPINA 400MG+8MG	COMPRIMID	0,110	2.000,000	220,000
66	434376	SULFATO FERROSO 5MG/ML	FRASCO	0,990	300,000	297,000
67	434391	TRAMADOL 50MG	COMPRIMID	0,110	30.000,000	3.300,000
68	434399	VALSARTANA 80/12,5MG	COMPRIMID	1,280	15.000,000	19.200,000

TOTAL DO VENCEDOR 3819 CENTERMEDI -COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA 03.652.030/0001-70

300.913,240

Seq. Código Descrição

Unidade

Valor Unit.

Qtde

Total

1	434173	BROMOPRIDA	COMPRIMID	0,150	500,000	75,000
2	432444	CARBAMAZEPINA 200 MG	COMPRIMID	0,070	30.000,000	2.100,000
3	434181	CARBONATO DE CALCIO 500MG	COMPRIMID	0,050	15.000,000	750,000
4	434195	CITALOPRAM 20MG	COMPRIMID	0,140	5.000,000	700,000
5	434197	CLONAZEPAN 2MG	COMPRIMID	0,060	5.000,000	300,000
6	434198	CLOPIDOGREL 75MG	COMPRIMID	0,390	6.000,000	2.340,000
7	432446	DIAZEPAM 10 MG	COMPRIMID	0,040	12.000,000	480,000
8	432432	FENOBARBITAL GOTAS 40MG 20 ML	FRASCO	2,670	2.000,000	5.340,000
9	432437	FLUOXETINA 20 MG	COMPRIMID	0,040	12.000,000	480,000
10	434288	LEVOMEPROMAZINA 25MG	COMPRIMID	0,350	5.000,000	1.750,000
11	434290	LOSARTANA 50/12,5+HIDROCLOROTIAZIDA	COMPRIMID	0,150	10.000,000	1.500,000
12	434312	NOREGYNA	AMPOLA	7,480	200,000	1.496,000
13	432382	OMEPRAZOL 40 MG	COMPRIMID	0,050	30.000,000	1.500,000
14	433384	OXALATO DE ESCITALOPRAM 10 MG	COMPRIMID	0,230	1.500,000	345,000
15	434316	OXALATO DE ESCITALOPRAM 20 MG	COMPRIMID	0,400	8.000,000	3.200,000
16	434354	SELOZOK 25 MG	COMPRIMID	0,560	3.000,000	1.680,000
17	432475	TIBOL0NA 2,5 MG	COMPRIMID	0,520	10.000,000	5.200,000
18	434400	VALSARTANA 160MG	COMPRIMID	0,440	15.000,000	6.600,000
19	23157	VALSARTANA 80MG	COMPRIMID	0,440	15.000,000	6.600,000

TOTAL DO VENCEDOR 4666 CIRURGICA GONCALVES LTDA-EPP 15.371.628/0001-70

42.436,000

Seq. Código Descrição

Unidade

Valor Unit.

Qtde

Total

1	434153	AUTOCLAVE P/ ESTERELIZACAO DE MATERIAL 54 LITROS	UNIDADE	5.400,000	1,000	5.400,000
2	434202	COLAR CERVICAL INFANTIL TAMANHOS G	UNIDADE	13,000	50,000	650,000
3	434200	COLAR CERVICAL INFANTIL TAMANHOS M	UNIDADE	13,000	50,000	650,000
4	434203	COLAR CERVICAL INFANTIL TAMANHOS P	UNIDADE	13,000	50,000	650,000
5	434204	COLAR CERVICAL P/ ADULTOS G	UNIDADE	13,000	50,000	650,000
6	434205	COLAR CERVICAL P/ ADULTOS M	UNIDADE	13,000	50,000	650,000
7	434206	COLAR CERVICAL P/ ADULTOS P	UNIDADE	13,000	50,000	650,000
8	434277	IMOBILIZADOR DE CABEÇA P/ PRANCHA	UNIDADE	120,000	50,000	6.000,000

9	434283	KITS TALAS DE IMOBILIZACAO	KIT	45,000	50,000	2.250,000
10	434286	LENCOL DESCARTAVEL 70X50 METROS MATERIAL DE TNT	UNIDADE	2,500	300,000	750,000
11	434299	MANGUITO P/ APARELHO DE PRESSÃO ARTERIAL	UNIDADE	11,000	80,000	880,000
12	434319	PAPEL TERMO SENSIVEL P/ CARDIO TOUCH 3.000	ROLOS	24,500	20,000	490,000
13	434320	PARAPODIUM INFANTIL	COMPRIMID	1.130,000	1,000	1.130,000
14	434327	PRANCHA DE RESGATE TAMANHO 185X45 CM	UNIDADE	328,000	12,000	3.936,000
15	434396	TUBO TAMPA AMARELO C/ GEL 10ML	UNIDADE	0,990	2.000,000	1.980,000

TOTAL DO VENCEDOR 4878 DELTA MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA 08.835.955/0001-70

26.716,000

Seq. Código Descrição

Unidade

Valor Unit.

Qtde

Total

1	434123	ACIDO VALPROICO 500 MG	COMPRIMID	0,600	8.000,000	4.800,000
2	434124	ACIDO VALPROICO XAROPE 50MG/ML	FRASCO	2,400	300,000	720,000
3	434126	AGUA DESTILADA 5 LITROS	UNIDADE	7,840	15,000	117,600
4	432682	ALCOOL 70% DE 1LITRO	UNIDADE	3,550	200,000	710,000
5	432370	AMPICILINA 500 MG	COMPRIMID	0,200	8.000,000	1.600,000
6	434148	APARELHO DE OTOSCOPIO	UNIDADE	220,450	4,000	881,800
7	434175	BULTIBROMETO DE ESCOPALAMINA + DIPIRONA SÓDICA 20MG/5ML	AMPOLA	1,280	1.000,000	1.280,000
8	434188	CATETER NASAL TIPO OCULOS	UNIDADE	0,640	500,000	320,000
9	434193	CIMETIDINA 150MG/ML	AMPOLA	0,690	1.000,000	690,000
10	432584	COLETOR DE URINA UNISEX	UNIDADE	0,210	1.500,000	315,000
11	434215	DERSANI OLEO	UNIDADE	2,360	100,000	236,000
12	434217	DETERGENTE ENZIMATICO 1LITRO	UNIDADE	17,830	36,000	641,880
13	432510	DEXAMETASONA 0,4MG/2ML	AMPOLA	0,550	1.000,000	550,000
14	434219	DIAZEPAM 10 MG	AMPOLA	0,620	300,000	186,000
15	434220	DIAZEPAM 5 MG	AMPOLA	0,620	300,000	186,000
16	434232	EPINEFRINA 1MG/ML	AMPOLA	2,980	500,000	1.490,000
17	434236	ESFIGMOMANOMETRO	UNIDADE	51,580	80,000	4.126,400
18	434239	ESPECULO P	UNIDADE	0,740	300,000	222,000
19	434249	FIO DE SUTURA NYLON Nº 2,0	CAIXA	25,000	60,000	1.500,000
20	434250	FIO DE SUTURA NYLON Nº 3,0	CAIXA	25,000	60,000	1.500,000
21	434251	FIO DE SUTURA NYLON Nº 4,0	CAIXA	25,000	60,000	1.500,000
22	434252	FIO DE SUTURA NYLON Nº 5,0	CAIXA	25,000	60,000	1.500,000
23	432547	FITA P/AUTOCLAVE 19MM X 30M	UNIDADE	2,390	400,000	956,000
24	432593	FIXADOR DE CITOLOGICO 100 ML	UNIDADE	5,050	30,000	151,500
25	434258	GAZE TIPO QUEIJO	ROLOS	12,790	500,000	6.395,000
26	434260	GLICOSE 25%	FRASCO	0,200	500,000	100,000
27	434261	GLICOSE 50%	FRASCO	0,230	500,000	115,000
28	434272	HEPARINA	AMPOLA	4,830	50,000	241,500
29	434273	HIDROCORTIAZIDA 500 MG	FRASCO	5,800	500,000	2.900,000
30	432586	LAMINA DE BISTURI Nº20 C/100	CAIXA	17,530	200,000	3.506,000
31	434304	METOCLOPRAMIDA GOTAS 4MG/ML	FRASCO	0,550	10.000,000	5.500,000
32	434306	METRONIDAZOL CREME VAGINAL 100MG/ML	TUBOS	4,200	650,000	2.730,000
33	434313	NORTRIPTILINA 25 MG	COMPRIMID	0,330	3.500,000	1.155,000
34	434314	OLEO MINERAL 100%	FRASCO	1,850	100,000	185,000
35	433388	PASTA D'AGUA	FRASCO	1,490	100,000	149,000
36	434332	PROMETAZINA 25 MG	COMPRIMID	0,070	10.000,000	700,000
37	434357	SERINGAS DE 1ML C/ AGULHA C/ DISPOSITIVO	UNIDADE	0,430	5.000,000	2.150,000
38	434358	SERINGAS DE 20ML C/AGULHA C/ DISPOSITIVO	UNIDADE	0,690	5.000,000	3.450,000
39	434359	SERINGAS DE 3ML C/ AGULHA C/ DISPOSITIVO	UNIDADE	0,440	5.000,000	2.200,000
40	434360	SERINGAS DE 5ML C/AGULHA C/ DISPOSITIVO	UNIDADE	0,440	5.000,000	2.200,000
41	434363	SONDA FOLEY Nº 14	UNIDADE	2,800	80,000	224,000
42	434364	SONDA FOLEY Nº 16	UNIDADE	2,800	80,000	224,000
43	434365	SONDA FOLEY Nº 18	UNIDADE	2,800	80,000	224,000
44	434366	SONDA URETRAL DE ALIVIO Nº 14	UNIDADE	0,560	300,000	168,000
45	15158	SORO FISIOLOGICO 0,9% 100 ML	UNIDADE	1,680	1.000,000	1.680,000
46	434349	SORO FISIOLOGICO 0,9% 250 ML	UNIDADE	2,040	1.000,000	2.040,000
47	434350	SORO FISIOLOGICO 0,9% 500 ML	UNIDADE	2,570	1.000,000	2.570,000
48	434368	SORO GLICOSADO 5%	UNIDADE	2,030	500,000	1.015,000
49	434369	SORO RINGER SIMPLES E LACTADO 250ML	UNIDADE	2,180	200,000	436,000
50	434382	TIORIDAZINA 50MG	COMPRIMID	0,390	6.000,000	2.340,000
51	434393	TUBO OROTRAQUEAL Nº 7,5	UNIDADE	3,110	20,000	62,200
52	434394	TUBO OROTRAQUEAL Nº 8,0	UNIDADE	3,110	20,000	62,200

TOTAL DO VENCEDOR 5213 DENTAL PRIME - PROD. ODONT. MED. HOSPIT. EIRELI-ME 21.504.525/0001-34

70.902,080

Seq. Código Descrição

Unidade

Valor Unit.

Qtde

Total

1	434125	ADESIVO FOTOPOLIMERIZAVEL DE 5,6ML	KIT	73,000	50,000	3.650,000
2	434151	ARTICAINA 4%	FRASCO	88,000	30,000	2.640,000
3	434253	FIO DENTAL C/ 500 MTS	UNIDADE	6,820	8,000	54,560
4	434275	HYDRO C (HIDROXIDO DE CALCIO)	UNIDADE	14,900	30,000	447,000
5	434279	IONOMERO R PO 10 G MAXXION	UNIDADE	12,300	60,000	738,000
6	432633	OXIDO DE ZINCO 50GR	FRASCO	3,930	40,000	157,200
7	434341	RESINA Z100 3,5	UNIDADE	30,000	35,000	1.050,000
8	434342	RESINA Z100 A1	UNIDADE	30,000	15,000	450,000
9	434343	RESINA Z100 A2	UNIDADE	30,000	40,000	1.200,000
10	434344	RESINA Z100 A3	UNIDADE	30,000	40,000	1.200,000
11	434345	RESINA Z100 A3,5	UNIDADE	30,000	40,000	1.200,000
12	434346	RESINA Z100 UD	UNIDADE	30,000	20,000	600,000
13	434379	TESOURA CIRURGICA P/ RETIRADA DE PONTOS	UNIDADE	14,100	6,000	84,600
14	434385	TIRAS DE LIXA DE POLIESTER CAIXA C/50 UNIDADES	CAIXA	1,070	30,000	32,100

TOTAL DO VENCEDOR 4470 DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA 02.520.829/0001-40

13.503,460

Seq. Código Descrição

Unidade

Valor Unit.

Qtde

Total

1	432504	AGUA DESTILADA 10ML	FRASCO	0,130	5.000,000	650,000
2	434157	BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200.000 UI	FRASCO	5,980	100,000	598,000
3	434158	BENZILPENICILINA BENZATINA 600.000 UI	FRASCO	5,750	100,000	575,000
4	432447	BIPERIDENO 2 MG	COMPRIMID	0,170	8.000,000	1.360,000
5	434180	CARBAMAZEPINA SUSPENSAO 20MG/ML	FRASCO	5,590	2.000,000	11.180,000
6	434182	CARBONATO DE CALCIO 500MG + VITAMINA D 400MG	COMPRIMID	0,140	15.000,000	2.100,000
7	434189	CEFALEXINA SUSPENSAO 250MG/ML	FRASCO	4,970	800,000	3.976,000
8	434194	CIPROFLOXACINO 500 MG	COMPRIMID	0,180	45.000,000	8.100,000
9	432443	CLONAZEPAN 2,5MG/ML GOTAS 20ML	FRASCO	1,980	2.000,000	3.960,000
10	434199	CLORPROMAZINA 100 MG	COMPRIMID	0,200	6.000,000	1.200,000
11	432456	DIAZEPAN 5 MG	COMPRIMID	0,040	12.000,000	480,000
12	434221	DICLOFENACO DE SODIO 25MG/ML	AMPOLA	0,390	2.000,000	780,000
13	434223	DIPIRONA 1G/2ML	AMPOLA	0,380	2.000,000	760,000
14	432439	FENITOINA SODICA 100 MG	COMPRIMID	0,190	20.000,000	3.800,000
15	434267	HALOPERIDOL 5MG	COMPRIMID	0,110	6.000,000	660,000
16	432450	RISPERIDONA 1 MG	COMPRIMID	0,220	10.000,000	2.200,000
17	434347	RISPERIDONA 2 MG	COMPRIMID	0,240	10.000,000	2.400,000
18	434351	SABULTAMOL AEROSSOL	UNIDADE	7,300	50,000	365,000
19	434352	SAIS PARA REIDRATACAO ORAL	PACOTE	0,470	2.000,000	940,000
20	434388	TORIDAZINA 100 MG	COMPRIMID	0,740	6.000,000	4.440,000

TOTAL DO VENCEDOR 5410 FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI - ME 03.250.803/0001-92

50.524,000

Seq. Código Descrição

Unidade

Valor Unit.

Qtde

Total

1	434120	AAS - ACIDO ACETILSALICILICO COMPRIMIDO 100 MG	COMPRIMID	0,030	150.000,000	4.500,000
2	432361	ALBENDAZOL 400MG	COMPRIMID	0,570	2.000,000	1.140,000
3	432402	ALENDRONATO DE SODIO 70 MG	COMPRIMID	0,560	10.000,000	5.600,000
4	434138	ALMOTOLIA	UNIDADE	1,690	100,000	169,000
5	432414	ATENOLOL 50 MG	COMPRIMID	0,050	10.000,000	500,000
6	434160	BILIRRUBINA ENZIMATICO COLORIMETRICO	KIT	40,110	2,000	80,220
7	432460	CARVEDILOL 25 MG	COMPRIMID	0,240	15.000,000	3.600,000
8	432461	CARVEDILOL 3,125 MG	COMPRIMID	0,240	10.000,000	2.400,000

9	432462	CARVEDILOL 6,25 MG	COMPRIMID	0,240	10.000,000	2.400,000
10	434183	CARVERDILOL 12,5	COMPRIMID	0,240	10.000,000	2.400,000
11	433375	CINARIZINA 25MG	COMPRIMID	0,170	25.000,000	4.250,000
12	432390	COMPLEXO B COMPRIMIDOS	COMPRIMID	0,060	10.000,000	600,000
13	432395	DICLOFENACO SODICO 50MG	COMPRIMID	0,040	50.000,000	2.000,000
14	432416	ENALAPRIL 20 MG	COMPRIMID	0,080	25.000,000	2.000,000
15	434243	FATOR REUMATOIDE (FR)-IMUNO LATEX	FRASCO	38,610	15,000	579,150
16	432377	FLUCONAZOL 150MG	COMPRIMID	0,380	2.500,000	950,000
17	432417	GLIBENCLAMIDA 5 MG	COMPRIMID	0,040	45.000,000	1.800,000
18	432880	LAMINA P/ MICROSCOPIA C/50 FOSCA	CAIXA	3,330	200,000	666,000
19	434289	LIDOCAINA 2% C/ EPINEFRINA (MEPIAVE) 50X1,8ML	CAIXA	53,970	250,000	13.492,500
20	434291	LOSARTANA 50 MG	COMPRIMID	0,060	15.000,000	900,000
21	432362	METRONIDAZOL SUSPENSAO 40MG/100ML	FRASCO	3,890	300,000	1.167,000
22	434307	MICROPIPETA DE 100UI. MICROLITROS	UNIDADE	50,000	4,000	200,000
23	434308	MICROPIPETAS DE 10UI. MICROLITROS	UNIDADE	50,000	4,000	200,000
24	434309	MICROPIPETAS DE 25UI. MICROLITROS	UNIDADE	50,000	4,000	200,000
25	432396	NIMISULIDA 100MG	COMPRIMID	0,100	50.000,000	5.000,000
26	432397	NIMISULIDA GOTAS 50 MG 15ML	FRASCO	1,640	6.000,000	9.840,000
27	434324	PIPETAS P/ VHS WESTERGRENN 200M/M	UNIDADE	2,620	10,000	26,200
28	434334	PROTEINA C REATIVA (PCR)	FRASCO	24,960	15,000	374,400
29	434361	SERTRALINA 100 MG	COMPRIMID	0,460	12.000,000	5.520,000
30	434362	SIMETICONA 75MG/ML	FRASCO	1,260	1.000,000	1.260,000
31	434375	SULFATO FERROSO 40MG	COMPRIMID	0,060	20.000,000	1.200,000
32	434380	TGO ENZIMATICO COLORIMETRICO	KIT	53,090	3,000	159,270
33	434381	TGP ENZIMATICO COLORIMETRICO	KIT	53,090	9,000	477,810

TOTAL DO VENCEDOR 5412 HIPERDENTAL COM E REP DE PROD ODONT E MED HOSPI. L 13.994.852/0001-93

75.651,550

Seq. Código Descrição

Unidade

Valor Unit.

Qtde

Total

1	432624	AMALGAMA GS-80 2P REGULAR C/50	CAIXA	95,000	15,000	1.425,000
2	434146	ANTI-SEPTICO BUCAL	FRASCO	11,440	20,000	228,800
3	434147	APARELHO DE INALACAO	UNIDADE	117,500	6,000	705,000
4	434149	APARELHO DE SONAR	UNIDADE	334,400	6,000	2.006,400
5	432686	BABADOR DESCARTAVEL IMPERMEAVEL COM 02 CAMADAS DE PAPEL	CAIXA	11,800	30,000	354,000
6	434179	CANULAS DE GUEDEL KIT 0 A 5	KIT	19,200	3,000	57,600
7	434234	ESCOVA CERVICAL	UNIDADE	0,160	600,000	96,000
8	434242	EXTRATOR SELDIN RETA (N.2)	UNIDADE	16,800	20,000	336,000
9	434259	GASES PICOTADA	PACOTE	9,400	500,000	4.700,000
10	434268	HALTER DE ½kg	UNIDADE	30,000	1,000	30,000
11	434269	HALTER DE 1KG	UNIDADE	34,400	1,000	34,400
12	434270	HALTER DE 2KG	UNIDADE	49,600	1,000	49,600
13	434274	HIDROXIDO DE CALCIO P.A.10G	UNIDADE	3,740	30,000	112,200
14	434284	KITS DE NEBULIZACAO	UNIDADE	6,900	50,000	345,000
15	434317	OXIMETRO DE PULSO	UNIDADE	280,000	10,000	2.800,000
16	434335	PROTETOR SOLAR SANDOL FATOR 50	UNIDADE	10,300	1.000,000	10.300,000
17	434356	SERINGAS DE 10ML C/AGULHA C/ DISPOSITIVO	UNIDADE	0,500	5.000,000	2.500,000
18	434370	SUGADOR CIRURGICO METALICO (GOLGRAM OU SIM)	UNIDADE	13,600	30,000	408,000
19	434378	TENIS P/ FISIOTERAPIA	UNIDADE	224,000	1,000	224,000
20	434395	TUBO P/HEMOGRAMA TAMPA ROXO 5ML	UNIDADE	0,400	3.000,000	1.200,000
21	434397	TUBO TAMPA CINZA P/ GLICOSE 5ML	UNIDADE	0,400	3.000,000	1.200,000

TOTAL DO VENCEDOR 4876 LP COMERCIO E PRESTACAO DE SERVICO LTDA - EPP 10.832.896/0001-29

29.112,000

Seq. Código Descrição

Unidade

Valor Unit.

Qtde

Total

1	434510	ADRENALINA 1MG/ML INJETAVEL	AMPOLA	2,750	600,000	1.650,000
2	434128	AGULHA DESC. GENGIVAL CURTA 30G C/100	CAIXA	23,000	100,000	2.300,000
3	434129	AGULHA DESC.GENGIVAL LONGA 30G C/100	CAIXA	23,000	100,000	2.300,000
4	434135	ALCOOL EM GEL GALAO 5 LITROS	UNIDADE	39,900	30,000	1.197,000

5	434140	ALONDIPINO 5MG	COMPRIMID	0,040	30.000,000	1.200,000
6	432367	AMBROXOL XAROPE ADULTO 100ML	FRASCO	1,960	2.000,000	3.920,000
7	434142	AMPICILINA SODICA SUSPENSAO ORAL	FRASCO	2,490	300,000	747,000
8	434143	ANDADOR INFANTIL	UNIDADE	115,000	1,000	115,000
9	432542	ATADURA 10 CM 13 FIOS 3METROS EM REPOUSO 4,5 ESTICADA	UNIDADE	0,400	6.000,000	2.400,000
10	432543	ATADURA 20 CM 13 FIOS 3METROS EM REPOUSO 4,5 ESTICADA	UNIDADE	0,700	6.000,000	4.200,000
11	432415	ATENOLOL 25 MG	COMPRIMID	0,040	10.000,000	400,000
12	434156	BANDEJA 30X20X4CM INOX	UNIDADE	42,450	15,000	636,750
13	434162	BROCA DIAMANTADA ESFERICA 1011	UNIDADE	1,540	40,000	61,600
14	434163	BROCA DIAMANTADA ESFERICA 1012	UNIDADE	1,540	40,000	61,600
15	434164	BROCA DIAMANTADA ESFERICA 1013	UNIDADE	1,540	40,000	61,600
16	434165	BROCA DIAMANTADA ESFERICA 1014	UNIDADE	1,540	30,000	46,200
17	434166	BROCA DIAMANTADA ESFERICA 1016	UNIDADE	1,540	30,000	46,200
18	434167	BROCA PONTA DOURADA ACABTO 3118 F	UNIDADE	1,540	25,000	38,500
19	434168	BROCA PONTA DOURADA ACABTO 3168 F	UNIDADE	1,540	15,000	23,100
20	434169	BROCA PONTA DOURADA ACABTO 3195 F	UNIDADE	1,540	15,000	23,100
21	434171	BROMOPRIDA	AMPOLA	0,180	500,000	90,000
22	434174	BULTIBROMETO DE ESCOLAMINA 20MG/ML	AMPOLA	1,020	1.000,000	1.020,000
23	432410	CAPTOPRIL 25 MG	COMPRIMID	0,030	200.000,000	6.000,000
24	432408	CETOCONAZOL POMADA 30 GR	TUBOS	1,990	600,000	1.194,000
25	432406	CETOCONAZOL 200MG	COMPRIMID	0,170	250,000	42,500
26	432399	DEXAMETASONA XAROPE 0,5MG/5ML	FRASCO	1,610	3.500,000	5.635,000
27	432422	DIGOXINA 0,25 MG	COMPRIMID	0,050	25.000,000	1.250,000
28	434229	EMBALAGEM P/ ESTERILIZAÇÃO C/ IND.QUIM 150X100 MT	ROLOS	63,200	20,000	1.264,000
29	432419	ENALAPRIL 10 MG	COMPRIMID	0,070	25.000,000	1.750,000
30	434241	EUGENOL 15ML	UNIDADE	9,930	40,000	397,200
31	432719	GARROTE DE LATEX 1X18 CX 25 UNID	CAIXA	25,060	5,000	125,300
32	432411	HIDROCORTIAZIDA 25 MG	COMPRIMID	0,030	20.000,000	600,000
33	434276	IBUPROFENO	COMPRIMID	0,130	500,000	65,000
34	434278	IODOPOLIVIDONA	FRASCO	13,000	100,000	1.300,000
35	434281	KIT DE BOLA COM PESO	KIT	602,000	1,000	602,000
36	434282	KIT DE THERABAND (FAIXA ELASTICA)	KIT	182,000	1,000	182,000
37	434285	LANTERNA CLINICA DE LED	UNIDADE	35,000	12,000	420,000
38	432523	LIDOCAINA 2 % SEM VASO CONSTRUTOR 20 ML	AMPOLA	1,540	300,000	462,000
39	434301	MASCARA DE VENTURINI C/ RESERVATORIO	CAIXA	28,210	20,000	564,200
40	432363	MEBENDAZOL SUSPENCAO 20MG/30ML	FRASCO	1,250	1.000,000	1.250,000
41	434303	MEPIVACAINA 2% C/ EPINEFRINA (MEPIAVE) 50X1,8	CAIXA	60,000	100,000	6.000,000
42	432509	METOCLOPAMIDA INJETAVEL 10MG/2ML	AMPOLA	0,450	500,000	225,000
43	434305	METRONIDAZOL 250MG	COMPRIMID	0,140	1.000,000	140,000
44	434330	PRILOCAINA 3% C/ FELIP 0,03 (CITANESTE) 50X1,8 ML	FRASCO	41,000	100,000	4.100,000
45	434336	PVPI DEGERMANTE	FRASCO	14,000	100,000	1.400,000
46	432579	SACO LIXO HOSP. LEIT. 100LT C/100	PACOTE	26,200	50,000	1.310,000
47	432578	SACO LIXO HOSP. LEIT. 50LT C/100	PACOTE	15,400	50,000	770,000
48	434374	SULFAMETOXAZOL+TRIMETROPINA 400MG+8MG	FRASCO	1,360	300,000	408,000
49	434377	SULFATO DE ATROPINA 0,50MG/ML	AMPOLA	0,420	100,000	42,000

TOTAL DO VENCEDOR 4877 M.S. DIAGNOSTICA LTDA 00.970.175/0003-93

60.035,850

Seq. Código Descrição

Unidade

Valor Unit.

Qtde

Total

1	434122	ACIDO URICO ENZIMATICO COLORIMETRICO	FRASCO	50,000	4,000	200,000
2	434152	ASLO	FRASCO	34,000	15,000	510,000
3	434159	BETA HCG (TESTE)	TUBOS	41,000	5,000	205,000
4	434207	COLESTEROL TOTAL ENZIMATICO COLORIMETRICO	KIT	57,000	9,000	513,000
5	434208	COLETOR ADULTO PLASTICO (IMUNOLOGIA)	UNIDADE	0,330	2.500,000	825,000
6	434209	COLETOR ADULTO PLASTICO (PARASITOLOGIA)	UNIDADE	0,290	1.500,000	435,000
7	434213	CREATININA ENZIMATICA COLORIMETRICO	KIT	59,000	2,000	118,000
8	434254	FITA P/ URINA	TUBOS	24,000	10,000	240,000
9	434262	GLICOSE ENZIMATICO COLORIMETRICO	FRASCO	58,000	5,000	290,000
10	434265	GLUD STOP	CAIXA	16,500	15,000	247,500
11	434271	HDL ENZIMATICO COLORIMETRICO	FRASCO	17,000	4,000	68,000
12	434325	PLACAS KLINE P/ VDRL	UNIDADE	34,000	2,000	68,000
13	434326	PLACAS P/ IMUNO LATEX	UNIDADE	10,000	30,000	300,000
14	434392	TRIGLICERIDEOS ENZIMATICO COLORIMETRICO	FRASCO	143,000	7,000	1.001,000
15	434398	UREIA ENZIMATICO COLORIMETRICO	FRASCO	79,000	4,000	316,000

TOTAL DO VENCEDOR 5413 NEO STOCK BRASIL PRODUTOS PARA SAUDE LTDA 92.146.505/0006-91

5.336,500

Seq. Código Descrição

Unidade

Valor Unit.

Qtde

Total

1	434130	AGULHAS 13X4,5 C/ DISPOSITIVO	UNIDADE	0,370	3.000,000	1.110,000
2	434131	AGULHAS 20X5,5 C/ DISPOSITIVO	UNIDADE	0,370	3.000,000	1.110,000
3	434132	AGULHAS 25X0,7 C/ DISPOSITIVO	UNIDADE	0,370	3.000,000	1.110,000
4	434133	AGULHAS 25X0,8 C/ DISPOSITIVO	UNIDADE	0,370	3.000,000	1.110,000
5	434134	AGULHAS 40X12 C/ DISPOSITIVO	UNIDADE	0,370	1.000,000	370,000
6	434136	ALGODAO EM ROLO	ROLOS	7,140	200,000	1.428,000
7	434161	BOLSA COLETORA P/ DIURESE	UNIDADE	2,640	150,000	396,000
8	434184	CATETER INTRAVENOSO CALIBRE 16	UNIDADE	0,660	200,000	132,000
9	434185	CATETER INTRAVENOSO CALIBRE 20	UNIDADE	0,660	700,000	462,000
10	434186	CATETER INTRAVENOSO CALIBRE 22	UNIDADE	0,660	800,000	528,000
11	434187	CATETER INTRAVENOSO CALIBRE 24	UNIDADE	0,660	800,000	528,000
12	434228	ELETROLDO DE ECG C/ 50 AD/PED	PACOTE	12,000	50,000	600,000
13	434233	EQUIPO MACRO GOTAS	UNIDADE	0,910	1.500,000	1.365,000
14	432687	GORRO DESCARTAVEL TIPO TOUCA - AJUSTAVEL A QUALQUER TAMA	CAIXA	5,050	100,000	505,000
15	434293	LUVA CIRURGICA ESTERIL 7,0	UNIDADE	1,060	50,000	53,000
16	432595	LUVA CIRURGICA ESTERIL 7,5	UNIDADE	1,060	50,000	53,000
17	434294	LUVA CIRURGICA ESTERIL 8,5	UNIDADE	1,060	50,000	53,000
18	434300	MASCARA CIRURGICA CAIXA C/ 50	CAIXA	4,320	800,000	3.456,000
19	432597	TIRA GLICEMIA C/50	CAIXA	23,500	50,000	1.175,000
20	434389	TOUCA BRANCA C/ ELASTICO C/100	PACOTE	5,050	40,000	202,000

TOTAL DO VENCEDOR 5035 POLYPHARMA DISTRIBUIDORA MEDICO HOSPITALAR LTDA-ME 07.886.006/0001-57

15.746,000

Seq. Código Descrição

Unidade

Valor Unit.

Qtde

Total

1	432588	ABAIXADOR DE LINGUA PACOTE C/100	PACOTE	2,350	300,000	705,000
2	434121	ACIDO GEL 37% AZUL	UNIDADE	1,220	200,000	244,000
3	434127	AGUA OXIGENADA 1LITRO	UNIDADE	3,250	50,000	162,500
4	434137	ALGODAO ROLETE C/100 CREMER	PACOTE	1,550	75,000	116,250
5	434144	ANESTESICO TOPICO GEL 12GR (BENZOTOP)	FRASCO	5,400	30,000	162,000
6	434150	APLICADOR DE AMALGAMA	UNIDADE	4,650	50,000	232,500

7	432672	CARBONO EM FITA P/ OCLUSAO ULTRAFINA - BLOCO C/ 12	CAIXA	1,550	50,000	77,500
8	434196	CIV-PO E LIQUIDO	UNIDADE	16,900	30,000	507,000
9	434211	COMPLEXO B 2ML	AMPOLA	0,790	1.000,000	790,000
10	434222	DIGLUCONATO DE CLORHEX. 0,12% PERIOGARD 2 LITROS	FRASCO	51,150	6,000	306,900
11	434235	ESCOVA DE ROBSON	UNIDADE	1,200	60,000	72,000
12	432544	ESPARADRAPO 10X4,5	UNIDADE	4,970	200,000	994,000
13	432650	ESPATULA DE AYRE	UNIDADE	4,480	600,000	2.688,000
14	434237	ESPECULO G	UNIDADE	0,860	300,000	258,000
15	434238	ESPECULO M	UNIDADE	0,780	300,000	234,000
16	434245	FENOBARBITAL 100MG	COMPRIMID	0,070	12.000,000	840,000
17	434248	FIO DE SUTURA NYLON 4.0 AGULHA 1/5	UNIDADE	1,360	1.000,000	1.360,000
18	434255	FLORATIL 100 MG	COMPRIMID	0,650	1.000,000	650,000
19	434256	FLUOR GEL ACIDULADO 200ML	FRASCO	3,000	60,000	180,000
20	434264	GLUCONATO DE CLOREXIDINA A 2%	FRASCO	5,180	100,000	518,000
21	434266	HALDOL DECA NOATO 50MG	AMPOLA	7,800	100,000	780,000
22	434292	LUBRIFICANTE PARA CANETA DE ALTA E BAIXA ROTACAO	FRASCO	7,600	6,000	45,600
23	432690	MATRIZ DE ACO 0,05M	UNIDADE	1,150	30,000	34,500
24	434302	MATRIZ DE ACO 0,07M	UNIDADE	1,150	30,000	34,500
25	432519	MIDAZOLAM 15 MG/3 ML AMPOLA	AMPOLA	1,170	300,000	351,000
26	432613	OCULOS DE PROTECAO TRANSPARENTE - OCULO DE PROTECAO UV P	UNIDADE	4,650	6,000	27,900
27	434318	PAPEL CARBONO	BLOCO	1,550	30,000	46,500
28	432592	PASTA GEL ULTRASON 5KG	FRASCO	17,200	12,000	206,400
29	434321	PASTA PROFILATICA C/ FLUOR	UNIDADE	4,300	30,000	129,000
30	434322	PEDRA POMES EXTRA FINA 100G	UNIDADE	3,570	30,000	107,100
31	434323	PINCEL MICROBRUSH	UNIDADE	9,500	60,000	570,000
32	433378	REPARIL GEL 30G	UNIDADE	18,320	800,000	14.656,000
33	434353	SCALP 25G	UNIDADE	0,200	1.000,000	200,000
34	434371	SUGADOR ODONTOLOGICO C/ 40	UNIDADE	3,950	150,000	592,500
35	432468	SUSTRATE 10 MG	COMPRIMID	0,450	6.000,000	2.700,000

36	434384	TIRAS DE LIXA DE ACO C/6	CAIXA	5,020	30,000	150,600
37	434387	TIRAS DE POLISTER CAIXA C/150 UNIDADES	CAIXA	7,830	30,000	234,900
38	434390	TRAMADOL 100MG/ML	AMPOLA	0,760	700,000	532,000
39	434402	VITAMINA C INJETAVEL 100MG	AMPOLA	0,650	1.000,000	650,000

TOTAL DO VENCEDOR 4851 RINALDI E COGO LTDA 07.269.677/0001-79

33.146,150

Seq. Código Descrição

Unidade

Valor Unit.

Qtde

Total

1	434190	CEFTRIAXONA 500 MG	AMPOLA	6,970	1.000,000	6.970,000
2	434216	DESCARTEX 20 LITROS	CAIXA	4,700	60,000	282,000
3	434257	FUROSEMIDA 10 MG/ML	FRASCO	0,440	500,000	220,000
4	434263	GLICOSIMETRO P/ DEXTRO	UNIDADE	29,000	15,000	435,000
5	432722	MASCARA DESCARTAVEL C/ ELASTICO CX 50 UNID	CAIXA	5,080	100,000	508,000
6	432378	NEOMICINA + BACITRACINA POMADA 15 GR	TUBOS	1,280	2.000,000	2.560,000
7	434315	OSTOPORIM 10ML GOTAS CX COM 50UNID	CAIXA	11,600	40,000	464,000
8	434331	PROLOPA 200/50MG	COMPRIMID	2,700	3.000,000	8.100,000
9	434333	PROMETAZINA 25MG/ML	AMPOLA	1,310	500,000	655,000
10	434337	RANITIDINA	AMPOLA	0,410	300,000	123,000
11	434355	SERINGA DE INSULINA C/ DISPOSITIVO	UNIDADE	0,290	10.000,000	2.900,000
12	434367	SORO RINGER 500 ML	UNIDADE	2,890	350,000	1.011,500
13	434372	SULFADIAZINA DE PRATA TOPICO	TUBOS	3,630	50,000	181,500
14	434401	VALSARTANA	COMPRIMID	0,510	15.000,000	7.650,000

TOTAL DO VENCEDOR 32.060,000 Será dada divulgação do resultado nos meios de comunicação Diário Oficial do Estado AMM, Internet e quadro mural da Prefeitura. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão às18:00 horas do dia 28/04/2017, cuja Ata foi lavrada e assinada por todos presentes e posteriormente encaminhada ao Sr. Prefeito Municipal, nos termos da lei nº 8.666/93.

JANGADA - MT sexta-feira, 28 de abril de 2017

ADILSON PEREIRA NUNES

Pregoeiro

EDER TRAJANO OLIVEIRA

Equipe de Apoio

FAGNER VIEIRA DE GODOES

Equipe de Apoio

PAULO NERIS DE ASSUNCAO

Equipe de Apoio

CENTERMEDI -COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Participante

DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Participante

CIRURGICA GONCALVES LTDA-EPP

Participante

RINALDI E COGO LTDA

Participante

LP COMERCIO E PRESTACAO DE SERVICO LTDA - EPP

Participante

M.S. DIAGNOSTICA LTDA

Participante

DELTA MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Participante

POLYPHARMA DISTRIBUIDORA MEDICO HOSPITALAR LTDA-ME

Participante

DENTAL PRIME - PROD. ODONT. MED. HOSPIT. EIRELI-ME

Participante

FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI - ME

Participante

ADILVAN COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA - ME

Participante

HIPERDENTAL COM E REP DE PROD ODONT E MED HOSPI. L

Participante

NEO STOCK BRASIL PRODUTOS PARA SAUDE LTDA

Participante

RREO ANEXO_05 01_BIM

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2017 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – Anexo 05 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1,00

Dívida Fiscal Líquida	Saldo		
	em 31/DEZ/2016 (a)	em 31/DEZ/2016 (b)	em 28/FEV/2017 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)			
DEDUÇÕES (II)	1.987.771,97	1.987.771,97	3.120.513,63
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.769.748,09	1.769.748,09	2.902.089,75
Demais Haveres Financeiros	239.426,97	239.426,97	239.426,97
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	21.403,09	21.403,09	21.003,09
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.987.771,97	-1.987.771,97	-3.120.513,63
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)			
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = ((III + IV) - V)	-1.987.771,97	-1.987.771,97	-3.120.513,63

Resultado Nominal	Período de Referência	
	No Bimestre (c-b)	Até o Bimestre (c-a)
VALOR	-1.132.741,66	-1.132.741,66

Discriminação da Meta Fiscal	Valor Corrente
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA [3]	0,00

Previdenciário			
Dívida Fiscal Líquida Previdenciária	Saldo		
	em 31/DEZ/2016 (a)	em 31/DEZ/2016 (b)	em 28/FEV/2017 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)			
Passivo Atuarial			
Demais Dívidas			
DEDUÇÕES (VIII)			
Disponibilidade de Caixa Bruta			
Investimentos			
Demais Haveres Financeiros			
(-) Restos a Pagar Processados			
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)			
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

EDERZIO DE JESUS MENDES
PREFEITO

PAULO NERIS DE ASSUNCAO
CONTADOR

Emissão: 02/05/2017 às 11:03

Page 1 de 1
Homologado

RREO ANEXO_06 01_BIM

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2017 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre 2017	Até o Bimestre 2016
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	16.407.150,00	2.297.986,78	2.749.549,49
Receitas Tributárias	1.465.400,00	192.603,03	298.061,57
IPTU	22.000,00		
ISS	1.079.900,00	186.188,03	212.403,72
ITBI	180.000,00		80.990,00
IRRF	144.000,00		186,85
Outras Receitas Tributárias	39.500,00	6.415,00	4.481,00
Receitas de Contribuições	108.000,00		58.120,71
Receitas Previdenciárias			
Outras Receitas de Contribuições	108.000,00		58.120,71
Receita Patrimonial Líquida	15.000,00		4.002,21
Receita Patrimonial	183.800,00	23.554,05	28.882,65
(-) Aplicações Financeiras	168.800,00	23.554,05	24.880,44
Transferências Correntes	14.791.550,00	2.104.315,57	2.385.502,59
FPM	5.040.000,00	968.725,78	893.169,38
ICMS	3.120.000,00	385.690,70	582.911,13
Convênios	269.950,00	545,86	27.824,33
Outras Transferências Correntes	6.361.600,00	749.353,23	881.597,75
Demais Receitas Correntes	27.200,00	1.068,18	3.862,41
Dívida Ativa	17.000,00		47,33
Diversas Receitas Correntes	10.200,00	1.068,18	3.815,08
RECEITAS DE CAPITAL (II)	555.000,00		
Operações de Crédito (III)			
Amortização de Empréstimos (IV)			
Alienação de Bens (V)	15.000,00		
Transferências de Capital	540.000,00		
Convênios	540.000,00		
Outras Transferências de Capital			
Outras Receitas de Capital			
REC. PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	540.000,00		
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	**16.947.150,00**	**2.297.986,78**	**2.749.549,49**

DESPESAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Bimestre 2017	Até o Bimestre 2016	Até o Bimestre 2017	Até o Bimestre 2016	Em 2017	Em 2016
DESPESAS CORRENTES (VIII)	14.775.465,29	2.138.779,77	2.342.309,31	1.952.575,06	2.164.841,13		
Pessoal e Encargos Sociais	7.799.866,52	1.407.838,90	1.458.018,54	1.407.838,90	1.458.017,74		
Juros e Encargos da Dívida (IX)							
Outras Despesas Correntes	6.975.598,77	730.940,87	884.290,77	544.736,16	706.823,39		
DESEPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	14.775.465,29	2.138.779,77	2.342.309,31	1.952.575,06	2.164.841,13		
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	2.337.478,00	24.762,80	15.068,90	24.762,80	15.068,90		
Investimentos	2.334.478,00	24.762,80	15.068,90	24.762,80	15.068,90		
Inversões Financeiras							
Concessão de Empréstimos (XII)							
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)							
Demais Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida (XIV)	3.000,00						
DESP. PRIM. DE CAPITAL(XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	2.334.478,00	24.762,80	15.068,90	24.762,80	15.068,90		
RESERVA DE CONTIGÊNCIA (XVI)	67.500,00						
RESERVA DO RPPS (XVII)							
DESP. PRIM. TOTAL (VXIII) = (X + XV + XVI + XVII)	**17.177.443,29**	**2.163.542,57**	**2.357.378,21**	**1.977.337,86**	**2.179.910,03**		

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	**-230.293,29**	**134.444,21**	**392.171,28**	**320.648,92**	**569.639,46**		
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							**1.591.099,23**

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	Valor Corrente
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADO NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

EDERZIO DE JESUS MENDES
PREFEITO

PAULO NERIS DE ASSUNCAO
CONTADOR

Emissão: 02/05/2017 às 11:04 **PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA** Page 1 de 1
Homologado

RREO ANEXO_07 01_BIM

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2017 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – Anexo 07 (LRF, art. 53, inciso V) R$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total (a+b)
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro 2016				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro 2016					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)		21.403,09	400,00		21.003,09	32.029,31					32.029,31	53.032,40
Executivo		21.403,09	400,00		21.003,09	32.029,31					32.029,31	53.032,40
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO		22,70			22,70							22,70
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE		1.477,00	400,00		1.077,00							1.077,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIACAO URBANO		17.260,33			17.260,33							17.260,33
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E EC		239,39			239,39							239,39
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		76,79			76,79	32.029,31					32.029,31	32.106,10
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER		266,48			266,48							266,48
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO		2.060,40			2.060,40							2.060,40
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)												
TOTAL (III) = (I + II)		21.403,09	400,00		21.003,09	32.029,31					32.029,31	53.032,40

EDERZIO DE JESUS MENDES
PREFEITO

PAULO NERIS DE ASSUNCAO
CONTADOR

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA Emissão: 02/05/2017 às 11:05 Page 1 de 1

RREO ANEXO_09 01_BIM

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2017 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – ANEXO 09 (LRF, art.53, § 1º, inciso I) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a – b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO[1] (I)			

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d – e)
DESPESAS DE CAPITAL	2.337.478,00	24.762,80	24.762,80		2.312.715,20
(-)INCENTIVOS FISCAIS A CONTRIBUINTE					
(-)INCENTIVOS FISCAIS A CONTRIBUINTE POR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS					
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	2.337.478,00	24.762,80	24.762,80		2.312.715,20
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-2.337.478,00	-24.762,80			-2.312.715,20

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

Notas:
[1] Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III

PAULO NERIS DE ASSUNCAO
CONTADOR

Emissão: 02/05/2017 11:07:20 Page 1 de 1

Homologado

RREO ANEXO_11 01_BIM

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2017 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – Anexo 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III), R$1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a - b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	15.000,00		15.000,00
Receita de Capital - Alienação de Bens Móveis	15.000,00		15.000,00
Receita de Capital - Alienação de Bens Imóveis			
Rendimentos de Aplicação Financeira			

DESPESAS	Dotação Atualizada (d)	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas (e)	Despesas Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	Pagamento de Restos a Pagar (f)	Saldo a Pagar (g) = (d - e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)							
Despesas de Capital							
Investimentos							
Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida							
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência							
Regime Geral de Previdência Social							
Regime Próprio dos Servidores Públicos							

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2016 (h)	2017 (i) = (Ib - (IIe + IIf))	SALDO ATUAL (j) = (IIIh + IIIi)
VALOR (III)			

EDERZIO DE JESUS MENDES
PREFEITO

PAULO NERIS DE ASSUNCAO
CONTADOR

Emissão: 02/05/2017 11:08:23

Page 1 de 1
Homologado

RREO ANEXO_12 01_BIM

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2017 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Semestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	1.437.900,00	1.437.900,00	186.188,03	12,95%
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	22.000,00	22.000,00		
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	180.000,00	180.000,00		
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.079.900,00	1.079.900,00	186.188,03	17,24%
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	144.000,00	144.000,00		
Imposto Territorial Rural - ITR				
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos				
Dívida Ativa dos Impostos	12.000,00	12.000,00		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa				
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)				
Cota-Parte FPM				
Cota-Parte ITR				
Cota-Parte IPVA				
Cota-Parte ICMS				
Cota-Parte IPI-Exportação				
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais				
Desoneração ICMS (LC 87/96)				
Outras				
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	**1.437.900,00**	**1.437.900,00**	**186.188,03**	**12,95%**

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Semestre (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS			191,52	19.152,00%
Provenientes da União			191,52	19.152,00%
Provenientes dos Estados				
Provenientes de Outros Municípios				
Outras Receitas do SUS				
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS				
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE				
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	**0,00**	**0,00**	**191,52**	**19.152,00%**

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados [7]
			Até o Bimestre (f)	% (f/e) x 100	Até o Bimestre (g)	% (g/e) x 100	
DESPESAS CORRENTES	2.954.000,00	3.218.102,93	624.194,19	19,40%	602.808,61	18,73%	
Pessoal e Encargos Sociais	1.978.500,00	1.993.180,68	386.832,91	19,41%	386.832,91	19,41%	
Juros e Encargos da Dívida							
Outras Despesas Correntes	975.500,00	1.224.922,25	237.361,28	19,38%	215.975,70	17,63%	
DESPESAS DE CAPITAL	512.000,00	512.000,00	2.244,00	0,44%	2.244,00	0,44%	
Investimentos	512.000,00	512.000,00	2.244,00	0,44%	2.244,00	0,44%	
Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida							
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	**3.466.000,00**	**3.730.102,93**	**626.438,19**	**16,79%**	**605.052,61**	**16,22%**	

Emissão: 02/05/2017 11:09:30

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2017 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1,00

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados [7]
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg) x 100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS							
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL							
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	165.270,00	210.914,79					
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	165.270,00	210.914,79					
Recursos de Operações de Crédito							
Outros Recursos							
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS							
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA[1]							
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS[2]							
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES[3]							
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	**165.270,00**	**210.914,79**					
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	**3.300.730,00**	**3.519.188,14**	**626.438,19**		**605.052,61**		

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI(h ou i) / IIIb x 100)[6] - LIMITE CONSTITUCIONAL 20,00%[4 e 5]	**336,45%**
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(h ou i) - (20,00 * IIIb)/100]	**589.200,58**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2017					
Inscritos em 2016					
Inscritos em 2015					
Inscritos em 2014					
Inscritos em 2013					
Inscritos em Exercícios Anteriores ao de Referência - 2013					
Total					

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	**Despesas Custeadas no exercício de referência (j)**	**Saldo Final (Não Aplicado)**
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2017			
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2016			
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015			

Emissão: 02/05/2017 11:09:30 Page 2 de 4
Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2017 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1,00

Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014			
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2013			
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em Exercícios Anteriores ao de Referência - 2013			
Total(VIII)			

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas Custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2016			
Diferença de limite não cumprido em 2015			
Diferença de limite não cumprido em 2014			
Diferença de limite não cumprido em 2013			
Diferença de limite não cumprido em 2012			
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores ao de Referência - 2012			
Total(IX)			

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados [7]
			Até o Bimestre (l)	% (l/total l) x 100	Até o Bimestre (m)	% (m/total m) x 100	
Atenção Básica	2.345.000,00	2.579.544,78	500.132,14	79,84%	500.132,14	82,66%	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	302.000,00	302.000,00					
Suporte Profilático e Terapêutico							
Vigilância Sanitária	49.500,00	49.500,00					
Vigilância Epidemiológica	72.000,00	72.000,00					
Alimentação e Nutrição							
Outras Subfunções	697.500,00	727.058,15	126.306,05	20,16%	104.920,47	17,34%	
TOTAL	**3.466.000,00**	**3.730.102,93**	**626.438,19**	**100,00%**	**605.052,61**	**100,00%**	

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2017 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1,00

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
2 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h" deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
3 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h" deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012
5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012
6 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
7 Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Emissão: 02/05/2017 11:09:30 Page 4 de 4
Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

SUSPENSÃO

A Pregoeira do Município, nomeada pela Portaria nº. 086/2017, torna público aos interessados a suspensão do Pregão 012/2017, para contração de prestação de serviços EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE E MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI/ME/EPP – ESTABELECIDAS NO ÂMBITO LOCAL ONDE SERÁ EXECUTADO O OBJETO DA CONTRATAÇÃO, para adequação do objeto e anexo I do Edital.

JAURU – MT, 02 de maio de 2017.

SANDRA DE ALMEIDA PORTO ALVARES Pregoeira

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico na forma do Artigo 26, da Lei Federal 8.666/93, atualizada pela Lei Municipal 724/17, a Dispensa de licitação constante do Processo nº. 00818/2017 Dispensa de Licitação nº. 010/2017, conforme parecer da Procuradoria Geral do Município datado de 19/04/2017, para **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE USO HOSPITALARES, ODONTOLÓGICOS E LABORATORIAIS PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.**

Paço Municipal “José Peres”, Gabinete do Prefeito, em Jauru – MT, 24 de abril de 2017.

PEDRO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 013/2017 DE 02 DE MAIO DE 2017.

PORTARIA Nº 013/2017 DE 02 DE MAIO DE 2017.

“EXONERAR Dr. ARLES DIAS DA SILVA, DO CARGO DE ASSESSOR JURÍDICO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE JAURU-MT”.

VILSON RAMOS DA SILVA, Presidente do Legislativo Municipal de Jauru, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, etc. etc...

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerado, **Dr. ARLES DIAS DA SILVA, advogado, inscrito na OAB/MT nº 15764**, cargo **DE ASSESSOR JURÍDICO PROVIMENTO EM COMISSÃO DA CÂMARA** de Jauru-MT.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 30 de abril de 2017, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE.

Gabinete da Presidência, Jauru-MT, 02 de Maio de 2017.

Ver. Vilson Ramos da Silva

Presidente do Legislativo

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA GP/Nº 489/2017.

PORTARIA GP/Nº 489/2017.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DOS MEMBROS QUE COMPÕE A CAMISSÃO PARA ADEQUAÇÃO E/OU ELABORAÇÃO DO PLANO DE CARGOS E REMUNERAÇÃO - PCR.

LUCIANE BORBA AZOIA BEZERRA, prefeita do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, o Processo SAD nº 7.131 de 24 de abril de 2017, nos termos da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os Membros que compõe a Comissão para adequação e/ou elaboração do Plano de Cargos e Remuneração -PCR , conforme previsto na Meta 18 da Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014 Plano Nacional de Educação.

EQUIPE TÉCNICA

Fernanda Alves dos Santos Ribas – CPF: nº 916 443 211 49

Maria de Fátima Ribeiro – CPF: nº 503 133 949 87

Eliane Almeida Maynardes – CPF: nº 630.146.701-97

COMISSÃO AVALIADORA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Isac Pintor – CPF: nº 545 551 839 91

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Jose Roberto Rodrigues – CPF: nº 567.227.101-49

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Wilson Jacob – CPF: nº 303.212.121-34

REPRESENTANTE DA ASSESSORIA JURÍDICA/PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Fábio Alves Donizeti – CPF: nº 044 098 666 48

REPRESENTANTE DO SINTEP DE JUARA

Reginaldo José dos Santos – CPF: nº 531 696 204 44

REPRESENTANTE DE PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL

Olivia Maria Silva de Jesus – CPF: nº 787 683 654 20

Maria de Fátima Reguine Gonçalves Lobato– CPF: nº 840 559 101 00

Iracema Cristina Fernandes Silva– CPF: nº 766 735 611 49

REPRESENTANTE DE TÉCNICOS ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL

Zélia Regina Camargo Ribeiro – CPF: nº 490 177 561 87

REPRESENTANTE DE TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Marivania dos Santos – CPF: nº 035 473 711 08

Silene Francisca dos Santos Brizola – CPF: nº 760 548 701 06

REPRESENTANTE DE APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL

Elza dos Santos Silva da Rocha – CPF: nº 571 499 091 91

Célia Leoní Wiebbelling – CPF: nº 009 252 121 56

Sandra Magna Vieira de Matos – CPF: nº 964 743 781 15

REPRESENTANTE DO CACS FUNDEB

Fernanda Alves dos Santos Ribas – CPF: nº 916.443.211-49

Eliane Almeida Maynardes – CPF: nº 630.146.701-97

REPRESENTANTE DO CÂMARA DE EDUCAÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES

Marta Dalpiaz Nepomuceno – CPF: nº 383.565.621-04

Hélio Francisco Castão – CPF: nº 340.311.891-68

Art. 2º Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário em especial Portaria GP/Nº 229/2016 do dia 19/05/2016.

Gabinete da Prefeita Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 24 de abril de 2017.

CLEIRTO SINHORIN LUCIANE BORBA AZOIA BEZERRA

Secretário Mun. Administração Prefeita do Município

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

PREV-JUARA
EDITAL DE CREDENCIAMENTO N. 001/2017.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO N. 001/2017.

O FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE JUARA – PREV-JUARA, com sede na Rua Niterói, 81N, Centro, na cidade de Juara-MT, torna público o presente edital para CREDENCIAMENTO de instituições financeiras, conforme autorização do Representante Legal do RPPS, pelo que segue:

FINALIDADE: prestação dos serviços de gestão financeira em conformidade com a Política de Investimentos do RPPS, com a Resolução do Conselho Monetário Nacional n° 3.922, de 25 de novembro de 2010, a Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011, com observância às condições estabelecidas neste Edital.

ABERTURA: às 07 horas do dia 10 de Maio de 2017.

EDITAL DE CREDENCIAMENTO e os seus anexos poderão ser retirados na sede do FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE JUARA – PREV-JUARA horário das 08:00 as 11:00 e das 13:00 as 15:00 horas. Para maiores informações entrar em contato telefônico através do número (66) 3556-9400, através do e-mail previdencia@juara.mt.gov.br ou acesse www.juara.mt.gov.br.

Juara-MT, 27 de Abril de 2017.

_____

Cleirto Sinhorin – Secretário Mun. De Administração

Gestor do PREV-JUARA

EDITAL PARA CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E FUNDOS

DE INVESTIMENTOS

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2017

O FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE JUARA – PREV-JUARA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 15.072.663/0001-06, com sede a Rua Niterói 81N, Centro, Estado de Mato Grosso, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Administração Sr Cleirto Sinhorin, portador da Cédula de Identidade RG n. 0682829-9 SSP/MT e CPF n. 460.669.851-91, casado, residente e domiciliado em Juara-MT, Gestor do RPPS, no uso de suas atribuições legais, torna público o CREDENCIAMENTO de instituições prestadoras de serviços de gestão financeira em conformidade com a Política de Investimentos do RPPS, com a Resolução do Conselho Monetário Nacional n° 3.922, de 25 de novembro de 2010, a Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011 e suas alterações, combinados com os artigos 27 a 30 e 34 a 37 da Lei nº 8.666/1993 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

1 DO OBJETO

1.1 O presente Edital tem por objeto o credenciamento de Instituições Financeiras e Fundos de Investimentos que estejam autorizados, nos termos da Legislação em vigor, a atuar no Sistema Financeiro Nacional, com fiel observância das Normas que regulamentam as aplicações de recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS no Mercado Financeiro Nacional, em especial as estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e Ministério da Previdência Social – MPS.

1.2 O credenciamento de fundos de investimento, instituições administradoras e gestoras de fundos de investimento, instituições e pessoas naturais integrantes do sistema de distribuição junto ao RPPS, é requisito pré-

vio para fins de alocação dos recursos vinculados ao RPPS, devendo observar o disposto neste ato e em seus anexos.

1.3 O objetivo da administração dos recursos financeiros do Fundo de Previdência é a maximização da rentabilidade de seus ativos, buscando constituir reservas suficientes para pagamento dos benefícios de seus participantes, levando em consideração os fatores de risco, segurança, solvência, liquidez e transparência, constituindo todos os esforços para o atingimento do equilíbrio financeiro e atuarial dentro dos parâmetros legais e em consonância com o estabelecido na Política Anual de Investimentos vigente do FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE JUARA – PREV-JUARA.

2 CONDIÇÕES PARA CREDENCIAMENTO

2.1 Poderão ser credenciadas as instituições financeiras e fundos de investimentos devidamente autorizados a funcionar no País pelo Banco Central do Brasil, cuja finalidade e ramo de atuação estejam em consonância com o objeto deste Credenciamento.

2.2 A participação neste Credenciamento implica na aceitação integral e irrestrita das condições estabelecidas neste Edital.

2.3 Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo, interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

a) Estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta por qualquer órgão da Administração Pública;

b) Sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de Governo;

c) Estejam sob falência, recuperação judicial, dissolução ou liquidação, exceto quando na carteira de investimentos já existir aplicação financeira da instituição.

3 ETAPAS DO PROCESSO DE CREDENCIAMENTO

Poderão requerer o Credenciamento junto ao RPPS quaisquer pessoas jurídicas ou naturais que atendam às condições exigidas no presente Edital, obedecidas as seguintes etapas:

3.1 PRIMEIRA ETAPA: HABILITAÇÃO

A Empresa que desejar participar do processo de credenciamento deverá apresentar os seguintes documentos:

3.1.1 Documentos Gerais:

a) Fornecer ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários;

b) Fornecer declaração na qual expressem que não efetuarão quaisquer retenções tributárias, dada a Imunidade Tributária dos Fundos Públicos de Previdência; Anexo I.

c) Apresentar declaração de inexistência de penalidade imputada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), em razão de infração grave considerada pela Autarquia ao Administrador, nos 05 (cinco) anos anteriores ao credenciamento; Anexo II.

d) Comprovação de atendimento à exigência de classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País, como de boa qualidade de gestão e de ambiente de controle de investimento;

e) Comprovação de filiação à ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais ou ser aderente ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas de Fundos de Investimento ou ao Código ABVCAP/ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para o Mercado de FIP e FIEE.

3.1.2 Documentos Habilitação Jurídica:

a) Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e alterações subseqüentes devidamente registradas, em se tratando de Sociedade Comercial, e no caso de sociedade por ações acompanhadas da Ata arquivada da Assembléia da última eleição da Diretoria, com os respectivos cadastros de pessoa física – CPF de seus atuais administradores;

b) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Banco Central do Brasil e/ou Comissão de Valores Mobiliários ou órgão competente;

3.1.3 Documentos que Comprovem a Regularidade Fiscal:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoal Jurídica (CNPJ);

b) Prova de regularidade junto à Receita Federal do Brasil, por meio de Certidão Negativa de Débitos conjunta da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (Tributos Federais e Dívida Ativa da União);

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede da instituição, na forma da lei, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou de Certidão de Não Contribuinte;

d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, por meio de Certidão Negativa de Débitos relativa às Contribuições Previdenciárias;

e) Prova de regularidade quanto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio de Certidão de Regularidade do FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal;

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

3.1.4 Documentos Referentes à Qualificação Técnica

a) Declaração da empresa de inexistência de fato superveniente impeditivo e que concorda com todas as condições deste Edital; Anexo III e IV.

b) Declaração da empresa informando que os regulamentos, prospectos e termos de adesão dos fundos de investimentos estão em conformidade com a Resolução CMN 3.922/2010 ou outras que entrarem em vigor posteriormente; Anexo V.

c) Declaração de cumprimento do artigo 7º inciso XXXIII da Constituição Federal e Lei nº 9.854/99 regulamentada pelo Decreto nº 4.358/02, fornecida pela empresa e assinada por sócio, dirigente, proprietário ou procurador; Anexo VI.

d) Declaração de qualificação técnica do responsável e equipe; Anexo VII.

3.1.5 Em caso de Fundos de Investimentos:

a) Quando tratar-se de aplicação em Fundos de Investimentos, o credenciamento recairá também sobre a figura do gestor e do administrador do fundo, que deverá apresentar, além de toda a documentação solicitada neste edital:

a.1)-Histórico e experiência de atuação do gestor e do administrador do fundo de investimento e de seus controladores;

a.2)-Volume de recursos sob sua gestão e administração, bem como qualificação do corpo técnico e comprovação de segregação de atividades;

a.3)-Lâmina do fundo de investimento que possibilite a avaliação da aderência da rentabilidade aos indicadores de desempenho e riscos assumidos pelos fundos de investimentos sob sua gestão e administração, no período mínimo de dois anos anteriores ao credenciamento.

3.1.6 As Instituições Financeiras habilitadas a participar do Processo de Credenciamento poderão ser submetidas a uma série de quesitos e à apresentação de documentos relacionados às condições de segurança, rentabilidade, solvência, transparência e legalidade de sua constituição e dos produtos ofertados por elas.

3.1.6.1 Os quesitos e documentos supra mencionados serão submetidos à análise do Gestor do FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE JUARA – PREV-JUARA.

3.1.7 Será considerada não credenciada a Instituição Financeira que não apresentar quaisquer dos itens acima, ou apresentá-las com vícios, rasuras ou contrariando qualquer exigência contida neste Edital.

3.1.7.1 Adicionalmente aos documentos arrolados, deverão ser disponibilizadas pelo requerente as informações constantes do **Termo de Análise de Credenciamento de Instituição Administradora ou Gestora**, estabelecido no ANEXO VIII do presente instrumento.

3.1.8 Quando se tratar de fundos de investimento, o credenciamento previsto deverá ser realizado quanto ao gestor e ao administrador do fundo, devendo ser procedido o preenchimento do ANEXO IX para ambas as instituições.

3.1.8.1 O requerente do credenciamento deverá, ainda, disponibilizar as informações constantes do **Termo de Análise de Credenciamento de Fundo de Investimento**, estabelecido no ANEXO IX do presente instrumento, em relação a cada fundo de investimento.

3.1.9 Quando inseridas informações para fins de credenciamento de distribuidor, instituição integrante do sistema de distribuição ou agente autônomo de investimento, nos termos do ANEXO VIII, deverá ser encaminhada cópia do contrato para distribuição e mediação do produto ofertado, além de comprovante da regularidade do agente ou instituição junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

3.1.10 Os documentos exigidos neste Edital serão apresentados em original ou cópia reprográfica autenticada.

3.1.11 Todas as certidões solicitadas deverão estar dentro de seu prazo de validade quando da apresentação do requerimento de credenciamento.

3.1.12 Apresentada a solicitação para credenciamento com toda a documentação exigida, a instituição declara, para todos os fins, a aceitação de todos os termos e condições expressos no presente Edital.

3.2 SEGUNDA ETAPA: QUALIFICAÇÃO

3.2.1 Serão habilitadas somente as instituições que atenderem integralmente o disposto no presente edital.

3.2.2 A documentação deverá ser apresentada, em 01 (uma) via, original e/ou cópia autenticada.

3.2.3 No documento em que o prazo de validade não esteja mencionado expressamente, será considerado o prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua respectiva emissão.

3.2.4 Os documentos expedidos pela Internet poderão ser apresentados em forma original ou cópia reprográfica sem autenticação, estando sujeitos à verificação de autenticidade através de consulta online.

3.2.5 Os documentos de credenciamento serão analisados pelo Gestor do FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE JUARA – PREV-JUARA, que emitirá um Atestado de credenciamento (ANEXO X), e enviará à instituição credenciada por e-mail.

3.2.6. Em nenhuma hipótese será permitida a apresentação de protocolos, em substituição aos documentos exigidos.

3.2.7 A aceitação dos documentos e informações da instituição requerente, a emissão de Termo de Análise de Credenciamento ou Atestado de Credenciamento não geram para o O FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE JUARA – PREV-JUARA qualquer obrigação ou compromisso de realizar contratação ou alocação de recursos em veículos de investimento administrados, geridos ou distribuídos pela instituição ou agente credenciado.

4 ENTREGA DOS DOCUMENTOS

4.2 Os documentos deverão ser entregues na sede do O FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE JUARA – PREV-JUARA, os quais serão protocolados, constituindo um processo administrativo;

4.3 A entrega dos documentos poderá acontecer a qualquer momento, uma vez que o credenciamento é um processo de inscrição permanentemente aberto e os julgamentos ocorrerão pelo Gestor do FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE JUARA – PREV-JUARA.

5 IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSOS

5.2A Solicitação de Esclarecimentos ou Impugnação ao Edital poderá ser feita até 02 (dois) úteis da data fixada para o início do credenciamento previsto no preâmbulo, sendo que tais impugnações deverão ser manifestadas por escrito, podendo ser protocolado o original, mediante recebimento da 2ª (segunda) via, na sede do RPPS.

5.3Não serão conhecidas as impugnações e os recursos meramente protelatórios ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela instituição financeira.

5.4Os recursos contra decisões do FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE JUARA – PREV-JUARA não terão efeito suspensivo. Caberá a ao Comitê de Investimento decidir sobre a petição no prazo de 72 (setenta e duas) horas.

5.5O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

6 DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

6.2O presente credenciamento terá vigência de 60 (sessenta) meses, a contar da data de emissão do “Atestado de Credenciamento”.

6.3A cada 12 (doze) meses a instituição credenciada deverá apresentar as documentações exigidas no credenciamento, para fins de atualização cadastral, devendo os mesmos serem protocolados na sede do RPPS em até 15 (quinze) dias antes do vencimento deste prazo.

6.4Os credenciados deverão manter sua regularidade fiscal e previdenciária atualizada junto ao RPPS.

7 DAS PENALIDADES

7.2Sem prejuízos das demais sanções previstas em lei, a credenciada ficará sujeita às penalidades impostas pela Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

8 DO DESCREDENCIAMENTO

8.2O FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE JUARA – PREV-JUARA, poderá considerar descredenciado, sem que, por isso, seja obrigado a suportar ônus de indenização, multa ou pagamento extra, a qualquer título, a instituição ou fundo que:

a) Descumprir quaisquer das normas que regem os RPPS, bem como aos ditames da Resolução CMN nº. 3.922/2010 ou de normas emitidas pela CVM ou pelo BCB;

b) Deixar de executar o serviço na forma e nos prazos estipulados no Regulamento de Credenciamento, ou infringir qualquer disposição contratada;

c) Descumprir quaisquer dos requisitos previstos neste instrumento;

d) Inclusão da instituição em Cadastro Nacional de Empresas Punidas, sob responsabilidade da Controladoria Geral da União – CGU, nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013.

8.3Para o descredenciamento nos termos aqui previstos, será aberto processo administrativo, no qual serão assegurados à instituição interessada o contraditório e a ampla defesa.

8.4Na hipótese de descredenciamento o FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE JUARA – PREV-JUARA emitirá Termo próprio, independentemente de quaisquer sanções legais aplicáveis ao caso.

9 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.2O presente Edital e seus anexos estão disponíveis, na sede do FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE JUARA – PREV-JUARA .

9.3O credenciamento será cancelado em qualquer fase do processo seletivo, caso seja verificado o não cumprimento dos requisitos exigidos neste edital ou constatada a ocorrência de erro ou fraude na sua elaboração.

9.4Não existirá um número mínimo ou máximo de vagas para credenciamento, pois se trata da formação de um banco de credenciados para prestação de serviços para o RPPS.

9.5O credenciamento de Fundos de Investimentos e/ou Instituições Financeiras não estabelece obrigação ao FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE JUARA – PREV-JUARA em efetuar aplicação em fundo de investimentos destas instituições ou qualquer solicitação de prestação de serviços.

9.6As instituições financeiras são responsáveis, em qualquer época, pela fidelidade e legitimidade das informações constantes nos documentos apresentados.

9.7Toda a documentação ficará à disposição dos segurados e pensionistas para consulta.

10 ANEXOS

10.1 Constituem anexos do edital e dele fazem parte integrante:

a) Anexo I: Declaração de não retenções tributárias;

b) Anexo II: Declaração de inexistência de penalidade imputada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM);

c) Anexo III: Declaração da empresa de inexistência de fato superveniente impeditivo;

d) Anexo IV: Declaração de anuência com as condições deste Edital;

e) Anexo V: Declaração de conformidade com a Resolução CMN 3.922/2010 ou outras posteriores;

f) Anexo VI: Declaração de cumprimento de requisitos legais

g) Anexo VII: Declaração de qualificação técnica do responsável e equipe.

h) Anexo VIII: Termo de Análise de Credenciamento de Instituição Administradora ou Gestora;

i) Anexo IX: Termo de Análise de Credenciamento de Fundo de Investimento;

j) Anexo X: Atestado de credenciamento.

Juara-mt 27 de Maio de 2017.

CLEIRTO SINHORIN

Gestor do RPPS

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE DIVULGAÇÃO DO RESULTADO ANALISE DE CURRICULO/CONTAGEM DE PONTOS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2017-PSS

CNPJ 15.072.663/0001-99

Rua Niterói, 81 N, Centro – CEP: 78.575-000 – Fone (66)3556-9400.

EDITAL DE DIVULGAÇÃO DO RESULTADO ANALISE DE CURRICULO/CONTAGEM DE PONTOS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2017-PSS

A Prefeita Municipal de Juara-Mt, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista Analise de Currículo/Contagem de pontos do Processo Seletivo Simplificado para preenchimento de vagas para os cargos de Professor Nível Superiores e Apoio Administrativo Educacional, Professor Nível Superior nas Áreas Especificas do Conhecimento, Professor Nível Médio, no quadro temporário da Secretaria Municipal de Educação, tendo em vista o Edital de Abertura de Inscrições publicado no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso no dia 25/04/2017, Edição nº 2.715- **RESOLVE:**

I – **HOMOLOGAR** o resultado final da classificação por Analise de Currículo/Contagem de Pontos do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2017 conforme relação em anexo.

Gabinete da Prefeita Municipal, Juara - MT, 28 de Abril de 2017.

Luciane Borba Azoia Bezerra

Prefeita Municipal de Juara-MT

ZONA RURAL

CARGO: APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	RG	TITULAÇÃO	QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	TOTAL DE PONTOS	RESULTADO FINAL
	Não houve candidato					

CARGO: PROFESSOR NIVEL SUPERIOR - ESCOLA MUNICIPAL RUI BARBOSA – DISTRITO DE CATUAI.

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	RG	PONTOS TITULAÇÃO	PONTOS QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	TOTAL DE PONTOS	CRITERIO DESEMPATE	RESULTADO FINAL
1	Ângela Maria Bueno	4.060.586-0-SSP/PR	110	5	115	Maior Idade	Aprovada
2	Andreia Neves Barros	5712506 PC/PR	110	5	115		Classificada
3	Marilza Ferreira Rezende	2455213-5 SEJUSP/MT	100	5	105		Classificada
4	Guilherme Dalpiaz	20382154 SSP/MT	50	***	50		Classificado

CARGO: PROFESSOR NIVEL SUPERIOR - ESCOLA MUNICIPAL NOSSA SENHORA DE LOURDES – FAZENDA AGROSSAN

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	RG	PONTOS TITULAÇÃO	PONTOS QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	TOTAL DE PONTOS	CRITERIO DESEMPATE	RESULTADO FINAL
1	Sandra Regiane Figueiredo	15624650 SSP/MT	100	5	105		Aprovada

CARGO: PROFESSOR NIVEL SUPERIOR - ESCOLA MUNICIPAL FRANCISCO SAMPAIO – DISTRITO DE PARANORTE

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	RG	PONTOS TITULAÇÃO	PONTOS QUALIFICA ÇÃO PROFISSIO NAL	TOTAL DE PONTOS	CRITERIO DESEMPA TE	RESULTADO FINAL
1	Ana Paula Ferreira Belo	2074187-1 SSP/MT	100	1	101		Aprovada

CARGO: PROFESSOR NIVEL SUPERIOR - ESCOLA MUNICIPAL SANTA CLARA – GLEBA JAPURANÃ

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	RG	PONTOS TITULAÇÃO	PONTOS QUALIFICA ÇÃO PROFISSIO NAL	TOTAL DE PONTOS	CRITERIO DESEMPA TE	RESULTADO FINAL
1	Rafael Rodrigo da Silva	21036004 SSP/MT	100	—	100		Aprovado
2	Alysson Wagner Moreira	2039551-5 SSP/MT	50	—	50		Classificado

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA GP/Nº 490/2017.

PORTARIA GP/Nº 490/2017.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DOS MEMBROS QUE COMPOE O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER- CMDM.

LUCIANE BORBA AZOIA BEZERRA, prefeita do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, o Processo SAD nº 7.306 de 25 de abril de 2017, nos termos da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os Membros que compõe o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher- CMDM, no período de 2017/2019.

Governamental:
Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho:
Titular – Andreia Maria de Almeida Rodrigues Bezerra
Suplente – Andressa Ibarra de Souza
Secretaria Municipal de Educação:
Titular - Evania Francielli Colete Mendonça
Suplente - Fernanda Alves dos Santos
Secretaria Municipal de Saúde:
Titular – Lairce Valerio Pestana
Suplente – Josinéia da Silva Tavares
Secretaria Municipal de Administração:
Titular - Alexandra Rosa da Silva
Suplente –Edna Maria Alves de Oliveira
Câmara Municipal de Vereadores:
Titular - Marta Dalpiaz Nepomuceno
Suplente – Ulliane Patricia Ferreira Rocha
UNEMAT - Universidade Estadual de Mato Grosso:
Titular - Elizabeth Ângela dos Santos Torsi
Suplente - Sandra Mara dos Santos
UAB – Universidade Aberta do Brasil:
Titular – Geralda Aparecida da Silva Pereira
Suplente – Eliane Fernandes da Silva
Não Governamental:
Movimento Negro de Juara-MT:
Titular – Maria Rosa de Macedo
Suplente - Cervan Gomes Ferreira
Associação Comunitária Viva Vida"Clube da Terceira Idade"
Titular – Maria Aparecida Lisboa
Suplente – Aparecida Lourenço
Conselho Indígena:
Titular – Selma Fernandes França
Suplente – Raquel Sirajup
Conselho dos Pastores:
Titular - Francisca Constantino de Souza
Suplente - Cristina Jeske
Sindicato dos Trabalhadores Rurais:
Titular - Maria Aparecida Teles de Brito
Suplente – Sonia Borges da Luz
Vigésima Subseção da OAB de Juara- MT:
Titular – Amanda Albertini Colete
Suplente - Márcia de Campos Luna
ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE BAIRRO
Titular: Benedita Maria de Oliveira Gonçalves -
Suplente: Elizabete da Silva Massi
Art. 2º Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 24 de abril de 2017.

CLEIRTO SINHORIN LUCIANE BORBA AZOIA BEZERRA

Secretário Mun. Administração Prefeita do Município

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

AVISO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Juruena/MT através do Pregoeiro nomeado pela Portaria Municipal n.º 60/2016, Torna Público, para os devidos fins que **ADERIU** a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº **258/2016** oriunda do Pregão Presencial SRP nº **113/2016,** realizado pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA - MT**, tendo como fornecedor registrado, a empresa **LUVERMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME**, inscrita no CNPJ de nº **19.391.064/0001-99**, para Aquisição de Medicamentos, Materiais Hospitalares, Odontológicos e Laboratoriais, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Juruena, nas mesmas condições da Ata de Registro de Preços do Referido Pregão, formalizando assim os atos do Processo Licitatório nº 033/2017.

Juruena -MT, 02 de maio de 2017.

Nelson Coutinho de Menezes Pregoeiro Oficial

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

AVISO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Juruena/MT através do Pregoeiro nomeado pela Portaria Municipal n.º 60/2016, Torna Público, para os devidos fins que **ADERIU** a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº **198/2016** oriunda do Pregão Eletrônico SRP nº **002/2016,** realizado pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA - MT**, tendo como fornecedor registrado, a empresa **LUVERMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME**, inscrita no CNPJ de nº **19.391.064/0001-99**, para Aquisição de Medicamentos, Materiais Hospitalares e Odontológicos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Juruena, nas mesmas condições da Ata de Registro de Preços do Referido Pregão, formalizando assim os atos do Processo Licitatório nº 032/2017.

Juruena -MT, 02 de maio de 2017.

Nelson Coutinho de Menezes Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

CONTABILIDADE

EDITAL DE PUBLICAÇÃO N° 03/2017

O SENHOR EDVALDO ALVES DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES EM CUMPRIMENTO AO ARTIGO 48 DA LEI 101/2000 – LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, COMUNICAMOS QUE OS

RELATORIOS **RREO – Relatório Resumido de Execução Orçamentária do PRIMEIRO BIMESTRE** DE **2017** DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE - MT, ENCONTRA-SE A DISPOSIÇÃO NO SITE **www.lambaridoeste.mt.gov.br**no link PORTAL DA TRANSPARENCIA PARA APRECIAÇÃO DOS CIDADÃOS E INSTITUIÇÕES DA SOCIEDADE, OS QUAIS PODERÃO QUESTIONAR-LHES A LEGITIMIDADE.

LAMBARI D´OESTE - MT — MT, 02 DE MAIO DE 2017.

EDVALDO ALVES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 131/2017,

DE 02 DE MAIO DE 2017.

"Exonera, a pedido, o Servidor Público, **CELSO PEREIRA DOS SANTOS,** do Cargo em Comissão de Auditor Público Interno, e dá providências".

O PREFEITO MUNCIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **EDVALDO ALVES DOS SANTOS,** no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos VI e IX, combinado com o art. 90, incisos II, letra "d" da Lei Orgânica do Município e, Art. 67, da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Exonera, o Servidor Público, **Celso Pereira dos Santos,** portador do RG n° 12116530 SJ/MT e inscrito no CPF nº 894.678.331-15, do Cargo em Comissão de Auditor Público Interno**,** a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, ao dia dois de maio do ano de dois mil e dezessete.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

EVALDO ALVES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 132/2017,

DE 02 DE MAIO DE 2017.

"Nomeia Auditora Pública Interna, da Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso e dá outras providencias".

O PREFEITO MUNCIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **EDVALDO ALVES DOS SANTOS,** no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos VI e IX, combinado com o art. 90, incisos II, letra "d" da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear a **Senhora ELIENE FERREIRA DA SILVA**, Portadora da cédula de Identidade RG n° 21971820 SSP/MT e Inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF n° 030.424.201-24 para o exercício do cargo de Auditora Pública Interna, lotada no Gabinete do Prefeito, símbolo AS-3, constante no Anexo Único, da Lei Complementar n° 042, de 21 de Agosto de 2013 e Anexo I da Lei Municipal, n° 23, de 06 de Março de 2006, lei Municipal n° 400/2001e Anexo I da Lei Municipal 543/2016.

Art. 2º As despesas decorrentes de execução desta portaria correrão à conta da rubrica 31.90.11.00 – vencimentos e vantagens fixas do órgão/unidade ao qual o funcionário está subordinado, constante na lei orçamentária Anual do corrente exercício, suplementada, se necessário na forma da Lei.

Art. 3° – Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do poder Executivo, em Lambari D'Oeste – MT, aos dois dias do mês de maio do ano de dois mil e dezessete.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

EDVALDO ALVES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 133/2017,

DE 02 DE MAIO DE 2017.

"Exonera, a pedido, o Membro do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente do município, **ELIANE APARECIDA MONTEIRO,** e dá providências".

O PREFEITO MUNCIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **EDVALDO ALVES DOS SANTOS,** no uso de suas atribuições legais e com fulcro no disposto na Lei Federal N° 8.069, de 13/07/90, com a nova redação dada pela Lei N° 8.242, de 12/10/91 e da Lei Municipal n° 214, de 22/08/2005.

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a pedido a Membro do Conselho Tutelar **ELIANE APARECIDA MONTEIRO**, portadora do RG n° 1470383-1 SSP/MT e inscrita no CPF nº 970.971.791-04, do Cargo Eletivo de Conselheira Tutelar**,** a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, ao dia dois de maio do ano de dois mil e dezessete.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

EVALDO ALVES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 134/2017, DE 02 DE MAIO DE 2017.

Nomeia em caráter definitivo Membro do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente do município e dá providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **EDVALDO ALVES DOS SANTOS,** no uso de suas atribuições legais exaradas e, com fulcro no disposto na Lei Federal N° 8.069, de 13/07/90, com a nova redação dada pela Lei N ° 8.242, de 12/10/91 e, arts 24 e 27, parágrafo único da Lei Municipal N° 15, de 30/04/93 e, Lei Nº 177 de 30/06/2004;de acordo com a Lei Municipal n° 214 de 22/08/2005.

R E S O L V E:

Art. 1° - Nomear em caráter definitivo Membro Suplente do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município, conforme discriminado abaixo.

MEMBRO SUPLENTE:

ELAINE BENTO VITTORAZZI DA SILVA

Conselheira Tutelar

Art. 2º - O exercício da função, a remuneração, eventual perda do mandato e impedimento dos Conselheiros Tutelares eleitos, nomeados e empossados, estão disciplinados na legislação pertinente em vigor.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta das respectivas dotações constantes na Lei Orçamentária Anual de cada exercício, operacionalizada de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias correspondentes, suplementadas, se necessário, na forma da Lei.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos dois dias do mês de maio de dois mil e dezessete.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E CUMPRA-SE

EDVALDO ALVES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 135/2017, DE 02 DE MAIO DE 2017.

Prorroga pelo período de 30 dias a portaria n° 071/2017, dá providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **EDVALDO ALVES DOS SANTOS,** no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos VI e IX, combinado com o art. 90, incisos II, alínea "d" da Lei Orgânica do Município e, Art. 67, da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006.

R E S O L V E:

Art. 1º - Prorrogar pelo período de 30 dias a portaria n° 071/2017, que nomeia em caráter temporário a senhora, MARIA DAS DORES ISIDIO SEVERIANO, membro do conselho tutelar dos direitos da criança e do adolescente, de Lambari D'Oeste.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo ao dia primeiro de maio de dois mil e dezessete, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos dois dias do mês de maio de dois mil e dezessete.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E CUMPRA-SE

EDVALDO ALVES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

SECRETARIA MUNICIPAL ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 046/2017

PORTARIA N.º 046/2017 DE 02 DE MAIO DE 2017

"NOMEIA OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Fausto Aquino de Azambuja Filho, Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º - **NOMEIAR** o Senhor **ANTONIO RODRIGUES GALVÃO,** portador do RG n.° 701088-5 SSP/MT e do CPF n.º 453.495.921-53, para Cargo em Comissão de **Chefe de Setor de Meio Ambiente,** da Prefeitura Municipal de Luciara-MT.

Artigo 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Luciara, 02 de maio de 2017.

FAUSTO AQUINO DE AZAMBUJA FILHO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 044/2017

PORTARIA N.º 044/2017 DE 25 DE ABRIL DE 2017

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO POR ASSIDUIDADE À SERVIDORA MARIELLY OLIVEIRA ARAUJO E DÁ PROVIDÊNCIAS".

Fausto Aquino de Azambuja Filho, Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 100 da Lei 505/2009 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Luciara,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder à servidora **MARIELLY OLIVEIRA ARAUJO**, portadora do CPF n.° 006.075.641-13 RG Nº 17034817 SSP/MT, ocupante do cargo efetivo de TECNICA EM ENFERMAGEM, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, 90 (noventa) dias de licença-prêmio remunerada por assiduidade.

Parágrafo Único – A licença citada no "caput" deste artigo será gozada no período de 02 de maio de 2017 a 31 de julho de 2017.

Artigo 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, em 25 de abril de 2017.

Registre-se,

Publique-se e

Cumpra-se.

FAUSTO AQUINO DE AZAMBUJA FILHO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 045/2017

PORTARIA N.º 045/2017 DE 02 DE MAIO DE 2017

"EXONERA OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Fausto Aquino de Azambuja Filho, Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º - **EXONERAR** o Senhor **AGEU FONSECA BRITO,** portador do RG nº 424 857–SSP/MT e do CPF nº 667.978.451-49, para Cargo em Comissão de **Diretor do Departamento de Administração, Convênios e Licitação** da Prefeitura Municipal de Luciara-MT.

Artigo 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Luciara,02 de maio de 2017.

FAUSTO AQUINO DE AZAMBUJA FILHO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

ADMINISTRAÇÃO
BALANÇO ANUAL (DCA) - 2016

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: Período único (anual)

DCA-Anexo I-AB | Balanço Patrimonial - Ativo e Passivo

Balanço Patrimonial	Valores 31/12/2016
Ativo	-
Ativo	-
1.0.0.0.0.00.00 - Ativo	55.205.591,95
1.1.0.0.0.00.00 - Ativo Circulante	22.844.163,08
1.1.1.0.0.00.00 - Caixa e Equivalentes de Caixa	2.219.659,19
1.1.1.1.0.00.00 - Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional	2.219.659,19
1.1.1.1.1.00.00 - Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional - Consolidação	2.219.659,19
1.1.1.1.2.00.00 - Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional - Intra OFSS	
1.1.1.2.0.00.00 - Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Estrangeira	0,00
1.1.1.2.1.00.00 - Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Estrangeira - Consolidação	
1.1.2.0.0.00.00 - Créditos a Curto Prazo	376.370,59
1.1.2.1.0.00.00 - Créditos Tributários a Receber	0,00
1.1.2.1.1.00.00 - Créditos Tributários a Receber - Consolidação	
1.1.2.1.2.00.00 - Créditos Tributários a Receber - Intra OFSS	
1.1.2.1.3.00.00 - Créditos Tributários a Receber - Inter OFSS - União	
1.1.2.1.4.00.00 - Créditos Tributários a Receber - Inter OFSS – Estado	
1.1.2.1.5.00.00 - Créditos Tributários a Receber - Inter OFSS - Município	
1.1.2.2.0.00.00 - Clientes	0,00
1.1.2.2.1.00.00 - Clientes - Consolidação	
1.1.2.2.2.00.00 - Clientes - Intra OFSS	
1.1.2.2.3.00.00 - Clientes - Inter OFSS - União	
1.1.2.2.4.00.00 - Clientes - Inter OFSS - Estado	
1.1.2.2.5.00.00 - Clientes - Inter OFSS - Município	
1.1.2.3.0.00.00 - Créditos de Transferências a Receber	376.370,59
1.1.2.3.1.00.00 - Créditos de Transferências a Receber - Consolidação	376.370,59
1.1.2.3.3.00.00 - Créditos de Transferências a Receber - Inter OFSS - União	
1.1.2.3.4.00.00 - Créditos de Transferências a Receber - Inter OFSS - Estado	
1.1.2.3.5.00.00 - Créditos de Transferências a Receber - Inter OFSS - Município	
1.1.2.4.0.00.00 - Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00
1.1.2.4.1.00.00 - Empréstimos e Financiamentos Concedidos - Consolidação	
1.1.2.4.2.00.00 - Empréstimos e Financiamentos Concedidos - Intra OFSS	
1.1.2.4.3.00.00 - Empréstimos e Financiamentos Concedidos - Inter OFSS - União	
1.1.2.4.4.00.00 - Empréstimos e Financiamentos Concedidos - Inter OFSS - Estado	
1.1.2.4.5.00.00 - Empréstimos e Financiamentos Concedidos - Inter OFSS - Município	
1.1.2.5.0.00.00 - Dívida Ativa Tributaria	0,00
1.1.2.5.1.00.00 - Dívida Ativa Tributaria - Consolidação	
1.1.2.5.2.00.00 - Dívida Ativa Tributária - Intra OFSS	
1.1.2.5.3.00.00 - Dívida Ativa Tributária - Inter OFSS - União	
1.1.2.5.4.00.00 - Dívida Ativa Tributária - Inter OFSS - Estado	
1.1.2.5.5.00.00 - Dívida Ativa Tributaria - Inter OFSS - Município	
1.1.2.6.0.00.00 - Dívida Ativa não Tributaria	0,00
1.1.2.6.1.00.00 - Dívida Ativa não Tributaria - Consolidação	
1.1.2.6.2.00.00 - Dívida Ativa Não Tributaria - Intra OFSS	
1.1.2.6.3.00.00 - Dívida Ativa Não Tributaria - Inter OFSS - União	
1.1.2.6.4.00.00 - Dívida Ativa Não Tributaria - Inter OFSS - Estado	
1.1.2.6.5.00.00 - Dívida Ativa Não Tributaria - Inter OFSS - Município	
1.1.2.9.0.00.00 - (-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo	0,00
1.1.2.9.1.00.00 - (-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo - Consolidação	
1.1.2.9.2.00.00 - (-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo - Intra OFSS	
1.1.2.9.3.00.00 - (-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo - Inter OFSS - União	
1.1.2.9.4.00.00 - (-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo - Inter OFSS - Estado	
1.1.2.9.5.00.00 - (-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo - Inter OFSS - Município	
1.1.3.0.0.00.00 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	0,00
1.1.3.1.0.00.00 - Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros	0,00
1.1.3.1.1.00.00 - Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros - Consolidação	
1.1.3.2.0.00.00 - Tributos a Recuperar/Compensar	0,00
1.1.3.2.1.00.00 - Tributos a Recuperar/Compensar - Consolidação	
1.1.3.3.0.00.00 - Créditos a Receber por Descentralização da Prestação de Serviços Públicos	0,00
1.1.3.3.1.00.00 - Créditos a Receber por Descentralização da Prestação de Serviços Públicos - Consolidação	
1.1.3.4.0.00.00 - Créditos por Danos ao Patrimônio	0,00
1.1.3.4.1.00.00 - Créditos por Danos ao Patrimônio - Consolidação	
1.1.3.5.0.00.00 - Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00
1.1.3.5.1.00.00 - Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados - Consolidação	
1.1.3.8.0.00.00 - Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	0,00
1.1.3.8.1.00.00 - Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo - Consolidação	
1.1.3.9.0.00.00 - (-) Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	0,00
1.1.3.9.1.00.00 - (-) Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo - Consolidação	
1.1.4.0.0.00.00 - Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	20.247.804,92
1.1.4.1.0.00.00 - Títulos e Valores Mobiliários	20.247.804,92
1.1.4.1.1.00.00 - Títulos e Valores Mobiliários - Consolidação	20.247.804,92
1.1.4.2.0.00.00 - Aplicação Temporária em Metais Preciosos	0,00
1.1.4.2.1.00.00 - Aplicação Temporária em Metais Preciosos - Consolidação	
1.1.4.3.0.00.00 - Aplicação Em Segmento de Imóveis	0,00
1.1.4.3.1.00.00 - Aplicação Em Segmento de Imóveis - Consolidação	
1.1.4.9.0.00.00 - (-) Ajuste de Perdas de Investimentos e Aplicações Temporárias	0,00
1.1.4.9.1.00.00 - (-) Ajuste de Perdas de Investimentos Temporários e Aplicações Temporárias - Consolidação	
1.1.5.0.0.00.00 - Estoques	328,38

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: Período único (anual)

Balanço Patrimonial	Valores 31/12/2016
1.1.5.1.0.00.00 - Mercadorias para Revenda	0,00
1.1.5.1.1.00.00 - Mercadorias para Revenda - Consolidação	
1.1.5.2.0.00.00 - Produtos e Serviços Acabados	0,00
1.1.5.2.1.00.00 - Produtos e Serviços Acabados - Consolidação	
1.1.5.3.0.00.00 - Produtos e Serviços em Elaboração	0,00
1.1.5.3.1.00.00 - Produtos e Serviços em Elaboração - Consolidação	
1.1.5.4.0.00.00 - Matérias-Primas	0,00
1.1.5.4.1.00.00 - Matérias-Primas - Consolidação	
1.1.5.5.0.00.00 - Materiais em Trânsito	0,00
1.1.5.5.1.00.00 - Materiais em Trânsito - Consolidação	
1.1.5.6.0.00.00 - Almoxarifado	328,38
1.1.5.6.1.00.00 - Almoxarifado - Consolidação	328,38
1.1.5.8.0.00.00 - Outros Estoques	0,00
1.1.5.8.1.00.00 - Outros Estoques - Consolidação	
1.1.5.9.0.00.00 - (-) Ajuste de Perdas de Estoques	0,00
1.1.5.9.1.00.00 - (-) Ajuste de Perdas de Estoques - Consolidação	
1.1.9.0.0.00.00 - Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	0,00
1.1.9.1.0.00.00 - Prêmios de Seguros a Apropriar	0,00
1.1.9.1.1.00.00 - Prêmios de Seguros a Apropriar - Consolidação	
1.1.9.2.0.00.00 - VPD Financeiras a Apropriar	0,00
1.1.9.2.1.00.00 - VPD Financeiras a Apropriar - Consolidação	
1.1.9.3.0.00.00 - Assinaturas e Anuidades a Apropriar	0,00
1.1.9.3.1.00.00 - Assinaturas e Anuidades a Apropriar - Consolidação	
1.1.9.4.0.00.00 - Alugueis Pagos a Apropriar	0,00
1.1.9.4.1.00.00 - Alugueis Pagos a Apropriar - Consolidação	
1.1.9.5.0.00.00 - Tributos Pagos a Apropriar	0,00
1.1.9.5.1.00.00 - Tributos Pagos a Apropriar - Consolidação	
1.1.9.6.0.00.00 - Contribuições Confederativas a Apropriar	0,00
1.1.9.6.1.00.00 - Contribuições Confederativas a Apropriar - Consolidação	
1.1.9.7.0.00.00 - Benefícios a Pessoal a Apropriar	0,00
1.1.9.7.1.00.00 - Benefícios a Pessoal a Apropriar - Consolidação	
1.1.9.8.0.00.00 - Demais VPD a Apropriar	0,00
1.1.9.8.1.00.00 - Demais VPD a Apropriar - Consolidação	
1.2.0.0.0.00.00 - Ativo não Circulante	32.361.428,87
1.2.1.0.0.00.00 - Ativo Realizável a Longo Prazo	8.119.378,26
1.2.1.1.0.00.00 - Créditos a Longo Prazo	8.119.378,26
1.2.1.1.1.00.00 - Créditos a Longo Prazo - Consolidação	8.119.378,26
1.2.1.1.1.01.00 - Créditos Tributários a Receber	673.436,15
1.2.1.1.1.02.00 - Clientes	721.583,82
1.2.1.1.1.03.00 - Empréstimos e Financiamentos Concedidos	
1.2.1.1.1.04.00 - Dívida Ativa Tributaria	6.482.082,67
1.2.1.1.1.05.00 - Dívida Ativa não Tributaria	242.275,62
1.2.1.1.1.99.00 - (-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	
1.2.1.1.2.00.00 - Créditos a Longo Prazo - Intra OFSS	0,00
1.2.1.1.2.01.00 - Créditos Tributários a Receber	
1.2.1.1.2.02.00 - Clientes	
1.2.1.1.2.03.00 - Empréstimos e Financiamentos Concedidos	
1.2.1.1.2.04.00 - Dívida Ativa Tributaria	
1.2.1.1.2.05.00 - Dívida Ativa não Tributaria	
1.2.1.1.2.99.00 - (-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	
1.2.1.1.3.00.00 - Créditos a Longo Prazo - Inter OFSS - União	0,00
1.2.1.1.3.01.00 - Créditos Tributários a Receber	
1.2.1.1.3.02.00 - Clientes	
1.2.1.1.3.03.00 - Empréstimos e Financiamentos Concedidos	
1.2.1.1.3.04.00 - Dívida Ativa Tributaria	
1.2.1.1.3.05.00 - Dívida Ativa não Tributaria	
1.2.1.1.3.99.00 - (-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	
1.2.1.1.4.00.00 - Créditos a Longo Prazo - Inter OFSS - Estado	0,00
1.2.1.1.4.01.00 - Créditos Tributários a Receber	
1.2.1.1.4.02.00 - Clientes	
1.2.1.1.4.03.00 - Empréstimos e Financiamentos Concedidos	
1.2.1.1.4.04.00 - Dívida Ativa Tributaria	
1.2.1.1.4.05.00 - Dívida Ativa não Tributaria	
1.2.1.1.4.99.00 - (-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	
1.2.1.1.5.00.00 - Créditos a Longo Prazo - Inter OFSS - Município	0,00
1.2.1.1.5.01.00 - Créditos Tributários a Receber	
1.2.1.1.5.02.00 - Clientes	
1.2.1.1.5.03.00 - Empréstimos e Financiamentos Concedidos	
1.2.1.1.5.04.00 - Dívida Ativa Tributaria	
1.2.1.1.5.05.00 - Dívida Ativa não Tributaria	
1.2.1.1.5.99.00 - (-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	
1.2.1.2.0.00.00 - Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	0,00
1.2.1.2.1.00.00 - Demais Créditos e Valores a Longo Prazo - Consolidação	0,00
1.2.1.2.1.01.00 - Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros	
1.2.1.2.1.02.00 - Tributos a Recuperar/Compensar	
1.2.1.2.1.03.00 - Créditos a Receber por Descentralização da Prestação de Serviços Públicos	
1.2.1.2.1.04.00 - Créditos por Danos ao Patrimônio Provenientes de Créditos Administrativos	
1.2.1.2.1.05.00 - Créditos por Danos ao Patrimônio Apurados em Tomada de Contas Especial	
1.2.1.2.1.06.00 - Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	
1.2.1.2.1.98.00 - Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: Período único (anual)

Balanço Patrimonial	Valores 31/12/2016
1.2.1.2.1.99.00 - (-) Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	
1.2.1.3.0.00.00 - Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	0,00
1.2.1.3.1.00.00 - Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo - Consolidação	0,00
1.2.1.3.1.01.00 - Títulos e Valores Mobiliários	
1.2.1.3.1.02.00 - Aplicação Temporária em Metais Preciosos	
1.2.1.3.1.03.00 - Aplicações em Segmento de Imóveis	
1.2.1.3.1.99.00 - (-) Ajuste de Perdas de Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	
1.2.1.4.0.00.00 - Estoques	0,00
1.2.1.4.1.00.00 - Estoques - Consolidação	0,00
1.2.1.4.1.01.00 - Mercadorias para Revenda	
1.2.1.4.1.02.00 - Produtos e Serviços Acabados	
1.2.1.4.1.03.00 - Produtos e Serviços em Elaboração	
1.2.1.4.1.04.00 - Matérias-Primas	
1.2.1.4.1.05.00 - Materiais em Trânsito	
1.2.1.4.1.06.00 - Almoxarifado	
1.2.1.4.1.07.00 - Adiantamentos a Fornecedores	
1.2.1.4.1.98.00 - Outros Estoques	
1.2.1.4.1.99.00 - (-) Ajuste de Perdas de Estoques	
1.2.1.9.0.00.00 - Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	0,00
1.2.1.9.1.00.00 - Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente - Consolidação	0,00
1.2.1.9.1.01.00 - Prêmios de Seguros a Apropriar	
1.2.1.9.1.02.00 - VPD Financeiras a Apropriar	
1.2.1.9.1.03.00 - Assinaturas e Anuidades a Apropriar	
1.2.1.9.1.04.00 - Alugueis Pagos a Apropriar	
1.2.1.9.1.05.00 - Tributos Pagos a Apropriar	
1.2.1.9.1.06.00 - Contribuições Confederativas a Apropriar	
1.2.1.9.1.07.00 - Benefícios a Apropriar	
1.2.1.9.1.99.00 - Demais VPD a Apropriar	
1.2.2.0.0.00.00 - Investimentos	0,00
1.2.2.1.0.00.00 - Participações Permanentes	0,00
1.2.2.1.1.00.00 - Participações Permanentes - Consolidação	0,00
1.2.2.1.1.01.00 - Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial	
1.2.2.1.1.02.00 - Participações Avaliadas pelo Método de Custo	
1.2.2.1.2.00.00 - Participações Permanentes - Intra OFSS	0,00
1.2.2.1.2.01.00 - Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial	
1.2.2.1.2.02.00 - Participações Avaliadas pelo Método de Custo	
1.2.2.1.3.00.00 - Participações Permanentes - Inter OFSS - União	0,00
1.2.2.1.3.01.00 - Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial	
1.2.2.1.3.02.00 - Participações Avaliadas pelo Método de Custo	
1.2.2.1.4.00.00 - Participações Permanentes - Inter OFSS - Estado	0,00
1.2.2.1.4.01.00 - Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial	
1.2.2.1.4.02.00 - Participações Avaliadas pelo Método de Custo	
1.2.2.1.5.00.00 - Participações Permanentes - Inter OFSS - Município	0,00
1.2.2.1.5.01.00 - Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial	
1.2.2.1.5.02.00 - Participações Avaliadas pelo Método de Custo	
1.2.2.2.0.00.00 - Propriedades para Investimento	0,00
1.2.2.2.1.00.00 - Propriedades para Investimento - Consolidação	
1.2.2.3.0.00.00 - Investimentos do RPPS de Longo Prazo	0,00
1.2.2.3.1.00.00 - Investimentos do RPPS de Longo Prazo - Consolidação	
1.2.2.7.0.00.00 - Demais Investimentos Permanentes	0,00
1.2.2.7.1.00.00 - Demais Investimentos Permanentes - Consolidação	
1.2.2.8.0.00.00 - (-) Depreciação Acumulada de Investimentos	0,00
1.2.2.8.1.00.00 - (-) Depreciação Acumulada de Investimentos - Consolidação	0,00
1.2.2.8.1.01.00 - (-) Depreciação Acumulada de Investimentos - Consolidação - Propriedades para Investimento	
1.2.2.9.0.00.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos	0,00
1.2.2.9.1.00.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos - Consolidação	0,00
1.2.2.9.1.01.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos - Participações Permanentes	
1.2.2.9.1.02.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Propriedades para Investimento	
1.2.2.9.1.03.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	
1.2.2.9.1.04.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos - Demais Investimentos Permanentes	
1.2.2.9.2.00.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos - Intra OFSS	0,00
1.2.2.9.2.01.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos - Participações Permanentes	
1.2.2.9.2.04.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos - Demais Investimentos Permanentes	
1.2.2.9.3.00.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos - Inter OFSS - União	0,00
1.2.2.9.3.01.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos - Participações Permanentes	
1.2.2.9.3.04.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos - Demais Investimentos Permanentes	
1.2.2.9.4.00.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos - Inter OFSS - Estado	0,00
1.2.2.9.4.01.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos - Participações Permanentes	
1.2.2.9.4.04.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos - Demais Investimentos Permanentes	
1.2.2.9.5.00.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos - Inter OFSS - Município	0,00
1.2.2.9.5.01.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos - Participações Permanentes	
1.2.2.9.5.04.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos - Demais Investimentos Permanentes	
1.2.3.0.0.00.00 - Imobilizado	24.242.050,61
1.2.3.1.0.00.00 - Bens Moveis	11.748.514,72
1.2.3.1.1.00.00 - Bens Móveis - Consolidação	11.748.514,72
1.2.3.2.0.00.00 - Bens Imóveis	14.134.185,87
1.2.3.2.1.00.00 - Bens Imóveis - Consolidação	14.134.185,87
1.2.3.8.0.00.00 - (-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas	1.640.649,98
1.2.3.8.1.00.00 - (-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas - Consolidação	1.640.649,98
1.2.3.8.1.01.00 - (-) Depreciação Acumulada - Bens Móveis	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: Período único (anual)

Balanço Patrimonial	Valores 31/12/2016
1.2.3.8.1.02.00 - (-) Depreciação Acumulada - Bens Imóveis	1.640.649,98
1.2.3.8.1.03.00 - (-) Exaustão Acumulada - Bens Móveis	
1.2.3.8.1.04.00 - (-) Exaustão Acumulada - Bens Imóveis	
1.2.3.8.1.05.00 - (-) Amortização Acumulada - Bens Móveis	
1.2.3.8.1.06.00 - (-) Amortização Acumulada - Bens Imóveis	
1.2.3.9.0.00.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado	0,00
1.2.3.9.1.00.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado - Consolidação	0,00
1.2.3.9.1.01.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado - Bens Moveis	
1.2.3.9.1.02.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado - Bens Imóveis	
1.2.4.0.0.00.00 - Intangível	0,00
1.2.4.1.0.00.00 - Softwares	0,00
1.2.4.1.1.00.00 - Softwares - Consolidação	
1.2.4.2.0.00.00 - Marcas, Direitos e Patentes Industriais	0,00
1.2.4.2.1.00.00 - Marcas, Direitos e Patentes Industriais - Consolidação	
1.2.4.3.0.00.00 - Direito de Uso de Imóveis	0,00
1.2.4.3.1.00.00 - Direito de Uso de Imóveis - Consolidação	
1.2.4.8.0.00.00 - (-) Amortização Acumulada	0,00
1.2.4.8.1.00.00 - (-) Amortização Acumulada - Consolidação	0,00
1.2.4.8.1.01.00 - (-) Amortização Acumulada - Softwares	
1.2.4.8.1.02.00 - (-) Amortização Acumulada - Marcas, Direitos e Patentes	
1.2.4.8.1.03.00 - (-) Amortização Acumulada - Direito de Uso de Imóveis	
1.2.4.9.0.00.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Intangível	0,00
1.2.4.9.1.00.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Intangível - Consolidação	0,00
1.2.4.9.1.01.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Intangível - Softwares	
1.2.4.9.1.02.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Intangível - Marcas, Direitos e Patentes	
1.2.4.9.1.03.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Intangível - Direito de Uso	
1.2.5.0.0.00.00 - Diferido	0,00
1.2.5.1.0.00.00 - Gastos de Implantação e Pré-Operacionais	0,00
1.2.5.1.1.00.00 - Gastos de Implantação e Pré-Operacionais - Consolidação	
1.2.5.2.0.00.00 - Gastos de Reorganização	0,00
1.2.5.2.1.00.00 - Gastos de Reorganização - Consolidação	
1.2.5.9.0.00.00 - (-) Amortização Acumulada	0,00
1.2.5.9.1.00.00 - (-) Amortização Acumulada - Consolidação	0,00
1.2.5.9.1.01.00 - (-) Amortização Acumulada - Gastos de Implantação e Pré-Operacionais	
1.2.5.9.1.02.00 - (-) Amortização Acumulada - Gastos de Reorganização	
Passivo e Patrimônio Líquido	-
Passivo e Patrimônio Líquido	-
2.0.0.0.0.00.00 - Passivo e Patrimônio Liquido	55.205.591,95
2.1.0.0.0.00.00 - Passivo Circulante	110.396,92
2.1.1.0.0.00.00 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	0,00
2.1.1.1.0.00.00 - Pessoal a Pagar	0,00
2.1.1.1.1.00.00 - Pessoal a Pagar - Consolidação	
2.1.1.2.0.00.00 - Benefícios Previdenciários a Pagar	0,00
2.1.1.2.1.00.00 - Benefícios Previdenciários a Pagar - Consolidação	
2.1.1.2.2.00.00 - Benefícios Previdenciários a Pagar - Intra OFSS	
2.1.1.2.3.00.00 - Benefícios Previdenciários a Pagar - Inter OFSS - União	
2.1.1.2.4.00.00 - Benefícios Previdenciários a Pagar - Inter OFSS - Estado	
2.1.1.2.5.00.00 - Benefícios Previdenciários a Pagar - Inter OFSS - Município	
2.1.1.3.0.00.00 - Benefícios Assistenciais a Pagar	0,00
2.1.1.3.1.00.00 - Benefícios Assistenciais a Pagar - Consolidação	
2.1.1.4.0.00.00 - Encargos Sociais a Pagar	0,00
2.1.1.4.1.00.00 - Encargos Sociais a Pagar-Consolidação	
2.1.1.4.2.00.00 - Encargos Sociais a Pagar - Intra OFSS	
2.1.1.4.3.00.00 - Encargos Sociais a Pagar - Inter OFSS - União	
2.1.1.4.4.00.00 - Encargos Sociais a Pagar - Inter OFSS - Estado	
2.1.1.4.5.00.00 - Encargos Sociais a Pagar - Inter OFSS - Município	
2.1.2.0.0.00.00 - Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	0,00
2.1.2.1.0.00.00 - Empréstimos a Curto Prazo - Interno	0,00
2.1.2.1.1.00.00 - Empréstimos a Curto Prazo – Interno - Consolidação	
2.1.2.1.2.00.00 - Empréstimos a Curto Prazo – Interno - Intra OFSS	
2.1.2.1.3.00.00 - Empréstimos a Curto Prazo – Interno - Inter OFSS - União	
2.1.2.1.4.00.00 - Empréstimos a Curto Prazo - Interno - Inter OFSS - Estado	
2.1.2.1.5.00.00 - Empréstimos a Curto Prazo - Interno - Inter OFSS - Município	
2.1.2.2.0.00.00 - Empréstimos a Curto Prazo - Externo	0,00
2.1.2.2.1.00.00 - Empréstimos a Curto Prazo - Externo Consolidação	
2.1.2.3.0.00.00 - Financiamentos a Curto Prazo - Interno	0,00
2.1.2.3.1.00.00 - Financiamentos a Curto Prazo- Interno - Consolidação	
2.1.2.3.3.00.00 - Financiamentos a Curto Prazo - Interno - Inter OFSS - União	
2.1.2.3.4.00.00 - Financiamentos a Curto Prazo - Interno - Inter OFSS - Estado	
2.1.2.3.5.00.00 - Financiamentos a Curto Prazo - Interno - Inter OFSS - Município	
2.1.2.4.0.00.00 - Financiamento a Curto Prazo - Externo	0,00
2.1.2.4.1.00.00 - Financiamento a Curto Prazo - Externo - Consolidação	
2.1.2.5.0.00.00 - Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo - Interno	0,00
2.1.2.5.1.00.00 - Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo - Interno - Consolidação	
2.1.2.5.3.00.00 - Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo - Interno - Inter OFSS - União	
2.1.2.5.4.00.00 - Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo - Interno - Inter OFSS - Estado	
2.1.2.5.5.00.00 - Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo - Interno - Inter OFSS - Município	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: Período único (anual)

Balanço Patrimonial	Valores 31/12/2016
2.1.2.6.0.00.00 - Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo - Externo	0,00
2.1.2.6.1.00.00 - Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo - Externo - Consolidação	
2.1.2.8.0.00.00 - (-) Encargos Financeiros a Apropriar - Interno	0,00
2.1.2.8.1.00.00 - (-) Encargos Financeiros a Apropriar - Interno - Consolidação	
2.1.2.8.3.00.00 - (-) Encargos Financeiros a Apropriar - Interno - Inter OFSS - União	
2.1.2.8.4.00.00 - (-) Encargos Financeiros a Apropriar - Interno - Inter OFSS - Estado	
2.1.2.8.5.00.00 - (-) Encargos Financeiros a Apropriar - Interno - Inter OFSS - Município	
2.1.2.9.0.00.00 - (-) Encargos Financeiros a Apropriar - Externo	0,00
2.1.2.9.1.00.00 - (-) Encargos Financeiros a Apropriar- Consolidação	
2.1.3.0.0.00.00 - Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	110.396,92
2.1.3.1.0.00.00 - Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo	110.396,92
2.1.3.1.1.00.00 - Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo - Consolidação	110.396,92
2.1.3.2.0.00.00 - Fornecedores e Contas a Pagar Estrangeiros a Curto Prazo	0,00
2.1.3.2.1.00.00 - Fornecedores e Contas a Pagar Estrangeiros a Curto Prazo - Consolidação	
2.1.4.0.0.00.00 - Obrigações Fiscais a Curto Prazo	0,00
2.1.4.1.0.00.00 - Obrigações Fiscais a Curto Prazo com a União	0,00
2.1.4.1.1.00.00 - Obrigações Fiscais a Curto Prazo com a União - Consolidação	
2.1.4.1.2.00.00 - Obrigações Fiscais a Curto Prazo com a União - Intra OFSS	
2.1.4.1.3.00.00 - Obrigações Fiscais a Curto Prazo com a União - Inter OFSS - União	
2.1.4.2.0.00.00 - Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Estados	0,00
2.1.4.2.1.00.00 - Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Estados - Consolidação	
2.1.4.2.2.00.00 - Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Estados - Intra OFSS	
2.1.4.2.4.00.00 - Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Estados - Inter OFSS - Estado	
2.1.4.3.0.00.00 - Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Municípios	0,00
2.1.4.3.1.00.00 - Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Municípios - Consolidação	
2.1.4.3.2.00.00 - Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Municípios - Intra OFSS	
2.1.4.3.5.00.00 - Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Municípios - Inter OFSS - Município	
2.1.5.0.0.00.00 - Obrigações de Repartição a Outros Entes	0,00
2.1.5.0.3.00.00 - Obrigações de Repartição a Outros Entes - Inter OFSS - União	
2.1.5.0.4.00.00 - Obrigações de Repartição a Outros Entes - Inter OFSS - Estado	
2.1.5.0.5.00.00 - Obrigações de Repartição a Outros Entes - Inter OFSS - Município	
2.1.7.0.0.00.00 - Provisões a Curto Prazo	0,00
2.1.7.1.0.00.00 - Provisão para Riscos Trabalhistas a Curto Prazo	0,00
2.1.7.1.1.00.00 - Provisão para Riscos Trabalhistas a Curto Prazo - Consolidação	
2.1.7.3.0.00.00 - Provisões para Riscos Fiscais a Curto Prazo	0,00
2.1.7.3.1.00.00 - Provisões para Riscos Fiscais a Curto Prazo - Consolidação	
2.1.7.4.0.00.00 - Provisão para Riscos Cíveis a Curto Prazo	0,00
2.1.7.4.1.00.00 - Provisão para Riscos Cíveis a Curto Prazo - Consolidação	
2.1.7.5.0.00.00 - Provisão para Repartição de Créditos a Curto Prazo	0,00
2.1.7.5.3.00.00 - Provisão para Repartição de Créditos a Curto Prazo - Inter OFSS - União	
2.1.7.5.4.00.00 - Provisão para Repartição de Créditos a Curto Prazo - Inter OFSS - Estado	
2.1.7.5.5.00.00 - Provisão para Repartição de Créditos a Curto Prazo - Inter OFSS - Município	
2.1.7.6.0.00.00 - Provisão para Riscos Decorrentes de Contratos de PPP a Curto Prazo	0,00
2.1.7.6.1.00.00 - Provisão para Riscos Decorrentes de Contratos de PPP a Curto Prazo - Consolidação	
2.1.7.9.0.00.00 - Outras Provisões a Curto Prazo	0,00
2.1.7.9.1.00.00 - Outras Provisões a Curto Prazo - Consolidação	
2.1.8.0.0.00.00 - Demais Obrigações a Curto Prazo	0,00
2.1.8.1.0.00.00 - Adiantamentos de Clientes	0,00
2.1.8.1.1.00.00 - Adiantamentos de Clientes - Consolidação	
2.1.8.2.0.00.00 - Obrigações por Danos a Terceiros	0,00
2.1.8.2.1.00.00 - Obrigações por Danos a Terceiros - Consolidação	
2.1.8.3.0.00.00 - Arrendamento Operacional a Pagar	0,00
2.1.8.3.1.00.00 - Arrendamento Operacional a Pagar - Consolidação	
2.1.8.4.0.00.00 - Debêntures e Outros Títulos de Dívida a Curto Prazo	0,00
2.1.8.4.1.00.00 - Debêntures e Outros Títulos de Dívida a Curto Prazo - Consolidação	
2.1.8.5.0.00.00 - Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Pagar	0,00
2.1.8.5.1.00.00 - Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Pagar - Consolidação	
2.1.8.7.0.00.00 - Depósitos de Instituições Autorizadas a Operar pelo BACEN	0,00
2.1.8.7.1.00.00 - Depósitos de Instituições Autorizadas a Operar pelo BACEN - Consolidação	
2.1.8.8.0.00.00 - Valores Restituíveis	0,00
2.1.8.8.1.00.00 - Valores Restituíveis - Consolidação	
2.1.8.9.0.00.00 - Outras Obrigações a Curto Prazo	0,00
2.1.8.9.1.00.00 - Outras Obrigações a Curto Prazo - Consolidação	
2.1.8.9.2.00.00 - Outras Obrigações a Curto Prazo - Intra OFSS	
2.2.0.0.0.00.00 - Passivo não-Circulante	18.583.711,22
2.2.1.0.0.00.00 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	1.263.419,27
2.2.1.1.0.00.00 - Pessoal a Pagar	0,00
2.2.1.1.1.00.00 - Pessoal a Pagar - Consolidação	
2.2.1.2.0.00.00 - Benefícios Previdenciários a Pagar	0,00
2.2.1.2.1.00.00 - Benefícios Previdenciários a Pagar - Consolidação	
2.2.1.3.0.00.00 - Benefícios Assistenciais a Pagar	0,00
2.2.1.3.1.00.00 - Benefícios Assistenciais a Pagar - Consolidação	
2.2.1.4.0.00.00 - Encargos Sociais a Pagar	1.263.419,27
2.2.1.4.1.00.00 - Encargos Sociais a Pagar - Consolidação	
2.2.1.4.2.00.00 - Encargos Sociais a Pagar - Intra OFSS	
2.2.1.4.3.00.00 - Encargos Sociais a Pagar - Inter OFSS - União	1.263.419,27
2.2.1.4.4.00.00 - Encargos Sociais a Pagar - Inter OFSS - Estado	
2.2.1.4.5.00.00 - Encargos Sociais a Pagar - Inter OFSS - Município	
2.2.2.0.0.00.00 - Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: Período único (anual)

Balanço Patrimonial	Valores 31/12/2016
2.2.2.1.0.00.00 - Empréstimos a Longo Prazo - Interno	0,00
2.2.2.1.1.00.00 - Empréstimos a Longo Prazo - Interno - Consolidação	
2.2.2.1.2.00.00 - Empréstimos a Longo Prazo – Interno - Intra OFSS	
2.2.2.1.3.00.00 - Empréstimos a Longo Prazo - Interno - Inter OFSS - União	
2.2.2.1.4.00.00 - Empréstimos a Longo Prazo - Interno - Inter OFSS - Estado	
2.2.2.1.5.00.00 - Empréstimos a Longo Prazo - Interno - Inter OFSS - Município	
2.2.2.2.0.00.00 - Empréstimos a Longo Prazo - Externo	0,00
2.2.2.2.1.00.00 - Empréstimos a Longo Prazo - Externo Consolidação	
2.2.2.3.0.00.00 - Financiamentos a Longo Prazo - Interno	0,00
2.2.2.3.1.00.00 - Financiamentos a Longo Prazo - Interno - Consolidação	
2.2.2.3.3.00.00 - Financiamentos a Longo Prazo - Interno - Inter OFSS - União	
2.2.2.3.4.00.00 - Financiamentos a Longo Prazo - Interno - Inter OFSS - Estado	
2.2.2.3.5.00.00 - Financiamentos a Longo Prazo - Interno - Inter OFSS - Município	
2.2.2.4.0.00.00 - Financiamento a Longo Prazo - Externo	0,00
2.2.2.4.1.00.00 - Financiamento a Longo Prazo - Externo - Consolidação	
2.2.2.5.0.00.00 - Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo - Interno	0,00
2.2.2.5.1.00.00 - Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo - Interno - Consolidação	
2.2.2.5.3.00.00 - Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo - Interno - Inter OFSS - União	
2.2.2.5.4.00.00 - Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo - Interno - Inter OFSS - Estado	
2.2.2.5.5.00.00 - Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo - Interno - Inter OFSS - Município	
2.2.2.6.0.00.00 - Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo - Externo	0,00
2.2.2.6.1.00.00 - Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo - Externo - Consolidação	
2.2.2.8.0.00.00 - (-) Encargos Financeiros a Apropriar - Interno	0,00
2.2.2.8.1.00.00 - (-) Encargos Financeiros a Apropriar - Interno - Consolidação	
2.2.2.8.3.00.00 - (-) Encargos Financeiros a Apropriar - Interno - Inter OFSS - União	
2.2.2.8.4.00.00 - (-) Encargos Financeiros a Apropriar - Interno - Inter OFSS - Estado	
2.2.2.8.5.00.00 - (-) Encargos Financeiros a Apropriar - Interno - Inter OFSS - Município	
2.2.2.9.0.00.00 - (-) Encargos Financeiros a Apropriar - Externo	0,00
2.2.2.9.1.00.00 - (-) Encargos Financeiros a Apropriar - Externo - Consolidação	
2.2.3.0.0.00.00 - Fornecedores a Longo Prazo	62.105,12
2.2.3.1.0.00.00 - Fornecedores Nacionais a Longo Prazo	62.105,12
2.2.3.1.1.00.00 - Fornecedores Nacionais a Longo Prazo - Consolidação	62.105,12
2.2.3.2.0.00.00 - Fornecedores Estrangeiros a Longo Prazo	0,00
2.2.3.2.1.00.00 - Fornecedores Estrangeiros a Longo Prazo - Consolidação	
2.2.4.0.0.00.00 - Obrigações Fiscais a Longo Prazo	0,00
2.2.4.1.0.00.00 - Obrigações Fiscais a Longo Prazo com a União	0,00
2.2.4.1.1.00.00 - Obrigações Fiscais a Longo Prazo com a União - Consolidação	
2.2.4.1.2.00.00 - Obrigações Fiscais a Longo Prazo com a União - Intra OFSS	
2.2.4.1.3.00.00 - Obrigações Fiscais a Longo Prazo com a União - Inter OFSS - União	
2.2.4.2.0.00.00 - Obrigações Fiscais a Longo Prazo com os Estados	0,00
2.2.4.2.1.00.00 - Obrigações Fiscais a Longo Prazo com os Estados - Consolidação	
2.2.4.2.2.00.00 - Obrigações Fiscais a Longo Prazo com os Estados - Intra OFSS	
2.2.4.2.4.00.00 - Obrigações Fiscais a Longo Prazo com os Estados - Inter OFSS - Estado	
2.2.4.3.0.00.00 - Obrigações Fiscais a Longo Prazo com os Municípios	0,00
2.2.4.3.1.00.00 - Obrigações Fiscais a Longo Prazo com os Municípios - Consolidação	
2.2.4.3.2.00.00 - Obrigações Fiscais a Longo Prazo com os Municípios - Intra OFSS	
2.2.4.3.5.00.00 - Obrigações Fiscais a Longo Prazo com os Municípios - Inter OFSS - Município	
2.2.7.0.0.00.00 - Provisões a Longo Prazo	17.258.186,83
2.2.7.1.0.00.00 - Provisão para Riscos Trabalhistas a Longo Prazo	17.258.186,83
2.2.7.1.1.00.00 - Provisão para Riscos Trabalhistas a Longo Prazo - Consolidação	17.258.186,83
2.2.7.2.0.00.00 - Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo	0,00
2.2.7.2.1.00.00 - Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo - Consolidação	0,00
2.2.7.2.1.01.00 - Plano Financeiro - Provisões de Benefícios Concedidos	
2.2.7.2.1.02.00 - Plano Financeiro - Provisões de Benefícios a Conceder	
2.2.7.2.1.03.00 - Plano Previdenciário - Provisões de Benefícios Concedidos	
2.2.7.2.1.04.00 - Plano Previdenciário - Provisões de Benefícios a Conceder	
2.2.7.2.1.05.00 - Plano Previdenciário - Plano de Amortização	
2.2.7.2.1.06.00 - Provisões Atuariais para Ajustes do Plano Financeiro	
2.2.7.2.1.07.00 - Provisões Atuariais para Ajustes do Plano Previdenciário	
2.2.7.3.0.00.00 - Provisão para Riscos Fiscais a Longo Prazo	0,00
2.2.7.3.1.00.00 - Provisão para Riscos Fiscais a Longo Prazo - Consolidação	
2.2.7.4.0.00.00 - Provisão para Riscos Cíveis a Longo Prazo	0,00
2.2.7.4.1.00.00 - Provisão para Riscos Cíveis a Longo Prazo - Consolidação	
2.2.7.5.0.00.00 - Provisão para Repartição de Créditos a Longo Prazo	0,00
2.2.7.5.1.00.00 - Provisão para Repartição de Créditos a Longo Prazo - Consolidação	
2.2.7.5.3.00.00 - Provisão para Repartição de Créditos a Longo Prazo - Inter OFSS - União	
2.2.7.5.4.00.00 - Provisão para Repartição de Créditos a Longo Prazo - Inter OFSS - Estado	
2.2.7.5.5.00.00 - Provisão para Repartição de Créditos a Longo Prazo - Inter OFSS - Município	
2.2.7.6.0.00.00 - Provisão para Riscos Decorrentes de Contratos de PPP a Longo Prazo	0,00
2.2.7.6.1.00.00 - Provisão para Riscos Decorrentes de Contratos de PPP a Longo Prazo - Consolidação OFSS	
2.2.7.9.0.00.00 - Outras Provisões a Longo Prazo	0,00
2.2.7.9.1.00.00 - Outras Provisões a Longo Prazo - Consolidação	
2.2.8.0.0.00.00 - Demais Obrigações a Longo Prazo	0,00
2.2.8.1.0.00.00 - Adiantamentos de Clientes a Longo Prazo	0,00
2.2.8.1.1.00.00 - Adiantamentos de Clientes a Longo Prazo - Consolidação	
2.2.8.2.0.00.00 - Obrigações por Danos a Terceiros a Longo Prazo	0,00
2.2.8.2.1.00.00 - Obrigações por Danos a Terceiros a Longo Prazo - Consolidação	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: Período único (anual)

Balanço Patrimonial	Valores 31/12/2016
2.2.8.3.0.00.00 - Debêntures e Outros Títulos de Dívida a Longo Prazo	0,00
2.2.8.3.1.00.00 - Debêntures e Outros Títulos de Dívida a Longo Prazo - Consolidação	
2.2.8.4.0.00.00 - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0,00
2.2.8.4.1.00.00 - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - Consolidação	
2.2.8.8.0.00.00 - Valores Restituíveis	0,00
2.2.8.8.1.00.00 - Valores Restituíveis - Consolidação	
2.2.8.9.0.00.00 - Outras Obrigações a Longo Prazo	0,00
2.2.8.9.1.00.00 - Outras Obrigações a Longo Prazo - Consolidação	
2.2.9.0.0.00.00 - Resultado Diferido	0,00
2.2.9.1.0.00.00 - Variação Patrimonial Aumentativa (VPA) Diferida	0,00
2.2.9.1.1.00.00 - Variação Patrimonial Aumentativa Diferida - Consolidação	
2.2.9.2.0.00.00 - (-) Custo Diferido	0,00
2.2.9.2.1.00.00 - (-) Custo Diferido - Consolidação	
2.3.0.0.0.00.00 - Patrimônio Líquido	36.511.483,81
2.3.1.0.0.00.00 - Patrimônio Social e Capital Social	0,00
2.3.1.1.0.00.00 - Patrimônio Social	0,00
2.3.1.1.1.00.00 - Patrimônio Social - Consolidação	
2.3.1.2.0.00.00 - Capital Social Realizado	0,00
2.3.1.2.1.00.00 - Capital Social Realizado - Consolidação	
2.3.1.2.2.00.00 - Capital Social Realizado - Intra OFSS	
2.3.1.2.3.00.00 - Capital Social Realizado - Inter OFSS - União	
2.3.1.2.4.00.00 - Capital Social Realizado - Inter OFSS - Estado	
2.3.1.2.5.00.00 - Capital Social Realizado - Inter OFSS - Município	
2.3.2.0.0.00.00 - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0,00
2.3.2.0.1.00.00 - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - Consolidação	
2.3.2.0.2.00.00 - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - Intra OFSS	
2.3.2.0.3.00.00 - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - Inter OFSS - União	
2.3.2.0.4.00.00 - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - Inter OFSS - Estado	
2.3.2.0.5.00.00 - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - Inter OFSS - Município	
2.3.3.0.0.00.00 - Reservas de Capital	0,00
2.3.3.1.0.00.00 - Ágio na Emissão de Ações	0,00
2.3.3.1.1.00.00 - Ágio na Emissão de Ações - Consolidação	
2.3.3.1.2.00.00 - Ágio na Emissão de Ações - Intra OFSS	
2.3.3.1.3.00.00 - Ágio na Emissão de Ações - Inter OFSS - União	
2.3.3.1.4.00.00 - Ágio na Emissão de Ações - Inter OFSS - Estado	
2.3.3.1.5.00.00 - Ágio na Emissão de Ações - Inter OFSS - Município	
2.3.3.2.0.00.00 - Alienação de Partes Beneficiarias	0,00
2.3.3.2.1.00.00 - Alienação de Partes Beneficiarias - Consolidação	
2.3.3.2.2.00.00 - Alienação de Partes Beneficiarias - Intra OFSS	
2.3.3.2.3.00.00 - Alienação de Partes Beneficiarias - Inter OFSS - União	
2.3.3.2.4.00.00 - Alienação de Partes Beneficiarias - Inter OFSS - Estado	
2.3.3.2.5.00.00 - Alienação de Partes Beneficiarias - Inter OFSS - Município	
2.3.3.3.0.00.00 - Alienação de Bônus de Subscrição	0,00
2.3.3.3.1.00.00 - Alienação de Bônus de Subscrição - Consolidação	
2.3.3.3.2.00.00 - Alienação de Bônus de Subscrição - Intra OFSS	
2.3.3.3.3.00.00 - Alienação de Bônus de Subscrição - Inter OFSS - União	
2.3.3.3.4.00.00 - Alienação de Bônus de Subscrição - Inter OFSS - Estado	
2.3.3.3.5.00.00 - Alienação de Bônus de Subscrição - Inter OFSS - Município	
2.3.3.4.0.00.00 - Correção Monetária do Capital Realizado	0,00
2.3.3.4.1.00.00 - Correção Monetária do Capital Realizado - Consolidação	
2.3.3.4.2.00.00 - Correção Monetária do Capital Realizado - Intra OFSS	
2.3.3.4.3.00.00 - Correção Monetária do Capital Realizado - Inter OFSS - União	
2.3.3.4.4.00.00 - Correção Monetária do Capital Realizado - Inter OFSS - Estado	
2.3.3.4.5.00.00 - Correção Monetária do Capital Realizado - Inter OFSS - Município	
2.3.3.9.0.00.00 - Outras Reservas de Capital	0,00
2.3.3.9.1.00.00 - Outras Reservas de Capital - Consolidação	
2.3.3.9.2.00.00 - Outras Reservas de Capital - Intra OFSS	
2.3.3.9.3.00.00 - Outras Reservas de Capital - Inter OFSS - União	
2.3.3.9.4.00.00 - Outras Reservas de Capital - Inter OFSS - Estado	
2.3.3.9.5.00.00 - Outras Reservas de Capital - Inter OFSS - Município	
2.3.4.0.0.00.00 - Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00
2.3.4.1.0.00.00 - Ajustes de Avaliação Patrimonial de Ativos	0,00
2.3.4.1.1.00.00 - Ajustes de Avaliação Patrimonial de Ativos - Consolidação	
2.3.4.2.0.00.00 - Ajustes de Avaliação Patrimonial de Passivos	0,00
2.3.4.2.1.00.00 - Ajustes de Avaliação Patrimonial de Passivos - Consolidação	
2.3.5.0.0.00.00 - Reservas de Lucros	0,00
2.3.5.1.0.00.00 - Reserva Legal	0,00
2.3.5.1.1.00.00 - Reserva Legal - Consolidação	
2.3.5.1.2.00.00 - Reserva Legal - Intra OFSS	
2.3.5.1.3.00.00 - Reserva Legal - Inter OFSS - União	
2.3.5.1.4.00.00 - Reserva Legal - Inter OFSS - Estado	
2.3.5.1.5.00.00 - Reserva Legal - Inter OFSS - Município	
2.3.5.2.0.00.00 - Reservas Estatutárias	0,00
2.3.5.2.1.00.00 - Reservas Estatutárias - Consolidação	
2.3.5.2.2.00.00 - Reservas Estatutárias - Intra OFSS	
2.3.5.2.3.00.00 - Reservas Estatutárias - Inter OFSS - União	
2.3.5.2.4.00.00 - Reservas Estatutárias - Inter OFSS - Estado	
2.3.5.2.5.00.00 - Reservas Estatutárias - Inter OFSS - Município	
2.3.5.3.0.00.00 - Reserva para Contingencias	0,00
2.3.5.3.1.00.00 - Reserva para Contingencias - Consolidação	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: Período único (anual)

Balanço Patrimonial	Valores 31/12/2016
2.3.5.3.2.00.00 - Reserva para Contingencias - Intra OFSS	
2.3.5.3.3.00.00 - Reserva para Contingencias - Inter OFSS - União	
2.3.5.3.4.00.00 - Reserva para Contingencias - Inter OFSS - Estado	
2.3.5.3.5.00.00 - Reserva para Contingencias - Inter OFSS - Município	
2.3.5.4.0.00.00 - Reserva de Incentivos Fiscais	0,00
2.3.5.4.1.00.00 - Reserva de Incentivos Fiscais - Consolidação	
2.3.5.4.2.00.00 - Reserva de Incentivos Fiscais - Intra OFSS	
2.3.5.4.3.00.00 - Reserva de Incentivos Fiscais - Inter OFSS - União	
2.3.5.4.4.00.00 - Reserva de Incentivos Fiscais - Inter OFSS - Estado	
2.3.5.4.5.00.00 - Reserva de Incentivos Fiscais - Inter OFSS - Município	
2.3.5.5.0.00.00 - Reservas de Lucros para Expansão	0,00
2.3.5.5.1.00.00 - Reservas de Lucros para Expansão - Consolidação	
2.3.5.5.2.00.00 - Reservas de Lucros para Expansão - Intra OFSS	
2.3.5.5.3.00.00 - Reservas de Lucros para Expansão - Inter OFSS - União	
2.3.5.5.4.00.00 - Reservas de Lucros para Expansão - Inter OFSS –Estado	
2.3.5.5.5.00.00 - Reservas de Lucros para Expansão - Inter OFSS - Município	
2.3.5.6.0.00.00 - Reserva de Lucros a Realizar	0,00
2.3.5.6.1.00.00 - Reserva de Lucros a Realizar- Consolidação	
2.3.5.6.2.00.00 - Reserva de Lucros a Realizar- Intra OFSS	
2.3.5.6.3.00.00 - Reserva de Lucros a Realizar- Inter OFSS - União	
2.3.5.6.4.00.00 - Reserva de Lucros a Realizar- Inter OFSS - Estado	
2.3.5.6.5.00.00 - Reserva de Lucros a Realizar- Inter OFSS - Município	
2.3.5.7.0.00.00 - Reserva de Retenção de Premio na Emissão de Debêntures	0,00
2.3.5.7.1.00.00 - Reserva de Retenção de Premio na Emissão de Debêntures - Consolidação	
2.3.5.7.2.00.00 - Reserva de Retenção de Premio na Emissão de Debêntures - Intra OFSS	
2.3.5.7.3.00.00 - Reserva de Retenção de Premio na Emissão de Debêntures - Inter OFSS - União	
2.3.5.7.4.00.00 - Reserva de Retenção de Premio na Emissão de Debêntures - Inter OFSS - Estado	
2.3.5.7.5.00.00 - Reserva de Retenção de Premio na Emissão de Debêntures - Inter OFSS - Município	
2.3.5.8.0.00.00 - Reserva Especial para Dividendo Obrigatório Não Distribuído	0,00
2.3.5.8.1.00.00 - Reserva Especial para Dividendo Obrigatório Não Distribuído - Consolidação	
2.3.5.8.2.00.00 - Reserva Especial para Dividendo Obrigatório Não Distribuído - Intra OFSS	
2.3.5.8.3.00.00 - Reserva Especial para Dividendo Obrigatório Não Distribuído - Inter OFSS - União	
2.3.5.8.4.00.00 - Reserva Especial para Dividendo Obrigatório Não Distribuído - Inter OFSS - Estado	
2.3.5.8.5.00.00 - Reserva Especial para Dividendo Obrigatório Não Distribuído - Inter OFSS - Município	
2.3.5.9.0.00.00 - Outras Reservas de Lucro	0,00
2.3.5.9.1.00.00 - Outras Reservas de Lucro - Consolidação	
2.3.5.9.2.00.00 - Outras Reservas de Lucro - Intra OFSS	
2.3.5.9.3.00.00 - Outras Reservas de Lucro - Inter OFSS - União	
2.3.5.9.4.00.00 - Outras Reservas de Lucro - Inter OFSS - Estado	
2.3.5.9.5.00.00 - Outras Reservas de Lucro - Inter OFSS - Município	
2.3.6.0.0.00.00 - Demais Reservas	0,00
2.3.6.1.0.00.00 - Reserva de Reavaliação	0,00
2.3.6.1.1.00.00 - Reserva de Reavaliação - Consolidação	
2.3.6.1.2.00.00 - Reserva de Reavaliação - Intra OFSS	
2.3.6.1.3.00.00 - Reserva de Reavaliação - Inter OFSS - União	
2.3.6.1.4.00.00 - Reserva de Reavaliação - Inter OFSS - Estado	
2.3.6.1.5.00.00 - Reserva de Reavaliação - Inter OFSS - Município	
2.3.6.9.0.00.00 - Outras Reservas	0,00
2.3.6.9.1.00.00 - Outras Reservas - Consolidação	
2.3.6.9.2.00.00 - Outras Reservas - Intra OFSS	
2.3.6.9.3.00.00 - Outras Reservas - Inter OFSS - União	
2.3.6.9.4.00.00 - Outras Reservas - Inter OFSS - Estado	
2.3.6.9.5.00.00 - Outras Reservas - Inter OFSS - Município	
2.3.7.0.0.00.00 - Resultados Acumulados	36.511.483,81
2.3.7.1.0.00.00 - Superávits ou Déficits Acumulados	36.511.483,81
2.3.7.1.1.00.00 - Superávits ou Déficits Acumulados - Consolidação	36.511.483,81
2.3.7.1.1.01.00 - Superávits ou Déficits do Exercício	4.446.584,24
2.3.7.1.1.02.00 - Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	32.064.899,57
2.3.7.1.1.03.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores	
2.3.7.1.1.04.00 - Superávits ou Déficits Resultantes de Extinção, Fusão e Cisão	
2.3.7.1.2.00.00 - Superávits ou Déficits Acumulados - Intra OFSS	0,00
2.3.7.1.2.01.00 - Superávits ou Déficits do Exercício	
2.3.7.1.2.02.00 - Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	
2.3.7.1.2.03.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores	
2.3.7.1.2.04.00 - Superávits ou Déficits Resultantes de Extinção, Fusão e Cisão	
2.3.7.1.3.00.00 - Superávits ou Déficits Acumulados - Inter OFSS - União	0,00
2.3.7.1.3.01.00 - Superávits ou Déficits do Exercício	
2.3.7.1.3.02.00 - Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	
2.3.7.1.3.03.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores	
2.3.7.1.3.04.00 - Superávits ou Déficits Resultantes de Extinção, Fusão e Cisão	
2.3.7.1.4.00.00 - Superávits ou Déficits Acumulados - Inter OFSS - Estado	0,00
2.3.7.1.4.01.00 - Superávits ou Déficits do Exercício	
2.3.7.1.4.02.00 - Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	
2.3.7.1.4.03.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores	
2.3.7.1.4.04.00 - Superávits ou Déficits Resultantes de Extinção, Fusão e Cisão	
2.3.7.1.5.00.00 - Superávits ou Déficits Acumulados - Inter OFSS - Município	0,00
2.3.7.1.5.01.00 - Superávits ou Déficits do Exercício	
2.3.7.1.5.02.00 - Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	
2.3.7.1.5.03.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores	
2.3.7.1.5.04.00 - Superávits ou Déficits Resultantes de Extinção, Fusão e Cisão	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: Período único (anual)

Balanço Patrimonial	Valores 31/12/2016
2.3.7.2.0.00.00 - Lucros e Prejuízos Acumulados	0,00
2.3.7.2.1.00.00 - Lucros e Prejuízos Acumulados - Consolidação	0,00
2.3.7.2.1.01.00 - Lucros e Prejuízos do Exercício	
2.3.7.2.1.02.00 - Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	
2.3.7.2.1.03.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores	
2.3.7.2.1.04.00 - Lucros a Destinar do Exercício	
2.3.7.2.1.05.00 - Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	
2.3.7.2.1.06.00 - Resultados Apurados por Extinção, Fusão e Cisão	
2.3.7.2.2.00.00 - Lucros e Prejuízos Acumulados - Intra OFSS	0,00
2.3.7.2.2.01.00 - Lucros e Prejuízos do Exercício	
2.3.7.2.2.02.00 - Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	
2.3.7.2.2.03.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores	
2.3.7.2.2.04.00 - Lucros a Destinar do Exercício	
2.3.7.2.2.05.00 - Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	
2.3.7.2.2.06.00 - Resultados Apurados por Extinção, Fusão e Cisão	
2.3.7.2.3.00.00 - Lucros e Prejuízos Acumulados - Inter OFSS - União	0,00
2.3.7.2.3.01.00 - Lucros e Prejuízos do Exercício	
2.3.7.2.3.02.00 - Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	
2.3.7.2.3.03.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores	
2.3.7.2.3.04.00 - Lucros a Destinar do Exercício	
2.3.7.2.3.05.00 - Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	
2.3.7.2.3.06.00 - Resultados Apurados por Extinção, Fusão e Cisão	
2.3.7.2.4.00.00 - Lucros e Prejuízos Acumulados - Inter OFSS - Estado	0,00
2.3.7.2.4.01.00 - Lucros e Prejuízos do Exercício	
2.3.7.2.4.02.00 - Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	
2.3.7.2.4.03.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores	
2.3.7.2.4.04.00 - Lucros a Destinar do Exercício	
2.3.7.2.4.05.00 - Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	
2.3.7.2.4.06.00 - Resultados Apurados por Extinção, Fusão e Cisão	
2.3.7.2.5.00.00 - Lucros e Prejuízos Acumulados - Inter OFSS - Município	0,00
2.3.7.2.5.01.00 - Lucros e Prejuízos do Exercício	
2.3.7.2.5.02.00 - Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	
2.3.7.2.5.03.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores	
2.3.7.2.5.04.00 - Lucros a Destinar do Exercício	
2.3.7.2.5.05.00 - Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	
2.3.7.2.5.06.00 - Resultados Apurados por Extinção, Fusão e Cisão	
2.3.9.0.0.00.00 - (-) Ações/Cotas em Tesouraria	0,00
2.3.9.1.0.00.00 - (-) Ações em Tesouraria	0,00
2.3.9.1.1.00.00 - (-) Ações em Tesouraria - Consolidação	
2.3.9.1.2.00.00 - (-) Ações em Tesouraria - Intra OFSS	
2.3.9.1.3.00.00 - (-) Ações em Tesouraria - Inter OFSS - União	
2.3.9.1.4.00.00 - (-) Ações em Tesouraria - Inter OFSS - Estado	
2.3.9.1.5.00.00 - (-) Ações em Tesouraria - Inter OFSS - Município	
2.3.9.2.0.00.00 - (-) Cotas em Tesouraria	0,00
2.3.9.2.1.00.00 - (-) Cotas em Tesouraria - Consolidação	
2.3.9.2.2.00.00 - (-) Cotas em Tesouraria - Intra OFSS	
2.3.9.2.3.00.00 - (-) Cotas em Tesouraria - Inter OFSS - União	
2.3.9.2.4.00.00 - (-) Cotas em Tesouraria - Inter OFSS - Estado	
2.3.9.2.5.00.00 - (-) Cotas em Tesouraria - Inter OFSS - Município	
Apuração do Saldo Patrimonial	-
Apuração do Saldo Patrimonial	-
Ativo Financeiro	22.467.464,11
Ativo Permanente	32.738.127,84
Passivo Financeiro	110.396,92
Passivo Permanente	18.583.711,22
Saldo Patrimonial	36.511.483,81
Contas de Compensação	-
Contas de Compensação	-
8.1.1.0.0.00.00 - Execução dos Atos Potenciais Ativos	
8.1.1.1.0.00.00 - Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	
8.1.1.2.0.00.00 - Execução de Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	984.796,29
8.1.1.3.0.00.00 - Execução de Direitos Contratuais	
8.1.1.9.0.00.00 - Execução de Outros Atos Potenciais Ativos	698.227,00
8.1.2.0.0.00.00 - Execução dos Atos Potenciais Passivos	
8.1.2.1.0.00.00 - Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	
8.1.2.2.0.00.00 - Execução de Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	
8.1.2.3.0.00.00 - Execução de Obrigações Contratuais	2.637.719,46
8.1.2.9.0.00.00 - Execução de Outros Atos Potenciais Passivos	469.625,20

DCA-Anexo I-AB | Balanço Patrimonial - Ativo e Passivo

Notas Explicativas Patrimoniais	Valores 31/12/2016
Notas Explicativas Patrimoniais	-
Notas Explicativas	

DCA-Anexo I-C | Balanço Orçamentário - Receitas Orçamentárias

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: Período único (anual)

Receitas Orçamentárias	Execução da Receita			
	Receitas Brutas Realizadas	Deduções - Transferências Constitucionais	Deduções - FUNDEB	Outras Deduções da Receita
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-
Total Receitas	41.645.532,60	0,00	3.423.701,95	91.930,50
1.0.0.0.00.00.00 - Receitas Correntes	38.633.441,88	0,00	3.423.701,95	91.930,50
1.1.0.0.00.00.00 - Receita Tributária	2.473.771,20	0,00	0,00	34.679,68
1.1.1.0.00.00.00 - Impostos	2.126.328,48	0,00	0,00	19.492,21
1.1.1.1.00.00.00 - Impostos sobre o Comércio Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.1.1.01.00.00 - Imposto sobre a Importação - II				
1.1.1.1.02.00.00 - Imposto sobre a Exportação - IE				
1.1.1.2.00.00.00 - Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	1.512.349,89	0,00	0,00	19.492,21
1.1.1.2.01.00.00 - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR				
1.1.1.2.02.00.00 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	409.086,57			19.492,21
1.1.1.2.04.00.00 - Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR	450.077,03	0,00	0,00	0,00
1.1.1.2.04.10.00 - Pessoas Físicas				
1.1.1.2.04.11.00 - Receita de Parcelamentos - Imposto sobre a Renda - Pessoas Físicas				
1.1.1.2.04.21.00 - Pessoa Jurídica - Líquida de Incentivos				
1.1.1.2.04.22.00 - Receita de Parcelamentos - Imposto sobre a Renda - Pessoas Jurídicas				
1.1.1.2.04.23.00 - Imposto de Renda Pessoa Jurídica - Simples Federal e Nacional				
1.1.1.2.04.31.00 - Retido nas Fontes - Trabalho	425.079,02			
1.1.1.2.04.32.00 - Retido nas Fontes - Capital				
1.1.1.2.04.33.00 - Retido nas Fontes - Remessa ao Exterior				
1.1.1.2.04.34.00 - Retido nas Fontes - Outros Rendimentos	24.998,01			
1.1.1.2.04.35.00 - Receita de Parcelamentos – Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte				
1.1.1.2.05.00.00 - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA				
1.1.1.2.07.00.00 - Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos – ITCD				
1.1.1.2.08.00.00 - Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis – ITBI	653.186,29			
1.1.1.3.00.00.00 - Impostos sobre a Produção e a Circulação	613.978,59	0,00	0,00	0,00
1.1.1.3.01.00.00 - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI				
1.1.1.3.02.00.00 - Imposto sobre Op. Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prest.de Serv.de Transp. Interest.e Interm. e de Comunicação – ICMS				
1.1.1.3.03.00.00 - Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF				
1.1.1.3.05.00.00 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	613.978,59			
1.1.1.5.00.00.00 - Impostos Extraordinários				
1.1.2.0.00.00.00 - Taxas	347.056,14	0,00	0,00	15.187,47
1.1.2.1.00.00.00 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	257.836,66			15.187,47
1.1.2.2.00.00.00 - Taxas pela Prestação de Serviços	89.219,48	0,00	0,00	0,00
1.1.2.2.01.00.00 - Emolumentos Consulares				
1.1.2.2.02.00.00 - Taxa de Pedido de Visto em Contrato de Trabalho de Estrangeiro				
1.1.2.2.03.00.00 - Taxa Utilização do Sistema Eletrônico de Controle de Arrecadação do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante				
1.1.2.2.04.00.00 - Taxa de Avaliação do Ensino Superior				
1.1.2.2.06.00.00 - Taxa Judiciária da Justiça do Distrito Federal				
1.1.2.2.07.00.00 - Emolumentos e Custas da Justiça do Distrito Federal				
1.1.2.2.08.00.00 - Emolumentos e Custas Judiciais				
1.1.2.2.11.00.00 - Taxa de Utilização do Sistema Integrado de Comércio Exterior – SISCOMEX				
1.1.2.2.12.00.00 - Emolumentos e Custas Processuais Administrativas				
1.1.2.2.15.00.00 - Taxa Militar				
1.1.2.2.19.00.00 - Taxa de Classificação de Produtos Vegetais				
1.1.2.2.21.00.00 - Taxas de Serviços Cadastrais				
1.1.2.2.22.00.00 - Taxa de Serviços de Pesca e Aquicultura				
1.1.2.2.28.00.00 - Taxa de Cemitérios				
1.1.2.2.29.00.00 - Emolumentos e Custas Extrajudiciais				
1.1.2.2.90.00.00 - Taxa de Limpeza Pública				
1.1.2.2.99.00.00 - Outras Taxas pela Prestação de Serviços	89.219,48			
1.1.3.0.00.00.00 - Contribuição de Melhoria	386,58	0,00	0,00	0,00
1.1.3.0.01.00.00 - Contribuição de Melhoria para Expansão da Rede de Água Potável e Esgoto Sanitário				
1.1.3.0.02.00.00 - Contribuição de Melhoria para Expansão da Rede de Iluminação Pública na Cidade				
1.1.3.0.03.00.00 - Contribuição de Melhoria para Expansão de Rede de Iluminação Pública Rural				
1.1.3.0.04.00.00 - Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares	386,58			
1.1.3.0.99.00.00 - Outras Contribuições de Melhoria				
1.1.3.1.02.05.00 - Receita de Transferência de Concessão, de Permissão ou de Autorização de Rodovias ou de Obras Rodoviárias Federais				
1.2.0.0.00.00.00 - Receitas de Contribuições	1.291.522,75	0,00	0,00	0,00
1.2.1.0.00.00.00 - Contribuições Sociais	1.038.284,81	0,00	0,00	0,00
1.2.1.0.01.00.00 - Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social				
1.2.1.0.02.00.00 - Contribuição Social do Salário-Educação				
1.2.1.0.04.00.00 - Cota-Parte da Contribuição Sindical				

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: Período único (anual)

Receitas Orçamentárias	Execução da Receita			
	Receitas Brutas Realizadas	Deduções - Transferências Constitucionais	Deduções - FUNDEB	Outras Deduções da Receita
1.2.1.0.05.00.00 - Contribuição para o Ensino Aeroviário				
1.2.1.0.06.00.00 - Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo				
1.2.1.0.07.00.00 - Contribuição para o Fundo de Saúde das Forças Armadas				
1.2.1.0.09.00.00 - Contribuição sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos				
1.2.1.0.13.00.00 - Contribuição sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos				
1.2.1.0.15.00.00 - Contribuição para Custeio das Pensões Militares				
1.2.1.0.17.00.00 - Contribuição sobre a Receita de Sorteios Realizados por Entidades				
1.2.1.0.18.00.00 - Contribuição sobre a Receita de Concursos de Prognósticos	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.0.18.01.00 - Contribuição sobre a Receita da Loteria Federal				
1.2.1.0.18.02.00 - Contribuição sobre a Receita de Loterias Esportivas				
1.2.1.0.18.03.00 - Contribuição sobre a Receita de Concursos Especiais de Loterias Esportivas				
1.2.1.0.18.04.00 - Contribuição sobre a Receita de Loterias de Números				
1.2.1.0.18.05.00 - Contribuição sobre a Receita da Loteria Instantânea				
1.2.1.0.18.06.00 - Prêmios Prescritos da Loteria Federal				
1.2.1.0.18.07.00 - Contribuição sobre a Receita de Outros Concursos de Prognósticos				
1.2.1.0.18.08.00 - Contribuição Sobre a Receita de Concurso de Prognóstico Específico Destinado ao Desenvolvimento da Prática Desportiva – Modalidade Futebol ("Timemania")				
1.2.1.0.18.09.00 - Outros Prêmios Prescritos				
1.2.1.0.29.00.00 - Contribuições para o Regime Próprio de Previdência do Servidor Público	1.038.284,81	0,00	0,00	0,00
1.2.1.0.29.01.00 - Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil para o Regime Próprio				
1.2.1.0.29.02.00 - Contribuição Patronal de Servidor Ativo Militar				
1.2.1.0.29.03.00 - Contribuição Patronal – Inativo Civil				
1.2.1.0.29.04.00 - Contribuição Patronal – Inativo Militar				
1.2.1.0.29.05.00 - Contribuição Patronal – Pensionista Civil				
1.2.1.0.29.06.00 - Contribuição Patronal – Pensionista Militar				
1.2.1.0.29.07.00 - Contribuição do Servidor Ativo Civil para o Regime Próprio	1.028.803,55			
1.2.1.0.29.08.00 - Contribuição de Servidor Ativo Militar				
1.2.1.0.29.09.00 - Contribuições do Servidor Inativo Civil para o Regime Próprio	177,16			
1.2.1.0.29.10.00 - Contribuições de Servidor Inativo Militar				
1.2.1.0.29.11.00 - Contribuições de Pensionista Civil para o Regime Próprio	9.304,10			
1.2.1.0.29.12.00 - Contribuições de Pensionista Militar				
1.2.1.0.29.13.00 - Contribuição Previdenciária para Amortização do Déficit Atuarial				
1.2.1.0.29.15.00 - Contribuição Previdenciária em Regime de Parcelamento de Débitos				
1.2.1.0.29.16.00 - Receita de Recolhimento da Contribuição Patronal, oriunda do Pagamento de Sentenças Judiciais				
1.2.1.0.29.17.00 - Receita de Recolhimento da Contribuição do Servidor Ativo Civil, oriunda do Pagamento de Sentenças Judiciais				
1.2.1.0.29.18.00 - Receita de Recolhimento da Contribuição do Servidor Inativo Civil, oriunda do Pagamento de Sentenças Judiciais				
1.2.1.0.29.19.00 - Receita de Recolhimento de Pensionista Civil, oriunda do Pagamento de Sentenças Judiciais				
1.2.1.0.30.00.00 - Contribuições Previdenciárias para o Regime Geral de Previdência Social				
1.2.1.0.31.00.00 - Contribuição para o Fundo de Saúde dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Distrito Federal				
1.2.1.0.32.00.00 - Contribuições Rurais				
1.2.1.0.33.00.00 - Contribuição e Adicional para o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC				
1.2.1.0.34.00.00 - Contribuição e Adicional para o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI				
1.2.1.0.35.00.00 - Contribuição e Adicional para o Serviço Social do Comércio - SESC				
1.2.1.0.36.00.00 - Contribuição e Adicional para o Serviço Social da Indústria - SESI				
1.2.1.0.37.00.00 - Contribuições para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP				
1.2.1.0.38.00.00 - Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas				
1.2.1.0.39.00.00 - Contribuição para o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR				
1.2.1.0.41.00.00 - Contribuição para o Serviço Social do Transporte - SEST				
1.2.1.0.42.00.00 - Contribuição para o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SENAT				
1.2.1.0.43.00.00 - Contribuição para o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE				
1.2.1.0.44.00.00 - Contribuição para o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP				
1.2.1.0.45.00.00 - Contribuição sobre Jogos de Bingo				
1.2.1.0.47.00.00 - Contribuição Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa				
1.2.1.0.48.00.00 - Contribuição sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador				
1.2.1.0.99.00.00 - Outras Contribuições Sociais				
1.2.2.0.00.00.00 - Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: Período único (anual)

Receitas Orçamentárias	Execução da Receita			
	Receitas Brutas Realizadas	Deduções - Transferências Constitucionais	Deduções - FUNDEB	Outras Deduções da Receita
1.2.2.0.01.00.00 - Contribuição para o Programa de Integração Nacional – PIN				
1.2.2.0.02.00.00 - Contribuição para o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste – PROTERRA				
1.2.2.0.03.00.00 - Contribuições para o Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização				
1.2.2.0.05.00.00 - Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas				
1.2.2.0.06.00.00 - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional – CONDECINE				
1.2.2.0.16.00.00 - Adicional sobre as Tarifas de Passagens Aéreas Domésticas				
1.2.2.0.18.00.00 - Cota-parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante				
1.2.2.0.24.00.00 - Contribuição sobre a Receita das Concessionárias e Permissionárias de Energia Elétrica				
1.2.2.0.25.00.00 - Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia				
1.2.2.0.26.00.00 - Contribuição sobre a Receita das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações				
1.2.2.0.28.00.00 - Contribuição Relativa às Atividades de Importação e Comercialização de Petróleo e seus Derivados, Gás Natural e Álcool Carburante				
1.2.2.0.30.00.00 - Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública				
1.2.2.0.40.00.00 - Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática				
1.2.2.0.41.00.00 - Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas na Amazônia				
1.2.2.0.42.00.00 - Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas nas Demais Regiões				
1.2.2.0.99.00.00 - Outras Contribuições Econômicas				
1.2.3.0.00.00.00 - Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública	253.237,94			
1.3.0.0.00.00.00 - Receita Patrimonial	3.183.039,72	0,00	0,00	55.189,96
1.3.1.0.00.00.00 - Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.1.1.00.00.00 - Aluguéis				
1.3.1.2.00.00.00 - Arrendamentos				
1.3.1.3.00.00.00 - Foros				
1.3.1.4.00.00.00 - Laudêmios				
1.3.1.5.00.00.00 - Taxa de Ocupação de Imóveis				
1.3.1.9.00.00.00 - Outras Receitas Imobiliárias				
1.3.2.0.00.00.00 - Receitas de Valores Mobiliários	3.183.039,72	0,00	0,00	55.189,96
1.3.2.1.00.00.00 - Juros de Títulos de Renda				
1.3.2.2.00.00.00 - Dividendos				
1.3.2.5.00.00.00 - Remuneração de Depósitos Bancários	331.223,98			
1.3.2.6.00.00.00 - Remuneração de Depósitos Especiais				
1.3.2.7.00.00.00 - Remuneração de Saldos de Recursos Não Desembolsados				
1.3.2.8.00.00.00 - Remuneração dos Investimentos do Regime Próprio de Previdência do Servidor	2.851.815,74			55.189,96
1.3.2.9.00.00.00 - Outras Receitas de Valores Mobiliários				
1.3.3.0.00.00.00 - Receitas de Concessões e Permissões				
1.3.4.0.00.00.00 - Compensações Financeiras				
1.3.5.0.00.00.00 - Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público				
1.3.6.0.00.00.00 - Receita da Cessão de Direitos				
1.3.9.0.00.00.00 - Outras Receitas Patrimoniais				
1.4.0.0.00.00.00 - Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.1.0.00.00.00 - Receita da Produção Vegetal				
1.4.2.0.00.00.00 - Receita da Produção Animal e Derivados				
1.4.9.0.00.00.00 - Outras Receitas Agropecuárias				
1.5.0.0.00.00.00 - Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1.0.00.00.00 - Receita da Indústria Extrativa Mineral				
1.5.2.0.00.00.00 - Receita da Indústria de Transformação				
1.5.3.0.00.00.00 - Receita da Indústria de Construção				
1.5.9.0.00.00.00 - Outras Receitas Industriais				
1.6.0.0.00.00.00 - Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
1.6.0.0.01.00.00 - Serviços Comerciais				
1.6.0.0.02.00.00 - Serviços Financeiros				
1.6.0.0.03.00.00 - Serviços de Transporte				
1.6.0.0.04.00.00 - Serviços de Comunicação				
1.6.0.0.05.00.00 - Serviços de Saúde				
1.6.0.0.06.00.00 - Serviços Portuários				
1.6.0.0.07.00.00 - Serviços de Armazenagem				
1.6.0.0.08.00.00 - Serviços de Processamento de Dados				
1.6.0.0.09.00.00 - Serviço de Socorro Marítimo				
1.6.0.0.10.00.00 - Serviços de Informações Estatísticas				
1.6.0.0.11.00.00 - Serviços de Metrologia e Certificação				
1.6.0.0.12.00.00 - Serviços Tecnológicos				
1.6.0.0.13.00.00 - Serviços Administrativos				
1.6.0.0.14.00.00 - Serviços de Inspeção e Fiscalização				
1.6.0.0.15.00.00 - Serviços de Meteorologia				
1.6.0.0.16.00.00 - Serviços Educacionais				
1.6.0.0.17.00.00 - Serviços Agropecuários				
1.6.0.0.18.00.00 - Serviços de Reparação, Manutenção e Instalação				
1.6.0.0.19.00.00 - Serviços Recreativos e Culturais				

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: Período único (anual)

Receitas Orçamentárias	Execução da Receita			
	Receitas Brutas Realizadas	Deduções - Transferências Constitucionais	Deduções - FUNDEB	Outras Deduções da Receita
1.6.0.0.20.00.00 - Serviços de Consultoria, Assistência Técnica e Análise de Projetos				
1.6.0.0.21.00.00 - Serviços de Hospedagem e Alimentação				
1.6.0.0.22.00.00 - Serviços de Estudos e Pesquisas				
1.6.0.0.23.00.00 - Serviços de Registro de Marcas, de Patentes e de Transferências de Tecnologia				
1.6.0.0.24.00.00 - Serviços de Registro do Comércio				
1.6.0.0.25.00.00 - Serviços de Informações Científicas e Tecnológicas				
1.6.0.0.26.00.00 - Serviços de Fornecimento de Água				
1.6.0.0.27.00.00 - Serviços de Perfuração e Instalação de Poços				
1.6.0.0.28.00.00 - Serviços de Geoprocessamento				
1.6.0.0.29.00.00 - Serviços de Cadastramento de Fornecedores				
1.6.0.0.30.00.00 - Tarifa de Utilização de Faróis				
1.6.0.0.31.00.00 - Tarifa e Adicional sobre Tarifa Aeroportuária				
1.6.0.0.32.00.00 - Serviços de Cadastro da Atividade Mineral				
1.6.0.0.33.00.00 - Tarifas e Adicional sobre Tarifas de Uso das Comunicações e dos Auxílios à Navegação Aérea em Rota				
1.6.0.0.34.00.00 - Serviços de Regulamentação da Exploração dos Serviços de Telecomunicações - Regime Privado				
1.6.0.0.35.00.00 - Serviços de Compensações de Variações Salariais				
1.6.0.0.36.00.00 - Prestação de Serviços pelo Banco Central do Brasil				
1.6.0.0.37.00.00 - Garantias e Avais				
1.6.0.0.38.00.00 - Receita de Credenciamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Vistoria				
1.6.0.0.39.00.00 - Serviços Veterinários				
1.6.0.0.40.00.00 - Serviços de Certificação e Homologação de Produtos de Telecomunicações				
1.6.0.0.41.00.00 - Serviços de Captação, Adução, Tratamento, Reserva e Distribuição de Água				
1.6.0.0.42.00.00 - Serviços de Coleta, Transporte, Tratamento e Destino Final de Esgotos				
1.6.0.0.43.00.00 - Serviços de Coleta, Transporte, Tratamento e Destino Final de Resíduos Sólidos				
1.6.0.0.44.00.00 - Serviços de Abate de Animais				
1.6.0.0.45.00.00 - Serviços de Preparação da Terra em Propriedades Particulares				
1.6.0.0.46.00.00 - Serviços de Cemitério				
1.6.0.0.47.00.00 - Serviços de Iluminação Pública				
1.6.0.0.48.00.00 - Serviços de Religamento de Água				
1.6.0.0.50.00.00 - Tarifas de Inscrição em Concursos e Processos Seletivos				
1.6.0.0.51.00.00 - Receitas de Emissão de Certificado de Origem e de Emissão de Licença e Exportação				
1.6.0.0.56.00.00 - Certificação e Homologação da Atividade Mineral				
1.6.0.0.60.00.00 - Serviços Voltados à Inovação e à Pesquisa no Ambiente Produtivo - Instituição Científica e Tecnológica				
1.6.0.0.70.00.00 - Tarifa de Compartilhamento e Utilização em Atividades de Pesquisa e Inovação - Instituição Científica e Tecnológica				
1.6.0.0.99.00.00 - Outros Serviços				
1.7.0.0.00.00.00 - Transferências Correntes	31.349.164,11	0,00	3.423.701,95	0,00
1.7.2.0.00.00.00 - Transferências Intergovernamentais	30.899.755,41	0,00	3.423.701,95	0,00
1.7.2.1.00.00.00 - Transferências da União	14.050.085,41	0,00	1.904.804,85	0,00
1.7.2.1.01.00.00 - Participação na Receita da União	10.122.438,02	0,00	1.898.925,21	0,00
1.7.2.1.01.01.00 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal				
1.7.2.1.01.02.00 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios – FPM	8.530.800,49		1.701.771,32	
1.7.2.1.01.03.00 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota Anual	354.169,84			
1.7.2.1.01.04.00 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho (67)(I)	251.697,56			
1.7.2.1.01.05.00 - Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR	985.770,13		197.153,89	
1.7.2.1.01.12.00 - Cota-Parte do Imposto Sobre Produtos Industrializados – Estados Exportadores de Produtos Industrializados				
1.7.2.1.01.13.00 - Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico				
1.7.2.1.01.32.00 - Cota-Parte do Imposto Sobre Operações de Crédito Câmbio e Seguro ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – Comercialização do Ouro				
1.7.2.1.22.00.00 - Transferências da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	71.967,29	0,00	0,00	0,00
1.7.2.1.22.11.00 - Cota-Parte da Compensação Financeira de Recursos Hídricos				
1.7.2.1.22.20.00 - Cota-Parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM	292,50			
1.7.2.1.22.30.00 - Cota-Parte Royalties – Compensação Financeira pela Produção de Petróleo – Lei nº 7.990/89				
1.7.2.1.22.40.00 - Cota-Parte Royalties pelo Excedente da Produção do Petróleo - Lei nº 9.478/97 artigo 49 I e II				
1.7.2.1.22.50.00 - Cota-Parte Royalties pela Participação Especial - Lei nº 9.478/97 artigo 50				
1.7.2.1.22.70.00 - Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP	71.674,79			
1.7.2.1.22.90.00 - Outras Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais				
1.7.2.1.33.00.00 - Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo	2.215.626,51			
1.7.2.1.34.00.00 - Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	311.542,82			

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: Período único (anual)

Receitas Orçamentárias	Execução da Receita			
	Receitas Brutas Realizadas	Deduções - Transferências Constitucionais	Deduções - FUNDEB	Outras Deduções da Receita
1.7.2.1.35.00.00 - Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE	662.142,45			
1.7.2.1.36.00.00 - Transferências Financeiras do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96	29.398,32		5.879,64	
1.7.2.1.37.00.00 - Transferências da União a Consórcios Públicos				
1.7.2.1.99.00.00 - Outras Transferências da União	636.970,00			
1.7.2.2.00.00.00 - Transferências dos Estados	11.424.582,26	0,00	1.518.897,10	0,00
1.7.2.2.01.00.00 - Participação na Receita dos Estados	11.098.867,25	0,00	1.518.897,10	0,00
1.7.2.2.01.01.00 - Cota-Parte do ICMS	6.816.861,38		1.363.372,01	
1.7.2.2.01.02.00 - Cota-Parte do IPVA	777.627,40		155.525,09	
1.7.2.2.01.04.00 - Cota-Parte do IPI - Municípios	37.989,27			
1.7.2.2.01.13.00 - Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	42.390,67			
1.7.2.2.01.99.00 - Outras Participações na Receita dos Estados	3.423.998,53			
1.7.2.2.22.00.00 - Transferências da Cota-Parte da Compensação Financeira (25%)	4.319,54	0,00	0,00	0,00
1.7.2.2.22.11.00 - Cota-Parte da Compensação Financeira de Recursos Hídricos				
1.7.2.2.22.20.00 - Cota-Parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM				
1.7.2.2.22.30.00 - Cota-Parte Royalties - Compensação Financeira pela Produção de Petróleo - Lei nº 7.990/89 artigo 9º	4.319,54			
1.7.2.2.22.90.00 - Outras Transferências Decorrentes de Compensações Financeiras				
1.7.2.2.33.00.00 - Transferências de Recursos do Estado para Programas de Saúde - Repasse Fundo a Fundo	321.395,47			
1.7.2.2.37.00.00 - Transferências de Estados a Consórcios Públicos				
1.7.2.2.99.00.00 - Outras Transferências dos Estados				
1.7.2.3.00.00.00 - Transferências dos Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.2.3.01.00.00 - Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS				
1.7.2.3.37.00.00 - Transferências de Municípios a Consórcios Públicos				
1.7.2.3.99.00.00 - Outras Transferências dos Municípios				
1.7.2.4.00.00.00 - Transferências Multigovernamentais	5.425.087,74	0,00	0,00	0,00
1.7.2.4.01.00.00 - Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEB	5.425.087,74			
1.7.2.4.02.00.00 - Transferências de Recursos da Complementação ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEB				
1.7.2.4.99.00.00 - Outras Transferências Multigovernamentais				
1.7.3.0.00.00.00 - Transferências de Instituições Privadas				
1.7.4.0.00.00.00 - Transferências do Exterior				
1.7.5.0.00.00.00 - Transferências de Pessoas				
1.7.6.0.00.00.00 - Transferências de Convênios	449.408,70	0,00	0,00	0,00
1.7.6.1.00.00.00 - Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.6.1.01.00.00 - Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde - SUS				
1.7.6.1.02.00.00 - Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação				
1.7.6.1.03.00.00 - Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Assistência Social				
1.7.6.1.04.00.00 - Transferências de Convênios da União Destinadas aos Programas de Combate à Fome				
1.7.6.1.05.00.00 - Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Saneamento Básico				
1.7.6.1.99.00.00 - Outras Transferências de Convênios da União				
1.7.6.2.00.00.00 - Transferências de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de Suas Entidades	448.906,21	0,00	0,00	0,00
1.7.6.2.01.00.00 - Transferências de Convênios dos Estados para o Sistema Único de Saúde - SUS	23.711,28			
1.7.6.2.02.00.00 - Transferências de Convênios dos Estados Destinadas a Programas de Educação	425.194,93			
1.7.6.2.99.00.00 - Outras Transferências de Convênios dos Estados				
1.7.6.3.00.00.00 - Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.6.3.01.00.00 - Transferências de Convênios dos Municípios para o Sistema Único de Saúde - SUS				
1.7.6.3.02.00.00 - Transferências de Convênios dos Municípios Destinadas a Programas de Educação				
1.7.6.3.99.00.00 - Outras Transferências de Convênios dos Municípios				
1.7.6.4.00.00.00 - Transferências de Convênios de Instituições Privadas	502,49			
1.7.6.5.00.00.00 - Transferências de Convênios do Exterior				
1.7.7.0.00.00.00 - Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.7.1.00.00.00 - Provenientes do Exterior				
1.7.7.2.00.00.00 - Provenientes de Pessoas Jurídicas				
1.7.7.3.00.00.00 - Provenientes de Pessoas Físicas				
1.7.7.4.00.00.00 - Provenientes de Depósitos não Identificados				
1.9.0.0.00.00.00 - Outras Receitas Correntes	335.944,10	0,00	0,00	2.060,86
1.9.1.0.00.00.00 - Multas e Juros de Mora	118.090,83	0,00	0,00	6,35
1.9.1.1.00.00.00 - Multas e Juros de Mora dos Tributos	23.272,47	0,00	0,00	6,35
1.9.1.1.01.00.00 - Multa e Juros de Mora do Imposto sobre a Importação				
1.9.1.1.02.00.00 - Multas e Juros de Mora – Imposto de Renda e Proventos Qualquer Natureza				
1.9.1.1.03.00.00 - Multas e Juros de Mora do Imposto sobre Produtos Industrializados				

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: Período único (anual)

Receitas Orçamentárias	Execução da Receita			
	Receitas Brutas Realizadas	Deduções - Transferências Constitucionais	Deduções - FUNDEB	Outras Deduções da Receita
1.9.1.1.04.00.00 - Multa e Juros de Mora do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários				
1.9.1.1.07.00.00 - Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Exportação				
1.9.1.1.08.00.00 - Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural				
1.9.1.1.20.00.00 - Multas e Juros de Mora do Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos				
1.9.1.1.31.00.00 - Multas e Juros de Mora das Taxas de Fiscalização das Telecomunicações				
1.9.1.1.32.00.00 - Multas e Juros de Mora da Taxa de Fiscalização dos Produtos controlados pelo Ministério do Exército				
1.9.1.1.33.00.00 - Multas e Juros de Mora da Taxa de Fiscalização dos Serviços de Irrigação				
1.9.1.1.34.00.00 - Multas e Juros de Mora da Taxa de Fiscalização dos Mercados de Seguro, da Capitalização e da Previdência Complementar Aberta e Fechada				
1.9.1.1.35.00.00 - Multas e Juros de Mora da Taxa de Fiscalização e Vigilância Sanitária				
1.9.1.1.36.00.00 - Multas e Juros de Mora da Taxa de Saúde Suplementar				
1.9.1.1.37.00.00 - Multas e Juros de Mora da Taxa de Fiscalização dos Mercados de Títulos e Valores Mobiliários				
1.9.1.1.38.00.00 - Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	12.895,00			6,35
1.9.1.1.39.00.00 - Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis - ITBI				
1.9.1.1.40.00.00 - Multas e Juros de Mora do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS				
1.9.1.1.41.00.00 - Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA				
1.9.1.1.42.00.00 - Multas e Juros de Mora do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS				
1.9.1.1.98.00.00 - Multas e Juros de Mora das Contribuições de Melhoria	164,96			
1.9.1.1.99.00.00 - Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	10.212,51			
1.9.1.2.00.00.00 - Multas e Juros de Mora das Contribuições	1.448,78	0,00	0,00	0,00
1.9.1.2.01.00.00 - Multas e Juros de Mora da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social				
1.9.1.2.02.00.00 - Multas e Juros de Mora da Contribuição do Salário-Educação				
1.9.1.2.03.00.00 - Multas e Juros de Mora da Contribuição Relativa às Atividades de Comercialização de Petróleo e seus Derivados, Gás Natural e Álcool Carburante				
1.9.1.2.07.00.00 - Multas e Juros de Mora da Contribuição sobre Movimentação Financeira				
1.9.1.2.10.00.00 - Multas e Juros de Mora das Contribuições sobre a Prestação dos Serviços de Telecomunicações				
1.9.1.2.29.00.00 - Multas e Juros de Mora das Contribuições para o Regime Próprio de Previdência do Servidor	1.448,78			
1.9.1.2.30.00.00 - Multas e Juros de Mora das Contribuições Previdenciárias para o Regime Geral de Previdência Social				
1.9.1.2.31.00.00 - Multas e Juros de Mora das Contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP				
1.9.1.2.32.00.00 - Multas e juros de mora da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas				
1.9.1.2.33.00.00 - Multas e juros de mora sobre a Contribuição dos Concursos de Prognósticos				
1.9.1.2.34.00.00 - Multas e Juros de Mora da Contribuição sobre a Receita das Concessionárias de Energia Elétrica				
1.9.1.2.35.00.00 - Multas e Juros de Mora da Cota-Parte da Contribuição Sindical				
1.9.1.2.36.00.00 - Multas e Juros de Mora da Contribuição sobre a Receita de Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas				
1.9.1.2.51.00.00 - Multas e Juros de Mora da Contribuição sobre a Aposta em Competições Hípicas				
1.9.1.2.52.00.00 - Multas e Juros de Mora da Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante				
1.9.1.2.53.00.00 - Multas e Juros de Mora da Contribuição Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa				
1.9.1.2.54.00.00 - Multas e Juros de Mora da Contribuição sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador				
1.9.1.2.55.00.00 - Juros de Mora do FUNDAF – Receita de Contribuições				
1.9.1.2.56.00.00 - Multas e Juros de Mora das Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores				
1.9.1.2.99.00.00 - Multas e Juros de Mora de Outras Contribuições				
1.9.1.3.00.00.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	61.838,39	0,00	0,00	0,00
1.9.1.3.01.00.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Importação				
1.9.1.3.02.00.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza				
1.9.1.3.03.00.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre Produtos Industrializados				
1.9.1.3.04.00.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários				
1.9.1.3.07.00.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Exportação				
1.9.1.3.08.00.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural				
1.9.1.3.09.00.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Taxa de Fiscalização das Telecomunicações				

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: Período único (anual)

Receitas Orçamentárias	Execução da Receita			
	Receitas Brutas Realizadas	Deduções - Transferências Constitucionais	Deduções - FUNDEB	Outras Deduções da Receita
1.9.1.3.10.00.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Taxa de Fiscalização dos Produtos Controlados pelo Ministério do Exército				
1.9.1.3.11.00.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	46.080,41			
1.9.1.3.12.00.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis - ITBI				
1.9.1.3.13.00.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	1.520,46			
1.9.1.3.14.00.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA				
1.9.1.3.15.00.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços – ICMS				
1.9.1.3.16.00.00 - Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa de Custas Judiciais				
1.9.1.3.20.00.00 - Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos				
1.9.1.3.35.00.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Taxa de Fiscalização e Vigilância Sanitária				
1.9.1.3.98.00.00 - Multas e Juros de mora da Dívida Ativa das Contribuições de Melhoria	2.867,07			
1.9.1.3.99.00.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outros Tributos	11.370,45			
1.9.1.4.00.00.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa das Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.1.4.01.00.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social				
1.9.1.4.02.00.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição do Salário-Educação				
1.9.1.4.03.00.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de natureza Financeira				
1.9.1.4.04.00.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa das Contribuições Previdenciárias para o Regime Geral de Previdência Social.				
1.9.1.4.05.00.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa das Contribuições para o PIS/PASEP				
1.9.1.4.06.00.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas				
1.9.1.4.07.00.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa sobre a Contribuição dos Concursos e Prognósticos				
1.9.1.4.08.00.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa sobre a Contribuição Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa				
1.9.1.4.09.00.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa sobre a Contribuição sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador				
1.9.1.4.10.00.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante				
1.9.1.4.11.00.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição Relativa às Atividades de Comercialização de Petróleo e seus Derivados, Gás Natural e Álcool Carburante				
1.9.1.4.12.00.00 - Juros de Mora do FUNDAF – Dívida Ativa das Contribuições				
1.9.1.4.13.00.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa das Contribuições sobre os Serviços de Telecomunicações				
1.9.1.4.99.00.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outras Contribuições				
1.9.1.5.00.00.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outras Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.1.5.01.00.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa das Multas por Infração à Legislação Trabalhista				
1.9.1.5.02.00.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Receita de Exploração de Recursos Minerais				
1.9.1.5.03.00.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Receita de Outorga de Direitos de Exploração e Pesquisa Mineral				
1.9.1.5.04.00.00 - Multas e Juros de Mora da Receita da Dívida Ativa das Multas Previstas na Legislação Minerária				
1.9.1.5.05.00.00 - Multas e Juros de Mora da Receita da Dívida Ativa dos Serviços de Inspeção e Fiscalização da Atividade Mineral				
1.9.1.5.06.00.00 - Multas e Juros de Mora da Receita da Dívida Ativa da Multa de Poluição de Águas				
1.9.1.5.07.00.00 - Multas e Juros de Mora da Receita da Dívida Ativa da Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos				
1.9.1.5.08.00.00 - Multas e Juros de Mora da Receita da Dívida Ativa da Multa Prevista no Código Brasileiro de Aeronáutica				
1.9.1.5.09.00.00 - Multas e Juros de Mora da Receita da Dívida Ativa dos Serviços de Inspeção e Fiscalização				
1.9.1.5.10.00.00 - Multas e Juros de Mora da Receita da Dívida Ativa das Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações				
1.9.1.5.11.00.00 - Multas e Juros de Mora da Receita da Dívida Ativa de Concessões e Permissões – Serviços de Comunicação				
1.9.1.5.12.00.00 - Multas e Juros de Mora da Receita da Dívida Ativa da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional				
1.9.1.5.13.00.00 - Multas e Juros de Mora da Receita da Dívida Ativa decorrente da Não-Aplicação de Incentivos Fiscais em Projetos Culturais e Indústria Cinematográfica				
1.9.1.5.14.00.00 - Multas e Juros de Mora da Receita da Dívida Ativa das Multas por Infrações à Legislação Cinematográfica				
1.9.1.5.15.00.00 - Multas e Juros de Mora da Receita da Dívida Ativa da Utilização de Recursos Hídricos – Demais Empresas				
1.9.1.5.16.00.00 - Multas e Juros de Mora da Receita da Dívida Ativa das Multas Previstas em Lei por Infrações no Setor de Energia Elétrica				
1.9.1.5.17.00.00 - Multas e Juros de Mora da Receita da Dívida Ativa da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica				
1.9.1.5.18.00.00 - Multas e Juros de Mora da Receita da Dívida Ativadas Multas Previstas na Legislação sobre Lubrificantes e Combustíveis				

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: Período único (anual)

Receitas Orçamentárias	Execução da Receita			
	Receitas Brutas Realizadas	Deduções - Transferências Constitucionais	Deduções - FUNDEB	Outras Deduções da Receita
1.9.1.5.19.00.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa das Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores				
1.9.1.5.20.00.00 - Multas e Juros de Mora da Receita da Dívida Ativa da Taxa de Fiscalização e Autos de Infração no âmbito do Regime de Previdência Complementar Fechada				
1.9.1.5.99.00.00 - Outras Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outras Receitas				
1.9.1.8.00.00.00 - Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	2.756,21	0,00	0,00	0,00
1.9.1.8.01.00.00 - Multas e Juros de Mora de Aluguel				
1.9.1.8.02.00.00 - Multas e Juros de Mora de Arrendamentos				
1.9.1.8.03.00.00 - Multas e Juros de Mora de Laudêmios				
1.9.1.8.04.00.00 - Multa e Juros de Mora da Alienação de Bens Imóveis de Domínio da União				
1.9.1.8.05.00.00 - Multas e Juros de Mora da Alienação de Outros Bens Imóveis				
1.9.1.8.06.00.00 - Multas e Juros de Mora do Parcelamento				
1.9.1.8.07.00.00 - Multas e Juros de Mora de Foros				
1.9.1.8.08.00.00 - Multas e Juros de Mora da Taxa de Ocupação				
1.9.1.8.09.00.00 - Multas e Juros de Mora de Dividendos				
1.9.1.8.10.00.00 - Multas e Juros de Mora de Participações				
1.9.1.8.11.00.00 - Multas e Juros de Mora da Receita dos Direitos "Antidumping" e dos Direitos Compensatórios				
1.9.1.8.12.00.00 - Multas e Juros de Mora da Receita Decorrente de Bens Apreendidos				
1.9.1.8.14.00.00 - Multas e Juros de Mora da Receita de Exploração de Recursos Minerais				
1.9.1.8.15.00.00 - Multas e Juros de Mora da Receita de Outorga de Direitos de Exploração e Pesquisa Mineral				
1.9.1.8.16.00.00 - Multas e Juros de Mora da Receita de Concessão Florestal				
1.9.1.8.17.00.00 - Multa e Juros de Mora pela Cessão de Uso de Bens da União				
1.9.1.8.18.00.00 - Multa e Juros de Mora de Indenização por Posse ou Ocupação Ilícita de Bens da União				
1.9.1.8.19.00.00 - Multas e Juros de Mora do Auto de Infração no âmbito do Regime de Previdência Complementar Fechada				
1.9.1.8.20.00.00 - Multas e Juros de Mora da Receita Decorrente de Medidas de Suspensão de Concessões dos Direitos de Propriedade Intelectual				
1.9.1.8.21.00.00 - Multas e Juros de Mora do Ressarcimento Decorrente de Ações Regressivas Oriundas da Relação de Trabalho				
1.9.1.8.23.00.00 - Multa e Juros de Mora Decorrentes da Restituição de Recursos de Fomento				
1.9.1.8.24.00.00 - Multas e Juros de Mora das Receitas de Concessão e Outorga na Área de Telecomunicações				
1.9.1.8.25.00.00 - Multas e Juros de Mora Incidentes sobre as Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações				
1.9.1.8.26.00.00 - Multas e Juros de Mora Decorrentes de Multas por Auto de Infração				
1.9.1.8.27.00.00 - Multas e Juros de Mora dos Serviços de Certificação e Homologação de Produtos de Telecomunicações				
1.9.1.8.99.00.00 - Outras Multas e Juros de Mora	2.756,21			
1.9.1.9.00.00.00 - Multas de Outras Origens	28.774,98			
1.9.2.0.00.00.00 - Indenizações e Restituições	24.560,07	0,00	0,00	0,00
1.9.2.1.00.00.00 - Indenizações				
1.9.2.2.00.00.00 - Restituições	24.560,07	0,00	0,00	0,00
1.9.2.2.01.00.00 - Restituições de Convênios				
1.9.2.2.02.00.00 - Restituições de Benefícios não Desembolsados				
1.9.2.2.03.00.00 - Restituições de Constribuições Previdenciárias Complementares				
1.9.2.2.04.00.00 - Restituições não Reclamadas das Condenações Judiciais				
1.9.2.2.05.00.00 - Ressarcimento por Operadoras de Seguros Privados de Assistência à Saúde				
1.9.2.2.06.00.00 - Ressarcimento do Custo de Disponibilização de Medicamentos				
1.9.2.2.07.00.00 - Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores				
1.9.2.2.08.00.00 - Ressarcimento de Pagamentos de Honorários Técnicos-Periciais				
1.9.2.2.09.00.00 - Ressarcimento de Despesas do Porte de Remessa e Retorno dos Autos				
1.9.2.2.10.00.00 - Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores				
1.9.2.2.11.00.00 - Restituição de Parcelas do Seguro Desemprego Recebidas Indevidamente				
1.9.2.2.20.00.00 - Recuperação de Sinistros				
1.9.2.2.21.00.00 - Ressarcimentos de Pagamentos de Despesas pela Deportação				
1.9.2.2.22.00.00 - Ressarcimento Decorrente de Ações Regressivas Oriundas da Relação de Trabalho				
1.9.2.2.23.00.00 - Restituição de Recursos de Fomento				
1.9.2.2.24.00.00 - Restituição de Recursos de Subvenções ou Subsídios				
1.9.2.2.30.00.00 - Devoluções de Recursos Decorrentes de Restituições Indevidas do Imposto de Renda				
1.9.2.2.99.00.00 - Outras Restituições	24.560,07			
1.9.2.3.01.00.00 - Retorno de Investimentos Mediante Participação em Empresas e Projetos				
1.9.3.0.00.00.00 - Receita da Dívida Ativa	192.078,12	0,00	0,00	2.054,51

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: Período único (anual)

Receitas Orçamentárias	Execução da Receita			
	Receitas Brutas Realizadas	Deduções - Transferências Constitucionais	Deduções - FUNDEB	Outras Deduções da Receita
1.9.3.1.00.00.00 - Receita da Dívida Ativa Tributária	192.078,12	0,00	0,00	2.054,51
1.9.3.1.01.00.00 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza				
1.9.3.1.02.00.00 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre Produtos Industrializados				
1.9.3.1.03.00.00 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários				
1.9.3.1.04.00.00 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural				
1.9.3.1.05.00.00 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Importação				
1.9.3.1.06.00.00 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Exportação				
1.9.3.1.07.00.00 - Receita da Dívida Ativa de Custas Judiciais				
1.9.3.1.08.00.00 - Receita da Dívida Ativa da Taxa de Fiscalização de Telecomunicações				
1.9.3.1.09.00.00 - Receita da Dívida Ativa decorrente da Taxa de Fiscalização – TAFIC				
1.9.3.1.11.00.00 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	126.528,02			1.805,36
1.9.3.1.12.00.00 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis - ITBI				
1.9.3.1.13.00.00 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	4.657,73			19,41
1.9.3.1.14.00.00 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA				
1.9.3.1.15.00.00 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços – ICMS				
1.9.3.1.20.00.00 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos				
1.9.3.1.35.00.00 - Receita da Dívida Ativa da Taxa de Fiscalização e Vigilância Sanitária				
1.9.3.1.36.00.00 - Receita da Dívida Ativa da Taxa de Saúde Suplementar				
1.9.3.1.98.00.00 - Receita da Dívida Ativa das Contribuições de Melhoria	3.544,76			
1.9.3.1.99.00.00 - Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	57.347,61			229,74
1.9.3.2.00.00.00 - Receita da Dívida Ativa Não Tributária	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.3.2.01.00.00 - Receita da Dívida Ativa das Contribuições Previdenciárias para o Regime Geral de Previdência Social				
1.9.3.2.02.00.00 - Receita da Dívida Ativa da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social				
1.9.3.2.03.00.00 - Receita da Dívida Ativa da Contribuição do Salário-Educação				
1.9.3.2.04.00.00 - Receita da Dívida Ativa da Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira				
1.9.3.2.05.00.00 - Receita da Dívida Ativa da Contribuição para o PIS/PASEP				
1.9.3.2.06.00.00 - Receita da Dívida Ativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas				
1.9.3.2.07.00.00 - Receita da Dívida Ativa da Contribuição dos Concursos e Prognósticos				
1.9.3.2.08.00.00 - Receita da Dívida Ativa das Multas do Código Eleitoral e Leis Conexas				
1.9.3.2.09.00.00 - Receita da Dívida Ativa da Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante				
1.9.3.2.10.00.00 - Receita da Dívida Ativa da Contribuição sobre Aposta em Competições Hípicas				
1.9.3.2.11.00.00 - Receita da Dívida Ativa de Aluguéis				
1.9.3.2.12.00.00 - Receita da Dívida Ativa de Foros				
1.9.3.2.13.00.00 - Receita da Dívida Ativa de Taxa de Ocupação				
1.9.3.2.14.00.00 - Receita da Dívida Ativa de Arrendamento				
1.9.3.2.15.00.00 - Receita da Dívida Ativa de Laudêmios				
1.9.3.2.16.00.00 - Receita da Dívida Ativa de Outras Contribuições				
1.9.3.2.17.00.00 - Receita da Dívida Ativa das Multas por Infração à Legislação Trabalhista				
1.9.3.2.18.00.00 - Receita da Dívida Ativa da Contribuição Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa				
1.9.3.2.19.00.00 - Receita da Dívida Ativa da Contribuição sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador				
1.9.3.2.20.00.00 - Receita da Dívida Ativa da Contribuição Relativa às Atividades de Comercialização de Petróleo e seus Derivados, Gás Natural e Álcool Carburante				
1.9.3.2.21.00.00 - Receita da Dívida Ativa da Atividade Mineral				
1.9.3.2.22.00.00 - Receita da Dívida Ativa da Multa de Poluição de Águas				
1.9.3.2.23.00.00 - Receita da Dívida Ativa da Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos				
1.9.3.2.24.00.00 - Receita da Dívida Ativa da Multa Prevista no Código Brasileiro de Aeronáutica				
1.9.3.2.25.00.00 - Receita da Dívida Ativa dos Serviços de Inspeção e Fiscalização				
1.9.3.2.26.00.00 - Receita da Dívida Ativa das Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações				
1.9.3.2.27.00.00 - Receita da Dívida Ativa de Concessões e Permissões – Serviços de Comunicação				
1.9.3.2.28.00.00 - Receita da Dívida Ativa da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional				
1.9.3.2.29.00.00 - Receita da Dívida Ativa da Receita decorrente da Não-Aplicação de Incentivos Fiscais em Projetos Culturais e Indústria Cinematográfica				
1.9.3.2.30.00.00 - Dívida Ativa das Multas por Infrações à Legislação Cinematográfica				

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: Período único (anual)

Receitas Orçamentárias	Execução da Receita			
	Receitas Brutas Realizadas	Deduções - Transferências Constitucionais	Deduções - FUNDEB	Outras Deduções da Receita
1.9.3.2.31.00.00 - Receita da Dívida Ativa da Utilização de Recursos Hídricos – Demais Empresas				
1.9.3.2.32.00.00 - Receita da Dívida Ativa das Multas Previstas em Lei por Infrações no Setor de Energia Elétrica				
1.9.3.2.33.00.00 - Receita da Dívida Ativa da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica				
1.9.3.2.34.00.00 - Receita da Dívida Ativa das Multas Previstas na Legislação sobre Lubrificantes e Combustíveis				
1.9.3.2.35.00.00 - Receita da Dívida Ativa das Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores				
1.9.3.2.36.00.00 - Receita da Dívida Ativa de Multas por Infração - Contrato Administrativo				
1.9.3.2.37.00.00 - Receita da Dívida Ativa de Reposição ou Indenização de Servidor				
1.9.3.2.38.00.00 - Receita da Dívida Ativa de Ressarcimento ao Erário				
1.9.3.2.39.00.00 - Receita da Dívida Ativa do Ressarcimento ao Erário Decorrente de Decisão do Tribunal de Contas da União				
1.9.3.2.40.00.00 - Receita da Dívida Ativa de Ressarcimento ao Sistema Único de Saúde				
1.9.3.2.41.00.00 - Receita da Dívida Ativa de Multas por Infração da Ordem Econômica				
1.9.3.2.42.00.00 - Receita da Dívida Ativa por Multa de Trânsito				
1.9.3.2.43.00.00 - Receita da Dívida Ativa de Multas por Infração à Lei Complementar nº 109/01 – Previdência Privada				
1.9.3.2.44.00.00 - Receita da Dívida Ativa por Infração Administrativa				
1.9.3.2.45.00.00 - Receita da Dívida Ativa de Outros Serviços				
1.9.3.2.46.00.00 - Receita da Dívida Ativa das Multas Previstas na Legislação sobre Regime de Previdência Privada Complementar				
1.9.3.2.47.00.00 - Receita da Dívida Ativa de Multas Aplicadas no Âmbito de Processo Judicial				
1.9.3.2.99.00.00 - Receita da Dívida Ativa Não Tributária de Outras Receitas				
1.9.4.0.00.00.00 - Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS				
1.9.5.0.00.00.00 - Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Compensação ao RGPS				
1.9.9.0.00.00.00 - Receitas Diversas	1.215,08	0,00	0,00	0,00
1.9.9.0.01.00.00 - Receita de Parcelamentos – Outras Receitas				
1.9.9.0.02.00.00 - Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa e Receitas de Ônus de Sucumbência				
1.9.9.0.03.00.00 - Receita Decorrente de Alienação de Bens Apreendidos				
1.9.9.0.04.00.00 - Produtos de Depósitos Abandonados (Dinheiro ou Objetos de Valor)				
1.9.9.0.05.00.00 - Receita de Bens e Valores Perdidos em Favor da União				
1.9.9.0.06.00.00 - Receita Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais em Projetos Culturais e pela Indústria Cinematográfica				
1.9.9.0.07.00.00 - Receita de Direitos "Antidumping" e dos Direitos Compensatórios				
1.9.9.0.08.00.00 - Demais Receitas para o Desenvolvimento do Desporto				
1.9.9.0.10.00.00 - Receita Decorrente de Medidas de Suspensão de Concessões dos Direitos de Propriedade Intelectual				
1.9.9.0.16.00.00 - Receita de Participação do Seguro – DPVAT – Sistema Nacional de Trânsito				
1.9.9.0.18.00.00 - Receita de Reserva Global de Reversão				
1.9.9.0.19.00.00 - Recolhimento do Beneficiário ao Fundo de Saúde Militar				
1.9.9.0.20.00.00 - Contribuição Voluntária – Montepio Civil				
1.9.9.0.21.00.00 - Receita de Seguros decorrente da Indenização por Sinistro				
1.9.9.0.24.00.00 - Receita de Leilão de Cotas de Importação				
1.9.9.0.25.00.00 - Recolhimento e Transferência de Depósitos Judiciais e Extrajudiciais				
1.9.9.0.26.00.00 - Recursos Decorrentes da Prestação de Contas de Campanha Eleitoral				
1.9.9.0.27.00.00 - Disponibilidades de Recursos do Fundo Social				
1.9.9.0.28.00.00 - Receita de Contrapartida de Subvenções ou Subsídios				
1.9.9.0.96.00.00 - Receita de Variação Cambial				
1.9.9.0.98.00.00 - Outras Receitas Eventuais				
1.9.9.0.99.00.00 - Outras Receitas	1.215,08			
2.0.0.0.00.00.00 - Receitas de Capital	1.272.978,04	0,00	0,00	0,00
2.1.0.0.00.00.00 - Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.1.0.00.00.00 - Operações de Crédito Internas				
2.1.2.0.00.00.00 - Operações de Crédito Externas				
2.2.0.0.00.00.00 - Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.1.0.00.00.00 - Alienação de Bens Móveis				
2.2.2.0.00.00.00 - Alienação de Bens Imóveis				
2.3.0.0.00.00.00 - Amortização de Empréstimos	31.584,16			
2.4.0.0.00.00.00 - Transferências de Capital	1.241.393,88	0,00	0,00	0,00
2.4.2.0.00.00.00 - Transferências Intergovernamentais	174.970,00	0,00	0,00	0,00
2.4.2.1.00.00.00 - Transferências da União	174.970,00	0,00	0,00	0,00
2.4.2.1.01.00.00 - Participação na Receita da União	76.000,00			
2.4.2.1.02.00.00 - Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação	98.970,00			
2.4.2.1.37.00.00 - Transferências da União a Consórcios Públicos				
2.4.2.1.99.00.00 - Outras Transferências da União				
2.4.2.2.00.00.00 - Transferências dos Estados	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.2.2.01.00.00 - Participação na Receita dos Estados				

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: Período único (anual)

Receitas Orçamentárias	Execução da Receita			
	Receitas Brutas Realizadas	Deduções - Transferências Constitucionais	Deduções - FUNDEB	Outras Deduções da Receita
2.4.2.2.02.00.00 - Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação				
2.4.2.2.37.00.00 - Transferências de Estados a Consórcios Públicos				
2.4.2.2.99.00.00 - Outras Transferências dos Estados				
2.4.2.3.00.00.00 - Transferências dos Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.2.3.01.00.00 - Transferências de Recursos Destinados a Programas de Saúde				
2.4.2.3.02.00.00 - Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação				
2.4.2.3.37.00.00 - Transferências de Municípios a Consórcios Públicos				
2.4.2.3.99.00.00 - Outras Transferências dos Municípios				
2.4.3.0.00.00.00 - Transferências de Instituições Privadas				
2.4.4.0.00.00.00 - Transferências do Exterior				
2.4.5.0.00.00.00 - Transferências de Pessoas				
2.4.6.0.00.00.00 - Transferências de Outras Instituições Públicas				
2.4.7.0.00.00.00 - Transferências de Convênios	1.066.423,88	0,00	0,00	0,00
2.4.7.1.00.00.00 - Transferências de Convênios da União e de suas Entidades	443.561,48	0,00	0,00	0,00
2.4.7.1.01.00.00 - Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde - SUS	331.560,00			
2.4.7.1.02.00.00 - Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação	100.511,48			
2.4.7.1.03.00.00 - Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Saneamento Básico				
2.4.7.1.04.00.00 - Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Meio Ambiente				
2.4.7.1.05.00.00 - Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Infraestrutura em Transporte				
2.4.7.1.99.00.00 - Outras Transferências de Convênios da União	11.490,00			
2.4.7.2.00.00.00 - Transferências de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	622.862,40	0,00	0,00	0,00
2.4.7.2.01.00.00 - Transferências de Convênios dos Estados para o Sistema Único de Saúde - SUS	192.487,35			
2.4.7.2.02.00.00 - Transferências de Convênios dos Estados Destinadas a Programas de Educação				
2.4.7.2.03.00.00 - Transferências de Convênios dos Estados Destinadas a Programas de Saneamento Básico				
2.4.7.2.04.00.00 - Transferências de Convênios dos Estados Destinadas a Programas de Meio Ambiente				
2.4.7.2.05.00.00 - Transferências de Convênios dos Estados Destinadas a Programas de Infraestrutura em Transporte	73.882,77			
2.4.7.2.99.00.00 - Outras Transferências de Convênios dos Estados	356.492,28			
2.4.7.3.00.00.00 - Transferências de Convênios dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.7.3.01.00.00 - Transferências de Convênios dos Municípios Destinados a Programas de Saúde				
2.4.7.3.02.00.00 - Transferências de Convênios dos Municípios Destinadas a Programas de Educação				
2.4.7.3.99.00.00 - Outras Transferências de Convênios dos Municípios				
2.4.7.4.00.00.00 - Transferências de Convênios de Instituições Privadas				
2.4.7.5.00.00.00 - Transferências de Convênios do Exterior				
2.4.8.0.00.00.00 - Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.8.1.00.00.00 - Provenientes do Exterior				
2.4.8.2.00.00.00 - Provenientes de Pessoas Jurídicas				
2.4.8.3.00.00.00 - Provenientes de Pessoas Físicas				
2.4.8.4.00.00.00 - Provenientes de Depósitos não Identificados				
2.5.0.0.00.00.00 - Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.2.0.00.00.00 - Integralização do Capital Social				
2.5.3.0.00.00.00 - Resultado do Banco Central do Brasil				
2.5.4.0.00.00.00 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional				
2.5.5.0.00.00.00 - Receita da Dívida Ativa Proveniente de Amortização de Empréstimos e Financiamentos				
2.5.6.0.00.00.00 - Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café				
2.5.7.0.00.00.00 - Receita Auferida por Detentores de Títulos do Tesouro Nacional Resgatados				
2.5.8.0.00.00.00 - Receitas de Alienação de Certificados de Potencial Adicional de Construção - CEPAC				
2.5.9.0.00.00.00 - Outras Receitas				
7.0.0.0.00.00.00 - Receitas Correntes Intraorçamentárias	1.739.112,68	0,00	0,00	0,00
7.1.0.0.00.00.00 - Receita Tributária Intraorçamentária				
7.2.0.0.00.00.00 - Receitas de Contribuições Intraorçamentárias	1.596.129,98	0,00	0,00	0,00
7.2.1.0.00.00.00 - Contribuições Sociais Intraorçamentárias	1.596.129,98	0,00	0,00	0,00
7.2.1.0.29.00.00 - Contribuições para o Regime Próprio de Previdência do Servidor Público Intraorçamentárias	1.596.129,98	0,00	0,00	0,00
7.2.1.0.29.01.00 - Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil para o Regime Próprio Intraorçamentária	1.437.573,96			
7.2.1.0.29.02.00 - Contribuição Patronal de Servidor Ativo Militar Intraorçamentária				
7.2.1.0.29.03.00 - Contribuição Patronal - Inativo Civil Intraorçamentária				
7.2.1.0.29.04.00 - Contribuição Patronal - Inativo Militar Intraorçamentária				
7.2.1.0.29.05.00 - Contribuição Patronal - Pensionista Civil Intraorçamentária				
7.2.1.0.29.06.00 - Contribuição Patronal - Pensionista Militar Intraorçamentária				
7.2.1.0.29.16.00 - Receita de Recolhimento da Contribuição Patronal, oriunda do Pagamento de Sentenças Judiciais Intraorçamentária				
7.2.1.0.29.99.00 - Outras Contribuições para o Regime Próprio de				

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: Período único (anual)

Receitas Orçamentárias	Execução da Receita			
	Receitas Brutas Realizadas	Deduções - Transferências Constitucionais	Deduções - FUNDEB	Outras Deduções da Receita
Previdência do Servidor Público Intraorçamentárias	158.556,02			
7.2.1.0.99.00.00 - Outras Contribuições Sociais Intraorçamentárias				
7.2.2.0.00.00.00 - Contribuições Econômicas Intraorçamentárias				
7.2.3.0.00.00.00 - Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública Intraorçamentária				
7.3.0.0.00.00.00 - Receita Patrimonial Intraorçamentária				
7.4.0.0.00.00.00 - Receita Agropecuária Intraorçamentária				
7.5.0.0.00.00.00 - Receita Industrial Intraorçamentária				
7.6.0.0.00.00.00 - Receita de Serviços Intraorçamentária				
7.7.0.0.00.00.00 - Transferências Correntes Intraorçamentárias				
7.9.0.0.00.00.00 - Outras Receitas Correntes Intraorçamentárias	142.982,70	0,00	0,00	0,00
7.9.1.2.00.00.00 - Multas e Juros de Mora das Contribuições Intraorçamentárias	142.982,70	0,00	0,00	0,00
7.9.1.2.29.00.00 - Multas e Juros de Mora das Contribuições para o Regime Próprio de Previdência do Servidor Intraorçamentárias	142.982,70			
7.9.1.2.99.00.00 - Outras Multas e Juros de Mora de Contribuições Intraorçamentárias				
7.9.9.9.00.00.00 - Demais Receitas Correntes Intraorçamentárias				
8.0.0.0.00.00.00 - Receitas de Capital Intraorçamentárias				

DCA-Anexo I-C | Balanço Orçamentário - Receitas Orçamentárias

Notas Explicativas - Receitas Orçamentárias	Valores
	31/12/2016
Notas Explicativas - Receitas Orçamentárias	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: Período único (anual)

DCA-Anexo I-D | Balanço Orçamentário - Despesas Orçamentárias

Despesas Orçamentárias	Execução da Despesa				
	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Inscrição de RP Não Processados	Inscrição de RP Processados
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-
Total Geral da Despesa	34.355.373,67	34.318.373,67	34.318.373,67	37.000,00	0,00
3.0.00.00.00.00 - Despesas Correntes	31.123.549,01	31.123.549,01	31.123.549,01	0,00	0,00
3.1.00.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais	16.922.586,16	16.922.586,16	16.922.586,16	0,00	0,00
3.1.20.00.00.00 - Transferências à União					
3.1.30.00.00.00 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal					
3.1.40.00.00.00 - Transferências a Municípios					
3.1.50.00.00.00 - Transferências a Instituições Sem Fins Lucrativos					
3.1.71.00.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio					
3.1.73.00.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012					
3.1.74.00.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012					
3.1.80.00.00.00 - Transferências ao Exterior					
3.1.90.00.00.00 - Aplicações Diretas	15.553.082,66	15.553.082,66	15.553.082,66	0,00	0,00
3.1.90.01.00.00 - Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e Reformas dos Militares	901.207,86	901.207,86	901.207,86	0,00	0,00
3.1.90.03.00.00 - Pensões do RPPS e do Militar	314.471,40	314.471,40	314.471,40	0,00	0,00
3.1.90.04.00.00 - Contratação por Tempo Determinado	39.714,82	39.714,82	39.714,82	0,00	0,00
3.1.90.05.00.00 - Outros Benefícios Previdenciários do Servidor ou do Militar	336.258,81	336.258,81	336.258,81	0,00	0,00
3.1.90.07.00.00 - Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência					
3.1.90.08.00.00 - Outros Benefícios Assistenciais do Servidor ou do Militar					
3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	13.596.924,35	13.596.924,35	13.596.924,35	0,00	0,00
3.1.90.12.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Militar					
3.1.90.13.00.00 - Obrigações Patronais	364.167,50	364.167,50	364.167,50	0,00	0,00
3.1.90.13.01.00 - FGTS					
3.1.90.13.02.00 - Contribuições Previdenciárias - INSS	364.167,50	364.167,50	364.167,50	0,00	0,00
3.1.90.13.08.00 - Plano de Seg. Soc. do Servidor - Pessoal Ativo					
3.1.90.13.99.00 - Outras Obrigações Patronais					
3.1.90.16.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil					
3.1.90.17.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Militar					
3.1.90.67.00.00 - Depósitos Compulsórios					
3.1.90.91.00.00 - Sentenças Judiciais					
3.1.90.92.00.00 - Despesas de Exercícios Anteriores					
3.1.90.94.00.00 - Indenizações e Restituições Trabalhistas					
3.1.90.96.00.00 - Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	337,92	337,92	337,92	0,00	0,00
3.1.90.99.00.00 - A Classificar					
3.1.91.00.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	1.369.503,50	1.369.503,50	1.369.503,50	0,00	0,00
3.1.91.04.00.00 - Contratação por Tempo Determinado					
3.1.91.13.00.00 - Contribuições Patronais	1.369.503,50	1.369.503,50	1.369.503,50	0,00	0,00
3.1.91.13.03.00 - Contribuição Patronal para o RPPS - Intraorçamentária	1.369.503,50	1.369.503,50	1.369.503,50	0,00	0,00
3.1.91.13.99.00 - Outras Obrigações Patronais - Intraorçamentária					
3.1.91.91.00.00 - Sentenças Judiciais					

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: Período único (anual)

Despesas Orçamentárias	Execução da Despesa				
	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Inscrição de RP Não Processados	Inscrição de RP Processados
3.1.91.92.00.00 - Despesas de Exercícios Anteriores					
3.1.91.94.00.00 - Indenizações e Restituições Trabalhistas					
3.1.91.96.00.00 - Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado					
3.1.91.99.00.00 - A Classificar					
3.1.95.00.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012					
3.1.96.00.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012					
3.1.99.00.00.00 - A Definir	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.99.99.00.00 - A Classificar					
3.2.00.00.00.00 - Juros e Encargos da Dívida	142.982,70	142.982,70	142.982,70	0,00	0,00
3.2.90.00.00.00 - Aplicações Diretas	142.982,70	142.982,70	142.982,70	0,00	0,00
3.2.90.21.00.00 - Juros sobre a Dívida por Contrato	142.982,70	142.982,70	142.982,70	0,00	0,00
3.2.90.22.00.00 - Outros Encargos sobre a Dívida por Contrato					
3.2.90.23.00.00 - Juros, Deságios e Descontos da Dívida Mobiliária					
3.2.90.24.00.00 - Outros Encargos sobre a Dívida Mobiliária					
3.2.90.25.00.00 - Encargos sobre Operações de Crédito por Antecipação da Receita					
3.2.90.91.00.00 - Sentenças Judiciais					
3.2.90.92.00.00 - Despesas de Exercícios Anteriores					
3.2.90.93.00.00 - Indenizações e Restituições					
3.2.90.99.00.00 - A Classificar					
3.2.95.00.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012					
3.2.96.00.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012					
3.2.99.00.00.00 - A Definir					
3.3.00.00.00.00 - Outras Despesas Correntes	14.057.980,15	14.057.980,15	14.057.980,15	0,00	0,00
3.3.20.00.00.00 - Transferências à União					
3.3.22.00.00.00 - Execução Orçamentária Delegada à União					
3.3.30.00.00.00 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.30.41.00.00 - Contribuições					
3.3.30.81.00.00 - Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas					
3.3.30.99.00.00 - A Classificar					
3.3.31.00.00.00 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal - Fundo a Fundo					
3.3.32.00.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Estados e ao Distrito Federal					
3.3.35.00.00.00 - Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012					
3.3.36.00.00.00 - Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012					
3.3.40.00.00.00 - Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.40.41.00.00 - Contribuições					
3.3.40.81.00.00 - Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas					
3.3.40.99.00.00 - A Classificar					
3.3.41.00.00.00 - Transferências a Municípios - Fundo a Fundo					
3.3.42.00.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Municípios					
3.3.45.00.00.00 - Transferências Fundo a Fundo aos Municípios à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012					

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: Período único (anual)

Despesas Orçamentárias	Execução da Despesa				
	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Inscrição de RP Não Processados	Inscrição de RP Processados
3.3.46.00.00.00 - Transferências Fundo a Fundo aos Municípios à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012					
3.3.50.00.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos					
3.3.60.00.00.00 - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos					
3.3.67.00.00.00 - Execução de Contrato de Parceria Público-Privada - PPP					
3.3.70.00.00.00 - Transferências a Instituições Multigovernamentais					
3.3.71.00.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio	299.819,61	299.819,61	299.819,61	0,00	0,00
3.3.72.00.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos					
3.3.73.00.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012					
3.3.74.00.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012					
3.3.75.00.00.00 - Transferências a Instituições Multigovernamentais à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012					
3.3.76.00.00.00 - Transferências a Instituições Multigovernamentais à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012					
3.3.80.00.00.00 - Transferências ao Exterior					
3.3.90.00.00.00 - Aplicações Diretas	13.758.160,54	13.758.160,54	13.758.160,54	0,00	0,00
3.3.90.04.00.00 - Contratação por Tempo Determinado					
3.3.90.06.00.00 - Benefício Mensal ao Deficiente e ao Idoso					
3.3.90.08.00.00 - Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar					
3.3.90.10.00.00 - Seguro Desemprego e Abono Salarial					
3.3.90.14.00.00 - Diárias - Civil	167.440,50	167.440,50	167.440,50	0,00	0,00
3.3.90.15.00.00 - Diárias - Militar					
3.3.90.18.00.00 - Auxílio Financeiro a Estudantes					
3.3.90.19.00.00 - Auxílio-Fardamento					
3.3.90.20.00.00 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores					
3.3.90.26.00.00 - Obrigações Decorrentes de Política Monetária					
3.3.90.27.00.00 - Encargos pela Honra de Avais, Garantias, Seguros e Similares					
3.3.90.28.00.00 - Remuneração de Cotas de Fundos Autárquicos					
3.3.90.29.00.00 - Distribuição de Resultado de Empresas Estatais Dependentes					
3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo	5.047.515,18	5.047.515,18	5.047.515,18	0,00	0,00
3.3.90.31.00.00 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	5.764,00	5.764,00	5.764,00	0,00	0,00
3.3.90.32.00.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	73.098,90	73.098,90	73.098,90	0,00	0,00
3.3.90.33.00.00 - Passagens e Despesas com Locomoção	24.456,18	24.456,18	24.456,18	0,00	0,00
3.3.90.34.00.00 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização					
3.3.90.35.00.00 - Serviços de Consultoria	15.780,00	15.780,00	15.780,00	0,00	0,00
3.3.90.36.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	135.793,53	135.793,53	135.793,53	0,00	0,00
3.3.90.37.00.00 - Locação de Mão-de-Obra					
3.3.90.38.00.00 - Arrendamento Mercantil					
3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	5.310.360,22	5.310.360,22	5.310.360,22	0,00	0,00
3.3.90.41.00.00 - Contribuições					
3.3.90.43.00.00 - Subvenções Sociais					
3.3.90.45.00.00 - Subvenções Econômicas					
3.3.90.46.00.00 - Auxílio-Alimentação	23.100,00	23.100,00	23.100,00	0,00	0,00
3.3.90.47.00.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas	352.610,85	352.610,85	352.610,85	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: Período único (anual)

Despesas Orçamentárias	Execução da Despesa				
	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Inscrição de RP Não Processados	Inscrição de RP Processados
3.3.90.48.00.00 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	64.300,00	64.300,00	64.300,00	0,00	0,00
3.3.90.49.00.00 - Auxílio-Transporte					
3.3.90.53.00.00 - Aposentadorias do RGPS - Área Rural					
3.3.90.54.00.00 - Aposentadorias do RGPS - Área Urbana					
3.3.90.55.00.00 - Pensões do RGPS - Área Rural					
3.3.90.56.00.00 - Pensões do RGPS - Área Urbana					
3.3.90.57.00.00 - Outros Benefícios do RGPS - Área Rural					
3.3.90.58.00.00 - Outros Benefícios do RGPS - Área Urbana					
3.3.90.59.00.00 - Pensões Especiais					
3.3.90.67.00.00 - Depósitos Compulsórios					
3.3.90.81.00.00 - Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas					
3.3.90.91.00.00 - Sentenças Judiciais	353.210,00	353.210,00	353.210,00	0,00	0,00
3.3.90.92.00.00 - Despesas de Exercícios Anteriores					
3.3.90.93.00.00 - Indenizações e Restituições	2.184.731,18	2.184.731,18	2.184.731,18	0,00	0,00
3.3.90.95.00.00 - Indenização pela Execução de Trabalhos de Campo					
3.3.90.96.00.00 - Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado					
3.3.90.98.00.00 - Compensações ao RGPS					
3.3.90.99.00.00 - A Classificar					
3.3.91.00.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
3.3.93.00.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe					
3.3.94.00.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Não Participe					
3.3.95.00.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012					
3.3.96.00.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012					
3.3.99.00.00.00 - A Definir					
4.0.00.00.00.00 - Despesas de Capital	3.231.824,66	3.194.824,66	3.194.824,66	37.000,00	0,00
4.4.00.00.00.00 - Investimentos	3.073.268,64	3.036.268,64	3.036.268,64	37.000,00	0,00
4.4.20.00.00.00 - Transferências à União					
4.4.22.00.00.00 - Execução Orçamentária Delegada à União					
4.4.30.00.00.00 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal					
4.4.31.00.00.00 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal - Fundo a Fundo					
4.4.32.00.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Estados e ao Distrito Federal					
4.4.35.00.00.00 - Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012					
4.4.36.00.00.00 - Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012					
4.4.40.00.00.00 - Transferências a Municípios					
4.4.41.00.00.00 - Transferências a Municípios - Fundo a Fundo					
4.4.42.00.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Municípios					
4.4.45.00.00.00 - Transferências Fundo a Fundo aos Municípios à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012					
4.4.46.00.00.00 - Transferências Fundo a Fundo aos Municípios à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012					

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: Período único (anual)

Despesas Orçamentárias	Execução da Despesa				
	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Inscrição de RP Não Processados	Inscrição de RP Processados
4.4.50.00.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos					
4.4.60.00.00.00 - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos					
4.4.70.00.00.00 - Transferências a Instituições Multigovernamentais					
4.4.71.00.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio					
4.4.72.00.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos					
4.4.73.00.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012					
4.4.74.00.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012					
4.4.75.00.00.00 - Transferências a Instituições Multigovernamentais à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012					
4.4.76.00.00.00 - Transferências a Instituições Multigovernamentais à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012					
4.4.80.00.00.00 - Transferências ao Exterior					
4.4.90.00.00.00 - Aplicações Diretas	3.073.268,64	3.036.268,64	3.036.268,64	37.000,00	0,00
4.4.90.04.00.00 - Contratação por Tempo Determinado					
4.4.90.14.00.00 - Diárias - Civil					
4.4.90.15.00.00 - Diárias - Militar					
4.4.90.17.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Militar					
4.4.90.18.00.00 - Auxílio Financeiro a Estudantes					
4.4.90.20.00.00 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores					
4.4.90.30.00.00 - Material de Consumo					
4.4.90.33.00.00 - Passagens e Despesas com Locomoção					
4.4.90.35.00.00 - Serviços de Consultoria					
4.4.90.36.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física					
4.4.90.37.00.00 - Locação de Mão-de-Obra					
4.4.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica					
4.4.90.47.00.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas					
4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações	2.458.189,83	2.458.189,83	2.458.189,83	0,00	0,00
4.4.90.51.91.00 - Obras em Andamento	2.458.189,83	2.458.189,83	2.458.189,83	0,00	0,00
4.4.90.51.99.00 - Demais Obras e Instalações					
4.4.90.52.00.00 - Equipamentos e Material Permanente	615.078,81	578.078,81	578.078,81	37.000,00	0,00
4.4.90.61.00.00 - Aquisição de Imóveis					
4.4.90.91.00.00 - Sentenças Judiciais					
4.4.90.92.00.00 - Despesas de Exercícios Anteriores					
4.4.90.93.00.00 - Indenizações e Restituições					
4.4.90.99.00.00 - A Classificar					
4.4.91.00.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
4.4.93.00.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe					
4.4.94.00.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Não Participe					
4.4.95.00.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012					
4.4.96.00.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012					

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: Período único (anual)

Despesas Orçamentárias	Execução da Despesa				
	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Inscrição de RP Não Processados	Inscrição de RP Processados
4.4.99.00.00.00 - A Definir					
4.5.00.00.00.00 - Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.20.00.00.00 - Transferências à União					
4.5.30.00.00.00 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal					
4.5.32.00.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Estados e ao Distrito Federal					
4.5.40.00.00.00 - Transferências a Municípios					
4.5.42.00.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Municípios					
4.5.50.00.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos					
4.5.60.00.00.00 - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos					
4.5.67.00.00.00 - Execução de Contrato de Parceria Público-Privada - PPP					
4.5.71.00.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio					
4.5.72.00.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos					
4.5.73.00.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012					
4.5.74.00.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012					
4.5.80.00.00.00 - Transferências ao Exterior					
4.5.90.00.00.00 - Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.90.27.00.00 - Encargos pela Honra de Avais, Garantias, Seguros e Similares					
4.5.90.61.00.00 - Aquisição de Imóveis					
4.5.90.62.00.00 - Aquisição de Produtos para Revenda					
4.5.90.63.00.00 - Aquisição de Títulos de Crédito					
4.5.90.64.00.00 - Aquisição de Títulos Representativos de Capital já Integralizado					
4.5.90.65.00.00 - Constituição ou Aumento de Capital de Empresas					
4.5.90.66.00.00 - Concessão de Empréstimos e Financiamentos					
4.5.90.67.00.00 - Depósitos Compulsórios					
4.5.90.91.00.00 - Sentenças Judiciais					
4.5.90.92.00.00 - Despesas de Exercícios Anteriores					
4.5.90.93.00.00 - Indenizações e Restituições					
4.5.90.99.00.00 - A Classificar					
4.5.91.00.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
4.5.95.00.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012					
4.5.96.00.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012					
4.5.99.00.00.00 - A Definir					
4.6.00.00.00.00 - Amortização da Dívida	158.556,02	158.556,02	158.556,02	0,00	0,00
4.6.90.00.00.00 - Aplicações Diretas	158.556,02	158.556,02	158.556,02	0,00	0,00
4.6.90.71.00.00 - Principal da Dívida Contratual Resgatado	158.556,02	158.556,02	158.556,02	0,00	0,00
4.6.90.72.00.00 - Principal da Dívida Mobiliária Resgatado					
4.6.90.73.00.00 - Correção Monetária ou Cambial da Dívida Contratual Resgatada					
4.6.90.74.00.00 - Correção Monetária ou Cambial da Dívida Mobiliária Resgatada					
4.6.90.75.00.00 - Correção Monetária da Dívida de Operações de Crédito por Antecipação da Receita					
4.6.90.76.00.00 - Principal Corrigido da Dívida Mobiliária Refinanciado					
4.6.90.77.00.00 - Principal Corrigido da Dívida Contratual Refinanciado					

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: Período único (anual)

Despesas Orçamentárias	Execução da Despesa				
	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Inscrição de RP Não Processados	Inscrição de RP Processados
4.6.90.91.00.00 - Sentenças Judiciais					
4.6.90.92.00.00 - Despesas de Exercícios Anteriores					
4.6.90.93.00.00 - Indenizações e Restituições					
4.6.90.99.00.00 - A Classificar					
4.6.95.00.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012					
4.6.96.00.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012					
4.6.99.00.00.00 - A Definir					

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Balanço Anual (DCA)**
	Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2016
	Período de referência: Período único (anual)

DCA-Anexo I-D | Balanço Orçamentário - Despesas Orçamentárias

Notas Explicativas - Despesas Orçamentárias	Valores
	31/12/2016
Notas Explicativas - Despesas Orçamentárias	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: Período único (anual)

DCA-Anexo I-E | Balanço Orçamentário - Despesas por Função | Total Geral da Despesa por Função

Despesas por Função	Execução da Despesa por Função				
	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Inscrição de RP Não Processados	Inscrição de RP Processados
Despesas (Exceto Intraorçamentárias)	34.355.373,67	34.318.373,67	34.318.373,67	37.000,00	0,00
01 - Legislativa	1.164.148,58	1.127.148,58	1.127.148,58	37.000,00	0,00
01.031 - Ação Legislativa	1.164.148,58	1.127.148,58	1.127.148,58	37.000,00	0,00
01.032 - Controle Externo					
01.122 - Administração Geral					
01.999 - Demais Subfunções Legislativa					
02 - Judiciária	186.768,97	186.768,97	186.768,97	0,00	0,00
02.061 - Ação Judiciária					
02.062 - Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	186.768,97	186.768,97	186.768,97		
02.122 - Administração Geral					
02.999 - Demais Subfunções Judiciária					
03 - Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.091 - Defesa da Ordem Jurídica					
03.092 - Representação Judicial e Extrajudicial					
03.122 - Administração Geral					
03.999 - Demais Subfunções Essencial à Justiça					
04 - Administração	2.931.284,69	2.931.284,69	2.931.284,69	0,00	0,00
04.121 - Planejamento e Orçamento	207.479,55	207.479,55	207.479,55		
04.122 - Administração Geral	2.623.335,68	2.623.335,68	2.623.335,68		
04.123 - Administração Financeira					
04.124 - Controle Interno	51.670,36	51.670,36	51.670,36		
04.125 - Normatização e Fiscalização					
04.126 - Tecnologia da Informação					
04.127 - Ordenamento Territorial					
04.128 - Formação de Recursos Humanos					
04.129 - Administração de Receitas					
04.130 - Administração de Concessões					
04.131 - Comunicação Social	48.799,10	48.799,10	48.799,10		
04.999 - Demais Subfunções Administração					
05 - Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.151 - Defesa Área					
05.152 - Defesa Naval					
05.153 - Defesa Terrestre					
05.122 - Administração Geral					
05.999 - Demais Subfunções Defesa Nacional					
06 - Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.181 - Policiamento					
06.182 - Defesa Civil					
06.183 - Informação e Inteligência					
06.122 - Administração Geral					
06.999 - Demais Subfunções Segurança Pública					
07 - Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: Período único (anual)

Despesas por Função	Execução da Despesa por Função				
	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Inscrição de RP Não Processados	Inscrição de RP Processados
07.211 - Relações Diplomáticas					
07.212 - Cooperação Internacional					
07.122 - Administração Geral					
07.999 - Demais Subfunções Relações Exteriores					
08 - Assistência Social	1.982.033,01	1.982.033,01	1.982.033,01	0,00	0,00
08.241 - Assistência ao Idoso	148.155,22	148.155,22	148.155,22		
08.242 - Assistência ao Portador de Deficiência					
08.243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	460.221,01	460.221,01	460.221,01		
08.244 - Assistência Comunitária	1.373.656,78	1.373.656,78	1.373.656,78		
08.122 - Administração Geral					
08.999 - Demais Subfunções Assistência Social					
09 - Previdência Social	1.741.614,60	1.741.614,60	1.741.614,60	0,00	0,00
09.271 - Previdência Básica					
09.272 - Previdência do Regime Estatutário	1.741.614,60	1.741.614,60	1.741.614,60		
09.273 - Previdência Complementar					
09.274 - Previdência Especial					
09.122 - Administração Geral					
09.999 - Demais Subfunções Previdência Social					
10 - Saúde	8.559.752,54	8.559.752,54	8.559.752,54	0,00	0,00
10.301 - Atenção Básica	4.410.596,42	4.410.596,42	4.410.596,42		
10.302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.622.039,61	3.622.039,61	3.622.039,61		
10.303 - Suporte Profilático e Terapêutico	73.098,90	73.098,90	73.098,90		
10.304 - Vigilância Sanitária					
10.305 - Vigilância Epidemiológica	454.017,61	454.017,61	454.017,61		
10.306 - Alimentação e Nutrição					
10.122 - Administração Geral					
10.999 - Demais Subfunções Saúde					
11 - Trabalho	311.026,13	311.026,13	311.026,13	0,00	0,00
11.331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	296.856,13	296.856,13	296.856,13		
11.332 - Relações de Trabalho	4.670,00	4.670,00	4.670,00		
11.333 - Empregabilidade	9.500,00	9.500,00	9.500,00		
11.334 - Fomento ao Trabalho					
11.122 - Administração Geral					
11.999 - Demais Subfunções Trabalho					
12 - Educação	8.833.454,56	8.833.454,56	8.833.454,56	0,00	0,00
12.361 - Ensino Fundamental	7.155.899,97	7.155.899,97	7.155.899,97		
12.362 - Ensino Médio					
12.363 - Ensino Profissional					
12.364 - Ensino Superior					
12.365 - Educação Infantil	1.429.790,47	1.429.790,47	1.429.790,47		
12.366 - Educação de Jovens e Adultos					
12.367 - Educação Especial					
12.368 - Educação Básica					
12.122 - Administração Geral					
12.999 - Demais Subfunções Educação	247.764,12	247.764,12	247.764,12		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: Período único (anual)

Despesas por Função	Execução da Despesa por Função				
	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Inscrição de RP Não Processados	Inscrição de RP Processados
13 - Cultura	21.082,22	21.082,22	21.082,22	0,00	0,00
13.391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico					
13.392 - Difusão Cultural	21.082,22	21.082,22	21.082,22		
13.122 - Administração Geral					
13.999 - Demais Subfunções Cultura					
14 - Direitos da Cidadania	5.735,78	5.735,78	5.735,78	0,00	0,00
14.421 - Custódia e Reintegração Social					
14.422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos					
14.423 - Assistência aos Povos Indígenas	5.735,78	5.735,78	5.735,78		
14.122 - Administração Geral					
14.999 - Demais Subfunções Direitos da Cidadania					
15 - Urbanismo	273.058,37	273.058,37	273.058,37	0,00	0,00
15.451 - Infraestrutura Urbana	273.058,37	273.058,37	273.058,37		
15.452 - Serviços Urbanos					
15.453 - Transportes Coletivos Urbanos					
15.122 - Administração Geral					
15.999 - Demais Subfunções Urbanismo					
16 - Habitação	1.178.043,71	1.178.043,71	1.178.043,71	0,00	0,00
16.481 - Habitação Rural					
16.482 - Habitação Urbana	1.178.043,71	1.178.043,71	1.178.043,71		
16.122 - Administração Geral					
16.999 - Demais Subfunções Habitação					
17 - Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17.511 - Saneamento Básico Rural					
17.512 - Saneamento Básico Urbano					
17.122 - Administração Geral					
17.999 - Demais Subfunções Saneamento					
18 - Gestão Ambiental	414.958,02	414.958,02	414.958,02	0,00	0,00
18.541 - Preservação e Conservação Ambiental	12.503,67	12.503,67	12.503,67		
18.542 - Controle Ambiental	402.331,85	402.331,85	402.331,85		
18.543 - Recuperação de Áreas Degradadas	122,50	122,50	122,50		
18.544 - Recursos Hídricos					
18.545 - Meteorologia					
18.122 - Administração Geral					
18.999 - Demais Subfunções Gestão Ambiental					
19 - Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19.571 - Desenvolvimento Científico					
19.572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia					
19.573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico					
19.122 - Administração Geral					
19.999 - Demais Subfunções Ciência e Tecnologia					
20 - Agricultura	293.600,28	293.600,28	293.600,28	0,00	0,00
20.605 - Abastecimento	38.435,93	38.435,93	38.435,93		
20.606 - Extensão Rural	255.164,35	255.164,35	255.164,35		
20.607 - Irrigação					

Documento gerado em 01/05/2017 13:41:55

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: Período único (anual)

Despesas por Função	Execução da Despesa por Função				
	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Inscrição de RP Não Processados	Inscrição de RP Processados
20.608 - Promoção da Produção Agropecuária					
20.609 - Defesa Agropecuária					
20.122 - Administração Geral					
20.999 - Demais Subfunções Agricultura					
21 - Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.631 - Reforma Agrária					
21.632 - Colonização					
21.122 - Administração Geral					
21.999 - Demais Subfunções Organização Agrária					
22 - Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.661 - Promoção Industrial					
22.662 - Produção Industrial					
22.663 - Mineração					
22.664 - Propriedade Industrial					
22.665 - Normalização e Qualidade					
22.122 - Administração Geral					
22.999 - Demais Subfunções Indústria					
23 - Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.691 - Promoção Comercial					
23.692 - Comercialização					
23.693 - Comércio Exterior					
23.694 - Serviços Financeiros					
23.695 - Turismo					
23.122 - Administração Geral					
23.999 - Demais Subfunções Comércio e Serviços					
24 - Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24.721 - Comunicações Postais					
24.722 - Telecomunicações					
24.122 - Administração Geral					
24.999 - Demais Subfunções Comunicações					
25 - Energia	89.153,41	89.153,41	89.153,41	0,00	0,00
25.751 - Conservação de Energia					
25.752 - Energia Elétrica	89.153,41	89.153,41	89.153,41		
25.753 - Combustíveis Minerais					
25.754 - Biocombustíveis					
25.122 - Administração Geral					
25.999 - Demais Subfunções Energia					
26 - Transporte	5.305.805,02	5.305.805,02	5.305.805,02	0,00	0,00
26.781 - Transporte Aéreo					
26.782 - Transporte Rodoviário	5.305.805,02	5.305.805,02	5.305.805,02		
26.783 - Transporte Ferroviário					
26.784 - Transporte Hidroviário					
26.785 - Transportes Especiais					
26.122 - Administração Geral					
26.999 - Demais Subfunções Transporte					

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: Período único (anual)

Despesas por Função	Execução da Despesa por Função				
	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Inscrição de RP Não Processados	Inscrição de RP Processados
27 - Desporto e Lazer	409.105,06	409.105,06	409.105,06	0,00	0,00
27.811 - Desporto de Rendimento					
27.812 - Desporto Comunitário	409.105,06	409.105,06	409.105,06		
27.813 - Lazer					
27.122 - Administração Geral					
27.999 - Demais Subfunções Desporto e Lazer					
28 - Encargos Especiais	654.748,72	654.748,72	654.748,72	0,00	0,00
28.841 - Refinanciamento da Dívida Interna					
28.842 - Refinanciamento da Dívida Externa					
28.843 - Serviço da Dívida Interna	654.748,72	654.748,72	654.748,72		
28.844 - Serviço da Dívida Externa					
28.845 - Outras Transferências					
28.846 - Outros Encargos Especiais					
28.847 - Transferências para a Educação Básica					
28.999 - Demais Subfunções Encargos Especiais					
Despesas (Intraorçamentárias)					

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: Período único (anual)

DCA-Anexo I-E | Balanço Orçamentário - Despesas por Função

Notas Explicativas - Despesas por Função	Valores
	31/12/2016
Notas Explicativas - Despesas por Função	-
Notas Explicativas	

DCA-Anexo I-F | Balanço Orçamentário - Despesas Orçamentárias - Sub Quadro - Execução dos Restos a Pagar

Despesas Orçamentárias	Execução da Despesa			
	Restos a Pagar Não Processados Pagos	Restos a Pagar Não Processados Cancelados	Restos a Pagar Processados Pagos	Restos a Pagar Processados Cancelados
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-
Total Despesas	259.688,54	230.963,90	334.245,00	37.282,15
3.0.00.00.00.00 - Despesas Correntes	0,00	27.500,00	0,00	0,00
3.1.00.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.20.00.00.00 - Transferências à União				
3.1.30.00.00.00 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal				
3.1.40.00.00.00 - Transferências a Municípios				
3.1.50.00.00.00 - Transferências a Instituições Sem Fins Lucrativos				
3.1.71.00.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio				
3.1.73.00.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012				
3.1.74.00.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012				
3.1.80.00.00.00 - Transferências ao Exterior				
3.1.90.00.00.00 - Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.01.00.00 - Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e Reformas dos Militares				
3.1.90.03.00.00 - Pensões do RPPS e do Militar				
3.1.90.04.00.00 - Contratação por Tempo Determinado				
3.1.90.05.00.00 - Outros Benefícios Previdenciários do Servidor ou do Militar				
3.1.90.07.00.00 - Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência				
3.1.90.08.00.00 - Outros Benefícios Assistenciais do Servidor ou do Militar				
3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				
3.1.90.12.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Militar				
3.1.90.13.00.00 - Obrigações Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.13.01.00 - FGTS				
3.1.90.13.02.00 - Contribuições Previdenciárias - INSS				
3.1.90.13.08.00 - Plano de Seg. Soc. do Servidor - Pessoal Ativo				
3.1.90.13.99.00 - Outras Obrigações Patronais				
3.1.90.16.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				
3.1.90.17.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Militar				
3.1.90.67.00.00 - Depósitos Compulsórios				
3.1.90.91.00.00 - Sentenças Judiciais				
3.1.90.92.00.00 - Despesas de Exercícios Anteriores				
3.1.90.94.00.00 - Indenizações e Restituições Trabalhistas				
3.1.90.96.00.00 - Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado				
3.1.90.99.00.00 - A Classificar				
3.1.91.00.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.91.04.00.00 - Contratação por Tempo Determinado				
3.1.91.13.00.00 - Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.91.13.03.00 - Contribuição Patronal para o RPPS - Intraorçamentária				
3.1.91.13.99.00 - Outras Obrigações Patronais - Intraorçamentária				
3.1.91.91.00.00 - Sentenças Judiciais				
3.1.91.92.00.00 - Despesas de Exercícios Anteriores				
3.1.91.94.00.00 - Indenizações e Restituições Trabalhistas				
3.1.91.96.00.00 - Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado				
3.1.91.99.00.00 - A Classificar				
3.1.95.00.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012				
3.1.96.00.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012				
3.1.99.00.00.00 - A Definir	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.99.99.00.00 - A Classificar				
3.2.00.00.00.00 - Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00
3.2.90.00.00.00 - Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00
3.2.90.21.00.00 - Juros sobre a Dívida por Contrato				
3.2.90.22.00.00 - Outros Encargos sobre a Dívida por Contrato				
3.2.90.23.00.00 - Juros, Deságios e Descontos da Dívida Mobiliária				
3.2.90.24.00.00 - Outros Encargos sobre a Dívida Mobiliária				
3.2.90.25.00.00 - Encargos sobre Operações de Crédito por Antecipação da Receita				
3.2.90.91.00.00 - Sentenças Judiciais				
3.2.90.92.00.00 - Despesas de Exercícios Anteriores				
3.2.90.93.00.00 - Indenizações e Restituições				
3.2.90.99.00.00 - A Classificar				

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: Período único (anual)

Despesas Orçamentárias	Execução da Despesa			
	Restos a Pagar Não Processados Pagos	Restos a Pagar Não Processados Cancelados	Restos a Pagar Processados Pagos	Restos a Pagar Processados Cancelados
3.2.95.00.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012				
3.2.96.00.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012				
3.2.99.00.00.00 - A Definir				
3.3.00.00.00.00 - Outras Despesas Correntes	0,00	27.500,00	0,00	0,00
3.3.20.00.00.00 - Transferências à União				
3.3.22.00.00.00 - Execução Orçamentária Delegada à União				
3.3.30.00.00.00 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.30.41.00.00 - Contribuições				
3.3.30.81.00.00 - Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas				
3.3.30.99.00.00 - A Classificar				
3.3.31.00.00.00 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal - Fundo a Fundo				
3.3.32.00.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Estados e ao Distrito Federal				
3.3.35.00.00.00 - Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012				
3.3.36.00.00.00 - Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012				
3.3.40.00.00.00 - Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.40.41.00.00 - Contribuições				
3.3.40.81.00.00 - Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas				
3.3.40.99.00.00 - A Classificar				
3.3.41.00.00.00 - Transferências a Municípios - Fundo a Fundo				
3.3.42.00.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Municípios				
3.3.45.00.00.00 - Transferências Fundo a Fundo aos Municípios à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012				
3.3.46.00.00.00 - Transferências Fundo a Fundo aos Municípios à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012				
3.3.50.00.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos				
3.3.60.00.00.00 - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos				
3.3.67.00.00.00 - Execução de Contrato de Parceria Público-Privada - PPP				
3.3.70.00.00.00 - Transferências a Instituições Multigovernamentais		27.500,00		
3.3.71.00.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio				
3.3.72.00.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos				
3.3.73.00.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012				
3.3.74.00.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012				
3.3.75.00.00.00 - Transferências a Instituições Multigovernamentais à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012				
3.3.76.00.00.00 - Transferências a Instituições Multigovernamentais à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012				
3.3.80.00.00.00 - Transferências ao Exterior				
3.3.90.00.00.00 - Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.04.00.00 - Contratação por Tempo Determinado				
3.3.90.06.00.00 - Benefício Mensal ao Deficiente e ao Idoso				
3.3.90.08.00.00 - Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar				
3.3.90.10.00.00 - Seguro Desemprego e Abono Salarial				
3.3.90.14.00.00 - Diárias - Civil				
3.3.90.15.00.00 - Diárias - Militar				
3.3.90.18.00.00 - Auxílio Financeiro a Estudantes				
3.3.90.19.00.00 - Auxílio-Fardamento				
3.3.90.20.00.00 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores				
3.3.90.26.00.00 - Obrigações Decorrentes de Política Monetária				
3.3.90.27.00.00 - Encargos pela Honra de Avais, Garantias, Seguros e Similares				
3.3.90.28.00.00 - Remuneração de Cotas de Fundos Autárquicos				
3.3.90.29.00.00 - Distribuição de Resultado de Empresas Estatais Dependentes				
3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo				
3.3.90.31.00.00 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras				
3.3.90.32.00.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita				
3.3.90.33.00.00 - Passagens e Despesas com Locomoção				
3.3.90.34.00.00 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização				
3.3.90.35.00.00 - Serviços de Consultoria				
3.3.90.36.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				
3.3.90.37.00.00 - Locação de Mão-de-Obra				
3.3.90.38.00.00 - Arrendamento Mercantil				
3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				
3.3.90.41.00.00 - Contribuições				
3.3.90.43.00.00 - Subvenções Sociais				
3.3.90.45.00.00 - Subvenções Econômicas				
3.3.90.46.00.00 - Auxílio-Alimentação				
3.3.90.47.00.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas				

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: Período único (anual)

Despesas Orçamentárias	Execução da Despesa			
	Restos a Pagar Não Processados Pagos	Restos a Pagar Não Processados Cancelados	Restos a Pagar Processados Pagos	Restos a Pagar Processados Cancelados
3.3.90.48.00.00 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas				
3.3.90.49.00.00 - Auxílio-Transporte				
3.3.90.53.00.00 - Aposentadorias do RGPS - Área Rural				
3.3.90.54.00.00 - Aposentadorias do RGPS - Área Urbana				
3.3.90.55.00.00 - Pensões do RGPS - Área Rural				
3.3.90.56.00.00 - Pensões do RGPS - Área Urbana				
3.3.90.57.00.00 - Outros Benefícios do RGPS - Área Rural				
3.3.90.58.00.00 - Outros Benefícios do RGPS - Área Urbana				
3.3.90.59.00.00 - Pensões Especiais				
3.3.90.67.00.00 - Depósitos Compulsórios				
3.3.90.81.00.00 - Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas				
3.3.90.91.00.00 - Sentenças Judiciais				
3.3.90.92.00.00 - Despesas de Exercícios Anteriores				
3.3.90.93.00.00 - Indenizações e Restituições				
3.3.90.95.00.00 - Indenização pela Execução de Trabalhos de Campo				
3.3.90.96.00.00 - Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado				
3.3.90.98.00.00 - Compensações ao RGPS				
3.3.90.99.00.00 - A Classificar				
3.3.91.00.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social				
3.3.93.00.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe				
3.3.94.00.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Não Participe				
3.3.95.00.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012				
3.3.96.00.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012				
3.3.99.00.00.00 - A Definir				
4.0.00.00.00.00 - Despesas de Capital	259.688,54	203.463,90	334.245,00	37.282,15
4.4.00.00.00.00 - Investimentos	259.688,54	203.463,90	334.245,00	37.282,15
4.4.20.00.00.00 - Transferências à União				
4.4.22.00.00.00 - Execução Orçamentária Delegada à União				
4.4.30.00.00.00 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal				
4.4.31.00.00.00 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal - Fundo a Fundo				
4.4.32.00.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Estados e ao Distrito Federal				
4.4.35.00.00.00 - Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012				
4.4.36.00.00.00 - Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012				
4.4.40.00.00.00 - Transferências a Municípios				
4.4.41.00.00.00 - Transferências a Municípios - Fundo a Fundo				
4.4.42.00.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Municípios				
4.4.45.00.00.00 - Transferências Fundo a Fundo aos Municípios à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012				
4.4.46.00.00.00 - Transferências Fundo a Fundo aos Municípios à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012				
4.4.50.00.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos				
4.4.60.00.00.00 - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos				
4.4.70.00.00.00 - Transferências a Instituições Multigovernamentais				
4.4.71.00.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio				
4.4.72.00.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos				
4.4.73.00.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012				
4.4.74.00.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012				
4.4.75.00.00.00 - Transferências a Instituições Multigovernamentais à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012				
4.4.76.00.00.00 - Transferências a Instituições Multigovernamentais à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012				
4.4.80.00.00.00 - Transferências ao Exterior				
4.4.90.00.00.00 - Aplicações Diretas	259.688,54	203.463,90	334.245,00	37.282,15
4.4.90.04.00.00 - Contratação por Tempo Determinado				
4.4.90.14.00.00 - Diárias - Civil				
4.4.90.15.00.00 - Diárias - Militar				
4.4.90.17.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Militar				
4.4.90.18.00.00 - Auxílio Financeiro a Estudantes				
4.4.90.20.00.00 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores				
4.4.90.30.00.00 - Material de Consumo				
4.4.90.33.00.00 - Passagens e Despesas com Locomoção				
4.4.90.35.00.00 - Serviços de Consultoria				
4.4.90.36.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				
4.4.90.37.00.00 - Locação de Mão-de-Obra				
4.4.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: Período único (anual)

Despesas Orçamentárias	Execução da Despesa			
	Restos a Pagar Não Processados Pagos	Restos a Pagar Não Processados Cancelados	Restos a Pagar Processados Pagos	Restos a Pagar Processados Cancelados
4.4.90.47.00.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas				
4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações	259.688,54	203.463,90	0,00	37.282,15
4.4.90.51.91.00 - Obras em Andamento	259.688,54	203.463,90		37.282,15
4.4.90.51.99.00 - Demais Obras e Instalações				
4.4.90.52.00.00 - Equipamentos e Material Permanente			334.245,00	
4.4.90.61.00.00 - Aquisição de Imóveis				
4.4.90.91.00.00 - Sentenças Judiciais				
4.4.90.92.00.00 - Despesas de Exercícios Anteriores				
4.4.90.93.00.00 - Indenizações e Restituições				
4.4.90.99.00.00 - A Classificar				
4.4.91.00.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social				
4.4.93.00.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe				
4.4.94.00.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Não Participe				
4.4.95.00.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012				
4.4.96.00.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012				
4.4.99.00.00.00 - A Definir				
4.5.00.00.00.00 - Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.20.00.00.00 - Transferências à União				
4.5.30.00.00.00 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal				
4.5.32.00.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Estados e ao Distrito Federal				
4.5.40.00.00.00 - Transferências a Municípios				
4.5.42.00.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Municípios				
4.5.50.00.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos				
4.5.60.00.00.00 - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos				
4.5.67.00.00.00 - Execução de Contrato de Parceria Público-Privada - PPP				
4.5.71.00.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio				
4.5.72.00.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos				
4.5.73.00.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012				
4.5.74.00.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012				
4.5.80.00.00.00 - Transferências ao Exterior				
4.5.90.00.00.00 - Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.90.27.00.00 - Encargos pela Honra de Avais, Garantias, Seguros e Similares				
4.5.90.61.00.00 - Aquisição de Imóveis				
4.5.90.62.00.00 - Aquisição de Produtos para Revenda				
4.5.90.63.00.00 - Aquisição de Títulos de Crédito				
4.5.90.64.00.00 - Aquisição de Títulos Representativos de Capital já Integralizado				
4.5.90.65.00.00 - Constituição ou Aumento de Capital de Empresas				
4.5.90.66.00.00 - Concessão de Empréstimos e Financiamentos				
4.5.90.67.00.00 - Depósitos Compulsórios				
4.5.90.91.00.00 - Sentenças Judiciais				
4.5.90.92.00.00 - Despesas de Exercícios Anteriores				
4.5.90.93.00.00 - Indenizações e Restituições				
4.5.90.99.00.00 - A Classificar				
4.5.91.00.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social				
4.5.95.00.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012				
4.5.96.00.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012				
4.5.99.00.00.00 - A Definir				
4.6.00.00.00.00 - Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00
4.6.90.00.00.00 - Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00
4.6.90.71.00.00 - Principal da Dívida Contratual Resgatado				
4.6.90.72.00.00 - Principal da Dívida Mobiliária Resgatado				
4.6.90.73.00.00 - Correção Monetária ou Cambial da Dívida Contratual Resgatada				
4.6.90.74.00.00 - Correção Monetária ou Cambial da Dívida Mobiliária Resgatada				
4.6.90.75.00.00 - Correção Monetária da Dívida de Operações de Crédito por Antecipação da Receita				
4.6.90.76.00.00 - Principal Corrigido da Dívida Mobiliária Refinanciado				
4.6.90.77.00.00 - Principal Corrigido da Dívida Contratual Refinanciado				
4.6.90.91.00.00 - Sentenças Judiciais				
4.6.90.92.00.00 - Despesas de Exercícios Anteriores				
4.6.90.93.00.00 - Indenizações e Restituições				
4.6.90.99.00.00 - A Classificar				
4.6.95.00.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012				

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: Período único (anual)

Despesas Orçamentárias	Execução da Despesa			
	Restos a Pagar Não Processados Pagos	Restos a Pagar Não Processados Cancelados	Restos a Pagar Processados Pagos	Restos a Pagar Processados Cancelados
4.6.96.00.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012				
4.6.99.00.00.00 - A Definir				

DCA-Anexo I-F | Balanço Orçamentário - Despesas Orçamentárias - Sub Quadro - Execução dos Restos a Pagar

Notas Explicativas - Despesas Orçamentárias - Sub Quadro - Execução de Restos a Pagar	Valores
	31/12/2016
Notas Explicativas - Despesas Orçamentárias - Sub Quadro - Execução dos Restos a Pagar	-
Notas Explicativas	

DCA-Anexo I-G | Balanço Orçamentário - Despesas por Função - Sub Quadro - Execução dos Restos a Pagar | Total Geral da Despesa por Função

Despesas por Função	Execução da Despesa por Função			
	Restos a Pagar Não Processados Pagos	Restos a Pagar Não Processados Cancelados	Restos a Pagar Processados Pagos	Restos a Pagar Processados Cancelados
Despesas (Exceto Intraorçamentárias)	259.688,54	230.963,90	334.245,00	37.282,15
01 - Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00
01.031 - Ação Legislativa				
01.032 - Controle Externo				
01.122 - Administração Geral				
01.999 - Demais Subfunções Legislativa				
02 - Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00
02.061 - Ação Judiciária				
02.062 - Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário				
02.122 - Administração Geral				
02.999 - Demais Subfunções Judiciária				
03 - Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00
03.091 - Defesa da Ordem Jurídica				
03.092 - Representação Judicial e Extrajudicial				
03.122 - Administração Geral				
03.999 - Demais Subfunções Essencial à Justiça				
04 - Administração	0,00	0,00	0,00	0,00
04.121 - Planejamento e Orçamento				
04.122 - Administração Geral				
04.123 - Administração Financeira				
04.124 - Controle Interno				
04.125 - Normatização e Fiscalização				
04.126 - Tecnologia da Informação				
04.127 - Ordenamento Territorial				
04.128 - Formação de Recursos Humanos				
04.129 - Administração de Receitas				
04.130 - Administração de Concessões				
04.131 - Comunicação Social				
04.999 - Demais Subfunções Administração				
05 - Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00
05.151 - Defesa Área				
05.152 - Defesa Naval				
05.153 - Defesa Terrestre				
05.122 - Administração Geral				
05.999 - Demais Subfunções Defesa Nacional				
06 - Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
06.181 - Policiamento				
06.182 - Defesa Civil				
06.183 - Informação e Inteligência				
06.122 - Administração Geral				
06.999 - Demais Subfunções Segurança Pública				
07 - Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00
07.211 - Relações Diplomáticas				
07.212 - Cooperação Internacional				
07.122 - Administração Geral				
07.999 - Demais Subfunções Relações Exteriores				
08 - Assistência Social	0,00	135.215,91	0,00	0,00
08.241 - Assistência ao Idoso				
08.242 - Assistência ao Portador de Deficiência				
08.243 - Assistência à Criança e ao Adolescente				
08.244 - Assistência Comunitária		135.215,91		
08.122 - Administração Geral				
08.999 - Demais Subfunções Assistência Social				
09 - Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00
09.271 - Previdência Básica				
09.272 - Previdência do Regime Estatutário				
09.273 - Previdência Complementar				
09.274 - Previdência Especial				
09.122 - Administração Geral				
09.999 - Demais Subfunções Previdência Social				

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: Período único (anual)

Despesas por Função	Execução da Despesa por Função			
	Restos a Pagar Não Processados Pagos	Restos a Pagar Não Processados Cancelados	Restos a Pagar Processados Pagos	Restos a Pagar Processados Cancelados
10 - Saúde	34.865,38	0,00	0,00	0,00
10.301 - Atenção Básica	34.865,38			
10.302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial				
10.303 - Suporte Profilático e Terapêutico				
10.304 - Vigilância Sanitária				
10.305 - Vigilância Epidemiológica				
10.306 - Alimentação e Nutrição				
10.122 - Administração Geral				
10.999 - Demais Subfunções Saúde				
11 - Trabalho	9.167,23	4.690,25	0,00	0,00
11.331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador				
11.332 - Relações de Trabalho				
11.333 - Empregabilidade				
11.334 - Fomento ao Trabalho	9.167,23	4.690,25		
11.122 - Administração Geral				
11.999 - Demais Subfunções Trabalho				
12 - Educação	45.592,45	6.386,18	98.970,00	0,00
12.361 - Ensino Fundamental	45.592,45	6.386,18	98.970,00	
12.362 - Ensino Médio				
12.363 - Ensino Profissional				
12.364 - Ensino Superior				
12.365 - Educação Infantil				
12.366 - Educação de Jovens e Adultos				
12.367 - Educação Especial				
12.368 - Educação Básica				
12.122 - Administração Geral				
12.999 - Demais Subfunções Educação				
13 - Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00
13.391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico				
13.392 - Difusão Cultural				
13.122 - Administração Geral				
13.999 - Demais Subfunções Cultura				
14 - Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00
14.421 - Custódia e Reintegração Social				
14.422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos				
14.423 - Assistência aos Povos Indígenas				
14.122 - Administração Geral				
14.999 - Demais Subfunções Direitos da Cidadania				
15 - Urbanismo	130.000,00	57.171,56	0,00	0,00
15.451 - Infraestrutura Urbana	130.000,00	57.171,56		
15.452 - Serviços Urbanos				
15.453 - Transportes Coletivos Urbanos				
15.122 - Administração Geral				
15.999 - Demais Subfunções Urbanismo				
16 - Habitação	0,00	0,00	0,00	37.282,15
16.481 - Habitação Rural				
16.482 - Habitação Urbana				37.282,15
16.122 - Administração Geral				
16.999 - Demais Subfunções Habitação				
17 - Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00
17.511 - Saneamento Básico Rural				
17.512 - Saneamento Básico Urbano				
17.122 - Administração Geral				
17.999 - Demais Subfunções Saneamento				
18 - Gestão Ambiental	40.063,48	0,00	0,00	0,00
18.541 - Preservação e Conservação Ambiental	40.063,48			
18.542 - Controle Ambiental				
18.543 - Recuperação de Áreas Degradadas				
18.544 - Recursos Hídricos				
18.545 - Meteorologia				
18.122 - Administração Geral				
18.999 - Demais Subfunções Gestão Ambiental				
19 - Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00
19.571 - Desenvolvimento Científico				
19.572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia				
19.573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico				
19.122 - Administração Geral				
19.999 - Demais Subfunções Ciência e Tecnologia				
20 - Agricultura	0,00	27.500,00	0,00	0,00
20.605 - Abastecimento				
20.606 - Extensão Rural				
20.607 - Irrigação				
20.608 - Promoção da Produção Agropecuária				
20.609 - Defesa Agropecuária				
20.122 - Administração Geral				
20.999 - Demais Subfunções Agricultura		27.500,00		
21 - Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00
21.631 - Reforma Agrária				
21.632 - Colonização				

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: Período único (anual)

Despesas por Função	Execução da Despesa por Função			
	Restos a Pagar Não Processados Pagos	Restos a Pagar Não Processados Cancelados	Restos a Pagar Processados Pagos	Restos a Pagar Processados Cancelados
21.122 - Administração Geral				
21.999 - Demais Subfunções Organização Agrária				
22 - Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00
22.661 - Promoção Industrial				
22.662 - Produção Industrial				
22.663 - Mineração				
22.664 - Propriedade Industrial				
22.665 - Normalização e Qualidade				
22.122 - Administração Geral				
22.999 - Demais Subfunções Indústria				
23 - Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
23.691 - Promoção Comercial				
23.692 - Comercialização				
23.693 - Comércio Exterior				
23.694 - Serviços Financeiros				
23.695 - Turismo				
23.122 - Administração Geral				
23.999 - Demais Subfunções Comércio e Serviços				
24 - Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00
24.721 - Comunicações Postais				
24.722 - Telecomunicações				
24.122 - Administração Geral				
24.999 - Demais Subfunções Comunicações				
25 - Energia	0,00	0,00	0,00	0,00
25.751 - Conservação de Energia				
25.752 - Energia Elétrica				
25.753 - Combustíveis Minerais				
25.754 - Biocombustíveis				
25.122 - Administração Geral				
25.999 - Demais Subfunções Energia				
26 - Transporte	0,00	0,00	235.275,00	0,00
26.781 - Transporte Aéreo				
26.782 - Transporte Rodoviário			235.275,00	
26.783 - Transporte Ferroviário				
26.784 - Transporte Hidroviário				
26.785 - Transportes Especiais				
26.122 - Administração Geral				
26.999 - Demais Subfunções Transporte				
27 - Desporto e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00
27.811 - Desporto de Rendimento				
27.812 - Desporto Comunitário				
27.813 - Lazer				
27.122 - Administração Geral				
27.999 - Demais Subfunções Desporto e Lazer				
28 - Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00
28.841 - Refinanciamento da Dívida Interna				
28.842 - Refinanciamento da Dívida Externa				
28.843 - Serviço da Dívida Interna				
28.844 - Serviço da Dívida Externa				
28.845 - Outras Transferências				
28.846 - Outros Encargos Especiais				
28.847 - Transferências para a Educação Básica				
28.999 - Demais Subfunções Encargos Especiais				
Despesas (Intraorçamentárias)				

DCA-Anexo I-G | Balanço Orçamentário - Despesas por Função - Sub Quadro - Execução dos Restos a Pagar

Notas Explicativas - Despesas por Função - Sub Quadro - Execução de Restos a Pagar	Valores
	31/12/2016
Notas Explicativas - Despesas por Função - Sub Quadro - Execução dos Restos a Pagar	-
Notas Explicativas	

DCA-Anexo I-HI | Demonstrativo das Variações Patrimoniais Quantitativas e Resultado Patrimonial do Período

Demonstrativo das Variações Patrimoniais e Resultado Patrimonial	Valores
	31/12/2016
Variação Patrimonial Diminutiva	-
Variação Patrimonial Diminutiva	-
3.0.0.0.0.00.00 - Variação Patrimonial Diminutiva	39.113.996,42
3.1.0.0.0.00.00 - Pessoal e Encargos	15.370.648,09
3.1.1.0.0.00.00 - Remuneração a Pessoal	13.636.977,09
3.1.1.1.0.00.00 - Remuneração a Pessoal Ativo Civil – Abrangidos pelo RPPS	13.636.977,09
3.1.1.1.1.00.00 - Remuneração a Pessoal Ativo Civil – Abrangidos pelo RPPS - Consolidação	13.636.977,09
3.1.1.2.0.00.00 - Remuneração a Pessoal Ativo Civil - Abrangidos pelo RGPS	0,00
3.1.1.2.1.00.00 - Remuneração a Pessoal Ativo Civil - Abrangidos pelo RGPS - Consolidação	
3.1.1.3.0.00.00 - Remuneração a Pessoal Ativo Militar - Abrangidos pelo RPPS	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: Período único (anual)

Demonstrativo das Variações Patrimoniais e Resultado Patrimonial	Valores 31/12/2016
3.1.1.3.1.00.00 - Remuneração a Pessoal Ativo Militar - Abrangidos pelo RPPS - Consolidação	
3.1.2.0.0.00.00 - Encargos Patronais	1.733.671,00
3.1.2.1.0.00.00 - Encargos Patronais - RPPS	1.369.503,50
3.1.2.1.1.00.00 - Encargos Patronais - RPPS - Consolidação	1.369.503,50
3.1.2.1.2.00.00 - Encargos Patronais - RPPS - Intra OFSS	
3.1.2.1.3.00.00 - Encargos Patronais - RPPS - Inter OFSS - União	
3.1.2.1.4.00.00 - Encargos Patronais - RPPS - Inter OFSS - Estado	
3.1.2.1.5.00.00 - Encargos Patronais - RPPS - Inter OFSS - Município	
3.1.2.2.0.00.00 - Encargos Patronais - RGPS	364.167,50
3.1.2.2.1.00.00 - Encargos Patronais - RGPS - Consolidação	364.167,50
3.1.2.2.2.00.00 - Encargos Patronais - RGPS - Intra OFSS	
3.1.2.2.3.00.00 - Encargos Patronais - RGPS - Inter OFSS - União	
3.1.2.3.0.00.00 - Encargos Patronais - FGTS	0,00
3.1.2.3.1.00.00 - Encargos Patronais - FGTS - Consolidação	
3.1.2.4.0.00.00 - Contribuições Sociais Gerais	0,00
3.1.2.4.1.00.00 - Contribuições Sociais Gerais - Consolidação	
3.1.2.5.0.00.00 - Contribuições a Entidades Fechadas de Previdência	0,00
3.1.2.5.1.00.00 - Contribuições a Entidades Fechadas de Previdência - Consolidação	
3.1.2.9.0.00.00 - Outros Encargos Patronais	0,00
3.1.2.9.1.00.00 - Outros Encargos Patronais - Consolidação	
3.1.2.9.2.00.00 - Outros Encargos Patronais - Intra OFSS	
3.1.2.9.3.00.00 - Outros Encargos Patronais - Inter OFSS - União	
3.1.2.9.4.00.00 - Outros Encargos Patronais - Inter OFSS - Estado	
3.1.2.9.5.00.00 - Outros Encargos Patronais - Inter OFSS - Município	
3.1.3.0.0.00.00 - Benefícios a Pessoal	0,00
3.1.3.1.0.00.00 - Benefícios a Pessoal - RPPS	0,00
3.1.3.1.1.00.00 - Benefícios a Pessoal - RPPS - Consolidação	
3.1.3.2.0.00.00 - Benefícios a Pessoal - RGPS	0,00
3.1.3.2.1.00.00 - Benefícios a Pessoal - RGPS - Consolidação	
3.1.3.3.0.00.00 - Benefícios a Pessoal - Militar	0,00
3.1.3.3.1.00.00 - Benefícios a Pessoal - Militar - Consolidação	
3.1.9.0.0.00.00 - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	0,00
3.1.9.1.0.00.00 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	0,00
3.1.9.1.1.00.00 - Indenizações e Restituições Trabalhistas - Consolidação	
3.1.9.2.0.00.00 - Pessoal Requisitado de Outros Órgãos	0,00
3.1.9.2.1.00.00 - Pessoal Requisitado de Outros Órgãos - Consolidação	
3.1.9.9.0.00.00 - Outras VPD de Pessoal e Encargos	0,00
3.1.9.9.1.00.00 - Outras VPD de Pessoal e Encargos - Consolidação	
3.2.0.0.0.00.00 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.639.338,07
3.2.1.0.0.00.00 - Aposentadorias e Reformas	901.207,86
3.2.1.1.0.00.00 - Aposentadorias - RPPS	901.207,86
3.2.1.1.1.00.00 - Aposentadorias - RPPS - Consolidação	901.207,86
3.2.1.2.0.00.00 - Aposentadorias - RGPS	0,00
3.2.1.2.1.00.00 - Aposentadorias - RGPS - Consolidação	
3.2.1.3.0.00.00 - Reserva Remunerada e Reformas - Militar	0,00
3.2.1.3.1.00.00 - Reserva Remunerada e Reformas - Militar - Consolidação	
3.2.1.9.0.00.00 - Outras Aposentadorias	0,00
3.2.1.9.1.00.00 - Outras Aposentadorias - Consolidação	
3.2.2.0.0.00.00 - Pensões	314.471,40
3.2.2.1.0.00.00 - Pensões - RPPS	314.471,40
3.2.2.1.1.00.00 - Pensões - RPPS - Consolidação	314.471,40
3.2.2.2.0.00.00 - Pensões - RGPS	0,00
3.2.2.2.1.00.00 - Pensões - RGPS - Consolidação	
3.2.2.3.0.00.00 - Pensões - Militar	0,00
3.2.2.3.1.00.00 - Pensões - Militar - Consolidação	
3.2.2.9.0.00.00 - Outras Pensões	0,00
3.2.2.9.1.00.00 - Outras Pensões - Consolidação	
3.2.3.0.0.00.00 - Benefícios de Prestação Continuada	0,00
3.2.3.1.0.00.00 - Benefícios de Prestação Continuada ao Idoso	0,00
3.2.3.1.1.00.00 - Benefícios de Prestação Continuada ao Idoso - Consolidação	
3.2.3.2.0.00.00 - Benefícios de Prestação Continuada ao Portador de Deficiência	0,00
3.2.3.2.1.00.00 - Benefícios de Prestação Continuada ao Portador de Deficiência - Consolidação	
3.2.3.9.0.00.00 - Outros Benefícios de Prestação Continuada	0,00
3.2.3.9.1.00.00 - Outros Benefícios de Prestação Continuada - Consolidação	
3.2.4.0.0.00.00 - Benefícios Eventuais	87.400,00
3.2.4.1.0.00.00 - Auxílio por Natalidade	0,00
3.2.4.1.1.00.00 - Auxílio por Natalidade - Consolidação	
3.2.4.2.0.00.00 - Auxílio por Morte	0,00
3.2.4.2.1.00.00 - Auxílio por Morte - Consolidação	
3.2.4.3.0.00.00 - Benefícios Eventuais por Situações de Vulnerabilidade Temporária	0,00
3.2.4.3.1.00.00 - Benefícios Eventuais por Situações de Vulnerabilidade Temporária - Consolidação	
3.2.4.4.0.00.00 - Benefícios Eventuais em Caso de Calamidade Pública	0,00
3.2.4.4.1.00.00 - Benefícios Eventuais em Caso de Calamidade Pública - Consolidação	
3.2.4.9.0.00.00 - Outros Benefícios Eventuais	87.400,00
3.2.4.9.1.00.00 - Outros Benefícios Eventuais - Consolidação	87.400,00
3.2.5.0.0.00.00 - Políticas Públicas de Transferência de Renda	0,00
3.2.5.0.1.00.00 - Políticas Públicas de Transferência de Renda - Consolidação	
3.2.9.0.0.00.00 - Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	336.258,81
3.2.9.1.0.00.00 - Outros Benefícios Previdenciários - RPPS	0,00
3.2.9.1.1.00.00 - Outros Benefícios Previdenciários - RPPS - Consolidação	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: Período único (anual)

Demonstrativo das Variações Patrimoniais e Resultado Patrimonial	Valores 31/12/2016
3.2.9.2.0.00.00 - Outros Benefícios Previdenciários - RGPS	336.258,81
3.2.9.2.1.00.00 - Outros Benefícios Previdenciários - RGPS - Consolidação	336.258,81
3.2.9.3.0.00.00 - Outros Benefícios Previdenciários - Militar	0,00
3.2.9.3.1.00.00 - Outros Benefícios Previdenciários - Militar - Consolidação	
3.2.9.9.0.00.00 - Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	0,00
3.2.9.9.1.00.00 - Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais - Consolidação	
3.3.0.0.0.00.00 - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	11.156.227,93
3.3.1.0.0.00.00 - Uso de Material de Consumo	5.485.719,62
3.3.1.1.0.00.00 - Consumo de Material	5.406.856,72
3.3.1.1.1.00.00 - Consumo de Material - Consolidação	5.406.856,72
3.3.1.2.0.00.00 - Distribuição de Material Gratuito	78.862,90
3.3.1.2.1.00.00 - Distribuição de Material Gratuito - Consolidação	78.862,90
3.3.2.0.0.00.00 - Serviços	5.653.830,43
3.3.2.1.0.00.00 - Diárias	167.440,50
3.3.2.1.1.00.00 - Diárias - Consolidação	167.440,50
3.3.2.2.0.00.00 - Serviços Terceiros - PF	135.793,53
3.3.2.2.1.00.00 - Serviços Terceiros - PF - Consolidação	135.793,53
3.3.2.3.0.00.00 - Serviços Terceiros - PJ	5.350.596,40
3.3.2.3.1.00.00 - Serviços Terceiros - PJ - Consolidação	5.350.596,40
3.3.2.4.0.00.00 - Contrato de Terceirização por Substituição de mão de Obra – Art. 18 § 1, LC 101/00	0,00
3.3.2.4.1.00.00 - Contrato de Terceirização por Substituição de mão de Obra - Art. 18 § 1, LC 101/00 - Consolidação	
3.3.3.0.0.00.00 - Depreciação, Amortização e Exaustão	16.677,88
3.3.3.1.0.00.00 - Depreciação	16.677,88
3.3.3.1.1.00.00 - Depreciação - Consolidação	16.677,88
3.3.3.2.0.00.00 - Amortização	0,00
3.3.3.2.1.00.00 - Amortização - Consolidação	
3.3.3.3.0.00.00 - Exaustão	0,00
3.3.3.3.1.00.00 - Exaustão - Consolidação	
3.4.0.0.0.00.00 - Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	830.747,28
3.4.1.0.0.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	687.764,58
3.4.1.1.0.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna	0,00
3.4.1.1.1.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Consolidação	
3.4.1.1.3.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Inter OFSS - União	
3.4.1.1.4.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Inter OFSS - Estado	
3.4.1.1.5.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Inter OFSS - Município	
3.4.1.2.0.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Externa	0,00
3.4.1.2.1.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Externa - Consolidação	
3.4.1.3.0.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Mobiliária	0,00
3.4.1.3.1.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Mobiliária - Consolidação	
3.4.1.4.0.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos por Antecipação de Receita Orçamentária	0,00
3.4.1.4.1.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos por Antecipação de Receita Orçamentária - Consolidação	
3.4.1.8.0.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos	0,00
3.4.1.8.1.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos - Consolidação	
3.4.1.8.3.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos - Inter OFSS - União	
3.4.1.8.4.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos - Inter OFSS - Estado	
3.4.1.8.5.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos - Inter OFSS - Município	
3.4.1.9.0.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Externos	687.764,58
3.4.1.9.1.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Externos - Consolidação	687.764,58
3.4.2.0.0.00.00 - Juros e Encargos de Mora	0,00
3.4.2.1.0.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos	0,00
3.4.2.1.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Consolidação	
3.4.2.1.3.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Inter OFSS - União	
3.4.2.1.4.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Inter OFSS - Estado	
3.4.2.1.5.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Inter OFSS - Município	
3.4.2.2.0.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Externos Obtidos	0,00
3.4.2.2.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Externos Obtidos - Consolidação	
3.4.2.3.0.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Aquisição de Bens e Serviços	0,00
3.4.2.3.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Aquisição de Bens e Serviços - Consolidação	
3.4.2.4.0.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Obrigações Tributárias	0,00
3.4.2.4.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Obrigações Tributárias - Consolidação	
3.4.2.9.0.00.00 - Outros Juros e Encargos de Mora	0,00
3.4.2.9.1.00.00 - Outros Juros e Encargos de Mora - Consolidação	
3.4.3.0.0.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais	142.982,70
3.4.3.1.0.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Interna	142.982,70
3.4.3.1.1.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Interna - Consolidação	142.982,70
3.4.3.1.3.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Interna - Inter OFSS - União	
3.4.3.1.4.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Interna - Inter OFSS - Estado	
3.4.3.1.5.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Interna - Inter OFSS - Município	
3.4.3.2.0.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Externa	0,00
3.4.3.2.1.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Externa - Consolidação	
3.4.3.3.0.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Mobiliária Interna	0,00
3.4.3.3.1.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Mobiliária Interna - Consolidação	
3.4.3.4.0.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Mobiliária Externa	0,00
3.4.3.4.1.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Mobiliária Externa - Consolidação	
3.4.3.9.0.00.00 - Outras Variações Monetárias e Cambiais	0,00
3.4.3.9.1.00.00 - Outras Variações Monetárias e Cambiais - Consolidação	
3.4.3.9.3.00.00 - Outras Variações Monetárias e Cambiais - Inter OFSS - União	
3.4.3.9.4.00.00 - Outras Variações Monetárias e Cambiais - Inter OFSS - Estado	
3.4.3.9.5.00.00 - Outras Variações Monetárias e Cambiais - Inter OFSS - Município	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: Período único (anual)

Demonstrativo das Variações Patrimoniais e Resultado Patrimonial	Valores 31/12/2016
3.4.4.0.0.00.00 - Descontos Financeiros Concedidos	0,00
3.4.4.0.1.00.00 - Descontos Financeiros Concedidos - Consolidação	
3.4.8.0.0.00.00 - Aportes ao Banco Central	0,00
3.4.8.1.0.00.00 - Resultado Negativo do Banco Central	0,00
3.4.8.1.1.00.00 - Resultado Negativo do Banco Central - Consolidação	
3.4.8.2.0.00.00 - Manutenção da Carteira de Títulos	0,00
3.4.8.2.1.00.00 - Manutenção da Carteira de Títulos - Consolidação	
3.4.9.0.0.00.00 - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras	0,00
3.4.9.1.0.00.00 - Juros e Encargos em Sentenças Judiciais	0,00
3.4.9.1.1.00.00 - Juros e Encargos em Sentenças Judiciais - Consolidação	
3.4.9.2.0.00.00 - Juros e Encargos em Indenizações e Restituições	0,00
3.4.9.2.1.00.00 - Juros e Encargos em Indenizações e Restituições - Consolidação	
3.4.9.9.0.00.00 - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	0,00
3.4.9.9.1.00.00 - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras - Consolidação	
3.5.0.0.0.00.00 - Transferências e Delegações Concedidas	4.911.372,98
3.5.1.0.0.00.00 - Transferências Intragovernamentais	1.187.851,42
3.5.1.1.0.00.00 - Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	1.187.851,42
3.5.1.1.2.00.00 - Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária - Intra OFSS	1.187.851,42
3.5.1.2.0.00.00 - Transferências Concedidas - Independentes de Execução Orçamentária	0,00
3.5.1.2.2.00.00 - Transferências Concedidas - Independentes de Execução Orçamentária - Intra OFSS	
3.5.1.3.0.00.00 - Transferências Concedidas para Aportes de Recursos para o RPPS	0,00
3.5.1.3.2.00.00 - Transferências Concedidas para Aportes de Recursos para o RPPS – Intra OFSS	
3.5.1.4.0.00.00 - Transferências Concedidas para Aportes de Recursos para o RGPS	0,00
3.5.1.4.2.00.00 - Transferências Concedidas para Aportes de Recursos para o RGPS – Intra OFSS	
3.5.2.0.0.00.00 - Transferências Inter Governamentais	3.423.701,95
3.5.2.1.0.00.00 - Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas	0,00
3.5.2.1.1.00.00 - Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas - Consolidação	
3.5.2.1.3.00.00 - Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas – Inter OFSS - União	
3.5.2.1.4.00.00 - Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas – Inter OFSS - Estado	
3.5.2.1.5.00.00 - Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas – Inter OFSS - Município	
3.5.2.2.0.00.00 - Transferências ao FUNDEB	3.423.701,95
3.5.2.2.4.00.00 - Transferências ao FUNDEB - Inter OFSS - Estado	3.423.701,95
3.5.2.3.0.00.00 - Transferências Voluntárias	0,00
3.5.2.3.1.00.00 - Transferências Voluntárias - Consolidação	
3.5.2.3.3.00.00 - Transferências Voluntárias - Inter OFSS - União	
3.5.2.3.4.00.00 - Transferências Voluntárias - Inter OFSS - Estado	
3.5.2.3.5.00.00 - Transferências Voluntárias - Inter OFSS - Município	
3.5.2.4.0.00.00 - Outras Transferências	0,00
3.5.2.4.1.00.00 - Outras Transferências - Consolidação	
3.5.2.4.3.00.00 - Outras Transferências – Inter OFSS - União	
3.5.2.4.4.00.00 - Outras Transferências – Inter OFSS - Estado	
3.5.2.4.5.00.00 - Outras Transferências – Inter OFSS - Município	
3.5.3.0.0.00.00 - Transferências a Instituições Privadas	0,00
3.5.3.1.0.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	0,00
3.5.3.1.1.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos - Consolidação	
3.5.3.2.0.00.00 - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos	0,00
3.5.3.2.1.00.00 - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos - Consolidação	
3.5.4.0.0.00.00 - Transferências a Instituições Multigovernamentais	0,00
3.5.4.0.1.00.00 - Transferências a Instituições Multigovernamentais - Consolidação	
3.5.5.0.0.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos	299.819,61
3.5.5.0.1.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos - Consolidação	299.819,61
3.5.6.0.0.00.00 - Transferências ao Exterior	0,00
3.5.6.0.1.00.00 - Transferências ao Exterior - Consolidação	
3.5.7.0.0.00.00 - Execução Orçamentária Delegada	0,00
3.5.7.1.0.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Entes	0,00
3.5.7.1.3.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Entes – Inter OFSS - União	
3.5.7.1.4.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Entes – Inter OFSS - Estado	
3.5.7.1.5.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Entes – Inter OFSS - Município	
3.5.7.2.0.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Consórcios	0,00
3.5.7.2.1.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Consórcios - Consolidação	
3.5.9.0.0.00.00 - Outras Transferências e Delegações Concedidas	0,00
3.5.9.0.1.00.00 - Outras Transferências Concedidas - Consolidação	
3.6.0.0.0.00.00 - Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	649.708,52
3.6.1.0.0.00.00 - Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas	0,00
3.6.1.1.0.00.00 - Reavaliação de Imobilizado	0,00
3.6.1.1.1.00.00 - Reavaliação de Imobilizado - Consolidação	
3.6.1.2.0.00.00 - Reavaliação de Intangíveis	0,00
3.6.1.2.1.00.00 - Reavaliação de Intangíveis - Consolidação	
3.6.1.3.0.00.00 - Reavaliação de Outros Ativos	0,00
3.6.1.3.1.00.00 - Reavaliação de Outros Ativos - Consolidação	
3.6.1.4.0.00.00 - Redução a Valor Recuperável de Investimentos	0,00
3.6.1.4.1.00.00 - Redução a Valor Recuperável de Investimentos - Consolidação	
3.6.1.4.2.00.00 - Redução a Valor Recuperável de Investimentos - Intra OFSS	
3.6.1.4.3.00.00 - Redução a Valor Recuperável de Investimentos - Inter OFSS - União	
3.6.1.4.4.00.00 - Redução a Valor Recuperável de Investimentos - Inter OFSS - Estado	
3.6.1.4.5.00.00 - Redução a Valor Recuperável de Investimentos - Inter OFSS - Município	
3.6.1.5.0.00.00 - Redução a Valor Recuperável de Imobilizado	0,00
3.6.1.5.1.00.00 - Redução a Valor Recuperável de Imobilizado - Consolidação	
3.6.1.6.0.00.00 - Redução a Valor Recuperável de Intangíveis	0,00
3.6.1.6.1.00.00 - Redução a Valor Recuperável de Intangíveis - Consolidação	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: Período único (anual)

Demonstrativo das Variações Patrimoniais e Resultado Patrimonial	Valores
	31/12/2016
3.6.1.7.0.00.00 - Variação Patrimonial Diminutiva com Ajuste de Perdas de Créditos e de Investimentos e Aplicações Temporários	0,00
3.6.1.7.1.00.00 - Variação Patrimonial Diminutiva com Ajuste de Perdas de Créditos e de Investimentos e Aplicações Temporários - Consolidação	
3.6.1.7.2.00.00 - Variação Patrimonial Diminutiva com Ajuste de Perdas de Créditos e de Investimentos e Aplicações Temporários- Intra OFSS	
3.6.1.7.3.00.00 - Variação Patrimonial Diminutiva com Ajuste de Perdas de Créditos e de Investimentos e Aplicações Temporários- Inter OFSS - União	
3.6.1.7.4.00.00 - Variação Patrimonial Diminutiva com Ajuste de Perdas de Créditos e de Investimentos e Aplicações Temporários- Inter OFSS - Estado	
3.6.1.7.5.00.00 - Variação Patrimonial Diminutiva com Ajuste de Perdas de Créditos e de Investimentos e Aplicações Temporários- Inter OFSS - Município	
3.6.1.8.0.00.00 - Variação Patrimonial Diminutiva com Ajuste de Perdas de Estoques	0,00
3.6.1.8.1.00.00 - Variação Patrimonial Diminutiva com Ajuste de Perdas de Estoques - Consolidação	
3.6.2.0.0.00.00 - Perdas com Alienação	0,00
3.6.2.1.0.00.00 - Perdas com Alienação de Investimentos	0,00
3.6.2.1.1.00.00 - Perdas com Alienação de Investimentos - Consolidação	
3.6.2.2.0.00.00 - Perdas com Alienação de Imobilizado	0,00
3.6.2.2.1.00.00 - Perdas com Alienação de Imobilizado - Consolidação	
3.6.2.3.0.00.00 - Perdas com Alienação de Intangíveis	0,00
3.6.2.3.1.00.00 - Perdas com Alienação de Intangíveis - Consolidação	
3.6.2.9.0.00.00 - Perdas com Alienação de Demais Ativos	0,00
3.6.2.9.1.00.00 - Perdas com Alienação de Demais Ativos - Consolidação	
3.6.3.0.0.00.00 - Perdas Involuntárias	15.689,56
3.6.3.1.0.00.00 - Perdas Involuntárias com Imobilizado	15.689,56
3.6.3.1.1.00.00 - Perdas Involuntárias com Imobilizado - Consolidação	15.689,56
3.6.3.2.0.00.00 - Perdas Involuntárias com Intangíveis	0,00
3.6.3.2.1.00.00 - Perdas Involuntárias com Intangíveis - Consolidação	
3.6.3.3.0.00.00 - Perdas Involuntárias com Estoques	0,00
3.6.3.3.1.00.00 - Perdas Involuntárias com Estoques - Consolidação	
3.6.3.9.0.00.00 - Outras Perdas Involuntárias	0,00
3.6.3.9.1.00.00 - Outras Perdas Involuntárias - Consolidação	
3.6.4.0.0.00.00 - Incorporação de Passivos	0,00
3.6.4.0.1.00.00 - Incorporação de Passivos - Consolidação	
3.6.5.0.0.00.00 - Desincorporação de Ativos	634.018,96
3.6.5.0.1.00.00 - Desincorporação de Ativos - Consolidação	634.018,96
3.7.0.0.0.00.00 - Tributárias	352.610,85
3.7.1.0.0.00.00 - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00
3.7.1.1.0.00.00 - Impostos	0,00
3.7.1.1.1.00.00 - Impostos- Consolidação	
3.7.1.2.0.00.00 - Taxas	0,00
3.7.1.2.1.00.00 - Taxas - Consolidação	
3.7.1.3.0.00.00 - Contribuições de Melhoria	0,00
3.7.1.3.1.00.00 - Contribuições de Melhoria - Consolidação	
3.7.2.0.0.00.00 - Contribuições	352.610,85
3.7.2.1.0.00.00 - Contribuições Sociais	352.610,85
3.7.2.1.1.00.00 - Contribuições Sociais - Consolidação	352.610,85
3.7.2.1.2.00.00 - Contribuições Sociais - Intra OFSS	
3.7.2.1.3.00.00 - Contribuições Sociais - Inter OFSS - União	
3.7.2.1.4.00.00 - Contribuições Sociais - Inter OFSS - Estado	
3.7.2.1.5.00.00 - Contribuições Sociais - Inter OFSS - Município	
3.7.2.2.0.00.00 - Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	0,00
3.7.2.2.1.00.00 - Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico - Consolidação	
3.7.2.3.0.00.00 - Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Cosip	0,00
3.7.2.3.1.00.00 - Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Cosip - Consolidação	
3.7.2.9.0.00.00 - Outras Contribuições	0,00
3.7.2.9.1.00.00 - Outras Contribuições - Consolidação	
3.8.0.0.0.00.00 - Custo das Mercadorias Vendidas, dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados	0,00
3.8.1.0.0.00.00 - Custo de Mercadorias Vendidas	0,00
3.8.1.0.1.00.00 - Custo de Mercadorias Vendidas - Consolidação	
3.8.1.0.2.00.00 - Custo de Mercadorias Vendidas - Intra OFSS	
3.8.1.0.3.00.00 - Custo de Mercadorias Vendidas - Inter OFSS - União	
3.8.1.0.4.00.00 - Custo de Mercadorias Vendidas - Inter OFSS - Estado	
3.8.1.0.5.00.00 - Custo de Mercadorias Vendidas - Inter OFSS - Município	
3.8.2.0.0.00.00 - Custos dos Produtos Vendidos	0,00
3.8.2.0.1.00.00 - Custos dos Produtos Vendidos - Consolidação	
3.8.2.0.2.00.00 - Custos dos Produtos Vendidos - Intra OFSS	
3.8.2.0.3.00.00 - Custos dos Produtos Vendidos - Inter OFSS - União	
3.8.2.0.4.00.00 - Custos dos Produtos Vendidos - Inter OFSS - Estado	
3.8.2.0.5.00.00 - Custos dos Produtos Vendidos - Município	
3.8.3.0.0.00.00 - Custo dos Serviços Prestados	0,00
3.8.3.0.1.00.00 - Custo dos Serviços Prestados - Consolidação	
3.8.3.0.2.00.00 - Custo dos Serviços Prestados - Intra OFSS	
3.8.3.0.3.00.00 - Custo dos Serviços Prestados - Inter OFSS - União	
3.8.3.0.4.00.00 - Custo dos Serviços Prestados - Inter OFSS - Estado	
3.8.3.0.5.00.00 - Custo dos Serviços Prestados - Inter OFSS - Município	
3.9.0.0.0.00.00 - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	4.203.342,70
3.9.1.0.0.00.00 - Premiações	5.764,00
3.9.1.1.0.00.00 - Premiações Culturais	5.764,00
3.9.1.1.1.00.00 - Premiações Culturais - Consolidação	5.764,00
3.9.1.2.0.00.00 - Premiações Artísticas	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: Período único (anual)

Demonstrativo das Variações Patrimoniais e Resultado Patrimonial	Valores 31/12/2016
3.9.1.2.1.00.00 - Premiações Artísticas - Consolidação	
3.9.1.3.0.00.00 - Premiações Cientificas	0,00
3.9.1.3.1.00.00 - Premiações Cientificas - Consolidação	
3.9.1.4.0.00.00 - Premiações Desportivas	0,00
3.9.1.4.1.00.00 - Premiações Desportivas - Consolidação	
3.9.1.5.0.00.00 - Ordens Honorificas	0,00
3.9.1.5.1.00.00 - Ordens Honorificas - Consolidação	
3.9.1.9.0.00.00 - Outras Premiações	0,00
3.9.1.9.1.00.00 - Outras Premiações - Consolidação	
3.9.2.0.0.00.00 - Resultado Negativo de Participações	0,00
3.9.2.1.0.00.00 - Resultado Negativo de Equivalência Patrimonial	0,00
3.9.2.1.1.00.00 - Resultado Negativo de Equivalência Patrimonial - Consolidação	
3.9.2.1.2.00.00 - Resultado Negativo de Equivalência Patrimonial - Intra OFSS	
3.9.2.1.3.00.00 - Resultado Negativo de Equivalência Patrimonial - Inter OFSS - União	
3.9.2.1.4.00.00 - Resultado Negativo de Equivalência Patrimonial - Inter OFSS - Estado	
3.9.2.1.5.00.00 - Resultado Negativo de Equivalência Patrimonial - Inter OFSS - Município	
3.9.3.0.0.00.00 - Operações da Autoridade Monetária	0,00
3.9.3.1.0.00.00 - Juros	
3.9.3.1.1.00.00 - Juros - Consolidação	0,00
3.9.3.2.0.00.00 - Posição de Negociação	0,00
3.9.3.2.1.00.00 - Posição de Negociação - Consolidação	
3.9.3.3.0.00.00 - Posição de Investimentos	0,00
3.9.3.3.1.00.00 - Posição de Investimentos - Consolidação	
3.9.3.4.0.00.00 - Correção Cambial	0,00
3.9.3.4.1.00.00 - Correção Cambial - Consolidação	
3.9.3.9.0.00.00 - Outras VPD de Operações da Autoridade Monetária	0,00
3.9.3.9.1.00.00 - Outras VPD de Operações da Autoridade Monetária - Consolidação	
3.9.4.0.0.00.00 - Incentivos	0,00
3.9.4.1.0.00.00 - Incentivos a Educação	0,00
3.9.4.1.1.00.00 - Incentivos a Educação - Consolidação	
3.9.4.2.0.00.00 - Incentivos a Ciência	0,00
3.9.4.2.1.00.00 - Incentivos a Ciência - Consolidação	
3.9.4.3.0.00.00 - Incentivos a Cultura	0,00
3.9.4.3.1.00.00 - Incentivos a Cultura - Consolidação	
3.9.4.4.0.00.00 - Incentivos ao Esporte	0,00
3.9.4.4.1.00.00 - Incentivos ao Esporte - Consolidação	
3.9.4.9.0.00.00 - Outros Incentivos	0,00
3.9.4.9.1.00.00 - Outros Incentivos - Consolidação	
3.9.5.0.0.00.00 - Subvenções Econômicas	0,00
3.9.5.0.1.00.00 - Subvenções Econômicas - Consolidação	
3.9.6.0.0.00.00 - Participações e Contribuições	0,00
3.9.6.1.0.00.00 - Participações de Debêntures	0,00
3.9.6.1.1.00.00 - Participações de Debêntures - Consolidação	
3.9.6.2.0.00.00 - Participações de Empregados	0,00
3.9.6.2.1.00.00 - Participações de Empregados - Consolidação	
3.9.6.3.0.00.00 - Participações de Administradores	0,00
3.9.6.3.1.00.00 - Participações de Administradores - Consolidação	
3.9.6.4.0.00.00 - Participações de Partes Beneficiarias	0,00
3.9.6.4.1.00.00 - Participações de Partes Beneficiarias - Consolidação	
3.9.6.5.0.00.00 - Participações de Instituições ou Fundos de Assistência ou Previdência de Empregados	0,00
3.9.6.5.1.00.00 - Participações de Instituições ou Fundos de Assistência ou Previdência de Empregados - Consolidação	
3.9.7.0.0.00.00 - VPD de Constituição de Provisões	2.012.847,52
3.9.7.1.0.00.00 - VPD de Provisão para Riscos Trabalhistas	2.012.847,52
3.9.7.1.1.00.00 - VPD de Provisão para Riscos Trabalhistas - Consolidação	2.012.847,52
3.9.7.2.0.00.00 - VPD de Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo	0,00
3.9.7.2.1.00.00 - VPD de Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo - Consolidação	
3.9.7.3.0.00.00 - VPD de Provisões para Riscos Fiscais	0,00
3.9.7.3.1.00.00 - VPD de Provisões para Riscos Fiscais – Consolidação	
3.9.7.4.0.00.00 - VPD de Provisão para Riscos Cíveis	0,00
3.9.7.4.1.00.00 - VPD de Provisão para Riscos Cíveis – Consolidação	
3.9.7.5.0.00.00 - VPD de Provisão para Repartição de Créditos	0,00
3.9.7.5.3.00.00 - VPD de Provisão para Repartição de Créditos - Inter OFSS União	
3.9.7.5.4.00.00 - VPD de Provisão para Repartição de Créditos - Inter OFSS Estados	
3.9.7.5.5.00.00 - VPD de Provisão para Repartição de Créditos - Inter OFSS - Município	
3.9.7.6.0.00.00 - VPD de Provisão para Riscos Decorrentes de Contratos de PPP	0,00
3.9.7.6.1.00.00 - VPD de Provisão para Riscos Decorrentes de Contratos de PPP - Consolidação	
3.9.7.9.0.00.00 - VPD de Outras Provisões	0,00
3.9.7.9.1.00.00 - VPD de Outras Provisões - Consolidação	
3.9.9.0.0.00.00 - Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	2.184.731,18
3.9.9.1.0.00.00 - Compensação Financeira entre RGPS/RPPS	2.184.731,18
3.9.9.1.2.00.00 - Compensação Financeira entre RGPS/RPPS - Intra OFSS	2.184.731,18
3.9.9.1.3.00.00 - Compensação Financeira entre RGPS/RPPS - Inter OFSS - União	
3.9.9.1.4.00.00 - Compensação Financeira entre RGPS/RPPS - Inter OFSS - Estado	
3.9.9.1.5.00.00 - Compensação Financeira entre RGPS/RPPS - Inter OFSS - Município	
3.9.9.2.0.00.00 - Compensação Financeira entre Regimes Próprios	0,00
3.9.9.2.3.00.00 - Compensação Financeira entre Regimes Próprios - Inter OFSS - União	
3.9.9.2.4.00.00 - Compensação Financeira entre Regimes Próprios - Inter OFSS - Estado	
3.9.9.2.5.00.00 - Compensação Financeira entre Regimes Próprios - Inter OFSS - Município	
3.9.9.3.0.00.00 - Variação Patrimonial Diminutiva com Bonificações	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: Período único (anual)

Demonstrativo das Variações Patrimoniais e Resultado Patrimonial	Valores 31/12/2016
3.9.9.3.1.00.00 - Variação Patrimonial Diminutiva com Bonificações - Consolidação	
3.9.9.4.0.00.00 - Amortização de Ágio em Investimentos	0,00
3.9.9.4.1.00.00 - Amortização de Ágio em Investimentos - Consolidação	
3.9.9.4.2.00.00 - Amortização de Ágio em Investimentos - Intra OFSS	
3.9.9.4.3.00.00 - Amortização de Ágio em Investimentos - Inter OFSS - União	
3.9.9.4.4.00.00 - Amortização de Ágio em Investimentos - Inter OFSS - Estado	
3.9.9.4.5.00.00 - Amortização de Ágio em Investimentos - Inter OFSS - Município	
3.9.9.5.0.00.00 - Multas Administrativas	0,00
3.9.9.5.1.00.00 - Multas Administrativas - Consolidação	
3.9.9.6.0.00.00 - Indenizações e Restituições	0,00
3.9.9.6.1.00.00 - Indenizações e Restituições - Consolidação	
3.9.9.7.0.00.00 - Compensações ao RGPS	0,00
3.9.9.7.1.00.00 - Compensações ao RGPS - Consolidação	
3.9.9.7.3.00.00 - Compensações ao RGPS - Inter OFSS - União	
3.9.9.9.0.00.00 - Variações Patrimoniais Diminutivas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos	0,00
3.9.9.9.1.00.00 - Variações Patrimoniais Diminutivas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos - Consolidação	
Variação Patrimonial Aumentativa	-
Variação Patrimonial Aumentativa	-
4.0.0.0.0.00.00 - Variação Patrimonial Aumentativa	43.560.580,66
4.1.0.0.0.00.00 - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.891.459,68
4.1.1.0.0.00.00 - Impostos	2.383.516,93
4.1.1.1.0.00.00 - Impostos sobre Comercio Exterior	0,00
4.1.1.1.1.00.00 - Impostos sobre Comercio Exterior - Consolidação	
4.1.1.2.0.00.00 - Impostos sobre Patrimônio e a Renda	1.769.538,34
4.1.1.2.1.00.00 - Impostos sobre Patrimônio e a Renda - Consolidação	1.769.538,34
4.1.1.3.0.00.00 - Impostos sobre a Produção e a Circulação	613.978,59
4.1.1.3.1.00.00 - Impostos sobre a Produção e a Circulação - Consolidação	613.978,59
4.1.1.4.0.00.00 - Impostos Extraordinários	0,00
4.1.1.4.1.00.00 - Impostos Extraordinários - Consolidação	
4.1.1.9.0.00.00 - Outros Impostos	0,00
4.1.1.9.1.00.00 - Outros Impostos - Consolidação	
4.1.2.0.0.00.00 - Taxas	507.556,17
4.1.2.1.0.00.00 - Taxas pelo Exercício do Poder de Policia	418.336,69
4.1.2.1.1.00.00 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia - Consolidação	418.336,69
4.1.2.2.0.00.00 - Taxas Pela Prestação de Serviços	89.219,48
4.1.2.2.1.00.00 - Taxas Pela Prestação de Serviços - Consolidação	89.219,48
4.1.3.0.0.00.00 - Contribuições de Melhoria	386,58
4.1.3.1.0.00.00 - Contribuição de Melhoria Pela Expansão da Rede de Água Potável e Esgoto Sanitário	0,00
4.1.3.1.1.00.00 - Contribuição de Melhoria Pela Expansão da Rede de Água Potável e Esgoto Sanitário - Consolidação	
4.1.3.2.0.00.00 - Contribuição de Melhoria Pela Expansão da Rede de Iluminação Pública na Cidade	0,00
4.1.3.2.1.00.00 - Contribuição de Melhoria Pela Expansão da Rede de Iluminação Pública na Cidade - Consolidação	
4.1.3.3.0.00.00 - Contribuição de Melhoria Pela Expansão de Rede de Iluminação Pública Rural	0,00
4.1.3.3.1.00.00 - Contribuição de Melhoria Pela Expansão de Rede de Iluminação Pública Rural - Consolidação	
4.1.3.4.0.00.00 - Contribuição de Melhoria Pela Pavimentação e Obras Complementares	386,58
4.1.3.4.1.00.00 - Contribuição de Melhoria Pela Pavimentação e Obras Complementares - Consolidação	386,58
4.1.3.9.0.00.00 - Outras Contribuições de Melhoria	0,00
4.1.3.9.1.00.00 - Outras Contribuições de Melhoria - Consolidação	
4.2.0.0.0.00.00 - Contribuições	3.416.861,29
4.2.1.0.0.00.00 - Contribuições Sociais	3.163.623,35
4.2.1.1.0.00.00 - Contribuições Sociais - RPPS	3.163.623,35
4.2.1.1.1.00.00 - Contribuições Sociais - RPPS - Consolidação	1.567.493,37
4.2.1.1.1.01.00 - Contribuições Patronais ao RPPS	1.567.493,37
4.2.1.1.1.02.00 - Contribuição do Segurado ao RPPS	
4.2.1.1.1.03.00 - Contribuição Previdenciária para Amortização do Déficit Atuarial	
4.2.1.1.1.04.00 - Contribuições para Custeio das Pensões Militares	
4.2.1.1.1.97.00 - (-) Deduções	
4.2.1.1.1.99.00 - Outras Contribuições Sociais - RPPS	
4.2.1.1.2.00.00 - Contribuições Sociais - RPPS - Intra OFSS	1.596.129,98
4.2.1.1.3.00.00 - Contribuições Sociais - RPPS - Inter OFSS – União	
4.2.1.1.4.00.00 - Contribuições Sociais - RPPS - Inter OFSS - Estado	
4.2.1.1.5.00.00 - Contribuições Sociais - RPPS - Inter OFSS - Município	
4.2.1.2.0.00.00 - Contribuições Sociais - RGPS	0,00
4.2.1.2.1.00.00 - Contribuições Sociais - RGPS - Consolidação	
4.2.1.2.2.00.00 - Contribuições Sociais - RGPS - Intra OFSS	
4.2.1.2.3.00.00 - Contribuições Sociais - RGPS - Inter OFSS - União	
4.2.1.2.4.00.00 - Contribuições Sociais - RGPS - Inter OFSS - Estado	
4.2.1.2.5.00.00 - Contribuições Sociais - RGPS - Inter OFSS - Município	
4.2.1.3.0.00.00 - Contribuição sobre a Receita ou o Faturamento	0,00
4.2.1.3.1.00.00 - Contribuição sobre a Receita ou o Faturamento - Consolidação	
4.2.1.4.0.00.00 - Contribuição sobre o Lucro	0,00
4.2.1.4.1.00.00 - Contribuição sobre o Lucro - Consolidação	
4.2.1.5.0.00.00 - Contribuição sobre Receita de Concurso de Prognostico	0,00
4.2.1.5.1.00.00 - Contribuição sobre Receita de Concurso de Prognostico - Consolidação	
4.2.1.6.0.00.00 - Contribuição do Importador de Bens ou Serviços do Exterior	0,00
4.2.1.6.1.00.00 - Contribuição do Importador de Bens ou Serviços do Exterior - Consolidação	
4.2.1.9.0.00.00 - Outras Contribuições Sociais	0,00
4.2.1.9.1.00.00 - Outras Contribuições Sociais - Consolidação	
4.2.2.0.0.00.00 - Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	0,00
4.2.2.0.1.00.00 - Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico - Consolidação	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: Período único (anual)

Demonstrativo das Variações Patrimoniais e Resultado Patrimonial	Valores 31/12/2016
4.2.3.0.0.00.00 - Contribuição de Iluminação Pública	253.237,94
4.2.3.0.1.00.00 - Contribuição de Iluminação Pública - Consolidação	253.237,94
4.2.4.0.0.00.00 - Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	0,00
4.2.4.0.1.00.00 - Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais - Consolidação	
4.3.0.0.0.00.00 - Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	0,00
4.3.1.0.0.00.00 - Venda de Mercadorias	0,00
4.3.1.1.0.00.00 - Venda Bruta de Mercadorias	0,00
4.3.1.1.1.00.00 - Venda Bruta de Mercadorias - Consolidação	
4.3.1.9.0.00.00 - (-) Deduções da Venda Bruta de Mercadorias	0,00
4.3.1.9.1.00.00 - (-) Deduções da Venda Bruta de Mercadorias - Consolidação	
4.3.2.0.0.00.00 - Venda de Produtos	0,00
4.3.2.1.0.00.00 - Venda Bruta de Produtos	0,00
4.3.2.1.1.00.00 - Venda Bruta de Produtos - Consolidação	
4.3.2.9.0.00.00 - (-) Deduções de Venda Bruta de Produtos	0,00
4.3.2.9.1.00.00 - (-) Deduções da Venda Bruta de Produtos - Consolidação	
4.3.3.0.0.00.00 - Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	0,00
4.3.3.1.0.00.00 - Valor Bruto de Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	0,00
4.3.3.1.1.00.00 - Valor Bruto de Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços - Consolidação	
4.3.3.9.0.00.00 - (-) Deduções do Valor Bruto de Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	0,00
4.3.3.9.1.00.00 - (-) Deduções do Valor Bruto de Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços - Consolidação	
4.4.0.0.0.00.00 - Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	3.475.702,61
4.4.1.0.0.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00
4.4.1.1.0.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos	0,00
4.4.1.1.1.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos - Consolidação	
4.4.1.1.3.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos - Inter OFSS - União	
4.4.1.1.4.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos- Inter OFSS - Estado	
4.4.1.1.5.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos - Inter OFSS - Município	
4.4.1.2.0.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Externos Concedidos	0,00
4.4.1.2.1.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Externos Concedidos - Consolidação	
4.4.1.3.0.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos	0,00
4.4.1.3.1.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos - Consolidação	
4.4.1.3.3.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos - Inter OFSS - União	
4.4.1.3.4.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos - Inter OFSS - Estado	
4.4.1.3.5.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos - Inter OFSS - Município	
4.4.1.4.0.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Externos Concedidos	0,00
4.4.1.4.1.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Externos Concedidos - Consolidação	
4.4.2.0.0.00.00 - Juros e Encargos de Mora	292.662,89
4.4.2.1.0.00.00 - Juros e Encargos de Mora sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos	0,00
4.4.2.1.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos - Consolidação	
4.4.2.1.3.00.00 - Juros e Encargos de Mora sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos - Inter OFSS - União	
4.4.2.1.4.00.00 - Juros e Encargos de Mora sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos - Inter OFSS - Estado	
4.4.2.1.5.00.00 - Juros e Encargos de Mora sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos - Inter OFSS - Município	
4.4.2.2.0.00.00 - Juros e Encargos de Mora sobre Empréstimos e Financiamentos Externos Concedidos	0,00
4.4.2.2.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora sobre Empréstimos e Financiamentos Externos Concedidos - Consolidação	
4.4.2.3.0.00.00 - Juros e Encargos de Mora sobre Fornecimentos de Bens e Serviços	0,00
4.4.2.3.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora sobre Fornecimentos de Bens e Serviços - Consolidação	
4.4.2.4.0.00.00 - Juros e Encargos de Mora sobre Créditos Tributários	292.662,89
4.4.2.4.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora sobre Créditos Tributários - Consolidação	292.662,89
4.4.2.9.0.00.00 - Outros Juros e Encargos de Mora	0,00
4.4.2.9.1.00.00 - Outros Juros e Encargos de Mora - Consolidação	
4.4.3.0.0.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais	0,00
4.4.3.1.0.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Empréstimos Internos Concedidos	0,00
4.4.3.1.1.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Empréstimos Internos Concedidos - Consolidação	
4.4.3.1.3.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Empréstimos Internos Concedidos - Inter OFSS - União	
4.4.3.1.4.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Empréstimos Internos Concedidos - Inter OFSS - Estado	
4.4.3.1.5.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Empréstimos Internos Concedidos - Inter OFSS - Município	
4.4.3.2.0.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Empréstimos Externos Concedidos	0,00
4.4.3.2.1.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Empréstimos Externos Concedidos - Consolidação	
4.4.3.3.0.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Financiamentos Internos Concedidos	0,00
4.4.3.3.1.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Financiamentos Internos Concedidos - Consolidação	
4.4.3.3.3.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Financiamentos Internos Concedidos - Inter OFSS - União	
4.4.3.3.4.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Financiamentos Internos Concedidos - Inter OFSS - Estado	
4.4.3.3.5.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Financiamentos Internos Concedidos - Inter OFSS - Município	
4.4.3.4.0.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Financiamentos Externos Concedidos	0,00
4.4.3.4.1.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Financiamentos Externos Concedidos - Consolidação	
4.4.3.9.0.00.00 - Outras Variações Monetárias e Cambiais	0,00
4.4.3.9.1.00.00 - Outras Variações Monetárias e Cambiais - Consolidação	
4.4.3.9.3.00.00 - Outras Variações Monetárias e Cambiais - Inter OFSS - União	
4.4.3.9.4.00.00 - Outras Variações Monetárias e Cambiais - Inter OFSS - Estado	
4.4.3.9.5.00.00 - Outras Variações Monetárias e Cambiais - Inter OFSS - Município	
4.4.4.0.0.00.00 - Descontos Financeiros Obtidos	0,00
4.4.4.0.1.00.00 - Descontos Financeiros Obtidos - Consolidação	
4.4.5.0.0.00.00 - Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	3.183.039,72
4.4.5.1.0.00.00 - Remuneração de Depósitos Bancários	3.183.039,72
4.4.5.1.1.00.00 - Remuneração de Depósitos Bancários - Consolidação	3.183.039,72
4.4.5.2.0.00.00 - Remuneração de Aplicações Financeiras	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: Período único (anual)

Demonstrativo das Variações Patrimoniais e Resultado Patrimonial	Valores 31/12/2016
4.4.5.2.1.00.00 - Remuneração de Aplicações Financeiras - Consolidação	
4.4.8.0.0.00.00 - Aportes do Banco Central	0,00
4.4.8.1.0.00.00 - Resultado Positivo do Banco Central	0,00
4.4.8.1.1.00.00 - Resultado Positivo do Banco Central - Consolidação	
4.4.9.0.0.00.00 - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas – Financeiras	0,00
4.4.9.0.1.00.00 - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas – Financeiras - Consolidação	
4.5.0.0.0.00.00 - Transferências e Delegações Recebidas	33.928.837,39
4.5.1.0.0.00.00 - Transferências Intragovernamentais	1.187.851,42
4.5.1.1.0.00.00 - Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	1.187.851,42
4.5.1.1.2.00.00 - Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária - Intra OFSS	1.187.851,42
4.5.1.2.0.00.00 - Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária	0,00
4.5.1.2.2.00.00 - Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária - Intra OFSS	
4.5.1.3.0.00.00 - Transferencias Recebidas para Aportes de Recursos para o RPPS	0,00
4.5.1.3.2.00.00 - Transferencias Recebidas para Aportes de Recursos para o RPPS – Intra OFSS	
4.5.1.4.0.00.00 - Transferências Recebidas para Aportes de Recursos para o RGPS	0,00
4.5.1.4.2.00.00 - Transferências Recebidas para Aportes de Recursos para o RGPS – Intra OFSS	
4.5.2.0.0.00.00 - Transferências Inter Governamentais	32.740.483,48
4.5.2.1.0.00.00 - Transferências Constitucionais e Legais de Receitas	27.315.395,74
4.5.2.1.1.00.00 - Transferências Constitucionais e Legais de Receitas- Consolidação	
4.5.2.1.3.00.00 - Transferências Constitucionais e Legais de Receitas - Inter OFSS – União	15.890.813,48
4.5.2.1.4.00.00 - Transferências Constitucionais e Legais de Receitas - Inter OFSS - Estado	11.424.582,26
4.5.2.2.0.00.00 - Transferências do FUNDEB	5.425.087,74
4.5.2.2.3.00.00 - Transferências do FUNDEB - Inter OFSS - União	5.425.087,74
4.5.2.2.4.00.00 - Transferências do FUNDEB - Inter OFSS - Estado	
4.5.2.3.0.00.00 - Transferências Voluntárias	0,00
4.5.2.3.1.00.00 - Transferências Voluntárias - Consolidação	
4.5.2.3.3.00.00 - Transferências Voluntárias – Inter OFSS - União	
4.5.2.3.4.00.00 - Transferências Voluntárias – Inter OFSS - Estado	
4.5.2.3.5.00.00 - Transferências Voluntárias - Inter OFSS - Município	
4.5.2.4.0.00.00 - Outras Transferências	0,00
4.5.2.4.1.00.00 - Outras Transferências - Consolidação	
4.5.2.4.3.00.00 - Outras Transferências – Inter OFSS - União	
4.5.2.4.4.00.00 - Outras Transferências – Inter OFSS - Estado	
4.5.2.4.5.00.00 - Outras Transferências – Inter OFSS - Município	
4.5.3.0.0.00.00 - Transferências das Instituições Privadas	502,49
4.5.3.1.0.00.00 - Transferências das Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	502,49
4.5.3.1.1.00.00 - Transferências das Instituições Privadas sem Fins Lucrativos - Consolidação	502,49
4.5.3.2.0.00.00 - Transferências das Instituições Privadas com Fins Lucrativos	0,00
4.5.3.2.1.00.00 - Transferências das Instituições Privadas com Fins Lucrativos - Consolidação	
4.5.4.0.0.00.00 - Transferências das Instituições Multigovernamentais	0,00
4.5.4.0.1.00.00 - Transferências das Instituições Multigovernamentais - Consolidação	
4.5.5.0.0.00.00 - Transferências de Consórcios Públicos	0,00
4.5.5.0.1.00.00 - Transferências de Consórcios Públicos - Consolidação	
4.5.6.0.0.00.00 - Transferências do Exterior	0,00
4.5.6.0.1.00.00 - Transferências do Exterior - Consolidação	
4.5.7.0.0.00.00 - Execução Orçamentária Delegada	0,00
4.5.7.1.0.00.00 - Execução Orçamentária Delegada de Entes	0,00
4.5.7.1.3.00.00 - Execução Orçamentária Delegada de Entes – Inter OFSS - União	
4.5.7.1.4.00.00 - Execução Orçamentária Delegada de Entes – Inter OFSS - Estado	
4.5.7.1.5.00.00 - Execução Orçamentária Delegada de Entes – Inter OFSS - Município	
4.5.7.2.0.00.00 - Execução Orçamentária Delegada de Consórcios	0,00
4.5.7.2.1.00.00 - Execução Orçamentária Delegada de Consórcios - Consolidação	
4.5.8.0.0.00.00 - Transferências de Pessoas Físicas	0,00
4.5.8.0.1.00.00 - Transferências de Pessoas Físicas - Consolidação	
4.5.9.0.0.00.00 - Outras Transferências e Delegações Recebidas	0,00
4.5.9.0.1.00.00 - Outras Transferências e Delegações Recebidas - Consolidação	
4.6.0.0.0.00.00 - Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	900.466,27
4.6.1.0.0.00.00 - Reavaliação de Ativos	12.223,92
4.6.1.1.0.00.00 - Reavaliação de Imobilizado	0,00
4.6.1.1.1.00.00 - Reavaliação de Imobilizado - Consolidação	
4.6.1.2.0.00.00 - Reavaliação de Intangíveis	0,00
4.6.1.2.1.00.00 - Reavaliação de Intangíveis - Consolidação	
4.6.1.9.0.00.00 - Reavaliação de Outros Ativos	12.223,92
4.6.1.9.1.00.00 - Reavaliação de Outros Ativos - Consolidação	12.223,92
4.6.2.0.0.00.00 - Ganhos com Alienação	102.750,25
4.6.2.1.0.00.00 - Ganhos com Alienação de Investimentos	0,00
4.6.2.1.1.00.00 - Ganhos com Alienação de Investimentos - Consolidação	
4.6.2.2.0.00.00 - Ganhos com Alienação de Imobilizado	102.750,25
4.6.2.2.1.00.00 - Ganhos com Alienação de Imobilizado - Consolidação	102.750,25
4.6.2.3.0.00.00 - Ganhos com Alienação de Intangíveis	0,00
4.6.2.3.1.00.00 - Ganhos com Alienação de Intangíveis - Consolidação	
4.6.2.9.0.00.00 - Ganhos com Alienação de Demais Ativos	0,00
4.6.2.9.1.00.00 - Ganhos com Alienação de Demais Ativos - Consolidação	
4.6.3.0.0.00.00 - Ganhos com Incorporação de Ativos	748.209,95
4.6.3.1.0.00.00 - Ganhos com Incorporação de Ativos por Descobertas	0,00
4.6.3.1.1.00.00 - Ganhos com Incorporação de Ativos por Descobertas - Consolidação	
4.6.3.2.0.00.00 - Ganhos com Incorporação de Ativos por Nascimentos	0,00
4.6.3.2.1.00.00 - Ganhos com Incorporação de Ativos por Nascimentos - Consolidação	
4.6.3.3.0.00.00 - Ganhos com Incorporação de Valores Apreendidos	0,00
4.6.3.3.1.00.00 - Ganhos com Incorporação de Ativos Apreendidos - Consolidação	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: Período único (anual)

Demonstrativo das Variações Patrimoniais e Resultado Patrimonial	Valores 31/12/2016
4.6.3.4.0.00.00 - Ganhos com Incorporação de Ativos Por Produção	0,00
4.6.3.4.1.00.00 - Ganhos com Incorporação de Ativos Por Produção - Consolidação	
4.6.3.9.0.00.00 - Outros Ganhos com Incorporação de Ativos	748.209,95
4.6.3.9.1.00.00 - Outros Ganhos com Incorporação de Ativos - Consolidação	748.209,95
4.6.4.0.0.00.00 - Ganhos com Desincorporação de Passivos	37.282,15
4.6.4.0.1.00.00 - Ganhos com Desincorporação de Passivos - Consolidação	37.282,15
4.6.5.0.0.00.00 - Reversão de Redução a Valor Recuperável	0,00
4.6.5.1.0.00.00 - Reversão de Redução a Valor Recuperável de Investimentos	0,00
4.6.5.1.1.00.00 - Reversão de Redução a Valor Recuperável de Investimentos - Consolidação	
4.6.5.1.2.00.00 - Reversão de Redução a Valor Recuperável de Investimentos - Intra OFSS	
4.6.5.1.3.00.00 - Reversão de Redução a Valor Recuperável de Investimentos - Inter OFSS - União	
4.6.5.1.4.00.00 - Reversão de Redução a Valor Recuperável de Investimentos - Inter OFSS - Estado	
4.6.5.1.5.00.00 - Reversão de Redução a Valor Recuperável de Investimentos - Inter OFSS - Município	
4.6.5.2.0.00.00 - Reversão de Redução a Valor Recuperável de Imobilizado	0,00
4.6.5.2.1.00.00 - Reversão de Redução a Valor Recuperável de Imobilizado - Consolidação	
4.6.5.3.0.00.00 - Reversão de Redução a Valor Recuperável de Intangíveis	0,00
4.6.5.3.1.00.00 - Reversão de Redução a Valor Recuperável de Intangíveis - Consolidação	
4.9.0.0.0.00.00 - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	-1.052.746,58
4.9.1.0.0.00.00 - Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-55.189,96
4.9.1.0.1.00.00 - Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar - Consolidação	-55.189,96
4.9.2.0.0.00.00 - Resultado Positivo de Participações	0,00
4.9.2.1.0.00.00 - Resultado Positivo de Equivalência Patrimonial	0,00
4.9.2.1.1.00.00 - Resultado Positivo de Equivalência Patrimonial - Consolidação	
4.9.2.1.2.00.00 - Resultado Positivo de Equivalência Patrimonial - Intra OFSS	
4.9.2.1.3.00.00 - Resultado Positivo de Equivalência Patrimonial - Inter OFSS - União	
4.9.2.1.4.00.00 - Resultado Positivo de Equivalência Patrimonial - Inter OFSS - Estado	
4.9.2.1.5.00.00 - Resultado Positivo de Equivalência Patrimonial - Inter OFSS - Município	
4.9.2.2.0.00.00 - Dividendos e Rendimentos de Outros Investimentos	0,00
4.9.2.2.1.00.00 - Dividendos e Rendimentos de Outros Investimentos - Consolidação	
4.9.3.0.0.00.00 - Operações da Autoridade Monetária	0,00
4.9.3.1.0.00.00 - Juros	0,00
4.9.3.1.1.00.00 - Juros - Consolidação	
4.9.3.2.0.00.00 - Posição de Negociação	0,00
4.9.3.2.1.00.00 - Posição de Negociação - Consolidação	
4.9.3.3.0.00.00 - Posição de Investimentos	0,00
4.9.3.3.1.00.00 - Posição de Investimentos - Consolidação	
4.9.3.4.0.00.00 - Correção Cambial	0,00
4.9.3.4.1.00.00 - Correção Cambial - Consolidação	
4.9.3.9.0.00.00 - Outras VPD de Operações da Autoridade Monetária	0,00
4.9.3.9.1.00.00 - Outras VPD de Operações da Autoridade Monetária - Consolidação	
4.9.7.0.0.00.00 - Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	-998.771,70
4.9.7.1.0.00.00 - Reversão de Provisões	-998.771,70
4.9.7.1.1.00.00 - Reversão de Provisões – Consolidação	-998.771,70
4.9.7.1.3.00.00 - Reversão de Provisões – Inter OFSS - União	
4.9.7.1.4.00.00 - Reversão de Provisões – Inter OFSS - Estados	
4.9.7.1.5.00.00 - Reversão de Provisões – Inter OFSS - Municípios	
4.9.7.2.0.00.00 - Reversão de Ajustes de Perdas	0,00
4.9.7.2.1.00.00 - Reversão de Ajustes de Perdas – Consolidação	
4.9.7.2.2.00.00 - Reversão de Ajustes de Perdas - Intra OFSS	
4.9.7.2.3.00.00 - Reversão de Ajustes de Perdas –Inter OFSS – União	
4.9.7.2.4.00.00 - Reversão de Ajustes de Perdas –Inter OFSS – Estado	
4.9.7.2.5.00.00 - Reversão de Ajustes de Perdas –Inter OFSS - Município	
4.9.9.0.0.00.00 - Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	1.215,08
4.9.9.1.0.00.00 - Compensação Financeira entre RGPS/RPPS	0,00
4.9.9.1.2.00.00 - Compensação Financeira entre RGPS/RPPS - Intra OFSS	
4.9.9.1.3.00.00 - Compensação Financeira entre RGPS/RPPS - Inter OFSS - União	
4.9.9.1.4.00.00 - Compensação Financeira entre RGPS/RPPS - Inter OFSS - Estado	
4.9.9.1.5.00.00 - Compensação Financeira entre RGPS/RPPS - Inter OFSS - Município	
4.9.9.2.0.00.00 - Compensação Financeira entre Regimes Próprios	0,00
4.9.9.2.3.00.00 - Compensação Financeira entre Regimes Próprios - Inter OFSS - União	
4.9.9.2.4.00.00 - Compensação Financeira entre Regimes Próprios - Inter OFSS - Estado	
4.9.9.2.5.00.00 - Compensação Financeira entre Regimes Próprios - Inter OFSS - Município	
4.9.9.3.0.00.00 - Variação Patrimonial Aumentativa com Bonificações	0,00
4.9.9.3.1.00.00 - Variação Patrimonial Aumentativa com Bonificações - Consolidação	
4.9.9.4.0.00.00 - Amortização de Deságio em Investimentos	0,00
4.9.9.4.1.00.00 - Amortização de Deságio em Investimentos - Consolidação	
4.9.9.4.2.00.00 - Amortização de Deságio em Investimentos - Intra OFSS	
4.9.9.4.3.00.00 - Amortização de Deságio em Investimentos - Inter OFSS - União	
4.9.9.4.4.00.00 - Amortização de Deságio em Investimentos - Inter OFSS - Estado	
4.9.9.4.5.00.00 - Amortização de Deságio em Investimentos - Inter OFSS - Município	
4.9.9.5.0.00.00 - Multas Administrativas	0,00
4.9.9.5.1.00.00 - Multas Administrativas - Consolidação	
4.9.9.6.0.00.00 - Indenizações	0,00
4.9.9.6.1.00.00 - Indenizações - Consolidação	
4.9.9.9.0.00.00 - Variações Patrimoniais Aumentativas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos	1.215,08
4.9.9.9.1.00.00 - Variações Patrimoniais Aumentativas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos - Consolidação	1.215,08
Resultado Patrimonial do Período	-
Resultado Patrimonial do Período	-
Resultado Patrimonial do Período	4.446.584,24

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Balanço Anual (DCA)**
	Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2016
	Período de referência: Período único (anual)

DCA-Anexo I-HI | Demonstrativo das Variações Patrimoniais Quantitativas e Resultado Patrimonial do Período

Notas Explicativas Variações Patrimoniais	Valores
	31/12/2016
Notas Explicativas Variações Patrimoniais	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA GP Nº 234/2017

DATA: 02 de maio de 2017.

SÚMULA: Dispõe sobre averbação de tempo de serviço do Servidor Público Municipal, Regime Jurídico Estatutário Efetivo e dá outras providências.

O SR. **Arnóbio Vieira de Andrade**, Prefeito Municipal de Marcelândia Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas por Lei,

Considerando o art. 104 da Lei Complementar n° 004/2005 de 05 de julho de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Marcelândia - MT e art. 40 da Lei Municipal 805/2012 de 17 de setembro de 2012, que dispõe do Regime próprio dos Servidores Municipais;

R E S O L V E:

ART. 1º - Averbar o tempo de serviço, conforme Processo Administrativo de Averbação do Tempo de Contribuição n° 002/2017 e **Certidão emitida pelo INSS n° 10021030.1.00043/16-7**, em favor do Servidor Sr. **Herculano Ferreira dos Anjos**, portador do RG n° 1057997 SSP/GO e inscrito no CPF n° 433.818.551-15, PIS/PASEP n° 123.98097.82.1 efetivo no cargo de **Auxiliar de Serviços Gerais**, **Classe C, Nível 03,** matricula 851, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Urbanos.

ART. 2º - O período averbado compreende em 2.493 (dois mil quatrocentos e noventa e três) dias, correspondendo há 06 (seis) anos, 10 (dez) meses e 03 (três) dias.

ART. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 02 de maio de 2017.

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

Marcelo Ricardo Cordeiro

Secretario de Administração e Finanças

Registre-se e afixe-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL
CONVOCAÇÃO PARA ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS DA TOMADA DE PREÇO Nº. 08/2017

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação comunica a todos os interessados que realizará no próximo dia 04/05/2017 as 10:00 horas na sede da Prefeitura Municipal, a abertura dos Envelopes 02 (Proposta de Preços) da TOMADA DE PREÇO para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS NO BAIRRO ZH2-004 (CIDADE ALTA) DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT. Maiores Informações podem ser solicitadas pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 02 de Maio de 2017.

ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Presidente da Comissão Permanente de Licitação -

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA Nº 031/2017

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

CONTRATADA: JOLCINARA SILVA DE OLIVEIRA - ME

OBJETO: **"**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA CONSTRUÇÃO E URBANIZAÇÃO DO CALÇAMENTO DO PASSEIO PÚBLICO DO CENTRO SOCIAL MARIA MISSIONÁRIA DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT - LOTE 02".

OBJETIVO: O novo prazo de Execução do contrato é aditado em 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua assinatura com término em 02 DE JUNHO DE 2017, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo entre as partes.

Assinatura: 28/04/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 25/2017

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LEOCIR HANEL, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a)NATANE CARLA SILVA DOS SANTOS, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 22417060 SSP/MT e do CPF n.° 048.630.061-79, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de Professor 20 Horas, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 20 (Vinte) dias, contados dos dias 06/02/2017 estendendo-se até 22/12/2017.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 2.135,64 (Dois Mil Cento e Trinta e Cinco Reais e Sessenta e Quatro Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 20 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 06 de Fevereiro de 2017.

_____

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES NATANE CARLA SILVA DOS SANTOS

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 29/2017

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LEOCIR HANEL, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a)MARLI RODRIGUES SOUTO BORGES DE PAULA, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 109.252-87 SSP/MT e do CPF n.° 893.301.531-00, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de Tec. em Desenvolvimento Infantil Não Profissionalizado, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 20 (Vinte) dias, contados dos dias 06/02/2017 estendendo-se até 22/12/2017.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.388,17 (Hum Mil Trezentos e Oitenta e Oito Reais e Dezessete Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 30 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 06 de Fevereiro de 2017.

_____
_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES MARLI RODRIGUES SOUTO BORGES DE PAULA

Testemunhas:

_____
_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 55/2017

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LEOCIR HANEL, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a)EDINEIA PALITA SOARES, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 206.007-47 SSP/MT e do CPF n.° 031.136.491-88, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de Ajudante de Serviços Gerais, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 20 (Vinte) dias, contados dos dias 06/02/2017 estendendo-se até 22/12/2017.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 937,00 (Novecentos e Trinta e Sete Reais) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 40 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 06 de Fevereiro de 2017.

_____

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES EDINEIA PALITA SOARES

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 59/2017

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LEOCIR HANEL, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a)MARIA DO BONDESPACHO DE FRANÇA, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 209.019-76 SSP/MT e do CPF n.° 023.746.811-57, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de Ajudante de Serviços Gerais, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 20 (Vinte) dias, contados dos dias 06/02/2017 estendendo-se até 22/12/2017.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 937,00 (Novecentos e Trinta e Sete Reais) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 40 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 06 de Fevereiro de 2017.

_____

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES MARIA DO BONDESPACHO DE FRANÇA

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 61/2017

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LEOCIR HANEL, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a)FRANSUIZA FRANÇA DA SILVA, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 220.916-70 SSP/MT e do CPF n.° 037.447.491-50, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de Tec. em Desenvolvimento Infantil Não Profissionalizado, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 20 (Vinte) dias, contados dos dias 06/02/2017 estendendo-se até 22/12/2017.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.388,17 (Hum Mil Trezentos e Oitenta e Oito Reais e Dezessete Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 30 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 06 de Fevereiro de 2017.

_____
_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES FRANSUIZA FRANÇA DA SILVA

Testemunhas:

_____
_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 77/2017

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LEOCIR HANEL, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a)FRANCIELI FERREIRA MALAQUIAS FALCAO, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 42.506.813-4 SSP/SP e do CPF n.° 341.607.898-54, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de Tec. em Desenvolvimento Infantil Não Profissionalizado, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 20 (Vinte) dias, contados dos dias 06/02/2017 estendendo-se até 22/12/2017.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.388,17 (Hum Mil Trezentos e Oitenta e Oito Reais e Dezessete Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 30 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 06 de Fevereiro de 2017.

_____
_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES FRANCIELI FERREIRA MALAQUIAS FALCAO

Testemunhas:

_____
_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 14/2017

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LEOCIR HANEL, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a)ADELAINE FERREIRA DE SOUZA, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 182.951-42 SSP/MT e do CPF n.° 042.332.311-30, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de Professor 20, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 20 (Vinte) dias, contados dos dias 06/02/2017 estendendo-se até 22/12/2017.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 2.135,64 (Dois Mil Cento e Trinta e Cinco Reais e Sessenta e Quatro Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 20 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 06 de Fevereiro de 2017.

_____
_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES ADELAINE FERREIRA DE SOUZA

Testemunhas:

_____
_____

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial SRP Nº 030/2017

A Pregoeira Sra. Nadir da Silva, nomeada pela Portaria nº 238/2017, faz saber que será aberta a Licitação Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 30/2017**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, cuja abertura ocorrerá as 14:00h do dia **15 de 05 de 2017**, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, situada à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº, Jardim Paraná, Nobres-MT. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL LOCAÇÃO DE CAMINHÃO LIMPA FOSSA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DO MUNICIPIO.** Os interessados poderão retirar o edital completo, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, das 07:00 às 11:00h e das 13:00 as 17:00h , ou através do site http://www.nobres.mt.gov.br/. Maiores informações (65) 3376-4200 – Ramal 4218 ou 4219.

Nobres, 28 de Abril de 2017.

NADIR DA SILVA

Pregoeira

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 25/2017

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LEOCIR HANEL, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a)NATANE CARLA SILVA DOS SANTOS, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 22417060 SSP/MT e do CPF n.° 048.630.061-79, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de Professor 20 Horas, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 20 (Vinte) dias, contados dos dias 06/02/2017 estendendo-se até 22/12/2017.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 2.135,64 (Dois Mil Cento e Trinta e Cinco Reais e Sessenta e Quatro Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 20 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 06 de Fevereiro de 2017.

_____
_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES NATANE CARLA SILVA DOS SANTOS

Testemunhas:

_____
_____

LICITAÇÃO
RESULTADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

RESULTADO DE RECURSO

Pregão Presencial SRP Nº 016/2017

A Comissão de Apoio de Pregão – CAP, torna público para amplo conhecimento que julga **PROCEDENTE** o recurso interposto pelas empresas CONSTRUTORA NEVES GALVAO EIRELI, inscrita no CNPJ n° 21.385.860/0001-60 e BKP CONSTRUTORA LTDA EPP, inscrita no CNPJ n° 16.939.495/0001-59, referente ao Pregão Presencial n° 16/2017, cujo objeto é ***LOCAÇÃO DE HORAS MÁQUINAS E/OU KM RODADO DE CAMINHÃO PRANCHA DE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE NOBRES - MT.*** Desta forma, fica convocada as empresas acima citadas a comparecer no setor de licitação da prefeitura de Nobres/MT, sito a Rua Ludgardes Hoffmann Hiedi, s/n°, Bairro Jardim Paraná, paço municipal, **na data de 08/05/2017 as 09:00hs,** para prosseguimento a fase de habilitação das mesmas com a abertura dos envelopes de habilitação para analise das documentações apresentadas.

Nobres, 02 de Maio de 2017.

Juliane Castro Pereira

Pregoeira Substituta

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2017

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2017

A Pregoeira Oficial e a Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, vem, através deste, comunicar aos interessados que o Pregão Presencial – Sistema de Registro de Preços, com objeto: **FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LUMINARIAS LED PARA POSTE TIPO ILUMINAÇÃO PÚBLICA**, conforme descrito na Relação dos itens, Anexo I do Edital. Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM. Abertura dia: 16 de maio de 2017. Horário: 08:00 horas. Local: Avenida Prefeito João Macauba, 82, Centro, Nortelândia-MT - CEP: 78430-000. O edital completo e seus anexos estarão disponíveis no site www.nortelandia.mt.gov.br, ou na sede da Prefeitura Municipal, telefone (65) 3346-1411, ou por solicitação para o e-mail: pregoeiro@nortelandia.mt.gov.br.

Nortelândia-MT, 02 de maio de 2017.

BRUNA BEATO DE MICHELI

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

PORTARIA Nº. 258/2017

PORTARIA Nº. 258/2017

Alinor Augusto de Miranda, Secretario de Administração e Planejamento,da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT – usando de suas atribuições legais.

Resolve:

Art. 1º - Conceder 01(um) período de licença premio as servidoras: **Célia Maria de Campos,** Matricula 1134, lotada na Secretaria Municipal de Administração no cargo de Apoio Municipal no período de 05/04/2017 a 03/07/2017, referente ao período aquisitivo 2012/2017e a Sra. **Janilce Silva de Queluz,** Matricula 486 lotada na Secretaria Municipal de Educação no cargo de Professora I a IV, no período de 17/04/2017 a 15/07/2017, referente ao período aquisitivo 2011/2016 com base nos Processos administrativos.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir das referidas datas mencionadas acima.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 17 de abril de 2017.

Alinor Augusto de Miranda

Secretario de Administração e Planejamento

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 074/2017 PROCESSO: 1034/2017

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 074/2017

Processo: **1034/2017**

Assunto - AQUISIÇÃO DE TRES COLCHOES SOLTEIRO D33

Reconheço e Ratifico, em todos os seus termos a DISPENSA DE LICITAÇÃO para O presente **AQUISIÇÃO DE TRES COLCHOES SOLTEIRO D33,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste termo de Referencia**,** nº. 005/2017 **EMPRESA EB COMERCIO DE ELETRODOMESTICOS LTDA (ELETROKASA) CNPJ:14.939.270/0001-77**, no valor total contratado de **R$ 1.137,00** (um mil, cento e trinta e sete reais)

Despesa que correrá por conta das seguintes dotações orçamentárias:

SECRETARIA/ PROGRAMA	RECURSO	PROJETO/ ATIVIDADE	REDUZIDO/DOTAÇÃO	NATUREZA/ DESPEZA	FONTE	VALOR (R$)
Sec. Saúde	Próprio	02067	070046	33.90.30	100	1.137,00

E autorizo o empenho da despesa, no valor de R$ **1.137,00** (um mil, cento e trinta e sete reais), em favor da **EMPRESA – EB COMERCIO DE ELETRODOMESTICOS LTDA (ELETROKASA) CNPJ:14.939.270/0001-77,** cujo pagamento far-se-á conforme com os serviços prestados conforme solicitação no TR nº 05/2017.

Tendo o processo sido submetido à apreciação da Assessoria Jurídica deste órgão.

Nossa Senhora do Livramento, 02 de Maio de 2017.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 262/2017

PORTARIA Nº. 262/2017

Alinor Augusto de Miranda, Secretario Municipal de Administração e Planejamento da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT – usando de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1o Conceder progressão de nível, conforme determina o Decreto nº. 81/2015 de 01 de outubro de 2015, a ser inserida na ficha funcional dos servidores e com as respectivas alterações na remuneração conforme tabela salarial da categoria, a partir de 03/04/2017, retroagindo seus efeitos a 01/03/2017, aos servidores abaixo relacionados.

Andrea Marlene da Silva Santana – Mat. 384 – Professor do Ensino Fundamental/I A IV – B/04.

Dejilene Gomes da Silva– Mat. 568 - Professor do Ensino Fundamental/V A VIII – C/04.

Ester Terezinha de Assunção – Mat. 566 - Professor do Ensino Fundamental/I A IV – B/04.

Fabio Ferreira Santana – Mat. 238 - Professor do Ensino Fundamental/I A IV – B/04.

Karolina Aparecida de Figueiredo – Mat. 330 - Professor do Ensino Fundamental/I A IV – B/04.

Marta Luciana Lemes – Mat. 354 - Professor de Educação Infantil – A/04.

Waldesavia Barbosa Santos Guimarães – Mat. 565 - Professor de Educação Infantil – C/04.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 18 de abril de 2017.

Alinor Augusto de Miranda

Secretario Municipal de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº. 263/2017

PORTARIA Nº. 263/2017

Alinor Augusto de Miranda, Secretario de Administração e Planejamento da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT – usando de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Licença para tratamento de interesse particular sem ônus, por período de 01 (um) ano a Técnica de Enfermagem Ilza Helena de Souza, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, fundamentado no processo nº 420/2017 a partir de 01 de abril de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 18 de abril de 2017.

Alinor Augusto de Miranda

Secretario Municipal de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº. 261/2017

PORTARIA Nº. 261/2017

Alinor Augusto de Miranda, Secretario Municipal de Administração e Planejamento da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT – usando de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1o Conceder progressão de nível, conforme determina o Decreto nº. 81/2015 de 01 de outubro de 2015, a ser inserida na ficha funcional dos servidores e com as respectivas alterações na remuneração conforme tabela salarial da categoria, a partir de 03/04/2017 aos servidores abaixo relacionados:

Dulce Ferraz de Oliveira Magalhães – Mat. 36 – Técnico de Enfermagem/ Assistente de Saúde – B/04.

Edileuza Conceição do Prado Silva – Mat. 465 - Recepcionista/Assistente de Saúde – B/04.

Goncalina Eva da Silva – Mat. 215 - Agente Administrativo/Agente Municipal – B/04.

Hellen Regina da Costa Amorim – Mat. 581 - Assistente Social/Profis. Nível Superior Saúde – B/04.

Joilson Eduardo da Silva – Mat. 218 - Técnico Agrícola/Agente Municipal – B/04.

Jose Carmo da Silva – Mat. 585 - Técnico Administrativo Educacional – C/ 04.

Marizete Juliana Lemes – Mat. 448 - Recepcionista/Assistente de Saúde – B/04.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 18 de abril de 2017.

Alinor Augusto de Miranda

Secretario Municipal de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº. 267/2017

PORTARIA Nº. 267/2017

Alinor Augusto de Miranda, Secretario Municipal de Administração e Planejamento da Prefeitura de Nossa Senhora do Livramento-MT – usando de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Conceder prorrogação de Licença por interesse particular sem ônus a servidora **Milca Ferraz de Campos,** Mat. 410, lotada na Sec. de Administração e Planejamento no cargo de Agente Municipal, por mais 01 (um) ano a partir de 06/04/2017, com base no processo nº. 879/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 08 de abril de 2017.

Alinor Augusto de Miranda

Secretario de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 047/2017

DECRETO Nº 047/2017

“Dispõe sobre medidas de contenção de despesas com a finalidade de diminuir o percentual de gastos com pessoal a fim de atender disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal e dá outras providências”

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o atual cenário econômico do país com a crescente diminuição da atividade econômica e consequente perda de receita por parte do setor público;

Considerando que a crise econômica nacional alcançou as finanças desta Municipalidade, traduzindo-se em efetiva diminuição dos valores repassados pela União e pelo Estado de Mato Grosso;

Considerando que essa perda de receita acumulou, no primeiro quadrimestre de 2017, uma queda na arrecadação do Fundo de Participação dos Municípios – FPM na ordem de 8,85% em relação ao projetado na LDO;

Considerando que essa perda de receita acumulou, no primeiro quadrimestre de 2017, uma queda na arrecadação do FUNDEB na ordem de 8,10%em relação ao projetado na LDO;

Considerando que essa perda de receita acumulou, no primeiro quadrimestre de 2017, uma queda na arrecadação do percentual do ICMS devido ao Município na ordem de 8,43%em relação ao projetado na LDO;

Considerando que a diminuição na receita refletiu diretamente na elevação do percentual de gastos com pessoal, ultrapassando o limite prudencial previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal alcançando 61%;

Considerando que a extrapolação do limite de gastos com pessoal ocasiona diversos malefícios para a Administração Pública Municipal;

Considerando a necessidade premente de se tomar medidas efetivas para adequação do percentual de gastos com pessoal,

DECRETA:

Art. 1o Ficam por força deste decreto contingênciados em 25% o pagamento dos subsídios do Prefeito Municipal, Vice Prefeito, Procurador Municipal, Secretários Municipais e equiparados.

Parágrafo único. A contingência dos subsídios estabelecida no *caput* deste artigo se manterá até que o percentual de gastos com pessoal se estabilize em patamares inferiores ao limite prudencial estabelecido na LRF.

Art. 2º Fica proibida a concessão e o pagamento de horas extras para os servidores públicos municipais.

Parágrafo único. Somente serão concedidas e pagas horas extras em casos excepcionais devidamente justificados e pessoalmente autorizados pelo Prefeito Municipal.

Art. 3º Fica proibida a concessão e o pagamento de aulas excedentes para os professores da rede pública municipal de ensino.

Parágrafo único. Somente serão concedidas e pagas aulas excedentes em casos excepcionais devidamente justificados e pessoalmente autorizados pelo Prefeito Municipal.

Art. 4º Fica determinado aos Secretários Municipais que apresentem imediatamente lista de cargos comissionados e nomes dos servidores nomeados para fins de exoneração, no percentual de 30% dos cargos comissionados atualmente ocupados.

Art. 5º Até que o percentual de limites de gasto com pessoal se normalize, fica vedada a concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;

Art. 6º Até que o percentual de limites de gasto com pessoal se normalize fica vedada a criação de cargo, emprego ou função;

Art. 7º Até que o percentual de limites de gasto com pessoal se normalize fica vedada a alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

Art. 8º Também fica vedado, até que o percentual de limites de gasto com pessoal se normalize, o provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação e saúde;

Art. 9º Com exceção dos serviços essenciais, fica limitado o horário de expediente dos órgãos da administração direta até as 15:00 hs, horário à partir do qual deverão ser fechadas as repartições municipais.

Art. 10. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nossa Senhora do Livramento, 02 de maio de 2017.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO Nº 065/ 2017

EXTRATO CONTRATO Nº 065/ 2017

CONTRATO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE REDE DE ÁGUA, CORTE, LIGAÇÃO E RELIGAÇÃO DE ÁGUA NO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO-MT, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESANORBERTO DOMINGOS DA CONCEIÇÃO 20693559187 PROCESSO ADMINISTRATIVO: 241/2017, MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL "SRP" Nº. 006/2017 VALIDADE: 12 (DOZE) MESES, AS CLAUSULAS A SEGUIR:

OBJETO

O presente contrato tem por objeto a Contratação de empresa para realização de serviço de Manutenção de rede de água, corte, ligação e religação de água no município de Nossa Senhora do Livramento-MT conforme quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, do Termo de Referência 020/2017 do edital de *Pregão* nº006/2017,Processo Administrativo: 241/2017.

VALIDADE DO CONTRATO

A validade do presente será de 12 meses, a partir de sua assinatura.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A despesa decorrente das contratações oriundas do contrato, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Secretaria/ Programa	Recurso	Projeto Atividade	Reduzido Dotação	Natureza de Despesa	Fonte	Valor Unitário	Valor Total
008/2060	Outros serv. de terc. Pessoa jurídica	Manutenção do DAE	080053	3.3.90.39	0100	R$ 2.958,3333	R$ 35.500.00

Nossa Senhora do Livramento – MT, 02 de Abril de 2017.

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

Empresa Norberto Domingos da Conceição

CNPJ sob o nº 19.367.303-75

Representada pelo Senhor Norberto Domingos da Conceição

RG: nº02410753 SSP/MT CPF nº 206.935.591-87

RESOLUÇÃO Nº 002/2017/CMAS

ESTADO DE MATO GROSSO

NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Resolução Nº 002/2017/CMAS

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Nossa Senhora do Livramento, no uso de suas atribuições legais:

Considerando o Disposto do seu Regimento Interno Capítulo IV, Artigo IX e da LOAS – Lei nº8742 de 7 de Dezembro de 1993.

Considerando a Deliberação em Reunião Ordinária, realizada no dia 27 de Abril de 2017 Registrada sob a Ata nº 004/2017 do CMAS:

Resolve:

Art.lº - Aprovar por Unaminidade a **Plano de Ação do Cô-finanaciamento dos Recursos Financeiros do Governo Federal- SUAS(Sistema Único da Assistência Social)** referente ao Ano de 2017.

Art.2º - Esta Resolução entrará em vigor a partir desta data.

Registra-se e Publique-se!

Nossa Senhora do Livramento, 27 de Abril de 2017.

Renata Nunes de Morais

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

PORTARIA Nº. 264/2017

PORTARIA Nº. 264/2017

Alinor Augusto de Miranda Secretario de Administração e Planejamento,da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT – usando de suas atribuições legais.

Resolve:

Conceder Elevação de Classe aos servidores: **Andrea da Silva Santana Almeida, mat. 384**, lotada na Secretaria Municipal de Educação - cargo de Professora I a IV, eleva-se da classe **B** para da Classe **C, Ester Terezinha de Assunção, mat. 566**, lotada na Secretaria Municipal de Educação - cargo de Professora I a IV, eleva-se da classe **B** para da Classe **C** e **Edmar Fernandes Cardoso, mat. 062**, lotada na Secretaria Municipal de Educação - cargo de Professora, eleva-se da classe **B** para da Classe **C,** com base referidos Processos.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir de 01 de abril de 2017.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 17 de abril de 2017.

Alinor Augusto de Miranda

Secretario Municipal de Administração e Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO 027/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2017

Aos 28 dias do mês de abril de 2017, de um lado o MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel, n. º62, centro, nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 33.683.822/0001-73, neste ato, representado pelo **Prefeito Municipal, Sr. Valdir Pereira dos Santos,** brasileiro, empresário, portador do R.G. n.º 3512032-7 SSP/PR e inscrito no CPF nº 531.846.969- 87, residente e domiciliado no município de Nova bandeirantes, neste ato denominado simplesmente **ORGAO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS**, realizado por meio do **PREGAO ELETRONICO Nº 014/2017**, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, homologada em **27/04/2017**, doravante denominada **FORNECEDOR**, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de **compromisso de fornecimento**, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as clausulas que se seguem:

1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes – MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando o **registro de preço para futura e eventual aquisição de material odontológico para as unidades básicas de saúde*, d***e acordo com as especificações, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor:	**DENTAL CREMER PRODUTOS ODONTOLÓGICOS S/A**			CNPJ:	14.190.675/0002-36
Endereço:	AV. DAS INDUSTRIAS ANTÔNIO CONRADO DE OLIVEIRA			Nº:	90
Bairro:	DISTRITO INDUSTRIAL	Cidade:	ITAPEVA-MG	CEP:	37.655-000
Representante Legal:	ANDRÉ LUIZ NIEHUES BALAM			CPF:	010.821.809-04
Email:	andre.balam@dentalcremer.com.br			Telefone:	(41)30460057

ITEM	CODIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	QTD	V.UNIT	V.TOTAL
1	355956	ENXAGUANTE BUCAL S/ ALCOOL 2 LITROS	UNIDADE	COLGATE PLAX	4	R$ 45,00	R$ 180,00
							R$ 180,00

VALOR GLOBAL: R$ 180,00 (Cento e Oitenta Reais).

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação.

3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 Uma vez notificada de que o Município efetivara a contratação, a licitante vencedora deverá comparecer nos 02(dois) dias uteis à notificação, para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuizo das sanções previstas no Capítulo XX deste certame.

3.2. Entregar o objeto licitado conforme especificações do edital e seus anexos em consonância com a Proposta de Preço a vencedora obriga-se a:

a) Atender as requisições do Município fornecendo os materiais descritos por este Instrumento Convocatório, nos preços constantes de sua proposta e em conformidade com as especificações estipuladas no Anexo I; b) Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassá-los ao Município, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento. c) Disponibilizar os materiais para serem retirados conforme a necessidade do Município, sem que com isso haja qualquer custo adicional, deste edital. d) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto da licitação, sem prévia anuência do Município; e) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital; f) Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez inexistir, no caso, vínculo empregatício deles com o Município; g) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

3.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES.

3.4. Arcar com eventuais prejuízos causados à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato.

3.5. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho.

3.6. Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassa-los ao Município, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento.;

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;

4.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

4.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

4.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento objeto;

4.5. Disponibilizar local para recebimento e guarda dos produtos solicitados.

4.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

4.7. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5. DO RECEBIMENTO DO OBJETO LICITADO

5.1. Os itens descritos conforme Anexo I serão recebidos:

5.2 Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos itens com a especificação;

5.3 Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação;

5.4 Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

5.5 O fornecimento será efetuado em remessa fracionada conforme solicitação da secretaria de saúde, com prazo de entrega não superior a **10 dias úteis**, contados a partir da emissão da requisição emitida pelo setor responsável.

5.6. O local para a entrega dos materiais será nas Secretarias e Departamentos deste Município, sendo a entrega de forma fracionada, conforme a necessidade das Secretarias e Departamentos Municipais de Nova Bandeirantes, e solicitação do Departamento de Compras da Prefeitura Municipal.

5.7 A entrega dos materiais estará condicionada ao laudo de qualidade dos mesmos e apresentando obrigatoriamente a Denominação Comum Brasileira – DCB, ou na sua falta Declaração Comum Internacional - DCI sob pena de devolução conforme determinação da Lei 9.787 10/02/1999.

5.8 No ato da entrega dos volumes deverão trazer escritos na parte exterior o número da Nota Fiscal a que se refere.

5.9 No campo Observação da Nota fiscal deverá conter o número da nossa Ordem de Fornecimento ao qual a Nota Fiscal se refere e a descrição da destinação dos materiais (estes serão fornecidos pelo Departamento de Compras do Município de Nova Bandeirantes-MT).

5.10 Obrigatoriamente, deve constar vencimento dos materiais em nota fiscal emitida pela empresa.

5.11 Prazo de validade dos materiais deverá ser de no mínimo **12 (Doze) meses**, contados a partir da data da entrega.

5.12 Se o item for vendido em caixa, deve constar em nota fiscal, a quantidade dentro de cada caixa, bem como a quantidade de caixas.

5.8- Todos os produtos cotados deverão atender às exigências mínimas de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial – ABNT, INMETRO, ANVISA, MINISTÉRIO DA SAÚDE, etc., atentando-se a contratada, principalmente, para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

5.9 - As embalagens não podem apresentar-se violadas, com sinais de rompimento, aberturas ou furos. Devem ter a identificação do produto, nome do fabricante, endereço, CNPJ, prazo de validade, peso líquido, certificado de inspeção quando obrigatório, autorização dos órgãos competentes.

6. DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega do objeto, mediante a emissão da nota fiscal/fatura, devidamente entregue e lançada junto ao Departamento de Contabilidade e atestada pela Secretaria requisitante, sendo que em hipótese alguma será efetuado pagamento antecipado.

6.2. As empresas deverão obrigatoriamente fornecer Nota Fiscal Eletrônica, conforme as disposições contidas no RICMS/MT, ou conforme legislação vigente.

6.3. Para fazer jus ao pagamento, a licitante vencedora deverá comprovar sua adimplencia com a Seguridade Social (INSS) e com o FGTS (CRF). Caso a empresa seja optante pelo Simples, deverá apresentar, tambem, copia do Termo de Opção pelo recolhimento de imposto naquela modalidade;

6.4. Não será efetuado qualquer pagamento à EMPRESA DETENTORA DA ATA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência com relação à ATA de Registro de Preços originada do presente Pregão.

6.5. O pagamento será feito mediante depósito na conta bancária fornecida pela EMPRESA DETENTORA DA ATA, conforme informação do n.º da agência, banco e conta corrente na referida Nota Fiscal. ***Fica vedada a emissão de boleto bancário pois o único meio de pagamento a ser realizado pelo município é através de depósito via banco conforme normatiza o edital.***

6.6. Deverá constar no corpo da Nota Fiscal o número do processo licitatório a que se refere (Pregão Presencial nº 014/2017).

7. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. Os preços inicialmente cotados são fixos e irreajustáveis, podendo ser objeto revisão, de ofício ou a pedido, caso haja motivo relevante, tal como variação substancial do custo de aquisição do produto, junto ao distribuidor, devidamente justificado e demonstrado pela Licitante vencedora, mediante apresentação de Notas Fiscais do distribuidor, planilha de custos devidamente exarada pelo Contador responsável da empresa contratada e pesquisa de mercado realizada pela Administração;

7.2. Não haverá reajuste de preços de acordo com o parágrafo 1º, artigo 25 da Lei Federal n.º 9.069/95, que dispõe sobre o Plano Real.

7.3. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, conforme disposto na alínea "d", do inciso II, do artigo 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, será obtida mediante solicitação da empresa detentora da ata à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido.

7.4. A Comissão de controle da ATA de registro de preços originada do presente processo poderá a qualquer tempo rever, reduzindo os preços registrados, de conformidade com pesquisa de mercado, para atendimento do disposto no inciso V do artigo 15 da Lei Federal n.º 8.666/93 e no artigo 12 do Decreto Federal n.º 3.931/2001 ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado atacadista.

7.5. Fica, em qualquer hipótese, ressalvada a possibilidade de alteração das condições pactuadas em face de superveniência de leis e/ou normas federais ou municipais disciplinando a matéria.

8. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

8.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

8.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

8.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

8.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

8.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

8.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

9. DA FISCALIZAÇÃO

9.1. O Município promoverá, através do servidor designado pela Administração conforme portaria XXX, o acompanhamento e a fiscalização das entregas dos produtos, que anotará em registro próprio as ocorrências e falhas detectadas na sua execução e comunicará à(s) empresa(s) fornecedora(s) os fatos que, ao seu critério, exigirem medidas corretivas por parte da mesma, devendo este ainda:

a) atestar as notas fiscais da Licitante para efeitos de pagamento; b) solicitar ao Prefeito Municipal, as providências que ultrapassarem a sua competência, possibilitando a adoção das medidas convenientes para a perfeita execução deste Contrato; c) elaborar relatório acerca da destinação dos produtos;

A ação da fiscalização não exonera a Licitante vencedora de suas responsabilidades contratuais.

10. DA ADESÃO À ATA DE REGISRO DE PREÇOS

10.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador;

10.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

10.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

10.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

10.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

10.8. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Setor de Licitação o qual seja a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, por meio do Setor de Licitações através do e-mail licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br ou pelo endereço Avenida Comendador Luiz Meneghel, 62, Bairro Centro – CEP 78. 565-000-Nova Bandeirantes – MT Fone 066-3572-1950

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Em casos de inexecução parcial ou total das obrigações fixadas neste Pregão, em relação ao objeto desta licitação, a Administração poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar as seguintes sanções:

11.1.1 Multa de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor estimado da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, no caso da licitante vencedora não cumprir rigorosamente as exigências da mesma ou recusar-se a receber a Nota de Empenho ou atrasar na assinatura da referida ATA, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente.

11.1.2. A multa a que alude o item anterior não impede que a Administração rescinda unilateralmente a ATA e aplique outras sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666/93, e posteriores alterações.

11.1.3. Advertência, por escrito, no caso de pequenas irregularidades.

11.1.4. Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos, quando da inexecução contratual sobrevier prejuízo para a Administração.

11.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

11.2. Se a licitante deixar de entregar a documentação ou apresentá-la falsamente, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a Proposta, falhar ou fraudar na execução da ATA, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, pelo prazo de até cinco anos, impedido de contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

11.3. A sanção de advertência de que trata o item 20.2.1 poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - descumprimento das determinações necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados na entrega dos materiais. II - outras ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços ao MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

11.4. A penalidade de suspensão será cabível quando a licitante participar do certame e for verificada a existência de fatos que a impeçam de contratar com a Administração Pública. Caberá ainda a suspensão quando a licitante, por descumprimento de cláusula editalícia, tenha causado transtornos no desenvolvimento dos serviços do MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 – As despesas deste Processo Licitatório correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 05 - Secretaria de Saúde – Natureza de despesa 339030000000 – 200.

12.2- No caso de despesas plurianuais (mais de um exercício financeiro), o orçamento

vigente deverá contingenciar recursos para as despesas liquidadas neste exercício. As demais despesas que ultrapassarem o orçamento vigente serão contempladas nas dotações orçamentárias futuras do município.

13. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

13.1. A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, Jornal Oficial dos Municípios-AMM que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Eletrônico nº. 014/2017,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT.

15. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Nova Monte Verde-MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subscrevem.

NOVA BANDEIRANTES-MT, 28 de abril de 2017.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

DENTAL CREMER PRODUTOS ODONTOLÓGICOS S/A

ANDRÉ LUIZ NIEHUES BALAM

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Regina de Souza Mendonça Nome: Angela Aparecida Franzon

CPF: 968.501.911-87 CPF: 643.020.599-1

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2017

Aos 25 dias do mês de abril de 2017, de um lado o MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel, n. º62, centro, nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 33.683.822/0001-73, neste ato, representado pelo **Prefeito Municipal, Sr. Valdir Pereira dos Santos,** brasileiro, empresário, portador do R.G. n.º 3512032-7 SSP/PR e inscrito no CPF nº 531.846.969- 87, residente e domiciliado no município de Nova bandeirantes, neste ato denominado simplesmente **ORGAO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS**, realizado por meio do **PREGAO ELETRONICO Nº 017/2017**, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, homologada em **20/04/2017**, doravante denominada **FORNECEDOR**, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de **compromisso de fornecimento**, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem:

1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes – MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando o **registro de preço para futura e eventual aquisição de equipamento e material permanente para combate e controle da malária, *d***e acordo com as especificações, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor:	CASA DO COMPUTADOR LTDA – EPP			CNPJ:	10.199.390/0001-24
Endereço:	PRAÇA DOS COLONIZADORES			Nº:	126-N
Bairro:	CENTRO	Cidade:	JUARA/MT	CEP:	78.575-000
Representante Legal:	JOÃO MATTEI			CPF:	046.965.810-04
Email:	casadocomputador10@bol.com.br			Telefone:	(66) 3556-4806 99292-0473

ITEM	CODIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	V. UNITARIO	V. TOTAL
1	356516	CAMERA DIGITAL PROFISSIONAL	UNIDADE	CANON SX 400 IS	2	R$ 970,00	R$ 1.940,00
							R$ 1.940,00

Valor global: R$ 1.940,00 (mil novecentos e quarenta reais).

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação.

3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 Uma vez notificada de que o Município efetivara a contratação, a licitante vencedora deverá comparecer nos 02(dois) dias uteis à notificação, para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Capítulo XX deste certame.

3.2. Entregar o objeto licitado conforme especificações do edital e seus anexos em consonância com a Proposta de Preço a vencedora obriga-se a:

a) Atender as requisições do Município fornecendo os materiais descritos por este Instrumento Convocatório, nos preços constantes de sua proposta e em conformidade com as especificações estipuladas no Anexo I; b) Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassá-los ao Município, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento. c) Disponibilizar os materiais para serem retirados conforme a necessidade do Município, sem que com isso haja qualquer custo adicional, deste edital. d) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto da licitação, sem prévia anuência do Município; e) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital; f) Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez inexistir, no caso, vínculo empregatício deles com o Município; g) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

3.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES.

3.4. Arcar com eventuais prejuízos causados à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato.

3.5. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho.

3.6. Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassa-los ao Município, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento.;

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;

4.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

4.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

4.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento objeto;

4.5. Disponibilizar local para recebimento e guarda dos produtos solicitados.

4.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

4.7. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5. DO RECEBIMENTO DO OBJETO LICITADO

5.1. Os itens descritos conforme Anexo I serão recebidos:

5.2 Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos itens com a especificação;

5.3 Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação;

5.4 Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

5.5 O fornecimento será efetuado em remessa fracionada conforme solicitação da secretaria de saúde, com prazo de entrega não superior a **15 dias úteis**, contados a partir da emissão da requisição emitida pelo setor responsável.

5.6. O local para a entrega dos materiais será no Setor de compras da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT, situada na Avenida Comendador Luiz Meneghel nº 62, centro, no município de Nova Bandeirantes.

5.7 A entrega dos materiais estará condicionada ao laudo de qualidade dos mesmos e apresentando obrigatoriamente a Denominação Comum Brasileira – DCB, ou na sua falta Declaração Comum Internacional - DCI sob pena de devolução conforme determinação da Lei 9.787 10/02/1999.

5.8 No ato da entrega dos volumes deverão trazer escritos na parte exterior o número da Nota Fiscal a que se refere.

5.9 No campo Observação da Nota fiscal deverá conter o número da nossa Ordem de Fornecimento ao qual a Nota Fiscal se refere e a descrição da destinação dos materiais (estes serão fornecidos pelo Departamento de Compras do Município de Nova Bandeirantes-MT).

5.10 Obrigatoriamente, deve constar vencimento dos materiais em nota fiscal emitida pela empresa.

5.11 Será fornecida garantia dos Equipamentos, obedecendo as normas da ABNT e INMETRO.

.

5.12 Se o item for vendido em caixa, deve constar em nota fiscal, a quantidade dentro de cada caixa, bem como a quantidade de caixas.

5.8- Todos os produtos cotados deverão atender às exigências mínimas de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial – ABNT, INMETRO, ANVISA, MINISTÉRIO DA SAÚDE, etc., atentando-se a contratada, principalmente, para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

5.9 - As embalagens não podem apresentar-se violadas, com sinais de rompimento, aberturas ou furos. Devem ter a identificação do produto, nome do fabricante, endereço, CNPJ, prazo de validade, peso líquido, certificado de inspeção quando obrigatório, autorização dos órgãos competentes.

6. DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega do objeto, mediante a emissão da nota fiscal/fatura, devidamente entregue e lançada junto ao Departamento de Contabilidade e atestada pela Secretaria requisitante, sendo que em hipótese alguma será efetuado pagamento antecipado.

6.2. As empresas deverão obrigatoriamente fornecer Nota Fiscal Eletrônica, conforme as disposições contidas no RICMS/MT, ou conforme legislação vigente.

6.3. Para fazer jus ao pagamento, a licitante vencedora deverá comprovar sua adimplência com a Seguridade Social (INSS) e com o FGTS (CRF). Caso a empresa seja optante pelo Simples, deverá apresentar, também, copia do Termo de Opção pelo recolhimento de imposto naquela modalidade;

6.4. Não será efetuado qualquer pagamento à EMPRESA DETENTORA DA ATA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência com relação à ATA de Registro de Preços originada do presente Pregão.

6.5. O pagamento será feito mediante depósito na conta bancária fornecida pela EMPRESA DETENTORA DA ATA, conforme informação do n.º da agência, banco e conta corrente na referida Nota Fiscal. ***Fica vedada a emissão de boleto bancário pois o único meio de pagamento a ser realizado pelo município é através de depósito via banco conforme normatiza o edital.***

6.6. Deverá constar no corpo da Nota Fiscal o número do processo licitatório a que se refere (Pregão Presencial nº 017/2017).

7. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. Os preços inicialmente cotados são fixos e irreajustáveis, podendo ser objeto revisão, de ofício ou a pedido, caso haja motivo relevante, tal como variação substancial do custo de aquisição do produto, junto ao distribuidor, devidamente justificado e demonstrado pela Licitante vencedora, mediante apresentação de Notas Fiscais do distribuidor, planilha de custos devidamente exarada pelo Contador responsável da empresa contratada e pesquisa de mercado realizada pela Administração;

7.2. Não haverá reajuste de preços de acordo com o parágrafo 1º, artigo 25 da Lei Federal n.º 9.069/95, que dispõe sobre o Plano Real.

7.3. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, conforme disposto na alínea "d", do inciso II, do artigo 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, será obtida mediante solicitação da empresa detentora da ata à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido.

7.4. A Comissão de controle da ATA de registro de preços originada do presente processo poderá a qualquer tempo rever, reduzindo os preços registrados, de conformidade com pesquisa de mercado, para atendimento do disposto no inciso V do artigo 15 da Lei Federal n.º 8.666/93 e no artigo 12 do Decreto Federal n.º 3.931/2001 ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado atacadista.

7.5. Fica, em qualquer hipótese, ressalvada a possibilidade de alteração das condições pactuadas em face de superveniência de leis e/ou normas federais ou municipais disciplinando a matéria.

8. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

8.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

8.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

8.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

8.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

8.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

8.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

9. DA FISCALIZAÇÃO

9.1. O Município promoverá, através do servidor designado pela Administração conforme portaria XXX, o acompanhamento e a fiscalização das entregas dos produtos, que anotará em registro próprio as ocorrências e falhas detectadas na sua execução e comunicará à(s) empresa(s) fornecedora(s) os fatos que, ao seu critério, exigirem medidas corretivas por parte da mesma, devendo este ainda:

a) atestar as notas fiscais da Licitante para efeitos de pagamento; b) solicitar ao Prefeito Municipal, as providências que ultrapassarem a sua competência, possibilitando a adoção das medidas convenientes para a perfeita execução deste Contrato; c) elaborar relatório acerca da destinação dos produtos;

A ação da fiscalização não exonera a Licitante vencedora de suas responsabilidades contratuais.

10. DA ADESÃO À ATA DE REGISRO DE PREÇOS

10.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador;

10.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

10.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

10.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

10.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

10.8. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Setor de Licitação o qual seja a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, por meio do Setor de Licitações através do e-mail licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br ou pelo endereço Avenida Comendador Luiz Meneghel, 62, Bairro Centro – CEP 78. 565-000-Nova Bandeirantes – MT Fone 066-3572-1950

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Em casos de inexecução parcial ou total das obrigações fixadas neste Pregão, em relação ao objeto desta licitação, a Administração poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar as seguintes sanções:

11.1.1 Multa de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor estimado da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, no caso da licitante vencedora não cumprir rigorosamente as exigências da mesma ou recusar-se a receber a Nota de Empenho ou atrasar na assinatura da referida ATA, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente.

11.1.2. A multa a que alude o item anterior não impede que a Administração rescinda unilateralmente a ATA e aplique outras sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666/93, e posteriores alterações.

11.1.3. Advertência, por escrito, no caso de pequenas irregularidades.

11.1.4. Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos, quando da inexecução contratual sobrevier prejuízo para a Administração.

11.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

11.2. Se a licitante deixar de entregar a documentação ou apresentá-la falsamente, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a Proposta, falhar ou fraudar na execução da ATA, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, pelo prazo de até cinco anos, impedido de contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

11.3. A sanção de advertência de que trata o item 20.2.1 poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - descumprimento das determinações necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados na entrega dos materiais. II - outras ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços ao MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

11.4. A penalidade de suspensão será cabível quando a licitante participar do certame e for verificada a existência de fatos que a impeçam de contratar com a Administração Pública. Caberá ainda a suspensão quando a licitante, por descumprimento de cláusula editalícia, tenha causado transtornos no desenvolvimento dos serviços do MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 – As despesas deste Processo Licitatório correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

05 – Secretaria de Saúde

002 – Fundo Municipal de Saúde

10 - Saúde

305 – Vigilância Epidemiológica

0032 – Programa de Vigilância em Saúde

1.147 – Aquisição de Equipamentos, Veículos e Material Permanente para Atender a Vigilância em Saúde

4490.52 – Material Permanente

12.2- No caso de despesas plurianuais (mais de um exercício financeiro), o orçamento

Vigente deverá contingenciar recursos para as despesas liquidadas neste exercício. As demais despesas que ultrapassarem o orçamento vigente serão contempladas nas dotações orçamentárias futuras do município.

13. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

13.1. A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, Jornal Oficial dos Munícipios-AMM que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Eletrônico nº. 017/2017,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT.

15. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Nova Monte Verde-MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subscrevem.

NOVA BANDEIRANTES-MT, 25 de abril de 2017.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

CASA DO COMPUTADOR LTDA – EPP

JOÃO MATTEI

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Regina de Souza Mendonça Nome: Angela Aparecida Franzon

CPF: 968.501.911-87 CPF: 643.020.599-15

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2017

Aos 25 dias do mês de abril de 2017, de um lado o MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel, n. º62, centro, nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 33.683.822/0001-73, neste ato, representado pelo **Prefeito Municipal, Sr. Valdir Pereira dos Santos,** brasileiro, empresário, portador do R.G. n.º 3512032-7 SSP/PR e inscrito no CPF nº 531.846.969- 87, residente e domiciliado no município de Nova bandeirantes, neste ato denominado simplesmente **ORGAO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS**, realizado por meio do **PREGAO ELETRONICO Nº 017/2017**, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, homologada em **20/04/2017**, doravante denominada **FORNECEDOR**, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de **compromisso de fornecimento**, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem:

1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes – MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando o **registro de preço para futura e eventual aquisição de equipamento e material permanente para combate e controle da malária, d**e acordo com as especificações, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor:	CCK COMERCIAL EIRELI-EPP	CNPJ:	22.065.938/0001-22
Endereço:	RUA BAHIA	Nº:	1447
Bairro:	DO SALTO Cidade: BLUMENAL/SC	CEP:	89031-000
Representante Legal:	CARIN CHRISTA KOCH	CPF:	46636366915
Email:	propostas@portaldasatas.com.br	Telefone:	(47) 3057-3900

ITEM	CODIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	VALOR UNITA-RIO	VALOR TO-TAL
1	356519	PULVERIZADOR COM PRESSAO PREVIA 10 LITROS DE CALDA	UNIDADE	GUARANI/ S-2	4	R$ 870,00	R$ 3.480,00
							R$ 3.480,00

valor global de R$ 3.480,00 (três mil quatrocentos e oitenta reais).

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação.

3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 Uma vez notificada de que o Município efetivara a contratação, a licitante vencedora deverá comparecer nos 02(dois) dias uteis à notificação, para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Capítulo XX deste certame.

3.2. Entregar o objeto licitado conforme especificações do edital e seus anexos em consonância com a Proposta de Preço a vencedora obriga-se a:

a) Atender as requisições do Município fornecendo os materiais descritos por este Instrumento Convocatório, nos preços constantes de sua proposta e em conformidade com as especificações estipuladas no Anexo I; b) Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassá-los ao Município, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento. c) Disponibilizar os materiais para serem retirados conforme a necessidade do Município, sem que com isso haja qualquer custo adicional, deste edital. d) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto da licitação, sem prévia anuência do Município; e) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital; f) Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez inexistir, no caso, vínculo empregatício deles com o Município; g) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

3.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES.

3.4. Arcar com eventuais prejuízos causados à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato.

3.5. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho.

3.6. Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassa-los ao Município, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento.;

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;

4.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

4.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

4.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento objeto;

4.5. Disponibilizar local para recebimento e guarda dos produtos solicitados.

4.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

4.7. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5. DO RECEBIMENTO DO OBJETO LICITADO

5.1. Os itens descritos conforme Anexo I serão recebidos:

5.2 Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos itens com a especificação;

5.3 Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação;

5.4 Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

5.5 O fornecimento será efetuado em remessa fracionada conforme solicitação da secretaria de saúde, com prazo de entrega não superior a **15 dias úteis**, contados a partir da emissão da requisição emitida pelo setor responsável.

5.6. O local para a entrega dos materiais será no Setor de compras da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT, situada na Avenida Comendador Luiz Meneghel nº 62, centro, no município de Nova Bandeirantes.

5.7 A entrega dos materiais estará condicionada ao laudo de qualidade dos mesmos e apresentando obrigatoriamente a Denominação Comum Brasileira – DCB, ou na sua falta Declaração Comum Internacional - DCI sob pena de devolução conforme determinação da Lei 9.787 10/02/1999.

5.8 No ato da entrega dos volumes deverão trazer escritos na parte exterior o número da Nota Fiscal a que se refere.

5.9 No campo Observação da Nota fiscal deverá conter o número da nossa Ordem de Fornecimento ao qual a Nota Fiscal se refere e a descrição da destinação dos materiais (estes serão fornecidos pelo Departamento de Compras do Município de Nova Bandeirantes-MT).

5.10 Obrigatoriamente, deve constar vencimento dos materiais em nota fiscal emitida pela empresa.

5.11 Será fornecida garantia dos Equipamentos, obedecendo as normas da ABNT e INMETRO.

.

5.12 Se o item for vendido em caixa, deve constar em nota fiscal, a quantidade dentro de cada caixa, bem como a quantidade de caixas.

5.8- Todos os produtos cotados deverão atender às exigências mínimas de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial – ABNT, INMETRO, ANVISA, MINISTÉRIO DA SAÚDE, etc., atentando-se a contratada, principalmente, para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

5.9 - As embalagens não podem apresentar-se violadas, com sinais de rompimento, aberturas ou furos. Devem ter a identificação do produto, nome do fabricante, endereço, CNPJ, prazo de validade, peso líquido, certificado de inspeção quando obrigatório, autorização dos órgãos competentes.

6. DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega do objeto, mediante a emissão da nota fiscal/fatura, devidamente entregue e lançada junto ao Departamento de Contabilidade e atestada pela Secretaria requisitante, sendo que em hipótese alguma será efetuado pagamento antecipado.

6.2. As empresas deverão obrigatoriamente fornecer Nota Fiscal Eletrônica, conforme as disposições contidas no RICMS/MT, ou conforme legislação vigente.

6.3. Para fazer jus ao pagamento, a licitante vencedora deverá comprovar sua adimplência com a Seguridade Social (INSS) e com o FGTS (CRF). Caso a empresa seja optante pelo Simples, deverá apresentar, também, copia do Termo de Opção pelo recolhimento de imposto naquela modalidade;

6.4. Não será efetuado qualquer pagamento à EMPRESA DETENTORA DA ATA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência com relação à ATA de Registro de Preços originada do presente Pregão.

6.5. O pagamento será feito mediante depósito na conta bancária fornecida pela EMPRESA DETENTORA DA ATA, conforme informação do n.º da agência, banco e conta corrente na referida Nota Fiscal. ***Fica vedada a emissão de boleto bancário pois o único meio de pagamento a ser realizado pelo município é através de depósito via banco conforme normatiza o edital.***

6.6. Deverá constar no corpo da Nota Fiscal o número do processo licitatório a que se refere (Pregão Presencial nº 017/2017).

7. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. Os preços inicialmente cotados são fixos e irreajustáveis, podendo ser objeto revisão, de ofício ou a pedido, caso haja motivo relevante, tal como variação substancial do custo de aquisição do produto, junto ao distribuidor, devidamente justificado e demonstrado pela Licitante vencedora, mediante apresentação de Notas Fiscais do distribuidor, planilha de custos devidamente exarada pelo Contador responsável da empresa contratada e pesquisa de mercado realizada pela Administração;

7.2. Não haverá reajuste de preços de acordo com o parágrafo 1º, artigo 25 da Lei Federal n.º 9.069/95, que dispõe sobre o Plano Real.

7.3. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, conforme disposto na alínea “d”, do inciso II, do artigo 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, será obtida mediante solicitação da empresa detentora da ata à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido.

7.4. A Comissão de controle da ATA de registro de preços originada do presente processo poderá a qualquer tempo rever, reduzindo os preços registrados, de conformidade com pesquisa de mercado, para atendimento do disposto no inciso V do artigo 15 da Lei Federal n.º 8.666/93 e no artigo 12 do Decreto Federal n.º 3.931/2001 ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado atacadista.

7.5. Fica, em qualquer hipótese, ressalvada a possibilidade de alteração das condições pactuadas em face de superveniência de leis e/ou normas federais ou municipais disciplinando a matéria.

8. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

8.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

8.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

8.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

8.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

8.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

8.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

9. DA FISCALIZAÇÃO

9.1. O Município promoverá, através do servidor designado pela Administração conforme portaria XXX, o acompanhamento e a fiscalização das entregas dos produtos, que anotará em registro próprio as ocorrências e falhas detectadas na sua execução e comunicará à(s) empresa(s) fornecedora(s) os fatos que, ao seu critério, exigirem medidas corretivas por parte da mesma, devendo este ainda:

a) atestar as notas fiscais da Licitante para efeitos de pagamento; b) solicitar ao Prefeito Municipal, as providências que ultrapassarem a sua competência, possibilitando a adoção das medidas convenientes para a perfeita execução deste Contrato; c) elaborar relatório acerca da destinação dos produtos;

A ação da fiscalização não exonera a Licitante vencedora de suas responsabilidades contratuais.

10. DA ADESÃO À ATA DE REGISRO DE PREÇOS

10.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador;

10.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

10.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

10.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

10.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

10.8. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Setor de Licitação o qual seja a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, por meio do Setor de Licitações através do e-mail licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br ou pelo endereço Avenida Comendador Luiz Meneghel, 62, Bairro Centro – CEP 78. 565-000-Nova Bandeirantes – MT Fone 066-3572-1950

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Em casos de inexecução parcial ou total das obrigações fixadas neste Pregão, em relação ao objeto desta licitação, a Administração poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar as seguintes sanções:

11.1.1 Multa de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor estimado da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, no caso da licitante vencedora não cumprir rigorosamente as exigências da mesma ou recusar-se a receber a Nota de Empenho ou atrasar na assinatura da referida ATA, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente.

11.1.2. A multa a que alude o item anterior não impede que a Administração rescinda unilateralmente a ATA e aplique outras sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666/93, e posteriores alterações.

11.1.3. Advertência, por escrito, no caso de pequenas irregularidades.

11.1.4. Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos, quando da inexecução contratual sobrevier prejuízo para a Administração.

11.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

11.2. Se a licitante deixar de entregar a documentação ou apresentá-la falsamente, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a Proposta, falhar ou fraudar na execução da ATA, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, pelo prazo de até cinco anos, impedido de contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

11.3. A sanção de advertência de que trata o item 20.2.1 poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - descumprimento das determinações necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados na entrega dos materiais. II - outras ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços ao MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

11.4. A penalidade de suspensão será cabível quando a licitante participar do certame e for verificada a existência de fatos que a impeçam de contratar com a Administração Pública. Caberá ainda a suspensão quando a licitante, por descumprimento de cláusula editalícia, tenha causado transtornos no desenvolvimento dos serviços do MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 – As despesas deste Processo Licitatório correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

05 – Secretaria de Saúde

002 – Fundo Municipal de Saúde

10 - Saúde

305 – Vigilância Epidemiológica

0032 – Programa de Vigilância em Saúde

1.147 – Aquisição de Equipamentos, Veículos e Material Permanente para Atender a Vigilância em Saúde

4490.52 – Material Permanente

12.2- No caso de despesas plurianuais (mais de um exercício financeiro), o orçamento

Vigente deverá contingenciar recursos para as despesas liquidadas neste exercício. As demais despesas que ultrapassarem o orçamento vigente serão contempladas nas dotações orçamentárias futuras do município.

13. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

13.1. A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, Jornal Oficial dos Munícipios-AMM que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Eletrônico nº. 017/2017,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT.

15. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Nova Monte Verde-MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subscrevem.

NOVA BANDEIRANTES-MT, 25 de abril de 2017.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

CCK COMERCIAL EIRELI-EPP

CARIN CHRISTA KOCH

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Regina de Souza Mendonça Nome: Angela Aparecida Franzon

CPF: 968.501.911-87 CPF: 643.020.599-15

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2017

Aos 25 dias do mês de abril de 2017, de um lado o MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel, n. º62, centro, nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 33.683.822/0001-73, neste ato, representado pelo **Prefeito Municipal, Sr. Valdir Pereira dos Santos,** brasileiro, empresário, portador do R.G. n.º 3512032-7 SSP/PR e inscrito no CPF nº 531.846.969- 87, residente e domiciliado no município de Nova bandeirantes, neste ato denominado simplesmente **ORGAO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS**, realizado por meio do **PREGAO ELETRONICO Nº 017/2017**, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, homologada em **20/04/2017**, doravante denominada **FORNECEDOR**, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de **compromisso de fornecimento**, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem:

1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes – MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando o **registro de preço para futura e eventual aquisição de equipamento e material permanente para combate e controle da malária, d**e acordo com as especificações, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor:	CONCORDIA SISTEMAS LTDA-EPP			CNPJ:	05.055.328/0001-29
Endereço:	RUA DOMINGOS MACHADO DE LIMA			Nº:	776
Bairro:	CENTRO	Cidade:	CONCORDIA/ SC	CEP:	89.700-000
Representante Legal:	WAGNER CASAGRANDE			CPF:	821.965.910-68
Email:	licita@concordiainformatica.com.br			Telefone:	(49) 3444-3906

ITEM	CODIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	V. UNITARIO	V. TOTAL
1	356514	GPS PORTATIL DE CAMPO	UNIDADE	GARMIN ETREX	4	R$ 1.000,00	R$ 4.000,00
2	356521	NOTBOOK	UNIDADE	ACER ES 1	2	R$ 2.359,00	R$ 4.718,00
							R$ 8.718,00

valor global de R$ 8.718,00 (oito mil setecentos e dezoito reais).

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação.

3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 Uma vez notificada de que o Município efetivara a contratação, a licitante vencedora deverá comparecer nos 02(dois) dias uteis à notificação, para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Capítulo XX deste certame.

3.2. Entregar o objeto licitado conforme especificações do edital e seus anexos em consonância com a Proposta de Preço a vencedora obriga-se a:

a) Atender as requisições do Município fornecendo os materiais descritos por este Instrumento Convocatório, nos preços constantes de sua proposta e em conformidade com as especificações estipuladas no Anexo I; b) Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassá-los ao Município, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento. c) Disponibilizar os materiais para serem retirados conforme a necessidade do Município, sem que com isso haja qualquer custo adicional, deste edital. d) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto da licitação, sem prévia anuência do Município; e) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital; f) Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez inexistir, no caso, vínculo empregatício deles com o Município; g) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

3.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES.

3.4. Arcar com eventuais prejuízos causados à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato.

3.5. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho.

3.6. Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassa-los ao Município, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento.;

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;

4.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

4.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

4.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento objeto;

4.5. Disponibilizar local para recebimento e guarda dos produtos solicitados.

4.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

4.7. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5. DO RECEBIMENTO DO OBJETO LICITADO

5.1. Os itens descritos conforme Anexo I serão recebidos:

5.2 Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos itens com a especificação;

5.3 Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação;

5.4 Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

5.5 O fornecimento será efetuado em remessa fracionada conforme solicitação da secretaria de saúde, com prazo de entrega não superior a **15 dias úteis**, contados a partir da emissão da requisição emitida pelo setor responsável.

5.6. O local para a entrega dos materiais será no Setor de compras da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT, situada na Avenida Comendador Luiz Meneghel nº 62, centro, no município de Nova Bandeirantes.

5.7 A entrega dos materiais estará condicionada ao laudo de qualidade dos mesmos e apresentando obrigatoriamente a Denominação Comum Brasileira – DCB, ou na sua falta Declaração Comum Internacional - DCI sob pena de devolução conforme determinação da Lei 9.787 10/02/1999.

5.8 No ato da entrega dos volumes deverão trazer escritos na parte exterior o número da Nota Fiscal a que se refere.

5.9 No campo Observação da Nota fiscal deverá conter o número da nossa Ordem de Fornecimento ao qual a Nota Fiscal se refere e a descrição da destinação dos materiais (estes serão fornecidos pelo Departamento de Compras do Município de Nova Bandeirantes-MT).

5.10 Obrigatoriamente, deve constar vencimento dos materiais em nota fiscal emitida pela empresa.

5.11 Será fornecida garantia dos Equipamentos, obedecendo as normas da ABNT e INMETRO.

.

5.12 Se o item for vendido em caixa, deve constar em nota fiscal, a quantidade dentro de cada caixa, bem como a quantidade de caixas.

5.8- Todos os produtos cotados deverão atender às exigências mínimas de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial – ABNT, INMETRO, ANVISA, MINISTÉRIO DA SAÚDE, etc., atentando-se a contratada, principalmente, para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

5.9 - As embalagens não podem apresentar-se violadas, com sinais de rompimento, aberturas ou furos. Devem ter a identificação do produto, nome do fabricante, endereço, CNPJ, prazo de validade, peso líquido, certificado de inspeção quando obrigatório, autorização dos órgãos competentes.

6. DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega do objeto, mediante a emissão da nota fiscal/fatura, devidamente entregue e lançada junto ao Departamento de Contabilidade e atestada pela Secretaria requisitante, sendo que em hipótese alguma será efetuado pagamento antecipado.

6.2. As empresas deverão obrigatoriamente fornecer Nota Fiscal Eletrônica, conforme as disposições contidas no RICMS/MT, ou conforme legislação vigente.

6.3. Para fazer jus ao pagamento, a licitante vencedora deverá comprovar sua adimplência com a Seguridade Social (INSS) e com o FGTS (CRF). Caso a empresa seja optante pelo Simples, deverá apresentar, também, copia do Termo de Opção pelo recolhimento de imposto naquela modalidade;

6.4. Não será efetuado qualquer pagamento à EMPRESA DETENTORA DA ATA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência com relação à ATA de Registro de Preços originada do presente Pregão.

6.5. O pagamento será feito mediante depósito na conta bancária fornecida pela EMPRESA DETENTORA DA ATA, conforme informação do n.º da agência, banco e conta corrente na referida Nota Fiscal. ***Fica vedada a emissão de boleto bancário pois o único meio de pagamento a ser realizado pelo município é através de depósito via banco conforme normatiza o edital.***

6.6. Deverá constar no corpo da Nota Fiscal o número do processo licitatório a que se refere (Pregão Presencial nº 017/2017).

7. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. Os preços inicialmente cotados são fixos e irreajustáveis, podendo ser objeto revisão, de ofício ou a pedido, caso haja motivo relevante, tal como variação substancial do custo de aquisição do produto, junto ao distribuidor, devidamente justificado e demonstrado pela Licitante vencedora, mediante apresentação de Notas Fiscais do distribuidor, planilha de custos devidamente exarada pelo Contador responsável da empresa contratada e pesquisa de mercado realizada pela Administração;

7.2. Não haverá reajuste de preços de acordo com o parágrafo 1º, artigo 25 da Lei Federal n.º 9.069/95, que dispõe sobre o Plano Real.

7.3. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, conforme disposto na alínea "d", do inciso II, do artigo 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, será obtida mediante solicitação da empresa detentora da ata à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido.

7.4. A Comissão de controle da ATA de registro de preços originada do presente processo poderá a qualquer tempo rever, reduzindo os preços registrados, de conformidade com pesquisa de mercado, para atendimento do disposto no inciso V do artigo 15 da Lei Federal n.º 8.666/93 e no artigo 12 do Decreto Federal n.º 3.931/2001 ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado atacadista.

7.5. Fica, em qualquer hipótese, ressalvada a possibilidade de alteração das condições pactuadas em face de superveniência de leis e/ou normas federais ou municipais disciplinando a matéria.

8. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

8.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

8.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

8.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

8.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

8.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

8.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

9. DA FISCALIZAÇÃO

9.1. O Município promoverá, através do servidor designado pela Administração conforme portaria XXX, o acompanhamento e a fiscalização das entregas dos produtos, que anotará em registro próprio as ocorrências e falhas detectadas na sua execução e comunicará à(s) empresa(s) fornecedora(s) os fatos que, ao seu critério, exigirem medidas corretivas por parte da mesma, devendo este ainda:

a) atestar as notas fiscais da Licitante para efeitos de pagamento; b) solicitar ao Prefeito Municipal, as providências que ultrapassarem a sua competência, possibilitando a adoção das medidas convenientes para a perfeita execução deste Contrato; c) elaborar relatório acerca da destinação dos produtos;

A ação da fiscalização não exonera a Licitante vencedora de suas responsabilidades contratuais.

10. DA ADESÃO À ATA DE REGISRO DE PREÇOS

10.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador;

10.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

10.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

10.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

10.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

10.8. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Setor de Licitação o qual seja a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, por meio do Setor de Licitações através do e-mail licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br ou pelo endereço Avenida Comendador Luiz Meneghel, 62, Bairro Centro – CEP 78. 565-000-Nova Bandeirantes – MT Fone 066-3572-1950

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Em casos de inexecução parcial ou total das obrigações fixadas neste Pregão, em relação ao objeto desta licitação, a Administração poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar as seguintes sanções:

11.1.1 Multa de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor estimado da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, no caso da licitante vencedora não cumprir rigorosamente as exigências da mesma ou recusar-se a receber a Nota de Empenho ou atrasar na assinatura da referida ATA, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente.

11.1.2. A multa a que alude o item anterior não impede que a Administração rescinda unilateralmente a ATA e aplique outras sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666/93, e posteriores alterações.

11.1.3. Advertência, por escrito, no caso de pequenas irregularidades.

11.1.4. Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos, quando da inexecução contratual sobrevier prejuízo para a Administração.

11.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

11.2. Se a licitante deixar de entregar a documentação ou apresentá-la falsamente, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a Proposta, falhar ou fraudar na execução da ATA, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, pelo prazo de até cinco anos, impedido de contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

11.3. A sanção de advertência de que trata o item 20.2.1 poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - descumprimento das determinações necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados na entrega dos materiais. II - outras ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços ao MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

11.4. A penalidade de suspensão será cabível quando a licitante participar do certame e for verificada a existência de fatos que a impeçam de contratar com a Administração Pública. Caberá ainda a suspensão quando a licitante, por descumprimento de cláusula editalícia, tenha causado transtornos no desenvolvimento dos serviços do MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 – As despesas deste Processo Licitatório correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

05 – Secretaria de Saúde

002 – Fundo Municipal de Saúde

10 - Saúde

305 – Vigilância Epidemiológica

0032 – Programa de Vigilância em Saúde

1.147 – Aquisição de Equipamentos, Veículos e Material Permanente para Atender a Vigilância em Saúde

4490.52 – Material Permanente

12.2- No caso de despesas plurianuais (mais de um exercício financeiro), o orçamento

Vigente deverá contingenciar recursos para as despesas liquidadas neste exercício. As demais despesas que ultrapassarem o orçamento vigente serão contempladas nas dotações orçamentárias futuras do município.

13. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

13.1. A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, Jornal Oficial dos Munícipios-AMM que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Eletrônico nº. 017/2017,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT.

15. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Nova Monte Verde-MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subscrevem.

NOVA BANDEIRANTES-MT, 25 de abril de 2017.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

CONCORDIA SISTEMAS LTDA-EPP

WAGNER CASAGRANDE

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Regina de Souza Mendonça Nome: Angela Aparecida Franzon

CPF: 968.501.911-87 CPF: 643.020.599-15

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2017

Aos 25 dias do mês de abril de 2017, de um lado o MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel, n. º62, centro, nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 33.683.822/0001-73, neste ato, representado pelo **Prefeito Municipal, Sr. Valdir Pereira dos Santos,** brasileiro, empresário, portador do R.G. n.º 3512032-7 SSP/PR e inscrito no CPF nº 531.846.969- 87, residente e domiciliado no município de Nova bandeirantes, neste ato denominado simplesmente **ORGAO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS**, realizado por meio do **PREGAO ELETRONICO Nº 017/2017**, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, homologada em **20/04/2017**, doravante denominada **FORNECEDOR**, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de **compromisso de fornecimento**, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem:

1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes – MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando o **registro de preço para futura e eventual aquisição de equipamento e material permanente para combate e controle da malária, d**e acordo com as especificações, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor:	**FORTE SINAL EQUIPAMENTOS EIRELI-EPP**			CNPJ:	26.729.755/0001-15
Endereço:	RUA FRANCELHO			Nº:	72
Bairro:	VILA NOVA	Cidade:	ARAPONGAS/PR	CEP:	86.707-040
Representante Legal:	LEONARDO DA SILVA COSTA			CPF:	056.413.329-92
Email:	fortesinal@fortesinal.com.br			Telefone:	(43) 3055-3180

ITEM	CODIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	V. UNITA-RIO	V. TOTAL
1	356522	PROJETOR DE MULTI MIDIA (DATA SHOW)	UNIDADE	EPSON POWERLITE X-17 V11H569020	2	R$ 2.100,00	R$ 4. 200,00
							R$ 4. 200,00

Valor global de R$4.200,00 (quatro mil e duzentos reais).

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação.

3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 Uma vez notificada de que o Município efetivara a contratação, a licitante vencedora deverá comparecer nos 02(dois) dias uteis à notificação, para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Capítulo XX deste certame.

3.2. Entregar o objeto licitado conforme especificações do edital e seus anexos em consonância com a Proposta de Preço a vencedora obriga-se a:

a) Atender as requisições do Município fornecendo os materiais descritos por este Instrumento Convocatório, nos preços constantes de sua proposta e em conformidade com as especificações estipuladas no Anexo I; b) Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassá-los ao Município, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento. c) Disponibilizar os materiais para serem retirados conforme a necessidade do Município, sem que com isso haja qualquer custo adicional, deste edital. d) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto da licitação, sem prévia anuência do Município; e) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital; f) Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez inexistir, no caso, vínculo empregatício deles com o Município; g) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

3.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES.

3.4. Arcar com eventuais prejuízos causados à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato.

3.5. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho.

3.6. Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassa-los ao Município, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento.;

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;

4.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

4.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

4.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento objeto;

4.5. Disponibilizar local para recebimento e guarda dos produtos solicitados.

4.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

4.7. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5. DO RECEBIMENTO DO OBJETO LICITADO

5.1. Os itens descritos conforme Anexo I serão recebidos:

5.2 Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos itens com a especificação;

5.3 Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação;

5.4 Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

5.5 O fornecimento será efetuado em remessa fracionada conforme solicitação da secretaria de saúde, com prazo de entrega não superior a **15 dias úteis**, contados a partir da emissão da requisição emitida pelo setor responsável.

5.6. O local para a entrega dos materiais será no Setor de compras da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT, situada na Avenida Comendador Luiz Meneghel nº 62, centro, no município de Nova Bandeirantes.

5.7 A entrega dos materiais estará condicionada ao laudo de qualidade dos mesmos e apresentando obrigatoriamente a Denominação Comum Brasileira – DCB, ou na sua falta Declaração Comum Internacional - DCI sob pena de devolução conforme determinação da Lei 9.787 10/02/1999.

5.8 No ato da entrega dos volumes deverão trazer escritos na parte exterior o número da Nota Fiscal a que se refere.

5.9 No campo Observação da Nota fiscal deverá conter o número da nossa Ordem de Fornecimento ao qual a Nota Fiscal se refere e a descrição da destinação dos materiais (estes serão fornecidos pelo Departamento de Compras do Município de Nova Bandeirantes-MT).

5.10 Obrigatoriamente, deve constar vencimento dos materiais em nota fiscal emitida pela empresa.

5.11 Será fornecida garantia dos Equipamentos, obedecendo as normas da ABNT e INMETRO.

.

5.12 Se o item for vendido em caixa, deve constar em nota fiscal, a quantidade dentro de cada caixa, bem como a quantidade de caixas.

5.8- Todos os produtos cotados deverão atender às exigências mínimas de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial – ABNT, INMETRO, ANVISA, MINISTÉRIO DA SAÚDE, etc., atentando-se a contratada, principalmente, para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

5.9 - As embalagens não podem apresentar-se violadas, com sinais de rompimento, aberturas ou furos. Devem ter a identificação do produto, nome do fabricante, endereço, CNPJ, prazo de validade, peso líquido, certificado de inspeção quando obrigatório, autorização dos órgãos competentes.

6. DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega do objeto, mediante a emissão da nota fiscal/fatura, devidamente entregue e lançada junto ao Departamento de Contabilidade e atestada pela Secretaria requisitante, sendo que em hipótese alguma será efetuado pagamento antecipado.

6.2. As empresas deverão obrigatoriamente fornecer Nota Fiscal Eletrônica, conforme as disposições contidas no RICMS/MT, ou conforme legislação vigente.

6.3. Para fazer jus ao pagamento, a licitante vencedora deverá comprovar sua adimplência com a Seguridade Social (INSS) e com o FGTS (CRF). Caso a empresa seja optante pelo Simples, deverá apresentar, também, copia do Termo de Opção pelo recolhimento de imposto naquela modalidade;

6.4. Não será efetuado qualquer pagamento à EMPRESA DETENTORA DA ATA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência com relação à ATA de Registro de Preços originada do presente Pregão.

6.5. O pagamento será feito mediante depósito na conta bancária fornecida pela EMPRESA DETENTORA DA ATA, conforme informação do n.º da agência, banco e conta corrente na referida Nota Fiscal. ***Fica vedada a emissão de boleto bancário pois o único meio de pagamento a ser realizado pelo município é através de depósito via banco conforme normatiza o edital.***

6.6. Deverá constar no corpo da Nota Fiscal o número do processo licitatório a que se refere (Pregão Presencial nº 017/2017).

7. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. Os preços inicialmente cotados são fixos e irreajustáveis, podendo ser objeto revisão, de ofício ou a pedido, caso haja motivo relevante, tal como variação substancial do custo de aquisição do produto, junto ao distribuidor, devidamente justificado e demonstrado pela Licitante vencedora, mediante

apresentação de Notas Fiscais do distribuidor, planilha de custos devidamente exarada pelo Contador responsável da empresa contratada e pesquisa de mercado realizada pela Administração;

7.2. Não haverá reajuste de preços de acordo com o parágrafo 1º, artigo 25 da Lei Federal n.º 9.069/95, que dispõe sobre o Plano Real.

7.3. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, conforme disposto na alínea "d", do inciso II, do artigo 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, será obtida mediante solicitação da empresa detentora da ata à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido.

7.4. A Comissão de controle da ATA de registro de preços originada do presente processo poderá a qualquer tempo rever, reduzindo os preços registrados, de conformidade com pesquisa de mercado, para atendimento do disposto no inciso V do artigo 15 da Lei Federal n.º 8.666/93 e no artigo 12 do Decreto Federal n.º 3.931/2001 ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado atacadista.

7.5. Fica, em qualquer hipótese, ressalvada a possibilidade de alteração das condições pactuadas em face de superveniência de leis e/ou normas federais ou municipais disciplinando a matéria.

8. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

8.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

8.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

8.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

8.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

8.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

8.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

9. DA FISCALIZAÇÃO

9.1. O Município promoverá, através do servidor designado pela Administração conforme portaria XXX, o acompanhamento e a fiscalização das entregas dos produtos, que anotará em registro próprio as ocorrências e falhas detectadas na sua execução e comunicará à(s) empresa(s) fornecedora(s) os fatos que, ao seu critério, exigirem medidas corretivas por parte da mesma, devendo este ainda:

a) atestar as notas fiscais da Licitante para efeitos de pagamento; b) solicitar ao Prefeito Municipal, as providências que ultrapassarem a sua competência, possibilitando a adoção das medidas convenientes para a perfeita execução deste Contrato; c) elaborar relatório acerca da destinação dos produtos;

A ação da fiscalização não exonera a Licitante vencedora de suas responsabilidades contratuais.

10. DA ADESÃO À ATA DE REGISRO DE PREÇOS

10.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador;

10.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

10.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

10.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

10.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

10.8. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Setor de Licitação o qual seja a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, por meio do Setor de Licitações através do e-mail licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br ou pelo endereço Avenida Comendador Luiz Meneghel, 62, Bairro Centro – CEP 78. 565-000-Nova Bandeirantes – MT Fone 066-3572-1950

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Em casos de inexecução parcial ou total das obrigações fixadas neste Pregão, em relação ao objeto desta licitação, a Administração poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar as seguintes sanções:

11.1.1 Multa de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor estimado da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, no caso da licitante vencedora não cumprir rigorosamente as exigências da mesma ou recusar-se a receber a Nota de Empenho ou atrasar na assinatura da referida ATA, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente.

11.1.2. A multa a que alude o item anterior não impede que a Administração rescinda unilateralmente a ATA e aplique outras sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666/93, e posteriores alterações.

11.1.3. Advertência, por escrito, no caso de pequenas irregularidades.

11.1.4. Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos, quando da inexecução contratual sobrevier prejuízo para a Administração.

11.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

11.2. Se a licitante deixar de entregar a documentação ou apresentá-la falsamente, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a Proposta, falhar ou fraudar na execução da ATA, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, pelo prazo de até cinco anos, impedido de contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

11.3. A sanção de advertência de que trata o item 20.2.1 poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - descumprimento das determinações necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados na entrega dos materiais. II - outras ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços ao MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

11.4. A penalidade de suspensão será cabível quando a licitante participar do certame e for verificada a existência de fatos que a impeçam de contratar com a Administração Pública. Caberá ainda a suspensão quando a licitante, por descumprimento de cláusula editalícia, tenha causado transtornos no desenvolvimento dos serviços do MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 – As despesas deste Processo Licitatório correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

05 – Secretaria de Saúde

002 – Fundo Municipal de Saúde

10 - Saúde

305 – Vigilância Epidemiológica

0032 – Programa de Vigilância em Saúde

1.147 – Aquisição de Equipamentos, Veículos e Material Permanente para Atender a Vigilância em Saúde

4490.52 – Material Permanente

12.2- No caso de despesas plurianuais (mais de um exercício financeiro), o orçamento

Vigente deverá contingenciar recursos para as despesas liquidadas neste exercício. As demais despesas que ultrapassarem o orçamento vigente serão contempladas nas dotações orçamentárias futuras do município.

13. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

13.1. A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, Jornal Oficial dos Munícipios-AMM que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Eletrônico nº. 017/2017,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT.

15. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Nova Monte Verde-MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subscrevem.

NOVA BANDEIRANTES-MT, 25 de abril de 2017.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

FORTE SINAL EQUIPAMENTOS EIRELI-EPP

LEONARDO DA SILVA COSTA

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Regina de Souza Mendonça Nome: Angela Aparecida Franzon

CPF: 968.501.911-87 CPF: 643.020.599-15

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2017

Aos 25 dias do mês de abril de 2017, de um lado o MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel, n. º62, centro, nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 33.683.822/0001-73, neste ato, representado pelo **Prefeito Municipal, Sr. Valdir Pereira dos Santos,** brasileiro, empresário, portador do R.G. n.º 3512032-7 SSP/PR e inscrito no CPF nº 531.846.969- 87, residente e domiciliado no município de Nova bandeirantes, neste ato denominado simplesmente **ORGAO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS**, realizado por meio do **PREGAO ELETRONICO Nº 017/2017**, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, homologada em **20/04/2017**, doravante denominada **FORNECEDOR**, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de **compromisso de fornecimento**, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem:

1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes – MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando o **registro de preço para futura e eventual aquisição de equipamento e material permanente para combate e controle da malária, d**e acordo com as especificações, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor:	**JOÃO MARCOS FONTOURA ALVES & CIA LTDA -ME**			CNPJ:	07.218.080/0001-03
Endereço:	AVENIDA SERGIPE			Nº:	07
Bairro:	CENTRO	Cidade:	IGUARAÇU/PR	CEP:	86.750-000
Representante Legal:	JOÃO MARCOS FONTOURA ALVES			CPF:	466.885.799-87
Email:	jmhospitalar@outlook.com			Telefone:	(44) 3248-1231

ITEM	CODIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	V. UNITARIO	V. TOTAL
1	356524	MICROSCOPIO BACTERIOLOGICO BINOCULAR	UNIDADE	OPTON	1	R$ 4.550,00	R$ 4.550,00
							R$ 4.550,00

Valor global de R$ 4.550,00 (quatro mil quinhentos e cinquenta reais).

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação.

3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 Uma vez notificada de que o Município efetivara a contratação, a licitante vencedora deverá comparecer nos 02(dois) dias uteis à notificação, para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Capítulo XX deste certame.

3.2. Entregar o objeto licitado conforme especificações do edital e seus anexos em consonância com a Proposta de Preço a vencedora obriga-se a:

a) Atender as requisições do Município fornecendo os materiais descritos por este Instrumento Convocatório, nos preços constantes de sua proposta e em conformidade com as especificações estipuladas no Anexo I; b) Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassá-los ao Município, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento. c) Disponibilizar os materiais para serem retirados conforme a necessidade do Município, sem que com isso haja qualquer custo adicional, deste edital. d) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto da licitação, sem prévia anuência do Município; e) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital; f) Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez inexistir, no caso, vínculo empregatício deles com o Município; g) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

3.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES.

3.4. Arcar com eventuais prejuízos causados à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato.

3.5. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho.

3.6. Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassa-los ao Município, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento.;

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;

4.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

4.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

4.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento objeto;

4.5. Disponibilizar local para recebimento e guarda dos produtos solicitados.

4.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

4.7. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5. DO RECEBIMENTO DO OBJETO LICITADO

5.1. Os itens descritos conforme Anexo I serão recebidos:

5.2 Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos itens com a especificação;

5.3 Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação;

5.4 Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

5.5 O fornecimento será efetuado em remessa fracionada conforme solicitação da secretaria de saúde, com prazo de entrega não superior a **15 dias úteis**, contados a partir da emissão da requisição emitida pelo setor responsável.

5.6. O local para a entrega dos materiais será no Setor de compras da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT, situada na Avenida Comendador Luiz Meneghel nº 62, centro, no município de Nova Bandeirantes.

5.7 A entrega dos materiais estará condicionada ao laudo de qualidade dos mesmos e apresentando obrigatoriamente a Denominação Comum Brasileira – DCB, ou na sua falta Declaração Comum Internacional - DCI sob pena de devolução conforme determinação da Lei 9.787 10/02/1999.

5.8 No ato da entrega dos volumes deverão trazer escritos na parte exterior o número da Nota Fiscal a que se refere.

5.9 No campo Observação da Nota fiscal deverá conter o número da nossa Ordem de Fornecimento ao qual a Nota Fiscal se refere e a descrição da destinação dos materiais (estes serão fornecidos pelo Departamento de Compras do Município de Nova Bandeirantes-MT).

5.10 Obrigatoriamente, deve constar vencimento dos materiais em nota fiscal emitida pela empresa.

5.11 Será fornecida garantia dos Equipamentos, obedecendo as normas da ABNT e INMETRO.

.

5.12 Se o item for vendido em caixa, deve constar em nota fiscal, a quantidade dentro de cada caixa, bem como a quantidade de caixas.

5.8- Todos os produtos cotados deverão atender às exigências mínimas de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial – ABNT, INMETRO, ANVISA, MINISTÉRIO DA SAÚDE, etc., atentando-se a contratada, principalmente, para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

5.9 - As embalagens não podem apresentar-se violadas, com sinais de rompimento, aberturas ou furos. Devem ter a identificação do produto, nome do fabricante, endereço, CNPJ, prazo de validade, peso líquido, certificado de inspeção quando obrigatório, autorização dos órgãos competentes.

6. DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega do objeto, mediante a emissão da nota fiscal/fatura, devidamente entregue e lançada junto ao Departamento de Contabilidade e atestada pela Secretaria requisitante, sendo que em hipótese alguma será efetuado pagamento antecipado.

6.2. As empresas deverão obrigatoriamente fornecer Nota Fiscal Eletrônica, conforme as disposições contidas no RICMS/MT, ou conforme legislação vigente.

6.3. Para fazer jus ao pagamento, a licitante vencedora deverá comprovar sua adimplência com a Seguridade Social (INSS) e com o FGTS (CRF). Caso a empresa seja optante pelo Simples, deverá apresentar, também, copia do Termo de Opção pelo recolhimento de imposto naquela modalidade;

6.4. Não será efetuado qualquer pagamento à EMPRESA DETENTORA DA ATA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência com relação à ATA de Registro de Preços originada do presente Pregão.

6.5. O pagamento será feito mediante depósito na conta bancária fornecida pela EMPRESA DETENTORA DA ATA, conforme informação do n.º da agência, banco e conta corrente na referida Nota Fiscal. ***Fica vedada a emissão de boleto bancário pois o único meio de pagamento a ser realizado pelo município é através de depósito via banco conforme normatiza o edital.***

6.6. Deverá constar no corpo da Nota Fiscal o número do processo licitatório a que se refere (Pregão Presencial nº 017/2017).

7. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. Os preços inicialmente cotados são fixos e irreajustáveis, podendo ser objeto revisão, de ofício ou a pedido, caso haja motivo relevante, tal como variação substancial do custo de aquisição do produto, junto ao distribuidor, devidamente justificado e demonstrado pela Licitante vencedora, mediante apresentação de Notas Fiscais do distribuidor, planilha de custos devidamente exarada pelo Contador responsável da empresa contratada e pesquisa de mercado realizada pela Administração;

7.2. Não haverá reajuste de preços de acordo com o parágrafo 1º, artigo 25 da Lei Federal n.º 9.069/95, que dispõe sobre o Plano Real.

7.3. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, conforme disposto na alínea "d", do inciso II, do artigo 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, será obtida mediante solicitação da empresa detentora da ata à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido.

7.4. A Comissão de controle da ATA de registro de preços originada do presente processo poderá a qualquer tempo rever, reduzindo os preços registrados, de conformidade com pesquisa de mercado, para atendimento do disposto no inciso V do artigo 15 da Lei Federal n.º 8.666/93 e no artigo 12 do Decreto Federal n.º 3.931/2001 ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado atacadista.

7.5. Fica, em qualquer hipótese, ressalvada a possibilidade de alteração das condições pactuadas em face de superveniência de leis e/ou normas federais ou municipais disciplinando a matéria.

8. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

8.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

8.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

8.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

8.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

8.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

8.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

9. DA FISCALIZAÇÃO

9.1. O Município promoverá, através do servidor designado pela Administração conforme portaria XXX, o acompanhamento e a fiscalização das entregas dos produtos, que anotará em registro próprio as ocorrências e falhas detectadas na sua execução e comunicará à(s) empresa(s) fornecedora(s) os fatos que, ao seu critério, exigirem medidas corretivas por parte da mesma, devendo este ainda:

a) atestar as notas fiscais da Licitante para efeitos de pagamento; b) solicitar ao Prefeito Municipal, as providências que ultrapassarem a sua competência, possibilitando a adoção das medidas convenientes para a perfeita execução deste Contrato; c) elaborar relatório acerca da destinação dos produtos;

A ação da fiscalização não exonera a Licitante vencedora de suas responsabilidades contratuais.

10. DA ADESÃO À ATA DE REGISRO DE PREÇOS

10.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador;

10.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

10.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

10.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

10.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

10.8. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Setor de Licitação o qual seja a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, por meio do Setor de Licitações através do e-mail licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br ou pelo endereço Avenida Comendador Luiz Meneghel, 62, Bairro Centro – CEP 78. 565-000-Nova Bandeirantes – MT Fone 066-3572-1950

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Em casos de inexecução parcial ou total das obrigações fixadas neste Pregão, em relação ao objeto desta licitação, a Administração poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar as seguintes sanções:

11.1.1 Multa de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor estimado da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, no caso da licitante vencedora não cumprir rigorosamente as exigências da mesma ou recusar-se a receber a Nota de Empenho ou atrasar na assinatura da referida ATA, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente.

11.1.2. A multa a que alude o item anterior não impede que a Administração rescinda unilateralmente a ATA e aplique outras sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666/93, e posteriores alterações.

11.1.3. Advertência, por escrito, no caso de pequenas irregularidades.

11.1.4. Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos, quando da inexecução contratual sobrevier prejuízo para a Administração.

11.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

11.2. Se a licitante deixar de entregar a documentação ou apresentá-la falsamente, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a Proposta, falhar ou fraudar na execução da ATA, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, pelo prazo de até cinco anos, impedido de contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

11.3. A sanção de advertência de que trata o item 20.2.1 poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - descumprimento das determinações necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados na entrega dos materiais. II - outras ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços ao MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

11.4. A penalidade de suspensão será cabível quando a licitante participar do certame e for verificada a existência de fatos que a impeçam de contratar com a Administração Pública. Caberá ainda a suspensão quando a licitante, por descumprimento de cláusula editalícia, tenha causado transtornos no desenvolvimento dos serviços do MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 – As despesas deste Processo Licitatório correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

05 – Secretaria de Saúde

002 – Fundo Municipal de Saúde

10 - Saúde

305 – Vigilância Epidemiológica

0032 – Programa de Vigilância em Saúde

1.147 – Aquisição de Equipamentos, Veículos e Material Permanente para Atender a Vigilância em Saúde

4490.52 – Material Permanente

12.2- No caso de despesas plurianuais (mais de um exercício financeiro), o orçamento

Vigente deverá contingenciar recursos para as despesas liquidadas neste exercício. As demais despesas que ultrapassarem o orçamento vigente serão contempladas nas dotações orçamentárias futuras do município.

13. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

13.1. A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, Jornal Oficial dos Munícipios-AMM que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Eletrônico nº. 017/2017,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT.

15. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Nova Monte Verde-MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subscrevem.

NOVA BANDEIRANTES-MT, 25 de abril de 2017.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

JOÃO MARCOS FONTOURA ALVES & CIA LTDA -ME

JOÃO MARCOS FONTOURA ALVES

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Regina de Souza Mendonça Nome: Angela Aparecida Franzon

CPF: 968.501.911-87 CPF: 643.020.599-15

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2017

Aos 25 dias do mês de abril de 2017, de um lado o MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel, n. º62, centro, nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 33.683.822/0001-73, neste ato, representado pelo **Prefeito Municipal, Sr. Valdir Pereira dos Santos,** brasileiro, empresário, portador do R.G. n.º 3512032-7 SSP/PR e inscrito no CPF nº 531.846.969- 87, residente e domiciliado no município de Nova bandeirantes, neste ato denominado simplesmente **ORGAO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS**, realizado por meio do **PREGAO ELETRONICO Nº 017/2017**, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, homologada em **20/04/2017**, doravante denominada **FORNECEDOR**, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de **compromisso de fornecimento**, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem:

1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes – MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando o **registro de preço para futura e eventual aquisição de equipamento e material permanente para combate e controle da malária, d**e acordo com as especificações, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor:	SISTERPEL SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA			CNPJ:	01.429.437/0001-08
Endereço:	RUA CORONEL SALDANHA			Nº:	1470
Bairro:	CENTRO	Cidade:	GUARAPUAVA/PR	CEP:	85010-130
Representante Legal:	PAULO EMANUEL DE ANDRADE			CPF:	120.896.079-20
Email:	paulosisterpel@hotmail.com			Telefone:	(42) 3622-9796

ITEM	CODIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	MARCA	V. UNITARIO	V. TOTAL
1	356517	COMPUTADOR - KIT COMPLETO	UNIDADE	4	GPGOLD BASIC II	R$ 1.750,00	R$ 7.000,00
2	356527	NOBREAK	UNIDADE	5	RAGTECH	R$ 340,00	R$ 1.700,00
							R$ 8.700,00

Valor Global: R$ 8.700,00 (oito mil e setecentos reais**).**

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação.

3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 Uma vez notificada de que o Município efetivara a contratação, a licitante vencedora deverá comparecer nos 02(dois) dias uteis à notificação, para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Capítulo XX deste certame.

3.2. Entregar o objeto licitado conforme especificações do edital e seus anexos em consonância com a Proposta de Preço a vencedora obriga-se a:

a) Atender as requisições do Município fornecendo os materiais descritos por este Instrumento Convocatório, nos preços constantes de sua proposta e em conformidade com as especificações estipuladas no Anexo I; b) Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassá-los ao Município, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento. c) Disponibilizar os materiais para serem retirados conforme a necessidade do Município, sem que com isso haja qualquer custo adicional, deste edital. d) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto da licitação, sem prévia anuência do Município; e) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital; f) Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez inexistir, no caso, vínculo empregatício deles com o Município; g) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

3.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES.

3.4. Arcar com eventuais prejuízos causados à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato.

3.5. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho.

3.6. Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassa-los ao Município, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento.;

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;

4.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

4.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

4.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento objeto;

4.5. Disponibilizar local para recebimento e guarda dos produtos solicitados.

4.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

4.7. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5. DO RECEBIMENTO DO OBJETO LICITADO

5.1. Os itens descritos conforme Anexo I serão recebidos:

5.2 Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos itens com a especificação;

5.3 Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação;

5.4 Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

5.5 O fornecimento será efetuado em remessa fracionada conforme solicitação da secretaria de saúde, com prazo de entrega não superior a **15 dias úteis**, contados a partir da emissão da requisição emitida pelo setor responsável.

5.6. O local para a entrega dos materiais será no Setor de compras da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT, situada na Avenida Comendador Luiz Meneghel nº 62, centro, no município de Nova Bandeirantes.

5.7 A entrega dos materiais estará condicionada ao laudo de qualidade dos mesmos e apresentando obrigatoriamente a Denominação Comum Brasileira – DCB, ou na sua falta Declaração Comum Internacional - DCI sob pena de devolução conforme determinação da Lei 9.787 10/02/1999.

5.8 No ato da entrega dos volumes deverão trazer escritos na parte exterior o número da Nota Fiscal a que se refere.

5.9 No campo Observação da Nota fiscal deverá conter o número da nossa Ordem de Fornecimento ao qual a Nota Fiscal se refere e a descrição da destinação dos materiais (estes serão fornecidos pelo Departamento de Compras do Município de Nova Bandeirantes-MT).

5.10 Obrigatoriamente, deve constar vencimento dos materiais em nota fiscal emitida pela empresa.

5.11 Será fornecida garantia dos Equipamentos, obedecendo as normas da ABNT e INMETRO.

.

5.12 Se o item for vendido em caixa, deve constar em nota fiscal, a quantidade dentro de cada caixa, bem como a quantidade de caixas.

5.8- Todos os produtos cotados deverão atender às exigências mínimas de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial – ABNT, INMETRO, ANVISA, MINISTÉRIO DA SAÚDE, etc., atentando-se a contratada, principalmente, para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

5.9 - As embalagens não podem apresentar-se violadas, com sinais de rompimento, aberturas ou furos. Devem ter a identificação do produto, nome do fabricante, endereço, CNPJ, prazo de validade, peso líquido, certificado de inspeção quando obrigatório, autorização dos órgãos competentes.

6. DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega do objeto, mediante a emissão da nota fiscal/fatura, devidamente entregue e lançada junto ao Departamento de Contabilidade e atestada pela Secretaria requisitante, sendo que em hipótese alguma será efetuado pagamento antecipado.

6.2. As empresas deverão obrigatoriamente fornecer Nota Fiscal Eletrônica, conforme as disposições contidas no RICMS/MT, ou conforme legislação vigente.

6.3. Para fazer jus ao pagamento, a licitante vencedora deverá comprovar sua adimplência com a Seguridade Social (INSS) e com o FGTS (CRF). Caso a empresa seja optante pelo Simples, deverá apresentar, também, copia do Termo de Opção pelo recolhimento de imposto naquela modalidade;

6.4. Não será efetuado qualquer pagamento à EMPRESA DETENTORA DA ATA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência com relação à ATA de Registro de Preços originada do presente Pregão.

6.5. O pagamento será feito mediante depósito na conta bancária fornecida pela EMPRESA DETENTORA DA ATA, conforme informação do n.º da agência, banco e conta corrente na referida Nota Fiscal. ***Fica vedada a emissão de boleto bancário pois o único meio de pagamento a ser realizado pelo município é através de depósito via banco conforme normatiza o edital.***

6.6. Deverá constar no corpo da Nota Fiscal o número do processo licitatório a que se refere (Pregão Presencial nº 017/2017).

7. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. Os preços inicialmente cotados são fixos e irreajustáveis, podendo ser objeto revisão, de ofício ou a pedido, caso haja motivo relevante, tal como variação substancial do custo de aquisição do produto, junto ao distribuidor, devidamente justificado e demonstrado pela Licitante vencedora, mediante apresentação de Notas Fiscais do distribuidor, planilha de custos devidamente exarada pelo Contador responsável da empresa contratada e pesquisa de mercado realizada pela Administração;

7.2. Não haverá reajuste de preços de acordo com o parágrafo 1º, artigo 25 da Lei Federal n.º 9.069/95, que dispõe sobre o Plano Real.

7.3. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, conforme disposto na alínea "d", do inciso II, do artigo 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, será obtida mediante solicitação da empresa detentora da ata à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido.

7.4. A Comissão de controle da ATA de registro de preços originada do presente processo poderá a qualquer tempo rever, reduzindo os preços registrados, de conformidade com pesquisa de mercado, para atendimento do disposto no inciso V do artigo 15 da Lei Federal n.º 8.666/93 e no artigo 12 do Decreto Federal n.º 3.931/2001 ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado atacadista.

7.5. Fica, em qualquer hipótese, ressalvada a possibilidade de alteração das condições pactuadas em face de superveniência de leis e/ou normas federais ou municipais disciplinando a matéria.

8. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

8.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

8.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

8.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

8.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

8.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

8.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

9. DA FISCALIZAÇÃO

9.1. O Município promoverá, através do servidor designado pela Administração conforme portaria XXX, o acompanhamento e a fiscalização das entregas dos produtos, que anotará em registro próprio as ocorrências e falhas detectadas na sua execução e comunicará à(s) empresa(s) fornecedora(s) os fatos que, ao seu critério, exigirem medidas corretivas por parte da mesma, devendo este ainda:

a) atestar as notas fiscais da Licitante para efeitos de pagamento; b) solicitar ao Prefeito Municipal, as providências que ultrapassarem a sua competência, possibilitando a adoção das medidas convenientes para a perfeita execução deste Contrato; c) elaborar relatório acerca da destinação dos produtos;

A ação da fiscalização não exonera a Licitante vencedora de suas responsabilidades contratuais.

10. DA ADESÃO À ATA DE REGISRO DE PREÇOS

10.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador;

10.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

10.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

10.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

10.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

10.8. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Setor de Licitação o qual seja a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, por meio do Setor de Licitações através do e-mail licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br ou pelo endereço Avenida Comendador Luiz Meneghel, 62, Bairro Centro – CEP 78. 565-000-Nova Bandeirantes – MT Fone 066-3572-1950

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Em casos de inexecução parcial ou total das obrigações fixadas neste Pregão, em relação ao objeto desta licitação, a Administração poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar as seguintes sanções:

11.1.1 Multa de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor estimado da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, no caso da licitante vencedora não cumprir rigorosamente as exigências da mesma ou recusar-se a receber a Nota de Empenho ou atrasar na assinatura da referida ATA, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente.

11.1.2. A multa a que alude o item anterior não impede que a Administração rescinda unilateralmente a ATA e aplique outras sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666/93, e posteriores alterações.

11.1.3. Advertência, por escrito, no caso de pequenas irregularidades.

11.1.4. Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos, quando da inexecução contratual sobrevier prejuízo para a Administração.

11.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

11.2. Se a licitante deixar de entregar a documentação ou apresentá-la falsamente, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a Proposta, falhar ou fraudar na execução da ATA, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, pelo prazo de até cinco anos, impedido de contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

11.3. A sanção de advertência de que trata o item 20.2.1 poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - descumprimento das determinações necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados na entrega dos materiais. II - outras ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços ao MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

11.4. A penalidade de suspensão será cabível quando a licitante participar do certame e for verificada a existência de fatos que a impeçam de contratar com a Administração Pública. Caberá ainda a suspensão quando a licitante, por descumprimento de cláusula editalícia, tenha causado transtornos no desenvolvimento dos serviços do MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 – As despesas deste Processo Licitatório correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

05 – Secretaria de Saúde

002 – Fundo Municipal de Saúde

10 - Saúde

305 – Vigilância Epidemiológica

0032 – Programa de Vigilância em Saúde

1.147 – Aquisição de Equipamentos, Veículos e Material Permanente para Atender a Vigilância em Saúde

4490.52 – Material Permanente

12.2- No caso de despesas plurianuais (mais de um exercício financeiro), o orçamento

Vigente deverá contingenciar recursos para as despesas liquidadas neste exercício. As demais despesas que ultrapassarem o orçamento vigente serão contempladas nas dotações orçamentárias futuras do município.

13. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

13.1. A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, Jornal Oficial dos Munícipios-AMM que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Eletrônico nº. 017/2017,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT.

15. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Nova Monte Verde-MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subscrevem.

NOVA BANDEIRANTES-MT, 25 de abril de 2017.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

SISTERPEL SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA

PAULO EMANUEL DE ANDRADE

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Regina de Souza Mendonça Nome: Angela Aparecida Franzon

CPF: 968.501.911-87 CPF: 643.020.599-15

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2017

Aos 26 dias do mês de abril de 2017, de um lado o MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel, n. º62, centro, nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 33.683.822/0001-73, neste ato, representado pelo **Prefeito Municipal, Sr. Valdir Pereira dos Santos,** brasileiro, empresário, portador do R.G. n.º 3512032-7 SSP/PR e inscrito no CPF nº 531.846.969- 87, residente e domiciliado no município de Nova bandeirantes, neste ato denominado simplesmente **ORGAO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS**, realizado por meio do **PREGAO ELETRONICO Nº 018/2017**, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, homologada em **25/04/2017**, doravante denominada **FORNECEDOR**, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de **compromisso de fornecimento**, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem:

1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes – MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando o **Aquisição de equipamento e material permanente para unidade de atenção especializada em saúde para uso do Hospital Municipal De Nova Bandeirantes-MT*, d***e acordo com as especificações, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor:	**GIGA COMERCIAL DE PRODUTOS HOSPITALARES – ME**			CNPJ:	14.800.997/0001-79
Endereço:	RUA PARANÁ			Nº:	QD 77, LT 06 SALA 01/02
Bairro:	VILA BRASILIA	Cidade:	APARECIDA DE GOIANIA/GO	CEP:	74.905-610
Representante Legal:	**CARLOS THAINAN SILVA SOUZA**			CPF:	073.727.354-24
Email:	gigacomercial.adm@gmail.com			Telefone:	(62) 3248-1606 3280-7689

ITEM	CODIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	V. UNITARIO	V. TOTAL
1	348921	AR CONDICIONADO 9.000 A 12.000 BTUS SPLIT QUENTE E FRIO	UNIDADE	PHILCO	1	R$ 1.269,90	R$ 1.269,90
							R$ 1.269,90

Valor Global: R$ 1.269,90 (mil duzentos e sessenta e nove reais e noventa centavos).

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação.

3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 Uma vez notificada de que o Município efetivara a contratação, a licitante vencedora deverá comparecer nos 02(dois) dias uteis à notificação, para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Capítulo XX deste certame.

3.2. Entregar o objeto licitado conforme especificações do edital e seus anexos em consonância com a Proposta de Preço a vencedora obriga-se a:

a) Atender as requisições do Município fornecendo os materiais descritos por este Instrumento Convocatório, nos preços constantes de sua proposta e em conformidade com as especificações estipuladas no Anexo I; b) Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassá-los ao Município, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento. c) Disponibilizar os materiais para serem retirados conforme a necessidade do Município, sem que com isso haja qualquer custo adicional, deste edital. d) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto da licitação, sem prévia anuência do Município; e) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital; f) Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez inexistir, no caso, vínculo empregatício deles com o Município; g)

Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

3.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES.

3.4. Arcar com eventuais prejuízos causados à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato.

3.5. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho.

3.6. Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassa-los ao Município, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento.;

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;

4.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

4.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

4.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento objeto;

4.5. Disponibilizar local para recebimento e guarda dos produtos solicitados.

4.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

4.7. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5. DO RECEBIMENTO DO OBJETO LICITADO

5.1. Os itens descritos conforme Anexo I serão recebidos:

5.2 Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos itens com a especificação;

5.3 Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação;

5.4 Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

5.5 O fornecimento será efetuado em remessa fracionada conforme solicitação da secretaria de saúde, com prazo de entrega não superior a **15 dias úteis**, contados a partir da emissão da requisição emitida pelo setor responsável.

5.6. Os materiais adquiridos deverão ser entregues no setor de compras da Prefeitura Municipal de Nova bandeirantes-MT, situada na Avenida Jose Francisco Otênio nº 62, centro, Nova Bandeirantes-MT, sem qualquer tipo de ônus para a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT.

5.7 A entrega dos materiais estará condicionada ao laudo de qualidade dos mesmos e apresentando obrigatoriamente a Denominação Comum Brasileira – DCB, ou na sua falta Declaração Comum Internacional - DCI sob pena de devolução conforme determinação da Lei 9.787 10/02/1999.

5.8 No ato da entrega dos volumes deverão trazer escritos na parte exterior o número da Nota Fiscal a que se refere.

5.9 No campo Observação da Nota fiscal deverá conter o número da nossa Ordem de Fornecimento ao qual a Nota Fiscal se refere e a descrição da destinação dos materiais (estes serão fornecidos pelo Departamento de Compras do Município de Nova Bandeirantes-MT).

5.10 Obrigatoriamente, deve constar vencimento dos materiais em nota fiscal emitida pela empresa.

5.11 Prazo de validade dos materiais deverá ser de no mínimo **12 (Doze) meses**, contados a partir da data da entrega.

5.12 Se o item for vendido em caixa, deve constar em nota fiscal, a quantidade dentro de cada caixa, bem como a quantidade de caixas.

5.8- Todos os produtos cotados deverão atender às exigências mínimas de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial – ABNT, INMETRO, ANVISA, MINISTÉRIO DA SAÚDE, etc., atentando-se a contratada, principalmente, para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

5.9 - As embalagens não podem apresentar-se violadas, com sinais de rompimento, aberturas ou furos. Devem ter a identificação do produto, nome do fabricante, endereço, CNPJ, prazo de validade, peso líquido, certificado de inspeção quando obrigatório, autorização dos órgãos competentes.

6. DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega do objeto, mediante a emissão da nota fiscal/fatura, devidamente entregue e lançada junto ao Departamento de Contabilidade e atestada pela Secretaria requisitante, sendo que em hipótese alguma será efetuado pagamento antecipado.

6.2. As empresas deverão obrigatoriamente fornecer Nota Fiscal Eletrônica, conforme as disposições contidas no RICMS/MT, ou conforme legislação vigente.

6.3. Para fazer jus ao pagamento, a licitante vencedora deverá comprovar sua adimplência com a Seguridade Social (INSS) e com o FGTS (CRF). Caso a empresa seja optante pelo Simples, deverá apresentar, também, cópia do Termo de Opção pelo recolhimento de imposto naquela modalidade;

6.4. Não será efetuado qualquer pagamento à EMPRESA DETENTORA DA ATA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência com relação à ATA de Registro de Preços originada do presente Pregão.

6.5. O pagamento será feito mediante depósito na conta bancária fornecida pela EMPRESA DETENTORA DA ATA, conforme informação do n. º da agência, banco e conta corrente na referida Nota Fiscal. ***Fica vedada a emissão de boleto bancário pois o único meio de pagamento a ser realizado pelo município é através de depósito via banco conforme normatiza o edital.***

6.6. Deverá constar no corpo da Nota Fiscal o número do processo licitatório a que se refere (Pregão Presencial nº 018/2017).

7. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. Os preços inicialmente cotados são fixos e irreajustáveis, podendo ser objeto revisão, de ofício ou a pedido, caso haja motivo relevante, tal como variação substancial do custo de aquisição do produto, junto ao distribuidor, devidamente justificado e demonstrado pela Licitante vencedora, mediante apresentação de Notas Fiscais do distribuidor, planilha de custos devidamente exarada pelo Contador responsável da empresa contratada e pesquisa de mercado realizada pela Administração;

7.2. Não haverá reajuste de preços de acordo com o parágrafo 1º, artigo 25 da Lei Federal n.º 9.069/95, que dispõe sobre o Plano Real.

7.3. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, conforme disposto na alínea "d", do inciso II, do artigo 65 da Lei Federal n. º 8.666/93, será obtida mediante solicitação da empresa detentora da ata à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido.

7.4. A Comissão de controle da ATA de registro de preços originada do presente processo poderá a qualquer tempo rever, reduzindo os preços registrados, de conformidade com pesquisa de mercado, para atendimento do disposto no inciso V do artigo 15 da Lei Federal n. º 8.666/93 e no artigo 12 do Decreto Federal n. º 3.931/2001 ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado atacadista.

7.5. Fica, em qualquer hipótese, ressalvada a possibilidade de alteração das condições pactuadas em face de superveniência de leis e/ou normas federais ou municipais disciplinando a matéria.

8. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

8.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

8.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

8.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

8.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

8.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

8.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

9. DA FISCALIZAÇÃO

9.1. O Município promoverá, através do servidor designado pela Administração conforme portaria XXX, o acompanhamento e a fiscalização das entregas dos produtos, que anotará em registro próprio as ocorrências e falhas detectadas na sua execução e comunicará à (s) empresa (s) fornecedora(s) os fatos que, ao seu critério, exigirem medidas corretivas por parte da mesma, devendo este ainda:

a) Atestar as notas fiscais da Licitante para efeitos de pagamento; b) Solicitar ao Prefeito Municipal, as providências que ultrapassarem a sua competência, possibilitando a adoção das medidas convenientes para a perfeita execução deste Contrato; c) Elaborar relatório acerca da destinação dos produtos;

A ação da fiscalização não exonera a Licitante vencedora de suas responsabilidades contratuais.

10. DA ADESÃO À ATA DE REGISRO DE PREÇOS

10.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador;

10.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

10.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

10.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

10.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

10.8. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Setor de Licitação o qual seja a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, por meio do Setor de Licitações através do e-mail licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br ou pelo endereço Avenida Comendador Luiz Meneghel, 62, Bairro Centro – CEP 78. 565-000-Nova Bandeirantes – MT Fone 066-3572-1950

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Em casos de inexecução parcial ou total das obrigações fixadas neste Pregão, em relação ao objeto desta licitação, a Administração poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar as seguintes sanções:

11.1.1 Multa de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor estimado da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, no caso da licitante vencedora não cumprir rigorosamente as exigências da mesma ou recusar-se a receber a Nota de Empenho ou atrasar na assinatura da referida ATA, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente.

11.1.2. A multa a que alude o item anterior não impede que a Administração rescinda unilateralmente a ATA e aplique outras sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666/93, e posteriores alterações.

11.1.3. Advertência, por escrito, no caso de pequenas irregularidades.

11.1.4. Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos, quando da inexecução contratual sobrevier prejuízo para a Administração.

11.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

11.2. Se a licitante deixar de entregar a documentação ou apresentá-la falsamente, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a Proposta, falhar ou fraudar na execução da ATA, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, pelo prazo de até cinco anos, impedido de contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

11.3. A sanção de advertência de que trata o item 20.2.1 poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - Descumprimento das determinações necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados na entrega dos materiais. II - Outras ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços ao MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

11.4. A penalidade de suspensão será cabível quando a licitante participar do certame e for verificada a existência de fatos que a impeçam de contratar com a Administração Pública. Caberá ainda a suspensão quando a licitante, por descumprimento de cláusula editalícia, tenha causado transtornos no desenvolvimento dos serviços do MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 – As despesas deste Processo Licitatório correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 05 - Secretaria de Saúde – Natureza de despesa 339030000000 – 200.

12.2- No caso de despesas plurianuais (mais de um exercício financeiro), o orçamento vigente deverá contingenciar recursos para as despesas liquidadas neste exercício. As demais despesas que ultrapassarem o orçamento vigente serão contempladas nas dotações orçamentárias futuras do município.

13. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

13.1. A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, Jornal Oficial dos Municípios-AMM que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Eletrônico nº. 018/2017,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT.

15. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Nova Monte Verde-MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subscrevem.

NOVA BANDEIRANTES-MT, 26 de abril de 2017.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

GIGA COMERCIAL DE PRODUTOS HOSPITALARES – ME

CARLOS THAINAN SILVA SOUZA

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Regina de Souza Mendonça Nome: Angela Aparecida Franzon

CPF: 968.501.911-87 CPF: 643.020.599-15

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2017

Aos 26 dias do mês de abril de 2017, de um lado o MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel, n. º62, centro, nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 33.683.822/0001-73, neste ato, representado pelo **Prefeito Municipal, Sr. Valdir Pereira dos Santos,** brasileiro, empresário, portador do R.G. n.º 3512032-7 SSP/PR e inscrito no CPF nº 531.846.969- 87, residente e domiciliado no município de Nova bandeirantes, neste ato denominado simplesmente **ORGAO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS**, realizado por meio do **PREGAO ELETRONICO Nº 018/2017**, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, homologada em **25/04/2017**, doravante denominada **FORNECEDOR**, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de **compromisso de fornecimento**, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem:

1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes – MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando o **Aquisição de equipamento e material permanente para unidade de atenção especializada em saúde para uso do Hospital Municipal De Nova Bandeirantes-MT*, d***e acordo com as especificações, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor:	ALIRIO FERREIRA BARBOSA – ME			CNPJ:	77.578.524/0001-99
Endereço:	RUA EDGARD VIEIRA AZEVEDO FILHO			Nº:	88
Bairro:	VILA BOI PINTADO	Cidade:	SANTO ANTONIO DA PLATINA/PR	CEP:	86430-000
Representante Legal:	ALIRIO FERREIRA BARBOSA			CPF:	210.652.259-20
Email:	eletronico.megatron@outlook.com			Telefone:	(43) 3534-2782

ITEM	CODIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	MARCA	V. UNITA-RIO	VALOR TOTAL
1	348875	COMPUTADOR (DESKTOP-BASICO), PROCESSADOR INTEL CORE I3 OU AMD A10 OU SUPERIOR, MINIMO DE 500 GB MEMORIA RAM, 4 GB, DDR3, 1600 MHZ,MAUSE USB, 800 DPI, 02 BOTOES, SCROOL (COM FIO) FONTE COMPATIVEL COM O ITEM SISTEMA OPERACIO-NAL WINDOWS 7 PRO (64 BITS).	UNIDADE	2	EL-LE 3	R$ 1. 879,00	R$ 3. 758,00
2	348874	COMPUTADOR (DESKTOP-BASICO), PROCESSADOR INTEL CORE I3, MAUSE USB, 800 DPI, 02 BOTOES, SCROOL (COM FIO) FONTE COMPATIVEL COM O ITEM SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 7 PRO (64 BITS) , TECLADO USB, ABNT2, 107 TECLAS (COM FIO) IN-TERFACE DE REDE	UNIDADE	1	EL-LE 3	R$ 1. 879,00	R$ 1. 879,00
3	348919	MESA DE ESCRITORIO BASE EM ACO/FERRO PINTADO SIMPLES CONFECCAO MADEIRA/MDP/MDF/SIMILAR COM 01 OU 02 GAVETAS	UNIDADE	1	MARTINUCCI	R$ 286,00	R$ 286,00
4	348872	MESA DE ESCRITORIO, ACO/FERRO PINTADO EM MADEIRA/MDP/ MDF/SIMILAR DE 01 A 02 GAVETAS	UNIDADE	1	MARTINUCCI	R$ 225,00	R$ 225,00
							R$ 6. 148,00

Valor Global: R$ 6.148,00 (seis mil cento e quarenta e oito reais).

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação.

3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 Uma vez notificada de que o Município efetivara a contratação, a licitante vencedora deverá comparecer nos 02(dois) dias uteis à notificação, para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuizo das sanções previstas no Capítulo XX deste certame.

3.2. Entregar o objeto licitado conforme especificações do edital e seus anexos em consonância com a Proposta de Preço a vencedora obriga-se a:

a) Atender as requisições do Município fornecendo os materiais descritos por este Instrumento Convocatório, nos preços constantes de sua proposta e em conformidade com as especificações estipuladas no Anexo I; b) Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassá-los ao Município, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento. c) Disponibilizar os materiais para serem retirados conforme a necessidade do Município, sem que com isso haja qualquer custo adicional, deste edital. d) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto da licitação, sem prévia anuência do Município; e) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital;

f) Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez inexistir, no caso, vínculo empregatício deles com o Município; g) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

3.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES.

3.4. Arcar com eventuais prejuízos causados à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato.

3.5. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho.

3.6. Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassa-los ao Município, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento.;

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;

4.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

4.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

4.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento objeto;

4.5. Disponibilizar local para recebimento e guarda dos produtos solicitados.

4.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

4.7. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5. DO RECEBIMENTO DO OBJETO LICITADO

5.1. Os itens descritos conforme Anexo I serão recebidos:

5.2 Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos itens com a especificação;

5.3 Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação;

5.4 Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

5.5 O fornecimento será efetuado em remessa fracionada conforme solicitação da secretaria de saúde, com prazo de entrega não superior a **15 dias úteis**, contados a partir da emissão da requisição emitida pelo setor responsável.

5.6. Os materiais adquiridos deverão ser entregues no setor de compras da Prefeitura Municipal de Nova bandeirantes-MT, situada na Avenida Jose Francisco Otênio nº 62, centro, Nova Bandeirantes-MT, sem qualquer tipo de ônus para a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT.

5.7 A entrega dos materiais estará condicionada ao laudo de qualidade dos mesmos e apresentando obrigatoriamente a Denominação Comum Brasileira – DCB, ou na sua falta Declaração Comum Internacional - DCI sob pena de devolução conforme determinação da Lei 9.787 10/02/1999.

5.8 No ato da entrega dos volumes deverão trazer escritos na parte exterior o número da Nota Fiscal a que se refere.

5.9 No campo Observação da Nota fiscal deverá conter o número da nossa Ordem de Fornecimento ao qual a Nota Fiscal se refere e a descrição da destinação dos materiais (estes serão fornecidos pelo Departamento de Compras do Município de Nova Bandeirantes-MT).

5.10 Obrigatoriamente, deve constar vencimento dos materiais em nota fiscal emitida pela empresa.

5.11 Prazo de validade dos materiais deverá ser de no mínimo **12 (Doze) meses**, contados a partir da data da entrega.

5.12 Se o item for vendido em caixa, deve constar em nota fiscal, a quantidade dentro de cada caixa, bem como a quantidade de caixas.

5.8- Todos os produtos cotados deverão atender às exigências mínimas de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial – ABNT, INMETRO, ANVISA, MINISTÉRIO DA SAÚDE, etc., atentando-se a contratada, principalmente, para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

5.9 - As embalagens não podem apresentar-se violadas, com sinais de rompimento, aberturas ou furos. Devem ter a identificação do produto, nome do fabricante, endereço, CNPJ, prazo de validade, peso líquido, certificado de inspeção quando obrigatório, autorização dos órgãos competentes.

6. DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega do objeto, mediante a emissão da nota fiscal/fatura, devidamente entregue e lançada junto ao Departamento de Contabilidade e atestada pela Secretaria requisitante, sendo que em hipótese alguma será efetuado pagamento antecipado.

6.2. As empresas deverão obrigatoriamente fornecer Nota Fiscal Eletrônica, conforme as disposições contidas no RICMS/MT, ou conforme legislação vigente.

6.3. Para fazer jus ao pagamento, a licitante vencedora deverá comprovar sua adimplencia com a Seguridade Social (INSS) e com o FGTS (CRF). Caso a empresa seja optante pelo Simples, deverá apresentar, tambem, copia do Termo de Opção pelo recolhimento de imposto naquela modalidade;

6.4. Não será efetuado qualquer pagamento à EMPRESA DETENTORA DA ATA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência com relação à ATA de Registro de Preços originada do presente Pregão.

6.5. O pagamento será feito mediante depósito na conta bancária fornecida pela EMPRESA DETENTORA DA ATA, conforme informação do n.º da agência, banco e conta corrente na referida Nota Fiscal. ***Fica vedada a emissão de boleto bancário pois o único meio de pagamento a ser realizado pelo município é através de depósito via banco conforme normatiza o edital.***

6.6. Deverá constar no corpo da Nota Fiscal o número do processo licitatório a que se refere (Pregão Presencial nº 018/2017).

7. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. Os preços inicialmente cotados são fixos e irreajustáveis, podendo ser objeto revisão, de ofício ou a pedido, caso haja motivo relevante, tal como variação substancial do custo de aquisição do produto, junto ao distribuidor, devidamente justificado e demonstrado pela Licitante vencedora, mediante apresentação de Notas Fiscais do distribuidor, planilha de custos devidamente exarada pelo Contador responsável da empresa contratada e pesquisa de mercado realizada pela Administração;

7.2. Não haverá reajuste de preços de acordo com o parágrafo 1º, artigo 25 da Lei Federal n.º 9.069/95, que dispõe sobre o Plano Real.

7.3. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, conforme disposto na alínea "d", do inciso II, do artigo 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, será obtida mediante solicitação da empresa detentora da ata à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido.

7.4. A Comissão de controle da ATA de registro de preços originada do presente processo poderá a qualquer tempo rever, reduzindo os preços registrados, de conformidade com pesquisa de mercado, para atendimento do disposto no inciso V do artigo 15 da Lei Federal n.º 8.666/93 e no artigo 12 do Decreto Federal n.º 3.931/2001 ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado atacadista.

7.5. Fica, em qualquer hipótese, ressalvada a possibilidade de alteração das condições pactuadas em face de superveniência de leis e/ou normas federais ou municipais disciplinando a matéria.

8. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

8.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

8.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

8.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

8.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

8.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

8.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

9. DA FISCALIZAÇÃO

9.1. O Município promoverá, através do servidor designado pela Administração conforme portaria XXX, o acompanhamento e a fiscalização das entregas dos produtos, que anotará em registro próprio as ocorrências e falhas detectadas na sua execução e comunicará à(s) empresa(s) fornecedora(s) os fatos que, ao seu critério, exigirem medidas corretivas por parte da mesma, devendo este ainda:

a) atestar as notas fiscais da Licitante para efeitos de pagamento; b) solicitar ao Prefeito Municipal, as providências que ultrapassarem a sua competência, possibilitando a adoção das medidas convenientes para a perfeita execução deste Contrato; c) elaborar relatório acerca da destinação dos produtos;

A ação da fiscalização não exonera a Licitante vencedora de suas responsabilidades contratuais.

10. DA ADESÃO À ATA DE REGISRO DE PREÇOS

10.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador;

10.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

10.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

10.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

10.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

10.8. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Setor de Licitação o qual seja a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, por meio do Setor de Licitações através do e-mail licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br ou pelo endereço Avenida Comendador Luiz Meneghel, 62, Bairro Centro – CEP 78. 565-000-Nova Bandeirantes – MT Fone 066-3572-1950

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Em casos de inexecução parcial ou total das obrigações fixadas neste Pregão, em relação ao objeto desta licitação, a Administração poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar as seguintes sanções:

11.1.1 Multa de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor estimado da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, no caso da licitante vencedora não cumprir rigorosamente as exigências da mesma ou recusar-se a receber a Nota de Empenho ou atrasar na assinatura da referida ATA, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente.

11.1.2. A multa a que alude o item anterior não impede que a Administração rescinda unilateralmente a ATA e aplique outras sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666/93, e posteriores alterações.

11.1.3. Advertência, por escrito, no caso de pequenas irregularidades.

11.1.4. Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos, quando da inexecução contratual sobrevier prejuízo para a Administração.

11.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

11.2. Se a licitante deixar de entregar a documentação ou apresentá-la falsamente, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a Proposta, falhar ou fraudar na execução da ATA, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, pelo prazo de até cinco anos, impedido de contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

11.3. A sanção de advertência de que trata o item 20.2.1 poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - descumprimento das determinações necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados na entrega dos materiais. II - outras ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços ao MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

11.4. A penalidade de suspensão será cabível quando a licitante participar do certame e for verificada a existência de fatos que a impeçam de contratar com a Administração Pública. Caberá ainda a suspensão quando a licitante, por descumprimento de cláusula editalícia, tenha causado transtornos no desenvolvimento dos serviços do MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 – As despesas deste Processo Licitatório correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 05 - Secretaria de Saúde – Natureza de despesa 339030000000 – 200.

12.2- No caso de despesas plurianuais (mais de um exercício financeiro), o orçamento

vigente deverá contingenciar recursos para as despesas liquidadas neste exercício. As demais despesas que ultrapassarem o orçamento vigente serão contempladas nas dotações orçamentárias futuras do município.

13. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

13.1. A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, Jornal Oficial dos Municípios-AMM que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Eletrônico nº. XXX/2017,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT.

15. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Nova Monte Verde-MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subscrevem.

NOVA BANDEIRANTES-MT, 26 de abril de 2017.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

ALIRIO FERREIRA BARBOSA – ME

ALIRIO FERREIRA BARBOSA

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Regina de Souza Mendonça Nome: Angela Aparecida Franzon

CPF: 968.501.911-87 CPF: 643.020.599-15

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2017

Aos 26 dias do mês de abril de 2017, de um lado o MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel, n. º62, centro, nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 33.683.822/0001-73, neste ato, representado pelo **Prefeito Municipal, Sr. Valdir Pereira dos Santos,** brasileiro, empresário, portador do R.G. n.º 3512032-7 SSP/PR e inscrito no CPF nº 531.846.969- 87, residente e domiciliado no município de Nova bandeirantes, neste ato denominado simplesmente **ORGAO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS**, realizado por meio do **PREGAO ELETRONICO Nº 018/2017**, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, homologada em **25/04/2017**, doravante denominada **FORNECEDOR**, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de **compromisso de fornecimento**, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem:

1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes – MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando o **Aquisição de equipamento e material permanente para unidade de atenção especializada em saúde para uso do Hospital Municipal De Nova Bandeirantes-MT*, d***e acordo com as especificações, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor:	**FERNANDO C. DE OLIVEIRA - ME**			CNPJ:	23.871.309/0001-52
Endereço:	RUA JOSE DOS SANTOS			Nº:	837
Bairro:	CENTRO	Cidade:	IRACEMAPOLIS/SP	CEP:	13495-000
Representante Legal:	**FERNANDO CESAR DE OLIVEIRA**			CPF:	078.760.278-73
Email:	fcoagenciadenegocios@gmail.com			Telefone:	(19) 3456-4622

ITEM	CODIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	V. UNITARIO	V. TOTAL
1	348893	ARMARIO EM ACO 1800X700MM ATE 2100X1100 MM	UNIDADE	FC MOVEIS PA 90	1	R$ 389,70	R$ 389,70
2	348898	ARMARIO VITRINE 01 PORTA ACO/FERRO PINTADO	UNIDADE	FC MOVEIS FC 0001	1	R$ 458,00	R$ 458,00
3	348902	ARMARIO VITRINE 02 PORTA ACO/FERRO PINTADO LATERAIS EM VIDRO	UNIDADE	FC MOVEIS FC 0002		R$ 750,00	R$ 750,00
4	348887	BALDE E PEDAL EM POLIPROPILENO CAPACIDADE DE 30 A 49 LITROS.	UNIDADE	JSN P30	4	R$ 50,00	R$ 200,00
5	348900	BRACADEIRA PARA INJECAO EM ACO INOXIDAVEL, APOIO DE BRACO EM ACO INOXIDAVEL TIPO PEDESTAL COM ALTURA REGULAVEL.	UNIDADE	FC MOVEIS FC90022	1	R$ 123,00	R$ 123,00
6	348870	CADEIRA EM ACO/FERRO PINTADO ASSENTO/ENCOSTO POLIPROPILENO	UNIDADE	FC MOVEIS FC CAD ISSO	5	R$ 71,66	R$ 358,30
7	348915	CARRO DE CURATIVOS EM ACO INOXIDAVEL COM BALDE E BACIA	UNIDADE	FC MOVEIS FC90031	1	R$ 549,69	R$ 549,69
8	348889	CARRO DE EMERGENCIA EM ACO PINTADO/ACO INOX , SUPORTE PARA CILINDRO, , SUPORTE DE SORO, SUPORTE PARA DESFIBRILADOR, TABUA DE MASSAGEM, REGUA DE TOMADA, MINIMO 4 GAVETAS	UNIDADE	FC MOVEIS FC EMERG	1	R$ 1.330,00	R$ 1.330,00
9	348901	CARRO MACA SIMPLES EM ACO INOXIDAVEL SUPORTE DE SORO GRADES LATERAIS COM COLCHONETE.	UNIDADE	FC MOVEIS FC900200X	3	R$ 1.110,00	R$ 3.330,00
10	348876	ESTANTE, MINIMO DE 100 KG REFORCADA	UNIDADE	FC MOVEIS CJ-TOS 30	3	R$ 135,00	R$ 405,00
11	348899	GLICOSIMETRO TIRAS, LANCETAS E LANCETADOR	UNIDADE	PREMIUM GLICOSIMETRO	2	R$ 82,00	R$ 164,00
12	348868	LONGARINA ASSENTO/ENCOSTO POLIPROPILENO 03 ASSENTOS	UNIDADE	FC MOVEIS FC LONG 3	3	R$ 197,00	R$ 591,00
13	348882	MESA AUXILIAR 40X40X80 ACO/FERRO PINTADO	UNIDADE	FC MOVEIS FC90840	2	R$ 129,85	R$ 259,70
14	348906	MESA DE CABECEIRA EM MADEIRA/MDP/MDF/SIMILAR COM GAVETAS, PORTAS E RODIZIO	UNIDADE	FC MOVEIS MESA CABECEIRA	1	R$ 515,00	R$ 515,00

15	348895	MESA DE EXAMES, POSICAO DE LEITO FIXO, EM ACO/FERRO PINTADO, COM SUPORTE PARA PAPEL	UNIDADE	FC MOVEIS FC9 0060	2	R$ 340,00	R$ 680,00
16	348883	MESA DE MAYO EM ACO INOXIDAVEL	UNIDADE	FC MOVEIS FC9 0050X	2	R$ 269,95	R$ 539,90
17	348908	MESA PARA REFEICAO EM ACO/FERRO PINTADO TAMPO EM MADEIRA/MDP/MDF/SIMILAR REGULAGEM DE ALTURA MANIPULO 4 PES COM RODIZIO.	UNIDADE	FC MOVEIS FC9 0996	1	R$ 294,44	R$ 294,44
18	348894	SUPORTE DE SORO TIPO PEDESTAL ALTURA REGULAVEL EM ACO/FERRO PINTADO, COM SUPORTE PARA PAPEL3	UNIDADE	FC MOVEIS FC9 0082	7	R$ 80,00	R$ 560,00
							R$ 11. 497,73

Valor Global: R$ 11.497.73 (onze mil quatrocentos e noventa e sete reais e setenta e três centavos).

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação.

3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 Uma vez notificada de que o Município efetivara a contratação, a licitante vencedora deverá comparecer nos 02(dois) dias uteis à notificação, para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Capítulo XX deste certame.

3.2. Entregar o objeto licitado conforme especificações do edital e seus anexos em consonância com a Proposta de Preço a vencedora obriga-se a:

a) Atender as requisições do Município fornecendo os materiais descritos por este Instrumento Convocatório, nos preços constantes de sua proposta e em conformidade com as especificações estipuladas no Anexo I; b) Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassá-los ao Município, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento. c) Disponibilizar os materiais para serem retirados conforme a necessidade do Município, sem que com isso haja qualquer custo adicional, deste edital. d) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto da licitação, sem prévia anuência do Município; e) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital; f) Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez inexistir, no caso, vínculo empregatício deles com o Município; g) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

3.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES.

3.4. Arcar com eventuais prejuízos causados à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato.

3.5. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho.

3.6. Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassa-los ao Município, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento.;

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;

4.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

4.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

4.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento objeto;

4.5. Disponibilizar local para recebimento e guarda dos produtos solicitados.

4.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

4.7. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5. DO RECEBIMENTO DO OBJETO LICITADO

5.1. Os itens descritos conforme Anexo I serão recebidos:

5.2 Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos itens com a especificação;

5.3 Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação;

5.4 Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

5.5 O fornecimento será efetuado em remessa fracionada conforme solicitação da secretaria de saúde, com prazo de entrega não superior a **15 dias úteis**, contados a partir da emissão da requisição emitida pelo setor responsável.

5.6. Os materiais adquiridos deverão ser entregues no setor de compras da Prefeitura Municipal de Nova bandeirantes-MT, situada na Avenida Jose Francisco Otênio nº 62, centro, Nova Bandeirantes-MT, sem qualquer tipo de ônus para a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT.

5.7 A entrega dos materiais estará condicionada ao laudo de qualidade dos mesmos e apresentando obrigatoriamente a Denominação Comum Brasileira – DCB, ou na sua falta Declaração Comum Internacional - DCI sob pena de devolução conforme determinação da Lei 9.787 10/02/1999.

5.8 No ato da entrega dos volumes deverão trazer escritos na parte exterior o número da Nota Fiscal a que se refere.

5.9 No campo Observação da Nota fiscal deverá conter o número da nossa Ordem de Fornecimento ao qual a Nota Fiscal se refere e a descrição da destinação dos materiais (estes serão fornecidos pelo Departamento de Compras do Município de Nova Bandeirantes-MT).

5.10 Obrigatoriamente, deve constar vencimento dos materiais em nota fiscal emitida pela empresa.

5.11 Prazo de validade dos materiais deverá ser de no mínimo **12 (Doze) meses**, contados a partir da data da entrega.

5.12 Se o item for vendido em caixa, deve constar em nota fiscal, a quantidade dentro de cada caixa, bem como a quantidade de caixas.

5.8- Todos os produtos cotados deverão atender às exigências mínimas de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial – ABNT, INMETRO, ANVISA, MINISTÉRIO DA SAÚDE, etc., atentando-se a contratada, principalmente, para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

5.9 - As embalagens não podem apresentar-se violadas, com sinais de rompimento, aberturas ou furos. Devem ter a identificação do produto, nome do fabricante, endereço, CNPJ, prazo de validade, peso líquido, certificado de inspeção quando obrigatório, autorização dos órgãos competentes.

6. DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega do objeto, mediante a emissão da nota fiscal/fatura, devidamente entregue e lançada junto ao Departamento de Contabilidade e atestada pela Secretaria requisitante, sendo que em hipótese alguma será efetuado pagamento antecipado.

6.2. As empresas deverão obrigatoriamente fornecer Nota Fiscal Eletrônica, conforme as disposições contidas no RICMS/MT, ou conforme legislação vigente.

6.3. Para fazer jus ao pagamento, a licitante vencedora deverá comprovar sua adimplência com a Seguridade Social (INSS) e com o FGTS (CRF). Caso a empresa seja optante pelo Simples, deverá apresentar, também, cópia do Termo de Opção pelo recolhimento de imposto naquela modalidade;

6.4. Não será efetuado qualquer pagamento à EMPRESA DETENTORA DA ATA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência com relação à ATA de Registro de Preços originada do presente Pregão.

6.5. O pagamento será feito mediante depósito na conta bancária fornecida pela EMPRESA DETENTORA DA ATA, conforme informação do n. º da agência, banco e conta corrente na referida Nota Fiscal. ***Fica vedada a emissão de boleto bancário pois o único meio de pagamento a ser realizado pelo município é através de depósito via banco conforme normatiza o edital.***

6.6. Deverá constar no corpo da Nota Fiscal o número do processo licitatório a que se refere (Pregão Presencial nº 018/2017).

7. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. Os preços inicialmente cotados são fixos e irreajustáveis, podendo ser objeto revisão, de ofício ou a pedido, caso haja motivo relevante, tal como variação substancial do custo de aquisição do produto, junto ao distribuidor, devidamente justificado e demonstrado pela Licitante vencedora, mediante apresentação de Notas Fiscais do distribuidor, planilha de custos devidamente exarada pelo Contador responsável da empresa contratada e pesquisa de mercado realizada pela Administração;

7.2. Não haverá reajuste de preços de acordo com o parágrafo 1º, artigo 25 da Lei Federal n.º 9.069/95, que dispõe sobre o Plano Real.

7.3. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, conforme disposto na alínea "d", do inciso II, do artigo 65 da Lei Federal n. º 8.666/93, será obtida mediante solicitação da empresa detentora da ata à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido.

7.4. A Comissão de controle da ATA de registro de preços originada do presente processo poderá a qualquer tempo rever, reduzindo os preços registrados, de conformidade com pesquisa de mercado, para atendimento do disposto no inciso V do artigo 15 da Lei Federal n. º 8.666/93 e no artigo 12 do Decreto Federal n. º 3.931/2001 ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado atacadista.

7.5. Fica, em qualquer hipótese, ressalvada a possibilidade de alteração das condições pactuadas em face de superveniência de leis e/ou normas federais ou municipais disciplinando a matéria.

8. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

8.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

8.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

8.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

8.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

8.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

8.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

9. DA FISCALIZAÇÃO

9.1. O Município promoverá, através do servidor designado pela Administração conforme portaria XXX, o acompanhamento e a fiscalização das entregas dos produtos, que anotará em registro próprio as ocorrências e falhas detectadas na sua execução e comunicará à (s) empresa (s) fornecedora(s) os fatos que, ao seu critério, exigirem medidas corretivas por parte da mesma, devendo este ainda:

a) Atestar as notas fiscais da Licitante para efeitos de pagamento; b) Solicitar ao Prefeito Municipal, as providências que ultrapassarem a sua competência, possibilitando a adoção das medidas convenientes para a perfeita execução deste Contrato; c) Elaborar relatório acerca da destinação dos produtos;

A ação da fiscalização não exonera a Licitante vencedora de suas responsabilidades contratuais.

10. DA ADESÃO À ATA DE REGISRO DE PREÇOS

10.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador;

10.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

10.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

10.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

10.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

10.8. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Setor de Licitação o qual seja a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, por meio do Setor de Licitações através do e-mail licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br ou pelo endereço Avenida Comendador Luiz Meneghel, 62, Bairro Centro – CEP 78. 565-000-Nova Bandeirantes – MT Fone 066-3572-1950

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Em casos de inexecução parcial ou total das obrigações fixadas neste Pregão, em relação ao objeto desta licitação, a Administração poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar as seguintes sanções:

11.1.1 Multa de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor estimado da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, no caso da licitante vencedora não cumprir rigorosamente as exigências da mesma ou recusar-se a receber a Nota de Empenho ou atrasar na assinatura da referida ATA, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente.

11.1.2. A multa a que alude o item anterior não impede que a Administração rescinda unilateralmente a ATA e aplique outras sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666/93, e posteriores alterações.

11.1.3. Advertência, por escrito, no caso de pequenas irregularidades.

11.1.4. Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos, quando da inexecução contratual sobrevier prejuízo para a Administração.

11.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

11.2. Se a licitante deixar de entregar a documentação ou apresentá-la falsamente, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a Proposta, falhar ou fraudar na execução da ATA, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, pelo prazo de até cinco anos, impedido de contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

11.3. A sanção de advertência de que trata o item 20.2.1 poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - Descumprimento das determinações necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados na entrega dos materiais. II - Outras ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços ao MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

11.4. A penalidade de suspensão será cabível quando a licitante participar do certame e for verificada a existência de fatos que a impeçam de contratar com a Administração Pública. Caberá ainda a suspensão quando a licitante, por descumprimento de cláusula editalícia, tenha causado transtornos no desenvolvimento dos serviços do MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 – As despesas deste Processo Licitatório correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 05 - Secretaria de Saúde – Natureza de despesa 339030000000 – 200.

12.2- No caso de despesas plurianuais (mais de um exercício financeiro), o orçamento vigente deverá contingenciar recursos para as despesas liquidadas neste exercício. As demais despesas que ultrapassarem o orçamento vigente serão contempladas nas dotações orçamentárias futuras do município.

13. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

13.1. A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, Jornal Oficial dos Municípios-AMM que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Eletrônico nº. XXX/2017,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT.

15. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Nova Monte Verde-MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subscrevem.

NOVA BANDEIRANTES-MT, 26 de abril de 2017.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

FERNANDO C. DE OLIVEIRA – ME

FERNANDO C. DE OLIVEIRA

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Regina de Souza Mendonça Nome: Angela Aparecida Franzon

CPF: 968.501.911-87 CPF: 643.020.599-15

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2017

Aos 26 dias do mês de abril de 2017, de um lado o MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel, n. º62, centro, nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 33.683.822/0001-73, neste ato, representado pelo **Prefeito Municipal, Sr. Valdir Pereira dos Santos,** brasileiro, empresário, portador do R.G. n.º 3512032-7 SSP/PR e inscrito no CPF nº 531.846.969- 87, residente e domiciliado no município de Nova bandeirantes, neste ato denominado simplesmente **ORGAO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS**, realizado por meio do **PREGAO ELETRONICO Nº 018/2017**, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, homologada em **25/04/2017**, doravante denominada **FORNECEDOR**, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de **compromisso de fornecimento**, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem:

1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes – MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando o **Aquisição de equipamento e material permanente para unidade de atenção especializada em saúde para uso do Hospital Municipal De Nova Bandeirantes-MT*, d***e acordo com as especificações, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor:	**FEMAP COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**			CNPJ:	22.803.038/0001-35
Endereço:	AVENIDA LIBERDADE			Nº:	Q 61, LT 40
Bairro:	JARDIM BURITI SERENO	Cidade:	APARECIDA DE GOIANIA/ GO	CEP:	74943-400
Representante Legal:	ANA PAULA EVANGELISTA DA MATA			CPF:	898.022.841-49
Email:				Telefone:	(62) 3983-6888

ITEM	CODIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	V. UNITA-RIO	V. TO-TAL
1	348869	ARQUIVO EM ACO 4 GAVETAS PARA PASTAS SUPENSAS	UNIDADE	NOBRE	1	R$ 439,00	R$ 439,00

2	348903	BERCO HOSPITALAR COM GRADES RODIZIO CABECEIRA/PESEIRA MOVIMENTO DE FAWLER 03 MANIVELAS COLCHAO HOSPITALAR MINIMO D 28, LEITO EM CHAPA ACO / FERRO PINTADO GRADES LATERAIS ACO INOXIDAVEL.	UNIDADE	STEEL	1	R$ 2.119,00	R$ 2.119,00
3	348916	COMADRE EM ACO INOIXIDAVEL COM CAPACIDADE DE 2,1 L ATE 3,5 L	UNIDADE	FORTINOX	2	R$ 98,50	R$ 197,00
4	348879	ESFIGMOMANOMETRO ADULTO TECIDO EM ALGODAO BRACADEIRA/ FECHO EM VELCRO	UNIDADE	PA MED	4	R$ 46,99	R$ 187,96
5	348873	MESA DE COMPUTADOR BASE EM MADEIRA/MDP/MDF/SIMILAR, DE 03 A 04 GAVETAS SUPORTE PARA CPU, IMPRESSORA E TECLADO.	UNIDADE	NOBRE	2	R$ 388,90	R$ 777,80
							R$ 3.720,76

Valor global: R$ 3.720,76 (três mil setecentos e vinte reais e setenta e seis centavos).

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação.

3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 Uma vez notificada de que o Município efetivara a contratação, a licitante vencedora deverá comparecer nos 02(dois) dias uteis à notificação, para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Capítulo XX deste certame.

3.2. Entregar o objeto licitado conforme especificações do edital e seus anexos em consonância com a Proposta de Preço a vencedora obriga-se a:

a) Atender as requisições do Município fornecendo os materiais descritos por este Instrumento Convocatório, nos preços constantes de sua proposta e em conformidade com as especificações estipuladas no Anexo I; b) Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassá-los ao Município, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento. c) Disponibilizar os materiais para serem retirados conforme a necessidade do Município, sem que com isso haja qualquer custo adicional, deste edital. d) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto da licitação, sem prévia anuência do Município; e) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital; f) Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez inexistir, no caso, vínculo empregatício deles com o Município; g) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

3.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES.

3.4. Arcar com eventuais prejuízos causados à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato.

3.5. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho.

3.6. Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassa-los ao Município, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento.;

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;

4.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

4.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

4.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento objeto;

4.5. Disponibilizar local para recebimento e guarda dos produtos solicitados.

4.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

4.7. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5. DO RECEBIMENTO DO OBJETO LICITADO

5.1. Os itens descritos conforme Anexo I serão recebidos:

5.2 Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos itens com a especificação;

5.3 Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação;

5.4 Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

5.5 O fornecimento será efetuado em remessa fracionada conforme solicitação da secretaria de saúde, com prazo de entrega não superior a **15 dias úteis**, contados a partir da emissão da requisição emitida pelo setor responsável.

5.6. Os materiais adquiridos deverão ser entregues no setor de compras da Prefeitura Municipal de Nova bandeirantes-MT, situada na Avenida Jose Francisco Otênio nº 62, centro, Nova Bandeirantes-MT, sem qualquer tipo de ônus para a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT.

5.7 A entrega dos materiais estará condicionada ao laudo de qualidade dos mesmos e apresentando obrigatoriamente a Denominação Comum Brasileira – DCB, ou na sua falta Declaração Comum Internacional - DCI sob pena de devolução conforme determinação da Lei 9.787 10/02/1999.

5.8 No ato da entrega dos volumes deverão trazer escritos na parte exterior o número da Nota Fiscal a que se refere.

5.9 No campo Observação da Nota fiscal deverá conter o número da nossa Ordem de Fornecimento ao qual a Nota Fiscal se refere e a descrição da destinação dos materiais (estes serão fornecidos pelo Departamento de Compras do Município de Nova Bandeirantes-MT).

5.10 Obrigatoriamente, deve constar vencimento dos materiais em nota fiscal emitida pela empresa.

5.11 Prazo de validade dos materiais deverá ser de no mínimo **12 (Doze) meses**, contados a partir da data da entrega.

5.12 Se o item for vendido em caixa, deve constar em nota fiscal, a quantidade dentro de cada caixa, bem como a quantidade de caixas.

5.8- Todos os produtos cotados deverão atender às exigências mínimas de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial – ABNT, INMETRO, ANVISA, MINISTÉRIO DA SAÚDE, etc., atentando-se a contratada, principalmente, para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

5.9 - As embalagens não podem apresentar-se violadas, com sinais de rompimento, aberturas ou furos. Devem ter a identificação do produto, nome do fabricante, endereço, CNPJ, prazo de validade, peso líquido, certificado de inspeção quando obrigatório, autorização dos órgãos competentes.

6. DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega do objeto, mediante a emissão da nota fiscal/fatura, devidamente entregue e lançada junto ao Departamento de Contabilidade e atestada pela Secretaria requisitante, sendo que em hipótese alguma será efetuado pagamento antecipado.

6.2. As empresas deverão obrigatoriamente fornecer Nota Fiscal Eletrônica, conforme as disposições contidas no RICMS/MT, ou conforme legislação vigente.

6.3. Para fazer jus ao pagamento, a licitante vencedora deverá comprovar sua adimplência com a Seguridade Social (INSS) e com o FGTS (CRF). Caso a empresa seja optante pelo Simples, deverá apresentar, também, cópia do Termo de Opção pelo recolhimento de imposto naquela modalidade;

6.4. Não será efetuado qualquer pagamento à EMPRESA DETENTORA DA ATA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência com relação à ATA de Registro de Preços originada do presente Pregão.

6.5. O pagamento será feito mediante depósito na conta bancária fornecida pela EMPRESA DETENTORA DA ATA, conforme informação do n. º da agência, banco e conta corrente na referida Nota Fiscal. ***Fica vedada a emissão de boleto bancário pois o único meio de pagamento a ser realizado pelo município é através de depósito via banco conforme normatiza o edital.***

6.6. Deverá constar no corpo da Nota Fiscal o número do processo licitatório a que se refere (Pregão Presencial nº 018/2017).

7. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. Os preços inicialmente cotados são fixos e irreajustáveis, podendo ser objeto revisão, de ofício ou a pedido, caso haja motivo relevante, tal como variação substancial do custo de aquisição do produto, junto ao distribuidor, devidamente justificado e demonstrado pela Licitante vencedora, mediante apresentação de Notas Fiscais do distribuidor, planilha de custos devidamente exarada pelo Contador responsável da empresa contratada e pesquisa de mercado realizada pela Administração;

7.2. Não haverá reajuste de preços de acordo com o parágrafo 1º, artigo 25 da Lei Federal n.º 9.069/95, que dispõe sobre o Plano Real.

7.3. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, conforme disposto na alínea "d", do inciso II, do artigo 65 da Lei Federal n. º 8.666/93, será obtida mediante solicitação da empresa detentora da ata à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido.

7.4. A Comissão de controle da ATA de registro de preços originada do presente processo poderá a qualquer tempo rever, reduzindo os preços registrados, de conformidade com pesquisa de mercado, para atendimento do disposto no inciso V do artigo 15 da Lei Federal n. º 8.666/93 e no artigo 12 do Decreto Federal n. º 3.931/2001 ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado atacadista.

7.5. Fica, em qualquer hipótese, ressalvada a possibilidade de alteração das condições pactuadas em face de superveniência de leis e/ou normas federais ou municipais disciplinando a matéria.

8. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

8.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

8.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

8.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

8.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

8.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

8.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

9. DA FISCALIZAÇÃO

9.1. O Município promoverá, através do servidor designado pela Administração conforme portaria XXX, o acompanhamento e a fiscalização das entregas dos produtos, que anotará em registro próprio as ocorrências e falhas detectadas na sua execução e comunicará à (s) empresa (s) fornecedora(s) os fatos que, ao seu critério, exigirem medidas corretivas por parte da mesma, devendo este ainda:

a) Atestar as notas fiscais da Licitante para efeitos de pagamento; b) Solicitar ao Prefeito Municipal, as providências que ultrapassarem a sua competência, possibilitando a adoção das medidas convenientes para a perfeita execução deste Contrato; c) Elaborar relatório acerca da destinação dos produtos;

A ação da fiscalização não exonera a Licitante vencedora de suas responsabilidades contratuais.

10. DA ADESÃO À ATA DE REGISRO DE PREÇOS

10.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador;

10.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

10.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

10.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

10.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

10.8. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Setor de Licitação o qual seja a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, por meio do Setor de Licitações através do e-mail licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br ou pelo endereço Avenida Comendador Luiz Meneghel, 62, Bairro Centro – CEP 78. 565-000-Nova Bandeirantes – MT Fone 066-3572-1950

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Em casos de inexecução parcial ou total das obrigações fixadas neste Pregão, em relação ao objeto desta licitação, a Administração poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar as seguintes sanções:

11.1.1 Multa de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor estimado da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, no caso da licitante vencedora não cumprir rigorosamente as exigências da mesma ou recusar-se a receber a Nota de Empenho ou atrasar na assinatura da referida ATA, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente.

11.1.2. A multa a que alude o item anterior não impede que a Administração rescinda unilateralmente a ATA e aplique outras sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666/93, e posteriores alterações.

11.1.3. Advertência, por escrito, no caso de pequenas irregularidades.

11.1.4. Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos, quando da inexecução contratual sobrevier prejuízo para a Administração.

11.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

11.2. Se a licitante deixar de entregar a documentação ou apresentá-la falsamente, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a Proposta, falhar ou fraudar na execução da ATA, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, pelo prazo de até cinco anos, impedido de contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

11.3. A sanção de advertência de que trata o item 20.2.1 poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - Descumprimento das determinações necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados na entrega dos materiais. II - Outras ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços ao MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

11.4. A penalidade de suspensão será cabível quando a licitante participar do certame e for verificada a existência de fatos que a impeçam de contratar com a Administração Pública. Caberá ainda a suspensão quando a licitante, por descumprimento de cláusula editalícia, tenha causado transtornos no desenvolvimento dos serviços do MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 – As despesas deste Processo Licitatório correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 05 - Secretaria de Saúde – Natureza de despesa 339030000000 – 200.

12.2- No caso de despesas plurianuais (mais de um exercício financeiro), o orçamento vigente deverá contingenciar recursos para as despesas liquidadas neste exercício. As demais despesas que ultrapassarem o orçamento vigente serão contempladas nas dotações orçamentárias futuras do município.

13. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

13.1. A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, Jornal Oficial dos Municípios-AMM que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Eletrônico nº. XXX/2017,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT.

15. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Nova Monte Verde-MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subscrevem.

NOVA BANDEIRANTES-MT, 26 de abril de 2017.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

FEMAP COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ANA PAULA EVANGELISTA DA MATA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Regina de Souza Mendonça Nome: Angela Aparecida Franzon

CPF: 968.501.911-87 CPF: 643.020.599-15

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2017

Aos 26 dias do mês de abril de 2017, de um lado o MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel, n. º62, centro, nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 33.683.822/0001-73, neste ato, representado pelo **Prefeito Municipal, Sr. Valdir Pereira dos Santos,** brasileiro, empresário, portador do R.G. n.º 3512032-7 SSP/PR e inscrito no CPF nº 531.846.969- 87, residente e domiciliado no município de Nova bandeirantes, neste ato denominado simplesmente **ORGAO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS**, realizado por meio do **PREGAO ELETRONICO Nº 018/2017**, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, homologada em **25/04/2017**, doravante denominada **FORNECEDOR**, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de **compromisso de fornecimento**, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem:

1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes – MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando o **Aquisição de equipamento e material permanente para unidade de atenção especializada em saúde para uso do Hospital Municipal De Nova Bandeirantes-MT*, d***e acordo com as especificações, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor:	**MB VARIEDADES LTDA – EPP**			CNPJ:	12.902.383/0001-28
Endereço:	AV: MANAUS			Nº:	720
Bairro:	VILA JOÃO VAZ	Cidade:	GOIANIA/GO	CEP:	74.445-160
Representante Legal:	MOSAGUI BOTELHO PIMENTEL			CPF:	479.837.951-49
Email:	mbvariedadesltda@gmail.com			Telefone:	(62) 3923-0103

ITEM	CODIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	V. UNITARIO	V. TOTAL
1	348881	CAMA COMUM (NAO HOSPITALAR) EM MADEIRA COM COLCHAO.	UNIDADE	MB	2	R$ 699,00	R$ 1.398,00

2	348905	CAMA HOSPITALAR TIPO FAWLER MECANICA ADULTO RODIZIO COLCHAO HOSPITALAR NO MINIMO D 28 LEITO EM CHAPA ACO/ FERRO PINTADO ACIONAMENTO POR MANIVELAS 03 CABECEIRA/PESEIRA POLIURETANO/SIMILAR GRADES LATERAIS EM ACO INOXIDAVEL.	UNIDADE	MK	2	R$ 1.256,00	R$ 2.512,00
3	348911	CAMA HOSPITALARSEM MOVIMENTO FAWLER ELETRONICA RODIZIO COLCHAO HOSPITALAR NO MINIMO D 28 LEITO EM CHAPA ACO/ FERRO PINTADO CABECEIRA/PESEIRA FIXAS EM ACO PINTADO GRADES LATERAIS ACO/FERRO PINTADO.	UNIDADE	MK	1	R$ 2.679,00	R$ 2.679,00
							R$ 6.589,00

Valor Global: R$ 6.589,00 (seis mil quinhentos e oitenta e nove reais).

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação.

3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 uma vez notificada de que o Município efetivara a contratação, a licitante vencedora deverá comparecer nos 02(dois) dias uteis à notificação, para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Capítulo XX deste certame.

3.2. Entregar o objeto licitado conforme especificações do edital e seus anexos em consonância com a Proposta de Preço a vencedora obriga-se a:

a) Atender as requisições do Município fornecendo os materiais descritos por este Instrumento Convocatório, nos preços constantes de sua proposta e em conformidade com as especificações estipuladas no Anexo I; b) Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassá-los ao Município, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento. c) Disponibilizar os materiais para serem retirados conforme a necessidade do Município, sem que com isso haja qualquer custo adicional, deste edital. d) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto da licitação, sem prévia anuência do Município; e) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital; f) Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez inexistir, no caso, vínculo empregatício deles com o Município; g) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

3.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES.

3.4. Arcar com eventuais prejuízos causados à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato.

3.5. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho.

3.6. Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassa-los ao Município, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento.;

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;

4.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

4.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

4.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento objeto;

4.5. Disponibilizar local para recebimento e guarda dos produtos solicitados.

4.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

4.7. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5. DO RECEBIMENTO DO OBJETO LICITADO

5.1. Os itens descritos conforme Anexo I serão recebidos:

5.2 Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos itens com a especificação;

5.3 Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação;

5.4 Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

5.5 O fornecimento será efetuado em remessa fracionada conforme solicitação da secretaria de saúde, com prazo de entrega não superior a **15 dias úteis**, contados a partir da emissão da requisição emitida pelo setor responsável.

5.6. Os materiais adquiridos deverão ser entregues no setor de compras da Prefeitura Municipal de Nova bandeirantes-MT, situada na Avenida Jose Francisco Otênio nº 62, centro, Nova Bandeirantes-MT, sem qualquer tipo de ônus para a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT.

5.7 A entrega dos materiais estará condicionada ao laudo de qualidade dos mesmos e apresentando obrigatoriamente a Denominação Comum Brasileira – DCB, ou na sua falta Declaração Comum Internacional - DCI sob pena de devolução conforme determinação da Lei 9.787 10/02/1999.

5.8 No ato da entrega dos volumes deverão trazer escritos na parte exterior o número da Nota Fiscal a que se refere.

5.9 No campo Observação da Nota fiscal deverá conter o número da nossa Ordem de Fornecimento ao qual a Nota Fiscal se refere e a descrição da destinação dos materiais (estes serão fornecidos pelo Departamento de Compras do Município de Nova Bandeirantes-MT).

5.10 Obrigatoriamente, deve constar vencimento dos materiais em nota fiscal emitida pela empresa.

5.11 Prazo de validade dos materiais deverá ser de no mínimo **12 (Doze) meses**, contados a partir da data da entrega.

5.12 Se o item for vendido em caixa, deve constar em nota fiscal, a quantidade dentro de cada caixa, bem como a quantidade de caixas.

5.8- Todos os produtos cotados deverão atender às exigências mínimas de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial – ABNT, INMETRO, ANVISA, MINISTÉRIO DA SAÚDE, etc., atentando-se a contratada, principalmente, para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

5.9 - As embalagens não podem apresentar-se violadas, com sinais de rompimento, aberturas ou furos. Devem ter a identificação do produto, nome do fabricante, endereço, CNPJ, prazo de validade, peso líquido, certificado de inspeção quando obrigatório, autorização dos órgãos competentes.

6. DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega do objeto, mediante a emissão da nota fiscal/fatura, devidamente entregue e lançada junto ao Departamento de Contabilidade e atestada pela Secretaria requisitante, sendo que em hipótese alguma será efetuado pagamento antecipado.

6.2. As empresas deverão obrigatoriamente fornecer Nota Fiscal Eletrônica, conforme as disposições contidas no RICMS/MT, ou conforme legislação vigente.

6.3. Para fazer jus ao pagamento, a licitante vencedora deverá comprovar sua adimplência com a Seguridade Social (INSS) e com o FGTS (CRF). Caso a empresa seja optante pelo Simples, deverá apresentar, também, cópia do Termo de Opção pelo recolhimento de imposto naquela modalidade;

6.4. Não será efetuado qualquer pagamento à EMPRESA DETENTORA DA ATA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência com relação à ATA de Registro de Preços originada do presente Pregão.

6.5. O pagamento será feito mediante depósito na conta bancária fornecida pela EMPRESA DETENTORA DA ATA, conforme informação do n. º da agência, banco e conta corrente na referida Nota Fiscal. ***Fica vedada a emissão de boleto bancário pois o único meio de pagamento a ser realizado pelo município é através de depósito via banco conforme normatiza o edital.***

6.6. Deverá constar no corpo da Nota Fiscal o número do processo licitatório a que se refere (Pregão Presencial nº 018/2017).

7. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. Os preços inicialmente cotados são fixos e irreajustáveis, podendo ser objeto revisão, de ofício ou a pedido, caso haja motivo relevante, tal como variação substancial do custo de aquisição do produto, junto ao distribuidor, devidamente justificado e demonstrado pela Licitante vencedora, mediante apresentação de Notas Fiscais do distribuidor, planilha de custos devidamente exarada pelo Contador responsável da empresa contratada e pesquisa de mercado realizada pela Administração;

7.2. Não haverá reajuste de preços de acordo com o parágrafo 1º, artigo 25 da Lei Federal n.º 9.069/95, que dispõe sobre o Plano Real.

7.3. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, conforme disposto na alínea "d", do inciso II, do artigo 65 da Lei Federal n. º 8.666/93, será obtida mediante solicitação da empresa detentora da ata à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido.

7.4. A Comissão de controle da ATA de registro de preços originada do presente processo poderá a qualquer tempo rever, reduzindo os preços registrados, de conformidade com pesquisa de mercado, para atendimento do disposto no inciso V do artigo 15 da Lei Federal n. º 8.666/93 e no artigo 12 do Decreto Federal n. º 3.931/2001 ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado atacadista.

7.5. Fica, em qualquer hipótese, ressalvada a possibilidade de alteração das condições pactuadas em face de superveniência de leis e/ou normas federais ou municipais disciplinando a matéria.

8. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

8.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

8.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

8.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

8.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

8.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

8.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

9. DA FISCALIZAÇÃO

9.1. O Município promoverá, através do servidor designado pela Administração conforme portaria XXX, o acompanhamento e a fiscalização das entregas dos produtos, que anotará em registro próprio as ocorrências e falhas detectadas na sua execução e comunicará à (s) empresa (s) fornecedora (s) os fatos que, ao seu critério, exigirem medidas corretivas por parte da mesma, devendo este ainda:

a) Atestar as notas fiscais da Licitante para efeitos de pagamento; b) Solicitar ao Prefeito Municipal, as providências que ultrapassarem a sua competência, possibilitando a adoção das medidas convenientes para a perfeita execução deste Contrato; c) Elaborar relatório acerca da destinação dos produtos;

A ação da fiscalização não exonera a Licitante vencedora de suas responsabilidades contratuais.

10. DA ADESÃO À ATA DE REGISRO DE PREÇOS

10.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador;

10.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

10.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

10.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

10.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

10.8. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Setor de Licitação o qual seja a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, por meio do Setor de Licitações através do e-mail licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br ou pelo endereço Avenida Comendador Luiz Meneghel, 62, Bairro Centro – CEP 78. 565-000-Nova Bandeirantes – MT Fone 066-3572-1950

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Em casos de inexecução parcial ou total das obrigações fixadas neste Pregão, em relação ao objeto desta licitação, a Administração poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar as seguintes sanções:

11.1.1 Multa de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor estimado da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, no caso da licitante vencedora não cumprir rigorosamente as exigências da mesma ou recusar-se a receber a Nota de Empenho ou atrasar na assinatura da referida ATA, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente.

11.1.2. A multa a que alude o item anterior não impede que a Administração rescinda unilateralmente a ATA e aplique outras sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666/93, e posteriores alterações.

11.1.3. Advertência, por escrito, no caso de pequenas irregularidades.

11.1.4. Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos, quando da inexecução contratual sobrevier prejuízo para a Administração.

11.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

11.2. Se a licitante deixar de entregar a documentação ou apresentá-la falsamente, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a Proposta, falhar ou fraudar na execução da ATA, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, pelo prazo de até cinco anos, impedido de contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

11.3. A sanção de advertência de que trata o item 20.2.1 poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - Descumprimento das determinações necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados na entrega dos materiais. II - Outras ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços ao MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

11.4. A penalidade de suspensão será cabível quando a licitante participar do certame e for verificada a existência de fatos que a impeçam de contratar com a Administração Pública. Caberá ainda a suspensão quando a licitante, por descumprimento de cláusula editalícia, tenha causado transtornos no desenvolvimento dos serviços do MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 – As despesas deste Processo Licitatório correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 05 - Secretaria de Saúde – Natureza de despesa 339030000000 – 200.

12.2- No caso de despesas plurianuais (mais de um exercício financeiro), o orçamento vigente deverá contingenciar recursos para as despesas liquidadas neste exercício. As demais despesas que ultrapassarem o orçamento vigente serão contempladas nas dotações orçamentárias futuras do município.

13. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

13.1. A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, Jornal Oficial dos Municípios-AMM que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Eletrônico nº. 018/2017,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT.

15. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Nova Monte Verde-MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subscrevem.

NOVA BANDEIRANTES-MT, 26 de abril de 2017.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

MB VARIEDADES LTDA – EPP

MOSAGUI BOTELHO PIMENTEL

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Regina de Souza Mendonça Nome: Angela Aparecida Franzon

CPF: 968.501.911-87 CPF: 643.020.599-15

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2017

Aos 26 dias do mês de abril de 2017, de um lado o MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel, n. º62, centro, nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 33.683.822/0001-73, neste ato, representado pelo **Prefeito Municipal, Sr. Valdir Pereira dos Santos,** brasileiro, empresário, portador do R.G. n.º 3512032-7 SSP/PR e inscrito no CPF nº 531.846.969- 87, residente e domiciliado no município de Nova bandeirantes, neste ato denominado simplesmente **ORGAO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS**, realizado por meio do **PREGAO ELETRONICO Nº 018/2017**, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, homologada em **25/04/2017**, doravante denominada **FORNECEDOR**, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de **compromisso de fornecimento**, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem:

1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes – MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando o **Aquisição de equipamento e material permanente para unidade de atenção especializada em saúde para uso do Hospital Municipal De Nova Bandeirantes-MT*, d***e acordo com as especificações, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor:	**EQUIPOS COMERCIAL LTDA**			CNPJ:	11.674.540/0001-77
Endereço:	RUA PEROLA			Nº:	38
Bairro:	CENTRO	Cidade:	ROLANDIA/PR	CEP:	86.600-000
Representante Legal:	WILDIMARA OLIVEIRA DE MORAES			CPF:	822.368.369-53
Email:	equipos@equiposltda.com.br			Telefone:	(43) 3033-3333

ITEM	CODIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANTIDADES	V. UNITA-RIO	V. TO-TAL
1	348886	ASPIRADOR DE SECRECAO ELETRICO MOVEL COM VALVULA DE SE-GURANCA, EM TERMOPLASTICO/VIDRO COM CAPACIDADE DE 6 A 10 LITROS, SUPORTE COM RODIZIO.	UNIDADE	INL	2	R$ 1. 590,00	R$ 3. 180,00
2	348904	BERCO PARA RECEM NASCIDO RODIZIO CUNA ACRILICO ACO /FERRO PINTADO COM PRATELEIRA	UNIDADE	RN	1	R$ 520,00	R$ 520,00

3	348912	CADEIRA DE RODAS ADULTO PES REMOVIVEIS EM ACO/FERRO PINTADO BRACOS FIXOS COM ELEVACAO DE PERNA E SUPORTE DE SORO.	UNIDADE	PROLIFE	1	R$ 591,00	R$ 591,00
4	348914	CADEIRA DE RODAS PEDIATRICA PES REMOVIVEIS EM ACO/FERRO PINTADO BRACOS FIXOS COM ELEVACAO DE PERNA E SUPORTE DE SORO.	UNIDADE	PROLIFE	1	R$ 649,00	R$ 649,00
5	348890	DETECTOR FETAL PORTATIL DIGITAL	UNIDADE	SIGMED	1	R$ 279,00	R$ 279,00
6	348918	LANTERNA CLINICA EM ALUMINIO TIPO LED	UNIDADE	MD	2	R$ 19,00	R$ 38,00
7	348884	SUPORTE DE HAMPER	UNIDADE	RN	1	R$ 140,00	R$ 140,00
							R$ 5. 397,00

Valor Global: R$ 5.397,00 (cinco mil trezentos e noventa e sete reais).

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação.

3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 Uma vez notificada de que o Município efetivara a contratação, a licitante vencedora deverá comparecer nos 02(dois) dias uteis à notificação, para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Capítulo XX deste certame.

3.2. Entregar o objeto licitado conforme especificações do edital e seus anexos em consonância com a Proposta de Preço a vencedora obriga-se a:

a) Atender as requisições do Município fornecendo os materiais descritos por este Instrumento Convocatório, nos preços constantes de sua proposta e em conformidade com as especificações estipuladas no Anexo I; b) Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassá-los ao Município, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento. c) Disponibilizar os materiais para serem retirados conforme a necessidade do Município, sem que com isso haja qualquer custo adicional, deste edital. d) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto da licitação, sem prévia anuência do Município; e) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital; f) Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez inexistir, no caso, vínculo empregatício deles com o Município; g) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

3.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES.

3.4. Arcar com eventuais prejuízos causados à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato.

3.5. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho.

3.6. Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassa-los ao Município, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento.;

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;

4.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

4.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

4.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento objeto;

4.5. Disponibilizar local para recebimento e guarda dos produtos solicitados.

4.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

4.7. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5. DO RECEBIMENTO DO OBJETO LICITADO

5.1. Os itens descritos conforme Anexo I serão recebidos:

5.2 Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos itens com a especificação;

5.3 Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação;

5.4 Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

5.5 O fornecimento será efetuado em remessa fracionada conforme solicitação da secretaria de saúde, com prazo de entrega não superior a **15 dias úteis**, contados a partir da emissão da requisição emitida pelo setor responsável.

5.6. Os materiais adquiridos deverão ser entregues no setor de compras da Prefeitura Municipal de Nova bandeirantes-MT, situada na Avenida Jose Francisco Otênio nº 62, centro, Nova Bandeirantes-MT, sem qualquer tipo de ônus para a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT.

5.7 A entrega dos materiais estará condicionada ao laudo de qualidade dos mesmos e apresentando obrigatoriamente a Denominação Comum Brasileira – DCB, ou na sua falta Declaração Comum Internacional - DCI sob pena de devolução conforme determinação da Lei 9.787 10/02/1999.

5.8 No ato da entrega dos volumes deverão trazer escritos na parte exterior o número da Nota Fiscal a que se refere.

5.9 No campo Observação da Nota fiscal deverá conter o número da nossa Ordem de Fornecimento ao qual a Nota Fiscal se refere e a descrição da destinação dos materiais (estes serão fornecidos pelo Departamento de Compras do Município de Nova Bandeirantes-MT).

5.10 Obrigatoriamente, deve constar vencimento dos materiais em nota fiscal emitida pela empresa.

5.11 Prazo de validade dos materiais deverá ser de no mínimo **12 (Doze) meses**, contados a partir da data da entrega.

5.12 Se o item for vendido em caixa, deve constar em nota fiscal, a quantidade dentro de cada caixa, bem como a quantidade de caixas.

5.8- Todos os produtos cotados deverão atender às exigências mínimas de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial – ABNT, INMETRO, ANVISA, MINISTÉRIO DA SAÚDE, etc., atentando-se a contratada, principalmente, para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

5.9 - As embalagens não podem apresentar-se violadas, com sinais de rompimento, aberturas ou furos. Devem ter a identificação do produto, nome do fabricante, endereço, CNPJ, prazo de validade, peso líquido, certificado de inspeção quando obrigatório, autorização dos órgãos competentes.

6. DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega do objeto, mediante a emissão da nota fiscal/fatura, devidamente entregue e lançada junto ao Departamento de Contabilidade e atestada pela Secretaria requisitante, sendo que em hipótese alguma será efetuado pagamento antecipado.

6.2. As empresas deverão obrigatoriamente fornecer Nota Fiscal Eletrônica, conforme as disposições contidas no RICMS/MT, ou conforme legislação vigente.

6.3. Para fazer jus ao pagamento, a licitante vencedora deverá comprovar sua adimplência com a Seguridade Social (INSS) e com o FGTS (CRF). Caso a empresa seja optante pelo Simples, deverá apresentar, também, cópia do Termo de Opção pelo recolhimento de imposto naquela modalidade;

6.4. Não será efetuado qualquer pagamento à EMPRESA DETENTORA DA ATA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência com relação à ATA de Registro de Preços originada do presente Pregão.

6.5. O pagamento será feito mediante depósito na conta bancária fornecida pela EMPRESA DETENTORA DA ATA, conforme informação do n. º da agência, banco e conta corrente na referida Nota Fiscal. ***Fica vedada a emissão de boleto bancário pois o único meio de pagamento a ser realizado pelo município é através de depósito via banco conforme normatiza o edital.***

6.6. Deverá constar no corpo da Nota Fiscal o número do processo licitatório a que se refere (Pregão Presencial nº 018/2017).

7. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. Os preços inicialmente cotados são fixos e irreajustáveis, podendo ser objeto revisão, de ofício ou a pedido, caso haja motivo relevante, tal como variação substancial do custo de aquisição do produto, junto ao distribuidor, devidamente justificado e demonstrado pela Licitante vencedora, mediante apresentação de Notas Fiscais do distribuidor, planilha de custos devidamente exarada pelo Contador responsável da empresa contratada e pesquisa de mercado realizada pela Administração;

7.2. Não haverá reajuste de preços de acordo com o parágrafo 1º, artigo 25 da Lei Federal n.º 9.069/95, que dispõe sobre o Plano Real.

7.3. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, conforme disposto na alínea "d", do inciso II, do artigo 65 da Lei Federal n. º 8.666/93, será obtida mediante solicitação da empresa detentora da ata à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido.

7.4. A Comissão de controle da ATA de registro de preços originada do presente processo poderá a qualquer tempo rever, reduzindo os preços registrados, de conformidade com pesquisa de mercado, para atendimento do disposto no inciso V do artigo 15 da Lei Federal n. º 8.666/93 e no artigo 12 do Decreto Federal n. º 3.931/2001 ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado atacadista.

7.5. Fica, em qualquer hipótese, ressalvada a possibilidade de alteração das condições pactuadas em face de superveniência de leis e/ou normas federais ou municipais disciplinando a matéria.

8. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

8.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

8.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

8.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

8.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

8.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

8.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

9. DA FISCALIZAÇÃO

9.1. O Município promoverá, através do servidor designado pela Administração conforme portaria XXX, o acompanhamento e a fiscalização das entregas dos produtos, que anotará em registro próprio as ocorrências e falhas detectadas na sua execução e comunicará à (s) empresa (s) fornecedora(s) os fatos que, ao seu critério, exigirem medidas corretivas por parte da mesma, devendo este ainda:

a) Atestar as notas fiscais da Licitante para efeitos de pagamento; b) Solicitar ao Prefeito Municipal, as providências que ultrapassarem a sua competência, possibilitando a adoção das medidas convenientes para a perfeita execução deste Contrato; c) Elaborar relatório acerca da destinação dos produtos;

A ação da fiscalização não exonera a Licitante vencedora de suas responsabilidades contratuais.

10. DA ADESÃO À ATA DE REGISRO DE PREÇOS

10.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador;

10.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

10.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

10.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

10.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

10.8. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Setor de Licitação o qual seja a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, por meio do Setor de Licitações através do e-mail licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br ou pelo endereço Avenida Comendador Luiz Meneghel, 62, Bairro Centro – CEP 78. 565-000-Nova Bandeirantes – MT Fone 066-3572-1950

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Em casos de inexecução parcial ou total das obrigações fixadas neste Pregão, em relação ao objeto desta licitação, a Administração poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar as seguintes sanções:

11.1.1 Multa de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor estimado da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, no caso da licitante vencedora não cumprir rigorosamente as exigências da mesma ou recusar-se a receber a Nota de Empenho ou atrasar na assinatura da referida ATA, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente.

11.1.2. A multa a que alude o item anterior não impede que a Administração rescinda unilateralmente a ATA e aplique outras sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666/93, e posteriores alterações.

11.1.3. Advertência, por escrito, no caso de pequenas irregularidades.

11.1.4. Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos, quando da inexecução contratual sobrevier prejuízo para a Administração.

11.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

11.2. Se a licitante deixar de entregar a documentação ou apresentá-la falsamente, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a Proposta, falhar ou fraudar na execução da ATA, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, pelo prazo de até cinco anos, impedido de contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

11.3. A sanção de advertência de que trata o item 20.2.1 poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - Descumprimento das determinações necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados na entrega dos materiais. II - Outras ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços ao MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

11.4. A penalidade de suspensão será cabível quando a licitante participar do certame e for verificada a existência de fatos que a impeçam de contratar com a Administração Pública. Caberá ainda a suspensão quando a licitante, por descumprimento de cláusula editalícia, tenha causado transtornos no desenvolvimento dos serviços do MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 – As despesas deste Processo Licitatório correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 05 - Secretaria de Saúde – Natureza de despesa 339030000000 – 200.

12.2- No caso de despesas plurianuais (mais de um exercício financeiro), o orçamento vigente deverá contingenciar recursos para as despesas liquidadas neste exercício. As demais despesas que ultrapassarem o orçamento vigente serão contempladas nas dotações orçamentárias futuras do município.

13. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

13.1. A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, Jornal Oficial dos Municípios-AMM que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Eletrônico nº. XXX/2017,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT.

15. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Nova Monte Verde-MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subscrevem.

NOVA BANDEIRANTES-MT, 26 de abril de 2017.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

EQUIPOS COMERCIAL LTDA

WILDIMARA OLIVEIRA DE MORAES

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Regina de Souza Mendonça Nome: Angela Aparecida Franzon

CPF: 968.501.911-87 CPF: 643.020.599-15

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2017

Aos 26 dias do mês de abril de 2017, de um lado o MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel, n. º62, centro, nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 33.683.822/0001-73, neste ato, representado pelo **Prefeito Municipal, Sr. Valdir Pereira dos Santos,** brasileiro, empresário, portador do R.G. n.º 3512032-7 SSP/PR e inscrito no CPF nº 531.846.969- 87, residente e domiciliado no município de Nova bandeirantes, neste ato denominado simplesmente **ORGAO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS**, realizado por meio do **PREGAO ELETRONICO Nº 018/2017**, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, homologada em **25/04/2017**, doravante denominada **FORNECEDOR**, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de **compromisso de fornecimento**, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem:

1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes – MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando o **Aquisição de equipamento e material permanente para unidade de atenção especializada em saúde para uso do Hospital Municipal De Nova Bandeirantes-MT*, d*e acordo com as especificações, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor:	**PPS PRODUTOS PARA A SAÚDE LTDA – EPP**			CNPJ:	21.262.327/0001-01
Endereço:	RODOVIA DOS MINERIOS			Nº:	403
Bairro:	JARDIM MONTERREY	Cidade:	ALMIRANTE TAMANDARE/PR	CEP:	83.507-000
Representante Legal:	ALAIRTO JOSE PELOZZO			CPF:	747.575.399-91
Email:	licitacao@ppsprodutosparasaude.com.br			Telefone:	(41) 3354-1001

ITEM	CODIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	V. UNITA-RIO	V. TO-TAL

1	348877	BALANCA ANTROPOMETRICA INFANTIL DIGITAL	UNIDADE	WELMI 109E	1	R$ 585,00	R$ 585,00
2	348888	CARDIOVERSOR COM IMPRESSORA, MODULO DEA, BATERIA, BIFASICO COMANDO NAS PAS, CARGA E DISPARO MEMORIA DE ECG.	UNIDADE	CMOS DRAKE	1	R$ 16. 000,00	R$ 16. 000,00
3	348878	ESFIGMOMANOMETRO INFANTIL TECIDO EM ALGODAO BRACADEIRA/ FECHO EM VELCRO	UNIDADE	PREMIUM	3	R$ 56,00	R$ 168,00
4	348909	MESA DE CABECEIRA EM MADEIRA/MDP/MDF/SIMILAR COM GAVETAS, PORTAS E RODIZIO.	UNIDADE	FM	2	R$ 560,00	R$ 1. 120,00
5	348920	OTOSCOPIO MINIMO DE 05 ESPECULOS REUSAVEIS BATERIA CONVENCIONAL	UNIDADE	MIKATOS	1	R$ 220,00	R$ 220,00
6	348913	PAPAGAIO EM ACO INOXIDAVEL	UNIDADE	FORTINOX	3	R$ 56,69	R$ 170,07
							R$ 18. 263,07

Valor Global: R$ 18.263,07 (dezoito mil duzentos e sessenta e três reais e sete centavos).

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação.

3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 uma vez notificada de que o Município efetivara a contratação, a licitante vencedora deverá comparecer nos 02(dois) dias uteis à notificação, para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Capítulo XX deste certame.

3.2. Entregar o objeto licitado conforme especificações do edital e seus anexos em consonância com a Proposta de Preço a vencedora obriga-se a:

a) Atender as requisições do Município fornecendo os materiais descritos por este Instrumento Convocatório, nos preços constantes de sua proposta e em conformidade com as especificações estipuladas no Anexo I; b) Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassá-los ao Município, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento. c) Disponibilizar os materiais para serem retirados conforme a necessidade do Município, sem que com isso haja qualquer custo adicional, deste edital. d) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto da licitação, sem prévia anuência do Município; e) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital; f) Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez inexistir, no caso, vínculo empregatício deles com o Município; g) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

3.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES.

3.4. Arcar com eventuais prejuízos causados à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato.

3.5. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho.

3.6. Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassa-los ao Município, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento.;

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;

4.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

4.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

4.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento objeto;

4.5. Disponibilizar local para recebimento e guarda dos produtos solicitados.

4.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

4.7. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5. DO RECEBIMENTO DO OBJETO LICITADO

5.1. Os itens descritos conforme Anexo I serão recebidos:

5.2 Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos itens com a especificação;

5.3 Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação;

5.4 Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

5.5 O fornecimento será efetuado em remessa fracionada conforme solicitação da secretaria de saúde, com prazo de entrega não superior a **15 dias úteis**, contados a partir da emissão da requisição emitida pelo setor responsável.

5.6. Os materiais adquiridos deverão ser entregues no setor de compras da Prefeitura Municipal de Nova bandeirantes-MT, situada na Avenida Jose Francisco Otênio nº 62, centro, Nova Bandeirantes-MT, sem qualquer tipo de ônus para a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT.

5.7 A entrega dos materiais estará condicionada ao laudo de qualidade dos mesmos e apresentando obrigatoriamente a Denominação Comum Brasileira – DCB, ou na sua falta Declaração Comum Internacional - DCI sob pena de devolução conforme determinação da Lei 9.787 10/02/1999.

5.8 No ato da entrega dos volumes deverão trazer escritos na parte exterior o número da Nota Fiscal a que se refere.

5.9 No campo Observação da Nota fiscal deverá conter o número da nossa Ordem de Fornecimento ao qual a Nota Fiscal se refere e a descrição da destinação dos materiais (estes serão fornecidos pelo Departamento de Compras do Município de Nova Bandeirantes-MT).

5.10 Obrigatoriamente, deve constar vencimento dos materiais em nota fiscal emitida pela empresa.

5.11 Prazo de validade dos materiais deverá ser de no mínimo **12 (Doze) meses**, contados a partir da data da entrega.

5.12 Se o item for vendido em caixa, deve constar em nota fiscal, a quantidade dentro de cada caixa, bem como a quantidade de caixas.

5.8- Todos os produtos cotados deverão atender às exigências mínimas de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial – ABNT, INMETRO, ANVISA, MINISTÉRIO DA SAÚDE, etc., atentando-se a contratada, principalmente, para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

5.9 - As embalagens não podem apresentar-se violadas, com sinais de rompimento, aberturas ou furos. Devem ter a identificação do produto, nome do fabricante, endereço, CNPJ, prazo de validade, peso líquido, certificado de inspeção quando obrigatório, autorização dos órgãos competentes.

6. DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega do objeto, mediante a emissão da nota fiscal/fatura, devidamente entregue e lançada junto ao Departamento de Contabilidade e atestada pela Secretaria requisitante, sendo que em hipótese alguma será efetuado pagamento antecipado.

6.2. As empresas deverão obrigatoriamente fornecer Nota Fiscal Eletrônica, conforme as disposições contidas no RICMS/MT, ou conforme legislação vigente.

6.3. Para fazer jus ao pagamento, a licitante vencedora deverá comprovar sua adimplência com a Seguridade Social (INSS) e com o FGTS (CRF). Caso a empresa seja optante pelo Simples, deverá apresentar, também, cópia do Termo de Opção pelo recolhimento de imposto naquela modalidade;

6.4. Não será efetuado qualquer pagamento à EMPRESA DETENTORA DA ATA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência com relação à ATA de Registro de Preços originada do presente Pregão.

6.5. O pagamento será feito mediante depósito na conta bancária fornecida pela EMPRESA DETENTORA DA ATA, conforme informação do n. º da agência, banco e conta corrente na referida Nota Fiscal. ***Fica vedada a emissão de boleto bancário pois o único meio de pagamento a ser realizado pelo município é através de depósito via banco conforme normatiza o edital.***

6.6. Deverá constar no corpo da Nota Fiscal o número do processo licitatório a que se refere (Pregão Presencial nº 018/2017).

7. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. Os preços inicialmente cotados são fixos e irreajustáveis, podendo ser objeto revisão, de ofício ou a pedido, caso haja motivo relevante, tal como variação substancial do custo de aquisição do produto, junto ao distribuidor, devidamente justificado e demonstrado pela Licitante vencedora, mediante apresentação de Notas Fiscais do distribuidor, planilha de custos devidamente exarada pelo Contador responsável da empresa contratada e pesquisa de mercado realizada pela Administração;

7.2. Não haverá reajuste de preços de acordo com o parágrafo 1º, artigo 25 da Lei Federal n.º 9.069/95, que dispõe sobre o Plano Real.

7.3. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, conforme disposto na alínea "d", do inciso II, do artigo 65 da Lei Federal n. º 8.666/93, será obtida mediante solicitação da empresa detentora da ata à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido.

7.4. A Comissão de controle da ATA de registro de preços originada do presente processo poderá a qualquer tempo rever, reduzindo os preços registrados, de conformidade com pesquisa de mercado, para atendimento do disposto no inciso V do artigo 15 da Lei Federal n. º 8.666/93 e no artigo 12 do Decreto Federal n. º 3.931/2001 ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado atacadista.

7.5. Fica, em qualquer hipótese, ressalvada a possibilidade de alteração das condições pactuadas em face de superveniência de leis e/ou normas federais ou municipais disciplinando a matéria.

8. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

8.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

8.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

8.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

8.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

8.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

8.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

9. DA FISCALIZAÇÃO

9.1. O Município promoverá, através do servidor designado pela Administração conforme portaria XXX, o acompanhamento e a fiscalização das entregas dos produtos, que anotará em registro próprio as ocorrências e falhas detectadas na sua execução e comunicará à (s) empresa (s) fornecedora (s) os fatos que, ao seu critério, exigirem medidas corretivas por parte da mesma, devendo este ainda:

a) Atestar as notas fiscais da Licitante para efeitos de pagamento; b) Solicitar ao Prefeito Municipal, as providências que ultrapassarem a sua competência, possibilitando a adoção das medidas convenientes para a perfeita execução deste Contrato; c) Elaborar relatório acerca da destinação dos produtos;

A ação da fiscalização não exonera a Licitante vencedora de suas responsabilidades contratuais.

10. DA ADESÃO À ATA DE REGISRO DE PREÇOS

10.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador;

10.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

10.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

10.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

10.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

10.8. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Setor de Licitação o qual seja a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, por meio do Setor de Licitações através do e-mail licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br ou pelo endereço Avenida Comendador Luiz Meneghel, 62, Bairro Centro – CEP 78. 565-000-Nova Bandeirantes – MT Fone 066-3572-1950

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Em casos de inexecução parcial ou total das obrigações fixadas neste Pregão, em relação ao objeto desta licitação, a Administração poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar as seguintes sanções:

11.1.1 Multa de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor estimado da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, no caso da licitante vencedora não cumprir rigorosamente as exigências da mesma ou recusar-se a receber a Nota de Empenho ou atrasar na assinatura da referida ATA, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente.

11.1.2. A multa a que alude o item anterior não impede que a Administração rescinda unilateralmente a ATA e aplique outras sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666/93, e posteriores alterações.

11.1.3. Advertência, por escrito, no caso de pequenas irregularidades.

11.1.4. Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos, quando da inexecução contratual sobrevier prejuízo para a Administração.

11.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

11.2. Se a licitante deixar de entregar a documentação ou apresentá-la falsamente, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a Proposta, falhar ou fraudar na execução da ATA, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, pelo prazo de até cinco anos, impedido de contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

11.3. A sanção de advertência de que trata o item 20.2.1 poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - Descumprimento das determinações necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados na entrega dos materiais. II - Outras ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços ao MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

11.4. A penalidade de suspensão será cabível quando a licitante participar do certame e for verificada a existência de fatos que a impeçam de contratar com a Administração Pública. Caberá ainda a suspensão quando a licitante, por descumprimento de cláusula editalícia, tenha causado transtornos no desenvolvimento dos serviços do MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 – As despesas deste Processo Licitatório correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 05 - Secretaria de Saúde – Natureza de despesa 339030000000 – 200.

12.2- No caso de despesas plurianuais (mais de um exercício financeiro), o orçamento vigente deverá contingenciar recursos para as despesas liquidadas neste exercício. As demais despesas que ultrapassarem o orçamento vigente serão contempladas nas dotações orçamentárias futuras do município.

13. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

13.1. A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, Jornal Oficial dos Municípios-AMM que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Eletrônico nº. 018/2017,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT.

15. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Nova Monte Verde-MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subscrevem.

NOVA BANDEIRANTES-MT, 26 de abril de 2017.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

PPS PRODUTOS PARA A SAÚDE LTDA – EPP

ALAIRTO JOSE PELOZZO

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Regina de Souza Mendonça Nome: Angela Aparecida Franzon

CPF: 968.501.911-87 CPF: 643.020.599-15

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2017

Aos 26 dias do mês de abril de 2017, de um lado o MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel, n. º62, centro, nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 33.683.822/0001-73, neste ato, representado pelo **Prefeito Municipal, Sr. Valdir Pereira dos Santos,** brasileiro, empresário, portador do R.G. n.º 3512032-7 SSP/PR e inscrito no CPF nº 531.846.969- 87, residente e domiciliado no município de Nova bandeirantes, neste ato denominado simplesmente **ORGAO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS**, realizado por meio do **PREGAO ELETRONICO Nº 018/2017**, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, homologada em **25/04/2017**, doravante denominada **FORNECEDOR**, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de **compromisso de fornecimento**, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem:

1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes – MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando o **Aquisição de equipamento e material permanente para unidade de atenção especializada em saúde para uso do Hospital Municipal De Nova Bandeirantes-MT*, d*e** acordo com as especificações, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor:	**ANA MARIA PIRES BELEM – ME**			CNPJ:	04.360.651/001-43
Endereço:	AVENIDA PADRE CACIQUE			Nº:	40
Bairro:	MENINO DEUS	Cidade:	PORTO ALEGRE/RS	CEP:	90810-240
Representante Legal:	ANA MARIA PIRES BELEM			CPF:	675.140.730-00
Email:	licitacao@anamed.com.br			Telefone:	(51) 3062-5567 3407-4192

ITEM	CODIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	V. UNITARIO	V. TOTAL

1	348891	LARINGOSCOPIO INFANTIL 3 LAMINAS EM ACO INOX	UNIDADE	MD	1	R$ 367,00	R$ 367,00
							R$ 367,00

Valor Global: R$ 367,00 (trezentos e sessenta e sete reais).

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação.

3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 uma vez notificada de que o Município efetivara a contratação, a licitante vencedora deverá comparecer nos 02(dois) dias uteis à notificação, para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Capítulo XX deste certame.

3.2. Entregar o objeto licitado conforme especificações do edital e seus anexos em consonância com a Proposta de Preço a vencedora obriga-se a:

a) Atender as requisições do Município fornecendo os materiais descritos por este Instrumento Convocatório, nos preços constantes de sua proposta e em conformidade com as especificações estipuladas no Anexo I; b) Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassá-los ao Município, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento. c) Disponibilizar os materiais para serem retirados conforme a necessidade do Município, sem que com isso haja qualquer custo adicional, deste edital. d) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto da licitação, sem prévia anuência do Município; e) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital; f) Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez inexistir, no caso, vínculo empregatício deles com o Município; g) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

3.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES.

3.4. Arcar com eventuais prejuízos causados à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato.

3.5. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho.

3.6. Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassa-los ao Município, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento.;

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;

4.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

4.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

4.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento objeto;

4.5. Disponibilizar local para recebimento e guarda dos produtos solicitados.

4.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

4.7. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5. DO RECEBIMENTO DO OBJETO LICITADO

5.1. Os itens descritos conforme Anexo I serão recebidos:

5.2 provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos itens com a especificação;

5.3 definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação;

5.4 rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

5.5 O fornecimento será efetuado em remessa fracionada conforme solicitação da secretaria de saúde, com prazo de entrega não superior a **15 dias úteis**, contados a partir da emissão da requisição emitida pelo setor responsável.

5.6. Os materiais adquiridos deverão ser entregues no setor de compras da Prefeitura Municipal de Nova bandeirantes-MT, situada na Avenida Jose Francisco Otênio nº 62, centro, Nova Bandeirantes-MT, sem qualquer tipo de ônus para a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT.

5.7 A entrega dos materiais estará condicionada ao laudo de qualidade dos mesmos e apresentando obrigatoriamente a Denominação Comum Brasileira – DCB, ou na sua falta Declaração Comum Internacional - DCI sob pena de devolução conforme determinação da Lei 9.787 10/02/1999.

5.8 No ato da entrega dos volumes deverão trazer escritos na parte exterior o número da Nota Fiscal a que se refere.

5.9 No campo Observação da Nota fiscal deverá conter o número da nossa Ordem de Fornecimento ao qual a Nota Fiscal se refere e a descrição da destinação dos materiais (estes serão fornecidos pelo Departamento de Compras do Município de Nova Bandeirantes-MT).

5.10 Obrigatoriamente, deve constar vencimento dos materiais em nota fiscal emitida pela empresa.

5.11 Prazo de validade dos materiais deverá ser de no mínimo **12 (Doze) meses**, contados a partir da data da entrega.

5.12 Se o item for vendido em caixa, deve constar em nota fiscal, a quantidade dentro de cada caixa, bem como a quantidade de caixas.

5.8- Todos os produtos cotados deverão atender às exigências mínimas de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial – ABNT, INMETRO, ANVISA, MINISTÉRIO DA SAÚDE, etc., atentando-se a contratada, principalmente, para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

5.9 - As embalagens não podem apresentar-se violadas, com sinais de rompimento, aberturas ou furos. Devem ter a identificação do produto, nome do fabricante, endereço, CNPJ, prazo de validade, peso líquido, certificado de inspeção quando obrigatório, autorização dos órgãos competentes.

6. DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega do objeto, mediante a emissão da nota fiscal/fatura, devidamente entregue e lançada junto ao Departamento de Contabilidade e atestada pela Secretaria requisitante, sendo que em hipótese alguma será efetuado pagamento antecipado.

6.2. As empresas deverão obrigatoriamente fornecer Nota Fiscal Eletrônica, conforme as disposições contidas no RICMS/MT, ou conforme legislação vigente.

6.3. Para fazer jus ao pagamento, a licitante vencedora deverá comprovar sua adimplencia com a Seguridade Social (INSS) e com o FGTS (CRF). Caso a empresa seja optante pelo Simples, deverá apresentar, tambem, copia do Termo de Opção pelo recolhimento de imposto naquela modalidade;

6.4. Não será efetuado qualquer pagamento à EMPRESA DETENTORA DA ATA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência com relação à ATA de Registro de Preços originada do presente Pregão.

6.5. O pagamento será feito mediante depósito na conta bancária fornecida pela EMPRESA DETENTORA DA ATA, conforme informação do n.º da agência, banco e conta corrente na referida Nota Fiscal. ***Fica vedada a emissão de boleto bancário pois o único meio de pagamento a ser realizado pelo município é através de depósito via banco conforme normatiza o edital.***

6.6. Deverá constar no corpo da Nota Fiscal o número do processo licitatório a que se refere (Pregão Presencial nº 018/2017).

7. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. Os preços inicialmente cotados são fixos e irreajustáveis, podendo ser objeto revisão, de ofício ou a pedido, caso haja motivo relevante, tal como variação substancial do custo de aquisição do produto, junto ao distribuidor, devidamente justificado e demonstrado pela Licitante vencedora, mediante apresentação de Notas Fiscais do distribuidor, planilha de custos devidamente exarada pelo Contador responsável da empresa contratada e pesquisa de mercado realizada pela Administração;

7.2. Não haverá reajuste de preços de acordo com o parágrafo 1º, artigo 25 da Lei Federal n.º 9.069/95, que dispõe sobre o Plano Real.

7.3. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, conforme disposto na alínea "d", do inciso II, do artigo 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, será obtida mediante solicitação da empresa detentora da ata à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido.

7.4. A Comissão de controle da ATA de registro de preços originada do presente processo poderá a qualquer tempo rever, reduzindo os preços registrados, de conformidade com pesquisa de mercado, para atendimento do disposto no inciso V do artigo 15 da Lei Federal n.º 8.666/93 e no artigo 12 do Decreto Federal n.º 3.931/2001 ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado atacadista.

7.5. Fica, em qualquer hipótese, ressalvada a possibilidade de alteração das condições pactuadas em face de superveniência de leis e/ou normas federais ou municipais disciplinando a matéria.

8. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

8.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

8.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

8.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

8.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

8.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

8.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

9. DA FISCALIZAÇÃO

9.1. O Município promoverá, através do servidor designado pela Administração conforme portaria XXX, o acompanhamento e a fiscalização das entregas dos produtos, que anotará em registro próprio as ocorrências e falhas detectadas na sua execução e comunicará à(s) empresa(s) fornecedora(s) os fatos que, ao seu critério, exigirem medidas corretivas por parte da mesma, devendo este ainda:

a) atestar as notas fiscais da Licitante para efeitos de pagamento; b) solicitar ao Prefeito Municipal, as providências que ultrapassarem a sua competência, possibilitando a adoção das medidas convenientes para a perfeita execução deste Contrato; c) elaborar relatório acerca da destinação dos produtos;

A ação da fiscalização não exonera a Licitante vencedora de suas responsabilidades contratuais.

10. DA ADESÃO À ATA DE REGISRO DE PREÇOS

10.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador;

10.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

10.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

10.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

10.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

10.8. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Setor de Licitação o qual seja a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, por meio do Setor de Licitações através do e-mail licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br ou pelo endereço Avenida Comendador Luiz Meneghel, 62, Bairro Centro – CEP 78. 565-000-Nova Bandeirantes – MT Fone 066-3572-1950

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Em casos de inexecução parcial ou total das obrigações fixadas neste Pregão, em relação ao objeto desta licitação, a Administração poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar as seguintes sanções:

11.1.1 Multa de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor estimado da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, no caso da licitante vencedora não cumprir rigorosamente as exigências da mesma ou recusar-se a receber a Nota de Empenho ou atrasar na assinatura da referida ATA, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente.

11.1.2. A multa a que alude o item anterior não impede que a Administração rescinda unilateralmente a ATA e aplique outras sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666/93, e posteriores alterações.

11.1.3. Advertência, por escrito, no caso de pequenas irregularidades.

11.1.4. Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos, quando da inexecução contratual sobrevier prejuízo para a Administração.

11.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

11.2. Se a licitante deixar de entregar a documentação ou apresentá-la falsamente, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a Proposta, falhar ou fraudar na execução da ATA, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, pelo prazo de até cinco anos, impedido de contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

11.3. A sanção de advertência de que trata o item 20.2.1 poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - descumprimento das determinações necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados na entrega dos materiais. II - outras ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços ao MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

11.4. A penalidade de suspensão será cabível quando a licitante participar do certame e for verificada a existência de fatos que a impeçam de contratar com a Administração Pública. Caberá ainda a suspensão quando a licitante, por descumprimento de cláusula editalícia, tenha causado transtornos no desenvolvimento dos serviços do MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 – As despesas deste Processo Licitatório correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 05 - Secretaria de Saúde – Natureza de despesa 339030000000 – 200.

12.2- No caso de despesas plurianuais (mais de um exercício financeiro), o orçamento

vigente deverá contingenciar recursos para as despesas liquidadas neste exercício. As demais despesas que ultrapassarem o orçamento vigente serão contempladas nas dotações orçamentárias futuras do município.

13. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

13.1. A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, Jornal Oficial dos Municípios-AMM que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Eletrônico nº. XXX/2017,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT.

15. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Nova Monte Verde-MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subscrevem.

NOVA BANDEIRANTES-MT, 26 de abril de 2017.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

ANA MARIA PIRES BELEM – ME

ANA MARIA PIRES BELEM

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Regina de Souza Mendonça Nome: Angela Aparecida Franzon

CPF: 968.501.911-87 CPF: 643.020.599-15

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2017

Aos 26 dias do mês de abril de 2017, de um lado o MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel, n. º62, centro, nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 33.683.822/0001-73, neste ato, representado pelo **Prefeito Municipal, Sr. Valdir Pereira dos Santos,** brasileiro, empresário, portador do R.G. n.º 3512032-7 SSP/PR e inscrito no CPF nº 531.846.969- 87, residente e domiciliado no município de Nova bandeirantes, neste ato denominado simplesmente **ORGAO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS**, realizado por meio do **PREGAO ELETRONICO Nº 018/2017**, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, homologada em **25/04/2017**, doravante denominada **FORNECEDOR**, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de **compromisso de fornecimento**, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem:

1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes – MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando o **Aquisição de equipamento e material permanente para unidade de atenção especializada em saúde para uso do Hospital Municipal De Nova Bandeirantes-MT*, d***e acordo com as especificações, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor:	**KSS COMERCIO E IND. DE EQUIPAMENTOS MEDICO LTDA**			CNPJ:	79.805.263/0001-2
Endereço:	RUA CASTRO			Nº:	29
Bairro:	VILA ROCO III	Cidade:	SÃO JOSE DOS PINHAIS/PR	CEP:	83.010-080
Representante Legal:	RODRIGO CARVALHO			CPF:	026.283.169-43
Email:	locitacao@grupokss.com.br			Telefone:	(041) 3382-2066

ITEM	CODIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	V. UNITARIO	V. TOTAL
1	348897	FOCO CIRURGICO DE SOLO MOVEL PEDESTAL COM RODIZIO BRACO ARTICULADO PAR DE MANOPLAS AUTOCLAVAVEIS AJUSTE DE INTENSIDADE LUMINOSA SISTEMA DE EMERGENCIA/BATERIA LED1 BULBO 81.000 A 130.000 LUX.	UNIDADE	KSS	1	R$ 10.200,00	R$ 10.200,00
2	348896	MESA CIRURGICA MECANICA, BASE EM FORMATO T EM CHAPA DE ACO 1020 COM 6,5MM DE EXPESSURA NO MINIMO, REVESTIMENTO ABS, RODIZIO, CAPACIDADE DE PESO ATE 220 KG COM ASSESSORIOS.	UNIDADE	KSS	1	R$ 18.520,00	R$ 18.520,00
							R$ 28.720,00

Valor Global: R$ 28.720,00 (vinte e oito mil setecentos e vinte reais).

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação.

3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 uma vez notificada de que o Município efetivara a contratação, a licitante vencedora deverá comparecer nos 02(dois) dias uteis à notificação, para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Capítulo XX deste certame.

3.2. Entregar o objeto licitado conforme especificações do edital e seus anexos em consonância com a Proposta de Preço a vencedora obriga-se a:

a) Atender as requisições do Município fornecendo os materiais descritos por este Instrumento Convocatório, nos preços constantes de sua proposta e em conformidade com as especificações estipuladas no Anexo I; b) Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassá-los ao Município, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento. c) Disponibilizar os materiais para serem retirados conforme a necessidade do Município, sem que com isso haja qualquer custo adicional, deste edital. d) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto da licitação, sem prévia anuência do Município; e) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital; f) Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez inexistir, no caso, vínculo empregatício deles com o Município; g) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

3.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES.

3.4. Arcar com eventuais prejuízos causados à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato.

3.5. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho.

3.6. Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassa-los ao Município, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento.;

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;

4.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

4.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

4.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento objeto;

4.5. Disponibilizar local para recebimento e guarda dos produtos solicitados.

4.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

4.7. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5. DO RECEBIMENTO DO OBJETO LICITADO

5.1. Os itens descritos conforme Anexo I serão recebidos:

5.2 Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos itens com a especificação;

5.3 Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação;

5.4 Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

5.5 O fornecimento será efetuado em remessa fracionada conforme solicitação da secretaria de saúde, com prazo de entrega não superior a **15 dias úteis**, contados a partir da emissão da requisição emitida pelo setor responsável.

5.6. Os materiais adquiridos deverão ser entregues no setor de compras da Prefeitura Municipal de Nova bandeirantes-MT, situada na Avenida Jose Francisco Otênio nº 62, centro, Nova Bandeirantes-MT, sem qualquer tipo de ônus para a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT.

5.7 A entrega dos materiais estará condicionada ao laudo de qualidade dos mesmos e apresentando obrigatoriamente a Denominação Comum Brasileira – DCB, ou na sua falta Declaração Comum Internacional - DCI sob pena de devolução conforme determinação da Lei 9.787 10/02/1999.

5.8 No ato da entrega dos volumes deverão trazer escritos na parte exterior o número da Nota Fiscal a que se refere.

5.9 No campo Observação da Nota fiscal deverá conter o número da nossa Ordem de Fornecimento ao qual a Nota Fiscal se refere e a descrição da destinação dos materiais (estes serão fornecidos pelo Departamento de Compras do Município de Nova Bandeirantes-MT).

5.10 Obrigatoriamente, deve constar vencimento dos materiais em nota fiscal emitida pela empresa.

5.11 Prazo de validade dos materiais deverá ser de no mínimo **12 (Doze) meses**, contados a partir da data da entrega.

5.12 Se o item for vendido em caixa, deve constar em nota fiscal, a quantidade dentro de cada caixa, bem como a quantidade de caixas.

5.8- Todos os produtos cotados deverão atender às exigências mínimas de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial – ABNT, INMETRO, ANVISA, MINISTÉRIO DA SAÚDE, etc., atentando-se a contratada, principalmente, para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

5.9 - As embalagens não podem apresentar-se violadas, com sinais de rompimento, aberturas ou furos. Devem ter a identificação do produto, nome do fabricante, endereço, CNPJ, prazo de validade, peso líquido, certificado de inspeção quando obrigatório, autorização dos órgãos competentes.

6. DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega do objeto, mediante a emissão da nota fiscal/fatura, devidamente entregue e lançada junto ao Departamento de Contabilidade e atestada pela Secretaria requisitante, sendo que em hipótese alguma será efetuado pagamento antecipado.

6.2. As empresas deverão obrigatoriamente fornecer Nota Fiscal Eletrônica, conforme as disposições contidas no RICMS/MT, ou conforme legislação vigente.

6.3. Para fazer jus ao pagamento, a licitante vencedora deverá comprovar sua adimplência com a Seguridade Social (INSS) e com o FGTS (CRF). Caso a empresa seja optante pelo Simples, deverá apresentar, também, cópia do Termo de Opção pelo recolhimento de imposto naquela modalidade;

6.4. Não será efetuado qualquer pagamento à EMPRESA DETENTORA DA ATA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência com relação à ATA de Registro de Preços originada do presente Pregão.

6.5. O pagamento será feito mediante depósito na conta bancária fornecida pela EMPRESA DETENTORA DA ATA, conforme informação do n. º da agência, banco e conta corrente na referida Nota Fiscal. ***Fica vedada a emissão de boleto bancário pois o único meio de pagamento a ser realizado pelo município é através de depósito via banco conforme normatiza o edital.***

6.6. Deverá constar no corpo da Nota Fiscal o número do processo licitatório a que se refere (Pregão Presencial nº 018/2017).

7. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. Os preços inicialmente cotados são fixos e irreajustáveis, podendo ser objeto revisão, de ofício ou a pedido, caso haja motivo relevante, tal como variação substancial do custo de aquisição do produto, junto ao distribuidor, devidamente justificado e demonstrado pela Licitante vencedora, mediante apresentação de Notas Fiscais do distribuidor, planilha de custos devidamente exarada pelo Contador responsável da empresa contratada e pesquisa de mercado realizada pela Administração;

7.2. Não haverá reajuste de preços de acordo com o parágrafo 1º, artigo 25 da Lei Federal n.º 9.069/95, que dispõe sobre o Plano Real.

7.3. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, conforme disposto na alínea "d", do inciso II, do artigo 65 da Lei Federal n. º 8.666/93, será obtida mediante solicitação da empresa detentora da ata à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido.

7.4. A Comissão de controle da ATA de registro de preços originada do presente processo poderá a qualquer tempo rever, reduzindo os preços registrados, de conformidade com pesquisa de mercado, para atendimento do disposto no inciso V do artigo 15 da Lei Federal n. º 8.666/93 e no artigo 12 do Decreto Federal n. º 3.931/2001 ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado atacadista.

7.5. Fica, em qualquer hipótese, ressalvada a possibilidade de alteração das condições pactuadas em face de superveniência de leis e/ou normas federais ou municipais disciplinando a matéria.

8. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

8.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

8.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

8.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

8.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

8.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

8.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

9. DA FISCALIZAÇÃO

9.1. O Município promoverá, através do servidor designado pela Administração conforme portaria XXX, o acompanhamento e a fiscalização das entregas dos produtos, que anotará em registro próprio as ocorrências e falhas detectadas na sua execução e comunicará à (s) empresa (s) fornecedora (s) os fatos que, ao seu critério, exigirem medidas corretivas por parte da mesma, devendo este ainda:

a) Atestar as notas fiscais da Licitante para efeitos de pagamento; b) Solicitar ao Prefeito Municipal, as providências que ultrapassarem a sua competência, possibilitando a adoção das medidas convenientes para a perfeita execução deste Contrato; c) Elaborar relatório acerca da destinação dos produtos;

A ação da fiscalização não exonera a Licitante vencedora de suas responsabilidades contratuais.

10. DA ADESÃO À ATA DE REGISRO DE PREÇOS

10.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador;

10.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

10.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

10.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

10.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

10.8. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Setor de Licitação o qual seja a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, por meio do Setor de Licitações através do e-mail licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br ou pelo endereço Avenida Comendador Luiz Meneghel, 62, Bairro Centro – CEP 78. 565-000-Nova Bandeirantes – MT Fone 066-3572-1950

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Em casos de inexecução parcial ou total das obrigações fixadas neste Pregão, em relação ao objeto desta licitação, a Administração poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar as seguintes sanções:

11.1.1 Multa de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor estimado da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, no caso da licitante vencedora não cumprir rigorosamente as exigências da mesma ou recusar-se a receber a Nota de Empenho ou atrasar na assinatura da referida ATA, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente.

11.1.2. A multa a que alude o item anterior não impede que a Administração rescinda unilateralmente a ATA e aplique outras sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666/93, e posteriores alterações.

11.1.3. Advertência, por escrito, no caso de pequenas irregularidades.

11.1.4. Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos, quando da inexecução contratual sobrevier prejuízo para a Administração.

11.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

11.2. Se a licitante deixar de entregar a documentação ou apresentá-la falsamente, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a Proposta, falhar ou fraudar na execução da ATA, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, pelo prazo de até cinco anos, impedido de contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

11.3. A sanção de advertência de que trata o item 20.2.1 poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - Descumprimento das determinações necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados na entrega dos materiais. II - Outras ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços ao MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

11.4. A penalidade de suspensão será cabível quando a licitante participar do certame e for verificada a existência de fatos que a impeçam de contratar com a Administração Pública. Caberá ainda a suspensão quando a licitante, por descumprimento de cláusula editalícia, tenha causado transtornos no desenvolvimento dos serviços do MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 – As despesas deste Processo Licitatório correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 05 - Secretaria de Saúde – Natureza de despesa 339030000000 – 200.

12.2- No caso de despesas plurianuais (mais de um exercício financeiro), o orçamento vigente deverá contingenciar recursos para as despesas liquidadas neste exercício. As demais despesas que ultrapassarem o orçamento vigente serão contempladas nas dotações orçamentárias futuras do município.

13. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

13.1. A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, Jornal Oficial dos Municípios-AMM que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Eletrônico nº. 018/2017,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT.

15. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Nova Monte Verde-MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subscrevem.

NOVA BANDEIRANTES-MT, 26 de abril de 2017.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

KSS COMERCIO E IND. DE EQUIPAMENTOS MEDICO LTDA

RODRIGO CARVALHO

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Regina de Souza Mendonça Nome: Angela Aparecida Franzon

CPF: 968.501.911-87 CPF: 643.020.599-15

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2017

Aos 26 dias do mês de abril de 2017, de um lado o MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel, n. º62, centro, nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 33.683.822/0001-73, neste ato, representado pelo **Prefeito Municipal, Sr. Valdir Pereira dos Santos,** brasileiro, empresário, portador do R.G. n.º 3512032-7 SSP/PR e inscrito no CPF nº 531.846.969- 87, residente e domiciliado no município de Nova bandeirantes, neste ato denominado simplesmente **ORGAO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS**, realizado por meio do **PREGAO ELETRONICO Nº 018/2017**, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, homologada em **25/04/2017**, doravante denominada **FORNECEDOR**, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de **compromisso de fornecimento**, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem:

1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes – MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando o **Aquisição de equipamento e material permanente para unidade de atenção especializada em saúde para uso do Hospital Municipal De Nova Bandeirantes-MT*, d***e acordo com as especificações, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor:	**HOSPITRONICA COM. DE EQUIP. MEDICO HOSP. LTDA**			CNPJ:	17.737.428/0001-14
Endereço:	AV. CELSO GARCIA CID			Nº:	1523
Bairro:	VILA N. S. DE LOURDES	Cidade:	LONDRINA/PR	CEP:	86010-490
Representante Legal:	LEANDRO MARIA CLARO			CPF:	061.700.999-7
Email:	Hospitronica1@gmail.com			Telefone:	(43) 3341-0006

ITEM	CODIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	V. UNITA-RIO	V. TO-TAL
1	348892	DESFIBRILADOR CONVENCIONAL, BIFASICO, SUPORTE /TESTE PARA PAS, COM BATERIA	UNIDADE	CMOS DRAKE/LIFE FU-TURA	1	R$ 5. 310,00	R$ 5. 310,00
2	348885	OXIMETRO DE PULSO PORTATIL DE MAO, CURVA PLESTI-MOGRAFICA SENSOR DE SPO2	UNIDADE	ENDOBRAX-GENERAL MEDITECH/ G1B	1	R$ 1. 170,00	R$ 1. 170,00
3	348910	REANIMADOR PULMONAR MANUAL ADULTO (AMBU) RE-SERVATORIO EM SILICONE	UNIDADE	FARMATEX/ADULTO	1	R$ 133,00	R$ 133,00
4	348907	REANIMADOR PULMONAR MANUAL PEDIATRICO (AMBU) RESERVATORIO EM SILICONE INFANTIL	UNIDADE	FARMATEX/INFANTIL	1	R$ 132,00	R$ 132,00
							R$ 6. 745,00

Valor Global: R$ 6.745,00 (seis mil setecentos e quarenta e cinco reais).

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação.

3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 uma vez notificada de que o Município efetivara a contratação, a licitante vencedora deverá comparecer nos 02(dois) dias uteis à notificação, para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Capítulo XX deste certame.

3.2. Entregar o objeto licitado conforme especificações do edital e seus anexos em consonância com a Proposta de Preço a vencedora obriga-se a:

a) Atender as requisições do Município fornecendo os materiais descritos por este Instrumento Convocatório, nos preços constantes de sua proposta e em conformidade com as especificações estipuladas no Anexo I; b) Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassá-los ao Município, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento. c) Disponibilizar os materiais para serem retirados conforme a necessidade do Município, sem que com isso haja qualquer custo adicional, deste edital. d) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto da licitação, sem prévia anuência do Município; e) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital; f) Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez inexistir, no caso, vínculo empregatício deles com o Município; g) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

3.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES.

3.4. Arcar com eventuais prejuízos causados à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato.

3.5. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho.

3.6. Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassa-los ao Município, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento.;

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;

4.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

4.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

4.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento objeto;

4.5. Disponibilizar local para recebimento e guarda dos produtos solicitados.

4.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

4.7. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5. DO RECEBIMENTO DO OBJETO LICITADO

5.1. Os itens descritos conforme Anexo I serão recebidos:

5.2 Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos itens com a especificação;

5.3 Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação;

5.4 Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

5.5 O fornecimento será efetuado em remessa fracionada conforme solicitação da secretaria de saúde, com prazo de entrega não superior a **15 dias úteis**, contados a partir da emissão da requisição emitida pelo setor responsável.

5.6. Os materiais adquiridos deverão ser entregues no setor de compras da Prefeitura Municipal de Nova bandeirantes-MT, situada na Avenida Jose Francisco Otênio nº 62, centro, Nova Bandeirantes-MT, sem qualquer tipo de ônus para a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT.

5.7 A entrega dos materiais estará condicionada ao laudo de qualidade dos mesmos e apresentando obrigatoriamente a Denominação Comum Brasileira – DCB, ou na sua falta Declaração Comum Internacional - DCI sob pena de devolução conforme determinação da Lei 9.787 10/02/1999.

5.8 No ato da entrega dos volumes deverão trazer escritos na parte exterior o número da Nota Fiscal a que se refere.

5.9 No campo Observação da Nota fiscal deverá conter o número da nossa Ordem de Fornecimento ao qual a Nota Fiscal se refere e a descrição da destinação dos materiais (estes serão fornecidos pelo Departamento de Compras do Município de Nova Bandeirantes-MT).

5.10 Obrigatoriamente, deve constar vencimento dos materiais em nota fiscal emitida pela empresa.

5.11 Prazo de validade dos materiais deverá ser de no mínimo **12 (Doze) meses**, contados a partir da data da entrega.

5.12 Se o item for vendido em caixa, deve constar em nota fiscal, a quantidade dentro de cada caixa, bem como a quantidade de caixas.

5.8- Todos os produtos cotados deverão atender às exigências mínimas de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial – ABNT, INMETRO, ANVISA, MINISTÉRIO DA SAÚDE, etc., atentando-se a contratada, principalmente, para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

5.9 - As embalagens não podem apresentar-se violadas, com sinais de rompimento, aberturas ou furos. Devem ter a identificação do produto, nome do fabricante, endereço, CNPJ, prazo de validade, peso líquido, certificado de inspeção quando obrigatório, autorização dos órgãos competentes.

6. DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega do objeto, mediante a emissão da nota fiscal/fatura, devidamente entregue e lançada junto ao Departamento de Contabilidade e atestada pela Secretaria requisitante, sendo que em hipótese alguma será efetuado pagamento antecipado.

6.2. As empresas deverão obrigatoriamente fornecer Nota Fiscal Eletrônica, conforme as disposições contidas no RICMS/MT, ou conforme legislação vigente.

6.3. Para fazer jus ao pagamento, a licitante vencedora deverá comprovar sua adimplência com a Seguridade Social (INSS) e com o FGTS (CRF). Caso a empresa seja optante pelo Simples, deverá apresentar, também, cópia do Termo de Opção pelo recolhimento de imposto naquela modalidade;

6.4. Não será efetuado qualquer pagamento à EMPRESA DETENTORA DA ATA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência com relação à ATA de Registro de Preços originada do presente Pregão.

6.5. O pagamento será feito mediante depósito na conta bancária fornecida pela EMPRESA DETENTORA DA ATA, conforme informação do n. º da agência, banco e conta corrente na referida Nota Fiscal. ***Fica vedada a emissão de boleto bancário pois o único meio de pagamento a ser realizado pelo município é através de depósito via banco conforme normatiza o edital.***

6.6. Deverá constar no corpo da Nota Fiscal o número do processo licitatório a que se refere (Pregão Presencial nº 018/2017).

7. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. Os preços inicialmente cotados são fixos e irreajustáveis, podendo ser objeto revisão, de ofício ou a pedido, caso haja motivo relevante, tal como variação substancial do custo de aquisição do produto, junto ao distribuidor, devidamente justificado e demonstrado pela Licitante vencedora, mediante apresentação de Notas Fiscais do distribuidor, planilha de custos devidamente exarada pelo Contador responsável da empresa contratada e pesquisa de mercado realizada pela Administração;

7.2. Não haverá reajuste de preços de acordo com o parágrafo 1º, artigo 25 da Lei Federal n.º 9.069/95, que dispõe sobre o Plano Real.

7.3. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, conforme disposto na alínea "d", do inciso II, do artigo 65 da Lei Federal n. º 8.666/93, será obtida mediante solicitação da empresa detentora da ata à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido.

7.4. A Comissão de controle da ATA de registro de preços originada do presente processo poderá a qualquer tempo rever, reduzindo os preços registrados, de conformidade com pesquisa de mercado, para atendimento do disposto no inciso V do artigo 15 da Lei Federal n. º 8.666/93 e no artigo 12 do Decreto Federal n. º 3.931/2001 ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado atacadista.

7.5. Fica, em qualquer hipótese, ressalvada a possibilidade de alteração das condições pactuadas em face de superveniência de leis e/ou normas federais ou municipais disciplinando a matéria.

8. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

8.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

8.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

8.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

8.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

8.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

8.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

9. DA FISCALIZAÇÃO

9.1. O Município promoverá, através do servidor designado pela Administração conforme portaria XXX, o acompanhamento e a fiscalização das entregas dos produtos, que anotará em registro próprio as ocorrências e falhas detectadas na sua execução e comunicará à (s) empresa (s) fornecedora (s) os fatos que, ao seu critério, exigirem medidas corretivas por parte da mesma, devendo este ainda:

a) Atestar as notas fiscais da Licitante para efeitos de pagamento; b) Solicitar ao Prefeito Municipal, as providências que ultrapassarem a sua competência, possibilitando a adoção das medidas convenientes para a perfeita execução deste Contrato; c) Elaborar relatório acerca da destinação dos produtos;

A ação da fiscalização não exonera a Licitante vencedora de suas responsabilidades contratuais.

10. DA ADESÃO À ATA DE REGISRO DE PREÇOS

10.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador;

10.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

10.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

10.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

10.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

10.8. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Setor de Licitação o qual seja a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, por meio do Setor de Licitações através do e-mail licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br ou pelo endereço Avenida Comendador Luiz Meneghel, 62, Bairro Centro – CEP 78. 565-000-Nova Bandeirantes – MT Fone 066-3572-1950

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Em casos de inexecução parcial ou total das obrigações fixadas neste Pregão, em relação ao objeto desta licitação, a Administração poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar as seguintes sanções:

11.1.1 Multa de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor estimado da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, no caso da licitante vencedora não cumprir rigorosamente as exigências da mesma ou recusar-se a receber a Nota de Empenho ou atrasar na assinatura da referida ATA, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente.

11.1.2. A multa a que alude o item anterior não impede que a Administração rescinda unilateralmente a ATA e aplique outras sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666/93, e posteriores alterações.

11.1.3. Advertência, por escrito, no caso de pequenas irregularidades.

11.1.4. Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos, quando da inexecução contratual sobrevier prejuízo para a Administração.

11.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

11.2. Se a licitante deixar de entregar a documentação ou apresentá-la falsamente, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a Proposta, falhar ou fraudar na execução da ATA, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, pelo prazo de até cinco anos, impedido de contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

11.3. A sanção de advertência de que trata o item 20.2.1 poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - Descumprimento das determinações necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados na entrega dos materiais. II - Outras ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços ao MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

11.4. A penalidade de suspensão será cabível quando a licitante participar do certame e for verificada a existência de fatos que a impeçam de contratar com a Administração Pública. Caberá ainda a suspensão quando a licitante, por descumprimento de cláusula editalícia, tenha causado transtornos no desenvolvimento dos serviços do MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 – As despesas deste Processo Licitatório correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 05 - Secretaria de Saúde – Natureza de despesa 339030000000 – 200.

12.2- No caso de despesas plurianuais (mais de um exercício financeiro), o orçamento vigente deverá contingenciar recursos para as despesas liquidadas neste exercício. As demais despesas que ultrapassarem o orçamento vigente serão contempladas nas dotações orçamentárias futuras do município.

13. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

13.1. A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, Jornal Oficial dos Municípios-AMM que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Eletrônico nº. 018/2017,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT.

15. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Nova Monte Verde-MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subscrevem.

NOVA BANDEIRANTES-MT, 26 de abril de 2017.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

HOSPITRONICA COM. DE EQUIP. MEDICO HOSP. LTDA

LEANDRO MARIA CLARO

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Regina de Souza Mendonça Nome: Angela Aparecida Franzon

CPF: 968.501.911-87 CPF: 643.020.599-15

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2017

Aos 26 dias do mês de abril de 2017, de um lado o MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel, n. º62, centro, nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 33.683.822/0001-73, neste ato, representado pelo **Prefeito Municipal, Sr. Valdir Pereira dos Santos,** brasileiro, empresário, portador do R.G. n.º 3512032-7 SSP/PR e inscrito no CPF nº 531.846.969- 87, residente e domiciliado no município de Nova bandeirantes, neste ato denominado simplesmente **ORGAO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS**, realizado por meio do **PREGAO ELETRONICO Nº 018/2017**, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, homologada em **25/04/2017**, doravante denominada **FORNECEDOR**, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de **compromisso de fornecimento**, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem:

1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes – MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando o **Aquisição de equipamento e material permanente para unidade de atenção especializada em saúde para uso do Hospital Municipal De Nova Bandeirantes-MT*, d*e acordo com as especificações, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor:	**K.C.R.S COMERCIO EQUIPAMENTOS EIRELI – EPP**			CNPJ:	21.971.041/0001-03
Endereço:	RUA MARECHAL MASCARENHAS DE MORAES			Nº:	88
Bairro:	CENTRO	Cidade:	ARAÇATUBA/SP	CEP:	16075-370
Representante Legal:	KAREN CRISTIANE RIBEIRO STANICHESKI			CPF:	277.277.558-50
Email:	kcr@kcrequipamentos.com.br			Telefone:	(18) 3621-3782

ITEM	CODIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	V. UNITARIO	V. TOTAL
1	348880	BALANCA ANTROPOMETRICA ADULTO DIGITAL	UNIDADE	P 200 C	1	R$ 900,00	R$ 900,00
							R$ 900,00

Valor Global: R$ 900,00 (novecentos reais).

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação.

3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 uma vez notificada de que o Município efetivara a contratação, a licitante vencedora deverá comparecer nos 02(dois) dias uteis à notificação, para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Capítulo XX deste certame.

3.2. Entregar o objeto licitado conforme especificações do edital e seus anexos em consonância com a Proposta de Preço a vencedora obriga-se a:

a) Atender as requisições do Município fornecendo os materiais descritos por este Instrumento Convocatório, nos preços constantes de sua proposta e em conformidade com as especificações estipuladas no Anexo I; b) Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassá-los ao Município, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento. c) Disponibilizar os materiais para serem retirados conforme a necessidade do Município, sem que com isso haja qualquer custo adicional, deste edital. d) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto da licitação,

sem prévia anuência do Município; e) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital; f) Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez inexistir, no caso, vínculo empregatício deles com o Município; g) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

3.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES.

3.4. Arcar com eventuais prejuízos causados à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato.

3.5. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho.

3.6. Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassa-los ao Município, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento.;

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;

4.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

4.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

4.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento objeto;

4.5. Disponibilizar local para recebimento e guarda dos produtos solicitados.

4.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

4.7. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5. DO RECEBIMENTO DO OBJETO LICITADO

5.1. Os itens descritos conforme Anexo I serão recebidos:

5.2 Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos itens com a especificação;

5.3 Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação;

5.4 Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

5.5 O fornecimento será efetuado em remessa fracionada conforme solicitação da secretaria de saúde, com prazo de entrega não superior a **15 dias úteis**, contados a partir da emissão da requisição emitida pelo setor responsável.

5.6. Os materiais adquiridos deverão ser entregues no setor de compras da Prefeitura Municipal de Nova bandeirantes-MT, situada na Avenida Jose Francisco Otênio nº 62, centro, Nova Bandeirantes-MT, sem qualquer tipo de ônus para a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT.

5.7 A entrega dos materiais estará condicionada ao laudo de qualidade dos mesmos e apresentando obrigatoriamente a Denominação Comum Brasileira – DCB, ou na sua falta Declaração Comum Internacional - DCI sob pena de devolução conforme determinação da Lei 9.787 10/02/1999.

5.8 No ato da entrega dos volumes deverão trazer escritos na parte exterior o número da Nota Fiscal a que se refere.

5.9 No campo Observação da Nota fiscal deverá conter o número da nossa Ordem de Fornecimento ao qual a Nota Fiscal se refere e a descrição da destinação dos materiais (estes serão fornecidos pelo Departamento de Compras do Município de Nova Bandeirantes-MT).

5.10 Obrigatoriamente, deve constar vencimento dos materiais em nota fiscal emitida pela empresa.

5.11 Prazo de validade dos materiais deverá ser de no mínimo **12 (Doze) meses**, contados a partir da data da entrega.

5.12 Se o item for vendido em caixa, deve constar em nota fiscal, a quantidade dentro de cada caixa, bem como a quantidade de caixas.

5.8- Todos os produtos cotados deverão atender às exigências mínimas de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial – ABNT, INMETRO, ANVISA, MINISTÉRIO DA SAÚDE, etc., atentando-se a contratada, principalmente, para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

5.9 - As embalagens não podem apresentar-se violadas, com sinais de rompimento, aberturas ou furos. Devem ter a identificação do produto, nome do fabricante, endereço, CNPJ, prazo de validade, peso líquido, certificado de inspeção quando obrigatório, autorização dos órgãos competentes.

6. DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega do objeto, mediante a emissão da nota fiscal/fatura, devidamente entregue e lançada junto ao Departamento de Contabilidade e atestada pela Secretaria requisitante, sendo que em hipótese alguma será efetuado pagamento antecipado.

6.2. As empresas deverão obrigatoriamente fornecer Nota Fiscal Eletrônica, conforme as disposições contidas no RICMS/MT, ou conforme legislação vigente.

6.3. Para fazer jus ao pagamento, a licitante vencedora deverá comprovar sua adimplência com a Seguridade Social (INSS) e com o FGTS (CRF). Caso a empresa seja optante pelo Simples, deverá apresentar, também, cópia do Termo de Opção pelo recolhimento de imposto naquela modalidade;

6.4. Não será efetuado qualquer pagamento à EMPRESA DETENTORA DA ATA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência com relação à ATA de Registro de Preços originada do presente Pregão.

6.5. O pagamento será feito mediante depósito na conta bancária fornecida pela EMPRESA DETENTORA DA ATA, conforme informação do n. º da agência, banco e conta corrente na referida Nota Fiscal. ***Fica vedada a emissão de boleto bancário pois o único meio de pagamento a ser realizado pelo município é através de depósito via banco conforme normatiza o edital.***

6.6. Deverá constar no corpo da Nota Fiscal o número do processo licitatório a que se refere (Pregão Presencial nº 018/2017).

7. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. Os preços inicialmente cotados são fixos e irreajustáveis, podendo ser objeto revisão, de ofício ou a pedido, caso haja motivo relevante, tal como variação substancial do custo de aquisição do produto, junto ao distribuidor, devidamente justificado e demonstrado pela Licitante vencedora, mediante apresentação de Notas Fiscais do distribuidor, planilha de custos devidamente exarada pelo Contador responsável da empresa contratada e pesquisa de mercado realizada pela Administração;

7.2. Não haverá reajuste de preços de acordo com o parágrafo 1º, artigo 25 da Lei Federal n.º 9.069/95, que dispõe sobre o Plano Real.

7.3. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, conforme disposto na alínea "d", do inciso II, do artigo 65 da Lei Federal n. º 8.666/93, será obtida mediante solicitação da empresa detentora da ata à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido.

7.4. A Comissão de controle da ATA de registro de preços originada do presente processo poderá a qualquer tempo rever, reduzindo os preços registrados, de conformidade com pesquisa de mercado, para atendimento do disposto no inciso V do artigo 15 da Lei Federal n. º 8.666/93 e no artigo 12 do Decreto Federal n. º 3.931/2001 ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado atacadista.

7.5. Fica, em qualquer hipótese, ressalvada a possibilidade de alteração das condições pactuadas em face de superveniência de leis e/ou normas federais ou municipais disciplinando a matéria.

8. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

8.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

8.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

8.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

8.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

8.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

8.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

9. DA FISCALIZAÇÃO

9.1. O Município promoverá, através do servidor designado pela Administração conforme portaria XXX, o acompanhamento e a fiscalização das entregas dos produtos, que anotará em registro próprio as ocorrências e falhas detectadas na sua execução e comunicará à (s) empresa (s) fornecedora (s) os fatos que, ao seu critério, exigirem medidas corretivas por parte da mesma, devendo este ainda:

a) Atestar as notas fiscais da Licitante para efeitos de pagamento; b) Solicitar ao Prefeito Municipal, as providências que ultrapassarem a sua competência, possibilitando a adoção das medidas convenientes para a perfeita execução deste Contrato; c) Elaborar relatório acerca da destinação dos produtos;

A ação da fiscalização não exonera a Licitante vencedora de suas responsabilidades contratuais.

10. DA ADESÃO À ATA DE REGISRO DE PREÇOS

10.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador;

10.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

10.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

10.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

10.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

10.8. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Setor de Licitação o qual seja a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, por meio do Setor de Licitações através do e-mail licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br ou pelo endereço Avenida Comendador Luiz Meneghel, 62, Bairro Centro – CEP 78. 565-000-Nova Bandeirantes – MT Fone 066-3572-1950

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Em casos de inexecução parcial ou total das obrigações fixadas neste Pregão, em relação ao objeto desta licitação, a Administração poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar as seguintes sanções:

11.1.1 Multa de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor estimado da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, no caso da licitante vencedora não cumprir rigorosamente as exigências da mesma ou recusar-se a receber a Nota de Empenho ou atrasar na assinatura da referida ATA, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente.

11.1.2. A multa a que alude o item anterior não impede que a Administração rescinda unilateralmente a ATA e aplique outras sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666/93, e posteriores alterações.

11.1.3. Advertência, por escrito, no caso de pequenas irregularidades.

11.1.4. Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos, quando da inexecução contratual sobrevier prejuízo para a Administração.

11.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

11.2. Se a licitante deixar de entregar a documentação ou apresentá-la falsamente, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a Proposta, falhar ou fraudar na execução da ATA, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, pelo prazo de até cinco anos, impedido de contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

11.3. A sanção de advertência de que trata o item 20.2.1 poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - Descumprimento das determinações necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados na entrega dos materiais. II - Outras ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços ao MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

11.4. A penalidade de suspensão será cabível quando a licitante participar do certame e for verificada a existência de fatos que a impeçam de contratar com a Administração Pública. Caberá ainda a suspensão quando a licitante, por descumprimento de cláusula editalícia, tenha causado transtornos no desenvolvimento dos serviços do MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 – As despesas deste Processo Licitatório correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 05 - Secretaria de Saúde – Natureza de despesa 339030000000 – 200.

12.2- No caso de despesas plurianuais (mais de um exercício financeiro), o orçamento vigente deverá contingenciar recursos para as despesas liquidadas neste exercício. As demais despesas que ultrapassarem o orçamento vigente serão contempladas nas dotações orçamentárias futuras do município.

13. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

13.1. A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, Jornal Oficial dos Municípios-AMM que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Eletrônico nº. 018/2017,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT.

15. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Nova Monte Verde-MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subscrevem.

NOVA BANDEIRANTES-MT, 26 de abril de 2017.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

K.C.R.S COMERCIO EQUIPAMENTOS EIRELI – EPP

KAREN CRISTIANE RIBEIRO STANICHESKI

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Regina de Souza Mendonça Nome: Angela Aparecida Franzon

CPF: 968.501.911-87 CPF: 643.020.599-15

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2017

Aos 26 dias do mês de abril de 2017, de um lado o MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel, n. º62, centro, nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 33.683.822/0001-73, neste ato, representado pelo **Prefeito Municipal, Sr. Valdir Pereira dos Santos,** brasileiro, empresário, portador do R.G. n.º 3512032-7 SSP/PR e inscrito no CPF nº 531.846.969- 87, residente e domiciliado no município de Nova bandeirantes, neste ato denominado simplesmente **ORGAO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS**, realizado por meio do **PREGAO ELETRONICO Nº 018/2017**, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, homologada em **25/04/2017**, doravante denominada **FORNECEDOR**, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de **compromisso de fornecimento**, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem:

1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes – MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando o **Aquisição de equipamento e material permanente para unidade de atenção especializada em saúde para uso do Hospital Municipal De Nova Bandeirantes-MT*, d***e acordo com as especificações, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor:	**GRANDE ELETRO ELETRÔNICOS LTDA – ME**			CNPJ:	10.662.497/0002-48
Endereço:	AV. RIO DE JANEIRO			Nº:	48
Bairro:	CENTRO	Cidade:	LONDRINA/PR	CEP:	86010-150
Representante Legal:	MARLENE CHIARATO DE ALMEIDA			CPF:	017.067.429-08
Email:	licitacoes@grandeeletro.com.br			Telefone:	(43) 3249-2343

ITEM	CODIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	V. UNITARIO	V. TOTAL
1	348917	ESCADA COM 02 DEGRAUS EM ACO INOXIDAVEL	UNIDADE	RENASCER	3	R$ 206,00	R$ 618,00
							R$ 618,00

Valor Global: R$ 618,00 (seiscentos e dezoito reais).

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação.

3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 uma vez notificada de que o Município efetivara a contratação, a licitante vencedora deverá comparecer nos 02(dois) dias uteis à notificação, para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Capítulo XX deste certame.

3.2. Entregar o objeto licitado conforme especificações do edital e seus anexos em consonância com a Proposta de Preço a vencedora obriga-se a:

a) Atender as requisições do Município fornecendo os materiais descritos por este Instrumento Convocatório, nos preços constantes de sua proposta e em conformidade com as especificações estipuladas no Anexo I; b) Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassá-los ao Município, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento. c) Disponibilizar os materiais para serem retirados conforme a necessidade do Município, sem que com isso haja qualquer custo adicional, deste edital. d) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto da licitação, sem prévia anuência do Município; e) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital; f) Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez inexistir, no caso, vínculo empregatício deles com o Município; g) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

3.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES.

3.4. Arcar com eventuais prejuízos causados à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato.

3.5. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho.

3.6. Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassa-los ao Município, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento.;

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;

4.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

4.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

4.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento objeto;

4.5. Disponibilizar local para recebimento e guarda dos produtos solicitados.

4.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

4.7. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5. DO RECEBIMENTO DO OBJETO LICITADO

5.1. Os itens descritos conforme Anexo I serão recebidos:

5.2 Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos itens com a especificação;

5.3 Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação;

5.4 Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

5.5 O fornecimento será efetuado em remessa fracionada conforme solicitação da secretaria de saúde, com prazo de entrega não superior a **15 dias úteis**, contados a partir da emissão da requisição emitida pelo setor responsável.

5.6. Os materiais adquiridos deverão ser entregues no setor de compras da Prefeitura Municipal de Nova bandeirantes-MT, situada na Avenida Jose Francisco Otênio nº 62, centro, Nova Bandeirantes-MT, sem qualquer tipo de ônus para a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT.

5.7 A entrega dos materiais estará condicionada ao laudo de qualidade dos mesmos e apresentando obrigatoriamente a Denominação Comum Brasileira – DCB, ou na sua falta Declaração Comum Internacional - DCI sob pena de devolução conforme determinação da Lei 9.787 10/02/1999.

5.8 No ato da entrega dos volumes deverão trazer escritos na parte exterior o número da Nota Fiscal a que se refere.

5.9 No campo Observação da Nota fiscal deverá conter o número da nossa Ordem de Fornecimento ao qual a Nota Fiscal se refere e a descrição da destinação dos materiais (estes serão fornecidos pelo Departamento de Compras do Município de Nova Bandeirantes-MT).

5.10 Obrigatoriamente, deve constar vencimento dos materiais em nota fiscal emitida pela empresa.

5.11 Prazo de validade dos materiais deverá ser de no mínimo **12 (Doze) meses**, contados a partir da data da entrega.

5.12 Se o item for vendido em caixa, deve constar em nota fiscal, a quantidade dentro de cada caixa, bem como a quantidade de caixas.

5.8- Todos os produtos cotados deverão atender às exigências mínimas de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial – ABNT, INMETRO, ANVISA, MINISTÉRIO DA SAÚDE, etc., atentando-se a contratada, principalmente, para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

5.9 - As embalagens não podem apresentar-se violadas, com sinais de rompimento, aberturas ou furos. Devem ter a identificação do produto, nome do fabricante, endereço, CNPJ, prazo de validade, peso líquido, certificado de inspeção quando obrigatório, autorização dos órgãos competentes.

6. DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega do objeto, mediante a emissão da nota fiscal/fatura, devidamente entregue e lançada junto ao Departamento de Contabilidade e atestada pela Secretaria requisitante, sendo que em hipótese alguma será efetuado pagamento antecipado.

6.2. As empresas deverão obrigatoriamente fornecer Nota Fiscal Eletrônica, conforme as disposições contidas no RICMS/MT, ou conforme legislação vigente.

6.3. Para fazer jus ao pagamento, a licitante vencedora deverá comprovar sua adimplência com a Seguridade Social (INSS) e com o FGTS (CRF). Caso a empresa seja optante pelo Simples, deverá apresentar, também, cópia do Termo de Opção pelo recolhimento de imposto naquela modalidade;

6.4. Não será efetuado qualquer pagamento à EMPRESA DETENTORA DA ATA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência com relação à ATA de Registro de Preços originada do presente Pregão.

6.5. O pagamento será feito mediante depósito na conta bancária fornecida pela EMPRESA DETENTORA DA ATA, conforme informação do n. º da agência, banco e conta corrente na referida Nota Fiscal. ***Fica vedada a emissão de boleto bancário pois o único meio de pagamento a ser realizado pelo município é através de depósito via banco conforme normatiza o edital.***

6.6. Deverá constar no corpo da Nota Fiscal o número do processo licitatório a que se refere (Pregão Presencial nº 018/2017).

7. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. Os preços inicialmente cotados são fixos e irreajustáveis, podendo ser objeto revisão, de ofício ou a pedido, caso haja motivo relevante, tal como variação substancial do custo de aquisição do produto, junto ao distribuidor, devidamente justificado e demonstrado pela Licitante vencedora, mediante

apresentação de Notas Fiscais do distribuidor, planilha de custos devidamente exarada pelo Contador responsável da empresa contratada e pesquisa de mercado realizada pela Administração;

7.2. Não haverá reajuste de preços de acordo com o parágrafo 1º, artigo 25 da Lei Federal n.º 9.069/95, que dispõe sobre o Plano Real.

7.3. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, conforme disposto na alínea "d", do inciso II, do artigo 65 da Lei Federal n. º 8.666/93, será obtida mediante solicitação da empresa detentora da ata à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido.

7.4. A Comissão de controle da ATA de registro de preços originada do presente processo poderá a qualquer tempo rever, reduzindo os preços registrados, de conformidade com pesquisa de mercado, para atendimento do disposto no inciso V do artigo 15 da Lei Federal n. º 8.666/93 e no artigo 12 do Decreto Federal n. º 3.931/2001 ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado atacadista.

7.5. Fica, em qualquer hipótese, ressalvada a possibilidade de alteração das condições pactuadas em face de superveniência de leis e/ou normas federais ou municipais disciplinando a matéria.

8. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

8.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

8.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

8.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

8.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

8.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

8.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

9. DA FISCALIZAÇÃO

9.1. O Município promoverá, através do servidor designado pela Administração conforme portaria XXX, o acompanhamento e a fiscalização das entregas dos produtos, que anotará em registro próprio as ocorrências e falhas detectadas na sua execução e comunicará à (s) empresa (s) fornecedora (s) os fatos que, ao seu critério, exigirem medidas corretivas por parte da mesma, devendo este ainda:

a) Atestar as notas fiscais da Licitante para efeitos de pagamento; b) Solicitar ao Prefeito Municipal, as providências que ultrapassarem a sua competência, possibilitando a adoção das medidas convenientes para a perfeita execução deste Contrato; c) Elaborar relatório acerca da destinação dos produtos;

A ação da fiscalização não exonera a Licitante vencedora de suas responsabilidades contratuais.

10. DA ADESÃO À ATA DE REGISRO DE PREÇOS

10.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador;

10.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

10.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

10.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

10.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

10.8. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Setor de Licitação o qual seja a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, por meio do Setor de Licitações através do e-mail licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br ou pelo endereço Avenida Comendador Luiz Meneghel, 62, Bairro Centro – CEP 78. 565-000-Nova Bandeirantes – MT Fone 066-3572-1950

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Em casos de inexecução parcial ou total das obrigações fixadas neste Pregão, em relação ao objeto desta licitação, a Administração poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar as seguintes sanções:

11.1.1 Multa de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor estimado da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, no caso da licitante vencedora não cumprir rigorosamente as exigências da mesma ou recusar-se a receber a Nota de Empenho ou atrasar na assinatura da referida ATA, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente.

11.1.2. A multa a que alude o item anterior não impede que a Administração rescinda unilateralmente a ATA e aplique outras sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666/93, e posteriores alterações.

11.1.3. Advertência, por escrito, no caso de pequenas irregularidades.

11.1.4. Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos, quando da inexecução contratual sobrevier prejuízo para a Administração.

11.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

11.2. Se a licitante deixar de entregar a documentação ou apresentá-la falsamente, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a Proposta, falhar ou fraudar na execução da ATA, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, pelo prazo de até cinco anos, impedido de contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

11.3. A sanção de advertência de que trata o item 20.2.1 poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - Descumprimento das determinações necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados na entrega dos materiais. II - Outras ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços ao MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

11.4. A penalidade de suspensão será cabível quando a licitante participar do certame e for verificada a existência de fatos que a impeçam de contratar com a Administração Pública. Caberá ainda a suspensão quando a licitante, por descumprimento de cláusula editalícia, tenha causado transtornos no desenvolvimento dos serviços do MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 – As despesas deste Processo Licitatório correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 05 - Secretaria de Saúde – Natureza de despesa 339030000000 – 200.

12.2- No caso de despesas plurianuais (mais de um exercício financeiro), o orçamento vigente deverá contingenciar recursos para as despesas liquidadas neste exercício. As demais despesas que ultrapassarem o orçamento vigente serão contempladas nas dotações orçamentárias futuras do município.

13. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

13.1. A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, Jornal Oficial dos Municípios-AMM que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Eletrônico nº. 018/2017,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT.

15. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Nova Monte Verde-MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subscrevem.

NOVA BANDEIRANTES-MT, 26 de abril de 2017.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

GRANDE ELETRO ELETRÔNICOS LTDA – ME

MARLENE CHIARATO DE ALMEIDA

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Regina de Souza Mendonça Nome: Angela Aparecida Franzon

CPF: 968.501.911-87 CPF: 643.020.599-15

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO 027/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2017

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2017

Aos 28 dias do mês de abril de 2017, de um lado o MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel, n. º62, centro, nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 33.683.822/0001-73, neste ato, representado pelo **Prefeito Municipal, Sr. Valdir Pereira dos Santos,** brasileiro, empresário, portador do R.G. n.º 3512032-7 SSP/PR e inscrito no CPF nº 531.846.969- 87, residente e domiciliado no município de Nova bandeirantes, neste ato denominado simplesmente **ORGAO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS**, realizado por meio do **PREGAO ELETRONICO Nº 014/2017**, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, homologada em **27/04/2017**, doravante denominada **FORNECEDOR**, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de **compromisso de fornecimento**, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as clausulas que se seguem:

1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes – MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando o **registro de preço para futura e eventual aquisição de material odontológico para as unidades básicas de saúde*, d***e acordo com as especificações, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor:	**ELISAVANDIA MATOS DONINI-ME**			CNPJ:	13.547.970/0001-53
Endereço:	RUA: EGIDIO FERRONATO			Nº:	188
Bairro:	DIST. INDUSTRIAL	Cidade:	CAIBI-SC	CEP:	89.888-000
Representante Legal:	VITOR DONINI FILHO			CPF:	033.063.919-64
Email:	vendas@higix.com.br			Telefone:	(49)36480897

ITEM	CODIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	QTD	V.UNIT	V.TOTAL
1	356044	ALCOOL 70% 1 LITRO	UNIDADE	CICLO FAR-MA	6	R$ 5,29	R$ 31,74
2	355925	ANESTESICO CITOCAINA 3% (COM VASO CONSTRITOR).	CAIXA	CITOCAINA	10	R$ 32,99	R$ 329,90
3	355922	ANESTESICO MEPIVACAINA 2% COM VASO CONSTRUTOR (TUBETES DE VIDRO).	CAIXA	MERIADRE	16	R$ 74,76	R$ 1.196,16
4	355924	ANESTESICO MEPIVACAINA SEM VASO CONSTRUTOR.	CAIXA	MEPIVALEN	5	R$ 76,45	R$ 382,25
5	355926	ANESTESICO TOPICO GEL COM 12 G	UNIDADE	ZENSOTOP	10	R$ 4,78	R$ 47,80
6	355943	BABADOR DESCARTAVEL DUPLA CAMADA BRANCO C/ 100 UNIDADES	PACOTE	SS PLUS	20	R$ 8,64	R$ 172,80
7	355969	CREME DENTAL 0,90 GR	UNIDADE	ICE FRESCH	500	R$ 0,98	R$ 490,00
8	355966	ESPATULA DE RESINA DE TITANIO N 4 N 6	UNIDADE	PRISMA	2	R$ 42,99	R$ 85,98
9	355972	FIO DENTAL C/ 100 MT	UNIDADE	HIGIX	500	R$ 1,00	R$ 500,00
10	355957	FLUORETADO DE SODIO 0,2 % DE 1 LTRO SABOR TUTTI -FRUTI	LITRO	IODONTOSUL	20	R$ 177,45	R$ 3.549,00
11	356064	FRESA ESFERICA PARA CAVIDADE	UNIDADE	DYNA	20	R$ 54,00	R$ 1.080,00
12	356037	GUARDANAPO DE BOCA 32X32 C/ 50 UNID	CAIXA	DIVINA MESA	30	R$ 4,89	R$ 146,70
13	355940	HEMOSTOP 10 ML	UNIDADE	HEMOLINO	20	R$ 9,54	R$ 190,80
14	355936	KIT DE PONTAS DIAMANTADAS POLIDONT INTRODUTORIO COM MANDRIL	UNIDADE	POLIDINT	15	R$ 89,99	R$ 1.349,85
15	356025	MATRIZ ACO 7MM X 5M	UNIDADE	IODONTOSUL	10	R$ 0,96	R$ 9,60
16	356029	MATRIZ TOFFLEMIRE N 10 C/ 12	PACOTE	TDV	3	R$ 4,12	R$ 12,36
17	355944	MATRIZ TRANSPARENTE POLIESTER	PACOTE	TDV	20	R$ 89,00	R$ 1.780,00
18	355937	PAPACARIE	UNIDADE	FGA	8	R$ 93,82	R$ 750,56
19	356038	PAPEL INTERFOLHA C/ 1000 UNID	CAIXA	ROSA	5	R$ 138,90	R$ 694,50
20	356035	PERIOGARD - ENXAGUANTE BUCAL 1,1 LT	UNIDADE	IODONTOSUL	2	R$ 21,99	R$ 43,98
21	355982	PLACA DE VIDRO MEDIA 5 MM	UNIDADE	IODONTOSUL	2	R$ 7,99	R$ 15,98
22	355946	PLACAS DE VIDRO TRANSPARENTE FINAS 5 MM	UNIDADE	IODONTOSUL	20	R$ 6,82	R$ 136,40
23	355979	PORTA AMALGAMA DE PLASTICO C/ 1 UNID	UNIDADE	MAQUIRA	2	R$ 4,15	R$ 8,30
24	356071	SUGADOR ENDODONTICO DESCARTAVEL C/ 20 UNID	PACOTE	SS PLUS	10	R$ 13,45	R$ 134,50
25	356022	TIRA LIXA 3 MM	UNIDADE	AIRON	10	R$ 44,99	R$ 449,90
26	355988	TIRA LIXA 5 MM	UNIDADE	AIRON	10	R$ 44,99	R$ 449,90
27	356021	TIRA LIXA 7 MM	UNIDADE	AIRON	10	R$ 103,60	R$ 1.036,00
							R$ 15. 074,96

VALOR GLOBAL: R$ 15.074,96 (Quinze Mil Setenta e Quatro Reais e Noventa e Seis Centavos).

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação.

3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 Uma vez notificada de que o Município efetivara a contratação, a licitante vencedora deverá comparecer nos 02(dois) dias uteis à notificação, para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuizo das sanções previstas no Capítulo XX deste certame.

3.2. Entregar o objeto licitado conforme especificações do edital e seus anexos em consonância com a Proposta de Preço a vencedora obriga-se a:

a) Atender as requisições do Município fornecendo os materiais descritos por este Instrumento Convocatório, nos preços constantes de sua proposta e em conformidade com as especificações estipuladas no Anexo I; b) Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassá-los ao Município, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento. c) Disponibilizar os materiais para serem retirados conforme a necessidade do Município, sem que com isso haja qualquer custo adicional, deste edital. d) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto da licitação, sem prévia anuência do Município; e) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital; f) Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez inexistir, no caso, vínculo empregatício deles com o Município; g) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

3.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES.

3.4. Arcar com eventuais prejuízos causados à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato.

3.5. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho.

3.6. Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassa-los ao Município, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento.;

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;

4.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

4.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

4.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento objeto;

4.5. Disponibilizar local para recebimento e guarda dos produtos solicitados.

4.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

4.7. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5. DO RECEBIMENTO DO OBJETO LICITADO

5.1. Os itens descritos conforme Anexo I serão recebidos:

5.2 Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos itens com a especificação;

5.3 Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação;

5.4 Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

5.5 O fornecimento será efetuado em remessa fracionada conforme solicitação da secretaria de saúde, com prazo de entrega não superior a **10 dias úteis**, contados a partir da emissão da requisição emitida pelo setor responsável.

5.6. O local para a entrega dos materiais será nas Secretarias e Departamentos deste Município, sendo a entrega de forma fracionada, conforme a necessidade das Secretarias e Departamentos Municipais de Nova Bandeirantes, e solicitação do Departamento de Compras da Prefeitura Municipal.

5.7 A entrega dos materiais estará condicionada ao laudo de qualidade dos mesmos e apresentando obrigatoriamente a Denominação Comum Brasileira – DCB, ou na sua falta Declaração Comum Internacional - DCI sob pena de devolução conforme determinação da Lei 9.787 10/02/1999.

5.8 No ato da entrega dos volumes deverão trazer escritos na parte exterior o número da Nota Fiscal a que se refere.

5.9 No campo Observação da Nota fiscal deverá conter o número da nossa Ordem de Fornecimento ao qual a Nota Fiscal se refere e a descrição da destinação dos materiais (estes serão fornecidos pelo Departamento de Compras do Município de Nova Bandeirantes-MT).

5.10 Obrigatoriamente, deve constar vencimento dos materiais em nota fiscal emitida pela empresa.

5.11 Prazo de validade dos materiais deverá ser de no mínimo **12 (Doze) meses**, contados a partir da data da entrega.

5.12 Se o item for vendido em caixa, deve constar em nota fiscal, a quantidade dentro de cada caixa, bem como a quantidade de caixas.

5.8- Todos os produtos cotados deverão atender às exigências mínimas de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial – ABNT, INMETRO, ANVISA, MINISTÉRIO DA SAÚDE, etc., atentando-se a contratada, principalmente, para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

5.9 - As embalagens não podem apresentar-se violadas, com sinais de rompimento, aberturas ou furos. Devem ter a identificação do produto, nome do fabricante, endereço, CNPJ, prazo de validade, peso líquido, certificado de inspeção quando obrigatório, autorização dos órgãos competentes.

6. DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega do objeto, mediante a emissão da nota fiscal/fatura, devidamente entregue e lançada junto ao Departamento de Contabilidade e atestada pela Secretaria requisitante, sendo que em hipótese alguma será efetuado pagamento antecipado.

6.2. As empresas deverão obrigatoriamente fornecer Nota Fiscal Eletrônica, conforme as disposições contidas no RICMS/MT, ou conforme legislação vigente.

6.3. Para fazer jus ao pagamento, a licitante vencedora deverá comprovar sua adimplencia com a Seguridade Social (INSS) e com o FGTS (CRF). Caso a empresa seja optante pelo Simples, deverá apresentar, tambem, copia do Termo de Opção pelo recolhimento de imposto naquela modalidade;

6.4. Não será efetuado qualquer pagamento à EMPRESA DETENTORA DA ATA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência com relação à ATA de Registro de Preços originada do presente Pregão.

6.5. O pagamento será feito mediante depósito na conta bancária fornecida pela EMPRESA DETENTORA DA ATA, conforme informação do n.º da agência, banco e conta corrente na referida Nota Fiscal. ***Fica vedada a emissão de boleto bancário pois o único meio de pagamento a ser realizado pelo município é através de depósito via banco conforme normatiza o edital.***

6.6. Deverá constar no corpo da Nota Fiscal o número do processo licitatório a que se refere (Pregão Presencial nº 014/2017).

7. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. Os preços inicialmente cotados são fixos e irreajustáveis, podendo ser objeto revisão, de ofício ou a pedido, caso haja motivo relevante, tal como variação substancial do custo de aquisição do produto, junto ao distribuidor, devidamente justificado e demonstrado pela Licitante vencedora, mediante apresentação de Notas Fiscais do distribuidor, planilha de custos devidamente exarada pelo Contador responsável da empresa contratada e pesquisa de mercado realizada pela Administração;

7.2. Não haverá reajuste de preços de acordo com o parágrafo 1º, artigo 25 da Lei Federal n.º 9.069/95, que dispõe sobre o Plano Real.

7.3. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, conforme disposto na alínea "d", do inciso II, do artigo 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, será obtida mediante solicitação da empresa detentora da ata à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido.

7.4. A Comissão de controle da ATA de registro de preços originada do presente processo poderá a qualquer tempo rever, reduzindo os preços registrados, de conformidade com pesquisa de mercado, para atendimento do disposto no inciso V do artigo 15 da Lei Federal n.º 8.666/93 e no artigo 12 do Decreto Federal n.º 3.931/2001 ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado atacadista.

7.5. Fica, em qualquer hipótese, ressalvada a possibilidade de alteração das condições pactuadas em face de superveniência de leis e/ou normas federais ou municipais disciplinando a matéria.

8. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

8.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

8.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

8.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

8.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

8.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

8.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

9. DA FISCALIZAÇÃO

9.1. O Município promoverá, através do servidor designado pela Administração conforme portaria XXX, o acompanhamento e a fiscalização das entregas dos produtos, que anotará em registro próprio as ocorrências e falhas detectadas na sua execução e comunicará à(s) empresa(s) fornecedora(s) os fatos que, ao seu critério, exigirem medidas corretivas por parte da mesma, devendo este ainda:

a) atestar as notas fiscais da Licitante para efeitos de pagamento; b) solicitar ao Prefeito Municipal, as providências que ultrapassarem a sua competência, possibilitando a adoção das medidas convenientes para a perfeita execução deste Contrato; c) elaborar relatório acerca da destinação dos produtos;

A ação da fiscalização não exonera a Licitante vencedora de suas responsabilidades contratuais.

10. DA ADESÃO À ATA DE REGISRO DE PREÇOS

10.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador;

10.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

10.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

10.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

10.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

10.8. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Setor de Licitação o qual seja a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, por meio do Setor de Licitações através do e-mail licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br ou pelo endereço Avenida Comendador Luiz Meneghel, 62, Bairro Centro – CEP 78. 565-000-Nova Bandeirantes – MT Fone 066-3572-1950

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Em casos de inexecução parcial ou total das obrigações fixadas neste Pregão, em relação ao objeto desta licitação, a Administração poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar as seguintes sanções:

11.1.1 Multa de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor estimado da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, no caso da licitante vencedora não cumprir rigorosamente as exigências da mesma ou recusar-se a receber a Nota de Empenho ou atrasar na assinatura da referida ATA, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente.

11.1.2. A multa a que alude o item anterior não impede que a Administração rescinda unilateralmente a ATA e aplique outras sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666/93, e posteriores alterações.

11.1.3. Advertência, por escrito, no caso de pequenas irregularidades.

11.1.4. Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos, quando da inexecução contratual sobrevier prejuízo para a Administração.

11.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

11.2. Se a licitante deixar de entregar a documentação ou apresentá-la falsamente, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a Proposta, falhar ou fraudar na execução da ATA, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, pelo prazo de até cinco anos, impedido de contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

11.3. A sanção de advertência de que trata o item 20.2.1 poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - descumprimento das determinações necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados na entrega dos materiais. II - outras ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços ao MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

11.4. A penalidade de suspensão será cabível quando a licitante participar do certame e for verificada a existência de fatos que a impeçam de contratar com a Administração Pública. Caberá ainda a suspensão quando a licitante, por descumprimento de cláusula editalícia, tenha causado transtornos no desenvolvimento dos serviços do MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 – As despesas deste Processo Licitatório correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 05 - Secretaria de Saúde – Natureza de despesa 339030000000 – 200.

12.2- No caso de despesas plurianuais (mais de um exercício financeiro), o orçamento

vigente deverá contingenciar recursos para as despesas liquidadas neste exercício. As demais despesas que ultrapassarem o orçamento vigente serão contempladas nas dotações orçamentárias futuras do município.

13. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

13.1. A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, Jornal Oficial dos Municípios-AMM que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Eletrônico nº. 014/2017,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT.

15. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Nova Monte Verde-MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subscrevem.

NOVA BANDEIRANTES-MT, 28 de abril de 2017.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

ELISAVANDIA MATOS DONINI-ME

VITOR DONINI FILHO

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Regina de Souza Mendonça Nome: Angela Aparecida Franzon

CPF: 968.501.911-87 CPF: 643.020.599-15

JURIDICO
PORTARIA Nº. 62/2017

Ementa: Substitui membro da Comissão Sindicante e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, conforme art. 72, XXVI da Lei Orgânica do Município, e,

RESOLVE:

Art. 1º - DETERMINAR a substituição da servidora Minéia dos Santos, pela servidora Tania Clemente da Silva, Matrícula nº. 3557, Professor, para ocupar a mesma função.

Art. 2º - ESTABELECER que a Comissão Processante terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência à Administração Superior desta Instituição.

Nova Bandeirantes/MT, 24 de abril de 2017.

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
AVISO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 014/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO 027/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2017

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2017

Aos 28 dias do mês de abril de 2017, de um lado o MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel, n. º62, centro, nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 33.683.822/0001-73, neste ato, representado pelo **Prefeito Municipal, Sr. Valdir Pereira dos Santos,** brasileiro, empresário, portador do R.G. n.º 3512032-7 SSP/PR e inscrito no CPF nº 531.846.969- 87, residente e domiciliado no município de Nova bandeirantes, neste ato denominado simplesmente **ORGAO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS**, realizado por meio do **PREGAO ELETRONICO Nº 014/2017**, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, homologada em **27/04/2017**, doravante denominada **FORNECEDOR**, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de **compromisso de fornecimento**, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as clausulas que se seguem:

1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes – MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando o **registro de preço para futura e eventual aquisição de material odontológico para as unidades básicas de saúde*, d***e acordo com as especificações, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor:	**Mega Dental Importação, Exportação E Comércio De Produtos Odontológicos Eireli -ME**			CNPJ:	25.341.162/0001-14
Endereço:	R. JOHN FITZGERALD KENNEDY			Nº:	299
Bairro:	VILA RECREIO	Cidade:	LONDRINA-PR	CEP:	86.025-240

Representante Legal:	CAROLINE DE FATIMA THERESA LADEIRA	CPF:	038.549.009-70
Email:	carolcft@yahoo.com.br	Telefone:	(43)33766350_

ITEM	CODIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	QTD	V.UNIT	V.TOTAL
1	355951	ACIDO FOSFORICO 37%	PACOTE	ALLPLAN	40	R$ 0,93	R$ 37,20
2	356060	BROCA CARBIDE CIRURGICA N 02	UNIDADE	KAVO	20	R$ 5,97	R$ 119,40
3	356061	BROCA CARBIDE CIRURGICA N 700	UNIDADE	KAVO	20	R$ 5,97	R$ 119,40
4	356063	BROCA CARBIDE CIRURGICA N 702	UNIDADE	KAVO	20	R$ 5,95	R$ 119,00
5	355939	BROCA CIRURGICA 28 MM	UNIDADE	KAVO	20	R$ 5,95	R$ 119,00
6	355927	CIMENTO DE IONOMERO DE VIDRO MAXXION R COR A3 (PO E ALIQUIDO).	UNIDADE	MAQUIRA	10	R$ 14,23	R$ 142,30
7	355941	COLTOSOL 20 GR	UNIDADE	ALLPLAN	12	R$ 6,49	R$ 77,88
8	355977	CORRENTE PARA GUARDANAPO JACARE COM 1 UNIDADE	UNIDADE	MAQUIRA	3	R$ 4,02	R$ 12,06
9	356030	CUNHA ANATOMICA DE MADEIRA SORTIDA COLORIDA C/100 UNID	PACOTE	IODONTOSUL	10	R$ 4,80	R$ 48,00
10	356066	ESCOVA PARA PROFILAXIA	UNIDADE	PREVEN	30	R$ 1,30	R$ 39,00
11	355981	ESPATULA DE MANIPULACAO	UNIDADE	MAQUIRA	5	R$ 1,29	R$ 6,45
12	356068	ESPELHO CLINICO N 05	UNIDADE	IODONTOSUL	20	R$ 1,41	R$ 28,20
13	355942	FIO DE SUTURA NYLON OU SEDA 4.0 DE 45 CM, COM AGULHA 15/25 MM	CAIXA	BEST CARE	10	R$ 24,90	R$ 249,00
14	355931	FORMOCRESOL VIDRO 10 ML	UNIDADE	MAQUIRA	12	R$ 3,34	R$ 40,08
15	355930	HIDROXIDO DE CALCIO PA 10 G	UNIDADE	MAQUIRA	8	R$ 2,58	R$ 20,64
16	356034	IONOMERO DE VIDRO QUIMICO MAXXION R KIT - COR : A3	CAIXA	MAQUIRA	3	R$ 13,18	R$ 39,54
17	356031	IRM KIT PO + LIQUIDO	UNIDADE	BIODINAMICA	3	R$ 17,30	R$ 51,90
18	356081	JATO DE BICARBONATO + ULTRASSOM C/ BOMBA PERISTALTICA	UNIDADE	ALT	2	R$ 2. 379,90	R$ 4. 759,80
19	355985	LUBRIFICANTE 200 ML	UNIDADE	MAQUIRA	5	R$ 11,90	R$ 59,50
20	355961	LUVAS LATEX TAM P C/ 50 PARES	CAIXA	DESCARPACK	100	R$ 14,99	R$ 1. 499,00
21	355959	MASCARA DESCARTAVEL COM ELASTICO 50 UNIDADES	CAIXA	DESCARPACK	40	R$ 4,98	R$ 199,20
22	355983	MICROBRUSH FINO C/ 100 UNID	CAIXA	FGM	10	R$ 6,59	R$ 65,90
23	355933	OTOSPORIN FRASCO 10 ML	UNIDADE	FQM	15	R$ 13,00	R$ 195,00
24	356065	PAPEL CARBONO C/ 12 UNID	UNIDADE	BIODINAMICA	30	R$ 1,66	R$ 49,80
25	356033	PEDRA POMES 100 G EXTRA FINA	UNIDADE	IODONTOSUL	5	R$ 2,46	R$ 12,30
26	356067	PONTAS PARA POLIMENTO DE RESINA OPTIMIZE SORTIDO C/ 08 + MANDRIL	UNIDADE	TDV	10	R$ 47,84	R$ 478,40
27	356024	PORTA MATRIZ	UNIDADE	TRINKS	6	R$ 11,39	R$ 68,34
28	355980	POTE DAPPEN VIDRO C/ 1 UNID	UNIDADE	MAQUIRA	5	R$ 1,75	R$ 8,75
29	355950	RESINA COMPOSTA COR OA3.	UNIDADE	BIODINAMICA	20	R$ 7,23	R$ 144,60
30	355952	SELANTE PARA FOSSULAS E FISSURAS FOTOPOLIMERIZAVEL	UNIDADE	MAQUIRA	12	R$ 8,20	R$ 98,40
31	356069	SUGADOR PARA PROCEDIMENTO C/ 40 UNID	PACOTE	INJECTA	50	R$ 2,99	R$ 149,50
32	356039	TOUCA GORRO SANFONADA DESCARTAVEL BRANCA C/ 100 UNID	PACOTE	JARC	10	R$ 5,15	R$ 51,50
33	355932	TRICRESOL FORMALINA	UNIDADE	MAQUIRA	8	R$ 3,40	R$ 27,20
34	355978	VERNIZ CAVITARIO	UNIDADE	BIODINAMICA	2	R$ 7,29	R$ 14,58
35	355920	VERNIZ COM FLUOR	UNIDADE	FGM	2	R$ 16,78	R$ 33,56
							R$ 9. 184,38

VALOR GLOBAL: R$ 9.184,38 (Nove mil cento e oitenta e quatro reais e trinta e oito centavos).

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação.

3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 Uma vez notificada de que o Município efetivara a contratação, a licitante vencedora deverá comparecer nos 02(dois) dias uteis à notificação, para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuizo das sanções previstas no Capítulo XX deste certame.

3.2. Entregar o objeto licitado conforme especificações do edital e seus anexos em consonância com a Proposta de Preço a vencedora obriga-se a:

a) Atender as requisições do Município fornecendo os materiais descritos por este Instrumento Convocatório, nos preços constantes de sua proposta e em conformidade com as especificações estipuladas no Anexo I; b) Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassá-los ao Município, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento. c) Disponibilizar os materiais para serem retirados conforme a necessidade do Município, sem que com isso haja qualquer custo adicional, deste edital. d) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto da licitação, sem prévia anuência do Município; e) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital; f) Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez inexistir, no caso, vínculo empregatício deles com o Município; g) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

3.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES.

3.4. Arcar com eventuais prejuízos causados à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato.

3.5. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho.

3.6. Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassa-los ao Município, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento.;

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;

4.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

4.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

4.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento objeto;

4.5. Disponibilizar local para recebimento e guarda dos produtos solicitados.

4.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

4.7. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5. DO RECEBIMENTO DO OBJETO LICITADO

5.1. Os itens descritos conforme Anexo I serão recebidos:

5.2 Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos itens com a especificação;

5.3 Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação;

5.4 Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

5.5 O fornecimento será efetuado em remessa fracionada conforme solicitação da secretaria de saúde, com prazo de entrega não superior a **10 dias úteis**, contados a partir da emissão da requisição emitida pelo setor responsável.

5.6. O local para a entrega dos materiais será nas Secretarias e Departamentos deste Município, sendo a entrega de forma fracionada, conforme a necessidade das Secretarias e Departamentos Municipais de Nova Bandeirantes, e solicitação do Departamento de Compras da Prefeitura Municipal.

5.7 A entrega dos materiais estará condicionada ao laudo de qualidade dos mesmos e apresentando obrigatoriamente a Denominação Comum Brasileira – DCB, ou na sua falta Declaração Comum Internacional - DCI sob pena de devolução conforme determinação da Lei 9.787 10/02/1999.

5.8 No ato da entrega dos volumes deverão trazer escritos na parte exterior o número da Nota Fiscal a que se refere.

5.9 No campo Observação da Nota fiscal deverá conter o número da nossa Ordem de Fornecimento ao qual a Nota Fiscal se refere e a descrição da destinação dos materiais (estes serão fornecidos pelo Departamento de Compras do Município de Nova Bandeirantes-MT).

5.10 Obrigatoriamente, deve constar vencimento dos materiais em nota fiscal emitida pela empresa.

5.11 Prazo de validade dos materiais deverá ser de no mínimo **12 (Doze) meses**, contados a partir da data da entrega.

5.12 Se o item for vendido em caixa, deve constar em nota fiscal, a quantidade dentro de cada caixa, bem como a quantidade de caixas.

5.8- Todos os produtos cotados deverão atender às exigências mínimas de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial – ABNT, INMETRO, ANVISA, MINISTÉRIO DA SAÚDE, etc., atentando-se a contratada, principalmente, para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

5.9 - As embalagens não podem apresentar-se violadas, com sinais de rompimento, aberturas ou furos. Devem ter a identificação do produto, nome do fabricante, endereço, CNPJ, prazo de validade, peso líquido, certificado de inspeção quando obrigatório, autorização dos órgãos competentes.

6. DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega do objeto, mediante a emissão da nota fiscal/fatura, devidamente entregue e lançada junto ao Departamento de Contabilidade e atestada pela Secretaria requisitante, sendo que em hipótese alguma será efetuado pagamento antecipado.

6.2. As empresas deverão obrigatoriamente fornecer Nota Fiscal Eletrônica, conforme as disposições contidas no RICMS/MT, ou conforme legislação vigente.

6.3. Para fazer jus ao pagamento, a licitante vencedora deverá comprovar sua adimplencia com a Seguridade Social (INSS) e com o FGTS (CRF). Caso a empresa seja optante pelo Simples, deverá apresentar, tambem, copia do Termo de Opção pelo recolhimento de imposto naquela modalidade;

6.4. Não será efetuado qualquer pagamento à EMPRESA DETENTORA DA ATA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência com relação à ATA de Registro de Preços originada do presente Pregão.

6.5. O pagamento será feito mediante depósito na conta bancária fornecida pela EMPRESA DETENTORA DA ATA, conforme informação do n.º da agência, banco e conta corrente na referida Nota Fiscal. ***Fica vedada a emissão de boleto bancário pois o único meio de pagamento a ser realizado pelo município é através de depósito via banco conforme normatiza o edital.***

6.6. Deverá constar no corpo da Nota Fiscal o número do processo licitatório a que se refere (Pregão Presencial nº 014/2017).

7. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. Os preços inicialmente cotados são fixos e irreajustáveis, podendo ser objeto revisão, de ofício ou a pedido, caso haja motivo relevante, tal como variação substancial do custo de aquisição do produto, junto ao distribuidor, devidamente justificado e demonstrado pela Licitante vencedora, mediante apresentação de Notas Fiscais do distribuidor, planilha de custos devidamente exarada pelo Contador responsável da empresa contratada e pesquisa de mercado realizada pela Administração;

7.2. Não haverá reajuste de preços de acordo com o parágrafo 1º, artigo 25 da Lei Federal n.º 9.069/95, que dispõe sobre o Plano Real.

7.3. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, conforme disposto na alínea "d", do inciso II, do artigo 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, será obtida mediante solicitação da empresa detentora da ata à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido.

7.4. A Comissão de controle da ATA de registro de preços originada do presente processo poderá a qualquer tempo rever, reduzindo os preços registrados, de conformidade com pesquisa de mercado, para atendimento do disposto no inciso V do artigo 15 da Lei Federal n.º 8.666/93 e no artigo 12 do Decreto Federal n.º 3.931/2001 ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado atacadista.

7.5. Fica, em qualquer hipótese, ressalvada a possibilidade de alteração das condições pactuadas em face de superveniência de leis e/ou normas federais ou municipais disciplinando a matéria.

8. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

8.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

8.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

8.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

8.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

8.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

8.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

9. DA FISCALIZAÇÃO

9.1. O Município promoverá, através do servidor designado pela Administração conforme portaria XXX, o acompanhamento e a fiscalização das entregas dos produtos, que anotará em registro próprio as ocorrências e falhas detectadas na sua execução e comunicará à(s) empresa(s) fornecedora(s) os fatos que, ao seu critério, exigirem medidas corretivas por parte da mesma, devendo este ainda:

a) atestar as notas fiscais da Licitante para efeitos de pagamento; b) solicitar ao Prefeito Municipal, as providências que ultrapassarem a sua competência, possibilitando a adoção das medidas convenientes para a perfeita execução deste Contrato; c) elaborar relatório acerca da destinação dos produtos;

A ação da fiscalização não exonera a Licitante vencedora de suas responsabilidades contratuais.

10. DA ADESÃO À ATA DE REGISRO DE PREÇOS

10.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador;

10.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

10.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

10.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

10.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

10.8. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Setor de Licitação o qual seja a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, por meio do Setor de Licitações através do e-mail licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br ou pelo endereço Avenida Comendador Luiz Meneghel, 62, Bairro Centro – CEP 78. 565-000-Nova Bandeirantes – MT Fone 066-3572-1950

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Em casos de inexecução parcial ou total das obrigações fixadas neste Pregão, em relação ao objeto desta licitação, a Administração poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar as seguintes sanções:

11.1.1 Multa de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor estimado da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, no caso da licitante vencedora não cumprir rigorosamente as exigências da mesma ou recusar-se a receber a Nota de Empenho ou atrasar na assinatura da referida ATA, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente.

11.1.2. A multa a que alude o item anterior não impede que a Administração rescinda unilateralmente a ATA e aplique outras sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666/93, e posteriores alterações.

11.1.3. Advertência, por escrito, no caso de pequenas irregularidades.

11.1.4. Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos, quando da inexecução contratual sobrevier prejuízo para a Administração.

11.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

11.2. Se a licitante deixar de entregar a documentação ou apresentá-la falsamente, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a Proposta, falhar ou fraudar na execução da ATA, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, pelo prazo de até cinco anos, impedido de contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

11.3. A sanção de advertência de que trata o item 20.2.1 poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - descumprimento das determinações necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados na entrega dos materiais. II - outras ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços ao MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

11.4. A penalidade de suspensão será cabível quando a licitante participar do certame e for verificada a existência de fatos que a impeçam de contratar com a Administração Pública. Caberá ainda a suspensão quando a licitante, por descumprimento de cláusula editalícia, tenha causado transtornos no desenvolvimento dos serviços do MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 – As despesas deste Processo Licitatório correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 05 - Secretaria de Saúde – Natureza de despesa 339030000000 – 200.

12.2- No caso de despesas plurianuais (mais de um exercício financeiro), o orçamento

vigente deverá contingenciar recursos para as despesas liquidadas neste exercício. As demais despesas que ultrapassarem o orçamento vigente serão contempladas nas dotações orçamentárias futuras do município.

13. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

13.1. A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, Jornal Oficial dos Municípios-AMM que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Eletrônico nº. 014/2017,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT.

15. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Nova Monte Verde-MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subscrevem.

NOVA BANDEIRANTES-MT, 28 de abril de 2017.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

MEGA DENTAL IMP., EXP. E COM. DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS EIRELI -ME

CAROLINE DE FATIMA THERESA LADEIRA

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Regina de Souza Mendonça Nome: Angela Aparecida Franzon

CPF: 968.501.911-87 CPF: 643.020.599-15

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
AVISO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 014/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO 027/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2017

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2017

Aos 28 dias do mês de abril de 2017, de um lado o MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel, n. º62, centro, nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 33.683.822/0001-73, neste ato, representado pelo **Prefeito Municipal, Sr. Valdir Pereira dos Santos,** brasileiro, empresário, portador do R.G. n.º 3512032-7 SSP/PR e inscrito no CPF nº 531.846.969- 87, residente e domiciliado no município de Nova bandeirantes, neste ato denominado simplesmente **ORGAO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS**, realizado por meio do **PREGAO ELETRONICO Nº 014/2017**, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, homologada em **27/04/2017**, doravante denominada **FORNECEDOR**, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de **compromisso de fornecimento**, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as clausulas que se seguem:

1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes – MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando o **registro de preço para futura e eventual aquisição de material odontológico para as unidades básicas de saúde*, d***e acordo com as especificações, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor:	**UNIDENTAL PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA EPP**			CNPJ:	66.046.541/0001-69
Endereço:	RUA HOMERO PACHECO ALVES			Nº:	2687
Bairro:	VILA DUQUE DE CAXIAS	Cidade:	FRANCA-SP	CEP:	14.400-010
Representante Legal:	LUCIANO FERREIRA PEIXOTO			CPF:	081.484.698-06
Email:	unidental@unidentalfranca.com.br			Telefone:	(16)37211636

ITEM	*CODIGO*	*DESCRIÇÃO*	*UNIDADE*	*MARCA*	*QTD*	*V.UNIT*	*V.TOTAL*
1	355921	ADESIVO 2.1 4 ML 3M	UNIDADE	MASTER BOND	10	R$ 10,00	R$ 100,00
2	356073	ALAVANCA APEXO 301	PACOTE	LM	2	R$ 16,00	R$ 32,00
3	356074	ALAVANCA APEXO 302	PACOTE	LM	2	R$ 16,00	R$ 32,00
4	356075	ALAVANCA APEXO 303	PACOTE	LM	2	R$ 16,00	R$ 32,00
5	356076	ALAVANCA APIKAL KIT ADULTO C/ 03 (301,302,303)	UNIDADE	LM	2	R$ 27,00	R$ 54,00
6	356077	ALAVANCA HEIDBRINK N 01 ADULTO	UNIDADE	LM	1	R$ 9,60	R$ 9,60
7	356078	ALAVANCA HEIDBRINK N 01 INFANTIL	UNIDADE	LM	1	R$ 13,20	R$ 13,20
8	356079	ALAVANCA SELDIN KIT INFANTIL C/ 03 (1L. 1R, E 2).	UNIDADE	LM	2	R$ 16,00	R$ 32,00
9	355938	BLISTER DE ESPONJA HEMOSTATICA COM 10 UN	UNIDADE	HEMOSPON	10	R$ 20,00	R$ 200,00
10	356062	BROCA CARBIDE CIRURGICA N 701	UNIDADE	KAVO	20	R$ 5,98	R$ 119,60
11	355955	BROCA DE ALTA ROTACAO CARBIDE N 3,4,5,6,8	UNIDADE	MAILEFER	20	R$ 3,20	R$ 64,00
12	355954	BROCA DE ALTA ROTACAO DIAMANTADA ESFERICA N 1014, 1016	UNIDADE	MICRODONT	20	R$ 0,84	R$ 16,80
13	356045	BROCA DIAMANTADA FG N 1011	UNIDADE	MICRODONT	20	R$ 0,84	R$ 16,80
14	356046	BROCA DIAMANTADA FG N 1012	UNIDADE	MICRODONT	20	R$ 0,84	R$ 16,80
15	356047	BROCA DIAMANTADA FG N 1014	UNIDADE	MICRODONT	20	R$ 0,84	R$ 16,80
16	356049	BROCA DIAMANTADA FG N 1014 HL	UNIDADE	MICRODONT	20	R$ 0,84	R$ 16,80
17	356048	BROCA DIAMANTADA FG N 1016	UNIDADE	MICRODONT	20	R$ 0,84	R$ 16,80
18	356051	BROCA DIAMANTADA FG N 1092	UNIDADE	MICRODONT	20	R$ 0,84	R$ 16,80
19	356052	BROCA DIAMANTADA FG N 1095	UNIDADE	MICRODONT	20	R$ 0,84	R$ 16,80
20	356054	BROCA DIAMANTADA FG N 2067	UNIDADE	MICRODONT	20	R$ 0,84	R$ 16,80
21	356053	BROCA DIAMANTADA FG N 2135	UNIDADE	MICRODONT	20	R$ 0,84	R$ 16,80
22	356050	BROCA DIAMANTADA FG N 3018	UNIDADE	MICRODONT	20	R$ 0,84	R$ 16,80
23	356057	BROCA DIAMANTADA FG N 3118 F	UNIDADE	MICRODONT	20	R$ 0,84	R$ 16,80
24	356058	BROCA DIAMANTADA FG N 3118 FF	UNIDADE	MICRODONT	20	R$ 0,84	R$ 16,80
25	356055	BROCA DIAMANTADA FG N 3168 f	UNIDADE	MICRODONT	20	R$ 0,84	R$ 16,80
26	356056	BROCA DIAMANTADA FG N 3168 FF	UNIDADE	MICRODONT	20	R$ 0,84	R$ 16,80
27	356059	BROCA DIAMANTADA FG N 3195 FF	UNIDADE	MICRODONT	20	R$ 0,84	R$ 16,80
28	355975	COTONETE C/150 UN	CAIXA	CREMER	5	R$ 1,20	R$ 6,00
29	356043	CUBA CIRURGICA DE INOX 240 ML	UNIDADE	FAMI	3	R$ 10,46	R$ 31,38
30	356072	CURETA CIRURGICA - GRACCY 13/14	UNIDADE	LM	10	R$ 3,84	R$ 38,40
31	355984	ESPATULA DE RESINA	UNIDADE	LM	2	R$ 3,60	R$ 7,20
32	355953	GASE 9 FIOS 7X5 X 7X5 C/ 500 UNID	PACOTE	WS	20	R$ 8,20	R$ 164,00
33	355929	IONOMERO DE VIDRO FORRADOR FOTOPOLIMERIZAVEL IONOSEAL	CAIXA	VIDRION F	5	R$ 38,00	R$ 190,00
34	356032	IONOMERO DE VIDRO FOTOPOLIMERIZAVEL VITRO FILL LC - COR : A1	CAIXA	VITRO FILL LC	5	R$ 96,00	R$ 480,00
35	356080	KIT ACADEMICA (MICROMOTOR + ALTA ROTACAO + BAIXA ROTACAO) - 2 S-NS	UNIDADE	RUCA	3	R$ 500,00	R$ 1. 500,00
36	355934	KIT DE ACABAMENTO E POLIMENTO POLIGLOSS	UNIDADE	POLIGLOSS	15	R$ 29,04	R$ 435,60
37	355935	KIT DE PONTAS ENHCANCE SORTIDA COM 07	UNIDADE	KG	15	R$ 42,99	R$ 644,85
38	355986	LAMINA DE BISTURI N 12 C/ 100 UN	CAIXA	MAXICOR	5	R$ 17,99	R$ 89,95
39	355987	LAMINA DE BISTURI N 15 C/ 100 UN	CAIXA	MAXICOR	5	R$ 16,80	R$ 84,00

40	356023	MATRIZ ACO 5MM X 5M	UNIDADE	PREVEN	10	R$ 0,88	R$ 8,80
41	356028	MATRIZ DE POLIESTER 0,05 X 10 MM 15 MT	UNIDADE	KDENT	10	R$ 1,80	R$ 18,00
42	356040	PAPEL GRAU CIRURGICO 15 CM X 50 CM	UNIDADE	CIPACK	6	R$ 15,24	R$ 91,44
43	355948	RESINA COMPOSTA DE DENTINA COR EA1, EA2, EA3, OPACA.	UNIDADE	MASTER FILL	20	R$ 8,21	R$ 164,20
44	355949	RESINA COMPOSTA DE ESMALTE COR EA1, EA2, EA3, OPACA.	UNIDADE	MASTER FILL	20	R$ 8,21	R$ 164,20
45	355947	RESINA FLOW CORES A3 E OPACA	UNIDADE	MASTER FLOW	20	R$ 9,04	R$ 180,80
46	356036	ROLETE DE ALGODAO C/100 UNID	PACOTE	SOFT PLUS	20	R$ 1,08	R$ 21,60
47	356041	SORO FISIOLOGICO 0,9 COM 500 ML	UNIDADE	SANOBIOL	50	R$ 5,40	R$ 270,00
48	356070	SUGADOR CIRURGICO METALICO AUTOCLAVAVEL	UNIDADE	LM	10	R$ 9,00	R$ 90,00
							R$ 5. 637,62

VALOR GLOBAL: R$ 5.637,62 (Cinco mil seiscentos e trinta e sete reais e sessenta e dois centavos).

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação.

3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 Uma vez notificada de que o Município efetivara a contratação, a licitante vencedora deverá comparecer nos 02(dois) dias uteis à notificação, para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuizo das sanções previstas no Capítulo XX deste certame.

3.2. Entregar o objeto licitado conforme especificações do edital e seus anexos em consonância com a Proposta de Preço a vencedora obriga-se a:

a) Atender as requisições do Município fornecendo os materiais descritos por este Instrumento Convocatório, nos preços constantes de sua proposta e em conformidade com as especificações estipuladas no Anexo I; b) Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassá-los ao Município, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento. c) Disponibilizar os materiais para serem retirados conforme a necessidade do Município, sem que com isso haja qualquer custo adicional, deste edital. d) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto da licitação, sem prévia anuência do Município; e) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital; f) Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez inexistir, no caso, vínculo empregatício deles com o Município; g) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

3.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES.

3.4. Arcar com eventuais prejuízos causados à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato.

3.5. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho.

3.6. Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassa-los ao Município, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento.;

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;

4.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

4.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

4.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento objeto;

4.5. Disponibilizar local para recebimento e guarda dos produtos solicitados.

4.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

4.7. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5. DO RECEBIMENTO DO OBJETO LICITADO

5.1. Os itens descritos conforme Anexo I serão recebidos:

5.2 Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos itens com a especificação;

5.3 Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação;

5.4 Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

5.5 O fornecimento será efetuado em remessa fracionada conforme solicitação da secretaria de saúde, com prazo de entrega não superior a **10 dias úteis**, contados a partir da emissão da requisição emitida pelo setor responsável.

5.6. O local para a entrega dos materiais será nas Secretarias e Departamentos deste Município, sendo a entrega de forma fracionada, conforme a necessidade das Secretarias e Departamentos Municipais de Nova Bandeirantes, e solicitação do Departamento de Compras da Prefeitura Municipal.

5.7 A entrega dos materiais estará condicionada ao laudo de qualidade dos mesmos e apresentando obrigatoriamente a Denominação Comum Brasileira – DCB, ou na sua falta Declaração Comum Internacional - DCI sob pena de devolução conforme determinação da Lei 9.787 10/02/1999.

5.8 No ato da entrega dos volumes deverão trazer escritos na parte exterior o número da Nota Fiscal a que se refere.

5.9 No campo Observação da Nota fiscal deverá conter o número da nossa Ordem de Fornecimento ao qual a Nota Fiscal se refere e a descrição da destinação dos materiais (estes serão fornecidos pelo Departamento de Compras do Município de Nova Bandeirantes-MT).

5.10 Obrigatoriamente, deve constar vencimento dos materiais em nota fiscal emitida pela empresa.

5.11 Prazo de validade dos materiais deverá ser de no mínimo **12 (Doze) meses**, contados a partir da data da entrega.

5.12 Se o item for vendido em caixa, deve constar em nota fiscal, a quantidade dentro de cada caixa, bem como a quantidade de caixas.

5.8- Todos os produtos cotados deverão atender às exigências mínimas de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial – ABNT, INMETRO, ANVISA, MINISTÉRIO DA SAÚDE, etc., atentando-se a contratada, principalmente, para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

5.9 - As embalagens não podem apresentar-se violadas, com sinais de rompimento, aberturas ou furos. Devem ter a identificação do produto, nome do fabricante, endereço, CNPJ, prazo de validade, peso líquido, certificado de inspeção quando obrigatório, autorização dos órgãos competentes.

6. DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega do objeto, mediante a emissão da nota fiscal/fatura, devidamente entregue e lançada junto ao Departamento de Contabilidade e atestada pela Secretaria requisitante, sendo que em hipótese alguma será efetuado pagamento antecipado.

6.2. As empresas deverão obrigatoriamente fornecer Nota Fiscal Eletrônica, conforme as disposições contidas no RICMS/MT, ou conforme legislação vigente.

6.3. Para fazer jus ao pagamento, a licitante vencedora deverá comprovar sua adimplencia com a Seguridade Social (INSS) e com o FGTS (CRF). Caso a empresa seja optante pelo Simples, deverá apresentar, tambem, copia do Termo de Opção pelo recolhimento de imposto naquela modalidade;

6.4. Não será efetuado qualquer pagamento à EMPRESA DETENTORA DA ATA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência com relação à ATA de Registro de Preços originada do presente Pregão.

6.5. O pagamento será feito mediante depósito na conta bancária fornecida pela EMPRESA DETENTORA DA ATA, conforme informação do n.º da agência, banco e conta corrente na referida Nota Fiscal. ***Fica vedada a emissão de boleto bancário pois o único meio de pagamento a ser realizado pelo município é através de depósito via banco conforme normatiza o edital.***

6.6. Deverá constar no corpo da Nota Fiscal o número do processo licitatório a que se refere (Pregão Presencial nº 014/2017).

7. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. Os preços inicialmente cotados são fixos e irreajustáveis, podendo ser objeto revisão, de ofício ou a pedido, caso haja motivo relevante, tal como variação substancial do custo de aquisição do produto, junto ao distribuidor, devidamente justificado e demonstrado pela Licitante vencedora, mediante apresentação de Notas Fiscais do distribuidor, planilha de custos devidamente exarada pelo Contador responsável da empresa contratada e pesquisa de mercado realizada pela Administração;

7.2. Não haverá reajuste de preços de acordo com o parágrafo 1º, artigo 25 da Lei Federal n.º 9.069/95, que dispõe sobre o Plano Real.

7.3. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, conforme disposto na alínea "d", do inciso II, do artigo 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, será obtida mediante solicitação da empresa detentora da ata à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido.

7.4. A Comissão de controle da ATA de registro de preços originada do presente processo poderá a qualquer tempo rever, reduzindo os preços registrados, de conformidade com pesquisa de mercado, para atendimento do disposto no inciso V do artigo 15 da Lei Federal n.º 8.666/93 e no artigo 12 do Decreto Federal n.º 3.931/2001 ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado atacadista.

7.5. Fica, em qualquer hipótese, ressalvada a possibilidade de alteração das condições pactuadas em face de superveniência de leis e/ou normas federais ou municipais disciplinando a matéria.

8. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

8.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

8.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

8.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

8.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

8.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

8.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

9. DA FISCALIZAÇÃO

9.1. O Município promoverá, através do servidor designado pela Administração conforme portaria XXX, o acompanhamento e a fiscalização das entregas dos produtos, que anotará em registro próprio as ocorrências e falhas detectadas na sua execução e comunicará à(s) empresa(s) fornecedora(s) os fatos que, ao seu critério, exigirem medidas corretivas por parte da mesma, devendo este ainda:

a) atestar as notas fiscais da Licitante para efeitos de pagamento; b) solicitar ao Prefeito Municipal, as providências que ultrapassarem a sua competência, possibilitando a adoção das medidas convenientes para a perfeita execução deste Contrato; c) elaborar relatório acerca da destinação dos produtos;

A ação da fiscalização não exonera a Licitante vencedora de suas responsabilidades contratuais.

10. DA ADESÃO À ATA DE REGISRO DE PREÇOS

10.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador;

10.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

10.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

10.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

10.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

10.8. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Setor de Licitação o qual seja a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, por meio do Setor de Licitações através do e-mail licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br ou pelo endereço Avenida Comendador Luiz Meneghel, 62, Bairro Centro – CEP 78. 565-000-Nova Bandeirantes – MT Fone 066-3572-1950

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Em casos de inexecução parcial ou total das obrigações fixadas neste Pregão, em relação ao objeto desta licitação, a Administração poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar as seguintes sanções:

11.1.1 Multa de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor estimado da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, no caso da licitante vencedora não cumprir rigorosamente as exigências da mesma ou recusar-se a receber a Nota de Empenho ou atrasar na assinatura da referida ATA, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente.

11.1.2. A multa a que alude o item anterior não impede que a Administração rescinda unilateralmente a ATA e aplique outras sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666/93, e posteriores alterações.

11.1.3. Advertência, por escrito, no caso de pequenas irregularidades.

11.1.4. Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos, quando da inexecução contratual sobrevier prejuízo para a Administração.

11.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

11.2. Se a licitante deixar de entregar a documentação ou apresentá-la falsamente, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a Proposta, falhar ou fraudar na execução da ATA, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, pelo prazo de até cinco anos, impedido de contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

11.3. A sanção de advertência de que trata o item 20.2.1 poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - descumprimento das determinações necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados na entrega dos materiais. II - outras ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços ao MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

11.4. A penalidade de suspensão será cabível quando a licitante participar do certame e for verificada a existência de fatos que a impeçam de contratar com a Administração Pública. Caberá ainda a suspensão quando a licitante, por descumprimento de cláusula editalícia, tenha causado transtornos no desenvolvimento dos serviços do MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 – As despesas deste Processo Licitatório correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 05 - Secretaria de Saúde – Natureza de despesa 339030000000 – 200.

12.2- No caso de despesas plurianuais (mais de um exercício financeiro), o orçamento

vigente deverá contingenciar recursos para as despesas liquidadas neste exercício. As demais despesas que ultrapassarem o orçamento vigente serão contempladas nas dotações orçamentárias futuras do município.

13. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

13.1. A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, Jornal Oficial dos Municípios-AMM que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Eletrônico nº. 014/2017,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT.

15. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Nova Monte Verde-MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subscrevem.

NOVA BANDEIRANTES-MT, 28 de abril de 2017.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

UNIDENTAL PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA EPP

LUCIANO FERREIRA PEIXOTO

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Regina de Souza Mendonça Nome: Angela Aparecida Franzon

CPF: 968.501.911-87 CPF: 643.020.599-15a

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2017

Aos 20 dias do mês de abril de 2017, de um lado o MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel, n. º62, centro, nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 33.683.822/0001-73, neste ato, representado pelo **Prefeito Municipal, Sr. Valdir Pereira dos Santos,** brasileiro, empresário, portador do R.G. n.º 3512032-7 SSP/PR e inscrito no CPF nº 531.846.969- 87, residente e domiciliado no município de Nova bandeirantes, neste ato denominado simplesmente **ORGAO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS**, realizado por meio do **PREGAO PRESENCIAL Nº 025/2017**, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, homologada em **19/04/2017**, doravante denominada **FORNECEDOR**, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de **compromisso de fornecimento**, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem:

1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes – MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando o Registro de preços para futura e eventual ***Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Transporte Rodoviário - Locação de veículos do tipo Micro-ônibus ou Van a partir de 2011, com capacidade de 20 a 26 passageiros sentados, com motorista, para transporte de pacientes em tratamento médico nas cidades de Alta Floresta, Sinop e Cuiabá (ida e volta), atendendo Secretaria Municipal de Saúde*,** e acordo com as especificações, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor:	SOUZA TRANSPORTES LTDA-ME			CNPJ:	13.039.586/0001-40
Endereço:	Av: José Francisco Otenio			Nº:	102
Bairro:	Centro	Cidade:	Nova Bandeirantes/MT	CEP:	78565-000
Representante Legal:	Nelson Rodrigues de Souza			CPF:	536.532.971-68
Email:	souzatransporte@hotmail.com			Telefone:	(66) 3576- 1085 98408-8727

ITEM	CODIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	356806	NOVA BANDEIRANTES X ALTA FLORESTA X NOVA BANDEIRANTES	KM	200	R$ 2.000,00	R$ 400.000,00
2	356808	NOVA BANDEIRANTES X CUIABA X NOVA BANDEIRANTES	KM	50	R$ 6.000,00	R$ 300.000,00
3	356807	NOVA BANDEIRANTES XSINOP X NOVA BANDEIRANTES	KM	50	R$ 3.800,00	R$ 190.000,00
						R$ 890.000,00

Valor global: R$ 890.000,00 (oitocentos e noventa mil reais).

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação.

3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 Uma vez notificada de que o Município efetivara a contratação, a licitante vencedora deverá comparecer nos 02(dois) dias uteis à notificação, para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Capítulo XX deste certame.

a) Responsabilizar-se por todos os ônus relativos à prestação dos serviços a si adjudicados, inclusive ônus relativos a sanções judiciais e administrativas;

b) Cumprir o estipulado nos termos do presente instrumento contrato.

c) Obedecer as instruções da contratante, sobre os termos dos serviços à serem prestados.

d) Prestar informações à contratante, sempre que esta lhe solicitar, informando sobre a execução de seus serviços e demais detalhes sobre a execução de suas atividades.

e) Não intermediar abatimentos, descontos, ou dilação sem expressa autorização da contratante.

f)**.** Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes; g) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto da licitação, sem prévia anuência do Município; h) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital; i) Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez inexistir, no caso, vínculo empregatício deles com o Município; j) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

3.2. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES.

3.3. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho.

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. Efetuar o pagamento, de acordo como estabelecido na cláusula terceira do presente contrato;

4.2. Fornecer para o Contratado, cópias dos contratos efetivamente realizados;

4.3. Fornecer ao contratado, materiais e informações, indispensáveis ao seu serviço, facilitando a prospecção dos negócios;

4.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento objeto;

4.5. Fica vedado ao contratante, negociar abatimentos, descontos ou dilações de prazo para o pagamento o execução dos serviços, sem o prévio conhecimento e autorização do contratado

4.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

16.7. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. Os serviços a ser realizado tem por objetivo o transporte de pacientes em tratamento médico da cidade de Nova Bandeirantes, para as cidades de Alta Floresta, Sinop e Cuiabá.

5.2. O transporte deverá embarcar e desembarcar os passageiros em pontos estratégicos ou na residência dos pacientes, nas datas e horários definidos previamente pela Secretaria Municipal de Saúde e retornar ao ponto de origem.

5.3. O transporte deverá ser realizado por vans fabricadas a partir do ano de 2011, com capacidade 20 lugares a 26 lugares, com ar condicionado para os passageiros, e estar em boas condições de uso, tanto mecânicas quanto de estofamento interno, garantindo assim o conforto dos usuários e devendo também possuir seguro total particular para o bem e para seus passageiros, além de estar em dia com os documentos e DPVAT do veículo.

5.4. A manutenção mecânica corretiva, e preventiva do veículo será providenciada, pela CONTRATADA, através de oficina própria ou da rede especializada, sem ônus para a PREFEITURA MUNICIPAL.

6. DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega do objeto, mediante a emissão da nota fiscal/fatura, devidamente entregue e lançada junto ao Departamento de Contabilidade e atestada pela Secretaria requisitante, sendo que em hipótese alguma será efetuado pagamento antecipado.

6.2. As empresas deverão obrigatoriamente fornecer Nota Fiscal Eletrônica, conforme as disposições contidas no RICMS/MT, ou conforme legislação vigente.

6.3. Para fazer jus ao pagamento, a licitante vencedora deverá comprovar sua adimplencia com a Seguridade Social (INSS) e com o FGTS (CRF). Caso a empresa seja optante pelo Simples, deverá apresentar, tambem, copia do Termo de Opção pelo recolhimento de imposto naquela modalidade;

6.4. Não será efetuado qualquer pagamento à EMPRESA DETENTORA DA ATA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência com relação à ATA de Registro de Preços originada do presente Pregão.

6.5. O pagamento será feito mediante depósito na conta bancária fornecida pela EMPRESA DETENTORA DA ATA, conforme informação do n.º da agência, banco e conta corrente na referida Nota Fiscal. ***Fica vedada a emissão de boleto bancário pois o único meio de pagamento a ser realizado pelo município é através de depósito via banco conforme normatiza o edital.***

6.6. Deverá constar no corpo da Nota Fiscal o número do processo licitatório a que se refere (Pregão Presencial nº 025/2017).

7. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. Os preços inicialmente cotados são fixos e irreajustáveis, podendo ser objeto revisão, de ofício ou a pedido, caso haja motivo relevante, tal como variação substancial do custo de aquisição do produto, junto ao distribuidor, devidamente justificado e demonstrado pela Licitante vencedora, mediante apresentação de Notas Fiscais do distribuidor, planilha de custos devidamente exarada pelo Contador responsável da empresa contratada e pesquisa de mercado realizada pela Administração;

7.2. Não haverá reajuste de preços de acordo com o parágrafo 1º, artigo 25 da Lei Federal n.º 9.069/95, que dispõe sobre o Plano Real.

7.3. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, conforme disposto na alínea "d", do inciso II, do artigo 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, será obtida mediante solicitação da empresa detentora da ata à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido.

7.4. A Comissão de controle da ATA de registro de preços originada do presente processo poderá a qualquer tempo rever, reduzindo os preços registrados, de conformidade com pesquisa de mercado, para atendimento do disposto no inciso V do artigo 15 da Lei Federal n.º 8.666/93 e no artigo 12 do Decreto Federal n.º 3.931/2001 ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado atacadista.

7.5. Fica, em qualquer hipótese, ressalvada a possibilidade de alteração das condições pactuadas em face de superveniência de leis e/ou normas federais ou municipais disciplinando a matéria.

8. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

8.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

8.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

8.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

8.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

8.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

8.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

9. DA FISCALIZAÇÃO

9.1. O Município promoverá, através do servidor designado pela Administração conforme portaria XXX, o acompanhamento e a fiscalização das entregas dos produtos, que anotará em registro próprio as ocorrências e falhas detectadas na sua execução e comunicará à(s) empresa(s) fornecedora(s) os fatos que, ao seu critério, exigirem medidas corretivas por parte da mesma, devendo este ainda:

a) atestar as notas fiscais da Licitante para efeitos de pagamento; b) solicitar ao Prefeito Municipal, as providências que ultrapassarem a sua competência, possibilitando a adoção das medidas convenientes para a perfeita execução deste Contrato; c) elaborar relatório acerca da destinação dos produtos;

A ação da fiscalização não exonera a Licitante vencedora de suas responsabilidades contratuais.

10. DA ADESÃO À ATA DE REGISRO DE PREÇOS

10.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador;

10.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

10.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

10.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

10.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

10.8. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Setor de Licitação o qual seja a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, por meio do Setor de Licitações através do e-mail licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br ou pelo endereço Avenida Comendador Luiz Meneghel, 62, Bairro Centro – CEP 78. 565-000-Nova Bandeirantes – MT Fone 066-3572-1950

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Em casos de inexecução parcial ou total das obrigações fixadas neste Pregão, em relação ao objeto desta licitação, a Administração poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar as seguintes sanções:

11.1.1 Multa de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor estimado da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, no caso da licitante vencedora não cumprir rigorosamente as exigências da mesma ou recusar-se a receber a Nota de Empenho ou atrasar na assinatura da referida ATA, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente.

11.1.2. A multa a que alude o item anterior não impede que a Administração rescinda unilateralmente a ATA e aplique outras sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666/93, e posteriores alterações.

11.1.3. Advertência, por escrito, no caso de pequenas irregularidades.

11.1.4. Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos, quando da inexecução contratual sobrevier prejuízo para a Administração.

11.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

11.2. Se a licitante deixar de entregar a documentação ou apresentá-la falsamente, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a Proposta, falhar ou fraudar na execução da ATA, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, pelo prazo de até cinco anos, impedido de contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

11.3. A sanção de advertência de que trata o item 20.2.1 poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - descumprimento das determinações necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados na entrega dos materiais. II - outras ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços ao MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

11.4. A penalidade de suspensão será cabível quando a licitante participar do certame e for verificada a existência de fatos que a impeçam de contratar com a Administração Pública. Caberá ainda a suspensão quando a licitante, por descumprimento de cláusula editalícia, tenha causado transtornos no desenvolvimento dos serviços do MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 – As despesas deste Processo Licitatório correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 05 - Secretaria de Saúde – Natureza de despesa 339039000000 – 189

Órgão: 05 - Secretaria de Saúde – Natureza de despesa 339039000000 – 203

Órgão: 05 - Secretaria de Saúde – Natureza de despesa 339039000000 – 211

12.2- No caso de despesas plurianuais (mais de um exercício financeiro), o orçamento

vigente deverá contingenciar recursos para as despesas liquidadas neste exercício. As demais despesas que ultrapassarem o orçamento vigente serão contempladas nas dotações orçamentárias futuras do município.

13. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

13.1. A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, Jornal Oficial dos Municípios-AMM que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº.025/2017,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT.

15. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Nova Monte Verde-MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subscrevem.

NOVA BANDEIRANTES-MT, 20 de abril de 2017.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

SOUZA TRANSPORTES LTDA-ME

NELSON RODRIGUES DE SOUZA

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Regina de Souza Mendonça Nome: Angela Aparecida Franzon

CPF: 968.501.911-87 CPF: 643.020.599-15

ADMINISTRAÇÃO/RH
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE POSSE N.º 014/2002

A Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes – MT, CONVOCA os candidatos abaixo relacionados, aprovado em Concurso Público realizado em 18/11/2001. Para comparecerem no prazo máximo de 30 dias, na sede da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, para apresentar os documentos e Habilitações exigidas e tomar posse de seus respectivos cargos.

FISCAL TRIBUTÁRIO

01- VALDECIR AUGUSTO CORREIA

O não comparecimento no prazo legal implicará na desistência do

classificado convocado, podendo a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT convocar o(s) imediatamente posterior(s), obedecendo a ordem de classificação.

Nova Bandeirantes- MT, 27 de Agosto de 2002

ADMINISTRAÇÃO/RH
PORTARIA N.º 103/2002

Ementa: Nomeia, em caráter efetivo, Candidato aprovado/classificado em concurso publico do município de Nova Bandeirantes/MT, para o cargo que especifica, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de

Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e

CONSIDERANDO que foram cumpridas todas as fases norteadoras do Concurso Publico 001/2001, publicado o respectivo edital, bem como a homologação do referido Concurso Publico,

RESOLVE:

Artigo 1º- Nomear, em caráter efetivo, o candidato aprovado e classificado no concurso publico 001/2001, abaixo relacionado, para o respectivo cargo, nos termos do disposto da Legislação pertinente em vigor, como segue:

Valdecir Augusto Correia – Fiscal Tributário

Artigo 2º- A posse e exercício do candidato nomeado sujeitar-se-á ao disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipal, Editais e Regulamento do concurso público, bem como as demais disposições legais pertinentes em vigor.

Artigo 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se.

Nova Bandeirantes-MT, 27 de Agosto de 2002.

ADMINISTRAÇÃO/RH
TERMO DE POSSE E COMPROMISSO

Ao vinte e três dias do mês de setembro do ano de dois mil e dois, no departamento de recursos humanos, eu **ANTONIO GONÇALO DELLA ROSA**, Prefeito do Município de Nova Bandeirantes/MT, usando das atribuições que me confere o cargo, dou POSSE a **VALDECIR AUGUSTO CORREA**, Portador do RG: 3576746-0 SSP/PR e CPF nº 685.320.169-87, no cargo de **FISCAL TRIBUTÁRIO**, assumindo o mesmo compromisso de cumprir fielmente os deveres do cargo, e os constantes da legislação Municipal Pertinente. O nomeado comprova neste ato, através de inspeção medica, estar apto física e mentalmente para o exercício do cargo, bem como **DECLARAR** que não exerce outro cargo, emprego ou função publica remunerada na Administração Direta ou em Autarquia, sociedade de Economia mista, Fundação ou Empresa publica. O nomeado apresenta ainda neste ato **DECLARAÇÃO** de seus bens e valores que constituem seu patrimônio.

Nova Bandeirantes/MT, 23 de setembro de 2002.

ANTONIO GONÇALO DELLA ROSA

Prefeito Municipal

DE ACORDO EM: 23/09/2002

.....

Nomeado: VALDECIR AUGUSTO CORREIA

TESTEMUNHAS

.....

JAIR HABOWSKI

RG: 964.463 SSP/MT

CIC. 569.133.039.04

.....

JONECI DA SILVA

RG:4116776 SSP/MG

CPF:589.095.166-15

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2017

Aos 02 dias do mês de maio de 2017, de um lado o MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel, n. º62, centro, nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 33.683.822/0001-73, neste ato, representado pelo **Prefeito Municipal, Sr. Valdir Pereira dos Santos,** brasileiro, empresário, portador do R.G. n.º 3512032-7 SSP/PR e inscrito no CPF nº 531.846.969- 87, residente e domiciliado no município de Nova bandeirantes, neste ato denominado simplesmente **ORGAO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS**, realizado por meio do **PREGAO PRESENCIAL Nº 026/2017**, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, homologada em **27/04/2017**, doravante denominada **FORNECEDOR**, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de **compromisso de fornecimento**, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as clausulas que se seguem:

1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes – MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando o registro de preços para futura e eventual **contratação de empresa para a locação de máquinas pesadas e caminhões, para servir as necessidades da prefeitura municipal de nova bandeirantes,** e acordo com as especificações, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor:	R. MARTINS JUNIOR LOCAÇÃO EIRELLI-EPP			CNPJ:	05.003.321/0001-63
Endereço:	RUA 28			Nº:	LOTE 09 – QD 14
Bairro:	JARDIM PAULA III	Cidade:	VARZEA GRANDE	CEP:	78152-302
Representante Legal:	ROBERTO MARTINS JUNIOR			CPF:	707.523.381-53
Email:	Rmj_terraplanagem@hotmail.com			Telefone:	(65) 2136-7403

ITEM	*CODIGO*	*DESCRIÇÃO*	*UND*	*QTD*	*V.UNIT*	*V.TOTAL*
1	356898	01 (UM) CAMINHAO PIPA, EQUIPADO COM MOTOR BOMBA, COM CAPACIDADE NAO INFERIOR A 10.000 MIL LITROS.	MENSAL	12	R$ 8.100,00	R$ 97.200,00
2	356899	02 (DOIS) CAMINHAO PIPA, EQUIPADO COM MOTOR BOMBA, COM CAPACIDADE NAO INFERIOR A 12.000 MIL LITROS.	MESES	12	R$ 9.900,00	R$ 118.800,00
3	356894	LOCACAO DE 01 (UM) CAMINHAO PRANCHA TRUCK) COM RAMPA MOVEL, SISTEMA ROLL ON / ROLL OFF, CAPACIDADE MINIMA DE 18 TONELADAS. VEICULO DE CARGA PESADA PBT 22.000 KG OU MAIS.	MENSAL	12	R$ 14.400,00	R$ 172.800,00
4	356897	LOCACAO DE 01 (UM) ROLO COMPACTADOR PE DE CARNEIRO VIBRATORIO PARA SOLOS, POTENCIA 110 HP, PESO OPERACIONAL MAXIMO 13,05 T, IMPACTO DINAMICO 38,4 T, LARGURA DE TRABALHO 2,13 M NAO INFERIOR A 2006.	HORAS	1000	R$ 90,00	R$ 90.000,00
5	356896	LOCACAO DE 01 (UM) TRATOR SKIDDER, TRACAO 4X4, EQUIPADO COM GARFO E GARRA SKIDDER	MENSAL	12	R$ 9.900,00	R$ 118.800,00
6	356891	LOCACAO DE 01 (UMA) PC (ESCAVADEIRA HIDRAULICA) SOBRE ESTEIRAS: CACAMBA NO MINIMO 1.200M³ E POTENCIA BRUTA MINIMA DE 150HP.	HORAS	2000	R$ 135,00	R$ 270.000,00
7	356893	LOCACAO DE 01(UM) TRATOR ESTEIRA COM PESO OPERACIONAL MINIMO DE 14 A 20 TONELADAS, POTENCIA MINIMA DE 165 HP, EQUIPADO COM LAMINA FRONTAL,EM BOM ESTADO DE CONSERVACAO.	HORAS	2000	R$ 108,00	R$ 216.000,00
8	356892	LOCACAO DE 03 (TRES) PA CARREGADEIRA DE RODAS COM POTENCIA MINIMA DE 130 HP, ANO DE FABRICACAO NAO INFERIOR A 2008, EM BOM ESTADO DE CONSERVACAO.	HORAS	5000	R$ 90,00	R$ 450.000,00
9	356895	LOCACAO DE 04 (QUATRO) CAMINHAO CACAMBA TRUCADO COM CAPACIDADE DE MINIMA DE 12 MT³ DE CAPACIDADE DE CARGA;	MENSAL	12	R$ 9.900,00	R$ 118.800,00
10	356890	LOCACAO DE 04 (QUATRO) MOTONIVELADORAS (PATROL) COM POTENCIA DE 190 CV, COMPRIMENTO DA LAMINA 3,70M.	HORAS	5000	R$ 135,00	R$ 675.000,00
						R$ 2.327.400,00

VALOR GLOBAL: R$ 2.327.400,00 (dois milhões trezentos e vinte e sete mil e quatrocentos reais).

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação.

3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 Uma vez notificada de que o Município efetivara a contratação, a licitante vencedora deverá comparecer nos 02(dois) dias uteis à notificação, para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuizo das sanções previstas no Capítulo XX deste certame.

a) Responsabilizar-se por todos os ônus relativos à prestação dos serviços a si adjudicados, inclusive ônus relativos a sanções judiciais e administrativas;

b) Cumprir o estipulado nos termos do presente instrumento contrato.

c) Obedecer as instruções da contratante, sobre os termos dos serviços à serem prestados.

d) Prestar informações à contratante, sempre que esta lhe solicitar, informando sobre a execução de seus serviços e demais detalhes sobre a execução de suas atividades.

e) Não intermediar abatimentos, descontos, ou dilação sem expressa autorização da contratante.

f)**.** Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes; g) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto da licitação, sem prévia anuência do Município; h) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital; i) Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez inexistir, no caso, vínculo empregatício deles com o Município; j) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

3.2. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES.

3.3. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho.

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. Efetuar o pagamento, de acordo como estabelecido na cláusula terceira do presente contrato;

4.2. Fornecer para o Contratado, cópias dos contratos efetivamente realizados;

4.3. Fornecer ao contratado, materiais e informações, indispensáveis ao seu serviço, facilitando a prospecção dos negócios;

4.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento objeto;

4.5. Fica vedado ao contratante, negociar abatimentos, descontos ou dilações de prazo para o pagamento o execução dos serviços, sem o prévio conhecimento e autorização do contratado

4.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

16.7. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. A locação dos maquinários será conforme necessidade da secretaria de obras do município, que eventualmente esteja com máquinas em manutenção ou em obras que se fizerem necessárias em regime de urgência.

5.2 O objeto deste contrato deverá disponibilizado na Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, sem despesas de frete em até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato;

5.3 O equipamento locado deverá permanecer durante todo o período de locação a disposição da Secretaria Municipal de Infra Estrutura e Transportes, para uso em qualquer horário em todo território do município.

5.4 A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pela manutenção preventiva e corretiva da(s) máquina(s)/veículo(s) com fornecimento de peças, partes ou componentes necessários, exceto peças de desgaste (lâminas e unhas), desde que sejam comprovadamente novas, verificadas através de vistoria e documento fiscal de aquisição das mesmas pela CONTRATADA.

5.5. A CONTRATANTE responsabiliza-se pelas despesas com serviços de borracharia, pneus, combustível e lubrificantes. Os funcionários (operadores e motoristas) também será por conta da CONTRATANTE.

6. DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega do objeto, mediante a emissão da nota fiscal/fatura, devidamente entregue e lançada junto ao Departamento de Contabilidade e atestada pela Secretaria requisitante, sendo que em hipótese alguma será efetuado pagamento antecipado.

6.2. As empresas deverão obrigatoriamente fornecer Nota Fiscal Eletrônica, conforme as disposições contidas no RICMS/MT, ou conforme legislação vigente.

6.3. Para fazer jus ao pagamento, a licitante vencedora deverá comprovar sua adimplencia com a Seguridade Social (INSS) e com o FGTS (CRF). Caso a empresa seja optante pelo Simples, deverá apresentar, tambem, copia do Termo de Opção pelo recolhimento de imposto naquela modalidade;

6.4. Não será efetuado qualquer pagamento à EMPRESA DETENTORA DA ATA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência com relação à ATA de Registro de Preços originada do presente Pregão.

6.5. O pagamento será feito mediante depósito na conta bancária fornecida pela EMPRESA DETENTORA DA ATA, conforme informação do n.º da agência, banco e conta corrente na referida Nota Fiscal. ***Fica vedada a emissão de boleto bancário pois o único meio de pagamento a ser realizado pelo município é através de depósito via banco conforme normatiza o edital.***

6.6. Deverá constar no corpo da Nota Fiscal o número do processo licitatório a que se refere (Pregão Presencial nº xxx/2017).

7. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. Os preços inicialmente cotados são fixos e irreajustáveis, podendo ser objeto revisão, de ofício ou a pedido, caso haja motivo relevante, tal como variação substancial do custo de aquisição do produto, junto ao distribuidor, devidamente justificado e demonstrado pela Licitante vencedora, mediante apresentação de Notas Fiscais do distribuidor, planilha de custos devidamente exarada pelo Contador responsável da empresa contratada e pesquisa de mercado realizada pela Administração;

7.2. Não haverá reajuste de preços de acordo com o parágrafo 1º, artigo 25 da Lei Federal n.º 9.069/95, que dispõe sobre o Plano Real.

7.3. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, conforme disposto na alínea "d", do inciso II, do artigo 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, será obtida mediante solicitação da empresa detentora da ata à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido.

7.4. A Comissão de controle da ATA de registro de preços originada do presente processo poderá a qualquer tempo rever, reduzindo os preços registrados, de conformidade com pesquisa de mercado, para atendimento do disposto no inciso V do artigo 15 da Lei Federal n.º 8.666/93 e no artigo 12 do Decreto Federal n.º 3.931/2001 ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado atacadista.

7.5. Fica, em qualquer hipótese, ressalvada a possibilidade de alteração das condições pactuadas em face de superveniência de leis e/ou normas federais ou municipais disciplinando a matéria.

8. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

8.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

8.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

8.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

8.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

8.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

8.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

9. DA FISCALIZAÇÃO

9.1. O Município promoverá, através do servidor designado pela Administração conforme portaria XXX, o acompanhamento e a fiscalização das entregas dos produtos, que anotará em registro próprio as ocorrências e falhas detectadas na sua execução e comunicará à(s) empresa(s) fornecedora(s) os fatos que, ao seu critério, exigirem medidas corretivas por parte da mesma, devendo este ainda:

a) atestar as notas fiscais da Licitante para efeitos de pagamento; b) solicitar ao Prefeito Municipal, as providências que ultrapassarem a sua competência, possibilitando a adoção das medidas convenientes para a perfeita execução deste Contrato; c) elaborar relatório acerca da destinação dos produtos;

A ação da fiscalização não exonera a Licitante vencedora de suas responsabilidades contratuais.

10. DA ADESÃO À ATA DE REGISRO DE PREÇOS

10.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador;

10.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

10.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

10.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

10.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

10.8. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Setor de Licitação o qual seja a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, por meio do Setor de Licitações através do e-mail licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br ou pelo endereço Avenida Comendador Luiz Meneghel, 62, Bairro Centro – CEP 78. 565-000-Nova Bandeirantes – MT Fone 066-3572-1950

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Em casos de inexecução parcial ou total das obrigações fixadas neste Pregão, em relação ao objeto desta licitação, a Administração poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar as seguintes sanções:

11.1.1 Multa de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor estimado da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, no caso da licitante vencedora não cumprir rigorosamente as exigências da mesma ou recusar-se a receber a Nota de Empenho ou atrasar na assinatura da referida ATA, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente.

11.1.2. A multa a que alude o item anterior não impede que a Administração rescinda unilateralmente a ATA e aplique outras sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666/93, e posteriores alterações.

11.1.3. Advertência, por escrito, no caso de pequenas irregularidades.

11.1.4. Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos, quando da inexecução contratual sobrevier prejuízo para a Administração.

11.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

11.2. Se a licitante deixar de entregar a documentação ou apresentá-la falsamente, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a Proposta, falhar ou fraudar na execução da ATA, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, pelo prazo de até cinco anos, impedido de contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

11.3. A sanção de advertência de que trata o item 20.2.1 poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - descumprimento das determinações necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados na entrega dos materiais. II - outras ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços ao MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

11.4. A penalidade de suspensão será cabível quando a licitante participar do certame e for verificada a existência de fatos que a impeçam de contratar com a Administração Pública. Caberá ainda a suspensão quando a licitante, por descumprimento de cláusula editalícia, tenha causado transtornos no desenvolvimento dos serviços do MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 – As despesas deste Processo Licitatório correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 08 - Secretaria de Infra Estrutura e Transportes – Natureza de despesa 339039000000 – 365

12.2- No caso de despesas plurianuais (mais de um exercício financeiro), o orçamento

vigente deverá contigenciar recursos para as despesas liquidadas neste exercício. As demais despesas que ultrapassarem o orçamento vigente serão contempladas nas dotações orçamentárias futuras do município.

13. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

13.1. A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, Jornal Oficial dos Municipios-AMM que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº. 026/2017,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT.

15. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Nova Monte Verde-MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subscrevem.

NOVA BANDEIRANTES-MT, 02 de maio de 2017.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

R. MARTINS JUNIOR LOCAÇÃO EIRELLI-EPP

ROBERTO MARTINS JUNIOR

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Regina de Souza Mendonça Nome: Angela Aparecida Franzon

CPF: 968.501.911-87 CPF: 643.020.599-15

ADMINISTRAÇÃO/RH
PORTARIA Nº 051/2017

Ementa: Designar Servidor para Fiscalização Fazendária vinculada ao Lançamento, Arrecadação, Repasses da Corta Parte Municipal do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR

O Senhor Valdir Pereira dos Santos, Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e;

RESOLVE:

Artigo 1º - Designar o Servidor **VALDECIR AUGUSTO CORREIA**, portador do CPF 685.320.169-87, ocupante do Cargo Agente de Fiscalização, Classe D, Nível 14, matricula 168, para atuar na área de execução de atividades inerentes ao acompanhamento, fiscalização, controle fazendária vinculado ao lançamento, arrecadação, repasses da cota parte municipal do Imposto sobre a propriedade territorial rural -ITR, alem de outras atividades determinadas pela coordenação do Setor de Fiscalização.

Artigo 2º - Esta Portaria, entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Nova Bandeirantes-MT, 01 de março de 2.017

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

JURIDICO
LEI MUNICIPAL Nº 1004/2017

SÚMULA: "Atualiza monetariamente e fixa os valores constantes no artigo n° 23 da Lei n° 8.666/93, com base no indexador IGP-M, os quais passam a vigorar nos procedimentos licitatórios realizados no Município de Nova Bandeirantes – MT, e dá outras providências".

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Considerando a competência suplementar dos municípios, ou seja, a competência legislativa privativa, disposta no art. 24, § 2° e no art. 30, II ambos da CF/88;

Considerando que a Lei Federal de Licitações e Contratos, Lei n° 8.666/1993, editou normas gerais de licitações, ficando a cargo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, regulamentarem as normas gerais e editarem normas específicas;

Considerando o disposto no artigo n° 120 da Lei n° 8.666/1993, o qual menciona o indexador que deve ser utilizado para atualização dos valores dos procedimentos licitatórios;

Considerando a Resolução de Consulta n° 17/2014 do TCE/MT, a qual reconheceu que o artigo n° 23 da Lei n° 8.666/1993 é norma específica da União, sendo juridicamente possível que os municípios estabeleçam novos valores para a definição das modalidades licitatórias em âmbito municipal;

Considerando que a última atualização dos valores constantes no artigo n° 23 da Lei n° 8.666/93 se deu em 27 de maio de 1998, com o advento da Lei n° 9.648/1998;

Art. 1°. As modalidades de licitação constantes no art. 22 da Lei n° 8.666/1993 serão determinadas em função dos seguintes limites:

I - **para obras e serviços de engenharia:**

a) **convite** - até R$ 377.490,00 (trezentos e setenta e sete mil e quatrocentos e noventa reais);

b) **tomada de preços** - até R$ 3.774.900,00 (três milhões e setecentos e setenta e quatro mil e novecentos reais);

c) **concorrência:** acima de R$ R$ 3.774.900,00 (três milhões e setecentos e setenta e quatro mil e novecentos reais);

II - **para compras e serviços** não referidos no inciso anterior:

a) **convite** - até R$ 201.328,00 (duzentos e um mil e trezentos e vinte e oito reais);

b) **tomada de preços** - até R$ 1.635.790,00 (hum milhão, seiscentos e trinta e cinco mil e setencentos e noventa reais);

c) **concorrência** - acima de R$ 1.635.790,00 (hum milhão, seiscentos e trinta e cinco mil e setencentos e noventa reais);

Art. 2.º É dispensável a licitação:

I - **para obras e serviços de engenharia** de valor até R$ 37.749,00 (trinta e sete mil e setecentos e quarenta e nove reais);

II - **para outros serviços e compras** de valor até R$ 20.132,80 (vinte mil e cento e trinta e dois reais e oitenta centavos)

Art. 3.º Os valores constantes desta lei serão atualizados, por Decreto do Executivo, todo mês de janeiro, com base no IGP-M acumulado do exercício anterior.

Art. 4.º É parte integrante desta lei o Anexo I contendo o demonstrativo da atualização dos valores.

Art. 5.º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Nova Bandeirantes – MT, 26 de abril de 2.017

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

ANEXO I

PERÍODO	IGP-M ACUMULADO NO PERÍODO (%)	TOTAL IGP-M ACUMULADO DE 06/1998 A 03/2017 (%)
06/1998 a 12/1998	0,18%	151,66%
01/1999 a 12/1999	20,10%	
01/2000 a 12/2000	9,95%	
01/2001 a 12/2001	10,37%	
01/2002 a 12/2002	25,30%	
01/2003 a 12/2003	8,69%	
01/2004 a 12/2004	12,42%	
01/2005 a 12/2005	1,20%	
01/2006 a 12/2006	3,84%	

01/2007 a 12/2007	7,74%	
01/2008 a 12/2008	9,80%	
01/2009 a 12/2009	-1,71%	
01/2010 a 12/2010	11,32%	
01/2011 a 12/2011	5,09%	
01/2012 a 12/2012	7,81%	
01/2013 a 12/2013	5,52%	
01/2014 a 12/2014	3,67%	
01/2015 a 12/2015	2,02%	
01/2016 a 12/2016	7,62%	
01/2017 a 03/2017	0,73%	_____

MODALIDADE	VALOR R$ DESDE 1998	VALOR ATUALIZADO R$(+ 151.66%)
Dispensa por valor inferior - Art. 24, I da Lei n° 8.666/93	15.000,00	37.749,00
Dispensa por valor inferior - Art. 24, II da Lei n° 8.666/93	8.000,00	20.132,80
Convite - para obras e serviços de engenharia	150.000,00	377.490,00
Convite - para compras e serviços em geral	80.000,00	201.328,00
Tomada de Preços - para obras e serviços de engenharia	Até 1.500. 000,00	Até 3.774.900,00
Tomada de Preços - para compras e serviços em geral	Até 650. 000,00	Até 1.635.790,00
Concorrência - para obras e serviços de engenharia	Acima de 1. 500.000,00	Acima 3.774.900,00
Concorrência - para compras e serviços em geral	Acima de 650. 000,00	Acima 3.774.900,00

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 015/2017

PORTARIA Nº 015/2017

EMENTA: *Institui Comissão para Avaliação de Bem Público.*

Adelino Schmoller, Presidente da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Instituir Comissão para avaliação de bem público, para fins específico de avaliar as condições do veiculo de Marca RENAULT/ SANDERO EXPR 16. Ano 2015/2015, Combustível Alco/Gasol, Placa QBT3085.

ARTIGO 2º - A Comissão compor-se-á das seguintes pessoas:

Vereador: Cesar Augusto Perigo

RG nº 9.001.064-6 SSP/PR.

CPF nº 037.458.769-89.

Funcionário: Joaquim Schmoeller.

RG nº 2189762 SSP/PR.

CPF nº 409.691.779-68

Vereador: Hailton Pereira de Mendonça

RG nº 1.624.532 SSP/PR.

CPF nº 281.567.659-15.

ARTIGO 3º - Fica estabelecido prazo para entrega dos trabalhos até o dia 05 de Maio de 2017.

ARTIGO 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTIGO 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, em 28 de Abril de 2017.

Adelino Schmoller

Presidente

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N. º 031/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES – MT, através do Prefeito Municipal Sr. **VALDIR PEREIRA DOS SANTOS,** torna público para conhecimento dos interessados, que **HOMOLOGA** a Licitação resultante do procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial n. º **031/2017, oriunda da Adesão ao Pregão Presencial nº 011/2017 realizada pela Prefeitura Municipal de Carlinda-MT, cujo OBJETO é a "aquisição *de um veículo pick up zero km destinado a atender a necessidade da secretaria Municipal de Saúde, através de emenda Parlamentar nº 12102.434000/11630-02".***

SAGRARAM-SE vencedorasas empresas:

CENTRAL VEICULOS COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES LTDA-ME R$ 125.190,00 (Cento e vinte e cinco mil cento e noventa reais).

Nova Bandeirantes/MT 03 de maio de 2017.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 031/2017 ADESÃO AO PREGÃO PRESENCIAL 011/2017-ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 014/2017

O MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES – MT, através da Pregoeira Oficial, torna público para conhecimento dos interessados, o resultado do procedimento licitatório de Pregão Presencial n. º **031/2017, oriunda da Adesão ao Pregão Presencial nº 011/2017 realizada pela Prefeitura Municipal de Carlinda-MT, cujo OBJETO é a "aquisição *de um veículo pick up zero km destinado a atender a necessidade da secretaria Municipal de Saúde, através de emenda Parlamentar nº 12102.434000/ 11630-02".***

SAGRARAM-SE vencedorasas empresas **CENTRAL VEICULOS COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES LTDA-ME R$ 125.190,00 (Cento e vinte e cinco mil cento e noventa reais).**

A Pregoeira informa ainda, que os autos do Processo se encontram com vistas franqueadas aos interessados a partir da data desta publicação, nos dias úteis no horário de expediente da PREFEITURA MUNICIPAL NOVA BANDEIRANTES/MT.

_____

Regina de Souza Mendonça

Pregoeira Oficial

Decreto nº 012/2017

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 017/ 2017

Homologo a Presente Dispensa de Licitação nº. 017/2017 Adjudicando o contrato de prestação de serviços no transporte escolar, conforme Artigo 38, VII, da Lei 8.666/93.

Adjudique-se e Homologa-se às empresas abaixo, o objeto da presente dispensa de licitação.

SEBRAE-MT – SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE MATO GROSSO

CNPJ nº 03.534.450/0001-52

R$ 36.900,00 (Trinta e seis mil novecentos e reais)

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

Nova Bandeirantes-MT, 03 de março de 2017

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
EXTRATO DO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 017/2017

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes (MT)

CONTRATADO:

SEBRAE-MT – SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE MATO GROSSO

CNPJ nº 03.534.450/0001-52

R$ 36.900,00 (Trinta e seis mil novecentos e reais)

OBJETO: prestação de serviços de consultoria com o objetivo de promover o desenvolvimento da atividade leiteira através de consultorias tecnológicas, na área de produtividade, métodos e técnicas de produção de leite e corte na propriedade rural.

FUNDAMENTAÇÃO: Art. 24, inciso XIII da Lei nº 8.666/93.

VALOR GLOBAL: R$ 36.900,00 (Trinta e seis mil e novecentos reais)

Nova Bandeirantes/MT, 03 de março de 2017.

_____

Regina de Souza Mendonça

Presidente Portaria 003/2017

Comissão Permanente de Licitação

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
DÉCIMO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 038/2015

DÉCIMO QUARTO TERMO ADITIVO CONTRATUAL que celebram a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES**, Estado de Mato Grosso, pessoa de direito público interno, C.N.P.J/MF Nº 33.683.822/0001-73, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel nº 62 na cidade de Nova Bandeirantes, neste ato representada pela Prefeita Municipal, **Sr. VALDIR PEREIRA DOS SANTOS -** Prefeito Municipal, portador da Carteira de Identidade RG nº 24137310/MT, e do CIC/CPF nº 236.135.139-00, como **CONTRATANTE** e De outro lado à empresa **NOVA GUIA CONSTRUÇÕES LTDA - ME,** empresa Jurídica de direito privado**,** devidamente inscrita no CNPJ sob nº 08.428.937/0001-74, situada à Avenida Maringá 905, sala 02, na cidade de Sinop/MT, neste ato representado por **IVAN AIMI,** brasileiro, engenheiro, portador do CIC/CPF nº. 211.071.490-53, residente e domiciliado na cidade de Sinop, tendo como responsável técnico **IVAN AIMI**, portador da carteira profissional N° 2502057094, expedida pelo CREA, doravante simplesmente denominada CONTRATADA, conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. – O presente termo aditivo tem como objeto a Supressão de Valor do Contrato original conforme justificativa, emitido pelo Setor de Engenharia da Prefeitura CONTRATANTE e planilha revisada conforme memorial de cálculo devidamente assinada por engenheiro civil, constante dos autos.

1.2. Será utilizado o prazo de vigência do Décimo Terceiro Termo Aditivo de Prazo do referido Contrato, contando a partir de 25/04/2017 até 23/06/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA SUPRESSÃO

2.1 O valor global do Contrato original, é de R$ 745.794,66 (Setecentos e quarenta e cinco mil setecentos e noventa e quatro reais e sessenta e seis centavos). O Pagamento é conforme medição.

2.2. O valor global do contrato, após a supressão, é R$ 706.927,58 (setecentos e seis mil novecentos e vinte e sete reais e cinquenta e oito centavos), conforme planilha revisada em anexo.

2.3 - Os efeitos financeiros decorrentes do decréscimo vigoram a partir da publicação da AMM.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1 – O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 57, Parágrafo 1º inciso II e II da Lei nº 8.666/93, na clausula 4ª do contrato 038/2015 e justificativa apresentada no pelo Setor de Engenharia da Prefeitura Municipal.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 – As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

4.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Monte Verde, para dirimir as dúvidas que por ventura surgirem em decorrência deste aditamento, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitar as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Nova Bandeirantes – MT, 02 de março de 2017.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

NOVA GUIA CONSTRUÇÕES LTDA - ME

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Regina de Souza Mendonça Nome: Angela Aparecida Franzon

CPF: 968.501.911-87 CPF: 643.020.599-15

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
DÉCIMO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 037/2015

DÉCIMO QUARTO TERMO ADITIVO CONTRATUAL que celebram a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES**, Estado de Mato Grosso, pessoa de direito público interno, C.N.P.J/MF Nº 33.683.822/0001-73, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel nº 62 na cidade de Nova Bandeirantes, neste ato representada pela Prefeita Municipal, **Sr. VALDIR PEREIRA DOS SANTOS -** Prefeito Municipal, portador da Carteira de Identidade RG nº 24137310/MT, e do CIC/CPF nº 236.135.139-00, como **CONTRATANTE** e De outro lado à empresa **NOVA GUIA CONSTRUÇÕES LTDA - ME,** empresa Jurídica de direito privado**,** devidamente inscrita no CNPJ sob nº 08.428.937/0001-74, situada à Avenida Maringá 905, sala 02, na cidade de Sinop/MT, neste ato representado por **IVAN AIMI,** brasileiro, engenheiro, portador do CIC/CPF nº. 211.071.490-53, residente e domiciliado na cidade de Sinop, tendo como responsável técnico **IVAN AIMI**, portador da carteira profissional N° 2502057094, expedida pelo CREA, doravante simplesmente denominada CONTRATADA, conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. – O presente termo aditivo tem como objeto a Supressão de Valor do Contrato original conforme justificativa, emitido pelo Setor de Engenharia da Prefeitura CONTRATANTE e planilha revisada conforme memorial de cálculo devidamente assinada por engenheiro civil, constante dos autos.

1.2. Será utilizado o prazo de vigência do Décimo Terceiro Termo Aditivo de Prazo do referido Contrato, contando a partir de 25/04/2017 até 23/06/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA SUPRESSÃO

2.1 O valor global do Contrato original, é de R$ 499.037,63 (quatrocentos e noventa e nove mil trinta e sete reais e sessenta e três centavos). O Pagamento é conforme medição.

2.2. O valor global do contrato, após a supressão, é R$ 453.585,45 (quatrocentos e cinquenta e três mil quinhentos e oitenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos), conforme planilha revisada em anexo.

2.3 - Os efeitos financeiros decorrentes do decréscimo vigoram a partir da publicação da AMM.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1 – O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 57, Parágrafo 1º inciso II e II da Lei nº 8.666/93, na clausula 4ª do contrato 037/2015 e justificativa apresentada no pelo Setor de Engenharia da Prefeitura Municipal.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 – As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

4.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Monte Verde, para dirimir as dúvidas que por ventura surgirem em decorrência deste aditamento, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitar as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Nova Bandeirantes – MT, 02 de março de 2017.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

NOVA GUIA CONSTRUÇÕES LTDA - ME

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Regina de Souza Mendonça Nome: Angela Aparecida Franzon

CPF: 968.501.911-87 CPF: 643.020.599-15

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
DÉCIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 038/2015

DÉCIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATUAL que celebram a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES**, Estado de Mato Grosso, pessoa de direito público interno, C.N.P.J/MF Nº 33.683.822/0001-73, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel nº 62 na cidade de Nova Bandeirantes, neste ato representada pela Prefeita Municipal, **Sr. VALDIR PEREIRA DOS SANTOS -** Prefeito Municipal, portador da Carteira de Identidade RG nº 24137310/MT, e do CIC/CPF nº 236.135.139-00, como **CONTRATANTE** e De outro lado à empresa **NOVA GUIA CONSTRUÇÕES LTDA - ME,** empresa Jurídica de direito privado**,** devidamente inscrita no CNPJ sob nº 08.428.937/0001-74, situada à Avenida Maringá 905, sala 02, na cidade de Sinop/MT, neste ato representado por **IVAN AIMI,** brasileiro, engenheiro, portador do CIC/CPF nº. 211.071.490-53, residente e domiciliado na cidade de Sinop, tendo como responsável técnico **IVAN AIMI**, portador da carteira profissional N° 2502057094, expedida pelo CREA, doravante simplesmente denominada CONTRATADA, conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – Os objetos do presente aditivo são os seguintes:

Prorrogação do prazo de duração do Contrato original e execução da obra, por mais 60 (sessenta) dias, passando a vigorar do dia 25/04/2017 até a data de 23/06/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 – O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 57 inciso II e § 3º da Lei nº 8.666/93e na clausula 4ª do contrato 038/2015.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1 – As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

3.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Monte Verde, para dirimir as dúvidas que por ventura surgirem em decorrência deste aditamento, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitar as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Nova Bandeirantes – MT, 20 de abril de 2017.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

NOVA GUIA CONSTRUÇÕES LTDA - ME

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Regina de Souza Mendonça Nome: Angela Aparecida Franzon

CPF: 968.501.911-87 CPF: 643.020.599-15

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
DÉCIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 038/2015

DÉCIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATUAL que celebram a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES**, Estado de Mato Grosso, pessoa de direito público interno, C.N.P.J/MF Nº 33.683.822/0001-73, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel nº 62 na cidade de Nova Bandeirantes, neste ato representada pela Prefeita Municipal, **Sr. VALDIR PEREIRA DOS SANTOS -** Prefeito Municipal, portador da Carteira de Identidade RG nº 24137310/MT, e do CIC/CPF nº 236.135.139-00, como **CONTRATANTE** e De outro lado à empresa **NOVA GUIA CONSTRUÇÕES LTDA - ME,** empresa Jurídica de direito privado**,** devidamente inscrita no CNPJ sob nº 08.428.937/0001-74, situada à Avenida Maringá 905, sala 02, na cidade de Sinop/MT, neste ato representado por **IVAN AIMI,** brasileiro, engenheiro, portador do CIC/CPF nº. 211.071.490-53, residente e domiciliado na cidade de Sinop, tendo como responsável técnico **IVAN AIMI**, portador da carteira profissional N° 2502057094, expedida pelo CREA, doravante simplesmente denominada CONTRATADA, conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – Os objetos do presente aditivo são os seguintes:

Prorrogação do prazo de duração do Contrato original e execução da obra, por mais 60 (sessenta) dias, passando a vigorar do dia 24/02/2017 até a data de 24/04/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 – O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 57 inciso II e § 3º da Lei nº 8.666/93e na clausula 4ª do contrato 038/2015.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1 – As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

3.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Monte Verde, para dirimir as dúvidas que por ventura surgirem em decorrência deste aditamento, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitar as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Nova Bandeirantes – MT, 20 de fevereiro de 2017.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

NOVA GUIA CONSTRUÇÕES LTDA - ME

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Regina de Souza Mendonça Nome: Angela Aparecida Franzon

CPF: 968.501.911-87 CPF: 643.020.599-15

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
DÉCIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 037/2015

DÉCIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATUAL que celebram a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES**, Estado de Mato Grosso, pessoa de direito público interno, C.N.P.J/MF Nº 33.683.822/0001-73, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel nº 62 na cidade de Nova Bandeirantes, neste ato representada pela Prefeita Municipal, **Sr. VALDIR PEREIRA DOS SANTOS -** Prefeito Municipal, portador da Carteira de Identidade RG nº 24137310/MT, e do CIC/CPF nº 236.135.139-00, como **CONTRATANTE** e De outro lado à empresa **NOVA GUIA CONSTRUÇÕES LTDA - ME,** empresa Jurídica de direito privado**,** devidamente inscrita no CNPJ sob nº 08.428.937/0001-74, situada à Avenida Maringá 905, sala 02, na cidade de Sinop/MT, neste ato representado por **IVAN AIMI,** brasileiro, engenheiro, portador do CIC/CPF nº. 211.071.490-53, residente e domiciliado na cidade de Sinop, tendo como responsável técnico **IVAN AIMI**, portador da carteira profissional N° 2502057094, expedida pelo CREA, doravante simplesmente denominada CONTRATADA, conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – Os objetos do presente aditivo são os seguintes:

Prorrogação do prazo de duração do Contrato original e execução da obra, por mais 60 (sessenta) dias, passando a vigorar do dia 25/04/2017 até a data de 23/06/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 – O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 57 inciso II e § 3º da Lei nº 8.666/93e na clausula 4ª do contrato 037/2015.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1 – As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

3.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Monte Verde, para dirimir as dúvidas que por ventura surgirem em decorrência deste aditamento, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitar as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Nova Bandeirantes – MT, 20 de abril de 2017.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

NOVA GUIA CONSTRUÇÕES LTDA - ME

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Regina de Souza Mendonça Nome: Angela Aparecida Franzon

CPF: 968.501.911-87 CPF: 643.020.599-15

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
DÉCIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 037/2015

DÉCIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATUAL que celebram a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES**, Estado de Mato Grosso, pessoa de direito público interno, C.N.P.J/MF Nº 33.683.822/0001-73, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel nº 62 na cidade de Nova Bandeirantes, neste ato representada pela Prefeita Municipal, **Sr. VALDIR PEREIRA DOS SANTOS -** Prefeito Municipal, portador da Carteira de Identidade RG nº 24137310/MT, e do CIC/CPF nº 236.135.139-00, como **CONTRATANTE** e De outro lado à empresa **NOVA GUIA CONSTRUÇÕES LTDA - ME,** empresa Jurídica de direito privado**,** devidamente inscrita no CNPJ sob nº 08.428.937/0001-74, situada à Avenida Maringá 905, sala 02, na cidade de Sinop/MT, neste ato representado por **IVAN AIMI,** brasileiro, engenheiro, portador do CIC/CPF nº. 211.071.490-53, residente e domiciliado na cidade de Sinop, tendo como responsável técnico **IVAN AIMI**, portador da carteira profissional N° 2502057094, expedida pelo CREA, doravante simplesmente denominada CONTRATADA, conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – Os objetos do presente aditivo são os seguintes:

Prorrogação do prazo de duração do Contrato original e execução da obra, por mais 60 (sessenta) dias, passando a vigorar do dia 24/02/2017 até a data de 24/04/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 – O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 57 inciso II e § 3º da Lei nº 8.666/93e na clausula 4ª do contrato 037/2015.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1 – As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

3.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Monte Verde, para dirimir as dúvidas que por ventura surgirem em decorrência deste aditamento, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitar as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Nova Bandeirantes – MT, 20 de fevereiro de 2017.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

NOVA GUIA CONSTRUÇÕES LTDA - ME

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Regina de Souza Mendonça Nome: Angela Aparecida Franzon

CPF: 968.501.911-87 CPF: 643.020.599-15

ADMINISTRAÇÃO/RH
DECRETO Nº 108/2017

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES – MT, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros para compor o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação do Município de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, que terá a seguinte composição:

Representantes dos Professores:

Titular: Adelair dos Santos Amaral CPF: 511.512.001-15

Suplente: Marli de Oliveira Balbinotti CPF: 520.581.239-72

Representantes dos Pais:

Titular: Perla Habermann CPF: 815.946.821-00

Suplente: Lucimara Kunz CPF: 771.746.821-20

Titular: Alan Habermann CPF: 966.256.431-49

Suplente: Silvana Mendonça Ferreira CPF: 008.022.061-40

Representantes dos alunos:

Titular: Claudete Correia de Oliveira do Socorro CPF: 002.498.001-11

Suplente: Henrique de Souza Pinheiro CPF: 083.702.471-48

Titular: Maira Geovana da Silva Miranda CPF: 077.265.251-18

Suplente: Luiza Gonçalves dos Santos CPF: 912.811.991-68

Representantes do Poder Executivo Municipal:

Titular: Elaine Aparecida dos Santos CPF: 036.121.741-26

Suplente: Ronaldo Sandrini Felipes CPF: 001.067.831-06

Representantes dos Diretores das Escolas:

Titular: Maria Aparecida Marques Odísio CPF: 539.205.709-87

Suplente: Gislaine Cordeiro Coleti CPF: 047.684.229-85

Representantes dos Técnicos Administrativos:

Suplente: Edileuza Aparecida Neves Schmidt CPF: 701.289.211-02

Titular: Ellen Doane Teodoro Luiz CPF: 054.497.481-67

Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Tania Clemente da Silva CPF: 957.430.571-68

Suplente: Marcio Franco CPF: 056.563.129-25

Representantes do Conselho Tutelar:

Titular: Juliana Garcia Alves CPF: 013.168.191-59

Suplente: Marcielli Chabowski Silbaldelli CPF: 050.668.091-63

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação e ou afixação.

Art 3º Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Nova Bandeirantes - MT, 17 de abril de 2017.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Nova Bandeirantes

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO N° 0023/2017

"Dispõe sobre Instrução Normativa SCI - 003 FISCALIZAÇÃO E CONTROLE NA EXECUÇÃO DOS CONTRATOS na Administração Pública Municipal".

O Prefeita Municipal de Nova Brasilândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA

Art. 1° Ficam criadas as normas e as rotinas de procedimentos administrativos para a realização **fiscalização e controle na execução dos contratos** da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT.

Parágrafo único. As normas e rotinas a que se refere este artigo constam dos seguintes anexos deste Decreto: I – SCI - 003 FISCALIZAÇÃO E CONTROLE NA EXECUÇÃO DOS CONTRATOS Art. 2º Caberá a cada Secretário Municipal cumprir e exigir o cumprimento das normas estabelecidas por este Decreto, responsabilizando-se diretamente pelo pagamento das despesas realizadas fora destes procedimentos administrativos. Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação na forma de costume.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 02 de Maio de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO N° 0024/2017

"Dispõe sobre Instrução Normativa SCI - 004 ACOMPANHAMENTO DE CONTRATOS na Administração Pública Municipal".

O Prefeita Municipal de Nova Brasilândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA

Art. 1° Ficam criadas as normas e as rotinas de procedimentos administrativos para a realização **acompanhamento de contratos** da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT.

Parágrafo único. As normas e rotinas a que se refere este artigo constam dos seguintes anexos deste Decreto: I – SCI - 004 ACOMPANHAMENTO DE CONTRATOS Art. 2º Caberá a cada Secretário Municipal cumprir e exigir o cumprimento das normas estabelecidas por este Decreto, responsabilizando-se diretamente pelo pagamento das despesas realizadas fora destes procedimentos administrativos. Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação na forma de costume.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 02 de Maio de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

ADMINISTRATIVO
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 002/2017.

OBJETO: Cadastramento de grupos formais e informais para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino;

DATA: Até 17/05/2017 as 08:30 horas;

CRITÉRIO: Menor Preço Unitário;

Cópias do edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal localizada na Av. dos Migrantes, Travessa 01, N° 30, em Nova Guarita – MT, no horário das 08:30 hs as 11:00 ou através do site www.novaguarita.mt.gov.br

Nova Guarita – MT, 02 de Maio de 2017.

Ivandro Ugolini

Pres. da Comissão Permanente de Licitações

ADMINISTRATIVO
CONTRATO Nº 029/17/SMA/PMNG

PROCESSO Nº. 258/2017

PRAZO: 02/05/2017 Á 02/08/2017

CONTRATADA: **JOLCINARA SILVA DE OLIVEIRA ME**

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ENGENHARIA COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL NECESSÁRIO PARA CONSTRUÇÃO DE UMA CALÇADA DE BLOCO SEXTAVADO NO PALCO DA PRAÇA CENTRAL DO MUNICÍPIO DE NOVA GUARITA – MT.

VALOR: R$ 34.159,91. (GLOBAL)

DOTAÇÃO: ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

UNIDADE: 003 – DEPARTAMENTO DE OBRAS E ENGENHARIA E DEFESA CIVIL.

FUNÇÃO: 15 – URBANISMO

SUB FUNÇÃO: 451 – INFRAESTRUTURA URBANA

PROGRAMA: 0003 – ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS

PROJETO/ATIVID: 1.058 – CONSTRUÇÃO, REFORMA E PAISAGISMO NA PRAÇA CENTRAL

DESPESA:– 4.4.90.51.00 – OBRAS E INSTALAÇÕES

FUNCIONAL PROGRAM.: 15.451.0003.1.058

COD. 329

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO 28/2017

AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL PREGÃO 28/2017

À Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, torna público que fará realizar Pregão Presencial 28/2017.

ABERTURA: 12 de maio de 2017 ás 08:00 horas;

CREDENCIAMENTO: das 07:30 ás 07:55 horas;

OBJETO: **Registro de preço referente a futura eventual aquisição de materiais de consumo em materiais esportivos para atender as atividades do departamento de esporte e lazer do município.**

Os interessados em adquirir o Edital completo e maiores informações (65) 3259-4045 ou no site: novalacerda.mt.gov.br. Nova Lacerda-MT 02 de maio de 2017.

JACSON DOUGLAS NUNES CORDEIRO

Pregoeiro

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO 30/2017

AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL PREGÃO 30/2017

À Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, torna público que fará realizar Pregão Presencial 30/2017.

ABERTURA: 17 de maio de 2017 ás 14:30 horas;

CREDENCIAMENTO: das 14:00 ás 14:20 horas;

OBJETO: **Registro de Preço para futura contratação de empresa de mídia impressa, com pagina colorida , em prestação de serviços de publicidade institucional oficial do Município de Nova Lacerda-MT em jornal de grande circulação na região Oeste.**

Os interessados em adquirir o Edital completo e maiores informações (65) 3259-4045 ou no site: novalacerda.mt.gov.br. Nova Lacerda-MT 02 de maio de 2017.

JACSON DOUGLAS NUNES CORDEIRO

Pregoeiro

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 013/2017

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 013/2017

A Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, nos termos do disposto no Edital do Processo Seletivo Simplificado n° 001/2017, para atender as necessidades, e considerando o resultado do Processo Seletivo Simplificado **CONVOCA** os candidatos conforme **ANEXO I** para comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, sito a Rua 16 de julho, 815, Bairro Centro, munidos de cópias dos documentos abaixo relacionados:

a) Carteira de Identidade – RG;

b) Cartão de Cadastro no Ministério da Fazenda – CPF;

c) Prova de estar quites com as obrigações eleitorais, ou seja, comprovante de votação das eleições 2016;

d) Cartão que identifique o número de cadastro no PIS/PASEP, caso possua;

e) Carteira de Trabalho;

f) Título Eleitoral;

g) Comprovante de Residência;

h) Certidão de Nascimento e/ou Casamento;

i) Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos;

j) Prova de estar em dias com o serviço militar, no caso do sexo masculino;

l) Declaração de não acúmulo de cargos;

k) Uma foto 3x4;

l) Documento que comprove o grau de escolaridade exigida (histórico e certificado e ou diploma);

m) Conta salário ou corrente no Banco Bradesco – cópia do cartão ou documento que comprove o número da conta ou agência corretamente.

n) Laudo médico do SUS municipal, julgado apto físico e mentalmente, para o exercício da função.

o) Ter registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade (se for o caso);

p) CNH (se for o caso); e,

q) Demais documentação que constam nos itens de 2.3.10 à 2.3.12 do Edital 001/2017 do Processo Seletivo Simplificado;

2.3.10. Apresentar outros documentos que se fizerem necessários, a época da contratação, de acordo com a legislação em vigor.

2.3.11. Não registrar antecedentes criminais por sentença judicial transitada em julgado.

2.3.12. Não receber proventos de aposentadoria ou remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os casos de acúmulo previstos na Constituição Federal;

A convocação será feita através de Edital publicado oficialmente, ao qual o candidato classificado terá o prazo de 03 (três) dias úteis para entrega de documentação exigida acima e exercer a função, a não apresentação no período implicará na perca do direito à vaga.

Nova Lacerda – MT, aos 02 dias do mês de maio de 2017.

Sebastião Bento da Silva

Secretário Municipal de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 013/2017

ANEXO I

APROVADOS - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

MÉDICO

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
256492	RENATA MAGIONI	08/09/1987	65,0	1.
256607	JEFFERSON THIAGO NASCIMENTO DE OLIVEIRA	21/03/1989	65,0	2.
256334	WENDEL ASSUNÇÃO DE ARAUJO LIMA	20/04/1983	60,0	3.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO 31/2017

AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL PREGÃO 31/2017

À Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, torna público que fará realizar Pregão Presencial 31/2017.

ABERTURA: 15 de maio de 2017 ás 08:00 horas;

CREDENCIAMENTO: das 07:30 ás 08:55 horas;

OBJETO: **Valor referente a futura e eventual aquisição de materiais de Expedientes para atender as Secretarias e Departamentos da Prefeitura Municipal de Nova Lacerda.**

Os interessados em adquirir o Edital completo e maiores informações (65) 3259-4045 ou no site: novalacerda.mt.gov.br. Nova Lacerda-MT 02 de maio de 2017.

JACSON DOUGLAS NUNES CORDEIRO

Pregoeiro

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO 29/2017

AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL PREGÃO 29/2017

À Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, torna público que fará realizar Pregão Presencial 29/2017.

ABERTURA: 12 de maio de 2017 ás 13:30 horas;

CREDENCIAMENTO: das 13:10 ás 13:30 horas;

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO NA FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUSIÇÃO DE OXIGENIO HOSPITALAR PARA UTILIZAR NOS PSFs, PARA ATENDER A SECRETARIA DE SAÚDE.**

Os interessados em adquirir o Edital completo e maiores informações (65) 3259-4045 ou no site: novalacerda.mt.gov.br. Nova Lacerda-MT 02 de maio de 2017.

JACSON DOUGLAS NUNES CORDEIRO

Pregoeiro

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA - PORTARIA N° 07/2017

PORTARIA N° 07/2017

Joventino Amadeu Dalabeneta, brasileiro, portador da Cédula de Identidade – RG 847.672 SSP/MT e CPF sob nº 559. 517.241-04, residente e domiciliado na Rua Nova Lacerda, 615, Bairro Sol Nascente, Nova Lacerda-MT, Presidente da Câmara Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições:

RESOLVE

Art. 1° - Nomear a senhora Rani Aparecida de Medeiros Teixeira, brasileira, casada, inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o n° 957. 289.101-49 e portadora da Cédula de Identidade sob o n° 2168319-0 SSP/MT, residente e domiciliada na Rua Dito Nogueira, bairro São José – Nova Lacerda, na função de Assessor Parlamentar da Câmara Municipal de Nova Lacerda – MT.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua atribuição, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, ao segundo dia do mês de maio de 2017.

Joventino Amadeu Dalabeneta

Presidente

Registre, Publique-se e Cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 168/2017 DATA: 02/05/2017 EMENTA: CONCEDE TRINTA (30) DIAS DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL SRº "MARCOS FERREIRA DE ANDRADE ". JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA, PREFEITO MUNI

EMENTA: *CONCEDE TRINTA (30) DIAS DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL Srº* ***"MARCOS FERREIRA DE ANDRADE ".***

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA,

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFOR-

MIDADE COM O QUE DETERMINA A LEI Nº. 725/2016, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

RESOLVENDO

Art. 1º. – Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Público Municipal *Srº* ***MARCOS FERREIRA DE ANDRADE",*** ocupante do cargo de motorista , lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, atendendo a requerimento de ***FÉRIAS*** que têm direito, em conformidade com o Art. 171 da Lei Nº 725/2016.

Art. 2º - O período concedido terá início em 02/05/2017 e término em 31/05/2017, retornando as suas atividades no dia 01/06/2017.

Parágrafo único – Ao término da licença concedida neste ato deverá a servidora retornar às atividades concernentes ao seu cargo junto à Secretaria Municipal de Infraestrutura de Nova Marilândia – MT.

Art. 3º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE – 02/05/2017.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 166/2017 DATA: 02/05/2017 EMENTA: CONCEDE TRINTA (30) DIAS DE FÉRIAS À CONSELHEIRA TUTELAR SRª "ADRIANA FERREIRA GONÇALVES CAMPOS ". JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA, PREFEITO MU

PORTARIA MUNICIPAL Nº 166/2017

DATA: 02/05/2017

EMENTA: *CONCEDE TRINTA (30) DIAS DE FÉRIAS À CONSELHEIRA TUTELAR SRª* ***"ADRIANA FERREIRA GONÇALVES CAMPOS ".***

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA,

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O QUE DETERMINA A LEI Nº. 725/2016, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

RESOLVENDO

Art. 1º. –Conceder 30 (trinta) dias de férias à *Conselheira Tutelar à Srª* ***ADRIANA FERREIRA GONÇALVES,*** lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, atendendo a requerimento de ***FÉRIAS*** que têm direito, em conformidade com o o Art. 171 da Lei Nº 725/2016.

Art. 2º - O período concedido terá início em 02/05/2017 e término em 31/05/2017, retornando as suas atividades no dia 01/06/2017.

Parágrafo único – Ao término da licença concedida neste ato deverá a servidora retornar às atividades concernentes ao seu cargo junto à Secretaria Municipal de assistência social de Nova Marilândia – MT.

Art. 3º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE – 02/05/2017.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 164/2017 DATA: 02/05/2017 EMENTA: CONCEDE TRINTA (30) DIAS DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SRª "PAULA HELENA ESPELETA NICOLETTI ". JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA, PREFEITO

EMENTA: *CONCEDE TRINTA (30) DIAS DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL Srª* ***"PAULA HELENA ESPELETA NICOLETTI ".***

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA,

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O QUE DETERMINA A LEI Nº. 725/2016, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

RESOLVENDO

Art. 1º. – Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal *Srª-* ***PAULA HELENA ESPELETA NICOLETTI",*** ocupante do cargo de ENFERMEIRA, lotado na Secretaria Municipal de saúde, atendendo a requerimento de ***FÉRIAS*** que têm direito, em conformidade com o Art. 171 da Lei Nº 725/2016.

Art. 2º - O período concedido terá início em 02/05/2017 e término em 31/05/2017, retornando as suas atividades no dia 01/06/2017.

Parágrafo único – Ao término da licença concedida neste ato deverá a servidora retornar às atividades concernentes ao seu cargo junto à Secretaria Municipal de saúde de Nova Marilândia – MT.

Art. 3º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE – 02/05/2017.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 169/2017 DATA: 02 DE MAIO DE 2017. EMENTA: REVOGA A PORTARIA Nº 106/2017, DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO DA SR.ª "EDIVANIA CORDEIRO MARTINS MOTIVAD

EMENTA: REVOGA A PORTARIA Nº 106/2017**,** DISPÕE SOBRECONCESSÃO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO DA Sr.ª **"EDIVANIA CORDEIRO MARTINS** MOTIVADO PELA SUSPENSÃO POR AFASTAMENTO PARA USUFRUIR DO BENEFÍCIO DE LICENÇA MATERNIDADE.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

CONSIDERANDOque aservidora contratada se encontra em estado de gravidez, adquirindo a estabilidade provisória prevista no art. 10, II, alínea "b", do ADCT, cuja natureza jurídica é de norma constitucional;

CONSIDERANDO por analogia, o parágrafo 5º do art.79 da Lei Federal 8. 666/93;

RESOLVE

Art. 1º. – Concede **PRORROGAÇÃO DE PRAZO** por 04 (MESES) meses ao contrato administrativo n.º 009/2016. a findar no dia 28/06/2017 pelo

gozo de Licença Maternidade da Servidora Pública Municipal Contratada Sr.ª **EDIVANIA CORDEIRO MARTINS,** ocupante do cargo de Atendente de Farmácia-CTD, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSTE – 02/05/2017.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

Prefeito de Nova Marilândia – MT

Registrado e Publicado pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 167/2017 DATA: 02/05/2017 EMENTA: CONCEDE TRINTA (30) DIAS DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL SR° "MANOEL FERNANDES DA SILVA NETO". JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA, PREFEITO MU

PORTARIA MUNICIPAL Nº 167/2017

DATA: 02/05/2017

EMENTA: *CONCEDE TRINTA (30) DIAS DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL Sr° **"MANOEL FERNANDES DA SILVA NETO".***

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA,

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O QUE DETERMINA A LEI Nº. 725/2016, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

RESOLVENDO

Art. 1º. – Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Público Municipal *Sr°- "**MANOEL FERNANDES DA SILVA NETO",*** ocupante do cargo de MOTORISTA, lotado na Secretaria Municipal de infraestrutura, atendendo a requerimento de ***FÉRIAS*** que têm direito, em conformidade com o Art. 171 da Lei Nº 725/2016.

Art. 2º - O período concedido terá início em 02/05/2017 e término em 31/03/2017, retornando as suas atividades no dia 01/06/2017.

Parágrafo único – Ao término da licença concedida neste ato deverá a servidora retornar às atividades concernentes ao seu cargo junto à Secretaria Municipal de infraestrutura de Nova Marilândia – MT.

Art. 3º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE – 02/05/2017.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 165/2017 DATA: 02/05/2017 EMENTA: CONCEDE TRINTA (30) DIAS DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SRª "MARIA ALIRIO GONÇALVES MEDEIROS ". JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA, PREFEIT

EMENTA: *CONCEDE TRINTA (30) DIAS DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL Srª **"MARIA ALIRIO GONÇALVES MEDEIROS ".***

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA,

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O QUE DETERMINA A LEI Nº. 725/2016, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

RESOLVENDO

Art. 1º. – Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal *Srª- **"MARIA ALIRIO GONÇALVES MEDEIROS,*** ocupante do cargo de **Agente de Serviços Gerais**, lotado na Secretaria Municipal de saúde, atendendo a requerimento de ***FÉRIAS*** que têm direito, em conformidade com o Art. 171 da Lei Nº 725/2016.

Art. 2º - O período concedido terá início em 03/05/2017 e término em 01/06/2017, retornando as suas atividades no dia 02/06/2017.

Parágrafo único – Ao término da licença concedida neste ato deverá a servidora retornar às atividades concernentes ao seu cargo junto à Secretaria Municipal de saúde de Nova Marilândia – MT.

Art. 3º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE – 02/05/2017.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 003/2017 – CMDCA

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Nova Maringá – Mato Grosso – CMDCA, no uso de suas atribuições, nos termos dos itens 3, 4 e ANEXO VII – CRONOGRAMA DO EDITAL Nº 001/2017-CMDCA, visando atender os princípios da publicidade, da legalidade e da impessoalidade, e;

Considerando que foram cumpridas regularmente todas as etapas e prazos relativos às inscrições,

RESOLVE:

I – Divulgar a Relação dos Candidatos Inscritos, conforme discriminação abaixo:

1. CLEIDE DA ROCHA 2. EZANIA MENDES FERREIRA 3. SUELI MARIA DA SILVA

II – Divulgar local, data e horário da realização da prova eliminatória, conforme registro abaixo:

1. ESCOLA WILSON RIBEIRO – UNIDADE II – NOVA MARINGÁ-MT 2. Sete de Maio de 2017 ás 08:00 hs Nova Maringá- MT, em 02 de Maio de 2017 **Ivani de Souza Couto Oliveira** Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA
PORTARIA Nº. 166 -A/2017 "DISPÕE SOBRE A CONCEÇÃO DE LICENÇA FÉRIAS DOS SERVIDORES"

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 47, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS, aos servidores:

MAT	NOME	CPF
2131	IDALIRIA APARECIDA TAMBALO	044.554.471-64
2026	EVANILDA ROSA MOREIRA	781.160.401-97
653	PROTASIO PAZZETTO	602.904.129-00
1991	JAMIR DERUSSI	828.246.149-00
69	MAURO ROBERTO DE FREITAS	557.742.611-15
2401	ALEXSANDRO OLIVEIRA BUCHS	043.143.291-06

,conforme Estatuto do Servidor, Capítulo V, Seção III, Art. 79 ao Art. 81, a partir desta data 02 de Janeiro de 2017, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 02 de Maio de 2017.

JOÃO BRAGA NETO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA
PORTARIA Nº. 167/2017 "DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO CARGO EFETIVO, DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO O SR. IRANILDO RAMOS DOS SANTOS"

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 47, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 8º, inciso II da Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá-MT.

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR do Cargo Efetivo, o Sr. **IRANILDO RAMOS DOS SANTOS**, portador do RG nº 52809520 SSP/SP, inscrita no CPF sob o n.º 459.835.368.69, da função de AUXILIAR ADMINISTRATIVO da**, SECRETARIA DE OBRAS, VIACOES E SERV. PUBLICOS** de Nova Maringá-MT, a partir desta data 02 de Maio de 2017, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 02 de Abril de 2017.

JOÃO BRAGA NETO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA
ERRATA

PORTARIA 161/2017 , PUBLICADA NO DIA 26/04/2017

ONDE SE LEE:

PATRICIA PEDROSO DE LARA

LEIA-SE:

MAYRA CORADI BRAGA

Nova Maringá – MT, 28 de abril de 2017

Claudia Beatrice Peixoto da Silva

Chefe do Depto de Recursos Humanos

Portaria 139/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 082/2017

SÚMULA: NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL DE NOVA MONTE VERDE-MT.

Beatriz de Fátima Sueck Lemes, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidos por Lei;

DECRETA:

ARTIGO 1º: Conforme normas do Sistema Nacional de Cultura ficam nomeados os Membros do Conselho Municipal de Política Cultural do Município de Nova Monte Verde os seguintes componentes:

Representantes do Executivo:

Titular: Jucélia Queiroz Lopes Assis

Suplente: Regina Célia Gomes

Titular: Alzira de Moura Faitão

Suplente: Zenilda Alves dos Santos

Representante do Poder Legislativo:

Titular: Luiz Carlos P. Ferro.

Suplente: Francisco Antonio Sevallo

Representantes da Área da Educação:

Titular: Valdirene Aparecida Ferreira da Cruz

Suplente: Elcio Leandro Aparecido

Titular: Lucimar Barbosa Martins

Suplente: Anelise Dasenbrock Polachini

Representantes da Área da Saúde:

Titular: Thaís Martins

Suplente: Lenir Tatsch e silva

Representantes da Assistência Social:

Titular: Neura Groch Campos

Suplente: Mirian Barbosa Camargo

Representantes da Câmara dos Dirigentes Lojistas

Titular: Cássio Ardilano da Silva

Suplente: Gildete Selestrine

Representantes do Grupo da Terceira Idade:

Titular: Marlene Kelm

Suplente: Valdemar Zanella

Representantes dos Segmentos Artísticos:

Titular: Adriano Giroto

Suplente: Tânia Regina Guilherme Ulchak

Titular: Claudete Catarina Polachini

Suplente: Luiz Fernando Zanrosso

Titular: João Mendes Pacheco

Suplente: José João de Faria

Representantes da AFEMOV:

Titular: Samuel Santos Nascimento

Suplente: Cleberson dos Santos Ribas

Representantes da Juventude:

Titular: Taila Lemes Zanella

Suplente: Andressa Ferreira Rodrigues

Representantes das Comunidades Rurais:

Titular: Mario Sergio do Nascimento

Suplente: José Thomas da Silva

ARTIGO 2º: Este decreto entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogadas às disposições em contrário, em especial o Decreto n°121/2013.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Monte Verde-MT, 27 de abril de 2017.

Beatriz de Fátima Sueck Lemes

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 09/2017

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 09/2017

PROCESSO Nº. 1599/2017

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM EM ALTA FLORESTA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE PACIENTES DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE.

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, nomeado através do Decreto nº. 042/2017 de 17 de Janeiro de 2017 torna público aos interessados que conforme Edital de Licitação de Pregão Presencial nº. 09/2017, o mesmo foi declarado **DESERTO**, já que não houve participantes interessados ao certame no dia 28 de abril de 2017, ás 09:00 horas, conforme registro na ata da sessão.

Nova Monte Verde-MT, 02 de Maio de 2017.

JOHNNY BERNATZKY

Pregoeiro

Decreto 042/2017

Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 083/2017

SÚMULA: DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS DE NOVA MONTE VERDE - MT

Beatriz de Fátima Sueck Lemes, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidos por Lei;

DECRETA

ARTIGO 1° Fica nomeado para representar e compor o Conselho Municipal da Assistência Social (CMAS), de Nova Monte Verde – MT biênio 2017/2019, os seguintes membros abaixo relacionados:

Representantes do Governo Municipal:

Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças.

Titular – Tânia da Silva Justo

Secretaria Municipal de Administração, Planejamento Finanças.

Suplente – Zenilda Alves dos Santos

c) Secretaria Municipal de Educação, Esporte Lazer e Juventude.

Titular- Valdirene Aparecida Ferreira da Cruz

Suplente - Eli dos Santos

d) Secretaria Municipal de Saúde

Titular – Lenir Tatsch e Siva

Suplente – Elexandra Szcerba

f) Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania

Titular – Jucilene dos Santos

Suplente – Mirian Barbosa Camargo Maciel

Representantes das entidades e organizações de Assistência Social:

Associação de Pais e Alunos Excepcionais

Titular - Kátia Helena Rodrigues da Cunha

Associação de Pais e Alunos Excepcionais

Suplente – Aline Henrique Fuzinato

Representantes dos trabalhadores da Área de Assistência Social:

Centro de Referência de Assistência Social

Titular - Mariana Gomes Martins

Centro de Referência de Assistência Social

Suplente - Janete Aparecida Soares

Representantes dos Usuários:

Titular:- Tânia Araujo da Cruz

Suplente – Tereza de Jesus Silva

Titular – Augusto Marques

Suplente – Izabel Cristina dos Santos

Titular – Maria de Fátima Ferreira

Suplente – Sandra Conceição da Silva

ARTIGO 2º- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 127/2016.

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT, em 02 de maio de 2017.

Beatriz de Fátima Sueck Lemes

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

PREFEITURA/LICITAÇÃO
AVISO DE "ADESÃO" ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ÓRGÃO GERENCIADOR/REALIZADOR: Prefeitura Municipal de Canarana-MT

ENDEREÇO: Rua Miraguai 298 – centro - Canarana – MT

ÓRGÃO ADESO: Secretaria Municipal de Saúde

ADESÃO PARCIAL – PREGÃO PRESENCIAL: Nº 22/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2016

FORNECEDOR: G. F. CARDOSO LEITE & CIA LTDA - ME, inscrita no C. N.P.J./MF sob o n.º 19.844.928/0001-80, estabelecida a Rua Fioravante Lulu, 478 – Mini Parque Industrial, em Assis Chateaubriand – Paraná**.**

OBJETO: futura e eventual aquisição de diversos materiais de consumo (materiais hospitalares, laboratoriais, ambulatoriais e odontológicos) para entrega fracionada de acordo com as necessidade da Secretaria de Saúde.

ITENS ADESOS: Lotes 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24 e 25.

VALOR GLOBAL : R$ 358.800,00 (trezentos e cinquenta e oito mil e oitocentos reais).

DATA DA ATA: 13/06/2016

VIGÊNCIA: Por 12 (doze) meses.

AUTORIZADO POR: Ofício 023/2017-LIC – Prefeitura Municipal de Canarana-MT.

Nova Nazaré-MT, 28 de Abril de 2017.

JOÃO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal de Nova Nazaré

GERONI BUENO CAMARGO

secretaria municipal de saúde

LEI Nº. 481 DE 27 DE ABRIL DE 2017

(PROJETO DE LEI Nº 14/2017)

SÚMULA: *Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providencias.*

JOAO TEODORO FILHO, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA NAZARE ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e em consonância com a Lei Orgânica Municipal, faz saber, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

Artigo 1º.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R$81.142,20 distribuídos as seguintes dotações:

Local: 011401 Câmara Municipal

Ficha: 001 - 01.031.0001.1006.0000

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MAT. PERMANENTE..... 5.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Ficha: 007 - 01.031.0001.3028.0000

MODERNIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS..... 10.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Ficha: 009 - 01.031.0001.3036.0000

Vencimentos e Vantagens fixas..... 15.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

Ficha: 010 - 01.031.0001.3037.0000

Vencimentos e Vantagens Fixa com o Plenário..... 25.200,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL

Ficha: 314 - 01.031.0001.2002.0000

MANUTENÇÃO E ENCARGOS C/ CÂMARA MUNICIPAL..... 25.942,20

3.3.90.92.00 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:

Local: 020306 Departamento de Administração Geral

Ficha: 052 - 04.122.0003.2063.0000

MANUT. E ENC. C/ DEPART. ADMINSTRAÇÃO GERAL..... -81.142,20

3.1.90.92.00 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Nazaré, 27 de abril de 2017.

_____

JOAO TEODORO FILHO

Prefeito

PREFEITURA/LICITAÇÃO
AVISO DE ALTERAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2017

A Prefeitura Municipal de Nova Nazaré-MT, através do Pregoeiro Oficial, torna público que a licitação na modalidade **Pregão Presencial nº 011/2017*, onde a sessão para recebimento de envelopes,*** anteriormente marcada para o dia **04/05/2017 às 08h00min** (**Horário de Brasília**), fica remarcada para o mesmo dia **às 14h00min horário de Brasília)**. O Edital permanece inalterado e estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Nova Nazaré-MT, no horário das 07:00 às 13:00 horas, pelo endereço eletrônico **licitacaonovanazare@hotmail.com** ou no site **www.novanazaré.mt.gov.br**.

Nova Nazaré-MT, 02 de Maio de 2017.

ENOQUE DE SOUSA LIMA

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA/LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 008/2017

PROCESSO Nº. 015/2017

VALIDADE: 12 (doze) meses

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE NOVA NAZARÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Avenida Jorge Amado nº 901, Centro, Nova Nazaré - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 04.202.280/0001-71, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pela Prefeita Municipal a Sr. **JOÃO TEODORO FILHO**, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado à Rua Corival Faustino de Mello s/n, Nova Nazaré-MT, portador da Carteira de Identidade RG nº. 1605949-2 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 441.299.551-87, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **G. F CARDOSO LEITE & CIA LTDA-ME**, inscrita no C.N.P.J./MF sob o n.º 19.844.928/0001-80, e Inscrição Estadual sob n.º 90.657.800-00, estabelecida a Rua Fioravante Lulu, 478 – Mini Parque Industrial, em Assis Chateaubriad, representada neste ato por seu Diretor **ADÃO DA SILVA LEITE**, brasileiro, Empresário, Casado, portador do RG n.º 4.079.935-4 e do CPF nº. 492.895.009-72, residente à Rua Marechal Castelo Branco, nº. 131, em Assis Chateaubriad,nas quantidades estimadas no **Item 1** desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no edital de **Pregão Presencial nº. 022/2016, oriundo da Prefeitura Municipal de Canarana-MT** e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 10.520/02 e Lei 8666/93 e suas alterações, no que couber, e em conformidade com as disposições a seguir.

CLAUSULA PRIMEIRA - OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 - O presente instrumento tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual contratação da empresa G. F CARDOSO LEITE & CIA LTDA-ME, inscrita no C.N.P.J./MF sob o n.º 19.844.928/0001-80, e Inscrição Estadual sob n.º 90.657.800-00, estabelecida a Rua Fioravante Lulu, 478 – Mini Parque Industrial, em Assis Chateaubriad para o ***para futuro e eventual fornecimento*****de diversos materiais de consumo (materiais hospita-**

lares, laboratoriais, ambulatoriais e odontológicos) para entrega fracionada de acordo com as necessidade da Secretaria de Saúde, conforme especificações do edital.

CLAUSULA SEGUNDA - DA LICITAÇÃO

2.1 - Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento de adesão (carona) ao processo licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 022/2016, oriundo da Prefeitura Municipal de Canarana-MT, com fundamento nas Leis nº 10.520/02, nº 8.666/93 e alterações posteriores e no que couber, e ainda, nos termos do Decreto Federal 7.892/2013 e suas alterações posteriores, conforme autorização da Autoridade Competente, Prefeito Municipal Sr. JOÃO TEODORO FILHO, disposta no **Processo nº 015/2017**.

CLAUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 - Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

3.1.1 - Descrição, Quantidade e lotes Registrados:

LOTE 01 - ATADURAS					
ITEM	**COD**	**DESCRIÇÃO**	**UNID**	**VL. UNIT**	**VL. TOT**
1	33100	ATADURA GESSADA, TELA TIPO GIRO INGLÊS, 100% ALGODÃO, 10 CM, 300 CM, IMPREGNADA C/GESSO COLOIDAL, SECAGEM ULTRA RAPIDA	400	4,51	1.804,00
2	33101	ATADURA GESSADA, TELA TIPO GIRO INGLÊS, 100% ALGODÃO, 15 CM, 400 CM, IMPREGNADA C/GESSO COLOIDAL, SECAGEM ULTRA RAPIDA	260	5,60	1.456,00
3	33102	ATADURA GESSADA, TELA TIPO GIRO INGLÊS, 100% ALGODÃO, 20 CM, 400 CM, IMPREGNADA C/GESSO COLOIDAL, SECAGEM ULTRA RAPIDA	220	10,40	2.288,00
4	33096	ATADURA, CREPOM, 100% ALGODÃO, 10 CM, 180 CM, EM REPOUSO, 13 UN/CM², EMBALAGEM INDIVIDUAL	4.200	1,09	4.578,00
5	33097	ATADURA, CREPOM, 100% ALGODÃO, 15 CM, 180 CM, EM REPOUSO, 13 UN/CM², EMBALAGEM INDIVIDUAL	3.600	1,39	5.004,00
6	33098	ATADURA, CREPOM, 100% ALGODÃO, 20 CM, 180 CM, EM REPOUSO, 13 UN/CM², EMBALAGEM INDIVIDUAL	3.600	1,57	5.652,00
7	33394	ATADURA, TECIDO ALGODÃO, 10 CM, 180 CM, ORTOPÉDICA, HIDRÓFOBO, COM 12 UNID COM CAMADA DE GOMA EM UMA DAS FACES	10	16,27	162,70
8	33395	ATADURA, TECIDO ALGODÃO, 15 CM, 180 CM, ORTOPÉDICA, HIDRÓFOBO, COM 12 UNIDADES COM CAMADA DE GOMA EM UMA DAS FACES	10	23,51	235,10
9	33396	ATADURA, TECIDO ALGODÃO, 20 CM, 180 CM, ORTOPÉDICA, HIDRÓFOBO, COM 12 UNIDADES COM CAMADA DE GOMA EM UMA DAS FACES	10	32,02	320,20
				total	**21.500,00**
LOTE 02 - CAMPO OPERATÓRIO					
ITEM	**COD**	**DESCRIÇÃO**	**UNID**	**VL. UNIT**	**VL. TOT**
1	33400	CAMPO OPERATÓRIO, TECIDO 100% ALGODÃO, SIMPLES, 25 CM, 23 CM, 15 FIOS/CM2, ACABAMENTO C/ PONTO OVERLOK, BRANCA, QUATRO CAMADAS, CANTOS ARREDONDADOS, CADARÇO DUPLO MIN 18 CM.	30	68,00	2.040,00
2	33401	CAMPO OPERATÓRIO, TECIDO 100% ALGODÃO, SIMPLES, 45 CM, 50 CM, 15 FIOS/CM2, ACABAMENTO C/ PONTO OVERLOK, BRANCA, QUATRO CAMADAS, CANTOS ARREDONDADOS, CADARÇO DUPLO MIN 18 CM.	80	199,50	15.960,00
				total	**18.000,00**
LOTE 03 - COLAR CERVICAL					
ITEM	**COD**	**DESCRIÇÃO**	**UNID**	**VL. UNIT**	**VL. TOT**
1	33126	COLAR CERVICAL, POLIETILENO, ALTA DENSIDADE, ESPESSURA MÍNIMA DE 1,5 MM, TAMANHO GRANDE, FECHO EM VELCRO, TAMANHO GRANDE NA PARTE POSTERIOR 2 ABERTURAS, NA PARTE ANTERIOR 1 ABERTURA, REVESTIDO DE ESPUMA E TIL VINIL ACETATO.	5	26,73	133,65
2	33127	COLAR CERVICAL, POLIETILENO, ALTA DENSIDADE, ESPESSURA MÍNIMA DE 1,5 MM, TAMANHO MÉDIO, FECHO EM VELCRO, TAMANHO MEDIO NA PARTE POSTERIOR 2 ABERTURAS, NA PARTE ANTERIOR 1 ABERTURA, REVESTIDO DE ESPUMA E TIL VINIL ACETATO.	10	22,69	226,90
3	33128	COLAR CERVICAL, POLIETILENO, ALTA DENSIDADE, ESPESSURA MÍNIMA DE 1,5 MM, TAMANHO PEQUENO, FECHO EM VELCRO, TAMANHO PEQUENO NA PARTE POSTERIOR 2 ABERTURAS, NA PARTE ANTERIOR 1 ABERTURA, REVESTIDO DE ESPUMA E TIL VINIL ACETATO	5	22,29	111,45
4	33125	COLAR CERVICAL, POLIETILENO, DOBRÁVEL, PLANO E INFANTIL, VELCRO COM 5CM, PEQUENO, PRÉ-HOSPITALAR, PROTEÇÃO DA COLUNA CERVICAL, JANELA TRAQUEAL EXTRA GRANDE E APOIO MANDIBULAR.	3	26,00	78,00
				total	**550,00**
LOTE 04 - COMPRESSA DE GAZE					
ITEM	**COD**	**DESCRIÇÃO**	**UNID**	**VL. UNIT**	**VL. TOT**
1	33415	COMPRESSA GAZE, TECIDO 100% ALGODÃO, 13 FIOS/CM2, COR BRANCA,ISENTA DE IMPUREZAS, 8 CAMADAS, 7,50 CM 5 DOBRAS, DESCARTAVEL	1.000	25,00	25.000,00
				total	**25.000,00**
LOTE 05 - LUVA CIRURGICA					
ITEM	**COD**	**DESCRIÇÃO**	**UNID**	**VL. UNIT**	**VL. TOT**
1	37202	LUVA CIRÚRGICA, LÁTEX NATURAL, 7, ESTÉRIL, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 28CM, LUBRIFICADA C/ PÓ BIOABSORVIVEL ATOXICA DESCARTAVEL, ANATOMICA, CONFORME NORMA DA ABNT COM ABERTURA ASSÉPTICA	700	1,95	1.365,00
2	37203	LUVA CIRÚRGICA, LÁTEX NATURAL, 7,50, ESTÉRIL, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 28CM, LUBRIFICADA C/ PÓ BIOABSORVIVEL ATOXICA DESCARTAVEL, ANATOMICA, ANTIDERAPANTE CONFORME NORMA DA ABNT COM ABERTURA ASSÉPTICA	1.000	1,80	1.800,00
3	37189	LUVA CIRÚRGICA, LÁTEX NATURAL, 8, ESTÉRIL, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 28CM, LUBRIFICADA C/ PÓ BIOABSORVÍVEL ATOXICA DESCARTAVEL, ANATOMICA, CONFORME NORMA DA ABNT COM ABERTURA ASSÉPTICA	1.200	1,80	2.160,00

4	37204	LUVA CIRÚRGICA, LÁTEX NATURAL, 8,50, ESTÉRIL, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 28CM, LUBRIFICADA C/ PÓ BIOABSORVIVEL ATOXICA DESCARTAVEL, ANATOMICA, CONFORME NORMA DA ABNT COM ABERTURA ASSÉPTICA	1.500	1,85	2.775,00
				total	**8.100,00**
LOTE 06 - LUVA PARA PROCEDIMENTO					
ITEM	**COD**	**DESCRIÇÃO**	**UNID**	**VL. UNIT**	**VL. TOT**
1	31226	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, LÁTEX NATURAL ÍNTEGRO E UNIFORME, EXTRAPEQUENO, LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, ATÓXICA, AMBIDESTRA, DESCARTÁVEL, ANTIDERRAPANTE, RESISTENTE À TRAÇÃO	500	28,93	14.465,00
2	31223	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, LÁTEX NATURAL ÍNTEGRO E UNIFORME, GRANDE, LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, ATÓXICA, AMBIDESTRA, DESCARTÁVEL, ANTIDERRAPANTE, RESISTENTE À TRAÇÃO	490	28,93	14.175,70
3	31224	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, LÁTEX NATURAL ÍNTEGRO E UNIFORME, MÉDIO, LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, ATÓXICA, AMBIDESTRA, DESCARTÁVEL, ANTIDERRAPANTE, RESISTENTE À TRAÇÃO	750	28,91	21.682,50
4	31225	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, LÁTEX NATURAL ÍNTEGRO E UNIFORME, PEQUENO, ATÓXICA, AMBIDESTRA, DESCARTÁVEL, FORMATO ANATÔMICO, RESISTENTE À TRAÇÃO	750	28,90	21.675,00
				total	**72.000,00**
LOTE 07 - MASCARAS E TOUCAS					
ITEM	**COD**	**DESCRIÇÃO**	**UNID**	**VL. UNIT**	**VL. TOT**
1	33465	MÁSCARA CIRÚRGICA, NÃO TECIDO,3 CAMADAS,PREGAS HORIZONTAIS,ATÓXICA, COM ELÁSTICO, CLIP NASAL EMBUTIDO HIPOALERGENICA DESCARTAVEL	250	11,48	2.870,00
2	33464	MÁSCARA, P/PROTEÇÃO CONTRA POEIRAS, FUMOS E NÉVOAS ÓXICAS, N95, CLASSE PFF-2, REFERÊNCIA 3M	120	5,92	710,40
3	30343	SAPATILHA CIRÚRGICA, TNT, 35 G/M2, ÚNICO, DESCARTÁVEL, COM 100 UNIDADES	6.000	0,24	1.440,00
4	37218	TOUCA DESCARTÁVEL USO HOSPITALAR, NÃO TECIDO 100% POLIPROPILENO, ELÁSTICO EM TODA VOLTA, COM 100 UNID., SEM COR, CERCA DE 30G/M², UNICO DESCARTAVEL, HIPOALERGENICA, ATOXICA, INODORA UNISEX	40	11,99	479,60
				total	**5.500,00**
LOTE 08 - TALA ORTOPEDICA					
ITEM	**COD**	**DESCRIÇÃO**	**UNID**	**VL. UNIT**	**VL. TOT**
1	33126	TALA ORTOPÉDICA, ETIL VINIL ACETATO (EVA), 53 CM, 8 CM	5	17,91	89,55
2	33127	TALA ORTOPÉDICA, ETIL VINIL ACETATO (EVA), 63 CM, 9 CM	10	21,91	219,13
3	33128	TALA ORTOPÉDICA,ETIL VINIL ACETATO (EVA),86 CM, 10 CM	5	28,26	141,32
				total	**450,00**
LOTE 09 - FIO DE SUTURA					
ITEM	**COD**	**DESCRIÇÃO**	**UNID**	**VL. UNIT**	**VL. TOT**
1	33439	FIO DE SUTURA, ALGODÃO, 2-0, PRETA, COM AGULHA, 3/8 CÍRCULO CILÍNDRICA, 3,0 CM	3	64,28	192,85
2	30274	FIO DE SUTURA, CATGUT CROMADO COM AGULHA, 0, COMPR. MÍNIMO 70 CM, 1/2 CÍRCULO CILÍND., 4,0 CM, ESTERIL	3	139,17	417,50
3	34199	FIO DE SUTURA, CATGUT CROMADO COM AGULHA, 1-0, COMPR. MÍNIMO 70 CM, 1/2 CÍRCULO CILÍNDRICA, 5 CM, ESTERIL	3	157,68	473,04
4	27760	FIO DE SUTURA, CATGUT CROMADO COM AGULHA, 2-0, COMPR. MÍNIMO 70 CM, 1/2 CÍRCULO CILÍNDRICA, 2,5 CM, STERIL.	6	144,74	868,47
5	30279	FIO DE SUTURA, CATGUT SIMPLES C/ AGULHA, 0, COMPR. MÍNIMO 70 CM, 3/8 CÍRCULO CILÍNDRICA, 3,0 CM, ESTERIL	4	144,74	578,98
6	30281	FIO DE SUTURA, CATGUT SIMPLES C/ AGULHA, 2-0, COMPR. MÍNIMO 70 CM, 1/2 CÍRCULO CILÍNDRICA, 4,0 CM, ESTERIL	2	144,74	289,49
7	27763	FIO DE SUTURA, CATGUT SIMPLES C/ AGULHA, 3-0, COMPR. MÍNIMO 70 CM, 1/2 CÍRCULO CILÍNDRICA, 3,0 CM, ESTERIL	10	144,80	1.448,00
8	27785	FIO DE SUTURA, NYLON MONOFILAMENTO, 0, PRETO, 45 CM, COM AGULHA, 3/8 CÍRCULO CORTANTE, 2,0 CM, ESTERIL	20	55,60	1.112,00
9	27786	FIO DE SUTURA, NYLON MONOFILAMENTO, 2-0, PRETO, 45 CM, COM AGULHA, 3/8 CÍRCULO CORTANTE, 3,0 CM, ESTERIL	15	55,32	829,78
10	27787	FIO DE SUTURA, NYLON MONOFILAMENTO, 3-0, PRETO, 45 CM, COM AGULHA, 3/8 CÍRCULO CORTANTE, 3,0 CM, ESTERIL	4	55,32	221,28
11	27788	FIO DE SUTURA, NYLON MONOFILAMENTO, 4-0, PRETA, 45 CM, COM AGULHA, 3/8 CÍRCULO CORTANTE, 3,0 CM, ESTERIL	2	55,33	110,66
12	27789	FIO DE SUTURA, NYLON MONOFILAMENTO, 5-0, PRETO, 45 CM, COM AGULHA, 3/8 CÍRCULO CORTANTE, 2,0 CM, ESTERIL	4	59,66	238,64
13	30286	FIO DE SUTURA, NYLON MONOFILAMENTO, 6-0, PRETO, 45 CM, COM AGULHA, 3/8 CÍRCULO CORTANTE, 2,0 CM, ESTERIL	2	59,66	119,32
				total	**6.900,00**
LOTE 12 - AGULHA HIPODERMICA					
ITEM	**COD**	**DESCRIÇÃO**	**UNID**	**VL. UNIT**	**VL. TOT**
1	33087	AGULHA, HIPODÉRMICA, AÇO INÓX SILICONIZADO, 18GX1 1/2"(40X12) BISEL CURTO TRIFACETADO, CONECTOR EM PLASTICO LUER, PROTETOR PLASTICO, COM SISTEMAS DE SEGURANÇA SEGUNDO NR/32, STERIL, DESCARTAVEL EMBALAGEM INDIVIDUAL	10.000	0,19	1.932,00
2	33086	AGULHA, HIPODÉRMICA, AÇO INÓX SILICONIZADO, 21GX1"(25X8), BISEL CURTO TRIFACETADO, CONECTOR EM PLASTICO LUER, PROTETOR PLASTICO, COM SISTEMAS DE SEGURANÇA SEGUNDO NR/32, STERIL, DESCARTAVEL EMBALAGEM INDIVIDUAL	5.000	0,13	644,00
3	33085	AGULHA, HIPODÉRMICA, AÇO INÓX SILICONIZADO, 22GX1"(25X7) BISEL CURTO TRIFACETADO, CONECTOR EM PLASTICO LUER, PROTETOR PLASTICO, COM SISTEMAS DE SEGURANÇA SEGUNDO NR/32, STERIL, DESCARTAVEL EMBALAGEM INDIVIDUAL	5.000	0,13	644,00

4	33084	AGULHA, HIPODÉRMICA, AÇO INÓX SILICONIZADO, 24GX3/4 (20X5,5) BISEL CURTO TRIFACETADO, CONECTOR EM PLÁSTICO LUER, PROTETOR PLÁSTICO, COM SISTEMA DE SEGURANÇA SEGUNDO NR/32,ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	8.000	0,16	1.251,20
5	33083	AGULHA, HIPODÉRMICA, AÇO INÓX SILICONIZADO, 26GX1/2 (13X4,5) BISEL CURTO TRIFACETADO, CONECTOR EM PLÁSTICO LUER, PROTETOR PLÁSTICO, COM SISTEMA DE SEGURANÇA SEGUNDO NR/32,ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	8.000	0,13	1.030,40
				total	**5.500,00**

LOTE 13 - CATETER INTRAVENOSO

ITEM	COD	DESCRIÇÃO	UNID	VL. UNIT	VL. TOT
1	33114	CATETER INTRAVENOSO, POLIURETANO OCRILON, 16 G, PERIFÉRICO, CURTO, SISTEMA SEGURANÇA, AGULHA ELETROPOLIDA, DESCARTÁVEL, STERIL, RADIOPACO, EMBALAGEM ABERTURA ASSÉPTICA	100	2,44	244,00
2	33116	CATETER INTRAVENOSO, POLIURETANO OCRILON, 20 G, PERIFÉRICO, CURTO, SISTEMA SEGURANÇA,AGULHA ELETROPOLIDA, DESCARTÁVEL, STERIL, RADIOPACO, EMBALAGEM ABERTURA ASSÉPTICA	1.500	2,76	4.146,75
3	33117	CATETER INTRAVENOSO, POLIURETANO OCRILON, 22 G, PERIFÉRICO, CURTO,,SISTEMA SEGURANÇA,AGULHA ELETROPOLIDA, DESCARTÁVEL, STERIL, RADIOPACO, EMBALAGEM ABERTURA ASSÉPTICA	4.000	2,80	11.200,00
4	33118	CATETER INTRAVENOSO, POLIURETANO OCRILON, 24 G, PERIFÉRICO, CURTO,,SISTEMA SEGURANÇA,AGULHA ELETROPOLIDA, DESCARTÁVEL, STERIL, RADIOPACO, EMBALAGEM ABERTURA ASSÉPTICA	4.500	2,76	12.440,25
5	33405	CATETER OXIGENOTERAPIA, ADULTO, PVC FLEXÍVEL GRAU MÉDICO, TIPO ÓCULOS, PRONGA SILICONE CONTORNO ARREDONDADO, DESCARTÁVEL, STERIL, ADULTO, A PROVA DE DEFORMAÇÃO E TORÇÃO 2,10M, CONECTOR UNIVERSAL	1.000	10,75	10.754,00
6	33404	CATETER OXIGENOTERAPIA, INFANTIL, PVC FLEXÍVEL GRAU MÉDICO, TIPO ÓCULOS, PRONGA SILICONE ARREDONDADO, DESCARTÁVEL, STERIL, INFANTIL, A PROVA DE DEFORMAÇÃO E TORÇÃO 2,10M, CONECTOR UNIVERSAL	500	10,43	5.215,00
				total	**44.000,00**

LOTE 14 - ESCALPE

ITEM	COD	DESCRIÇÃO	UNID	VL. UNIT	VL. TOT
1	31172	ESCALPE, TB PVC CRISTAL FLEXÍVEL, ASAS LEVES, FLEXÍVEIS, CONECTOR LUER CÔNICO RÍGIDO, Nº 21, CÂNULA INOX SILICONE ATRAUMÁTICA,PAREDE FINA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, BISEL TRIFACETADO,TAMPA PROTETORA,BAINHA PROTEÇÃO, COMPON. SOLDADOS, IDENTIF. COR UNIVERSAL	4.000	0,59	2.360,00
2	31173	ESCALPE, TB PVC CRISTAL FLEXÍVEL, ASAS LEVES,FLEXÍVEIS,CONECTOR LUER CÔNICO RÍGIDO, Nº 23, CÂNULA INOX,SILICONE,ATRAUMÁTICA,PAREDE FINA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, BISEL TRIFACETADO,TAMPA PROTETORA,BAINHA PROTEÇÃO, COMPON. SOLDADOS, IDENTIF. COR UNIVERSAL	6.000	0,56	3.360,00
3	31174	ESCALPE, TB PVC CRISTAL FLEXÍVEL, ASAS LEVES,FLEXÍVEIS,CONECTOR LUER CÔNICO RÍGIDO, Nº 25, CÂNULA INOX,SILICONE,ATRAUMÁTICA,PAREDE FINA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, BISEL TRIFACETADO,TAMPA PROTETORA,BAINHA PROTEÇÃO, COMPON. SOLDADOS, IDENTIF. COR UNIVERSAL	5.000	0,55	2.750,00
4	31175	ESCALPE, TB PVC CRISTAL FLEXÍVEL, ASAS LEVES,FLEXÍVEIS,CONECTOR LUER CÔNICO RÍGIDO, Nº 27, CÂNULA INOX,SILICONE,ATRAUMÁTICA,PAREDE FINA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, BISEL TRIFACETADO,TAMPA PROTETORA,BAINHA PROTEÇÃO, COMPON. SOLDADOS, IDENTIF. COR UNIVERSAL	100	0,30	30,00
				total	**8.500,00**

LOTE 15 - LAMINA DE BISTURI

ITEM	COD	DESCRIÇÃO	UNID	VL. UNIT	VL. TOT
1	31213	LÂMINA BISTURI, AÇO CARBONO, Nº 11, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, COM 100 UNID	10	43,30	433,00
2	31214	LÂMINA BISTURI, AÇO CARBONO, Nº 15, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, COM 100 UNID -	3	43,70	131,10
3	31215	LÂMINA BISTURI, AÇO CARBONO, Nº 23, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, COM 100 UNID -	10	43,59	435,90
				total	**1.000,00**

LOTE 16 - SERINGA

ITEM	COD	DESCRIÇÃO	UNID	VL. UNIT	VL. TOT
1	16542	SERINGA, POLIPROPILENO TRANSPARENTE, 1 ML, BICO CENTRAL SIMPLES OU LUER LOCK, ÊMBOLO C/ ROLHA BORRACHA, IMPRESSÃO LEGÍVEL E PERMANENTE, GRADUAÇÃO MÁXIMA 0,2 EM 0,2 ML, NUMERADA, C/ AGULHA 13 X 0,45 MM, BISEL TRIFACETADO, PROTETOR PLÁSTICO, DESCARTÁVEL	20.000	0,38	7.600,00
2	16545	SERINGA, POLIPROPILENO TRANSPARENTE, 10 ML, BICO CENTRAL SIMPLES OU LUER LOCK, ÊMBOLO C/ ROLHA BORRACHA, IMPRESSÃO LEGÍVEL E PERMANENTE, GRADUAÇÃO MÁXIMA 0,2 EM 0,2 ML, NUMERADA, C/ AGULHA 25 X 0,7 MM, BISEL TRIFACETADO, PROTETOR PLÁSTICO, DESCARTÁVEL	35.000	0,61	21.490,00
3	16546	SERINGA, POLIPROPILENO TRANSPARENTE, 20 ML, BICO CENTRAL SIMPLES OU LUER LOCK, ÊMBOLO C/ ROLHA BORRACHA, IMPRESSÃO LEGÍVEL E PERMANENTE, GRADUAÇÃO MÁXIMA 1 EM 1 ML, NUMERADA, C/ AGULHA 25 X 0,7 MM, BISEL TRIFACETADO, PROTETOR PLÁSTICO, DESCARTÁVEL,ESTERIL	12.000	0,90	10.800,00
4	16543	SERINGA, POLIPROPILENO TRANSPARENTE, 3 ML, BICO CENTRAL SIMPLES OU LUER LOCK, ÊMBOLO C/ ROLHA BORRACHA, IMPRESSÃO LEGÍVEL E PERMANENTE, GRADUAÇÃO MÁXIMA 0,2 EM 0,2 ML, NUMERADA, C/ AGULHA 25 X 0,7 MM, BISEL TRIFACETADO, PROTETOR PLÁSTICO, DESCARTÁVEL, STERIL	15.000	0,36	5.400,00
5	16544	SERINGA, POLIPROPILENO TRANSPARENTE, 5 ML, BICO CENTRAL SIMPLES OU LUER LOCK, ÊMBOLO C/ ROLHA BORRACHA, IMPRESSÃO LEGÍVEL E PERMANENTE, GRADUAÇÃO MÁXIMA 0,2 EM 0,2 ML, NUMERADA, C/ AGULHA 25 X 0,7 MM, BISEL TRIFACETADO, PROTETOR PLÁSTICO, DESCARTÁVEL, STERIL	15.000	0,42	6.300,00
6	16547	SERINGA, POLIPROPILENO TRANSPARENTE, 60 ML, BICO TIPO CATETER, ÊMBOLO COM PONTEIRA DE BORRACHA SILICONIZADA, GRADUAÇÃO FIRME E PERFEITAMENTE LEGÍVEL, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL	50	2,92	145,83
7	34235	SERINGA, VIDRO BOROSSILICATO, 10 ML, BICO LUER SLIP, PERDA DE RESISTÊNCIA, GRADUAÇÃO FIRME E PERFEITAMENTE LEGÍVEL EPIDURAL	10	14,25	142,50
8	34234	SERINGA, VIDRO BOROSSILICATO, 5 ML, BICO LUER SLIP, PERDA DE RESISTÊNCIA, GRADUAÇÃO FIRME E PERFEITAMENTE LEGÍVEL EPIDURAL	10	11,35	113,50
				total	**52.000,00**

LOTE 17 - OUTROS MATERIAIS HOSPITALARES

ITEM	COD	DESCRIÇÃO	UNID	VL. UNIT	VL. TOT
1	33372	ABAIXADOR LÍNGUA, MADEIRA, DESCARTÁVEL, 14 CM, TIPO ESPÁTULA, 1,50 CM, 2 MM	150	5,63	844,50

2	33376	ÁGUA, DESMINERALIZADA, ESTÉRIL, APIROGÊNICA PARA AUTOCLAVE 5L	20	17,18	343,60
3	33381	ÁLCOOL ETÍLICO, HIDRATADO, 70%_(70¿GL), GEL 500G	120	14,26	1.711,20
4	33406	CLAMP, PVC RÍGIDO, UMBILICAL, ATÓXICO, HIPOALERGÊNICO, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	800	0,85	680,00
5	33414	COLETOR DE URINA, PLÁSTICO, SISTEMA ABERTO, CERCA DE 2000 ML, GRADUAÇÃO DE 100 EM 100 ML, PCT C/100 NÃO STERIL DESCARTÁVEL	40	5,50	220,00
6	33410	COLETOR MATERIAL PÉRFURO-CORTANTE, PAPELÃO, 13 L, ALÇAS RÍGIDAS E TAMPA, REVESTIMENTO INTERNO EM POLIETILENO ALTA DENSIDADE, DESCARTÁVEL	120	6,17	740,40
7	33411	COLETOR MATERIAL PÉRFURO-CORTANTE, PAPELÃO, 20 L, ALÇAS RÍGIDAS E TAMPA, REVESTIMENTO INTERNO EM POLIETILENO ALTA DENSIDADE, DESCARTÁVEL	250	8,72	2.180,00
8	35211	DETERGENTE ENZIMÁTICO, A BASE DE AMILASE, PROTEASE, LIPASE E CARBOIDRASE 1L	50	122,90	6.145,00
9	33419	DISPOSITIVO INCONTINÊNCIA URINÁRIA, C/ EXTENSOR Nº 6, C/ PRESERVATIVO DE LÁTEX, DESCARTÁVEL, ATÓXICO, APIROGENICO, STERIL.	300	3,58	1.074,00
10	33423	ELETRODO APARELHO MÉDICO MEDIÇÃO, ADULTO, DESCARTÁVEL, COM GEL SÓLIDO, ATÓXICO E HIPOALERGÊNICO, MONITORIZAÇÃO CARDÍACA	100	0,70	70,00
11	15839	ESCOVA DEGERMAÇÃO, COM CLOREXIDINA À 2%, ESTÉRIL, EMBALADA INDIVIDUALMENTE	800	2,58	2.064,00
12	33433	ESCOVA ENDOCERVICAL, PLÁSTICO, MICROCERDAS EM NYLON, PONTA DA ESCOVA CÔNICA, CABO COM 17 A 18 CM, A CERDAS COM APROXIMADAMENTE 2CM, DESCARTÁVEL, ATOXICA, STERIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL COM 100 UNIDADES	50	63,90	3.195,00
13	33434	ESPARADRAPO, 100 MM, 4,50 M, IMPERMEÁVEL 1 FACE, MASSA ADESIVA ZNO, RESISTENTE, BRANCA, TECIDO DE ALGODÃO	400	10,60	4.240,00
14	33435	ESPÁTULA USO MÉDICO, MADEIRA, 18 CM, AYRES, COM 100 UNIDADES	50	9,69	484,50
15	33384	FRASCO - TIPO ALMOTOLIA, 250 ML, EM POLIETILENO (PLÁSTICO), BICO RETO, LONGO, ESTREITO, COM PROTETOR TAMPA EM ROSCA AMBAR 250 ML	20	3,88	77,60
16	33385	FRASCO - TIPO ALMOTOLIA, 500 ML, EM POLIETILENO (PLÁSTICO), BICO RETO, LONGO, ESTREITO, COM PROTETOR TAMPA AMBAR 500 ML	20	4,20	84,00
17	33563	FRASCO COLETOR PARA EXAME, ESTÉRIL, POLIPROPILENO, UNIVERSAL,TRANSPARENTE, DESCARTÁVEL, 80 ML, COM TAMPA COLORIDA, AMBALAGEM INDIVIDUAL ESTERIL SOBRE RAIO GAMA, COLETA DE AMOSTRA PARA EXAMES 500 ML	300	1,04	312,00
18	33564	FRASCO COLETOR PARA EXAME, NÃO ESTÉRIL, POLIPROPILENO, UNIVERSAL,OPACO, DESCARTÁVEL, 80 ML, COM TAMPA DE ROSCA, NÃO STERIL, COLETA DE URINA	1.000	0,65	650,00
19	33451	GEL CONDUTOR PARA ULTRASSONOGRAFIA 5KG	20	29,68	593,60
20	33454	IODOPOVIDONA (PVPI), A 10% (TEOR DE IODO 1%), SOLUÇÃO DEGERMANTE 1L	60	22,00	1.320,00
21	33456	LÂMINA LABORATÓRIO, VIDRO, CERCA DE 75 X 25 MM, BORDA FOSCA, COM 50 UNID	100	7,06	706,00
22	33457	LENÇOL DESCARTÁVEL, PAPEL, 50M, 70CM, ROLO, MACA HOSPITALAR	150	13,97	2.095,50
23	37287	PAPEL IMPRESSORA ULTRASSONÓGRAFO, TERMOSSENSÍVEL, 110 MM, VÍDEO PRINTER SONY UPP-110S, COM 10 UNID	6	961,00	5.766,00
24	31240	PRESERVATIVO MASCULINO, LÁTEX, 16 CM, 4,40 CM, 0,045 MM, PARA ULTRASSON, SEM LUBRIFICANTE, C/ 144 UNID	10	63,83	638,30
25	33471	RECIPIENTE NUTRIÇÃO ENTERAL, PLÁSTICO TRANSPARENTE, 300 ML, COM TAMPA ROSQUEADA, ALÇA, ETIQUETA, BICO CONECTOR, GRADUADO STERIL, ATOXICO, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	20	1,92	38,40
26	30383	TERMOHIGRÔMETRO, DIGITAL, BATERIA, 110 MM, 70 MM, 20 MM, -10 A 60 ¿C, 10 A 99 PER, 0,10 ¿C, MONITORAMENTO TEMPERATURA E HUMIDADE, DISPLAY INDICAÇÃO SIMULTÂNEA	3	91,54	274,62
27	15684	TERMÔMETRO CLÍNICO, PLÁSTICO, DIGITAL, 35 A 42 ¿C, AUTODESLIGA, RESISTENTE À ÁGUA, LIVRE MERCÚRIO	15	29,07	436,05
28	30382	TERMÔMETRO, DIGITAL, -50¿C A +70 ¿C, GELADEIRA, PLÁSTICO, DISPLAY CRISTAL, BASE MAGNÉTICA, ALARME, SENSOR, PILHA	5	95,59	477,95
29	33450	TUBO HOSPITALAR, LÁTEX NATURAL, Nº 200	3	25,56	76,68
30	31230	TUBO HOSPITALAR, SILICONE, LISO, Nº 204	4	70,25	281,00
31	33449	UMIDIFICADOR, POLIPROPILENO C/INSERTO DE LATÃO, 250 ML, BOCA LARGA,CORES,IDENTIFICAÇÃO(ABNT NB 24), OXIGÊNIO, CONEXÃO BORBOLETA DE INSERTO LATÃO E POLIPROPILENO, CONEXÃO SAÍDA LATÃO CROMADO P/MANGUEIRA C/MÁSCARA	10	22,92	229,20
32	33490	VÁLVULA, REGULADORA, P/ REDE DE O2 E AR COMPRIMIDO	3	248,82	746,46
				total	**38.800,00**

LOTE 18 - CONJUNTO DE NEBULIZAÇÃO

ITEM	COD	DESCRIÇÃO	UNID	VL. UNIT	VL. TOT
1	33138	CONJUNTO NEBULIZAÇÃO, MÁSCARA E TUBO EXTENSOR, ADULTO, 150 CM, MÁSCARA COM AJUSTE ANATÔMICO E ATÓXICA, TRANSPARENTE	50	36,45	1.822,50
2	33139	CONJUNTO NEBULIZAÇÃO, MÁSCARA E TUBO EXTENSOR, INFANTIL, 150 CM, MÁSCARA COM AJUSTE ANATÔMICO E ATÓXICA, TRANSPARENTE	50	35,55	1.777,50
				total	**3.600,00**

LOTE 20 - ESPÉCULO

ITEM	COD	DESCRIÇÃO	UNID	VL. UNIT	VL. TOT
1	33436	ESPÉCULO, POLIETILENO, VAGINAL, GRANDE, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, SEM LUBRIFICAÇÃO	400	2,76	1.104,00
2	33437	ESPÉCULO, POLIETILENO, VAGINAL, MÉDIO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, SEM LUBRIFICAÇÃO	1.200	2,47	2.964,00
3	33438	ESPÉCULO, POLIETILENO, VAGINAL, PEQUENO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, SEM LUBRIFICAÇÃO	600	2,22	1.332,00
				total	**5.400,00**

LOTE 21 - FITA ADESIVA

ITEM	COD	DESCRIÇÃO	UNID	VL. UNIT	VL. TOT
1	33444	FITA ADESIVA HOSPITALAR, MICROPOROSA, NÃO TECIDO DE VISCOSE RAYON, BRANCA, 100 MM, 4,5 M, C/ ADESIVO ACRILICO HIPO-ALERGENICO	300	8,92	2.676,00

2	31199	FITA ADESIVA INDICADORA DE ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVE, 19MMX30M. VALIDADE MÍNIMA 02 ANOS, REGISTRADO JUNTO A ANVISA - ROLO	200	9,12	1.824,00
				total	**4.500,00**

LOTE 22 - FRALDA DESCARTAVEL

ITEM	COD	DESCRIÇÃO	UNID	VL. UNIT	VL. TOT
1	31205	FRALDA DESCARTÁVEL, ANATÔMICO, EXTRA GRANDE, ACIMA DE 120 KG, FLOCOS DE GEL, ABAS ANTIVAZAMENTO, FAIXA AJUSTÁVEL, FITAS ADESIVAS MULTIAJUSTÁVEIS,REUTILIZÁVEIS, ALGODÃO NÃO DESFAÇA QUANDO MOLHADO	100	20,15	2.015,00
2	31202	FRALDA DESCARTÁVEL, ANATÔMICO, GRANDE, ACIMA DE 70 KG, FLOCOS DE GEL, ABAS ANTIVAZAMENTO, FAIXA AJUSTÁVEL, FITAS ADESIVAS MULTIAJUSTÁVEIS, REUTILIZÁVEIS, ALGODÃO NÃO DESFAÇA QUANDO MOLHADO	300	21,71	6.513,00
3	31203	FRALDA DESCARTÁVEL, ANATÔMICO, MÉDIO, DE 40 A 70 KG, FLOCOS DE GEL, ABAS ANTIVAZAMENTO, FAIXA AJUSTÁVEL, FITAS ADESIVAS MULTIAJUSTÁVEIS, ADULTO, ALGODÃO NÃO DESFAÇA QUANDO MOLHADO	200	20,64	4.128,00
4	31204	FRALDA DESCARTÁVEL, ANATÔMICO, PEQUENO, ATÉ 40 KG, FLOCOS DE GEL, ABAS ANTIVAZAMENTO, FAIXA AJUSTÁVEL, FITAS ADESIVAS MULTIAJUSTÁVEIS, ADULTO, ALGODÃO NÃO DESFAÇA QUANDO MOLHADO	100	23,44	2.344,00
				total	**15.000,00**

LOTE 23 - PAPEL GRAU CIRURGICO

ITEM	COD	DESCRIÇÃO	UNID	VL. UNIT	VL. TOT
1	33424	PAPEL GRAU CIRÚRGICO, 15 CM, 100 M,	20	144,84	2.896,80
2	33425	PAPEL GRAU CIRÚRGICO, 20 CM, 100 M	18	189,10	3.403,80
3	33426	PAPEL GRAU CIRÚRGICO, 25 CM, 100 M	18	233,30	4.199,40
				total	**10.500,00**

LOTE 24 - EQUIPO E SONDA

ITEM	COD	DESCRIÇÃO	UNID	VL. UNIT	VL. TOT
1	33427	EQUIPO INFUSÃO SANGUÍNEA, P/ HEMOTRANSFUSÃO, PVC CRISTAL, PONTA PERF., CÂMARA DUPLA FLEXÍVEL, FILTRO INTERNO DE 170M, GOTA PADRÃO, REGULADOR DE FLUXO, LUER MACHO, COM TAMPA, STERIL, DESCARTÁVEL	150	5,65	847,50
2	30267	EQUIPO INFUSÃO SANGUÍNEA, PVC CRISTAL, PONTA PERFURANTE, CÂMARA FLEXÍVEL C/FILTRO AR, FILTRO INTERNO - TRANSPARENTE DE 200M, GOTA PADRÃO, BURETA RIGIDA C/ALÇA, MÍN. 100 ML, GRADUADO DE 5 EM 5 ML ML, REGULADOR DE FLUXO E CORTA FLUXO, LUER ROTATIVO, P/ B	100	5,96	596,16
3	33431	EQUIPO, P/NUTRIÇÃO ENTERAL, PVC CRISTAL, MÍN. 120 CM, CÂMARA FLEXÍVEL C/FILTRO AR, GOTA PADRÃO, REGULADOR DE FLUXO, CONECTOR PARA SONDA, ESCALONADO COM TAMPA, STERIL DESCRTÁVEL	80	4,70	376,10
4	10387	SONDA NASOGÁSTRICA, POLIVINIL FLEXÍVEL, TRANSPARENTE, Nº 08, ATÓXICA, ATRAUMÁTICA, ESTÉRIL E DESCARTÁVEL, 40 CM	20	1,40	28,00
5	15917	SONDA NASOGÁSTRICA, POLIVINIL FLEXÍVEL, TRANSPARENTE, Nº 12, ATÓXICA, ATRAUMÁTICA, ESTÉRIL E DESCARTÁVEL, 105 CM	20	1,63	32,57
6	15919	SONDA NASOGÁSTRICA, POLIVINIL FLEXÍVEL, TRANSPARENTE, Nº 16, ATÓXICA, ATRAUMÁTICA, ESTÉRIL E DESCARTÁVEL, 105 CM	20	1,88	37,54
7	31276	SONDA NASOGÁSTRICA, POLIVINIL FLEXÍVEL, TRANSPARENTE, Nº 6, ATÓXICA, ATRAUMÁTICA, ESTÉRIL E DESCARTÁVEL, 40 CM	100	1,20	119,60
8	31288	SONDA NASOGÁSTRICA, POLIVINIL FLEXÍVEL, TRANSPARENTE, Nº14, 105 CM, ATÓXICA, ATRAUMÁTICA, ESTÉRIL E DE	20	1,76	35,14
9	15921	SONDA NASOGÁSTRICA, POLIVINIL FLEXÍVEL, TRANSPARENTE, Nº20, ATÓXICA, ATRAUMÁTICA, ESTÉRIL E DESCARTÁVEL, 105 CM	20	2,23	44,60
10	31302	SONDA URETRAL, PVC ATÓXICO SILICONIZADO, Nº 10,MALEÁVEL,TRANSPARENTE,ATRAUMÁTICA,DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	500	1,10	552,00
11	31303	SONDA URETRAL, PVC ATÓXICO SILICONIZADO, Nº 12,MALEÁVEL, TRANSPARENTE, ATRAUMÁTICA,DESC. ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	6.000	1,14	6.844,80
12	30368	SSONDA URETRAL, PVC ATÓXICO SILICONIZADO, Nº 14, MALEÁVEL,TRANSPARENTE,ATRAUMÁTICA, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	100	1,10	110,40
13	31304	SONDA URETRAL, PVC ATÓXICO SILICONIZADO, Nº 16, MALEÁVEL, TRANSPARENTE, ATRAUMÁTICA, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	100	1,27	126,96
14	31300	SONDA URETRAL, PVC ATÓXICO SILICONIZADO, Nº 6,MALEÁVEL,TRANSPARENTE,ATRAUMÁTICA,DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	20	0,95	18,95
15	31301	SONDA URETRAL, PVC ATÓXICO SILICONIZADO, Nº8,MALEÁVEL,TRANSPARENTE,ATRAUMÁTICA,DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	50	0,98	49,00
16	31268	SONDA, LÁTEX SILICONIZADO, FOLEY, Nº 10, 2 UN, COM BALÃO DE 30 ML, SUPERFÍCIE LISA,ORIFÍCIOS LATERAIS LARGOS/ARRED., VÁLVULA BORRACHA P/TODAS OS TAMANHOS SERINGA, FUNIL DRENAGEM C/ CONEXÃO PADRÃO A COLETORES, CAPACIDADE BALÃO E CALIBRE MARCADOS NA VÁLVULA	10	7,20	72,04
17	31270	SONDA, LÁTEX SILICONIZADO, FOLEY, Nº 12, 2 UN, COM BALÃO DE 30 ML, SUPERFÍCIE LISA,ORIFÍCIOS LATERAIS LARGOS/ARRED., VÁLVULA BORRACHA P/TODAS OS TAMANHOS SERINGA, FUNIL DRENAGEM C/ CONEXÃO PADRÃO A COLETORES, CAPACIDADE BALÃO E CALIBRE MARCADOS NA VÁLVULA	20	5,47	109,48
18	31269	SONDA, LÁTEX SILICONIZADO, FOLEY, Nº 12, 3 VIAS, COM BALÃO DE 30 ML, SUPERFÍCIE LISA,ORIFÍCIOS LATERAIS LARGOS/ARRED., VÁLVULA BORRACHA P/TODAS OS TAMANHOS SERINGA, FUNIL DRENAGEM C/ CONEXÃO PADRÃO A COLETORES, CAPACIDADE BALÃO E CALIBRE MARCADOS NA VÁLVULA	10	7,66	76,64
19	30357	SONDA, LÁTEX SILICONIZADO, FOLEY, Nº 14, 2 UN, COM BALÃO DE 30 ML, SUPERFÍCIE LISA,ORIFÍCIOS LATERAIS LARGOS/ARRED., VÁLVULA BORRACHA P/TODAS OS TAMANHOS SERINGA, FUNIL DRENAGEM C/ CONEXÃO PADRÃO A COLETORES, CAPACIDADE BALÃO E CALIBRE MARCADOS NA VÁLVULA	20	5,36	107,27
20	31271	SONDA, LÁTEX SILICONIZADO, FOLEY, Nº 16, 2 UN, COM BALÃO DE 30 ML, SUPERFÍCIE LISA,ORIFÍCIOS LATERAIS LARGOS/ARRED., VÁLVULA BORRACHA P/TODAS OS TAMANHOS SERINGA, FUNIL DRENAGEM C/ CONEXÃO PADRÃO A COLETORES, CAPACIDADE BALÃO E CALIBRE MARCADOS NA VÁLVULA	50	5,36	268,18
21	33480	SONDA, LÁTEX SILICONIZADO, FOLEY, Nº 16, 3 UN, COM BALÃO DE 30 ML, SUPERFÍCIE LISA,ORIFÍCIOS LATERAIS LARGOS/ ARRED. VÁLVULA BORRACHA PARA TODOS OS TAMNHOS DE SERINGAS, FUNIL DRENAGEM COM CONEXÃO PADRÃO A COLETORES CAPACIDADE BALÃO E CALIBRE MARCADOS NA VÁLVULA	10	7,60	75,99

22	31272	SONDA, LÁTEX SILICONIZADO, FOLEY, Nº 18, 2 UN, COM BALÃO DE 30 ML, SUPERFÍCIE LISA,ORIFÍCIOS LATERAIS LARGOS/ARRED., VÁLVULA BORRACHA P/TODAS OS TAMANHOS SERINGA, FUNIL DRENAGEM C/ CONEXÃO PADRÃO A COLETORES, CAPACIDADE BALÃO E CALIBRE MARCADOS NA VÁLVULA	20	5,72	114,45
23	30359	SONDA, LÁTEX SILICONIZADO, FOLEY, Nº 18, 3 UN, COM BALÃO DE 30 ML, SUPERFÍCIE LISA,ORIFÍCIOS LATERAIS LARGOS/ARRED., VÁLVULA BORRACHA P/TODAS OS TAMANHOS SERINGA, FUNIL DRENAGEM C/ CONEXÃO PADRÃO A COLETORES, CAPACIDADE BALÃO E CALIBRE MARCADOS NA VÁLVULA	10	7,51	75,07
24	31273	SONDA, LÁTEX SILICONIZADO, FOLEY, Nº 20, 2 UN, COM BALÃO DE 30 ML, SUPERFÍCIE LISA,ORIFÍCIOS LATERAIS LARGOS/ARRED., VÁLVULA BORRACHA P/TODAS OS TAMANHOS SERINGA, FUNIL DRENAGEM C/ CONEXÃO PADRÃO A COLETORES, CAPACIDADE BALÃO E CALIBRE MARCADOS NA VÁLVULA	20	6,05	121,00
25	31274	SONDA, LÁTEX SILICONIZADO, FOLEY, Nº 22, 2 UN, COM BALÃO DE 30 ML, SUPERFÍCIE LISA,ORIFÍCIOS LATERAIS LARGOS/ARRED., VÁLVULA BORRACHA P/TODAS OS TAMANHOS SERINGA, FUNIL DRENAGEM C/ CONEXÃO PADRÃO A COLETORES, CAPACIDADE BALÃO E CALIBRE MARCADOS NA VÁLVULA	10	5,68	56,80
26	31267	SONDA, LÁTEX SILICONIZADO, FOLEY, Nº 8, 2 UN, COM BALÃO DE 30 ML, SUPERFÍCIE LISA,ORIFÍCIOS LATERAIS LARGOS/ARRED., VÁLVULA BORRACHA P/TODAS OS TAMANHOS SERINGA, FUNIL DRENAGEM C/ CONEXÃO PADRÃO A COLETORES, CAPACIDADE BALÃO E CALIBRE MARCADOS NA VÁLVULA	10	6,96	69,55
27	31297	SONDA, PVC FLEXÍVEL, RETAL, Nº 20, SILICONIZADA COM ORIFÍO ÚNICO DISTAL, CONEXÃO LÁTEX ADAPTÁVEL À FRASCOS SORO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, APIROGÊNICA, EMB. INDIVIDUAL (MS)	10	1,41	14,10
28	31292	SONDA, PVC FLEXÍVEL, RETAL, Nº 8, SILICONIZADA COM ORIFÍO ÚNICO DISTAL, CONEXÃO LÁTEX ADAPTÁVEL À FRASCOS SORO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, APIROGÊNICA, EMB.INDIVIDUAL (MS)	10	0,90	9,02
29	31295	SONDA, PVC-ATÓXICO, RETAL, Nº 14, SILICONIZADA COM ORIFÍO ÚNICO DISTAL, CONEXÃO LÁTEX ADAPTÁVEL À FRASCOS SORO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, APIROGÊNICA, EMB. INDIVIDUAL (MS)	10	1,11	11,10
				total	**11. 000,00**

LOTE 25 – TUBO ENDOTRAQUEAL

ITEM	COD	DESCRIÇÃO	UNID	VL. UNIT	VL. TOT
1	33479	TUBO ENDOTRAQUEAL, SILICONE, OROTRAQUEAL /NASOTRAQUEAL, 2,5 MM, GRADUADO, SEM BALÃO, MARCADOR RADIOPACO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	10	5,85	58,50
2	31256	TUBO ENDOTRAQUEAL, SILICONE, OROTRAQUEAL/ NASOTRAQUEAL, 3,0 MM, GRADUADO, SEM BALÃO, MARCADOR RADIOPACO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	10	5,82	58,20
3	31255	TUBO ENDOTRAQUEAL, SILICONE, OROTRAQUEAL/ NASOTRAQUEAL, 3,5 MM, GRADUADO, SEM BALÃO, MARCADOR RADIOPACO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	10	5,83	58,30
4	31258	TUBO ENDOTRAQUEAL, SILICONE, OROTRAQUEAL/ NASOTRAQUEAL, 4,0 MM, GRADUADO, SEM BALÃO, MARCADOR RADIOPACO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	10	5,82	58,20
5	31257	TUBO ENDOTRAQUEAL, SILICONE, OROTRAQUEAL/ NASOTRAQUEAL, 4,5 MM, GRADUADO, SEM BALÃO, MARCADOR RADIOPACO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	10	5,82	58,20
6	31260	TUBO ENDOTRAQUEAL, SILICONE, OROTRAQUEAL/ NASOTRAQUEAL, 5,0 MM, CONECTOR PADRÃO, GRADUADO, BALÃO DE ALTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO, MARCADOR RADIOPACO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	10	6,70	67,00
7	31259	TUBO ENDOTRAQUEAL, SILICONE, OROTRAQUEAL/ NASOTRAQUEAL, 5,5 MM, CONECTOR PADRÃO, GRADUADO, BALÃO DE A LTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO, MARCADOR RADIOPACO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	10	7,08	70,80
8	31262	TUBO ENDOTRAQUEAL, SILICONE, OROTRAQUEAL/ NASOTRAQUEAL, 6,0 MM, CONECTOR PADRÃO, GRADUADO, BALÃO DE A LTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO, MARCADOR RADIOPACO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	10	7,13	71,30
9	31261	TUBO ENDOTRAQUEAL, SILICONE, OROTRAQUEAL/ NASOTRAQUEAL, 6,5 MM, CONECTOR PADRÃO, GRADUADO, BALÃO DE A LTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO, MARCADOR RADIOPACO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	10	6,99	69,90
10	31264	TUBO ENDOTRAQUEAL, SILICONE, OROTRAQUEAL/ NASOTRAQUEAL, 7,0 MM, CONECTOR PADRÃO, GRADUADO, BALÃO DE A LTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO, MARCADOR RADIOPACO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	20	7,07	141,40
11	31263	TUBO ENDOTRAQUEAL, SILICONE, OROTRAQUEAL/ NASOTRAQUEAL, 7,5 MM, CONECTOR PADRÃO, GRADUADO, BALÃO DE A LTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO, MARCADOR RADIOPACO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	20	7,28	145,60
12	31266	TUBO ENDOTRAQUEAL, SILICONE, OROTRAQUEAL/ NASOTRAQUEAL, 8,0 MM, CONECTOR PADRÃO, GRADUADO, BALÃO DE A LTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO, MARCADOR RADIOPACO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	10	7,32	73,20
13	31265	TUBO ENDOTRAQUEAL, SILICONE, OROTRAQUEAL/ NASOTRAQUEAL, 8,5 MM, CONECTOR PADRÃO, GRADUADO, BALÃO DE A LTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO, MARCADOR RADIOPACO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	10	6,94	69,40
				total	**1. 000,00**

CLAUSULA QUARTA – ÓRGÃO PARTICIPANTE

4.1. O órgão participante e gerenciador desta Ata de registro de preços é a **Secretaria Municipal de Saúde**.

CLAUSULA QUINTA - VALIDADE DA ATA

5.1. - A validade da Ata de Registro de Preços será de **12 meses**, a partir da data de sua assinatura, iniciando-se em **02/05/2017 até 02/05/2018** não podendo ser prorrogada.

CLAUSULA SEXTA - CONDIÇÕES GERAIS

6.1. - As condições gerais da prestação do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência e na Minuta de Contrato que passam a ser parte integrante desta ata.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Nova Nazaré-MT, 02 de Maio de 2017.

_____

JOÃO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal

G. F CARDOSO LEITE & CIA LTDA-ME

ADÃO DA SILVA LEITE

CONTRATADA:

PREFEITURA/LICITAÇÃO
AVISO DE "ADESÃO" ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ÓRGÃO GERENCIADOR/REALIZADOR: Prefeitura Municipal de Canarana-MT

ENDEREÇO: Rua Miraguai 298 – centro - Canarana – MT

ÓRGÃO ADESO: Secretaria Municipal de Saúde

ADESÃO PARCIAL – PREGÃO PRESENCIAL: Nº 23/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 26/2016

FORNECEDOR: MOCA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 03.233.805/0001-73 estabelecida na cidade de Assis Chateurbriand à Rua Presidente Costa e Silva nº 231, bairro centro**.**

OBJETO: futura e eventual aquisição de diversos materiais de consumo (medicamentos) para entrega fracionada de acordo com as necessidade da Secretaria de Saúde.

ITENS ADESOS: Lotes 01, 02, 03, 04, 06, 10, 11, 12, 17, 18, 20, 23, 27. 28, 29, 30, 31, 33, 34, 36, 38, 42, 43, 44, 45, 49, 50, 51, 52, 55 e 57.

VALOR GLOBAL : R$ 760.328,50 (setecentos e sessenta mil, trezentos e vinte e oito reais e cinquenta centavos).

DATA DA ATA: 16/06/2016

VIGÊNCIA: Por 12 (doze) meses.

AUTORIZADO POR: Ofício 024/2017-LIC – Prefeitura Municipal de Canarana-MT.

Nova Nazaré-MT, 28 de Abril de 2017.

JOÃO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal de Nova Nazaré

GERONI BUENO CAMARGO

secretaria municipal de saúde

PREFEITURA/LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - CHAMADA PUBLICA Nº 001/2017

AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR - CONFORME LEI N°. 11.947/2010

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, torna público que a licitação na modalidade **CHAMADA PUBLICA Nº 001/2017** realizada em 02/05/2017 foi **DESERTA, conforme ata.**

Nova Nazaré -MT, 02 de Maio de 2017.

JOSÉ ROSIKLEY DA CRUZ

Presidente

LEI Nº. 482 DE 27 DE ABRIL DE 2017

(PROJETO DE LEI Nº 15/2017)

SÚMULA: *Altera lei nº 471/2016 e da outras providências.*

JOAO TEODORO FILHO, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA NAZARE ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e em consonância com a Lei Orgânica Municipal, faz saber, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

Artigo 1º.- Fica alterado o artigo 5º da lei 471/2016 ficando o poder executivo autorizado a abrir créditos suplementares de até 30% além do previsto na respectiva lei.

Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Nazaré, 27 de abril de 2017.

JOAO TEODORO FILHO

Prefeito

DECRETO Nº1684 DE 28 DE ABRIL DE 2017.

"***Dispõe sobre a alteração do* Decreto Nº 1667 de 04 de Abril de 2017, que *Convoca da 1ª Conferência Municipal de Saúde das Mulheres – 1ª CMSMu – de Nova Nazaré-MT e dá outras providências***."

O Exmo. Senhor Prefeito municipal de Nova Nazaré, **Estado de Mato Grosso**, **João Teodoro Filho**, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e legislação correlata;

Considerando o disposto pela Lei Municipal Nº 337/2011 que "Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde, aprimora as atribuições do Conselho Municipal de Saúde";

Considerando o disposto no art. 15 da Lei Estadual no 22/1992;

Considerando o disposto na Resolução do Conselho Nacional de Saúde Nº 453/12;

Considerando a Resolução Nº 537 que Aprova o Regimento da 2ª Conferência Nacional de Saúde das Mulheres;

Considerando o disposto pelo Decreto Federal no 5.839/06 e na Lei Federal no 8.142/90; e,

Considerando o disposto pela Lei Federal no 8.080/90;

Considerando a impossibilidade a inviabilidade de realização, nos termos do Art. 1º do Decreto Nº 1667/2017;

Considerando as deliberações do Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em Reunião Ordinária realizada no dia 20 de abril do corrente ano; e ainda,

Considerando as deliberações da Comissão Organizadora da 1ª CMSMu, em reunião no dia 25 de abril de 2.017.

DECRETA:

Artigo 1º - O Decreto N°. 1667 de 28 de Abril de 2017, que Convoca da 1ª Conferência Municipal de Saúde das Mulheres de Nova Nazaré-MT passa a vigorar com a seguinte redação:

Artigo 1º - *A Reconvocação a "1ª Conferência Municipal de Saúde das Mulheres" (CMSMu),* ***a realizar-se em Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, no dia 05 de Maio de 2017 (sexta-feira)****, a 1ª CMSMu sob responsabilidade do Conselho Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Saúde*. (NR)

Artigo 2º - Este instrumento altera a data de realização da 1ª Conferência Municipal de Saúde das Mulheres, sendo que os demais dispositivos do Decreto Nº 1667/2017 permanecem inalterados;

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Nova Nazaré/MT, 28 de Abril de 2017.

JOÃO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1682 DE 26 DE ABRIL DE 2017

"Dispõe sobre a Constituição de membros da Comissão para a Adequação e/ou Elaboração do Plano de Carreira e Remuneração (PCR) dos profissionais da educação do município de Nova Nazaré - MT"

O Prefeito Municipal de Nova Nazaré, município do estado de Mato Grosso, o excelentíssimo Sr. João Teodoro Filho, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º Criar e Nomear a Comissão para a adequação e/ou elaboração do plano de carreira e remuneração (PCR) da Secretaria Municipal de Educação de Nova Nazaré – MT.

Art. 2º

Secretária Municipal de Educação **Elson Hideyoshi Kamiguchi**

Representante da Secretaria de Administração **Eder Pereira da Silva**

Representante da Secretaria de Finanças **Eliziario Luis da Costa Junior**

Representante da Assessoria Jurídica **Rodrigo de Oliveira Ramos**

Representante da Câmara de Vereadores **Rosemar de Oliveira Siqueira**

Representante do CME **José Luiz Carrasco Martins**

EQUIPE TECNICA

Maria das Graças dos Santos Adriano Giacomolli Cleiry Lilian da Silva

Art. 3 º Competirá à Equipe Técnica o Ivenatamentno de dados, informações, preenchimento de planilhas e alimentar o Sistema de Apoio e Gestão de Planos de Carreira e Remuneração – SISPCR, participar das formações ofertadas e prestar informações que forem solicitadas pelo Avaliador Educacional responsável pelo polo que faz parte.

Art. 4 º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Nazaré - MT aos dias 26 de Abril de 2017

_____

JOÃO TEODORO FILHO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA/LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 009/2017

PROCESSO Nº. 016/2017

VALIDADE: 12 (doze) meses

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE NOVA NAZARÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Avenida Jorge Amado nº 901, Centro, Nova Nazaré - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 04.202.280/0001-71, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pela Prefeita Municipal a Sr. **JOÃO TEODORO FILHO**, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado à Rua Corival Faustino de Mello s/n, Nova Nazaré-MT, portador da Carteira de Identidade RG nº. 1605949-2 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 441.299.551-87, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **MOCA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA**, doravante denominada **CONTRATADA**, inscrita no CNPJ nº 03.233.805/0001-73 estabelecida na cidade de Assis Chateurbriand à Rua Presidente Costa e Silva nº 231, bairro centro, neste ato representada por **EMERSON AMANCIO DE MELO**, Carteira de Identidade nº 5.532.598-7 SSP/PR CPF nº 869.947. 279-04,nas quantidades estimadas no **Item 1** desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no edital de **Pregão Presencial nº. 023/2016, oriundo da Prefeitura Municipal de Canarana-MT** e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 10.520/02 e Lei 8666/93 e suas alterações, no que couber, e em conformidade com as disposições a seguir.

CLAUSULA PRIMEIRA - OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 - O presente instrumento tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual contratação da empresa MOCA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 03.233.805/0001-73 estabelecida na cidade de Assis Chateurbriand à Rua Presidente Costa e Silva nº 231, bairro centro para o ***para futuro e eventual fornecimento*****de diversos materiais de consumo (medicamentos) para entrega fracionada de acordo com as necessidade da Secretaria de Saúde, conforme especificações do edital.**

CLAUSULA SEGUNDA - DA LICITAÇÃO

2.1 - Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento de adesão (carona) ao processo licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 023/2016, oriundo da Prefeitura Municipal de Canarana-MT, com fundamento nas Leis nº 10.520/02, nº 8.666/93 e alterações posteriores e no que couber, e ainda, nos termos do Decreto Federal 7.892/2013 e suas alterações posteriores, conforme autorização da Autoridade Competente, Prefeito Municipal Sr. JOÃO TEODORO FILHO, disposta no **Processo nº 016/2017**.

CLAUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 - Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

3.1.1 - Descrição, Quantidade e lotes Registrados:

Item	LOTE 01 – ALERGIA / INFECÇOES	Quant	VL. UNIT	VL. TOT
1	DEXAMETASONA 0,1% CREME 10G	4.000	1,79	7. 160,00
2	PREDNISONA 20 MG	30. 000	0,53	15. 900,00
3	PREDNISONA 5 MG	15. 000	0,20	3. 000,00
4	PROMETAZINA CLORIDRATO, 25 MG	18. 000	0,27	4. 860,00
5	PIRIMETAMINA 25MG	200	0,18	36,00
			total	**30. 956,00**
Item	**LOTE 02 - ANALGÉSICOS NARCÓTICOS**	**Quant**	**VL. UNIT**	**VL. TOT**
1	FENTANILA, SAL CITRATO, 0,05MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	50	4,26	213,00
2	MORFINA, SULFATO, 10MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	300	4,09	1. 227,00
			total	**1. 440,00**
Item	**LOTE 03 - ANESTÉSICOS**	**Quant**	**VL. UNIT**	**VL. TOT**
1	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO, 20MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, 20ML -	600	3,50	2. 100,12
2	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO,100 MG/ ML,SOLUÇÃO TÓPICA,50 ML	2	106,09	212,18
3	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO, 20MG/G, GELEIA, 30G	100	4,93	493,00
4	CETAMINA CLORIDRATO, 50 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	20	116,90	2. 338,00
5	BUPIVACAÍNA CLORIDRATO, ASSOCIADA À EPINEFRINA, 0,5% + 1/200.000UI, SOLUÇÃO INJETÁVEL	50	35,28	1. 764,00
6	BUPIVACAÍNA CLORIDRATO, ASSOCIADA À GLICOSE, 0,5% + 8%, SOLUÇÃO INJETÁVEL	250	15,97	3. 992,55
			total	**10. 899,85**
Item	**LOTE 04 - ANSIOLÍTICOS SIMPLES**	**Quant**	**VL. UNIT**	**VL. TOT**
1	MIDAZOLAM, 1MG/ML, INJETÁVEL	300	2,76	828,00
			total	**414,00**

Item	LOTE 06 - ANTIÁCIDOS	Quant	VL. UNIT	VL. TOT
1	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO 61,5MG/ML SUSPENSÃO ORAL 240ML	2.000	5,50	10.990,00
			total	**10.990,00**

Item	LOTE 10 - ANTIBIÓTICO CÁPSULA	Quant	VL. UNIT	VL. TOT
1	CEFALEXINA 500MG CÁPSULA	80.000	0,84	67.140,00
			total	**67.140,00**

Item	LOTE 11 - ANTIBIÓTICO INJETAVEIS	Quant	VL. UNIT	VL. TOT
1	BENZILPENICILINA, BENZATINA, 1.200.000UI, INJETÁVEL -	800	11,47	9.176,00
2	BENZILPENICILINA, BENZATINA, 600.000UI, INJETÁVEL -	400	5,16	2.064,00
3	CEFTRIAXONA SÓDICA, 1G, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL INTRAVENOSO -	5000	7,65	38.250,00
4	CEFTRIAXONA SÓDICA, 500MG, INJETÁVEL USO ENDOVENOSO	3000	8,17	24.510,00
			total	**74.000,00**

Item	LOTE 12 - ANTIBIÓTICO INJETAVEIS	Quant	VL. UNIT	VL. TOT
1	CLINDAMICINA, 150MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	300	9,49	2.847,00
2	CLORANFENICOL, 1G, PÓ LIÓFILO P/ INJETÁVEL	200	19,59	3.918,00
3	GENTAMICINA, 20MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	300	2,46	739,35
4	GENTAMICINA, 40MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	300	1,22	366,00
5	GENTAMICINA, 80MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	300	1,30	390,60
6	OXACILINA, 500MG, INJETÁVEL	1200	5,52	6.624,00
7	CEFALOTINA SÓDICA, 1 G, INJETÁVEL	2000	7,05	14.100,00
8	BENZILPENICILINA, APRESENTAÇÃO POTÁSSICA, COMPOSIÇÃO ASSOCIADA À PENICILINA PROCAINADA, DOSAGEM 100.000UI 300.000UI, USO INJETÁVEL	100	10,14	1.014,00
			total	**29.998,95**

Item	LOTE 17 - ANTICOAGULANTES	Quant	VL. UNIT	VL. TOT
1	HEPARINA SÓDICA, 5000UI/0,25ML INJETÁVEL -	200	10,43	2.086,00
2	HEPARINA SÓDICA, 5000UI/ML, INJETÁVEL	25	19,84	496,00
3	VARFARINA SÓDICA 5 MG	2.000	0,56	1.120,00
			total	**3.702,00**

Item	LOTE 18 - ANTICONVULSIVANTES	Quant	VL. UNIT	VL. TOT
1	FENOBARBITAL SÓDICO, 200MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	100	3,35	335,00
			total	**335,00**

Item	LOTE 20 - ANTIESPASMÓDICO	Quant	VL. UNIT	VL. TOT
1	ATROPINA SULFATO, 0,25 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL -	200	0,86	172,00
2	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, 20MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	2.500	2,27	5.675,00
3	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO + DIPIRONA SÓDICA,DOSAGEM 6,67MG 333MG/ML, INDICAÇÃO SOLUÇÃO ORAL	5.000	14,74	73.700,00
			total	**79.547,00**

Item	LOTE 23 - ANTIFÚNGICOS	Quant	VL. UNIT	VL. TOT
1	METRONIDAZOL, 5MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	150	4,76	714,00
2	NISTATINA 100.000UI/ML, SUSPENSÃO ORAL, 50ML -	500	6,46	3.230,00
3	ACICLOVIR 200MG COMPRIMIDO	1500	0,60	900,00
4	PERMANGANATO DE POTÁSSIO 100 MG,COMPRIMIDO	30000	0,19	5.700,00
5	SULFADIAZINA DE PRATA 1% CREME 400G	100	51,00	5.100,00
6	ACICLOVIR 50MG/G CREME 10G	200	4,91	982,00
7	PASTA D'AGUA,PASTA, 100G	50	6,40	320,00
8	METRONIDAZOL 100MG/G GEL VAGINAL C/ 10 APLICADORES	1000	7,07	7.070,00
9	MICONAZOL, NITRATO,0,02,CREME,28 G -	1000	3,54	3.540,00
10	MICONAZOL, NITRATO,0,02,CREME VAGINAL,80 G -	1200	11,37	13.644,00
			total	**41.200,00**

Item	LOTE 26 - ANTI-HIPERTENSIVOS - II	Quant	VL. UNIT	VL. TOT
1	LOSARTANA POTÁSSICA 50 MG	360.000	0,11	39.600,00
			total	**39.600,00**

Item	LOTE 27 - ANTI-HISTAMÍNICOS	Quant	VL. UNIT	VL. TOT
1	PROMETAZINA CLORIDRATO, 25MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	500	1,74	870,00
			total	**870,00**

Item	LOTE 28 - ANTIINFLAMATÓRIO	Quant	VL. UNIT	VL. TOT
1	DICLOFENACO, SAL SÓDICO, 25MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	4.000	0,91	3.640,00
2	DICLOFENACO, SAL DIETILAMÔNIO, 11,6MG/G EQUIVALENTE A 10 MG/G DO SAL POTÁSSICO, GEL 60G	100	6,88	688,00
			total	**4.328,00**

Item	LOTE 29 - ANTIPARASITÁRIOS	Quant	VL. UNIT	VL. TOT
1	IVERMECTINA 6MG COMPRIMIDO	2.000	0,54	1.080,00
2	ALBENDAZOL 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL 10ML	10.000	1,72	17.200,00
3	MEBENDAZOL, 20MG/ML, SUSPENSÃO ORAL	1.000	1,89	1.888,60
4	METRONIDAZOL (BENZOILMETRONIDAZOL),40 MG/ML,SUSP ORAL,100 ML	1.200	3,14	3.768,00
5	PERMETRINA,10 MG/ML,LOÇÃO,60 ML -	50	3,26	163,00
6	ALBENDAZOL 400 MG	10.000	0,83	8.300,00
			total	**32.399,60**

Item	LOTE 30 - ANTIPARKINSONIANOS	Quant	VL. UNIT	VL. TOT
1	CARBIDOPA + LEVODOPA 25+250MG COMPRIMIDO	3.500	0,60	2.100,00
			total	**2.100,00**

Item	LOTE 31 - ANTIPIRÉTICO	Quant	VL. UNIT	VL. TOT
1	DIPIRONA SÓDICA, 500MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	8.000	0,61	4.880,00
2	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML SOLUÇÃO ORAL 20ML	12.000	1,26	15.120,00
3	PARACETAMOL 500 MG	60.000	0,09	5.610,00
4	DIPIRONA SÓDICA 500 MG COMPRIMIDO	100.000	0,15	14.850,00
			total	**40.460,00**

Item	LOTE 33 - ANTIPRURIGINOSOS	Quant	VL. UNIT	VL. TOT
1	NEOMICINA + BACITRACINA, 5MG + 250UI/G, POMADA 10G	6.000	1,45	8.700,00
			total	**8.700,00**

Item	LOTE 34 - ANTITIREOIDIANOS	Quant	VL. UNIT	VL. TOT
1	LEVOTIROXINA SÓDICA 100 MCG	6.000	0,39	2.325,60
2	LEVOTIROXINA SÓDICA 25 MCG	6.000	0,31	1.860,00
3	LEVOTIROXINA SÓDICA 50 MCG	6.000	0,33	1.960,80
			total	**6.146,40**

Item	LOTE 36 - CIRCULATÓRIO ANTIVERTIGINOSOS	Quant	VL. UNIT	VL. TOT
1	CINARIZINA 75MG	40.000	0,35	13.800,00
			total	**13.800,00**

Item	LOTE 38 - BRONCODILATADORES	Quant	VL. UNIT	VL. TOT

1	AMINOFILINA 24 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	800	1,67	1.336,00
2	TERBUTALINA SULFATO, 0,5 MG/ML, INJETÁVEL	100	2,89	289,00
3	ACEBROFILINA, 10MG/ML, XAROPE ADULTO 120ML	3000	8,24	24.720,00
4	ACEBROFILINA, 5MG/ML, XAROPE INFANTIL 120ML	4000	6,68	26.720,00
5	IPRATRÓPIO, BROMETO, 0,25MG/ML SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO 20ML -	500	1,51	755,00
6	AMINOFILINA 100 MG	10000	0,51	5.100,00
			total	**58.920,00**

Item	LOTE 42 - COLÍRIOS	Quant	VL. UNIT	VL. TOT
1	NITRATO DE PRATA 10MG/ML, SOLUÇÃO OFTÁLMICA	5	17,00	85,00
2	TETRACAÍNA CLORIDRATO, ASSOCIADA À FENILEFRINA, 1% + 0,1%, SOLUÇÃO OFTÁLMICA	20	16,65	333,00
3	TIMOLOL, 0,5%, SOLUÇÃO OFTÁLMICA	50	26,58	1.329,00
			total	**1.747,00**

Item	LOTE 43 - DIURÉTICOS	Quant	VL. UNIT	VL. TOT
1	FUROSEMIDA 40 MG	60.000	0,05	2.994,00
2	HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG	160.000	0,03	4.960,00
3	FUROSEMIDA, COMPOSIÇÃO 10 MG/ML, APRESENTAÇÃO SOLUÇÃO INJETÁVEL	800	0,43	344,00
			total	**8.298,00**

Item	LOTE 44 - GLICOCORTICÓIDES	Quant	VL. UNIT	VL. TOT
1	HIDROCORTISONA, SAL SUCCINATO SÓDICO, 100 MG, PÓ LIOFILO P/ INJETÁVEL -	1.500	3,82	5.730,00
2	HIDROCORTISONA, 500MG, INJETÁVEL -	2.000	9,38	18.760,00
			total	**24.490,00**

Item	LOTE 45 - HIDRATANTES	Quant	VL. UNIT	VL. TOT
1	ÓLEO MINERAL (VASELINA LÍQUIDA / PETROLATO),FRASCO,100 ML	200	4,18	836,00
2	ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS, COMPOSTO DOS ÁCIDOS CAPRÍLICO, CÁPRICO, LÁURICO, LINOLÊICO, LECITINA DE SOJA, ASSOCIADOS COM VITAMINAS "A" E "E", LOÇÃO OLEOSA 100ML	150	5,09	763,50
			total	**1.599,50**

Item	LOTE 49 - PSICOTROPICOS INJETÁVEIS	Quant	VL. UNIT	VL. TOT
1	FLUMAZENIL, 0,1MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	20	42,13	842,60
2	HALOPERIDOL, 5MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	200	2,92	584,00
3	HALOPERIDOL, APRESENTAÇÃO SAL DECANOATO, CONCENTRAÇÃO 50, TIPO USO SOLUÇÃO INJETÁVEL	50	16,26	813,00
4	PETIDINA CLORIDRATO, 50 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	300	3,89	1.166,40
5	TRAMADOL CLORIDRATO, 50 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	3000	2,39	7.182,00
6	DIAZEPAM, 5MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	800	1,44	1.152,00
7	CLORPROMAZINA, DOSAGEM 5, APRESENTAÇÃO SOLUÇÃO INJETÁVEL	350	3,60	1.260,00
			total	**13.000,00**

Item	LOTE 50 - PSICOTROPICOS SOLUÇÃO	Quant	VL. UNIT	VL. TOT
1	CARBAMAZEPINA 20MG/ML SUSPENSÃO ORAL 100ML	50	12,43	621,50
2	CLONAZEPAM 2,5MG/ML SOLUÇÃO ORAL - GOTAS	150	4,60	690,00
3	FENOBARBITAL SÓDICO, 40MG/ML, SOLUÇÃO ORAL - GOTAS	50	5,77	288,50
4	VALPROATO DE SÓDIO, 50MG/ML, XAROPE 100ML	200	6,00	1.200,00
			total	**2.800,00**

Item	Lote 51 - Psicotropicos Comprimido	Quant	VL. UNIT	VL. TOT
1	AMITRIPTILINA CLORIDRATO, 25 MG -	80.000	0,10	8.000,00
2	CARBAMAZEPINA 200 MG	80.000	0,15	12.000,00
3	CLONAZEPAM 2 MG	50.000	0,12	6.000,00
4	DIAZEPAN 10MG	40.000	0,19	7.600,00
5	FENITOÍNA SÓDICA, 100 MG	10.000	0,53	5.300,00
			total	**38.900,00**

Item	Lote 52 - Psicotropicos Comprimido - II	Quant	VL. UNIT	VL. TOT
1	BIPERIDENO, 2MG -	3.000	0,4524	1.357,20
2	CARBONATO DE LÍTIO, 300MG -	8.000	0,3744	2.995,20
3	CLORPROMAZINA, 100 MG	6.000	0,4368	2.620,80
4	FENOBARBITAL SÓDICO, 100 MG	25.000	0,3354	8.385,00
5	FLUOXETINA CLORIDRATO, 20MG, CÁPSULA	50.000	0,31	15.500,00
6	HALOPERIDOL 05 MG	10.000	0,234	2.340,00
7	VALPROATO DE SÓDIO 500 MG	15.000	0,53	7.950,00
			total	**41.148,20**

Item	LOTE 55 - SOLUÇÃOES INJETAVEIS - CLORETO DE SÓDIO	Quant	VL. UNIT	VL. TOT
1	CLORETO DE SÓDIO, 0,9 %, SOLUÇÃO INJETÁVEL, 500 ML DE SOLUÇÃO	8.000	4,55	36.400,00
			total	**36.400,00**

Item	Lote 57 - SUPLEMENTOS NUTRICIONAIS VITAMINAS	Quant	VL. UNIT	VL. TOT
1	TIAMINA, 300MG	15.000	0,21	3.168,00
2	ALENDRONATO DE SÓDIO 70 MG COMPRIMIDO	3.000	1,15	3.450,00
3	CARBONATO DE CALCIO 500 MG+CALECALCIFEROL 400 UI COMPRIMIDO	3.000	1,43	4.290,00
4	ÁCIDO ASCÓRBICO, 100MG/ML, INJETÁVEL	25.000	0,90	22.605,00
5	FITOMENADIONA, 10MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	300	1,62	486,00
			total	**33.999,00**

CLAUSULA QUARTA – ÓRGÃO PARTICIPANTE

4.1. O órgão participante e gerenciador desta Ata de registro de preços é a **Secretaria Municipal de Saúde**.

CLAUSULA QUINTA - VALIDADE DA ATA

5.1. - A validade da Ata de Registro de Preços será de **12 meses**, a partir da data de sua assinatura, iniciando-se em **02/05/2017 até 02/05/2018** não podendo ser prorrogada.

CLAUSULA SEXTA - CONDIÇÕES GERAIS

6.1. - As condições gerais da prestação do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência e na Minuta de Contrato que passam a ser parte integrante desta ata.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Nova Nazaré-MT, 02 de Maio de 2017.

_____

JOÃO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal

MOCA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.

EMERSON AMANCIO DE MELO

CONTRATADA:

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

TEXTO 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA, CNPJ nº 03.238.920/0001-30, torna público que requereu a SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente, a **Renovação da Licença de Operação,** para atividade de **extração de cascalho**, em área de **4,82 hectares**, localizada na Fazenda Santa Rosa, Zona Rural, município de Nova Olímpia-MT.

TEXTO 2

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA, CNPJ nº 03.238.920/0001-30, torna público que requereu a SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente, a **Renovação da Licença de Operação,** para atividade de **extração de cascalho**, em área de **4,89 hectares**, localizada na Fazenda Guanabara, Zona Rural, município de Nova Olímpia-MT.

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DA TERCEIRA SESSAO DA TOMADA DE PREÇOS 001/2017/PMNO

Às oito horas do dia vinte e oito abril de dois mil e dezessete na sala de reuniões do departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Olímpia-MT, reuniram-se os membros da CPL nomeados pela Portaria 207/2017, para dar providencias a tomada de preços 001/2017 cujo objeto trata-se da **contratação de agencia de publicidade e propaganda para o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa a distribuição de publicidade em mídia imprensa radio, som automotivo, mídia eletrônica, criação de campanhas aos veículos de comunicação, publicação no diário oficial, jornal de grande circulação da região e demais serviços descritos no § 1º do art. 2º. da Lei 12. 232/10, objetivando promover a divulgação Das ações da Prefeitura Municipal de Nova Olímpia-MT** Compareceu para sessão uma única empresa **DOIS PONTOS SOLUÇÕES EM MARKETING LTDA ME, cadastrada no CNPJ 10.757.389/0001-78,** neste ato representada pela Senhora Ilioniza Lima, portadora do documento de identidade RG sob número 8148200-0. A empresa supra citada apresentou os envelopes 01, 02,03 e 04 que ficaram de posse da CPL para ser repassados os envelopes 01 e 02 a subcomissão técnica para analise dos seus conteúdos. As oito horas e catorze minutos apresentou-se o representante da empresa AGENCIA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA GC LTDA -EPP, cadastrada no CNPJ 23.718215/0001-48, neste ato representada pelo Senhor Raimundo Nonato Souza Ferreira, portador do documento de identidade RG sob número1143450-3, porem o mesmo não pode participar da sessão, pois no objeto convocatório, edital, não continha registros de tolerância para o atraso dos participantes. Mediante estes fatos fica remarcada a sessão para apresentação da pontuação da empresa e abertura dos envelopes 03 e 04 na quinta feira dia 04/05/2017 às dezesseis horas.

Claudia Lucia Diniz Soares Vasconcelos

Presidente CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

LEI 802/2017

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMENCLATURA DA QUADRA POLIESPORTIVA DO MUNICIPIO DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Exma. Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, **Sra. TEREZINHA GUEDES CARRARA** faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei;

Artigo 1º - Fica denominado de **"FERNANDO RENATO MISSASSE"** a atual Quadra Poliesportiva do município de Nova Santa Helena-MT, situada na Avenida Brasil, n°117, Centro.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena/MT, em 28 de Abril de 2017.

TEREZINHA GUEDES CARRARA

Prefeita Municipal

Registre-se

Publique-se

Cumpra-se

Publicado e afixado no mural da Prefeitura Municipal no período de 02/05/2017 a 02/06/2017.

DISTRATO DE CONTRATO 021/2017

Espécie: Rescisão Contrato de Trabalho por Tempo Determinado 021/2017.

Participantes: Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, CNPJ: 04.214.704/0001-18

Contratado: Claudemir Mariano de Souza.

Data Assinatura: 30/04/2017.

Motivo: Rescisão sem justificativa por iniciativa do servidor.

Pelo presente Termo, as partes supra-identificadas, de comum acordo, firmam o Termo de Rescisão Contratual.

RETIFICAÇÃO DE PORTARIA DO PAR

Retificação à portaria publicada em diário oficial do dia 28 de abril de 2017.

PORTARIA

A EXMA. PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHORA TEREZINHA CARRARA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS:

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear para compor a equipe local, que será incumbida de realizar a reelaboração do PAR – Plano de Ações Articuladas, 2017 – 2019, os seguintes membros:

Representante dos Professores da Zona Urbana:

Titular: Mariozan Aparecido Fogaça

Roseli Cristina Rafael

Representante do Conselho Municipal de Educação:

Titular: Johnny Luiz Sur

Representante da Secretaria de Governo:

Titular: Onde lia Dilma Aparecida Gonçalves Voinaroski;

Leia-se Marcos Antonio Zaneti

Representante dos Professores da Zona Rural:

Titular: Marcia Aparecida da Silva Santos

Representante dos Coordenadores Escolares:

Titular: Francisca Marta de Jesus

Luciana Muniz dos Santos

Maria Olanda Carrara

Representante do Quadro Técnico Administrativo das Escolas Públicas Municipais:

Titular: Fatima Sabino dos Santos

Franciane Paulatti de Sousa

Representante Técnica da Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Leila Pimenta Zaneti

Nildes Possani

Representante da Secretaria Municipal de Finanças:

Titular: Onde lia Marta Lucia de Oliveira Araújo;

Leia-se Rosangela Ucelo

Dirigente Municipal de Educação:

Titular: Cristina Aparecida de Oliveira Negrisolli

Artigo 2º - As nomeações que tratam o artigo anterior não serão remuneradas.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 28 de abril de 2017.

TEREZINHA CARRARA

Prefeita Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE,

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 28/04/2017 à 28/05/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

PREVIDENCIA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 00019/2017

"Dispõe sobre a Concessão do Benefício de Aposentadoria por Invalidez em favor da Servidora Sr.ª JOSEFA LIRA DA SILVA".

O Prefeito Municipal Valdenir Jose dos Santos, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, e ainda combinado com art.12, Inciso I e art. 14, da Lei Municipal nº. 60/2013 de 27 de Maio de 2.013, que rege a Previdência Municipal, e Lei Municipal nº 018/2008, que Dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreiras e o Estatuto do Magistério.

RESOLVE

Art. 1º Conceder o Benefício de Aposentadoria Por Invalidez, com Proventos Integrais em favor da Servidora Sr.ª JOSEFA LIRA DA SILVA, brasileira, casada, residente neste Município de Nova Ubiratã - MT, portadora do RG 1024044 SSP/AL, CPF: 990.191.241-53 servidora EFETIVA, no cargo de Zeladora Classe C Nível 01 , lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, desporto e Lazer, devidamente matriculada sob o número 186, com tempo total de contribuição 5.739 dias correspondendo a 15 anos, 08 meses e 19 dias, conforme Processo Administrativo 2017.06.0000001P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Nova Ubiratã - MT, 02 de Maio de 2.017.

VALDENIR JOSE DOS SANTOS

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 007/2017 FASE DE ELABORAÇÃO LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO E LEI DE ZONEAMENTO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 007/2017

FASE DE ELABORAÇÃO

LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO E LEI DE ZONEAMENTO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ, através do Exmo. Prefeito Municipal, Senhor **VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS,** convoca toda a população, para as **"AUDIÊNCIAS PUBLICAS" conforme calendário** abaixo onde será discutida a **ELABORAÇÃO DA CRIAÇÃO DA LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO E LEI DE ZONEAMENTO DO MUNICIPIO DE NOVA UBIRATÃ/MT.**

15/05/2017 – 14:00 HRS	**DISTRITO DE PIRATININGA**	**PAVILHÃO DA IGREJA CATÓLICA**
15/05/2017- 18:00 HRS	**DISTRITO DE AGUA LIMPA**	**PAVILHÃO DA IGREJA CATÓLICA**
17/05/2017 09:00 HRS	**DISTRITO DE SANTO ANTONIO**	**PAVILHÃO DA IGREJA CATÓLICA**
17/05/2017 14:00 HRS	**DISTRITO DE NOVO MATO GROSSO**	**PAVILHÃO DA IGREJA CATÓLICA**
17/05/2017 17:00 HRS	**DISTRITO DE SANTA TEREZINHA**	**ESCOLA MUNICIPAL**
17/05/2017 19:00 HRS	**DISTRITO DE ENTRE RIOS**	**ESCOLA MUNICIPAL**
18/05/2017 19:00 HRS	**SEDE DO MUNICIPIO**	**CAMARA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ**

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

MAURO ODINEI SOLIANI

Secretário Municipal de Administração

Decreto n° 001/2013

PORTARIA Nº. 0317/2017 DATA: 02 DE MAIO DE 2017

PORTARIA Nº. 0317/2017

DATA: 02 DE MAIO DE 2017

VALDENIR JOSE DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

ARTº 1°- REVOGAR, a portaria 268/2017 que averbou erroneamente o tempo de serviço da servidora Sra. ***JOSEFA LIRA DA SILVA,*** efetiva no cargo de **Zeladora, Classe C Nível 1, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, desporto e Laser.**

ART.2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ART.3º. Revogam-se as disposições em contrario, especialmente as portarias 0268/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 02 de maio de 2017.

VALDENIR JOSE DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

MAURO ODINEI SOLIANI

Secretário Municipal de Administração

Decreto. n° 001/2013

PORTARIA Nº. 318/2017 DATA: 02 DE MAIO DE 2017.

PORTARIA Nº. 318/2017

DATA: 02 DE MAIO DE 2017.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A, AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO DA SERVIDORA JOSEFA LIRA DA SILVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

VALDENIR JOSE DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais, com amparo na Lei Orgânica Municipal;

Considerando o artigo nº 107, da Lei Complementar Municipal n°. 061/ 2013, de 27 de maio de 2015, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município.

RESOLVE:

Art. 1° - Averbar o tempo de serviço, conforme a Certidão de Tempo de Contribuição **Nº 10021070.1.00002/17-7**, emitida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, **em favor da** servidora Sra. ***JOSEFA LIRA DA SILVA,*** efetiva no cargo de **Zeladora, Classe C Nível 1, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, desporto e Laser.**

Período	Empregador	Tempo de Contribuição
01.03.1994 a 29.06. 1994	H Z Ind. Com Mad Ltda	0 anos, 3 meses, 29 dias
01.09.1994 a 06.10. 1994	H Z Ind. Com Mad Ltda	0 anos 1 mês, 6 dias
25.01.1995 a 28.08. 1996	Ind. Mad. HZ da Amazonia Ltda	01 ano,07 meses, 04 dias

Art. 2° - O período averbado compreende **739 dias, correspondendo a 02 anos, 00 meses e 09 dias.**

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 02 de maio de 2017.

VALDENIR JOSE DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

MAURO ODINEI SOLIANI

Secretário Municipal de Administração

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 01/2017

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 01/2017

O Sr. Valdenir José dos Santos , Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Complementar nº14/2006 (Código Tributário) e no Decreto 034/2017, faz atendendo ao que dispõe a Constituição Federal, em seu artigo 145, inciso III; o Código Tributário Nacional, Lei 5.172/66, em seu artigo 5º; o Decreto-Lei Federal 195/67 e o Código Tributário aos beneficiários relacionados no item 6.0 deste Edital, que deverão recolher aos cofres do Município a parcela de Contribuição de Melhoria, referente à obra conforme descrição abaixo.

1.0 – DA OBRA

A obra realizada é constituída de meio fio, sarjetas e pavimentação asfáltica, tipo Tratamento Superficial Duplo - TSD, perfazendo um total de 16.235,63 m2 (Dezesseis mil duzentos e trinta e cinco metros quadrados e sessenta e três cm).

2.0 – DO CUSTO TOTAL DAS OBRAS

O custo total das obras realizadas foi de R$ 608.758,91 (seiscentos e oito mil setecentos e cinquenta e oito reais e noventa e um centavos) considerado para fins de cobrança da contribuição de melhoria a ser repassado aos contribuintes proprietários dos imóveis a época do lançamento no percentual de 50% do custo efetivo no valor de R$304.379,45 (trezentos e quatro mil trezentos e setenta e nove reais e quarenta e cinco centavos) correspondendo a um valor R$ 18,74 dezoito reais e setenta e quatro centavos por metro quadrado.

3.0 – DA EXECUÇÃO DAS OBRAS

As obras foram executadas pela Prefeitura Municipal através de empresas do ramo contratada por meio de licitação pública, nos termos que prevê a legislação em vigor.

4.0-DA FONTE DE RECURSOS

Recursos: próprios. Prefeitura

5.0 – DO VALOR LANÇADO AO PROPRIETÁRIO DE IMÓVEL POR M2

O valor do m2 lançado ao proprietário do imóvel, em cumprimento ao artigo 231, item I, II, III e IV da lei complementar 14/2006, Decreto .034/2017 e artigo 4º do Decreto-Lei Federal 195/67, é de R$18,74 p/m2 (dezoito reais sessenta e nove quatro centavos) por metros quadrados de frente beneficiada. , sendo rateado proporcionalmente aos proprietários baseado na testada do imóvel que foi beneficiada pela pavimentação.

6.0 – DA RELAÇÃO DOS CONTRIBUINTES PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS.

Contempla abaixo, a relação dos contribuintes proprietários de imóveis beneficiados diretamente pelas obras conforme decreto nº 034/2017 , que deverão recolher aos cofres públicos a Contribuição de Melhoria devida, inclusive em função da valorização imobiliária dos referidos imóveis decorrentes do benefício recebido pelas obras públicas descritas no item 1.0, apresentada em metro quadrado/m2, devido para cada imóvel.

Contribuintes Beneficiados com contribuição de melhoria rua Rio Grande do sul são Paulo e Transversais

QUADRA	LOTE	PROPRIETÁRIO	LarG Rua	Tes Lote	m2	VL p/m2	Valor da Cont]

41	01-A	VALDIR DA SILA ROSA (P.DUARTE)	4,5	20	90,0	18,74	1.686,60
41	0B-B	TEREZINHA ROSA	4,5	20	90,0	18,74	1.686,60
41	02-A	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS	4,5	20	90,0	18,74	1.686,60
41	03	MARCOS EDISAN SICHIERI	4,5	15	67,5	18,74	1.264,95
41	04	MARCOS EDISAN SICHIERI	4,5	15	67,5	18,74	1.264,95
41	05	JOSE ALBERTO TENROLLER	4,5	15	67,5	18,74	1.264,95
41	06	JOSE ALBERTO TENROLLER	4,5	15	67,5	18,74	1.264,95
41	07	JOSE ALBERTO TENROLLER	4,5	15	67,5	18,74	1.264,95
41	08	JULI ZEZAR LIVI	4,5	15	67,5	18,74	1.264,95
43	01-A	RICHARD SHINJI OSUGUI E	4,5	120	540	18,74	10.119,60
43	04	LIDIA ROSANA BUSSATTO	4,5	15	67,5	18,74	1.264,95
43	05	GLADE LUCIA SHUSSLER HERMAN	4,5	15	67,5	18,74	1.264,95
43	06	MARTA SUELY DE MELO	4,5	15	67,5	18,74	1.264,95
43	07	MARTA SUELI DE MELO	4,5	15	67,5	18,74	1.264,95
43	08	ENIO SEHN	4,5	55	247,5	18,74	4.638,15
43	09	MAURO IDA	4,5	40	180,0	18,74	3.373,20
44	01	TIAGO M. DA CONCEIÇÃO	4,5	34,47	155,11	18,74	2.906,76
44	02	LIDIO RZARTKI	4,5	15	67,5	18,74	1.264,95
44	03	DERCI BAUNGARTEN	4,5	15	67,5	18,74	1.264,95
44	04	VANDERLEIA MARIA CONTE	4,5	15	67,5	18,74	1.264,95
44	05	ALCEU ROSA CAVALCANTE	4,5	15	67,5	18,74	1.264,95
44	06	CLARICE RODRIGUE DE OLIVEIRA	4,5	15	67,5	18,74	1.264,95
44	07	ADELCIO MACHADO	4,5	15	67,5	18,74	1.264,95
44	08	MARCO ROBERTO PINHO BRAGA	4,5	15	67,5	18,74	1.264,95
44	9-A	ROGERIO RABUSKE	4,5	22,5	101,25	18,74	1.897,42
44	9-B	ROGERIO RABUSKE	4,5	17,5	78,75	18,74	1.475,77
53	08	OTAVIO BENO SHREINER	4,5	55	247,5	18,74	4.638,15
53	09	OTAIO BENO SCHREINER	4,5	55	247,5	18,74	4.638,15
54	01-A	LIVERNIDES SENNA VANDES	4,5	35	157,5	18,74	2.951,55
54	01-B	ADEMIR PAULO MAIER	4,5	20	90	18,74	1.686,60
54	02A	ARVINO SILVEIRA BORGES	4,5	35	157,5	18,74	2.951,55
54	02B	MARISSOL STEINMETZ	4,5	20	90	18,74	1.686,60
54	03	IDA HEYDT MENDES	4,5	15	67,5	18,74	1.264,95
54	04	CRISTIANO ANTONIO DE ABREU	4,5	15	67,5	18,74	1.264,95
54	05	CELIA DA CONCEIÇÃO RODRIGUES	4,5	15	67,5	18,74	1.264,95
54	06	JOSE DIAS TAVARES	4,5	15	67,5	18,74	1.264,95
54	07	WILSON MINGONETTE	4,5	15	67,5	18,74	1.264,95
54	08	WILSON MINGONETTE	4,5	55	247,5	18,74	4.638,15
54	09-A	ARCANGELO BORTOLOTTO	4,5	22	99	18,74	1.855,26
54	10-A	KAMILA CASTLINE RUIZ	4,5	48	216	18,74	4.047,84
54	11	ARCILDO DE SORDI	4,5	15	67,5	18,74	1.264,95
54	12	MARIA SILVANA R. DA LUZ	4,5	15	67,5	18,74	1.264,95
54	13	SIRÇA GENEROSO SIQUEIRA	4,5	15	67,5	18,74	1.264,95
54	14	ADEMIL PAULO MAIER	4,5	15	67,5	18,74	1.264,95
55	01	LUIZA KARLING	4,5	55	247,5	18,74	4.638,15
55	02	ANTONIO CHAGAS VAZ	4,5	55	247,5	18,74	4.638,15
55	03	ANTONIO CHAGAS VAZ	4,5	15	67,5	18,74	1.264,95
55	04	JOÃO ALVES DA SILVA	4,5	15	67,5	18,74	1.264,95
55	05	CLAUDIO GAL	4,5	15	67,5	18,74	1.264,95
55	06	ROMEU SCHEAFER	4,5	15	67,5	18,74	1.264,95
55	07	SERGIO ROBERTO MACHADO	4,5	15	67,5	18,74	1.264,95
55	08A	DILMA A. DAS NEVES	4,5	54	243	18,74	4.553,82
55	08B	STELLA XAVIER	4,5	16,7	75,15	18,74	1.408,31
55	08C	TEREZA APOL. DA SILVA	4,5	39,3	176,85	18,74	3.314,16
55	10	VANDA STEVES DA COSTA	4,5	15	67,5	18,74	1.264,95
55	11	ADEMAR ANTONIO BUCHNER	4,5	15	67,5	18,74	1.264,95
55	12	ADEMAR ANTONIO BUCHNER	4,5	15	67,5	18,74	1.264,95
55	13	FABIO LUIZ BRATZ	4,5	15	67,5	18,74	1.264,95
55	14	OZEAS GOMES DOS SANTOS	4,5	15	67,5	18,74	1.264,95
56	01	CECÍLIA SALES DA SILVA	4,5	55	247,5	18,74	4.638,15
56	02-A	JOSE ITAMAR MARCONDES	4,5	35	157,5	18,74	2.951,55
56-	02-B	ADEMIR OLIVEIRA DA SILVA E	4,5	20	90,0	18,74	1.686,60
56	03	GISELDA LOPES SILVA RIBEIRO	4,5	15	67,5	18,74	1.264,95
56	04	ANGELICA MÊS.DE CARVALHO	4,5	15	67,5	18,74	1.264,95
56	05	IGREJA EVAN PENTEC O PODER DE	4,5	15	67,5	18,74	1.264,95
56	06	LUIZ SILVEIRA MARTINS	4,5	15	67,5	18,74	1.264,95
56	07	LUIZ GERSON GUTIERRES	4,5	15	67,5	18,74	1.264,95
56	08	LUIZ CARLOS T. DA SILVA	4,5	55	247,5	18,74	4.638,15
56	09	ALTAIR CARDOSO DOS SANTOS	4,5	55	247,5	18,74	4.638,15
56	10	MARLI ROSALINA SCANDIUSSI	4,5	15	67,5	18,74	1.264,95
56	11	JOSE FRANCISCO SOARES	4,5	15	67,5	18,74	1.264,95
56	12-A	NELSON TERRA DOS SANTOS	4,5	7,5	33,75	18,74	632,47
56	12-B	ROSELIA AGUIAR	4,5	7,5	33,75	18,74	632,47
56	13	DERCI BAUGARTEN	4,5	15	67,5	18,74	1.264,95
56	14	VALMOR ALVES DA SILVA	4,5	15	67,5	18,74	1.264,95
57	01	CLAUDIOMIR CAMPAGNONI	4,5	34	153	18,74	2.867,22
57	02	VANDERLEI ALVES DE FREITAS	4,5	15	67,5	18,74	1.264,95

57	03	VANDERLEI ALVES DE FREITAS	4,5	15	67,5	18,74	1.264,95
57	04	SOLO VIVO IND. E COMERCIO	4,5	15	67,5	18,74	1.264,95
57	05-A	N.C.AUTO POSTO LTDA	4,5	35	157,5	18,74	2.951,55
57	05-B	JOSE SIMPLICIANO	4,5	20	90	18,74	1.686,60
57	06	ELVIA FRUTO DELGADO	4,5	55	247,5	18,74	4.638,15
57-	07	ELVIA FRUTO DELGADO	4,5	15	67,5	18,74	1.264,95
65	1	MARIA INES CONCEIÇÃO FEITOSA	4,5	15	67,5	18,74	1.264,95
65	9-A	ALBERTO FABRICIO	4,5	15	67,5	18,74	1.264,95
65	10	WELLYNGTON MANOEL MIRANDA	4,5	15	67,5	18,74	1.264,95
65	11	ROSANA DA SILVA	4,5	15	67,5	18,74	1.264,95
65	12	ELLEMAR GEHM	4,5	15	67,5	18,74	1.264,95
65	13	WILSON MINGONETTE	4,5	15	67,5	18,74	1.264,95
65	14	WILSON MINGONETE	4,5	15	67,5	18,74	1.264,95
66	1	IBAR DE AGUIAR FIGUEIREDO	4,5	15	67,5	18,74	1.264,95
66	9-A	LAP DO BRASIL	4,5	15	67,5	18,74	1.264,95
66	10	AMILTON RIBEIRO	4,5	15	67,5	18,74	1.264,95
66	11	ROBERTO MARCHIORO	4,5	15	67,5	18,74	1.264,95
66	12	MOZART VIEIRA MACHADO	4,5	15	67,5	18,74	1.264,95
66	13	IVA DE AGUIAR FIGUEIREDO	4,5	15	67,5	18,74	1.264,95
66	14	CLEUZA APARECIDA PEREIRA	4,5	15	67,5	18,74	1.264,95
67	1	ANTONIO CHAGAS VAZ	4,5	15	67,5	18,74	1.264,95
67	10	MAXIMINIO ODILO DALTOE	4,5	30	135	18,74	2.529,90
67	11	PAULO VITOR MEDEIROS	4,5	15	67,5	18,74	1.264,95
67	12	CAROLINA GOMES DOS SANTOS	4,5	15	67,5	18,74	1.264,95
67	13	MARCOS ALBERTO FERREIRA	4,5	15	67,5	18,74	1.264,95
67	14	WILIAN ANTONIO DA GRAÇA	4,5	15	67,5	18,74	1.264,95
68	1-A	LUCIANA MOTA	4,5	15	67,5	18,74	1.264,95
68	9	ADRIANA DE FATIMA SILVA	4,5	15	67,5	18,74	1.264,95
68	10	HELIO F. SANT,ANNA LOPES	4,5	15	67,5	18,74	1.264,95
68	11	ODILA L. FRACALOSSI LOPES	4,5	15	67,5	18,74	1.264,95
68	12	LINDAURA DE ALMEIDA	4,5	15	67,5	18,74	1.264,95
68	13	COMIPIL COMERIO DE IMOVEIS P	4,5	15	67,5	18,74	1.264,95
68	14	EDINEI FATIMA CENCI	4,5	15	67,5	18,74	1.264,95
69	11	CELEIRO PRE MOLDADOS LDTA.	4,5	15	67,5	18,74	1.264,95
69	12	CELEIRO PRE MOLDADOS LDTA.	4,5	15	67,5	18,74	1.264,95
69	13	CELEIRO PRE MOLDADOS LDTA.	4,5	15	67,5	18,74	1.264,95
69	14	CELEIRO PRE MOLDADOS LDTA.	4,5	15	67,5	18,74	1.264,95
69	15	CELEIRO PRE MOLDADOS LDTA.	4,5	15	67,5	18,74	1.264,95
69	16	CELEIRO PRE MOLDADOS LDTA.	4,5	15	67,5	18,74	1.264,95
69	17	CELEIRO PRE MOLDADOS LDTA.	4,5	15	67,5	18,74	1.264,95
69	18	CELEIRO PRE MOLDADOS LDTA.	4,5	4,9	22,05	18,74	413,21
		TOTAL					**215.747,21**

7.0 - DO CUSTO FINAL POR M2 A SER COBRADO DOS PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS, RELACIONADOS NO ITEM 6.0

O valor final lançado ao proprietário do imóvel por metro quadrado é de R$ 18,74(dezoito reais e setenta e quatro centavos), por m2 (metro quadrado).

8.0 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1 – À vista, em uma só vez, assim considerando o pagamento até o dia 05 de junho de 2017, com desconto de 20% (vinte por cento), correspondente a R$ 15.00 p/m2 (quinze reais e) por metro quadrado,

8.2 – Parcelado em até 72 (setenta e duas) vezes, desde que as parcelas não sejam inferiores a 05 (cinco) UFRM cada uma no valor de R$ 18,74 p/m2 (dezoito reais e setenta e quatro centavos) por metro quadrado,).

8.3 – As parcelas são mensais e sucessivas, corrigidas pela variação da UFMR – Unidade Fiscal de Referência do Município de Nova Ubiratã - MT, instituída pelo Código Tributário Municipal, Lei complementar nº. 14/2006, artigo 308, ou outro índice que vier a substituí-lo, acrescido juros de 1% (um por cento) ao mês.

8.4 - A primeira parcela vencerá até 05 de junho de 2017 sendo que as demais prestações deverão ser pagas até o dia 05 de cada mês subsequente até o vencimento final, de acordo com a opção assumida.

8.5 – Na hipótese da data de vencimento ocorrer em dia de feriado ou data que não haja expediente, será considerada a data de vencimento o 1º dia útil subsequente ao vencimento, sem qualquer acréscimo.

8.6 – O Contribuinte que não solicitar um plano de pagamento parcelado ou não efetuar o pagamento à vista até o dia 05 de junho de 2017, só poderão parcelar os débitos correspondente a contribuição observando as leis em vigor na data do parcelamento , não sendo possível mais utilizar as normas e procedimento deste edital nos parcelamentos efetuados após a 05 de junho de 2017.

9.0 – DA FORMA DE CÁLCULO PARA LANÇAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

O valor apurado da Contribuição de Melhoria, para cada imóvel situado, é obtido pela testada do imóvel multiplicada pela metade em metros da rua pavimentada, quando o imóvel estiver situado de frente para a rua, e a testada do imóvel multiplicada pela pista de rolagem, se este estiver situado de frente para a Avenida.

10.0 – DO LANÇAMENTO PARA COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

10.1 – Em cumprimento ao que determina a Lei, para fins de Lançamento da Contribuição de Melhoria, encontra-se afixado no quadro mural do átrio da Prefeitura Municipal, com sede na Avenida Tancredo Noves 1551 - Centro, o presente Edital nº 01/2017, no qual constam os seguintes elementos:

I – Delimitação das áreas beneficiadas em relação aos imóveis nelas compreendidos;

II – Memorial descritivo do projeto;

III – Orçamento total do custo das obras;

IV – Determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados.

11.0 – DAS PENALIDADES

11.1 – Os pagamentos não efetuados nos prazos regulamentares serão acrescidos de juros de mora mais multa de acordo com a legislação em vigor.

11.2 – Para cobrança Via Judicial o Departamento de Tributação e Fiscalização do Município expedirá certidão do montante do débito de cada imóvel para ajuizamento da ação.

12.0– DO LOCAL DE PAGAMENTO

9.1 – Os pagamentos tanto das parcelas como o pagamento à vista poderão ser realizados no estabelecimento bancário com o qual o município mantém convênio cuja guia para pagamento à vista até o dia 05 de junho de 2017, segue anexo ao presente edital ao proprietário do imóvel.

13.0 – DA IMPUGNAÇÃO

13.1 – O contribuinte proprietário do imóvel ou seu representante legal terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação do presente Edital ou do recebimento da Notificação de lançamento da Contribuição de Melhoria, para apresentar requerimentos de impugnação de reclamação, como também quaisquer recursos administrativos, que deverão ser dirigidos ao Departamento de Tributação e Fiscalização da Prefeitura Municipal.

13.2 – A não apresentação de qualquer recurso implicará na aceitação do lançamento da Contribuição de Melhoria que é o reconhecimento do débito.

14.0 – DO JULGAMENTO

14.1 – Após o recebimento de eventuais recursos apresentados pelos contribuintes beneficiados, o Departamento de Tributação e Fiscalização do Município suspenderá a cobrança e terá o prazo de até 15 (quinze) dias para julgar os recursos apresentados e comunicar ao interessado da decisão tomada.

14.2 – Caso seja julgado improcedente o recurso apresentado, a data de pagamento das parcelas não sofrerá nenhuma alteração, incidindo sobre o valor do débito vencido, juros de mora, correção e multa de acordo com a legislação em vigor.

15.0 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 – Serão inscritos em dívida ativa do Município, todos os débitos não pagos no exercício financeiro em conformidade com o Código Tributário Municipal.

15.2 – O contribuinte de baixo poder aquisitivo, cuja sua renda for inferior a 03 (três) salários mínimos mensais, poderá solicitar ao Departamento de Tributação e Fiscalização da Prefeitura Municipal a dilatação do prazo para pagamento, acompanhado de justificativas.

15.3 – Após o recebimento da solicitação, devidamente justificada, apresentada pelo contribuinte de que trata o item anterior, o Departamento de Tributação e Fiscalização comunicará a Secretaria de Ação Social do Município, que se encarregará de verificar “in loco” a veracidade das informações apresentadas, e emitirá relatório circunstanciado que deverá ser encaminhado ao Chefe do Poder Executivo Municipal para apreciação.

15.4 – Após a análise das informações relatadas, será determinado o prazo para pagamento da Contribuição.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, 02 de maio de 2017

EDIVAN BATISTA BESERRA

Secretario Planejamento e Fazenda

VALDENIR JOSE DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Certifico que este Edital foi registrado e publicado por afixação no mural da Prefeitura Municipal na data de 02 de maio de 2017.
Edivan Batista Beserra
Secretário Municipal de Planejamento e Fazenda
Portaria nº 003/2017

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

PORTARIA Nº.0319/2017

PORTARIA Nº.0319/2017

DATA: 02 DE MAIO DE 2017

EXONERA A SERVIDORA JOSEFA LIRA DA SILVA DO QUADRO DE ATIVOS E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.”

O Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, no uso de suas atribuições legais, com amparo na Lei Orgânica Municipal e:

-considerando a concessão de APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, através da Portaria nº. 019/2017 emitida pela PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE NOVA UBIRATA-MT – PREVI:

RESOLVE:

ART. 1º. Fica **EXONERADA,** a partir de 02 de maio de 2017, por motivo de aposentadoria por invalidez, a funcionária estatutária municipal, Sra. **JOSEFA LIRA DA SILVA,** efetiva no cargo de Zeladora, Classe C Nível 1, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, desporto e Laser.

ART.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ART.3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 02 de maio de 2017.

VALDENIR JOSE DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

MAURO ODINEI SOLIANI

Secretário Municipal de Administração

Decreto. n° 001/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 130/2017

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte /MT, no uso de suas atribuições que, Confere-lhe o Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município, resolve:

Artigo 1º - Exonerar a pedido a Srª. **Renata Bomfim Lucas** brasileira, maior, portadora do RG: nº 2093825-0 SJSP/MT e do CPF: nº 030.713.121-13 do Cargo Eletivo de **Conselheira Tutelar** deste município.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, em 02 de maio de 2017.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº: 027/2017

Espécie:CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DA ADMINISTRAÇÃO

Contratante: Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT.

Contratado:CRISCHELY CRISTINA TEODORO

Representante Legal: CRISCHELY CRISTINA TEODORO

Objetivo: Contratação por tempo determinado para atender necessidades de excepcional interesse público.

Vínculo Legal: Lei 1158/2017

Regime Previdenciário: INSS

Cargo/Função: Vigilante

Valor Global R$: 29.542,32

Data assinatura: 02/05/2017

Vigência: DE 02/05/2017 A 31/12/2017.

Signatários:Silvano Pereira Neves – Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte e **Crischely Cristina Teodoro.**

Bruno Ricardo Barelalori

Assessor Jurídico

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº: 026/2017

Espécie:CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO

Contratante: Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT.

Contratado:GELSON SIMÕES MAGALHÃES

Representante Legal: GELSON SIMÕES MAGALHÃES

Objetivo: Contratação por tempo determinado para atender necessidades de excepcional interesse público.

Vínculo Legal: Lei 1158/2017

Regime Previdenciário: INSS

Cargo/Função: PROFESSOR

Valor Global R$: 24.632,40

Data assinatura: 02/05/2017

Vigência: DE 02/05/2017 A 31/12/2017.

Signatários:Silvano Pereira Neves – Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte e **Gelson Simões Magalhães.**

Bruno Ricardo Barelalori

Assessor Jurídico

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 129/2017

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, resolve:

Artigo 1º- Conceder 10 (dez) dias de férias à servidora Karine Alencar Paduam**,** brasileira, maior, portadora do RG: 1484229-7 SSP/MT e do CPF: nº 004.313.511-04, servidora publica lotada na **Secretaria Municipal de Saúde** no cargo de **Enfermeira,** referente ao período aquisitivo de 2016/2017, a partir de 02/05/2017 a 11/05/2017, com retorno no dia 12/05/2017, restando ainda 20 (vinte) dias.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, em 02 de maio de 2017.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 35/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE /MT, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE, CONFERE-LHE O ART.45, INCISO IV, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO.

D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica decretado período integral para a jornada de trabalho e serviços de atendimento ao público a partir de 02 de maio de 2017, período esse compreendido das 07:00h às 11:00h e das 13:00h as 17:00h de segunda a sexta-feira.

Artigo 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o decreto nº 09, de 11 de janeiro de 2017 e demais disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte – MT, em 02 de maio de 2017.

Silvano Pereira Neves

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

CONVENIOS E CONTRATOS
LICENCIAMENTO AMBIENTAL

A Prefeitura Municipal Novo Mundo, CNPJ nº **01.614.517/0001-33,** torna público que requereu junto a SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente, a renovação da Licença de Operação (LO), para Captação, Tratamento e Distribuição de Agua do município de Novo Mundo/MT.

A Prefeitura Municipal Novo Mundo, CNPJ nº **01.614.517/0001-33,** torna público que requereu junto a SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente, a Licença de Operação (LO), para o Sistema de Abastecimento de Agua da Comunidade Cinco Mil, localizada na Avenida Cinco mil, esquina com Rua Mondai no município de Novo Mundo/MT.

A Prefeitura Municipal Novo Mundo, CNPJ nº **01.614.517/0001-33,** torna público que requereu junto a SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente, a Licença Previa e Licença de Instalação (LP) e (LI), para Pavimentação Asfáltica e Drenagem de Águas Pluviais nas Ruas Pequizeiro, Itauba e Jequitibá no município de Novo Mundo/MT.

A Prefeitura Municipal Novo Mundo, CNPJ nº **01.614.517/0001-33,** torna público que requereu junto a SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente, a Licença Previa e Licença de Instalação (LP) e (LI), para Pavimentação Asfáltica e Drenagem de Águas Pluviais na Rua Nunes Freire e construção de Bueiro Celular Triplo no município de Novo Mundo/MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO - MT
EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATO 51/2017 - EDSON VILLAÇA

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**EDSON VILLAÇA,** portador da cédula de identidade Nº 27.725. 093-6 SSP/SP e CPF N°.152.773.898-14, brasileiro, residente e domiciliado neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	Rescisão do contrato temporário **51/2017**, com o objeto de contratação de **PROFESSOR,** Nível médio, lotado e a disposição da EMEB **"Nhandú"** Sala Anexa **"Zita Junqueira Vilela".**
Vigência do Contrato	**06/03/2017 a 12/04/2017**

Novo Mundo/MT, 12 de Abril de 2017**.**

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal de Novo Mundo

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO - MT
EXTRATO DE CONTRATO 72/2017 - GABRIELA CONCHE FERREIRA

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**GABRIELA CONCHE FERREIRA,** portadora da cédula de identidade Nº 2354635-2 SSP/MT e CPF N°.045.242.701-08, brasileira, residente e domiciliada neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **NUTRICIONISTA,** Nível Superior, lotado e a disposição da **Secretaria Municipal de Educação.**
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **2.694,85** (Dois Mil e Seiscentos e Noventa e Quatro Reais e Oitenta Cinco Centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**20/04/2017 a 22/12/2017**

Novo Mundo/MT, 20 de Abril de 2017**.**

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal de Novo Mundo

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO - MT
EXTRATO DE CONTRATO 73/2017

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**SIRLEI FERNANDA SANTANA DA SILVA,** portadora da cédula de identidade Nº 1765749-0 SSP/MT e CPF N°.023.568. 651-44, brasileira, residente e domiciliada neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **PROFESSORA,** Nível Superior, lotado e a disposição da **"Creche Municipal Mundo Mágico".**
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **1.601,73** (Um Mil e Seiscentos e Um Reais e Setenta e Três Centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**17/04/2017 a 17/07/2017**

Novo Mundo/MT, 17 de Abril de 2017**.**

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal de Novo Mundo

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO - MT
EXTRATO DE CONTRATO 68/2017 - NICOLAS ALVES SANTOS,

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**NICOLAS ALVES SANTOS,** portador da cédula de identidade Nº 72132000-17 MTE/MT e CPF N°. 034.420.861-32, brasileiro, residente e domiciliado neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **VIGIA,** lotado e a disposição da Creche Municipal "**Alcides Ferreira Primo**". Em razão da substituição ao servidor Renilton Domingos Ferreira Santos, que se encontra de férias.
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **888,35** (Oitocentos e Oitenta e Oito Reais e Trinta e Cinco Centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**12/04/2017 a 30/04/2017**

Novo Mundo/MT 12 de Abril de 2017

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal de Novo Mundo

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO - MT
EXTRATO DE CONTRATO 70/2017 - LEANDRO GOMES DA SILVA,

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**LEANDRO GOMES DA SILVA,** portador da cédula de identidade Nº 001342408 SSP/MS e CPF N°.015.115.741.35, brasileiro, residente e domiciliado neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **PROFESSOR,** Nível Superior, lotado e a disposição da **Secretaria Municipal de Educação**.
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **3.203,46** (Três Mil Duzentos e Três Reais e Quarenta e Seis Centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**03/04/2017 a 22/12/2017**

Novo Mundo/MT, 03 de Abril de 2017**.**

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal de Novo Mundo

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO - MT
EXTRATO DE CONTRATO 71/2017 - VALDO PROCIDONIO

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**VALDO RODRIGUES PROCIDONIO,** portador da cédula de identidade Nº 001585318 SJSP/MT e CPF N°. 024.649.831-52, brasileiro, residente e domiciliado neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **VIGIA**, lotado e a disposição da EMEB São João. Em razão da substituição á servidor em desvio de função.
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **888,35** (Oitocentos e Oitenta e Oito Reais e Trinta e Cinco Centavos), mensais, que

	serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**03/04/2017 a 22/12/2017**

Novo Mundo/MT 03 de Abril de 2017

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal de Novo Mundo

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO - MT
EXTRATO DE CONTRATO 74/2017 - NADIR SILVA

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**NADIR DE LOURDES ROMÃO DA SILVA,** portadora da cédula de identidade Nº 084.573-36 SJSP/MT e CPF N°. 545.241. 301-44, brasileira, residente e domiciliada neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **PROFESSORA,** Nível Superior, lotado e a disposição da Escola Municipal de Educação Básica **"Alcides Ferreira Primo".**
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **1.601,73** (Mil e Seiscentos e Um Reais e Setenta e Três Centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**19/04/2017 a 03/05/2017**

Novo Mundo/MT, 19 de Abril de 2017**.**

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal de Novo Mundo

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO - MT
TERMO ADITIVO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº16/2017

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

DO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº16/2017

FIRMADO EM 09/02/2017

Que entre si fazem, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO**, pessoa Jurídica de Direito Público, com CNPJ n.º. 01.614.517/ 0001-33, com Sede no Bairro Alto da Bela Vista Nº 12, nesta cidade e município de Novo Mundo - MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor **ANTONIO MAFINI**, brasileiro, casado, empresário, portador da RG 36315660 SSP/PR e inscrito no CPF n.º 544.863.719-34, doravante denominado como CONTRATANTE e de outro lado a Senhora **AGNALDO MACHADO DOS SANTOS** portadora da cédula de identidade Nº 1464798-2 SSP/MT e CPF N°.019.580.771-51 brasileira, residente e domiciliada neste município, doravante denominada, como CONTRATADA, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O objeto do presente termo aditivo é a alteração De carga horaria do Contrato de Servidor Temporário n.º 16/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA:

Fica através da presente Cláusula, alterado a carga horaria que é de 24 horas semanais e passara a ser 30 horas semanais.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORO

Fica eleito de comum acordo o Foro da Comarca de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso, para nele serem dirimidas todas as dúvidas oriundas do presente instrumento. E por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Aditivo de Contrato, em 02 vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Novo Mundo/MT, em 03 de Abril de 2017.

_____

_____

AGUINALDO MACHADO D. SANTOS PREFEITURA MUNICIPAL

Contratada Contratante

Testemunhas:

_____ _____-

_____

LUANA MARIA LUCAS JOCILENE I SARTORETTO

RG N° 1353550-1 SSP/MT RG Nº 4.921.347-6 SSP/PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO - MT
TERMO ADITIVO DO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº18/2017

SEGUNDO TERMO ADITIVO

DO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº18/2017

FIRMADO EM 09/02/2017

Que entre si fazem, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO**, pessoa Jurídica de Direito Público, com CNPJ n.º. 01.614.517/ 0001-33, com Sede no Bairro Alto da Bela Vista Nº 12, nesta cidade e município de Novo Mundo - MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor **ANTONIO MAFINI**, brasileiro, casado, empresário, portador da RG 36315660 SSP/PR e inscrito no CPF n.º 544.863.719-34, doravante denominado como CONTRATANTE e de outro lado a Senhora **AUDA PATRICIA LIMA DE MIRANDA,** portadora da cédula de identidade Nº 2024883-0 SSP/MT e CPF N°.027.506.791-25 brasileira, residente e domiciliada neste município, doravante denominada, como CONTRATADA, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O objeto do presente termo aditivo é a alteração De carga horaria do Contrato de Servidor Temporário n.º 18/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA:

Fica através da presente Cláusula, alterado a carga horaria que é de 20 horas semanais e passara a ser 07 horas semanais.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORO

Fica eleito de comum acordo o Foro da Comarca de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso, para nele serem dirimidas todas as dúvidas oriundas do presente instrumento. E por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Aditivo de Contrato, em 02 vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Novo Mundo/MT, em 03 de Abril de 2017.

_____

_____

AUDA PATRICIA LIMA DE MIRANDA PREFEITURA MUNICIPAL

Contratada Contratante

Testemunhas:

_____ _____-

_____

LUANA MARIA LUCAS JOCILENE I SARTORETTO

RG N° 1353550-1 SSP/MT RG Nº 4.921.347-6 SSP/PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO - MT
TERMO ADITIVO DO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº11/2017

SEGUNDO TERMO ADITIVO

DO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº11/2017

FIRMADO EM 09/02/2017

Que entre si fazem, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO**, pessoa Jurídica de Direito Público, com CNPJ n.º. 01.614.517/0001-33, com Sede no Bairro Alto da Bela Vista Nº 12, nesta cidade e município de Novo Mundo - MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor **ANTONIO MAFINI**, brasileiro, casado, empresário, portador da RG 36315660 SSP/PR e inscrito no CPF n.º 544.863.719-34, doravante denominado como CONTRATANTE e de outro lado a Senhora **DÉBORA DE OLIVEIRA, portadora da cédula de identidade Nº** 2338035-7 SSP/MT e CPF N°.964.622.051-72 brasileira, residente e domiciliada neste município, doravante denominada, como CONTRATADA, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O objeto do presente termo aditivo é a alteração De carga horaria do Contrato de Servidor Temporário n.º 11/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA:

Fica através da presente Cláusula, alterado a carga horaria que é de 17 horas semanais e passara a ser 19 horas semanais.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORO

Fica eleito de comum acordo o Foro da Comarca de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso, para nele serem dirimidas todas as dúvidas oriundas do presente instrumento. E por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Aditivo de Contrato, em 02 vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Novo Mundo/MT, em 31de Março de 2017.

_____

_____

DEBORA DE OLIVEIRA PREFEITURA MUNICIPAL

Contratada Contratante

Testemunhas:

_____ _____-_____

LUANA MARIA LUCAS JOCILENE I SARTORETTO

RG N° 1353550-1 SSP/MT RG Nº 4.921.347-6 SSP/PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO - MT
PORTARIA Nº. 153/2017.

De 27 de Abril de 2017.

"Dispõe sobre transferência de lotação de servidores para adequação de fontes de recursos, e dá outras providências."

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º. TRANSFERIR de lotação o servidor abaixo relacionado para adequação das fontes de recursos segundo normas do STN:

Mat.	Servidor	Da:	Para:
834	Joice Mafini	Secretaria Municipal de Saúde	Secretaria Municipal De Ação Social

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 27 de Abril de 2017.

_____

ANTÔNIO MAFINI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO - MT
EXTRATO DE CONTRATO 67/2017 - JESSIKA RONDON

EXTRATO DE CONTRATO 67/2017

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**JESSIKA ALINE FEITOSA RONDON,** portadora da cédula de identidade Nº 2153529-9 SSP/MT e CPF N°.034.609.051-23, brasileira, residente e domiciliada neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **Apoio Administrativo Educacional Não Profissionalizado (MERENDEIRA),** Nível Médio, lotado e a disposição da Creche Municipal **"Mundo Mágico".** Em substituição a servidora Justina Zambiasi que se encontra de atestado médico.
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **888,35** (Oitocentos e Oitenta e Oito Reais e Trinta e Cinco Centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**29/03/2017 a 22/12/2017**

Novo Mundo/MT, 29 de Março de 2017.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal de Novo Mundo

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO - MT
EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATO 19/2016 - IZABEL NUNES RIBEIRO

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	Sra. **IZABEL NUNES RIBEIRO,** portador da cédula de identidade Nº 25563955 SSP/MT e CPF N°.037.007.941.85, brasileiro, residente e domiciliado neste município.
Objeto	Rescisão do contrato temporário 019/2016 por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **Agente Administrativo,** Nível Médio, lotado e a disposição da Secretaria de assistência Social.
Vigência do Contrato	**11/02/2016 a 03/04/2017**

Novo Mundo/MT, 03 de Abril de 2017.

_____

Antônio Mafini

Prefeito Municipal de Novo Mundo

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO - MT
EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATO 24/2017 - TELMA SILVA

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**TELMA BARBOSA DOS SANTOS PEREIRA DA SILVA,** portadora da cédula de identidade Nº 2966595-7 SSP/MT e CPF N°. 016.122.573-05, brasileira, residente e domiciliada neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	Rescisão do contrato temporário **24/2017**, com o objeto de contratação de **PROFESSORA,** Nível MÉDIO, lotado e a disposição da EMEB **"INOVAÇÃO".**
Vigência do Contrato	**09/02/2017 a 03/04/2017**

Novo Mundo/MT, 03 de Abril de 2017.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal de Novo Mundo

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO - MT
EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATO 62/2017 - KEILA PINHEIRO

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**Keila Pereira Dos Santos Pinheiro,** portadora da cédula de identidade Nº 1744400-4 SSP/MT e CPF N°.031.908.211-35, brasileira, residente e domiciliada neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	Rescisão do contrato temporário **62/2017**, com o objeto de contratação de **PROFESSOR**, Nível Superior, lotado e a disposição da EMEB **"INOVAÇÃO".** Em substituição á servidora Laucilia P. Dutra que se encontrava de atestado médico.
Vigência do Contrato	**17/03/2017 a 31/03/2017**

Novo Mundo/MT, 31 de Março de 2017**.**

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal de Novo Mundo

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

PORTARIA Nº. 73/2017 DE 07 DE ABRIL DE 2017

"DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA A FISCALIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE CONTRATOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.".

O **Prefeito do Município de Novo Santo Antônio**, Estado de Mato Grosso, Sr. **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

Considerando que o artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93 e a Portaria Municipal nº 021/2017,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designar a Servidora **TIELLY SOUSA OLIVEIRA**, para exercer a fiscalização dos contratos abaixo relacionados:

CONTRATO nº. 014/2017 – Prestação de Serviços Técnicos Profissionais Especializados em Consultoria Administrativa, Contábil, Financeira e Patrimonial para a Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio-MT.

CONTRATADA: ACPI – ASSESSORIA CONSULTORIA PLANEJAMENTO & INFORMÁTICA LTDA

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam –se as disposições ao contrario.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal, Novo Santo Antônio, 07 de Abril de 2017.

ADÃO SOARES NOGUEIRA - Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 74/2017 DE 07 DE ABRIL DE 2017

"DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA A FISCALIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE CONTRATOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.".

O **Prefeito do Município de Novo Santo Antônio**, Estado de Mato Grosso, Sr. **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

Considerando que o artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93 e a Portaria Municipal nº 021/2017,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designar o Servidor **MOACIR VIEIRA AMORIM**, para exercer a fiscalização dos contratos abaixo relacionados:

CONTRATO nº. 013/2017 – Fornecimento de Materiais Elétricos para a Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio-MT.

CONTRATADA: 3M MATERIAIS ELÉTRICOS CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA - ME

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam –se as disposições ao contrario.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal, Novo Santo Antônio, 07 de Abril de 2017.

ADÃO SOARES NOGUEIRA - Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 74/2017

PORTARIA N.º 74, DE 07 DE ABRIL DE 2017

Dispõe sobre a nomeação do Responsável pelo Posto de Identificação.

O **Prefeito do Município de Novo Santo Antônio**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, **resolve**:

Art. 1º Nomear a Senhora TIELLY SOUSA OLIVEIRA, portadora do RG n.º 2152630-3/SSP-MT e CPF n.º 034.336.281-30,para ser a responsável pelo Posto de Identificação no município.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, Novo Santo Antônio, 07 de abril de 2017.

Adão Soares Nogueira - Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 81/2017

PORTARIA N.º 81, DE 02 DE MAIO DE 2017

Dispõe sobre a nomeação de Diretora do Departamento de Recursos Humanos, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Novo Santo Antônio**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, **resolve**:

Art. 1º Nomear a Senhora TIELLY SOUSA OLIVEIRA, portadora do RG nº. 2152630-3/SSP-MT e CPF n.º 034.336.281-30,para exercer a função comissionada de Diretora do Departamento de Recursos Humanos, fazendo jus aos vencimentos pertinentes ao cargo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, Novo Santo Antônio, 02 de maio de 2017.

Adão Soares Nogueira - Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 83/2017

PORTARIA N.º 83, DE 02 DE MAIO DE 2017

Exonera servidor em cargo de comissão.

O **Prefeito do Município de Novo Santo Antônio**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, **resolve**:

Art. 1º Exonerar o servidor ANDERSON COSTA AGUIAR, da função de Vistoriador da Agência Municipal do DETRAN-MT, nomeado pela Portaria n.º 262/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, Novo Santo Antônio, 02 de maio de 2017.

Adão Soares Nogueira - Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 80/2017

PORTARIA N.º 80, DE 02 DE MAIO DE 2017

Exonera servidor em cargo de comissão.

O **Prefeito do Município de Novo Santo Antônio**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, **resolve**:

Art. 1º Exonerar o servidor ANDERSON COSTA AGUIAR, da função de Diretor do Departamento de Recursos Humanos, nomeado pela Portaria n.º 11/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, Novo Santo Antônio, 02 de maio de 2017.

Adão Soares Nogueira - Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL
DECRETO N.º 19/2017

DECRETO Nº 19/2017

De 02 de Maio de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 16 de Janeiro de 2002.

DECRETA:

Artigo 1º - A Conferência Municipal de Saúde é o fórum máximo de deliberação da Política de Saúde conforme dispõe a Lei Federal n.º 8.142/90.

Artigo 2º - Conforme decisão do Conselho Municipal de Saúde, fica convocada a 1ª Conferência de Saúde do Município para o dia 05 de maio de 2017.

Artigo 3º - O tema central da Conferência será, "Implantação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Mulheres".

Artigo 4º - A Conferência de Saúde, será realizada na Câmara Municipal do Município de Novo Santo Antônio – MT.

Artigo 5º - A Conferência será presidida pelo Conselho Municipal de Saúde.

Artigo 6º - Publique-se, divulgue-se, cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 02 de maio de 2017.

_____

ADÃO SOARES NOGUEIRA

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 84/2017

PORTARIA N.º 84, DE 02 DE MAIO DE 2017

Exonera servidor em cargo de comissão.

O **Prefeito do Município de Novo Santo Antônio**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, **resolve**:

Art. 1º Exonerar a servidora SILVIA CARDOSO DE OLIVEIRA, da função de Chefe da Agência Municipal do DETRAN-MT, nomeada pela Portaria n. º 261/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, Novo Santo Antônio, 02 de maio de 2017.

Adão Soares Nogueira - Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 82/2017

PORTARIA N.º 82, DE 02 DE MAIO DE 2017

Exonera servidor em cargo de comissão.

O **Prefeito do Município de Novo Santo Antônio**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, **resolve**:

Art. 1º Exonerar o servidor ANDERSON COSTA AGUIAR, da função de Encarregado do Posto de Identificação do município, nomeado pela Portaria n.º 159/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, Novo Santo Antônio, 02 de maio de 2017.

Adão Soares Nogueira - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO 41/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº. 41/2017

PROCESSO DE LICITAÇÃO: Nº. 17/2017.

PREGÃO PRESENCIAL: Nº 12/2017

Objeto**:** PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEITOS DE CASA DE APOIO PARA ATENDIMENTO DE PACIENTES, USUÁRIOS DO SUS, OFERECENDO DEPENDÊNCIAS MASCULINAS E FEMININAS PROVIDAS DE DORMITÓRIOS E BANHEIROS, FORNECENDO AINDA NO MÍNIMO, QUATRO REFEIÇÕES DIÁRIAS (CAFÉ DA MANHÃ, ALMOÇO, CAFÉ DA TARDE E JANTAR) E AINDA DEVERÁ FORNECER TRANSPORTE PARA LOCOMOÇÃO CASA DE APOIO/UNIDADE DE SAÚDE/CASA DE APOIO NA CIDADE DE GOIÂNIA/GO, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Contratante: Município de Novo São Joaquim / Mato Grosso

Contratada: APOIO PRO SAUDE EIRELI- ME.

Valor: R$ 42.000,00 (Quarenta e dois mil reais).

Período de vigência: 25/04/2017 à 25/04/2018.

Fundamento legal: Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

Novo São Joaquim, 25 de Abril de 2017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

CONSELHOS MUNICIPAIS
DECRETO Nº 1356/2017 - MEIO AMBIENTE

DECRETO Nº 1356/2017.

"Dispõe sobre a nomeação do **Conselho Municipal de Meio Ambiente - CONSEMMA** do Município de Paranatinga-MT, e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 1430, de 16 de março de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º.- Nomear os membros do Conselho Municipal de Meio Ambiente - CONSEMMA do município de Paranatinga-MT para mandato de 02 (dois) anos.

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS:

a) Representantes da Secretária Municipal, Meio Ambiente:

Membro Titular: Josimar Brito da Silva

Membro Suplente: João Marçal Marciano

b) Representantes do Poder Legislativo:

Membro Titular: Jorge Martinho Ciotti

Membro Suplente: Rodrigo Alves Maciel

c) Representantes do Ministério Público Estadual:

Membro Titular: Thaeline Rocha Matos Ferreira

Membro Suplente: Edilene Maria de Santana

REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAIS:

d) Representantes da Associação Comercial e Industrial de Paranatinga- ACIP:

Membro Titular: Daiane Ritter Moreira

Membro Suplente: Thiago de Macedo Figueira

e) Representantes do Movimento Social LOXA:

Membro Titular: Homero Amílcar Nedel

Membro Suplente: Carlos Coelho de Souza

f) Representantes da Associação de moradores e - APRUSA:

Membro Titular: Paulo Roberto Siqueira

Membro Suplente: Heriberto Antônio Jung

Art. 3º.- Este Decreto entrará em vigor com data de sua publicação

Art. 4º. – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, em 02 de maio de 2017.

Josimar Marques Barbosa

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 24/2017

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através dos pregoeiros nomeados pela portaria 108 de 27 de Janeiro de 2017, torna público para conhecimento dos interessados, que na Licitação, pela modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2017**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1.005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93. Objeto: Registro de Preço para futura e eventual **Contratação de Empresa Especializada em Prestação de Serviços de Hospedagem**, para atender as Necessidades da Secretaria Municipal de Administração e demais Secretarias do Município de Paranatinga - MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I do respectivo Edital. Empresa vencedora: **PREMOLI & CIA LTDA - ME, CNPJ01.267.079/0001-84 – VALOR TOTAL R$ 247.925,00 (Duzentos e Quarenta e sete mil novecentos e vinte e cinco reais).** Em 02 de Maio de 2017. Pregoeiros Devenilson da Silva e Beatriz Elisa Behnen.

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 280 DE 02 DE MAIO DE 2017.

PORTARIA N° 280 DE 02 DE MAIO DE 2017.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA, Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 164A/2006.

RESOLVE;

Art. 1º- Conceder a **LICENÇA PRÊMIO** pelo período de 90 (noventa) dias ininterruptos a Servidora Público Municipal **Sra. MAGNÓLIA CAMPANHA DOS SANTOS**, Matrícula 88, portadora do RG sob o nº 14482872 SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº 415.198.251-53, ocupante do Cargo Efetivo de "**AUXILIAR DE ENFERMAGEM"**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme disposto no Art. 1º da Lei Municipal nº 164A de 20 de Abril de 2006, e em atendimento ao requerimento da Servidora.

PERIODO AQUISITIVO	PERIODO DA LICENÇA
2011/2016	24/04/2017 À 22/07/2017

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor com data retroativa a 24 de abril de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Paranatinga-MT, 02 de maio de 2017.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 278 DE 02 DE MAIO DE 2017.

PORTARIA N° 278 DE 02 DE MAIO DE 2017.

"NOMEIA COMISSÃO DE REVISÃO, ADEQUAÇÃO E RESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, **SR**. **JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo das suas atribuições legais:

COM FUNDAMENTO na legislação em vigor e nos artigos 160 e 168 da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO, o Plano Nacional de Educação, Lei n. 13005/2014, Meta 17, que trata da valorização dos profissionais do Magistério e Meta 18, que aborda o plano de carreira para os profissionais da educação básica;

CONSIDERANDO, a Lei n. 1216/2015, Plano Municipal de Educação, PME META 13, que trata da valorização dos profissionais da Educação Básica.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os membros da Comissão de Revisão, Adequação e Reestruturação do Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica em cumprimento ao Plano Municipal de Educação-PME, Lei n. 1216 de 16 de junho de 2015:

I – Secretaria Municipal de Educação:

- **RAQUEL GONÇALVES DOS REIS**

- **VANDA FERNANDES SOARES;**

- **NELIR RENOSTRO HEINEN;**

- **JANAINA SOUZA MENEZES.**

II – Diretores das Escolas Municipais:

- **EVA AUXILIADORA DA SILVA DANTAS;**

- **ROSANGELA ALVES DOS SANTOS.**

III – Professores das Escolas do Campo e Indígena:

- **FRANCISCA MOREIRA BRAGA.**

IV – Professores:

- **JOANA DARC DA SILVA BORGES;**

- NEUZA AZAMBUJA ROLIM.

V – Técnicos Administrativos Educacionais:

- **UESTERDOUGLAS SOARES ROCHA.**

VI – Apoio Administrativo Educacional:

- ADMILSON FERREIRA DA SILVA.

VI – Sindicato dos Profissionais do Ensino Público-SINTEP:

- ROSELENE SANTOS CARLINI.

VIII – Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Paranatinga – MT:

- **ADRIANA FERREIRA PEDROSO.**

IX – Conselho Municipal de Educação – CME:

- **LUZIA DE FÁTIMA CAMPOS RIBEIRO.**

X – Conselho do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB:

- **VICÊNCIA PAULA FERREIRA DA SILVA.**

XI – Representante daSecretaria de Planejamento e Administração:

- **PAULO ARTHUR TERRA DE MOURA.**

XII – Representante da Secretaria de Finanças:

- **JOSÉ GERALDO LOPES MARTINS.**

XIII – Representante de Assessoria Jurídica:

- **YEDA SUELY JORGE DA SILVA SIMONATTO.**

XIV – Comissão de Educação da Câmara de Vereadores:

- **RODRIGO ALVES MACIEL.**

Art. 2º - A Comissão de Reestruturação do PCR terá o apoio e suporte para a realização dos trabalhos da Equipe Técnica composta por:

- RAQUEL GONÇALVES DOS REIS;

- JANAÍNA SOUZA MENEZES;

- NELIR RENOSTRO HEINEN.

Art. 3º - A Comissão de Revisão, Adequação e Reestruturação do Plano de Carreira e Remuneração do Plano de Carreira está administrativamente vinculada ao Gabinete da Secretária Municipal de Educação e Cultura, da qual receberão o suporte técnico e administrativo para garantir seu funcionamento.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 02 de maio de 2017.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 277 DE 02 DE MAIO DE 2017.

PORTARIA N° 277 DE 02 DE MAIO DE 2017.

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, **Sr. JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo de suas atribuições legais:

RESOLVE:

I – **NOMEAR** o **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, TURISMO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - Sr. JOSIMAR BRITO DA SILVA**, inscrito no CPF sob o número 550.544. 801-10 e portador do RG de número 0806772-4 SSP/MT, como **GESTOR DO FUNDO** DO **MEIO AMBIENTE**.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

III – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 02 de maio de 2017.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 279/2017 DE 02 DE MAIO DE 2017.

PORTARIA Nº 279/2017 DE 02 DE MAIO DE 2017.

CONVOCA OS CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015, REALIZADO PELO MUNICÍPIO DE PARANATINGA-MT E DÁOUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, **Sr. JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando a homologação do resultado final do Concurso Público n° 001/2015, pelo Decreto n° 1147/2015 de 21 de agosto de 2015, publicado no Diário Oficial da AMM – Associação Mato-grossense dos Municípios, em 24 de agosto de 2015 e;

Considerando a necessidade do provimento de Cargos Públicos Efetivos;

RESOLVE:

Art. 1°: Ficam **CONVOCADOS**, os candidatos aprovados no Concurso Público n° 001/2015, citados e relacionados no **Anexo I**, a comparecerem no Departamento Pessoal do Município de Paranatinga-MT, situado na Avenida Brasil, n° 1900, Centro, nesta cidade, no prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data da publicação desta Portaria, munidos da documentação relacionada no **Anexo II**, para posse.

Parágrafo Único: Não serão admitidos os exames médicos exigidos no **Anexo III**, que tenham sido realizados há mais de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta Portaria.

Art. 2º: Se o candidato convocado não se apresentar para fazer entrega de toda a documentação, no prazo estabelecido por nesta Portaria, será considerado **DESISTENTE** do direito de ser nomeado para o cargo para o qual foi aprovado no Concurso Público nº 001/2015.

Art. 3º: Após a apresentação de toda a documentação, o candidato considerado apto será nomeado e empossado no cargo respectivo, devendo o servidor empossado no cargo público entrar em efetivo exercício imediatamente na data da posse.

Art. 4º: Se o candidato não tomar posse no cargo, a Portaria de Nomeação será revogada, ficando caracterizada a desistência do candidato.

Art. 5º: Os candidatos convocados poderão dirimir suas dúvidas, junto ao Departamento pessoal, situado na Avenida Brasil, nº 1900, Centro, na sede da Prefeitura Municipal de Paranatinga, ou pelos telefones (66) 3573-1329 e (66) 3573-1756.

Art. 6º: Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 02 de maio de 2017.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

Prefeito Municipal

ANEXO I

I – Candidatos Convocados:

Cargo: VIGIA

Class:	Situação:	Inscrição:	Nome do Candidato:
04	Reserva	00364	DELCIDE SANTOS SILVA
05	Reserva	00966	SÉRGIO MENDES DE SOUZA
06	Reserva	01980	JOANY GOMES DA SILVA

ANEXO II

I – Os candidatos aprovados deveram apresentar documentação fotocópia autenticada em cartório, que comprove o que segue abaixo:

1 – Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

2 – Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

3 – Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (Arts. 12 e 37, I da CF/88);

4 - Título de Eleitor;

5 – Certidão de quitação eleitoral (Cartório Eleitoral ou pela Internet http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-d...);

6 – Certidão de nascimento ou casamento com as respectivas averbações se for o caso;

7 – Certificado de reservista, de dispensa de incorporação, ou outro documento de quitação com o serviço militar (para candidatos do sexo masculino);

8 – Comprovante de endereço atualizado;

9 – Carteira de Trabalho;

10 – Carteira Nacional de Habilitação – CNH (exigidos para os cargos de motorista);

11 – Declarações de bens (se não possuir, emitir certidão de que não possui bens);

12 – Certidão de Nascimento dos filhos (se for menor de 07 anos, trazer cópia do cartão de vacina e ser de 08 a 14 anos trazer comprovante de frequência escolar junto com a certidão de nascimento\);

13 – Comprovante de escolaridade/pré-requisitos de acordo com o estabelecido no Edital;

14 – Certificado de conclusão e histórico do respectivo curso técnico ou superior, correspondente ao cargo (Diploma ou Certificado juntamente com o histórico);

15 – Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

16 – Certidão negativa junto a Receita Fazendária Municipal (setor de Tributação da Prefeitura de Paranatinga-MT);

17 – Declaração junto ao INSS – Extrato Previdenciário (qualquer agência do INSS);

18 – Certidão negativa Civil e Criminal Estadual da Comarca do domicílio dos últimos 05 (cinco) anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);

19 – Declaração negativa de acúmulo de cargo público em consonância com os incisos XVI e XVII do art. 37 da Constituição Federal;

20 – Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo que exercerá sua função;

21 – Exames médicos pré-admissionais e atestado admissional;

22 – 01 (uma) foto 3x4, colorida e recente;

23 – Número de conta bancária do Banco do Brasil.

ANEXO III

I – Exames pré-admissionais:

1 – Hemograma completo em jejum, plaquetas, velocidade de hemossedimentação (VHS), creatinina;

2 – Glicemia em jejum;

3 – Reação sorológica para lues (VDRL);

4 – Gama G.T. (gama glutamil transferase);

5 – Perfil lipídico (colesterol L.D.L., colesterol H.D.L. e triglicerídeos);

6 – Eletrocardiograma (E.C.G.) com avaliação de médico cardiologista;

7 – RX de tórax em P.A. e perfil e os laudos correspondentes;

8 – E.A.S. (exame de urina tipo I);

9 – Laudo de sanidade mental focado para o exercício da função pública emitido por médico psiquiatra (com indicação do Conselho Federal de Medicina – C.F.M.) contendo: I – qualificação; II – exame e III – conclusão;

10 – Teste Palográfico (avaliação psicológica);

11 – Eletroencefalograma (E.E.G.) com avaliação de médico neurologista (para homens e mulheres com idade igual ou acima de 40 anos de idade);

12 – Colpocitologia oncótica (para mulheres com idade igual ou acima de 40 anos de idade);

13 – P.S.A. – antígeno Prostático (específico para homens com idade igual ou acima de 40 anos de idade);

14 – Tempo de tromboplastia total e parcial ativada (TTPA);

15 – Toxicológico.

Item II – ao cargo de Merendeira, Cozinheira e funções ligadas a alimentos:

1 – Exames do Item I;

2 – Parasitológico de feses;

3 – Bacteriológico de secreção nasofaringea;

4 – Pesquisa de BK no escarro;

5 – Avaliação de médico dermatologista (quanto a saúde da pele);

6 – Exame de acuidade visual, fundo de olho e tonometria em ambos os olhos.

III – Resultado de Laudo Médico Pericial: Munido de todos os exames médicos solicitados os candidatos deverão procurar médico especialista em Medicina do Trabalho para emissão do Atestado Admissional.

IV – Os exames médicos admissionais solicitados, serão de inteira responsabilidade do candidato. Em hipótese alguma a Prefeitura Municipal de Paranatinga se responsabilizará pela execução e pagamento dos mesmos.

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 276 DE 02 DE MAIO DE 2017.

PORTARIA N° 276 DE 02 DE MAIO DE 2017.

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, **Sr**. **JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo das suas atribuições legais:

RESOLVE:

I – Reconduzir a pedido, o servidor **Sr. DARCI SILVÉRIO DE FARIA,** inscrito no CPF/MF sob o nº 299.948.961-72 e portador do RG sob o nº 350.647 SSP/MT, do cargo efetivo de **"AGENTE ADMINISTRATIVO I".**

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

III – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 02 de maio de 2017.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 275 DE 24 DE ABRIL DE 2017.

PORTARIA N° 275 DE 24 DE ABRIL DE 2017.

“NOMEIA COMISSÃO EXAMINADORA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, **SR**. **JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo das suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a Comissão Examinadora para o Processo Seletivo Simplificado de nº 001/2017, que será composto pelos seguintes Componentes:

I - Presidente: **RAQUEL GONÇALVES DOS REIS – CPF: 550.654. 811-72;**

II - Membro: **LUCIANA ARAUJO DE ANDRADE – CPF: 522.662.811.00**;

III - Membro: **JANAINA SOUZA MENEZES – CPF: 013.173.041-01;**

IV - Membro: **VANDA FERNANDES SOARES – 340.165.031-91;**

V - Membro: **GRACIELA AZEVEDO DE OLIVEIRA – 972.668.681-49.**

Parágrafo Único: A Comissão Examinadora terá a responsabilidade de cumprir as determinações da Lei Orgânica Municipal, a Lei que autoriza o Processo Seletivo Simplificado e o respectivo Edital do Processo Seletivo Simplificado.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 24 de abril de 2017.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
LEI COMPLEMENTAR Nº 1449/2017

LEI COMPLEMENTAR Nº 1449/2017

“DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO ARTIGO 34 “CAPUT” E PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI MUNICIPAL 181/2006, AMPLIANDO O ROL DE LEGITIMADOS À PERCEPÇÃO DE ABONO ANUAL (13º SALÁRIO) NO QUE SE REFERE AOS BENEFICIÁRIOS DO REGIME PRÓPRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PARANATINGA – MT. ”

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA, JOSIMAR MARQUES BARBOSA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - O artigo 34, “caput” e o parágrafo único, da Lei nº 181, de 21 de junho de 2006, passa a viger com a seguinte redação:

“Artigo 34 – O abono anual será devido aquele que, durante o ano, tiver recebido proventos de aposentadoria, Pensão por Morte, Salário Maternidade, Auxílio Doença e Auxílio Reclusão pelo RPPS.

Parágrafo único. O abono de que trata o caput será proporcional em cada ano ao número de meses de benefício pago pelo RPPS, em que cada mês corresponderá a um doze avos, e terá por base o valor do benefício do mês de dezembro, exceto quanto (sic) o benefício encerrar-se antes deste mês, quando o valor será o do mês da cessação.”

Art. 2º - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga/MT, aos 02 dias do mês de maio de 2017.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
LEI N° 1450/2017.

LEI N° 1450/2017.

ATUALIZA MONETARIAMENTE E FIXA OS VALORES CONSTANTES NO ARTIGO N° 23 DA LEI N° 8.666/93, COM BASE NO INDEXADOR IGP-M, OS QUAIS PASSAM A VIGORAR NOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS REALIZADOS NO MUNICÍPIO DE PARANATINGA/MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA, Prefeito Municipal de Paranatinga/MT, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Considerando a competência suplementar dos municípios, ou seja, a competência legislativa privativa, disposta no art. 24, § 2° e no art. 30, II ambos da CF/88;

Considerando que a Lei Federal de Licitações e Contratos, Lei n° 8.666/1993, editou normas gerais de licitações, ficando a cargo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, regulamentarem as normas gerais e editarem normas específicas;

Considerando o disposto no artigo n° 120 da Lei n° 8.666/1993, o qual menciona o indexador que deve ser utilizado para atualização dos valores dos procedimentos licitatórios;

Considerando a Resolução de Consulta n° 17/2014 do TCE/MT, a qual reconheceu que o artigo n° 23 da Lei n° 8.666/1993 é norma específica da União, sendo juridicamente possível que os municípios estabeleçam novos valores para a definição das modalidades licitatórias em âmbito municipal;

Considerando o julgamento pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº. 460/2016, ao qual declarou constitucional as leis editadas pelos Municípios Mato-grossenses;

Considerando que a última atualização dos valores constantes no artigo n° 23 da Lei n° 8.666/93 se deu em 27 de maio de 1998, com o advento da Lei n° 9.648/1998.

RESOLVE:

Art. 1.° As modalidades de licitação constantes no art. 22 da Lei n° 8.666/1993 serão determinadas em função dos seguintes limites:

I - para obras e serviços de engenharia:

a) convite - até R$ 388.530,00 (trezentos e oitenta e oito mil e quinhentos e trinta reais);

b) tomada de preços - até R$ 3.885.300,00 (três milhões e oitocentos e oitenta e cinco mil e trezentos reais);

c) concorrência: acima de R$ 3.885.300,00 (três milhões e oitocentos e oitenta e cinco mil e trezentos reais);

II - para compras e serviços não referidos no inciso anterior:

a) convite - até R$ 207.216,00 (duzentos e sete mil e duzentos e dezesseis reais);

b) tomada de preços - até R$ 1.683.630,00 (um milhão seiscentos e oitenta e três mil e seiscentos e trinta reais);

c) concorrência - acima de R$ 1.683.630,00 (um milhão seiscentos e oitenta e três mil e seiscentos e trinta reais);

Art. 2.º É dispensável a licitação:

I - para obras e serviços de engenharia de valor até R$ 38.853,00 (trinta e oito mil e oitocentos e cinquenta e três reais);

II - para outros serviços e compras de valor até R$ 20.721,60 (vinte mil e setecentos e vinte e um real e sessenta centavos).

Art. 3.º Os valores constantes desta lei serão atualizados, por Decreto do Executivo, todo mês de janeiro, com base no IGP-M acumulado do exercício anterior.

Art. 4.º É parte integrante desta lei o Anexo I contendo o demonstrativo da atualização dos valores.

Art. 5.º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário a presente Lei.

Art. 7.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga/MT, aos 02 dias do mês de maio de 2017.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 037/2017. CONCURSO PUBLICO Nº 001/2016.

Dispõe sobre a convocação de Aprovado no Concurso Público nº 001/2016 e da outras providencias.

JUVENAL PEREIRA BRITO, Prefeito Municipal de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas;

O Prefeito Municipal de Pedra Preta – Estado de Mato Grosso o Senhor **JUVENAL PEREIRA BRITO,** no exercício de suas atribuições e de acordo com o Decreto nº 045, de 29 de abril de 2016, de autoria do Executivo Municipal, homologando o resultado final do Concurso Público nº 001/2016, Publicado no diário oficial da AMM no dia 02/05/2016, **CONVOCA** o candidato abaixo relacionado a comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Pedra Preta – MT, situada na Avenida Fernando Correa da Costa, 940, Centro, cidade de Pedra Preta, **no prazo máximo de 30 (Trinta) dias**, munido dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, conforme **EDITAL COMPLEMENTAR Nº 001/2016**, publicado no Diário Oficial (AMM) em 06/06/2016 e no *site* da Prefeitura, sob pena de ser considerado como desistente, perdendo a respectiva vaga. O não comparecimento dentro de 30 (dias) dias da publicação deste, implicará em desistência do candidato, podendo a Prefeitura convocar o candidato imediatamente posterior.

CANDIDATO CONVOCADO:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ODONTOLOGO

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	POSIÇÃO
0032000	MILLA CRISTHIAN FERREIRA DE OLIVEIRA	64,00	4º

E para que chegue ao conhecimento dos interessados, publique-se o presente Edital no quadro de avisos e site no Diário Oficial.

O presente Edital entra em vigor na data da sua publicação

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Pedra Preta, 02 de Maio de 2017.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito

PORTARIA Nº 266/2017 DE 02 DE MAIO DE 2017

Dispõe sobre a nomeação da **COMISSÃO DE ESTUDOS DO PLANO DE CARGOS, CARREIRA E REMUNERAÇÃO-PCCS**, e dá outras providências.

JUVENAL PEREIRA BRITO, Prefeito Municipal de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

***Art. 1º* - Ficam nomeados os membros abaixo declinados para comporem a COMISSÃO DE ESTUDOS DO PLANO DE CARGOS, CARREIRA E REMUNERAÇÃO-PCCS, do Município de Pedra Preta, tendo como representantes abaixo descritos:**

1. Secretário (a) Municipal De Educação;

MARIA DA CRUZ MARTINS DE ARRUDA

2. Representante de Secretaria de Administração;

JAIRO PRADELA

3. Representante da Secretaria de Finanças;

FÁBIO JEAN LUZINI

4. Representante da Assessoria Jurídica;

LUCAS GABRIEL SILVA FRANÇA

5. Representante De Profissionais;

ABELMIDES FRANCISCO DIAS

SUELI APARECIDA SANTIAGO RODRIGUES

6. Representante Do Sindicato Ou Outros Que Julgarem Necessários.

EVAIR CLAUDI DE LIRA

MARIA ELIETE LEÃO ARRUDA

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria 299/2016 de 17 de Agosto de 2016.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

AOS DOIS DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE 2017.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2017 – RESULTADO

O Município de Peixoto de Azevedo-MT torna Público que na licitação em epigrafe, cujo objeto é**"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO/MT NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO E JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA".** Sagrou-se vencedora a empresa **GIBBOR PUBLICIDADE E PUBLICAÇÕES DE EDITAIS – EPP,** com o valor total de **R$ 60.000,00 (Sessenta mil reais)** e a empresa **RC DE OLIVEIRA – ME**, com o valor total de **R$ 51.950,00 (Cinquenta e um mil, novecentos e cinquenta reais)** Na fase de habilitação as concorrentes atenderam ao Edital em sua integralidade. Não houve reações contrárias a esta decisão**.** Peixoto de Azevedo-MT, 28 de Abril de 2017.

EMERSON NUNES FREITAS

Pregoeiro

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N° 001/2017

Credenciamento de Instrutores da Assistência Social

Inscrição n° 004/2017

A Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo/MT, por meio de sua Presidente da Comissão Permanente de Licitação, torna público a todos os interessados que a empresa ACEDAIL JUSTINO DOS SANTOS 01693388197, com CNPJ/MF nº 27.482.746/0001-35, fora julgada **APTA** ao **Edital de Credenciamento n° 001/2017** para o serviço constante do item 4 da Lista de Serviços do respectivo chamamento público, produzindo desde já seus efeitos legais. Peixoto de Azevedo/MT, 02 de maio de 2017.

MARIA DOS SANTOS LOPES DA SILVA

Presidente da Comissão de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

PORTARIA N° 103/2017.

PORTARIA N° 103/2017.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO DA SENHORA **RAQUEL DE CASTRO E SILVA**, DO CARGO EFETIVO DE PROFESSORA NIVEL SUPERIOR, NO MUNICIPIO DE PLANALTO DA SERRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANGELINA BENEDITA PEREIRA, PrefeitaMunicipal de Planalto da Serra- MT**,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1° - EXONERAR a pedido da senhora **Raquel de Castro e Silva,** brasileira, portador do RG n° 1307480-6 SSP/MT e do CPF n° 904.941. 561-04, do cargo de Professora Nível Superior no Município de Planalto da Serra - MT, a partir de 02 Maio 2017.

Artigo 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°- Revogam as disposições em contrários.

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, 02 Maio de 2017.

ANGELINA BENEDITA PEREIRA

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO Nº 025/2016.

TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO Nº 025/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ-MT.

Contratada: GATIVA CONSTRUÇÕES EIRELLI - EPP

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

Fica RESCINDIDO este contrato, uma vez que houve o cancelamento do recurso pelo FNDE - Termo de Compromisso nº do documento PAC2 7516/2013, devido a não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de obra,

Poconé, 25 de abril de 2017.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

PREFEITURA MUNICIPAL
ERRATA AO AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 09/2017

Na edição nº 2717, página 286, do Diário Oficial Eletrônico dos Municípios, na Publicação do Aviso de Licitação – Pregão Presencial nº 09/2017.

Onde se lê: Entrega dos envelopes até as 08:45 do dia 09 de Agosto de 201 Portaria n° 61/2016. **Leia-se**: Portaria n° 61/2017.

Onde se lê: Pregão Presencial com Registro de Preços para futura e eventual contratação de serviço de locação de veículo tipo micro ônibus com capacidade mínima de 32 (trinta e dois) lugares. **Leia-se**: Pregão Presencial com Registro de Preços para futura e eventual contratação de serviço de locação de veículo tipo micro ônibus com capacidade mínima de 30 (trinta) lugares.

Onde se lê: DIA DA ABERTURA: 11/05/2016 às 08h00min. **Leia-se:** DIA DA ABERTURA: 11/05/2017 às 08h00min.

Poconé, 28 de abril de 2017.

ERASMO PAULO DE LIMA

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

SEC. MUN. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS / LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 010/2017

O Município de Pontal do Araguaia-MT, através de sua Pregoeira Municipal nomeada pela Portaria nº 071/GP/2017, de 06 de abril de 2017, comunica aos interessados que será aberta a licitação MODALIDADE: **Pregão Presencial - SRP** nº. **010/2017**, OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de material elétrico, hidráulico e ferramentas, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos, pelo prazo de 12 (doze) meses, de acordo com as quantidades e especificações constantes do Termo de Referência - ANEXO I, REALIZAÇÃO: **15/05/2017**, Horas**: 09:00hs**(horário Local), e será regido pela Lei Federal 10.520/02, Decreto Federal 3.555/2000 e Decreto Municipal nº 557/2007 e 853/2010, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93 e suas alterações. O Edital contendo as instruções estará a disposição dos interessados na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia/MT, no horário da 07:30hs às 13:30hs, e no site: www.pmpontaldoaraguaia.com.br. Demais informações pelo telefone:(66)3401-7450.

Pontal do Araguaia/ MT, 03 de Maio de 2017.

MÁRCIA REGINA S. CAROLO

Pregoeira Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

GABARITO PRELIMINAR PARA CARGOS DE ACS E ACE- REFERENTE AO CONCURSO Nº 01/2017

GABARITO PRELIMINAR PARA OS CARGOS DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAUDE E AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS

Cargo: AGENTE COMBATE ÀS ENDEMIAS
01B–02D–03B–04A–05C–06D–07B–08A–09C–10D–11C–12A–13D–14B–15B–16A–17B–18B–19B–20B
Cargo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
01B–02B–03C–04C–05D–06A–07B–08D–09B–10B–11B–12A–13D–14B–15B–16A–17C–18A–19B–20A

MARIA JOSE NASCIMENTO MATOS

Presidente da Comissão Organizadora do Concurso

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2017.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial nº 006/2017.

A Prefeitura Municipal de PORTO ESTRELA/MT, faz saber aos interessados que se encontra aberta a LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL, com a finalidade de Seleção de propostas mais vantajosa para contratação de pessoa jurídica para realizar o transporte escolar, nas localidades constantes no anexo I – (Termo de Referência) do Edital deste Pregão, acontecerá no dia 17 de Maio de 2017, as 09:00h, o edital completo, suas alterações e demais informações poderão ser obtido por meio do endereço eletrônico: www.portoestrela.mt.gov.br, ou através do Departamento de Licitações desta prefeitura, no horário de funcionamento das 07:00 às 11:00 hs e das 13:00 às 17:00 hs.

Porto Estrela – MT, 02 de Maio de 2017.

Roosevelt da Guia Ortega

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP.
ADMINISTRATIVO
LEI MUNICIPAL Nº 579/2017

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a alterar o Quadro de Detalhamento de Despesa – QDD do Poder Executivo, no valor de R$ 375. 191,38 (Trezentos e Setenta e Cinco Mil e Cento e Noventa e Um Reais e Trinta e Oito Centavos), por anulação parcial ou total de dotação orçamentária."

EUGENIO PELACHIM, PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE PORTO ESTRELA-MT.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo aseguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou em de um órgão para outro, a fim de readequar a Lei de Orçamento Anual que passará a vigorar com as alterações orçamentárias a seguir relacionadas, de modo a assegurar a compatibilidade das fontes/destinação de recurso com as despesas autorizadas: ***R$375.191,38 (trezentos e setenta e cinco mil e cento e noventa um reais e trinta e oito centavos)***, para a criação da seguinte dotação orçamentária no Orçamento Vigente:

02 – GABINETE DO PREFEITO

02003 – Encargos Gerais do Município

04 - Administração

122 – Administração Geral

0030 – Administração Financeira, Orçamentária e Tributária

2004 – Manter os Encargos com AMM, CNM e Publicidade

3390360000 – 0100000000 – Outros Serv. Terc. P. Fisica.....R$ 1. 500,00

3390390000 – 0100000000 – Outros Serv. Terc. P. Jurídica.....R$ 12. 580,33

03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM, FINANÇAS

03001 – Coordenação da Administração Geral

04 - Administração

122 – Administração Geral

0020 – Apoio Administrativo

2008 – Manter as Atividades da Secretaria e Dependencias

3390360000 – 0100000000 – Outros Serv. Terc. P. Fisica.....R$ 35. 974,24

3390390000 – 0100000000 – Outros Serv. Terc. P. Jurídica.....R$ 92. 322,94

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/CULTURA E ESPORTE

04001 – Divisão de Ensino e Pesquisa

04 - Administração

122 – Administração Geral

0020 – Apoio Administrativo

2080 – Manter o Gabinete e Dependências da Secretaria Mun. Educação

3390360000 – 0100000000 – Outros Serv. Terc. P. Fisica.....R$ 3. 500,00

3390390000 – 0100000000 – Outros Serv. Terc. P. Jurídica.....R$ 8. 000,00

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

05005 – FMS – GESTAO SUS

04 - Administração

122 – Administração Geral

0020 – Apoio Administrativo

2081 – Manter o Gabinete e Dependências da Secretaria Mun. Saúde

3390360000 – 0100000000 – Outros Serv. Terc. P. Fisica.....R$ 3. 500,00

3390390000 – 0100000000 – Outros Serv. Terc. P. Jurídica.....R$ 8. 000,00

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

06003 – Gabinete do Secretariado

08 - Assistência Social

122 – Administração geral

0020 – Apoio Administrativo

2053 – Manutenção das Atividades da Assistência Social.

3390360000 – 0100000000 – Outros Serv. Terc. P. Fisica.....R$ 18. 410,61

3390390000 – 0100000000 – Outros Serv. Terc. P. Jurídica.....R$ 21. 069,45

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO

08001 – Departamento de Agricultura

20 - Agricultura

122 – Administração geral

0020 – Apoio Administrativo

2068 – Manutenção da Secretaria de Agricultura

3390360000 – 0100000000 – Outros Serv. Terc. P. Fisica.....R$ 9. 433,25

3390390000 – 0100000000 – Outros Serv. Terc. P. Jurídica.....R$ 6. 486,08

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRA ESTRUTURA

09001 – Departamento de Obras

04 - Administração

122 – Administração geral

0020 – Apoio Administrativo

2071 – Manter as atividades da Secretaria

3390360000 – 0100000000 – Outros Serv. Terc. P. Fisica.....R$ 55.766,08

3390390000 – 0100000000 – Outros Serv. Terc. P. Jurídica.....R$ 98.648,40

TOTAL.....R$ 375.191,38

Art. 2º - O recurso para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar, aberto no artigo anterior, se dará por anulação parcial ou total da seguinte dotação orçamentaria:

02 – GABINETE DO PREFEITO

02003 – Encargos Gerais do Município

04 - Administração

122 – Administração Geral

0030 – Administração Financeira, Orçamentária e Tributária

2004 – Manter os Encargos com AMM, CNM e Publicidade

3390365900 – 0100000000 – Seviços de Audio e Foto.....R$ 1.500,00

3390394700 – 0100000000 – Seviços de Comunicação em Geral.....R$ 2.000,00

3390395900 – 0100000000 – Seviços de Audio e Foto.....R$ 2.000,00

3390398800 – 0100000000 – Seviços de Publicidade e Propaganda.....R$ 970,50

3390399600 – 0100000000 – Seviços de Terceiros PJ Pgto Antec.....R$ 7.609,83

03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM, FINANÇAS

03001 – Coordenação da Administração Geral

04 - Administração

122 – Administração Geral

0020 – Apoio Administrativo

2008 – Manter as Atividades da Secretaria e Dependencias

3390365900 – 0100000000 – Seviços de Audio e Foto.....R$ 1.500,00

3390369600 – 0100000000 – Seviços de Terceiros PF Pgto Antec.....R$ 34.474,27

3390394700 – 0100000000 – Seviços de Comunicação em Geral.....R$ 2.000,00

3390395900 – 0100000000 – Seviços de Audio e Foto.....R$ 2.000,00

3390398800 – 0100000000 – Seviços de Publicidade e Propaganda.....R$ 955,50

3390399600 – 0100000000 – Seviços de Terceiros PJ Pgto Antec.....R$ 87.367,44

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/CULTURA E ESPORTE

04001 – Divisão de Ensino e Pesquisa

04 - Administração

122 – Administração Geral

0020 – Apoio Administrativo

2080 – Manter o Gabinete e Dependências da Secretaria Mun. Educação

3390365900 – 0100000000 – Seviços de Audio e Foto.....R$ 1.500,00

3390369600 – 0100000000 – Seviços de Terceiros PF Pgto Antec.....R$ 2.000,00

3390394700 – 0100000000 – Seviços de Comunicação em Geral.....R$ 2.000,00

3390395900 – 0100000000 – Seviços de Audio e Foto.....R$ 2.000,00

3390398800 – 0100000000 – Seviços de Publicidade e Propaganda.....R$ 2.000,00

3390399600 – 0100000000 – Seviços de Terceiros PJ Pgto Antec.....R$ 2.000,00

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

05005 – FMS – GESTAO SUS

04 - Administração

122 – Administração Geral

0020 – Apoio Administrativo

2081 – Manter o Gabinete e Dependências da Secretaria Mun. Saúde

3390365900 – 0100000000 – Seviços de Audio e Foto.....R$ 1.500,00

3390369600 – 0100000000 – Seviços de Terceiros PF Pgto Antec.....R$ 2.000,00

3390394700 – 0100000000 – Seviços de Comunicação em Geral.....R$ 2.000,00

3390395900 – 0100000000 – Seviços de Audio e Foto.....R$ 2.000,00

3390398800 – 0100000000 – Seviços de Publicidade e Propaganda.....R$ 2.000,00

3390399600 – 0100000000 – Seviços de Terceiros PJ Pgto Antec.....R$ 2.000,00

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

06003 – Gabinete do Secretariado

08 - Assistência Social

122 – Administração geral

0020 – Apoio Administrativo

2053 – Manutenção das Atividades da Assistência Social.

3390365900 – 0100000000 – Seviços de Audio e Foto.....R$ 1.500,00

3390369600 – 0100000000 – Seviços de Terceiros PF Pgto Antec.....R$ 16.910,61

3390394700 – 0100000000 – Seviços de Comunicação em Geral.....R$ 2.000,00

3390395900 – 0100000000 – Seviços de Audio e Foto.....R$ 2.000,00

3390398800 – 0100000000 – Seviços de Publicidade e Propaganda.....R$ 2.000,00

3390399600 – 0100000000 – Seviços de Terceiros PJ Pgto Antec.....R$ 15.069,45

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO

08001 – Departamento de Agricultura

20 - Agricultura

122 – Administração geral

0020 – Apoio Administrativo

2068 – Manutenção da Secretaria de Agricultura

3390365900 – 0100000000 – Seviços de Audio e Foto.....R$ 1.500,00

3390369600 – 0100000000 – Seviços de Terceiros PF Pgto Antec.....R$ 7.933,25

3390394700 – 0100000000 – Seviços de Comunicação em Geral.....R$ 2.000,00

3390395900 – 0100000000 – Seviços de Audio e Foto.....R$ 2.000,00

3390398800 – 0100000000 – Seviços de Publicidade e Propaganda.....R$ 2.000,00

3390399600 – 0100000000 – Seviços de Terceiros PJ Pgto Antec.....R$ 486,08

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRA ESTRUTURA

09001 – Departamento de Obras

04 - Administração

122 – Administração geral

0020 – Apoio Administrativo

2071 – Manter as atividades da Secretaria

3390365900 – 0100000000 – Seviços de Audio e Foto.....R$ 1.500,00

3390369600 – 0100000000 – Seviços de Terceiros PF Pgto Antec.....R$ 54.266,08

3390394700 – 0100000000 – Seviços de Comunicação em Geral.....R$ 2.000,00

3390395900 – 0100000000 – Seviços de Audio e Foto.....R$ 2.000,00

3390398800 – 0100000000 – Seviços de Publicidade e Propaganda.....R$ 2.000,00

3390399600 – 0100000000 – Seviços de Terceiros PJ Pgto Antec.....R$ 92.648,40

TOTAL.....R$ 375.191,38

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de 02 de Janeiro de 2017, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Porto Estrela- MT, 02 de Maio de 2017.

EUGENIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial nº 005/2017.

A Prefeitura Municipal de PORTO ESTRELA/MT, faz saber aos interessados que se encontra aberta a LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL, com a finalidade de Seleção de propostas mais vantajosa para futura e eventual contratação de serviços para realização de eventos e propaganda volante em carro de som para atender e divulgar os programas e serviços das Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de Porto Estrela - MT, acontecerá no dia 16 de Maio de 2017, as 09:30h, o edital completo, suas alterações e demais informações poderão ser obtido por meio do endereço eletrônico: www.portoestrela.mt.gov.br, ou através do Departamento de Licitações desta prefeitura, no horário de funcionamento das 07:00 às 11:00 hs e das 13:00 às 17:00 hs.

Porto Estrela – MT, 02 de Maio de 2017.

Roosevelt da Guia Ortega

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP.
ADMINISTRATIVO
DECRETO MUNICIPAL N.º 005/2017

"DESIGNA O COMITÊ DE COORDENAÇÃO E O COMITÊ EXECUTIVO PARA COORDENAÇÃO, DISCUSSÃO, AVALIAÇÃO, APROVAÇÃO E EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES NECESSÁRIAS À ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, CONFORME O TERMO ADITIVO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA NO 04/2014 CELEBRADO ENTRE A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE E UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO, ASSINADO E PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO."

EUGENIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, considerando o disposto na Lei Federal nº 11.445/2007 e a necessidade de se instituir comitês específicos para as atividades relacionadas à elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico.

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica instituído o Comitê de Coordenação para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, composto pelos seguintes membros:

1 – Representante do Núcleo Intersetorial de Cooperação Técnica - FUNASA

2 – Representante do Governo do Estado de Mato Grosso – Secretaria de Estado das Cidades - SECID

3 – Jorge Alves Fernandes (Secretario Municipal de Saúde)

4 – Eugenio Pelachim (Prefeito Municipal)

5 – Regina Celia Perez Pelachim (Secretaria Ação Social)

Parágrafo Único. São atribuições do Comitê de Coordenação ao que se refere o *caput* deste artigo:

I - Coordenar, discutir, avaliar e aprovar o trabalho produzido pelo Comitê Executivo; II - Analisar e sugerir alternativas, buscando promover a integração das ações de saneamento sob os aspectos de viabilidade técnica, operacional, financeira e ambiental.

Art. 2º. Fica instituído o Comitê Executivo para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, composto pelos seguintes membros:

1 – Ana Lucia Ribeiro (assistente Social)

2 – Raeli de Souza Denis (Professora)

3 – Manoel Odir da Cruz (Tec. De Vigilancia Sanitaria)

Parágrafo Único. São atribuições específicas do Comitê Executivo a que se refere o *caput* deste artigo.

I – executar em conjunto com a equipe executora,as atividades previstas nas etapas de elaboração do Plano, apreciando e validando cada produto a ser entregue, submetendo-o à avaliação do Comitê de Coordenação;

II – observar os prazos indicados no cronograma de execução.

Art. 3º. A designação dos membros dos comitês previstos neste Decreto não importará em qualquer vantagem pecuniária ou acréscimo remuneratório, a qualquer título.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Prefeitura Municipal de Porto Estrela/MT, 12 de Janeiro de 2017.

EUGENIO PELACHIM

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
LEI MUNICIPAL Nº 578/2017.

Atualiza monetariamente e fixa os valores constantes no artigo n° 23 da Lei n° 8.666/93, com base no indexador IGP-M, os quais passam a vigorar nos procedimentos licitatórios realizados no Município de Porto Estrela – MT e dá outras providências.

Eugênio Pelachim, Prefeito Municipal de Porto Estrela, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Considerando a competência suplementar dos municípios, ou seja, a competência legislativa privativa, disposta no art. 24, § 2° e no art. 30, II ambos da CF/88;

Considerando que a Lei Federal de Licitações e Contratos, Lei n° 8.666/1993, editou normas gerais de licitações, ficando a cargo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, regulamentarem as normas gerais e editarem normas específicas;

Considerando o disposto no artigo n° 120 da Lei n° 8.666/1993, o qual menciona o indexador que deve ser utilizado para atualização dos valores dos procedimentos licitatórios;

Considerando a Resolução de Consulta n° 17/2014 do TCE/MT, a qual reconheceu que o artigo n° 23 da Lei n° 8.666/1993 é norma específica da União, sendo juridicamente possível que os municípios estabeleçam novos valores para a definição das modalidades licitatórias em âmbito municipal;

Considerando que a última atualização dos valores constantes no artigo n° 23 da Lei n° 8.666/93 se deu em 27 de maio de 1998, com o advento da Lei n° 9.648/1998;

Faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Artigo 1. °: As modalidades de licitação constantes no art. 23 da Lei n° 8.666/1993 serão determinadas em função dos seguintes limites:

I - para obras e serviços de engenharia:

a) convite - até R$ 670.000,00 (seiscentos e setenta mil reais);

b) tomada de preços - até R$ 6.700.000,00 (Seis Milhões e Setecentos mil reais);

c) concorrência: acima de R$ 6.700.000,00 (Seis Milhões e Setecentos mil reais);

II - para compras e serviços não referidos no inciso anterior:

a) convite - até R$ 355.000,00 (trezentos e cinquenta e cinco mil reais);

b) tomada de preços - até R$ 2.900.000,00 (dois milhões e novecentos mil reais);

c) concorrência - acima de R$ 2.900.000,00 (dois milhões e novecentos mil reais);

Artigo 2.º: É dispensável a licitação:

I - para obras e serviços de engenharia de valor até R$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais);

II - para outros serviços e compras de valor até R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).

Artigo 3.º: Os valores constantes desta lei poderão ser atualizados, por Decreto do Executivo, todo mês de janeiro, com base no IGP-M acumulado do exercício anterior.

Artigo 4.º: É parte integrante desta lei o Anexo I contendo o demonstrativo da atualização dos valores.

Artigo 5.º: As despesas decorrentes da aplicação desta Lei ocorrerão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Artigo 6.º: Os limites previstos nesta lei se aplicam para despesas realizadas exclusivamente com recursos próprios do Município e do Estado, recursos financeiros oriundos da União não poderão ser licitados considerando os valores acima estipulados.

Artigo 7.º: Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Porto Estrela – MT, em 02 de Maio de 2017.

Eugênio Pelachim

Prefeito Municipal

ANEXO I

PERÍODO	IGP-M ACUMULADO NO PERÍODO (%)	TOTAL IGP-M ACUMULADO DE 06/1998 A 12/2016 (%)
06/1998 a 12/1998	0,1775800	346,7434700
01/1999 a 12/1999	20,1019100	
01/2000 a 12/2000	9,9518200	
01/2001 a 12/2001	10,3723300	
01/2002 a 12/2002	25,3038600	
01/2003 a 12/2003	8,6913700	
01/2004 a 12/2004	12,4199900	
01/2005 a 12/2005	1,2007600	
01/2006 a 12/2006	3,8476300	
01/2007 a 12/2007	7,7462700	
01/2008 a 12/2008	9,8054300	
01/2009 a 12/2009	-1,7122800	
01/2010 a 12/2010	11,3220200	
01/2011 a 12/2011	5,0977400	
01/2012 a 12/2012	7,8119300	
01/2013 a 12/2013	5,5256600	
01/2014 a 12/2014	3,6748800	
01/2015 a 12/2015	10,5442900	
01/2016 a 12/2016	7,1907100	

MODALIDADE	VALOR R$ DESDE 1998	ATUALIZADO R$	ARRENDONDADO R$
Dispensa por valor inferior - Art. 24, I da Lei n° 8.666/93	15.000,00	67.011,52	65.000,00
Dispensa por valor inferior - Art. 24, II da Lei n° 8.666/93	8.000,00	35.739,48	35.000,00
Convite - para obras e serviços de engenharia	150.000,00	670.115,20	670.000,00
Convite - para compras e serviços em geral	80.000,00	357.394,78	355.000,00
Tomada de Preços - para obras e serviços de engenharia	Até 1.500.000,00	Até 6.701.152,05	6.700.000,00
Tomada de Preços - para compras e serviços em geral	Até 650.000,00	Até 2.903.832,56	2.900.000,00
Concorrência - para obras e serviços de engenharia	Acima de 1.500.000,00	Acima 6.701.152,05	6.700.000,00
Concorrência - para compras e serviços em geral	Acima de 650.000,00	Acima 2.903.832,56	2.900.000,00

Gabinete do Prefeito, em Porto Estrela – MT, em 02 de Maio de 2017.

Eugênio Pelachim

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 216/2017

(QUE DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS PARA SERVIDORES PÚBLICO MUNICIPAL DA PREFEITURA DE PORTO ESTRELA).

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando o Capítulo IV da Lei Complementar Nº 001/2006 de 05 de Dezembro de 2006;

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder Férias ao Servidor da Secretaria Municipal de Obras e Infra-estrutura, conforme relação abaixo:

Nº.	FUNCIONÁRIO	CARGO	SECRETARIA	PERÍODO/GOZO
001	PAULO DA SILVA	AG. SERV. PÚBLICO	SEC.MUN. OBRAS	24/04/17 A 23/05/17
002	RENATO RIBEIRO DE OLIVEIRA	MEC. DE VEIC. PESADOS	SEC. MUN. OBRAS	10/04/17 A 09/05/17

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor com efeitos a partir desta data.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 10 de Abril de 2017.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 217/2017 - (QUE DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS PARA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DA PREFEITURA DE PORTO ESTRELA).

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando o Capítulo IV da Lei Complementar Nº 001/2006 de 05 de Dezembro de 2006;

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder Férias ao Servidor da Secretaria Municipal de Obras e Infra-estrutura, conforme relação abaixo:

Nº.	FUNCIONÁRIO	CARGO	SECRETARIA	PERÍODO/GOZO
001	CORIVALDO CADIDO FERREIRA	ENCANADOR	SEC.MUN. OBRAS	08/05/2017 A 07/06/2017

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir nesta data, revogando as disposições em contrário.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 02 de Maio de 2017.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

CAMARA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/MT
EDITAL N. 002/2017 -CONVOCAÇÃO DA CÂMARA MUN. DE PORTO ESTRELA.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2017

DENISSON PEDROSO BRILHADORI, Presidente da Câmara Municipal de Porto Estrela, no uso das atribuições que legalmente lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,e pelo Edital do Concurso Publico Municipal n°001/2015;

RESOLVE:

Convocar os aprovados no **Concurso Público 001/2015**, homologado através do **Decreto nº 089, de 07 de Dezembro de 2.015**, para os cargos relacionados no ANEXO I deste Edital, a comparecer na avenida José Antônio de Faria, S/N – Centro – Porto Estrela, **a partir do dia 02 de Maio de 2.017**, no horário das 07:00 às 11:00 e das 13:00 as 17:00 horas, no prazo de 30 (Trinta) dias, quando deverá apresentar os documentos constantes no ANEXO II deste Edital, para que posteriormente seja efetivada a posse dos Candidatos.

O não comparecimento do (a) interessado (a) na data aprazada e apresentação da documentação prevista no anexo II, implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA E RENÚNCIA** quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovada, reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

O candidato que não comparecer no prazo estipulado de Convocação do Concurso, ou não apresentar a documentação acima elencada, perderá o direito à nomeação e ao conseqüente ingresso no serviço público municipal.

Gabinete da Presidencia de Porto Estrela/MT, 02 de Maio de 2.017.

DENISSON PEDROSO BRILHADORI

Presidente da Câmara Municipal

ANEXO I - RELAÇÃO DA CONVOCADA

CARGO: ASSESSOR JURÍDICO (CÂMARA MUNICIPAL)

Inscrição : 4611	NOME: Fatima Adrielly Silva Freitas	Classificação: 2°

DENISSON PEDROSO BRILHADOR

Presidente Municipal

ANEXO II - DOCUMENTOS EXIGIDOS

a) Comprovante de residência e telefone de contato.

b) Declaração de não acúmulo de Cargo Público.

c) Reservista

d) Título de eleitor e comprovante de estar quites com a justiça eleitoral.

e) Comprovante de estar em dia com as obrigações militares, se o candidato for do sexo masculino.

f) Cópia do RG e CPF.

g) Certidão de Nascimento ou Casamento.

h) Certidão de Nascimento e Cartão de Vacina dos filhos e Historico Escolar

i) declaração de não acumulo de Cargo

j) Declaração de bens

k) Declaração de que nunca foi demitido de cargo publico

l) Carteira Profissional

m) Certidão de regularidade junto ao Conselho de classe

n) Comprovante de Residencia

o) Historico escolar/ certificado ou diploma

p) Conta corrente – Brasil- Agencia

q) CPF do Conjugue

r) PIS/PASEP **(FACULTATIVO)**

s) Cópia da Carteira de Trabalho.

t) 01 (foto) fotos 3x4.

u) Certidão negativa de antecedentes criminais Estadual e Federal

v) Declaração de dependentes.

x) Poderá não tomar posse o Candidato portador de deficiência aprovado, classificado e convocado, que for comprovado via perícia médica a incompatibilidade entre a deficiência e o exercício do cargo.

y) Será considerado desistente, perdendo a respectiva vaga, o Candidato aprovado que não se apresentar no prazo fixado pelo Edital de Convocação; não se apresentar para tomar posse no prazo fixado; não comprovar os requisitos exigidos através da documentação necessária para o provimento do cargo.

z) Não obstante todas as disposições deste Edital sobre a posse do aprovado, os órgãos competentes aplicarão, no que couber, as disposições da Lei Orgânica Municipal e demais Leis Municipais vigentes do Município de Porto Estrela - MT.

DENISSON PEDROSO BRILHADORI

Presidente Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
DECRETO MUNICIPAL Nº. 051/2017

(**QUE DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS INTEGRANTES DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE TITULOS DOS SERVIDORES DA EDUCAÇÃO DE PORTO ESTRELA**).

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA, EUGENIO PELACHIM, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições que lhe confere o regimento interno;

Considerando a Lei Municipal Complementar nº 001/2006 (**Dispõe sobre a reestruturação do Estatuto dos Servidores Públicos do**

município de Porto Estrela, e dá outras providências correlatas.) LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 013/2008 (DISPÕE A REESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PORTO ESTRELA),e Dá Outras providências"

RESOLVE:

Artigo 1º. Ficam nomeados, considerando a **Lei Complementar nº 001/2006,** e **Lei Complementar nº 013/2008**, os servidores abaixo nomeados para, integrarem pelo prazo de (01) Um ano a contar da publicação deste ato, **a Comissão de avaliação de titulos dos Servidores da Educação** do Município de Porto Estrela.

Ligia Ferminiano Marin - RG Nº 2476048-0 SSP/MT

Vilma Ap. Ferreira dos Santos - RG Nº 10607512-3 SSP/MT

Debora Catia Cayres Corsino - RG Nº 0736889-5 SSP/MT

Nizaine Tenorio de Oliveira – RG Nº 736883 SSP/MT

Lurdes Santana da Costa – RG Nº 0865692 SSP/MT

Artigo 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE, REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Porto Estrela/MT, 27 de Abril de 2.017.

EUGENIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
DECRETO MUNICIPAL N° 050/2017

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE MEMBROS DA COMISSÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICIPIO DE PORTO ESTRELA/MT, PREVISTA NA INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 013/GS/SEDUC/2014 DE 08 DE MAIO DE 2014.

O Prefeito Municipal de Porto Estrela, Estado de Mato Grosso, Sr. EUGENIO PELACHIM, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica Criada a Comissão Municipal de Transporte Escolar – COMTE, com a finalidade de fiscalizar a execução do Transporte Escolar do Município, bem como para deliberar sobre eventuais controvérsias, orientando-se conforme a legislação em vigor.

Parágrafo Único: A Comissão Municipal de Transporte Escolar – COMTE deverá ser composta de forma paritária entre o Poder Público e a sociedade civil.

Art. 2º - A Comissão a que se refere esse artigo deverá ser criada, com renovação dos membros a cada 02 (dois) anos, podendo ser reconduzido o membro uma única vez.

§ 1º - A Comissão terá a seguinte composição:

Representantes dos Alunos

Titular: BENILDO FERREIRA RODRIGUES –

RG: 2294437-0 SSP/MT

Endereço: Bairro Beira Rio - CEP: 78398-000 - Porto Estrela MT

Suplente: DOMINGOS ANTONIO LEITE SANTOS –

CPF: 068.019.371-54

Endereço: Comunidade Rural Salobrinha – MT 343

Representantes dos Pais

Titular: MANOEL PEDRO MENDES CONCEIÇÃO –

RG: 932502 SSP/MT

Endereço: Comunidade RuralLuzia **-** CEP: 78398-000 - Porto Estrela MT

Suplente: MARCOS ANTONIO DE SOUZA FERREIRA

RG: 1292050-9 SSP/MT

Endereço: Rua Hitler Sansão, s/nº **- Complemento:** casa - CEP: 78398-000 - Porto Estrela MT

Assessora Pedagógica

Titular: Adriana Alves de Oliveira Celular: (65) 999372301

RG: 1087409-7 SSP/MT

Endereço: Avenida José Antônio de Faria, s/nº - Centro - CEP: 78398-000 - Porto Estrela

Representantes dos Professores Estaduais

Titular: ANDERSON DIEGO CAMPOS

RG: 15668622 SSP/MT

Endereço: Rua Maria Arantes, s/nº - centro - CEP: 78398-000 - Porto Estrela

Suplente: EDSON LUIZ GASPAR

RG: 21578833 SSP/MT

Endereço: Rua Getúlio Vargas - s/nº - Santa Izabel - CEP: 78398-000 - Porto Estrela

Representantes dos Professores Municipais

Titular: DÉBORA CÁTIA CAYRES CORSINO

RG: 0736889-5 SSP/MT

Endereço: Rua Tancredo Neves, s/n - Centro- CEP: 78398-000 - Porto Estrela

Suplente: RAELI DE SOUZA DENIS

RG: 1354019-0 SSP/MT

Endereço: Rua Getúlio Vargas, s/nº - Bairro Santa Izabel **-** CEP: 78398-000 Porto Estrela

Representantes do Poder Executivo

Titular: REDORANES DE SOUZA DENIS SAN MARTIM

RG: 11115203 SJ/MT

Endereço: Rua Manoel Ferreira da Silva, s/nº - **C**entro - CEP: 78398-000 - Porto Estrela

Suplente: ELVIS APARECIDO AMARO DA SILVA

RG: 14626565 SSP/MT

Endereço: Rua Frederico Campos, s/nº - Centro **-** CEP: 78398-000 - Porto Estrela

Representantes do Conselho do FUNDEB/PNATE

Titular: CRISTIANO DE JESUS MARTINS

RG: 13118722 SSP/MT

Endereço: Rua CEP: 78398-000 Porto Estrela

Suplente: SILVAIR DA SILVA ALMEIDA

RG: 1111416-9 SJ/MT

Endereço: Rua Maria Arantes, s/nº - Bairro Santa Izabel **-** CEP: 78398-000 - Porto Estrela

§ 2º - Cada conselheiro titular terá seu respectivo suplente que o substituirá na ausência temporária ou definitiva com iguais direitos e deveres.

§ 3º - O Município ao criar a Comissão de Transporte Escolar deverá encaminhar para Secretaria de Estado de Educação/Coordenadoria do Transporte Escolar:

I – Ata da criação da Comissão;

II – Decreto do Executivo Municipal com a criação da Comissão acompanhada de:

a) – Cópia dos documentos pessoais dos membros (RG e CPF);

b) – Endereço dos membros.

§ 4º - A COMTE será presidida por um de seus membros, que será eleito na primeira reunião ordinária do órgão, por maioria de votos de seus integrantes.

§ 5º - O Presidente da COMTE exercerá seu direito de voto, em casos de empate, nas decisões das matérias discutidas.

§ 6º - A Comissão de Transporte Escolar Municipal deverá obrigatoriamente, emitir parecer nas prestações de contas e relatório acerca das condições do Transporte Escolar no Município.

§ 7º - A Prefeitura Municipal deverá encaminhar para Coordenadoria de Transporte Escolar/SEDUC, o parecer da Comissão Municipal acerca da prestação de contas e o relatório das condições do Transporte Escolar no Município, conforme determina a legislação em vigor.

Art. 5º – As sessões da COMTE serão públicas e os atos deverão ser amplamente divulgados.

Art. 6° – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando em especial o Decreto Municipal n. 024/2015.

Porto Estrela/MT, 27 de Abril de 2017.

EUGENIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS

CONTRATO Nº. 097/2017

DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Que entre si fazem, de um lado o Município de ***Porto dos Gaúchos/MT***, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ nº 03.204.187/0001-33, com sede na Praça Leopoldina Wilke nº 19, nesta cidade de Porto dos Gaúchos/MT, neste ato representado pelo prefeito municipal, **MOACIR PINHEIRO PIOVESAN,** brasileiro, solteiro, portador do RG nº. 11003200 SJ/MT e CPF nº 903.672.351-53, residente e domiciliado na Rua Dona Alvina nº 920, Centro, nesta cidade, neste ato denominado de ***CONTRATANTE*** e de outro lado **JOSE RICARDO GUBERT CHILO, brasileiro, portador do RG nº. 2470908-5 SSP/MT e CPF nº 049. 284.061-09, residente e domiciliado na Rua das Tamareiras, 1638 no município de Sinop/MT,** neste ato denominado simplesmente de ***CONTRATADO***, tem ajustados o presente contrato de prestação de serviços por tempo determinado, mediante as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira. DO SUPORTE LEGAL

A presente contratação, considerada de excepcional interesse público, tem como fundamento legal a Lei Municipal 018/1991, Lei Municipal 136/2006, Lei Municipal 107/2005 e demais legislações aplicáveis à matéria.

Cláusula Segunda. DO OBJETO

Por este instrumento o contratante ajusta com o contratado a prestação de serviço no cargo de **273 – Engenheiro Civil** lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Cláusula Terceira. DA VIGÊNCIA

A contratação objeto deste contrato terá vigência a partir de 02 de maio de 2017 e término em 31 de dezembro de 2017.

Cláusula Quarta. DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO *1. O* Contratado receberá pelos serviços prestados salario mensal de R$ 5.235,76 (cinco mil, duzentos e trinta e cinco reais e setenta e seis centavos), totalizando R$ 41.886,08(Quarenta e um mil, oitocentos e oitenta e seis reais e oito centavos).

2. O**Contratado** cumprirá uma carga horária de 40 **(quarenta)** horas semanais a serviço da municipalidade.

3.O pagamento será realizado na mesma época do funcionalismo público municipal e de acordo com o valor majorado para o referido cargo;

4. O valor referido na presente cláusula estará sujeito aos descontos dos impostos tributáveis: INSS e IRRF.

Cláusula Quinta. DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

1. São de responsabilidade do Contratante:

a) disponibilizar informações e documentações necessárias à execução do presente instrumento.

b) efetuar os pagamentos da forma pactuada;

2. São responsabilidades do Contratado (a):

a) prestar serviços na forma ajustada:

b) cumprir com todos os compromissos necessários ao bom e fiel atendimento ao objeto deste contrato;

c) respeitar as determinações do órgão da administração municipal que estiver lotado;

d) cumprir os horários de frequência local de trabalho;

e) cumprir com qualidade e eficiência na execução das atribuições do cargo, objeto do contrato.

f) cumprir com responsabilidade as orientações do cargo;

g) promover o bom relacionamento no ambiente de trabalho, com os colegas, superiores hierárquico e público em geral;

Cláusula Sexta. DA ESPECIFICIDADE DA CONTRATAÇÃO

1. As partes considerarão rescindidas de pleno direito o presente contrato com advento do seu termino final sem a necessidade de notificação prévia.

2. Não caberá ao contratado qualquer indenização pela rescisão ou término da vigência do presente termo.

3. A presente contratação origina-se através do Resultado do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2017 realizado em 26/03/2017.

Cláusula Sétima. DA RESCISÃO

***1*. O** presente Contrato poderá ser rescindido nas seguintes hipóteses:

a) De comum acordo entre as partes, a qualquer momento;

b) Prática de falte grave, dentre as enumeradas no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Porto dos Gaúchos/MT;

c) Acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções pública;

d) Necessidade de redução de quadro de pessoal, por excesso de despesa;

e) Sem que ocorram as hipóteses das alíneas acima, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

Cláusula Oitava. DO REGIME JURÍDICO E DE PREVIDÊNCIA

1. O regime jurídico é o Administrativo Especial regendo-se por princípios de direito público, aplicando-se naquilo que for compatível com a transitoriedade da contratação, não sendo cabível ao contratado (a) estabilidade no emprego.

2. O (a) contratado (a) vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social.

Cláusula Nona. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias próprias para despesa de pessoal. (399)08.002.04.122.0033.2341.3190.11.00.00.00 vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil.

Cláusula Décima. DO FISCAL DE CONTRATOS

Servidor que preferencialmente deverá ter conhecimento do objeto da contratação, indicado pelo representante da área requisitante da contratação e designado pela autoridade competente, para acompanhar e fiscalizar a execução contratual, responsabilizando-se pela verificação do efetivo cumprimento das obrigações pactuadas.

Este contrato será acompanhado em todas as fazes de execução pelo Sr. Helio Rezer CPF nº 270.302.291-34, nomeado pela Portaria nº 503/2016.

Cláusula Décima Primeira. DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto dos Gaúchos/MT para dirimir quaisquer dúvidas ou casos omissos, não previstos neste instrumento.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente Contrato, em quatro vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Porto dos Gaúchos/MT, 02 de Maio de 2017.

_____ _____

Moacir Pinheiro Piovesan Jose Ricardo Gubert Chilo

Contratante Contratado

Testemunhas

_____ _____

Eder Rafael Boldrin Rosilda J. S. C. Morais

CPF: 002.785.701-86 CPF: 353.321.151-72

CONTRATO Nº. 096/2017

DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Que entre si fazem, de um lado o Município de ***Porto dos Gaúchos/MT***, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ nº 03.204.187/0001-33, com sede na Praça Leopoldina Wilke nº 19, nesta cidade de Porto dos Gaúchos/MT, neste ato representado pelo prefeito municipal, **MOACIR PINHEIRO PIOVESAN,** brasileiro, solteiro, portador do RG nº. 11003200 SJ/MT e CPF nº 903.672.351-53, residente e domiciliado na Rua Dona Alvina nº 920, Centro, nesta cidade, neste ato denominado de ***CONTRATANTE*** e de outro lado **FRANCIS DA SILVA VALENZUELA, brasileira, portadora do RG nº. 22764932-1 SSP/SP e CPF nº 157.325. 678-10, residente e domiciliada na Rua Ernestino Cecilio dos Santos, 249W, Jardim Santa Cruz no município de Juara/MT,** neste ato denominada simplesmente de ***CONTRATADA***, tem ajustados o presente contrato de prestação de serviços por tempo determinado, mediante as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira. DO SUPORTE LEGAL

A presente contratação, considerada de excepcional interesse público, tem como fundamento legal a Lei Municipal 018/1991, Lei Municipal 136/2006, Lei Municipal 107/2005, Lei Municipal 568/2015, Lei Municipal 623/2016 e demais legislações aplicáveis à matéria.

Cláusula Segunda. DO OBJETO

Por este instrumento o contratante ajusta com a contratada a prestação de serviço no cargo de **292 - Fonoaudiólogo** lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Cláusula Terceira. DA VIGÊNCIA

A contratação objeto deste contrato terá vigência a partir de 02 de maio de 2017 e término em 31 de dezembro de 2017.

Cláusula Quarta. DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO *1. O* Contratado receberá pelos serviços prestados salario mensal de R$ 2.443,49 (Dois mil, quatrocentos e quarenta e três reais e quarenta e nove centavos), totalizando R$ 19.547,92(Dezenove mil, quinhentos e quarenta e sete reais e noventa e dois centavos).

2. A**Contratada** cumprirá uma carga horária de 20 **(vinte)** horas semanais a serviço da municipalidade.

3.O pagamento será realizado na mesma época do funcionalismo público municipal e de acordo com o valor majorado para o referido cargo;

4. O valor referido na presente cláusula estará sujeito aos descontos dos impostos tributáveis: INSS e IRRF.

Cláusula Quinta. DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

1. São de responsabilidade do Contratante:

a) disponibilizar informações e documentações necessárias à execução do presente instrumento.

b) efetuar os pagamentos da forma pactuada;

2. São responsabilidades do Contratado (a):

a) prestar serviços na forma ajustada:

b) cumprir com todos os compromissos necessários ao bom e fiel atendimento ao objeto deste contrato;

c) respeitar as determinações do órgão da administração municipal que estiver lotado;

d) cumprir os horários de frequência local de trabalho;

e) cumprir com qualidade e eficiência na execução das atribuições do cargo, objeto do contrato.

f) cumprir com responsabilidade as orientações do cargo;

g) promover o bom relacionamento no ambiente de trabalho, com os colegas, superiores hierárquico e público em geral;

Cláusula Sexta. DA ESPECIFICIDADE DA CONTRATAÇÃO

1. As partes considerarão rescindidas de pleno direito o presente contrato com advento do seu termino final sem a necessidade de notificação prévia.

2. Não caberá ao contratado qualquer indenização pela rescisão ou término da vigência do presente termo.

3. A presente contratação origina-se através do Resultado do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017 realizado em 19/02/2017.

Cláusula Sétima. DA RESCISÃO

***1*. O** presente Contrato poderá ser rescindido nas seguintes hipóteses:

a) De comum acordo entre as partes, a qualquer momento;

b) Prática de falte grave, dentre as enumeradas no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Porto dos Gaúchos/MT;

c) Acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções pública;

d) Necessidade de redução de quadro de pessoal, por excesso de despesa;

e) Sem que ocorram as hipóteses das alíneas acima, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

Cláusula Oitava. DO REGIME JURÍDICO E DE PREVIDÊNCIA

1. O regime jurídico é o Administrativo Especial regendo-se por princípios de direito público, aplicando-se naquilo que for compatível com a transitoriedade da contratação, não sendo cabível ao contratado (a) estabilidade no emprego.

2. O (a) contratado (a) vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social.

Cláusula Nona. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias próprias para despesa de pessoal. (155)05.004.10.301.0019.2091.3190.11.00.00.00 vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil.

Cláusula Décima. DO FISCAL DE CONTRATOS

Servidor que preferencialmente deverá ter conhecimento do objeto da contratação, indicado pelo representante da área requisitante da contratação e designado pela autoridade competente, para acompanhar e fiscalizar a execução contratual, responsabilizando-se pela verificação do efetivo cumprimento das obrigações pactuadas.

Este contrato será acompanhado em todas as fazes de execução pelo Sr. Alencar Rabuske Neuckamp, CPF nº 856.340.341-91, nomeado pela Portaria nº 503/2016.

Cláusula Décima Primeira. DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto dos Gaúchos/MT para dirimir quaisquer dúvidas ou casos omissos, não previstos neste instrumento.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente Contrato, em quatro vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Porto dos Gaúchos/MT, 02 de maio de 2017.

_____ _____

Moacir Pinheiro Piovesan Francis da Silva Valenzuela

Contratante Contratada

Testemunhas

_____ _____

Marciele Zandonadi Juliana Dominhaki de Almeida

CPF: 058.701.029-01 CPF: 103.526.047-60

EXTRATO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 44/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 34/2017

O Município de Porto dos Gaúchos/MT, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº. 03.204.187/0001-33, com sede administrativa na Praça Leopoldina Wilke, n.º 19, Centro, CEP – 78. 560-000 fone (66) 3526-2000, por meio de seu Pregoeiro, instituído pela portaria 064/2017 de 16/01/2017, no uso de suas atribuições, torna público a abertura de licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL para o **REGISTRO DE PREÇOS** do tipo Menor Preço **POR ITEM,** objetivando O **REGISTRO DE PREÇOS** do tipo **Menor Preço por item,** visando a FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SAÚDE, PARA SERVIÇOS AMBULATORIAIS E HOSPITALARES, A FIM DE SUPRIR A DEMANDA DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2017, conforme **ANEXO I** deste Edital.

Modalidade de licitação:---------- PREGÃO PRESENCIAL

Tipo de licitação:---------- MENOR PREÇO POR ITEM

Conformidade:---------- EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI FEDERAL Nº. 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES, LEI FEDERAL Nº. 10.520/02 E LEI COMPLEMENTAR N°. 123/06.

Forma de execução:---------- INDIRETA

DA ENTREGA DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO

Data:---------- 15/05/2017

Horário:---------- DAS 07:00h ÀS 08:00h (HORÁRIO LOCAL)

Local:---------- PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL (ENDEREÇO ACIMA CITADO).

DO JULGAMENTO

Data:---------- 15/05/2017

Horário:---------- 08:00 HORAS (horário local)

Local:---------- PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL (ENDEREÇO ACIMA CITADO).

Observação 01: *O Edital na íntegra com seus anexos, bem como todo material necessário para elaboração das Propostas e demais informações, encontram-se à disposição na Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, no endereço acima citado, pelo site http://www.portodosgauchos.mt.gov.br/ ou pelo telefone 66 3526 2000,* ***sem qualquer ônus****, aos interessados em participar da licitação, durante o horário normal de atendimento da Prefeitura (2ª a 6ª feira das 07h00min horas às 12h00min horas e das 14h00min horas às 17h00min horas, exceto feriados e pontos facultativos).*

Porto dos Gaúchos/MT, 02 de Maio de 2017.

HELIELSON TEODORO ALVES

Pregoeiro Nomeado Portaria n° 064/2017

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 31/2017

TOMADA DE PREÇOS Nº. 04/2017

Objeto:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A CONSTRUÇÃO DE UM POSTO DE ARMAZENAMENTO DE COMBUSTÍVEL PARA O ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS.

Repartição interessada---------- SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA;

Modalidade de licitação---------- TOMADA DE PREÇOS

Tipo de licitação---------- MENOR PREÇO

Regime de execução:---------- POR ITEM

Forma de execução:---------- INDIRETA

Conformidade---------- EDITAL COM SEUS ANEXOS, LEI FEDERAL 10.520/02, LEI FEDERAL Nº. 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES E LEI 123/06.

O município de Porto dos Gaúchos/MT, através de seu Prefeito Municipal, senhor Moacir Pinheiro Piovesan, em atendimento ao disposto na Lei Fe-

deral nº. 8.666/93 – Artigo 43 – Inciso VI, **HOMOLOGA** o resultado final do Processo Licitatório supracitado, proferido pela Comissão Municipal de Licitação, instituída pela portaria Nº. 065/2017 de 16 de Janeiro de 2017.

Empresa Vencedora:

CELESTE A. POLITOWSKI – ME,

CNPJ Sob n° 05.023.626/0001-37

Valor total **R$ 27.754,53 (Vinte e sete mil setecentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e três centavos)**

Homologo o resultado proferido pela Comissão Municipal de Licitação.

Porto dos Gaúchos/MT, 02 de Maio de 2017.

Moacir Pinheiro Piovesan

Prefeito Municipal

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 31/2017

TOMADA DE PREÇOS Nº. 04/2017

Objeto:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A CONSTRUÇÃO DE UM POSTO DE ARMAZENAMENTO DE COMBUSTÍVEL PARA O ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS.

Repartição interessada---------- SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA;

Modalidade de licitação---------- TOMADA DE PREÇOS

Tipo de licitação---------- MENOR PREÇO

Regime de execução:---------- POR ITEM

Forma de execução:---------- INDIRETA

Conformidade---------- EDITAL COM SEUS ANEXOS, LEI FEDERAL 10.520/02, LEI FEDERAL Nº. 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES E LEI 123/06.

Em conformidade com a Lei Federal nº. 10.520/02 – art. 3° - inciso IV c. c. art. 4° - inciso XX da mesma Lei, o município de Porto dos Gaúchos/MT, através de seu Prefeito Municipal, o senhor Moacir Pinheiro Piovesan, **ADJUDICA** o objeto desta Licitação, à Empresa vencedora abaixo especificada:

CELESTE A. POLITOWSKI – ME,

CNPJ Sob n° 05.023.626/0001-37

Valor total **R$ 27.754,53 (Vinte e sete mil setecentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e três centavos)**

Registrado e Publicado por afixação, no lugar público de costume desta, na data abaixo.

Porto dos Gaúchos – MT, 02 de Maio de 2017.

Moacir Pinheiro Piovesan

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 004/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 007/2017

REGISTRO DE PREÇOS Nº. 005/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

CONTRATADA: MR TRANSPORTE DE PACIENTE LTDA EPP

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE UTI MÓVEL TIPO “D” COM EQUIPE MÉDICA PARA TRANSPORTES DE PACIENTES ADULTO, PEDIÁTRICA E NEONATAL

DATA DA ASSINATURA: 26 DE ABRIL DE 2017.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: R$ 125.250,00 (CENTO E VINTE E CINCO MIL DUZENTOS E CINQUENTA REAIS)

CLAUDINEY BARREIRA ARAUJO

PRESIDENTE CPL

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 012/2017

REGISTRO DE PREÇOS Nº. 010/2017

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 014/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

CONTRATADA: A PECUARISTA TERRAPLANAGEM E CONTRUÇÕES

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, MAQUINAS E VEÍCULOS

DATA DA ASSINATURA: 17 DE ABRIL DE 2017.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: R$ 247.920,00 (duzentos e quarenta e sete mil novecentos e vinte reais)

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 015/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

CONTRATADA: NIVALDO ANTONIO DA SILVA01034275119

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, MAQUINAS E VEÍCULOS

DATA DA ASSINATURA: 17 DE ABRIL DE 2017.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: R$ 54.000,00 (CINQUENTA E QUATRO MIL REAIS);

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 016/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

CONTRATADA: C. MOREIRA COSTA ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, MAQUINAS E VEÍCULOS

DATA DA ASSINATURA: 17 DE ABRIL DE 2017.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: R$ 589.320,00(QUINHENTOS E OITENTA E NOVE MIL TREZENTOS E VINTE REAIS)

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 017/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 012/2017

REGISTRO DE PREÇOS Nº. 010/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

CONTRATADA: DIVANIR A. DE SOUZA ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, MAQUINAS E VEÍCULOS

DATA DA ASSINATURA: 17 DE ABRIL DE 2017.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: R$ 47.970,00,00 (QUARENTA E SETE MIL NOVECENTOS E SETENTA REAIS);

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 018/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

CONTRATADA: L FERREIRA DA COSTA ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, MAQUINAS E VEÍCULOS

DATA DA ASSINATURA: 17 DE ABRIL DE 2017.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: R$ 87.600,00 (OITENTA E SETE MIL E SEISCENTOS REAIS)

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 019/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 012/2017

REGISTRO DE PREÇOS Nº. 010/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

CONTRATADA: MOROCKOSKI CONSTRUÇÕES LTDA EPP

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, MAQUINAS E VEÍCULOS

DATA DA ASSINATURA: 17 DE ABRIL DE 2017.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: **R$ 206.592,00** (DUZENTOS E SEIS MIL E QUINHENTOS E NOVENTA E DOIS REAIS);

CLAUDINEY BARREIRA ARAUJO

PRESIDENTE CPL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 302, DE 27 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA Nº 302, DE 27 DE ABRIL DE 2017

Dispõe sobre a nomeação dos membros que irão compor o conselho Municipal do FETHAB.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo/ 113, inciso II, alínea “f” da Lei Orgânica do Município de Poxoréu, e Lei Municipal N°. 1. 845/2017 Poxoréu/MT, 08 de Março de 2017.

R E S O L V E:

Art. 1º. – Nomear os membros que compõe o Conselho Municipal do FETHAB:

I. Representantes do Poder Executivo Municipal: a) Adroaldo Antônio Dal Maso Teixeira b) Alan Pereira da Silva c) Marildo Mazetto d) Juracy de Oliveira Gouveia e) Edilson dos Santos II. Representantes da Sociedade Civil: a) Padre Zenildo Rosa – Escola Técnica de Poxoréu. b) José Jorge Sobrinho – Sindicato Patronal Rural c) Onofre Alves Borges – Sindicato dos Trabalhadores Rurais d) Arthur Belton Carr de Muzio – Empaer e) Fernando Lucchesi Sandrini – Indea

Art. 2º – Essa Portaria tem data retroativa a 09 de Março de 2017.

Art. 3º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu - MT, 27 de Abril de 2017.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 27/04/2017 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 303, DE 27 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA Nº 303, DE 27 DE ABRIL DE 2017

Errata sobre a Numeração da Portaria N° 293, de 26 de Abril de 2017 da Prefeitura Municipal de Poxoréu, conforme menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea “f” da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º. – Onde se lê **PORTARIA Nº 293, DE 26 DE ABRIL DE 2017**

Lê- se: **PORTARIA Nº 303, DE 27 DE ABRIL DE 2017,**

Registrar a filiação do funcionário Carlos Marcio de Oliveira Silva, no Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Poxoréu - ASSEMP.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu - MT, 27 de Abril de 2017.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 27/04/2017 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL 040/2016

REGISTRO DE PREÇOS 033/2016

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N 007/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

CONTRATADA: GAUDENCIO CÉSAR OLIVEIRA NEVES02147935166

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS COM EXCLUSIVIDADE DE ITENS PARA ME, EPP E MEI, DESTINADOS À MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DATA DA ASSINATURA: 03 MARÇO DE 2017.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL DE: R$ 5.280,00 (CINCO MIL DUZENTOS E OITENTA REAIS).

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N º 008/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

CONTRATADA: WAGNO CARVALHO DE BRITO70439060168

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS COM EXCLUSIVIDADE DE ITENS PARA ME, EPP E MEI, DESTINADOS À MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DATA DA ASSINATURA: 03 MARÇO DE 2017.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL DE: R$ 611.117,00 (SEISCENTOS E ONZE MIL CENTO E DEZESSETE REAIS).

CLAUDINEY BARREIRA ARAÚJO

PRESIDENTE CPL

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 008/2017

REGISTRO DE PREÇOS Nº. 006/2017

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 009/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

CONTRATADA: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO FUTURA DE MEDICAMENTOS DA ATENÇÃO BÁSICA, INJETÁVEIS E OUTROS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

DATA DA ASSINATURA: 04 DE ABRIL DE 2017.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: R$ 84.150,00 (OITENTA E QUATRO MIL CENTO E CINQUENTA REAIS)

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 010/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

CONTRATADA: DELTA MED COM. DE PROD. HOSP. LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO FUTURA DE MEDICAMENTOS DA ATENÇÃO BÁSICA, INJETÁVEIS E OUTROS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

DATA DA ASSINATURA: 04 DE ABRIL DE 2017.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: R$ 84.150,00 (OITENTA E QUATRO MIL CENTO E CINQUENTA REAIS)

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 011/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

CONTRATADA: FAMA DIST. HOSP. EIRELLI

OBJETO: AQUISIÇÃO FUTURA DE MEDICAMENTOS DA ATENÇÃO BÁSICA, INJETÁVEIS E OUTROS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

DATA DA ASSINATURA: 04 DE ABRIL DE 2017.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: R$ 450.916,00 (QUATROCENTOS E CINQUENTA MIL NOVECENTOS E DEZESSEIS REAIS)

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 012/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

CONTRATADA: PRÓ SAÚDE DIST. DE MEDIC. EIRELI

OBJETO: AQUISIÇÃO FUTURA DE MEDICAMENTOS DA ATENÇÃO BÁSICA, INJETÁVEIS E OUTROS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

DATA DA ASSINATURA: 04 DE ABRIL DE 2017.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: R$ 1.147.994,00 (UM MILHÃO CENTO E QUARENTA E SETE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E QUATRO REAIS)

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 013/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

CONTRATADA: ROYAL MED. HOSP. LTDA ME

OBJETO: AQUISIÇÃO FUTURA DE MEDICAMENTOS DA ATENÇÃO BÁSICA, INJETÁVEIS E OUTROS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

DATA DA ASSINATURA: 04 DE ABRIL DE 2017.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: R$ 138.460,00 (CENTO E TRINTA E OITO MIL E QUATROCENTOS E SESSENTA REAIS)

CLAUDINEY BARREIRA ARAUJO

PRESIDENTE CPL

ASSESSORIA JURÍDICA
EDITAL COMPLEMENTAR N.º 02/2017 - PROCESSO SELETIVO N.º 02/2017

EDITAL COMPLEMENTAR N.º 02/2017

Processo Seletivo Simplificado n.º 02/2017 – Prefeitura Municipal de Poxoréu/MT

A **Prefeitura Municipal de Poxoréu**, Estado de Mato Grosso, em conformidade com a Lei Municipal n.º 1.858, de 11 de abril de 2017, por meio do **CENTRO DE CAPACITAÇÃO TÉCNICO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU – ESCOLA DE GOVERNO**, **RESOLVE**, com base nos subitens 4.1.1.1 e 4.1.1.4 do EDITAL DE ABERTURA DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 02/2017, **ALTERAR** o local e data de aplicação das provas, conforme segue:

CONSIDERANDO a quantidade absolutamente imprevisível de inscrições realizadas, faz-se a divulgação de necessária alteração no local e data de realização das provas, no jornal Oficial do Município de Poxoréu/MT nesta data, sendo que a tabela acosta no Anexo Único deste Edital já fora disponibilizada no site oficial e no saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu.

Publique-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu/MT, 02/05/2017.

_____

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito Municipal

_____

MARIA APARECIDA COUTINHO MIRANDA E SOUZA

Secretária de Administração

ANEXO ÚNICO

DATA E LOCAL DAS PROVAS [POR CARGO]

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 02/2017 – Cadastro de Reserva

PROCESSO SELETIVO 2017 - DIA 07/05/2017						
LOCAL DA PROVA	***PERÍODO***	***HORÁRIO***	***CARGO***	***NÍNEL***	***INSCRITOS***	
ESCOLA MUNICIPAL GUIOMAR MARIA DA SILVA	MATUTINO	8:00 ÀS 12:00	GUARDA	**FUNDAMENTAL INCOMPLETO**	230	230
ESCOLA ESTADUAL PE. CÉSAR ALBISETTI	MATUTINO	8:00 ÀS 12:00	GARI (LIMPEZA URBANA)	**FUNDAMENTAL INCOMPLETO**	14	162
			MECÂNICO MÁQUINA PESADA		4	
			MECÂNICO VEÍCULO LEVE		5	
			MOTORISTA		74	
			MOTORISTA CAÇAMBA		28	
			OPERADOR DE MÁQUINA 1		4	
			OPERADOR DE MÁQUINA 2		18	
			OPERADOR DE MÁQUINA 3		15	
ESCOLA ESTADUAL CEL JÚLIO MÜLLER	MATUTINO	8:00 ÀS 12:00	AUXILIAR ENCANADOR	**FUNDAMENTAL INCOMPLETO**	8	138
			AUXILIAR MECÂNICO		12	
			BORRACHEIRO		3	
			COVEIRO		5	
			ENCANADOR		10	
			GARI (BRAÇAL)		1	
			GARI (COLETA DE LIXO)		18	
			CUIDADOR DE IDOSO	**ENSINO MÉDIO**	12	
			CUIDADOR INFANTIL		57	
			ELETRICISTA		08	
			ELETRICISTA DE AUTOMÓVEL		04	
ESCOLA ESTADUAL JOÃO PEDRO TORRES	MATUTINO	8:00 ÀS 12:00	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	**FUNDAMENTAL INCOMPLETO**	197	289
			AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LAVADEIRA		18	
			AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - COZINHEIRA		74	
TOTAL					**819**	

PROCESSO SELETIVO 2017 - DIA 07/05/2017						
LOCAL DE PROVA	***PERÍODO***	***HORÁRIO***	***CARGO***	***NÍNEL***	***INSCRITOS***	
ESCOLA MUNICIPAL GUIOMAR MARIA DA SILVA	VESPERTINO	13:00 ÀS 17:00	AGENTE DE ENDEMIAS	**ENSINO MÉDIO**	62	236
			AGENTE DE SAÚDE		174	
ESCOLA ESTADUAL PE. CÉSAR ALBISETTI	VESPERTINO	13:00 ÀS 17:00	FISCAL SANITÁRIO	**ENSINO MÉDIO**	65	144
			AUXILIAR DE LABORATÓRIO		79	
ESCOLA ESTADUAL CEL JÚLIO MÜLLER	VESPERTINO	13:00 ÀS 17:00	INSTRUTOR DE ARTESANATO	**ENSINO MÉDIO**	17	131
			INSTRUTOR DE DANÇA		3	
			INSTRUTOR DE ESPORTES		8	
			INSTRUTOR DE INFORMÁTICA		11	
			INSTRUTOR DE MÚSICA		4	
			ORIENTADOR SOCIAL		28	
			DESENHISTA		17	
			TÉCNICO EM TOPOGRAFIA		32	
			TÉCNICO DE LABORATÓRIO		11	
ESCOLA ESTADUAL JOÃO PEDRO TORRES	VESPERTINO	13:00 ÀS 17:00	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	**ENSINO MÉDIO**	19	304
			TÉCNICO EM INFORMÁTICA		21	
			AGENTE ADMINISTRATIVO		264	
ESCOLA ESTADUAL DE POXOREO	VESPERTINO	13:00 ÀS 17:00	TÉCNICO AGROPECUÁRIO	**ENSINO MÉDIO**	48	150
			TÉCNICO EM ENFERMAGEM		45	
			TÉCNICO EM HIGIENE DENTAL		2	
			TÉCNICO EM INFORMÁTICA		21	
			TÉC. EM SEGURANÇA DO TRABALHO		34	
ESCOLA ESTADUAL PROF ª JURACY MACÊDO	VESPERTINO	13:00 ÀS 17:00	FISCAL DE SERVIÇOS URBANOS	**ENSINO MÉDIO**	48	134
			FISCAL DE TRIBUTOS		86	
TOTAL					**1099**	

PROCESSO SELETIVO 2017 - DIA 14/05/2017

LOCAL DE PROVA	*PERÍODO*	*HORÁRIO*	*CARGO*	*NÍNEL*	*INSCRITOS*	
ESCOLA MUNICIPAL GUIOMAR MARIA DA SILVA	MATUTINO	8:00 ÀS 12:00	ADVOGADO	**SUPERIOR**	85	199
			ENG. AGRÔNOMO		79	
			PISCÓLOGO		35	
ESCOLA ESTADUAL CEL JÚLIO MÜLLER	MATUTINO	8:00 ÀS 11:00	ENG. CIVIL	**SUPERIOR**	72	96
			MÉDICO VETERINÁRIO		24	
ESCOLA ESTADUAL JOÃO PEDRO TORRES	MATUTINO	7:00 ÀS 11:00	ASSISTENTE SOCIAL	**SUPERIOR**	49	302
			BIÓLOGO		26	
			BIOQUIMICO		16	
			CONTADOR		27	
			ENFERMEIRO		128	
			FISIOTERAPEUTA		21	
			NUTRICIONISTA		16	
			MÉDICO		8	
			ODONTÓLOGO		11	
TOTAL					**597**	

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
OFICIO Nº 92/2017

Reserva do Cabaçal – MT, 02 de maio de 2017.

Ao Sr. Jadilson Alves de Souza

Proprietário da Empresa N S CONSTRUTORA ME

Assunto: Ordem de retomada de obra

O Município de Reserva do Cabaçal – MT, Pessoa Jurídica de Direito Público interno, cadastrado no CNPJ: nº 01.367.788/0001-31, neste ato representado pelo seu prefeito Municipal Srº Tarcísio Ferrari, vem mui respeitosamente perante a esta honrada empresa, pedir a retomada de obra, no prazo de 07 (sete) dias úteis, a contar do recebimento deste, referente ao contrato administrativo nº 38/2015 do objeto: **Construção de um Pórtico de entrada e calçamentos na Orla do Rio Cabaçal, com uma área construída de 130,00M² do Pórtico e 3.260,74M² no calçamento da Orla do Rio Cabaçal, no Município de Reserva do Cabaçal-MT.** Haja vista o termo de paralisação 01/2017 ter se encerrado em 14/04/2017.

Certos de vossa habitual compreensão,

Atenciosamente,

TARCÍSIO FERRARI

Prefeito Municipal

JOÃO GUSTAVO FARIA DOS SANTOS JÚNIOR

Engenheiro Fiscal

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE "RATIFICAÇÃO" DE ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2017

A Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT, com sede na Av. Mato Grosso, 221, Centro, CEP: 78.265-000, Reserva do Cabaçal-MT, torna público que realizará no dia **02/05/2017 às 09:00 horas, DISPENSA DE LICITAÇÃO** para**Contratação da empresa Espirito Santo Emp. Hoteleiro LTDA-ME, com a modalidade de dispensa de licitação, para a prestação de serviços de hospedagem para atender a demanda do 31° (trigésimo primeiro) Aniversario e "Festcross e a 2° Festa Cultural" do Município de Reserva do Cabaçal-MT.**

Reserva do Cabaçal/MT, 02 DE MAIO DE 2017

Valtair Leopoldino Negre

Presidente CPL

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
RESULTADO DA DISPENSA 09/2017

A Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT, com sede na Av. Mato Grosso, 221, Centro, CEP: 78.265-000, Reserva do Cabaçal-MT, torna público que realizará no dia **27/04/2017 às 09:00 horas, DISPENSA DE LICITAÇÃO** paraContratação de empresa com prestação de serviços de instalação e configuração de câmeras e aquisição de equipamentos, suprimentos e acessórios.

Reserva do Cabaçal-MT, 27 de Abril de 2017.

VALTAIR LEOPOLDINO NEGRIS

Presidente da CPL

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
EDITAL DE PUBLICAÇÃO DISPENSA 10/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL, representada pelo Prefeito Municipal Sr TARCISIO FERRARI, nos termos do ato de Dispensa de Licitação Nº 10/2017, torna público que firmará CONTRATO com a empresa **ESPIRITO SANTO EMP. HOTELEIRO LTDA-ME**, cadastrada no CNPJ nº 07.038.216/0001-95 com Avenida Jose Júlio de Lima, tendo como objeto a Contratação da mesma, com a modalidade de dispensa de licitação, para a prestação de serviços de hospedagem para atender a demanda do 31° (trigésimo primeiro) Aniversario, "Festcross e a 2° Festa Cultural" do Município de Reserva do Cabaçal-MT.

Reserva do Cabaçal-MT, 02 de Maio de 2017.

TARCISIO FERRARI

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE "RATIFICAÇÃO" DE ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/2017

OBJETO: Contratação de empresa com prestação de serviços de instalação e configuração de câmeras e aquisição de equipamentos, suprimentos e acessórios.

Fundamento legal: Artigo 24, Inciso VIII da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

FORNECEDOR: GEOTEC SISTEMAS DE INFORMATICA - LTDA

R$ 14.737,55 (Quatorze Mil Setecentos e Trinta e Sete Reais e Cinquenta e Cinco Centavos)

Ratifico a Dispensa de Licitação em consonância com o Parecer Jurídico da Assessoria Jurídica desta Prefeitura, emitido pelo **Drº Delair Teixeira de Alcântara, OAB/MT nº 15351**.

PUBLIQUE-SE

ARQUIVE-SE

Reserva do Cabaçal-MT, 27 de Abril de 2017.

TARCISIO FERRARI

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE "RATIFICAÇÃO" DE ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2017

Objeto: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços com Show Artístico com a BANDA CHEIRO DA BAHIA nos dias 12 e 13 de maio de 2017, para Evento da **2° FESTA CULTURAL DE RESERVA DO CABAÇAL**, festividades em Comemoração ao 31°(trigésimo primeiro) Aniversário do Município de Reserva do Cabaçal – MT, que acontecerá nos dias 12 a 14 de maio de 2.017.

Fundamento legal: Artigo 25, Inciso III da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

FORNECEDOR: **L. BRUM DA SILVA – ME.**

VALOR ESTIMADO: R$27.500,00(Vinte e Sete Mil e Quinhentos Reais).

Ratifico a Inexigibilidade de Licitação em consonância com o Parecer Jurídico da Assessoria Jurídica desta Prefeitura, emitido pelo **Dr.** DELAIR TEIXEIRA DE ALCANTARA**, OAB/MT nº 15351.**

PUBLIQUE-SE

ARQUIVE-SE

Reserva do Cabaçal-MT, 02 de Maio de 2017.

TARCISIO FERRARI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO N.º 020/2017

PROCESSO Nº 011/2017 – INEXIGIBILIDADE N.º 01/2017

PARTES: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ 24.772.113/0001-73 e o senhor **ARISTIDES PINHEIRO**, CPF nº 258.148.696-15

BJETO: Prestação de Serviços de Transporte Escolar

DA ASSINATURA: 02/03/2017

DO VALOR: R$ 114.366,00 (cento e quatorze mil, trezentos e sessenta e seis reais)

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência será até 30/04/2018

ASSINAM: Reynaldo Fonseca Diniz – Prefeito Municipal de Ribeirão Cascalheira e *o senhor* ***ARISTIDES PINHEIRO***

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO N.º 023/2016

PROCESSO Nº 001/2017 – PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2017

PARTES: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ 24.772.113/0001-73 e a Empresa **JAIRO MACHADO DOS SANTOS - MEI, CNPJ n.º 21.205.731/0001-43**

BJETO: Prestação de Serviços de Transporte Escolar

DA ASSINATURA: 27/03/2017

DO VALOR: R$ 62.640,00 (setenta e dois mil, seiscentos e quarenta reais)

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência será de 200 (duzentos) dias letivos.

ASSINAM: Reynaldo Fonseca Diniz – Prefeito Municipal de Ribeirão Cascalheira e *a Empresa* **JAIRO MACHADO DOS SANTOS - MEI**

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO N.º 022/2017

PROCESSO Nº 009/2017 – PREGÃO PRESENCIAL N.º 09/2017

PARTES: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ 24.772.113/0001-73 e a Empresa **VIRGÍLIO NUNES - MEI, CNPJ n.º 22.153.403/0001-03**

BJETO: Prestação de Serviços de Transporte Escolar

DA ASSINATURA: 27/03/2017

DO VALOR: R$ 69.600,00 (sessenta e nove mil e seiscentos reais)

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência será de 200 (duzentos) dias letivos.

ASSINAM: Reynaldo Fonseca Diniz – Prefeito Municipal de Ribeirão Cascalheira e *a Empresa* **VIRGÍLIO NUNES - MEI**

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO N.º 021/2016

PROCESSO Nº 005/2017 – PREGÃO PRESENCIAL N.º 05/2017

PARTES: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ 24.772.113/0001-73 e a Empresa **R. G. DA PAZ EIRELI - ME**, CNPJ nº. 21.058.617/0001-38

BJETO: FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO

DA ASSINATURA: 09/02/2017

DO VALOR: R$ **1.469.400,00 (um milhão, quatrocentos e sessenta e nove mil e quatrocentos reais)**

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência será até 09/02/2018.

ASSINAM: Reynaldo Fonseca Diniz – Prefeito Municipal de Ribeirão Cascalheira e *a Empresa* **R. G. DA PAZ EIRELI - ME**

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO N.º 019/2017

PROCESSO Nº 006/2017 – PREGÃO PRESENCIAL N.º 06/2017

PARTES: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ 24.772.113/0001-73 e a Empresa **SARATH DE ALMEIDA E ALMEIDA LTDA - ME**, CNPJ sob o nº 14.935.748/0001-90

OBJETO FORNECIMENTO DE LUBRIFICANTES, GRAXAS E ESTOPAS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO.

DA ASSINATURA: 18/03/2017

DO VALOR: R$ R$ 263.489,90 (duzentos e sessenta e três mil quatrocentos e oitenta e nove reais e noventa centavos)

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses.

ASSINAM: Reynaldo Fonseca Diniz – Prefeito Municipal de Ribeirão Cascalheira e o senhor **SARATH DE ALMEIDA E ALMEIDA LTDA – ME**

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO N.º 018/2017

PROCESSO Nº 006/2017 – PREGÃO PRESENCIAL N.º 06/2017

PARTES: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ 24.772.113/0001-73 e a Empresa **AMORIM MÁQUINAS, SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA**, CNPJ sob o nº 36.906.550/0001-11

OBJETO FORNECIMENTO DE LUBRIFICANTES, GRAXAS E ESTOPAS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO.

DA ASSINATURA: 18/03/2017

DO VALOR: R$ R$ 236.911,90 (duzentos e trinta e seis mil novecentos e onze reais e noventa centavos)

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses.

ASSINAM: Reynaldo Fonseca Diniz – Prefeito Municipal de Ribeirão Cascalheira e o senhor **AMORIM MÁQUINAS, SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
DECRETO Nº028/2017 EM, 26 DE ABRIL DE 2017.

DECRETO Nº028/2017 Em, 26 de Abril de 2017.

"Dispõe sobre alteração no horário de expediente da Prefeitura Municipal e demais Setores"

RONIVON PARREIRA DAS NEVES, Prefeito Municipal de Ribeirãozinho Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e,

Considerando a necessidade de cumprimento às normas contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal;

Considerando que o horário de expediente reduzido proporciona redução do custeio da Administração Pública Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica Decretado que o expediente na Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho e demais Setores, será das 8:00 ás 12:00 horas a partir de 02/05/2017. Exceto Saúde, Educação, Conselho Tutelar, Viação e Obras, Setor de Divisão de Arrecadação, Tributos e Patrimônio Público, Setor de Tesouraria, e demais serviços essenciais.

Este decreto entrará em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário,

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – MT, aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 06/2017 PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2016

O Excelentíssimo Sr. Antonio Xavier de Araújo, Prefeito do Município de Rio Branco, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Processo Seletivo Público nº 001/2016.

Resolve:

CONVOCAR

A candidata abaixo relacionada, aprovada no Teste Seletivo Público, homologado através do Edital nº 009/2016, de 15 de abril de 2016 para, no período de 03 a 05 de maio de 2017, apresentar os documentos relacionados abaixo constantes do Edital nº 006/2017, junto a Secretaria Municipal de Administração, Setor de Recursos Humanos.

1 – Da Nomeação

1.1. A Convocada deverá comparecer ao Departamento de Recursos Humanos juntamente com todos os documentos elencados no item 2.4 do Edital do Processo Seletivo Público nº 001/2016.

1. 2. Além de apresentar o seguinte documento:

1.2.2. Certidão Negativa de Débitos para com o município de Rio Branco – MT;

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE MICRO ÁREA (10) ÁREA URBANA

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	Nº RG/CPF	LOTAÇÃO
1º	Denise da Costa Preisigke Faria	2545803-5 SSP/MT	SS

Rio Branco, 02 de maio de 2017.

ANTONIO XAVIER DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL DE CHAMADA

PREGÃO PRESENCIAL COM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº. 011/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA-MT, através de sua Pregoeira Substituta nomeada através do Decreto nº 1.300/GAB/PMR de 06 de Abril de 2017, **torna Público** para o conhecimento dos interessados que está instaurado o procedimento licitatório sob a modalidade **PREGÃO PRESENCIAL COM O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº. 011/2017**, processado nos autos do Processo Administrativo de nº. 041/2017, cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital e seus anexos. O julgamento da referida licitação será através do **MENOR PREÇO POR ITEM**, objetivando o**"Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa para Prestar Serviços de Locação de Caminhão Pipa, Máquinas Pesadas, Ônibus, Vans, Caminhonete e Caminhão Prancha (com e sem motorista), para atender as necessidades de diversas Secretarias"**.

A sessão pública para recebimento e julgamento da(s) Proposta(s) de Preços e Documentos de Habilitação ocorrerá às **08h00min (Horário de Mato Grosso), do dia: 16/05/2017**, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Rondolândia.

A integra deste Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitação, na sede da Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT, situada na Av. Joana Alves de Oliveira, s/n°, Centro, Rondolândia-MT, Cep: 78.338-000, durante o horário normal de expediente ou através do endereço de e-mail **cplrondolandia1720@hotmail.com**, maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente das 07h00min às 13h00min ou através do telefone 0xx (66) 3542-1177.

Rondolândia - MT, 02 de Maio de 2017.

Luciene Souza Santos

Pregoeira Substituta

Decreto 1.300/GAB/PMR

GABINETE DO PREFEITO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

(inc. VI, do Art. 43, da Lei nº 8.666/93 c/c inc. XXX, do art. 70 da LOM)

Proc. nº 027/2017-SEMEC.

Pregão Presencial nº 004/2017

Objeto: contratação de empresa para prestação de serviços com o transporte de escolares da rede pública de ensino do Município.

Em conformidade com o inciso VI, do Artigo 43 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Lei nº 10.520/02, confirmo a adjudicação da licitação tendo como vencedor a empresa CLEA SUSANE MOTTERLE-ME, CNPJ Nº 08.983.460/0001-99, com o fim de **HOMOLOGAR** a licitação PP nº 004/2017, e tudo mais quanto consta nos autos do processo aludido, to-

talizando o montante de R$ 561.433,60 (Quinhentos e sessenta e um mil, quatrocentos e trinta e três reais sessenta centavos.

Envie para SEMFAZ para empenho global, conforme previsto no certame.

Ato contínuo arremeta para PGM para outras providencias previstas no edital da licitação, bem como, oportunamente, contrato.

Dê-se ciência a Secretaria requisitante para dar início a execução, devendo designar Comissão de fiscalização da execução.

Rondolândia – MT, 2 de Maio de 2017.

AGANALDO RODRIGUES DE CARVALHO ***Prefeito Municipal***

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL DE CHAMADA

PREGÃO PRESENCIAL COM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº. 012/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA-MT, através de sua Pregoeira Substituta nomeada através do Decreto nº 1.300/GAB/PMR de 06 de Abril de 2017, **torna Público** para o conhecimento dos interessados que está instaurado o procedimento licitatório sob a modalidade **PREGÃO PRESENCIAL COM O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº. 012/2017**, processado nos autos do Processo Administrativo de nº. 042/2017, cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital e seus anexos. O julgamento da referida licitação será através do **MENOR PREÇO POR ITEM**, objetivando o**"Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de materiais de consumo, de expedientes e pedagógicos para atender as necessidades das Escolas Municipais.**

A sessão pública para recebimento e julgamento da(s) Proposta(s) de Preços e Documentos de Habilitação ocorrerá às **08h00min (Horário de Mato Grosso), do dia: 17/05/2017**, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Rondolândia.

A integra deste Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitação, na sede da Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT, situada na Av. Joana Alves de Oliveira, s/n°, Centro, Rondolândia-MT, Cep: 78.338-000, durante o horário normal de expediente ou através do endereço de e-mail **cplrondolandia1720@hotmail.com**, maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente das 07h00min às 13h00min ou através do telefone 0xx (66) 3542-1177.

Rondolândia - MT, 02 de Maio de 2017.

Luciene Souza Santos

Pregoeira Substituta

Decret. Nº 1.300/GAB/PMR/2017

GABINETE DO PREFEITO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

(inc. VI, do Art. 43, da Lei nº 8.666/93 c/c inc. XXX, do art. 70 da LOM)

Proc. nº 023/2017-SEMUSA.

Pregão Presencial nº 001/2017

Ata de Registro de Preços nº 001/2017

Objeto: registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de médicos plantonistas.

Em conformidade com o inciso VI, do Artigo 43 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Lei nº 10.520/02, confirmo a adjudicação da licitação tendo como vencedor a empresa F.M. DA S. – ME, CNPJ Nº 08.850.828/0001-78 (ARP publ. No D.O.E nº 2.704, ano XII de 6/04/2017), com o fim de **HOMOLOGAR** a licitação PP nº 001/2017, e tudo mais quanto consta nos autos do processo aludido.

Para: Secretaria de Saúde.

Dê-se ciência a Secretaria de origem para dar início aos serviços, devendo designar Comissão de fiscalização da execução.

Rondolândia – MT, 19 de Abril de 2017.

AGANALDO RODRIGUES DE CARVALHO ***Prefeito Municipal***

GABINETE DO PREFEITO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

(inc. VI, do Art. 43, da Lei nº 8.666/93 c/c inc. XXX, do art. 70 da LOM)

Proc. nº 025/2017-SEMAD-SEMAGRI-SEMAS-SEMEC-SEMUSA-SEMOSP.

Pregão Presencial nº 003/2017

Ata de Registro de Preços nº 002/2017

Objeto: registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis – gasolina comum e diesel S10.

Em conformidade com o inciso VI, do Artigo 43 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Lei nº 10.520/02, confirmo a adjudicação da licitação tendo como vencedor a empresa POSTO DE COMBUSTIVEL FORTE – LTDA-ME, CNPJ Nº 07.646.667/0001-05(ARP publ. No D.O.E nº 2.706, ano XII de 10/04/2017), com o fim de **HOMOLOGAR** a licitação PP nº 003/2017, e tudo mais quanto consta nos autos do processo aludido.

Dê-se ciência as Secretarias requisitantes para dar início a execução, devendo designar Comissão de fiscalização da execução.

Rondolândia – MT, 2 de Maio de 2017.

AGANALDO RODRIGUES DE CARVALHO ***Prefeito Municipal***

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

LICITAÇÃO
AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSARIO OESTE/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF nº 03.180.924/0001-05, localizada na Avenida Otavio Costa s/n.º, Bairro Santo Antônio, Rosário Oeste – MT - CEP. 78.470-000, TORNA PÚBLICO, para conhecimento de quantos possam interessar a abertura de procedimento licitatório, do tipo "Menor Preço Por ITEM", na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, objeto: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, EQUIPAMENTOS E HIDRAULICOS PARA ATENDER AS SECRETARIAS DA PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ROSARIO OESTE/MT**, de acordo com o que determina a Lei Federal nº 10.520/02, Lei Federal 7.892/2013, bem como nas Leis Complementares 123/2006 e 128/2008, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, a ser regida pelos mencionados diplomas legais e pelas cláusulas e condições do edital. Entrega e abertura dos Envelopes: Até as 09:00 horas, do dia 15/05/2017 – no endereço acima. Edital Completo: no site: www.rosariooeste.mt.gov.br, email: licitacaorosario@hotmail.com.

Rosário Oeste – MT, 02 de maio de 2017.

Hemily Natalye Alves Pereira

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU - MT/DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
TERMO DE ADJUDICAÇÃO 001/2017

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PROCESSO Nº 001/2017

OBJETO: Contratação de Combustível, óleo lubrificante e filtros

Adjudico o item a B. ROSA BISPO - EPP

Salto do Céu – MT, 02 de maio de 2017

VANDERLEI FRANCISCO DE OLIVEIRA

Presidente da CPL

CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU - MT/DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
TERMO DE ADJUDICAÇÃO 003/2017

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PROCESSO Nº 003/2017

OBJETO: Contratação de Prestação de Serviços para debito em conta das despesas da Câmara Municipal.

Adjudico o item a COOPERATIVA DE CREDITO (SICREDI).

Salto do Céu, MT; 02 de maio de 2017

VANDERLEI FRANCISCO DE OLIVEIRA

Presidente da CPL

PORTARIA CONJUNTA Nº 001/2017 SALTO DO CÉU – MT, 28 DE ABRIL DE 2017

Dispõe sobre a convocação extraordinária da VIII Conferência Municipal de Assistência Social e Dá Outras Providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, em conjunto com o **PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL,** no uso de suas atribuições legais, e considerando a urgente necessidade de avaliação da situação atual do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, assim como a propositura de diretrizes visando ao aperfeiçoamento do Sistema, acordo com disposto no inciso VI do artigo de 18 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. e art. 27, II, da Lei nº 10. 683 de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras Providencias;

Considerando que o Processo de Conferências de Assistência Social são espaços democráticos de discussão e articulação coletiva em torno de Propostas e estratégias de organização, cuja principal característica é reunir o governo e sociedade civil organizada no âmbito dos municípios, Distrito Federal, Estados e União para debater e decidir as prioridades na Política de Assistência social para próximos anos;

Considerando que é competência do CMAS Convocar a cada dois anos a conferencia Municipal de Assistência Social, com objetivo de avaliar a situação da Assistência Social e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do Sistema único de Assistência Social conforme disposto na Lei nº 115/97, de 12 de Março de 1997 e Art. 18 inciso VII, Art. 20 inciso V, Art. 21 incisos I, V e VII do Regimento Interno do CMAS.

Considerando que a Norma Operacional Básica do Sistema único de Assistência Social NOB/SUAS preconiza que a política de Assistência Social deve ser executada de maneira planejada;

Considerando que o Plano Decenal de Assistência Social proposto em processo de Conferência em 2005 precisa ser avaliado e repensado para década futura, o que se dará por meio da VII Conferência Municipal de Assistência Social,

RESOLVE:

Art. 1ª Convocar extraordinariamente a VIII Conferencia Municipal de Assistência Social e Propor novas diretrizes para seu aperfeiçoamento, em especial os avanços do Sistema único de Assistência Social – SUAS.

Art. 2º A VIII Conferencia Municipal de Assistência Social realizar-se à em Salto do Céu, Mato Grosso no dia 06 de Junho de 2017.

Art. 3º A VIII Conferência Municipal de Assistência Social Terá como Tema **"GARANTIA DE DIREITOS NO FORTALECIMENTO DO SUAS"**

Art. 4º Para organização da VIII Conferência Municipal de Assistência Social será instituída uma Comissão Organizadora coordenada pelo Presidente e Pelo Vice Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, com composição paritária dos representantes do Governo e Sociedade Civil, a ser dos Representantes do Governo e da Sociedade Civil, a ser definida em Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único: Apoiará a Organização da Conferência Unidades vinculadas a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Auriane Alves Prata Oliveira

Secretária Municipal de Assistência Social

Claudiney José de Matos

Presidente do CMAS

CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU - MT/DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO 003/2017

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO Nº 003/2017

OBJETO: Contratação de Prestação de Serviços para debito em conta das despesas da Câmara Municipal.

Tendo em vista o que consta dos autos deste processo, e diante do resultado apresentado pela Comissão Permanente de Licitação, homologo o presente processo, para que produza todos os efeitos legais previstos em lei.

Salto do Céu, MT; 02 de maio de 2017.

NOE MONTEIRO DE BARROS

Presidente da Câmara Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU - MT/DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO 002/2017

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO Nº 002/2017

OBJETO: Contratação de Serviços de Telefonia Fixa e Internet Via DSL.

Tendo em vista o que consta dos autos deste processo, e diante do resultado apresentado pela Comissão Permanente de Licitação, homologo o presente processo, para que produza todos os efeitos legais previstos em lei.

Salto do Céu – MT, 02 de maio de 2017.

NOE MONTEIRO DE BARROS

Presidente da Câmara Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU - MT/DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
TERMO DE ADJUDICAÇÃO 002/2017

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PREOCESSO Nº 002/2017

OBJETO: Contratação de Serviços de Telefonia Fixa e Internet Via DSL.

Adjudico o item a Empresa OI S/A

Salto do Céu – MT, 02 de maio de 2017.

VANDERLEI FRANCISCO DE OLIVEIRA

Presidente da CPL

CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU - MT/DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO 001/2017

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO Nº 001/2017

OBJETO: Contratação de Serviços de Fornecimento de Energia Elétrica.

Tendo em vista o que consta dos autos deste processo, e diante do resultado apresentado pela Comissão Permanente de Licitação, homologo o presente processo, para que produza todos os efeitos legais previstos em lei.

Salto do Céu – MT, 02 de maio de 2017.

NOE MONTEIRO DE BARROS

Presidente da Câmara Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU - MT/DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
TERMO DE ADJUDICAÇÃO 001/2017

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PROCESSO Nº 001/2017

OBJETO: Contratação de Serviços de Fornecimento de Energia Elétrica.

Adjudico o item a Empresa ENERGISA MATO GROSSO – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A

Salto do Céu – MT, 02 de maio de 2017.

VANDERLEI FRANCISCO DE OLIVEIRA

Presidente da CPL

CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU - MT/DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO 001/2017

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO Nº 001/2017

OBJETO: Contratação de Combustível, óleo lubrificante e filtros

Tendo em vista o que consta dos autos deste processo, e diante do resultado apresentado pela Comissão Permanente de Licitação, homologo o presente processo, para que produza todos os efeitos legais previstos em lei.

Salto do Céu – MT, 02 de maio de 2017

NOE MONTEIRO DE BARROS

Presidente da Câmara Municipal

PORTARIA N.º 107/2017 DE 02 DE MAIO DE 2017.

NOMEIA O Sr. DEIVES OLIVEIRA DA SILVA, PARA O CARGO DE ASSESSOR DE PATRIMÔNIO E ALMOXARIFADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU, Estado de Mato Grosso, Srº Wemerson Adão Prata, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Sr. **DEIVES OLIVEIRA DA SILVA,** para o cargo de**ASSESSOR DE PATRIMÔNIO E ALMOXARIFADO,** lotado na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

Parágrafo Único. A posse e exercício do funcionário nomeado subordinar-se-á ao cumprimento das exigências e formalidades legais pertinentes em vigor, cabendo aos órgãos competentes formalizá-la devidamente, em tempo hábil.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da rubrica orçamentária correspondente da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, suplementadas se necessário, na forma da legislação específica que disciplina a matéria.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação no mural da Unidade Gestora.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu - MT, 02 de Maio de 2017.

REGISTRE – SE, PUBLIQUE – SE E CUMPRA – SE.

WEMERSON ADÃO PRATA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.º 106/2017 DE 27 DE ABRIL DE 2017

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO SERVIDOR QUE MENCIONA E, DÁ PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU, Estado de Mato Grosso, Srº Wemerson Adão Prata, no uso de suas atribuições legais, exaradas no art. 49, inciso IV, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao servidor: **JOSÉ CARDOSO MENDES,** Cargo **MOTORISTA**, Órgão Unidade: Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, a partir de 01/05/2017 à 30/05/2017, período aquisitivo 2015/2016.

Art. 2º - Caberá aos órgãos e unidades competentes do Poder Executivo proceder às anotações/registros pertinentes e, as providências na substituição do Servidor acima citado, se for imprescindível e inadiável bem como efetuar o pagamento devido, na forma da Legislação que disciplina a matéria em vigor, observando o disposto no art. 83 da Lei Municipal n.º 069, de 28 de maio de 1993, como seus parágrafos no que couber.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias no corrente exercício, suplementadas, se necessário, na forma da Legislação específica que rege a matéria em vigor.

Art. 4º - Está portaria entrará em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu, 27 de Abril de 2017.

WEMERSON ADÃO PRATA PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 004/2017

Extrato da Ata de Registro de Preços 004/2017

Processo Licitatório nº 009/2017,Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 004/2017, Objeto: Registrar os preços para aquisição de peças novas e originais ou genuínas (primeira linha) para manutenção dos veículos pertencentes ao Município de Santa Cruz do Xingu-MT.

Órgão gerenciador: **Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu-MT**.

Empresa detentora: SARATH DE ALMEIDA & ALMEIDA FILHO LTDA-ME inscrita no CNPJ: 14.935.748/0001-90

ITEM	COD	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QUANT	V. UNT	V. TOTAL
1	27864	**AMORTECEDORES DIANTERO:** PARA UNO MILLE WAY 4P ECON 1.0 FLEX 05 PASSAGEIROS 004 CILINDROS 0KM FIAT, FAB 2013/2013, COR BANCA, PLACA: OAR 6380 CHASSI: 9BD15844AD6870154 PLACA: OAR 7250 CHASSI: 9BD15844AD6867000	COFAP	UND	8	179,80	1.438,40
2	27865	**AMORTECEDORES TRASEIROS:** PARA UNO MILLE WAY 4P ECON 1.0 FLEX 05 PASSAGEIROS 004 CILINDROS 0KM FIAT, FAB 2013/2013, COR BANCA, PLACA: OAR 6380 CHASSI: 9BD15844AD6870154 PLACA: OAR 7250 CHASSI: 9BD15844AD6867000	COFAP	UND	8	179,80	1.438,40
3	27866	**CABO FREIO MAO TRASEIRO DIREITO:** PARA UNO MILLE WAY 4P ECON 1.0 FLEX 05 PASSAGEIROS 004 CILINDROS 0KM FIAT, FAB 2013/2013, COR BANCA, PLACA: OAR 6380 CHASSI: 9BD15844AD6870154 PLACA: OAR 7250 CHASSI: 9BD15844AD6867000	IKS	UND	1	119,00	119,00
4	27867	**CABO FREIO MAO TRASEIRO ESQUERDO:** PARA UNO MILLE WAY 4P ECON 1.0 FLEX 05 PASSAGEIROS 004 CILINDROS 0KM FIAT, FAB 2013/2013, COR BANCA, PLACA: OAR 6380 CHASSI: 9BD15844AD6870154 PLACA: OAR 7250 CHASSI: 9BD15844AD6867000	IKS	UND	1	119,00	119,00
5	27868	**CORREIA DENTADA:** PARA UNO MILLE WAY 4P ECON 1.0 FLEX 05 PASSAGEIROS 004 CILINDROS 0KM FIAT, FAB 2013/2013, COR BANCA, PLACA: OAR 6380 CHASSI: 9BD15844AD6870154 PLACA: OAR 7250 CHASSI: 9BD15844AD6867000	CONTINENTAL	UND	4	49,50	198,00
6	**27869**	**CORREIA MOTOR:** PARA UNO MILLE WAY 4P ECON 1.0 FLEX 05 PASSAGEIROS 004 CILINDROS 0KM FIAT, FAB 2013/2013, COR BANCA, PLACA: OAR 6380 CHASSI: 9BD15844AD6870154 PLACA: OAR 7250 CHASSI: 9BD15844AD6867000	CONTINENTAL	UND	2	34,80	69,60
7	27870	**COXIM AMORTECEDOR DIANTEIRO:** PARA UNO MILLE WAY 4P ECON 1.0 FLEX 05 PASSAGEIROS 004 CILINDROS 0KM FIAT, FAB 2013/2013, COR BANCA, PLACA: OAR 6380 CHASSI: 9BD15844AD6870154 PLACA: OAR 7250 CHASSI: 9BD15844AD6867000	JAHU	UND	3	37,90	113,70
8	27871	**COXIM AMORTECEDOR TRASEIRO:** PARA UNO MILLE WAY 4P ECON 1.0 FLEX 05 PASSAGEIROS 004 CILINDROS 0KM FIAT, FAB 2013/2013, COR BANCA, PLACA: OAR 6380 CHASSI: 9BD15844AD6870154 PLACA: OAR 7250 CHASSI: 9BD15844AD6867000	JAHU	UND	2	29,80	59,60
9	27872	**COXIM CAMBIO:** PARA UNO MILLE WAY 4P ECON 1.0 FLEX 05 PASSAGEIROS 004 CILINDROS 0KM FIAT, FAB 2013/2013, COR BANCA, PLACA: OAR 6380 CHASSI: 9BD15844AD6870154 PLACA: OAR 7250 CHASSI: 9BD15844AD6867000	JAHU	UND	1	58,00	58,00
10	27873	**COXIM MOTOR LADO ESQUERDO:** PARA UNO MILLE WAY 4P ECON 1.0 FLEX 05 PASSAGEIROS 004 CILINDROS 0KM FIAT, FAB 2013/2013, COR BANCA, PLACA: OAR 6380 CHASSI: 9BD15844AD6870154 PLACA: OAR 7250 CHASSI: 9BD15844AD6867000	JAHU	UND	2	48,40	96,80
11	27874	**COXIN TRASEIRO MOTOR:** PARA UNO MILLE WAY 4P ECON 1.0 FLEX 05 PASSAGEIROS 004 CILINDROS 0KM FIAT, FAB 2013/2013, COR BANCA, PLACA: OAR 6380 CHASSI: 9BD15844AD6870154 PLACA: OAR 7250 CHASSI: 9BD15844AD6867000	JAHU	UND	2	33,50	67,00
12	27875	**DISCO FREIO DIANTEIRO:** PARA UNO MILLE WAY 4P ECON 1.0 FLEX 05 PASSAGEIROS 004 CILINDROS 0KM FIAT, FAB 2013/2013, COR BANCA, PLACA: OAR 6380 CHASSI: 9BD15844AD6870154 PLACA: OAR 7250 CHASSI: 9BD15844AD6867000	HIPERFREIOS	UND	4	99,80	399,20
13	27876	**FILTRO COMBUSTIVEL:** PARA UNO MILLE WAY 4P ECON 1.0 FLEX 05 PASSAGEIROS 004 CILINDROS 0KM FIAT, FAB 2013/2013, COR BANCA, PLACA: OAR 6380 CHASSI: 9BD15844AD6870154 PLACA: OAR 7250 CHASSI: 9BD15844AD6867000	WEGA	UND	20	17,90	358,00
14	27877	**FILTRO DE AR:** PARA UNO MILLE WAY 4P ECON 1.0 FLEX 05 PASSAGEIROS 004 CILINDROS 0KM FIAT, FAB 2013/2013, COR BANCA, PLACA: OAR 6380 CHASSI: 9BD15844AD6870154 PLACA: OAR 7250 CHASSI: 9BD15844AD6867000	WEGA	UND	10	12,80	128,00
15	27878	**FILTRO OLEO LUBRIFICANTE:** PARA UNO MILLE WAY 4P ECON 1.0 FLEX 05 PASSAGEIROS 004 CILINDROS 0KM FIAT, FAB 2013/2013, COR BANCA, PLACA: OAR 6380 CHASSI: 9BD15844AD6870154 PLACA: OAR 7250 CHASSI: 9BD15844AD6867000	WEGA	UND	17	15,50	263,50
16	27879	**JUNTA HOMOCINETICA:** PARA UNO MILLE WAY 4P ECON 1.0 FLEX 05 PASSAGEIROS 004 CILINDROS 0KM FIAT, FAB 2013/2013, COR BANCA, PLACA: OAR 6380 CHASSI: 9BD15844AD6870154 PLACA: OAR 7250 CHASSI: 9BD15844AD6867000	PERFECT	UND	2	103,80	207,60
17	27880	**KIT BORRACHA ESCAPAMENTO:** PARA UNO MILLE WAY 4P ECON 1.0 FLEX 05 PASSAGEIROS 004 CILINDROS 0KM FIAT, FAB 2013/2013, COR BANCA, PLACA: OAR 6380 CHASSI: 9BD15844AD6870154 PLACA: OAR 7250 CHASSI: 9BD15844AD6867000	JAHU	UND	1	44,80	44,80
18	27881	**KIT EMBREAGEM:** PARA UNO MILLE WAY 4P ECON 1.0 FLEX 05 PASSAGEIROS 004 CILINDROS 0KM FIAT, FAB 2013/2013, COR BANCA, PLACA: OAR 6380 CHASSI: 9BD15844AD6870154 PLACA: OAR 7250 CHASSI: 9BD15844AD6867000	VALEO	UND	2	169,50	339,00
19	27882	**LONA FREIO TRASEIRO:** PARA UNO MILLE WAY 4P ECON 1.0 FLEX 05 PASSAGEIROS 004 CILINDROS 0KM FIAT, FAB 2013/2013, COR BANCA, PLACA: OAR 6380 CHASSI: 9BD15844AD6870154 PLACA: OAR 7250 CHASSI: 9BD15844AD6867000	SYL	UND	4	55,50	222,00
20	27883	**PALHETA LIMPADOR PARA-BRISA:** PARA UNO MILLE WAY 4P ECON 1.0 FLEX 05 PASSAGEIROS 004 CILINDROS 0KM FIAT, FAB 2013/2013, COR BANCA, PLACA: OAR 6380 CHASSI: 9BD15844AD6870154 PLACA: OAR 7250 CHASSI: 9BD15844AD6867000	VETOR	UND	6	19,90	119,40
21	27884	**PASTILHA DE FREIO:** PARA UNO MILLE WAY 4P ECON 1.0 FLEX 05 PASSAGEIROS 004 CILINDROS 0KM FIAT, FAB 2013/2013, COR BANCA, PLACA: OAR 6380 CHASSI: 9BD15844AD6870154 PLACA: OAR 7250 CHASSI: 9BD15844AD6867000	SYL	UND	10	37,00	370,00
22	27885	**REPARO PINÇA FREIO:** PARA UNO MILLE WAY 4P ECON 1.0 FLEX 05 PASSAGEIROS 004 CILINDROS 0KM FIAT, FAB 2013/2013, COR BANCA, PLACA: OAR 6380 CHASSI: 9BD15844AD6870154 PLACA: OAR 7250 CHASSI: 9BD15844AD6867000	CONTROL	UND	2	18,40	36,80
23	27886	**ROLAMENTO RODA DIANTEIRA:** PARA UNO MILLE WAY 4P ECON 1.0 FLEX 05 PASSAGEIROS 004 CILINDROS 0KM FIAT, FAB 2013/2013, COR BANCA, PLACA: OAR 6380 CHASSI: 9BD15844AD6870154 PLACA: OAR 7250 CHASSI: 9BD15844AD6867000	KOYO	UND	2	52,00	104,00
24	27887	**ROLAMENTO TRASEIRO:** PARA UNO MILLE WAY 4P ECON 1.0 FLEX 05 PASSAGEIROS 004 CILINDROS 0KM FIAT, FAB 2013/2013, COR BANCA, PLACA: OAR 6380 CHASSI: 9BD15844AD6870154 PLACA: OAR 7250 CHASSI: 9BD15844AD6867000	KOYO	UND	2	56,40	112,80

25	27888	**TERMINAL DIRECAO LADO DIREITO:** PARA UNO MILLE WAY 4P ECON 1.0 FLEX 05 PASSAGEIROS 004 CILINDROS 0KM FIAT, FAB 2013/2013, COR BANCA, PLACA: OAR 6380 CHASSI: 9BD15844AD6870154 PLACA: OAR 7250 CHASSI: 9BD15844AD6867000	PERFECT	UND	2	45,00	90,00
26	27889	**TERMINAL DIREÇÃO LADO ESQUERDO:** PARA UNO MILLE WAY 4P ECON 1.0 FLEX 05 PASSAGEIROS 004 CILINDROS 0KM FIAT, FAB 2013/2013, COR BANCA, PLACA: OAR 6380 CHASSI: 9BD15844AD6870154 PLACA: OAR 7250 CHASSI: 9BD15844AD6867000	PERFECT	UND	2	45,00	90,00
27	27890	**AMORTECEDOR DIANTEIRO:** PARA GM S10 MARIMAR AMB SIMPLES REMOÇÃO 2P ANO: 2014/2014 BRANCA, CHASSIS: 9BG144CP0EC437593 PLACA: NUE-2953	COFAP	UND	1	291,50	291,50
28	27891	**AMORTECEDOR TRASEIRO:** PARA GM S10 MARIMAR AMB SIMPLES REMOÇÃO 2P ANO: 2014/2014 BRANCA, CHASSIS: 9BG144CP0EC437593 PLACA: NUE-2953	COFAP	UND	4	210,80	843,20
29	27895	**FILTRO COMBUSTIVEL:** PARA GM S10 MARIMAR AMB SIMPLES REMOÇÃO 2P ANO: 2014/2014 BRANCA, CHASSIS: 9BG144CP0EC437593 PLACA: NUE-2953	WEGA	JOGO	10	41,80	418,00
30	27892	**CORREIA DENTADA:** PARA GM S10 MARIMAR AMB SIMPLES REMOÇÃO 2P ANO: 2014/2014 BRANCA, CHASSIS: 9BG144CP0EC437593 PLACA: NUE-2953	CONTINENTAL	UND	2	99,80	199,60
31	27893	**CORREIA LISA:** PARA GM S10 MARIMAR AMB SIMPLES REMOÇÃO 2P ANO: 2014/2014 BRANCA, CHASSIS: 9BG144CP0EC437593 PLACA: NUE-2953	CONTINENTAL	UND	2	48,90	97,80
32	27894	**CRUZETA CARDAN:** PARA GM S10 MARIMAR AMB SIMPLES REMOÇÃO 2P ANO: 2014/2014 BRANCA, CHASSIS: 9BG144CP0EC437593 PLACA: NUE-2953	ASH	JOGO	3	75,00	225,00
33	27896	**FILTRO DE AR:** PARA GM S10 MARIMAR AMB SIMPLES REMOÇÃO 2P ANO: 2014/2014 BRANCA, CHASSIS: 9BG144CP0EC437593 PLACA: NUE-2953	WEGA	JOGO	5	75,80	379,00
34	27897	**FILTRO LUBRIFICANTE:** PARA GM S10 MARIMAR AMB SIMPLES REMOÇÃO 2P ANO: 2014/2014 BRANCA, CHASSIS: 9BG144CP0EC437593 PLACA: NUE-2953	WEGA	UND	10	23,80	238,00
35	27898	**PALHETA LIMPADOR PARA BRISA:**PARA GM S10 MARIMAR AMB SIMPLES REMOÇÃO 2P ANO: 2014/2014 BRANCA, CHASSIS: 9BG144CP0EC437593 PLACA: NUE-2953	VETOR	UND	5	55,00	275,00
36	27899	**PASTILHA FREIO:** PARA GM S10 MARIMAR AMB SIMPLES REMOÇÃO 2P ANO: 2014/2014 BRANCA, CHASSIS: 9BG144CP0EC437593 PLACA: NUE-2953	SYL	JG	4	109,80	439,20
37	27900	**ROLAMENTOS DE RODA:** PARA GM S10 MARIMAR AMB SIMPLES REMOÇÃO 2P ANO: 2014/2014 BRANCA, CHASSIS: 9BG144CP0EC437593 PLACA: NUE-2953	KOYO	UND	2	65,80	131,60
38	28049	**AMORTECEDOR DIANTEIRO:** PARA VEICULO FIAT STRADA WORKING ANO: 2013/2013 BRANCA, CHASSI: 9BD27805MD768296 PLACA: OAT 4405	COFAP	UND	4	229,80	919,20
39	28050	**AMORTECEDOR TRASEIRO:** PARA VEICULO FIAT STRADA WORKING ANO: 2013/2013 BRANCA, CHASSI: 9BD27805MD768296 PLACA: OAT 4405	COFAP	UND	4	167,50	670,00
40	28051	**BATERIA 70AMP:** PARA VEICULO FIAT STRADA WORKING ANO: 2013/2013 BRANCA, CHASSI: 9BD27805MD768296 PLACA: OAT 4405	BATERAX	UND	1	420,00	420,00
41	28052	**BOMBA D´AGUA DO MOTOR:** PARA VEICULO FIAT STRADA WORKING ANO: 2013/2013 BRANCA, CHASSI: 9BD27805MD768296 PLACA: OAT 4405	URBA	UND	1	85,20	85,20
42	28053	**BURRINHO FREIO TRASEIRO:** PARA VEICULO FIAT STRADA WORKING ANO: 2013/2013 BRANCA, CHASSI: 9BD27805MD768296 PLACA: OAT 4405	CONTROIL	UND	2	35,80	71,60
43	28054	**CABO DE FREIO DE MÃO:** PARA VEICULO FIAT STRADA WORKING ANO: 2013/2013 BRANCA, CHASSI: 9BD27805MD768296 PLACA: OAT 4405	IKS	KIT	1	68,20	68,20
44	28055	**CAMPANA TRASEIRA:** PARA VEICULO FIAT STRADA WORKING ANO: 2013/2013 BRANCA, CHASSI: 9BD27805MD768296 PLACA: OAT 4405	HIPERFREIO	UND	1	63,70	63,70
45	28057	**CORREIA DENTADA:** PARA VEICULO FIAT STRADA WORKING ANO: 2013/2013 BRANCA, CHASSI: 9BD27805MD768296 PLACA: OAT 4405	CONTINENTAL	UND	2	44,40	88,80
46	28058	**CORREIA DO ALTERNADOR:** PARA VEICULO FIAT STRADA WORKING ANO: 2013/2013 BRANCA, CHASSI: 9BD27805MD768296 PLACA: OAT 4405	CONTINENTAL	UND	2	23,30	46,60
47	**28059**	**COXIN CAMBIO**: PARA VEICULO FIAT STRADA WORKING ANO: 2013/2013 BRANCA, CHASSI: 9BD27805MD768296 PLACA: OAT 4405	JAHU	UND	1	76,80	76,80
48	**28060**	**COXIN MOTOR:** PARA VEICULO FIAT STRADA WORKING ANO: 2013/2013 BRANCA, CHASSI: 9BD27805MD768296 PLACA: OAT 4405	JAHU	UND	2	67,40	134,80
49	28061	**DISCO DE FREIO:** PARA VEICULO FIAT STRADA WORKING ANO: 2013/2013 BRANCA, CHASSI: 9BD27805MD768296 PLACA: OAT 4405	HIPERFREIO	UND	2	59,40	118,80
50	28062	**JOGO LONA FREIO:** PARA VEICULO FIAT STRADA WORKING ANO: 2013/2013 BRANCA, CHASSI: 9BD27805MD768296 PLACA: OAT 4405	SYL	UND	2	64,70	129,40
51	28063	**JOGO PALHETA PARA-BRISA:** PARA VEICULO FIAT STRADA WORKING ANO: 2013/2013 BRANCA, CHASSI: 9BD27805MD768296 PLACA: OAT 4405	VETOR	UND	2	44,60	89,20
52	28064	**KIT BORRACHA FIXAÇÃO ESCAPAMENTO:** PARA VEICULO FIAT STRADA WORKING ANO: 2013/2013 BRANCA, CHASSI: 9BD27805MD768296 PLACA: OAT 4405	JAHU	UND	1	10,00	10,00
53	28065	**KIT BORRACHA SUSPENSAO DIANTEIRA:** PARA VEICULO FIAT STRADA WORKING ANO: 2013/2013 BRANCA, CHASSI: 9BD27805MD768296 PLACA: OAT 4405	JAHU	UND	2	137,80	275,60
54	28066	**KIT BUCHA SUSPENSAO TRASEIRA:** PARA VEICULO FIAT STRADA WORKING ANO: 2013/2013 BRANCA, CHASSI: 9BD27805MD768296 PLACA: OAT 4405	JAHU	UND	1	99,90	99,90
55	28067	**KIT CABO TRAMBULADOR CAMBIO:** PARA VEICULO FIAT STRADA WORKING ANO: 2013/2013 BRANCA, CHASSI: 9BD27805MD768296 PLACA: OAT 4405	IKS	UND	1	210,00	210,00
56	28068	**KIT EMBREAGEM:** PARA VEICULO FIAT STRADA WORKING ANO: 2013/2013 BRANCA, CHASSI: 9BD27805MD768296 PLACA: OAT 4405	VALEO	UND	1	227,00	227,00
57	28069	**KIT EMBUCHAMENTO DIANTEIRO:** PARA VEICULO FIAT STRADA WORKING ANO: 2013/2013 BRANCA, CHASSI: 9BD27805MD768296 PLACA: OAT 4405	JAHU	UND	2	122,00	244,00
		Valor Total: QUATORZE MIL DUZENTOS E QUARENTA E NOVE REAIS E TRINTA CENTAVOS					**14. 249,30**

NOME: SARATH DE ALMEIDA & ALMEIDA FILHO LTDA-ME inscrita no CNPJ: 14.935.748/0001-90
ENDEREÇO: Rua:b,quadra:07,lotes 03e 04-santa Luzia nossa senhora do livramento-MT.
TELEFONE: (66) 3478-3237
REPRESENTANTE LEGAL: Isac Sarath de Almeida
RG nº 1033026 SJ-MT
CPF: 627.666.191-00

Santa Cruz do Xingu-MT, 25 de Abril de 2017.

Marcos de Sá Fernandes da Silva – Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
CARTA DE CONVOCAÇÃO DE RETORNO AO TRABALHO

CARTA DE CONVOCAÇÃO DE RETORNO AO TRABALHO

Sr. Eber Barros Arantes.

Matricula: 727

CPF: 024.195.281-66

Cargo: Monitor de Educação Infantil

Eu, Paulo Roberto da Cruz Pinto, Coordenador de Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu-MT, venho por meio deste, comunicar a Vossa Senhoria de acordo com o oficio nº 013/2017 da Escola Municipal Ricieri Berté.

Conforme as publicações anteriores, publicada no dia 17 de Abril de 2017 e republicado no dia 18 de Abril de 2017, em face de sua ausência injustificada e continuada ao serviço **DESTE** o dia 18 de março de 2017 e considerando que a sua função é de extrema necessidade, solicitamos o seu comparecimento e retorno ao trabalho até o dia 18 de Maio de 2017, não havendo o seu comparecimento ficara caracterizado como abandono de cargo.

Sem mais para o momento coloco-me a disposição para demais esclarecimentos.

Santa Cruz do Xingu - MT, 02 de maio de 2017. **Paulo Roberto da Cruz Pinto Coordenador de Recursos Humanos**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO - EXTRATO DE DISPENSA Nº 007/2017

EXTRATO DE DISPENSA Nº 007/2017

OBJETO: Locação de 02 salas comerciais onde funcionará o departamento de TI (tecnologia e informática) da prefeitura Municipal.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, inciso x, da Lei Federal nº. 8.666/93.

CONTRATADA: **Andressa Dalla Costa Lauxen Pinto**, Inscrito no CPF n° 919.920.951-91.

VALOR GLOBAL: R$ 1.800,00(hum mil e oitocentos reais)

VIGÊNCIA: 60 (sessenta) dias.

Santa Rita do Trivelato – MT, 24 de Abril de 2017.

CONTRATOS E CONVENIO
PORTARIA Nº 0131/2017

PORTARIA Nº 0131/2017

DE 02 DE MAIO DE 2017.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS SERVIDORES PARA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 016/2017".

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os servidores descritos abaixo como Fiscais do Contrato nº 016/2017, cujo objeto é: **contratação de pessoa jurídica para prestações de mão de obra de apoio ás atividades operacionais subsidiarias para atender as unidades da prefeitura municipal de Santa Rita do Trivelato - MT**

Secretaria Municipal de Obras - ROGERIO AP. DE ARAUJO – CPF: 034.167.211-44

Secretaria Municipal de Saúde – ANA CRISTINA LOHMANN – CPF: 034.380.361-50

Secretaria Municipal de Educação – PAULA ADRIANA HAUBRICKT BARBOZA – CPF: 965.173.791-34

Secretaria Municipal de Assistência Social – DAIANE DE J P SILVA GOMIEIRO – CPF: 040.446.831-40

Art. 2º - A presente portaria retroage seus efeitos a da data de 25 de Abril de 2017.

Art. 3º - Revogam-se demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 02 DE MAIO DE 2017.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0132/2017

DE 02 DE MAIO DE 2017.

SÚMULA: "CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA SIMONE BELLO PINTADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER** "licença prêmio" a servidora **SIMONE BELLO PINTADO** portadora do CPF: 010.441.021-36,lotada na Secretaria Municipal de Educação no cargo de Monitora de Creche, com sua vigência de 02/05/2017 a 31/07/2017.

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as demais disposições em contrário

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 02 DE MAIO DE 2017.

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0128/2017, DE 02 DE MAIO DE 2017

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE GERALDO STORER PARA EXERCER O CARGO EM COMISSÃO DE EDUCADOR FÍSICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear GERALDO STORER, portador do RG nº 57775882 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 020.718.489-50, para exercer o cargo em comissão de EDUCADOR FÍSICO.

Art. 2º. A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Santa Rita do Trivelato – MT, 02 de MAIO de 2017.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

PREVIMSA - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE SANTO AFONSO-MT
PORTARIA N.º03/2017

"Dispõe sobre a retificação da portaria nº 02/2017, que dispõe sobre a concessão do benefício de **aposentadoria por idade** ao servidor Sr.

João Serafim Peixoto."

O Secretário Municipal de Administração e Planejamento do Município de Santo Afonso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas

atribuições legais e;

RESOLVE:

Art. 1º - **RETIFICAR** a Portaria nº. 02/2017, publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, do dia 26 de abril

de 2017, Ano XII, Edição Nº 2.716, que concedeu o benefício **Aposentadoria por Idade**, em nome do servidor Sr. **João Serafim Peixoto,**

portador do RG nº. 384.328 – SSP/GO e inscrita no CPF n.º 172.742. 141-87, servidora Efetiva, no cargo de Ajudante de Serviços Gerais – 40

horas, Classe "B", Nível "04", contando com 11 anos, 02 meses e 04 dias de tempo de contribuição, lotado na Secretaria Municipal de

Infraestrutura, Obras e Serviços Urbanos, conforme processo administrativo do **PREVIMSA n.º 2017.02.00004P.**

Onde se Le: "A partir de 01/04/2017 {...}"

Leia-se: "A partir de **01/05/2017** {...}"

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de **01 de maio de 2017**, revogadas as

disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Santo Afonso-MT, 02 de maio de 2017.

FAGNER MOREIRA DA CUNHA

Secretário municipal de Administração e Planejamento

Homologo:

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 009 DE 25 DE ABRIL DE 2017

CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DO FETHAB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas na Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO, o que dispõe a Lei Estadual n°. 10.051, de 09 de Janeiro de 2014, que destina aos municípios do Estado parte dos recursos arrecadados para o Fundo de Transportes e Habitação – FETHAB;

CONSIDERANDO o interesse público, em nome da transparência e eficiência na aplicação dos recursos públicos;

CONSIDERANDO que o Conselho Municipal previsto no Parágrafo 1º, do art. 15, da Lei Estadual nº 7.263, de 27 de março de 2000, só pode ser criado por decreto do Prefeito Municipal e não poderá ter ingerência na Administração Municipal ante a autonomia dos municípios assegurado no art. 18 da Constituição Federal.

DECRETA:

Art. 1º Fica criado o CONSELHO MUNICIPAL DO FETHAB, constituído por:

I – Oriovaldo Souto Felisbino – Secretário Municipal de Infraestrutura, Obras e Serviços Urbanos - Representante do Município.

II – Aloir Guimarães Scarpatt – Represente do Sindicato dos Produtores Rurais;

III – João Nunes da Mota - Representante dos Agricultores;

IV – Fagner Moreira da Cunha – Representante do Poder Executivo.

V – **Vanderlei Leal de Souza** - Representante do Poder Legislativo.

Art. 2º O Conselho terá atribuição de acompanhamento, fiscalização e assessoramento na aplicação dos recursos do FETHAB repassados ao município, podendo apresentar ao Prefeito sugestões de projetos observados os limites estabelecidos no Art. 15 da Lei Estadual nº 7.263 de 27 de março de 2000, com a redação dada pela Lei 10.051, de Janeiro de 2015.

Art. 3º Fica assegurado ao Conselho, por requisição de seu presidente, o irrestrito acesso a todos os documentos e informações sobre os repasses ao município feitos pelo Estado por FETHAB e sua aplicação.

Art. 4º O Conselho emitirá relatório semestral de suas atividades, divulgando-o por via eletrônica no sitio do município na internet.

Art. 5º O Conselho elaborará seu próprio regimento interno.

Art. 6º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, em Santo Afonso/MT, 25 de Abril de 2017.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 208/2017

DE: 02 DE MAIO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS REMUNERADAS A (O) SERVIDOR (A) VITORIA SANTOS FARIA DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder férias a (o) servidor (a) **VITORIA SANTOS FARIA,**em 02/05/2017 a 31/05/2017, com período aquisitivo de **10/01/2016 a 09/01/2017**, com retorno as suas atividades em 01 de junho de 2017.

Parágrafo Único – O (A) servidor (a) acima citado (a) receberá o adicional de férias previsto em Lei.

Art. 2º - Determinar aos órgãos competentes que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário**.**

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 02 DE MAIO DE 2017

MIGUEL JOSE BRUNETTA PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 210/2017

DE: 02 DE MAIO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS REMUNERADAS A (O) SERVIDOR (A) MICHEL DOS SANTOS DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder férias a (o) servidor (a) **MICHEL DOS SANTOS,**em 02/05/2017 a 31/05/2017, com período aquisitivo de **31/01/2015 a 30/01/2016**, com retorno as suas atividades em 01 de junho de 2017.

Parágrafo Único – O (A) servidor (a) acima citado (a) receberá o adicional de férias previsto em Lei.

Art. 2º - Determinar aos órgãos competentes que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário**.**

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 02 DE MAIO DE 2017

MIGUEL JOSE BRUNETTA PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 212/2017.

DE: 02 DE MAIO DE 2017.

NOMEIA a servidora KELLY CRISTINA PEREIRA DE OLIVEIRA DA SILVA para exercer o cargo de COORDENADOR PEDAGOGICO e das outras providências.

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Art. 1º - NOMEAR a servidora **KELLY CRISTINA PEREIRA DE OLIVEIRA DA SILVA**, para responder pelo cargo de **COORDENADOR PEDAGOGICO** desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam – se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 02 DE MAIO DE 2017.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 213/2017.

DE: 02 DE MAIO DE 2017.

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Art. 1º - NOMEIA membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA para a Gestão 2017/2019.

Art. 2º - A Comissão citada no artigo anterior será composta dos seguintes servidores:

-**Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social:**

Titular: Telma Ribeiro da Silva

Suplente: Jussara Cordeiro Marques Cardoso

-Representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura:

Titular: Jarineide Resplande Marques

Suplente: Elbio Luiz Silva de Oliveira

-Representante da Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Valcir dos Santos Luis

Suplente: Sandra Rejane Ulrich

-Representante da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento:

Titular: Rosani Menegassi Alves

Suplente: Sandra Mateus Bagetti da Silva

-Representante do SINTEP:

Titular: Edmilson Guimarães dos Santos

Suplente: Adriana Pereira Nascimento de Oliveira

-Representante do Sindicato Rural:

Titular: Jéssica de Almeida Campos Biff

Suplente: Rosiane de Oliveira

-Representante da Igreja Católica:

Titular: Guelly Urzeda de Mello

Suplente: Angélica Ester Fonseca Gearola

-Representante das Igrejas Evangélicas:

Titular: Meirielly Marques Figueiredo Baltazar

Suplente: Alessandro Ferreira da Silva

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam – se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 02 DE MAIO DE 2017.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 209/2017

DE: 02 DE MAIO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS REMUNERADAS A (O) SERVIDOR (A) SANDRA REJANE ULRICH DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder férias a (o) servidor (a) **SANDRA REJANE ULRICH,**em 02/05/2017 a 31/05/2017, com período aquisitivo de **13/02/2015 a 12/02/2016**, com retorno as suas atividades em 01 de junho de 2017.

Parágrafo Único – O (A) servidor (a) acima citado (a) receberá o adicional de férias previsto em Lei.

Art. 2º - Determinar aos órgãos competentes que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário**.**

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 02 DE MAIO DE 2017

MIGUEL JOSE BRUNETTA PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 206/2017.

DE: 25 DE ABRIL DE 2017.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE PARA SERVIDORA ELAINE LARREA DE SOUZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE para a servidora pública efetiva **ELAINE LARREA DE SOUZA** no período de 180 (cento e oitenta) dias a partir desta data conforme Atestado Médico.

Art. 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário**.**

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 25 DE ABRIL DE 2017.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 214/2017.

DE: 02 DE MAIO DE 2017.

EXONERA O SERVIDOR PÚBLICO SILAS COUTINHO DE ARRUDA**, DO CARGO COMISSIONADO DE COORDENADOR DE VIAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Artigo 1º - EXONERAR**,** do Cargo Comissionado de **COORDENADOR DE VIAÇÃO**, desta Prefeitura Municipal, o servidor público SILAS COUTINHO DE ARRUDA.

Artigo 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário**.**

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 02 DE MAIO DE 2017.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 207/2017

DE: 02 DE MAIO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS REMUNERADAS A (O) SERVIDOR (A) ELAINE DE FATIMA MORS DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder férias a (o) servidor (a) **ELAINE DE FATIMA MORS,**em 02/05/2017 a 31/05/2017, com período aquisitivo de **03/02/2015 a 02/12/2016**, com retorno as suas atividades em 01 de junho de 2017.

Parágrafo Único – O (A) servidor (a) acima citado (a) receberá o adicional de férias previsto em Lei.

Art. 2º - Determinar aos órgãos competentes que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário**.**

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 02 DE MAIO DE 2017

MIGUEL JOSE BRUNETTA PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

PORTARIA N.º 211/2.017.

DE: 02 DE MAIO DE 2.017

DESIGNA SERVIDORA PARA RESPONDER INTERINAMENTE PELA COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS DESTA PREFEITURA DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o período de gozo de férias, compreendido entre os dias 02 a 31 de maio do corrente ano concedido à servidora Elaine de Fátima Mors – atualmente nomeada para a função de Coordenadora de Recursos Humanos.

Considerando a necessidade de que as atividades realizadas pela Coordenadoria de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal não sofram solução de continuidade;

RESOLVE:

Artigo 1º- Designar a servidora Paula Layslany Oliveira Delmon para responder no período de 02 a 31 de maio de 2017, pelas atividades da Coordenadoria de Recursos Humanos desta Prefeitura.

Artigo 2º - Para o atendimento das necessidades da coordenadoria, a servidora ora designada poderá utilizar eventuais login(s) e senha(s) do(s) sistema(s) instalados no setor ou que atendam a citada coordenadoria.

Artigo 3º - Determinar que a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento que tome as providências necessárias para o cumprimento desta Portaria.

Artigo 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

EM: 02 DE MAIO DE 2.017

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO - EXTRATO DO 1º ADITIVO

EXTRATO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 033/2017, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADA: **DINÉIA ROSBACH CARDOSO**, Brasileira, Casada, Fisioterapeuta, residente e domiciliada na Rua Alberto Lima, s/nº - Fundos da Escola Estadual Tancredo Neves - CEP 78.670-000 - Vila Nova, em São Félix do Araguaia (MT), com CPF nº 715.926.441-04 e Identidade nº 4. 591.955 - DGPC-GO, inscrita no PIS/PASEP sob nº 1.318.614.831-5, nascida no dia 19/04/1984

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 033/2017

CONTRATO emitido em 24 de janeiro de 2017, com VIGÊNCIA de 2 meses, iniciando em 24 de janeiro de 2017 e terminando em 24 de março de 2017, com CARGA HORÁRIA de 30 (trinta) horas semanais para um REMUNERAÇÃO MENSAL de R$ 2.719,62 (dois mil setecentos e dezenove reais e sessenta e dois centavos).

DATA DE EMISSÃO DO **1º ADITIVO** AO CONTRATO ORIGINAL: 02 de fevereiro de 2017

PRAZO DA NOVA VIGÊNCIA DO 1º ADITIVO: DE 24 de março de 2017 A 02 de junho de 2017 → **2 meses e 8 dias**

CARGA HORÁRIA NA VIGÊNCIA DO 1º ADITIVO: **30 (trinta) horas semanais**

REMUNERAÇÃO MENSAL NA VIGÊNCIA DO 1º ADITIVO: **R$ 2.719,62** (dois mil setecentos e dezenove reais e sessenta e dois centavos)

FUNÇÃO: **FISIOTERAPEUTA**, em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS) - **Centro de Reabilitação**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 14/2017

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO** ATRAVÉS DE SUA PREGOEIRA TORNA PÚBLICO QUE ESTARÁ REALIZANDO **PROCESSO LICITATÓRIO** MODALIDADE**: PREGÃO PRESENCIAL N.º 14/2017** REGIDA PELA LEI FEDERAL Nº 10.520/2002, PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 045/2014, SUBSIDIADA PELA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993.

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE PROFISSIONAL MÉDICO TEMPORÁRIO PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÕES NA UNIDADE DE SAÚDE EULLER BASÍLIO DE CARVALHO, CONFORME EDITAL E SEUS ANEXOS.**

JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

NO Dia 15 de Maio de 2017 às 13:30. HORAS (HORÁRIO LOCAL). LOCAL SALA DE LICITAÇÃO DA ***SALMEN HANZE, n.º 914, CENTRO. RUA SALMEM HANZE,*** SÃO JOSÉ DO POVO - MT CEP 78.773-000, RETIRADA DO EDITAL NA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO POVOOU ATRAVÉS DO SITE http://www.saojosedopovo.mt.gov.br,ou PELO EMAIL: meirelicitacao@hotmail.com, MAIS INFORMAÇÕES PELO TELEFONE (66) 34941137 OU NA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO POVO - SITUADA À RUA SALMEM HANZE, 924, DURANTE O HORÁRIO DE ATENDIMENTO no horário das 12:00 às 17:00 horas.

SÃO JOSÉ DO POVO-MT 02/05/2017.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

PREFEITO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 15/2017

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO** ATRAVÉS DE SUA PREGOEIRA TORNA PÚBLICO QUE ESTARÁ REALIZANDO **PROCESSO LICITATÓRIO** MODALIDADE**: PREGÃO PRESENCIAL N.º 15/2017** REGIDA PELA LEI FEDERAL Nº 10.520/2002, PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 045/2014, SUBSIDIADA PELA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993.

OBJETO:**AQUISIÇÃO DE 01(UMA) VAN USADA FABRICAÇÃO NÃO INFERIOR A 2014, COM 18 LUGARES, COM ERBG DUPLO, SISTEMA DE TACOGRAFO MOTOR 2.4, PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS PARA RONDONÓPOLIS E CUIABÁ NA REALIZAÇÃO DE EXAMES, CONSULTAS E HEMODIÁLISE.**

JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

NO Dia 18 de Maio de 2017 às 13:30. HORAS (HORÁRIO LOCAL). LOCAL SALA DE LICITAÇÃO DA ***SALMEN HANZE, n.º 914, CENTRO. RUA SALMEM HANZE***, SÃO JOSÉ DO POVO - MT CEP 78.773-000, RETIRADA DO EDITAL NA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO POVOOU ATRAVÉS DO SITE http://www.saojosedopovo.mt.gov.br, OU PELO EMAIL: meirelicitacao@hotmail.com, MAIS INFORMAÇÕES PELO TELEFONE (66) 34941137 OU NA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO POVO - SITUADA À RUA SALMEM HANZE, 924, DURANTE O HORÁRIO DE ATENDIMENTO no horário das 12:00 às 17:00 horas.

SÃO JOSÉ DO POVO-MT 02/05/2017.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

PREFEITO

FRANCISMEIRE A.R.CHAVES

PREGOEIRA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº03/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº03/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2017

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

02/05/2018

Aos 02 dias do mês de Maio de 2017, **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO-MT**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua José Salmem Hanze, 924, nesta cidade de **SÃO JOSÉ DO POVO-MT**, Estado de Mato Grosso, inscrito no C.N.P.J sob o nº 32.972.424/0001-04, neste ato representada pelo Prefeito Municipal de **SÃO JOSÉ DO POVO-MT** Senhor **ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA**, brasileiro, solteiro, empresário, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG. 494 351SSP/MT e CPF nº 353.365.011-15, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e de outro lado, as Sociedades empresárias doravante denominadas simplesmente FORNECEDOR (es), **C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 07.599.837/0001-48,** estabelecida na Av. Fernando Correia da Costa nº 1882, Rondonópolis/MT, neste ato representada pelo Senhor CHARLES DANILO DA SILVA BRILHANTE, portador da Cédula de Identidade Nº 937.965, expedida pela SSP MT e do CPF N° 630.428.271-00, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão para Registro de Preços nº 08/2017, **RESOLVEM** registrar os preços para **" futura e eventual aquisição de peças originais e/ou genuínas, não remanufaturados, não recondicionadas, não recuperados para manutenção da frota do Município de São José do Povo/MT, conforme fabricantes e modelos definidos no anexo I**, que passa a fazer parte integrante desta **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, dos Decretos nºs 3.555, de 08 de agosto de 2000, 3.693, de 20 de dezembro de 2000, 3.784, de 06 de abril de 2001, 3.931,de 19 de setembro de 2001 e 4.342, de 23 de agosto de 2002, que regulamentam a modalidade do Pregão e o Sistema de Registro de Preços, e no que couber, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e demais normas legais aplicáveis, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

O presente ATA tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS ORIGINAIS E/OU GENUINAS, NÃO REMANUFATURADOS, NÃO RECONDICIONADAS, NÃO RECUPERADOS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DO MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DO POVO/MT, CONFORME FABRICANTES E MODELOS DEFINIDOS NO ANEXO I de acordo com planilha constante no anexo I deste Edital dos seguintes itens:

FORNECEDOR: C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME

GABINETE DO PREFEITO

Nº08 Pregão	**Nº ARP/ 01**	**Nº ITEM**	**DESCRIÇÃO DO PRODUTO**	**Unidade**	**QTDE**	**Fornecedor**	**VALOR UNITARIO**
ATA Nº 2017	**Contrato**	**LOTE**	**LITROS**	**PREFEITURA MUNICIPAL**	**Regist**		**unitario**
			1908863- FAROL AUTOMOTIVO DE LUZ ALTA, LUZ BAIXA COM LANTERNA,CONJUNTO DE FAROLL/E, MITSUBISHI, L200, 2002, CK549023	GABINETE DO PREFEITO	4 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	**513,0000**
			2339986 RESERVATORIO DE AGUA DO LAVADOR DE PARA-BRISA - MITSUBISCHI, L200, 2006 EM DIANTE, 93320012	GABINETE DO PREFEITO	5 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	**199,60000**
			2584778 **VALVULA AUTOMOTIVA - PARA MITSUBISHI,MMC L200 GL,ANO 2004/2005,VALVULA DE ALIVIO DA TURBINA**		**4 UN**	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	**349,40000**
			2584786 **BRACO PITTMANN DA DIRECAO AUTOMOTIVO - PARA MITSUBISHI,MMC L200 GL,ANO 2004/2005,ORIGINAL,PADRAO**		**4 UN**	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	**179,40000**
			2584816 **FILTRO DE AR - MISTO DE METAL,PARA FILTRAR O AR QUE O MOTOR NECESSITA,MITSUBISHI, MMC L200 4X4 GL, ANO 2004/2005**		**10**	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	**59,40000**
			2926717 **ROLAMENTO DO CARDAN AUTOMOTIVO - MITSUBISHI,L200,2000 EM DIANTE,000363960 ORIGINAL DA FABRICA**		**5 UN**	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	**139,0000**

			2928787 BIELETA - SUPORTE QUE FIXA O ESTABILIZADOR DA SUSPENSAO DIANTEIRA,MITSUBISHI, L200 ANO 2000 EM DIANTE		**6 UN**	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	**59,60000**
			2928825 Pivo do braço da susp automotivo direito/ esquerdo, superio/inferior mitisubishi,L200,ano 2000 em diante,peca genuina trw		**10 un**	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	**139,60000**
			2928892- armotecedor da susp dianteiro a ar automotivo mitisubishi,L2000 em diante,00058127,peça genuina		**8 un**	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	**163,50000**
			2928914 jumeiro da mola feixe de mola traseira e dianteira, mitisubishi		**8 un**	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	**98,80000**
			2936976 ELEMENTO DO FILTRO DE OLEO LUBRIFICANTE DO MOTOR - MITSUBISHI,L200, 4X4 GL,ANO 2010 EM DIANTE,PECA ORIGINAL		**10 QTD**	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	**69,0000**
			2937069 CORREIA DO ALTERNADOR AUTOMOTIVO - MITSUBISHI,L200,2000 EM DIANTE,003740595, PECA GENUINA		**10 QTD**	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	**59,0000**
			2937174 TENSOR AUTOMOTIVO - MITSUBISHI,L200,2000 EM DIANTE		5 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	**149,0000**
			2937280 BATENTE DA BANDEJA DA SUSPENSAO AUTOMOTIVA - MITSUBISHI, L200, ANO 2000 EM DIANTE,DIANTEIRA/TRASEIRA, INFERIOR/SUPERIOR, LADOS DIREITO/ESQUERDO, CODIGO 0000753501, PECA GENUINA		10 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	**69,30000**
			2937301 BRACO INTERMEDIARIO DA BARRA DA DIRECAO AUTOMOTIVO - MITSUBISHI,L200,2000 EM DIANTE,COM DIR HIDR.,000071936, ORIGINAL COM CERTIFICADO ISO 9002		**4**	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	**239,60000**
			2937310 PASTILHA DE FREIO - MITSUBISHI,L200,2000 EM DIANTE, CODIGO 000057727		**10 UN**	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	**108,0000**
			2937352 DISCO DE FREIO AUTOMOTIVO - MITSUBISHI,L200,ANO 2000 EM DIANTE		**4 QTD**	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	**129,40000**
			2937492 BANDEJA DE SUSPENSAO - DE FERRO,SUSPENSAO, LADO DIREITO/ESQUERDO, DIANTEIRA/TRASEIRA,PARA MITSUBISHI, L200, ANO 2000 EM DIANTE		**6 QTD**	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	**596,0000**
			2938073 FILTRO DE COMBUSTIVEL METALICO - MITSUBISHI,L200, 4X4 GL,ANO 2010 EM DIANTE		**10 QTD**	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	**57,40000**
			2946700 BUCHA DE TORÇÃO DA SUSPENSÃO - MITSUBISHI,L200, 4X4 GL,2010 EM DIANTE		**10 QTD**	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	**79,40000**
			2964651 CALCO DA CABINE AUTOMOTIVA - MITSUBISHI,L200,2000 EM DIANTE,00019939 PECA GENUINA		**8 QTD**	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	**289,20000**
			2967421 AMORTECEDOR DA SUSPENSAO TRASEIRO A AR AUTOMOTIVO - MITSUBISHI,L200,2000 EM DIANTE,000081095,PECA GENUINA		**8 QTD**	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	**188,50000**
			2967448 REPARO DA CAIXA DE DIRECAO HIDRAULICA AUTOMOTIVO - MITSUBISHI,L200,ANO 2000 EM DIANTE,0000257180, PECA GENUINA		**5 QTD**	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	**699,0000**
			2967464 SAPATA DE FREIO COM GUARNICAO AUTOMOTIVO - RODA TRASEIRA,MITSUBISHI,L200,2000 EM DIANTE,PECA GENUINA		**10 QTD**	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	**179,20000**
			2967561 TERMINAL DE DIRECAO AUTOMOTIVO - LADO DIREITO/ESQUERDO, INTERNO/EXTERNO,MITSUBISHI,L200,2000 EM DIANTE,335196, PECA GENUINA		**8 QTD**	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	**89,0000**
			2967600 CORREIA - BORRACHA,MITSUBISHI, DIVERSOS MODELOS, ANOS VARIADOS,INTERLIGAR O ALTERNADOR E A BOMBA DAGUA		**10 QTD**	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	**89,20000**
			2967618CORREIA - BORRACHA,MITSUBISHI, DIVERSOS MODELOS, ANOS VARIADOS,PARA O BALANCIN		**6 QTD**	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	**59,60000**
			2967626 **CILINDRO AUXILIAR DO FREIO AUTOMOTIVO - TRASEIRO DIREITO/ESQUERDO,MITSUBISHI,L200,ANO 2000 EM DIANTE,CIL50814, PECA GENUINA**		**5 QTD**	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	**269,40000**
			2967642 KIT DE EMBREAGEM - MITSUBISHI, L200, ANO 2000 EM DIANTE,COM DISCO, PLATO E COLAR		**5 QTD**	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	**858,0000**
			2968274 GARFO DA EMBREAGEM AUTOMOTIVO - MITSUBISHI,L 200,2000 EM DIANTE,PECA GENUINA		**4 QTD**	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	**99,0000**
						C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME	

SECRETARIA DE FAZENDA

FORNECEDOR: C. M. COMERCIO DE AUTOPEÇAS LTDA-ME

Nº Pregão	Nº ARP/01	Nº ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	Unidade	QTDE	Fornecedor	VALOR UNITARIO
01/2017	Contrato	LOTE	LITROS	PREFEITURA MUNICIPAL	Regist		unitario
	ATA /01 ANO 2017	Lote 1				C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME	
			10481 JOGO DE VELA - UNO MILE	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	24 UN	C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME	21,40000
			16663 BUZINA AUTOMOTIVO	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	10 UN	C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME	88,90000
			5084 RETENTOR DA POLIA	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	4 QTD	C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME	20,5000
			7066 FAROL COMPLETO DO UNO	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	10 QTD	C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME	23,0000

SECRETARIA MUNIC. DE TRANS. OBRAS E SERV. PÚBLICOS

FORNECEDOR: C. M. COMERCIO DE AUTOPEÇAS LTDA-ME

Nº Pregão	Nº ARP/01	Nº ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	Unidade	QTDE	Fornecedor	VALOR UNITARIO
01/2017	Contrato	LOTE	LITROS	PREFEITURA MUNICIPAL	Regist	C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME	unitario
	ATA /01 ANO 2017	Lote 1				C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME	
			11390 BATERIA 170 AMPERES		9 UN	C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME	778,80000
			13510 BATERIA 150 AMPERES		9 UN	C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME	697,90000
			16630 BIELA DO MOTOR AUTOMOTIVO		7 UN	C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME	239,40000
			16642 FILTRO DE COMBUSTIVEL PLASTICO AUTOMOTIVO		10 UN	C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME	39,250000
			16644 BUCHA DA BIELA DO MOTOR AUTOMOTIVO		23 UN	C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME	17,390000
			16647 BUCHA DA BIELA DO MOTOR AUTOMOTIVO		3 UN	C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME	178,0000
			16648 JUNTA DO CABECOTE DO MOTOR AUTOMOTIVO		8 PC	C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME	69,10000
			16650 FILTRO DE OLEO AUTOMOTIVO		18 UN	C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME	19,30000
			16652 DISCO DE EMBREAGEM AUTOMOTIVO		10 UN	C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME	189,70000
			16658 SERVO DO FREIO AUTOMOTIVO		9 UN	C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME	398,0000
			16660 PALHETA DO LIMPADOR DE PARA-BRISA AUTOMOTIVO		5 UN	C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME	24,40000
			16668 ENGRENAGEM DE RE		6 UN	C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME	208,0000
			16670 ROLAMENTO AUTOMOTIVO		9 UM	C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME	118,0000
			16671 TURCHO		9 UN	C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME	20,40000
			16677 CABO DE ACELERADOR AUTOMOTIVO-UNO		13 UN	C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME	29,20000
			16679 CABO DE EMBREAGEM AUTOMOTIVO		9 UN	C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME	34,40000
			16681 ASSENTO DA MOLA		9 UN	C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME	13,90000
			16684 COMPRESSOR		6 UN	C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME	798,0000
			16685 RETENTOR DO PINHAO AUTOMOTIVO		6 UN	C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME	29,60000
			16686 COLETOR DE ESCAPE AUTOMOTIVO		6 UN	C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME	278,0000
			16687 BOMBA DA AGUA AUTOMOTIVO		5 UN	C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME	217,90000
			16689 CAIXA SATELITE AUTOMOTIVO		3 UN	C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME	1.578,0000
			16692 CORREIA DO MOTOR DE BORRACHA,		6 UN	C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME	29,90000
			16695 ARRASTADOR AUTOMOTIVO		6 UN	C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME	29,80000
			16697 ROLAMENTO AUTOMOTIVO		9 UN	C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME	138,70000

			16699 CABO DE VELOCIMETRO AUTOMOTIVO		6 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	44,0000
			16701 CILINDRO MESTRE DA EMBREAGEM AUTOMOTIVO		9 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	108,0000
			16703 PLATO DE EMBREAGEM AUTOMOTIVO		10 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	383,90000
			16705 RETENTOR DO VOLANTE DO MOTOR AUTOMOTIVO		9 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	39,40000
			16706 ROLAMENTO DA CAIXA SATELITE AUTOMOTIVO		9 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	98,0000
			16707 ROLAMENTO DA ARVORE PRIMARIA AUTOMOTIVO		9 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	148,90000
			16709 ROLAMENTO DO PINHAO AUTOMOTIVO		10 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	118,70000
			16710 CAME DE COMANDO		6 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	9,80000
			16711 ENGRENAGEM AUTOMOTIVO DA CAIXA DE MARCHA		6 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	298,0000
			16712 ARVORE PRIMARIA DA CAIXA DE MUDANCA AUTOMOTIVO		6 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	478,0000
			16714 CABO DE VELOCIMETRO AUTOMOTIVO		9 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	48,10000
			16715 RETENTOR DO CUBO		9 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	19,20000
			16716 POLIA TENSORA DA CORREIA DO MOTOR AUTOMOTIVO		9 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	69,40000
			16718 CILINDRO MESTRE DO FREIO AUTOMOTIVO		16 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	158,7000
			16719 RADIADOR DE OLEO AUTOMOTIVO		9 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	998,89000
			16720 RETENTOR DO PINHAO AUTOMOTIVO		9 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	29,35000
			16722 MANGA DE EIXO		9 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	1.798,0000
			16726 CAIXA SATELITE AUTOMOTIVO		10 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	1.578,50000
			16728 MANGUEIRA DE AGUA INFERIOR DO RADIADOR AUTOMOTIVO		9 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	29,55000
			16729 TURBO COMPRESSOR DO MOTOR AUTOMOTIVO		19 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	1.498,0000
			16731 EMBREAGEM DO VENTILADOR AUTOMOTIVO		9 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	198,50000
			16732 BICO INJETOR AUTOMOTIVO		6 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	169,50000
			16734 AMORTECEDOR DA SUSPENSAO DIANTEIRA		14 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	158,90000
			16735 DEFLETOR DE AR SUPERIOR DO RADIADOR AUTOMOTIVO		9 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	138,45000
			16736 CONJUNTO DE ALAVANCA		6 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	418,99000
			16737 ROLAMENTO AUTOMOTIVO		6 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	98,50000
			16739 ENGRENAGEM DE SATELITE AUTOMOTIVO		9 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	148,70000
			16740 BARRA DE DIRECAO ESQUERDO AUTOMOTIVO		9 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	288,50000
			16743 ANEL SINCRONIZADOR AUTOMOTIVO		9 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	795,0000
			16745 ENGRENAGEM AUTOMOTIVO DA CAIXA DE MARCHA		9 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	293,94000
			16746 PALHETA DO LIMPADOR DE PARA-BRISA AUTOMOTIVO		9 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	24,39000
			16747 RADIADOR DE AGUA AUTOMOTIVO		9 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	1.598,0000
			16749 COROA E PINHAO AUTOMOTIVO		9 cx	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	998,7000
			16750 TENSIONADOR		6 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	248,87000
			16751 ENGRENAGEM AUTOMOTIVO DA CAIXA DE MARCHA		9 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	308,89000
			16752 SERVO DO FREIO AUTOMOTIVO		39 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	398,70000
			16754 CILINDRO AUXILIAR DE EMBREAGEM AUTOMOTIVO		9 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	105,89000
			16755 BICO INJETOR AUTOMOTIVO		9 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	169,40000
			16759 COLAR DA EMBREAGEM AUTOMOTIVO		6 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	39,30000
			16761 ROLAMENTO DO PINHAO AUTOMOTIVO		9 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	118,90000

			16765 CAIXA DE DIRECAO MECANICA AUTOMOTIVO		9 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	3.698,0000
			16766 PARAFUSO DO CUBO DE RODA AUTOMOTIVO		9 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	16,0000
			16767 RADIADOR DE AGUA AUTOMOTIVO		6 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	1.598,0000
			16768 PISTAO DO MOTOR A DIESEL AUTOMOTIVO		9 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	228,90000
			16770 BRONZINA DE BIELA DO MOTOR A DIESEL		9 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	195,0000
			16771 JUNTA COMPLETA DO MOTOR AUTOMOTIVO		6 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	188,60000
			16773 ROLAMENTO PRIMARIO DO CAMBIO AUTOMOTIVO		6 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	99,0000
			16774 ROLAMENTO PRIMARIO DO CAMBIO AUTOMOTIVO		6 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	98,60000
			16775 VALVULA REGULADORA DE PRESSAO DO FREIO AUTOMOTIVO		6 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	278,40000
			16776 CONJUNTO DE AJUSTE DA SAPATA DE FREIO		6 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	89,95000
						C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME	
			16778 LONA DE FREIO RODA DIANTEIRA		9 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	98,90000
			16779 JUNTA DO CABECOTE DO MOTOR AUTOMOTIVO		9 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	58,0000
			16780 ROLAMENTO DO CUBO DE RODA DIANTEIRA		10 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	88,70000
			16782 AMORTECEDOR SUSPENSAO DIANTEIRA		9 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	128,60000
			16783 GREMALHEIRA DO VOLANTE DO MOTOR		9 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	378,0000
			16784 JUNTA COMPLETA DO MOTOR AUTOMOTIVO		6 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	188,90000
			16785 PISTAO DO MOTOR A DIESEL		6 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	228,50000
			16786 ENGRENAGEM AUTOMOTIVO DA CAIXA DE MARCHA		6 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	273,70000
			16788 ROLAMENTO AUTOMOTIVO		9 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	98,70000
			16789 ARVORE DE MANIVELA PARA MOTOR DIESEL		6 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	1.892,0000
			16791 BARRA DE DIRECAO CENTRAL		9 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	269,0000
			16792 BARRA DE DIRECAO DIREITO		9 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	319,0000
			16793 BARRA DE DIRECAO ESQUERDO		9 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	318,0000
			16796 BRACADEIRA FIXACAO CANO INJETOR DIESEL		9 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	5,870000
			16797 BUJAO DO ESCOAMENTO DO OLEO DO CARTER		10 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	19,20000
			16798 CATRACA DE FREIO DIANTEIRA DIREITO		9 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	98,90000
			16799 CHAVE DE LUZ PARA USO GERAL AUTOMOTIVO		6 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	49,0000
			16801 CILINDRO AUXILIAR DE EMBREAGEM AUTOMOTIVO		6 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	103,40000
			16802 COLA DE ALTA TEMPERATURA		5 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	6,40000
			16803 PALHETA DO LIMPADOR DE PARA-BRISA AUTOMOTIVO		8 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	24,40000
			16804 CORPO DO ESPELHO RETROVISOR EXTERNO		6 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	44,40000
			16805 LANTERNA DE SETA TRASEIRA DIREITO		9 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	29,10000
			16807 LANTERNA DE SETA TRASEIRA ESQUERDO		9 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	128,0000
			16808 LONA DE FREIO RODA TRASEIRA COM PATINS		10 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	188,0000
			16809 MACANETA INTERNA DA PORTA DIANTEIRA		6 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	29,40000
			16811 RELE DO FAROL AUTOMOTIVO		9 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	36,40000
			16812 RELE DO VENTILADOR DO RADIADOR DE AGUA AUTOMOTIVO		9 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	19,20000
			16814 BORRACHA DO ESTABILIZADOR		7 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	13,60000
			16815 BUZINA AUTOMOTIVO CAMINHÃO		3 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	98,90000

			16817 PARAFUSO AUTOMOTIVO CAMINHÃO		15 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	16,20000
			16818 TAMPA DO FILTRO DO AR		5 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	44,20000
			16820 FRANGE DO CARDAN AUTOMOTIVO		5 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	198,80000
			16821 CALCO DO MOTOR - SPIM		5 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	148,0000
			16822 GRAMPO DA MOLA DIANTEIRA		5 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	34,0000
			16823 COMPRESSOR		4 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	998,80000
			16824 CAPUZ DO MOTOR AUTOMOTIVO		3 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	698,80000
			16827 GARFO DO CARDAN AUTOMOTIVO		3 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	198,0000
			16829 ENGRENAGEM DE RE		3 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	198,0000
			16830 COLMEIA RADIADOR		5 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	598,90000
			16832 PARA-CHOQUE DIANTEIRO AUTOMOTIVO		6 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	298,0000
			16833 VALVULA TERMOSTATICA TEMPERATURA DO MOTOR A DIESEL		5 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	79,0000
			16834 BOMBA DE OLEO MOTOR A DIESEL AUTOMOTIVO		6 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	489,40000
			16835 TERMINAL DE DIRECAO AUTOMOTIVO		4 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	88,90000
			16837 BRONZINA DE BIELA DO MOTOR A DIESEL AUTOMOTIVO		7 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	208,30000
			16839 CAMISA DO BLOCO DO MOTOR A DIESEL AUTOMOTIVO		4 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	44,10000
			16841 BOMBA DA AGUA AUTOMOTIVO		4 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	279,50000
			16842 MANGUEIRA DO FILTRO DE AR AUTOMOTIVO		5 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	68,90000
			16843 VALVULA DE ESCAPE MOTOR A DIESEL AUTOMOTIVO		4 TxM	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	17,40000
			16845 KIT DE EMBREAGEM		5 CX	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	1.398,0000
			16846 TROCADOR DE CALOR		4 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	298,60000
			16848 JOGO DE BRONZE FIXO		6 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	78,40000
			16849 PINO DA MOLA DIANTEIRA		8 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	24,0000
			16851 ENGRENAGEM DE RE		4 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	198,40000
			16856 MOLA DA SUSPENSAO DIANTEIRA AUTOMOTIVO		8 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	118,80000
			16858 MOLA DA SUSPENSAO DIANTEIRA AUTOMOTIVO		4 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	118,30000
			16860 SEMI EIXO TRASEIRO AUTOMOTIVO		4 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	358,90000
			16862 BARRA DE DIRECAO DIREITO AUTOMOTIVO		6 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	319,20000
			16863 ROLAMENTO DO PINHAO AUTOMOTIVO		4 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	118,70000
			16865 CILINDRO MESTRE DA EMBREAGEM AUTOMOTIVO		6 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	108,0000
			16866 ARVORE PRIMARIA DA CAIXA DE MUDANCA AUTOMOTIVO		4 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	498,0000
			16869 TAMBOR DO FREIO DIANTEIRO AUTOMOTIVO		4 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	318,20000
			16870 CABO DE VELOCIMETRO AUTOMOTIVO		4 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	44,20000
			16872 VALVULA REGULADORA DE PRESSAO DO FREIO AUTOMOTIVO		6 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	208,50000
			16873 CRUZETA DA TRANSMISSÃO		6 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	58,0000
			16874 AMORTECEDOR SUSPENSAO DIANTEIRA A OLEO AUTOMOTIVO		4 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	128,60000
			16876 TURBO COMPRESSOR DO MOTOR AUTOMOTIVO		6 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	1.478,0000
			16877 COLETOR DE ESCAPE AUTOMOTIVO		4 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	298,50000
			16878 CABECOTE DO MOTOR A DIESEL AUTOMOTIVO		4 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	1.795,0000

			16879 FLANGE DO TERMINAL DO DIFERENCIAL AUTOMO-TIVO		6 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	238,60000
			16880 ROLAMENTO DO CARDAN AUTOMOTIVO		4 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	98,0000
			16855 TAMBOR DO FREIO DIANTEIRO AUTOMOTIVO		6 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	348,0000
			16881 ROLAMENTO DO PINHAO AUTOMOTIVO		6 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	118,70000
			16883 GRAMPO DA MOLA TRASEIRA		4 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	36,10000
			16885 ARVORE PRIMARIA DA CAIXA DE MUDANCA AUTO-MOTIVO		4 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	498,0000
			16887 RADIADOR DE OLEO AUTOMOTIVO		4 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	1.198,0000
			16888 PLACA DE APOIO DA CAIXA DE MUDANCA AUTOMO-TIVO		4 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	50,90000
			16889 BOMBA INJETORA AUTOMOTIVO		4 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	4.486,0000
			16890 KIT DE EMBREAGEM		6	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	1.889,90000
			16893 COROA E PINHAO AUTOMOTIVO		4 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	1.098,0000
			16894 CAIXA DE DIRECAO HIDRAULICA AUTOMOTIVO		4 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	3.698,0000
			16895 RADIADOR DE AGUA AUTOMOTIVO		2 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	1.598,50000
			16897 ROLAMENTO DA CAIXA SATELITE AUTOMOTIVO		4 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	98,50000
			16898 MANGA DE EIXO		3 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	1.898,5000
			16899 SUPORTE PARA SERVO FREIO		3 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	148,60000
			16900 PEDAL DO ACELERADOR AUTOMOTIVO		4 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	24,40000
			16901 MOTOR PARA LIMPADOR DE PARA-BRISA AUTOMO-TIVO		8 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	278,0000
			16903 BUCHA - DE ARTICULACAO,PARA ESCAVADEIRA		10 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	46,90000
			16904 PARAFUSO - SEXTAVADO,PARA ESCAVADEIRA		20 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	26,20000
			16906 BUCHA - DA BIELA DO CILINDRO,PARA ESCAVADEI-RA		20 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	19,20000
			16907 EMBREAGEM P/ SPIM		12 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	228,80000
			16908 BOMBA - DE OLEO DO MOTOR,PARA ESCAVADEIRA		8 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	397,80000
			16909 TAMPA - DE ACO,PARA ESCAVADEIRA		4 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	56,0000
			16910 PISTAO - PARA ESCAVADEIRA		10 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	198,80000
			16912 JUNTA - DO MOTOR,PARA ESCAVADEIRA		12 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	378,0000
			16914 BOMBA DE INJECAO		10 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	349,40000

	16922 BRONZINA	10 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	208,90000
	16923 DISCO DE FREIO	20 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	98,90000
	16925 CANTONEIRA	8 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	118,80000
	16926 DENTE DO ESCARIFICADOR	12 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	195,40000
	16927 PINO	20 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	39,40000
	16928 JUNTA	20 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	16,60000
	16929 EIXO	15 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	69,100000
	16930 BOMBA ALIMENTADORA AUTOMOTIVO	10 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	27,20000
	16932 CASQUILHO	10 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	198,80000
	16933 MOTOR DE PARTIDA AUTOMOTIVO	10 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	998,0000
	16934 FLANGE	8 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	318,0000
	16935 JUNTA	20 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	39,40000
	16936 RETENTOR	80 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	34,40000

16937 ANEL	20 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	9,90000
16939 ANEL	10 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	9,90000
16940 TAMPA	8 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	14,10000
16941 GREMALHEIRA	10 UN		378,80000
16942 PLACA	10 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	268,70000
16943 MOLA	20 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	99,100000
16944 ROLAMENTO	10 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	99,40000
16945 CORREIA DO ALTERNADOR AUTOMOTIVO	6	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	29,0000
16946 PLACA	10 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	268,70000
16947 EIXO	20 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	69,30000
16948 LUVA DE PROTEÇÃO PARA ELETRICISTA DE 1000W.	10 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	179,150000
16950 ROLAMENTO	26 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	88,90000
16951 ANEL	10 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	7,90000
16952 MANGUEIRA DE AGUA INFERIOR DO RADIADOR	4 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	19,10000
16953 VENTILADOR DO RADIADOR DE AGUA AUTOMOTIVO	7 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	368,60000
16955 BIELA DO MOTOR AUTOMOTIVO	4 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	239,20000

ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

FORNECEDOR: C. M. COMERCIO DE AUTOPEÇAS LTDA-ME

Nº Pregão	**Nº ARP/ 01**	**Nº ITEM**	**DESCRIÇÃO DO PRODUTO**	**Unidade**	**QTDE**	**Fornecedor**	**VALOR UNITARIO**
01/ 2017	**Contrato**	**LOTE**	**LITROS**	**PREFEITURA MUNICIPAL**	**Regist**		**unitario**
	ATA /01 ANO 2017	**Lote 1**		**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**		**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	
			16713 **VALVULA DO FREIO DE ESTACIONAMENTO AUTOMOTIVO**		29 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	**288,0000**
			16724 PARAFUSO DE CENTRO TRASEIRO		30 PC	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	16,350000
			16727 MOTOR PARA LIMPADOR DE PARA-BRISA AUTOMOTIVO		12 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	288,750000
			16742 BOMBA HIDRAULICA DA DIRECAO AUTOMOTIVO		19 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	699,0000
			16753 LONA DE FREIO RODA DIANTEIRA COM PATINS AUTOMOTIVO		49 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	188,75000
			16790 MOLA DA SUSPENSAO DIANTEIRA		49 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	198,90000

ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL PROMOÇÃO SOCIAL

FORNECEDOR: C. M. COMERCIO DE AUTOPEÇAS LTDA-ME

Nº Pregão	**Nº ARP/ 01**	**Nº ITEM**	**DESCRIÇÃO DO PRODUTO**	**Unidade**	**QTDE**	**Fornecedor**	**VALOR UNITARIO**
01/ 2017	**Contrato**	**LOTE**	**LITROS**	**PREFEITURA MUNICIPAL**	**Regist**		**unitario**
	ATA /01 ANO 2017	**Lote 1**		SECRETARIA **MUNICIPAL PROMOÇÃO SOCIAL**		C.M COMERCIO	
			10458 TERMINAL DE DIRECAO- UNO MILE		12 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	**48,0000**
			10467 AMORTECEDOR DIANTEIRO-UNO MILE		26 UN		**128,70000**
			10994 BOMBA DE COMBUSTIVEL COMPLETA - FLEX		9 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	**179,20000**
			12328 SENSOR DE FREIO		2 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	**43,50000**
			13867 BATERIA 60 AMPARES		6 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	**299,80000**

			14874 PASTILHA FREIO DIANTEIRA		6 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	**58,0000**
			14992 ESCAPAMENTO COMPLETO		2 PC	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	**448,0000**
			15004 PASTILHA FREIO TRASEIRO		6 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	**48,50000**
			15163 AMORTECEDOR DIANTEIRO - SPIM		4 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	**258,50000**
			15164 AMORTECEDOR TRASEIRO-SPIM		4 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	**149,0000**
			16663 BUZINA AUTOMOTIVO		2 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	**88,90000**
			16758 TENSOR AUTOMOTIVO UNO.		15 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	**74,20000**
			16781 DISCO DE FREIO AUTOMOTIVO		15 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	**108,80000**
			16800 CALCO DO MOTOR		16 PC	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	**9,80000**
			16806 SILENCIOSO AUTOMOTIVO UNO		9 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	**138,50000**
			16810 KIT DE EMBREAGEM UNO		13 CJ	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	**138,0000**
			16819 CILINDRO MESTRE DO FREIO AUTOMOTI-VO		18 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	**188,0000**
			16825 SENSOR DA VALVULA PRESSOSTATO UNO.		10 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	**78,0000**
			16828 TENSOR AUTOMOTIVO SPIM		8 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	**208,0000**
			16831 JUNTA DA TAMPA TUCHE UNO		14 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	**19,40000**
			16838 JUNTA COMPLETA DO MOTOR AUTOMOTI-VO		9 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	**188,0000**
			16840 COXIM DO CAMBIO AUTOMOTIVO		32 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	**74,0000**
			16844 ESCAPAMENTO PRIMARIO UNO		9 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	**123,80000**
			16847 JOGO DE BRONZINA CENTRAL UNO		9 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	**93,0000**
			16857 KIT ESTABILIZADOR UNO.		11 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	**18,90000**
			16864 BUCHA DE FERRO UNO		21 CJ	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	**16,0000**
			16867 FILTRO DE COMBUSTIVEL DE PLASTICO AUTOMOTIVO UNO		16 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	**34,40000**
			16871 RELE AUXILIAR MINI UNO.		15 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	**24,0000**
			16875 TRAVA DE INGNIÇÃO UNO		10 PC	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	**64,0000**
			16886 VALVULA AUTOMOTIVA UNO		17 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	**48,08000**
			16891 TUBO INTERMEDIARIO DO ESCAPAMENTO AUTOMOTIVO		11 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	**118,0000**
			16896 COIFA DA HOMOCINETICA INTERNA AUTO-MOTIVO UNO		16 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	**18,40000**
			16907 EMBREAGEM P/ SPIM		12 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	**228,80000**
			17096 AMORTECEDOR DA SUSPENSAO TRASEI-RO A AR AUTOMOTIVO - FIAT,DOBLO,2006 EM DIANTE,PECA GE-NUINA		10 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	**188,50000**
			2449161 PASTILHA DE FREIO - FIAT, UNO FIRE, ANO 2006/2007		10 QTD	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	**39,70000**
			3106 FILTRO DE COMBUSTIVEL		2 QTD	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	**18,9000**
			3186 FILTRO AR COMPLETO.		4 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	**35,0000**
			3482 JUNTA DE CAMBIO (O JOGO)		12 QTD	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	**14,4000**

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÉNCIA SOCIAL

FORNECEDOR: C. M. COMERCIO DE AUTOPEÇAS LTDA-ME

Nº Pregão	Nº ARP/ 01	Nº ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	Unidade	QTDE	Fornecedor	VALOR UNITARIO
01/2017	**Contrato**	**LOTE**	**LITROS**	**PREFEITURA MUNICIPAL**	**Regist**		**unitario**

	Ata /01 ANO 2017	**Peças Lote 1**		**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÉNCIA SOCIAL**	xxxx		**(R$)**
			11543 BRACADEIRA		18 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	3,980000
			14799 FILTRO SECADOR UNO		16 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	38,70000
			16902 REGULADOR DE FREIO UNO		11 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	33,80000
			3186 FILTRO AR COMPLETO.		12 QTD	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	33,9000
			5227 CORREIA DENTADA		6 QTD	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	46,90000
			5903 DISCO DE FREIO DO UNO		22 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	138,0000

ORIGEM: SECRETARIA DE SAUDE

FORNECEDOR: C. M. COMERCIO DE AUTOPEÇAS LTDA-ME

Pregão Nº08	**Nº ARP/ 03**	**Nº ITEM**	**DESCRIÇÃO DO PRODUTO**	**Unidade**	**QTDE**	**Fornecedor**	**VALOR UNITARIO**
08/ 2017	**Contrato**	**LOTE**		**PREFEITURA MUNICIPAL**	**Regist**		**unitario**
	ATA /03 ANO 2017	**Lote 1 PEÇAS**		**SECRETARIA DE SAUDE**	xxxx		**(R$)**
			10461 PASTILHA FREIO DIANTEIRO- UNO MILE		10 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	28,50000
			10965 TERMINAL CABO COM.CAMBIO		11 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	49,40000
			11422 AMORTECEDOR TRAS..-STRADA		4 PC	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	149,0000
			1263366 ALTERNADOR AUTOMOTIVO - 65AMP, FIAT, SIENA/PALIO/PALIO WEEKEND/UNO MILLE/FIORINO/STRADA/UNO, 96/98, 46521788, PECA FABRICANTE ORIGINAL COM CERTIFICADO ISO-9001 A 14001 E QS-9000.		6 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	888,0000
			1283510 ALMOFADA DO PEDAL DE EMBREAGEM AUTOMOTIVO - FIAT, ELBA/FIORINO/UNO, 92/96, 7568442, PECA FABRICANTE ORIGINAL COM CERTIFICADO ISO-9001 A 14001 E QS-9000.		20 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	19,80000
			14640 PARABRISA - UNO		13 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	368,0000
			1536290 ACOPLAMENTO DA ALAVANCA SELETORA GARFO AUTOMOTIVO - FIAT, UNO MILLE, 1998, PECA GENUINA		10 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	169,0000
			16641 COXIM DO ESCAPAMENTO AUTOMOTIVO		10 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	29,20000
			16643 JUNTA DA BOMBA DA AGUA AUTOMOTIVO		9 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	11,50000
			16645 JUNTA COMPLETA DO MOTOR AUTOMOTIVO		12 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	188,50000
			16649 PASTILHA DE FREIO DA RODA DIANTEIRA AUTOMOTIVO		10 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	64,20000
			16651 ROLAMENTO DE EMBREAGEM AUTOMOTIVO		18 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	68,0000
			16653 RELE DO FAROL AUTOMOTIVO		15 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	39,350000
			16664 FILTRO DE OLEO AUTOMOTIVO		18 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	29,70000
			16688 PALHETA DO LIMPADOR DE PARA-BRISA AUTOMOTIVO		11 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	24,0000
			16693 CORREIA DO ALTERNADOR AUTOMOTIVO		10 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	29,0000
			16696 CABO DE FREIO DE ESTACIONAMENTO AUTOMOTIVO		10 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	68,50000
			16702 PASTILHA DE FREIO DA RODA DIANTEIRA AUTOMOTIVO		13 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	58,80000
			16717 BARRA DE DIRECAO PARA AUTO - MISTO DE FERRO E BORRACHA		2 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	239,60000

			16721 SAPATA DE FREIO COM GUARNICAO AUTOMOTIV		16 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	158,50000
			16723 ROLAMENTO DO CUBO DE RODA DIANTEIRA AUTOMOTIVO		20 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	68,60000
			16733 ELETROVENTILADOR DO RADIADOR		13 PC	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	348,550000
			16734 AMORTECEDOR DA SUSPENSAO DIANTEIRA		14 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	158,90000
			16735 DEFLETOR DE AR SUPERIOR DO RADIADOR AUTOMOTIVO		9 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	138,450000
			16738 JUNTA DO COLETOR DE ADMISSAO AUTOMOTIVO		15 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	4,980000
			16741 GARFO SELETOR DA MARCHA AUTOMOTIVO		12 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	118,50000
			16744 ELEMENTO DO FILTRO DE OLEO LUBRIFICANTE DO MOTOR		24 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	21,20000
			16762 ANEL EM FERRO DIANTERO UNO		6 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	49,0000
			16794 ROLAMENTO DA CORREIA DENTADA		19 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	98,890000
			16813 ANEL SINCRONIZADOR AUTOMOTIVO		19 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	69,0000
			16816 RETENTOR DE GRAXA DO EIXO TRASEIRA		24 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	19,20000
			16949 JUNTA DO CARTER AUTOMOTIVO		9 PC	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	21,20000
			16954 CILINDRO MESTRE DO FREIO AUTOMOTIVO		7 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	208,80000
			16956 SERVO DO FREIO AUTOMOTIVO		8 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	398,50000
			17061 MANCAL - DO ESTABILIZADOR, VW/KOMBI		4 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	49,0000
			17062 MANCAL - DO ESTABILIZADOR LADO DIREITO, VW/KOMBI		4 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	49,0000
			17063 MANCAL - DO ESTABILIZADOR LADO ESQUERDO, VW/KOMBI		4 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	49,0000
			17064 CORREIA DO ALTERNADOR AUTOMOTIVO - VW,KOMBI,ANO 2002 EM DIANTE,PECA ORIGINAL		2 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	29,10000
			17065 INTERRUPTOR PRESSAO DE OLEO - MEDIR A PRESSAO DO OLEO, WOLKSVAGEM, KOMBI, ANO: VARIADOS		4 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	24,40000
			17066 JUNTA DO CABECOTE DO MOTOR AUTOMOTIVO - VW,KOMBI,2000 EM DIANTE,ORIGINAL		4 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	49,40000
			17067 CABO DE EMBREAGEM AUTOMOTIVO - VW, KOMBI, 2001 EM DIANTE, PECA GENUINA		2 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	24,40000
			17068 CABO DE EMBREAGEM AUTOMOTIVO - PARA VOLKSWAGEN, KOMBI, ANO 2005 EM DIANTE, PECA GENUINA		2 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	24,40000
			17069 JUNTA DE CAMBIO AUTOMOTIVO - VW, KOMBI, ANO 92 EM DIANTE, PECA ORIGINAL		4 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	14,40000
			17070 PASTILHA DE FREIO DA RODA DIANTEIRA AUTOMOTIVO - -		4 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	31,20000
			17071 VEDADOR DA TAMPA DO RADIADOR DE AGUA AUTOMOTIVO - VOLKSWAGEN,KOMBI,2007 EM DIANTE,PECA ORIGINAL		2 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	14,80000
			17072 CILINDRO MESTRE DO FREIO AUTOMOTIVO - VW,KOMBI,ANO 2002 EM DIANTE,.,PECA ORIGINAL		2 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	189,20000
			17073 ROLAMENTO DO ALTERNADOR AUTOMOTIVO –GRANDE FIAT DOBLO/2000/2006 ORIGINAL		25 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	17,60000
			17074 DISCO DE FREIO AUTOMOTIVO - FIAT,DOBLO,ANO 2006 EM DIANTE		8 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	74,30000
			17075 PASTILHA DE FREIO - FIAT, DOBLO 1.8, ANO 2007		6 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	34,30000
			17076 CORREIA DO ALTERNADOR AUTOMOTIVO - FIAT, DOBLO		4 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	29,10000

			1.8, 2007 EM DIANTE, PECA GENUINA.				
			17077 CORREIA DENTADA AUTOMOTIVO - FIAT, DOBLO 1. 8, 2007 EM DIANTE, PEÇA GENUINA		4 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	55,90000
			17078 DISCO DE FREIO AUTOMOTIVO - FIAT, DOBLO 1.8, ANO 2007		4 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	74,30000
			17079 COXIM DO CAMBIO AUTOMOTIVO - PARA FIAT, DO- BLO, ANO 2006 EM DIANTE, PECA GENUINA		4 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	94,60000
			17080 RADIADOR DE AGUA AUTOMOTIVO - FI- AT,DOBLO,ANO 2005 EM DIANTE,PECA GENUINA		1 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	379,60000
			17081 JUNTA DO CABECOTE DO MOTOR AUTOMOTIVO - FIAT,DOBLO,ANO 2006 EM DIANTE,ORIGINAL		2 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	49,40000
			17082 COXIM DO AMORTECEDOR AUTOMOTIVO - DIANTEI- RO, FIAT,DOBLO,2006 EM DIANTE,PECA GENUINA		4 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	19,40000
			17083 FILTRO DE COMBUSTIVEL PLASTICO AUTOMOTIVO - FIAT DOBLO, 2005, PEÇA ORIGINAL		2 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	29,20000
			17084 JOGO DE VELA - PARA MOTOR/IGNICAO, FIAT, DOBLO 1.8, ANO 2007/2008		2 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	99,40000
			17085 FECHADURA DA PORTA TRASEIRA ESQUERDO AU- TOMOTIVO - FIAT,DOBLO 1.8,2007,PECA GENUINA		1 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	33,90000
			17086 CORPO DO ESPELHO RETROVISOR EXTERNO AU- TOMOTIVO - FIAT,DOBLO,2007/2007,GENUINO		2 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	79,20000
			17087 JUNTA DO CABECOTE DO MOTOR AUTOMOTIVO - FIAT,DOBLO,ANO 2006 EM DIANTE,ORIGINAL		2 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	49,10000
			17088 FILTRO SECADOR - PARA AR CONDICIONADO,FIAT DOBLO, ANO 2006 EM DIANTE		2 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	33,80000
			17089 JUNTA DA TAMPA DA TUCHE - FIAT,DOBLO,ANO 2006 EM DIANTE		2 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	14,60000
			17090 PARABRISA - DIANTEIRO, FIAT - REF: 51775412, DO- BLO ELX 1.8 FLEX., 2006/2007.		1 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	348,80000
			17091 FECHADURA DA PORTA LATERAL DIREITA AUTOMO- TIVA - FIAT,DOBLO,2008 EM DIANTE,PECA GENUNINA		2 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	39,40000
			17092 COXIM DO AMORTECEDOR AUTOMOTIVO - FIAT, POSIÇÃO TRASEIRO,,DOBLO,2006 EM DIANTE,PECA GENUINA		4 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	19,40000
			17093 AMORTECEDOR SUSPENSAO TRASEIRA A OLEO AUTOMOTIVO - FIAT,DOBLO,2004 EM DIANTE,PECA GENUINA		2 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	188,90000
			17094 COXIM DO MOTOR AUTOMOTIVO - PARA FIAT, DO- BLO, ANO 2006 EM DIANTE, LADO ESQUERDO/DIREITO, PECA ORIGINAL		4 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	133,90000
			17095 KIT DO AMORTECEDOR - FIAT, DOBLO 1.8, ANO 2005 A 2008,DIANTEIRO COM BATEDOR E COIFA		2 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	41,50000
			1965050 ABRACADEIRA PARA MANGOTE - FERRO, SEGURAR O ESCAPE, FIAT UNO MILLE ANO 2000/2000., PEQUE- NO		10 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	4,90000
			2519259 ALAVANCA DO GARFO DE EMBREAGEM AUTOMOTI- VO - PARA FIAT, UNO FIRE, ANO 2006 EM DIANTE, PECA GENUI- NA		10 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	79,0000
			2738015 ALAVANCA DE ACIONAMENTO DE SETA AUTOMOTI- VO - FIAT,UNO,2004 EM DIANTE,PECA GENUINA		10 UN	**C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME**	84,50000

CLÁUSULA II - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços vigorará por **12 (doze) meses**, a partir da data de sua assinatura.

2.1 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Prefeitura Municipal de **SÃO JOSÉ DO POVO-MT** não será obrigada a utilizar-se dos produtos referido na Cláusula I, exclusivamente, pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de quaisquer espécies às sociedades empresárias detentoras, podendo inclusive, cancelar esta Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos às detentoras, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA III - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O presente Ata, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante manifestação de interesse junto a Prefeitura Municipal de São José do Povo, para que este autorize e indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos a serem locados, não podendo exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados.

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pelo(s) Fornecedor(es) signatário(s) da presente Ata de Registro de Preços está especificado no Anexo I, do Edital do **Pregão nº 08/2017**, de acordo com a respectiva classificação.

3.2 Para os fornecimentos decorrentes desta Ata, serão observados os aspectos relativos aos preços e condições constantes do Edital do **Pregão nº 08/2017.**

3.3 Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta de preços apresentada, no **Pregão nº 08/2017**, pela sociedade empresária detentora da presente Ata.

CLÁUSULA IV - DO LOCAL

Todas as atividades necessárias à execução do objeto desta Ata de Registro de Preços deverão ser realizadas em espaços físicos e instalações adequadas.

CLÁUSULA V - DO PAGAMENTO

5.1 A Contratada deverá apresentar a Nota de fiscal/fatura após a solicitação dos produtos, devendo o pagamento ocorrer no prazo de até 30 (trinta) dias, contado da data da fatura;

5.2 O pagamento será creditado em nome da licitante vencedora, mediante ordem bancária, a ser efetivado no banco, agência, e conta corrente, explicitados em sua Proposta de Preços.

5.3 O Departamento de Compras da PREFEITURA MUNICIPAL DE **SÃO JOSÉ DO POVO-MT** reserva-se o direito de suspender o pagamento se os produtos fornecidos estiverem em desacordo com as especificações constantes do Termo de Referência - Anexo V do Edital de Pregão.

5.4 Havendo erro na nota fiscal/fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida ao fornecedor e o pagamento ficará pendente, até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de **SÃO JOSÉ DO POVO-MT**.

CLÁUSULA VI - DAS CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO DOS PRODUTOS

6.1- O fornecimento dos produtos deverá ser efetuado após expedição de regular nota de empenho pela PREFEITURA MUNICIPAL DE **SÃO JOSÉ DO POVO-MT**, "autorização de compra", na qual deverá (ao) ser indicado (s) local (is) para entrega dos produtos.

6.2- O fornecedor, quando do recebimento da solicitação da necessidade da aquisição dos produtos, emitido pelo Órgão solicitante deverá colocar na cópia, que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a recebeu além da identificação de quem a recebeu.

6.3- A cópia da solicitação, referida no item anterior, deverá ser devolvida ao Órgão requisitante, a fim de ser anexada ao respectivo processo.

6.4- O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados, durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

6.5- Entregar os produtos solicitados na Secretaria Municipal de Infra Estrutura de **SÃO JOSÉ DO POVO-MT**, em um prazo máximo de 24 horas, a partir do recebimento da requisição feita pelo Departamento de Compras do Município de **SÃO JOSÉ DO POVO-MT**.

CLÁUSULA VII - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar às detentoras desta Ata, segundo a gravidade da falta cometida, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente cabíveis:

a) **advertência**, por escrito;

b) **multa** equivalente a 10% (dez por cento), pela recusa da entrega dos produtos ou por estar em desacordo com o ora pactuado, calculada sobre o valor total do Contrato, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contado do recebimento da notificação;

c) **suspensão** temporária para participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de **SÃO JOSÉ DO POVO-MT** ,por um prazo de até 02 (dois) anos, conforme fixar a Autoridade Competente, em função da natureza e gravidade da falta cometida;

d) **declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramentos de fornecedores a que se refere o inciso XIV, do art. 4º, da Lei nº 10.520, de 17.7.2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo da multa prevista na alínea "b" desta Cláusula e demais cominações legais, conforme determina o art. 7º, da Lei em comento.

7.1 Se qualquer um dos motivos ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente, justificado e aceito pela PREFEITURA MUNICIPAL DE **SÃO JOSÉ DO POVO-MT**, a licitante detentora desta Ata ficará isenta das penalidades supra.

7.2 As multas referidas nesta Cláusula serão recolhidas diretamente a PREFEITURA MUNICIPAL DE **SÃO JOSÉ DO POVO-MT**, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da notificação ou, quando da efetiva contratação, descontada dos pagamentos, eventualmente, devidos pela Administração, da garantia, ou, ainda, cobrada judicialmente, nos termos dos §§ 2º e 3º, do art. 86, da Lei nº 8.666/93, com suas posteriores alterações.

7.3 As penalidades previstas nesta Cláusula serão formalmente motivadas nos autos do processo e serão independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

CLAUSULA VIII – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS DE FORNECEDOR

O Fornecedor poderá ter o seu registro de preços cancelado:

8.1 Por iniciativa da Prefeitura Municipal de **SÃO JOSÉ DO POVO- MT.** quando:

a) descumprir as condições constantes da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva Nota de Empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas pela Administração;

e) der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente da presente Ata de Registro de Preços.

8.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses acima previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, serão formalizados por despacho da autoridade competente da Prefeitura Municipal de **SÃO JOSÉ DO POVO- MT.**

8.3 A pedido do Fornecedor, quando:

a) comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, devidamente comprovados;

b) o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do material/equipamento. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VII, caso não sejam aceitas as razões do pedido.

8.4 A comunicação do cancelamento dos preços registrados será feita pessoalmente ou por correspondência, com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos.

8.5 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado(s) o(s) preço(s) registrado(s) no dia subsequente à publicação.

CLAUSULA IX – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

A aquisição dos produtos, objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizada, em todo caso, pela PREFEITURA MUNICIPAL DE **SÃO JOSÉ DO POVO- MT,** ou, na hipótese prevista na cláusula III pelo órgão requisitante.

9.1 As emissões de Autorizações de compra, suas retificações ou cancelamentos, totais ou parciais, serão, igualmente, autorizados pela Prefeitura Municipal de **SÃO JOSÉ DO POVO- MT.** Ou pelo Órgão requisitante ao qual tenha sido facultado à utilização desta Ata de Registro de Preços.

CLAUSULA X – DA FISCALIZAÇÃO

Ficará responsável pela fiscalização desta Ata de Registro de Preços o funcionário público municipal desta Prefeitura Municipal de **SÃO JOSÉ DO POVO- MT.** Sra. DILMA FLORES DE FARIAS**,** nomeado como **FISCAL DE CONTRATO**, através da Portaria nº. 059/2017 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2017, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso das aquisições, que de tudo dará ciência à Administração, conforme art. 67, da Lei nº 8.666/93, com suas anteriores alterações.

CLÁUSULA XI - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta de Dotações Orçamentárias, conforme a Secretaria Solicitante:

02-PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO POVO

010-GABINETE DO PREFEITO

04.122.2010.02004.3.3.90.30.00.00 - MANTER O GABINETE DO PREFEITO - MATERIAL DE CONSUMO.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA -SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

04.129.6010.02011.3.3.90.30.00.00 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA - MATERIAL DE CONSUMO.

SECRETARIA MUN. DE TRANS. OBRAS E SERV. PUBLICOS-SECRETARIA MUN. DE TRANS. OBRAS E SERV. PUBLICOS

04.122.7070.02017.3.3.90.30.00.00 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA - MATERIAL DE CONSUMO.

SECRETARIA MUN. DE TRANS. OBRAS E SERV. PUBLICOS-SECRETARIA MUN. DE TRANS. OBRAS E SERV. PUBLICOS

26.782.7050.02178.3.3.90.30.00.00 - CONSERVAR E RESTAURAR ESTRADAS VICINAIS - FETHAB - MATERIAL DE CONSUMO.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA-SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

12.361.8030.02181.3.3.90.30.00.00 - EXECUTAR AUXILIO FINANC.TRANSP.ESCOLAR - ESTADUAL - MATERIAL DE CONSUMO.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL-SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL

08.244.9260.02071.3.3.90.30.00.00 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECR. DE PROM. SOCIAL - MATERIAL DE CONSUMO.

03-SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

160-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.9110.02047.3.3.90.30.00.00 - PROGRAMA DE ATENÇÃO BASICA - PAB FIXO-FEDERAL - MATERIAL DE CONSUMO.

04-SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL

120-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.243.9280.02109.3.3.90.30.00.00 - EXECUTAR PROG.IND.GESTAO DESCENTRALIZADA-IGD/PBF - MATERIAL DE CONSUMO.

CLÁUSULA XII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integram esta Ata o Edital de Pregão para **Registro de Preços nº 08/2017**, seus Anexos e a Proposta de Preço da sociedade empresárias: **C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 07.599.837/0001-48**, no mencionado certame.

12.1 Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº**10.520**, de 17 de julho de 2002, Decretos nº**3.555**, de 08 de agosto de 2000, **3.693**, de 20 de dezembro de 2000, **3.784**, de 06 de abril de 2001, **3.931**,de 19 de setembro de 2001 e **4.342**, de 23 de agosto de 2002 e no que couber, com a Lei nº**8.666**, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores e ainda a lei complementar e 123/2006.

CLÁUSULA XIII - DA PUBLICAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE **SÃO JOSÉ DO POVO- MT** providenciará a publicação, do extrato, desta Ata de Registro de Preços no Jornal Oficial dos Municípios, no prazo de até vinte dias da data de sua assinatura.

CLÁUSULA XIV - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com o Contrato vinculado a esta Licitação a Licitante Vencedora deve se subordinar ao Foro da Justiça Comum, da Comarca de Rondonópolis- MT, excluindo, por mais privilegiado que for, qualquer outro, desde que não possa ser resolvido amigavelmente;

SÃO JOSÉ DO POVO- MT, 02 de Maio de 2017.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

PREFEITO MUNICIPAL

FORNECEDOR: **C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 07.599.837/0001-48**

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DO JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2017

A Comissão Permanente de Licitação da **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO**, Estado de Mato Grosso, nomeado através da portaria nº **79/2017**, por ordem do Senhor **ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA**, torna público, para quem possa interessar e em conformidade com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores que o julgamento do certame supra citado resultou vencedor (es) a **Pessoa Jurídica 1ª vencedora: GENI BATISTA CAMILO-ME, CNPJ nº 05.408.987/0001-00, no valor POR GLOBAL de R$ 111.187,50 (Cento e Onze Mil, Cento e Oitenta e Sete Reais, e Cinquenta Centavos.)**.

PUBLIQUE-SE

SÃO JOSÉ DO POVO-MT, 02 de Maio de 2017.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

PREFEITO

FRANCISMEIRE A.R.CHAVES

PREGOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

PREVIMUNI
PUBLICAÇÃO RESULTADO PREGÃO 002/2017

PREGÃO Nº 002/2017 – RESULTADO DO JULGAMENTO

O INSTITUTO MUNICIPAL DOS SERVIDORES DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO – MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público, para quem possa interessar, que o julgamento do certame supracitado resultou vencedora a Empresa: **AG CONSULTORIA E CONTABILIDADE LTDA EPP:** N°**05.011.768/0001-84,** com o valor total de **R$ 30.000,00 (Trinta mil reais)**. São José do Rio Claro – MT., 28 de abril de 2017. **Angela Rodrigues de Matos** – Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

LEI MUNICIPAL N. 698/2017

LEI MUNICIPAL N. 698/2017 25 DE ABRIL DE 2017.

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, ALTERANDO A LEI 549/2013 PPA DE 2014 A 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Luiz Carlos Nunes Castelo, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º- Fica aberto crédito adicional especial na Lei do Plano Plurianual de 2014 a 2017, Lei 549/2013 no valor de R$ 351.718,91 (Trezentos e cinquenta e um mil setecentos e dezoito reais e noventa e um centavos) nas seguintes dotações:

03 – Secretaria Municipal de Administração.

0001 – Gabinete do Secretário

04 - Administração

122 – Administração Geral

0003 –Administração Geral

1562 –Aplicação de Recursos de Exercícios Anteriores – Ordinários 312.875,83

06 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

0001 – Setor de Obras Viação e Transporte

26 - Transporte

782 – Transporte Rodoviário

0101 –Transporte Rodoviário

2090– Aplicação de Recursos de Exercícios Anteriores – Fethab 38.843,08

Art. 2º - A cobertura do crédito especial a que se refere o artigo anterior se fará através do Superávit Financeiro apurado **por fonte de destinação de recursos** do exercício de 2016, nos termos do artigo 43, parágrafo 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64 e demonstrativo abaixo:

Recursos Ordinários:

REDUZIDO	Recursos/Conta Bancaria	SALDO	FONTE
40	FPM	217.998,41	**300**
59	EXPORT	2.320,39	**300**
55	ITR	21.226,80	300
43	FE	5.779,10	300
13	FEX	13.471,86	300
90	CIDE	2.071,75	300
97	AFM	670,44	300
95	SNA	4.160,16	300
101	IPVA	3.893,83	300
113	TRIBUTOS	18.935,55	**300**
114	DAE	22.347,54	**300**
Total		**312.875,83**	**300**
Recursos do Fethab			

REDUZIDO	Recursos/Conta Bancaria	SALDO	FONTE
172	FETHAB	38.843,08	**330**
TOTAL		38.843,08	300

Art.3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação ou afixação no local de costume, revogando-se as disposições em contrário.

Luiz Carlos Nunes Castelo

Prefeito Municipal

Registre-se Publique-se Cumpra-se

LEI MUNICIPAL N. 699/2017

LEI MUNICIPAL N. 699/2017 25 DE ABRIL DE 2017.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, ALTERANDO A LEI 652/2016 LDO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Luiz Carlos Nunes Castelo, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional especial na Lei Orçamentária Anual – **LDO 2017 - Lei 652/2016** no valor de **R$ 351.718,91** (**Trezentos e cinquenta e um mil setecentos e dezoito reais e noventa e um centavos**) nas seguintes dotações:

03 – Secretaria Municipal de Administração.

0001 – Gabinete do Secretário

04 - Administração

122 – Administração Geral

0003 –Administração Geral

1562 –Aplicação de Recursos de Exercícios Anteriores – Ordinários 312.875,83

06 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

0001 – Setor de Obras Viação e Transporte

26 - Transporte

782 – Transporte Rodoviário

0101 –Transporte Rodoviário

2090– Aplicação de Recursos de Exercícios Anteriores – Fethab 38.843,08

Art. 2º - A cobertura do crédito especial a que se refere o artigo anterior se fará através do Superávit Financeiro apurado **por fonte de destinação de recursos** do exercício de 2016, nos termos do artigo 43, parágrafo 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64 e demonstrativo abaixo:

Recursos Ordinários:

REDUZIDO	Recursos/Conta Bancaria	SALDO	FONTE
40	FPM	217.998,41	**300**
59	EXPORT	2.320,39	**300**
55	ITR	21.226,80	300
43	FE	5.779,10	300
13	FEX	13.471,86	300
90	CIDE	2.071,75	300
97	AFM	670,44	300
95	SNA	4.160,16	300
101	IPVA	3.893,83	300
113	TRIBUTOS	18.935,55	**300**
114	DAE	22.347,54	**300**
Total		**312.875,83**	**300**
Recursos do Fethab			

REDUZIDO	Recursos/Conta Bancaria	SALDO	FONTE
172	FETHAB	38.843,08	**330**
TOTAL		38.843,08	300

Art.3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação ou afixação no local de costume, revogando-se as disposições em contrário.

Luiz Carlos Nunes Castelo

Prefeito Municipal

Registre-se Publique-se Cumpre-se

LEI MUNICIPAL N. 700/2017

LEI MUNICIPAL N. 700/2017 25 DE ABRIL DE 2017.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, ALTERANDO A LEI 674/2016 LOA DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS"

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Luiz Carlos Nunes Castelo, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional especial na Lei Orçamentária Anual – LOA 2017 - Lei 674/2016 no valor de R$ **351.718,91 (Trezentos e cinquenta e um mil setecentos e dezoito reais e noventa e um centavos**) nas seguintes dotações:

03 – Secretaria Municipal de Administração.

0001 – Gabinete do Secretário

04 - Administração

122 – Administração Geral

0003 –Administração Geral

1562 –Aplicação de Recursos de Exercícios Anteriores – Ordinários 312.875,83

44.90.52 – Equipamentos e Material Permanente,.....´..... 50.000,00

44.90.51 – Obras e Instalações..... 262.875,83

Fonte de Recursos 0.3.00.000.000 Recursos Ordinários 312.875,83

06 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

0001 – Setor de Obras Viação e Transporte

26 - Transporte

782 – Transporte Rodoviário

0101 –Transporte Rodoviário

2090– Aplicação de Recursos de Exercícios Anteriores – Fethab 38.843,08

33.90.30 – Material de Consumo.....´..... 25.343,08

44.90.52 – Equipamentos e Material Permanente..... 13.500,00

Fonte de Recursos 0.3.30.000.000 Recursos do Fethab..... 38.843,08

Art. 2º - A cobertura do crédito especial a que se refere o artigo anterior se fará através do Superávit Financeiro apurado **por fonte de destinação de recursos** do exercício de 2016, nos termos do artigo 43, parágrafo 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64 e demonstrativo abaixo:

Recursos Ordinários:

REDUZIDO	Recursos/Conta Bancaria	SALDO	FONTE
40	FPM	217.998,41	**300**
59	EXPORT	2.320,39	**300**
55	ITR	21.226,80	300
43	FE	5.779,10	300
13	FEX	13.471,86	300
90	CIDE	2.071,75	300
97	AFM	670,44	300
95	SNA	4.160,16	300
101	IPVA	3.893,83	300
113	TRIBUTOS	18.935,55	**300**
114	DAE	22.347,54	**300**
Total		**312.875,83**	**300**
Recursos do Fethab			

REDUZIDO	Recursos/Conta Bancaria	SALDO	FONTE
172	FETHAB	38.843,08	**330**
TOTAL		38.843,08	300

Art.3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação ou afixação no local de costume, revogando-se as disposições em contrário.

Luiz Carlos Nunes Castelo

Prefeito Municipal

Registre-se publique-se cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

EXTRATO DE DISTRATO

EXTRATO DE DISTRATO DO CONTRATO DE Nº 12/2017, DISTRATANTE: Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos – MT, CNPJ sob n° 15.024.029/0001-80, DISTRATADA: a Empresa: **3M COMERCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA ME**, inscrita no CNPJ sob n° 04.347.124/0001-07, estabelecida na Av. Frei Coimbra, nº 500, Bairro Jardim Novo Horizonte, CEP 78.135.625, Várzea Grande – MT. Objeto: Bilateral de interesse Público.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

DECIMO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE Nº 136/2015, que fazaPrefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos – MT, inscrita no CNPJ N° 15.024.029/0001-80, sediada na Av. Dr. Guilherme Pinto Cardoso, e a Empresa: **CONSTRUMANA CONSTRUÇOES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 03.744.864/0001-06, sediada na Rua Ceara, n° 920, Centro, nesta cidade e comarca de São José dos Quatro Marcos – MT. Tendo por objeto, prorrogação de prazo.

EXTRATO DE DISTRATO

EXTRATO DE DISTRATO DO CONTRATO DE Nº 13/2017, DISTRATANTE: Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos – MT, CNPJ sob n° 15.024.029/0001-80, DISTRATADA: a Empresa: **ONIX COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA ME**, inscrita no CNPJ sob n° 12.514.719/0001-20, estabelecida na Rua 25 (vinte e cinco), Quadra 37, Casa 27, Bairro Coophami, Cuiabá – MT. Objeto: Bilateral de interesse Público.

EXTRATO DE DISTRATO

EXTRATO DE DISTRATO DO CONTRATO DE Nº 14/2017, DISTRATANTE: Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos – MT, CNPJ sob n° 15.024.029/0001-80, DISTRATADA: a Empresa: **CASTELLI MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA EPP**, inscrita no CNPJ sob n° 11.000.062/0001-10, estabelecida na Avenida Arquimedes Pereira Lima, nº 08, Bairro Santa Cruz, Cuiabá – MT. Objeto: Bilateral de interesse Público.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

NONO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE Nº 53/2014, que fazaPrefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos – MT, inscrita no CNPJ N° 15.024.029/0001-80, sediada na Av. Dr. Guilherme Pinto Cardoso, e a Empresa: **CONSTRUMANA CONSTRUÇOES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 03.744.864/0001-06, sediada na Rua Ceara, n° 920, Centro, nesta cidade e comarca de São José dos Quatro Marcos – MT. Tendo por objeto, prorrogação de prazo.

PREVIQUAM
EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO - CONTRATO 04/2016

Previquam – Fundo Municipal Previdência Social de São José dos Quatro Marcos

EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATUAL – CONTRATO 04/2016

DISTRATANTE–FUNDO MUNICIPAL PREVIDENCIA SOCIAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS.

Empresa Distratada:. Jussemar Rebuli Pinto ME.

Motivo: Rescisão Administrativa Unilateral, por descumprimento do contrato de prestação de serviços 04/2016.

Data Da rescisão: 02 de Maio de 2017.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE Nº 95/2015, que fazaPrefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos – MT, inscrita no CNPJ N° 15.024.029/0001-80, sediada na Av. Dr. Guilherme Pinto Cardoso, e a Empresa: **CONSTRUMANA CONSTRUÇOES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 03.744.864/0001-06, sediada na Rua Ceara, n° 920, Centro, nesta cidade e comarca de São José dos Quatro Marcos – MT. Tendo por objeto, prorrogação de prazo.

EXTRATO DE ADESÃO

O senhor **RONALDO FLOREANO DOS SANTOS**, Prefeito do Município de São José dos Quatro Marcos – MT, no uso de suas atribuições legais, e com autorização da Empresa:**ADEVANIR GRACIANO MARTINS EPP,** Inscrita no CNPJ 11.899.730/0001-92, com sede Rua Sebastião Fernandes de Oliveira, 397, Centro, do Município de Araputanga MT. **Aderir a**

Termo de Adesão a ata de Registro de Preço de **nº 04/2017**, junto **a Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal**. Objeto: **Serviço de Agência de Publicidade**.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

NONO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE Nº 46/2014, que fazaPrefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos – MT, inscrita no CNPJ N° 15.024.029/0001-80, sediada na Av. Dr. Guilherme Pinto Cardoso, e a Empresa: **RODRIGUES DOS SANTOS & ABREU SANTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 10.958.496/0001-64, sediada na Estrada Municipal, s/nº, Parque Industrial, nesta cidade e comarca de São José dos Quatro Marcos – MT. Tendo por objeto, prorrogação de prazo.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SEXTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE Nº 55/2015, que fazaPrefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos – MT, inscrita no CNPJ N° 15.024.029/0001-80, sediada na Av. Dr. Guilherme Pinto Cardoso, e a Empresa: **CONSTRUMANA CONSTRUÇOES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 03.744.864/0001-06, sediada na Rua Ceara, n° 920, Centro, nesta cidade e comarca de São José dos Quatro Marcos – MT. Tendo por objeto, prorrogação de prazo.

EXTRATO DE DISTRATO

EXTRATO DE DISTRATO DO CONTRATO DE Nº 18/2017, DISTRATANTE: Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos – MT, CNPJ sob n° 15.024.029/0001-80, DISTRATADA: a Empresa: **COXIPO MATERIAIS ELETRICOS LTDA – ME**, inscrita no CNPJ sob n° 26.579.029/0001-63, estabelecida na Av. Fernando Correa da Costa, nº 4.646, Bairro Jardim Alencastro, CEP 78.085-000, Cuiabá – MT. Objeto: Bilateral de interesse Público.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

NONO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE Nº 47/2014, que fazaPrefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos – MT, inscrita no CNPJ N° 15.024.029/0001-80, sediada na Av. Dr. Guilherme Pinto Cardoso, e a Empresa: **RODRIGUES DOS SANTOS & ABREU SANTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 10.958.496/0001-64, sediada na Estrada Municipal, s/nº, Parque Industrial, nesta cidade e comarca de São José dos Quatro Marcos – MT. Tendo por objeto, prorrogação de prazo.

AVISO DE LICITAÇÃO

O Pregoeiro da Prefeitura de São José dos Quatro Marcos/MT comunica às empresas que às 08h00min, do dia **16/05/2017**, realizará a licitação na modalidade Pregão Presencial Registro de Preço de nº. **14/2017**, e receberá os envelopes de (proposta e de habilitação) visando futuro e eventual "**AQUISIÇÃO DE TRATORES AGÍCOLAS E GRADE ARADORA***"*. O Edital completo e seus anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura através de REQUERIMENTO pelo e-mail: licitacao@saojosedosquatromarcos.mt.gov.br, ou no site http://www.saojosedosquatromarcos.mt.gov.br Maiores informações pelo telefone 3251-1138, das 07:00 as 13:00 horas. EVANDO DE SOUZA VENTUROLLI, Pregoeiro.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

OITAVO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE Nº 23/2015, que fazaPrefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos – MT, inscrita no CNPJ N° 15.024.029/0001-80, sediada na Av. Dr. Guilherme Pinto Cardoso, e a Empresa: **RODRIGUES DOS SANTOS & ABREU SANTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 10.958.496/0001-64, sediada na Estrada Municipal, s/nº, Parque Industrial, nesta cidade e comarca de São José dos Quatro Marcos – MT. Tendo por objeto, prorrogação de prazo.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SEXTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE Nº 57/2015, que fazaPrefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos – MT, inscrita no CNPJ N° 15.024.029/0001-80, sediada na Av. Dr. Guilherme Pinto Cardoso, e a Empresa: **RODRIGUES DOS SANTOS & ABREU SANTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 10.958.496/0001-64, sediada na Estrada Municipal, s/nº, Parque Industrial, nesta cidade e comarca de São José dos Quatro Marcos – MT. Tendo por objeto, prorrogação de prazo.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE Nº 87/2015, que fazaPrefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos – MT, inscrita no CNPJ N° 15.024.029/0001-80, sediada na Av. Dr. Guilherme Pinto Cardoso, e a Empresa: **N. RANZULA - ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 18.456.002/0001-55, sediada na Rua Pernambuco, nº 1224, Centro, nesta cidade e comarca de São José dos Quatro Marcos – MT. Tendo por objeto, prorrogação de prazo.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

NONO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE Nº 45/2014, que fazaPrefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos – MT, inscrita no CNPJ N° 15.024.029/0001-80, sediada na Av. Dr. Guilherme Pinto Cardoso, e a Empresa: **RODRIGUES DOS SANTOS & ABREU SANTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 10.958.496/0001-64, sediada na Estrada Municipal, s/nº, Parque Industrial, nesta cidade e comarca de São José dos Quatro Marcos – MT. Tendo por objeto, prorrogação de prazo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA

LEI MUNICIPAL Nº 323 DE 02 DE MAIO DE 2017.

LEI MUNICIPAL Nº 323 DE 02 DE MAIO DE 2017.

"Dispõe sobre a criação do PROGRAMA BOLSA ATLETA no Município de Serra Nova Dourada-MT."

JOSÉ OCIMAR GOMES DA SILVA AGUIAR, Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA INSTITUIÇÃO E DOS OBJETIVOS

Art. 1º. Fica instituído o PROGRAMA BOLSA ATLETA, com o objetivo de realizar projetos esportivos visando valorizar e beneficiar atletas amadores representantes do Município de SERRA NOVA DOURADA-MT, em competições regionais, estaduais, nacionais e internacionais.

CAPÍTULO II

DA COMPETÊNCIA, DOS VALORES, DA PERIODICIDADE, DA DURAÇÃO E DAS MODALIDADES

Art. 2º - Compete ao PROGRAMA BOLSA-ATLETA conceder aos atletas amadores incentivos em dinheiro, cujos valores serão fixados entre o mínimo de R$ 500,00 (Quinhentos Reais) e o máximo de R$1.000,00 (Hum Mil Reais), sendo que poderão ser pagos mensalmente ou eventualmente, dependendo da natureza do projeto.

Art.3º - A BOLSA ATLETA será concedida pelo prazo máximo de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por mais 01(um) ano perdurar durante toda a preparação e a realização das competições esportivas ou apenas para pagar uma determinada despesa em que o atleta amador irá participar, mediante documentos comprobatórios.

Art. 4º – São Modalidades de BOLSA-ATLETA:

a) Individual: concedida ao atleta amador classificado até o 3º (terceiro) lugar em "ranking" municipal, dando-se preferência àquele que integrar a seleção serranovadouradense;

b) Coletiva: concedida à seleção do Município de Serra Nova dourada, que irá representá-lo em competições regionais, estaduais, nacionais e internacionais.

c) Estudantil: concedida ao atleta estudante regularmente matriculado em instituição de ensino público ou privado.

CAPÍTULO III

DA NÃO EXISTÊNCIA DE VÍNCULO TRABALHISTA

Art. 5º - A concessão da BOLSA-ATLETA não gera qualquer vínculo trabalhista entre os beneficiados e a administração pública municipal.

CAPÍTULO IV

DOS REQUISITOS

Art. 6º - São requisitos para pleitear a Bolsa-Atleta:

I - Ter no mínimo 08 (oito) anos de idade, sem limite de idade máxima;

II – Estar vinculado a alguma entidade de prática desportiva ou filiado à Associação ou Liga Municipal Amadora da categoria e, na ausência desta, na Liga Desportiva de Serra Nova Dourada - MT, o bolsista deve apresentar uma declaração que comprove a prática desportiva *supracitada*, exceto os atletas que pleitearem a Bolsa-Atleta Estudantil;

III – Estar em plena atividade esportiva, no mínimo a 02 (dois) anos, que deve ser comprovado através de documentos dos órgãos competentes;

IV – Não receber salário de entidade de prática desportiva;

V – Ter participado de competições esportiva em âmbito regional, estaduais ou internacionais no ano imediatamente anterior àquele em que pleitear a Bolsa-Atleta;

VI – O atleta estudante que pleitear a Bolsa-Atleta Estudante tem que comprovar que está devidamente matriculado em instituição de ensino público ou privado, bem como ter rendimento escolar, não podendo ser reprovado no ano letivo da concessão do incentivo, além de ter ótima conduta disciplinar, comprovados através de boletim ou relatório da escola.

VII – Anuência dos responsáveis pelo menores que aderirem ao Programa;

VIII – Participar, obrigatoriamente, de entrevista com os coordenadores do Programa Bolsa Atleta;

IX – Comprometer-se a representar o Município de Serra Nova Dourada, em sua modalidade e categoria, em competições oficiais e eventos promovidos por entidades privadas, sempre que convocado pela Secretaria Municipal de Educação Cultura Turismo Esporte e Lazer.

X – Não estar cumprindo qualquer tipo de punição imposta por Tribunais de Justiça Desportiva, Liga, Federação e/ou Confederação das modalidades correspondentes, além da necessidade de apresentar Certidão Criminal Negativa;

XI – Apresentar currículo de atividades esportivas com os resultados obtidos, nos 02 (dois) últimos anos, juntamente com o programa e calendário esportivo anual;

XII – Estar cadastrado na Secretaria Municipal de Educação Cultura Turismo Esporte e Lazer na respectiva modalidade de sua atuação;

XIII – Ceder os direitos de imagem ao Município de Serra Nova Dourada - MT e usar, obrigatoriamente, em seu uniforme, o brasão da cidade de Serra Nova Dourada-MT;

XIV – Apresentar um projeto esportivo na modalidade de sua atuação, juntando documentação que especifique as competições, participações em eventos esportivos ou campeonatos inclusos no calendário anual das federações ou entidades equivalentes.

CAPÍTULO V

DA ESTRUTURA, DO PROCEDIMENTO, DOS RECURSOS FINANCEIROS, DO NÚMERO DE BOLSAS-ATLETAS

Art. 7º- Incumbe aos seguintes órgãos a concessão da Bolsa-Atleta:

I – Secretaria Municipal de Educação Cultura Turismo Esportes e Lazer, como Órgão coordenador e operacional;

II –Comissão Municipal do Desporto e Lazer - COMUDES, como Órgão deliberativo;

Art. 8º O Poder Executivo constituirá a Comissão Municipal do Desporto e Lazer - COMUDES de caráter permanente, com o fim de tratar da concessão, da renovação e do desligamento dos beneficiários da Bolsa Atleta.

§ 1º A Comissão Municipal do Desporto e Lazer – COMUDES, será integrada por 03 (três) membros, sendo eles: I – Secretário (a) Municipal de Educação Cultura Turismo Esportes e Lazer; II – Representante da Sociedade Civil; III – Representante do Poder Legislativo.

§ 2º O mandato dos membros da Comissão será 02 (dois) anos, pode ser prorrogado uma única vez por igual período, o presidente deverá ser encolhido na primeira sessão da referida comissão.

§ 3º Os membros da Comissão serão nomeados por ato do Prefeito Municipal, através de Decreto Municipal.

Art. 9º - Todos os projetos esportivos serão apresentados à Secretaria de Educação Cultura Turismo Esportes e Lazer que, os encaminharam ao COMUDES para análise e deliberação, que decidirá quanto a sua aprovação ou rejeição, emitindo certificado para esse fim.

Art. 10º - Após a deliberação do projeto, que deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias, este retornará à Secretaria de Educação Cultura Turismo Esporte e Lazer para operacionalização da Bolsa Atleta.

Art. 11 - O COMUDES ficará incumbido de todo o trabalho de orientação, avaliação, acompanhamento, fiscalização e aprovação do projeto bem como da prestação de contas apresentado pelo beneficiado.

Art. 12 – As despesas decorrentes da concessão da Bolsa-Atleta correrão por conta dos recursos orçamentários da Secretaria Municipal de Educação Esportes e Turismo.

Art. 13 - Fica à Secretaria Municipal de Educação Cultura Turismo Esporte e Lazer autorizada a conceder tão somente 05 (cinco) vagas do referido programa.

Art. 14 – O beneficiado do Programa Bolsa-Atleta poderá acumulá-la com bolsa oriunda do Estado e da União, desde que aprovado pelo COMUDES.

Art. 15 - Os recursos do Programa Bolsa-Atleta somente poderão ser utilizados para cobrir gastos com educação, alimentação, saúde, inscrições, passagens para eventos esportivos, transporte urbano e aquisição de material esportivo, devendo o beneficiado prestar contas, mensalmente, no forma e condições estabelecidas pelo COMUDES.

Art. 16 - Caberá ao COMUDES apresentar proposta de normas e regras para concessão da Bolsa-Atleta, anualmente, sendo que as aprovadas serão elencadas em Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

CAPÍTULO VI

DO DESLIGAMENTO DO PROGRAMA

Art. 17 - Serão desligados do Programa os atletas que:

I- Não apresentarem a documentação comprovando suas participações nas competições previstas no projeto;

II- Quando convocados, não participarem das competições sem justificativa convincente;

III - Se transferirem para outro município, Estado ou País, salvo se representando o município de Serra Nova Dourada-MT;

IV - Utilizarem os recursos da Bolsa para fins não especificados no art. 14 desta Lei.

V - Forem dispensados de seleções representativas de Serra Nova Dourada - MT, por indisciplina ou a seu pedido.

VI - Deixarem de cumprir quaisquer das condições exigidas por esta Lei.

Parágrafo Único – Ocorrendo o desligamento, o COMUDES comunicará de imediato à Secretaria Municipal de Esportes e Turismo e convocará, observada a ordem classificatória, o próximo atleta constante da lista de espera, se for o caso, ou o atleta substituto, o qual será beneficiado pelo tempo que faltar para completar o período concedido ao substituído.

Art. 18 - Esta Lei será regulamentada por Decreto Municipal no prazo de 60 (sessenta) dias, após sua publicação.

Art. 19 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada,

Serra Nova Dourada-MT, 02 de Maio de 2017.

JOSÉ OCIMAR GOMES DA SILVA AGUIAR

Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada

EXPOSIÇÃODEMOTIVOSProjetodeLei 007/2017

Sr.Presidente

Srs.Vereadores

O presente projeto de Lei visa regulamentar a criação do PROGRAMA BOLSA ATLETA noMunicípio de Serra Nova Dourada-MT, em atendimento ao Requerimento nº 002/2017/CM/SND, datado de 03 de fevereiro de 2017, do vereador **MICKERONI PEREIRA LUZ.**

O município de Serra Nova Dourada-MT, objetivando regulamentar a matéria e obedecer estritamente ao princípio da legalidade e da moralidade pública, encaminhamos este projeto de lei, visando criar o Programa Bolsa Atleta no nosso município, é sabido que as crianças e adolescentes ociosos estão mais suscetíveis às drogas, e consequentemente, aumentando o risco de que venham a viver à margem da lei e da sociedade.

Este projeto de lei tem por objetivo valorizar e apoiar atletas de alto rendimento, incentivar jovens valores e desenvolver a prática do esporte como meio de promoção social, por intermédio de projetos específicos, mediante a concessão de bolsa remuneradas que proporcionem nossos jovens e adolescentes um incentivo a prática desportiva.

Desta forma Senhores Vereadores solicitamos a análise da matéria apresentada, apreciação, discussão e aprovação da matéria em **REGIMEDEURGÊNCIA.**

JOSÉ OCIMAR GOMES DA SILVA AGUIAR

Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada-MT.

PORTARIA Nº 058/2017/ADM.

Portaria nº 058/2017/ADM.

JOSÉ OCIMAR GOMES DA SILVA AGUIAR, Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada-MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta na Lei Complementar Municipal nº 012/2014, art. 36;

RESOLVE:

Art. 1º - CONVOCAR, a suplente senhoria Lucimar Gomes da Costa, suplente do Conselho Tutelar eleitos no dia 04 de Outubro de 2015, para substituir a Conselheira Tutelar, senhora Lucimaria Clara Luz, pois a mesma esta de férias a partir do dia 01/05/2017 e retornará no dia 01/06/2017, conforme a Lei Complementar Art.81. A Lei Municipal.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.

Serra Nova Dourada-MT, aos 28 dias do Mês de Abril de 2017.

JOSÉ OCIMAR GOMES DA SILVA AGUIAR

Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada

LEI MUNICIPAL Nº 324 DE 02 DE MAIO DE 2017.

LEI MUNICIPAL Nº 324 DE 02 DE MAIO DE 2017.

"INSTITUI E INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO MUNICÍPIO A "FESTA DO PRODUTOR RURAL DO MUNICÍPIO DE SERRA NOVA DOURADA-MT"

JOSÉ OCIMAR GOMES DA SILVA AGUIAR, Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituída e incluída no calendário oficial de eventos do Município a " Festa do Produtor Rural de Serra Nova Dourada – MT, " a ser realizada anualmente, na 1º semana do mês de maio.

Art. 2º - realização da festividade de que trata o artigo anterior terá coordenação da Administração Pública Municipal, e contará com palestras relativas a produção rural, atividades esportivas, culturais, e de entretenimento em geral.

Art. 3º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento municipal.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando- se as disposições em contrário

Serra Nova Dourada- MT, 02 de Maio de 2017

JOSE OCIMAR GOMES DA SILVA AGUIAR

Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Projeto de Lei 008/2017

O presente projeto de Lei visa instituir e incluir no calendário oficial de eventos do município a " Festa do Produtor Rural de Serra Nova Dourada-MT, em arendimento a solicitação feita pelo vice-prefeito **JOELSON PERREIRA DIAS.**

O referido projeto de lei visa homenagear o produtor rural do município de Serra Nova Dourada-MT, responsável pela produção, colheita e distribuição de boa parte dos alimentos locais, sendo necessária a realização de eventos que venham contribuir para a melhoria, valorização, entretenimento da produção e maior rentabilidade ao produtor

esta forma Senhores Vereadores solicitamos a análise de matéria apresentada, apreciação, discussão e aprovação da matéria em **REGIME DE URGÊNCIA.**

Serra Nova Dourada-MT, 11de abril de 2017.

JOSE OCIMAR GOMES DA SILVA AGUIAR

Prefeito municipal de Serra Nova Dourada

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2017 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2017

VALIDADE: 12 (doze) meses oficiais. DATA: 27/04/2017 VIGÊNCIA: 27/04/2018.

OBJETO: Registro de Preços para Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção corretiva, revisão e fornecimento de peças em equipamentos hospitalares, fisioterapêuticos, laboratoriais e odontológicos, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme descrição constante no Anexo I – Termo de Referência do Edital**.**

EMPRESA DETENTORA:

ATA Nº. 120/2017 – E P DA SILVA EIRELI ME - CNPJ 26.204.795/0001-43, **SINOP/MT**

LOTE 1 - MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS					
ITEM	**QNT**	**UND.**	**DESCRIÇÃO**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR GLOBAL DO LOTE**
1	140	UND.	SERVIÇO DE MANUTENÇAO/REVISAO COMPLETA EM CADEIRA ODONTOLOGICA COM POSSIVEL SUBSTITUIÇAO DE PEÇAS	R$ 574,20	**R$ 269. 285,00**
2	92	UND.	SERVIÇO DE MANUTENÇAO/REVISAO COMPLETA EM COMPRESSOR DE AR COM POSSIVEL SUBSTITUIÇAO DE PEÇAS	R$ 331,00	
3	72	UND.	SERVIÇO DE MANUTENÇAO/REVISAO COMPLETA EM FOTOPOLIMERIZADOR COM POSSÍVEL SUBSTITUIÇAO DE PEÇAS	R$ 217,80	
4	72	UND.	SERVIÇO DE MANUTENÇAO/REVISAO COMPLETA EM AMALGAMADOR COM POSSIVEL SUBSTITUIÇAO DE PEÇAS	R$ 168,40	
5	176	UND.	SERVIÇO DE MANUTENÇAO/REVISAO COMPLETA EM AUTOCLAVE COM POSSIVEL SUBSTITUIÇAO DE PEÇAS	R$ 414,00	
6	52	UND.	SERVIÇO DE MANUTENÇAO/REVISAO COMPLETA EM SELADORA COM POSSIVEL SUBSTITUIÇAO DE PEÇAS	R$ 148,50	
7	104	UND.	SERVIÇO DE MANUTENÇAO/REVISAO COMPLETA EM CANETA DE ALTA ROTAÇAO COM POSSIVEL SUBSTITUIÇAO DE PEÇAS	R$ 190,10	
8	92	UND.	SERVIÇO DE MANUTENÇAO/REVISAO COMPLETA EM CANETA DE BAIXA ROTAÇAO COM POSSIVEL SUBSTITUIÇAO DE PEÇAS	R$ 153,50	
9	68	UND.	SERVIÇO DE MANUTENÇAO/REVISAO COMPLETA EM APARELHO DE ULTRASSON COM POSSIVEL SUBSTITUIÇAO DE PEÇAS	R$ 237,65	
LOTE 2 – FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO EM EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS					
ITEM	**QNT**	**UND.**	**DESCRIÇÃO**	**PERCENTUAL DE DESCONTO**	**VALOR GLOBAL DO LOTE**
1	1	UND.	FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA MANUTENÇAO CORRETIVA EM EQUIPAMENTOS ODONTOLOGICOS, CONFORME LISTA E QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS EM ANEXO COM MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO	10%	R$ 75. 453,12
LOTE 3 - MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS HOSPITALARES, FISIOTERAPEUTICOS, LABORATORIAIS					
ITEM	**QNT**	**UND.**	**DESCRIÇÃO**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR GLOBAL DO LOTE**
1	12	UND.	SERVIÇO DE MANUTENÇAO/REVISAO COMPLETA EM HEMOMIX BOLSA DE COLETA COM POSSIVEL SUBSTITUIÇAO DE PEÇAS.	R$ 468,82	**R$ 234. 928,57**
2	4	UND.	SERVIÇO DE MANUTENÇAO/REVISAO COMPLETA EM MACA CIRURGICA COM POSSIVEL SUBSTITUIÇAO DE PEÇAS.	R$ 1.048,20	
3	4	UND.	SERVIÇO DE MANUTENÇAO/REVISAO COMPLETA EM BISTURI ELETRICO COM POSSIVEL SUBSTITUIÇAO DE PEÇAS.	R$ 690,90	
4	3	UND.	SERVIÇO DE MANUTENÇAO/REVISAO COMPLETA EM AUDIOMETRO COM POSSIVEL SUBSTITUIÇAO DE PEÇAS.	R$ 1.362,00	
5	3	UND.	SERVIÇO DE MANUTENÇAO/REVISAO COMPLETA EM IMPEDANCIOMETRO COM POSSIVEL SUBSTITUIÇAO DE PEÇAS.	R$ 1.362,10	
6	3	UND.	SERVIÇO DE MANUTENÇAO/REVISAO COMPLETA EM CABINE ACUSTICA CAS 30 COM POSSIVEL SUBSTITUIÇAO DE PEÇAS.	R$ 740,25	
7	3	UND.	SERVIÇO DE MANUTENÇAO/REVISAO COMPLETA EM CAMPO LIVRE COM POSSIVEL SUBSTITUIÇAO DE PEÇAS.	R$ 513,24	
8	3	UND.	SERVIÇO DE MANUTENÇAO/REVISAO COMPLETA OTOEMISSOES COM POSSIVEL SUBSTITUIÇAO DE PEÇAS	R$ 1.431,15	
9	3	UND.	SERVIÇO DE MANUTENÇAO/REVISAO COMPLETA EM BERA COM POSSIVEL SUBSTITUIÇAO DE PEÇAS	R$ 2.309,58	
10	3	UND.	SERVIÇO DE MANUTENÇAO/REVISAO COMPLETA EM GANHO DE INSERÇAO AXION COM POSSIVEL SUBSTITUIÇAO DE PEÇAS .	R$ 2.161,53	
11	75	UND.	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO/REVISAO COMPLETA EM NEBULIZADOR COM POSSIVEL SUBSTITUIÇAO DE PEÇAS .	R$ 370,12	
12	107	UND.	SERVIÇO DE MANUTENÇAO/REVISAO COMPLETA EM BALANÇA ANTROPOMETRICA COM REGUA COM POSSIVEL SUBSTITUIÇAO DE PEÇAS	R$ 345,45	
13	75	UND.	SERVIÇO DE MANUTENÇAO/REVISAO COMPLETA EM BALANÇA NEONATAL MESA COM POSSIVEL SUBSTITUIÇAO DE PEÇAS.	R$ 256,62	
14	111	UND.	SERVIÇO DE MANUTENÇAO/REVISAO COMPLETA EM SONAR-DETECTOR FETAL COM POSSIVEL SUBSTITUIÇAO DE PEÇAS.	R$ 197,40	
15	99	UND.	SERVIÇO DE MANUTENÇAO/REVISAO COMPLETA EM EQUIPAMENTOS OTOSCOPIO COM POSSIVEL SUBSTITUIÇAO DE PEÇAS.	R$ 192,46	
16	75	UND.	SERVIÇO DE MANUTENÇAO/REVISAO COMPLETA EM OXIMETRO COM POSSVEL SUBSTITUIÇAO DE PEÇAS.	R$ 345,45	
17	16	UND.	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO/REVISAO COMPLETA EM MICROSCOPIO COM POSSIVEL SUBSTITUIÇAO DE PEÇAS.	R$ 360,25	
18	12	UND.	SERVIÇO DE MANUTENÇAO/REVISAO COMPLETA EM HOMOGENEIZADOR COM POSSIVEL SUBSTITUIÇAO DE PEÇAS.	R$ 345,50	

19	4	UND.	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO/REVISAO COMPLETA EM CONTADOR DIGITAL DE DIFERENCIAL DE CELULAS COM POSSIVEL SUBSTITUIÇAO DE PEÇAS .	R$ 360,25	
20	24	UND.	SERVIÇO DE MANUTENÇAO/REVISAO COMPLETA EM CENTRIFUGA COM POSSIVEL SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS	R$ 587,26	
21	8	UND.	SERVIÇO DE MANUTENÇAO/REVISAO COMPLETA EM FOCO CIRURGICO COM POSSIVEL SUBSTITUIÇAO DE PEÇAS.	R$ 459,00	
22	12	UND.	SERVIÇO DE MANUTENÇAO/REVISAO COMPLETA EM ESTUFA DE SECAGEM E ESTERILIZAÇAO COM POSSIVEL SUBSTITUIÇAO DE PEÇAS.	R$ 212,20	
23	4	UND.	SERVIÇO DE MANUTENÇAO/REVISAO COMPLETA EM PHMETRO DIGITAL DE BANCADA COM POSSIVEL SUBSTITUIÇAO DE PEÇAS.	R$ 704,70	
24	8	UND.	SERVIÇO DE MANUTENÇAO/REVISAO COMPLETA EM DESTILADOR DE AGUA COM POSSIVEL SUBSTITUIÇAO DE PEÇAS	R$ 690,80	
25	4	UND.	SERVIÇO DE MANUTENÇAO/REVISAO COMPLETA EM PHMETRO MICROPROCESSADO COM POSSIVEL SUBSTITUIÇAO DE PEÇAS	R$ 463,90	

LOTE – 04 FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO EM EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES, FISIOTERAPÊUTICOS E LABORATORIAIS

ITEM	QNT	UND.	DESCRIÇÃO	PERCENTUAL DE DESCONTO	VALOR GLOBAL DO LOTE
1	1	UND.	FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA MANUTENÇAO CORRETIVA EM EQUIPAMENTOS MEDICOS HOSPITALARES, FISIOTERAPEUTICOS E LABORATORIAL, CONFORME LISTA E QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS EM ANEXO, COM MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO.	10%	R$ 66. 229,38
VALOR TOTAL GERAL					**R$ 645. 895,87**

O teor dos documentos poderá ser obtido na Internet por meio do endereço www.sinop.mt.gov.br Para maiores esclarecimentos fax (66) 3517-5298 ou e-mail licitacao@sinop.mt.gov.br.

SINOP-MT, DIA 02 DE MAIO DE 2017

CAMARA MUNICIPAL DE SINOP
DECRETO LEGISLATIVO Nº 005/2017

Concede Título de Cidadão Sinopense Benemérito ao Senhor Roni Leonardo Teixeira.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP – ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais aprovou e eu, Presidente, promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadão Sinopense Benemérito ao Senhor Roni Leonardo Teixeira, como reconhecimento do Poder Legislativo Municipal pelos serviços prestados à comunidade sinopense.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

Em, 25 de abril de 2017

Ademir Bortoli

Presidente

PREVISINOP
PORTARIA Nº. 209/2017

DATA: 27/04/2017

SÚMULA: "Dispõe sobre a concessão do benefício de Auxílio Doença ao(a) servidor(a) MIGUEL ARCANJO PACHECO."

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 17, da Lei Municipal n.º 2. 295, de 13 de abril de 2016, que rege a previdência municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). MIGUEL ARCANJO PACHECO, efetivo(a) no cargo de MOTORISTA II, referência "B", nível "09", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 25/04/2017 e término em 23/06/2017, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2017.05.22476R1.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 27/04/2017.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2017 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2017

VALIDADE: 12 (doze) meses oficiais. DATA: 27/04/2017 VIGÊNCIA: 27/04/2018.

OBJETO: Registro de Preços para Aquisição de aditivo para óleo diesel S-10 (Blue Arla 32) para atender às necessidades das Secretarias Municipais, conforme descrição constante no Anexo I – Termo de Referência do Edital**.**

EMPRESA DETENTORA:

ATA Nº. 121/2017 – IGARATÁ REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTDA - CNPJ 09.117.354/0001/95, **SÃO PAULO/SP**

ITEM	QTD.	UND	PRODUTO	MARCA	UNIT	TOTAL
1	37000	LITRO	ADITIVO PARA OLEO S-10 (BLUE ARLA 32)	LUBRIQUIM	2,04	75.480,00
VALOR TOTAL					**R$ 75.480,00**	

O teor dos documentos poderá ser obtido na Internet por meio do endereço www.sinop.mt.gov.br Para maiores esclarecimentos fax (66) 3517-5298 ou e-mail licitacao@sinop.mt.gov.br.

SINOP-MT, DIA 02 DE MAIO DE 2017

PREVISINOP
PORTARIA Nº. 204/2017

DATA: 26/04/2017

SÚMULA: "Dispõe sobre a concessão do benefício de Auxílio Doença ao(a) servidor(a) ESTER CAMILO DE SOUZA SILVA."

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 17, da Lei Municipal n.º 2. 295, de 13 de abril de 2016, que rege a previdência municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). ESTER CAMILO DE SOUZA SILVA, efetivo(a) no cargo de AUXILIAR DE NUTRIÇÃO, referência "C", nível "03", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 03/05/2017 e término em 31/07/2017, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2017.05.22499R1.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 26/04/2017.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREVISINOP
PORTARIA Nº. 206/2017

DATA: 26/04/2017

SÚMULA: "Dispõe sobre a concessão do benefício de Auxílio Doença ao(a) servidor(a) MARIA ANTONIA GOMES SOUSA DE AZEVEDO."

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 17, da Lei Municipal n.º 2. 295, de 13 de abril de 2016, que rege a previdência municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). MARIA ANTONIA GOMES SOUSA DE AZEVEDO, efetivo(a) no cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM, referência "D", nível "05", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 03/05/2017 e término em 01/06/2017, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2017.05.23667P.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 26/04/2017.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREVISINOP
PORTARIA Nº. 211/2017

DATA: 27/04/2017

SÚMULA: "Dispõe sobre a concessão do benefício de Auxílio Doença ao(a) servidor(a) ZILDA APARECIDA MOREIRA."

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 17, da Lei Municipal n.º 2. 295, de 13 de abril de 2016, que rege a previdência municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). ZILDA APARECIDA MOREIRA, efetivo(a) no cargo de PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 20HS, referência "C", nível "04", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 25/04/2017 e término em 23/06/2017, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2017.05.23589R1.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 27/04/2017.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREVISINOP
PORTARIA Nº. 208/2017

DATA: 26/04/2017

SÚMULA: "Dispõe sobre a concessão do benefício de Auxílio Doença ao(a) servidor(a) LIA GLAUCIA XIMENES ."

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 17, da Lei Municipal n.º 2. 295, de 13 de abril de 2016, que rege a previdência municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). LIA GLAUCIA XIMENES , efetivo(a) no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS DE SAÚDE, referência "C", nível "05", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 06/04/2017 e término em 05/05/2017, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2017.05.22515R2.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 26/04/2017.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREVISINOP
PORTARIA Nº. 203/2017

DATA: 26/04/2017

SÚMULA: "Dispõe sobre a concessão do benefício de Auxílio Doença ao(a) servidor(a) JOSANI MARIA ALVES SILVA."

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 17, da Lei Municipal n.º 2. 295, de 13 de abril de 2016, que rege a previdência municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). JOSANI MARIA ALVES SILVA, efetivo(a) no cargo de PSICOLOGO, referência "C", nível "03", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 09/04/2017 e término em 06/08/2017, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2017.05.23533R1.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 26/04/2017.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

AGER SINOP
PORTARIA Nº 011/2017

DATA: 10 de abril de 2017

SÚMULA: Nomeia a Comissão Permanente de Licitação da AGER.

JOSÉ ALMIRO MULLER, DIRETOR DA AGER – AGÊNCIA REGULADORA DO SERVIÇO PÚBLICO DELEGADO DO MUNICÍPIO DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Nomear os senhores (as) Carlos Eduardo Mateos da Rocha e Bruna da Cruz Duarte, para comporem a Comissão Permanente de Licitação da AGER.

Art. 2º. A Comissão terá a seguinte formação:

Presidente: Carlos Eduardo Mateos da Rocha

Secretária: Bruna da Cruz Duarte

Art. 3º. A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº004/2017, de 01 de Março de 2017.

GABINETE DO DIRETOR DA AGER,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 02 de Maio de 2017.

JOSÉ ALMIRO MULLER

Diretor Presidente da AGER

PREVISINOP
PORTARIA Nº. 205/2017

DATA: 26/04/2017

SÚMULA: "Dispõe sobre a concessão do benefício de Auxílio Doença ao(a) servidor(a) CIRLENE APARECIDA NITSCHI JORGE."

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 17, da Lei Municipal n.º 2. 295, de 13 de abril de 2016, que rege a previdência municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). CIRLENE APARECIDA NITSCHI JORGE, efetivo(a) no cargo de ZELADOR(A), referência "D", nível "05", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 13/05/2017 e término em 27/05/2017, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2017.05.23665P.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 26/04/2017.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREVISINOP
PORTARIA Nº. 212/2017

DATA: 27/04/2017

SÚMULA: "Dispõe sobre a concessão do benefício de Auxílio Doença ao(a) servidor(a) VILMA MARQUES DE OLIVEIRA SILVA."

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 17, da Lei Municipal n.º 2. 295, de 13 de abril de 2016, que rege a previdência municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). VILMA MARQUES DE OLIVEIRA SILVA, efetivo(a) no cargo de OPERÁRIO BRAÇAL, referência "C", nível "03", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 13/05/2017 e término em 11/06/2017, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2017.05.23676P.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 27/04/2017.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

AGER SINOP
PORTARIA Nº012 /2017

DATA: 02 Maio de 2017

SÚMULA: Designa o servidor CARLOS EDUARDO MATEOS DA ROCHA, Gestor Administrativo e Financeiro da AGER, como Encarregado pelo Pronto pagamento.

JOSÉ ALMIRO MULLER, DIRETOR PRESIDENTE DA AGER – AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO MUNICÍPIO DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art.1º. Designar o servidor CARLOS EDUARDO MATEOS DA ROCHA, Gestor Administrativo e Financeiro da AGER lotado na AGER – Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados do Município de Sinop –MT, encarregado pelo Pronto pagamento a partir de 02 de maio de 2017.

Art.2º. O valor destinado para atender o Pronto pagamento será de até R$350,00 (Trezentos cinquenta reais), por um período de até 60 dias a contar da sua liquidação.

Art.3º. O Pronto pagamento destina-se a saldar despesas administrativas de valores inferiores ao limite de R$50,00 (cinquenta reais).

Art.2º. Feita as anotações, publique-se e afixe-se.

GABINETE DO DIRETOR DA AGER,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 02 de Maio de 2017.

JOSÉ ALMIRO MULLER

Diretor Presidente da AGER

PREVISINOP
PORTARIA Nº. 210/2017

DATA: 27/04/2017

SÚMULA: "Dispõe sobre a concessão do benefício de Auxílio Doença ao(a) servidor(a) ZILDA APARECIDA MOREIRA."

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 17, da Lei Municipal n.º 2. 295, de 13 de abril de 2016, que rege a previdência municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). ZILDA APARECIDA MOREIRA, efetivo(a) no cargo de PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 20HS, referência "C", nível "05", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 25/04/2017 e término em 23/06/2017, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2017.05.23590R1.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 27/04/2017.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

CAMARA MUNICIPAL DE SINOP
DECRETO LEGISLATIVO Nº 006/2017

Concede Título de Cidadão Sinopense Benemérito ao Sr. Marcos Antônio Gomes - Birigui.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP – ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais aprovou e eu, Presidente, promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadão Sinopense Benemérito ao Sr. Marcos Antônio Gomes - Birigui, como reconhecimento do Poder Legislativo Municipal pelos serviços prestados à comunidade sinopense.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

Em, 25 de abril de 2017

Ademir Bortoli

Presidente

PREVISINOP
PORTARIA Nº. 213/2017

DATA: 27/04/2017

SÚMULA: "Dispõe sobre a concessão do benefício de Auxílio Doença ao(a) servidor(a) MARCIA ROSANGELA SILVESTRE PASTOR KINTSC."

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 17, da Lei Municipal n.º 2. 295, de 13 de abril de 2016, que rege a previdência municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). MARCIA ROSANGELA SILVESTRE PASTOR KINTSC, efetivo(a) no cargo de PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 38 HS, referência "C", nível "03", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 18/05/2017 e término em 16/06/2017, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2017.05.23669P.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 27/04/2017.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREVISINOP
PORTARIA N.º 214/2017

"*Dispõe sobre a concessão do benefício Salário Família em favor* do(a) servidor(a) ***VALDELICE DE MORAES****."*

A Diretor(a) Executivo(a) do PREVISINOP - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 22 da Lei Municipal n.º 2295, de 13 de abril de 2016, que rege a previdência municipal,

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de SALÁRIO-FAMÍLIA, ao(a) servidor(a) Sr(a). **VALDELICE DE MORAES**, efetivo(a) no cargo de ZELADOR(A), referência "A", nível "04", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, referente a **VITOR GUSTAVO MORAES,** seu filho(a) menor de 14 (quatorze) anos, a partir de 11/04/2017 e com término em 28/02/2018, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º **2017.09.23658P**.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP - MT, 27/04/2017.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 228/2017.

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** da Senhora **SIELE PEREIRA DA SILVA**, servidora efetiva, com matricula no RH nº. 1374, admitida em 20/04/2012, nocargo de **Agente de Manutenção – Zeladora,** lotada na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, da **Classe A – Nível 04 para perceber na Classe A – Nível 05, correspondente ao valor de R$: 971,86 (Novecentos e Setenta e Um Reais, Oitenta e Seis Centavos),** *de acordo com a Lei Municipal nº. 840/2011 e suas alterações, e ainda, em conformidade com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 20 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 186/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAÇÃO DE CLASSE** da Senhora **CARMEN VICENTE DE OLIVEIRA,** servidora efetiva, admitida em 19/04/1999,nocargo de **Professora**, com matricula no RH nº. 19, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, da **Classe D – Nível 03,** para perceber na categoria da **Classe E – Nível 03, correspondente ao valor de R$: 3.813,16 (Três Mil, Oitocentos e Treze Reais, Dezesseis Centavos),** *nos termos do Art. 45, §2º. c/c Art. 76, §2º. Da Lei Municipal nº. 836/2011 e suas alterações, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 05 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 185/2017.

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** da Senhora **ELIABE NOGUEIRA DOS SANTOS**, servidora efetiva, com matricula no RH nº. 286, admitida em 05/04/2004, nocargo de **Agente de Manutenção – Zeladora,** lotada na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, da **Classe C – Nível 12 para perceber na Classe C – Nível 13, correspondente ao valor de R$: 1.366,43 (Um Mil, Trezentos e Sessenta e Seis Reais, Quarenta e Três Centavos),** *de acordo com a Lei Municipal nº. 840/2011 e suas alterações, e ainda, em conformidade com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 05 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 183/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAÇÃO DE CLASSE** da Senhora **MARIA JOSE SOUZA BESSA,** servidora efetiva, admitida em 01/04/2004,nocargo de **Professora**, com matricula no RH nº. 251, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, da **Classe C – Nível 03,** para perceber na categoria da **Classe D – Nível 03, correspondente ao valor de R$: 3.540,80 (Três Mil, Quinhentos e Quarenta Reais, Oitenta Centavos),** *nos termos do Art. 45, §2º. c/c Art. 76, §2º. Da Lei Municipal nº. 836/2011 e suas alterações, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 04 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 182/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAÇÃO DE CLASSE** do Senhor **DEVAIR DE OLIVEIRA SOUZA,** servidor efetivo, admitido em 01/04/2004,nocargo de **Professor**, com matricula no RH nº. 318, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, da **Classe C – Nível 03,** para perceber na categoria da **Classe D – Nível 03, correspondente ao valor de R$: 3.540,80 (Três Mil, Quinhentos e Quarenta Reais, Oitenta Centavos),** *nos termos do Art. 45, §2º. c/c Art. 76, §2º. Da Lei Municipal nº. 836/2011 e suas alterações, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 04 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 181/2017.

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** do Senhor **UELLINGTON SOUSA CANDIDO**, servidor efetivo, com matricula no RH nº. 961, admitido em 04/04/2007, nocargo de **Agente de Manutenção – Trabalhador de Serviços Gerais,** lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços

Urbanos, da **Classe C – Nível 09 para perceber na Classe C – Nível 10, correspondente ao valor de R$: 1.287,62 (Um Mil, Duzentos e Oitenta e Sete Reais, Sessenta e Dois Centavos),** *de acordo com a Lei Municipal nº. 840/2011 e suas alterações, e ainda, em conformidade com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 04 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 180/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – Transferir o Senhor **CLAUS NOBREGA RANTIM,** servidor efetivo, admitido em 01/02/2010, nocargo de **Agente da Administração Pública II - Motorista,** com matricula no RH nº. 1254, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, ***para exercer suas funções na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos,*** de acordo com a Lei Municipal nº. 840/2011, e suas alterações, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01/04/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 04 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 006 AO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO N° 001/2017

A Comissão Organizadora do Processo Seletivo Público 001/2017 da Prefeitura Municipal de Tabaporã - MT, especialmente nomeada pela Portaria nº 086/2017, publicada em 15/02/2017, usando de suas atribuições legais TORNA PÚBLICO, nos termos do Edital do Processo Seletivo Público nº 001/2017, que:

Artigo 1º - Do Recurso de Oficio, interposto por membro desta comissão; e da reanalise dos documentos acostados ao presente processo, fora constatada uma falha técnica, com erro de digitação em relação ao candidato inscrito sob nº 062, sendo realizada a correção e nova classificação, que consta no anexo III, deste Edital.

Artigo 2º - Não houve apresentação de recursos contra o Gabarito da prova objetiva;

Artigo 3º - Ficam Convocados os candidatos classificados para apresentação de títulos, conforme anexos I, II e III deste Edital.

E para que chegue ao conhecimento de todos é expedido o presente Edital, o qual será devidamente publicado na forma da Lei.

Tabaporã, MT, 02 de Maio de 2017.

KATIA APARECIDA DE PAULA GOMES

Presidente da Comissão Organizadora

SILVANA APARECIDA AUGUSTO VANESSA CHICONI SEGATTI

SECRETÁRIA MEMBRO TITULAR

Anexo I

CLASSIFICADOS – ÁREA urbana

Ordem classificação	Nº de Inscrição	Nome do Candidato	Nota	Situação
001	027	Marcos José Gomes	7,60	Classificado
002	032	Maicon de Almeida Sanches Pio	7,60	Classificado
003	043	Silvana de Castro Souza	7,60	Classificado
004	050	Jhenifer Kelli da Silva Santos	7,60	Classificado
005	061	Patricia Pinheiro Viana	7,60	Classificado
006	029	Evaldo de Souza Rocha Junior	7,20	Classificado
007	031	Munique de Almeida Sanches Pio	7,20	Classificado
008	041	Tatilei Colinsque de Oliveira	7,20	Classificado
009	104	Milena da Costa Gomes	7,20	Classificado
010	053	Erica Samara Leal	6,80	Classificado
011	064	Franciely Silva Lima Alves de Souza	6,80	Classificado
012	109	Claudinéia Gouvêa Nogueira Moretti	6,80	Classificado
013	122	Iaiá Correa dos Santos	6,80	Classificado
014	132	Keila Borges de Souza	6,80	Classificado
015	146	Thaiza dos Santos Pedrozo	6,80	Classificado
016	147	Herika Rodrigues de Oliveira	6,80	Classificado
017	014	Valquiria Espinosa de Abreu	6,40	Classificado
018	022	Raquel Pereira de Souza	6,40	Classificado
019	063	Márcia Santos Moura	6,40	Classificado
020	068	Edna dos Santos	6,40	Classificado
021	083	Rosimar Cícero dos Santos	6,40	Classificado
022	108	Adrielle Prescila Cardoso Cordeiro	6,40	Classificado
023	121	Maria Helena da Silva Meireles	6,40	Classificado
024	152	Tatieli Francolino da Silva	6,40	Classificado
025	006	Queila Tatiana Godois Versori Guimarães	6,00	Classificado
026	020	Daiane Monteiro dos Santos	6,00	Classificado
027	021	Valdirene Martins	6,00	Classificado
028	039	Tiago Moreira de Melo	6,00	Classificado
029	048	Sandra Martins de Souza	6,00	Classificado
030	057	Paloma de Oliveira Lembeck	6,00	Classificado
031	065	Sueli dos Santos Carlos	6,00	Classificado
032	092	Marilda Aparecida da Silva Scavazini	6,00	Classificado
033	100	Helleyn Cristina de Souza Vieira	6,00	Classificado
034	111	Elizelda Souza Rocha	6,00	Classificado
035	153	Roberta Karen Souza Clement	6,00	Classificado
036	023	Maria Neiva de Queiroz Araujo	5,60	Classificado
037	040	Daiane dos Santos Silva	5,60	Classificado
038	044	Josimar Alves de Souza	5,60	Classificado
039	052	Silvana Margarida da Silva	5,60	Classificado

CLASSIFICADOS – ÁREA urbana

Ordem classificação	Nº de Inscrição	Nome do Candidato	Nota	Situação
040	066	Dircélia Pereira Vieira Silva	5,60	Classificado
041	070	Luciene Ramalho dos Santos Lima	5,60	Classificado
042	073	Gicelia da Silva Moura	5,60	Classificado
043	074	Maria das Dores Rosa Rodrigues	5,60	Classificado
044	096	Katia Fernandes de Souza	5,60	Classificado
045	118	Regina Lucia Moraes da Silva	5,60	Classificado
046	124	Deolinda de Fátima Chessa	5,60	Classificado
047	128	Rogério Oliveira de Araujo	5,60	Classificado
048	143	Fabio Henrique da Silva	5,60	Classificado
049	009	Edileuza Gomes da Silva	5,20	Classificado
050	019	Ana Lucia Braga	5,20	Classificado
051	026	Marlete Lopes Almeida Pio	5,20	Classificado
052	033	Fernanda dos Santos Mascarelo	5,20	Classificado
053	034	Nuerides dos Santos	5,20	Classificado
054	037	Josiane Pereira Lemes	5,20	Classificado
055	042	Simoni de Oliveira	5,20	Classificado
056	046	Alana jaine Barbosa Silva	5,20	Classificado
057	049	Lucimar Oliveira da Silva	5,20	Classificado
059	071	Sirlene Batista do Nascimento	5,20	Classificado
059	072	Carlos Rene Rezende da Silva	5,20	Classificado
060	076	Alana Costa de Almeida	5,20	Classificado
061	079	Fabíola Ramos Martins	5,20	Classificado

062	081	Josiele Silva Gomes	5,20	Classificado
063	089	André Luiz Camargo Cordeiro	5,20	Classificado
064	106	Simone Elias da Silva	5,20	Classificado
065	119	Ismênia Agnes Souza Saraiva	5,20	Classificado
066	136	Natielly Pereira de Souza	5,20	Classificado
-	002	Elizangela Aparecida Alves	4,80	Reprovado
-	003	Franciele Nascimento da Costa Eckardt	4,80	Reprovado
-	005	Cristiano Ferreira da Cruz	4,80	Reprovado
-	011	Katrina Fernandes Matos	4,80	Reprovado
-	054	Marcilene da Silva Lizieri Roberto	4,80	Reprovado
-	067	Eleticia Jesus da Conceição	4,80	Reprovado
-	080	Edson dos Reis Amaral	4,80	Reprovado
-	085	Aline Moreira Tavares	4,80	Reprovado
-	117	Márcia da Silva Magalhães	4,80	Reprovado
-	149	Diego Marcelo dos Santos	4,80	Reprovado
-	001	Glacilda Ferreira de Almeida	4,40	Reprovado
-	010	Vani da Costa Miranda	4,40	Reprovado
-	025	Marciana Matias Ferreira	4,40	Reprovado
-	045	Selma Goes dos Santos	4,40	Reprovado
-	069	Wilma Ferreira da Silva	4,40	Reprovado

CLASSIFICADOS – ÁREA urbana

Ordem classificação	Nº de Inscrição	Nome do Candidato	Nota	Situação
-	082	Ana Paula de Queiroz Araujo	4,40	Reprovado
-	099	Gessica dos Santos Carlos	4,40	Reprovado
-	150	Josiane Teixeira de Miranda	4,40	Reprovado
-	013	Maria Rosa dos Reis	4,00	Reprovado
-	018	Jakeline Rodrigues Bento	4,00	Reprovado
-	030	Erika Thais Nogueira dos Santos	4,00	Reprovado
-	035	Deivede Rodrigues da Silva	4,00	Reprovado
-	077	Patricia Lazara Jesus da Conceição	4,00	Reprovado
-	084	Viviani Pereira dos Santos	4,00	Reprovado
-	113	Gabriel dos Santos Ferreira	4,00	Reprovado
-	015	Isaias Lopes Domingos	3,60	Reprovado
-	024	Elizabete Souza	3,60	Reprovado
-	107	Jucineide Gonçalves de Lima Freitas	3,60	Reprovado
-	138	Edinice Sanches de Matos Vieira	3,60	Reprovado
-	008	Andreia Costa Franco	3,20	Reprovado
-	055	Fabricia Duarte Paulino	3,20	Reprovado
-	088	Stefhani Cristina Teixeira	3,20	Reprovado
-	110	Rosana Soares da Silva	3,20	Reprovado
-	004	Tatiana da Silva Barbosa	2,80	Reprovado
-	028	Adriana Silva Lima	2,80	Reprovado
-	086	Jessica Soares dos Santos	2,80	Reprovado
-	007	Valcileia de Freitas	0,00	Ausente
-	012	Adenise Maria de Souza	0,00	Ausente
-	016	Juliana Aparecida Lourenço	0,00	Ausente
-	017	Valdineia de Freitas	0,00	Ausente
-	036	Eliane Rodrigues da Silva	0,00	Ausente
-	038	Kessi Djoni Feliz	0,00	Ausente
-	047	Cristiano Barbosa da Silva	0,00	Ausente
-	056	Lielson Duarte Paulino	0,00	Ausente
-	058	Eliabete Eulalia Malonyani Souza	0,00	Ausente
-	060	Fernando Pinheiro Andrade	0,00	Ausente
-	087	Marcelo Rodrigues	0,00	Ausente
-	091	Silvana Aparecida da Silva Prado Marques	0,00	Ausente
-	093	Magna dos Santos Leandro	0,00	Ausente
-	097	Lucia Aparecida da Cunha	0,00	Ausente
-	098	Ivone Risso dos Santos	0,00	Ausente
-	101	Daiane dos Santos Roque	0,00	Ausente
-	103	Antonia Domingos da Silva Ribeiro Rodrigues	0,00	Ausente

CLASSIFICADOS – ÁREA urbana

Ordem classificação	Nº de Inscrição	Nome do Candidato	Nota	Situação
-	116	Ludmilla Duarte da Silva	0,00	Ausente
-	120	Daniela Santos da Cruz	0,00	Ausente
-	134	Gian Carlos Wemeyer	0,00	Ausente
-	135	Ana Paula Fuhr	0,00	Ausente
-	139	Jessica Matos da Silva	0,00	Ausente
-	148	Weverson Gouveia da Silva	0,00	Ausente
-	151	Leticia Evelin Santana da Costa	0,00	Ausente

Anexo II

CLASSIFICADOS – ÁREA RURAL / TABAPORÃ

Ordem classificação	Nº de Inscrição	Nome do Candidato	Nota	Situação
001	105	Mirian Leia Cellarius Rodrigues dos Santos	7,20	Classificada
002	051	Liriane da Silva Martins	6,00	Classificado
003	075	Franciele Alves Meira	6,00	Classificado
004	059	Vanessa Cristina Furtado	5,60	Classificado
-	078	Glaucia Cilene Cordeiro Bueno	0,00	Ausente
-	145	Andrei Edenilson Loga	0,00	Ausente

Anexo Iil

CLASSIFICADOS – ÁREA RURAL /

distrito de nova fronteira

Ordem classificação	Nº de Inscrição	Nome do Candidato	Nota	Situação
001	133	Jhiuliane Madruga Bastos	8,00	Classificado
002	062	Cristiane Barros da Silva	6,80	Classificado
003	141	Juliana Aparecida de Paula	6,80	Classificado
004	129	Thalia Teodoro Tavares	6,80	Classificado
005	114	Joelma Silveira de Brito Borges	6,40	Classificado
006	115	Roseli da Silva	6,40	Classificado
007	094	Gislaine Borges Santos	6,00	Classificado
008	126	Franciane Teodoro Tavares	6,00	Classificado
009	127	Maria Neves Santos	6,00	Classificado
010	095	Ingrid Raiane Alves Santos da Silva	5,20	Classificado
011	090	Andreia Cristina Fliegner	5,20	Classificado
012	125	Elias Aurélio Santos de Paula	5,20	Classificado
-	102	Beatriz de Souza Maia Pereira	4,40	Reprovado
-	112	Rosana Camargo Ferreira	4,40	Reprovado
-	131	Sirlene Marques de Souza	4,00	Reprovado
-	140	Delair Maria de Paula	3,20	Reprovado
-	123	Rosimari Emmel do Nascimento de Almeida	0,00	Ausente
-	130	Karine Rodzinski	0,00	Ausente
-	137	Marilange de Freitas Siqueira	0,00	Ausente
-	142	Nubia Vanessa Silveira dos Santos	0,00	Ausente
-	144	Naftali de Paula	0,00	Ausente

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 179/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER "*FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 20*/03/2017, com término em 18/04/2017*, *referente ao período aquisitivo de 22/04/2015 à 21/04/2016,* a servidora ***MARIA ROZANGELA PENHA MARTINS*****,** servidora efetiva, com matricula no RH nº. 302, no cargo de **Agente de Apoio a Saúde I – Agente de Limpeza Pública**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data da concessão das férias 20/03/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 04 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 178/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER "*FÉRIAS FINAIS", de 15 (Quinze) dias, iniciando-se em 17/03/2017, com término em 31/03/2017, referente ao período aquisitivo de 19/04/2014 à 18/04/2015,* a servidora ***MARIA LUCIMAR MARTINS DA SILVA*,** servidora efetiva, com matricula no RH nº. 108, no cargo de **Agente de Apoio a Saúde II – Recepcionista**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data da concessão das férias 17/03/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 04 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 177/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER "*FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 13/03/2017, com término em 11/04/2017, referente ao período aquisitivo de 27/05/2015 à 26/05/2016,* a senhora ***NATHALLY ROGERIA PEREIRA GOMES JARSCHEL*,** servidora efetiva, com matricula no RH nº. 1120, admitida em 27/05/2008, no cargo de **Especialista da Saúde I – Assistente Social**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº. 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data da concessão das férias 13/03/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 04 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 176/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER "*LICENÇA PRÊMIO", pelo período de 90 (Noventa) dias, iniciando-se em 03/04/2017 com término em 01/07/2017, do período **aquisitivo de 28/06/2011 à 27/06/2016, sem prejuízo de sua remuneração*** ao Senhor **MILTON PEREIRA DA SILVA,** servidor efetivo, com matricula no RH nº. 958, admitido em 03/04/2007, nocargo de ***Agente de Manutenção - Vigia,*** lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos **desta Prefeitura,** de acordo com a Lei Municipal nº. 840/2011 e suas alterações, e ainda com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 03 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 175/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER "*LICENÇA PRÊMIO", pelo período de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 03/04/2017 com término em 02/05/2017, do período **aquisitivo de 01/03/2010 à 28/02/2015, sem prejuízo de sua remuneração*** a Senhora **MARLI GOTTARDI SILVA,** servidora efetiva, com matricula no RH nº. 85, admitida em 01/03/1993, nocargo de ***Professora,*** lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, de acordo com o Art. 54, da Lei Municipal nº. 836/2011 e suas alterações, e ainda com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 03 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 174/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER "*LICENÇA PRÊMIO", pelo período de 90 (Noventa) dias, iniciando-se em 03/04/2017 com término em 01/07/2017, do período **aquisitivo de 28/06/2011 à 27/06/2016, sem prejuízo de sua remuneração*** a Senhora **ANTONIA PEREIRA LIMA,** servidora efetiva, com matricula no RH nº. 06, admitida em 05/11/2001, nocargo de ***Agente de Apoio a Saúde I – Agente de Limpeza Pública,*** lotada na Secretaria Municipal de Saúde **desta Prefeitura,** de acordo com a Lei Municipal nº. 842/2011 e suas alterações, e ainda com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 03 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 173/2017.

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** do Senhor **MILTON PEREIRA DA SILVA**, servidor efetivo, com matricula no RH nº. 958, admitido em 03/04/2007, nocargo de **Agente de Manutenção – Vigia,** lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, da **Classe C – Nível 09 para perceber na Classe C – Nível 10, correspondente ao valor de R$: 1.287,62 (Um Mil, Duzentos e Oitenta e Sete Reais, Sessenta e Dois**

Centavos), *de acordo com a Lei Municipal nº. 840/2011 e suas alterações, e ainda, em conformidade com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 03 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 172/2017.

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** da Senhora **VANESSA CHICONI SEGATTI**, servidora efetiva, com matricula no RH nº. 332, admitida em 01/04/2004, nocargo de **Especialista da Saúde IV – Fonoaudióloga,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, da **Classe C – Nível 12, para perceber na Classe C – Nível 13, correspondente ao valor de R$: 4.515,33 (Quatro Mil, Quinhentos e Quinze Reais, Trinta e Três Centavos),** *de acordo com a Lei Municipal nº. 842/2011 e suas alterações, e ainda, em conformidade com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 03 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 171/2017.

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** do Senhor **SEBASTIAO PEDRO ALVES**, servidor efetivo, com matricula no RH nº. 246, admitido em 01/04/2004, nocargo de **Agente da Administração Pública II – Motorista,** lotado na Secretaria Municipal de Saúde, da **Classe A – Nível 12 para perceber na Classe A – Nível 13, correspondente ao valor de R$: 1.724,60 (Um Mil, Setecentos e Vinte e Quatro Reais, Sessenta Centavos),** *de acordo com a Lei Municipal nº. 840/2011 e suas alterações, e ainda, em conformidade com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 03 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 170/2017.

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** do Senhor **ORLANDO BONTEMPO**, servidor efetivo, com matricula no RH nº. 231, admitido em 01/04/2004, nocargo de **Agente da Administração Pública III – Tratorista,** lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, da **Classe A – Nível 12 para perceber na Classe A – Nível 13, correspondente ao valor de R$: 1.348,33 (Um Mil, Trezentos e Quarenta e Oito Reais, Trinta e Três Centavos),** *de acordo com a Lei Municipal nº. 840/2011 e suas alterações, e ainda, em conformidade com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 03 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 169/2017.

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** do Senhor **MANOEL GUIN FILHO**, servidor efetivo, com matricula no RH nº. 307, admitido em 01/04/2004, nocargo de **Técnico de Nível Superior II – Engenheiro Agrônomo,** lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio, da **Classe B – Nível 12 para perceber na Classe B – Nível 13, correspondente ao valor de R$: 3.621,67 (Três Mil, Seiscentos e Vinte e Um Reais, Sessenta e Sete Centavos),** *de acordo com a Lei Municipal nº. 840/2011 e suas alterações, e ainda, em conformidade com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 03 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 168/2017.

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** da Senhora **MAGALY ANGELA BAESSO TREUHERZ**, servidora efetiva, com matricula no RH nº. 243, admitida em 01/04/2004, nocargo de **Técnico de Nível Médio I – Agente Administrativo**, lotada na Secretaria Municipal de Finanças desta Prefeitura **da Classe E – Nível 12 para perceber na Classe E – Nível 13, correspondente ao valor de R$: 2.041,30 (Dois Mil, Quarenta e Um Reais, Trinta Centavos),** *de acordo com a Lei Municipal nº. 840/2011 e suas alterações, e ainda, em conformidade com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 03 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 167/2017.

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** do Senhor **EXPEDITO PEREIRA DE ALENCAR**, servidor efetivo, com matricula no RH nº. 232, admitido em 01/04/2004, nocargo de **Agente da Administração Pública III – Auxiliar de Saneamento,** lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, da **Classe C – Nível 12 para perceber na Classe C – Nível 13, correspondente ao valor de R$: 1.617,99 (Um Mil, Seiscentos e Dezessete Reais, Noventa e Nove Centavos),** *de acordo com a Lei Municipal nº. 840/2011 e suas alterações, e ainda, em conformidade com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 03 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 187/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAÇÃO DE CLASSE** da Senhora **ROSELI PEREIRA DA CUNHA,** servidora efetiva, admitida em 01/04/2004,nocargo de **Professora**, com matricula no RH nº. 327, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, da **Classe C – Nível 03,** para perceber na categoria da **Classe D – Nível 03, correspondente ao valor de R$: 3.540,80 (Três Mil, Quinhentos e Quarenta Reais, Oitenta Centavos),** *nos termos do Art. 45, §2º. c/c Art. 76, §2º. Da Lei Municipal nº. 836/2011 e suas alterações, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 05 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 166/2017.

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** da Senhora **CARLA REGIANI PEREIRA**, servidora efetiva, com matricula no RH nº. 334, admitida em 01/04/2004, no cargo de **Especialista da Saúde V – Cirurgiã Dentista,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, da **Classe C – Nível 12, para perceber na Classe C – Nível 13, correspondente ao valor de R$: 5.437,20 (Cinco Mil, Quatrocentos e Trinta e Sete Reais, Vinte Centavos),** *de acordo com a Lei Municipal nº. 842/2011 e suas alterações, e ainda, em conformidade com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 03 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 188/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAÇÃO DE CLASSE** da Senhora **TATIANA DA SILVA,** servidora efetiva, admitida em 01/04/2004,nocargo de **Professora**, com matricula no RH nº. 321, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, da **Classe C – Nível 03,** para perceber na categoria da **Classe D – Nível 03, correspondente ao valor de R$: 3.540,80 (Três Mil, Quinhentos e Quarenta Reais, Oitenta Centavos),** *nos termos do Art. 45, §2º. c/c Art. 76, §2º. Da Lei Municipal nº. 836/2011 e suas alterações, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 05 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 165/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER "*FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 29/03*/2017, com término em 27/04/2017*, *referente ao período aquisitivo de 01/02/2016 à 31/01/2017,* ao servidor ***MARCELO EDUARDO CAVALIERI,*** servidor efetivo, com matricula no RH nº. 92, no cargo de **Técnico da Fiscalização e Arrecadação – Fiscal de Obras e Postura**, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº. 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data da consessão das férias 29/03/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 03 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 164/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - Designar a Senhora **Rosa Fernanda Silva de Souza,** servidora comissionada, com matricula no RH nº. 1679, lotada na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, para que acompanhe e fiscalize o **Contrato nº. 15/2017**, firmado com a empresa **CLÁUDIA NOBREGA RANTIM BARBOSA;** O objeto do presente contrato é aquisição de Caminhão usado tipo caçamba vasculante para atender Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos da Prefeitura Municipal de Tabaporã, conforme especificações descritas abaixo:

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA	VR.TOTAL
01	01	Unidade	Caminhão, usado, ano não inferior a 1980, perfeito estado de conservação motor com capacidade minima de 130 CV, equipado com caçamba vasculante.	46.000,00	46.000,00

A entrega do objeto deverá ser entregue em conformidade com as especificações contidas no Edital mediante apresentação de documentos e vistoria do setor competente da Prefeitura Municipal de Tabaporã-MT.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 29/03/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, em 31 de Março de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 163/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - Designar a Senhora **Silvana Goncalves Godinho,** servidora efetiva, com matricula no RH nº. 773, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para que acompanhe e fiscalize o **Contrato nº. 14/2017**, firmado com a empresa **ALKA Tecnologia em Diagnósticos, Comércio, Importação e Exportação de Produtos LTDA;** O objeto do presente contrato é a venda pela **CONTRATADA** e respectiva aquisição pelo **CONTRATANTE** de equipamentos e material mobiliário, conforme as especificações e características que seguem:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QDE.	MARCA	V. UNIT.	V. TOTAL
01	Analisador Hematológico LED DE10.4 Touch screen diferencial de 5 partes, 25 parâmetros reportáveis ângulo triplo de dispersã e 3 histogramas, modo capilar em amostras de sangue toal 15ul de amostras de testes, 60 testes por hora, 2 tipos de lise, capacidade de armazenamento mais de 40.000 amostras, lis Uni ou Bi direcional.	1	Bc-5150 analisador hematológico marca Mindray RMS 80102510861	55.000,00	55.000,00

A **CONTRATADA** deverá proceder a entrega física dos materiais adquirido, no prazo máximo de até 10 (Dez)dias; O recebimento dos equipamentos e materiais objeto deste contrato, dar-se-á na forma estabelecida no art. 83, da Lei Federal n.º 8.666/93, sendo que, se tais Máquinas apresentar especificações em desacordo com o estabelecido no Edital, o **CONTRATANTE** poderá rejeitar o seu recebimento, bem como declarar a inidoneidade da **CONTRATADA**, a teor do art. 86, do Diploma Legal supracitado; A vigência do presente contrato será de 90 (noventa) dias, apartir da data de sua assinatura.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 27/03/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, em 31 de Março de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 162/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - Designar a Senhora **Silvana Goncalves Godinho,** servidora efetiva, com matricula no RH nº. 773, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para que acompanhe e fiscalize o **Contrato nº. 13/2017**, firmado com a empresa **FERRARI CELL LTDA - EPP;** O objeto do presente contrato é a venda pela **CONTRATADA** e respectiva aquisição pelo **CONTRATANTE** de equipamentos e material mobiliário, conforme as especificações e características que seguem:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QDE.	MARCA	V.UNIT.	V. TOTAL
04	Projetor de Multimidea (Data Show) conforme especificações em edital	3	ACER	1.900,00	5.700,00
06	Roteador Wan Conforme especificações em edital	2	TPLINK	190,00	380,00
07	Nobreak 1KVA conforme especificações em edital	2	ENERGYLUX	800,00	1.600,00
08	Mesa para impressora conforme especificações em edital	1	VANDAFLEX	145,00	145,00
09	Cadeira para escritório Fixa	5	PLAXMETAL	70,00	350,00
14	Impressora Laser Multifuncional (Copiadora Scanner) Conforme especificações em edital	1	SAMSUNG	1.100,00	1.100,00
16	Mesa para computador, conforme especificações em anexo	1	VANDAFLEX	440,00	440,00

A **CONTRATADA** deverá proceder a entrega física dos materiais adquirido, no prazo máximo de até 30 (trinta)dias; O recebimento dos equipamentos e materiais objeto deste contrato, dar-se-á na forma estabelecida no art. 83, da Lei Federal n.º 8.666/93, sendo que, se tais Máquinas apresentar especificações em desacordo com o estabelecido no Edital, o **CONTRATANTE** poderá rejeitar o seu recebimento, bem como declarar a inidoneidade da **CONTRATADA**, a teor do art. 86, do Diploma Legal supracitado; A vigência do presente contrato será de 90 (noventa) dias, apartir da data de sua assinatura.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 24/03/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, em 31 de Março de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 189/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAÇÃO DE CLASSE** da Senhora **ELISANGELA APARECIDA MALONYAI CAVALIERI,** servidora efetiva, admitida em 01/04/2004,nocargo de **Professora**, com matricula no RH nº. 241, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, da **Classe C – Nível 03,** para perceber na categoria da **Classe D – Nível 03, correspondente ao valor de R$: 3.540,80 (Três Mil, Quinhentos e Quarenta Reais, Oitenta Centavos),** *nos termos do Art. 45, §2º. c/c Art. 76, §2º. Da Lei Municipal nº. 836/2011 e suas alterações, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 05 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 190/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAÇÃO DE CLASSE** da Senhora **IRACI SIQUEIRA,** servidora efetiva, admitida em 09/04/2007,nocargo de **Apoio Administrativo Educacional Infraestrutura Profissionalizado**, com matricula no RH nº. 963, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, da **Classe B – Nível 02,** para perceber na categoria da **Classe C – Nível 02, correspondente ao valor de R$: 1.899,52 (Um Mil, Oitocentos e Noventa e Nove Reais, Cinquenta e Dois Centavos),** *nos termos do Art. 45, §2º. c/c Art. 76, §2º. Da Lei Municipal nº. 836/2011 e suas alterações, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 05 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 161/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - Designar a Senhora **Silvana Goncalves Godinho,** servidora efetiva, com matricula no RH nº. 773, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para que acompanhe e fiscalize o **Contrato nº. 12/2017**, firmado com a empresa **O GOIANO PRODUTOS E SERVIÇOS EIRELI - ME;** O objeto do

presente contrato é a venda pela **CONTRATADA** e respectiva aquisição pelo **CONTRATANTE** de equipamentos e material mobiliário, conforme as especificações e características que seguem:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QDE.	MARCA	V.UNIT.	V. TOTAL
01	Computador Desktop básico conforme Especificações em edital	03	EASY-PC	1.850,00	5.550,00
02	Computador portátil (Noteboock) Conforme especificações em edital	03	POSITIVO	1.900,00	5.700,00
03	Ar Condicionado Conforme especificações em edital	4	AGRATTO	1.140,00	4.560,00
05	Mesa para escritório Conforme especificações em edital	4	Mercantil	285,00	1.140,00
10	Arquivo de aço conforme especificações em edital	6	Brasil Central	495,00	2.970,00
11	Impressora Laser (comum) Conforme especificações em edital	1	Brother	490,00	490,00
12	Tela de projeção Conforme especificações em edital	03	SUMAY	495,00	1.485,00
13	Geladeira/Refrigerador conforme especificações em edital	2	ESMALTEC	1.090,00	2.180,00
15	Telefone Celular rural de mesa conforme especificações em edital	2	ELSYS	560,00	1.120,00

A **CONTRATADA** deverá proceder a entrega física dos materiais adquirido, no prazo máximo de até 30 (trinta)dias; O recebimento dos equipamentos e materiais objeto deste contrato, dar-se-á na forma estabelecida no art. 83, da Lei Federal n.º 8.666/93, sendo que, se tais Máquinas apresentar especificações em desacordo com o estabelecido no Edital, o **CONTRATANTE** poderá rejeitar o seu recebimento, bem como declarar a inidoneidade da **CONTRATADA**, a teor do art. 86, do Diploma Legal supracitado; A vigência do presente contrato será de 90 (noventa) dias, apartir da data de sua assinatura.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 24/03/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, em 31 de Março de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 160/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - Designar a Senhora **Katia Aparecida de Paula Gomes,** servidora efetiva, com matricula no RH nº. 43, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para que acompanhe e fiscalize o **Contrato nº. 11/2017**, firmado com a empresa **DENTEMED EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS LTDA;** O objeto do presente contrato é a venda pela **CONTRATADA** e respectiva aquisição pelo **CONTRATANTE** de equipamentos e material mobiliário, conforme as especificações e características que seguem:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QDE.	MARCA	V.UNIT.	V. TOTAL
05	Mocho conforme especficações em edital	2	DENTEMED	500,00	1.000,00
02	Cadeira Odontológica conforme especificações em edital	2	DENTEMED	11.250,00	22.500,00
03	Aparelho Raio X Odontologico conforme especificações em edital	3	PROCION	5.500,00	16.500,00

A **CONTRATADA** deverá proceder a entrega física dos materiais adquirido, no prazo máximo de até 30 (trinta)dias; O recebimento dos equipamentos e materiais objeto deste contrato, dar-se-á na forma estabelecida no art. 83, da Lei Federal n.º 8.666/93, sendo que, se tais Máquinas apresentar especificações em desacordo com o estabelecido no Edital, o **CONTRATANTE** poderá rejeitar o seu recebimento, bem como declarar a inidoneidade da **CONTRATADA**, a teor do art. 86, do Diploma Legal supracitado; A vigência do presente contrato será de 90 (noventa) dias, apartir da data de sua assinatura.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 24/03/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, em 31 de Março de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 191/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAÇÃO DE CLASSE** do Senhor **JOSE LUZIA MAXIMO DA FONSECA,** servidor efetivo, admitido em 01/04/2004,nocargo de **Professor**, com matricula no RH nº. 325, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, da **Classe C – Nível 03,** para perceber na categoria da **Classe D – Nível 03, correspondente ao valor de R$: 3.540,80 (Três Mil, Quinhentos e Quarenta Reais, Oitenta Centavos),** *nos termos do Art. 45, §2º. c/c Art. 76, §2º. Da Lei Municipal nº. 836/2011 e suas alterações, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 05 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 159/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - Designar a Senhora **Katia Aparecida de Paula Gomes,** servidora efetiva, com matricula no RH nº. 43, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para que acompanhe e fiscalize o **Contrato nº. 10/2017**, firmado com a empresa **CIRURGICA GONÇALVES LTDA - EPP;** O objeto do presente contrato é a venda pela **CONTRATADA** e respectiva aquisição pelo **CONTRATANTE** de equipamentos e material mobiliário, conforme as especificações e características que seguem:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QDE.	MARCA	V.UNIT.	V. TOTAL
01	Carro para material de limpeza conforme especificações em edital	1	Bralimpia NYKT03	1.210,00	1.210,00
02	Seladora tipo manual /mesa aolicação grau cirurgico controle de temperatura analógico	3	VH	265,00	795,00
03	Biombo /conforme esp. Em edital	1	MK	400,00	400,00
04	Suporte p/soro conforme espec. Em edital	1	MK	200,00	200,00
08	Negatoscópio conforme espec. Em edital	1	Rotal	610,00	610,00
09	Nebulizador portátil tipo ultrasonico	5	Medicate MD 3000	240,00	1.200,00
10	Carro de Curativos ,conf. Espec. Em anexo	4	MK	680,00	2.720,00
11	Fotopolimerizador de resinas tipo led com fio	2	Ecel EC450	485,00	970,00
13	Foco refletor ambulatorial iluminação halogênio haste	2	MK	400,00	800,00
17	Autoclave horizontal de mesa	3	Stermax extra	2.690,00	8.070,00
18	Balança antropométrica modo de operação digital	2	Welmy W 200/100 A	1.390,00	2.780,00
19	Detector fetal tipo portatil tecnologia digital	1	MD FD 200 B	640,00	640,00
20	Mesa auxiliar conforme esp. Em Edtal	3	Rotal Art 20.301	220,00	660,00
21	Poltrona Hospitalar conf. Espec. Em edital	1	MK	1.100,00	1.100,00
22	Cadeira de rodas para obeso conforme espec. Em edital	1	Ortometal especial 120 obeso	1.208,00	1.208,00

A **CONTRATADA** deverá proceder a entrega física dos materiais adquirido, no prazo máximo de até 30 (trinta)dias; O recebimento dos equipamentos e materiais objeto deste contrato, dar-se-á na forma estabelecida no art. 83, da Lei Federal n.º 8.666/93, sendo que, se tais Máquinas apresentar especificações em desacordo com o estabelecido no Edital, o **CONTRATANTE** poderá rejeitar o seu recebimento, bem como declarar a inidoneidade da **CONTRATADA**, a teor do art. 86, do Diploma Legal supracitado; A vigência do presente contrato será de 90 (noventa) dias, apartir da data de sua assinatura..

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 24/03/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, em 31 de Março de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 192/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAÇÃO DE CLASSE** da Senhora **LUCIA TELES PINTOR,** servidora efetiva, admitida em 01/04/2004,nocargo de **Professora**, com matricula no RH nº. 315, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, da **Classe C – Nível 03,** para perceber na categoria da **Classe D – Nível 03, correspondente ao valor de R$: 3.540,80 (Três Mil, Quinhentos e Quarenta Reais, Oitenta Centavos),** *nos termos do Art. 45, §2º. c/c Art. 76, §2º. Da Lei Municipal nº. 836/2011 e suas alterações, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 05 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 158/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - Designar a Senhora **Katia Aparecida de Paula Gomes,** servidora efetiva, com matricula no RH nº. 43, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para que acompanhe e fiscalize o **Contrato nº. 09/2017**, firmado com a empresa **SCHULZ PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA-ME,**representada pela sócia-proprietária, **Kathia Regina Pinton Schulz;** Este contrato tem por objeto contratar a empresa na área de saúde para prestar serviços Medico para atendimento à população em Unidade Básica de Saúde PSF I e Plantões sobre escala no Hospital Municipal, com os benefícios oferecidos pelo SUS - Sistema Único de Saúde no Município de Tabaporã - MT; O prazo de execução do presente Contrato é de 09 (Nove) meses, com inicio em 01 de Abril de 2017 e termino em até 31 de Dezembro de 2017, contados a partir da assinatura do contrato; O presente Contrato poderá ser prorrogado por *iguais e sucessivos períodos, se houver interesse público e conveniência econômico-financeira para o* ***CONTRATANTE****, conforme preceitua o artigo 57, inciso II da Lei n. ° 8.666/93, lavrando-se o competente termo de aditamento.*

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, em 31 de Março de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 193/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAÇÃO DE CLASSE** da Senhora **LUCINEIA DE SOUZA BRAGA,** servidora efetiva, admitida em 07/04/2004,nocargo de **Apoio Administrativo Educacional Infraestrutura Profissionalizado**, com matricula no RH nº. 289, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, da **Classe C – Nível 02,** para perceber na categoria da **Classe D – Nível 02, correspondente ao valor de R$: 2.057,82 (Dois Mil, Cinquenta e Sete Reais, Oitenta e Dois Centavos),** *nos termos do Art. 45, §2º. c/c Art. 76, §2º. Da Lei Municipal nº. 836/2011 e suas alterações, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 05 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 157/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - Designar a Senhora **MARILUCIA APARECIDA DOS SANTOS FERNANDES,** servidora efetiva, com matricula no RH nº. 102, lotada no Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral, para que acompanhe e fiscalize o **Contrato nº. 08/2017**, firmado com a empresa **JC AUTO MOTORS LTDA,**representada pelo senhor**Mizael Correia de Almeida;** O objeto do presente contrato é a venda pela **CONTRATADA** e respectiva aquisição pelo **CONTRATANTE** do veiculo conforme as especificações e características que seguem:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	QTD.
01	Veiculo Caminhonete tipo SUV, novo ok, 4x4, com capacidade de 07 passageiros, 04 portas, motor potencia minima de 180 cv, motor a diesel, cambio automatico, direção hidraulica, ar-condicionado, garantia minima de tres anos	01

Em atendimento a solicitação do Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral; O recebimento do veiculo objeto deste contrato, dar-se-á na forma estabelecida no art. 83, da Lei Federal n.º 8.666/93, sendo que, se tal veículo apresentar especificações em desacordo com o estabelecido no Edital e proposta, o **CONTRATANTE** poderá rejeitar o seu recebimento, bem como declarar a inidoneidade da **CONTRATADA**, a teor do art. 86, do Diploma Legal supracitado; A vigência do presente contrato terá início na data de sua assinatura, precisamente, na data de 24 de Março de 2017, e final, na data de 24 de Março de 2020, podendo ser prorrogado, a critério das partes, por Termo de Aditamento Contratual.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 24/03/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, em 31 de Março de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 194/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAÇÃO DE CLASSE** da Senhora **MARIA FERNANDES FRANCOLINO,** servidora efetiva, admitida em 01/04/2004,nocargo de **Professora**, com matricula no RH nº. 330, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, da **Classe C – Nível 03,** para perceber na categoria da **Classe D – Nível 03, correspondente ao valor de R$: 3.540,80 (Três Mil, Quinhentos e Quarenta Reais, Oitenta Centavos),** *nos termos do Art. 45, §2º. c/c Art. 76, §2º. Da Lei Municipal nº. 836/2011 e suas alterações, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 05 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 195/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAÇÃO DE CLASSE** da Senhora **MARLI DA ROCHA LOURENCO AIOLFI,** servidora efetiva, admitida em 01/04/2004,nocargo de **Professora**, com matricula no RH nº. 270, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, da **Classe C – Nível 03,** para perceber na categoria da **Classe D – Nível 03, correspondente ao valor de R$: 3.540,80 (Três Mil, Quinhentos e Quarenta Reais, Oitenta Centavos),** *nos termos do Art. 45, §2º. c/c Art. 76, §2º. Da Lei Municipal nº. 836/2011 e suas alterações, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 05 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 196/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAÇÃO DE CLASSE** da Senhora **MARLI DE FATIMA SPARVOLLI SANTAELLA,** servidora efetiva, admitida em 19/04/1999,nocargo de **Professora**, com matricula no RH nº. 84, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, da **Classe D – Nível 03,** para perceber na categoria da **Classe E – Nível 03, correspondente ao valor de R$: 3.813,16 (Três Mil, Oitocentos e Treze Reais, Dezesseis Centavos),** *nos termos do Art. 45, §2º. c/c Art. 76, §2º. Da Lei Municipal nº. 836/2011 e suas alterações, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 05 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 3.423/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º. - DESIGNAR, o Senhor**JOAO PAULO MARTINS DA COSTA,** servidor efetivo, no cargo de **Técnico de Nível Médio I - Agente Administrativo,** lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio da Prefeitura Municipal de Tabaporã, para responder no cargo em comissão de **Chefe do Departamento de Meio Ambiente**, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/99, 840/2011, e ainda, em conformidade com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 03/04/2017, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 13 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 3.422/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º. – NOMEAR a senhora **FRANCIELLY APARECIDA BISPO DE OLIVEIRA SANTOS,**brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1.952.864-7 SSP/MT e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 041.491.611-51, para ocupar o cargo em comissão de **Chefe de Divisão de Contabilidade,** lotada na Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura Municipal de Tabaporã - MT, nos termos do Art. 38, da Lei Municipal nº. 423/2003, c/c Lei Orgânica Municipal e de acordo com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 05/04/2017, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 13 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 3.421/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º. – NOMEAR a senhora **MARISANGELA APARECIDA PINTO DA SILVA,** brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 000.753.949 SSP/MS e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 003.346.121.01, para ocupar o cargo em comissão de **Diretor da Vigilância Ambiental,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Tabaporã - MT, nos termos do Art. 25, da Lei Municipal nº. 423/2003 c/c Art. 1º, da Lei Mun. 652/2007 e Lei Orgânica Municipal e de acordo com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 03/04/2017, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 13 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 3.420/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º. – NOMEAR a senhora **EDILEUSA MARIA LOLATO,** brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1.834.086-5 SSP/MT e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 034.079.511.59, para ocupar o cargo em comissão de **Chefe do Departamento Financeiro,** lotada na Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura Municipal de Tabaporã - MT, nos termos do Art. 23, da Lei Municipal nº. 423/2003, c/c Lei Orgânica Municipal e de acordo com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 03/04/2017, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 13 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 3.419/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º. – NOMEAR o senhor **MAYCON JOSÉ AMORIM CONTREIRAS,** brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 1.640. 643-5 SJSP/MT e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 009.485.131-01, para ocupar o cargo em comissão de **Assessor Especial,** lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Industria e Comercio da Prefeitura Municipal de Tabaporã - MT, nos termos do Art. 40, da Lei Municipal nº. 423/2003, c/c as *Leis Mun. 892/2012,* Lei Orgânica Municipal e de acordo com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 03/04/2017, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 13 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 3.418/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º. – NOMEAR o senhor **JHONATAN FERNANDES COUTO,** brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº. 2.120.311-3 SJSP/MT e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 032. 613.211.21, para ocupar o cargo em comissão de**Diretor Administrativo,** lotado na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Tabaporã - MT, nos termos do Art. 25, da Lei Municipal nº. 423/2003 c/c Art. 1º, da Lei Mun. 652/2007 e Lei Orgânica Municipal e de acordo com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 03/04/2017, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 13 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 197/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAÇÃO DE CLASSE** da Senhora **DORENI DE BRITO,** servidora efetiva, admitida em 01/04/2004,nocargo de **Professora**, com matricula no RH nº. 323, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, da **Classe C – Nível 03,** para perceber na categoria da **Classe D – Nível 03, correspondente ao valor de R$: 3.540,80 (Três Mil, Quinhentos e Quarenta Reais, Oitenta Centavos),** *nos termos do Art. 45, §2º. c/c Art. 76, §2º. Da Lei Municipal nº. 836/2011 e suas alterações, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 06 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 3.417/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º. - DESIGNAR, o Senhor**TIAGO DOS SANTOS,** servidor efetivo, no cargo de **Agente de Saúde I - Agente de Combate as Endemias,** lotado na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Tabaporã, para responder no cargo em comissão de **Diretor da Vigilância Sanitária**, nos termos do Art. 25, da Lei Municipal nº. 423/2003 c/c Art. 1º, da Lei Municipal nº. 652/2007 e Lei Orgânica Municipal e de acordo com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 03/04/2017, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 13 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 3.416/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º. - **RETORNAR AO CARGO DE ORIGEM**, a partir do dia 03/04/2017, o Senhor**JOAO PAULO MARTINS DA COSTA**, servidor efetivo, com matricula no RH nº. 1499, no cargo de **Técnico de Nível Médio I - Agente Administrativo**, Classe A, Nível 03, nomeado em 13/11/2013, através do Decreto n°. 2.847/2013, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio, de acordo com as Leis Municipais nº 218/99, 840/11 e, de acordo com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de 03/04/2017, Revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto n°. 3. 349/2017 de 02 de Janeiro de 2017.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 13 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 198/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAÇÃO DE CLASSE** da Senhora **MARIA CRISTIANE MAXIMIANO,** servidora efetiva, admitida em 02/04/2004,nocargo de **Técnico Administrativo Educacional Profissionalizado**, com matricula no RH nº. 279, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, da **Classe C – Nível 02,** para perceber na categoria da **Classe D – Nível 02, correspondente ao valor de R$: 3.124,23 (Três Mil, Cento e Vinte e Quatro Reais, Vinte e Três Centavos),** *nos termos do Art. 45, §2º. c/c Art. 76, §2º. Da Lei Municipal nº. 836/2011 e suas alterações, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 06 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 3.415/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º. - EXONERAR a partir de 03/04/2017,a Senhora **MARISANGELA APARECIDA PINTO DA SILVA,** servidora no cargo em comissão de **Chefe do Departamento Financeiro,** com matricula no RH nº. 1676, lotada na Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura Municipal de Tabaporã - MT, em conformidade com as Leis Municipais nº.s 218/1999, 423/2003 e de acordo com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 03/04/2017, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 13 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 3.414/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º. - EXONERAR a partir de 03/04/2017,a Senhora **EDILEUSA MARIA LOLATO,** servidora no cargo em comissão de **Chefe de Divisão de Contabilidade,** com matricula no RH nº. 1675, lotada na Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura Municipal de Tabaporã - MT, em conformidade com as Leis Municipais nº.s 218/1999, 423/2003 e de acordo com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 03/04/2017, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 13 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 200/2017.

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** do Senhor **DJALMA FRANCISCO DA SILVA**, servidor efetivo, com matricula no RH nº. 977, admitido em 09/04/2007, nocargo de **Agente de Manutenção – Trabalhador de Serviços Gerais,** lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, da **Classe A – Nível 09 para perceber na Classe A – Nível 10, correspondente ao valor de R$: 1.073,02 (Um Mil, Setenta e Três Reais, Dois Centavos),** *de acordo com a Lei Municipal nº. 840/2011 e suas alterações, e ainda, em conformidade com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 11 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 3.413/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º. - EXONERAR a partir de 03/04/2017,o Senhor **MAYCON JOSE AMORIM CONTREIRAS,** servidor no cargo em comissão de **Chefe de Depto de Meio Anbiente,** com matricula no RH nº. 1681, lotado na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo da Prefeitura Municipal de Tabaporã - MT, em conformidade com as Leis Municipais nº.s 218/1999, 423/2003 e de acordo com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 03/04/2017, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 13 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 3.412/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º. - EXONERAR a partir de 03/04/2017,o Senhor **JHONATAN FERNANDES COUTO,** servidor no cargo em comissão de **Chefe Depto Ambulatorial e Hospitalar,** com matricula no RH nº. 1685, lotado na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Tabaporã - MT, em conformidade com as Leis Municipais nº.s 218/1999, 423/2003 e de acordo com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 03/04/2017, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 13 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 199/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO que a servidora apresentou Atestado Médico comprovando gravidez na data de 07 de Novembro de 2016.

CONSIDERANDO que a mesma solicitou o Término do Contrato de Trabalho por iniciativa própria na data de 05/04/2017.

RESOLVE:

Artigo 1º. - DAR POR ENCERRADO O CONTRATO da Senhora **ELAINE DO NASCIMENTO LEITE FERNANDES, na data de 05 de Abril de 2017**, servidora contratada temporariamente por meio de Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2015, com matricula no RH nº. 1658, no cargo de **Técnico de Desenvolvimento Infantil**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/1999, 836/2009 e suas alterações, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação, retroagindo seus efeitos na data de 05/04/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 06 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 201/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER *"FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 11*/04/2017, com término em 10/05/2017*, *referente ao período aquisitivo de 21/07/2014 a 20/08/2015,* ao senhor ***JURANDYR DA SILVA*****,** servidor efetivo, com matricula no RH nº. 63, no cargo de **Agente da Administração Pública III – Pedreiro,** lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 11 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 202/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO que a servidora apresentou Atestado Médico comprovando gravidez na data de 09 de Novembro de 2016.

CONSIDERANDO que a mesma solicitou o Término do Contrato de Trabalho por iniciativa própria na data de 12/04/2017.

RESOLVE:

Artigo 1º. - DAR POR ENCERRADO O CONTRATO da Senhora **CLAUDIA APARECIDA GOBO MENDES PIRES, na data de 12 de Abril de 2017**, servidora contratada temporariamente por meio de Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2015, com matricula no RH nº. 1647, no cargo de **Técnico de Desenvolvimento Infantil**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/1999, 836/2009 e suas alterações, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 12 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 203/2017.

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** do Senhor **ROMILDO VIEIRA DA SILVA**, servidor efetivo, com matricula no RH nº. 1358, admitido em 13/04/2012, nocargo de **Agente da Administração Pública II – Motorista,** lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, da **Classe C – Nível 04 para perceber na Classe C – Nível 05, correspondente ao valor de R$: 1.766,32 (Um Mil, Setecentos e Sessenta e Seis Reais, Trinta e Dois Centavos),** *de acordo com a Lei Municipal nº. 840/2011 e suas alterações, e ainda, em conformidade com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 13 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 204/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER *"LICENÇA PRÊMIO", pelo período de 90 (Noventa) dias, iniciando-se em 13/04/2017 com término em 11/07/2017**, do período ***aquisitivo de 01/06/2010 à 31/05/2015, sem prejuízo de sua remuneração*** a Senhora **ESTER MOREIRA DE MORAES,** servidora efetiva, com matricula no RH nº. 29, admitida em 01/06/1994, nocargo de ***Professora,*** lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, de acordo com o Art. 54, da Lei Municipal nº. 836/2011 e suas alterações, e ainda com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 13 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 205/2017.

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** do Senhor **ORETIDES SIQUERIA SOBRINHO**, servidor efetivo, com matricula no RH nº. 1361, admitido em 16/04/2012, nocargo de **Agente da Administração Pública II – Motorista,** lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, da **Classe C – Nível 04 para perceber na Classe C – Nível 05, correspondente ao valor de R$: 1.766,32 (Um Mil, Setecentos e Sessenta e Seis Reais, Trinta e Dois Centavos),** *de acordo com a Lei Municipal nº. 840/2011 e suas alterações, e ainda, em conformidade com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 17 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 206/2017.

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** do Senhor **CARLOS ANTONIO ROBERTO**, servidor efetivo, com matricula no RH nº. 1365, admitido em 17/04/2012, nocargo de **Agente de Manutenção – Trabalhador de Serviços Gerais,** lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, da **Classe A – Nível 04 para perceber na Classe A – Nível 05, correspondente ao valor de R$: 971,86 (Novecentos e Setenta e Um Reais, Oitenta e Seis Centavos),** *de acordo com a Lei Municipal nº. 840/2011 e suas alterações, e ainda, em conformidade com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 17 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 207/2017.

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** do Senhor **WAGNER MOURA DO NASCIMENTO**, servidor efetivo, com matricula no RH nº. 1364, admitido em 17/04/2012, nocargo de **Agente da Administração Pública II – Motorista,** lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, da **Classe C – Nível 04 para perceber na Classe C – Nível 05, correspondente ao valor de R$: 1.766,32 (Um Mil, Setecentos e Sessenta e Seis Reais, Trinta e Dois Centavos),** *de acordo com a Lei Municipal nº. 840/2011 e suas alterações, e ainda, em conformidade com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 17 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 208/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER *"FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 17/04/2017, com término em 16/05/2017**, referente ao período aquisitivo de 16/01/2015 à 15/01/2016,* a servidora ***JULIANI CAMILA DOS SANTOS,*** servidora efetiva, com matricula no RH nº. 1165, no cargo de **Especialista da Saúde I – Bióloga**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 17 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 209/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAÇÃO DE CLASSE** da Senhora **ANGELITA APARECIDA LIMA,** servidora efetiva, admitida em 05/04/2004,nocargo de **Apoio Administrativo Educacional Nutrição Profissionalizado**, com matricula no RH nº. 282, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, da **Classe C – Nível 02,** para perceber na categoria da **Classe D – Nível 02, correspondente ao valor de R$: 2.057,82 (Dois Mil, Cinquenta e Sete Reais, Oitenta e Dois Centavos),** *nos termos do Art. 45, §2º. c/c Art. 76, §2º. Da Lei Municipal nº. 836/2011 e suas alterações, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 17 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 210/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAÇÃO DE CLASSE** do Senhor **ADAIR JOSE SCHNEIDER,** servidor efetivo, admitido em 01/04/2004,nocargo de **Professor**, com matricula no RH nº. 247, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, da **Classe C – Nível 03,** para perceber na categoria da **Classe D – Nível 03, correspondente ao valor de R$: 3.540,80 (Três Mil, Quinhentos e Quarenta Reais, Oitenta Centavos),** *nos termos do Art. 45, §2º. c/c Art. 76, §2º. Da Lei Municipal nº. 836/2011 e suas alterações, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 18 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 211/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAÇÃO DE CLASSE** da Senhora **GENITA ZANON,** servidora efetiva, admitida em 01/04/2004,nocargo de **Professora**, com matricula no RH nº. 329, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, da **Classe C – Nível 03,** para perceber na categoria da **Classe D – Nível 03, correspondente ao valor de R$: 3.540,80 (Três Mil, Quinhentos e Quarenta Reais, Oitenta Centavos),** *nos termos do Art. 45, §2º. c/c Art. 76, §2º. Da Lei Municipal nº. 836/2011 e suas alterações, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 18 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 212/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAÇÃO DE CLASSE** da Senhora **MARIA APARECIDA RODRIGUES RICIERI,** servidora efetiva, admitida em 01/04/2004,nocargo de **Professora**, com matricula no RH nº. 317, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, da **Classe C – Nível 03,** para perceber na categoria da **Classe D – Nível 03, correspondente ao valor de R$: 3.540,80 (Três Mil, Quinhentos e Quarenta Reais, Oitenta Centavos),** *nos termos do Art. 45, §2º. c/c Art. 76, §2º. Da Lei Municipal nº. 836/2011 e suas alterações, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 18 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 213/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAÇÃO DE CLASSE** da Senhora **MARCIA HELENA VIEIRA BORGES,** servidora efetiva, admitida em 01/04/2004,nocargo de **Professora**, com matricula no RH nº. 252, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, da **Classe C – Nível 03,** para perceber na categoria da **Classe D – Nível 03, correspondente ao valor de R$: 3.540,80 (Três Mil, Quinhentos e Quarenta Reais, Oitenta Centavos),** *nos termos do Art. 45, §2º. c/c Art. 76, §2º. Da Lei Municipal nº. 836/2011 e suas alterações, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 18 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 214/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAÇÃO DE CLASSE** da Senhora **RAKEL VIEIRA STREG,** servidora efetiva, admitida em 01/04/2004,nocargo de **Professora**, com matricula no RH nº. 217, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, da **Classe C – Nível 03,** para perceber na categoria da **Classe D – Nível 03, correspondente ao valor de R$: 3.540,80 (Três Mil, Quinhentos e Quarenta Reais, Oitenta Centavos),** *nos termos do Art. 45, §2º. c/c Art. 76, §2º. Da Lei Municipal nº. 836/2011 e suas alterações, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 18 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 215/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAÇÃO DE CLASSE** da Senhora **JANETE RODRIGUES VIEIRA DE CARVALHO,** servidora efetiva, admitida em 01/04/2004,nocargo de **Professora**, com matricula no RH nº. 217, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, da **Classe C – Nível 02,** para perceber na categoria da **Classe D – Nível 02, correspondente ao valor de R$: 3.124,23 (Três Mil, Cento e Vinte e Quatro Reais, Vinte e Três Centavos),** *nos termos do Art. 45, §2º. c/c Art. 76, §2º. Da Lei Municipal nº. 836/2011 e suas alterações, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 18 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 216/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAÇÃO DE CLASSE** da Senhora **NEIDIANA PETRY AGUSTINI,** servidora efetiva, admitida em 24/05/2012,nocargo de **Apoio Administrativo Educacional Infraestrutura Profissionalizado**, com matricula no RH nº. 1395, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, da **Classe A – Nível 02,** para perceber na categoria da **Classe B – Nível 02, correspondente ao valor de R$: 1.741,23 (Um Mil, Setecentos e Quarenta e Um Reais, Vinte e Três Centavos),** *nos termos do Art. 45, §2º. c/c Art. 76, §2º. Da Lei Municipal nº. 836/2011 e suas alterações, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 18 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 217/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAÇÃO DE CLASSE** do Senhor **DONIZETE LAMERA,** servidor efetivo, admitido em 16/04/2012,nocargo de **Apoio Administrativo Educacional Vigilância Não Profissionalizado**, com matricula no RH nº. 1362, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, da **Classe A – Nível 01,** para perceber na categoria da **Classe B – Nível 01, correspondente ao valor de R$: 1.108,49 (Um Mil, Cento e Oito Reais, Quarenta e Nove Centavos),** *nos termos do Art. 45, §2º. c/c Art. 76, §2º. Da Lei Municipal nº. 836/2011 e suas alterações, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 18 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 218/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAÇÃO DE ESCOLARIDADE** da Senhora **ANGELICA SABRINA COELHO,** servidora efetiva, admitida em 20/04/2012,nocargo de **Técnico Administrativo Educacional Profissionalizado**, com matricula no RH nº. 1371, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, da **Classe B – Nível 01,** para perceber na categoria da **Classe B – Nível 02, correspondente ao valor de R$: 1.841,37 (Um Mil, Oitocentos e Quarenta e Um Reais, Trinta e Sete Centavos),** por ter Concluído Graduação de Nível Superior na Área da Educação,*nos termos do Art.9º, §1º, inciso II c/c Art. 44, Paragrafo Único, da Lei Municipal nº. 836/2011 e suas alterações, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 18 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 220/2017.

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** do Senhor **DOUGLAS STOCKMANN**, servidor efetivo, com matricula no RH nº. 1370, admitido em 19/04/2012, nocargo de **Agente da Administração Pública II – Motorista,** lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, da **Classe C – Nível 04 para perceber na Classe C – Nível 05, correspondente ao valor de R$: 1.766,32 (Um Mil, Setecentos e Sessenta e Seis Reais, Trinta e Dois Centavos),** *de acordo com a Lei Municipal nº. 840/2011 e suas alterações, e ainda, em conformidade com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 19 de Abril de 2017.

SIRIENU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 221/2017.

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** da Senhora **ELIZABETE MARIA DE OLIVEIRA E OLIVEIRA**, servidora efetiva, com matricula no RH nº. 1367, admitida em 19/04/2012, nocargo de **Técnica da Saúde I – Técnica em Enfermagem,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, da **Classe B – Nível 04, para perceber na Classe B – Nível 05, correspondente ao valor de R$: 1.295,30 (Um Mil, Duzentos e Noventa e Cinco Reais, Trinta Centavos),** *de acordo com a Lei Municipal nº. 842/2011 e suas alterações, e ainda, em conformidade com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 19 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 222/2017.

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** do Senhor **GILBERTO REIS CALADO DA SILVA**, servidor efetivo, com matricula no RH nº. 46, admitido em 19/04/1999, nocargo de **Agente da Administração Pública II – Motorista,** lotado na Secretaria Municipal de Saúde, da **Classe C – Nível 17 para perceber na Classe C – Nível 18, correspondente ao valor de R$: 2.284,92 (Dois Mil, Duzentos e Oitenta e Quatro Reais, Noventa e Dois Centavos),** *de acordo com a Lei Municipal nº. 840/2011 e suas alterações, e ainda, em conformidade com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 19 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 223/2017.

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** do Senhor **JOSÉ RAMOS DOS REIS**, servidor efetivo, com matricula no RH nº. 50, admitido em 19/04/1999, nocargo de **Agente da Administração Pública – Operador de Motoniveladora,** lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, da **Classe A – Nível 17 para perceber na Classe A – Nível 18, correspondente ao valor de R$: 2.444,17 (Dois Mil, Quatrocentos e Quarenta e Quatro Reais, Dezessete Centavos),** *de acordo com a Lei Municipal nº. 840/2011 e suas alterações, e ainda, em conformidade com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 19 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 224/2017.

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** da Senhora **MARIA LUCIMAR MARTINS DA SILVA**, servidora efetiva, com matricula no RH nº. 108, admitida em 19/04/1999, nocargo de **Agente de Apoio a Saúde II – Recepcionista,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, da **Classe D – Nível 17, para perceber na Classe D – Nível 18, correspondente ao valor de R$: 1.634,37 (Um Mil, Seiscentos e Trinta e Quatro Reais, Trinta e Sete Centavos),** *de acordo com a Lei Municipal nº. 842/2011 e suas alterações, e ainda, em conformidade com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 19 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 225/2017.

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – Conceder **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**a Senhora **NEIDE MARIA FERRONATO PELLE GUIN,** servidora comissionada, com matricula no RH nº. 1654, nocargo de **Conselheira Tutelar**, lotada na Secretaria Municipal de Ação Social desta Prefeitura Municipal, de acordo com Lei Municipal nº 218/99, Art. 73-I e de acordo com a Constituição Federal.

Artigo 2º. – Fica determinado ao Departamento de Recursos Humanos, afastar a servidora acima mencionada da Folha de Pagamento da Prefeitura Municipal, a partir da data de 19/04/2017, transferindo os encargos salariais ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), até a alta atestada pela equipe médica perita, em conformidade com a Lei 218/1999, art. 73, inciso I, Art. 74 a 76 e Constituição Federal.

Artigo 3º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 19 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 226/2017.

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** do Senhor **LORIAN DEVES**, servidor efetivo, com matricula no RH nº. 1372, admitido em 20/04/

2012, nocargo de **Agente da Administração Pública II – Motorista,** lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, da **Classe A – Nível 04 para perceber na Classe A – Nível 05, correspondente ao valor de R$: 1.471,93 (Um Mil, Quatrocentos e Setenta e Um Reais, Noventa e Três Centavos),** *de acordo com a Lei Municipal nº. 840/2011 e suas alterações, e ainda, em conformidade com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 20 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 227/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER *"FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 20/04*2017, com término em 19/05/2017*, *referente ao período aquisitivo de 17/04/2015 à 16/04/2016,* ao servidor ***WAGNER MOURA DO NASCIMENTO*****,** servidor efetivo, com matricula no RH nº. 1364, no cargo de **Agente da Administração Pública II – Motorista**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 20 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2017.

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2017. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA- MT, neste ato representado pelo Senhor Prefeito Municipal, através do Presidente da CPL, nomeado pela Portaria nº 730/GP/2016 de 29. 12.2016, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 18 DE MAIO DE 2017, às 08:00 horas, nas dependências da Prefeitura, localizada à Avenida Brasil nº 2.351-N, Jardim Europa, na modalidade: **TOMADA DE PREÇOS**, do tipo: **MENOR PREÇO GLOBAL**, com o objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA CIVIL PARA CONSTRUÇÃO DA SEDE DA UNIDADE DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA - UNITAN**, nesta municipalidade, conforme Planilha Orçamentária, Cronograma FísicoFinanceiro, Memorial Descritivo, Projeto Básico e demais Anexos do Edital, consoante as disposições da Lei n.º 8.666/93. O edital completo estará disponível para acesso dos interessados a partir do dia 04 de Maio de 2017, através do site http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Licitacoes/. Tangará da Serra-MT, 02 de Maio de 2017. Márcio de Oiveira Lopes - Presidente da CPL.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EDITAL 046/2017 - P S 004/2016 - CONVOCAÇÃO PARA LABORAR NA SEMEC

EDITAL COMPLEMENTAR 046/2017

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 004/2016

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **Prof. Fábio Martins Junqueira,** no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO** o presente Edital para convocar os candidatos aprovados no **Processo Seletivo nº 004/2016,** destinado ao preenchimento de vagas eformação de cadastro de reserva**,** para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Administração.

1. Para que compareçam na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no Departamento de Gestão de Pessoas e Processos, situada a Avenida Brasil nº 2350-E Jardim Europa, conforme abaixo relacionados para atribuição de aulas e/ou turmas e local de trabalho:

I – Dia 03/05/2017 às 14h00min para atribuição de aulas e local de trabalho para todos os cargos relacionados abaixo:

Cargo.:657 -PROFESSOR ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO - ZONA URBANA							
Qtd.	Insc. Nº	Nome	Data Nasc.	Prova Objetiva	Prova Títulos	TOTAL	Resultado
83	4280	CLAUDINÉIA DA CRUZ STRAMBECK	31/12/1980	72	3,00	75,00	CLASSIFICADO

Cargo.:792 -VIGIA SEMEC							
Qtd.	Insc. Nº	Nome	Data Nasc.	Prova Objetiva	Prova Títulos	TOTAL	Resultado
14	2827	ÉDISON ROQUE CORREIA	20/09/1987	68	4,50	72,50	CLASSIFICADO

Cargo.:573 -MOTORISTA-ZONA RURAL LEI 126/07							
Qtd.	Insc. Nº	Nome	Data Nasc.	Prova Objetiva	Prova Títulos	TOTAL	Resultado
26	920	ILDEMAR COSTA FERREIRA	16/11/1985	60	4,50	64,50	APTO

II. Os documentos abaixo relacionados deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Administração no Departamento de Pessoal situada à Avenida Brasil nº 2350-E – Jardim Europa, nos dias **04/05/2017 e 05/05/2017 das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 16:00** munidos com **cópia e original**:

a) Comprovante de Escolaridade;

b) Atestado Pré-admissional (aptidão física e mental), expedido por uma Clínica de Medicina do Trabalho**;**

b.1) Nos casos de candidatos que se inscreveram para a vaga de cargo como Pessoas com Deficiência o atestado pré-admissional estará vinculado a perícia médica promovida pela Prefeitura Municipal, conforme o item 7.8 do edital.

c) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

d) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;

e) Certidão de Reservista, (quando do sexo-masculino);

f) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

g) Carteira de registro profissional e certidão negativa do respectivo conselho de classe ao qual pertence, para os cargos de professor de educação física;

h) Comprovante de residência;

i) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso e Extrato do PIS/PASEP (emitido pela Caixa Econômica Federal ou Ministério do Trabalho);

j) Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa conforme modelo disponibilizado pelo site **www.tangarada-serra.mt.gov.br**;

k) Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos, (se dependente);

l) Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos, (se for o caso);

m) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos;

n) CPF dos filhos maiores de 14 anos, do pai, mãe e cônjuge;

o) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca de Tangará da Serra-MT, relativo a existência ou inexistência de ações cíveis e criminais, (com trânsito em julgado);

p) Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento que especifique número da conta naquela Instituição Financeira;

q) Declaração de Imposto de Renda (ano base 2016);

r) Certidão fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo a existência ou inexistência de débitos municipais (Setor de Tributação);

s) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 05 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado, caso o mesmo já tenha servido ao Executivo Municipal em alguma função;

t) Para os cargos de motorista zona indígena, o candidato deverá apresentar uma autorização emitida pelas lideranças da Comunidade na qual pretende trabalhar, conforme descrito no item 2.1.2;

u) Carteira Nacional de Habilitação – CNH categoria D, para o cargo de motorista indígena.

2. O prazo de apresentação para atribuição de aulas e/ou turmas e local de trabalho segue no item I, deste edital, findo o qual será providenciada a convocação imediata do aprovado subseqüente, obedecida a ordem de classificação. Será considerado como desistente, o candidato que não se apresentar no prazo constante no item I deste edital.

3. Será desclassificado o candidato que:

a) – não comparecer na data estipulada no item I;

b) – não apresentar a documentação exigida no item II do presente Edital;

c) – for declarado inapto para exercer o cargo a que foi classificado, mediante atestado médico.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 02 de maio de 2017.

Prof. Fábio Martins Junqueira

Prefeito Municipal

Maria das Graças Souto

Secretária Municipal de Administração

Prof. Adriano Alves Fernandes

Secretário Municipal de Educação e Cultura

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR 0013/2017 - EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017

EDITAL COMPLEMENTAR 013/2017

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017

O município de Tangará da Serra-MT, através do Prefeito Municipal, Senhor Profº. **Fábio Martins Junqueira,** no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICA a convocação dos candidatos aprovados/classificados no Processo Seletivo Nº. 001/2017** destinado ao preenchimento de vagas eformação de cadastro de reserva**,** para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Esportes, Secretaria Municipal de Infraestrutura e Secretaria Municipal de Saúde.

RESOLVE:

Art. 1° - CONVOCAR os candidatos aprovados/classificados no Processo Seletivo nº. 003/2016, conforme o cargo e candidato abaixo relacionado, para que compareça no Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Saúde dia **03/05/2017 às 09h00**, situada a Avenida Brasil nº. 2350-E Jardim Europa, para informação sobre a contratação e local de trabalho:

Cargo.:797 -MEDICO CLINICO GERAL

Ordem	Nº	Nome	Data Nasc.	RG / Órgão	Pontos Obtidos	Notas	Classificação
1	1552	RAFAEL MARTINEZ DA SILVEIRA SCHMIDT	21/10/1990	20237154 SSPMT	23	92	Classificado
2	935	MARLON MUNIZ MARQUES	15/12/1974	094322070 DETRAN-RJ	21	84	Classificado

Art. 2º. Os candidatos acima relacionados deverão comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, situada à Avenida Brasil nº 2350-E – Jardim Europa, nos dias 03 e 04/05/2017 das 08:00 às 11h00 e das 13h00 às 16h00 munidos com cópia e original dos documentos abaixo relacionados:

a) Comprovante de Escolaridade;

b) Atestado Pré-admissional (aptidão física e mental), expedido por uma Clínica de Medicina do Trabalho**;**

c) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

d) Cópia do CPF do pai, mãe e cônjuge;

e) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;

f) Certidão de Reservista, (quando do sexo-masculino);

g) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

h) Carteira de registro profissional e certidao negativa do respectivo conselho de classe ao qual pertence;

i) Comprovante de residência;

j) Cópia da carteira de trabalho na página da foto e verso e Extrato do PIS/PASEP;

k) Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa conforme modelo disponibilizado pelo departamento de pessoal;

l) Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos, (se dependente);

m) Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos, (se for o caso);

n) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos;

o) CPF dos filhos maiores de 14 anos;

p) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca de Tangará da Serra-MT, relativo a existência ou inexistência de ações cíveis e criminais, (com trânsito em julgado);

q) Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento que especifique número da conta naquela Instituição Financeira;

r) Declaração de Imposto de Renda (ano base 2016);

s) Certidão fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo a existência ou inexistência de débitos municipais (Setor de Tributação);

t) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 5 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado, caso o mesmo já tenha servido ao Executivo Municipal em alguma função;

u) Atestado de Vacinação do candidato;

v) Cartão do SUS.

Art. 3. O prazo de apresentação segue o art. 2 deste edital, findo o qual será providenciada a convocação imediata do aprovado subsequente, obedecida a ordem de classificação. Será considerado como desistente o candidato que não se apresentar no prazo referido neste edital.

Art. 4. Será desclassificado o candidato que:

a) – não comparecer na data estipulada;

b) – não apresentar a documentação exigida no art. 2. do presente Edital;

c) – for declarado inapto para exercer o cargo a que foi classificado, mediante atestado médico.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 02 de Maio de 2017.

Prof. Fábio Martins Junqueira

Prefeito Municipal

Maria das Graças Souto Itamar Martins Bonfim

Secretária Municipal de Administração Secretário Municipal de Saúde

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2017.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2017. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA- MT, através da Pregoeira, nomeada pela Portaria nº 730/GP/2016 de 29.12.2016, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia **17 DE MAIO DE 2017, às 08:00 horas,** na Sala de Licitações da Prefeitura, localizada na Avenida Brasil nº 2.351- N, 2º Piso, Bairro Jardim Europa, Licitação, na modalidade Pregão Presencial, do Tipo Menor por Item. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS,** para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS** a fim de atender às necessidades das Unidades Administrativas do Município,conforme especificações contidas no Termo de Referência, Anexos II e III, parte integrante

do Edital. O edital completo estará disponível para acesso dos interessados a partir do **dia 03 de Maio de 2017**, através do site: http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Licitacoes/. Demais Informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações, através do telefone 65-3311-4800. Tangará da Serra- MT, 02 de Maio de 2017. Tatiana Ávila Grigoletti- Chefe do Departamento de Licitações.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2017

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2017

A PREGOEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE-MT NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, TORNA PÚBLICO QUE FARÁ REALIZAR A LICITAÇÃO A SEGUIR CARACTERIZADA:

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 26/2017

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

DATA DA ABERTURA: 15/05/2017 ÀS 08:00 (OITO HORAS) HORAS.

OBJETO: CONTRATAÇÃO SERVIÇOS TERCEIRIZADO DE TRANSPORTE ESCOLAR, MANUTENÇÃO DO VEÍCULO, MOTORISTA E COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATADA, COM PAGAMENTO POR QUILÔMETRO RODADO ATRAVÉS DE MEDIÇÃO MENSAL EM TRECHOS DAS DIVERSAS REGIÕES DO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE - MT E LOCAÇÃO DE VEICULO TIPO VAN – COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 14 LUGARES.

O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO OBEDECERÁ AO DISPOSTO NA LEI FEDERAL Nº 10.520/2002, LEI FEDERAL Nº 8.666/2093 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES. O EDITAL COMPLETO ESTARÁ DISPONÍVEL NO SITE WWW.TERRANOVADONORTE.MT.GOV.BR E TAMBÉM NO HORÁRIO DE EXPEDIENTE, NA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT / DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, SITO CLOVES FELÍCIO VETORATTO, 101, CENTRO, TERRA NOVA DO NORTE - MT, NO HORÁRIO DE EXPEDIENTE (7H00 ÀS 11 E DAS 13:00 ÀS 17H00). MAIORES INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS PELOS TELEFONES 66.3534.2503.

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 02 DE MAIO DE 2017.

ELIZANGELA DE OLIVEIRA AZEVEDO DO SANTOS

PREGOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

AVISO DE CANCELAMENTO DE PUBLICAÇÃO

Fica cancelada e tornada sem efeito a publicação efetuada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, edição de nº 2.719, do dia 02 de maio de 2017, página 538, da PORTARIA Nº 121/2017, por motivo desta Portaria ter sido publicada indevidamente, tendo sido cancelada.

União do Sul – MT, 02 de maio de 2017.

ERINEU DIESEL

Secretário Municipal de Administração.

PORTARIA Nº 121/2017

Dispõe sobre prorrogação da licença para tratamento de saúde da servidora que menciona e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no art. 100, da Lei Complementar nº 015, de 16 de novembro de 2011 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

Considerando o teor da Comunicação de Decisão, expedida pelo Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, Agência de Sinop/MT;

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida prorrogação da licença para tratamento de saúde da servidora efetiva Srª. ELENICE APARECIDA SILVA DE LIMA – ocupante do cargo de *Zeladora*,vinculada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, portadora do RG nº 1605150-5 SSP/MT e do CPF nº 006.655.741-00, pelo período até 31 de maio de 2017, sem prejuízo da remuneração, mediante concessão de auxílio-doença a cargo do INSS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 02 de maio de 2017.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

PORTARIA Nº. 49/2017

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO MUNICÍPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS, ESTADO DE MATO GROSSO.

O Prefeito Municipal de Vale de São Domingos-MT, Srº **GERALDO MARTINS DA SILVA**, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais Leis especificas:

RESOLVE

Art. 1º - Nomear a partir desta data, os membros da ***COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO,*** sendo Presidente, Secretario e Membro respectivamente:

O Sr. **Edinaldo Ferreira de Santana,** portador do RG: 13588557-5 SSP/MT e CPF: 009.189.551-06 - Presidente.

A Sra. **Elisangela Renata Costa Silva,** portadora do RG: 2236156-1 SSP/MT e CPF: 038.389.131.08- Secretario.

A Sra. **Maria Cristina Gomes,** portadora do RG: 2775764-3 SSP/MT e do CPF: 038.796.161-59. - Membro

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vale de São Domingos – MT, em 28 de ABRIL de 2017.

Geraldo Martins da Silva

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

RESOLUÇÃO Nº. 010/2017/CME/VG/MT

O Conselho Municipal de Educação de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais, conferida pela Lei Nacional N° 9.394/96, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 2.363/2001 – que instituiu o Sistema Municipal de Ensino de Várzea Grande, Lei Municipal N° 3.983/2014 - do Conselho Municipal de Educação/VG/MT e por deliberação do Pleno do Conselho Municipal de Educação.

Resolve:

Art.1° -Retificar o Art. 1º da Resolução **Nº 022/2016/CME/VG/MT**onde lê-se**CMEI JAYR LUIZA DE CAMPOS UNTAR - DONA PEQUENINA**, leia-se **CMEI PROFESSORA JAYR LUIZA DE CAMPOS UNTAR - DONA PEQUENINA.**

Art. 2° - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registrada Publicada

Cumpra-se

Várzea Grande, 20 de abril2017.

Maria José Pereira de Oliveira

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Homologo:

Silvio Aparecido Fidélis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
PORTARIA N°038/2017

PORTARIA N°038/2017

Ricardo Azevedo Araujo Diretor Presidente do Departamento de Água e Esgoto - DAE-VG, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta na Lei n°1.164/91 art.97,conforme Parecer do Procurador **Jurídico n°026/2017/JUR/DAEVG.**

RESOLVE:

Art.1°- Conceder em favor da Servidora **MARLENE MIRIAN DE CAMPOS CONCEIÇÃO** , mat.**n°2044** lotada no Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande – DAE/VG, exercendo o cargo de Operadora de Faturamento, o benefício de **Auxílio Natalidade**. Conforme previsto em Lei de n°1.164/91 art. 194, Inciso I "b" cumulado com art. 204 §1° e 2° do Estatuto do Servidor Público Municipal.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Várzea Grande-MT, 02 de maio de 2017.

RICARDO AZEVEDO ARAUJO

Diretor Presidente

SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Em cumprimento ao disposto no artigo 37 da Constituição Federal de 05 de Outubro de 1988, a Vigilância Sanitária do Município de Várzea Grande, torna pública a seguinte DECISÃO em 1ª instância no Processo Administrativo Sanitário.

Autuado(s): ÁTILA MONTEIRO BORGES (CLÍNICA DE ESPECILIDADES MÉDICAS)

Data da Notificação: 25/01/2017

Data da Decisão: 25/04/2017

CPF/CNPJ nº: 00.656.610/0001-48

Processo nº: 446272/17

Localidade: Várzea-Grande-MT

Decisão: Ante o exposto e, com base nas provas inclusas nos autos, DECIDO conforme preceitua o artigo 32, I da Lei nº 3863/12, pela aplicação **de pena de ADVERTÊNCIA.**

Vale ressaltar que no caso de penas futuras a Autuada poderá ser enquadrada como reincidente.

Publique-se, Intime-se a Autuada para, querendo, apresentar recurso no prazo de 15 (quinze) dias na sede da Vigilância Sanitária no endereço abaixo descrito, devendo juntar-se aos autos os documentos necessários para a comprovação do que alegar.

Várzea Grande-MT, 28 de Abril de 2017.

WALDINETE ALMEIDA DANTAS

Gerente de Vigilância Sanitária

SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Em cumprimento ao disposto no artigo 37 da Constituição Federal de 05 de Outubro de 1988, a Vigilância Sanitária do Município de Várzea Grande, torna pública a seguinte DECISÃO em 1ª instância no Processo Administrativo Sanitário.

Autuado(s): MÁRCIO R. DA C. RUFINO – ME (CONVENIÊNCIA PIT STOP)

Data da Notificação: 16/02/2017

Data da Decisão: 25/04/2017

CPF/CNPJ nº: 27.016.995/0001-35

Processo nº: 446207/17

Localidade: Várzea-Grande-MT

Decisão: Ante o exposto e, com base nas provas inclusas nos autos, DECIDO conforme preceitua o artigo 32, I da Lei nº 3863/12, pela aplicação **de pena de ADVERTÊNCIA**

Vale ressaltar que no caso de penas futuras a Autuada poderá ser enquadrada como reincidente.

Publique-se, Intime-se a Autuada para, querendo, apresentar recurso no prazo de 15 (quinze) dias na sede da Vigilância Sanitária no endereço abaixo descrito, devendo juntar-se aos autos os documentos necessários para a comprovação do que alegar.

Várzea Grande-MT, 28 de Abril de 2017.

WALDINETE ALMEIDA DANTAS

Gerente de Vigilância Sanitária

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N. 04/2017 REGISTRO DE PREÇOS

PROC. ADM. N. 424128/2017. O Município de Várzea Grande-MT torna público aos interessados que o Pregão Eletrônico n.04/2017 registro de preços na modalidade de menor preço por item registro de preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica capacitada para o fornecimento de eletrônicos para atender as necessidades da prefeitura municipal de várzea grande/MT. Conforme Editais E Anexos. **ADJUDICADO e HOMOLOGADO em 29/03/2017**, sagrando-se vencedoras as empresas abaixo.

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.14/2017

Validade: 12 (doze) meses.

OLMI IORIS E CIA LTDA CNPJ 70.429.956/0001-99						
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UNID**	**MARCA**	**QUANT**	**V.UNIT**	**V. TOTAL**
1	**Item exclusivo para ME/EPP** Aparelho leitor de DVD, CD, CD-R, CD-RW, DVD, DVD-R, DVD-RW, DVD+R, DVD+RW DL, DVD-RW, SVCD, JPEG, WMA, MP3, idioma do menu em português, com controle remoto, conexão hdmi, conexão USB, 1 manual de instruções em português, voltagem 110v, 220v ou bivolt, com certificação do INMETRO e garantia mínima de 12 meses.	UN	MONDIAL	37	140,00	5.180,00
15	**Cota principal 76,60%**	UN	TOSHIBA	36	3.199,00	115.164,00

	Televisor LCD ou LEDde no mínimo 55 polegadas, com as características mínimas, conversor digital integrado, resolução de no mínimo 1920x1080 Full-Hd, bivolt, conexões (mínimo): 2 HDMI e 1 USB; recursos de imagem; recursos de áudio; acompanha de cabo de energia, controle remoto, manual de instrução em português, menus de ajustes no idioma português, garantia mínima de 12 meses.					
16	**Cota reservada para ME/EPP em 23,40%** Televisor LCD ou LEDde no mínimo 55 polegadas, com as características mínimas, conversor digital integrado, resolução de no mínimo 1920x1080 Full-Hd, bivolt, conexões (mínimo): 2 HDMI e 1 USB; recursos de imagem; recursos de áudio; acompanha de cabo de energia, controle remoto, manual de instrução em português, menus de ajustes no idioma português, garantia mínima de 12 meses.	UN	TOSHIBA	11	3.239,49	35.634,39
Valor total R$ 155.978,39(cento e cinquenta e cinco mil novecentos e setenta e oito reais e trinta e nove centavos).						

Várzea Grande/Mt, 29 de março de 2017.

Pablo Gustavo Moraes Pereira

SECRETÁRIO MUNICIPAL ADMINISTRAÇÃO

OLMI IORIS E CIA LTDA

CNPJ 70.429.956/0001-99

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N. 04/2017

REGISTRO DE PREÇOS

PROC. ADM. N. 424128/2017. O Município de Várzea Grande-MT torna público aos interessados que o Pregão Eletrônico n.04/2017 Registro de preços na modalidade de menor preço por item registro de preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica capacitada para o fornecimento de eletrônicos para atender as necessidades da prefeitura municipal de várzea grande/ MT, Conforme Edital E Anexos. **ADJUDICADO e HOMOLOGADO em 29/03/2017**, sagrando-se vencedoras as empresas abaixo.

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.15/2017

Validade: 12 (doze) meses.

BOHRER EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO E VÍDEO EIRELI-ME CNPJ 22.172.252/0001-30						
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UNID**	**MARCA**	**QUANT**	**V.UNIT**	**V. TOTAL**
3	**Item exclusivo para ME/EPP** Caixa de som amplificada multiuso, entrada USB, potência mínima 125 W rms, alto-falante e driver de alta frequência, equalização: grave, médio e agudo, entradas P10 para microfone, entrada RCA L/R para player, voltagem 110 v, 220 v ou bivolt, cor preta, manual de instruções em português, garantia mínima de 12 meses.	UN	MASTER AUDIO	49	1.030,00	50.470,00
6	**Item exclusivo para ME/EPP** Microfone com fio, profissional, resposta de frequência 50 Hz ~ 13.000 Hz (faixa mínima), corpo metálico com pintura eletrostática, globo em aço com pintura eletrostática, chave liga/desliga no corpo, cápsula dinâmica, impedância mínima 250 Ohms, sensibilidade a 1 kHz +/- -56 dB, conector XLR, cabo de 5 metros XLR - P10 de 6,3 mm, maleta de proteção, manual de instruções em português, garantia mínima de 12 meses.	UN	HARMONICS	22	75,00	1.650,00
8	**Item exclusivo para ME/EPP** Microfone de mão duplo sem fio, faixa de frequência UHF: 460 - 970 MHz, receptor com 2 antenas e tela de informações, 2 microfones com transmissor embutido, função squelch, possuir no mínimo 14 canais selecionáveis, cápsula unidirecional do tipo dinâmico, distância operacional mínima em condições normais 45 m, sensibilidade RF: -105 dBm, voltagem 110v, 220v ou bivolt, manual de instruções em português, case para transporte, homologado pela ANATEL, garantia mínima de 12 meses.	UN	LYCO	22	665,00	14.630,00
9	**Item exclusivo para ME/EPP** Microfone de mesa (gooseneck) Composto por base para mesa, haste flexível e capsula. Chave liga/desliga, Cápsula condensador; Padrão polar: cardioide; Resposta de frequência: 50 Hz ~ 16000 Hz (faixa mínima); Sensibilidade: - 38 dB (±3 dB); Alimentação: Phantom Power 9/11~52 V DC ou pilhas, cabo de 3 a 6 metros (conector de saída XLR), cor preta ou similar, altura total (base+haste+espuma): ± 60 cm, garantia mínima de 12 meses.	UN	TSI	11	257,43	2.831,73
Valor total R$69.581,73(sessenta e nove mil quinhentos e oitenta e um reais e setenta e treis centavos).						

Várzea Grande/Mt, 29 de março de 2017.

Pablo Gustavo Moraes Pereira

SECRETÁRIO MUNICIPAL ADMINISTRAÇÃO

BOHRER EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO E VÍDEO EIRELI-ME

CNPJ - 22.172.252/0001-30

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N. 04/2017

REGISTRO DE PREÇOS

PROC. ADM. N. 424128/2017. O Município de Várzea Grande-MT torna público aos interessados que o Pregão Eletrônico n.04/2017 registro de preços na modalidade de menor preço por item registro de preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica capacitada para o fornecimento de eletrônicos para atender as necessidades da prefeitura municipal de várzea grande/MT, Conforme Edital E Anexos. **ADJUDICADO e HOMOLOGADO em 29/03/2017**, sagrando-se vencedoras as empresas abaixo.

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.16/2017

Validade: 12 (doze) meses.

MILLENIUM PAPELARIA E MATERIAIS DE INFORMÁTICA LTDA CNPJ 07.787.944/0001-08						
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UNID**	**MARCA**	**QUANT**	**V.UNIT**	**V. TOTAL**

4	**Item exclusivo para ME/EPP** Câmera fotográfica digital com gravação de áudio e vídeo, flash embutido, sensor de imagem de no mínimo 16.0 megapixels, monitor LCD com no mínimo 2 polegadas, zoom óptico de no mínimo 4x, compatibilidade com cartões de memória do tipo SD e SDHC, com bateria carregador de bateria, cartão de memória compatível com a câmera de no mínimo 8gb, 1 manual de instruções em português, garantia mínima de 12 meses.	UN	POLAROID	48	476,00	22.848,00
5	**Item exclusivo para ME/EPP** Fone Headset Controle 3 em 1 integrado e prático, possibilita ajuste do volume, emudecer e controlar chamada diretamente do headset; Extremamente leve, permite o uso contínuo por horas sem incomodar; Haste de cabeça ajustável e confortável; Microfone flexível; Conector P2 com cabo de no mínimo 1,5m; Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UN	MULTITOC	21	157,00	3.297,00
Valor total R$ 26.145,00(vinte e seis mil cento e quarenta e cinco reais).						

Várzea Grande/Mt, 29 de março de 2017.

Pablo Gustavo Moraes Pereira

SECRETÁRIO MUNICIPAL ADMINISTRAÇÃO

MILLENIUM PAPELARIA E MATERIAIS DE INFORMÁTICA LTDA

CNPJ 07.787.944/0001-08

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N. 04/2017

REGISTRO DE PREÇOS

PROC. ADM. N. 424128/2017. O Município de Várzea Grande-MT torna público aos interessados que o Pregão Eletrônico n.04/2017 registro de preços na modalidade de menor preço por item registro de preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica capacitada para o fornecimento de eletrônicos para atender as necessidades da prefeitura municipal de várzea grande/MT, Conforme Edital E Anexos. ADJUDICADO e HOMOLOGADO em **19/04/2017**, sagrando-se vencedoras as empresas abaixo.

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.17/2017

Validade: 12 (doze) meses.

MICROTÉCNICA INFORMÁTICA LTDA CNPJ-01.590.728/0002-64						
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UNID**	**MARCA**	**QUANT**	**V.UNIT**	**V. TOTAL**
10	**Cota principal 76,74%** Projetor multimídia com luminosidade mínima de 3000 ANSI lumens, tecnologia LCD, tipo de projeção: teto e mesa, sistema de cores: secam, ntsc, pal. conexões de entrada mínima: s-vídeo, hdmi, vga e USB. Relação de aspecto 4:3. Taxa de contraste mínimo: 500:1, voltagem 110 v, 220 v ou bivolt, ajuste do foco: manual. Duração mínima da lâmpada: 3000 horas. Funções mínimas: ajuste para corrigir distorções das imagens projetadas mínimo vertical/horizontal. Autodesligar, inversão de imagem para instalação no teto. Ajuste de zoom. Acompanha: 1 controle remoto com pilhas ou baterias, 1 cabo de alimentação, 1 cabo vga de [15 pin], 1 manual de instruções em português, garantia mínima de 12 meses.	UN	EPSON	33	2.105,00	69.465,00
Valor total R$ 69.465,00(sessenta e nove mil quatrocentos e sessenta e cinco reais).						

Várzea Grande/Mt, 19 de abril de 2017.

Pablo Gustavo Moraes Pereira

SECRETÁRIO MUNICIPAL ADMINISTRAÇÃO

MICROTÉCNICA INFORMÁTICA LTDA

CNPJ - 01.590.728/0002-64

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N. 04/2017

REGISTRO DE PREÇOS

PROC. ADM. N. 424128/2017. O Município de Várzea Grande-MT torna público aos interessados que o Pregão Eletrônico n.04/2017 Registro de preços na modalidade de menor preço por item registro de preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica capacitada para o fornecimento de eletrônicos para atender as necessidades da prefeitura municipal de várzea grande/MT, Conforme Edital E Anexos. **ADJUDICADO e HOMOLOGADO em 29/03/2017**, sagrando-se vencedoras as empresas abaixo.

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.18/2017

Validade: 12 (doze) meses.

ALÍRIO FERREIRA BARBOSA ME CNPJ - 77.578.524/0001-99						
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UNID**	**MARCA**	**QUANT**	**V.UNIT**	**V. TOTAL**
11	**Item exclusivo para ME/EPP** **Cota reservada para ME/EPP em 23,26%** Projetor multimídia com luminosidade mínima de 3000 ANSI lumens, tecnologia LCD, tipo de projeção: teto e mesa, sistema de cores: secam, ntsc, pal. conexões de entrada mínima: s-vídeo, hdmi, vga e USB. Relação de aspecto 4:3. Taxa de contraste mínimo: 500:1, voltagem 110 v, 220 v ou bivolt, ajuste do foco: manual. Duração mínima da lâmpada: 3000 horas. Funções mínimas: ajuste para corrigir distorções das imagens projetadas mínimo vertical/horizontal. Autodesligar, inversão de imagem para instalação no teto. Ajuste de zoom. Acompanha: 1 controle remoto com pilhas ou baterias, 1 cabo de alimentação, 1 cabo vga de [15 pin], 1 manual de instruções em português, garantia mínima de 12 meses.	UN	EPSON	10	2.197,99	21.979,90

12	**Item exclusivo para ME/EPP** Tela de projeção com tripé medindo aproximadamente 2,40 m x 1,80 m, altura variável, fundo com napa preta e superfície de projeção branca, garantia mínima de 12 meses.	UN	T E S	40	694,00	27.760,00
Valor total R$ 49.739,90(quarenta e nove mil setecentos e trinta e nove reais e noventa centavos).						

Várzea Grande/Mt, 29 de março de 2017.

Pablo Gustavo Moraes Pereira

SECRETÁRIO MUNICIPAL ADMINISTRAÇÃO

ALÍRIO FERREIRA BARBOSA ME

CNPJ - 77.578.524/0001-99

SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Em cumprimento ao disposto no artigo 37 da Constituição Federal de 05 de Outubro de 1988, a Vigilância Sanitária do Município de Várzea Grande, torna pública a seguinte DECISÃO em 1ª instância no Processo Administrativo Sanitário.

Autuado(s): DOMINGOS SÁVIO DA SILVA (SÁVIO ESPETOS)

Data da Notificação: 20/09/2016

Data da Decisão: 25/04/2017

CPF/CNPJ nº: 631.388.161-34

Processo nº: 446164/17

Localidade: Várzea-Grande-MT

Decisão: Ante o exposto e, com base nas provas inclusas nos autos, DECIDO conforme preceitua o artigo 32, II da Lei nº 3863/12, pela aplicação **de pena de MULTA 50 UPF.**

Vale ressaltar que no caso de penas futuras a Autuada poderá ser enquadrada como reincidente.

Publique-se, Intime-se a Autuada para, querendo, apresentar recurso no prazo de 15 (quinze) dias na sede da Vigilância Sanitária no endereço abaixo descrito, devendo juntar-se aos autos os documentos necessários para a comprovação do que alegar.

Várzea Grande-MT, 28 de Abril de 2017.

WALDINETE ALMEIDA DANTAS

Gerente de Vigilância Sanitária

SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Em cumprimento ao disposto no artigo 37 da Constituição Federal de 05 de Outubro de 1988, a Vigilância Sanitária do Município de Várzea Grande, torna pública a seguinte DECISÃO em 1ª instância no Processo Administrativo Sanitário.

Autuado(s): BRASILIAN OXS COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI – ME (SUPERMERCADO DU BAIRRO)

Data da Notificação: 07/03/2017

Data da Decisão: 25/04/2017

CPF/CNPJ nº: 21.995.719/0001-80

Processo nº: 446232/17

Localidade: Várzea-Grande-MT

Decisão: Ante o exposto e, com base nas provas inclusas nos autos, DECIDO conforme preceitua o artigo 32, I da Lei nº 3863/12, pela aplicação **de pena de ADVERTÊNCIA**

Vale ressaltar que no caso de penas futuras a Autuada poderá ser enquadrada como reincidente.

Publique-se, Intime-se a Autuada para, querendo, apresentar recurso no prazo de 15 (quinze) dias na sede da Vigilância Sanitária no endereço abaixo descrito, devendo juntar-se aos autos os documentos necessários para a comprovação do que alegar.

Várzea Grande-MT, 28 de Abril de 2017.

WALDINETE ALMEIDA DANTAS

Gerente de Vigilância Sanitária

AVISO DE PRORROGAÇAO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO N. 005/2017

PROCESSO: 431430/2017. O Município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, por meio da Comissão Permanente de Licitação – CPL, designada pela Portaria n. 377/2017, comunica aos interessados, que licitação na modalidade de **TOMADA DE PREÇOS N. 005/2017**, sob o regime de execução indireta de empreitada pelo "MENOR PREÇO POR LOTE", cujo objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE OBRAS DE ARTES ESPECIAIS (O.A.E.) – CONSTRUÇÃO, RECONSTRUÇÃO E REFORMA DE PONTES DE MADEIRAS LOCALIZADAS NO MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE – MT, CONFORME PROJETOS E PLANILHAS EM ANEXO**. Abertura prevista para dia 03 de Maio de 2017, às 08h30min (horário de Mato Grosso), Foi **PRORROGADA** para dia **19/05/2017** às **08h30min** (horário de Mato Grosso). Em razão da **RETIFICAÇÃO** das Planilhas Orçamentárias e Cronograma Físico Financeiro. As retificações estão à disposição dos interessados, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande na Sup. de Licitação, nos dias úteis das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 18h00min, mediante pagamento de taxa de R$ 0,13 por copia não restituível, e gratuitamente no site: WWW.varzegrande.mt.gov.br. Várzea Grande - MT, 02 de maio de 2017. Luiz Celso Morais De Oliveira, Secretário Municipal de Viação e Obras.

.

SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Em cumprimento ao disposto no artigo 37 da Constituição Federal de 05 de Outubro de 1988, a Vigilância Sanitária do Município de Várzea Grande, torna pública a seguinte DECISÃO em 1ª instância no Processo Administrativo Sanitário.

Autuado(s): SUPERMECADO VITÓRIA EIRELI – ME (VITORIA SUPERMECADO)

Data da Notificação: 11/01/2017

Data da Decisão: 28/04/2017

CPF/CNPJ nº: 25.280.545/0001-20

Processo nº: 445782/17

Localidade: Várzea-Grande-MT

Decisão: Ante o exposto e, com base nas provas inclusas nos autos, DECIDO conforme preceitua o artigo 32, I da Lei nº 3863/12, pela aplicação **de pena de ADVERTÊNCIA**

Vale ressaltar que no caso de penas futuras a Autuada poderá ser enquadrada como reincidente.

Publique-se, Intime-se a Autuada para, querendo, apresentar recurso no prazo de 15 (quinze) dias na sede da Vigilância Sanitária no endereço abaixo descrito, devendo juntar-se aos autos os documentos necessários para a comprovação do que alegar.

Várzea Grande-MT, 28 de Abril de 2017.

WALDINETE ALMEIDA DANTAS

Gerente de Vigilância Sanitária

EDITAL Nº. 005/2017/SMDUET

RESULTADO DO SORTEIO DAS QUADRAS E LOTES DOS CANDIDATOS A BENEFICIÁRIOS CONSIDERADOS APTOS DO "PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA – RESIDENCIAL SÃO BENEDITO – ETAPAS 1, 2 E 3 – VÁRZEA GRANDE/MT

A Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Turismo, em atendimento as disposições contidas na Lei nº 3.680/2011, bem como na Constituição Federal, artigo 37, com vistas a garantir os princípios da legalidade, transparência, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência que regem a Administração Pública, vem através do presente oficializar tornando público o resultado **do Sorteio de Quadra e Lote para vinculação das unidades Habitacionais aos respectivos beneficiários considerados aptos do "Programa Minha Casa Minha Vida" Residencial São Benedito – Etapas 1, 2 E 3 – Várzea Grande/MT realizado em 29/04/2017, conforme Edital Nº03/2017 ,** de acordo com a Portaria nº 595/2013 do Ministério das Cidades e Decreto Municipal 48/2014, conforme Lista – Anexo I.

Registre-se

Publique-se.

Cumpra-se

Várzea Grande-MT, 02 de maio de 2017.

Juliane Destri Negretti

Assessora Jurídica OAB/MT nº 20.028

Ednety Godoy Figueiredo Silva

Superintendente de Políticas Habitacionais

Kalil Sarat Baracat de Arruda

Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Turismo de Várzea Grande

ANEXO I

RESIDENCIAL SÃO BENEDITO - ETAPA I

CANDIDATOS APTOS

Nº	CANDIDATO	NIS	QUADRA	LOTE
1	ADELAÍDE GONÇALINA DE CAMPOS SILVA - PNE	1602257711-0	2	16
2	ADRIANA DE SOUZA PINHEIRO	1614971600-8	6	15
3	ADRIANA FIGUEIREDO DA SILVA ANDRADE	1291721240-5	3	13
4	ADRIANA MACIEL ALEXANDRE SANTANA	1282712340-3	13	27
5	ADRIANA PEREIRA DOS SANTOS	1613096160-0	11	32
6	ADRIANE DA COSTA PINTO	1269230840-0	5	19
7	ADRIELE MARQUES DE FARDIN	1612204628-1	17	2
8	ADRIELE NASCIMENTO DE JESUS	1608514519-6	12	4
9	ADRIELLY SILVA E SOUZA	1390258689-2	14	12
10	AGENOR GREGORIO DE FRANÇA	1081831780-6	18	7
11	ALAÍDE MACHADO CORTEZ	2122096394-3	7	12
12	ALAÍS MARQUES DA SILVA	1616182424-9	8	13
13	ALESSANDRA MARTINS DA COSTA	1616981006-9	1	2
14	ALESSANDRA PEREIRA DE ALMEIDA	1611739612-1	14	20
15	ALESSANDRA SOUZA COSTA	1612283069-1	9	2
16	ALEXANDRA CUEVAS MUNIZ	2367145550-7	12	17
17	ALICE DO CARMO DE BARROS	1209198919-5	8	8
18	ALIETE MARIA DA SILVA LEITE	1611931229-4	17	3
19	ANA DO CARMO GARCIA COSTA	1611461455-1	17	4
20	ANA ORLANDA DA SILVA	1296638940-2	13	22
21	ANA PAULA DA SILVA COSTA	2098270644-2	10	34
22	ANDERSON LEMES DE MIRANDA	1296852040-9	7	20
23	ANDRÉIA CONCEIÇÃO DAS NEVES SILVA	1609709436-2	9	12
24	ANGELA MARIA TEIXEIRA DOS SANTOS	1806812451-4	11	20
25	ANGELICA GONÇALVES DE SOUZA	1612358661-1	12	1
26	ANTONIO GONCALVES DE FRANCA	1267624940-3	1	3
27	APARECIDA MARIA DE LIMA	1601985794-9	11	9
28	ARINETE CAPRICIA DA SILVA	1378816231-6	16	8
29	AUREA PINTO DA SILVA	2092856243-8	11	35
30	BENEDITA RITA DA SILVA COSTA	1614934629-4	22	7
31	BRUNA CRISTINA DE ARRUDA	1316439640-5	15	7
32	CECILIA MARIA DOS SANTOS CAMPOS	1654750276-8	11	29
33	CLÉIA COSTA DOS SANTOS BERNARDES	2366332561-6	11	12
34	CLEIDE LEITE FERREIRA	1619816251-7	13	1
35	CLEONICE RECK	1284164540-3	9	20
36	CONCEIÇÃO AUXILIADORA SILVA DE CARVALHO	2280841740-2	12	5
37	CONCEIÇÃO LUCIANA DE SOUZA BASTOS	1324710340-5	14	31
38	CONCEIÇÃO SANTANA DA SILVA	1647152254-2	14	19
39	CREICIANE SILVA DE CAMPOS	1650572387-1	10	29
40	CREUZA VICENTE FERREIRA	2281255614-4	9	31
41	CRISGEOVANE DE ARRUDA ROSA	1637125345-0	4	9
42	CRISLAINE DA SILVA	2280103150-9	14	13
43	CRISTIANA APARECIDA DE CAMPOS	1643441430-8	2	20
44	CRISTIANE ALVES DA SILVA MORAES	1283771740-3	10	4
45	CRISTIANE APARECIDA SAMPAIO	1332262940-5	11	14
46	CRISTIANE MARMETT	2007911186-0	15	28
47	CRISTIELEN APARECIDA DO CARMO SILVA	1636934679-9	15	14
48	CRISTINA SEVERINA DA SILVA	1637210965-5	4	18
49	CROTILDES RAINHA DE FRANÇA	1315156740-0	3	4
50	DAIANE ARAUJO DE JESUS	2125496664-3	4	30
51	DANIELA DA COSTA	1297251127-3	3	27
52	DANIELA GRABIELA NOEMIA FRANCISCA GONÇALVES DA SILVA	1602287124-8	5	14
53	DANIELE XAVIER DE FIGUEIREDO	2102989080-5	15	17
54	DANIELY DIAS MACHADO	1268236940-7	14	7
55	DANÚBIA DA SILVA OLIVEIRA	1903581107-3	5	20
56	DAYANE DA SILVA RIBEIRO OLIVEIRA	2075921152-8	13	18
57	DEBORA ALVES DE OLIVEIRA	2364772548-6	9	23
58	DEBORA BOSS	1601992822-6	7	17
59	DELMA DA SILVA	2038383621-7	16	13
60	DUMINGAS PINHEIRO DE AMORIM	2126900188-6	5	1
61	EDEGLEICI LAIANA DA SILVA MENDES	1318911140-4	17	1
62	EDNA ALMEIDA DA SILVA	1231058142-0	13	24
63	ELIANE DIAS GONÇALVES	1612302699-3	15	26
64	ELIANE MARCINA DE SOUZA	2126652558-2	5	28
65	ELIDIA ROSA VIANA BARREIROS - PNE	2374935826-1	3	16
66	ELIZABETE DA CONCEIÇÃO SILVA	1319094940-8	5	28
67	ELIZANGELA DE OLIVEIRA SANTANA	2071890621-1	9	25
68	ELSON FABIO NEVES	1602315873-1	13	8
69	ELZOLINA MARIA DE BARROS	2100978789-8	18	21
70	EMICÉLIA DA SILVA COSTA	1335232840-3	14	10
71	EMILLY ESTRUQUEL DE MOARES	2002730376-9	2	19
72	ERENIL LEITE GONÇALES	1614588914-5	4	16
73	EVANIRDE MARIA DIAS	1071104416-0	18	15
74	FABIANA FERNANDES DA SILVA	2126429534-2	12	13
75	FAVIA ANTONIA MORAES ARAUJO	2008251609-4	4	5
76	FERNANDO MENDES DA CRUZ	1295513640-0	12	2
77	FLÁVIA ALINE TAKAMATSU POLO	1322670340-3	3	29
78	FLÁVIA ROBERTA PEREIA ALVES	2104808871-7	15	30
79	FRANCINEIDE SEIXAS PEREIRA - PNE	1292890640-3	3	17
80	GENILDA BENTA DE ARRUDA	1905598502-6	9	6
81	GISLAINY DA SILVA	1624786734-5	6	9
82	GRAZIELA DE OLIVEIRA SILVA	2018590091-1	6	28
83	IDILÉIA SANTOS BARBOSA	1619478537-4	6	17
84	JACQUELINE ARRUDA VIEIRA - PNE	1250992194-2	5	16
85	JANE MARIA DA SILVA	2367365905-3	7	3
86	JAQUELINE DE SOUZA SILVA	1624221523-4	11	24
87	JEANE FELIX DE OLIVEIRA	1289166940-3	13	17
88	JOAQUINA MARIA SANTANA SENA	1288416940-9	3	9
89	JOCILÉIA LÚCIA DE FIGUEIREDO DA COSTA	1625997868-6	8	9
90	JOELMA APARECIDA DE ARRUDA	1625470217-8	15	19
91	JOELMA SILVA CAMPOS	2033402430-1	4	15

92	JORGE ALVES DOS SANTOS	1262705040-2	8	2
93	JUCINEI JOSÉ DA SILVA	1625998049-4	9	27
94	JULIENE ALVES DA SILVA MARTINS	1625627878-0	15	27
95	JULIENE CHERER DE ALMEIDA	1620041919-2	12	7
96	KAMILA DOS SANTOS CORREA	1631151943-8	12	3
97	KARINE FRANCIELE CAMPOS	2075920725-3	11	3
98	KAROLINA KAUANA DE OLIVEIRA	2363541168-6	1	7
99	LAURA DA PENHA MARTINS	1227298561-2	1	4
100	LAURIANE SEBASTINA VIEIRA DA SILVA	1637231841-6	3	25
101	LÁZARO FERREIRA DA SILVA	1026035688-0	15	24
102	LEANDRO RIBEIRO DA COSTA - PNE	2104809312-5	6	1
103	LEATRICE MAGDA SIMONINI DA SILVA	2075918870-4	6	7
104	LEDIANE DE CAMPOS BORGES	1642268453-4	4	6
105	LEYD SAMYA DE PAULA	1642960703-9	16	10
106	LIANE DAS GRAÇAS FERNANDES COSTA	1643306123-1	13	23
107	LICIA ARAUJO DOS SANTOS	1284733040-4	22	3
108	LIDIA FERREIRA TEIXEIRA	1228035869-9	7	30
109	LIDIANE MOURA DA SILVA	1640980558-7	18	13
110	LILIAN AGUILERA DE JESUS	2281686475-7	2	15
111	LUCÉLIA COSTA ARAÚJO	1383801631-8	12	19
112	LUCÉLIA DE OLIVEIRA ALMEIDA	2013309528-7	15	31
113	LUCIANA FRANCISCA DE LIMA	1642309646-6	4	17
114	LUCIANA LUCIA DE OLIVEIRA	1638350727-4	19	9
115	LUCIANA VALIENTE FRANCISCO	1333311140-2	10	31
116	LUCIENE DA SILVA	1644967497-1	4	11
117	LUCIENE DE ABREU SENA	1642652942-8	7	29
118	LUCIENE DOS SANTOS FERREIRA	1903212365-6	15	2
119	LUCIENE FERREIRA	1642569195-7	9	3
120	LUCILENE MARIA SIQUEIRA	1328612640-2	16	16
121	LUCILENE SOUZA NASCIMENTO	1299653640-3	2	11
122	LUCILO JOSÉ DE ALMEIDA	1250713664-4	4	2
123	LUCIMAR HENRIQUE COSTA	2108336978-9	5	9
124	LUCIMAR REGINA DA SILVA	1637235560-5	8	6
125	LUCIMARA DA SILVA	1317766840-9	11	2
126	LUCIMARA FERREIRA DE FRANÇA	2105790896-9	5	25
127	LUCIMARA OLIVEIRA DIAS	1637235570-2	11	10
128	LUCIMARCOS PEREIRA MOURA	2281216823-3	6	12
129	LUCIMEIRE MARIA DE CAMPOS	1645066148-9	1	9
130	LUCINEIDE MARIA ASSIS DE AMORIM	2069949760-9	13	10
131	LUCINETE MARIA DE MORAES	2100649404-4	13	16
132	LUCYMARA DE SOUZA AMORIM	1311604649-1	13	31
133	LUDIMILA PONCE MARQUES	2104649472-6	15	32
134	LUIZ UCHOA	1072448487-3	15	8
135	LUIZA AUXILIADORA FERREIRA	1287410440-1	10	24
136	LUIZAMAURA TIBRES DE CASTRO	1301078240-2	2	18
137	LUNEIDE SEBASTIANA RONDON	2362381317-2	3	5
138	LUZIA JULIANA DE CAMPOS	1334536140-9	3	18
139	LUZIA MUNIZ	1082615274-8	4	23
140	LUZIENE ANTONIA DA SILVA	1637148890-3	9	19
141	LUZINEY MARIA DE OLIVEIRA	1332538240-0	7	5
142	MAGNALIA DE SOUZA	1319724840-5	4	25
143	MAIZA SOCORRO ALVES VELOSO	1269437840-6	16	1
144	MANOEL ALICIO GONÇALVES	2282016870-0	16	4
145	MANUELINA JESUS DA SILVA	1637217580-1	16	2
146	MARA CRISTINA ALVES FIRMINO	1277809565-0	18	19
147	MARA CRISTINA RONDON	1650764386-7	5	26
148	MARCELA LUCIA DE MORAES	1642243978-5	9	11
149	MARCELA VILALVA	1337238740-5	6	5
150	MARCIA APARECIDA GUEDES DE SOUZA MIRANDA	2013223193-4	10	5
151	MARCIA DA SILVA SANTOS	1647244844-3	4	27
152	MARCIA RIBEIRO DE MATOS	2094817436-0	6	27
153	MARCIA SALES LIMA	2030327011-4	2	9
154	MARCILENE LUCIA PEREIRA	1652048319-3	7	10
155	MARCIO GONCALO DE CAMPOS	1252232800-1	9	15
156	MARCOS BUSINARO DE SOUSA	2105829899-4	4	12
157	MARIA AMÉLIA DE JESUS - PNE	1231010426-6	6	16
158	MARIA ANTONIA DA COSTA	2281880577-4	11	13
159	MARIA ANTONIA DOS SANTOS SANTANA	1288711140-1	14	23
160	MARIA ANTONIA RIBEIRO SILVA	1259079740-2	18	2
161	MARIA APARECIDA BARBOSA BENEVIDES - PNE	2281460664-5	7	16
162	MARIA APARECIDA DE CAMPOS	1645027672-0	4	7
163	MARIA APARECIDA GONÇALVES DA SILVA	1638217190-6	2	2
164	MARIA APARECIDA VARGAS	2365192072-7	14	2
165	MARIA AUXILIADORA DA SILVA	1644726146-7	11	17
166	MARIA AUXILIADORA DE CAMPOS FONTES	1644564486-5	10	23
167	MARIA BENEDITA DA SILVA MAGALHÃES	1642471006-0	5	27
168	MARIA BENEDITA DO ESPIRITO SANTO	1641741645-4	5	18
169	MARIA BENEDITA NUNES DO NASCIMENTO	1640952062-0	18	14
170	MARIA BERENICE MACHADO DOS SANTOS	1650521467-5	12	14
171	MARIA BUENO DE ALMEIDA METELO	2367345770-1	13	21
172	MARIA CELINA TORREZAN REINALDO	1080783609-2	10	13
173	MARIA CONCEIÇÃO ALVES LIMA DE OLIVEIRA	2362555092-6	6	22
174	MARIA CONCEIÇÃO CARDOSO	1204366041-3	11	5
175	MARIA CONCEIÇÃO DE SOUZA FILHA - PNE	1636679783-9	9	18
176	MARIA CONCEIÇÃO FERREIRA VALVERDE	1648230397-9	4	24
177	MARIA DA CONCEIÇÃO SOARES DA SILVA	2060773534-6	2	4
178	MARIA DALVA ALEIXO BARBOSA	1231071401-3	4	29
179	MARIA DAS DORES DA SILVA	1646711011-4	22	2
180	MARIA DE FATIMA AVELÃ	1649381119-9	2	5
181	MARIA DE FATIMA EVANGELISTA FLORES	1642260092-6	13	17
182	MARIA DE LIMA DA COSTA	1264906453-8	2	8
183	MARIA DE LOURDES DA SILVA	1247835658-0	4	21
184	MARIA DE NAZARE DE BRITO SOUZA	163725478-7	9	8
185	MARIA DE SOUZA SILVA	1642366038-8	2	26
186	MARIA DE SOUZA VAZ DE OLIVEIRA	1220853039-1	15	6
187	MARIA DIVINA DE OLIVEIRA	1652420083-8	7	18
188	MARIA DO CARMO VENTURA DE ALMEIDA	1088476210-3	6	6
189	MARIA DOS REIS RAMOS PEREIRA	1299711640-8	5	2
190	MARIA ELIZANGELA DE ALMEIDA BISPO	1647226720-1	3	24
191	MARIA ELVIRA ALMEIDA	1637225880-4	10	27
192	MARIA HELENA DE SENE	1300275140-4	3	26
193	MARIA HELENA GARCIA DOS SANTOS	1648198362-3	18	18
194	MARIA INACULADA SANTIAGO	2281777521-9	2	12
195	MARIA ISABEL DA SILVA	2044376986-3	12	18
196	MARIA JOSÉ DA SILVA FILHA	1234859504-6	6	8
197	MARIA JOSÉ DE SOUZA	1648667973-6	2	21
198	MARIA LUIZA DIAS DE ARRUDA	1273163693-0	2	7
199	MARIA MACEDONIA LOPES TAVORA	2281137559-6	10	32
200	MARIA MARTINS DE JESUS	1085553627-3	7	7
201	MARIA NETE DE CAMPOS SILVA	1642972773-5	11	27
202	MARIA NUBIA DE CASTRO SILVA	2044374815-7	12	12
203	MARIA PAULA ABREU VIEIRA	2068213562-8	4	22
204	MARIA PETRONILIA DA SILVA	2280649149-4	10	36
205	MARIA RAYANE DUARTE MOURÃO	1642970093-4	9	34
206	MARIA REGINA DO ESPIRITO SANTO	2044373888-7	9	30
207	MARIA RIBEIRO DE OLIVEIRA	2098599572-0	16	19
208	MARIA ROSA GODOE PEREIRA	2281263596-6	22	9
209	MARIA ROSANA DA CRUZ GODOY	1643322262-6	5	23
210	MARIA ROSMEIRE BRIZOLA MORAES - PNE	1642731446-8	9	26
211	MARIA ROSSI DA SILVA	1230421308-3	7	24
212	MARIA SENILDA RODRIGUES	1227921646-0	14	25
213	MARIA TEREZA DUARTE	2280683386-7	9	14
214	MARIA VIEIRA DE ALMEIDA	1215313176-8	4	4
215	MARIA VIEIRA DE ALMEIDA SILVA	1204339865-4	4	8
216	MARIA ZENAIDE DE JESUS	1239811784-9	2	14
217	MARIANA DE AMORIM GONÇALVES	1642973790-0	3	6
218	MARIANA ELIZA MORAES DE AMORIM	1204339692-9	3	20
219	MARIANA JOYCE MENACHO DE ARRUDA	2365986134-7	5	15
220	MARIDILSA GONÇALINA DE CAMPOS MIRANDA	2099614138-8	13	6
221	MARIELE APARECIDA DE ARRUDA	1637199009-9	10	3
222	MARIEMA CLAUSEN DE PAIVA	1310190940-5	2	6
223	MARIENE FRANCIELLY SANTOS DE AMORIM	1645283257-4	6	30
224	MARILAN JESUINA DA SILVA	2364348421-2	8	5
225	MARILENE DO CARMO DE AMORIM	1329224040-8	16	4
226	MARILENE SILVA DA LUZ	1652277553-1	3	28
227	MARILIA REZENDE FERREIRA	1647278408-7	5	7
228	MARILIA SOAR	1266782540-5	7	9
229	MARINA CLARINDO FERREIRA	2280792450-5	10	25
230	MARINEIDE DUARTE	2280684182-7	3	12
231	MARINETE CORREIA DE OLIVEIRA	2282117841-6	19	4
232	MARINEY MARIA DE OLIVEIRA	2014820198-3	4	3
233	MARISA SANTOS SILVA	1324100940-1	5	24
234	MARISSANDRA FARIA DE CARVALHO	1308939040-9	4	14
235	MARIZETE DA SILVA	1282059940-2	15	9
236	MARIZETE GOMES DE ARRUDA	1646723105-9	22	8
237	MARLENE SANTOS DE MENEZES	1272634340-8	9	28

238	MARLY MARCELA LEMES DO PATROCINIO	1240732755-3	1	8
239	MARTA MARIA FERREIRA DE SOUZA	1649000060-2	10	22
240	MARTINHO PETRONILIO DA SILVA FILHO	1901536707-0	14	29
241	MAURA VICUNÃ DO CARMO	1265016140-1	12	6
242	MAYARA BORGES SOARES DE MATTOS	2105829146-9	18	12
243	MAYARA EVELLIN DA SILVA	1641713245-6	2	27
244	MAYARA NUNES RODRIGUES	2044370058-8	9	24
245	MAYARA SANTANA DOS SANTOS	1643317279-3	10	14
246	MAYSA GOMES LEMOS	1648410768-9	11	8
247	MEIRILAINE CRISTINA DA SILVA	1636968314-1	15	25
248	MICAELI DOS SANTOS MORAIS	2282223450-6	9	16
249	MICHELE DA SILVA CITRANGULO	1308045940-6	10	6
250	MICHELE DE CAMPOS RONDON FORTES	2365975675-6	2	25
251	MICHELE FERREIRA NUNES DE BRITO	1263990040-6	10	17
252	MICHELE PARANHOS SANTOS	2075917876-8	19	2
253	MICHELLI CRISTINA QUEIROZ DA SILVA	2366691908-8	6	25
254	MICHELLY MORAES GRACEZ DA SILVA	2361533151-2	8	4
255	MICHELY MARIA MAGALHÃES NAZARIO	1642489203-7	13	19
256	MICKYCIELLE DA SILVA CALDAS	1336443840-3	16	3
257	MIDYAN BERNARDES SOARES	1315382140-1	13	9
258	MILENE ZUMIRA DE ALMEIDA - PNE	1648306212-6	10	19
259	MIRIAM METELO BARBOSA	1303127540-2	15	11
260	MIRIELE BAUDO DE SOUZA	1654918913-7	1	13
261	MONICA DA SILVA BALDEZ LIMA	2095277865-8	14	8
262	MUNIQUE DE OLIVEIRA LIMA	1665665991-9	6	4
263	NADIA CAUDIANA DA SILVA	1654588813-8	11	30
264	NAIR LOPES DE BARROS - PNE	2067978656-7	11	19
265	NAJHA FERNANDA DE SOUZA DE PAULA CORREA	1319961840-4	22	6
266	NATALIA CASTRO DA SILVA LIMA	2037861393-0	14	24
267	NATANER MORAES AMORIM QUINTANA	1657251045-0	12	24
268	NAYARA BUENO OLIVEIRA BARROS	2075918952-2	11	21
269	NAYARA CRISTINA DOS SANTOS SILVA	1641588122-2	6	21
270	NELSON CUSTOKICHI	1037487081-8	13	29
271	NEURA MENDES DE ALMEIDA	1255125136-4	13	2
272	NEUZA REZENDE DA SILVA	1703258268-9	5	29
273	NEUZILENE FERREIRA DA SILVA	1662880517-5	5	6
274	NIDIA CRISTINE DA COSTA CARDOSO	1665926518-0	10	35
275	NILA JESSICA DA SILVA	2361360191-1	3	21
276	NILCE MENDES DOS SANTOS	1654662319-7	1	11
277	NILDES MARIA DE OLIVEIRA	1659775868-5	3	15
278	NILTANIELE BENEDITA DA SILVA	1337936040-5	3	14
279	NILZA MARIA CAVALCANTE SOUZA	1654779248-0	4	19
280	NILZETE DE CAMPOS BUENO	2364771934-6	2	22
281	NISANGELA CLARA DE SOUZA	1316946340-2	13	15
282	NOECI PEDROSA DE MORAIS	1664492875-8	15	22
283	NOEME DA CRUZ RONDON	2038383218-1	15	29
284	NUBIA CORREA DE SÁ	1659552237-4	2	13
285	NUBIA MARCIA ALES FERREIRA	2106416321-3	13	26
286	OCILENE GONÇALINA DE FIGUEIREDO	1660547098-3	15	18
287	ODILENE KELY DE ALMEIDA	1642268453-4	14	28
288	OERICA PATRICIA DE MATOS FREITAS	1662124460-7	12	8
289	OLAVO OTAVIO DA SILVEIRA	1220215587-4	7	28
290	OLICIO RODRIGUES DE MORAIS	1088463898-4	8	11
291	PAMELA DA SILVA BARBOSA COELHO	2046276785-4	10	20
292	PAMELA DE JAVITTE	1654780482-9	11	23
293	PATRICIA ANTONIA DA SILVA	1526441227-1	3	3
294	PATRICIA CARDOSO DA SILVA	2362144427-7	10	11
295	PATRICIA DA COSTA SILVA RAMOS	2361697363-1	14	9
296	PATRICIA DA SILVA	1654762057-4	10	18
297	PATRICIA DE MOURA	1306036340-3	7	14
298	PATRICIA FERNANDES DA COSTA	1665712147-5	7	22
299	PATRICIA FRANCISCA FERREIRA	1297698140-1	11	36
300	PATRICIA NUNES DE BARROS	1659847767-1	7	25
301	PATRICIA SANTOS DE SOUZA	2106641409-4	13	20
302	PAULINA DA SILVA	1667730252-1	11	6
303	PEDRO TEIXEIRA PINTO	1027361355-0	11	31
304	PEDROLINA DE OLIVEIRA FERREIRA	2044375911-6	11	26
305	PEDROSA RODRIGUES DA SILVA	1663971163-0	14	15
306	PERCILIA CÉLIA BARACAT	1669756714-8	17	5
307	POLIANA AUGUSTA DE FIGUEIREDO	1666084071-1	3	2
308	PRISCILLA APARECIDA SANTOS DA COSTA	1664628424-6	8	14
309	QUEILIANE ALBERTO DA CRUZ SANTOS	2106641136-2	2	23
310	RAFAEL DIAS DA SILVA	1081832299-0	16	14
311	RAFAELA CRISTINA DA SILVA OLIVEIRA	1344078128-2	9	4
312	RAFAELA DIAS FREIRE OLIVEIRA	1426868807-9	12	9
313	RAFAELE DE SOUZA SANTOS	1660549812-8	11	16
314	RAFAELLA DE ARAUJO OLIVEIRA	2106640610-5	1	6
315	RAFAELLE SANDRA DA COSTA	1654763142-8	3	10
316	RAIMUNDO FERREIRA DE SOUZA	1212392256-2	3	7
317	RAQUEL DE MORAES SILVA	2365383487-9	13	28
318	RAQUEL FERNANDES MAIA BRASIL	1295245240-9	8	1
319	RAQUEL OLIVEIRA DA COSTA	1220718506-2	12	10
320	RARIKELLY LUCIA DE OLIVEIRA	1660034952-3	11	18
321	REGIANE APARECIDA DE JESUS	1666404963-6	14	30
322	REGIANE CRISTINA DA SILVA	2098276673-6	8	3
323	REGIANE MARIA RAMOS	2044374933-1	10	21
324	REGIANE SILVA DE ASSIS	2363684930-8	7	4
325	REGIANE SILVA SOUZA	2100176758-8	14	17
326	REGINA MARIA DA ROSA	1661031124-3	4	26
327	REGINA MIRELE DE CAMPOS	1290896040-2	18	17
328	REGINA PAULA DA SILVA	1902691245-8	15	3
329	RENATA CLEMENTE DA SILVA	1654745275-2	18	6
330	RENATA FRANCO DOMICIANO	1276536852-1	16	7
331	RENATA TALITA ALVES ARAUJO - PNE	2360698142-9	11	25
332	RICARDO MENEZES DE MORAES	1302564540-6	5	5
333	RITA DE CASSIA CARVALHO	1294368440-8	5	13
334	RITA DE CASSIA DA SILVA ALMEIDA DE OLIVEIRA	1298635340-3	5	30
335	RITA DE CASSIA RODRIGUES	1900219768-6	14	16
336	RITA MARIA ZEFERINO FALÇÃO	1244040844-3	5	8
337	RONEIA MARCELINA DOS SANTOS	2099614163-9	7	8
338	ROSA BISPO DA SILVA	1663079419-3	10	8
339	ROSA CRUZ DE ARRUDA	1663269549-4	7	15
340	ROSA FERNANDES DE SOUZA	1289409440-1	14	5
341	ROSALINA AUXILIADORA DA COSTA VIEIRA	1660036009-8	8	16
342	ROSALINA PEREIRA LIMA	1700583007-3	15	23
343	ROSANA APARECIDA DA CRUZ	1310170640-7	16	11
344	ROSANA BATISTA DA COSTA	2360143220-6	11	11
345	ROSANA DA SILVA NUNES - PNE	1261688440-4	11	38
346	ROSANA RODRIGUES DE CASTRO ROCHA	1665029166-9	7	23
347	ROSANE ETELVINA DOS SANTOS	2073950992-0	5	3
348	ROSANGELA GOMES DA SILVA	1658974594-4	3	32
349	ROSARIA GOMES	2090662739-1	18	16
350	ROSE DE CAMPOS SANTANA	1290791240-4	19	7
351	ROSE MARIA ALBUQUERQUE DE MAGALHÃES	1654473859-0	10	26
352	ROSELANE APARECIDA DE ARRUDA	1659269985-0	15	5
353	ROSEMARY INÁCIO TIMOTEO	1659685071-5	14	1
354	ROSENI DE ARRUDA	1654693648-9	13	3
355	ROSIANE FERREIRA MARINHO	1654767788-6	16	12
356	ROSIANY SOUZA GOMES DE ARRUDA	2361492987-2	9	9
357	ROSILENE MARIA DE CAMPOS	1664750761-3	11	37
358	ROSIMEIRE DE CAMPOS OLIVEIRA	1663079643-9	18	20
359	ROSINAURA SANTOS BARBOSA DE CAMPOS	1661119458-5	5	12
360	ROZANA SOARES DE LIMA	1662886749-9	10	16
361	RUBIA SANTOS DO PRADO	1901536730-5	12	15
362	RUTH PEREIRA DE ALMEIDA	1229045695-2	7	2
363	RUTINÉIA EGNER	2038260944-6	3	31
364	SABRINA DO NASCIMENTO SOUSA	1664859022-0	12	20
365	SAMARA DELUQUE PROENÇA	1659843614-2	5	17
366	SAMARA NUNES VIANA DUARTE	2101186874-3	8	12
367	SAMARA NUNES VOICHECOSKI	2073864029-2	13	32
368	SAMARA RICI DE ARAUJO	1660084778-7	8	10
369	SANARINA APARECIDA DE MORAIS	1285188965-8	5	4
370	SANDRA BENEDITA GONÇALVES RODRIGUES	1281598340-2	14	22
371	SANDRA CRISINA DE MAGALHÃES	1660059903-1	14	11
372	SANDRA MARIA GOMES SANTOS SILVA	2100552978-9	11	34
373	SANDRA NUNES SANTANA	2044372412-6	6	18
374	SANDRA PAULA SALES DOS REIS	1246045588-9	3	19
375	SANDRA REGINA FERREIRA	2044380315-8	14	26
376	SANNY CONCEIÇÃO ALVES QUEIROZ	1654565209-6	6	29
377	SANTANA RIBEIRO DE JESUS	1239810794-0	9	13
378	SEBASTIANA AMANCIA DE OLIVEIRA	2099551195-5	6	2
379	SEBASTIANA GONÇALINA DOS SANTOS	2367096656-7	19	3
380	SEBASTIANA MARIA REI DE CARVALHO	1660060280-6	10	28
381	SEBASTIANA PEREIRA LEITE	1654749834-5	11	28
382	SELMA DE SIQUEIRA PINHEIRO	1254423054-3	18	9
383	SELMA TEREZINHA DA SILVA	1663080066-5	12	23
384	SHIRLEY APARECIDA PEDROSA	2064079365-1	15	1
385	SIBELE CORREA DOS SANTOS - PNE	1660106098-5	14	32
386	SIDNEY RODRIGO DA SILVA COSTA	1295117140-6	18	5
387	SILVANA CÉLIA BATISTA	1666384738-5	16	5

388	SILVANA DA SILVA RICARDO	1297057340-9	7	19
389	SILVANA LEITE DA CRUZ	1278035640-7	9	10
390	SILVANA MENDONÇA GARIN	1659781394-5	19	8
391	SILVIA RAMOS PEDROSO	2040378532-9	6	11
392	SILVIA SINOBE DO AMARAL	1659844351-3	18	4
393	SIMÃO CANUTO DIAS	1204357204-2	2	17
394	SIMONE APARECIDA DA SILVA	1659802201-1	4	20
395	SIMONE APARECIDA DA SILVA	1322775140-1	15	15
396	SIMONE CORREA DO PRADO	2098228210-3	15	20
397	SIMONE SANTA SIQUEIRA DA SILVA	1320738440-3	7	21
398	SIMONY APARECIDA XAVIER	2365959503-5	13	13
399	SIRLÉIA CARLOS DOS SANTOS DA SILVA	1660459352-6	10	33
400	SIRLEIDE CRISTINA DE ALMEIDA	1325821040-2	16	20
401	SOIANY MORAES DO NASCIMENTO	2104650884-0	10	15
402	SOLANGE BENEDITA DE PADUA	1301152040-1	16	6
403	SOLANGE MARIA FRANÇA	1297987750-8	13	30
404	SONIA OZÓRIO BORBA MARTINS	1072032708-0	14	4
405	STEFANI DIAS CARVALHO	1619480372-0	11	4
406	STEPHANE PAULA DA SILVA	1297738740-6	19	1
407	SUELEN MIRANDA DO PRADO	1654710641-2	2	10
408	SUELI MEIRE PEREIRA ESTEVES	1252868803-4	5	10
409	SUELLEN CAROLINE AUGUSTA FERREIRA	1669970527-0	6	14
410	SUSILAINE MARGARIDA DA SILVA	1301180940-1	6	20
411	SUZANA CARNEIRO DE SALES	2362852250-8	6	10
412	SUZI ISAURA DE CAMPOS	1659273109-6	9	32
413	SUZI SALES DOS REIS	2016838142-1	10	10
414	SUZILEI AUXILIADORA DA SILVA	1659829484-4	9	33
415	SUZILENE RODRIGUES AFONSO	1662579207-2	9	7
416	SUZIMARE APARECIDA CURADO DA SILVA	1663080439-3	18	11
417	TAINARA RODRIGUES DE SOUZA	1662238315-5	3	8
418	TAÍS ROSA DE MAGALHÃES	1297389540-7	18	1
419	TAIZA CYRA DE CAMPOS	1301330940-6	3	11
420	TALITA SOUZA PAIVA	1307779940-4	15	12
421	TALITHA CARDOSO DA SILVA	2365995457-4	13	12
422	TAMARA CAMPOS DOS SANTOS	1391061793-9	7	26
423	TAMIRES CRISTINA DA SILVA	2038956325-5	1	10
424	TAMIRES GENEROSA NEVES	2361158376-2	22	4
425	TARCÍLIO GOMES DE ARRUDA	1702240984-4	6	23
426	TATIANA APARECIDA DE ALBUQUERQUE	2102316790-7	19	5
427	TATIANA SOARES DE MORAES	1628137647-2	5	11
428	TATIANE CRISTINA LEITE DA SILVA	2366455677-8	11	15
429	TATIANE DA COSTA ROSA	2105830691-1	2	24
430	TATIANE MARTINS DE OLIVEIRA	1669622197-3	14	27
431	TAYANA ANDRADE FONSECA - PNE	2075919711-8	9	17
432	TAYELI DA SILVA ARAUJO	1654712021-0	9	29
433	TAYNARA MARIA DE JESUS ARRUDA	1662557546-2	7	13
434	TELMA ANTONIO DA SILVA	1663934507-3	3	23
435	TELMA DO CARMO	2013125591-0	13	25
436	TEREZINHA GERONIMA DA SILVA SOUZA	1662303729-3	9	22
437	TEREZINHA MARIA DE FIGUEIREDO	1662603126-1	5	21
438	THAÍS FIGUEIREDO BENEVIDES	2105829955-9	10	9
439	THAIS OLIVEIRA DA CRUZ	1655017249-8	4	28
440	THAÍS RODRIGUES DE OLIVEIRA	1654752789-2	15	10
441	THAÍS STEFFANY FIALHO	1659538263-7	12	11
442	THALITA RAMOS SOUZA	1659441981-2	1	12
443	THAMIRES TAUANY MORENA RODRIGUES	1663080672-8	7	11
444	THAMYRES RONDON HUMBELINO	2044374833-5	14	3
445	TITA MARIA DE BARROS	1658798644-8	4	10
446	URSULINA MARIA DA CONCEIÇÃO	1660396998-0	14	21
447	VALDEMIR ALVES	1286206140-0	13	11
448	VALDIANE DOS SANTOS FRANÇA	1654756367-8	14	14
449	VALDINETE SANTANA DE SOUZA	1659871362-6	2	29
450	VALDIRENE MAGALHÃES	1662239280-4	16	15
451	VALDIRENE PACHECO NOGUEIRA PEIXOTO	1260601140-8	22	1
452	VALDIRENE TEREZINHA DE SOUZA	1663081294-9	8	7
453	VALENTINA SERGIO DE MACIEL	1655597989-6	3	30
454	VALKIRIA ALVES DOS SANTOS	1654728920-7	7	6
455	VALNICE FRANÇA DE OLIVEIRA	1307350540-6	11	22
456	VANDERLEIA AQUINO BESERRA	1654755371-0	10	7
457	VANDERLÉIA PINTO DORNELES	1250216175-6	1	14
458	VANEIRA DO CARMO DOS SANTOS DA SILVA	1669161231-1	13	4
459	VANESSA APARECIDA DE OLIVEIRA	2008001328-1	13	14
460	VANESSA BRITO DA SILVA	2075918013-4	16	17
461	VANESSA GOMES DA SILVA	2044374816-5	11	33
462	VANESSA PETTREKO DE OLIEIRA	1660064183-6	16	18
463	VANIA ANTUNES DE AGUIAR	1666157271-0	6	13
464	VANIA CONCEIÇÃO DA SILVA	1665765920-3	19	6
465	VANIA FERNANDES DA COSTA	1326674840-8	6	19
466	VANIA MARIA DE CAMPOS	1665985305-8	7	1
467	VANIA SANTANA DE ARRUDA	1241620130-3	10	30
468	VANUSA CRISTINA DA COSTA	1288042140-5	12	21
469	VANUSA DE JESUS CATARINO	1665822400-6	4	13
470	VANUSA SILVA DA MATA	2075921058-0	18	22
471	VANUZA DE ALMEIDA GONÇALVES	1660563786-1	2	3
472	VANUZA TEIXEIRA DE OLIVEIRA CRUZ	1653574391-9	22	5
473	VERA LUCIA LARA	2365160398-5	1	5
474	VERA LUCIA NERY BARBOSA	2071834537-6	9	21
475	VILMA ARRUDA DA SILVA	1377949327-5	15	16
476	VILMA CRISTINA DE ALMEIDA	1326077740-6	2	28
477	VILMA DA SILVA	1654491537-9	5	22
478	VILMA FERREIRA DE SOUZA	1662729418-5	10	12
479	VILMA JOSÉ DE MORAIS CUNHA	1669122057-8	4	1
480	VIVIAN ALVES MOURA	1656257164-3	12	16
481	VIVIANE DOS ANJOS DE BARROS	1314994840-0	14	18
482	VIVIANE MARIA DA SILVA	1297899340-7	6	24
483	VIVIANE MORAES	1660931988-0	8	15
484	VIVIANNI FRANCISCA SILVA DO CARMO	1655608984-3	15	13
485	WALDETE VENTURA DANTA	1238932963-4	15	21
486	WALQUIRIA BENEDITA DA SILVA	1322072740-8	6	3
487	WANESSA MOREIRA QUIRINO	1902411369-8	16	9
488	WELIDA DOS SANTOS ALMEIDA	1654730079-0	18	8
489	WIKELHY NASCIMENTO LEITE SILVA	2107740208-4	12	22
490	WILLAN CAMPOS SANTOS	2366942156-0	3	22
491	WILLIANE KELLY DE ALMEIDA	1334045740-8	18	3
492	YOIRRANE ELIANE DE SOUZA	2365062252-8	14	6
493	YOLANDA MARIA SIQUEIRA DE SOUZA	1246046052-1	10	2
494	ZEFERINO SANTANA DAS NEVES	1231018026-4	18	10
495	ZÉLIA MARIA DE SOUZA	1660089593-5	9	5
496	ZENAIDE SOUZA ANDRADE SILVA	1299763340-2	13	5
497	ZILDA DA CRUZ SILVA LOPES	1654799437-7	6	26
498	ZILDA RENILDA DE SOUZA	1669157468-1	7	27

RESIDENCIAL SÃO BENEDITO - ETAPA II

CANDIDATOS APTOS

Nº	CANDIDATO	NIS	QUADRA	LOTE
1	ADELIA SOARES DE MORAES	1614971517-6	29	13
2	ADRIANNY GOMES MORENO	1616410098-5	27	24
3	ALESSANDRA FERNANDES DE FREITAS	1615086209-8	29	16
4	ALESSANDRA SOUZA MARTINS	2008245680-6	35	18
5	ALEXANDRA FRANCISCA NOGUEIRA	1615086230-6	23	10
6	ALINE CONCEIÇÃO FERREIRA DE CARVALHO	1330957040-0	29	32
7	ALINE MAKESUELEN SOUZA BISPO NOBRES	1602279741-2	25	10
8	ALINE TALITA BATISTA DE CAMPOS	2099459403-2	21	2
9	ALYNE BARBOZA ARAÚJO OLIVEIRA	1612154226-9	27	32
10	ANA CAROLINA DE PINHO	1602263872-1	28	24
11	ANA CLAUDIA DA SILVA	1615178156-3	36	10
12	ANA MARIA DIAS	1658929240-8	36	26
13	ANA PAULA FEDERICO DE OLIVEIRA	2125977387-8	27	35
14	ANAXMANDRA DE OLIVEIRA NEVES DA SILVA	1612306729-0	25	24
15	ANDERSON ALEX DA SILVA	1251692664-4	36	22
16	ANDRÉIA ROSA DE SOUZA	2008251615-9	20	5
17	ANDRIELY RIBEIRO MAGALHÃES	1615087334-0	22	11
18	ANE CRISTINA PINTO DE MIRANDA	1611871083-0	29	15
19	ANGELA FERNANDA DA SILVA	2033610618-6	28	31
20	ANGELINA SANDRI DA SILVA	2122032811-3	27	31
21	ARLA MICHELE CAMPOS MOREIRA	2104650784-4	36	34
22	ARMINDA ESCOLÁSTICA DE OLIVEIRA - PNE	1601548082-4	25	12
23	AZENIL RAFAEL DA SILVA	1602304953-3	26	30
24	BENEDITA NUNES SILVA	2125823596-1	35	21
25	BRUNIELEN DA SILVA BATISTA	1603173947-7	39	22
26	CALINE MARÇAL PEIXOTO	1337709140-7	25	5
27	CANDIDA RIBEIRO DA SILVA	1619503226-4	35	37
28	CARLA CRISTINA DA SILVA	1642441745-2	35	22
29	CASSIA CARMEM DA CONCEIÇÃO	1619746993-7	38	34
30	CÉLIA REGINA DE BARROS	1303429840-3	21	17
31	CELINA LUIZA DE ALMEIDA	1231003761-5	37	16
32	CIDEY MARIA DA SILVA ASSUNÇÃO	1234862306-6	20	12
33	CIDIA FERREIRA DE FRANÇA COSTA	1246048665-2	35	39
34	CLARICE MARIA PEREIRA	1241627975-2	40	23
35	CLAUDETE SOLANGE GARCIA PEREIRA	1619774890-9	35	16

36	CLAUDIA BATISTA DO NASCIMENTO	2044551591-5	20	17
37	CLAUDIA SANTOS SILVA	1648622720-7	27	29
38	CLEONICE CANDIDA PACHECO	1258546940-0	27	14
39	CLEONICE LEITE GOMES	1310578740-1	23	6
40	CRISTIANE MARTA DA SILVA	1643300413-0	20	6
41	CRISTIANE PEREIRA MATIAS	2280083639-2	29	35
42	CRISTINA ROLDÃO DE ASSUNÇÃO	1646957113-2	20	37
43	DAIANE ALVES DE ALMEIDA SANTOS	1612083241-7	22	13
44	DAIANE BATISTA DE OLIVEIRA	1601990130-1	36	4
45	DAIANE MARIA RONDON	2123100562-0	20	3
46	DAIRA MARQUES DE OLIVEIRA	1601990449-1	25	36
47	DALVA FÉLIX DE SOUZA	1602217287-0	36	12
48	DANIEL CORREA DE ALMEIDA	2121604975-2	40	25
49	DANIELE DINIZ DE ALMEIDA	1602306807-4	36	30
50	DANIELLA MOTA CASSIOLATO	2074908338-1	39	24
51	DANÚBIA LUIZA LEMES	2106640851-5	36	2
52	DAYANE CAROLINA DE CAMPOS	2366264640-0	35	11
53	DEBORA JULIA DE ALMEIDA	1612785261-8	27	21
54	DEBORA MACHADO RIBEIRO LIMA	1901140188-6	38	35
55	DEGELI DA SILVA BARROS	1326516940-4	35	12
56	DELMIRA LEITE DE ALMEIDA	1611551574-32	36	38
57	DEONICE ALDA DE ARAUJO	1204351076-4	26	23
58	DEUZINA CAMPOS FRAGA	1241624010-4	35	19
59	DEVINA DA COSTA SILVA	1255131339-4	28	17
60	DHECYARA DOS SANTOS LIMA	2123308252-5	27	5
61	DINARA ALVES DA COSTA	1325701140-6	28	18
62	DIOLINA PERES DOS SANTOS	1267966440-1	28	19
63	DONATA DA CUNHA PLÁCIDA	1321470240-7	38	7
64	DORICA CLARINDA DOS SANTOS	1209202406-1	22	23
65	EDENIA BEZERRA BARBOSA DE OLIVEIRA	2120408054-4	21	8
66	EDERSON ALBERTO ELIAS - PNE	1308637277-9	25	1
67	EDIANE NUNES DA SILVA	1305518140-8	20	10
68	EDICLÉIA MENDES FELISMINO	1612069133-3	26	35
69	EDIELEM BENEDITA DE ANDRADE	1602271158-5	27	20
70	EDILENE APARECIDA DE LARA	2120652813-5	26	22
71	EDILENE MARIA PEREIRA DE SOUZA SILVA	1312425740-4	35	33
72	EDILZA FERREIRA DE PAULA	2007488866-2	28	35
73	EDINÉIA CALIXTO CORREA LEITE	1616731771-3	40	21
74	EDINETE DE JESUS SOARES	1311445140-2	38	9
75	EDISLAYNE FRANCISCA PEREIRA PRADO	1601899069-6	29	8
76	EDIVANIA PEREIRA DA SILVA	2365669015-0	28	16
77	EDMARA BENEDITA CAMPOS CRUZ	2014820114-2	20	32
78	EDNA DORES DE CARVALHO	1270149740-1	30	23
79	EDNA LOPES REGIS	2013059179-5	25	28
80	EDNA MARTINS DA COSTA	1305664240-9	38	23
81	EDNA SOARES DAVINO	1614483229-8	27	19
82	EDNA VILALVA MAGOSSO	2125916329-8	37	13
83	EDSON FELICIANO DE BARROS	1275732440-5	20	15
84	EDVANIA ALES MARTINS	1612151234-3	37	23
85	EDWIRGES ANTONIA DA SILVA	2122772350-6	29	25
86	ELAINE CRICY E SILVA	1612112846-2	30	26
87	ELAINE DE ARRUDA TEIXEIRA	1614831329-5	26	24
88	ELAINE DE OLIVEIRA	2098599519-4	20	29
89	ELAINE PATRICIA DO CARMO SILVA	2017042708-5	29	38
90	ELAINE RODRIGUES DA SILVA	2044551585-0	28	36
91	ELAINE SEBASTIANA DE ALMEIDA CAMPOS	1331288340-6	20	21
92	ELAYNE FERREIRA DE FRANÇA	1321828840-0	29	34
93	ELDA OZÓRIO BORBA	2015313591-8	21	11
94	ELECINA MARQUES DE SOUZA SILVA	2126878848-3	37	38
95	ELENICE OZORIO BORBA	2106640117-0	35	23
96	ELIANA BARBOSA LUIZ	1288607240-2	30	37
97	ELIANAI MATEUS SANTIAGO	1615387994-3	21	3
98	ELIANE ALAIDE DE JESUS SILVA	2105830979-1	26	25
99	ELIANE ANUNCIAÇÃO MAGALHÃES ARRUDA	2125982046-9	20	33
100	ELIANE CRISTINA DE ALMEIDA	1291153040-5	20	4
101	ELIANE DA SILVA RAMOS	1333119840-3	21	15
102	ELIANE DE MORAES DUARTE	1292927940-2	27	26
103	ELIANE RIBEIRO DA SILVA	1608705583-6	28	32
104	ELIANI MARIA DA SILVA	1322602540-5	39	23
105	ELIENE DOS SANTOS FIRMINO	1602273797-5	28	25
106	ELIENE NOGUEIRA DA SILVA	1285190924-1	26	18
107	ELIETE BORGES SANTOS SOUZA	2044373075-4	25	32
108	ELIETE MARIA DE LIMA	2121115192-3	37	29
109	ELIETH CONCEIÇÃO DE MOARAIS ALMEIDA	1307908540-9	37	35
110	ELIS VANIA LIMA CARVALHO	1614377092-2	25	29
111	ELISANGELA CRISTINA ARRUDA LIMA E SILVA	1283928340-0	40	32
112	ELISANGELA DE CAMPOS MEDEIROS	2035870062-5	25	14
113	ELISANGELA DIAS PEREIRA	1318206840-6	20	24
114	ELISANGELA JOSÉ BAIÃO DOS SANTOS	2044370583-0	21	12
115	ELIZABETH GONÇALVES DE OLIVEIRA	2047330075-8	35	26
116	ELIZANGELA DA SILVA	1611417914-6	22	14
117	ELIZANGELA GOMES DA SILVA MORAES	2126039223-8	28	4
118	ELIZANGELA LEITE BARRETO	2000192377-8	38	2
119	ELIZIA MARIA DA CONCEICAO	2126396415-1	20	34
120	ELLEN REGINA DE JESUS CORREA	1612045808-6	23	3
121	ELOIZA ANDRADE ARRUDA	1601350072-0	39	32
122	ELOIZA BETE ISAIAS LEITE	1602292982-3	36	25
123	ELZA ALESSANDRA DA CONCEIÇÃO	1278255240-8	26	38
124	ENEDINA DAS GRAÇAS DA COSTA	1251692462-5	27	27
125	EQUENIA CARINE RODRIGUES MINAS NOVAS	1602291393-5	30	32
126	ERENIR MARIA LIMA	1310179040-8	37	1
127	ÉRICA BISPO CARVALHO	2044375298-7	20	16
128	ÉRICA RENATA DE OLIVEIRA ARAUJO	2126157697-9	39	35
129	ERIVANIA DA SILVA FIDELIS	2365526129-9	25	4
130	ERNANI JOSE DE ALMEIDA ASSIS	1250409954-3	40	24
131	ERNILDA MACHADO DE OLIVEIRA	1612793017-1	35	36
132	ESTEFANNY KEWIN SOARES DE CAMPOS	1330360940-2	39	4
133	ESTEVINA DE CAMPOS FERNANDES	2200248014-0	29	30
134	EUDES DOS SANTOS	2362386256-4	37	27
135	EUNICE PINTO MAIA	1298935440-0	30	35
136	EVA MARIA PEREIRA	2100989721-9	35	30
137	EVANILDES MARIA DE CASTRO	2102989261-1	28	33
138	EVELEN RODRIGUES LEITE	1614792627-7	40	22
139	EVELYN DAYANE DOS PASSOS DANTAS TORRES	1335695840-1	36	29
140	EVERLY CLARA DE SANTANA	1612242775-7	28	7
141	EWELIYN JOSÉ LIMA DOS SANTOS	1379681327-4	29	3
142	FABIANA GARCIA DE SOUZA	1608975008-6	29	33
143	FABIANA JESUINA DE CAMPOS RUTZ	1603179368-8	30	21
144	FABIANA MARIA DOS SANTOS	1601747073-7	26	3
145	FABIANA VIEIRA FERREIRA	1609478319-1	39	21
146	FABÍOLA CRISTINE ABREU	1902004483-7	27	23
147	FABRICIA NUNES BARROS	2106418708-2	29	36
148	FATIMA AUXILIADORA DA DSILVA	1634903631-0	26	21
149	FATIMA MENDES DA CRUZ PRINTES	1627236662-1	20	22
150	FERNANDA PEDROSO DA SILVA	2040799267-1	25	7
151	FERNANDA PEREIRA DE SOUZA	2200808523-5	21	20
152	FERNANDO PAULO TOURINO	2201040734-1	26	29
153	FLAIZA CONCEIÇÃO SANTANA	1619757138-3	39	36
154	FLÁVIA CRISTINA PENARIOL	2044234886-4	27	36
155	FLÁVIA FRANÇA PEREIRA	2073950833-9	37	11
156	FLÁVIA LÚCIA DE ARRUDA	1322549940-3	37	37
157	FRANCIELLE CRISTINA DA SILVA VIEIRA	2104932433-3	28	20
158	FRANCIELLY ESTEVAM DE PAULA	1619777796-8	39	7
159	FRANCISCA CHAGAS FREITAS MARTINS	2366200923-0	37	6
160	FRANCISCA DE JESUS SCHMITT	2201607068-3	27	10
161	FRANCISCO CRUZ DA SILVA	1026023325-8	30	25
162	GEANE DOS SANTOS COSTA	1271906540-6	36	9
163	GERALDINA DE SOUZA CAMPOS	2201493010-3	28	23
164	GERALDO GOMES DA COSTA	2369315604-9	38	28
165	GERANI PEREIRA LEITE	2106637619-2	22	19
166	GERITA CORREIA DE BRITO	1619765029-1	37	14
167	GERMESAN CATARINA DE SOUZA BASTOS	1393514431-7	35	34
168	GERUZA GOMES DOS ANJOS	1627946059-3	25	38
169	GESIELE DAS GRAÇAS OLIVEIRA	1902093014-4	39	10
170	GÉSSICA BISPO CARVALHO	1630688568-5	26	32
171	GEYCIANE YASMIM DE ALMEIDA	2200162912-4	21	6
172	GICELA CRISTIANA DA SILVA	1902095411-6	28	37
173	GILCIMARA MORIEL DA SILVA	1303045340-4	37	4
174	GILDEY DA SILVA	1624786736-1	28	10
175	GISELE MARIA DA SILVA	1294920040-2	39	33
176	GISELI FERNANDA DIAS DE MOURA	1624988421-2	27	16
177	GISELLY MARIA DUARTE	1309872340-7	25	23
178	GISLAINE FOLHA ALVES	1619710479-3	27	28
179	GISLAINE GONÇALVES DE SOUZA	1315748340-3	26	20
180	GISSELLY FERREIRA SANTOS	1310461040-0	28	2
181	GIZELE SANTOS DO NASCIMENTO	1619766791-7	21	9
182	GLAUCILENE APARECIDA LEMES DE LIMA	1619759029-9	26	14
183	GLEICIANE ARRUDA ALMEIDA NEVES	2201364776-9	37	25

184	GLEICIANE CRISTINA DE MAGALHÃES LOPES	2282050121-3	39	13
185	GLEICIANE DIAS DA SILVA	2044371892-4	28	22
186	GLEIKA RENNIC NEVES TESOURA	2106641176-1	25	9
187	GLEIZE NASCIMENTO ACEBILIO	2044589716-8	26	33
188	GLINALRIA PEREIRA DA SILVA	1348965531-0	29	9
189	GONÇALINA CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA	2105831104-4	26	2
190	GONÇALINA DO CARMO PINHO DOS SANTOS	1706018749-7	25	37
191	GRACIANE MARCIA DA GUIA SILVA	1634263538-3	40	33
192	GRAZIELY DA SILVA SOUSA	1625002337-3	28	1
193	GREICE KELLY PEREIRA BARROS	2106641158-3	35	38
194	GREICE SANTANA DA SILVA	2044379753-0	26	13
195	GUILHERMINA OLIVEIRA MIRANDA	1628232147-7	30	33
196	GYSELY ZILPHA MARTINS DE SOUZA	1619787061-5	30	30
197	HEIDE MARIA GONÇALVES	1323108240-3	37	21
198	HELEM CRISTINA DA SILVA	2122881818-7	27	30
199	HELEN NAYANE AMORIM	1615451621-6	29	1
200	HELENA CRISTINA DE CAMILLO	2107746498-5	25	8
201	HELENA MEURER	1601232918-1	38	37
202	HELLEN PATRICIA BAIÃO DOS SANTOS PINHO	1307584840-8	25	16
203	HIANNIS CLARA MOREIRA DE SOUZA	1628138650-8	23	2
204	HIGINA AUXILIADORA DE FIGUEIREDO GUERRA	2063717795-3	22	17
205	HILDA MARIA DOS SANTOS	1700583660-8	23	9
206	HILDA MARIA PEREIRA GUIMARÃES	1238939303-0	25	17
207	HILTON PEREIRA DOS SANTOS	1238933040-1	20	39
208	HOERIKARIAN SILVA DOS SANTOS	1331454740-3	26	11
209	IDALAM GELONITA DE ARRUDA SANTOS	1619759741-2	35	10
210	ILMA ALVES MARTINS	1625614939-5	36	36
211	ILZA GLÓRIA DE OLIVEIRA	1258563740-0	37	34
212	INGRIDY ANGLA BATISTA DE ARRUDA	1620626734-3	36	5
213	IRACEMA DA SILVA OLIVEIRA	2001190027-4	38	24
214	IRACI CARMEM DE CAMPOS MORAES	1619760336-6	36	23
215	IRACI GLÓRIA BARBOSA	1254883845-7	25	11
216	IRENE SANTANA DE SOUZA	1627599693-6	27	9
217	ISLAINE SILVA MARQUES	1624844844-3	30	28
218	ITALLA FAYFFER ALVES GARCIA	1631164381-3	27	12
219	IVANI APARECIDA DA CONCEIÇÃO	1276716865-1	39	12
220	IVANILDA DA SILVA GOMES	1619481545-1	37	18
221	IVANIRA CRISTINA OLIVEIRA	2000540644-1	20	25
222	IVONETE ANGELA DA SILVA	2200266359-8	39	8
223	IZABEL CARLA DA SILVA	1619800726-0	28	30
224	IZABEL SILVA DE FREITAS	1261452638-1	37	22
225	IZALTINA DE SOUZA LIMA	1902585992-8	36	11
226	JACI CONCEIÇÃO	2365764924-3	21	13
227	JACIANE DE MORAIS AMORIM	1619784530-0	39	26
228	JACINEIDE MARIA DE OLIVEIRA	1622069196-3	21	7
229	JAILÇA LAURA GALDINA DA SILVA	1317623240-2	21	16
230	JAILZA MARTINS DE OLIVEIRA	1274252097-1	28	34
231	JAINA CATARINA CORREA DOS SANTOS	1634423939-6	37	7
232	JAMEIRE OLIVEIRA SANTOS	1624487571-1	26	16
233	JANAINA EVA DA COSTA	1624857447-3	23	4
234	JANAINA PEREIRA DOS SANTOS	1625456289-9	28	27
235	JANDIRA MATIOLE DE ABREU	2365873670-0	23	8
236	JANE CACIA RODRIGUES	1311141940-0	39	20
237	JANETE GONÇALVES DE CAMPOS	1828182505-6	36	8
238	JANHIS RODRIGUES DA SILVA	1272831540-1	38	15
239	JAQUELINE DA COSTA FARIA	1619783596-8	35	1
240	JAQUELINE DE SOUZA CAMPOS	1306291740-6	29	17
241	JAQUELINE QUADROS DOS SANTOS	2002811980-5	21	19
242	JAQUELINE RODRIGUESW DA SILVA	1619801757-6	28	28
243	JENIFFER FERNANDA RIBEIRO DA SILVA	2106640841-8	29	14
244	JENIFFER MARA DE SOUZA	1624780863-2	27	33
245	JENNIFFER EMANUELLY ABDALA DA SILVA	2071857657-2	35	7
246	JENNYPHER ALMEIDA DA SILVA	1619764475-5	21	14
247	JEOVANIA DA ANUNCIAÇÃO ARRUDA	1629791902-0	39	14
248	JEOVANIA FERREIRA COSTA	1314919640-9	38	20
249	JERONIMO GONÇALVES DE OLIVEIRA	1088473070-8	35	9
250	JESSI CRISLAINE HUNGRIA DA SILVA	1323279540-3	21	1
251	JESSICA LAYNE SANTOS DE CAMPOS	1625243223-8	29	18
252	JESSICA APARECIDA DIOGO DE OLIVEIRA	1625095156-4	37	31
253	JESSICA DA HORA SILVA	1337083940-6	27	2
254	JESSICA DA SILVA SANTOS	1625157290-7	20	31
255	JESSICA FERREIRA DA SILVA	2363858763-7	29	5
256	JESSICA GOMES RIBEIRO	1326271340-7	26	28
257	JESSICA PATRICIA ARRUDA DE MORAIS	1335496640-7	27	6
258	JESSIKA FERNANDA PROENÇA MORAES	1619765493-9	26	36
259	JESSIKA NATACHA APRECIDO CUNHA DE OLIVEIRA	1629405385-5	20	26
260	JOANA AJALA FERNANDES	2202402123-8	38	32
261	JOANA DARC PEREIRA DE MORAIS	1246579774-5	40	35
262	JOANA FERREIRA DE LIMA	1247830974-4	36	16
263	JOANETE PINTO TAPAJOS	2097566267-2	35	8
264	JOANITA FELINHA BISPO DE ASSIS	1630968938-0	26	10
265	JOÃO CARLOS BALBIERI - PNE	1624805835-1	25	19
266	JOÃO DE SOUZA RIBEIRO	1012075058-6	36	32
267	JOÃO GUIMARÃES FILHO	2044374935-8	20	19
268	JOAQUIM ALVES DIAS	1076099717-6	20	28
269	JOCILAINE LAYZE DE SOUZA	2364068428-8	36	15
270	JOCILEIDE DA SILVA	1619138174-4	39	2
271	JOELY DA SILVA LIMA	1619500940-1	37	28
272	JOSÉ CELESTINO DE CAMPOS	1068864633-3	30	38
273	JOSÉ FERREIRA NOBRE	1244035210-3	36	35
274	JOSÉ FOLOSINO DA CRUZ	2201519554-7	30	22
275	JOSÉ JOÃO ALVES	1235613302-1	36	24
276	JOSÉ MARIA DOS SANTOS	1069561000-4	37	17
277	JOSÉ MIGUEL DA SILVA	1087930727-4	29	26
278	JOSEFA MARIA DA SILVA - PNE	2363715911-9	26	1
279	JOSIANE BARBOSA DA SILVA CONCEIÇÃO	2106202167-5	36	27
280	JOSIANE DE ARRUDA MAGALHÃES	1323173340-4	29	23
281	JOSIANE DE MORAIS	1319957440-7	28	12
282	JOSIANE MARIA DE PAULA TEIXEIRA	2062711740-0	37	2
283	JOSIANE MARIA NASCIMENTO DE MORAIS	1287852140-6	26	27
284	JOSIANE PEREIRA QUEBIN	1630812657-9	26	4
285	JOSIEIRE MARQUES MISSIAS	1292810440-4	30	29
286	JOSIELY DA SILVA LIMA	2201513149-2	28	11
287	JOSIQUEL MARCIA BARROSO	2071890707-2	38	4
288	JOSYVANE FERRAZ ALVES	1330100540-2	39	30
289	JOZIANE SALES SILVA	1300946540-7	35	40
290	JUCELI DE ALMEIDA DE ARRUDA	1624929455-5	25	21
291	JUCELI MARIA DE MORAIS	1625171122-2	27	8
292	JUCÉLIA SANTANA GUIMARÃES DE SOUZA	1624357423-8	40	34
293	JUCELINA EVA DE CAMPOS	1322450640-6	39	9
294	JUCELINA RODRIGUES DA SILVA	2366605938-0	25	3
295	JUCIANA VIEIRA DA SILVA LIMA	1619502478-4	28	9
296	JUCIANE DOS SANTOS ALMEIDA	1309328740-4	20	9
297	JUCILEIDE FERREIRA NEVES	1302701040-8	20	13
298	JUCILENE CATARINA SILVA PINHO	1620668489-0	20	23
299	JUCILENE MARIA DE OLIVEIRA	1287870640-6	30	24
300	JUCILENE OLIVEIRA DA SILVA	2366256957-0	36	37
301	JUCINEI DE CAMPOS SILVA	1236846190-8	38	25
302	JUCINEIDE DE ALMEIDA ARRUDA	1624929595-0	37	15
303	JUCINIR CORREA DA COSTA	1300241740-7	21	10
304	JUEINETE ALMEIDA CAMPOS	1322717540-0	29	4
305	JULIANA ALVES DE CARVALHO	2104810097-0	29	11
306	JULIANA CRISTINA DA SILVA - PNE	1308970440-3	26	19
307	JULIANA DA SILVA LIMA - PNE	1627941712-4	27	1
308	JULIANA DE PAULA E SILVA SANTANA	2041953852-0	28	13
309	JULIANA DOS SANTOS ALMEIDA	1631026341-3	38	30
310	JULIANA FERREIRA VIANA	1624840119-6	27	37
311	JULIANA MARILIA DE FIGUEIREDO TEIXEIRA	2200136464-3	30	36
312	JULIANA SANTANA DA ROSA	2030832561-8	38	14
313	JULIANA SANTOS FERNANDES	1304446440-3	38	17
314	JULIANA SILVA XAVIER	1331862440-2	27	7
315	JULIANA SOUZA COSTA	1626839002-5	37	33
316	JULIANE ARRUDA GARDES	1359979393-9	26	6
317	JULIANE CARLA DOS SANTOS	1631413479-0	20	7
318	JULIANE FERNANDA DOS SANTOS FERREIRA	1619501568-8	27	15
319	JULIANE VALÉRIA DA COSTA GASPARINI	2101187238-4	22	22
320	JULIANI FRANCIELI BESS SCHWARTZ	2070862609-7	37	9
321	JUSSARA DIAS DE PAULA	1631186846-7	25	20
322	JUSSARA LEITE DA COSTA	1623100245-5	20	8
323	KAMYLA GOMES DE MELO	1337176340-3	36	17
324	KARELUCIA DE OLIVEIRA CRUZ	2365886690-6	27	17
325	KARILA FERNANDA CALAZANS DE OLIVEIRA	1634920009-9	29	27
326	KARINA BISPO DE CARVALHO	1619503692-8	28	5
327	KARINA RAMOS DE SOUZA	1619791930-4	23	5
328	KARINE REESE DE LIMA	1619339940-3	26	9
329	KARINE RIBEIRO FONTES	1618850454-7	27	4
330	KARINNY FERNANDA DE MORAES SILVA	2365433880-8	35	31

331	KARLA BRUNA ESQUIBEL	1634642773-4	36	31
332	KARLA CHRISTINE DA SILVA	1527174727-5	21	18
333	KAROLAYNE CARLOTA EMILIA SIMÕES DOS SANTOS	1410434531-4	25	30
334	KAROLINE DA SILVA CURVO	1649378330-6	39	25
335	KAROLINE KASSIA BRAZ	2106640709-8	21	4
336	KAROLLYNE NATALY GOMES	1619773920-9	28	8
337	KATIA ALMEIDA	1336782340-5	27	34
338	KATIA FIDELIS SILVA OLIVEIRA	1322823040-5	36	7
339	KATIA KELLE DE CAMPOS SILVA	1619792984-9	39	28
340	KATIA MARQUES FERREIRA	1299508940-3	35	28
341	KATIANE APARECIDA DE ARRUDA	2044370468-0	37	3
342	KATIANE BATISTA DA SILVA	1644961218-6	29	7
343	KATIANE FERREIRA DE MORAES	1312823740-8	27	11
344	KATIANE FLORIANE CORREA	1642265069-9	25	18
345	KATIANE OLIVEIRA PAIVA	1618119773-8	28	15
346	KATIANE RODRIGUES DA COSTA	1651231764-6	36	21
347	KEILA ALVES DE ARAÚJO	1619030412-6	26	8
348	KEILA CRISTINA UNTAR	1645516959-0	37	36
349	KEILA GONÇALVES DE CAMPOS	2105829203-1	35	3
350	KEILA RODRIGUES COSTA	2022005842-8	26	15
351	KELEN FRANCILINA ALVES FERREIRA	1311163131-0	25	31
352	KELLI CRISTINA DE CAMPOS	1642183615-2	36	3
353	KELLY FERREIRA SANTOS DE SOUZA	1624277426-8	26	26
354	KELLY GONÇALINA DO NASCIMENTO	1619774454-7	20	38
355	KELLY NAURY VIEIRA DA SILVA	1642194248-3	39	17
356	KELLY SANTINHA DA SILVA	1642249870-6	35	15
357	KELY FERREIRA DA COSTA	1648408691-6	39	1
358	KELY JAINICE DA SILVA	2063289167-4	29	12
359	KESIA BERNARDES ALVES CHIRIAC - PNE	1284461010-4	27	38
360	KESIA DA COSTA SILVA	1619774682-5	26	37
361	KETELLY APARECIDA DE SOUZA OLIVEIRA	2044371072-9	38	5
362	KETILLY SANTA ROSA DE PAULA	2364467043-5	40	29
363	KHESIA CRISTINA GONÇALVES DOS REIS	1642223669-8	37	8
364	LAISA SABRINA DOS SANTOS ROCHA	1637211221-4	38	10
365	LARISSA CAMILA RIBEIRO TEIXEIRA	2281716992-0	40	36
366	LARISSA CRISTINA VERRISIMO DE FREITAS	1333142640-6	22	18
367	LAURA APARECIDA MACHADO DE CAMPOS	1643302612-6	39	3
368	LAURA BUENO DE BARROS LEMOS	2367874174-2	29	31
369	LAURA GISLAINE DA SILVA	1637129352-5	39	29
370	LAURA GONÇALINA GOMES DE ARRUDA	1642443524-8	22	12
371	LAURA MARIA CAVALCANTE DE SOUZA	1284038040-6	28	21
372	LAURA SILVA MAGALHÃES	1321382240-9	38	12
373	LAURENÇA OTACILIA DA SILVA	1637129392-4	22	16
374	LAURIANE LUZIA PEREIRA BARROS	1637231833-5	20	1
375	LAURINEIA RODRIGUES VILALVA	1296599538-4	38	22
376	LEANDRO ALVES DOS SANTOS	1292580740-4	20	40
377	LEIDE LAURA DE ALMEIDA	2008251592-6	20	27
378	LEIDE MARA DIAS DA COSTA	1637212030-6	27	18
379	LEIDIANE DA COSTA LIMA	1637212074-8	38	6
380	LEIDIANE DO NASCIMENTO GOMES OLIVEIRA	1314709040-9	38	21
381	LEIDIANE MICHELE DA SILVA	2038072906-1	25	26
382	LEIDIANE RODRIGUES DA SILVA	1642960755-1	36	28
383	LENIL ANTUNES MACIEL	1901260073-4	35	27
384	LENIL CONCEIÇÃO DE ALMEIDA - PNE	1903552151-2	28	38
385	LEOMARA SILVA SANTOS	1637232598-6	40	27
386	LEONICE VIEIRA DA COSTA	1640657390-1	37	12
387	LETICIA MARTINS DE ARRUDA	2280606470-3	36	13
388	LEVINA APARECIDA DE LIMA	1265664940-6	30	20
389	LIDIANE PEREIRA DA SILVA	2105828813-1	37	32
390	LIDIANY DA COSTA MARQUES	1643114876-3	40	28
391	LILIAN CRISTINA DA CUNHA CAMPOS	1643306590-3	30	34
392	LILIANE ALVES DA COSTA	1642624818-6	28	6
393	LILIANE GREGORIA DE MORAIS	1307927440-6	26	34
394	LILIANE PEREIRA COSTA TEIXEIRA	1315545240-3	30	31
395	LINDALVA EMILIA DE CARVALHO	2044373517-9	25	34
396	LOURDES BENEDITA DA SILVA RODRIGUES	2098780426-4	23	1
397	LOURENÇO PINTO DA SILVA	1066718638-4	38	3
398	LUANA CRISTINA NEPONUCENO	2106640800-0	29	24
399	LUANA CRISTINA SOUZA BASTOS	2362517025-2	29	21
400	LUCÉLIA ADMA DE OLIVEIRA	1297510840-2	26	12
401	LUCIA GUITIERREZ DA SILVA	2280132295-3	25	22
402	LUCIA LUCIANA DA COSTA FERREIRA	1637234861-7	35	13
403	LUCIANA ANTONIA DA GUIA	2075919604-9	20	30
404	LUCIANA BRUNA ESQUIBEL	2104809350-8	38	12
405	LUCIANA CARLA MATIAS	1647154621-2	26	31
406	LUCIANA GONÇALVES DE ALMEIDA	1275922540-4	25	15
407	LUCIANA RODRIGUES DA SILVA	2282084856-6	22	20
408	LUCILENE DOMINGAS PEREIRA DA SILVA	1285392340-3	39	5
409	LUCIMAR ALVES COELHO	1647221620-8	35	32
410	LUCIMARA GOMES DE SOUZA	1642272128-6	29	6
411	LUCINEI CONCEIÇÃO DA SILVA	1642445422-6	20	14
412	LUCINETE NOGUEIRA DA SILVA	1290378240-9	39	6
413	LUCYLENE LAURA VELASCO	2070349019-7	38	31
414	LUDINÉIA PEDROSA DE ARRUDA	1637214045-5	37	10
415	LUIS MARIA COSTA MAGALHÃES	1904276529-4	35	25
416	LUZIANE ALMEIDA SILVA	1388046631-8	38	26
417	LUZINETE MARIA DE SOUZA	2044373836-4	29	22
418	MARCELINO MARQUES DA SILVA	1252870141-3	22	10
419	MARCIA MARQUES DE OLIVEIRA - PNE	2366916885-7	35	14
420	MARCIA SUELY DA SILVA	1648597240-5	27	13
421	MARGIANA BRANDAO DE ALMEIDA	1642871934-8	22	21
422	MARIA APARECIDA GOMES DOS SANTOS CAVALCANTE	1636955583-6	29	20
423	MARIA AUXILIADORA DE OLIVEIRA	1284101240-0	38	8
424	MARIA DO CARMO SILVA LIMA	1235613241-6	28	14
425	MARIA SOLANGE DA SILVA	1311376740-6	39	16
426	MARIA TEREZA BERNARDES	2072154947-5	27	22
427	MARIANA MADALENA GARCIA SILVA	2104651068-3	25	2
428	MARILEIDE GUIA DA SILVA	1639983398-2	21	5
429	MARILZE DO CARMO FIGUEIREDO NASCIMENTO	1234253829-6	35	2
430	MARINEIDE TEREZINHA DOS SANTOS	1648596272-8	28	3
431	MARLI GONÇALVES	1231628117-8	35	17
432	MARLI RIBEIRO DE LIMA	1636965788-4	26	7
433	MAYARA ISMELI SILVA GOMES	1645281930-6	37	30
434	MIGUELINA SILVA OLIVEIRA	1657537135-4	27	25
435	MINERVINA REIS DE MORAES	1244029600-9	25	25
436	MIRAMAR DE CAMPOS SALTE	1264050640-6	39	34
437	NADILA SUELY BATISTA DA COSTA	1664723890-6	38	38
438	NAYARA LINHARES NUNES	1358483142-2	38	37
439	OCINÉIA PINTO SOARES BARBOSA	1659542902-1	38	16
440	ONÉZIO TEODORO DE ARRUDA	2361979089-9	27	3
441	ORGULINA OZIANA DE BARROS	1654495203-7	25	35
442	PAMELA MARIA RIBEIRO	2104649092-5	35	29
443	PATRICIA MARTINS DE SOUZA	1654762107-4	37	26
444	PEDRO SAMPAIO DE SOUZA	1231051324-7	26	17
445	PRISCILA RIBEIRO	1294444640-3	35	5
446	RAFAEL GONCALVES BERTULIO	1068864915-4	38	33
447	RAFAELLA BEATRIZ FERREIRA	2104810373-2	29	19
448	REGINA DA SILVA LEITE	2037219001-9	28	29
449	REGINA HELENA PERREIRA	1238942876-4	36	33
450	REGINA MARQUES LOPES	1657977418-6	29	10
451	REGINALDO DE SOUZA CIDRÃO - PNE	2106201676-0	35	20
452	RODINEY DA SILVA - PNE	1316202940-5	36	1
453	RONIELE CRISTINE MORAES RIBEIRO	1654471903-0	29	37
454	ROSA APARECIDA DA SILVA	1654113414-7	35	35
455	ROSA RITA DA SILVA	2044378585-0	22	15
456	ROSÁLIA MARIA GUIMARÃES	1663079426-6	29	28
457	ROSÁLIA MELO DA SILVA	2069213269-9	23	7
458	ROSANA CARVALHO DE OLIVEIRA	2034261380-9	37	24
459	ROSANA MARTINS DOS SANTOS	2095475762-3	40	31
460	ROSANGELA MARIA DA CRUZ	1654472675-4	25	6
461	ROSELENE LUIZA DE FIGUEIREDO	1300959940-3	35	6
462	ROSENIL DIAS DE SOUZA	2095815903-8	35	4
463	ROSIANE PEREIRA MENDES	1656463449-9	39	11
464	ROSICLÉIA DINIZ	2104646793-1	40	30
465	ROSILENE MARIA CORREA DE ABREU SILVA	1302486040-0	20	18
466	ROSIMEIRE MEDEIROS LEAL	1328676240-6	35	24
467	ROSINÉIA DA SILVA	1324729840-0	20	36
468	ROSINEY GONÇALVES DA SILVA	2106202893-9	26	5
469	SAMIA CRISTINA DA COSTA	1661498553-9	40	20
470	SANDRA CRISTINA SILVA	1311003240-5	38	29
471	SANDRA MOREIRA FERREIRA	1660051291-2	20	35
472	SANDRA SANTOS MAGALHÃES	1665649433-2	25	27
473	SEBASTIAO CANUTO DUARTE	1702241898-3	36	6
474	SHEILA CRISTINA DE OLIVEIRA SOUZA	1665516737-0	20	11
475	SILVANIA DOS SANTOS SILVA	1902350322-0	39	15
476	SIMONE DA SILVA	1654478764-8	40	26
477	SIRLENE NEVES DOS SANTOS - PNE	2061531112-6	36	14
478	SONIA DE FATIMA TORZECKI	1318206240-8	39	27
479	STEFANNY CLEMENTINO DA SILVA	2107801090-2	39	31
480	TADEU BEZERRA GOMES DA SILVA - PNE	1654969081-2	36	18

481	TALITA DE SOUZA OLIVEIRA	1664653177-4	37	5
482	TATIANE SANTOS DA SILVA	1660047298-8	38	1
483	TEREZA MARIA DE CAMPOS	1305442140-5	38	11
484	THALLYTA LOYSE PINHEIRO DE ARRUDA	1329061740-7	25	13
485	ULISSES FRANCISCO SILVA	1250411351-1	30	27
486	VALDELICI DE SOUZA CHAVES	1663081189-6	28	26
487	VALDETE DA SILVA LEITE	2360594730-8	25	33
488	VALDIRENE ALVES DOS SANTOS	1662507720-9	20	20
489	VALÉRIA REGINA DA SILVA	1207668683-7	20	2
490	VALQUIRIA VICUNÃ BOTELHO	1659935500-6	21	21
491	VANUZA LEITE DA GUIA	1262785940-6	21	22
492	VARLEI DA SILVA	1212627585-1	21	23
493	VENANCIO DE SOUZA	1367573472-1	21	24
494	VERA LÚCIA DA SILVA AZEVEDO	1254496836-4	21	25
495	WAINE SANTANA DA SILVA - PNE	2363626759-7	38	18
496	WANDERLEIA JOANA DE CAMPOS	2034222319-9	21	26
497	WERTHER ALVES PACHECO - PNE	1518737327-0	38	19
498	WESLEY DOS SANTOS DAVINO	1659835285-2	29	2
499	WILSON SCHAUSTZ	2037869733-6	29	29
500	ZEILY REGINA SEBA LOPES	1304877540-3	36	7

RESIDENCIAL SÃO BENEDITO - ETAPA III

CANDIDATOS APTOS

Nº	CANDIDATO	NIS	QUADRA	LOTE
1	ABADIA DA CONCEIÇÃO SANTANA	1602277645-8	44	25
2	ACIMONE ALVES EIDAM	2044376210-9	31	11
3	ADANES REGINA MENDES	2008252010-5	32	4
4	ADÃO NATALINO DA COSTA - PNE	1611515255-1	31	35
5	ADEIR PAIVA DA SILVA SANTOS	1290310640-3	41	11
6	ADELTINA ALVES DA CRUZ	2364752519-3	42	13
7	ADEMAR JOSÉ MARQUES GALHARDI	1066518857-6	31	28
8	ADEMIR LOPES	1255133891-5	32	35
9	ADRIANA APARECIDA DE OLIVEIRA SILVA	1611907463-6	30	16
10	ADRIANA APARECIDA DOS SANTOS	2120625430-2	33	10
11	ADRIANA CRISTINA FERNANDES JUNIOR	2121553223-9	33	38
12	ADRIANA DA SILVA LISBOA	1612772365-6	41	32
13	ADRIANA DA SILVA SANTANA	2071856108-7	32	19
14	ADRIANA DA SILVA SANTOS	1286669140-9	43	23
15	ADRIANA FLORIANO CORREA DE SOUZA	2124778776-3	43	20
16	ADRIANA LOPES DOS SANTOS GOMES	1261757708-4	30	3
17	ADRIANA PEREIRA DE SOUZA	2073576574-4	34	22
18	ADRIANA SANTOS NEVES	2070373039-2	41	29
19	ADRIANE DE OLIVEIRA SIQUEIRA	1322263041-1	32	30
20	ADRIANE KELY DE SOUZA	1339019440-0	40	1
21	ADRIELLY LEITE DE BARROS	2105829491-3	32	27
22	ADRIELTO RAFAEL DA SILVA	1602258847-3	43	31
23	ADRIELY RAFAELA MATTOS DE SOUZA LIMA	1337565940-6	34	25
24	ALESSANDRA ALVES DE CAMPOS	2121107230-6	33	36
25	ALINA KAROLINE DA SILVA LIMA	1612091888-5	32	37
26	ALINE AUXILIADORA DE ARRUDA	2121107230-6	43	9
27	ALVARO DE CAMPOS	1246577646-2	40	14
28	AMANDA RAFAELA BRANDÃO NASCIMENTO	2363287287-9	43	19
29	ANA ALEIXO DOS SANTOS	2374613551-2	32	15
30	ANA CAROLINA DA SILVA RODRIGUES	2106641124-9	41	28
31	ANA CAROLINA FERREIRA DE CAMPOS	2106202441-0	33	12
32	ANA CLARICE DE ALMEIDA	2367719846-8	41	15
33	ANA CONCEIÇÃO DA SILVA	1240721528-3	30	9
34	ANA DE FÁTIMA DA SILVA	1234239666-1	41	3
35	ANA GONÇALINA DOS SANTOS	2093637644-3	41	4
36	ANA LÚCIA BAZÍLIO GONÇALVES MARTINS	1612062087-8	42	4
37	ANA LÚCIA DA SILVA	2121157597-9	42	29
38	ANA LÚCIA GOMES DA SILVA MASSARI	1336466340-7	42	30
39	ANA LÚCIA PEREIRA IGNATZ	1616752152-3	43	1
40	ANA LÚCIA PONTES DE OLIVEIRA	2097220250-6	32	1
41	ANA MARIA DA SILVA	1313046340-1	42	7
42	ANA MARIA DE ARRUDA SILVA SANTOS	2126662239-1	33	5
43	ANA MARIA DIAS DE MELO LEITE	1315926840-2	33	28
44	ANA MARIA SILVA	1274942040-9	43	12
45	ANA PAULA DA SILVA ARAÚJO	2042474766-3	30	7
46	ANA PAULA DE ALMEIDA PACHECO	1385959531-7	33	21
47	ANA PAULA PEREIRA DA SILVA	1601390749-9	33	37
48	ANA PAULA PEREIRA DOS SANTOS DA CRUZ	1612328439-9	41	17
49	ANA PAULA RIBEIRO DA SILVA NASCIMENTO	1298639140-2	40	3
50	ANA PAULA SANTOS DE JESUS	2126205539-5	42	2
51	ANA PAULA SILVA DE CAMPOS	1322562440-2	32	28
52	ANA RITA DE CARVALHO ROSA	2107723605-2	34	27
53	ANA ROSA DE ALMEIDA	1602195755-6	40	6
54	ANAÍNA JESUS DE BARROS SILVA	1603423298-9	32	34
55	ANÁLIA DE SOUZA GALDINO	1270861040-8	42	3
56	ANARA CIANA FERREIRA ZUZA	2105830540-0	32	7
57	ANATÁLIA ROMANA DE SOUZA	2127206627-6	30	11
58	ANDRÉ COELHO - PNE	2127149689-7	32	20
59	ANDREIA ADRIANA DE FREITAS	1611626246-6	43	26
60	ANDRÉIA CAMPOS SILVA	2366575415-8	31	25
61	ANDRÉIA CRISTINA DA COSTA AVILHALAS	1315343740-7	44	23
62	ANDREIA CRISTINA MARTINS DA SILVA	1304917240-0	31	1
63	ANDRÉIA DA SILVA BELO	2121387148-6	34	28
64	ANDRÉIA JOSÉ DE JESUS	1321447440-4	31	27
65	ANDRESSA ALECRIN DE BRITO SOUZA	1612048806-6	33	15
66	ANDRESSA ALLYNNE DA SILVA	2105829598-7	30	14
67	ANDRESSA CAMILA KICHILESQUI	2105831147-8	30	17
68	ANDRESSA MIRANDA FONSECA	2125947667-9	30	18
69	ANELIZA CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA	1327859540-7	30	2
70	ANÉSIA SOARES DA SILVA	1236845716-1	43	8
71	ANÉSIO APARECIDO CARNEIRO PERES - PNE	1088457484-6	33	20
72	ANESTELINA OLIVEIRA DAMATA	2073509249-9	30	8
73	ANGELA CRISTINA CATARINO BARBOSA	2121273920-7	33	34
74	ANGELA JESUS DA SILVA	1603419430-3	34	37
75	ANGELA MARIA DA SILVA GADEIA	2102789618-0	41	16
76	ANGELICA SILVA BICUDO	2107746475-6	32	2
77	ANITA LOPES FEITOSA DA SILVA	2127031589-9	33	8
78	ANITA XAVIER DE ASSUNÇÃO	2106189216-8	32	14
79	ANNA PAULA ALMEIDA MIKUNI	2069155725-4	32	18
80	ANNE CAROLINE FERNANDES DE OLIVEIRA FERREIRA	2365491334-9	33	27
81	ANTONIA BENEDITA DA SILVA IDELFONSO	1332307140-6	31	29
82	ANTONIA DOMINGAS DE CAMPOS	1229045690-1	42	21
83	ANTONIA MARIA DE ALMEIDA CAMPOS	1615308138-0	33	2
84	ANTONIA VANESA LEITE FERREIRA	1244032816-4	41	27
85	ANTONIO JOSÉ DE CAMPOS	1269240940-1	41	22
86	ANTONIO JOSÉ DE SOUZA	1209065753-9	32	31
87	ANTONIO LEMOS SILVA	1082097171-2	40	7
88	ANTONIO ROGÉRIO DE SOUZA OLIVEIRA	1612397075-6	42	9
89	APARECIDA DE FÁTIMA BORBA	1260991940-0	32	17
90	APARECIDA DOS SANTOS DA SILVA	1602341592-0	41	5
91	APARECIDA PLÁCIDA DE FRANÇA DE JESUS	2106640693-8	40	4
92	ARESTILDA MARIA DE PAULA	1612237537-4	33	6
93	ARIADNE PRISCILA DAMACENO	1318736540-9	34	30
94	ARIANA SANTIAGO SILVA DOS SANTOS	1312155540-4	41	14
95	ARICELMA CAPRICIA DA SILVA	1601621899-6	33	14
96	ARIELY RODRIGUES DE ARAUJO	1602303748-9	31	37
97	ARYADNNE CRISTINA SOUZA LIMA	1611930989-7	34	29
98	AUXILIADORA DE ASSIS	2121856760-2	31	17
99	BARBARA ELEN PRISCILA DE MIRANDA	1601988440-1	41	25
100	BEATRIZ ANTONIA DE FREITAS	1602266085-9	43	5
101	BEATRIZ BERNARDA DE SOUZA	2121856853-6	42	27
102	BEATRIZ PAULA GOMES DE ALMEIDA	1603173534-3	32	9
103	BEATRIZ PEREIRA DE SOUZA	2102957213-7	44	31
104	BENEDITA APARECIDA LOPES DE BARROS	2092880974-3	43	33
105	BENEDITA DIAS PAES	1612132019-3	32	26
106	BENEDITA ELIANE DE LIMA	1002207830-0	40	10
107	BENEDITA FATIMA DA SILVA	1391853731-4	33	31
108	BENEDITA GONÇALINA SILVA	2121459129-0	42	1
109	BENEDITA HILDA DE PINHO	1602266245-5	33	3
110	BENEDITA JOSELINA SILVA DE CARVALHO	1204360181-6	41	2
111	BENEDITA LEMES DA COSTA	2106634581-5	43	25
112	BENEDITA LENIS DE SALES	2126231360-2	42	19
113	BENEDITA MARQUES DO ESPIRITO SANTO	1227296028-8	34	34
114	BENEDITA NATALINA BATISTA	1219719912-0	43	15
115	BENEDITO NEVES LEITE	2126133693-5	32	10
116	BENTA APARECIDA DA SILVA	2071890045-0	41	23
117	BENTA INOCENCIA DA SILVA	1611619976-4	43	6
118	BERENICE FERREIRA DE ASSIS	1612043980-4	34	33
119	BERNADETE DOS SANTOS ANASTÁCIO	1333323140-8	42	15
120	BIBIANA ELIZA DA SILVA	2365959105-6	32	24
121	CAMILA FERREIRA DA SILVA	2369997573-4	40	5
122	CARLA DE ALMEIDA FERREIRA	1314813540-6	31	38
123	CARLA FERNANDA RODRIGUES	2200406499-3	30	15

124	CARLA GARCIA DE OLIVEIRA	2281475520-9	42	20
125	CARMELITA MARIA PEREIRA	1231010427-4	32	32
126	CARMEM AUREA DA COSTA	2105830444-7	44	32
127	CARMEM CECILIA DE SOUZA	1645279198-3	43	22
128	CARMEM EUDÉLIA SILVINO SOUZA	1642450969-1	40	8
129	CARMOZINA GONÇALVES DE ARRUDA	1282939540-0	31	14
130	CAROLINE GABRIELA DOS SANTOS SILVA	2363338429-0	42	28
131	CAROLINE OLIVEIRA WEILER	1619792731-5	33	24
132	CATARINA RODRIGUES DA SILVA	1301881940-2	31	36
133	CÉLIA PREREIRA LIMA	1663007425-5	30	4
134	CÉLIA REGINA NUNES FERNANDES	1662237657-4	31	7
135	CÉLIA ROSA SANTOS	1664832986-7	41	21
136	CELINA DOS SANTOS DUARTE	1700572829-5	31	18
137	CÉLIO APARECIDO MEDA - PNE	1271297440-0	40	11
138	CHAIIENNEN SOARES ANTUNES DE OLIVEIRA	1364938831-5	44	29
139	CHRISTIANE MARIA DE FIGUEIREDO	1313354940-4	31	10
140	CINTHIA KELLY SOUZA VICENTE	1654751010-8	32	12
141	CINTIA ADRIANA OLIVEIRA DO NORTE	2107723604-4	30	19
142	CLARA DA SILVA	1651889804-7	43	7
143	CLAUDIA BASTOS DA SILVA	2073952799-6	43	10
144	CLAUDIA FABIANA MARQUES DE OLIVEIRA	1642413262-8	42	24
145	CLAUDIA ORINEIDE GUIMARÃES	1643440573-2	33	25
146	CLAUDIANE VANESSA DE ALMEIDA	1648191237-8	33	19
147	CLAUDIANY NAYARA DE OLIVEIRA MAIA	1619775095-4	31	24
148	CLAUDINÉIA SOARES FELICIANO	1619507447-1	31	19
149	CLEBER BENEDITO DE MAGALHÃES	1251692512-5	32	33
150	CLEBIANA MARIA DE JESUS BARBOSA	2016866567-5	30	5
151	CLECIDALUCIDE SANTOS	1251688026-1	32	5
152	CLEIDE NATALINA DA SILVA	1644600017-1	42	11
153	CREUZA DE JESUS LIMA	2091418627-7	43	28
154	CREUZA LUIZA DE SOUZA	1230476806-9	31	8
155	CREUZA MARIA DE CARVALHO	1648409145-6	32	38
156	CRISTIANE ALVES DE BRITO	1313533940-7	31	5
157	CRISTINA MARIA DA SILVA	1645517513-2	34	32
158	DANIELE FIGUEIREDO DE OLIVEIRA	1612215180-8	32	36
159	DANIELE SILVA DO NASCIMENTO	1612110647-7	42	31
160	DANIELE SOCORRO DA SILVA CARUTA	1327858840-0	44	30
161	DANIELLE NASCIMENTO DA SILVA VASCONCELOS	2120399391-0	31	4
162	DANIELLI MARIA DA SILVA	1612238889-1	31	26
163	DANIELLY ANGELA LEITE CAMPOS	2362362712-3	41	7
164	DANIELY DA SILVA DE LIMA	2075918128-9	33	7
165	DAYANE FERNANDA BINDE DE MORAES	1332740540-8	42	12
166	DAYANE LAURA NUNES	1602267269-5	41	35
167	DAYANE MESQUITA CORREA	1612026588-1	43	34
168	DEBORA GONÇALINA DE CAMPOS SILVA - PNE	1611743377-9	41	1
169	DEMELICIA APARECIDA DO NASCIMENTO	1304662440-8	33	23
170	DENISE GONÇALINA DA SILVA	1602269295-5	42	22
171	DIRCE BATISTA LEITE	1234246933-2	42	5
172	DORSINÉIA RODRIGUES DE SOUZA	1612030273-6	33	22
173	DUCILENE PAULA DA SILVA	2005957369-9	41	24
174	EDINEIS FERNANDES SALES - PNE	2125752003-4	41	20
175	EDJAINE GUEDES DA SILVA	1611781419-5	43	29
176	EDSONARA SOARES COSTA	2044374600-6	42	26
177	EDYLEYDY DE ARRUDA E SILVA	1602290259-3	42	32
178	ELINLEI MACAUBA DA COSTA - PNE	1283280840-0	43	16
179	ELISETE DE ARRUDA FIALHO	2120658685-2	40	9
180	ELOIDE DOS SANTOS SANTANA	2126055305-5	44	21
181	ELOIR MARIA DA SILVA	2121003010-3	41	8
182	EMANUELLY REGINA DE ALMEIDA	1332818940-7	41	12
183	EMILLYN KAROLINE DA SILVA	2122893363-3	43	27
184	EVA DE AVILA	1200142059-7	42	25
185	EZANIL SANTANA LEITE	1900220572-7	32	13
186	FERNANDA BUENO DE ALMEIDA	1310422740-2	31	12
187	FLÁVIA CONCEIÇÃO DA CRUZ PERERIA	2044374204-3	33	9
188	FLÁVIA MARIA DA SILVA	2016952018-2	43	3
189	FRANCINNE BUENO DA SILVA	1625949439-5	43	30
190	GESSE KELLEN ARRUDA	1619765221-9	31	21
191	GISELE RODRIGUES SOARES	2100667738-2	34	36
192	GISLAINE FELIX DE MIRANDA	2202081493-4	30	1
193	GLAUCIA APARECIDA DE CAMPOS	1271953870-3	31	22
194	GONÇALINA DOMINGAS DE LARA	2097226138-3	44	28
195	HELLEM DO SOCORRO GARCIA NASCIMENTO VIEIRA - PNE	1236945704-1	44	33
196	HELOISA RESENDE DE OLIVEIRA	2022189621-4	40	13
197	IGOR RICARDO SOARES DA COSTA SILVA	2075921027-0	40	12
198	JAINE FRANCISCA	1630967077-9	30	6
199	JANAÍNA RODRIGUES DA SILVA	1619802279-0	32	3
200	JAQUELINE BARBOSA DA SILVA	1619762662-5	41	10
201	JOANA AMBROSIO DA SILVA	1334858240-6	40	16
202	JOANA CRECENCIA DA CONCEICAO - PNE	2044538953-7	34	38
203	JOELMA PEREIRA DE ARRUDA	1624958692-0	44	26
204	JOICE OLIVEIRA DOS SANTOS BARROS	1625979446-1	42	33
205	JOSÉ MARTINS LEITE	1071092807-3	33	26
206	JOSEMARY DOS SANTOS MARÇAL ALVES	2366738430-7	31	30
207	JOVENTINO FAGUNDES DE ARAUJO	1084885560-1	33	18
208	JUCÉLIA CARLOS DOS SANTOS	1624641618-8	31	2
209	JUCÉLIA DE MORAES PLACIDO	1627946426-2	31	23
210	JULIA YASMIM DOS ANJOS SILVA	1634632878-7	30	13
211	JULIANA MORAES DOS SANTOS	2008242989-2	40	17
212	KAROLINE RODRIGUES DO NASCIMENTO	2106188907-8	43	32
213	LAUREN APARECIDA SANTOS MENEZES	1318109640-6	31	13
214	LAYZIENE DA SILVA TEIXEIRA ZANATO	1329634340-6	32	25
215	LEIA CRISTINA DA CONCEIÇÃO SILVA	1640828324-2	43	2
216	LEIDIANE CASTRO DA SILVA	1637131955-9	31	6
217	LEIZE DOS SANTOS MAGALHÃES	1642465864-6	33	4
218	LENIRES PEREIRA MENDES	1644721270-9	33	11
219	LETICIA MORAES SARTORI	1642286619-5	41	34
220	LINDINALVA DOMINGAS DA SILVA	1264298238-8	31	32
221	LUCÉLIA FRANCISCA DIAS	1651240828-5	33	35
222	LUCIANA CORREA DE SOUZA	1311793140-5	30	10
223	LUCIANA DA SILVA LARA	1329341740-9	42	10
224	LUCILENE DE OLIVEIRA	1645550095-5	41	6
225	LUCILENE PASSOS DE ALMEIDA	1276194240-1	41	31
226	LUCILENE RODRIGUES CANDIDO	1641642000-8	31	15
227	LUCIMARA ANTONIA DA SILVA	1295245540-8	32	8
228	LUCINEIDE GONÇALINA DE ALMEIDA	1317244240-2	40	2
229	LUCINETE DE ALMEIDA	1642106776-0	44	19
230	LUCINETI CECILIA DE LIMA SANTOS	1642302059-1	33	13
231	LUZÍA GONÇALINA DA COSTA	1280049240-8	44	20
232	MARIA ANTONIA FREITAS DE OLIVEIRA TORRES	1651698242-3	43	13
233	MARIA APARECIDA DA CRUZ	1267205065-3	41	33
234	MARIA APARECIDA DA SILVA	1637223735-1	32	16
235	MARIA APARECIDA VILASBOA SOUZA	1641955279-7	43	24
236	MARIA CATARINA DE JESUS	1637162609-5	34	21
237	MARIA DIVINA DA COSTA	1312072840-2	42	8
238	MARIA GORETE DA SILVA	2008213990-8	42	23
239	MARIA JOSÉ DE CAMPOS	2095277930-1	43	11
240	MARIA JOSÉ FERNANDES DE ALMEIDA	2075920889-6	32	29
241	MARILUCE MARQUES	1265461240-8	34	24
242	MARINALVA DE LIRA	2362699519-0	32	21
243	MAURIZA BARBOSA VIEIRA	1212671826-5	31	16
244	MAYSA DE SOUZA EUFRASIO	2094508083-7	33	32
245	MICELITA PEREIRA SIMBAIBA	1656443903-3	42	14
246	MIRIAN BERNARDES ALVES	1215054240-4	42	6
247	MIRIAN FERREIRA DE SOUZA	1654457292-7	43	21
248	MONICA VIANA MONÇÃO	1637230513-6	41	9
249	NADIELE PEREIRA PRADO DOS SANTOS	1642170378-0	41	30
250	NATACHA DE CAMPOS BRITO	1660880703-2	32	6
251	NEUZA MARIA DOS SANTOS	1209191851-4	30	12
252	NILSE FIDERIS	2362055318-8	31	3
253	ODILZA DE OLIVEIRA	1293717440-1	44	22
254	PATRICIA CRISTINA DA SILVA	1653585867-8	31	20
255	PATRICIA DA SILVA OLIVEIRA	1654667343-7	31	33
256	PATRICIA LAURA DA SILVA	1320500040-3	43	4
257	POLIANE PEREIRA DE ARRUDA	1654762910-5	33	17
258	RAQUEL CECILIA OLIVEIRA	1406064772-8	34	35
259	RAQUEL CONCEIÇÃO DA SILVA	1660034899-3	40	15
260	RAYANE APARECIDA SILVA JESUS	2098599529-1	44	24
261	RENATA CAMILA PIRES MARQUES	1654765167-4	33	33
262	ROSANGELA APARECIDA DA SILVA	1269133140-9	32	22
263	ROSANGELA CRISTINA DA SILVA	1663079465-7	41	26
264	ROSEKELY MARIA CAMPOS	1379743231-2	34	31
265	ROSEMARA FRANCISCA DA SILVA	2360619239-4	42	34
266	ROSENEIDE LOPES PEDROSO	1276105318-6	32	11
267	SANDRA FRANCISCA QUINTILIANO DE SOUZA	1277661940-7	41	36
268	SANDRA MARIA GOMES	2365313495-8	32	33
269	SANDRA NUNES BARBOSA	2360204826-4	33	29
270	SARA MONTEIRO PINHEIRO	1666781011-7	33	1
271	SILMARA LAZZAROTTO	2075918142-4	43	14

272	SILVANA INÁCIO DE OLIVEIRA	2363869276-7	44	27
273	SIMONE MARIA DE CAMPOS SALUSTIANO	1666108563-1	31	34
274	SOLANGE MARISE DE ALMEIDA	1666871103-1	34	20
275	SONIA MARIA DA SILVA	1666206857-9	34	26
276	TAINA CONCEIÇÃO DE MELLO	2040732650-7	44	18
277	TATIANE APARECIDA DE ALMEIDA	1654771985-6	34	23
278	TUANE DE ALMEIDA DA SILVA	1654754676-5	33	30
279	VALDIRENE SOUZA MUNIZ	1297429540-3	42	16
280	VANESSA DIVINA DE ARRUDA	2105830996-1	41	13
281	VIVIANE ALMEIDA SANTOS SILVA	1654736719-4	31	9
282	VIVIANE APARECIDA DA SILVA JESUS	2073950926-2	33	10
283	WIVIANE AMORIM DA SILVA	1321609940-6	31	31

RATIFICAÇÃO DO COMUNICADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 10/2017

Processo n.436899/2017, Plano de aplicação– Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer .**Observou-se a necessidade apresentada pela** Subsecretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer **Senhora Catarina Sena Barros de Toledo,** Termo de Fomento firmado entre Associação Associação para ações desenvolvidas na área da educação infantil e ensino fundamental I para atendimento de 200 (duzentos) alunos de Educação Especial, ate dezembro/2017. **Diante disso,** justifica-se a contratação **;**O FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, instituído pela Lei n° 11494, de 20 de junho de 2007, assegura recursos constitucionalmente vinculados para todas as etapas e modalidades da Educação Básica.No Brasil a Educação Especial desenhou uma trajetória histórica em que o Estado formulou e estimulou uma política de atendimento baseada na parceria com instituições privadas sem fins lucrativos, Comunitárias, Filantrópicas e Confessionais, principalmente no que diz respeito às crianças portadoras de necessidades especiais. No sentido de normatizar essas Parcerias, foi pelo Município editado o Decreto 070/2016. Assim, em atendimento ao disposto no artigo 9°, Inciso IV e artigo 10, Inciso I, do mesmo Decreto, a Administração Municipal dispensou o Chamamento Público, pois a competição entre as Instituições análogas seria inviável, porquanto se trata de uma Instituição Única no atendimento as crianças especiais; nesse sentido, a Administração Pública, devem realizada a Parceria com a Instituição Educacional sem fins lucrativos, pois é uma realidade que assegura o atendimento significativo.Neste sentido, é importante empreender esforços para estabelecer ações cooperativas e integradas, mediante Parcerias, como a que agora se pleiteia entre o Município de Várzea Grande e a Associação Ecológica e Centro de Equoterapia Nativo. O objetivo é de contribuir para a criação de condições favoráveis de aprendizagem, desenvolvimento e participação social, razão pela qual se justifica a necessidade de se firmar a Parceria – Termo de Fomento, para que possamos cumprir o dever constitucional estabelecido ao município. Instada a se manifestar, a D. Procuradoria emitiu parecer favorável Municipal fls. 148/154, no sentido de concordar com a celebração do Termo de Fomento.Desse modo, considerando as razões expostas, e diante da aprovação pela D. Procuradoria Municipal, **RATIFICO** o Comunicado de Dispensa de Licitação n. 10/2017 em epígrafe, para a celebração do Termo de Fomento com a **Associação Ecológica e Centro de Equoterapia Nativo**, inscrita no CNPJ: 36.924.942/0001-03, estabelecida Rua Setenta e Sete, Chacara H-I S/N BAIRRO Parque Paiaguas – VARZEA GRANDE CEP 78.148-605, com valor R$ de R$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), ate dezembro de 2017**.**Dê-se publicidade e cumpra-se.Várzea Grande-MT, 28 de abril de 2017.Silvio Aparecido Fidelis,Secretário Municipal de Educação Cultura Esporte e Lazer.

.

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE, OBJETIVANDO O ACESSO À UNIVERSIDADE CAIXA PODER PÚBLICO.

A **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada pelo Decreto-Lei nº. 759, de 12 de agosto de 1969 e constituída pelo Decreto nº. 66.303, de 6 de março de 1970, regida pelo Estatuto em vigor na presente data, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 04, Lote 3/4, Brasília-DF, inscrita no CNPJ-MF sob o nº. 00.360.305/0001-04, doravante denominada **CAIXA**, neste ato representada pelo Gerente Executivo de Negócios de Governo, o Sr. **UBIRATAN ALVES DE FREITAS**, portador do CPF n° 168.562.361-15, RG n° 668074 expedida pela SSP-GO**,** e **PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE-MT**,neste ato representada pela **Prefeita Municipal,** a Srª. **LUCIMAR SACRE DE CAMPOS**, portadora do CPF n° **078.334.311-68**, RG n° **0249873-1** expedida pela **SSP/MT,** doravante denominada **PARCEIRA**, resolvem, mediante as cláusulas e condições seguintes, firmar os termos dispostos neste Acordo, sujeitando-se às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no que couber.

1 OBJETO DO ACORDO

O presente Acordo tem por finalidade a disponibilização de acesso à Universidade CAIXA Poder Público – UCPP.

2 OBJETIVOS

Promover a capacitação dos gestores e técnicos da PARCEIRA por meio de soluções educacionais desenvolvidas especialmente para o setor público com o objetivo de proporcionar maior eficiência na gestão de recursos públicos e contribuir para aumentar a qualidade de vida da população.

3 CURSOS DO AMBIENTE VIRTUAL DA UNIVERSIDADE CAIXA PODER PÚBLICO

Os cursos da Universidade Caixa Poder Público são realizados em ambiente de aprendizagem *on line* dedicado à disponibilização de conteúdos educacionais, voltados para a capacitação de gestores públicos e equipes, incluindo funcionários das administrações direta e indireta, de órgãos com as quais a CAIXA mantém relacionamento.

3.1 CONTEÚDO EDUCACIONAL

Os conteúdos, desenvolvidos a partir de análise de necessidades das entidades parceiras, são disponibilizados no ambiente virtual da Universidade Caixa Poder Público por meio do endereço http://universidade.caixa.gov.br/poderpublico, e podem ser de caráter educacional ou informacional.

3.2 ACESSO

O acesso ao ambiente virtual é realizado mediante a seguinte chave de acesso: *maisqueumbanco*, que será solicitada para efetivar a inscrição nos cursos.

3.3 SUPORTE TÉCNICO

O suporte técnico será feito por meio do Suporte Tecnológico CAIXA (Capitais e regiões metropolitanas - 3004 1104, demais regiões - 0800 726 0104) e pelos meios divulgados no Portal.

3.4 DECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO

A Universidade CAIXA fornece declaração de participação para os cursos no ambiente virtual, após a conclusão do curso.

3.5 ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

3.5.1 CAIXA

a) Disponibilizar acesso aos cursos do ambiente virtual da Universidade Caixa Poder Público;

b) Fornecer chave de acesso e manter os usuários em sua base, respeitando o limite máximo de usuários autorizados;

c) Prestar suporte técnico aos usuários;

d) Fornecer aos participantes declaração de conclusão dos cursos.

3.5.2 PARCEIRA

a) Indicar os usuários para participarem das ações educacionais disponíveis na UCPP.

b) Dar conhecimento à CAIXA de qualquer ocorrência relacionada ao não funcionamento da página.

c) Fornecer os meios necessários (equipamento/software) segundo as especificações a seguir, para que seus respectivos usuários internos tenham acesso ao CAMPUS VIRTUAL:

Microcomputador PC ou compatível com processador 1.0 GHz ou superior;

Mínimo de 1 GB de memória RAM;

Navegador Web “Chrome” "MS Internet Explorer" ou "Mozilla Firefox" atualizado;

Acesso à Internet;

3.6 LIMITAÇÕES

O direito de uso do ambiente virtual da UCPP abrange ações de ensino-aprendizagem estritamente para fins educacionais que objetivem capacitar/preparar técnicos e gestores públicos.

Aos usuários da UCPP não está autorizada a reprodução de cópias de quaisquer arquivos a que possam ter acesso no ambiente de aprendizagem para fins de distribuição a terceiros.

É vedado o uso comercial bem como não está autorizada a transferência, no todo ou em parte, a cessão do direito de uso do ambiente a terceiros, o empréstimo, o aluguel, a venda ou a cobrança de taxas para utilização da UCPP.

4 OFICINAS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

As oficinas de Assistência Técnica são realizadas por empregados da CAIXA e têm como público alvo gestores e técnicos do poder público, que são capacitados em temas relacionados à Gestão Pública, Gestão de Contratos e Convênios, Financiamento da Infraestrutura e do Saneamento, Transferências de Recursos Públicos, Habitação de Interesse Social e Transferências de Renda, bem como outros assuntos de interesse comum entre as partes.

As Oficinas são realizadas a partir de oferta da CAIXA ou por solicitação da PARCEIRA sendo que sua realização está condicionada à disponibilidade de equipe e material didático.

As oficinas são realizadas em instalações da CAIXA ou da PARCEIRA.

5 CAPACITAÇÃO AO GERENTE DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

O Gerente de Convênios e Contratos é um empregado do Governo do Estado ou Prefeitura Municipal com a atribuição de acompanhar e agilizar o andamento dos contratos com a CAIXA, articulando diversas áreas da administração.

Caberá à CAIXA realizar seminários anuais de Capacitação para os GMC/GCE, gratuitos e de âmbito regional, com foco na visão estratégica, na supervisão de contratos de repasse e financiamentos firmados com a CAIXA, objetivando auxiliar os participantes na compreensão sobre os desafios inerentes ao desempenho de suas atividades na gestão estratégica do ciclo de convênios e contratos operacionalizados pela CAIXA.

6 DOS CUSTOS E DAS DESPESAS

O presente Instrumento não gerará repasse de recursos entre os partícipes, arcando cada qual com os eventuais e pertinentes custos na realização do objeto deste Acordo.

7 DA PUBLICAÇÃO

O Município providenciará a publicação em extrato do presente Acordo, no Diário Oficial da União, de conformidade com o parágrafo único, do art. 61, da Lei n. º 8.666/93, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

8 PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente Acordo tem vigência pré-estabelecida de 24 (vinte e quatro) meses a partir da data de sua assinatura, podendo ser revisto a qualquer tempo, mediante solicitação formal de qualquer uma das partes, **sendo-lhes ainda facultado denunciá-lo a qualquer tempo, mediante comunicado expresso, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.**

9 DO FORO

Os partícipes elegem o Foro da Justiça Federal do Estado de Mato Grosso, para dirimir dúvidas e questões oriundas da execução deste Acordo de Cooperação Técnica, as quais não possam ser resolvidas de comum acordo.

CUIABÁ – MT, 20 de Março de 2017

UBIRATAN ALVES DE FREITAS **Gerente Executivo de Negócios de Governo** **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL** Testemunhas:	**LUCIMAR SACRE DE CAMPOS** Prefeita Municipal
LUCAS GALVÃO DOS SANTOS **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**	Manoel Tereza Pereira dos Santos Coordenador da Unidade Executora Local (UEL)

SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Em cumprimento ao disposto no artigo 37 da Constituição Federal de 05 de Outubro de 1988, a Vigilância Sanitária do Município de Várzea Grande, torna pública a seguinte DECISÃO em 1ª instância no Processo Administrativo Sanitário.

Autuado(s): EMBALAGEM MATO GROSSO IND E COM EIRELI – ME (EMBALAGEM MATO GROSSO)

Data da Notificação: 24/02/2016

Data da Decisão: 25/04/2017

CPF/CNPJ nº: 18.740.307/0001-94

Processo nº: 445780/17

Localidade: Várzea-Grande-MT

Decisão: Ante o exposto e, com base nas provas inclusas nos autos, DECIDO conforme preceitua o artigo 32, I da Lei nº 3863/12, pela aplicação **de pena de ADVERTÊNCIA.**

Vale ressaltar que no caso de penas futuras a Autuada poderá ser enquadrada como reincidente.

Publique-se, Intime-se a Autuada para, querendo, apresentar recurso no prazo de 15 (quinze) dias na sede da Vigilância Sanitária no endereço abaixo descrito, devendo juntar-se aos autos os documentos necessários para a comprovação do que alegar.

Várzea Grande-MT, 28 de Abril de 2017.

WALDINETE ALMEIDA DANTAS

Gerente de Vigilância Sanitária

SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Em cumprimento ao disposto no artigo 37 da Constituição Federal de 05 de Outubro de 1988, a Vigilância Sanitária do Município de Várzea Grande, torna pública a seguinte DECISÃO em 1ª instância no Processo Administrativo Sanitário.

Autuado(s): ESPOSA BUFFET PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA (ESPOSA BUFFET)

Data da Notificação: 14/09/2016

Data da Decisão: 25/04/2017

CPF/CNPJ nº: 12.984.247/0001-79

Processo nº: 445799/17

Localidade: Várzea-Grande-MT

Decisão: Ante o exposto e, com base nas provas inclusas nos autos, DECIDO conforme preceitua o artigo 32, II da Lei nº 3863/12, pela aplicação **de pena de MULTA DE 50 UPF**

Vale ressaltar que no caso de penas futuras a Autuada poderá ser enquadrada como reincidente.

Publique-se, Intime-se a Autuada para, querendo, apresentar recurso no prazo de 15 (quinze) dias na sede da Vigilância Sanitária no endereço abaixo descrito, devendo juntar-se aos autos os documentos necessários para a comprovação do que alegar.

Várzea Grande-MT, 28 de Abril de 2017.

WALDINETE ALMEIDA DANTAS

Gerente de Vigilância Sanitária

SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Em cumprimento ao disposto no artigo 37 da Constituição Federal de 05 de Outubro de 1988, a Vigilância Sanitária do Município de Várzea Grande, torna pública a seguinte DECISÃO em 1ª instância no Processo Administrativo Sanitário.

Autuado(s): HOTEL CRISTO REI EIRELI –ME (HOTEL CRISTO REI)

Data da Notificação: 06/10/2016

Data da Decisão: 25/04/2017

CPF/CNPJ nº: 25.241.451/0001-41

Processo nº: 445739/17

Localidade: Várzea-Grande-MT

Decisão: Ante o exposto e, com base nas provas inclusas nos autos, DECIDO conforme preceitua o artigo 32, I da Lei nº 3863/12, pela aplicação **de pena de ADVERTÊNCIA**

Vale ressaltar que no caso de penas futuras a Autuada poderá ser enquadrada como reincidente.

Publique-se, Intime-se a Autuada para, querendo, apresentar recurso no prazo de 15 (quinze) dias na sede da Vigilância Sanitária no endereço abaixo descrito, devendo juntar-se aos autos os documentos necessários para a comprovação do que alegar.

Várzea Grande-MT, 28 de Abril de 2017.

WALDINETE ALMEIDA DANTAS

Gerente de Vigilância Sanitária

SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Em cumprimento ao disposto no artigo 37 da Constituição Federal de 05 de Outubro de 1988, a Vigilância Sanitária do Município de Várzea Grande, torna pública a seguinte DECISÃO em 1ª instância no Processo Administrativo Sanitário.

Autuado(s): LSC LIMA AMORIM EIRELI – ME (LA EVIDENCE)

Data da Notificação: 21/02/2017

Data da Decisão: 25/04/2017

CPF/CNPJ nº: 26.835.086/0001-66

Processo nº: 445770/17

Localidade: Várzea-Grande-MT

Decisão: Ante o exposto e, com base nas provas inclusas nos autos, DECIDO conforme preceitua o artigo 32, I da Lei nº 3863/12, pela aplicação **de pena de ADVERTÊNCIA.**

Vale ressaltar que no caso de penas futuras a Autuada poderá ser enquadrada como reincidente.

Publique-se, Intime-se a Autuada para, querendo, apresentar recurso no prazo de 15 (quinze) dias na sede da Vigilância Sanitária no endereço abaixo descrito, devendo juntar-se aos autos os documentos necessários para a comprovação do que alegar.

Várzea Grande-MT, 28 de Abril de 2017.

WALDINETE ALMEIDA DANTAS

Gerente de Vigilância Sanitária

SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Em cumprimento ao disposto no artigo 37 da Constituição Federal de 05 de Outubro de 1988, a Vigilância Sanitária do Município de Várzea Grande, torna pública a seguinte DECISÃO em 1ª instância no Processo Administrativo Sanitário.

Autuado(s): HELOÍSA PEREIRA DE SOUZA (MOTEL ESPLANADA)

Data da Notificação: 03/10/2016

Data da Decisão: 25/04/2017

CPF/CNPJ nº: 03.507.217/0002-61

Processo nº: 445795/17

Localidade: Várzea-Grande-MT

Decisão: Ante o exposto e, com base nas provas inclusas nos autos, DECIDO conforme preceitua o artigo 32, II da Lei nº 3863/12, pela aplicação **de pena de MULTA DE 50 UPF.**

Vale ressaltar que no caso de penas futuras a Autuada poderá ser enquadrada como reincidente.

Publique-se, Intime-se a Autuada para, querendo, apresentar recurso no prazo de 15 (quinze) dias na sede da Vigilância Sanitária no endereço abaixo descrito, devendo juntar-se aos autos os documentos necessários para a comprovação do que alegar.

Várzea Grande-MT, 28 de Abril de 2017.

WALDINETE ALMEIDA DANTAS

Gerente de Vigilância Sanitária

AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO DE PROPOSTA DE PREÇOS CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 01/2017

Proc. Adm N. 416461/2016. O Município de Várzea Grande/MT- por meio da Comissão Permanente de Licitação – CPL, designada pela Portaria n. 377/2017, torna público para conhecimento dos interessados, **O RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS** relativa a Concorrência Pública n. 01/2017 contratação de empresa no ramo de engenharia visando à construção da unidade de pronto atendimento – UPA CRISTO REI, localizada no bairro cristo rei no município de Várzea Grande-MT, em conformidade com as planilhas quantitativas, o cronograma físico-financeiro, projetos arquitetônicos, projetos complementares, e memoriais descritivos, conforme edital e anexos . Após analise e parecer da Equipe Técnica da SMS a Comissão Permanente de Licitação **DECLARA** Classificadas por apresentar as propostas em conformidade com edital as empresas :**Material Forte Incorporadora Ltda**, CNPJ n. 10.505.889/0001- Valor Total **R$ 2. 649.185,07** (Dois milhões e seiscentos e quarenta e nove mil e cento e oitenta e cinco Reais e sete centavos),**Águia Engenharia Ltda Epp**, CNPJ:

20.777.869/0001-54, Valor Total **R$ 2.870.926,98** (Dois milhões oitocentos e setenta mil e novecentos e vinte e seis Reais e noventa e oito centavos), **Aroeira Construções e Incorporação e Vendas Ltda**. CNPJ n. 02.250.369/0001-88, Valor Total **R$ 2.871.693,23** (Dois milhões oitocentos e setenta e um mil e seiscentos e noventa e três Reais e vinte e três centavos, **Vanka Construtora Ltda**. CNPJ n. 70.490.578/0001-59, valor total **R$ 2.902.673,54** (Dois milhões e novecentos e dois mil e seiscentos e setenta e três Reais e cinquenta e quatro centavos), **HS Construções e Serviços Ltda**. CNPJ n. 01.871.330/0001-15, valor total R$ 2.995.966,01 (Dois milhões e novecentos e noventa e cinco mil e novecentos e sessenta e seis Reais e um centavo), **Hábil Construtora Ltda** . CNPJ n. 26. 541.631/0001-01, valor total **R$ 3.000.000,00** (Três milhões de Reais), **BK Construções e Incorporações Ltda**. CNPJ n. 06.163.565.0001-76, valor total **R$ 3.096.663,11** (Três milhões e noventa e seis mil e seiscentos e sessenta e três Reais e onze centavos), **JER ENGENHARIA ELETRICA E CIVIL LTDA – EPP,** CNPJ n. 11.595.396/0001-83, valor total **R$ 3.129. 689,57** (Três milhões e cento e vinte e nove mil e seiscentos e oitenta e nove Reais e cinquenta e sete centavos).e **Desclassificadas** as empresas: **Ethos Locadora e Serviços de Engenharia Eireli-EPP**. CNPJ n. 08.954. 823/0001-68, **Gestão em engenharia e Construções Ltda**. CNPJ n. 11. 482.408/0001-63.Encontra-se disponível Ata da Sessão e relatório técnico com todos os apontamentos no sitio institucional WWW.varzeagrande.mt. gov.br.Fica aberto o prazo para recurso conforme preconiza a Lei 8666/93. Várzea Grande-MT, 27 de abril de 2017, **Lauro Josney Corrêa,** Presidente CPL.

SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Em cumprimento ao disposto no artigo 37 da Constituição Federal de 05 de Outubro de 1988, a Vigilância Sanitária do Município de Várzea Grande, torna pública a seguinte DECISÃO em 1ª instância no Processo Administrativo Sanitário.

Autuado(s): INOVAR IND. E COM DE PRODUTOS DE LIMPEZA (NOVA COR)

Data da Notificação: 24/03/2017

Data da Decisão: 28/04/2017

CPF/CNPJ nº: 10.408.491/0001-68

Processo nº: 445788/17

Localidade: Várzea-Grande-MT

Decisão: Ante o exposto e, com base nas provas inclusas nos autos, DECIDO conforme preceitua o artigo 32, II da Lei nº 3863/12, pela aplicação **de pena de MULTA DE 1000 UPF.**

Vale ressaltar que no caso de penas futuras a Autuada poderá ser enquadrada como reincidente.

Publique-se, Intime-se a Autuada para, querendo, apresentar recurso no prazo de 15 (quinze) dias na sede da Vigilância Sanitária no endereço abaixo descrito, devendo juntar-se aos autos os documentos necessários para a comprovação do que alegar.

Várzea Grande-MT, 28 de Abril de 2017.

WALDINETE ALMEIDA DANTAS

Gerente de Vigilância Sanitária

SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Em cumprimento ao disposto no artigo 37 da Constituição Federal de 05 de Outubro de 1988, a Vigilância Sanitária do Município de Várzea Grande, torna pública a seguinte DECISÃO em 1ª instância no Processo Administrativo Sanitário.

Autuado(s): (NILTON JOSÉ ANTÔNIO MATEUS) RESTAURANTE SHOPPING

Data da Notificação: 09/03/2017

Data da Decisão: 28/04/2017

CPF/CNPJ nº: 12.648.492/0001-05

Processo nº: 445792/17

Localidade: Várzea-Grande-MT

Decisão: Ante o exposto e, com base nas provas inclusas nos autos, DECIDO conforme preceitua o artigo 32, II da Lei nº 3863/12, pela aplicação **de pena de MULTA DE 50 UPF.**

Vale ressaltar que no caso de penas futuras a Autuada poderá ser enquadrada como reincidente.

Publique-se, Intime-se a Autuada para, querendo, apresentar recurso no prazo de 15 (quinze) dias na sede da Vigilância Sanitária no endereço abaixo descrito, devendo juntar-se aos autos os documentos necessários para a comprovação do que alegar.

Várzea Grande-MT, 28 de Abril de 2017.

WALDINETE ALMEIDA DANTAS

Gerente de Vigilância Sanitária

SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Em cumprimento ao disposto no artigo 37 da Constituição Federal de 05 de Outubro de 1988, a Vigilância Sanitária do Município de Várzea Grande, torna pública a seguinte DECISÃO em 1ª instância no Processo Administrativo Sanitário.

Autuado(s): RP COMÉRCIO DE PRODUTOS DE CONVENIÊNCIA LTDA (RP CONVENIÊNCIA)

Data da Notificação: 02/03/2017

Data da Decisão: 25/04/2017

CPF/CNPJ nº: 17.883.551/0001-43

Processo nº: 445751/17

Localidade: Várzea-Grande-MT

Decisão: Ante o exposto e, com base nas provas inclusas nos autos, DECIDO conforme preceitua o artigo 32, II da Lei nº 3863/12, pela aplicação **de pena de MULTA DE 50 UPF.**

Vale ressaltar que no caso de penas futuras a Autuada poderá ser enquadrada como reincidente.

Publique-se, Intime-se a Autuada para, querendo, apresentar recurso no prazo de 15 (quinze) dias na sede da Vigilância Sanitária no endereço abaixo descrito, devendo juntar-se aos autos os documentos necessários para a comprovação do que alegar.

Várzea Grande-MT, 28 de Abril de 2017.

WALDINETE ALMEIDA DANTAS

Gerente de Vigilância Sanitária

PORTARIA Nº 058/2017/GAB/SMECEL/VG

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DE VÁRZEA GRANDE, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - conceder à Comissão instituída pela Portaria 111/2016/GAB/SMECEL/VG, a PRORROGAÇÃO DE PRAZO por 60 (sessenta) dias, a contar de 15 de abril, para conclusão dos trabalhos da Comissão de Tomada de Contas Especial relativos ao convênio n° 26/2010.

Artigo 2°- Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

Várzea Grande – MT, 02 de maio de 2017.

Silvio Aparecido Fidelis

Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Em cumprimento ao disposto no artigo 37 da Constituição Federal de 05 de Outubro de 1988, a Vigilância Sanitária do Município de Várzea Grande, torna pública a seguinte DECISÃO em 1ª instância no Processo Administrativo Sanitário.

Autuado(s): SAIAO FEST EVENTOS E BUFFET EIRELI – ME (SAIAO FEST)

Data da Notificação: 08/02/2017

Data da Decisão: 25/04/2017

CPF/CNPJ nº: 26.427.840/0001-29

Processo nº: 445796/17

Localidade: Várzea-Grande-MT

Decisão: Ante o exposto e, com base nas provas inclusas nos autos, DECIDO conforme preceitua o artigo 32, I da Lei nº 3863/12, pela aplicação **de pena de ADVERTÊNCIA.**

Vale ressaltar que no caso de penas futuras a Autuada poderá ser enquadrada como reincidente.

Publique-se, Intime-se a Autuada para, querendo, apresentar recurso no prazo de 15 (quinze) dias na sede da Vigilância Sanitária no endereço abaixo descrito, devendo juntar-se aos autos os documentos necessários para a comprovação do que alegar.

Várzea Grande-MT, 28 de Abril de 2017.

WALDINETE ALMEIDA DANTAS

Gerente de Vigilância Sanitária

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

AVISO DO PREGÃO N. 026/2017PMVB SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (PROCESSO N. 34/2017-PMVB)

PREGÃO N. 026/2017 Regido pela Lei Federal n. 10.520/2002, Decreto Estadual n. 7.217/2006,Decreto Municipal n. 033/2013 e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993.

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECÂNICA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E/ OU CORRETIVA DE SISTEMA HIDRÁULICO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS, BASEANDO-SE SEMPRE NO TEMPÁRIO DAS TABELAS FORNECIDAS PELAS MONTADORAS ATRAVÉS DO SISTEMA "TRAZ VALOR" E SIMILAR E PODENDO SER USADO COMO PARÂMETRO ÀS TABELAS SINDIERPA (SINDICATO INTERMUNICIPAL DA INDÚSTRIA DE REPARAÇÃO DE VEÍCULOS E ACESSÓRIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO), APAREM (ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE RETIFICA DE MOTORES) OU SIMILARES, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.**

CREDENCIAMENTO: **08:00 do dia 16/05/2017.**

INICIO DA SESSÃO: 08:00 do dia **16/05/2017.** Aquisição do Edital no site: http://www.vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br/... (website: PORTAL TRANSPARÊNCIA –Licitação – Pregão presencial)– Solicitar pelo: Fone/fax: (65) 3259-1313 ou pelo- e-mail: pmvilabela@yahoo.com.br.

Local: Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade – Situada à Av. Dr. Mário Correia, Nº 205, Centro, CEP. 78.245-000. PREGOEIRO: **ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA.**

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PERÍODO DETERMINADO Nº 133/2017

Que entre em si fazem, de um lado, o **MUNICIPIO DE VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE**, Estado de Mato Grosso, pessoa Jurídica de direito Publico interno, doravante simplesmente denominando **CONTRATANTE**, com Administração sita à Rua Dr. Mário Corrêa, s/nº, devidamente inscrito no CNPJ-MF sob o n° 03. 214.160/0001-21, neste ato representando por seu Prefeito Municipal Sr. **Wagner Vicente da Silveira,** brasileiro, casado, Engenheiro Civil, inscrito no **CREA/MT** sob o nº 1204679890, portador da Cédula de Identidade sob o RG 1973153-1, SSP/MT, e do CPF 125.443.291-49, e de outro lado, Sr(a). **MARIA IVONE ORTIZ,** brasileira, portadora da cédula de identidade, sob o RG: 12729787SSP/MT. e do CPF: 016.664.621-01. residente e domiciliado neste município, aqui denominada simplesmente **CONTRATADA**, regulando pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO - A CONTRATADA, pelo instrumento particular, se compromete a prestar serviços para o **CONTRATANTE** como **MERENDEIRA** perfazendoa carga horária de **40 horas semanais**, desempenhando suas funções junto a Secretaria Municipal de Educação deste Município, por um período de no Maximo 200 horas mensais, observada a compensação de horário á critério da chefia imediata.

§ 1º - Este contrato faz lei entre as partes, as quais concordam expressamente com seu inteiro teor, desistindo desde já de quaisquer outros direitos nele não contidos, importando ainda em declaração da **CONTRATADA** de não acúmulo remunerado de cargos públicos, para os fins previstos na legislação em vigor.

§ 2° - Para efeito deste contrato, não auferirá a **CONTRATADA** as vantagens previstas na **Lei Municipal n°424**, de 28 de abril de 1992, a que fazem jus os servidores do Quadro de Pessoal Permanente do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - **DO VALOR -** Em retribuição aos serviços prestados, o **CONTRATANTE** pagara a **CONTRATADA,** mensalmente, até o décimo dia útil do mês ao vencido. O valor de **R$ 1.215,93** (hum mil, duzentos e quinze reais e noventa e três centavos), que será reajustado, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar os vencimentos dos servidores municipais, sobre os quais incidirão os descontos sociais devidos, tais como INSS, IRPF e etc.

CLÁUSULA TERCEIRA – **DAS RESPONSABILIDADES FUNCIONAIS** - A **CONTRATADA** perderá a remuneração dos dias que faltar ao serviço, calculado proporcionalmente ao valor previsto na cláusula anterior, cujo montante obtido será descontado quando do pagamento mensal que lhe fizer o **CONTRATANTE**, salvo compensação do período não trabalhando ou motivo justificado, devidamente apreciado e homologado pela Administração Municipal, ouvida, se necessária, a chefia imediata.

CLÁUSULA QUARTA – **DA REGÊNCIA E RECURSOS** - Este Contrato é regido pelas disposições da **Consolidação das Leis do Trabalho – CLT**, combinadas, no que couber, com a **Lei Municipal n° 523**, de 01 de abril de 1997, com a **Lei Municipal nº 695/2005** de 09 de novembro de 2005, com a **Lei Municipal n° 558**, de 05 de maio de 1999, e no que couber com a **Lei complementar 066/2016** de 01 de março de 2016,com a **Lei Municipal nº.1.307/2017** de 27 de janeiro de 2017, correndo as despesas de sua execução por conta de recursos próprio da Administração Municipal consignados na seguinte dotação da atual Lei Orçamentária Anual:

05 – Secretaria Municipal de Educação

04 –FUNFEB

2.015- Manutenção do ensino Fundamental – FUNDEB 40%

3.1.90.04.00.104 – Contratação por tempo determinado.

CLÁUSULA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - Competirá à Secretaria Municipal de Administração e Fazenda fiscalizar e acompanhar o cumprimento da execução deste contrato, o que não exclui nem reduz a responsabilidade do **CONTRATADO.**

CLÁUSULA SEXTA - **DAS PENALIDADES** - A inobservância, pela **CONTRATADA**, de cláusula e de obrigação constante deste contrato ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, implicará na sua rescisão automática de pleno direito, independentemente de aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, ficando estipulado uma multa de 2% (dois por cento) sobre o seu valor global, para a parte que infringir por qualquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA SÉTIMA – **DO PRAZO DE VALIDADE** - O presente Contrato, terá duração de 06 (seis) meses, com inicio em 03 de março de 2017 e término em 31 de agosto de 2017, podendo ser rescindido a qualquer tempo por comum acordo das partes, em especial caso haja homologação do concurso publico aprovado pelo Município ou unilateralmente por qualquer delas, mediante prévia e expressa notificação com antecedência mínima de trinta dias.

CLÁUSULA OITAVA – **DA RELAÇÃO DE TRABALHO** – O Presente Contrato, não cria vinculo empregatício, entre as partes ficando ambas desobrigadas entre si, findo presente instrumento, ficando ciente que por conta disso, não terá a **CONTRATADA,** direito ao recebimento de ferias e 13º salário. Podendo, contudo serem pagas a critério de autorizações superiores.

CLÁUSULA NONA – **DO FORO** – Para dirimir quaisquer duvidas oriundas dos termos do presente contrato, fica eleito o foro da Comarca de Vila Bela da Santíssima Trindade – MT, com expressa renuncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato em três (03) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela Santíssima Trindade –MT, 03 de março de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

MARIA IVONE ORTIZ

Contratada

TESTEMUNHAS

_____

NOME: Flaviane Francisco da Silva

CPF: 027.964.181-89

RG: 1618087-9 SSP/MT

_____

NOME: REGINA LEONORA DE SOUZA

CPF: 581.807.531-15

RG: 719.520 SSP/MT

AVISO DO PREGÃO N. 023/2017PMVB SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (PROCESSO N. 31/2017-PMVB)

PREGÃO N. 023/2017 Regido pela Lei Federal n. 10.520/2002, Decreto Estadual n. 7.217/2006,Decreto Municipal n. 033/2013 e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993.

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PÃES, BOLOS, LANCHES, SALGADOS, ÁGUA E REFRIGERANTE.**

CREDENCIAMENTO: **08:00 do dia 15/05/2017.**

INICIO DA SESSÃO: 08:00 do dia **15/05/2017.** Aquisição do Edital no site: http://www.vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br/... – Solicitar pelo: Fone/fax: (65) 3259-1313 ou pelo- e-mail: pmvilabela@yahoo.com.br.

Local: Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade – Situada à Av. Dr. Mário Correia, Nº 205, Centro, CEP. 78.245-000. PREGOEIRO: **ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA.**

AVISO DO PREGÃO N. 024/2017PMVB SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (PROCESSO N. 32/2017-PMVB)

PREGÃO N. 024/2017 Regido pela Lei Federal n. 10.520/2002, Decreto Estadual n. 7.217/2006,Decreto Municipal n. 033/2013 e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993.

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MADEIRAS SERRADAS.**

CREDENCIAMENTO: **09:30 do dia 15/05/2017.**

INICIO DA SESSÃO: 09:30 do dia **15/05/2017.** Aquisição do Edital no site: http://www.vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br/... – Solicitar pelo: Fone/fax: (65) 3259-1313 ou pelo- e-mail: pmvilabela@yahoo.com.br.

Local: Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade – Situada à Av. Dr. Mário Correia, Nº 205, Centro, CEP. 78.245-000. PREGOEIRO: **ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA.**

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PERÍODO DETERMINADO Nº 148/2017

Que entre em si fazem, de um lado, o **MUNICIPIO DE VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE**, Estado de Mato Grosso, pessoa Jurídica de direito Publico interno, doravante simplesmente denominando **CONTRATANTE**, com Administração sita à Rua Dr. Mário Corrêa, s/nº, devidamente inscrito no CNPJ-MF sob o n° 03. 214.160/0001-21, neste ato representando por seu Prefeito Municipal Sr. **Wagner Vicente da Silveira,** brasileiro, casado, Engenheiro Civil, inscrito no **CREA/MT** sob o nº 1204679890, portador da Cédula de Identidade sob o RG 1973153-1, SSP/MT, e do CPF 125.443.291-49, e de outro lado, Sr(a). **MARIO PEREIRA DA SILVA,** brasileira, portadora da cédula de identidade, sob o RG: 1385666-9 SSP/MT. e do CPF:926.034.161-20 residente e domiciliado neste município, aqui denominada simplesmente **CONTRATADO**, regulando pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO - O CONTRATADO, pelo instrumento particular, se compromete a prestar serviços para o **CONTRATANTE** como **ZELADOR** perfazendoa carga horária de **40 horas semanais**, desempenhando suas funções junto a Secretaria Municipal de Educação deste Município, por um período de no Maximo 200 horas mensais, observada a compensação de horário á critério da chefia imediata.

§ 1º - Este contrato faz lei entre as partes, as quais concordam expressamente com seu inteiro teor, desistindo desde já de quaisquer outros direitos nele não contidos, importando ainda em declaração do **CONTRATADO** de não acúmulo remunerado de cargos públicos, para os fins previstos na legislação em vigor.

§ 2° - Para efeito deste contrato, não auferirá o **CONTRATADO** as vantagens previstas na **Lei Municipal n°424**, de 28 de abril de 1992, a que fazem jus os servidores do Quadro de Pessoal Permanente do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - **DO VALOR -** Em retribuição aos serviços prestados, o **CONTRATANTE** pagara ao **CONTRATADO,** mensalmente, até o décimo dia útil do mês ao vencido. O valor de **R$ 972,74** (novecentos e setenta e dois reais e setenta e quatro centavos), que será reajustado, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar os venci-

mentos dos servidores municipais, sobre os quais incidirão os descontos sociais devidos, tais como INSS, IRPF e etc.

CLÁUSULA TERCEIRA – **DAS RESPONSABILIDADES FUNCIONAIS** - O **CONTRATADO** perderá a remuneração dos dias que faltar ao serviço, calculado proporcionalmente ao valor previsto na cláusula anterior, cujo montante obtido será descontado quando do pagamento mensal que lhe fizer o **CONTRATANTE**, salvo compensação do período não trabalhando ou motivo justificado, devidamente apreciado e homologado pela Administração Municipal, ouvida, se necessária, a chefia imediata.

CLÁUSULA QUARTA – **DA REGÊNCIA E RECURSOS** - Este Contrato é regido pelas disposições da **Consolidação das Leis do Trabalho – CLT**, combinadas, no que couber, com a **Lei Municipal n° 523**, de 01 de abril de 1997, com a **Lei Municipal nº 695/2005** de 09 de novembro de 2005, com a **Lei Municipal n° 558**, de 05 de maio de 1999, e no que couber com a **Lei complementar 066/2016** de 01 de março de 2016,com a **Lei Municipal nº.1.307/2017** de 27 de janeiro de 2017, correndo as despesas de sua execução por conta de recursos próprio da Administração Municipal consignados na seguinte dotação da atual Lei Orçamentária Anual:

05 – Secretaria Municipal de Educação

04 –FUNFEB

2.015- Manutenção do ensino Fundamental – FUNDEB 40%

3.1.90.04.00.104 – Contratação por tempo determinado.

CLÁUSULA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - Competirá à Secretaria Municipal de Administração e Fazenda fiscalizar e acompanhar o cumprimento da execução deste contrato, o que não exclui nem reduz a responsabilidade do **CONTRATADO.**

CLÁUSULA SEXTA - **DAS PENALIDADES** - A inobservância, pela **CONTRATADO**, de cláusula e de obrigação constante deste contrato ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, implicará na sua rescisão automática de pleno direito, independentemente de aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, ficando estipulado uma multa de 2% (dois por cento) sobre o seu valor global, para a parte que infringir por qualquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA SÉTIMA – **DO PRAZO DE VALIDADE** - O presente Contrato, terá duração de 06 (seis) meses, com inicio em 13 de março de 2017 e término em 31 de agosto de 2017, podendo ser rescindido a qualquer tempo por comum acordo das partes, em especial caso haja homologação do concurso publico aprovado pelo Município ou unilateralmente por qualquer delas, mediante prévia e expressa notificação com antecedência mínima de trinta dias.

CLÁUSULA OITAVA – **DA RELAÇÃO DE TRABALHO** – O Presente Contrato, não cria vinculo empregatício, entre as partes ficando ambas desobrigadas entre si, findo presente instrumento, ficando ciente que por conta disso, não terá a **CONTRATADA,** direito ao recebimento de ferias e 13º salário. Podendo, contudo serem pagas a critério de autorizações superiores.

CLÁUSULA NONA – **DO FORO** – Para dirimir quaisquer duvidas oriundas dos termos do presente contrato, fica eleito o foro da Comarca de Vila Bela da Santíssima Trindade – MT, com expressa renuncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato em três (03) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela Santíssima Trindade –MT, 13 de março de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

MARIO PEREIRA DA SILVA

Contratado

TESTEMUNHAS

_____

NOME: Flaviane Francisco da Silva

CPF: 027.964.181-89

RG: 1618087-9 SSP/MT

_____

NOME: REGINA LEONORA DE SOUZA

CPF: 581.807.531-15

RG: 719.520 SSP/MT

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N: 004/2017

OBJETO: **AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS MECÂNICOS ESPECIALIZADO PARA MANUTENÇÃO DE MÁQUINA HIDRÁULICA PC 160LC – 7B, SÉRIE B20080, MOTOR 30696426, KOMATSU ANO 2010.**

Valor: **R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)**

Em favor de: **DYMAK MÁQUINAS RODOVIÁRIAS LTDA, CNPJ: 01.840. 707/0001-79**

Fundamento Legal: Artigo 25, caput e inciso I da Lei nº 8.666/93 e conforme Parecer Jurídico no respectivo Processo.

Vila Bela da Ssª Trindade- MT. 02 de maio de 2017.

NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU - Presidente da Comissão de Licitação.

AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 020/2016

O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE – MT, torna público para conhecimento dos interessados, que aderiu a Ata de Registro de Preços N. 073/2016, pregão Eletrônico n. 083/2016, através do **PROCESSO ADMINISTRATIVO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 028/2017 DO PREGÃO ELETRÔNICO N. 083/2016**, realizado pelo **Prefeitura de Campos de Julio**, tendo como fornecedor registrado, as empresas: **DIMASTER DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA, CNPJ/MF sob nº 02.520.829/0001-40, DISTRIBUIDORA MERISIO LTDA – ME , CNPJ: 18.337.759/0001-20, INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ: 12.889.035/0001-02, DELTA MED – COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ: 08.838.955/0001-70, CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ: 03.652.030/0001-70,** , aquisição de medicamentos, com valor total aderido de **R$ 58.325,40 (cinquenta e oito mil trezentos e vinte e cinco reais e quarenta centavos),** atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de **VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE**/MT, formalizando assim os atos do Processo de **ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n. 73/2016, PREGÃO ELETRÔNICO N. 083/2016.**

VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE -MT, 28 de abril de 2017.

Alessandro Santana de Souza

Pregoeiro Oficial

AVISO DO PREGÃO N. 025/2017PMVB SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (PROCESSO N. 33/2017-PMVB)

PREGÃO N. 025/2017 Regido pela Lei Federal n. 10.520/2002, Decreto Estadual n. 7.217/2006,Decreto Municipal n. 033/2013 e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993.

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A REALIZAÇÃO DE TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO.**

CREDENCIAMENTO: **14:00 do dia 15/05/2017.**

INICIO DA SESSÃO: 14:00 do dia **15/05/2017.** Aquisição do Edital no site: http://www.vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br/... – Solicitar pelo: Fone/fax: (65) 3259-1313 ou pelo- e-mail: pmvilabela@yahoo.com.br.

Local: Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade – Situada à Av. Dr. Mário Correia, Nº 205, Centro, CEP. 78.245-000. PREGOEIRO: **ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA.**

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PERÍODO DETERMINADO Nº 144/2017

Que entre em si fazem, de um lado, o **MUNICIPIO DE VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE**, Estado de Mato Grosso, pessoa Jurídica de direito Publico interno, doravante simplesmente denominando **CONTRATANTE**, com Administração sita à Rua Dr. Mário Corrêa, s/nº, devidamente inscrito no CNPJ-MF sob o n° 03. 214.160/0001-21, neste ato representando por seu Prefeito Municipal Sr. **Wagner Vicente da Silveira,** brasileiro, casado, Engenheiro Civil, inscrito no **CREA/MT** sob o nº 1204679890, portador da Cédula de Identidade sob o RG 1973153-1, SSP/MT, e do CPF 125.443.291-49, e de outro lado, Sr(a). **ADRIENE LEITE TAPANACHE,** brasileira, portadora da cédula de identidade, sob o RG: 2008324-6SSP/MT. e do CPF: 061.601.841-05 residente e domiciliado neste município, aqui denominada simplesmente **CONTRATADA**, regulando pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO - A CONTRATADA, pelo instrumento particular, se compromete a prestar serviços para o **CONTRATANTE** como **ZELADORA** perfazendoa carga horária de **40 horas semanais**, desempenhando suas funções junto a Secretaria Municipal de Educação deste Município, por um período de no Maximo 200 horas mensais, observada a compensação de horário á critério da chefia imediata.

§ 1º - Este contrato faz lei entre as partes, as quais concordam expressamente com seu inteiro teor, desistindo desde já de quaisquer outros direitos nele não contidos, importando ainda em declaração da **CONTRATADA** de não acúmulo remunerado de cargos públicos, para os fins previstos na legislação em vigor.

§ 2° - Para efeito deste contrato, não auferirá a **CONTRATADA** as vantagens previstas na **Lei Municipal n°424**, de 28 de abril de 1992, a que fazem jus os servidores do Quadro de Pessoal Permanente do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - **DO VALOR -** Em retribuição aos serviços prestados, o **CONTRATANTE** pagara a **CONTRATADA,** mensalmente, até o décimo dia útil do mês ao vencido. O valor de **R$ 1.215,93** (hum mil, duzentos e quinze reais e noventa e três centavos), que será reajustado, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar os vencimentos dos servidores municipais, sobre os quais incidirão os descontos sociais devidos, tais como INSS, IRPF e etc.

CLÁUSULA TERCEIRA – **DAS RESPONSABILIDADES FUNCIONAIS** - A **CONTRATADA** perderá a remuneração dos dias que faltar ao serviço, calculado proporcionalmente ao valor previsto na cláusula anterior, cujo montante obtido será descontado quando do pagamento mensal que lhe fizer o **CONTRATANTE**, salvo compensação do período não trabalhando ou motivo justificado, devidamente apreciado e homologado pela Administração Municipal, ouvida, se necessária, a chefia imediata.

CLÁUSULA QUARTA – **DA REGÊNCIA E RECURSOS** - Este Contrato é regido pelas disposições da **Consolidação das Leis do Trabalho – CLT**, combinadas, no que couber, com a **Lei Municipal n° 523**, de 01 de abril de 1997, com a **Lei Municipal nº 695/2005** de 09 de novembro de 2005, com a **Lei Municipal n° 558**, de 05 de maio de 1999, e no que couber com a **Lei complementar 066/2016** de 01 de março de 2016,com a **Lei Municipal nº.1.307/2017** de 27 de janeiro de 2017, correndo as despesas de sua execução por conta de recursos próprio da Administração Municipal consignados na seguinte dotação da atual Lei Orçamentária Anual:

05 – Secretaria Municipal de Educação

04 –FUNFEB

2.015- Manutenção do ensino Fundamental – FUNDEB 40%

3.1.90.04.00.104 – Contratação por tempo determinado.

CLÁUSULA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - Competirá à Secretaria Municipal de Administração e Fazenda fiscalizar e acompanhar o cumprimento da execução deste contrato, o que não exclui nem reduz a responsabilidade do **CONTRATADO.**

CLÁUSULA SEXTA - **DAS PENALIDADES** - A inobservância, pela **CONTRATADA**, de cláusula e de obrigação constante deste contrato ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, implicará na sua rescisão automática de pleno direito, independentemente de aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, ficando estipulado uma multa de 2% (dois por cento) sobre o seu valor global, para a parte que infringir por qualquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA SÉTIMA – **DO PRAZO DE VALIDADE** - O presente Contrato, terá duração de 06 (seis) meses, com inicio em 09 de março de 2017 e término em 31 de agosto de 2017, podendo ser rescindido a qualquer tempo por comum acordo das partes, em especial caso haja homologação do concurso publico aprovado pelo Município ou unilateralmente por qualquer delas, mediante prévia e expressa notificação com antecedência mínima de trinta dias.

CLÁUSULA OITAVA – **DA RELAÇÃO DE TRABALHO** – O Presente Contrato, não cria vinculo empregatício, entre as partes ficando ambas desobrigadas entre si, findo presente instrumento, ficando ciente que por conta disso, não terá a **CONTRATADA,** direito ao recebimento de ferias e 13º salário. Podendo, contudo serem pagas a critério de autorizações superiores.

CLÁUSULA NONA – **DO FORO** – Para dirimir quaisquer duvidas oriundas dos termos do presente contrato, fica eleito o foro da Comarca de Vila Bela da Santíssima Trindade – MT, com expressa renuncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato em três (03) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela Santíssima Trindade –MT, 09 de março de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ADRIENE LEITE TAPANACHE

Contratada

TESTEMUNHAS

_____

NOME: Flaviane Francisco da Silva

CPF: 027.964.181-89

RG: 1618087-9 SSP/MT

_____

NOME: REGINA LEONORA DE SOUZA

CPF: 581.807.531-15

RG: 719.520 SSP/MT

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PERÍODO DETERMINADO Nº 149/2017

Que entre em si fazem, de um lado, o **MUNICIPIO DE VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE**, Estado de Mato Grosso, pessoa Jurídica de direito Publico interno, doravante simplesmente denominando **CONTRATANTE**, com Administração sita à Rua Dr. Mário Corrêa, s/nº, devidamente inscrito no CNPJ-MF sob o n° 03. 214.160/0001-21, neste ato representando por seu Prefeito Municipal Sr. **Wagner Vicente da Silveira,** brasileiro, casado, Engenheiro Civil, inscrito no **CREA/MT** sob o nº 1204679890, portador da Cédula de Identidade sob o RG 1973153-1, SSP/MT, e do CPF 125.443.291-49, e de outro lado, Sr(a). **FRANCISMAR LEITE SURUBI,** brasileira, portadora da cédula de identidade, sob o RG:2726855-1SSP/MT. e do CPF: 060.601.501-95 residente e domiciliado neste município, aqui denominada simplesmente **CONTRATADA**, regulando pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO - A CONTRATADA, pelo instrumento particular, se compromete a prestar serviços para o **CONTRATANTE** como **ZELADORA** perfazendoa carga horária de **40 horas semanais**, desempenhando suas funções junto a Secretaria Municipal de Educação deste Município, por um período de no Maximo 200 horas mensais, observada a compensação de horário á critério da chefia imediata.

§ 1º - Este contrato faz lei entre as partes, as quais concordam expressamente com seu inteiro teor, desistindo desde já de quaisquer outros direitos nele não contidos, importando ainda em declaração da **CONTRATADA** de não acúmulo remunerado de cargos públicos, para os fins previstos na legislação em vigor.

§ 2° - Para efeito deste contrato, não auferirá a **CONTRATADA** as vantagens previstas na **Lei Municipal n°424**, de 28 de abril de 1992, a que fazem jus os servidores do Quadro de Pessoal Permanente do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - **DO VALOR -** Em retribuição aos serviços prestados, o **CONTRATANTE** pagara a **CONTRATADA,** mensalmente, até o décimo dia útil do mês ao vencido. O valor de **R$ 972,74** (novecentos e setenta e dois reais e setenta e quatro centavos), que será reajustado, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar os vencimentos dos servidores municipais, sobre os quais incidirão os descontos sociais devidos, tais como INSS, IRPF e etc.

CLÁUSULA TERCEIRA – **DAS RESPONSABILIDADES FUNCIONAIS** - A **CONTRATADA** perderá a remuneração dos dias que faltar ao serviço, calculado proporcionalmente ao valor previsto na cláusula anterior, cujo montante obtido será descontado quando do pagamento mensal que lhe fizer o **CONTRATANTE**, salvo compensação do período não trabalhando ou motivo justificado, devidamente apreciado e homologado pela Administração Municipal, ouvida, se necessária, a chefia imediata.

CLÁUSULA QUARTA – **DA REGÊNCIA E RECURSOS** - Este Contrato é regido pelas disposições da **Consolidação das Leis do Trabalho – CLT**, combinadas, no que couber, com a **Lei Municipal n° 523**, de 01 de abril de 1997, com a **Lei Municipal nº 695/2005** de 09 de novembro de 2005, com a **Lei Municipal n° 558**, de 05 de maio de 1999, e no que couber com a **Lei complementar 066/2016** de 01 de março de 2016,com a **Lei Municipal nº.1.307/2017** de 27 de janeiro de 2017, correndo as despesas de sua execução por conta de recursos próprio da Administração Municipal consignados na seguinte dotação da atual Lei Orçamentária Anual:

05 – Secretaria Municipal de Educação

04 –FUNFEB

2.015- Manutenção do ensino Fundamental – FUNDEB 40%

3.1.90.04.00.104 – Contratação por tempo determinado.

CLÁUSULA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - Competirá à Secretaria Municipal de Administração e Fazenda fiscalizar e acompanhar o cumprimento da execução deste contrato, o que não exclui nem reduz a responsabilidade do **CONTRATADO.**

CLÁUSULA SEXTA - **DAS PENALIDADES** - A inobservância, pela **CONTRATADA**, de cláusula e de obrigação constante deste contrato ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, implicará na sua rescisão automática de pleno direito, independentemente de aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, ficando estipulado uma multa de 2% (dois por cento) sobre o seu valor global, para a parte que infringir por qualquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA SÉTIMA – **DO PRAZO DE VALIDADE** - O presente Contrato, terá duração de 06 (seis) meses, com inicio em 16 de março de 2017 e término em 31 de agosto de 2017, podendo ser rescindido a qualquer tempo por comum acordo das partes, em especial caso haja homologação do concurso publico aprovado pelo Município ou unilateralmente por qualquer delas, mediante prévia e expressa notificação com antecedência mínima de trinta dias.

CLÁUSULA OITAVA – **DA RELAÇÃO DE TRABALHO** – O Presente Contrato, não cria vinculo empregatício, entre as partes ficando ambas desobrigadas entre si, findo presente instrumento, ficando ciente que por conta disso, não terá a **CONTRATADA,** direito ao recebimento de ferias e 13º salário. Podendo, contudo serem pagas a critério de autorizações superiores.

CLÁUSULA NONA – **DO FORO** – Para dirimir quaisquer duvidas oriundas dos termos do presente contrato, fica eleito o foro da Comarca de Vila Bela da Santíssima Trindade – MT, com expressa renuncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato em três (03) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela Santíssima Trindade –MT, 16 de março de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

FRANCISMAR LEITE SURUBI

Contratada

TESTEMUNHAS

_____

NOME: Flaviane Francisco da Silva

CPF: 027.964.181-89

RG: 1618087-9 SSP/MT

_____

NOME: REGINA LEONORA DE SOUZA

CPF: 581.807.531-15

RG: 719.520 SSP/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

EDITAL DE TESTE SELETIVO Nº 001/2017 - I

Art. 1º - O Prefeito Municipal de Vila Rica - MT, no uso de suas atribuições legais, torna público a alteração no Teste Seletivo para contratação temporária de Pessoal – Edital Nº 001/2017 – G, conforme segue:

- ALTERAR O LOCAL DE REALIZAÇÃO DA PROVA PRÁTICA PARA OS CARGOS DE Escriturário e Assistente Administrativo Educacional, conforme abaixo especificado:

NOVO LOCAL: PRÉDIO DA UNEMAT, sito á Avenida Perimetral Leste, sem nº, bairro Bela Vista em Vila Rica – MT.

Art. 2º - Ficam mantidas as demais disposições constantes do Teste Seletivo – Edital Nº 001/2017 – G.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

VILA RICA – MT, 20 de abril de 2017.

PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE TESTE SELETIVO Nº 001/2017 - J

Art. 1º - O Prefeito Municipal de Vila Rica - MT, no uso de suas atribuições legais, **DIVULGA** o resultado das provas escritas objetivas e provas práticas, referente ao Teste Seletivo, aberto através do Edital de Teste Seletivo Nº 001/2017, conforme abaixo discriminado:

AUXILIAR ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA PRÁTICA	NOTA FINAL	RESULTADO
264267	JÔNATAS ALVES DE SOUZA	21/05/1993	61,0	100,0	80,5	1.
263432	ENI BALLIN	24/04/1973	54,0	100,0	77,0	2.
262700	CRISTIANE GELESKI	13/10/1995	35,0	100,0	67,5	3.
266472	NIELE GOMES HENRIQUES DOS REIS	15/11/1996	29,0	100,0	64,5	4.
262207	GLAUCIA FOLADOR RECH	30/06/1990	34,0	80,0	57,0	5.
264926	DENISSE DE SOUZA DORNELAS	30/01/1990	40,0	50,0	45,0	6.
266242	MARCIA REGINA MARION GALEAZZI	20/11/1977	37,0	50,0	43,5	7.
262601	CLESIA DA SILVA MATOS	05/12/1984	40,0	NC	-0-	Desclassificado
263974	ECION MARQUES ARCANJO	05/10/1990	28,0	NC	-0-	Desclassificado
262267	IRIS JOSE DA SILVA	14/07/1973	34,0	NC	-0-	Desclassificado
265485	JUCELEI LOCATELLI RODRIGUES DE FREITAS	19/08/1975	27,0	NC	-0-	Desclassificado
263777	KÁSSIA LORRANA LIMA DOS SANTOS	17/09/1988	41,0	NC	-0-	Desclassificado
262558	MARILENE MACIEL NUNES	08/10/1985	40,0	*	-0-	Desclassificado
266893	NAIARA SILVA ROCHA SIRINO	26/12/1991	32,0	NC	-0-	Desclassificado
266418	RAQUEL PEREIRA ALVES	13/12/1990	31,0	**	-0-	Desclassificado
264361	RENATA PATRICIA VASIAK LOPES	13/08/1995	46,0	NC	-0-	Desclassificado
266614	UELIDA LAGARES GUIMARÃES	31/05/1985	42,0	NC	-0-	Desclassificado
266583	VICTÓRIA CAROLINE DO NASCIMENTO LUZ	14/03/1998	54,0	NC	-0-	Desclassificado
264562	WESLANY VIANA LIMA	05/10/1990	26,0	NC	-0-	Desclassificado

*Não atingiu o mínimo de toques líquido por minuto exigido no edital (100 toques por minuto).

** Desistiu de realizar a Prova Prática.

ESCRITURÁRIO

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA PRÁTICA	NOTA FINAL	RESULTADO
266928	MAGDA DANIELE PEREIRA	16/08/1995	45,0	100,0	72,5	1.
265971	RUAN LION COSTA DE SOUZA	04/05/1999	45,0	100,0	72,5	2.
262721	DENISE BRETANHA MOREIRA	29/01/1992	44,0	100,0	72,0	3.
265590	QUEILA ALVES DE ARAUJO	15/11/1973	53,0	70,0	61,5	4.
266390	LAIZA JENNIFER ALMEIDA AMORIM	15/05/1993	52,0	70,0	61,0	5.
263690	JULIANA CARDOSO DE OLIVEIRA	13/01/1992	39,0	80,0	59,5	6.
266228	LAIANA ISIDORIA CONCEIÇÃO	17/03/1997	44,0	70,0	57,0	7.
266718	VINICIUS COSTA LOPES	10/11/1995	43,0	70,0	56,5	8.
262539	RITA GLECIA ALMEIDA BISPO	09/05/1985	40,0	70,0	55,0	9.
262568	CAMILA DE SOUZA LUIZ	05/12/1997	38,0	70,0	54,0	10.
262760	JHON LEYSSON CALDAS	05/06/1996	42,0	60,0	51,0	11.
263785	ALINE DE OLIVEIRA BRAGA	30/05/1984	50,0	50,0	50,0	12.
262509	MATHEUS JOSE MORAIS	22/02/2000	36,0	60,0	48,0	13.
262485	LETICIA MENDES SILVA	08/06/1995	38,0	50,0	44,0	14.
263613	ANA JULIA GUIMARAES DE OLIVEIRA	01/06/1994	37,0	NC	-0-	Desclassificado
266572	CAMILA ROCHA SILVA	06/06/1993	37,0	*	-0-	Desclassificado
266412	ELAINE BARBOSA BEZERRA	18/02/1995	39,0	NC	-0-	Desclassificado
266457	JESSICA CASALI	14/02/1993	40,0	*	-0-	Desclassificado
262656	JOÃO PEDRO ANTUNES DA CUNHA	10/12/1994	56,0	*	-0-	Desclassificado
264969	KELLY LAYNE DANTAS SOUZA	09/12/1979	44,0	NC	-0-	Desclassificado
262515	MAIRA CARISE TREVISAN	07/09/1994	40,0	*	-0-	Desclassificado
266294	MAURA BEATRIZ DE SOUZA	21/04/1991	45,0	*	-0-	Desclassificado
264459	MAYLANA GANDRA GOMES AGUIAR	08/02/1992	39,0	NC	-0-	Desclassificado
262228	NADRIELLE CHARLES RIBEIRO	14/03/1992	53,0	*	-0-	Desclassificado
266354	PRISCYLA ALVES DE FREITAS LUCATELLI	31/08/1993	36,0	*	-0-	Desclassificado
266249	RAFAEL JOAQUIM FONTELA	05/09/1992	38,0	*	-0-	Desclassificado
262314	SILVIA COSTA DE MELO	26/02/1982	51,0	*	-0-	Desclassificado
262321	SIMONE COSTA DE MELO	28/10/1978	38,0	**	-0-	Desclassificado
264959	TATIANE TSCHÁ PELIN	05/02/1987	36,0	NC	-0-	Desclassificado
262307	WOLNEY PEREIRA ROZAS DOS SANTOS	16/12/1983	44,0	NC	-0-	Desclassificado

*Não atingiu o mínimo de toques líquido por minuto exigido no edital (100 toques por minuto).

** Desistiu de realizar a Prova Prática.

MECÂNICO

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA PRÁTICA	NOTA FINAL	RESULTADO
265198	EVANDRO MARTINHAK	30/07/1980	60,0	90,0	75,0	1.
266907	JOÃO MARCOS HEIMERDINGER	19/03/1996	70,0	50,0	60,0	2.
266764	JOSÉ ANTONIO GAMA DOS SANTOS	19/03/1973	60,0	NC	-0-	Desclassificado
266498	EDUARDO SOUSA DALL MOLIN	08/05/1993	50,0	NC	-0-	Desclassificado

MOTORISTA

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA PRÁTICA	NOTA FINAL	RESULTADO
266795	JOANIR MAGALHÃES	19/03/1976	80,0	90,0	85,0	1.
263789	VANDERLEI DA SILVA	09/03/1984	70,0	85,0	77,5	2.
266362	GILMAR DOS SANTOS DE ASSIS	28/10/1974	50,0	95,0	72,5	3.
266740	RODRIGO GONÇALVES PALMERI	12/01/1975	60,0	85,0	72,5	4.
266542	LAERCIO ALVES DA SILVA	14/11/1985	60,0	85,0	72,5	5.
266353	WESLEY LOPES DOS SANTOS	03/02/1977	60,0	80,0	70,0	6.
265613	DIVINO CLAUDIO GERALDINO	30/06/1975	50,0	80,0	65,0	7.
265482	ALEXANDRE FERREIRA PRATES	14/10/1974	30,0	90,0	60,0	8.
266330	DIEGO TEODORO DE MATOS	11/09/1988	40,0	NC	-0-	Desclassificado
266201	DOMINGOS BARRAOS DE SA	02/09/1973	40,0	*	-0-	Desclassificado
264661	EDSON CARVALHO DE SOUZA	24/03/1963	50,0	NC	-0-	Desclassificado
266541	ELENILSON FAUSTINO DA SILVA	13/09/1984	40,0	NC	-0-	Desclassificado
266881	FABIO PIASTRELLI	02/02/1986	40,0	NC	-0-	Desclassificado
264935	GLEIBSON GLAUCIONE ROSA DIAS CARLOS	02/10/1988	50,0	NC	-0-	Desclassificado
266358	JARDEL ANTONIO ALBINO DA ROSA	19/12/1982	40,0	NC	-0-	Desclassificado
266395	JOSE ALVES FERREIRA	06/11/1962	30,0	NC	-0-	Desclassificado
266484	JOSÉ DALL MOLLIN	17/03/1968	50,0	*	-0-	Desclassificado
263653	KAIQUE BOMFIM SILVA DE MORAES	29/05/1996	60,0	NC	-0-	Desclassificado
266494	LUIZ CARLOS ALVES DE SOUZA	14/07/1979	20,0	NC	-0-	Desclassificado
266439	MARCIO FERREIRA DOS SANTOS	10/10/1987	50,0	NC	-0-	Desclassificado
262747	MARCOS DOS SANTOS RIBEIRO	02/03/1996	40,0	NC	-0-	Desclassificado
266386	RAIMUNDO ARTEMIZIO DA COSTA FILHO	22/01/1956	60,0	NC	-0-	Desclassificado
265687	REOMARIO ANTONIO MESSIAS	04/02/1979	60,0	**	-0-	Desclassificado
265431	VALDENOR VIEIRA COSTA	29/08/1990	60,0	NC	-0-	Desclassificado
266827	VICENTE DE JESUS CORTES RIBEIRO JUNIOR	05/05/1985	40,0	NC	-0-	Desclassificado

* Não apresentou a CNH solicitada no Edital.

** Avançou a via preferencial quando da realização da Prova Prática.

MOTORISTA ESCOLAR – (ARACATI)

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA PRÁTICA	NOTA FINAL	RESULTADO
266899	WILSON CARLOS VAZ DA COSTA	09/04/1972	50,0	NC	-0-	Desclassificado

MOTORISTA ESCOLAR – EMEF BOM JESUS/PA BOM JESUS

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA PRÁTICA	NOTA FINAL	RESULTADO
262271	IVONEI MEURER	06/12/1979	50,0	90,0	70,0	1.
266237	JOAO PAULO SILVA GOMES	08/10/1964	40,0	85,0	62,5	2.

MOTORISTA ESCOLAR – EMEF MENINO JESUS/PROJETO PARAÍSO DO RIO PRETO

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA PRÁTICA	NOTA FINAL	RESULTADO
262626	DILSON DE FREITAS ALVES	25/06/1954	40,0	89,0	69,5	1.

MOTORISTA ESCOLAR – EMEF NOSSA SENHORA APARECIDA I/PROJETO BELEZA I

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA PRÁTICA	NOTA FINAL	RESULTADO
262214	LUIZ CARLOS DOS SANTOS	18/06/1984	60,0	100,0	80,0	1.
266743	RAIMUNDO NONATO LIRA SILVEIRA	13/08/1967	40,0	NC	-0-	Desclassificado
265287	VALDINO HORST MASKE	25/05/1959	30,0	*	-0-	Desclassificado

* Avançou a via preferencial quando da realização da Prova Prática.

MOTORISTA ESCOLAR – EMEF PROCÓPIO FARIA/PROJETO CAXANGÁ

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA PRÁTICA	NOTA FINAL	RESULTADO
262425	CLEIDISON ROSA SILVA	27/03/1987	70,0	100,0	85,0	1.
265421	MARCOS PEREIRA DA SILVA	02/03/1986	60,0	85,0	72,5	2.
265326	HELIO ALVES DE OLIVEIRA	17/11/1972	20,0	100,0	60,0	3.
264079	RONEI VASIAK	11/06/1989	70,0	*	-0-	Desclassificado
264726	MARCIANO SOUZA SILVA	16/08/1979	60,0	*	-0-	Desclassificado
266834	ELVIS RIBEIRO GUIMARÃES	23/09/1993	60,0	*	-0-	Desclassificado
262920	DALMY OROSINO DE CAMARGO	18/05/1974	30,0	NC	-0-	Desclassificado

* Avançou a via preferencial quando da realização da Prova Prática.

MOTORISTA ESCOLAR – EMEF RUI RAMOS/PA IPÊ

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA PRÁTICA	NOTA FINAL	RESULTADO
264936	GEICIVALDO INOCENCIO COSTA	26/02/1972	60,0	100,0	80,0	1.
263815	SERGIO DIAS DA SILVA	21/05/1974	50,0	90,0	70,0	2.
262295	MARCELO JOSE DA COSTA	23/11/1977	40,0	92,0	66,0	3.
266912	DANILO ALMEIDA OLIVEIRA	09/02/1987	40,0	NC	-0-	Desclassificado
266407	GENIVAL JOSE DE OLIVEIRA	12/06/1954	20,0	NC	-0-	Desclassificado
262335	GENTIL DA SILVA MUNIZ	23/08/1984	60,0	*	-0-	Desclassificado
266869	JAILTON SANTOS DA SILVA	26/02/1983	50,0	NC	-0-	Desclassificado
265330	PEDRO ADÃO DA SILVA	28/07/1959	30,0	*	-0-	Desclassificado

*Avançou sobre o meio quando da realização da Prova Prática.

MOTORISTA ESCOLAR – EMEF SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS/PA SANTO ANTONIO DO BELEZA

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA PRÁTICA	NOTA FINAL	RESULTADO
262708	ENIO LAZARO BORGES	18/05/1965	30,0	100,0	65,0	1.
262736	JHONNATAN DOS REIS COSTA	07/01/1990	70,0	*	-0-	Desclassificado

* Não apresentou a CNH solicitada no Edital.

MOTORISTA ESCOLAR – EMEF SANTANINHA/PA ALVORADA

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA PRÁTICA	NOTA FINAL	RESULTADO
266284	MELQUISEDEQUE MANOEL RODRIGUES DE CARVALHO	10/05/1970	50,0	85,0	67,5	1.
262260	VINICIO GUILHERME DA SILVA	18/09/1992	40,0	*	-0-	Desclassificado

*Avançou sobre o meio quando da realização da Prova Prática.

OPERADOR DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA PRÁTICA	NOTA FINAL	RESULTADO
263278	ANTÔNIO CARLOS SOUZA LOPES	04/06/1984	90,0	70,0	80,0	1.
266880	JONATHAN DE ALMEIDA FERREIRA	29/10/1994	70,0	NC	-0-	Desclassificado
266497	RICARDO DE CARVALHO VALADARES	23/10/1985	70,0	NC	-0-	Desclassificado
266350	VINICIUS CARDOSO TAVARES	16/09/1988	70,0	NC	-0-	Desclassificado

OPERADOR DE MOTO NIVELADORA (PATROLA)

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA PRÁTICA	NOTA FINAL	RESULTADO
266256	JOAO DE ALMEIDA FILHO	03/07/1959	50,0	98,0	74,0	1.
263784	LEONARDO DA SILVA RICARDO	17/04/1990	50,0	94,0	72,0	2.
265532	DAVI DE SOUZA	24/10/1982	30,0	*	-0-	Desclassificado

* Não apresentou a CNH solicitada no Edital.

OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA PRÁTICA	NOTA FINAL	RESULTADO
262772	KECIO DIONES ARRUDA SILVA	08/07/1995	50,0	NC	-0-	Desclassificado

TRATORISTA

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA PRÁTICA	NOTA FINAL	RESULTADO
263787	VALDEREY MARCIL MOREIRA	14/10/1981	60,0	98,0	79,0	1.
262575	ODACIR DEBONA	28/02/1973	30,0	57,0	43,5	2.
265211	DANILO RICARDO FERREIRA	26/01/1983	50,0	**	-0-	Não aprovado
266374	EDSON APARECIDO DOS SANTOS	21/04/1981	80,0	*	-0-	Desclassificado
266847	GASPAR OLIVEIRA DOS REIS	10/12/1976	40,0	NC	-0-	Desclassificado
265087	JANDIR LUIZ CAGLIARI	05/05/1984	90,0	**	-0-	Não aprovado
266525	JOSE MARIO GARCIA DA SILVA	08/01/1988	70,0	NC	-0-	Desclassificado
266287	JOSE RAMALHO DA SILVA COSTA	19/03/1989	50,0	**	-0-	Não aprovado
266806	LUISMAR DA SILVA COSTA	10/08/1995	50,0	*	-0-	Desclassificado
266838	WAGNER DA SILVA QUEIROZ	22/03/1988	50,0	NC	-0-	Desclassificado

* Não apresentou a CNH solicitada no Edital.

** Não realizou a Prova Prática no tempo máximo exigido no Edital.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Vila Rica - MT, 27 de abril de 2017.

Prefeito Municipal

IMPREV
PORTARIA IMPREV

PORTARIA N.º 038/2017

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Invalidez a servidora **Sra. Norma Francisca da Silva Nascimento**."

O Diretor Executivo do IMPREV - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, c/c art. 12, inciso I, da Lei n.º 519 de 01 de julho de 2004 que rege a previdência do Município de Vila Rica – IMPREV, Lei Municipal nº 747 de 22 de fevereiro de 2008, que versa sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Vila Rica; e considerando o ultimo reajuste concedido pela Lei Municipal n.º 1. 298 de 13 de fevereiro de 2015 e Lei Municipal nº. 1.370 de 10 de março de 2016, que reestrutura os valores monetários da tabela de vencimento dos professores do magistério público municipal;

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de **Aposentadoria por Invalidez**, a servidora **Sra**. Norma Francisca da Silva Nascimento, brasileira, portadora da cédula de identidade RG n.º 2529290-0 SEJUSP/MT e do CPF n.º 003. 344.541-90, residente e domiciliada no Município de Vila Rica, servidora efetiva no cargo de Professor I a IV, Classe "C'', Nível "09", matriculada sob n. 1063, lotada na Secretaria Municipal de Educação, **com proventos proporcionais**, conforme processo administrativo do IMPREV, n.º 2017. 03.27962P, a partir de 16/03/2017, até posterior deliberação.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo os seus efeitos legais a data de 16 de março de 2017,** revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Vila Rica/MT, 19 de abril de 2017.

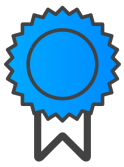
EURICO DA CUNHA BARBOSA Diretor Executivo do IMPREV

Homologo:

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Tue May 02 22:33:33 UTC 2017
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)